SUPLEMENTO

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo
Diário da Assembleia Legislativa – 20ª Legislatura

Prodesp

André do Prado	Presidente	Gilmaci Santos	1º Vice-Presidente	Rafael Silva	4º Vice-Presidente
Teonílio Barba	1º Secretário	Milton Leite Filho	2º Vice-Presidente	Léo Oliveira	3º Secretário
Rogério Nogueira	2º Secretário	Helinho Zanatta	3º Vice-Presidente	Gil Diniz	4º Secretário

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000 www.al.sp.gov.br

Volume 133 • Número 59 • São Paulo, quarta-feira, 12 de abril de 2023 www.prodesp.sp.gov.br

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 2022

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM ANUAL
À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

São Paulo
2023

Senhor Presidente,
Senhoras Deputadas,
Senhores Deputados,

É com satisfação que me dirijo às Vossas Excelências para manifestar meu profundo respeito a este Parlamento, que representa todos os paulistas. Na sessão inaugural dessa nova legislatura, exalto a reconhecida relevância das deputadas e deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, especialmente, para o vocacionado trabalho de construir, um futuro de desenvolvimento, dignidade e diálogo entre os poderes.

Para a construção desse desenvolvimento e dignidade estamos cientes das responsabilidades e dos desafios que nos aguardam, sobretudo no que se refere a dirimir as desigualdades sociais e econômicas para possibilitar que os paulistas vivam melhor. O caminho para tornar São Paulo um Estado menos desigual será traçado com trabalho, união, respeito e diálogo.

Como representantes eleitos pela sociedade, que somos, não podemos perder o senso de urgência e dos deveres assumidos ao ocupar nossos cargos. Para que os paulistas alcancem mudança real em suas vidas esse Parlamento possui papel fundamental.

A garantia de direitos para todos deve ser a bússola desse Governo, assim como termos em mente que, se perdermos essa direção, não alcançaremos bons resultados.

Esse Governo pautado em bom relacionamento e respeito entre os poderes, buscará avançar em áreas prioritárias para a população, sempre com responsabilidade ao orçamento público e respeito à saúde fiscal do Estado.

Nesse início de ano, as chuvas de verão causaram prejuízos a diversos municípios. Enfrentamos uma das maiores tragédias já vistas no litoral norte do Estado, vidas se perderam. Um triste fevereiro para São Paulo colocou a gestão a prova.

Contudo, respondemos de imediato. Recursos da ordem de R$ 11 milhões foram transferidos para obras preventivas e de reconstrução, nos comprometemos em investir outros R$ 14 milhões em infraestrutura. Entre recursos liberados ou previstos para obras, auxílio ao crédito e retomada da economia, os investimentos na região ultrapassam R$ 540 milhões.

Além das providências financeiras, em meio ao sofrimento e à adversidade, encontramos na dedicação e união os caminhos para respostas ágeis e efetivas. Centenas de toneladas de doações de alimentos, roupas, itens de limpeza e higiene foram encaminhadas para os moradores afetados pelas chuvas. E o povo paulista, mais uma vez, deu grande demonstração de compaixão àqueles que foram diretamente atingidos pelas águas das chuvas.

Por todos os Paulistas, seja aqueles vitimados de alguma forma pelas chuvas, nesse inesquecível mês, seja aquele os solidários ao acontecimento, prosseguiremos!

Ao avistar os próximos meses e anos dessa gestão, trabalharemos em todas as frentes sempre com a bússola: garantia de direitos para todos, para melhorar o dia a dia do cidadão paulista.

Nos transportes, defendemos um transporte coletivo de qualidade, rápido, eficiente, moderno e seguro. Esse transporte precisa atender todos os passageiros, com olhar especial para as necessidades de quem trabalha, que cedo utiliza o transporte e precisa retornar no final do dia seja para casa, para os estudos e muitas vezes para outro trabalho. Buscamos o diálogo para questões referentes ao transporte sobre trilhos, estamos avançando na expansão do transporte metropolitano do Metrô e da CPTM, na Região Metropolitana de São Paulo. Não vamos admitir que obras se arrastem durante anos. Nosso plano de metas é claro. E vamos cumpri-lo à risca.

Na Segurança Pública iniciamos a gestão com diagnóstico de ampliação, significativa, em 20222, de praticamente todos os indicadores de criminalidade em todo o Estado. Assumimos o governo com o compromisso de mudar essa realidade, melhorar a sensação de segurança dos paulistas e devolver a paz para São Paulo. Já colocamos mais de 17 mil policiais nas ruas com a Operação Impacto, que resultou em mais de 17 toneladas de drogas tiradas de circulação, mais de 10 mil pessoas detidas e mais de 2,3 mil veículos recuperados.

Trabalharemos no tripé integração das polícias e operações, uso massivo de tecnologia, principalmente de monitoramento, e valorização policial, que incluem melhorias para quem está dentro da corporação e ampliação do efetivo. Aderimos ao Córtex, sistema de monitoramento de câmeras do Governo Federal, e vamos integrá-lo aos sistemas estadual e municipais de segurança para identificar áreas de maior incidência da criminalidade e melhorar a efetividade das ações.

Começamos a combater o déficit policial, nomeando quase 900 novos policiais aprovados no concurso de soldado de 2ª Classe da PM. E vem mais por aí.

Os concursos públicos em andamento preveem o preenchimento de 5.620 vagas. Atualmente, estão em formação nas escolas e academias 1.537 militares. Também demos início às discussões com aplicativos de relacionamentos e instituições financeiras para criar um grupo de trabalho capaz de sufocar a ação criminal em golpes do Pix e prevenir sequestros. O uso da tecnologia para a segurança pública será um diferencial na nossa gestão, e a criminalidade não terá mais lugar nas ruas do nosso estado.

Criamos um grupo de trabalho responsável por implementar um novo plano de recomposição salarial das forças policiais. Promovemos formação adicional de 121 capitães da PM para fortalecer as ações, agora aptos ao posto de Major e a exercerem funções de gestão estratégica.

Prodesp

Diretor-Presidente Gileno Gurjão Barreto
Diretor Administrativo-Financeiro Camilo Cogo Cavalcanti
Diretor de Desenvolvimento de Sistemas Marcos Tadeu Yazaki
Diretor de Operações Fernando Hideyo Yokemura
Diretor de Serviços ao Cidadão André Luiz Sucupira Antonio

Diário Oficial
Estado de São Paulo
PODER LEGISLATIVO

Matriz
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ 62.577.929/0001-35

Sede e administração
Rua Agueda Gonçalves 240 Taboão da Serra SP
CEP 06760-900
t 11 2845.6000

www.prodesp.sp.gov.br

Filial
Unidade Mooca
CNPJ 62.577.929/0114-12

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800

SAC 0800 01234 01

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

O desafio é ainda maior quando falamos sobre violência contra a mulher. São Paulo fechou 2022 com o maior número de feminicídios da história, com uma mulher morta a cada dois dias. Garantir a segurança de todas as mulheres é uma missão da nossa gestão e um dever de todos na sociedade. O Estado não vai mais tolerar a impunidade do agressor.

Pensando nisso, criamos a primeira Secretaria de Políticas para as Mulheres, estruturada em pilares que vão garantir a segurança e a saúde da mulher e fomentar o empreendedorismo feminino. A nova pasta será fundamental para interromper o ciclo de violência, devido ao seu papel central para integrar políticas multidisciplinares de atenção e acolhimento às mulheres. Ampliamos o rol de medidas de segurança para coibir casos de violência e assédio e, agora, toda mulher que não se sinta segura em bares, restaurantes e casas noturnas, terá auxílio imediato previsto em Lei. Além disso, mulheres vítimas de violência que vivem em situação de vulnerabilidade terão direito ao auxílio-aluguel, um passo fundamental para que elas iniciem um novo ciclo em suas vidas e recuperem sua autonomia. Junto a isso, vamos fortalecer a atuação das DDMs Delegacias de Defesa da Mulher e priorizar o atendimento humanizado no primeiro contato da vítima com o sistema policial.

Na saúde pública levamos em conta as novas descobertas das pesquisas científicas, com foco em tratamentos que façam diferença na vida das pessoas. Nessa linha, sancionamos a lei para regulamentar o fornecimento de medicamentos gratuitos derivados do canabidiol. A sanção da lei representa segurança e garantia de continuidade ao tratamento para pacientes diagnosticados com mais de 20 condições médicas, como síndromes raras, Parkinson, transtorno do espectro autista, esclerose múltipla e esquizofrenia.

A saúde terá como foco atendimento especializado e multidisciplinar, ágil e próximo da população. Que tenha a capacidade de oferecer aos pacientes consultas e tratamentos dentro de prazos que garantam o respeito à vida. Isso implica na adoção de medidas que desafoguem as unidades de emergência e no compromisso com a redução das filas de tratamentos, como oncologia e ortopedia, e das cirurgias eletivas. Um trabalho que já foi iniciado com a ativação de novos leitos no Estado.

Já com relação à questão habitacional, nesta gestão, entendemos que o tema deve ser tratado de forma integral, e não apenas como número de unidades habitacionais entregues.

A "moradia erguida" representa a conclusão de um longo trajeto. Porém, o caminho percorrido até a entrega da unidade é parte integrante do processo da política habitacional. Assim, integram também os objetivos dessa gestão cuidar do mapeamento de áreas de risco, regularização fundiária, projetos de urbanização e entregas de títulos de propriedade para locais já regulares, finalizando o ciclo, finalmente, com a entrega das unidades habitacionais. Além de ampliar a quantidade de novas unidades habitacionais, integram ainda os objetivos habitacionais dessa gestão, promover melhoria nas unidades já construídas, e ações de planejamento e recuperação urbanística.

No quesito mobilidade urbana São Paulo merece melhorias, que otimizem a logística, e promova eficiência e integração para corredores logísticos.

Vamos trabalhar por estradas melhores, mais seguras, modernas e conectadas. Priorizaremos obras de infraestrutura das estradas, rodovias e vicinais, para melhorar a segurança e o fluxo no Estado. Esse será, sem dúvida, um diferencial para ampliar a competitividade e alavancar o desenvolvimento em São Paulo.

O objetivo agora é tornar o Estado mais atrativo para o capital privado. Fortalecer toda a pujança e protagonismo em áreas com crescimento potencial. Para conquistar esse objetivo, partimos de dois pontos fundamentais: **i.** amplo e robusto programa de parcerias para melhorar a qualidade dos serviços e atrair mais interesse dos investidores; e **ii.** amplo pacote de incentivos fiscais e tributários que facilitem a vida de todos.

Por isso, colocamos em ação o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) para atrair novos investimentos para São Paulo, incentivar o desenvolvimento, o emprego e abrir espaço para o crescimento de novas áreas de interesse dos investidores, como o setor tecnológico e de energia renovável. São cerca de R$ 180,17 bilhões em investimentos, permeando as áreas de educação, cultura, desenvolvimento urbano e habitação, loterias, transporte rodoviário intermunicipal e aquaviário, rodovias, recursos hídricos e infraestrutura rodoviária. Basicamente, nosso propósito é ampliar as oportunidades de investimento, de emprego, de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

Assim, conseguiremos entregar com mais agilidade as obras que vão beneficiar a população e melhorar a vida das pessoas, que contarão com serviços melhores e estruturas mais eficientes.

A participação de São Paulo no Fórum Econômico Mundial em Davos foi um importante marco para iniciar tratativas para atração de parceiros. Além de apresentar para o mundo que São Paulo oferece ambiente com segurança jurídica e está aberto a inovações, pudemos conhecer áreas de interesse e construir novas pontes de diálogo e parcerias. Recebemos representantes de diversos países, como Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, China, e avançamos em possibilidades de cooperação nas áreas de infraestrutura, inovação, pesquisa, educação, agricultura, energia verde e limpa, saúde e tecnologia.

Reconheço a preocupação desta Casa com as privatizações. Nenhum avanço será feito sem a devida atenção à população, aos processos e ao amplo diálogo com Vossas Excelências, deputadas e deputados. Daremos continuidade a projetos em andamento como o Trem Intercidades até Campinas, e iniciamos a elaboração de estudos que vão analisar a viabilidade da desestatização da Sabesp e da EMAE, além de projetos na área de educação, de energia limpa e de ampliação das concessões da malha metroviária.

Temos consciência de que o desenvolvimento de São Paulo estará amparado por programa definido de metas, que compreende a geração de emprego e de renda, com novos projetos privados, reindustrialização em todo o Estado, a revisão de pacotes fiscais, e a ampliação do crédito ao empreendedorismo paulista.

Para quem hoje é responsável por mover a nossa economia, assinamos um pacote de decretos que reduzem a carga tributária de vários segmentos do setor produtivo paulista, iniciativa que nada mais é do que uma medida de proteção do nosso Estado. Afinal, estamos vendo que, ao longo do tempo, a indústria está perdendo competitividade e precisamos equiparar a situação tributária daqui com a de outros estados. Temos que interromper esse fluxo migratório de indústrias, que, no final das contas, subtrai empregos e trava o nosso crescimento.

Na área social, São Paulo tem grandes desafios a vencer. As políticas de assistência precisam ser melhor integradas e conectadas para atender as necessidades das pessoas.

É preciso que a riqueza que São Paulo produz, chegue na ponta. Para isso, vamos concentrar e unificar os benefícios sociais, meta do nosso governo, reverter os índices de extrema pobreza e auxiliar essa população com políticas de fomento da autonomia.

O Estado vai estender a mão para quem precisa, e vai indicar saída por meio do emprego para que todos possam caminhar e ter o seu sustento com dignidade. Precisamos ainda ampliar os serviços especializados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e trabalhar para que elas tenham melhores oportunidades de desenvolvimento.

Temos pela frente o grande desafio de devolver a dignidade às pessoas em situação de rua e aos usuários de entorpecentes. O centro da capital paulista deve ser revitalizado, as pessoas precisam de auxílio para terem suas vidas renovadas, e faremos isso com muito empenho. Planejamos ações mais qualificadas, com abordagens integradas, cadenciadas, singulares e humanas. Reforçamos o diálogo com a Prefeitura da Capital, a fim de encontrar soluções mais assertivas.

Na educação olharemos para todos, priorizaremos a educação dos nossos jovens. Nossa missão é trabalhar para que os alunos tenham um aprendizado adequado para encontrar novas oportunidades de desenvolvimento, alinhado às necessidades do mercado.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

Queremos que eles encontrem na escola um ambiente seguro, de preparação para a próxima etapa da vida e, sobretudo, atrativo, pois a escola tem que ser um lugar em que o jovem queira estar. Queremos oferecer ensino digital e tecnologicamente conectado com a realidade do mundo, com acesso a mecanismos de aprendizagem que estimulem a educação digital. Hoje, menos de 10% dos alunos do Ensino Médio cursam ensino profissionalizante. Para mudar essa realidade, uniremos o Ensino Médio a centros de qualificação, com ensinos técnico e profissional desenhados para atender também à necessidade mercadológica de cada região.

Há uma razão pela qual São Paulo é reconhecidamente a locomotiva do Brasil. O Estado sempre esteve à frente na discussão de temas de relevância e de impacto, analisando com o olhar atento e inovador todos os temas aos quais foi chamado a dialogar. Na nossa gestão não será diferente.

A prioridade é a população, e quaisquer divergências ideológicas e partidárias devem agora ficar nas urnas, que é onde elas devem aparecer. Estivemos em Brasília para dialogar em favor dos nossos projetos por São Paulo, da mesma forma que estaremos abertos para o diálogo com os legítimos representantes desta Casa, sem exceção.

São Paulo é exemplo para o país. Grande em população, na pluralidade de regiões, na diversidade cultural, nas peculiaridades e nas necessidades. Por isso, compreendo que seremos desafiados a cada segundo e enfrentaremos com determinação e coragem os obstáculos para que São Paulo continue sendo exemplo de grandiosidade para o Brasil, e também um lugar sempre melhor para os que aqui vivem.

Sou grato pela oportunidade de apresentar a esta Casa, às nobres deputadas e aos nobres deputados, as bases que nortearão a nossa gestão durante esses quatro próximos anos.

Tive a chance de mostrar a Vossas Excelências o trabalho que nos propusemos a fazer, as metas iniciais já alcançadas e como essas medidas já contribuíram para uma mudança positiva em qualidade de vida, dignidade, oportunidades, desenvolvimento social e econômico.

Reconheço que há muito a ser feito, e que esses avanços são apenas o começo da mudança, mas identificar o efeito das nossas ações nos fortalece para continuar a trilhar essa estrada.

Tenho a certeza de que cada um, deputada e deputado, persegue um resultado semelhante ao nosso, e que trabalhamos, cada qual em sua esfera, pelo mesmo bem comum: uma sociedade mais justa, mais próspera e sensível às necessidades das pessoas. Dessa forma, comprometo-me a analisar, sempre sob a ótica de fazer o melhor para a população, os projetos apresentados por esta Casa.

Reitero a nossa abertura ao diálogo e a dedicação incondicional de conversar sobre soluções eficientes para a vida dos paulistas e para o desenvolvimento de São Paulo. Desejo a cada parlamentar desta Assembleia Legislativa que este novo ano legislativo seja produtivo e, sobretudo, que os senhores sejam parceiros desse elaborado plano de metas. Afinal, São Paulo merece o nosso melhor e desejo a todos membros desta Casa serenidade, sabedoria e discernimento para legislar por pelo nosso Estado. Muito obrigado.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de março de 2023

Tarcísio de Freitas
GOVERNADOR DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO ANUAL
DAS
ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

São Paulo

2023

CASA CIVIL

É função da Casa Civil, do Gabinete do Governador: assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições; no relacionamento com cidadãos e entidades do terceiro setor; assessoramento na elaboração da agenda do Governador e na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos, em matéria honorificências; assessoramento e coordenação da política do Governo; realizar o relacionamento com a Assembleia Legislativa, com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário Federal e partidos políticos, bem como, na promoção de interlocução com os Municípios, outros Estados da Federação e com a Administração Federal. Tal missão foi atribuída pelo Decreto nº 64.462, de 11/9/2019, atualizada pelos Decretos nº 65.636, de 17/4/2021 e nº 66.116, de 13/10/2021. O órgão tem como estrutura básica o Gabinete do Secretário, as Subsecretarias de Assuntos Estratégicos, Gestão Legislativa, Articulação Política e de Assuntos do Governo no Congresso, o Cerimonial, o setor de Audiência e Representações, o Conselho Estadualda Ordem do Ipiranga, a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS, o Conselho Orientador do programa de Educação nas Prisões e o Conselho Consultivo do programa de Educação nas Prisões. Por meio do Decreto nº 66.856, de 15/6/2022, dá suporte técnico e administrativo à Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília - AEGESP.

GABINETE DO SECRETÁRIO **-** O Gabinete do Secretário conta com a Chefia de Gabinete,Assessoria e a Comissão Estadual para os Objetivos Desenvolvimento Sustentáveis**.**

CHEFIA DE GABINETE - A Chefia de Gabinete conta com Assessoria, Unidade de Administração, Grupo de Relacionamento com a Sociedade, o Serviços de Informação ao Cidadão-SIC e a Ouvidoria. O Chefe de Gabinete coordena e orienta as atividades das unidades da Casa Civil, articula junto às Chefias de Gabinete da Administração direta e autarquias, bem como, com outros órgãos do Governo do Estado e dos municípios. Acompanha as designações e indicações de representantes de Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho instituídos pelos órgãos do Estado. Como ordenador de despesa, autoriza a realização de pregões eletrônico, contratos e compras de produtos e equipamentos para assegurar a execução das atribuições das unidades da Casa Civil, créditos suplementares, reprogramação orçamentárias e manifestações prévias. ASSESSORIA - A Assessoria da Chefia de Gabinete, além do atendimento às demandas do setor e dos autorizos Governamentais.

UNIDADE DE ADMINSTRAÇÃO **-** A Unidade de Administração foi responsável por: Examinar epreparar expedientes do Secretário-Chefe, do Secretário Executivo e do Chefe de Gabinete; Asseguraro suporte técnico e administrativo às unidades da Casa Civil; Garantir a execução e o acompanhamento do Sistema Financeiro e Orçamentário, elaborou a Proposta Orçamentária Setorial;Revisar e monitorar o cumprimento das metas do PPA; Conceder suporte de material, de infraestrutura, de pessoal, de transportes e serviços para A plena realização das atividades das unidades; Realizar lançamentos nos Sistemas: orçamentários, financeiro e de planejamento da Secretaria de Fazenda e Planejamento, de fiscalização e controle do Tribunal de Contas do Estado e de acompanhamento, controle e transparência da Corregedoria Geral de Administração. Realizar pregões eletrônicos, compras, contratações, cadastro de fornecedores, a gestão dos contratos e dos adiantamentos, observando a economicidade e a restrição das despesas, conforme determinado pelo Chefe do Poder Executivo e orientação do Secretário-Chefe da Casa Civil. Atender as solicitações dos órgãos de fiscalização e de controle. Em termos quantitativos, foram emitidos os seguintes documentos pela Unidade:

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

TABELA 1

Tipo	Número
Processo, expedientes e outros autuados SEMPAPEL e SPDOC	16.277
Ofícios, memos e informações emitidos	194
Pregões e compras	25
Ata de Registro de Preço (envolvendo 05 órgãos do Estado)	01
Controle, acompanhamento e fiscalização de contratos	36
Documentos SIAFEM (NE, NL, PD e OC)	4.152
Lançamento Sistemas TCESP	06
Publicações no DOE	11
Cadastro de Fornecedores na BEC	28
Instrução e manifestação em processos para Consultoria Jurídica,	04
Créditos Suplementares	02
Reprogramações Orçamentárias	05
Antecipação de quota	01
Total	20.742

GRUPO DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE - GRS - Responsável por receber e direcionar as demandas de cidadãos e entidades do terceiro setor dirigidas ao Governador pelo canal oficial de comunicação do Governo do Estado de São Paulo, denominado Fale Conosco, com acesso por meio do portal principal do Governo do Estado de São Paulo - www.saopaulo.sp.gov.br. O GRS também recebe e direciona aos órgãos competentes demandas apresentadas sob a forma de e-mails, telefonemas, cartas ou presencialmente no Palácio dos Bandeirantes. O departamento é responsável, também, pelo recebimento e o acompanhamento de demandas de parlamentares junto às Secretarias de Estado, através do sistema SEM PAPEL. A tabela abaixo estabelece a relação entre a quantidade de demandas por informação e os órgãos governamentais responsáveis pelos temas tratados, de janeiro a novembro de 2022*:*

TABELA 2

ÓRGÃO RESPONSÁVELPELO TEMA DA DEMANDA	*Nº DEMANDAS*
Secretaria da Casa Civil – Informações adicionais	2251
Secretaria de Governo	1842
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1718
Secretaria da Segurança Pública	581
Secretaria da Casa Civil	483
Secretaria da Fazenda e Planejamento	467
Secretaria da Educação	413
Secretaria da Saúde	398
Secretaria de Desenvolvimento Social	236
Secretaria da Justiça e Cidadania	210
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	168
Secretaria da Administração Penitenciária	164
Órgãos/Temas de competência municipal	113
Órgãos/Temas de competência do Executivo Federal	113
Secretaria de Orçamento e Gestão	84
Secretaria de Transportes Metropolitanos	68
Procuradoria Geral do Estado	60
Secretaria de Logística e Transportes	41
Secretaria da Habitação	40
Órgãos/Temas de competência do Poder Judiciário	39
Secretaria de Cultura e Economia Criativa	36
Secretaria Especial de Comunicação	34
Defensoria Pública do Estado de São Paulo	26
Secretaria de Desenvolvimento Regional	21
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	15
Casa Militar e Defesa Civil	13
Secretaria de Turismo	13
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	10
Secretaria de Relações Internacionais	04
Secretaria de Esportes	03
Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas	01
TOTAL DO PERÍODO 01/01/22 – 30/11/22	9.665

O número de demandas com informações incompletas, advindas do portal do Governo, representou o maior volume de e-mails direcionados ao Fale Conosco. São demandas com pedidos genéricos e/ou inespecíficos, aos quais é respondido solicitando novos dados ou complementação do relato para, assim, realizarmos o direcionamento correto. Dentre as Secretarias de Estado, a Secretaria de Governo representou a pasta mais requisitada em informações pelos cidadãos em razão do DETRAN- SP, entidade autárquica vinculada à pasta. Até o mês de outubro, foram recebidas 1.719 demandas, conforme tabela abaixo:

TABELA 3

Mês	*1*	*2*	*3*	*4*	*5*	*6*	*7*	*8*	*9*	*10*	*11*	*TOTAL*
DETRAN	178	123	138	108	123	98	48	23	4	8	67	918
POUPATEMPO	113	55	57	68	49	42	5	5	4	3	23	424
SECRETARIA	10	1	8	162	119	15	7	21	17	22	24	406
ARQUIVO PÚBLICO ARTESP/ARSESP PRODESP IMPRENSA FUSSESP	19	19	15	5	9	7	1	2	7	1	9	94
TOTAL												*1842*

SEM PAPEL - São recebidos, também, os expedientes direcionados à Casa Civil e à Secretaria de Governo, via sistema SEM PAPEL, além de expedientes físicos. O GRS trabalha como intermediário entre o cidadão e as Secretarias de Estado, analisando as demandas e enviando aos órgãos competentes. Demandas via SEM PAPEL:

TABELA 4

Mês	*1*	*2*	*3*	*4*	*5*	*6*	*7*	*8*	*9*	*10*	*11*	*TOTAL*
GRS	38	84	64	57	84	72	51	48	24	24	28	574

Total de demandas - jan/out: 574.

Todas as solicitações recebidas foram tratadas e direcionadas no período. PROCESSOS E EXPEDIENTES FÍSICOS - Foram recebidos nesse período 24 processos físicos para avaliação deste Departamento. OUVIDORIA - A Ouvidoria recebeu 98 demandas no Grupo de Relacionamento com a Sociedade. SISTEMA DE SERVIÇOS DE INFROMAÇÕES AO CIDADÃO - Relatório estatístico referente às demandas do Sistema de Serviços de Informações ao Cidadão da Casa Civil - O relatório apresenta um total de 34 demandas acolhidas pela Casa Civil e 3 em trâmite. Das acolhidas, 32 foram atendidas, 02 atendidas parcialmente, nenhuma negada.
Do percentual total, 91,89% das demandas recebidas estão encerradas. Seguem abaixo as tabelas que demonstram a movimentação.

TABELA 5

Relatório das Solicitações Encerradas Órgão: Casa Civil - CC A partir de: 01/01/2022 até: 14/12/2022					
Classificação das Solicitações	Total	Percentual			
Atendida	32	94,12%	Natureza das Solicitações Encerradas	Total	Percentual
			Impertinente - Ausência de competência	1	2,94%
			Impertinente - Pedido incompreensível	2	5,88%
			Pública	29	85,29%
Atendida Parcialmente	2	5,88%	Natureza das Solicitações Encerradas	Total	Percentual
			Pública	2	5,88%
Total Geral	*34*	*100,00%*			

TABELA 6

Relatório das Solicitações em Trâmite Órgão: Casa Civil - CC A partir de: 01/01/2022 até: 14/12/2022					
Fase das Solicitações	Total	Percentual			
Encerradas	34	91,89%			
Em Trâmite	3	8,11%	Fase em Trâmite	Total	Percentual
			Solicitação	3	8,11%
Total Geral	*37*	*100,00%*			

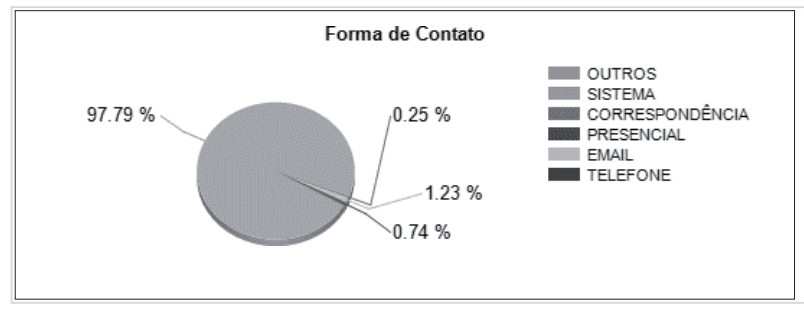
Relatório Estatístico referente às manifestações feitas à Casa Civil, através do Sistema de Ouvidorias.

O presente relatório apresenta um total de 408 demandas enviadas à Casa Civil e que foram distribuídas de acordo com o tipo de manifestação, conforme demonstrado na tabela abaixo-período: 1/1/2022 até 14/12/2022.

TABELA 7

Forma de Contato

Tipo de Manifestação	*Presencial*	*Telefone*	*Email*	*Correspondência*	*Sistema*	*Outros*	*Total*
Denúncia	0	0	1	0	69	0	70
Elogio	0	0	0	0	4	0	4
Outros	0	0	0	0	20	0	20
Reclamação	0	3	2	1	192	0	198
Solicitação de Informação	0	0	2	0	50	0	52
Sugestão	0	0	0	0	64	0	64
Total	0	3	5	1	399	0	408



COMISSÃO ESTADUAL PARA OS OBJETIVOS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS - ODS - As Nações Unidas - ONU lançaram uma Agenda ambiciosa que pretende medir a qualidade de vida da população. Na ocasião da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015 na ONU, o Estado de São Paulo foi a voz oficial de todos os governos locais do mundo. Esse fato histórico trouxe ao governo um entendimento imediato da importância de assumir o compromisso de implementação da Agenda 2030 no território paulista. Desde então, o governo tem agido ininterruptamente para institucionalizar a Agenda 2030, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões: social, ambiental e econômica. E, dessa forma, torná-la uma Agenda de Estado, independentemente da gestão vigente. Abaixo, os instrumentos de governança criados pelo Governo de São Paulo para a implementação da Agenda 2030: Decretos e Resoluções: Resolução Conjunta Casa Civil/Secretaria de Meio

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

Ambiente/Secretaria de Desenvolvimento Social- 1, de 21/9/2015; Decreto 62.063, de 27/6/2016; Decreto 63.792, de 9/11/2018; Decreto 64.124, de 8/3/2019; Decreto 64.148, de 19/3/2019; Resolução Conjunta CC/SDE - 1, de 26/6/2019; Decreto 64.189, de 17/4/2019. O I Relatório de Acompanhamento dos ODS do Estado de São Paulo, lançado em 2019, foi elaborado por alguns especialistas do governo, em parceria com a Fundação Sistema de Dados Estatísticos do Estado de São Paulo-SEADE e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP. Foi um trabalho de extrema importância por ter sido pioneiro no governo e por ter associado o Plano Plurianual 2016-2019 à Agenda 2030. Classificou alguns dos programas do governo aos ODS e metas globais. Esse documento foi reconhecido pelas Nações Unidas-ONU, como o I Voluntary Local Review do Estado de São Paulo, ou seja, o compromisso oficial do Governo de São Paulo na implementação da Agenda 2030. Recentemente, em 8/7/2022, na ocasião da Virada ODS, evento organizado pela prefeitura de São Paulo, foi lançado o II Relatório de Acompanhamento dos ODS - II Voluntary Local Review. Na mesma data foi concedida a autorização para assinar o Protocolo de Intenções da Comissão Estadual ODS com a Frente Nacional de Prefeitos, a Associação Paulista de Municípios e as três universidades paulistas - USP, UNESP e UNICAMP, uma grande parceria na Década da Ação para avançar na Implementação dos ODS nos Municípios Paulistas. O IIRelatório de Acompanhamento dos ODS do Estado de São Paulo - *II Voluntary Local Review,* apresenta uma evolução na disseminação e implementação da Agenda 2030 pelo governo. Diferentemente do I Relatório, foi elaborado com a participação de todas as instituições membro da Comissão ODS - 24 secretarias e vários órgãos, listados abaixo. Demonstra, portanto, a conscientização e o engajamento dos gestores públicos por meio de um trabalho de sensibilização e capacitação desenvolvido pela Comissão ODS. As secretarias e órgãos do governo foram alocadas em subgrupos, de acordo com os 5 Os definidos pela ONU, para melhor trabalhar os seus temas prioritários. *Câmara Temática Paz:* Secretaria de Justiça e Cidadania; Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Administração Penitenciária; Procuradoria Geral do Estado. *Câmara Temática Pessoas:* Secretaria de Desenvolvimento Social; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência;Secretaria de Educação; Secretaria da Saúde; Secretaria de Cultura e Economia Criativa; Fundo Social São Paulo. *Câmara Temática Planeta* **-** SABESP; CETESB; Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; Secretaria de Agricultura e Saneamento; Casa Militar e Defesa Civil. *Câmara Temática Prosperidade* **-** Instituto de Pesquisas Tecnológicas; Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Turismo e Viagens; Secretaria de Habitação; Secretaria de Logística e Transporte; Secretaria de Transportes Metropolitanos; Secretaria de Relações Internacionais; Secretaria da Fazenda e Planejamento; Secretaria de Orçamento e Gestão. Além dos dois Relatórios ODSs - *Voluntary Local Reviews*, a Comissão ODS estabeleceu parceria com a Universidade de SãoPaulo para a realização de estudos, em parceria com o Instituto de Relações Internacionais-IRI: Mapeamento do ODS 5 e Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Microcrédito no Estado de São Paulo, ODS 8: Relatório Mapeamento do ODS 5 - Igualdade De Gênero: uma compilação dasações do Governo de SP em prol da Mulher - uma parceria realizada com o Instituto de Relações Internacionais da USP e a Secretaria de Justiça e Cidadania/Coordenadoria da Política para a Mulher,que deverá ser publicado, em breve, como livro -anexo. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Microcrédito no Estado de São Paulo, ODS 8: uma parceria realizada com a EmpresaJr. do Instituto de Relações Internacionais da USP e a Secretaria de DesenvolvimentoEconômico/Banco do Povo. (anexo). Além dos Relatórios, a Comissão ODS trouxe para o Governo de São Paulo a proposta de filiação ao Programa Um enfoque territorial para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: o papel das cidades e estados para não deixar ninguém para trás da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, anexa, em avaliação.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - A subsecretaria produziu, ao longo de 2022, cerca de 1.650 relatórios técnicos/estratégicos, com temas referentes às suas atribuições, para subsidiar ao Governador do Estado de São Paulo e ao Secretário-Chefe da Casa Civil em seus compromissos internos e externos, como agendas em todo o interior de São Paulo. Durante todo o ano, a equipe da subsecretaria também foi responsável por um monitoramento diário, inclusive aos finais de semana e feriados, tanto de redes sociais quanto de imprensa, de qualquer assunto relacionado ao Governo do Estado. O trabalho de monitoramento objetivou agilizar ações e respostas por parte do governo, evitando danos e corrigindo eventuais rumos.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO LEGISLATIVA - Suas atribuições estão previstas no artigo 21 do Decreto nº 64.462, de 11/9/2019, alterado pelo Decreto nº 65.636, de 16/4/2021, tendo como principais funções: assessoria do Secretário-Chefe da Casa Civil e do Secretário-Executivo; suporte técnico-administrativo ao Governador no exercício de suas funções legislativas e no relacionamento com a Assembleia Legislativa; gestão documental do Relatório Anual de Atividades e da Mensagem Governamental ao Poder Legislativo; acompanhamento e gestão dos anteprojetos de leis ordinárias e complementares de autoria do Chefe do Poder Executivo, bem como, das proposituras parlamentares de projetos de leis e propostas de emenda à Constituição; indicações parlamentares e requerimentos de informações, através do Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE; publicações no Diário Oficial do Estado, incluindo durante o período de recesso parlamentar, nos termos do artigo 28, § 3º, da Constituição Paulista; atualização do sítio eletrônico de legislação do Estado - http://www.legislacao.sp.gov.br/; além do acompanhamento e andamento de expedientes e processos diversos, bem como, o assessoramento nos processos de Bonificações por Resultados, atuando como suporte técnico ao Secretário-Chefe da Casa Civil.

BALANÇO DE ATIVIDADES

TABELA 8

Assunto	*2022*
Anteprojetos de leis	36
Projetos de leis	677
Projetos de leis complementares	59
Propostas de emenda à Constituição	4
Autógrafos	114
Enviados à ALESP	697
Requerimentos de Informações Enviados à ALESP	674 703
Indicações Enviadas à ALESP	6.392
Leis ordinárias	117
Leis complementares	11
Mensagens do Governador	35
Processos / Expedientes (recebidos)	51
Despachos	133
Ofícios	8.883

SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA - A Subsecretaria de Articulação Política é responsável por coordenar, analisar e acompanhar os assuntos políticos relativos à ação governamental, no âmbito da Assembleia Legislativa e dos partidos políticos, além de subsidiar o Secretário-Chefe da Casa Civil na interlocução com integrantes dos Poderes Legislativos federal, estadual e municipais. Atendimentos da Subsecretaria: Atendimentos presenciais realizados pela SSAP para esclarecer dúvidas ou discutir a tramitação de indicações, demandas ou emendas parlamentares: 38 Deputados Federais; 21 Deputados Estaduais, 105 Prefeitos, 57 Vice-Prefeitos; 58 Vereadores; 78 Outros interessados - Secretários Estaduais, Municipais e Assessores de Deputados, num total de 357 atendimentos/ano. Emendas e Demandas Parlamentares. Em 2022 houve intenso trabalho para realizar pagamentos das Emendas Parlamentares decorrentes da Lei Orçamentária, pois o período de restrição eleitoral impôs um desafio adicional para a execução dessas Emendas Parlamentares. Atualizado até 15/12/2022, temos 25,1% da quantidade das emendas em tramitação, 3,8% impedidas tecnicamente, e relevantes 71,1% do quantitativo pago-alguns parciais, o que evidencia o esforço do Poder Executivo Paulista, sob a condução da Casa Civil, em pagar parcela significativa em 2022, ficando a menor parte para executar posteriormente, pois dependem de instrução processual mais detalhada para celebrar os convênios.

Tabela 9 - EMENDAS PARLAMENTARES - Valores e Quantidades - Secretaria/Órgão vs. Em trâmite/Impedida/Paga até 15/12/22

Secretarias ou Órgãos Processadores	Em trâmite		Impedida		Paga		Total (R$)	Total Qtd.
	Valor (R$)	Qtd.	Valor (R$)	Qtd.	Valor (R$)	Qtd.		
Administração Penitenciária	1.100.000,00	2					1.100.000,00	2
Agricultura	250.000,00	1	150.000,00	1	2.330.000,00	17	2.730.000,00	19
Casa Civil	150.000,00	1			78.109.665,24	413	78.259.665,24	414
Casa Militar e Defesa Civil	1.150.000,00	5	50.000,00	1	2.400.000,00	13	3.600.000,00	19
Centro Educ. Tecnologia Paula Souza - CEETEPS	100.000,00	1					100.000,00	1
Cultura	10.295.952,86	80	2.130.307,00	22	5.387.131,31	31	17.813.391,17	133
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	100.000,00	1	50.000,00	1			150.000,00	2
Desenvolvimento Econômico	2.710.459,00	13	100.000,00	1	670.000,00	5	3.480.459,00	19
Desenvolvimento Econômico - UNICAMP	6.068.268,00	36	100.000,00	1			6.168.268,00	37
Desenvolvimento Regional	20.101.960,50	106	2.050.000,00	13	28.958.881,00	137	51.110.841,50	256
Desenvolvimento Social	4.597.653,45	42	3.504.876,00	39	32.367.320,31	392	40.469.849,76	473
Direito das Pessoas com Deficiência	1.570.000,00	14	50.000,00	1	495.307,00	2	2.115.307,00	17
Educação	8.731.414,98	69	820.000,00	7	7.330.879,67	26	16.882.294,65	102
Esportes	5.049.653,50	42	7.580.262,62	41	16.220.566,60	54	28.850.482,72	137
Fundação CASA			50.000,00	1			50.000,00	1
Fundação Memorial da América Latina	100.000,00	1			150.000,00	1	250.000,00	2
Habitação					150.000,00	1	150.000,00	1
H.C. da Faculdade de Medicina da USP	3.100.000,00	4					3.100.000,00	4
H.C. da Fac. de Medicina de Ribeirão Preto - USP	300.000,00	1					300.000,00	1
Infraestrutura e Meio Ambiente	3.833.000,00	17	100.000,00	1			3.933.000,00	18
Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT	100.000,00	1					100.000,00	1
Justiça	1.615.131,31	13	275.000,00	3	497.435,00	4	2.387.566,31	20
Justiça - ITESP	850.000,00	4					850.000,00	4
Saúde	81.597.939,69	496	2.015.000,00	17	241.637.848,83	1.662	325.250.788,52	2.175
Saúde - Animal	780.000,00	9	250.000,00	2	7.582.653,50	89	8.612.653,50	100
Segurança	200.000,00	4	130.000,00	2	8.157.500,00	89	8.487.500,00	95
Segurança - Bombeiros	3.645.000,00	21	230.307,00	2	50.000,00	1	3.925.307,00	24
Segurança - Polícia Civil	860.000,00	6			600.000,00	6	1.460.000,00	12
Segurança - Polícia Militar	5.086.607,00	36	572.000,00	3	350.000,00	2	6.008.607,00	41
Superintendência da Polícia Técnico-Científica	400.307,00	3			150.000,00	1	550.307,00	4
Turismo	50.000,00	1					50.000,00	1
Universidade de São Paulo - USP	200.000,00	2					200.000,00	2
Univ. Est. Paulista "Júlio Mesquita Filho" UNESP	1.267.262,62	8					1.267.262,62	8
Total Geral	**165.960.609,91**	**1.040**	**20.207.752,62**	**159**	**433.595.188,46**	**2.946**	**619.763.550,99**	**4.145**

Outro destaque foi o substancial valor de Demandas Parlamentares, cujo montante superou um bilhão e duzentos milhões de reais. Também foi relevante o empenho em liberar recurso no orçamento de 2022 para cumprir com pagamento de mais de R$ 928 milhões não obrigatórios, consagrando a importância de receber pedidos de parlamentares.

Tabela 10 - DEMANDAS PARLAMENTARES 2022

Rótulos de Linha	Em trâmite		Impedida		Pago		Total Valor	Total Qtd.
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.		
Agricultura	4.545.000,00	19			350.000,00	1	4.895.000,00	20
Casa Mil. e Def. Civil			9.680.000,00	33			9.680.000,00	33
Cultura	3.870.000,00	12	770.000,00	8	500.000,00	1	5.140.000,00	21
Desenv. Econômico	1.261.954,31	8	150.000,00	1			1.411.954,31	9
Desenv. Regional	344.735.393,93	856	5.660.393,93	17	6.815.000,00	18	357.210.787,86	891
Desenv. Social	36.429.308,31	285	3.810.000,00	26	1.870.000,00	9	42.109.308,31	320
Dir. Pess. Deficienc.	200.000,00	2					200.000,00	2
Educação	6.071.050,48	43	500.000,00	3	50.000,00	1	6.621.050,48	47
Esportes	6.120.131,31	30	990.000,00	8			7.110.131,31	38
Habitação	1.500.000,00	3					1.500.000,00	3
Infra. Meio Ambiente	5.320.000,00	15	250.000,00	1			5.570.000,00	16
Justiça	240.000,00	1	320.000,00	3			560.000,00	4
Saúde	191.901.767,73	700	8.020.000,00	22	614.045.000,00	1.490	813.966.767,73	2.212
Saúde - Animal	14.810.000,00	124			400.000,00	5	15.210.000,00	129
Segurança	3.290.000,00	22	1.300.000,00	2			4.590.000,00	24
Turismo	150.000,00	1					150.000,00	1
Total Geral	**620.444.606,07**	**2.121**	**31.450.393,93**	**124**	**624.030.000,00**	**1.525**	**1.275.925.000,00**	**3.770**

Valores e Quantidades (Secretaria/Órgão vs. Em trâmite/Impedida/Paga (até 15/12/22)

Em 2022 foi mantido o foco de continuar os pagamentos de Emendas Impositivas de 2019 a 2021, que de certa forma foram impactados pela pandemia, sendo que 1.404 Emendas foram pagas, totalizando valores indicados de cerca de R$ 242 milhões no corrente ano.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS DO GOVERNO NO CONGRESSO NACIONAL E A ASSESSORIA ESPECIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM BRASÍLIA – A Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional é responsável pela interlocução do Secretário-Chefe da Casa Civil com parlamentares federais, para tratar de projetos e proposições de interesse do Estado de São Paulo, em tramitação no Congresso Nacional. Em 15/6/2022 através do DECRETO nº 66.856, a Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília - AEGESP da Casa Civil, do Gabinete do Governador, foi transferida para a Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas ficando sob a responsabilidade do Secretário Rodrigo Maia representado pela Sra. Cassia Botelho. DECRETO Nº 66.856: Artigo 1º - Fica transferida da Casa Civil, do Gabinete do Governador, para a Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas, diretamente subordinada ao Titular da Pasta, a Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília - AEGESP. Artigo 2º - A alínea "g" do inciso II do artigo 24 do Decreto nº 64.462, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação: "g) prover suporte administrativo à Assessoria Especial do Governo

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

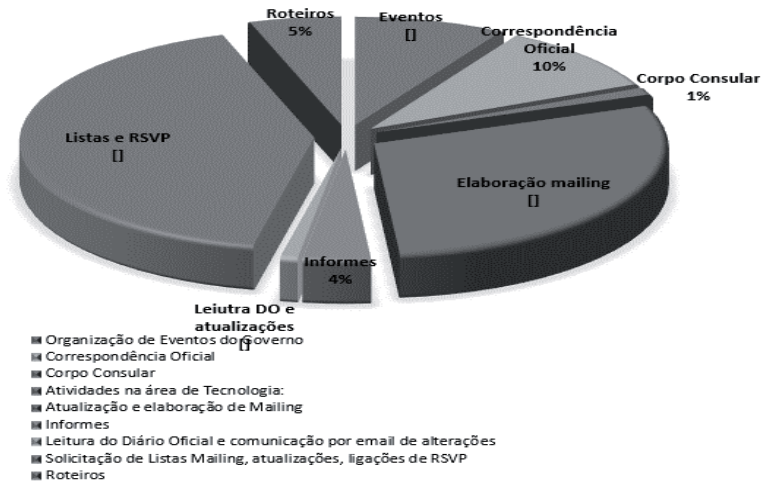
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

do Estado de São Paulo em Brasília - AEGESP, da Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas.". (NR) Artigo 3º - O "caput" do artigo 35 do Decreto nº 66.018, de 15 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 35 - A Secretaria de Governo prestará o necessário suporte técnico-administrativo à Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas, exceto em relação à Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília - AEGESP, cujo suporte administrativo será prestado pela Casa Civil, do Gabinete do Governador.". (NR)... e assim segue as principais matérias em que a Subsecretaria atuou em 2022 foram: Acompanhamento, monitoramento e apoio na interlocução do Secretário Imbassahy e do secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo da Economia, em reuniões para tratar sobre o PLP 11 de 2020, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13/9/1996-Lei Kandir, que dispõe sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS nas operações com combustíveis -ICMS Combustível.Acompanhamento, monitoramento e apoio na interlocução do Secretário Imbassahy e do secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo da Economia, em reuniões para tratar sobre o PL 1472/2021, que dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo - GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto. Acompanhamento, monitoramento e apoio na interlocução do Secretário Imbassahy junto ao PL 14.300/22, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica-SCEE e o Programa de Energia Renovável Social- PERS; altera as Leis nºs 10.848, de 15/3/2004, e 9.427, de 26/12/1996 e dá outras providências, bem como acompanhamento dos vetos. Acompanhamento e monitoramento do PLN 4/22, que abre crédito especial de R$ 23,912 bilhões para serem transferidos para prefeitura de São Paulo como parte de pagamento de decisão do Supremo Tribunal Federal-STF sobre a posse do Campo de Marte. Monitoramento diário dos requerimentos de informações e ofícios apresentados no Congresso Nacional, cujo objeto fossem autoridades ou órgãos do Governo de São Paulo, para subsidiar com informações a atuação do Secretário Imbassahy na condução do relacionamento dos parlamentares com os representantes dos demais órgãos e entidades estaduais. Análise e acompanhamento dos assuntos políticos e dos trabalhos legislativos em âmbito federal relativos à ação governamental que envolvam o Governo do Estado de São Paulo, seus órgãos e entidades, para auxiliar o Secretário na interlocução entre os Parlamentares, Ministros do Governo Federal e demais autoridades. Acompanhamento dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional, em especial a tramitação das proposições a seguir: PLP 11/2020 - Altera a Lei Complementar nº 87, de 13/9/1996-Lei Kandir, para dispor sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS nas operações com combustíveis. PL 2583/2020 - Institui a Estratégia Nacional de Saúde objetivando estabelecer uma estratégia nacional para incentivo às indústrias nacionais que produzam itens essenciais ao sistema de saúde nacional, bem como a pesquisa e desenvolvimento de produtos, insumos, medicamentos e materiais, com vistas a dar autonomia ao nosso país quanto a produção destes itens. PL 164/2019 - Altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 667, de 2/7/1969, para estabelecer novo rito de escolha dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal. Aprovação de empréstimo junto a organismos internacionais: MSG 43/2022 - Contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 550,000,000.00, entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam- se ao financiamento parcial do Projeto do Estado de São Paulo - Expansão da Linha 2 Verde e Aquisição de Material Rodante. MSG 48/2022- Contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 79,866,302.00, de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Recuperação do Rio Tietê à Montante da Barragem da Penha- Renasce Tietê. Sabatina de diversas autoridades - Diretorias de Agências Reguladoras etc. nas respectivas comissões temáticas e plenário no Senado Federal. Acompanhamento e monitoramento da instalação da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, bem como o acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Acompanhamento das Reuniões da Comissão Mista de Orçamento e deliberação do relatório do Orçamento de 2023, assim como da possível PEC de transição de Governo Federal que está em discussão. A Subsecretaria também providencia apoio logístico ao Governador e a autoridades por ele indicadas, em suas viagens oficiais a Brasília. Em 2022, a Subsecretaria providenciou apoio logístico para viagens oficiais do Governador e seus secretários à Brasília.

Em 2022, foram desembolsados para o Governo de São Paulo mais de R$ 150 milhões em Emendas Parlamentares de Bancada ao Orçamento Geral da União e mais de R$ 22 bilhões em Propostas Voluntátias – convênios e programação, por exemplo, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

CERIMONIAL **-** Organização de Eventos do Governo: Almoços, Cafés da Manhã, Coquetéis e Jantares; Eventos Internacionais-Governador/Primeira-Dama/Vice-Governador e Secretários; Audiências e Reuniões no Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Governador- Capital e Interior; Eventos do Governador de Médio e Grande Porte no Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Governador fora do Estado/ fora do País; Eventos da Primeira Dama -Capital/Interior/Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Vice-Governador-no Palácio ou externos, Eventos de Secretários de Estado no Palácio; Eventos organizados pelo Cerimonial sem a presença do Governador - *TOTAL: 1197. ADMINISTRATIVO: II - Correspondência Oficial:* Convites; Cartões e E-mails de Agradecimentos; Envio de roteiros; Cartões de Cumprimentos às Prefeituras - *TOTAL: 1398 - III - Consular:* Envio e atualização da lista consular por telefone e e-mail; Agradecimentos de Convites; Cumprimentos pela Data Nacional; Comunicados; Relação de Remessa por correio. *TOTAL: 152 - IV - Parcerias e Interfaces:* Assessoria Internacional do Governador; Conselho de Honrarias e Mérito para a concessão de Condecorações - *TOTAL: 9 - V - Compras, locações e processos para pagamentos de fornecedores:* Confecção de bandeiras/Compra de fitas/Passagens Aéreas/ Coroas de Flores; Embalagem de presentes diversos/Serviços Gráficos e de Caligrafia/Prismas acrílicos/Material de Escritório/Sacos de TNT - *TOTAL: 55 - VI - Atividades na área de Tecnologia da Informação:* Elaboração de mailing para eventos especiais; Atualização e cadastro do mailing; Elaboração da Planilha de Eventos - número de lançamentos; Ligações para RSVP: Envio de Informes; Envio por E-mail, da relação de nomes e cargos de autoridades constantes do mailing - Pedidos de listas; Leitura do Diário Oficial e comunicação por E-mail de alterações do mailing institucional.
TOTAL: 11.399 -TOTAL GERAL: 14.210 –

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CERIMONIAL - 2022



AUDIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES - GRUPO DE EVENTOS

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2022
Eventos realizados no Palácio dos Bandeirantes (Referente ao Lote I)
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: São Paulo, Baixada Santista, São José dos Campos e Registro (Referente ao Lote II)
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba (Referente ao Lote III)

CONSELHO ESTADUAL DA ORDEM DO IPIRANGA **-** Atendendo a solicitação, informamos de maneira sucinta, as atividades realizadas pelo Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga - CEOI, no decurso do presente ano, que cumpriu satisfatoriamente com suas finalidades, e esteve sempre disposto a inovar, assim como ampliar sua atuação. Ressaltamos o apoio pontual do Conselho às Instituições e profissionais no processo de elaboração e descrição em conformidade técnica - heráldica/medalhística a todos aqueles que nos procuraram, incentivando sempre o seu aprimoramento. De forma que antecipando os procedimentos burocráticos, vários interessados entraram em contato e obtiveram as informações básicas de como proceder para realizar um trabalho correto na instituição de brasões d'armas ou condecorações-medalhas, colares, e ordem de mérito, agilizando assim, o processo burocrático entre as Instituições de natureza pública e privadas. Dessa maneira, o Conselho incentiva diferentes associações a premiar seus colaboradores, ao mesmo tempo em que valoriza as personalidades que tiveram desempenho em vários ramos do conhecimento ou atuação cívica notável. Nossa participação-quando convidados, também se fez presente em inúmeros eventos realizados por diferentes órgãos, sejam eles de natureza militar; religiosa; política; associativa; culturais e ou de lazer. Mas sempre com o objetivo de culto a memória, história e civismo de nossa gente. Nossa presença na qualidade de presidente do CEOI nestas solenidades dá destaque especial ao Governo do Estado - todos se sentem valorizados. No âmbito específico e oficial do Governo do Estado de São Paulo, foi realizado os preparativos para a outorga da Medalha Mérito Esportivo para o técnico da Sociedade Esportiva Palmeiras, sr. Abel Ferreira. A cerimônia acabou sendo adiada por conflitos na agenda do governador e do secretário de esportes. O Conselho atuou para a instituição da Medalha Cinquentenário do 3.º BPM/I, publicada no Diário Oficial peloDecreto nº 66.857, de 20/6/2022; Medalha Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, publicada no Diário Oficial pelo Decreto nº 66.712, de 10/5/2022 e a da Medalha Subtenente Magali Garcia, publicada no Diário Oficial pelo Decreto nº 66.959, de 8/7/2022 de São Paulo. Além disso, auxiliou nos processos de criação das seguintes outorgas: Medalha Mérito do Comando de Policiamento Metropolitano; Medalha Cel PM Leônidas Tavares do 1º BPAmb; Medalha Mérito do Serviço de Engenharia - Tenente Coronel PM Euclydes Marques Machado e Ordem do Mérito Veteranos Geraldo Farias Marcondes 'Herói Paulista da Revolução Constitucionalista'. Estas receberam parecer positivo do Conselho e submetidas à apreciação superior. Porém, ainda não foram publicadas. Por fim, o Conselho atuou para a outorga da Medalha Jorge Tibiriça para Ricardo Cardozo de Melo Tucunduva e ajudou no processo de alteração de decreto da Medalha Jubileu de Brilhante da Casa Militar. Dessa maneira, o Conselho trabalha com todos os subsídios deixados pelas gerações anteriores, interage e atualiza-se no presente e investe em prováveis caminhos futuros. Importante destacar, que não existe em pendência qualquer processo no CEOI, visto que como afirmamos anteriormente, interagimos diretamente com os interessados, de forma que exista perfeita fluência. Encontramo-nos assim continuamente respondendo presente e à disposição do Governador para uma ação mais atualizada e inserida no contexto contemporâneo.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

CASA MILITAR

Departamento de Proteção e Defesa Civil - A Casa Militar do Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil - DEPDEC, realizou as seguintes atividades. Situação de Anormalidade - Conforme descrito na Lei nº 12.608, de 10/4/2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, compete aos Estados apoiar a União, quando solicitado, no reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública; e declarar, quando for o caso, estado de calamidade pública ou situação de emergência. O Decreto Estadual Nº 64.592, de 14/11/2019 que reorganiza a Política e o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, discorre como sendo atribuição da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC, apoiar, quandosolicitada, os órgãos municipais de proteção e defesa civil, nos procedimentos de declaração, pelo Prefeito, e homologação, pelo Governador do Estado, de situação de emergência e de estado de calamidade pública, nos casos em que a situação de anormalidade causada por desastre seja restritaà área de um Município. O Decreto Estadual ainda descreve como sendo competência do Chefe da Casa Militar, Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil a decretação da situação de emergência ou de estado de calamidade pública, nos casos de desastres resultantes do mesmo evento adverso com consequências em mais de um município paulista; e a homologação da declaração de situação de emergência ou de estado de calamidade pública por prefeito, nos casosem que as áreas atingidas por desastres sejam circunscritas a um Município. Ante as atribuições legais acima descritas, o DEPDEC possui em sua estrutura administrativa o Núcleo de Situação de Anormalidade - NSA, responsável por realizar o apoio direto aos municípios nos processos de decretação da situação de anormalidade-Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, auxiliando na elaboração do Decreto Municipal e de todos os documentos necessários dos processosde homologação estatual e reconhecimento federal, conforme previsto na Portaria nº 260, de 2/2/2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional. Além da citada atribuição o NSA é responsável pelo auxílio aos municípios nos processos de solicitação de recursos federais para açõesde resposta e reconstrução, posteriores ao acontecimento de um desastre. O Sistema utilizado para elaboração do processo de homologação estadual é o SP sem Papel, e o processo de reconhecimentofederal e solicitação de recursos ao governo federal, se dá por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID. No ano foi prestado auxílio à 27 municípios paulistas para a decretação de Situação de Emergência. Depois do parecer do Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, todos obtiveram a homologação do Governador do Estado. O NSA também auxilia os municípios nos processos de Reconhecimento Federal das situações de anormalidade em questão, com apoio da Defesa Civil do Estado, 6 deles receberam recursos financeiros da União, para ações de reconstrução e resposta, no valor de R$ 14.681.668,65. Em âmbito estadual, por meio do DecretoEstadual nº 66.472, de 2/2/2022, 12 municípios afetados pelas chuvas celebraram convênio com a Estado, com a destinação de R$ 13.000.000,00 para ações de restabelecimento da normalidade. A principais ações de inovação do NSA *para* o próximo ano, são a elaboração de norma regulamentadora dos processos de homologação estadual, e a implementação da sistematização e unificação dos processos de homologação estadual e reconhecimento federal. Logistica Humanitária - O Decreto Estadual nº 64.592, de 14/11/2019, em seu artigo 8º, descreve como sendo competênciada Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil providenciar, de forma suplementar, quando solicitada, a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações dedesastres. Foram repassados 93.041 itens de assistência humanitária - cestas básicas, kits dormitório, vestuário, limpeza e higiene, para as coordenadorias municipais de defesa civil de 52 municípios paulistas atingidos por desastres, no valor de R$ 1.239.089,81. O Núcleo de Logistica humanitária evoluiu em diversas áreas: - foram adquiridos dois caminhões zero quilômetro, sendo um da marca VW, modelo Delivery Express equipado com baú de alumínio no valor de R$352.000,00 e outro da marca Iveco, modelo Tector 11-190 equipado com baú de alumínio eplataforma no valor de R$ 407.000,00. Houve a contratação de empresa para elaboração deprojetos completos de arquitetura e engenharia, visando a demolição e construção de um novo Depósito Estratégico Central, no município de São Paulo, bairro do Morumbi. Está se buscando a atualização das principais Atas de Registro de Preços, buscando inovações nos materiais de ajuda humanitária existentes, e inclusão de novos materiais. Atualização e inclusão de itens inovadores nos Kits destinados aos municípios em apoio às Defesas Civis Municípais para o desenvolvimento das Operações Chuvas de Verão e Estiagem. Vem sendo estudada a modernização do Sistema Integrado Defesa Civil-SIDEC, com a participação de diversas empresas de tecnologia, visando sistematizar os processos de pedidos de Ajuda Humanitária e homologação de situações de anormalidade. Divisão de Apoio - Comunicação Social - A Defesa Civil Estadual mantém canal direto e permanente com o público interno e externo por meio das mídias sociais: Instagram @defesacivilsp, Facebook @defesacivilestadual, Twitter @defesacivilsp, Youtube e Tiktok @defesacivilsp; além do email defesacivil@sp.gov.br e da página www.defesacivil.sp.gov.br. Em termos de números apresentamos as seguintes métricas: Site: 41.350 acessos - Instagram: 324 publicações e 37,9 milseguidores - Facebook: 324 publicações e 76 mil seguidores - Twiiter: 461 publicações e 25,6 mil seguidores - Tiktok: 123 publicações e 44,6 mil seguidores - Youtube: 8 publicações e 1.040 seguidores. Ao longo do ano foi possível alcançar 19,9 milhões de interações com a população por meio de todos os canais ativos de comunicação social da Defesa Civil. Como forma de divulgar informações de interesse público foram concedidas 252 entrevistas - ao vivo e gravadas e confeccionados 102 releases/notas de imprensa. Foram respondidos 18 pedidos da Secretaria de Comunicação - SECOM para produção do paper do Governador do Estado e produzidos 38 informativos para o Secretário-Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil. Também é mantida permanentemente no ar a Campanha SPAlerta, com objetivo de concentrar diversas ações de orientação ao cidadão sobre o que fazer antes, durante e depois aos problemas típicos do verão, por meio do site www.spalerta.sp.gov.br. Para a aproximação e contato direto com o público interno - Agentes Municipais de defesa civil, foi criada o Defesa Civil na Área. A ação promoveu câmaras temáticas nos Consórcios Municipais do Estado de São Paulo. Ao todo foram realizadas 10 câmaras temáticas com a participação de 2 mil pessoas, representando cerca de 400 municípios, com o objetivo de intensificar as relações institucionais entre o Governo do Estado e as Prefeituras e Câmaras Municipais, além de uma prestação de contas à comunidade. Foram distribuídos 97.250 itens com orientações preventivas sobre fenômenosnaturais e projetos da Defesa Civil, utilizados em campanhas educativas, cursos, oficinas preparatórias para a Operação Chuvas de Verão e para a Operação Estiagem, palestras, eventos sociais e feiras. Fortalecimento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - Fomento à criação e estruturação de Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, por meio devisitas presenciais e contatos telefônicos. Atualmente, 616 municípios paulistas possuem Defesas Civis cadastradas no Sistema Integrado de Defesa Civil - SIDEC. Alertas de risco e eventosmeteorológicos - SMS 40199 - Por meio de lei, tornou-se obrigatória a transmissão gratuita de informações de alerta à população sobre risco de desastres. A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel regulamentou o serviço com apoio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e demais órgãos de Defesa Civil. Esta parceria do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, Anatel e operadoras de telefonia móvel, propicia que usuários de telefonia celular possam receber mensagens de alerta - SMS sobre desastres naturais ou tecnológicos, sempre que a Defesa Civil identificar uma situação de risco na área que abrange o Código de Endereçamento Postal - CEP cadastrado. Segundo a Anatel, aderiram ao serviço noEtado de São Paulo 2.587.316 terminais, totalizando 5,63% da população. De 1º/1 a 11/112022, foram enviados 4.162 alertas para as pessoas cadastradas. Serviço de mensagens para o sistema de Defesa Civil Estadual - O serviço tem por objetivo a transmissão de mensagens a mais de 676 agentes de defesa civil municipais sobre ocorrências de desastres e calamidades no estado, além de informações técnicas para as equipes operacionais. O Núcleo de Gerenciamento de Emergências transmitiu 88.668 mensagens para os agentes de defesa civil cadastrados. Recuperação - Foram celebrados 51 convênios, com 49 municípios, para execução de obras preventivas e recuperativas de

Defesa Civil. Investimento total de R$ 57.753.513,33.

Ponte (A)		*R$ 35.600.130,64*
Município	*Local*	*Total*
Bilac	Estrada BIL-030, sobre o Córrego da Lage	512.839,35
Vitória Brasil	Estrada municipal VB-08, sobre o córrego do Veadão	433.618,44
Oriente	Estrada ORI-020, sobre o Córrego Ribeirão Jatobá	449.105,88
Santana da Ponte Pensa	Estrada SPP-330, sobre o Córrego Escondido	316.503,34
Santa Isabel	Avenida Prefeito José Raymundo Lobo, sobre o ribeirão Araraquara	520.198,83
Teodoro Sampaio	Córrego do Lajeadinho, na estrada vicinal SPV-031	1.065.323,82
Piquerobi	Bairro do Buzu, na estrada PQB-010	712.026,44
Dolcinópolis	Estrada DCN-236, sobre o córrego do Cedro	546.281,92
Flórida Paulista	Estrada FLP-0321, córrego Indaiazinho	2.062.688,54
Magda	Estrada MGD-169, sobre o Córrego Macaúbas	340.055,00
Ribeirão Corrente	Córrego do Japã, estrada RCR-010	1.003.390,92
Paraibuna	Estrada Cel. Francisco Tobias das Neves (PBN-466), bairro daRoseira	866.423,32
Vargem Grande do Sul	Interligação entre as ruas Bernardo Garcia com a Getúlio Vargas	1.045.101,08
Ribeira	Ponte de concreto armado sobre o rio Tijuco, na estrada vicinal Dirceu Dias Baptista	1.095.943,76
João Ramalho	Estrada JRH-163, sobre o rio Bugio (km 20,2)	531.178,56
Tremembé	Estrada Felício Roberto Manfredini, sobre o ribeirão Santa Cruz	590.508,39
Parapuã	Córrego da Onça, na estrada PRP-287	2.160.293,48
Colômbia	Estrada CLB-205, sobre o rio Velho	458.801,17
Paraguaçu Paulista	Acesso ao distrito da Roseta, estrada vicinal PGP-161, sobre orio Capivara	2.089.211,72
Aparecida do Oeste	Estrada ADT-060, sobre o córrego do Jaú	289.386,99
Caiabu	Córrego do Acampamento, Estrada CBU-040	758.556,39
Marília	Estrada MAR-306, sobre o rio do Peixe	2.630.792,64
Caiabu	Córrego Santa Emília, na estrada CBU-339	792.282,06
Santa Isabel	Rio Parateí, acesso ao bairro Morro Grande	1.819.250,41
São Francisco	Córrego São Francisco, a 370 metros da estrada Municipal SRF-444	310.519,06
Itapeva	Estrada Usina da Barra, sobre o rio Apiaí-Guaçu	2.608.471,62
Santa Mercedes	Córrego do Pacuruxu – estrada vicinal SMD-316	669.980,47
Itápolis	Estrada vicinal Atílio Malosso, IPS-060	941.408,76
Rinópolis	Estrada municipal RNP-340, sobre o córrego do Itaúna	690.770,24
Araçatuba	Via Agnaldo Fernando dos Santos ART 346 – Ponte Preta sobre o Ribeirão Baguaçu	3.895.316,26
Flora Rica	Sobre o córrego Perobal, na Estrada FR-15	1.079.883,72
Itararé	Estrada José Carlos Magno Neto IRR-030, sobre o riberão Água do Angico	833.551,28
Pederneiras	Rua Siqueira Campos, sobre o córrego Monjolo	746.985,15
Euclides da Cunha Paulista	Sobre o córrego do Burrinho, rua Valeriano Serrano, Vila Ferreira	733.481,63

Travessia em aduelas (B)		R$ 10.406.482,26
Município	Local	Total
Paraíso	Córrego Papagaio, na Estrada PRS-347	425.017,10
Ribeirão Grande	Rua Jacira Landim Story, no córrego Rodrigues	444.005,54
Barretos	Córrego do Barro Preto, na Avenida Fraternidade Paulista	2.681.445,50
Buritama	Estrada BTM-405, no córrego Palmeiras	393.292,68
Sebastianópolis do Sul	Córrego do Retiro, estrada STS-020	383.119,70
Sarapuí	Estrada municipal Gumercino Rodrigues da Silva (km 2,3)	548.113,83
Itajobi	córrego Monjolinho e proteção de margens	3.307.156,09
Jarinu	Estrada JAR-126, sobre o ribeirão Campo Largo	410.350,92
Alto Alegre	Estrada AAG-470, córrego Dois Bracinhos, Distrito de Jatobá	493.570,03
Floreal	Estrada FLR-133, km 24, sobre o córrego Quincas Inácio	549.227,48
Três Fronteiras	Estrada TRF-325, km 6,3	315.822,94
Monte Alto	Estrada MNA-010 Rio Turvo	455.360,45
Muro de contenção (C)		R$ 10.990.614,25
Município	Local	Total
Franco da Rocha	Rua São Carlos	8.765.307,40
Ubatuba	Estrada municipal do Almada	2.225.306,85

Reforço de fundação (D)		R$ 102.784,62
Município	Local	Total

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

Nova Canaã Paulista	Córrego do Escondido	102.784,62

Canalização (E)		R$ 307.302,78
Município	Local	Total
Itu	Canalização de trecho do córrego Convenção – travessa da rua Inácio Rodrigues D' Ávilla	307.302,78

Contenção de cabeceira de ponte (F)		R$ 346.198,78
Município	Local	Total
Guariba	Córrego Guariba, na avenida Liberdade	346.198,78

Resumo por tipo de obra		
Tipo de obra		Total
A)	Ponte	R$ 35.600.130,64
B)	Travessia em aduelas	R$ 10.406.482,26
C)	Muro de contenção	R$ 10.990.614,25
D)	Reforço de fundação	R$ 102.784,62
E)	Canalização	R$ 307.302,78
F)	Contenção de cabeceira de ponte	R$ 346.198,78

TOTAL (A+B+C+D+E+F)	*R$ 57.753.513,33*

Também, foram celebrados 12 convênios objetivando a transferência de recursos financeiros para execução de despesas com serviços destinados a ações de resposta de Defesa Civil.O valor total foi de R$ 13.000.000,00

Município	Recurso Destinado
Agudos	R$ 1.000.000,00
Caieiras	R$ 1.000.000,00
Campo Limpo Paulista	R$ 1.000.000,00
Capivari	R$ 1.000.000,00
Embu das Artes	R$ 1.000.000,00
Francisco Morato	R$ 1.000.000,00
Franco da Rocha	R$ 2.000.000,00
Jaú	R$ 1.000.000,00
Monte Mor	R$ 1.000.000,00
Rafard	R$ 1.000.000,00
Santa Isabel	R$ 1.000.000,00
Várzea Paulista	R$ 1.000.000,00

TOTAL: R$ 13.000.000,00

Divisão de Prevenção - Entrega de 18 instrumentos de mapeamento de suscetibilidade e risco, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Serviço Geológico do Brasil - CPRM e Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA, beneficiando 18 municípios do Estado. Foram entregues 10 cartas de suscetibilidade e 8 setorizações, em evento de capacitação sobre a finalidade e aplicação desses instrumentos, de forma multidisciplinar em âmbito municipal, realizado no dia 16/2, no município de Aparecida, com participação de 92 municípios e capacitação de 196 agentes públicos municipais. Os instrumentos têm a finalidade de dar conhecimento ao poder público da situação das áreas de risco existentes no território municipal, permitindo que os gestores possam implantar iniciativas multidisciplinares para prevenir ou mitigar o risco e preparar-se para agir em um momento de crise, dando a resposta adequada para atender a população e restabelecer os cenários e serviços essenciais. Operacionalização da plataforma web para elaboração de Planos de Contingência Municipais - PlanCon. O módulo PlanCon, disponibilizado aos municípios paulistas, está hospedado no Sistema Integrado de Defesa Civil - SIDEC, tendo sido criado com a finalidade de facilitar a elaboração e a gestão dos planos de contingência pelos gestores municipais deproteção e defesa civil. Até o momento, 150 municípios já iniciaram a inserção de dados no sistema e 29 já concluíram a elaboração do plano. Recebimento de 2 Planos de Ação de Emergência – PAE de barragens situadas no Estado de São Paulo, as quais, pelas características, estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. Desde 2016, já foram recebidos 98 PAEs, que abrangem 128 barragens, relacionadas a diversos tipos de uso: 64 do setor hidrelétrico, 7 de mineração, 1 de resíduos industriais e 26 de águas para usos múltiplos. Neles, foram identificados 293 municípios em áreas de inundação: 233 paulistas e 60 de estados vizinhos: 9 em MG, 15 no MS, 34 no PR, 1 em GO e 1 no RJ. Todas os respectivos órgãos de defesa civil estaduais foram cientificados e os municípios paulistas identificados foram comunicados a respeito da necessidade de efetiva integração com os empreendedores, conhecimento do PAE e incorporação das informações nos PlanCons. Treinamento sobre a elaboração de PlanCon e uso do Módulo PlanCon, com capacitação de 1.508 agentes municipais, policiais militares e outros; e 341 municípios,realizado em EaD e presencial: nas Oficinas Preparatórias para a Operação Estiagem - OPOE e no Curso de Gestores de Proteção e Defesa Civil. Capacitação para inscrição e operacionalização da nova plataforma da Campanha Mundial Construindo Cidades Resilientes - MCR2030, realizada no dia 26/4, no Palácio dos Bandeirantes, com participação de 180 municípios, representados por 515 agentes públicos municipais. Instrução para operacionalização do Scorecard, ferramenta de avaliação de capacidades municipais de resiliência a desastres, na modalidade presencial, realizada no dia 28/4, no município de Santo André, com participação de 35 agentes públicos municipais. Realização de 3 exercícios simulados de abandono das Zonas de Autossalvamento - ZAS daBarragem Palmital - município de Alumínio, Barragem Piraju - município de Piraju e Barragem Ourinhos - município de Ourinhos. No simulado da Barragem Palmital, a população participou de forma presencial e, com uso de aplicativo para smartphone, no momento da ação de abandono, a população envolvida fez o check-in virtual, nos pontos de encontro ou abrigos cadastrados. Pelo Programa Escola + Segura em Educação para Redução de Riscos e Desastres - ERRD, desenvolvido pelas Secretarias de Estado da Educação - SEDUC, Secretaria de Segurança Pública- SSP, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC, foram realizadas 4 trilhas formativas, transmitidas ao longo do ano no canal do Youtube do Centro de Mídias da Educação de São Paulo e no aplicativo Centro de Mídias com os temas: Desastres hidrometeorológicos; Arboviroses - Sistema de Informações em Saúde Silvestre; c) Riscos tecnológicos e segurança no trânsito; Emergência climática: o que fazer? Nas trilhas dos professores, houve 649 visualizações noaplicativo Centro de Mídias e 1.475 no Youtube. Já nas trilhas dos alunos, foram 1.079 visualizações no aplicativo e 1.725 no Youtube. Foram realizadas 3 Oficinas de Ações Formativas - Orientação Técnica, de forma presencial, com a participação do Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil - DEPDEC, voltadas para Diretores de Núcleo Pedagógico e Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico, com o objetivo de construir os conceitos voltados à percepção de riscos e desastres e promover uma mudança cultural voltada ao desenvolvimento da autoproteção, adaptação e resiliência, com 259 participantes. Os temas desenvolvidos nas oficinas presenciais foram: Percepção de risco; Comunidades Resilientes e Diagnóstico Socioambiental; ERRD e pré-iniciação científica. Início do Projeto Piloto das Olímpiadas do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil, com a participação da Secretaria de Educação de Franco da Rocha. Em 2022, as metas planejadas e alcançadas foram: definição do município; apresentação eenvolvimento da Secretaria Municipal de Educação; apresentação do projeto aos professores coordenadores da rede pública de ensino municipal. O projeto tem o objetivo de transmitir conhecimentos sobre ERRD aos estudantes da 5ª série, da rede pública municipal, contemplando a transmissão de conhecimento, a formação das equipes escolares, a realização de seletivas escolarese culminando em uma atividade no formato de gincana que resultará na definição dos vencedores daolimpíada. Posteriormente, o projeto dará base para a expansão das olimpíadas para os demais municípios paulistas. Realização de 9 Capacitações sobre a PNSB e Elaboração de PlanCon, com apresentações de especialistas do DEPDEC e do IPT, que abordaram os temas: Sistema Nacional deProteção e Defesa Civil - SINPDEC; Aspectos legais da PNSB; Plano de Ação de Emergência - PAE: elaboração participativa; Método para estimativa preliminar de manchas de inundação; Elaboração do PlanCon; Elaboração do PlanCon para barragens. Os eventos foram realizados em nove regiões, abrangendo todo o Estado de São Paulo, contando com a participação de 552 agentes públicos municipais, representantes de 208 municípios. Operacionalização do Programa Município Resiliente - PMR, criado por intermédio de uma parceria do DEPDEC com o Tribunal de Contas doEstado - TCESP e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA com o objetivo de avaliara maneira como os municípios paulistas administram a redução de risco e de desastre em seus territórios, através da aferição de indicadores de gestão obtidos no Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM, no Programa Município VerdeAzul - PMVA e na MCR2030. Em 2022, a certificação do PMR ocorreu na seguinte conformidade: Certificado de Resiliência: concedido a 63 municípios que obtiveram 70 pontos ou mais; Prêmio Ouro: Campinas e São José do Rio Preto,com 99,5 pontos; Prêmio Prata: Vinhedo e Votuporanga, com 94,5 pontos; Prêmio Bronze: Pinhalzinho e Salto, com 87,0 pontos. Embaixador da Resiliência: Dra. Regina Elsa Araújo - Coordenadora Regional de Proteção e Defesa Civil da Baixada Santista. Início do Projeto Piloto Habitacional, em parceria com a Companhia de desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, afim de contemplar 100 famílias que atualmente residem em área de risco alto e muito alto, no município de Franco da Rocha. As metas estabelecidas e alcançadas, foram: seleção do município; seleção da área de risco; início do processo de análise para definição da população que será atendida. Decorrente da ação de fomento à criação e estruturação de Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, atualmente 616 municípios paulistas possuem cadastro no SIDEC. No Fórum Estadual de Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil foram apresentadas ações desenvolvidas por diversos municípios paulistas em seu âmbito territorial, para disseminar o conhecimento da gestão do risco e do desastre e criar um espaço de interação entre os representantes municipais, com o objetivo de compartilhar experiências e promover um ambiente positivo para o avanço da sociedade paulista em sua trajetória rumo a resiliência. O evento foi realizado no dia 6/6/2022, no município de São José dos Campos, e contou com a participação de 119 municípios, representados por 298 agentes públicos municipais. Capacitação - Oficinas Preparatórias abrangendo todas as Regiões Administrativas do Estado, divididas em duas etapas: uma para a Operação Estiagem-abril e maio, com o objetivo de capacitar os agentes públicos municipais, nas ações preventivas e de resposta, durante o período de seca; e outra para a Operação Chuvas de Verão-outubro e novembro, com enfoque no período mais chuvoso, abordando-se temas como meteorologia e geologia. Fortalecimento do Centro de Voluntariado da Defesa Civil Estadual,que agora conta com 9 instituições parceiras - Cruz Vermelha, Escoteiros do Brasil, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, Uniforça da Igreja Universal, Exército da Salvação, Igreja Adventista, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e Federação Israelita do Estado de São Paulo, por meio da realização de reuniões por videoconferência, a fim de promover nivelamento dos conhecimentos e ações dos voluntários em situações de desastres. Promovendo-se ainda em julho campanha de doação de sangue, na qual foram coletadas cerca de 200 bolsas - que podem salvar até 4 pessoas cada. Realização em outubro do VI Seminário sobre Desastres Naturais, em parceria com a Associação dos Bolsistas da Agência de Cooperação Internacional do Japão - ABJICA, com objetivo de disseminar a cultura de redução de riscos de desastres, sob os preceitos norteadores do Marco de Sendai. Realização em setembro do terceiro Curso de Gestores de Proteção e Defesa Civil, destinado a agentes da Secretaria de Estado da Segurança Pública, órgão que integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, fornecendo condições para atuação nas ações de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação, em face dos diversos desastres a que o Estado de SãoPaulo está sujeito. Capacitados 20 militares e 14 civis. Desenvolvimento de diversos cursos gratuitos à todos os integrantes do Sistema na Escola de Defesa Civil- https://escola.defesacivil.sp.gov.br/, plataforma Moodle totalmente gratuita que promove atividades de ensino à distância e que dá suporte aos cursos presenciais desenvolvidos no nosso Núcleo. Atualmente conta com 4.672 usuários. Em parceria com a Secretaria de Educação, será realizadoem dezembro o V Seminário Estadual de Educação em Redução de Riscos e Desastres - RRD, promovendo o diálogo sobre a cultura de RRD, no território nacional, ampliando o debate entre especialistas e professores, problematizando temáticas e reflexões sobre a importância da formação continuada de professores e técnicos em educação, no contexto da RRD, fomentando e disseminando a temática em todos os níveis. Ao todo até 10/11/22, 5.008 agentes municipais de proteção e defesa civil e voluntários foram capacitados, no Estado de São Paulo. Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - Entre Indicações, Projetos de Lei e Requerimentos de Informações oriundos do Legislativo Estadual, foram atendidas 30 demandas com informações sobre aquisição de equipamentos de proteção para as defesas civis municipais, repasse de recursos emateriais de ajuda humanitária. Parcerias com outras Secretarias de Estado - Em parceria com a Secretaria de Saúde por meio do Centro de Vigilância Epidemiológica, foi inserido o conteúdo sobre Epidemias e Doenças Hídricas durante a capacitação para a Operação Chuvas de Verão. O conteúdo contribuiu sobremaneira para a disseminação do conhecimento além de promover multiplicadores nas regiões onde o treinamento foi realizado. Aparelhamento das Defesa Civis Municipais - Por meio da Ação de Aparelhamento das Defesas Civis Municipais, foram celebrados convênios para a compra de veículos e equipamentos destinados aos municípios paulistas, com recursos oriundos de emendas e demandas parlamentares, além de verbas dos Tesouros Estadual e Federal. O kit de 2022, além do veículo caminhonete 4x4, veículo tipo pick-up 4x2, kit de combate a incêndio, motosserra, tenda, equipamento de iluminação, bote inflável e gerador elétrico, contou com algumas atualizações como inclusão de lanternas, capacetes e megafones. Foram celebrados 153 convênios, aparelhando 153 Defesas Civis Municipais com viaturas e equipamento de proteção e defesa civil, no valor total de R$ 34.981.236,00.

Emendas Parlamentares Impositivas:

Nº	*Municipio*	*Recurso Destinado*	*Recurso Utilizado*

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

1	Barueri	R$ 200.000,00	R$ 199.924,00
2	Bauru	R$ 200.000,00	R$ 199.924,00
3	Boituva	R$ 300.000,00	R$ 299.071,00
4	Bom Jesus Dos Perdões	R$ 200.000,00	R$ 199.817,00
5	Brotas	R$ 100.000,00	R$ 99.941,00
6	Cachoeira Paulista - 2021	R$ 100.000,00	R$ 99.941,00
7	Cerquilho	R$ 100.000,00	R$ 99.941,00
8	Cunha	R$ 300.000,00	R$ 299.071,00
9	Garça	R$ 200.000,00	R$ 199.924,00
10	Itaquaquecetuba	R$ 300.000,00	R$ 297.947,00
11	Jundiaí	R$ 200.000,00	R$ 199.817,00
12	Lins	R$ 300.000,00	R$ 299.071,00
13	Miguelópolis	R$ 200.000,00	R$ 199.924,00
14	Pinhalzinho	R$ 100.000,00	R$ 99.941,00
15	Porto Ferreira	R$ 200.000,00	R$ 199.924,00
16	Rio Grande Da Serra	R$ 50.000,00	R$ 49.820,00
17	Santa Rita Do Passa Quatro	R$ 200.000,00	R$ 199.924,00
18	Taquaritinga	R$ 200.000,00	R$ 158.984,00
19	Tatuí	R$ 200.000,00	R$ 199.817,00
		R$ 3.650.000,00	*R$ 3.602.723,00*

Demandas Parlamentares:

Nº	*Municipio*	*Recurso Destinado*	*Recurso Utilizado*
1	Alumínio	R$ 300.000,00	R$ 299.071,00
2	Bertioga	R$ 150.000,00	R$ 149.889,00
3	Dumont	R$ 200.000,00	R$ 158.984,00
4	Francisco Morato	R$ 300.000,00	R$ 299.071,00
5	Guatapara	R$ 200.000,00	R$ 158.984,00
6	Jaboticabal	R$ 200.000,00	R$ 158.984,00
7	Lucelia	R$ 200.000,00	R$ 199.817,00
8	Santo Antonio Da Alegria	R$ 100.000,00	R$ 99.941,00
9	Taquaral	R$ 200.000,00	R$ 158.984,00
		R$ 1.850.000,00	R$ 1.683.725,00

Verba Federal:

Nº	*Municipio*	*Recurso Destinado*	*Recurso Utilizado*
1	Altinópolis	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
2	Auriflama	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
3	Avanhandava	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
4	Boa Esperança Do Sul	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
5	Bocaina	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
6	Borborema	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
7	Chavantes	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
8	Duartina	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
9	Fartura	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
10	Flórida Paulista	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
11	Ibirá	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
12	Ipaussu	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
13	Itajobi	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
14	Itapuí	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
15	Lavínia	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
16	Maracaí	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
17	Mineiros Do Tietê	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
18	Palmares Paulista	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
19	Patrocínio Paulista	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
20	Piratininga	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
21	Quatá	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
22	Ribeirão Bonito	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
23	Ribeirão Branco	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
24	Santa Adélia	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
25	São Sebastião Da Grama	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
26	Serra Azul	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
27	Tabapuã	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
28	Taguaí	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
29	Tapiratiba	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
30	Tarumã	R$ 179.100,00	R$ 141.134,00
		R$ 5.373.000,00	R$ 4.234.020,00

Verba do Tesouro Estadual:

Nº	*Municipio*	*Recurso Destinado*	*Recurso Utilizado*
1	Adamantina	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
2	Agudos	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
3	Andradina	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
4	Angatuba	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
5	Apiaí	R$ 111.504,00	R$ 110.964,00
6	Avaré	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
7	Bady Bassitt	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
8	Batatais	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
9	Bebedouro	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
10	Brodowski	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
11	Buri	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
12	Buritama	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
13	Cajuru	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
14	Cândido Mota	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
15	Capão Bonito	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
16	Capela Do Alto	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
17	Casa Branca	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
18	Castilho	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
19	Cerqueira César	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
20	Cesário Lange	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
21	Conchal	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
22	Conchas	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
23	Cravinhos	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
24	Descalvado	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
25	Dois Córregos	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
26	Dourado	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
27	Dracena	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
28	Guaíra	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
29	Guapiara	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
30	Guará	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
31	Guararapes	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
32	Guariba	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
33	Ibitinga	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
34	Igarapava	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
35	Ipuã	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
36	Iracemápolis	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
37	Itaberá	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00

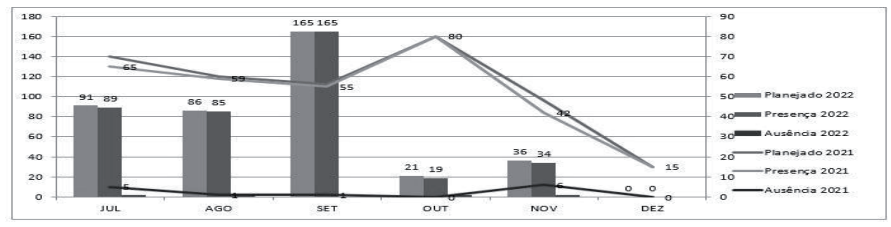
Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

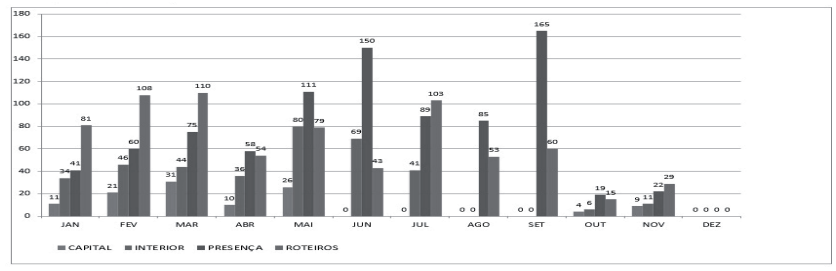
38	Itaí	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
39	Itápolis	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
40	Itararé	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
41	Itatiba	R$ 20.600,00	R$ 20.600,00
42	Itatinga	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
43	Itirapina	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
44	Ituverava	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
45	Junqueirópolis	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
46	Leme	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
47	Lençóis Paulista	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
48	Macatuba	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
49	Matão	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
50	Mirandópolis	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
51	Mocóca	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
52	Mogi-Mirim	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
53	Monte Alto	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
54	Monte Aprazível	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
55	Monte Azul Paulista	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
56	Morro Agudo	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
57	Novo Horizonte	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
58	Olímpia	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
59	Orlândia	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
60	Ourinhos	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
61	Palmital	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
62	Paraguaçu Paulista	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
63	Pederneiras	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
64	Pedregulho	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
65	Penápolis	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
66	Pilar Do Sul	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
67	Pindorama	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
68	Piraju	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
69	Pirajuí	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
70	Pompeia	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
71	Pontal	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
72	Pradópolis	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
73	Rio Das Pedras	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
74	Santa Cruz Das Palmeiras	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
75	Santa Cruz Do Rio Pardo	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
76	Santa Gertrudes	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
77	Santa Isabel	R$ 111.504,00	R$ 110.964,00
78	Santa Rosa De Viterbo	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
79	São João Da Boa Vista	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
80	São Joaquim Da Barra	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
81	São José Do Rio Pardo	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
82	São Luís Do Paraitinga	R$ 20.600,00	R$ 20.600,00
83	São Manuel	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
84	São Miguel Arcanjo	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
85	São Pedro	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
86	Sertãozinho	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
87	Severínia	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
88	Tabatinga	R$ 181.820,00	R$ 143.854,00
89	Tambaú	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
90	Tanabi	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
91	Taquarituba	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
92	Tupã	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
93	Valparaíso	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
94	Vargem Grande Do Sul	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
95	Viradouro	R$ 299.071,00	R$ 299.071,00
		R$ 25.955.406,00	R$ 25.460.768,00

Departamento de Segurança Institucional - O Departamento de Segurança Institucional, setor da Casa Militar a quem compete o serviço de planejamento, direção e execução das atividades de segurança física e das instalações dos Palácios do Governo, bem como das Operações de Segurança Institucional, a saber, a segurança aproximada das Autoridades abarcadas pelo Decretonº 48.526/04 - Governador, Primeira-Dama e familiares, Vice-Governador e familiares, Ex- governador e familiares no período do mandato subsequente, e outros dignitários, em visita oficial ao Estado, conforme determinação do Governador ou do Secretário-Chefe da Casa Militar, édividido nas seguintes Divisões: Divisão de Segurança de Dignitários – DiSeD - Esta Divisão tem por escopo: Executar a segurança pessoal aproximada, e atendimento funcional do Governador do Estado de São Paulo, Primeira-Dama e familiares; Vice-Governador e familiares; do Ex- Governador e familiares durante o mandato subsequente; outros dignitários, em visita oficial ao Estado, por ordem expressa do Governador ou do Chefe da Casa Militar. Executor o atendimento funcional a Governadores de outros Estados da Federação quando no Estado de São Paulo para compromissos oficiais, ou relacionados à questões de saúde. Execução das atividades cotidianas de Segurança Institucional, notadamente as planejadas pela Divisão de Planejamento - DiPlan, por meio das Notas de Operações, bem como as diversas atividades administrativas, supedâneo necessário para as Operações citadas. Divisão de Planjamento-DiPlan-Cabe a esta Divisão: Planejamento das Operações de Segurança Institucional, que envolvem os deslocamentos/permanência do Governador, Vice-Governador e Primeira-Dama, executadas naCapital e Região Metropolitana por meio das Notas de Segurança, e Interior e Litoral Paulistas, por meio das Notas de Viagem; Manter estreito relacionamento com órgãos e entidades diretamente relacionadas com o planejamento e execução dos eventos que compõem as Operações de SegurançaInstitucional; Manter atualizados os sistemas informatizados próprios que processam e emitem as Notas de Operações, cujo banco de dados permite o aproveitamento de informações anteriormente coletadas, e a extração de relatórios para análises diversas; Estudar e avaliar os eventos emergenciais registrados; Abastecer os sistemas integrados online com informações dos serviços de planejamentos realizados.Para fins estatísticos, entre janeiro e novembro/2022, foram realizados 903 planejamentos de Operações de Segurança Institucional, tendo ocorrido a presença das Autoridades mencionadas em 97% delas:



Para fins comparativos, no ano de *2021*, no mesmo período-janeiro a novembro, foram realizados 532 planejamentos de Operações*;* desta forma, neste ano, tivemos um aumento de 58% nas demandas, tendo sido cumpridas integralmente, com o mesmos recursos humanos e materiaisdisponíveis. Seguem gráficos comparativos.

Divisão de Segurança Comunitária - DiSeC - tem por responsabilidade: A segurança eproteção das instalações, e adjacências, do perímetro da sede do Poder Executivo paulista - Palácio



dos Bandeirantes, por meio da participação no planejamento, execução e fiscalização da prestação de serviços de segurança comunitária, e de prevenção de incêndios; A segurança dos demais Palácios do Governo, conforme deliberação do Governador em exercício; Controle de acesso de veículos e pessoas nas dependência do Palácio dos Bandeirantes, bem como dos estacionamentos deveículos ali existentes; Monitoramento eletrônico - circuito com 239 câmeras, sistemas de controles de acessos, da sede do Poder Executivo; Executar a Guarda de honra, em ocasiões previamente alinhadas junto ao Cerimonial do Governo, consoante as leis e normas regulamentares. *Ações de* Gestão - Além das já citadas Operações de Segurança Institucional, o Departamento de Segurança Institucional realizou outros feitos, voltados à melhoria e excelência contínua das atividades do Departamento, a saber: Valorização do Policial Militar - Solicitações de Láurea De Mérito Pessoal: 15 - Elaboração de Elogios Individuais: 158 - Quantidade de Policiais Entrevistados: 45 - Operações e Suporte Logístico - Adição de Frota Veicular-DiSeD: 8 Veículos - Apoios Operacionais a outras Autoridades - Governadores de outros Estados, Embaixadores/Consules, Secretários de Estado: 76. Operações Internacionais e Interestaduais - Viagens: 10. Outras melhorias para o efetivo - Autorização do uso da academia em horário diferenciado - Ampliação do alojamento do efetivo de Cabos e Soldados PM. Aumento de vagas de Dejem - DiSeD 264 para 364 vagas - aumento de 37,87% - DiPlan de 20 para 31 vagas - aumento de 55% - DiSeC de 40 para 70 vagas - aumento de 75% - Aquisição de materiais - Botas Operacionais: 150 Unidades - Guarda Chuvas: 30 Unidades - Coletes Balísticos dissimulados- Aquisição pela PMESP: Uso do efetivo da DiSeD. Em processo de aquisição - Radios Portáteis: 150 Unidades - Aquisição pelo CMB de armamentos, equipados com mira holográfica: 10 Unidades de Fuzil. Cursos, instruções e procedimentos padronizados - Curso de Especialização Profissional

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

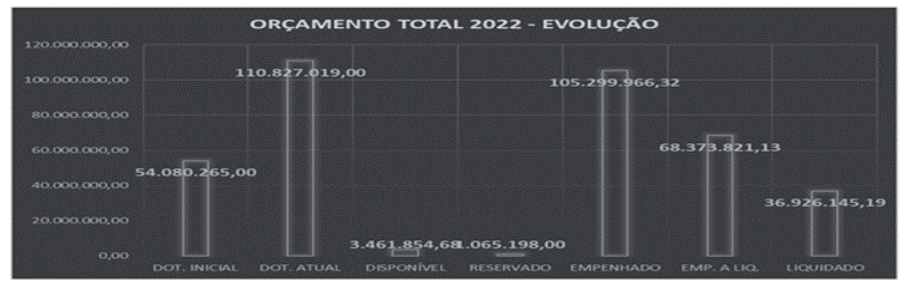
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

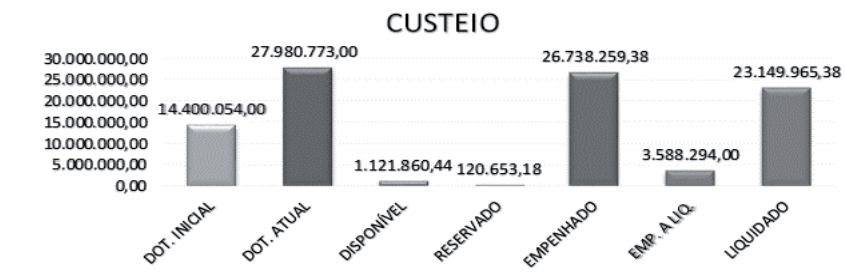
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

Segurança Instituciona: 3:2para Praças, e 1 para Oficiais - Instruções Continuadas DiSeD - ICD: 8 - ICD 001 - Acidentes de Viatura - ICD 002 - Embarque e Desembarque em Helicópteros - ICD 003 - Lavagem e Polimento de Veículos DSI - ICD 004 - Utilização DMPP - ICD 005 - Proteção de Autoridades-Arremesso de Objetos - ICD 006 - Avançado - ICD 007 - Acidentes de Trânsito Envolvendo o Veículo Executivo com a Autoridade Embarcada - ICD 008 - Ocorrência Envolvendo a Equipe de Segurança aproximada quando em deslocamento com a Autoridade. Procedimentos Administrativos Padrão DiSeC: 11 -PAP - 01 - Sala de Monitoramento - PAP - 02 - Scanner Raio-X - PAP - 03 - Pórtico Detector de Metais - PAP - 04 - Portão 1 - PAP - 05 - Portão 2 - PAP - 06 - Patrulha Interna – PAP - 07 - Patrulha Motorizada - Revisão 001 - PAP - 08 - Portão 3 - PAP - 09 - Comandante da Guarda - PAP - 10 - Adjunto de Operações - PAP - 11 - Oficial de Operações. Planejamento e outros: Precursoras e/ou Reconhecimentos: 430 - Notas de Segurança/Viagem: 280 - Governo na Área: 16 -Governo no Bairro: 4 - Municípios/Distritos Visitados: 423 - Helipontos/APDO cadastrados e/ou atualizados: 84 - Total de quilômetros percorridos: 56.679 Km - Elaboração de roteiros: 56 - Atuações em manifestações: 44

Departamento de Administração - presta serviços de suporte administrativo, respeitadas as atividades de gestão de pessoas, de recursos materiais e financeiros de competência dos demais departamentos, sendo que realizou as seguintes atividades: Divisão de Recurso Humanos - Tem como principais atividades a Gestão de Pessoas, incluindo-se nessas atividades as de Seção de Pessoal, Secretaria e Protocolo, bem como a Elaboração da documentação para concessão e incorporação da Gratificação de Representação, recebida pelos policiais militares da Casa Militar. Ainda, realiza também a gestão do Curso de Segurança Institucional e a coordenação dos Estágios de Atualização Profissional da Casa Militar, bem como o planejamento, execução e fiscalização das atividades de comunicação social do Chefe da Casa Militar e do Chefe de Gabinete com o público interno e externo. Específicamente em cada Núcleo da Divisão de Recursos Humanos - DRH, gerindo um efetivo de mais de 350 policiais militares, podemos citas as seguintes atividadesrealizadas no decorrer do ano: Núcleo de Pessoal - Elaboração e controle das Escalas de Serviço; Controle de Frequência e inserção de vantagens no Sistema Integrado de Pagamentos - SIPA - Diária de Alimentação, Auxilio de Alimentação, Insalubridade, Hora-aula; Gerenciamento do Sistema de Pagamento-SIPA e suas rotinas; Criação, alteração e controle do Plano Anual de Férias; Controle de Afastamentos e Sobrestamentos de Férias e Licença Prêmio; Gestão dos Sistemas Integrados Casa Militar - SISCMIL, inserções, alterações e atualizações de informações diversas; Gestão do Sistema Integrado de Recursos Humanos - SIRH, inserções, alterações e atualizações de informações diversas; Gestão do Sistema e processo de Avaliação de Desempenho -SADE; Gestão da Aba Procedimentos da Intranet da Polícia Militar e SGP - Sistema de Gestão de Pessoas; Gestão do Recadastramento Anual dos servidores militares; Auditagem da frequência referente às Diária deDiligência - Cofin; Elaboração de Nota de Boletim Interno em Geral-SISBOL; Controle e lançamento de Substituição de Função; Controle e lançamento de Pró-labore de Comando; Elaboração de Quadro de Situação de Efetivo para 1ª Seção do Estado Maior PM; Controle de efetivo e atualização da Relação de efetivo, Quadro Efetivo Detalhado e Personograma; Reenquadramento de Afastamentos médicos por meio de Atestado de Origem e Sindicâncias;Movimentações de efetivo-Recebimento e apresentações de efetivo; Diária Especial por Jornada Extraordinária de trabalho Policial-DEJEM, recebimento de vagas distribuídas pela Coordenadoria Operacional da Polícia Militar, distribuição dessas vagas por Areas de Interesse de Segurança Pública, criação das escalas de acordo com planejamento do Comandante e Divulgação das escalas ao efetivo voluntário e de folga; Recebimento, auditagem e confirmação dos Relatórios de Presença das Escala DEJEM; Auditoria e Controle do uso de vagas DEJEM e respectivos lançamentos dos pagamentos; Protocolo no Sitena Integrado de Protocolo Corporativo - SISPEC e arquivo geral. Núcleo de Secretaria - Instrução de Processo de Inatividade - aposentadoria; Inserção e controle de Adicional Quinquenal; Inserção e controle de Licença Prêmio - Bloco aquisitivo; Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia; Instrução de Abono Permanência; Instrução de Processo de Averbação de Tempo de Serviço - tempo do INSS utilizado no regime de Proteção Social dos Militares; Comissão de Promoções de Praças; Comissão de Promoções de Oficiais; Transcrição diária manual do Boletim Geral para o Sistema de Boletins - SISBOL; Elaboração de Boletim Interno da Casa Militar; Atualização diária dos Assentamentos Individuais do efetivo ativo e inativo; Atendimento das demandas de rotina de urgência - Documentos físicos, digitais e email. Núcleo de Gratificação - Folha de pagamento E-folha dos servidores militares e civis que estão à disposição; Folha de pagamento de servidor civil CLT - GPS e FGTS; Concessão e cessação de gratificação de representação percebida pelo efetivo; Incorporação mensal de gratificação de representação de servidores militares; Frequência de servidores militares e civis; Licença-prêmio em pecúnia sobre a gratificação de representação; Afastamento de servidores civis; Emissão de certidão de gratificação; Demandas judiciais referente a gratificação de representação incorporada; Confecção de documentos atinentes ao núcleo de gratificação na Plataforma São Paulo Sem Papel; Autorização de afastamento do País e Estado, aos militares em serviço; Incorporação de hora-aula; Abono de permanência sobre a gratificação. Núcleo de Ensino e Instrução - Auxilia na elaboração do planejamento e execução do Curso de Segurança Institucional - contato instrutores, recepção de fichas de discentes, agendamento de local para instrução; Auxilia na elaboração do planejamento e execução do Curso de Gestores em Defesa Civil - contato instrutores, recepção de fichas de discentes, agendamento de local para instrução; planejamento e execução dos Estágios de Atualização Profissional - EAP - contato instrutores, cadastramento e matricula dos discentes na plataforma EAD, agendamento de locais para a fase presencial do EAP - estande de tiro e sala de aula; Habilitações em outros armamentos - agendamento dos locais para realização de instrução e sua publicação em Boletim; publicação em SISBOL dos Estágios de Atualização Profissional - EAPe habilitações em armamentos; Confecção e Publicação de nota para Boletim Geral dos cursos- segurança institucional e gestores em defesa civil; Atendimento e recebimento de e-mails-referente a solicitação de cursos de outros estados, agendamentos de locais de instrução; Núcleo de Comunicação Social - Correspondências - assessoramento, encaminhamento e resposta; Cartão de Aniversariante - Controle e confecção dos cartões de aniversário do efetivo; Mensagens de e-mail -caixa de entrada, spam, lixo - encaminhamento de convites ao Exmo Sr. Secretário Chefe da Casa Militar, Chefe de Gabinete e demais Diretores; Assessoramento de resposta aos órgãosinstitucionais e cidadão; Análise de Informações e controle para concessão de condecorações; Confecção de Notas para Boletim - Sisbol e Programa Sem Papel: Entrega de Certificados, Diplomas, Cursos; Elogios; Louvor; Láureas do Mérito Pessoal; Confecção de Certificados de Agradecimento, Promovidos e de Despedida; Eventos Realizados Pelo Núcleo: Aniversário da Casa Militar; Medalha da Casa Militar; Solenidade de Valorização Policial Militar- PM do Mês; Promoção de Oficial; Promoção de Praça; Entrega de LMP; Despedida e Apresentação de Oficiais; Dia das Policias Militares; Campanha Inverno Solidário; Confraternização de final de ano. Divisão de Finanças e Compras - A Divisão de Finaças e Compras da Casa Militar tem suas atribuições definidas no Decreto Estadual 48.526/04 e está dividida em três Núcleos, quais sejam: Núcleo de Orçamentos e Custos, Núcleo de Despesa e Núcleo de Licitações e Contratos. As atividadesexercicidas dentro do Sistema de Administração Financeira e Orçamentária englobam Unidade Gestora Orçamentária, Unidade Gestora Financeira e Unidade Gestora Executora. As principais atividades divididas por Núcleos foram as seguintes: Núcleo de Orçamentos e Custos: Controle diário das contas Financeria e Orçamentaria da Casa Militar do Governador, cuidando de repasses de recurso, devoluções na conta do Tesouro, Relatorio de Execução e Transferência, dentre outros. Responsável pela realização de todas as etapas de processamento da Despesa nos sistemas da Fazenda, sendo elaboração de Reserva do Recurso, Empenhamento da Despesa, Liquidação finalizando com o processamento do pagamento por meio de Programação do Desembolso e Ordem Bancária. Realizou o repasse de recurso de todos os convênios firmados pela Defesa Civil do Estado para execução de obras de recuperação. Realizou o processamento de despesas relativas a Emendas Parlamentares impositivas e voluntárias. Em números aproximados foram realizados 3820 Notas de Empenho. Núcleo de Despesa: Realizou o processamento do pagamento das Diárias Militares ao efetivo da Casa Militar empenhado em missões institucionais. Realizou o pagamento de Ajuda de Custo aos militares empenhados em missões internacionais. Realizou o processamento dos Adiantamentos de Despesa para emprego nas atividades extraordinárias das equipes de Segurança das autoridades. Realizou licitações na modalidade Convite no sistema BEC voltados para aquisição de bens comuns utilizados no desenvolvimento dos serviços dos Departamentos da Casa Militar, foram abertos 112 convites dos mais variados itens. Dentre estes convém destacar as aquisições de medicamentos e materiais médicos utilizados na Divisão de Assistência Médica e Odontológica, que presta atendimento a todos os funcionários do Palácio dos Bandeirantes. Realizou os processos de Dispensa de Licitação sem contratos dos serviços necessários ao funcionamento de atividades da Casa Militar. Realizou a alimentação do Sistema SCT do Tribunal de Contas do Estado relacionado a todos os processos elaborados pela Divisão de Finanças. Núcleo de Compras, Licitações e Contratos: Realizou todos os pregões eletrônicos no sistema BEC para aquisições de Bens comuns e serviços necessários ao funcionamento da Casa Militar do Gabinete do Governador. Realizou os pregões para aquisição dos equipamentos destinados aos municípios paulistas conveniados com o Estado de São Paulo no projeto de aparelhamento desenvolvido pela Defesa Civil do Estado. Realizou todas as contratações decorrentes dos processos licitatórios. Realizou os processos relacionadas a locação de aeronaves e automóveis necessários ao serviço de segurança e transporte de autoridades. Realizou os processos licitatórios de itens de tecnologia utilizados no Palácio dos Bandeirantes - manutenção de PABX, TV por assinatura, Internet Banda Larga, Linhas telefônicas, dentre outros. Realização de Convite Presencial para contratação de Projeto Executivo para reforma do Deposito Central da Defesa Civil do Estado.

Seguem abaixo os dados de evolução do orçamento da Casa Militar extraídos do sistema SIGEO/Fazenda em 1/12/22-período abrangido até 30/11/22.







Divisão de Apoio Logístico – DIVAL - A Divisão de Apoio Logísitco presta todo suportenecessário para o bom andamento das atividades dos departamentos de Administração, de Segurança Institucional, de Defesa Civil e do Gabinete da Casa Militar. Além dessas áreas específicas da Casa Militar, atua prestando serviços em todas as áreas do Palácio dos Bandeirantes, principalmente no que tange à gestão da Central Telefônica e toda rede de telefonia fixa existente. Realizou as seguintes atividades: Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação - NUTIC - gestão de todo o parque de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC da Casa Militar e equipamentos, tais como: notebooks 78; tablets 35; computadores 193; Tvs 45; antenas digitais 60 – incluem outras Secretarias no Palácio; projetores 10; servidores 9; scanners 12; impressoras 14 multifuncionais referentes à Contrato; 34 próprias; rádios fixos 24; rádios móveis 254 HTs - para equipes de segurança e ações de defesa civil; break, periféricos do tipo webcam, teclado e mouse, entre outros - para todos usuários da Casa Militar; Aeronaves Remotamente Pilotadas - RPA - drone: utilização em eventos de interesse de Segurança Institucional e também em ações de Proteção e Defesa Civil; gestão dos equipamentos, controle de licenciamento, seguro e manutenção;controle dos policiais habilitados em curso próprio da PMESP para pilotar os drones: total de 4 equipamentos, sendo 2 para testes e treinamentos e 2 plenamente funcionais - modelos MAVIC e MAVIC2;



Núcleo de Materiais e Patrimônio – NUMPAT - gestão do contrato de refeições para a Casa Militar -desjejum, almoço e jantar, junto à empresa Santa Helena; gestão do contrato de copeiragem para a Casa Militar - duas funcionárias, junto à empresa Santa Helena; gestão do contrato de lavanderia para a Casa Militar - 40Kg/mês; gestão de materiais bélicos e fardamentos, controlando destinação, uso e reposição, de todo efetivo da Casa Militar; Fuzil Imbel IA2; Fuzil Colt M4; Submetralhadora Taurus MT40; Espingarda CBC Calibre 12; Pistola Glock G22; Pistola Taurus PT640; Pistola Taurus PT940; Pistola Taurus 24/7 Pro Tactical; Taser Class III X2; Coletes balísticos; Algemas; Escudos anti-tumulto; Maleta balística; aquisição, controle e distribuição de materiais de consumo emateriais de investimento - patrimoniados; gestão na manutenção das instalações físicas da Casa Militar; aquisição de materiais de prevenção e combate ao COVID-19; Núcleo de Transporte – NUTRANS - gestão de frotas de locados e viaturas PMESP; gestão de manutenção de frota veículospróprios; gestão na

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

manutenção das instalações físicas da casa militar; gestão na manutenção dos veículos pertencentes a frota própria - Secretaria de Governo e PMESP.

VEÍCULOS UTILIZADOS PELA CASA MILITAR

GRUPO	QUANTIDADE		PROPRIETÁRIO / LOCADORA
GRUPO E ESPECIAL	1	1 EQUUS	CAOA
GRUPO E ESPECIAL	3	3 COROLAS BLINDADOS	TAIPASTUR
GRUPO A	3	3 COROLLA 2.0	CS BRASIL
GRUPO B	30	26 KIA/CERATO + 04 COROLAS	CS BRASIL
GRUPO S-1	10	10 VOYAGE	CS BRASIL
GRUPO S-1	4	4 HB20 HATCH	CS BRASIL
VEÍCULOS PRÓPRIOS	57	1 FIAT DUCATO	SECRETARIA DE GOVERNO
		1 PALIO WEEK	
		4 CAMINHÕES	
		4 S10	
		2 TRAILBLAZER	
		1 HILUX	
		4 TRITON L200	
VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR	10	2 LANDER I (MOTO)	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
		4 SPIN	
		1 DUSTER	
		1 COROLLA	
		4 HILUX	
		3 TRAILBLAZER	
		1 DUCATO	
TOTAL		86	

MÊS	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS 2022
JANEIRO	R$ 117.015,96
FEVEREIRO	R$ 119.897,24
MARÇO	R$ 121.796,82
ABRIL	R$ 129.070,05
MAIO	R$ 154.136,73
JUNHO	R$ 166.670,05
JULHO	R$ 166.670,05
AGOSTO	R$ 166.670,05
SETEMBRO	R$ 167.381,89
OUTUBRO	R$ 167.381,89
NOVEMBRO	R$ 167.381,89
DEZEMBRO	R$ 0,00
TOTAL	R$ 1.644.072,60

LAVAGEM DE VEÍCULOS

MÊS	VEÍCULOS PEQUENOS		VEÍCULOS MÉDIOS		VEÍCULOS GRANDES	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JANEIRO	1	48,84	20	1390,8	2	178
FEVEREIRO	1	48,84	17	1182,58	3	267
MARÇO	5	244,2	16	1112,64	3	267
ABRIL	4	195,36	8	556,32	4	356
MAIO	1	48,84	22	1529,88	8	712
JUNHO	7	341,88	17	1182,58	7	623
JULHO	6	293,04	28	1947,12	8	712
AGOSTO	5	244,2	35	2433,9	18	1602
SETEMBRO	5	244,2	19	1321,26	11	979
OUTUBRO	4	195,36	22	1529,88	18	1602
NOVEMBRO		0		0		0
DEZEMBRO		0		0		0
SUBTOTAL	39	R$ 1.904,76	204	R$ 14.186,16	82	R$ 7.298,00
TOTAL		R$ 23.388,92				

POLIMENTO DE VEÍCULOS

MÊS	VEÍCULOS PEQUENOS		VEÍCULOS MÉDIOS		VEÍCULOS GRANDES	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JANEIRO	0	0	1	190,2	1	335,23
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0	1	335,23
ABRIL	0	0	0	0	0	0
MAIO	0	0	0	0	0	0
JUNHO	0	0	0	0	0	0
JULHO	0	0	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	2	380,4	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0	0	0
NOVEMBRO		0		0		0
DEZEMBRO		0		0		0
SUBTOTAL	0	R$ 0,00	3	R$ 570,60	2	R$ 670,46
TOTAL				R$ 1.241,06		

COMBUSTÍVEL - 2022 LINK CARD



TOTAL R$ 1.188.892,52

COMBUSTÍVEL - 2022 - VALE CARD



TOTAL R$ 113.421,74

SEM PARAR - 2022

01/01/2021 A 31/01/2021	R$ 824,38
01/02/2021 A 28/02/2021	R$ 824,38
01/03/2021 A 31/03/2021	R$ 824,38
01/04/2021 A 30/04/2021	R$ 809,17
01/05/2021 a 31/05/2021	R$ 824,38
01/06/2021 a 30/06/2021	R$ 824,38
01/07/2021 a 31/07/2021	R$ 809,17
01/08/2021 a 31/08/2021	R$ 809,17
01/09/2021 a 30/09/2021	R$ 824,38
01/10/2021 a 31/10/2021	R$ 1.052,53
01/11/2021 a 30/11/2021	
01/12/2021 a 31/11/2022	
TOTAL	R$ 8.426,32

SEGUROS DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E VIATURAS PM

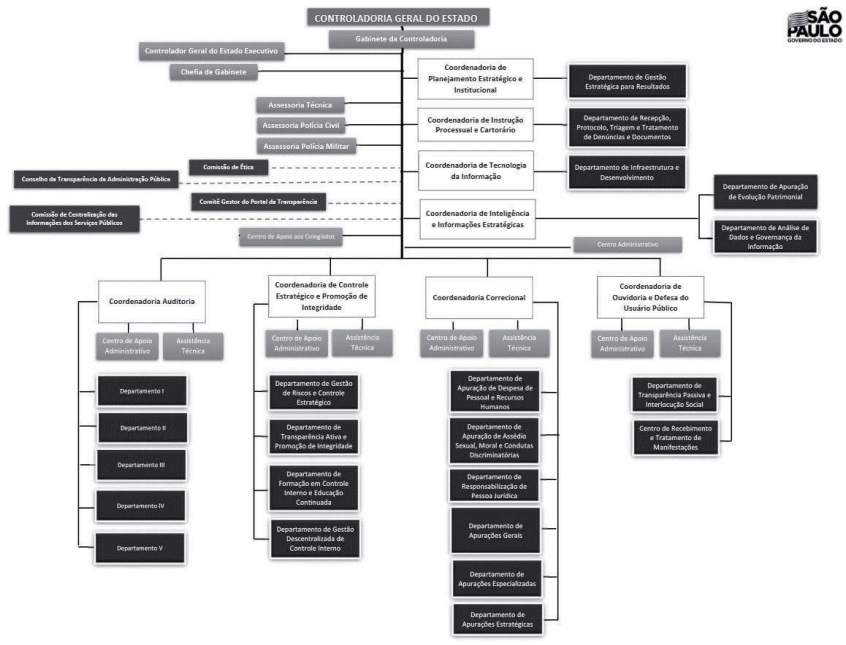
MARCA-MODELO	PLACA	VALOR
PALIO WEEK - BRANCA	EVM-0459	R$ 300,00
FORD CARGO 1317E	CMW-1666	R$ 800,00
VW/7.110	CMW-1677	R$ 800,00
TOYOTA/HILUX	DAJ-6250	R$ 1.725,00
TOYOTA/HILUX	ENE-1869	R$ 1.725,00
TOYOTA/HILUX	FDX-7657	R$ 1.725,00
TOYOTA/HILUX	FRK-0423	R$ 1.725,00
GM/S-10 - BRANCA	DJP-9521	R$ 750,00
GM/S-10 - BRANCA	DJP-9526	R$ 750,00
TOYOTA/HILUX - BRANCA	EEF-9845	R$ 760,00
TRAIL/BLAZER	FPX-7086	R$ 1.100,00
TRAIL/BLAZER	FWE-5019	R$ 1.100,00
GM/S-10 - BRANCA	GCS-1364	R$ 750,00
GM/S-10 - BRANCA	CJC-2500	R$ 750,00
FIAT/DUCATO	DJM-0669	R$ 728,85
TOTAL		R$ 15.488,85

Núcleo de Aviação - NAv

Missões aéreas	Pedidos de comissaria	Solicitação de aeronave junto aoCAvPM
619	619	432
Solicitação de aeronave fretada	Solicitação de pouso	Compra de passagens aéreas nacionais
50	850	294
Compra de Passagens aéreas Internacionais	Processos de pagamentos de Nota Fiscal	Sistema de Informação ao Cidadão
23	195	3

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

É o Órgão Central do Sistema de Controle Interno unificado do Poder Executivo Estadual, vinculado diretamente ao Governador do Estado, criado pela Lei Complementar nº 1.361, de21/10/2021 e organizado pelo Decreto nº 66.850, de 15/6/2022. Tem por finalidade a adoção de providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria, à promoção da ética no serviço público e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado. Ressalte-se que as informações e dados contidos no presente relatório de atividades abrangem os órgãos que foram absorvidos pela nova estrutura da CGE a partir da edição do Decreto nº 66.850, de 15/6/2022 - Corregedoria Geral da Administração - CGA e Ouvidoria Geral do Estado - OGE, da Secretaria de Governo e, Departamento de Controle e Avaliação - DCA, da Secretaria da Fazenda e Planejamento - e as demais coordenadorias e unidades criadas pelo referido decreto, e referem-se ao período de 1/1 a 30/11/2022. As atribuições institucionais da CGE estão previstas nos artigos 14 a 17 da Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021 e detalhadas no Decreto nº 66.850, de 15/6/2022, com a seguinte estrutura organizacional:



Das Ações do Gabinete do Controlador Geral **-** O Gabinete do Controlador Geral, minutou21 resoluções destacando-se os seguintes temas: Transferência de Expedientes e Processos, da Corregedoria Geral da Administração - CGA, para a Controladoria Geral do Estado, detalhando as atribuições, diretrizes e atividades de cada uma das Coordenadorias da CGE; Procedimentos para Protocolo e Peticionamento no âmbito da CGE, organizando o sistema de controle interno da Controladoria Geral do Estado; Aprovação do Código de Conduta dos Servidores e, instituindo a Política de Gestão de Riscos da Controladoria Geral do Estado, Criação de Grupo de Trabalho para Estudo de Viabilidade e Apresentação de Proposta Técnica para Criação de Carreira Específica para a Controladoria Geral do Estado. Quanto ao sistema de controle interno da CGE, um dos focos principais foi buscar o pleno atendimento das recomendações do Tribunal de Contas do Estado, relacionadas diretamente à Controladoria Geral do Estado relativas ao julgamento das contas anuais do Governo do Estado de São Paulo do exercício de 2021. Para tanto, foram elaborados, em conjunto com todas as Coordenadorias que integram a estrutura da CGE, plano de ação específico para atingir o alcance das recomendações exaradas pelo TCE, com cronograma de execução até o final do primeiro trimestre de 2023 em temas relacionados: ao aprimoramento da transparência ativa, tempestiva e completa dos produtos, trabalhos e relatórios resultantes da atuação dos integrantes do Sistema Estadual de Controle Interno; adoção de indicadores adequados para avaliação da eficácia e da efetividade do Sistema Estadual de Controle Interno, adotando medidas para garantir o regular funcionamento dos órgãos que integram o sistema, promovendo a estruturação, a regulamentação para solução de conflito de atribuições com maior autonomia e independência, incluindo a participação nos processos de renúncia fiscal e sem prejuízo da transparência ativa dos resultados obtidos; Início de atuação nas áreas específicas de renúncia de receitas, notadamente quanto aos aspectos de estimação, controle, mensuração e efetividade e, na área do Regime Próprio de Previdência, no que se refere à situação patrimonial e financeira, avaliando ainda, nesse último caso, a necessidade de capacitação especial dos servidores envolvidos; formalização de suas avaliações quanto ao cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e sua avaliação e monitoramento das peças orçamentárias, antes de sua aprovação, principalmente para validação das técnicas de estimação das Receitas e Despesas; fiscalização, por intermédio do Sistema Estadual de Controladoria e do Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação, do SUS; divulgação, por meio da internet, dos relatórios de fiscalização e auditoria acerca do bens imóveis do Estado. Além disso, como atividades de controle, orientou-se, sistematicamente, as diversas unidades da CGE buscando: assegurar a uniformização, eficiência e coerência das atividades desempenhadas, nos termos da legislação vigente e zelar pela plena observância do cumprimento da legislação e das normas relativas à CGE pelas coordenadorias, visando a excelência da qualidade dos serviços. Foi criada a classificação institucional da CGE nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, constando de Unidade Orçamentária e Unidades de Despesas específicas da CGE. Ademais, na Proposta de Lei Orçamentária do Governo do Estado para o exercício de 2023, a Controladoria Geral do Estado contará com Orçamento Próprio, como Órgão Orçamentário e estrutura funcional-programática própria-Órgão 54000 e dotações próprias, do Tesouro do Estado, no valor global de R$ 37.722.141,00. Também foi criada uma unidade administrativa própria, a partir de janeiro de 2023, para prover a gestão de recursos humanos e do quadro de servidores da CGE e CNPJ próprio do Órgão. Com relação ao Conselho de Transparência da Administração Pública, normatizado nos artigos 38 do Decreto nº 66.850, de 15/6/2022, foram renovados os membros do Poder Executivo e da Sociedade Civil, bem como foi dada continuidade às reuniões para melhoria de mecanismos e procedimentos voltados ao incremento da transparência institucional. Por fim, foram emitidos pelo Gabinete do Controlador Geral, 113 ofícios, 199 manifestações técnicas-despachos e informações, 19 Portarias Administrativas, 4 Minutas de Decreto e encaminhamento de 3 Acordos de Cooperação Técnica. *Das Ações da Assistência Policial Civil* **-** A Assistência Policial Civil prevista no Decreto 66.850 de 15/6/2022, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, inciso 1, integra o Gabinete do Controlador Geral do Estado. Foram encaminhados 115 ofícios solicitando informações sobre andamento e cópias de Inquéritos Policiais instaurados em delegacias territoriais e especializadas. Com relação às Ordens de Serviços foram emitidas 94, que compreendem a entrega de intimações/notificações, diligências e pesquisas nos sistemas de dados INFOCRIM, INFOSEG, PRODESP, RDO e DETECTA. *Das Ações da Assessoria Policial Militar* **-** a Assessoria Policial Militar - APM participou ativamente na prevenção, assegurando a integridade física do corpo de funcionários em atividades correcionais internas e externas. A APM, durante o ano vigente, ofertou apoio à CGE, em um total de 98 eventos, entre reuniões, representações e acompanhamentos com atividades em campo. Atuou em operações conjuntas com as Polícias Militar e Civil, de relevante repercussão, com desdobramentos ainda em andamento, a exemplo, *Operação Raio X* e nas Auditorias Coordenadas dos programas governamentais *Viva Leite* e *Bom Prato*. Participou, em colaboração, de 34 diligências, ofertou 64 apoios diversos, entre descolamentos, orientações e assistências, sempre buscando antever qualquer eventualidade que pudesse se apresentar. *Das Ações da Coordenadoria de Inteligência e Informações Estratégicas* **-** A Coordenadoria de Inteligência e Informações Estratégicas - CIIE, integra a estrutura da Controladoria Geral do Estado, criada pela Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021 e é organizada pelo Decreto Estadual nº 66.850, de 15/6/2022. No ano de 2022, a CIIE teve atuação firme nas investigações de fraudes relativas à aplicação das vacinas utilizadas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Afeto ao tema das vacinas, foram expedidos ofícios para manifestação dos Órgãos e Entidades denunciados que receberam as doses vacinais; houve análise de todas as respostas enviadas pelas Prefeituras, com vistas a subsidiar os trabalhos do Departamento de Apurações Estratégicas da Coordenadoria Correcional. Acrescente-se que a CIIE ofereceu todo o suporte necessário nas ações de campo referentes à Corregedoria Extraordinária COVID-19, por força da edição da Portaria n.º 143, de 8/5/2020, vigente até a presente data. *Atividades complementares e cooperativas efetuadas pela CIIE* **-** Participação do Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo - FOCCOSP, atuando com os Grupos de Ação, colocando em prática o uso da inteligência para articular as ações de apoio e suporte aos Departamentos da Corregedoria; Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, participação em ações, representando a Controladoria Geral do Estado, com propostas de melhorias no enfrentamento da corrupção; Jornada Técnica de Inteligência de Segurança Pública promovida pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, na aplicação de estudos de inteligência, Network dentro da atividade de inteligência, de segurança e ordem pública; Participação do Encontro de Auditores Internos, evento realizado no âmbito nacional com o escopo de melhorar a auditoria e a correição, bem como os instrumentos de investigação e apuração de infrações disciplinares por este Departamento de Inteligência. *O Sistema AEP - Acompanhamento da Evolução Patrimonial* **-** A atividade de monitoramento da evolução patrimonial é realizada com a utilização do Sistema AEP - Acompanhamento da Evolução Patrimonial, que consiste no cadastramento, recepção, análise e divulgação das declarações públicas de bens e valores das autoridades e dirigentes da administração pública estadual, nos termos do Decreto nº 41.865/97, alterado pelo Decreto nº 54.264/09, artigos 53 e 54 do Decreto nº 57.500/11 e artigo 7º do Decreto nº 58.276/12. *Da Análise da Evolução Patrimonial* **-** No que tange às apurações preliminares instauradas com base no Decreto nº 58.276/12, visando à análise da evolução patrimonial, em face de suposto enriquecimento ilícito de agentes públicos estaduais, tramitaram no período vários procedimentos correcionais, sendo que a partir de maio, todos os processos passaram a tramitar no Sistema Sem Papel, com a rubrica de Sigiloso. Resumo dos resultados quantitativos de Procedimentos de Análise da Evolução Patrimonial, bem como do Sistema AEP:

RELATÓRIO QUANTITATIVO AÇÕES DE EVOLUÇÃO PATRIMONIAL EM 2022	
Número de procedimentos instaurados no exercício	13
Procedimentos em análise	14
Procedimentos concluídos e encaminhados para PAD	13
Procedimentos concluídos e arquivados	14
Procedimentos de acompanhamento em corregedorias próprias	2

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

Sistema AEP - dirigentes ativos	977
Sistema AEP - declarações anuais 2021 recebidas	409
Sistema AEP - declarações de posse recebidas	65
Sistema AEP - declarações de desligamento recebidas	74
Sistema AEP - atendimentos por *e-mail*	980
Sistema AEP - declarações recebidas de exercícios anteriores	37
Sistema AEP - atendimentos telefônicos	340
Sistema AEP - dirigentes cadastrados no ano corrente	161

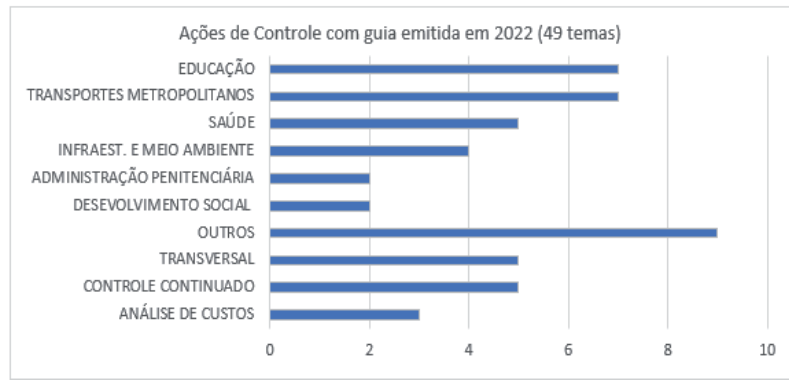
Das Ações da Coordenadoria de Instrução Processual e Cartorária - A Coordenadoria de Instrução Processual e Cartorária - CIPC tem suas atribuições previstas no artigo 19, do Decreto 66.850/22, que organizou a Controladoria Geral do Estado, criada pela Lei Complementar nº1.361/21. Além disso, coube à Resolução CGE nº 4, de 21/7/2022, dispor sobre as diretrizes e atividades a ela regulamentadas. Foram apresentados os seguintes números globais:

Coordenadoria de Instrução Processual e Cartorária - CIPC	
Denúncias Online recebidas	769
Denúncias Online que ensejaram a instauração de expediente	84
Denúncias via Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo - FOCCOSP	311
Denúncias FOCCOSP que ensejaram a instauração de expediente	29
Pedido de Informações via Serviço de Informação ao Cidadão -SIC	147
Recursos de primeira instância analisados e concluídos	43
E-mails recebidos	2.235
E-mails enviados	7.105
Ofícios expedidos	2.085
Documentos gerados (cópias, procedimentos, despachos, etc)	20.514
Processos de Correição instaurados	160
Processos de Responsabilização de Pessoa Jurídica - PAR	13
Processos de Evolução Patrimonial	4
Processos de recurso relativo ao indeferimento de pedido de informações	155

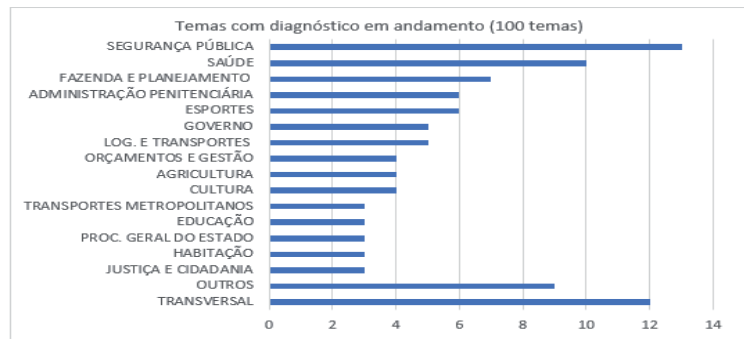
Cadastro Estadual de Entidades - Dentre as atividades da CIPC contempladas no artigo 19, do Decreto nº 66.850/22 e na Resolução Controladoria Geral do Estado nº 6, de 30/6/2022, consta o Cadastro Estadual de Entidades - CEE que, instituído pelo Decreto nº 57.500/11, destina-se ao cadastramento prévio de entidades da sociedade civil para fins de celebração de convênios e outras formas de avenças com os órgãos da administração direta e indireta do Estado. O cadastramento de entidades compreende a coleta de informações e documentação básica, análise, aprovação e atribuição de número único de certificação cadastral.

Cadastro Estadual de Entidades	
Entidades que estão em fase de autocadastramento	1.999
Entidades que finalizaram o cadastro e solicitaram análise	681
Entidades com pendências documentais ou outras irregularidades	548
Entidades não aprovadas no Cadastro Estadual de Entidades	52
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE emitidos	441
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE revalidados	2.505
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE suspensos	1.282

Das Ações da Coordenadoria Planejamento Estratégico e Institucional - A Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Institucional - CPEI, inserida na estrutura da Controladoria Geral do Estado - CGE pelo Decreto Estadual nº 66.850, de 15/6/2022, tem suas atribuições elencadas no artigo20 do referido diploma legal e regulamentadas pela Resolução CGE-8, de 22/7/2022. No exercício das atribuições da Coordenadoria, destacam-se as seguintes ações realizadas e projetos em andamento: *Desenvolvimento da metodologia e dos atos iniciais para elaboração do Planejamento Estratégico Institucional da CGE* - Considerando sua atribuição de gerir o Planejamento Estratégicoda Controladoria, a Coordenadoria de Planejamento vem realizando, a partir das diretrizes traçadas pela gestão do órgão, estudos para a definição de metodologia que permita representar de forma claraa missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos almejados, bem como as ações e iniciativas necessárias para dar concretude às estratégias traçadas. O primeiro passo foi a elaboração do modelode negócios da Controladoria Geral do Estado, no qual estão discriminados aspectos que demonstramcomo o órgão cria, entrega e captura valor, podendo citar como exemplo a identificação dos macroprocessos, processos executados pelo órgão, clientes e impactos a serem gerados para a sociedade e a administração pública. Dessa forma, formou-se um entendimento amplo sobre o *core business* da Controladoria, que será utilizado para o desenvolvimento do planejamento estratégico. Opróximo passo é a promoção de dinâmica junto às áreas da Controladoria com o intuito de definir e formalizar a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da Controladoria, o que deve ser realizadono início do exercício de 2023. *Mapeamento e manualização dos processos de trabalho da CGE* - Apartir da definição dos macroprocessos e processos no modelo de negócios, definiu-se a Cadeia de Valor da Controladoria. Atualmente, a Coordenadoria de Planejamento atua de forma conjunta com as áreas da Controladoria no mapeamento desses processos objetivando identificar as atividades existentes e definir as responsabilidades dos atores envolvidos. Além do trabalho de mapeamento, a Coordenadoria está atuando na construção de um processo transversal de controle interno que consistena definição e no encadeamento de etapas e atividades comuns a diversas ações de controle da CGE,tais como auditoria, correição, controle descentralizado e fiscalizações setoriais. Além das etapas e atividades, esta iniciativa define as responsabilidades dos atores envolvidos, identifica os riscos existentes e os controles necessários, estipula os indicadores de resultado e sinaliza as competênciasnecessárias para a execução das atividades definidas no processo. Como resultado desta iniciativa projeta-se que até o final do exercício, sejam entregues e publicados o mapeamento de 10 processos de negócio e a minuta do processo transversal de controle interno. *Apoio ao desenvolvimento da metodologia de auditoria* - No exercício de sua competência de apoio operacional e normativo, a Coordenadoria de Planejamento atuou conjuntamente com a Coordenadoria de Auditoria na definiçãoda metodologia implantada nos trabalhos de auditoria da CGE. A referida metodologia visa tornar otrabalho de auditoria mais assertivo e, por conseguinte, capaz de produzir informações e resultados relevantes à sociedade e ao governo. Em resumo, a metodologia prevê inicialmente uma análise gerale ampla do objeto da auditoria considerando aspectos relacionados ao seu processo, governança, estratégia e/ou resultado. Desta análise são identificados os pontos de maior sensibilidade e/ou relevância que orientarão a definição do escopo do trabalho, e consequentemente, do planejamento -definição das questões de auditoria e os procedimentos e testes a serem aplicados, da execução - aplicação dos procedimentos e testes e demais fases do trabalho. *Diagnóstico de Secretarias/Empresas e temas para planejamento de ações de controle* - A Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Institucional tem como uma de suas atribuições a proposição de temas para futuras ações de controle da Controladoria. Neste mister, são realizados diagnósticos setoriais ediagnósticos temáticos. O primeiro visa analisar estrutural e funcionalmente órgãos, entidades e/ou programas de governo com o intuito de identificar potenciais temas para a execução de ações de controle. O segundo visa aprofundar o conhecimento dos temas pré-selecionados para a execução deações de controle, analisando aspectos relacionados ao entendimento básico do tema, problemas identificados em trabalhos anteriores de controle ou veiculados na mídia em geral e/ou opiniões gerais sobre o tema. *Diagnósticos Setoriais* - Estão em andamento 3 diagnósticos setoriais com previsão deconclusão no primeiro trimestre de 2023, tendo como objetos a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Educação e Políticas Sociais, principalmente as de transferência de renda. *Diagnósticos Temáticos* -A partir de prévias dos diagnósticos setoriais e considerando alinhamentos realizados com os gestores da Controladoria, foram propostos cerca de 80 temas passíveis de ações de controle para início no ano. Desses, 49 foram diagnosticados pela Coordenadoria, gerando documentos denominados Guiasda Ação de Controle.



Obs.1. Temas transversais compreendem àqueles executados em mais de uma Secretaria de Estado, sendo normalmente de caráter mais generalista. *Obs.2*. Os temas relativos ao item OUTROS estão compreendidos nas seguintes Secretarias: Fazenda, Orçamento e Gestão, Governo, Agricultura, Cultura e Logística e Transportes. Ressalta-se ainda, que em razão da peculiaridade dos demais temas,parte foi distribuída diretamente às áreas responsáveis para execução e parte ainda não foi desenvolvida considerando, em especial, o critério de oportunidade, cuja análise se faz rotineiramentepara o direcionamento do planejamento. Além disso, considerando a necessidade de ampliar o rol detemas disponíveis para seleção de objetos a serem incluídos no Plano de Trabalho de 2023, a Coordenadoria possui atualmente em andamento o diagnóstico de outros 100 temas junto à administração direta e indireta, com previsão de término no começo do próximo ano, representados conforme abaixo:



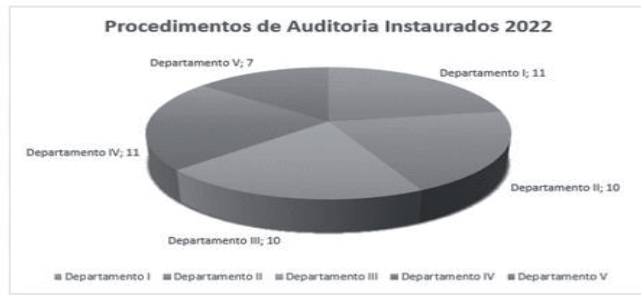
Obs: Os temas relativos ao item OUTROS estão compreendidos nas seguintes Secretarias: Infraestrutura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Regional, Direitos das Pessoas com Deficiência e Turismo. *Coordenação da elaboração do Plano de Trabalho da CGE para o exercício de 2023* - O Plano de Trabalho da CGE, documento que direciona os trabalhos a serem realizados pela Instituição por meio de suas Coordenadorias, encontra-se atualmente em fase final de elaboração pela área de planejamento e será submetido ao Controlador Geral do Estado para aprovação e posterior execução no exercício de 2023. O referido plano é composto tanto por ações diagnosticadas pela Coordenadoria de Planejamento quanto por atividades realizadas de forma rotineira pelas áreas da Controladoria. Importante registrar ainda de que se trata de planejamento dinâmico, com a inclusão de novas ações, projetos ou até mesmo exclusões, a depender do surgimento de novas situações ou conjunturas que serão avaliadas mediante os requisitos de conveniência e oportunidade. *Automação de ferramentas para auxílio no gerenciamento e execução das ações de controle* - A Coordenadoria de Planejamento também tem atuado no sentido de automatizar alguns instrumentos-controles e ferramentas que beneficiam o gerenciamento e a execução dos trabalhos realizados. Nesse sentido, encontram-se em fase final de desenvolvimento ou concluídos os seguintes instrumentos: Matriz de Planejamento de Auditoria-instrumento para apoiar a realização do planejamento das auditorias; Análises Preliminares de Auditoria - *checklist* automatizado; Análise Diagnóstica de Temas - *checklist* automatizado; Controles das ações e projetos realizados pela CGE. *Elaboração e acompanhamento da proposta de Bonificação de Resultados - BR da CGE* - Considerando a edição da Lei Estadual nº 1.361, de 21/10/2021, que instituiu a Bonificação de Resultados-BR no âmbito da administração direta e autarquias, houve a criação da Comissão Setorial de Bonificação de Resultados, por meio da Resolução CGE - 1, de 22/6/2022. Com a comissão instituída e publicada, foi possível a elaboraçãoe o envio da proposta de indicadores e metas globais e específicos à Comissão intersecretarial, a qual cabe a aprovação e publicação dos normativos correspondentes. Nesse contexto, a Coordenadoria tem trabalhado no sentido de divulgar as metas pactuadas e acompanhar os esforços envidados pelas áreas para o seu atingimento. *Ações da Coordenadoria de Tecnologia da Informação* - A Coordenadoria de Tecnologia da Informação-CTI, a partir da edição do Decreto nº 66.850, de 15/6/2022, passou a integrar a Controladoria Geral do Estado de São Paulo, cabendo a CTI disseminar e incentivar o uso de soluções de tecnologia da informação adotadas pela CGE e zelar pela prestação de orientação ao usuário interno, além de pesquisar inovações tecnológicas a fim de implantar soluções de tecnologia da informação que possam otimizar as atividades realizadas pela Controladoria Geral do Estado, dentre outras. Destaque-se a elaboração do novo sítio eletrônico da CGE www.controladoriageral.sp.gov.br . A seguir estão relacionados os trabalhos desenvolvidos entre 15/6 e 16/11/2022 pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação. *Análises e cruzamentos de dados* -

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:31

Análise exploratória via *webscraping* do Portal do Sistema de Processo Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Programa SP Sem Papel - mapeamento de processos judiciais e administrativos usando Inteligência Artificial para determinar expedientes de interesse daCGE, para fins de monitoramento ativo e construção de Painéis; Bom Prato - elaboração de gráficosde dispersão para analisar tempo entre registros dos cartões dos usuários do serviço de alimentação; Análise de dados do SIGEO para levantamento de aquisição de medicamentos de alto custo com indícios de sobre preço; Realização de Análise de vínculos e diagrama de grafos entre empresas concessionárias de rodovias e seus prestadores de serviços; Realização de Análise de vínculos e diagrama de grafos entre pessoas jurídicas e físicas relacionadas à Autopass S.A. *Parceria com Central de Dados do Estado de São Paulo – CDESP* **-** Análise Prévia e Alertas de Compras e Licitações - Finalizado Levantamento de Requisitos - Em fase de desenvolvimento e integração de bases de dados; Levantamento de Requisitos para o Cadastro de Apenados Pessoa Física - Em fase de desenvolvimento e integração de bases de dados; Levantamento de Requisitos para a criação de protótipo do Cadastro de Apenados Pessoa Jurídica - Fase de teste com dados reais; Levantamento de Requisitos para desenvolvimento do Sistema de Análise e Alertas de Absenteísmo e Multiplicidade de Vínculos - Em fase integração de bases de dados; Levantamento de Requisitos para desenvolvimento do Sistema de Análise e Alertas de Absenteísmo e Multiplicidade de Vínculos - Em fase de integração de bases de dados; Levantamento de requisitos para o Sistema de Solução de Monitoramento de Contratos das OSS e OSC. *Parceria com Companhia de Processamento de Dados do Estado de SP – Prodesp* **-** Migração e atualização do Sistema de Auditoria Eletrônica- SAE - Em processo de migração; Levantamento de requisitos para o desenvolvimento do novo Sistema de Controle de Evolução Patrimonial e coleta da Declaração de Bens de Servidores Públicos da Administração Estadual; Atualização tecnológica do Sistema de Cadastro de Serviços Terceirizados Em fase de homologação; Levantamento de requisitos para o desenvolvimento do Portal Institucional da CGE - em parceria com a Coordenadoria de Controle Estratégico e Promoção da Integridade; Levantamento de requisitos para a Atualização do Portal da Transparência SP - em parceria com a Coordenadoria de Controle Estratégico e Promoção da Integridade; Levantamento de requisitos para o desenvolvimento do Portal de intranet da CGE; Coleta, análise e atualização mensalde dados estatísticos relacionados com atividades efetuadas pelas coordenadorias da CGE para divulgação no Portal Institucional; Suporte técnico especializado em reuniões, oitivas e cursos virtuais-Via *Teams*, além acompanhamento a operações externas. *Atividades complementares* **-** Inventário de necessidades de tecnologia-sistemas, serviços e infraestrutura, das Coordenadorias da CGE; Levantamento de requisitos para criação de painel contendo dados: Programa SP Sem Papel; Apenados Pessoa Física; Apenados Pessoa Jurídica; Absenteísmo. Relatório de sistemas das Secretarias por meio de Análise de Dados de *URL's* vinculadas à *@sp.gov.br*; Parcerias com órgãos externos - Interlocução e Participação na elaboração dos Termos de Cooperação Técnica na área de tecnologia com o Tribunal de Contas e Controladoria Geral do Município de São Paulo e Controladoria Geral da União; Coordenação na implantação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Controladoria Geral do Estado, com instalação de link INTRAGOV da CGE, telefonia VoIP e renovação do parque de máquinas da CGE; 502 atendimentos a chamados de suporte técnico; Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2022/2023 - em fase de aprovação. *Ações da Coordenadoria de Auditoria* **-** A Coordenadoria de Auditoria é o órgão central de auditoria no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo. Cabe a Coordenadoria de Auditoria, por meio dos seus Departamentos I a V, planejar, coordenar, supervisionar e exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos órgãos e entidades, zelando pela observância aos princípios constitucionais e legais. As ações de auditoria, planejadas segundo as diretrizes estabelecidas pela Controladoria Geral do Estado, foram direcionadas para avaliações de temas consideradas relevantes dentro do âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, independentemente de o tema estar afeto a uma ou mais pastas. Desta forma, algumas ações de auditoria foram planejadas para serem realizadas de forma transversal dentro da Administração Pública, avaliando o tema de forma global no Estado. Foram instauradas 43 auditorias. Além das ações de auditoria ordinárias mencionadas anteriormente, a Coordenadoria de Auditoria iniciou a atividade de acompanhamento e avaliação das manifestações dos órgãos do Poder Executivo Estadual sobre as recomendações operacionais emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no Parecer das Contas do Governador 2021. Acompanhamento este que será finalizado até no final do mês de fevereiro próximo com a emissão de relatório conclusivo. Outras atividades iniciadas no âmbito da Coordenadoria de Auditoria são os projetos para construção de controles continuados utilizando tecnologia da informação para o monitoramento de despesas públicas-trilha eletrônica de auditoria. Esses controles continuados visam monitorar sistematicamente diversos tipos de despesas por meio de cruzamentos de bancos de dados e estabelecimentos de parâmetros com alertas em casos de desvios. Por fim, considerando o artigo 64 do Decreto Nº 66.850, de 15/6/2022, que transferiu, entre outros, o acervo documental do Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda e Planejamento para a Controladoria Geral do Estado, a Coordenadoria de Auditoria oficiou todas as pastas para que devolvessem os processos de auditoria que ainda estavam em posse deles para uma última avaliação e seu posterior encerramento, anotando com ressalvas os pontos de auditoria ainda não solucionados para posterior possível reavaliação. A seguir estão detalhadas as atividades desenvolvidas pelos Departamentos de Auditoria I à V, que compõe a Coordenadoria de Auditoria, durante o exercício, ressaltando que todos os processos de auditoria, assim que os relatórios conclusivos forem apresentados, serão disponibilizados no sítio da CGE e no Portal da Transparência. *Ações do Departamento de Auditoria I* **-** O Departamento de Auditoria I têm como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias: Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria de Turismo e Viagens. Nestas Pastas, foram instaurados 10 processos de auditoria. *Ações do Departamento de Auditoria II* **-** O Departamento de Auditoria II tem como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias: Secretaria da Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde. Nestas pastas, foram instaurados 9 processos de auditoria. *Ações do Departamento de Auditoria III* **-** O Departamento de Auditoria III, têm como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias: Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria da Justiça e Cidadania, Casa Militar e Defesa Civil. Nestas Pastas foram instaurados 9 processos de auditoria. *Ações do Departamento de Auditoria IV* **-** O Departamento de Auditoria IV, têm como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias e órgãos: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Secretaria de Logística e Transportes, Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Secretaria da Habitação e Empresas Estatais. Nestas Pastas, foram instaurados 10 processos de auditoria. *Ações do Departamento de Auditoria V* **-** O Departamento de Auditoria V, têm como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias e órgãos: Secretaria de Governo, Secretaria da Fazenda e Planejamento, Secretaria de Orçamento e Gestão, Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas, Secretaria Especial de Relações Internacionais, Casa Civil, Procuradoria Geral do Estado e Comunicação. Nestas pastas, foram instaurados 6 processos de auditoria.



Ações da Coordenadoria de Controle Estratégico e Promoção da Integridade - A Coordenadoria de Controle Estratégico e Promoção de Integridade - CCEPI faz parte da estrutura básica da Controladoria Geral do Estado, criada pela Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021, e organizada pelo Decreto nº 66.850, de 15/6/2022. Importante ressaltar que muitas das atribuições estão relacionas a novas áreas de atuação do Governo do Estado de São Paulo, visando à estruturação de mecanismos e procedimentos voltados à prevenção de irregularidades administrativas e dos desvios de conduta funcionais, por meio da promoção e desenvolvimento de uma cultura de integridade. A fim de dar maior clareza para os trabalhos desenvolvidos no âmbito da CCEPI, as atividades foram elencadas por departamento. *Ações do Departamento de Gestão de Risco e Controle Estratégico* **-** Publicação de 2 atos normativos: Resolução CGE-15, de 26/8/2022, que institui a Política de Gestão de Riscos da CGE. Resolução CGE-16, de 14/9/2022, que institui o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Integridade da CGE. Curso de capacitação em Gestão de Riscos e Programas de Integridade, para 41 servidores da CGE, em 28 e 29/9/2022, com carga horária de 14 horas. Elaboração de proposta de desenvolvimento de metodologia de Gestão de Riscos da CGE. Projetos-piloto em análise de gestão de riscos: Cenários para provimento de cargos específicos da CGE; *Ações do Departamento de Transparência Ativa e Promoção de Integridade* **-** Revisão do Código de Conduta da CGE e elaboração de mensagem e introdução; Elaboração da minuta que aprova o *Código de Conduta*; Elaboração da minuta do decreto que institui o Plano Estadual de Promoção da Integridade; Elaboração da minuta do *Plano Estadual de Promoção da Integridade*; Elaboração do *Guia Prático de Elaboração, Implementação e Monitoramento do Programa de Integridade*; Análise dos 84 indicadores avaliados pela ONG Transparência Internacional - Brasil e busca de conteúdo para os indicadores que podem ser atendidos de imediato e levantamento de providências a serem tomadas para atender aos demais indicadores; Análise de todo o conteúdo do atual Portal da Transparência, revisão dos textos, atualização, pesquisa de novos conteúdos, verificação de links internos e externos, elaboração do glossário e a reformulação das *Perguntas Frequentes*; 7 homologações da nova versão do Portal da Transparência e confecção de relatórios com alterações/inclusões; Análise do *Portal da Corregedoria Geral da Administração*, elaboração de propostas, revisão e elaboração do conteúdo para o novo Portal da CGE; 5 homologações da nova versão do Portal da CGE e confecção de relatórios com alterações/inclusões; Análise do BI-*Business Intelligence* - Despesas com Contratos e adaptação do Manual de Dúvidas; 7 homologações do BI-*Business Intelligence* e confecção de relatórios com alterações/inclusões; Levantamento dos assuntos relativos às denúncias que entram pelos canais Denuncie aqui e Denúncia contra a corrupção - FOCCOSP e estudo de nova entrada para o registro de denúncias; Análise do conteúdo do site Trabalho Sem Assédio Sexual e levantamento de sugestões de alteração; Análise de expediente da Secretaria de Logística e Transportes contendo 10 manuais relativos ao Planejamento Estratégico e elaboração de comentários; Resposta à pesquisa encaminhada pelo Programa Nacional da Transparência Pública - ATRICON-TCE; Análise das publicações de informações, dados e serviços públicos dos sites da Administração Pública estadual durante o período eleitoral - 2022 e providenciado o envio de ofícios às Secretarias de Governo, da Cultura e de Relações Internacionais para retomada da publicação de informações em seus sítios eletrônicos. *Ações do Departamento de Formação em Controle Interno e Educação Continuada***-** Realização dos eventos: *Simpósio de Direito Sancionatório* - Datas: 22, 29 e 31/8/20220-presencial.Participantes: 226; *Simpósio de Direito Administrativo* - Datas: 4, 5 e 6/10/2022. Participantes: 180; - Curso: *Atualização do Sistema Sem Papel* - Data 30/9/2022, 7/10/2022, 14/10/2022, 21/10/2022- *online*; Participantes-total das 4 turmas: 198. Planejamento de cursos: Capacitação: *Mecanismos Repressivos de Combate a Fraudes*. Data: 30/11/2022 - presencial; Curso: *Segurança Orgânica*. Data: 8/12/2022 - presencial. *Ações do Departamento de Gestão Descentralizada de Controle Interno* **-** Definição de *Plano de Trabalho*; Mapeamento do *Processo de Trabalho*; Desenvolvimento de Ferramentas de Trabalho; Capacitação dos servidores-Curso de Gestão de Processos- Mapeamento; Curso de Gestão de Riscos e Programas de Integridade; Nova Lei de Licitações; Simpósio de DireitoAdministrativo-LAI e LGPD; Simpósio de Direito Sancionatório. Estudo de Cenários - Secretaria deDesenvolvimento Social; Programas PDDE e PAINSP da Secretaria de Educação; Secretaria de Logística e Transportes; Departamento de Estradas e Rodagens - DER; e Avaliação de Controles Internos na Secretaria de Logística e Transportes- em andamento. *Ações da Assistência Técnica* – 224 - sendo 58 após o dia 15/6, *e-mails* enviados em resposta ao Fale Conosco do Portal da Transparência;Controle mensal da publicação das informações de diárias e passagens aéreas no Portal da Transparência; Análise dos pontos avaliados no Portal da Transparência, pela Transparência Internacional para o Índice de Transparência e Governança Pública, e pelo Tribunal de Contas do Estado, em parceria com a ATRICON com relatórios para providências e apontamentos de melhorias;Elaboração de avaliação dos portais das secretarias e entidades do governo do estado de São Paulo para atendimento ao previsto nas metas de bonificação por resultados; Levantamento das informaçõessobre atendimento a lei eleitoral por parte dos sites das Secretarias e órgãos da Administração Indireta; Reuniões para reformulação do Portal da Transparência e da Controladoria Geral do Estado;Participação em reuniões e na elaboração do planejamento da Controladoria; Elaboração de estudos e fluxo de processos referentes a demandas da coordenadoria e suas diretorias; Elaboração de pesquisa sobre canais de denúncia e proteção ao denunciante utilizados pelos demais entes federativos; Autuações e trâmites de processos pelo Sistema Sem Papel; e Apoio administrativo a Coordenadoria na área de RH, organização de simpósios e cursos, e orientações de uso do sistema Sem Papel. *Ações da Coordenadoria Correcional* **-** A Coordenadoria Correcional da Controladoria Geral do Estado - CCOR, prevista na Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021, e organizada peloDecreto nº 66.850, de 15/6/2022, sucedeu a Corregedoria Geral da Administração, vinculada à Secretaria de Governo. Por meio do mencionado decreto, houve a estruturação da Coordenadoria Correcional em 6 departamentos: Departamento de Apuração de Assédio Sexual, Moral e Condutas Discriminatórias - DAASMCD; Departamento de Responsabilização de Pessoa Jurídica - DRPJ; Departamento de Apuração de Despesa de Pessoal e Recursos Humanos - DADPRH; Departamento de Apurações Gerais - DAG; Departamento de Apurações Especializadas - DAE e Departamento de Apurações Estratégicas - DAEST. Com a reestruturação trazida a partir da nova legislação, os departamentos criados e subordinados a CCOR receberam os expedientes e os processos anteriormente conduzidos por outros Departamentos Correcionais vinculados à extinta CorregedoriaGeral da Administração - CGA. Tendo como parâmetro as diretrizes operacionais desta ControladoriaGeral do Estado - CGE, em especial quanto a serem focadas as atividades e processos cuja envergadura, relevância, quantidade de servidores envolvidos e alcance das ações tenham destaque enecessitem concentração e empenho, legando-se às Pastas de origem aquelas apurações iniciais que não tenham impacto sobre toda a Administração, houve um grande movimento para a conclusão/ arquivamento de expedientes e

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

processos em trâmite na Coordenadoria Correcional, após esgotadas as atividades de alçada da CGE. Neste sentido, têm-se, como exemplos, os trabalhos realizados e concluídos pelo DADPRH e pelo DAG, os quais demonstram os esforços em tal empreitada. Destacam-se as operações realizadas pelo Departamento de Apurações Especializadas - DAE, em especial quanto sua atuação em relação às denúncias e processos relativos ao DETRAN - SP, como a operação GRAVAME, deflagrada em 21/9/2022, cuja repercussão mereceu grande espaço na mídia. Importante pontuar o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Apuração de Assédio Sexual, Moral e Condutas Discriminatórias - DAASMCD o qual, para além de possuir equipe especializada para o atendimento de servidores em situações constrangedoras e não consentidas relacionadas às apurações de irregularidades envolvendo infrações administrativas de natureza sexual, de assédio moral e assuntos correlacionados, com recomendação de instauração de 60 processos administrativosdisciplinares.Somadas às atividades desempenhadas na Coordenadoria Correcional, tem-se o trabalho desenvolvido pela equipe que compõe o Departamento de Responsabilização de Pessoa Jurídica- DRPJ, atualmente com 20 processos em trâmite, tendo sido autuados 8 Processos de Responsabilização Administrativa - PAR. A seguir estão as informações relativas às atividades desenvolvidas pelos Departamentos que compõem esta Coordenadoria Correcional - CCOR, por meiodas quais há detalhamento das atividades realizadas ao longo do ano, sendo indicados os processos de larga abrangência e de macro investigações, como os conduzidos pelos DADPRH, DAG e DAEST, inclusive, no caso do Departamento de Apurações Estratégicas - DAEST, informações sobre a Setorial Extraordinária COVID-19, criada em virtude do contexto da Pandemia de COVID-19 iniciada em 2020. *Ações do Departamento de apuração de assédio sexual, moral e condutas discriminatórias* **-** O Departamento em referência realiza atividades envolvendo correição e prevenção das irregularidades de natureza sexual, moral, condutas discriminatórias, de intolerância e demais práticas correlacionadas, envolvendo agentes públicos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, visando fortalecer a promoção da cultura de respeito à dignidade humana no ambiente de trabalho. Destaca-se por possuir equipe especializada para o atendimento de servidores em situações constrangedoras e não consentidas e conduzir apurações de irregularidades envolvendo infrações administrativas de natureza sexual, praticadas por agentes públicos no âmbito da Administração Pública Estadual, em conformidade com o Decreto n.º 63.251,de 8/3/2018. Atua, ainda, em apurações que versam sobre eventual assédio moral e assuntos correlatos, tais como racismo, homofobia, intolerâncias diversas, práticas discriminatórias em geral, dentre outros, além de condutas desrespeitosas e indevidas por parte de servidores, em desconformidade com os deveres e boas práticas regidas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

ESTATÍSTICA - 2022

Indicadores		Quantitativos
Documentos produzidos	Diligências realizadas	3
	Oitivas realizadas	25
	E-mails respondidos	72
	Relatórios Correcionais	55
Resultados	Recomendações para instauração de processos disciplinares	22
	Recomendações punitivas - PAD	38
	Recomendações preventivas	8

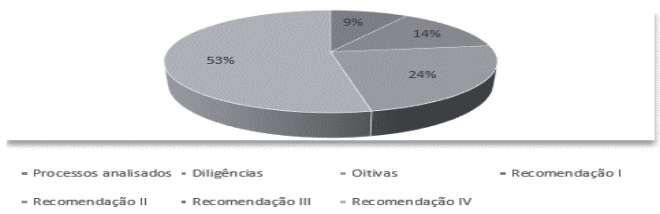
Ações do Departamento de apuração de despesa de pessoal e recursos humanos **-** A partir darestruturação promovida pelo decreto que criou a Controladoria Geral do Estado, o DADPRH recebeutodos os processos ligados ao tema de pessoal que anteriormente eram conduzidos por outros Departamentos Correcionais da extinta Corregedoria Geral da Administração - CGA. Já no primeiro mês de sua criação, o DADPRH passou a ter em seu acervo 80 expedientes e processos correcionais, somando, até o presente momento, 91 processos distribuídos. Conforme descrito acima quanto às diretrizes operacionais desta Controladoria Geral do Estado - CGE relativas ao foco que seria dado em atividades e processos cuja envergadura, relevância e alcance na Administração fossem notadamente reconhecidos, relegando-se às Pastas o tratamento de apurações iniciais que não tenham impacto amplo, houve o pedido de arquivamento de 41 processos/expedientes, após concluídas as atividades no âmbito e na alçada deste Órgão de Controle. Por fim, destaca-se a abertura de Portarias para macro investigações, nos seguintes temas: CGE-PRC-2022/00060 - Realização de pesquisas e investigações relacionadas à acumulação remunerada de cargo(s) público(s) de médico, ocupantes de cargo efetivo no Estado, com emprego(s) privativo(s), a(s) compatibilidade(s) de horários e observância do teto constitucional remuneratório, uma vez constatado(s) o acúmulo(s); CGE-EXP-2022/00166 - Verificação da falta de assiduidade por parte de agentes públicos do Estado de São Paulo que, embora licenciados por motivo de saúde, desempenham outras funções fora da Administração; CGE-PRC-2022/00088 - Verificar a observância dos limites impostos pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal na forma de calcular as parcelas integrantes ou não da remuneração e do subsídio ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como de proventos, pensões e benefícios; CGE-EXP-2022/00188 - Pedido de cooperação entre São Paulo Previdência - SPPREV e a Controladoria Geral do Estado - CGE visando à reciprocidade entre os órgãos, notadamente o estabelecimento de cooperação e projeto para troca de informações e operações quanto às ferramentas de investigação e inteligência que possam auxiliar na descoberta de fatos ligados ao estado civil de pensionistas que sinalize a possibilidade de extinção nos termos da lei; e CGE-PRC-2022/00117 - Averiguação de eventual irregularidade no pagamento de vantagens pecuniárias não previstas expressamente em lei ou cuja eficácia dependa de ato normativo diferente de Decreto do Governador. *Ações do Departamento de apurações gerais* **-** Criado a partir do decreto que regulamentou a estrutura da Controladoria Geral do Estado, o Departamento de Apurações Gerais, vinculado à estrutura da Coordenadoria Correcional, teve suas diretrizes dispostas pela Resolução CGE-7, de 21/7/2022. A partir da organização da CGE, o DAG recebeu processos que anteriormente eram conduzidos por outros Departamentos Correcionais da extinta Corregedoria Geral da Administração - CGA, em sua maioria relacionados às licitações e contratações públicas. O Departamento recebeu 169 processos e/ou expedientes. De acordo com as diretrizes operacionais da CGE já ressaltadas quanto a se processar em seu âmbito casos de relevância, cujo alcance seja amplo, legando às Pastas originárias aquelas apurações iniciais que não tenham grande impacto à Administração, houve o pedido dearquivamento de mais de 35% do total de processos/expedientes-após concluídas as atividades de alçada deste Órgão de Controle. Foram ainda realizadas 2 diligências correcionais e 7 oitivas, assim como foi registrada a instauração de 11 Processos Administrativos Disciplinares. Além disso, o Departamento atua no Sistema de Monitoramento de Licitações e no Cadastro de Serviços Terceirizados, cujas atividades alcançaram o cenário abaixo representado: *Sistema de monitoramento de licitações* **-** Justificativas analisadas-Pregão Presencial: 88; Editais diligenciados quando informada a não Inversão de Fases - Concorrência, Convite e Tomada de Preços, no sistema Pubnet: 59; Cadastro, exclusão ou alteração de usuários: 9; Cadastro ou alteração de UGE: 4; Análises e orientações - complementação de justificativas para a não adoção de Pregão Eletrônico: 7; Dúvidas gerais referentes às licitações/contratos: 6; Orientações quanto ao preenchimento do formulário de comunicação de pagamento por indenização: 16. *Cadastro de serviços terceirizados* **-** Contratos liberados no Cadastro de Serviços Terceirizados e monitorados pelo DAG, de janeiro a outubro de: 2.667; Contratos monitorados - acumulado: 8.476; Contratos renegociados que continham valores acima dos limites referenciais: 111; Contratos não prorrogados por ausência de renegociação: 8; Valor total dos contratos liberados de janeiro a outubro: R$ 7.919.939.081,09; Valor total da projeção da economia gerada com a renegociação dos valores: R$ 12.186.969,48; Valor total dos contratos monitorados - acumulado: R$ 42.878.864.552,77; Recomendações de multas e/ou restituições: R$ 993.688,43. *Ações do Departamento de apurações especializadas – DAE* **-** Preliminarmente, convém consignar que até o mês 6/2022, este departamento era então denominado, Departamento de Apurações junto ao DETRAN, pertencente à Corregedoria Geral da Administração, tendo dentre suas atribuições à realização de correições, acompanhamento da regularidade das atividades desenvolvidas e apuração da conduta funcional de agentes públicos junto ao Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN, autarquia pertencente à Secretaria de Governo. Nesse prisma, em razão da criação da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, esse departamento passou a ser denominado Departamento de Apurações Especializadas, agora pertencente à Controladoria Geral do Estado, abarcando as matérias afetas ao DETRAN/SP e SIMA/SP. Atualmente tramitam neste Departamento 283 processos correcionais, dos quais 219 referem-se ao DETRAN/SP e 19 a SIMA e 45 expedientes, dos quais 33 pertencem ao DETRAN/SP e 12 a SIMA. No que tange aos processos e expedientes correcionais, cujo objeto é o DETRAN/SP, tem-se na sua maioria, assuntos afetos a Emissão Irregular de Carteira Nacional de Habilitação-CNH; Fraude em Exame Prático de Direção Veicular; Baixa Irregular de Pontuação-CNH; Transferência irregular de Veículos; Irregularidades na vistoria de Veículos e Irregularidades em Pátios e Leilões. A maior concentração de recebimento de denúncias referentes ao DETRAN são as demandas recebidas através de Relatórios da Auditoria Interna do DETRAN/SP, com o quantitativo de 59 apurações, ou seja, 23% da totalidade dos processos correcionais em trâmite neste departamento. A respeito dos referidos relatórios, ressalta-se que os têm seu início naquela Autarquia, e durante seu curso, por entendimento do Diretor Presidente daquele Departamento de Trânsito, cópias são remetidas a este departamento, para adoção de providências em relação à continuidade das apurações. Já em relação à SIMA, a maior concentração de denúncias se vincula ao recebimento de ofícios e correios eletrônicos, com o quantitativo de 16 apurações, ou seja, 50% dos processos em trâmite. Em segundo lugar, referente à matéria DETRAN destaca-se o recebimento de denúncias através do Canal Denúncia FOCCOSP - Fórum de Combate a Corrupção e a Lavagem de Dinheiro, o qual soma um percentual de 13% das apurações, ou seja, 35 processos correcionais, que atualmente se encontram em trâmite. Em relação à SIMA, 7 denúncias foram recebidas por meio do Canal Denúncia Online e estão em segundo lugar, representando 22%. E em terceiro lugar, as denúncias envolvendo o DETRAN se dão através do Canal Denúncia Online, com 12% do total, ou seja, 31 dos Processos Correcionais que se encontram em instrução. E na SIMA, 4 instaurações foram originadas de denúncias recebidas por Carta, ou seja, 13%. Destaca-se no corrente ano, a ação realizada para apuração dos fatos recebidos por meio do Ofício nº 144/2022, oriundo do Departamento Polícia Judiciária de São Paulo - Interior DEINTER-4 - BAURU e Divisão Especializada de Investigações Criminais - DEIC, referente ao Inquérito Policial nº 38/2022 - IPe nº 2098800-30.2022.900566–1ª DIG/DEIC/DEINTER 4, que investiga participação de servidores públicos estaduais em práticas de crimes de inserção de dados falsos no sistema de informações do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN/SP. Diante da gravidade dos fatos, em 21/9/2022 fora deflagrada a denominada operação GRAVAME, em conjunto com a Polícia Judiciária e Corregedoria da Polícia Militar. Nesta Operação, foram cumpridos 6 mandados de busca eapreensão e 5 mandados de prisão preventiva, sendo que, dentre os presos estão um policial militar, um diretor do DETRAN-SP, dois despachantes e um suposto funcionário de despachante, além de um servidor público estadual lotado no DETRAN-SP, que foi alvo de busca e apreensão. Ressalta-seque o trabalho desta equipe visa à repreensão do cometimento de atos lesivos à Administração Pública, não apenas com atos punitivos, mas com ações preventivas essenciais para apuração dos fatos e orientação de funcionários e servidores. Por fim, merece notoriedade a atuação desteDepartamento, ao longo dos anos de trabalho, a qual ensejou em uma crescente conscientização de servidores e funcionários públicos, e ainda trouxe benefício não somente a Administração Pública- receita, como a seus administrados - melhora nos serviços prestados. *Ações do Departamento de Apurações Estratégicas* **-** O Departamento de Apurações Estratégicas - DAEST teve sua criação a partir da edição do Decreto n.º 66.850, de 15/6/2022, que regulamentou a Lei Complementar n.º 1.361, de 21/10/2021. As atribuições deste departamento foram disciplinadas pela Resolução CGE nº12/2022. Os processos remanescentes da Setorial Saúde e da Setorial Extraordinária foram distribuídos para o Departamento de Apurações Estratégicas e, também, processos/expedientes provenientes de outros Departamentos da extinta Corregedoria Geral da Administração, envolvendoos seguintes órgãos da administração pública estadual: Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metrô, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP, Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, Departamento de Estradas de Rodagem - DER e DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, dentre outras unidades de saúde. Além disso, durante oano, foram instaurados diversos processos na área da saúde relacionados a: utilização de recursos públicos no gerenciamento de unidades de saúde da administração direta e indireta; farmácias de dispensação de medicamentos; averiguação de possíveis irregularidades na prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais prestados em unidades da administração direta e indireta, por organizações sociais, Santas Casas e Ambulatórios Médicos de Especialidades - AMEs específicas equanto aos fluxos, controles e procedimentos adotados para lançamentos das informações, para priorização de atendimentos assistenciais aos pacientes. Dentre as ações do Departamento destaca-sea atuação na Operação Raio-X, tratada nos autos do Processo de Correição nº SEGOV-PRC- 2020/03530. Em decorrência do procedimento foi deflagrada a operação policial conjunta da Controladoria Geral do Estado e da Polícia Civil, para cumprimento dos mandados expedidos pelo Juízo de Direito da Comarca de Santos. Foram cumpridos 34 mandados de busca e apreensão domiciliar nas regiões de Araçatuba, Pacaembu, Baixada Santista, Campinas, Capital, Birigui, Bilac,Clementina e Presidente Prudente. Ademais, cabe destacar que foi verificado que os membros de umaorganização criminosa desviaram dos cofres públicos aproximadamente R$ 500 milhões, valores estes que tinham por destino a utilização em aparelhos públicos prestadores de serviços de saúde. Ainda, foram instaurados outros processos correcionais a partir de demanda do DEINTER-10-DEIC. *Ações do Departamento de responsabilização de pessoa jurídica* **-** O Departamento deResponsabilização de Pessoa Jurídica - DRPJ foi criado após a transformação da antiga CorregedoriaGeral da Administração - CGA em Controladoria Geral do Estado, com o condão de centralizaros Processos de Responsabilização de Pessoa Jurídica disciplinados pela Lei nº 12.846, de 1/8/2013,denominada no meio jurídico como Lei Anticorrupção Empresarial - LAC, que trouxe em seu bojo os meios necessários de responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública. O Processo Administrativo de Responsabilização - PARdisciplinado na legislação supramencionada tem por finalidade, após o devido contraditório e ampla defesa, a imposição da responsabilidade objetiva às mais diversas modalidades de pessoas jurídicas, em caráter sancionador na seara administrativa, incluindo fundações, associações, ONGs e OSCIP. Assim, a responsabilidade da pessoa jurídica passou a ser independente da responsabilidadeindividual de seus dirigentes ou administradores ou de quaisquer outras pessoas que tenham concorrido ou participado da prática do ato ilícito. Tendo em vista a natureza do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, com suas formalidades e especificidades, o DRPJ buscou em sua composição servidores que detivessem capacitação técnico jurídica, a fim de centralizar as comissões processantes, preservando-se em sua integralidade o

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

imperativo dos institutos da ampla defesa e contraditório em sede processual. Com a nova estrutura, todos os Processos Administrativos de Responsabilização foram redistribuídos, vez que estavam pulverizadosem comissões processantes compostas por servidores atuantes em diversos departamentos desta CGE,totalizando atualmente, dentre redistribuições e instaurações, 20 processos em andamento, sendo 8 instaurados após a criação do DRPJ. Na sequência, foram necessários trâmites técnicos para as adequações dos processos, gerando aproximadamente: 27 portarias; 66 despachos deliberativos/saneadores; 90 citações; 34 audiências; 467 e-mails produzidos pela equipe; Somando ao acima exposto, dentro da rotina do DRPJ, ainda temos: Análises de processos correcionais que possam viabilizar a instauração do PAR; Elaboração de citações; Minutas de Portarias de instauração do PAR; Análises de defesas prévias; Busca de elementos de prova para o PAR; Garantia da ampla defesa e contraditório aos acusados; Análise de documentos e procurações apresentados pelos defensores constituídos; Pesquisas de localização das pessoas jurídicas via JUCESP ou outros meios admitidos em lei; Localização de testemunhas; Realização de audiências seguindo os ritos processuais formais; Controle de prazos processuais dos acusados, dilações e prorrogações em todos os processos; Análise das Alegações finais; Busca de elementos contábeis dos acusados com vistas à aplicação de eventual sanção; Elaboração de extratos para publicação junto ao DOE dos atos praticados nos processos. Acompanhamento do pagamento das eventuais multas aplicadas, bem como o cumprimento efetivo de demais sanções impostas; Recomendações junto ao Cadastro Estadual de Empresas Punidas - CEEP, quando necessário; Recomendações junto ao cadastro na dívida ativa do Estado quando necessário; Por fim, do quantitativo de processos em andamento, atualmente possuímos 1 PAR aguardando a apresentação de documentos para complementação da alegação final, e 3 PARs em fase de análise das alegações finais e elaboração de relatório conclusivo. *Ações da Corregedoria Setorial Extraordinária* **-** A Corregedoria Setorial Extraordinária foi instalada pela Resolução Conjunta SG/SS/SE/SEDS-1, de 6/5/2020, com a finalidade de atuar junto às Secretarias da Saúde, da Educação e de Desenvolvimento Social, para acompanhar e monitorar as aquisições de bens, serviços e insumos, bem como a celebração de instrumentos de parceria previstos em lei, em ações voltadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19. Por intermédio da Portaria n.º SEGOV-POR-2020/00143, de 8/5/2020, a Presidência da Corregedoria Geral da Administração regulamentou a organização e o funcionamento da Corregedoria Setorial Extraordinária e, por meio da Portaria SEGOV-POR-2020/00168, de 3/6/2020, a estrutura organizacional da referida Corregedoria foi reforçada. Em cumprimento ao disciplinado no artigo 1.º da Resolução Conjunta SG/SS/SE/SEDS-1, a Setorial Extraordinária desempenhou as seguintes atividades: Verificação dos gastos públicos mediante planilha encaminhada diariamente pelo Comitê Gestor do Gasto Público; Recebimento de informações provenientes do Departamento de Controle e Avaliação, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a respeito dos processos de aquisição de bens, serviços e insumos realizados pela Secretaria de Estado da Saúde; Acompanhamento dos desdobramentos das reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho criado pelo Ato n.º 34, de 2020 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Realização de levantamentos de informações das empresas/fornecedores junto aos sistemas SIGEO, CADIN, JUCESP, CAUFESP, CADESP, INSS, Receita Federal, verificação de Certidões Municipais, Estaduais e Federais e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Expedição de ofícios solicitando informações para instrução dos trabalhos correcionais às Secretarias da Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e outros órgãos da Administração Pública e recomendações incidentais para saneamento de eventuais inconsistências verificadas; Em consonância ao disposto no artigo 1.º, § 2.º, Item 03, da Resolução Conjunta SG/SS/SE/SEDS-1, de 6/5/2020, as unidades têm encaminhado à Corregedoria Setorial Extraordinária, por meio de correios eletrônicos, informações em tempo real a respeito dos processos de licitações e contratações diretas, com antecedência mínima de 3 dias, à abertura dos certames, acompanhadas de pesquisas de preço, tendo por objeto as aquisições de bens, serviços e insumos decorrentes ao enfrentamento da pandemia COVID-19. Após a análise dos dados enviados, foram expedidas orientações de boas práticas nas contratações, objetivando evitar falhas técnicas nas conduções dos procedimentos e, consequentemente, prejuízo ao erário. Os expedientes e processos correcionais instaurados decorreram da necessidade de verificação de possíveis irregularidades em aquisições de insumos e contratações de serviços voltados ao enfretamento da pandemia da COVID-19, versando, resumidamente, sobre os seguintes materiais, equipamentos, prestação de serviços e locações, irregularidades na vacinação COVID-19 e demais demandas em atendimento de requisições do Ministério Público do Estado de São Paulo, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Ainda, em complementação aos trabalhos correcionais, foram realizadas diligências em unidades da Secretaria da Saúde, bem como oitivas dos servidores públicos envolvidos na instrução dos processos de dispensa de licitação para aquisição dos insumos e contratação de serviços do âmbito da referida Pasta. Também, instaurou-se Expediente para Acompanhamento conclusão de procedimento sancionatório no âmbito das unidades vinculadas à Administração Pública Estadual, em face das empresas contratadas para fornecimento de materiais, equipamentos e serviços, para atendimento da pandemia da COVID-19, que incorreram em inadimplemento contratual, visando à objetividade e celeridade processual. No período compreendido entre 6/5/2020 até 31/8/2022, foram instaurados 144 expedientes, que dentre eles: 41 tramitaram como Expediente de Atendimento; 54 como Processode Apuração de Denúncias; e 49 foram instaurados Processos de Correição. Assim, para melhor ilustrar a produção da Coordenadoria Setorial Extraordinária, seguem os dados consolidados no quadro abaixo:



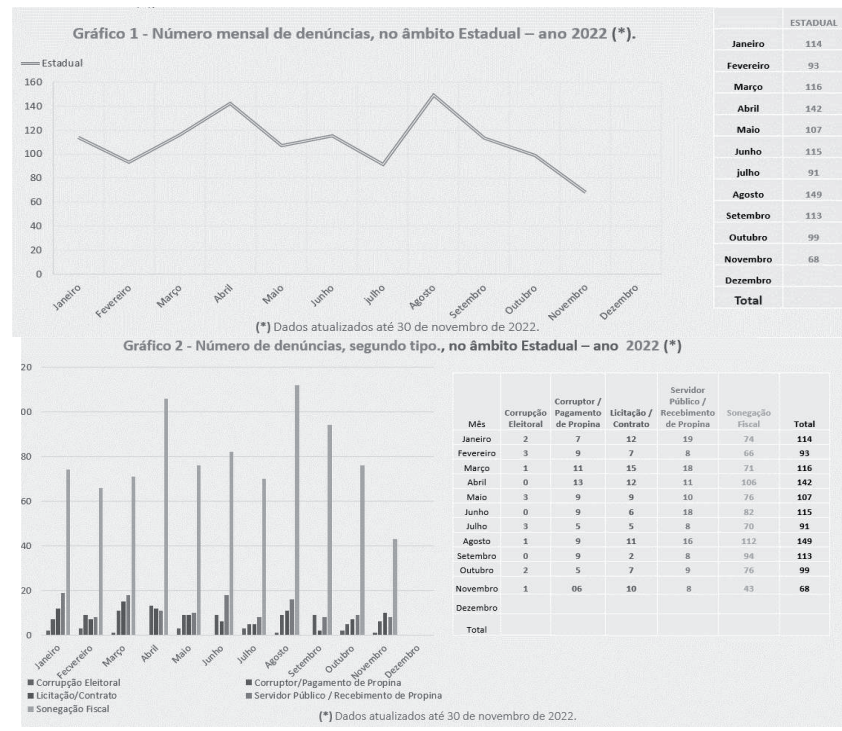
Recomendação de ressarcimento ao erário - Recomendação para apuração de responsabilidadede agente público estadual. Recomendação de responsabilização de empresas, nos termos da Lei Anticorrupção - PAR. Recomendações diversas, inclusive com orientações para observância das normas legais envolvendo licitações, pregões eletrônicos e demais orientações para condução dos processos. *Ações da Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público* **-** A Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - CODUSP da Controladoria Geral do Estado é o órgão central da Rede Paulista de Ouvidorias, tem suas atribuições definidas noartigo 27 do Decreto nº 66.850, de 15/6/2022. Os dados e informações da Coordenadoria de Ouvidoriae Defesa do Usuário do Serviço Público encontram-se disponíveis para o cidadão no sítio www.controladoriageral.sp.gov.br . No ano, registrou-se melhoria no Sistema Informatizado da RedePaulista de Ouvidorias, relativamente ao atendimento ao cidadão e ao ouvidor Setorial, tornando a navegação pelo sistema mais ágil e intuitiva. Foram registradas até final de novembro, o montante de798.804 manifestações dos cidadãos, recepcionadas pelos canais de comunicação disponíveis nos diversos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado, aderentes ou não ao Sistema Informatizados e Ouvidorias. Com relação à divisão das manifestações recebidas nas Ouvidorias Estaduais por tipo, segue o quadro abaixo:

Divisão das Manifestações Recebidas nas Ouvidorias

Tipo	*Quantidade*
Solicitação de Informação	336.595
Reclamação	385.400
Elogio	43.056
Denúncia	18328
Sugestão	3.362
Outros – Não inerente a Ouvidoria	12.063
Total:	*798.804*

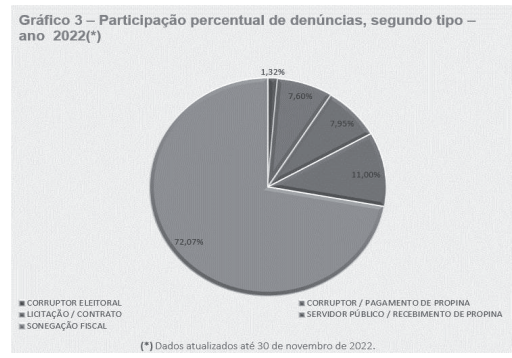
Obs: dados consolidados até 30/11/2022

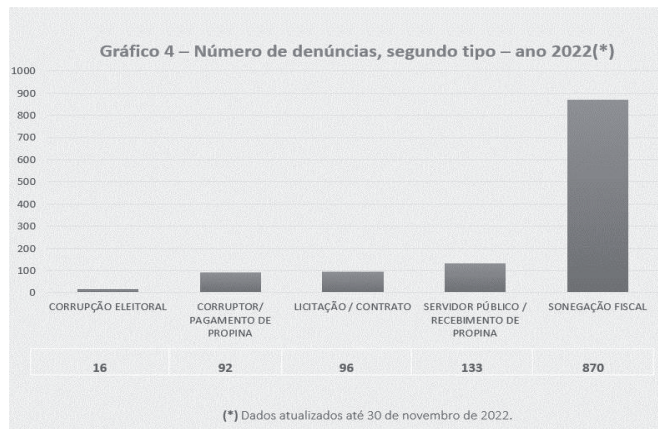
A Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público é responsável pelo gerenciamento do sítio eletrônico *Web Denúncia Corrupção*, que é uma plataforma exclusiva e integrativa, com disponibilização de formulário próprio, para recepcionar denúncias de recebimento de propinas, com envolvimento de agentes públicos de quaisquer das esferas de governo, seja ela federal, estadual ou municipal. Foram registradas no referido Sistema 1.207 denúncias, referentes ao Estado de São Paulo até o final de novembro deste ano, as quais foram devidamente direcionadas via Sistema para os respectivos órgãos, para análise e eventuais apurações. Seguem alguns dados estatísticos:



	ESTADUAL
Janeiro	114
Fevereiro	93
Março	116
Abril	142
Maio	107
Junho	115
julho	91
Agosto	149
Setembro	113
Outubro	99
Novembro	68
Dezembro	
Total	

Mês	Corrupção Eleitoral	Corruptor / Pagamento de Propina	Licitação / Contrato	Servidor Público / Recebimento de Propina	Sonegação Fiscal	Total
Janeiro	2	7	12	19	74	114
Fevereiro	3	9	7	8	66	93
Março	1	11	15	18	71	116
Abril	0	13	12	11	106	142
Maio	3	9	9	10	76	107
Junho	0	9	6	18	82	115
Julho	3	5	5	8	70	91
Agosto	1	9	11	16	112	149
Setembro	0	9	2	8	94	113
Outubro	2	5	7	9	76	99
Novembro	1	06	10	8	43	68
Dezembro						
Total						





Lei de Acesso à Informação-LAI - Decisão em grau de 2ª Instância **-** Relativamente às análisesdos pedidos de acesso a Lei federal nº 12.527, de 18/11/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052, de 16/5/2012, a CODUSPtem atuado como órgão decisório em grau de recursal. Neste exercício foram contabilizados 380 recursos até o final do mês de novembro. Todas as decisões foram publicadas no Sistema Informatizado do SIC.SP, e, devidamente comunicadas aos respectivos interessados no prazo requerido. Seguem alguns dados estatísticos referentes as decisões da CODUSP, em grau de 2ª Instância da LAI.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

	Diligência	Provimento	Provimento Parcial	Não Provimento	Não Conhecimento	Perda de Objeto	TOTAL GERAL
JAN	57	1	0	16	1	5	23
FEV	56	3	0	16	1	6	26
MAR	78	6	3	17	5	12	43
ABR	38	1	0	18	5	12	36
MAI	36	2	0	17	16	3	38
JUN	60	4	2	11	17	9	43
JUL	28	7	0	19	1	4	31
AGO	70	3	0	23	7	13	46
SET	73	3	0	17	0	12	32
OUT	16	10	0	13	4	2	29
Nov	22	3	0	18	4	11	33
TOTAL	534	43	5	185	61	89	380

obs: dados consolidados até 30 de novembro de 2022

Outras atribuições executadas pela Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público **-**Configuram outras ações executadas pela Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Serviço Público - CODUSP: a finalização da instrução do processo que trata do termo de cooperação a ser celebrado entre a Ouvidoria Nacional do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, a fim de que a Controladoria Geral do Estado, por intermédio da CODUSP, seja o ponto focal para recebimento das denúncias do *DISQUE 100* e *DISQUE 180*-violência contra a mulher. A CODUSP, desenvolve atividades de apoio à Controladoria Geral do Estado que passou a exercer a Secretária Executiva do Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo - FOCCOSP.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Há 195.273 pessoas privadas de liberdade - PPL custodiadas em 152.811 vagas distribuídas em 181 estabelecimentos penais. As diversas ações conjuntas entre a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP e demais órgãos do Executivo e Judiciário têm resultado no decréscimo da população prisional conforme se observa no quadro abaixo.

Período				
27.12.2019	30.12.2020	Anual	Mensal	Diário
232.829	213.416	-19.413	-1.578	-52,61
Período				
30.12.2020	31.12.2021	Anual	Mensal	Diário
213.416	203.101	-11.315	-942,91	-31,43
Período				
31.12.2021	01.12.2022	Anual	Mensal	Diário
203.101	196.629	-6.472	-539,3	-17,98

Ações voltadas a minimizar a superlotação carcerária - Programa de Expansão e Modernização doSistema Prisional Paulista - Previsão de gerar 39,5 mil vagas com a edificação de novas estabelecimentos penais - De 23/4/2010 a 30/11/2022 entregues 37 estabelecimentos penais que geraram 31.767 vagas. 2022 - 1.646 Vagas com as entregas das Penitenciárias I e II de Gália em 22/11/2022. Programa de Ampliação de vagas para o Regime Semiaberto - 16.845 vagas geradasde 2013 a 2022. 2022 - Ampliação de 4.911 vagas. Programa de Teleaudiência - Por meio de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Governo -SG e SAP; o Poder Judiciário e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP, de 2005a 2022 foram realizadas 352.020 teleaudiências, dando maior celeridade nos processos criminal ede execução da pena. São 735 salas digitais instaladas em 181 estabelecimentos penais. 2022 - Realizadas 93.154 teleaudiências. Programa de Medida Alternativa à Prisão - pelo qual o Juízo Criminal aplica penas restritivas de direito alternativas à privação de liberdade, que possuem caráter educativo e que traz benefícios à sociedade. Trata-se de medidas que são aplicadas aos infratores que cometeram crimes de baixo potencial ofensivo, sem privá-los do convívio social, oque está consolidado no Sistema Penitenciário por meio de 90 Centrais de Penas e Medidas Alternativas - CPMAs. De 1997 a 2022 219.561 pessoas foram cadastradas no programa e deixaram de ingressar nos estabelecimentos penais. 2022 - 10.413 Pessoas cadastradas e 20.851 em acompanhamento. Projeto de Audiência de Custódia - implantado por meio do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Ministério da Justiça - Departamento Penitenciário Nacional - MJ/DEPEN, a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas - SNPD, o Governo do Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPSP. Por meio de uma estrutura multidisciplinar a pessoa presa em flagrante delito é submetida a primeira análise sobre ocabimento e a necessidade da privação de liberdade em estabelecimento penal. De 2015 até 2022, 141.698 pessoas receberam liberdade provisória deixando de ser incluídas nos estabelecimentos penais. 2022 - 13.387 Pessoas presas em flagrante foram colocadas em liberdade provisória e não ingressaram no sistema penitenciário. Projeto Medida Cautelar de Monitoração Eletrônica-por determinação judiciária a pessoa presa poderá ter convertida a privação de liberdade em estabelecimento penal em prisão domiciliar sob monitoração eletrônica, administrada, executada e controlada pelo Centro de Controle de Operações Penitenciárias CECOP. 2022 - 221 pessoas privadas de liberdade obtiveram a privação de liberdade em estabelecimento penal convertida em prisão domiciliar monitorada. Prisão Domiciliar - O Juízo pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar ou converter a privação de liberdade da pessoa condenada por prisão domiciliar, no caso de mulheres com filho de até 12 anos de idade incompletos ou deficiente físico ou mental e de homens, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho menor. 2022 - 1737 Mulheres e3 homens privados de liberdade em estabelecimentos penais foram beneficiados com a conversãoda prisão domiciliar. Ações voltadas à Segurança do Sistema Penitenciário - Automação das Portasdas Celas - Previsão de automatizar 141 estabelecimentos penais - De 2013 a 2022 foram automatizadas 134 e 4 Anexos de Detenção Provisória. A medida traz o controle do contato entreos servidores penais e as pessoas privadas de liberdade. 2022 - 2 Estabelecimentos penais receberam automatização de portas das celas – Penitenciária II de Itapetininga e Penitenciária I de Pirajuí. Projeto de Reconhecimento Facial - projeto que busca uma forma de identificar ou confirmar a identidade de uma pessoa usando seu rosto. A solução traz melhorias na gestão para identificação e autenticação das pessoas que adentram, bem como as que saem dosestabelecimentos penais. 2022 - Implantado projeto piloto na Penitenciária Feminina Sant´Ana e no Centro de Progressão Penitenciária Masculino de São Vicente, atualmente em fase de cadastramentos. Scanner Corporal - essa tecnologia tem o objetivo de melhorar o processo de revista visando impedir a entrada de drogas, celulares e mensagens não autorizadas nos estabelecimentos penais pelos visitantes do sistema penitenciário. Dos 181 estabelecimentos penais, 154 estão equipados - de 2015 a 2022 e 26 deles não serão instalados devido ao tipo de estabelecimento e ao perfil das pessoas privadas de liberdade. 2022 - Instalado scanner corporal na Penitenciária II de Gália.Bloqueadores de Sinais de Celulares - o número de estabelecimentos penais atendidos com o Serviço de Bloqueio de Sinais de Radiocomunicação - BSR é de 29, relativo ao Contrato 036/2018 junto à Empresa NEGER Tecnologia e Sistemas Ltda. com vigênciaaté 15/12/2023. A meta para dobrar esse número totalizando 58 estabelecimentos penais boqueados será atendida por meio do novo contrato sob nº 011/2022 com a empresa POLSEC Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda. 2022 - 13 de 29 estabelecimentos penais estão bloqueados: Penitenciárias I, II e III de Franco; Penitenciária II de Guarulhos; Centro de Detenção Provisória I de Guarulhos; Centro de Detenção Provisória de Praia Grande; Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes; Centro de Detenção Provisória de Suzano; Centro de Detenção Provisória de São José dos Campos; Centro de Detenção Provisória de Taubaté; Penitenciária de Piracicaba; Penitenciária de Capela do Alto; Centro de Detenção Provisória de Capela do Alto. Escolta Armada de Pessoas Privadas de Liberdade - A escolta é realizada na Região Metropolitana do Estado de São Paulo e teve início em 2014, em substituição à Polícia Militar - PM, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim de proporcionar segurança à sociedade. 2022 - foram realizados na Região Metropolitana do Estado 25.860 escoltas armadas, com a utilização média de 55 equipes por dia, pelas quais 84.744 pessoas privadas de liberdade foram escoltadas, sendo: 7.283 para apresentações aosFóruns; 19.218 recolhidas das audiências de custódias - Fóruns e Delegacias; 22.736 aos hospitaise às consultas médicas especializadas; 345 para Distrito Policial; 286 às remoções interestaduais; 34.396 às remoções entre estabelecimentos penais do Estado de São Paulo; 137 aoInstituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo - IMESC; 336 ao Instituto Médico Legal - IML e 7 para Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e velório. Saídas Temporárias e Retornos - pelo ordenamento jurídico há pessoas privadas de liberdade - PPL do regime semiaberto que preenchem critérios objetivos e subjetivos pelos quais o Juízo da Execução pode autorizar a saída temporária.

Qtde de PPL em saídas temporárias em 2022			
Mês	*Março*	*Junho*	*Setembro*
Saíram	34.413	34.567	35.618
Retornaram	33.348	33.286	34.019
Não Retornaram	1.362	1.278	1.593
% Não Retorno	3,92%	3,70%	4,47%
% De Retorno	96,07%	96,29%	95,51%
Óbitos	02 Óbitos	03 Óbitos	06 Óbitos

Monitoramento Eletrônico - considerados os dados das saídas temporárias, para trabalho externo e estudo de pessoas privadas de liberdade – PPL sob regime semiaberto e daquelas sob medida cautelar - Contratado em 2018 com a empresa Spacecom Monitoramentos S/A e em 2021 com a Synergie Tecnologia da Informação.

qtde de PPL em monitoramento eletrônico em 2022			
mês	*março*	*junho*	*setembro*
Saídas Temporárias	1.473	3.866	4.630
Saída para trabalho externo			4.161
Medida Cautelar Judicial			221

Atendimentos de Demandas Via: Serviço de Informação ao Cidadão - 459 demandas recebidas, sendo: 407 encerradas e 52 em trâmites. Fale Conosco Assessoria Técnica do Gabinete - 164 demandas recebidas e respondidas. Departamento de Tecnologia da Informação - DTI - Teleaudiências - além das audiências virtuais com o Poder Judiciário indicadas no item 1.1.3, foram realizados os seguintes atendimentos virtuais: 234.365 com Oficiais de Justiça - 27.934 com Defensoria Pública - 266.137 com Advogado. Sistema de Gestão Penitenciária - GEPEN - Certificação Digital-Assinatura - gerados 883.354 - Boletins Informativos BIs; 318.940 Certidões de Recolhimento Prisional - CRP e 24.007 Atestados de Conduta Carcerária - CCs. Sistema Gestão Prisional Única - GPU - Cadastros: Membros Religiosos: Comuns: 3.735 - Regionais: 86 - Especiais: 43 - Fóruns: 1.073 -Instituições: 1.576 - Advogados: 6.456 - Visitantes Comuns: 6.817 - Atendimentos -internos/externos: 813.073 - Visitantes: 81.211 - Total de Mulheres Cadastradas: 58.654-Total de Homens Cadastrados: 22.557. Desenvolvido no sistema GPU as principais funcionalidades: Sistema de controle de cardápio oferecido pelos estabelecimentos penais; Implementação de controle de valores recebidos via PIX que constituem numerário/pecúlio da pessoa privada de liberdade; Implementação de controle de dados de coleta biológica-DNA dos privados de liberdade; Implementação de projeto piloto quanto à digitalização de documentos dos visitantes de pessoas privadas de liberdade; Ajustes no módulo de saída temporária para adequar as necessidades da Polícia Militar-PM; Ajustes no módulo numerário/pecúlio na funcionalidade de compras unidade; Implementação de controle no módulo Atendimento sobre os locais de atendimento/teleaudiência; Sistema Cartório Informatizado-SCI - Sistema Cartório Informatizado tem como principal objetivo registrar os comunicados de eventos dos fatos que se desdobram em ocorrência criminal, judicial e administrativa de pessoas privadas de liberdade, funcionários ou terceiros nos estabelecimentos penais do Estado de São Paulo. 2022 - Registrados: 27.329 Comunicados de Eventos; 124 Sinistros e 287 Expedientes Avulsos. Sistema de Denúncia da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário - CASP - Sistema de Denúncia tem como objetivo: registrar/documentar as denúncias ou qualquer irregularidade que o cidadão, o servidor ou o anônimo queira manifestar/denunciar à CASP, resultando em maior agilidade à equipe que atua nas correições daquela corregedoria. 2022 -

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Recebidas 1.867 denúncias. Sistema de Ouvidoria- SISOUVIDORIA - Em 2020, foi implantado o sistema para controle de atendimentos da Ouvidoria da SAP. 2022 - Registrados 3.996 atendimentos. Sistema de Gerenciamento de Recurso Humanos - SISDRHU - deu-se continuidade no desenvolvimento e manutenção dos módulos do sistema de RH: Ajustes na funcionalidade deLicença-Prêmio - LP/Adicional por Tempo de Serviço - ATS quanto à nova Legislação; Implementação de funcionalidade para controle de Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário - DEJEP; Implementação de melhorias com a integração doAuditoria Eletrônica do Estado de São Paulo - AUDESP; Integração com dados de frequência de ponto biométrico em 126 unidades; Implementação de funcionalidade para envio de dados acerca denomeação de servidores junto à Secretaria da Fazenda - SEFAZ; Melhorias nas funcionalidades de Frequência/Cartão de Ponto. Sistema de Promoção - SISPROMNEW - deu-se continuidade nodesenvolvimento no novo Sistema de Promoção, implementando os módulos de Promoção por Merecimento e Antiguidade-Agente de Segurança Penitenciária - ASP. Realizado em 2022 o Concurso: PROMOÇÃO POR MERECIMENTO 2021-A.S.P. Sistema de Ocupação de Imóveis - SISMOVNEW - homologação e implantação de novo Sistema de Ocupação de Imóveis. Sistema de Lista Prioritária de Transferência - NLPT - atualização no sistema para permitir o controle, visualização e manutenção das inscrições pelo próprio servidor via sistema. Sistema de Medicamentos e Insumos - SISMEDI - deu-se início ao desenvolvimento do sistema da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário - CSSP para controle de aquisição e uso dos medicamentos no âmbito da Secretaria. Está em fase de homologação à funcionalidade quanto ao controle e gerenciamento das atas e pedidos de atas a serem realizados pelas Regionais. Atividades de atendimento Redes e Infraestrutura -atendimento aos usuários da Secretaria Sede I, II, Museu Penitenciário, 7 Coordenadorias, os estabelecimentos penais e Centrais de Atenção ao Egresso e Família - CAEF, Centrais de Ações de Reintegração - CAR e Centrais de Penas e MedidasAlternativas - CPMA, Escola da Administração Penitenciaria - EAP e o Centro de Controle e Operações Penitenciárias - CECOP. Desde a implantação do sistema de controle de chamado GLPI em 2012, observa-se um crescimento.

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	201	2022
8251	11331	10143	9205	9767	9903	9908	17903	28338	28904	36265

Servidores em ambiente de *Data Center* - são monitorados 102 Servidores de Sistemas Operacionais*Server Windows* e *Linux*, hospedados no *Data Center* da Pasta, que atendem todo o sistema prisionaldo Estado de São Paulo, Coordenadorias e algumas demandas de convênios com outros órgãos. Monitoramento e Gestão de Incidentes/Requisições na parte de segurança com 2 *Appliances Firewall*,1 *Tipping Point* e o monitoramento dos computadores com aproximadamente 2.353 *client's* da solução de antivírus, 65 *switches* e 32 *ACCESS POINT*. Monitoramento de *Links INTRAGOV* - monitoramento de 398 *Links* que envolvem todo o sistema prisional e Teleaudiência. Preparo e Fornecimento de Alimentação nos Estabelecimentos Penais - Sistema de Autogestão - gerenciamentoe produção da alimentação distribuída à população prisional e servidores que atuam no estabelecimento penal - a Pasta vem adotando este sistema nas cozinhas dos estabelecimentos penais, considerando a redução de custos, a qualidade da alimentação, a segurança e a profissionalização damão de obra da pessoa privada de liberdade. O sistema de Autogestão trouxe até o momento uma economia de aproximadamente R$ 65 milhões. 2022 - 168 Estabelecimentos penais sob o Sistema deAutogestão, 10 com alimentação preparada e 3 no Sistema Cogestão. Programa de Uso Racional da Água - PURA - Os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25%sobre a tarifa incidente, como também, demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. O projeto PURA SAP&SABESP, trouxe uma economia de agostode 2012 a novembro de 2022 de aproximados de R$ 16.3 milhões e 735,0 m³. Assessoria de Imprensa a gestão da Comunicação Pública da Secretaria da Administrada Penitenciária é exercida por meiode uma Assessoria de Imprensa vinculada ao Gabinete do Sr. Secretário e das assessorias regionais esetoriais de Comunicação, com pelo menos um representante designado em cada uma das sete Coordenadorias da Pasta. 2022 - Enviadas 677 respostas para jornalistas; 26 para o Informativo do Governador; 27 Newsletters lançadas; produzidos 57 briefings/informativos para o Secretário e PortaVozes. 219 publicações no site da SAP, além da estruturação de uma nova área, voltada aos visitantes. Releases e notas de apreensão - produzidos 385 releases e notas de apreensão. O aumentode apreensões de drogas sintéticas gerou várias matérias, tanto em nível regional quanto estadual e até nacional. Matérias positivas: contratação de pessoas privadas de liberdade para serviços de zeladoria em Santos e para construção de plataformas no Rio Pinheiros; oficinas da Funap em todo oestado; anúncio de contratação de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, para futura liberação dos policiais militares da escolta; instalação da oficina de bicicleta em Jundiaí e da retomada das Jornadas da Cidadania, Trabalho e Renda; proposição e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC da Polícia Penal; assinaturas de convênio e outras agendas com a presença do Secretário; treinamento com o equipamento antidrone, e aumento no número de pessoas privadas de liberdade trabalhando, retomando o nível pré-pandemia. A presença do Secretário e do Secretário Executivo em eventos com realizações da SAP - Jornadas da Cidadania, Trabalho e Renda, entrega de macas, assinaturas de convênios, inaugurações - elevou significativamente o percentual dematérias positivas publicadas: em junho, antes dessas agendas, o percentual foi de 41% de matérias positivas. Em julho, esse percentual aumentou para 53% e, em agosto, chegou a 64%. Destacando-setambém, o aumento no número de pessoas privadas de liberdade participantes nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática e no Enem PPL; parcerias que agregam cuidado com o meio ambiente e reintegração social-reciclagem de lixo no Centro de Detenção Provisória de Jundiaí e fabricação de casinhas de cachorro por pessoas privadas de liberdade da Penitenciária de Caiuá com madeira apreendida pela Polícia Ambiental; a garantia do direito ao voto do privado de liberdade provisório. Eventos - inaugurações de 7 Centrais de Atendimento a Egresso e de Penas Alternativas/Unidades de Reintegração Social. Entregas de estandes de tiro, Bases do Grupo de Intervenção Rápida - GIR, canis em estabelecimentos penais; reforma do telhado do Centro de Progressão Penitenciária-CPP III de Bauru e a inauguração de dois presídios na cidade de Gália. Redes Sociais - o período inativo por conta do período eleitoral gerou perdas no número de curtidas e engajamento, já que entre o início de julho até o final de outubro, ficaram proibidas as atualizações de perfis, com exceções de informações mínimas de serviço, como o calendário das visitas. *Facebook* - a página alcançou 79,1 mil curtidas - um aumento de mais de 20 % em relação ao ano passado, quando tínhamos 65,5 mil curtidas. *Instagram* - O Instagram teve aumento de 29,9% em relação ao ano passado, saltando de 31,1 mil para 40,4 mil seguidores. *Tik Tok* - Os órgãos governamentais estão ampliando a presença no *Tik Tok*. Segundo pesquisa da Statisa, empresa global de pesquisa de consumo, em 20214,72milhões de brasileiros usavam o *Tik Tok* - o segundo maior mercado do aplicativo no mundo, atrás somente da China. Outra pesquisa indica que 59% dos usuários são mulheres e 66% do total tem menos de 30 anos. Matérias na mídia também indicam que as visitantes de pessoas privadas de liberdade se tornaram influenciadoras, com as #mulherdepreso e #mulherdepreso, tendo bastante visualizações: 308,4 milhões e 744,1 milhões, respectivamente - e elas são somente as mais visualizadas. Assim, começamos o planejamento ainda no mês de maio e em junho soltamos os primeiros conteúdos de teste, para entender a ferramenta e construir uma linguagem SAP. O *Tik Tok* tem um crescimento bem mais lento. Isso se deve a características da própria rede, já que os usuários veem mais o que está no *for you* ao invés do que eles seguem, engajando-se mais com o conteúdo do que com perfis. *Youtube* - O canal do *Youtube* da SAP se consolidou como um acervo de material informativo sobre o sistema prisional paulista. Entre os vídeos mais assistidos do Canal no ano, dois são materiais instrucionais sobre o como preencher o formulário de cadastro e como mandar uma mensagem pelo formulário do Conexão Familiar, com 11.307 e 208.508 visualizações, respectivamente. Entre os vídeos publicados recentemente, o vídeo instrucional que divulga as novas regras para visitação com mais de 1.600 acessos em menos de duas semanas. O canal tem hoje 15,4 mil inscritos - aumento de 15,78% em relação ao ano passado.

Departamento de Recursos Humanos **-** Enquadramentos área fim - Agente de Segurança Penitenciária - 1.347 - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – 305. Estágio Probatório - LC nº 1.080/2008 - área meio - Oficial Administrativo - 1 - Executivo Público - 3. Processo de Progressão LC nº 1.080/2008 área meio. Exercício 2017 - 685 - DOE 28/10/2022-Analista Administrativo - 28;Analista Sociocultural - 2; Auxiliar de Serviços Gerais - 45; Executivo Público - 17; OficialAdministrativo - 479; Oficial Operacional - 114. Processo de Progressão - LC nº 1.157/2011 área saúde. Exercício 2016 – 284-DOE 22/10/2022 - Auxiliar de Saúde- 2; Auxiliar de Laboratório - 5; Agente de Saúde - 1; Auxiliar de Enfermagem - 81; Técnico de Laboratório - 2; Agente Técnico de Assistência à Saúde - 134; Cirurgião Dentista - 33; Enfermeiro – 27. Promoção ASP - Merecimento 2021 - 1.851 - DOE: 10/11/2022 - 488 da Classe II para a III; 400 da Classe III para a IV; 474 da Classe IV para a V; 298 da Classe V para a VI; e 191 da Classe VI para a VII. Promoção AEVP - Merecimento 2020 - 1.802 - DOE: 25/03/2022 - 375 de Nível de Vencimentos II para III; 375 de Nível de Vencimentos III para IV; 426 de Nível de Vencimentos IV para V; 375 de Nível de Vencimentos V para VI; e 251 de Nível de Vencimentos VI para VII. Processos de Promoção publicados referentes às Ações Judiciais - ASP - 45 e AEVP – 7. Aposentadoria-

PERÍODO DE 01/01/2022 A 31/11/2022 – 1886 servidores	
ÁREA DA SEGURANÇA	
Denominação	*Quantitativo total*
Agente de Segurança Penitenciária	1.726
Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária	26
TOTAL	*1.752*
ÁREA MEIO	
Denominação	*Quantitativo total*
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Oficial Administrativo	44
Oficial Operacional	23
TOTAL	*69*
ÁREA DA SAÚDE	
Denominação	*Quantitativo total*
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Assistente Social)	17
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Psicólogo)	10
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Farmacêutico)	1
Auxiliar de Enfermagem	13
Auxiliar de Saúde	1
Cirurgião Dentista	8
Enfermeiro	5
Médico Clínico Geral	4
Técnico de laboratório	6
TOTAL	*65*

Razão Entre Nr. Custodiados E Nr. Agentes De Segurança, Escolta E Vigilância Penitenciária - 6,68-Razão. Nomeações - 2.977 - Agentes de Segurança Penitenciária - ASP: 971; Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária - AEVP: 1593; Analista Administrativo: 25; Analista Sociocultural: 5; Oficial Administrativo: 265; Agente Técnico de Assistência à Saúde - ATAS: 47; Enfermeiro: 12; Técnico de Enfermagem: 51. Concurso Público – Vigentes - Edital de Abertura de Inscrições e Instruções Especiais nº 154/2014 - Provimento 1593 cargos de Agente deEscolta e Vigilância Penitenciária - AEVP - vigência 15/12/2022. Edital de Abertura de Inscriçõese Instruções Especiais nº 57/2017 para provimento de 100 cargos de Agente de Segurança Penitenciária de Classe I -feminino - vigência 28/12/2023. Autorizado - Para provimento de 1100cargos de Agente de Segurança Penitenciária de Classe I - DOE 5/11/2022.

Reintegração Social e Cidadania - Programa de Penas e Medidas Alternativas **-** Tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas à prisão, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizados avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados a instituições, públicas ou não,porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Custo por apenado			R$ 26,49
Índice de Reincidência no Programa			7,7%
Ano	Novos cadastros no ano	Total em acompanhamento	Qtde de CPMAs
2022	11.908	19.361	90
Inauguradas em 2022: Santa Fé do Sul – Cafelândia/Guarantã/Júlio Mesquita – Porto Ferreira e Osasco.			

Central de Alternativas Penais e Inclusão Social - CEAPIS é uma das unidades integrantes do Programa de Penas e Medidas Alternativas e faz parte de um projeto do Conselho Nacional de Justiça - CNJ denominado Audiência de Custódia, que foi elaborado através de informações sobreo sistema carcerário e percebeu a necessidade de provocar reflexões bem mais comprometidas sobre a utilidade e a adequada utilização das medidas cautelares em face do sistema de justiça criminal e oferecer opções que evitem o imediato encarceramento provisório, discutindo alternativas a judicialização do conflito penal e o próprio encaminhamento assistencial e social devidos que, porventura, seja recomendado.

	Número de Atendimento de Alternativas Penais e Inclusão Social		
Ano	Novos cadastros no ano	Total em acompanhamento	Qtde de CEAPIs
2022	88	23	25

Programa de Atenção a Egresso e Família **-** Tem por finalidade dar assistência direta ao egresso, contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e garantia de direitos, para que possam retomar o convívio social, promovendo a reintegração social dos egressos e contribuindopara a diminuição da reincidência criminal.

CAEFS - 56	*Egressos*	*Intersexo*	*Egressas*	*Familiares*	*Total*
Pessoas Atendidas	24.828	13	2.423	2.634	29.898
Total Geral de Atendimentos	97.741	71	10.340	11.176	119.328

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Total de Novos Cadastros	9.463	11	950	494	10.918
Documentos Pessoais Regularizados para Egressos					1.872
Encaminhamentos para Cursos de Capacitação					211
Inseridos em Curso de Capacitação					52
Encaminhamentos para Mercado de Trabalho					407
Inseridos no Mercado de Trabalho					164

Inauguradas em 2022: Santa Fé do Sul - Cafelândia/Guarantã/Júlio Mesquita - CAEF MULHER - Porto Ferreira-Grupo de Capacitação Aperfeiçoamento e Empregabilidade - capacitação profissional das pessoas que cumprem pena em regime semiaberto, egresso.

Unidades de Regime Semiaberto Atendidas no Estado	74
Capacitação Profissional "Pró-Egresso" para Sentenciados de Regime Semiaberto	7132
Empregados Via Portal Emprega SP/Pró-Egresso	61

Programa de Ações de Reintegração Social

Atendimentos Psicossociais às Pessoas Presas	304.975
Pessoas Presas atendidas	216.087
Regularização de Documentos Pessoais para Pessoas Privadas de Liberdade	39.731
Avaliações Técnicas para Decisões Judiciais	26.802
Avaliações Técnicas para Individualização da Pena para CTC	822
Avaliações Técnicas para Trabalho Externo	218
Avaliações Técnicas para Trabalho Interno	294

Equipe volante – Avaliações realizadas

	Serviço Social	Psicologia	TOTAL
2022	553	5929	6482

Coordenadoria De Saúde Do Sistema Penitenciário - CSSP **-** manteve a distribuição de insumos e materiais para auxiliar no manejo das ações e atividades voltadas as campanhas de combate ao COVID-19 e foram distribuídos: 15.420 aventais descartáveis; 574.200 pares de luvas descartáveis; 2.532 frascos de 800ml de álcool em gel; 509 galões de 5L de álcool 70%; 6.439 galões de hipoclorito de sódio; 7.020 unidades de máscaras N95 e 150.400 máscaras descartáveis. Plano de Contingência - A CSSP elaborou o Plano de Contingência para COVID-19, objetivando o enfrentamento da Pandemia, contendo todas as orientações advindas dos Órgãos Oficiais de Saúde - Federal, Estadual e Municipal, quanto aos cuidados necessários para evitar contaminação e disseminação do vírus entre privados de liberdade e servidores, em 2022 passou por 5 atualizações, estando atualmente em sua 14º atualização-novembro de 2022. Parcerias - As parcerias mantidas pela Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, são estabelecidas pelo Grupo de Relações Institucionais - GRI, pelo Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúdeda População Prisional - GPGASPP e pelo Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vidae Saúde do Servidor - GQVIDASS, que em conjunto articulam, estabelecem e acompanham os parceiros. Intermediação e Articulação para a consolidação de Termo de Cooperação Técnica entrea Secretaria da Administração Penitenciária por intermédio da Coordenadoria de Saúde do SistemaPenitenciário *e* a Associação Civil de Caráter Filantrópico Casa Assistencial do Amor e Misericórdia - CAAM em novembro/2022 até novembro/2023, para atendimento à saúde dos bebês que se encontram no período de aleitamento materno em companhia de suas mães privadasde liberdade na Ala Materno Infantil da Penitenciária Feminina de Sant'Ana. Atualmente a Penitenciária Feminina de Sant'Ana possui 10 bebês em companhia de suas mães. Articulações com a Secretaria Municipal de Saúde do município de São Paulo, por meio da Coordenadoria Regional de Saúde - Centro-Oeste, da interlocução IST Aids/ População LGBTI+ para implantação do Projeto Saúde Integral da População Trans na perspectiva da transformação corporal, cujo objetivo é assegurar à população trans acesso ao atendimento multidisciplinar comvistas às transformações corporais decorrentes do processo de harmonização, bem como promovera saúde integral, vigilância em saúde e educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Para a realização do projeto, cujo início ocorreu em julho/2022, foi referenciada a Unidade Básica de Saúde Dr. José de Barros Magaldi para atendimento das mulheres trans custodiadas na região de abrangência do serviço, com atendimento de 12 reeducandas. Interlocuções a partir do mês de maio, com a Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipalde Saúde para a construção de linhas de cuidado destinadas às gestantes, lactantes e puérperas através de reuniões mensais com diversos atores da Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, Complexo Hospitalar do Mandaqui, Hospital Cândido Fontoura e representantes de estabelecimentos penais femininas da região metropolitana. Atualmente são assistidas 62 gestantes. Américas Amigas - Organização dasociedade civil que tem como missão o combate à mortalidade por câncer de mama no Brasil. Emgrande ação de parceria, a entidade cedeu atendimentos para a realização de exames de mamografia e de ressonância magnética, visando o rastreio de câncer de mama. Foram atendidas pessoas privadas de liberdade, servidoras e parentes de servidores. As ações ocorreram naCoordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana - Coremetro de 18 a 24 de novembro e na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral - Corevali dias 24 e 27 de novembro. Coremetro: População privada de liberdade: 217 e Servidoras:47 e Corevali: População privada de liberdade: 203; Servidoras e familiares: 85. Instituto Albert Einstein de Ensino - instituto de ensino voltado a saúde e a saúde mental, o projeto foi entregue, em tratativas para formalização do termo de parceria. Foram realizadas durante o ano, 6 reuniões.Igreja Universal - É uma organização religiosa que tem como objetivo fomentar programas de capacitação profissional e educacional, visando à qualificação do custodiado e a reinserção do pré-egresso no mercado de trabalho, como estratégia de ressocialização. Apoio em eventos: Jornada da Cidadania e Renda - HCTP I e II de Franco da Rocha e HCTP de Taubaté; Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional - GPGASPP - Acompanhamentos de projetos na área de saúde - Projeto Piloto de Telemedicina em Parceria com Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário da Fundação ABC, que disponibiliza consultas de retorno nas seguintes especialidades: Cardiologia, Clínica Médica, Cirurgia de Cabeça e Pescoço,Cirurgia Torácica, Cirurgia Plástica, Infectologia, Dermatologia, Ginecologia, Psiquiatria e Tisiologia, sendo que foram realizadas 558 consultas on-line. Projeto Piloto TeleSap - Realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, que disponibiliza tele-inter-consultas nasespecialidades: Cardiologia, Endocrinologia, Gastroclínica, Hematologia, Infectologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia e Ortopedia. Foram realizadas 562 consultas on-line. Campanhas de Imunização - Vacinação contra Influenza para privados de liberdade e servidores -Total de privados de liberdade vacinados: 199.066, o que corresponde a 100% da população custodiada à época, considerando as movimentações de inclusão e exclusão e 14.876 servidores,o que corresponde a 52,74% do quadro de servidores. Vacinação contra Covid-19 para privados de liberdade - 1ª Dose: 10.638; 2ª Dose: 14.525; Dose Única: 2.134; 1ª Dose Adicional: 162.705; 2ª Dose Adicional: 74.644. Testagens Rápidas - considerando procedimentos de inclusão, rotina ecampanhas de testagem de HIV, Sífilis e Hepatite em todas regiões do Estado de São Paulo, foram realizados 30.846 testes de HIV, 21.240 testes de sífilis e 31.598 testes de hepatite. Em relação à Covid-19, no exercício foram realizados um total de 5.978 testes de Covid, sendo aplicados à população prisional 792 Testes Rápidos e 3.608 Testes PCR. Em relação aos servidores, foram aplicados pelas equipes de saúde de estabelecimentos penais um total de 685 Testes Rápidos e 893 Testes PCR. Controle da Tuberculose - Campanha de Intensificação de Busca Ativa para o controle da Tuberculose - Historicamente, a Campanha de Busca Ativa contra a Tuberculose é realizada duas vezes a cada ano. No primeiro semestre, foram realizados10.748 Testes Rápidos Moleculares com 142 casos positivos e 11.942 Exames de Baciloscopia com 104 casos positivos. No segundo semestre foram 12.971 Testes Rápidos Moleculares com 164 casos positivos e 11.478 Exames de Baciloscopia com 102 casos positivos. Rotina de Busca Ativa para controle de tuberculose - por meio da rotina de testagens de sintomáticos respiratórios, foram notificados 1761 privados de liberdade infectados com a doença. O Tratamento DiretamenteObservado - TDO, foi adotado para 1.472 pacientes e registramos um total de 505 Alta/cura. Premiações - Dia Mundial da Tuberculose: Realizado todos os anos no mês de março, o Dia Mundial da Tuberculose demarca a necessidade de ampliar a conscientização dobre a doença. Em 2022, realizado na modalidade virtual, 131 estabelecimentos penais foram premiados.Fórum Estadual da Tuberculose: Realizado em setembro na modalidade virtual, premiou 75 estabelecimentos penais de todas as regiões do Estado de São Paulo nos quesitos: Tratamento Diretamente Observado - TDO e alta cura. Interface com o Sistema CROSS - Agendamentos de consultas eletivas e exames complementares para diagnóstico - No exercício de 2022, foram agendadas e realizadas um total de 19.447 consultas eletivas presenciais e 11.429 exames SADT - Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico, de média e alta complexidade. Suporte à Assistência Farmacêutica - Apoio ao Centro de Assistência Farmacêutica e realização de procedimentos pararecepção, armazenamento, logística de entrega e controle de medicamentos e insumos de saúde, sendo possível executar um total de R$ 10.775.920,94 entre recursos SAP e SES para aquisição trimestral. Pactuações CIB-62 - foram intensificadas as ações dos Centros Regionais de Atenção à Saúde da População Prisional de acompanhamento e sensibilização de gestores municipais para o aumento da adesão à Deliberação CIB-62 entre os municípios em que há a presença de estabelecimentos penais. Até novembro, contamos com 75 estabelecimentos penais com equipes mínimas em 48 municípios. Saúde da Mulher - Campanha Mulheres de Peito - a Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde realizou a Campanha Mulheres de Peito na região Oeste do Estado, sendo possível atender 296 privadas de liberdade e 166 servidoras, totalizando 462 exames realizados. Campanha contra o câncer de mama na Região Metropolitana - Em parceria com a OSCIP Américas Amigas, no mês de novembro foirealizada campanha para a realização de mamografia na região metropolitana, sendo possível atender 217 exames para privadas de liberdade e 51 exames para servidoras, totalizando 268 exames realizados. Campanha contra o câncer de mama na Região Vale e Litoral - Em parceria com a OSCIP Américas Amigas, no mês de novembro foi realizada campanha para a realização de mamografia na região do Vale e Litoral, sendo possível atender 203 exames para privadas de liberdade e 85 exames para servidoras, totalizando 288 exames realizados. Grupo de Planejamentoe Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor - GQVIDASS promoveu por meio dos CentrosRegionais de Qualidade de Vida – CQVIDASS, as seguintes atividades: Ginecologia: 540;Psiquiatria: 67; Psicologia: 1.735; Nutrição: 5.447; Enfermagem: 4.269; Serviço Social: 116; Life Coach: 134; Barreira Sanitária para Covid: 23.764. Número de atendimentos administrativos-*e- mail; skipe; whatsAPP* e telefone: 11.240. Vacinação realizada pelos cinco Centros de Qualidadede Vida e Saúde do Servidor, de janeiro a novembro: Influenza-H1N1: 14.875; Hepatite B:05; Tríplice Viral: 04; Dupla Adulto: 16; Febre Amarela: 02. Visitas técnicas - Visitas Técnicas para fim de transferência de caráter humanitário: 65; Visitas Técnicas em Estabelecimentos penais:84; Visitas Técnicas Domiciliar: 13; Visitas Técnicas Hospitalar: 3; Acompanhamento de LicençaSaúde: 21. Campanhas de Ações de Saúde - na elaboração de cartazes, banners e folders educativos; relatórios dos servidores que se enquadram na Resolução SAP 43/2020; cadastro, assistência e orientação nos casos suspeitos de Covid-19; participação na 24ª Campanha de Vacinação Contra a Influenza. Apoio psicológico aos servidores que precisaram cuidar da saúde mental durante a pandemia. Janeiro Branco - O mês de Janeiro foi marcado pela conscientização sobre a importância da saúde mental, que ocorreu por meio de rodas de conversa e a confecção demateriais informativos. Divulgação realizada nas 186 unidades através das CIPAS e diretorias desaúde. Março Lilás e Dia Internacional da Mulher - As campanhas e orientação de saúde tambémocorreram no março lilás. O tema central desta campanha é o combate ao câncer do colo de útero.Nesta ação foram realizadas palestras para elucidar as servidoras sobre o tema, distribuição de folders e materiais explicativos. Algumas ações consistiram em dia de beleza para as mulheres, café da manhã, e ainda realização de exames preventivos. Divulgação realizada nas 186 unidadesatravés das CIPAS e diretorias de saúde. Dia Mundial de Combate à Tuberculose-confeccionadose distribuídos folders sobre o tema com informações sobre o que são, como se prevenir, quais os sintomas, como se transmite, quais os tratamentos. Material explicativo aos servidores considerando o grupo de risco no qual estão inseridos. Divulgação realizada nas 186 unidades através das CIPAS e diretorias de saúde. Dia Mundial da Atividade Física e Dia Mundial da Saúde - Campanhas que visam à promoção da saúde e bem-estar dos servidores através da prática da atividade física. Os cuidados com a saúde foram tratados em palestras, reuniões, as principalmente ações de verificação da pressão arterial e medição de glicemia capilar. Algumas unidades promoveram prática de ginástica laboral, passeios ciclísticos, torneios de futebol, corridas e caminhadas entre outras atividades. Divulgação realizada nas 186 unidades das CIPAS e diretoriasde saúde. Dia Nacional de Combate a Hipertensão - Campanha que envolveu ações de aferição de pressão, teste de glicemia capilar e orientação aos servidores. Junto a esta campanha foi abordado também cuidados com coração. Nos casos em que os exames mostraram alterações, os servidores foram orientados a procurar atendimento médico especializado. Divulgação realizada nas 186 unidades das CIPAS e diretorias de saúde. Dias das Mães - Vídeo comemorativo e compartilhadocom todas as estabelecimentos penais do estado de São Paulo. Divulgação realizada nas 186 unidades das CIPAS e diretorias de saúde. Dia do Agente de Segurança Penitenciário **-** No mês demaio algumas unidades promoveram palestras, cafés e orientações de saúde em comemoração aomês do agente de segurança penitenciária**.** Divulgação realizada nas 186 unidades das CIPAS e diretorias de saúde. Dia Mundial sem Tabaco - No final de maio esta campanha ganha força, sendode grande importância às ações que visam à diminuição e a cessação do uso do tabaco que causa vários agravos à saúde de servidores. Neste ano o Programa Quero Parar teve interrupção devidoa afastamento de membro da equipe-médico. Porém após 1 ano de licença médica o mesmo regressará ao trabalho em dezembro. Logo no ano de 2023 o programa poderá ser ampliado nas demais regionais do Estado. Divulgação realizada nas 186 unidades das CIPAS e diretorias de saúde. Combate ao Aedes Aegypti - Campanha desenvolvida constantemente contra a proliferaçãodo mosquito *Aedes Aegypti*. O Decreto nº 62.130, de 29/7/2016, criou as Brigadas contra o mosquito *Aedes Aegypti* com o objetivo de combater o mosquito vetor de transmissão da dengue,*Chikungunya* e *Zika* vírus em todo o Estado. A Resolução SAP nº 21, de 20/1/2016, criou os Guardiões de Combate ao Mosquito da Dengue, tarefa realizada com dedicação pelos servidores das Estabelecimentos penais e Administrativas. Os cipeiros também atuam no combate aos possíveis focos de acúmulo de água em locais propícios para a criação e proliferação do mosquito,além de promover a contínua sensibilização dos servidores, sentenciados e visitantes, por meio depalestras, fixação de cartazes, distribuição de folders, verificação e colocação de cloro e sabão empó nos ralos e vasos sanitários que não estão em uso. Divulgação realizada nas 186 unidades dasCIPAS e diretorias de saúde. Junho Vermelho - Várias unidades e servidores promoveram ações visando à conscientização para a importância da doação de sangue. Divulgação realizada nas 186unidades das CIPAS e diretorias de saúde. Dia do Homem e Dia dos Pais - Também lembrado e promovido ações para saúde do homem e dos pais. Palestras e orientações visando à saúde do homem foram realizadas em diversas unidades. A Coordenadoria de Saúde também confeccionou vídeo comemorativo e compartilhado com os estabelecimentos penais do estado de São Paulo.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Divulgação realizada nas 186 unidades das CIPAS e diretorias de saúde. Outubro Rosa - Mês de combate ao câncer de mama. Sempre utilizando de palestras, panfletos, cartazes para divulgar e orientar. Muitas palestras orientaram sobre o autoexame, entre outros. O CQVidass Metropolitanae Vale do Paraíba e Litoral realizou campanha em parceria com a Ong Américas Amigas com a disponibilização de carreta para realização de mamografia e USG de mama. A Carreta ficou estacionada nas dependências da SAP no período de 18 a 28/11 para as regiões COREMETRO e COREVALI, ao todo foram realizados 132 exames de mamografias em servidoras, sendo que destas 06 apresentaram Bi-rads 4 e foram encaminhadas para acompanhamento e seguimento com mastologista. Novembro Azul - Campanha de conscientização realizada no mês de novembro dirigido aos homens e servidores para conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata. Neste ano realizado em parceria com a Escola de Administração Penitenciária evento que contou com ações para detecção precoce e prevenção primária. Levado orientações da parte da psicologia sobre Saúde do Homem x Masculinidade tóxica, a Nutrição falou sobre a Importancia da Alimentação na Prevenção do Câncer, a Enfermagem palestrou sobre higiene O Primeiro passo na prevenção de doenças e Médico falou sobre a Importancia da detecção precoce do Cancer de Prostata. 120 servidores participaram da ação. Cursos, Palestras e Congressos - Ofertado aos nutricionistas e enfermeiros que atuam nos CQVIDASS de algumas regionais a participarem do 26º Congresso Brasileiro Multidisciplinar em Diabetes, ocorrido nos dias 28, 29, 30 e 31 de julho - 5 participantes. Ofertadoaos servidores dos Centros de Qualidade e Saúde do Servidor de todas as regionais do estado, participação no II Congresso Brasileiro de Psiquiatria Ocupacional, ocorrido no dia 26 e 27 de agosto- 8 participantes. Neste ano realizado evento estadual presencial com a temática do Setembro AmarElo - Mês de Prevenção do Suicídio, com palestras ministradas por profissionais da psicologia, *Life coach* e CVV-Centro de Valorização da Vida que contou com a participação de 150 servidores na sede 2 da Coordenadoria de Saúde - Houve participação de todas as regionaisdo estado de São Paulo. Ofertado também participação no 20º Congresso Brasileiro de Qualidadede Vida, ocorrido nos dias 4 e 5 de outubro - 2 participantes. Ofertado Curso de Oratória a todos os servidores da Coordenadoria de Saúde, o evento ocorreu em 11/10/2022. 25 participantes. 1º Encontro do dia do Servidor Público - Evento teve adesão de aproximadamente 500 servidores que participaram de palestras motivacionais além de cuidados com a saúde e beleza. As ações de saúde ofertadas foram: Avaliação odontológica, avaliação optometria, avaliação nutricional, aferições de pressão arterial, glicemia capilar, medições antropométricas e orientações gerais. As ações de beleza e bem-estar foram: limpeza de pele, massagem, corte de cabelo, barba e manicure.500 servidores participaram do evento. Realizados neste ano também o tradicional Encontro de Cipeiros que ocorreram nas regiões Oeste, Noroeste, Central e Vale do Paraíba e Litoral, o objetivo do encontro é proporcionar um momento de encontro de aprendizado e reconhecimento aos cipeiros que voluntariamente atuam nos estabelecimentos penais, a fim de proporcionar ações quevisem a melhora na qualidade de vida e saúde do trabalhador bem como prevenção de acidentes no ambiente de trabalho. 662 servidores participaram. Programas e Projetos - Programa deControle de Peso - tem como proposta oferecer aos servidores da SAP instrumentos que possibilitem uma melhoria de qualidade de vida a partir de uma alimentação mais saudável. Dentreas doenças crônicas não transmissíveis, o aumento do sobrepeso/obesidade está diretamente relacionado com a alimentação inadequada e a inatividade física. O CQVidass Noroeste então estáacompanhando servidores da regional que aderiram ao programa com aferição de pressão, testes glicêmicos, controle de peso e acompanhamento nutricional. Este ano foram realizados 699 Bioimpedância com avaliação nutricional. Projeto Coração Saudável - O projeto iniciado no ano de 2020, em parceria com a Dra. Fernanda Lima de Almeida, médica cardiologista que tem atendido no CQVidass Oeste, já realizou atendimentos em vários estabelecimentos penais que compõe a regional. Durante os atendimentos além da realização de consulta clínica também é realizado vários exames - ECG, Teste Ergométrico, EEG, Ecocardiograma, Mapeamento e Holtere havendo a necessidade o servidor é conduzido à clínica para acompanhamento e tratamento. A realização aconteceu em 45 unidades, com a participação de aproximadamente 3.305 servidores. Campanha Do Agasalho e Outras Ações Sociais –-Servidores de diversas unidades participaram de campanhas de coletas de agasalhos, alimentos e lacres. 5.010 peças de roupas e 4 toneladas dealimentos arrecadados e doados a instituições de caridade e Fundos Sociais de Solidariedade; 79 garrafas de 2 litros em lacres. CIPAS - curso de formação para 186 CIPAS referente ao biênio 2022/2023. Outras ações desenvolvidas: atenção e acolhimento dos servidores; apoio aos núcleosde pessoal na confecção da Notificação de Acidente de Trabalho; verificação e apontamentos quanto situações que ofereçam riscos de acidentes aos servidores, sendo encaminhadas as situações e sugestões aos responsáveis. SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho, prevista na Norma Regulamentadora Nº 05, da Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978 e na Resolução SAP 64, de 12/04/2016, realizadas em 96 unidades. Seminário de Saúde Mental - O seminário ocorreu no dia 23/11/2022 levando o projeto da Oficina de saúde mental a todos os diretores regionais bem como aos multiplicadores que atuaram no projeto em suas regionais. Participação de 20 servidores. Oficina de Saúde Mental - A primeira oficina de saúde mental a serefetivada foi da região metropolitana com a participação de todos os diretores de Centro de Segurança e Disciplina das unidades da região metropolitana. Participação de 28 diretores/servidores. Programa Prevenir - O programa prevenir é um projeto em parceria com o Instituto de Assistência Médica do Estado de São Paulo - IAMSPE por meio do termo de convenion.º 001/2020, que visa traçar estratégias de prevenção pela instauração de Inquérito Epidemiológico para levantamento das condições de saúde dos servidores penitenciários. O Inquérito epidemiológico foi disponibilizado online com acesso mediante *link* na plataforma *google docs,* ficando disponível para preenchimento no mês de julho, após ampla divulgação interna. 9.190 servidores responderam ao questionário e a partir daí houve algumas possibilidades de intervenção, como por exemplo: Orientações sobre a importância da vacinação contra a Hepatite B, indicativo este detectado baixo no inquérito. Programa de Valorização dos ServidoresPenitenciários - É um programa em parceria com o DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional,que visa a realização de levantamentos estatísticos e pesquisas psicométricas para criação de programa de valorização do servidor. O programa contempla várias fases, a pesquisa psicométricajá está em fase de finalização. No mês de novembro foi realizado levantamento de demandas dos núcleos de atenção aos servidores, a fim de levar proposta para aparelhamento destes núcleosatravés de financiamento FUNPEN - Fundo Penitenciário. CAMIC - Centro de Ações de Movimentações e Informações Carcerárias - realiza estudos e trabalhos objetivando o desenvolvimento e a execução de ações voltadas à movimentação e ao gerenciamento das informações carcerárias das pessoas privadas de liberdade que necessitem de cuidados médicos e em cumprimento de medida de segurança. Propõe e providência, quando for o caso, a movimentação de pessoas privadas de liberdade/pacientes entre as unidades hospitalares da própria Coordenadoria, da Secretaria da Saúde e para estabelecimentos penais das Coordenadorias de Unidades Prisionais vinculadas à Pasta, atende solicitações demandadas por autoridades competentes e realiza o acompanhamento das decisões judiciais, adotando as providências necessárias. Óbitos - Compila e controla óbitos de pessoas privadas de liberdade ou submetidas atratamento em medida de segurança no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, conforme dispõe a Resolução SAP nº 65 de 18/5/2017; 2022 - 432 Óbitos, sendo 413 pessoas do gênero Masculino e 19 do gênero Feminino. Gerenciamento da Lista Única Estadual de pessoas com imposição de Medida de Segurança na modalidade Internação, porém soltas, que aguardam vagas nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, conforme dispõe a portaria DECRIMnº 01/2019; 2022 - 386 Pessoas, das quais 334 do gênero Masculino e 52 do gênero Feminino, aguardam vagas. CAFIS - Centro de Assistência Farmacêutica e Insumos de Saúde é responsável por planejar, orientar e executar as atividades relacionadas com o abastecimento de medicamentose de insumos de saúde destinados às ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e recuperação dasaúde da população prisional, por meio do fornecimento de suporte técnico necessário à sua aquisição, e ações de promoção e gestão, visando estimar o consumo e controlar a armazenagem,dispensação e distribuição de medicamentos e insumos de saúde, assegurando rigorosa observância de seus prazos de validade. 2022 - Adquiridos 60.929.461 de itens entre medicamentos e insumos.

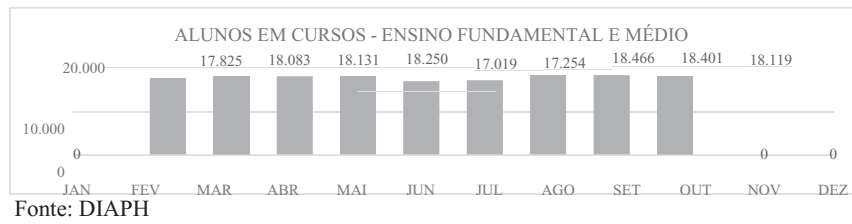
Escola da Administração Penitenciária Dr. Luiz Camargo Wolfmann – EAP - tem como finalidade promover a capacitação e a qualificação dos servidores atuantes na Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, no qual operam de acordo com normas e procedimentos que estejam em consonância com os fundamentos dos Direitos Humanos e Cidadania. As atividades e projetos efetuados são compreendidos com as regras mínimas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas - ONU, bem como pela legislação brasileira com as diretrizes emanadas pelo Departamento Penitenciário Nacional e cujos resultados visam a eficiência e a eficácia do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. De forma a organizar a prática educativa com uma contextualização do "pensamento complexo", permanecem estruturados os cinco eixos articuladores, conforme demonstra o Quadro de Servidores Treinados a seguir:

2022	*CECADRH*			*CFAASP*			*TOTAL GERAL*		
Eixo Temático	*Presencial*	*EaD*	*Total*	*Presencial*	*EaD*	*Total*	*Presencial*	*EaD*	*TOTAL*
Ingressantes / Iniciação Funcional	-	-	-	2548	0	2548	2548	-	*2548*
Desenvolvimento Humano / Qualidade de Vida	2159	19	2178	18	5937	5955	2177	5956	*8133*
Administração / Gestão	1199	1715	2914	-	-	-	1199	1715	*2914*
Segurança e Disciplina	980	1983	2963	5464	11092	16556	6444	13075	*19519*
Reintegração Social	79	762	841	21	-	21	100	762	*862*
Total de Servidores Treinados	4417	4479	8896	8051	17029	25080	12468	21508	*33976*

CECAD-RH - Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
CFAASP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária

Museu Penitenciário Paulista - MPP - Atendimento ao Público: realizamos visitas educativaspara além do público, alunos de escolas públicas, particulares, faculdades, ONGs, pessoas em vulnerabilidade social, pessoas com deficiência e de todas as faixas etárias, de diversos lugares do mundo. Em média mais 600 pessoas por mês, aproximados7 mil pessoas no ano. Central de Penas e Medidas Alternativas da Mulher: parceria e atendimento a mulheres no cumprimento de penas e medidas alternativas, garantindo o cumprimento da medida e colaborando no uso de habilidades das atendidas com o melhor aproveitamento conforme a necessidade deste departamento. Memória oral: gravação de servidores do sistema penitenciário, deixando a contribuição de sua memória para o sistema penitenciário de suas vivências em gravação vídeo de depoimento. Exposição A Parábola do Progresso promovida em parceria com SESC Pompeia, a exposição em comemoração aos 40 anos da entidade, com a reprodução do painel de linguagem jurídica e gírias carcerárias de fundo e expositores com itens do acervo do MPP, como, máquina improvisada de tatuar, balança improvisada, quadros de óleo sobre tela de 1936, peça em metal e madeira representando um tinteiro e uma representação de elmo moldado em metal. A exposição permanecerá até o dia 2 de abril de 2023. Ações museológicas: catalogação de acervos; acondicionamentos; conservação preventiva; doações de acervo e disponibilização do espaço do museu para gravações de minidocumentário, produções artísticas e plano de fundo.

Entidade Vinculada - *Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel* - *FUNAP* - A FUNAP atuadiretamente no fomento e na recuperação psicossocial da pessoa privada de liberdade - PPL, por meiodas áreas de educação, cultura, promoção social, qualificação e capacitação para o trabalho, estendendo suas atividades, quando possível, ao egresso e seus familiares. Eixo Qualificação E Capacitação Profissional - Programa de Educação Formal - de 1979 a 2012, a Funap executou nas prisões paulistas, com recursos próprios, o Programa de Educação nas Prisões - PEP. A partir de 2012, por força da Resolução MEC-CNE/CEB nº 2, as Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação a Jovens e Adultos - EJA em Situação de Privação de Liberdade estabeleceram a obrigatoriedade da oferta de educação nos estabelecimentos penais, devendo essa oferta ser oficializada pelos sistemas estaduais de ensino-Secretarias de Educação ou órgãos congêneres, de caráter formal, adequada à realidade e às necessidades dos alunos e com certificação. Desse modo, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC assumiu a educação formal nas prisões, sendo a Funap a interlocutora entre os estabelecimentos penais e SEDUC. A FUNAP, por meio do Grupo de Articulação de Ações de Educação - GAAE, participou das tratativas com membros da SEDUC sobre a aplicação do Novo Ensino Médio, aos alunos do EJA nos estabelecimentos penais. O Novo Ensino Médio teve início a partir do 2º Semestre de 2022, onde foram iniciadas as novas Matrizes Curriculares, com os Itinerários Formativos específicos, definidos por cada Escola Vinculadora, com o aumento da carga horária para 4 semestres. Houve a indicação de alguns estabelecimentos penais para a aplicação do EJATEC, pelo Centro Paula Souza - CPS, em substituição aos Itinerários Formativos.



Fonte: DIAPH

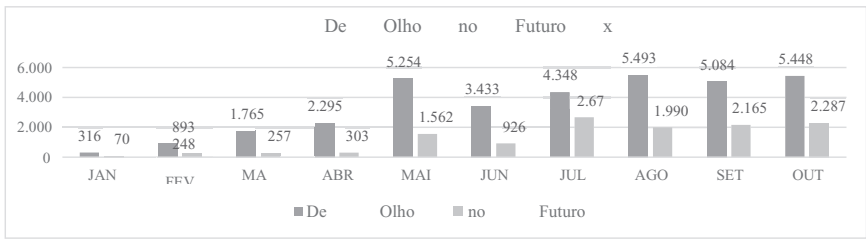
Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - PROET - Lançado em 2013, o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - De Olho no Futuro visa proporcionar às pessoas privadas de liberdade a participação em atividades teórico-práticas que favoreçam mudanças no seu comportamento e que proporcionem oportunidade de aquisição de conhecimentos.Na capacitação profissional a retomada das atividades, em níveis de normalidade, impôs a adoção de uma série de procedimentos tais como: seleção e contratação de monitores de ensino; seleção dereeducandos; retomada dos cursos de natureza profissional da própria FUNAP; reativação de contratos e/ou prospecção de novos parceiros; formalização dos acordos pela celebração dos Termosde Colaboração etc., fundamentais para o crescimento das PPL assistidos em 2022. O PROET, juntamente com as atividades profissionalizantes realizadas pelos estabelecimentos penais, totalizou 46.810 atendimentos, sendo 34.329 do De Olho no Futuro e 12.481 dos demais Cursos Profissionalizantes,

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

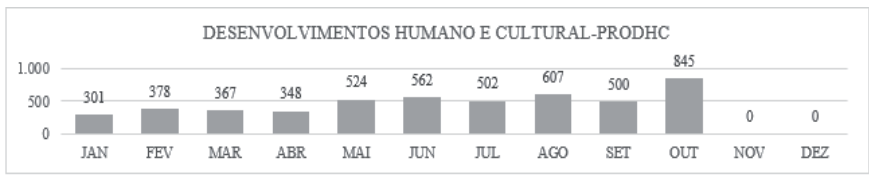
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

com uma média de 5.201 vagas/mês. Projeto Aconchego: Constitui-se em parceria entre a FUNAP, o Centro de Formação dos Vicentinos, o Hospital de Caridade São Vicentede Paula e o Centro de Detenção Provisória de Jundiaí/SP, voltada à reforma e recuperação de camas e equipamentos hospitalares, possibilitando a formação técnica em Auxiliar de Metalurgia, com curso composto por 120 horas/aula. Participam do projeto 112 pessoas privadas de liberdade. Aperfeiçoamento do Programa de Educação para o Trabalho - PROET - Projeto De Olho no Futuro - 3 apostilas com conteúdo atualizados: Cidadania e Ética; Criatividade, Inovação e Superação e Caminhos e Possibilidades Profissionais, as quais foram aplicadas por monitores da própria FUNAPcomprovando a sua melhor aderência, pós reformulação. Os módulos Comunicação e Expressão; Arte e Trabalho e o Mundo do Trabalho serão finalizados até dezembro. O curso reformulado possuium total de 120 horas-aula, distribuídas em 10 módulos - 12 horas/aula cada e sua aplicação de forma integral gerando melhores e maiores oportunidades de educação profissional às PPL. ProjetoPaideia Digital - IFSP: Parceria da FUNAP com o Instituto Federal de São Paulo -IFSP, que proporciona às PPL cursos de formação profissionalizante, na modalidade EaD *Off-line*, por meio da plataforma do IFSP. Os cursos possuem carga horária de 24 e 36 horas/aula, com assuntos relacionados à Ambientação em EaD, Produção Textual, Leitura e Literatura, Editor Eletrônico de Textos e Planilhas de Cálculos. Durante o ano de 2022, foi expandido para as unidades da Coordenadoria Regional de Unidades Prisionais do Vale do Paraíba e Litoral - COREVALI. ProjetoEmpreenda Rápido PPL - Iniciado, nesta versão, a parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE conta com a oferta de cursos de formação em Empreendedorismo e Gestão, com 24 horas/aulas, com potencial de oferta de mais de 26.000 vagasanuais em 148 estabelecimentos penais de todo o Estado de São Paulo. O Termo de Convênio entreos partícipes-FUNAP, SAP e SEBRAE está em fase final de discussão. Houve a implantação de experiência piloto em 60 estabelecimentos penais distribuídas nas Coordenadorias Regionais de Unidades Prisionais. Projeto Classes Descentralizadas - Articulado em parceria com o Centro PaulaSouza - CPS é voltado à formação técnica extensiva para as PPL com ensino médio completo. O curso é ministrado por professores de Escolas Técnicas Estaduais - ETECs, nas salas de aula do sistema penitenciário, proporcionando certificação em "Técnico em Administração" integrado ao Ensino Médio, com duração de 1 ano, atendendo 73 PPL, em cinco estabelecimentos penais da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de São Paulo - CROESTE. Ocurso possui carga horária de 1500 horas/aula. Projeto-Piloto de Panificação Abençoando Vidas - O Pão da Vida - Curso desenvolvido entre julho e setembro, com duração de 8 semanas e carga horária de 60 horas/aula, estruturado com aulas teóricas e práticas. Atendeu 15 PPL da Penitenciáriade Capela do Alto. Há planejamento para serem desenvolvidos 6 cursos por ano, visando a atender90 PPL. O curso é ministrado por Mestre de Ofício da Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC, que fornece os insumos necessários. Projeto Integração Familiar - O Projeto Integração Familiar é uma iniciativa da FUNAP, em parceria com a SAP, de caráter permanente, que busca proporcionar a qualificação profissional e a oferta de trabalho às PPL, e familiares do estabelecimento assistido, criando um ciclo virtuoso de oportunidades de aprendizado, geração de renda e sinergia familiar, na busca da almejada ressocialização e reinserção social. A iniciativa baseia-se na produção de produtos artesanais, em Oficinas-escola da FUNAP, instaladas nos estabelecimentos penais participantes, associada a oportunidade dos familiares, integrantes do projeto, realizarem a venda dos produtos recebidos em consignação, em pontos de venda indicados pela FUNAP ou em suas próprias redes de contato. Após a experiência piloto em 2021, o projeto consolidou-se e encontra-se instalado ou em fase de finalização em 12 estabelecimentos penais, contando com 142 PPL formados em cursos com cargas horárias de 90h/a e 120h/a e 262 familiares, aos quais foram oportunizados cursos como: Empreenda Rápido -Descomplique, Super Mei, Como Turbinar Suas Vendas e Como Vender Mais e Melhor - todos do portfólio do SEBRAE. Houve 142 aprovados, ao menos no descomplique, o que os habilitou a prosseguirem nas demais fases. Programa de Formação em Nível Superior para Pessoas Privadas de Liberdade - PROFENS -A FUNAP, em cooperação com Instituições de Ensino Superior - IES, oferta bolsas de estudo integrais às PPL, viabilizando o acesso à graduação em tecnologias, licenciaturas e bacharelados. Os cursos são desenvolvidos na modalidade à distância -EaD *off-line,* para estabelecimentos penais de regime fechado, e na modalidade semipresencial, nos de regime semiaberto, quando os reeducandos também convivem no ambiente acadêmico. Entre janeiro e outubro o PROFENS totalizou 261 alunos matriculados, correspondendo a 91% de todas as oportunidades de vagas nos estabelecimentos penais onde há projetos vinculados ao Ensino Superior. São parceiros neste esforço: Universidade de Lins, Gestão em Logística; Faculdade de Tecnologia Jardim, Gestão de Recursos Humanos; Universidade Presbiteriana Mackenzie, Projeto do Cursinho da Fundação PoliSaber, preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Como inovação, 9 reeducandas, participantes do Projeto da Universidade Mackenzie, foram contratadas como estagiárias pela FUNAP, a contar de 3/11/2022, atuando nas áreas relacionadas ao curso desenvolvido.



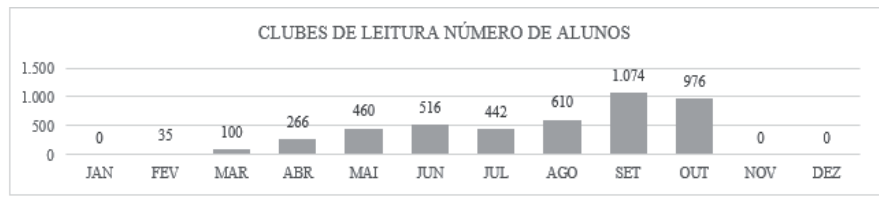
Fonte: DIAPH

Eixo de Desenvolvimento Humano E Cultural - Programa de Desenvolvimento Humano e Cultural -PRODHC - Trata-se de um conjunto de projetos, desenvolvidos pela FUNAP e pelos estabelecimentos penais, voltado ao desenvolvimento pessoal e cultural, com objetivo de promover amelhoria da autoestima e do crescimento pessoal das PPL. As estratégias incorporam cursos de artes,desenhos artísticos, pintura, teatro e canto, além de palestras e *workshops*, entre outros. Entre janeiroe outubro, o PRODHC realizou 4.934 atendimentos, frutos de iniciativas da FUNAP e SAP, emmúltiplos matizes, sendo os principais parceiros da FUNAP: Sociedade de Apoio ao Conhecimento e Paz Interior - Curso de Educação para a Paz; Projeto Cantando a Liberdade da Penitenciária I JoséParada Neto de Guarulhos e Projeto Promotoras Legais Populares. A Sociedade de Apoio ao Conhecimento e Paz Interior-SATPR, inovou no ano de 2022, pois, implementou a qualificação à distância do Monitor de Apoio à Educação - MONAP, bem como, contribuiu com conteúdo para familiares participantes do Programa Integração Familiar.



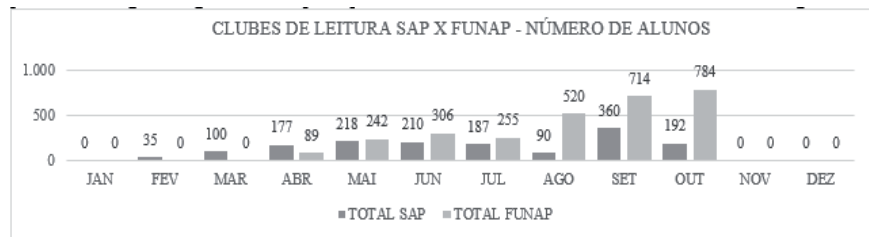
Fonte: DIAPH

Programa de Incentivo à Leitura - Lendo a Liberdade - PROLLIB - Instituído como política pública por meio da Resolução SAP nº 82, de 12/7/2018, o PROLLIB tem como objetivo articular a implementação de atividades educativas de ordem literária. Caracteriza-se como estratégia complementar, suportada por investimento próprio e em colaboração com entes e organizações públicas e privadas, que tem por objetivo possibilitar o acesso universal ao acervo literário disponível nas Salas de Leitura dos estabelecimentos penais para fomentar o hábito da leitura e da escrita, materializado, principalmente em 2022, na figura dos clubes de leitura, modalidade leitura dirigida**.**



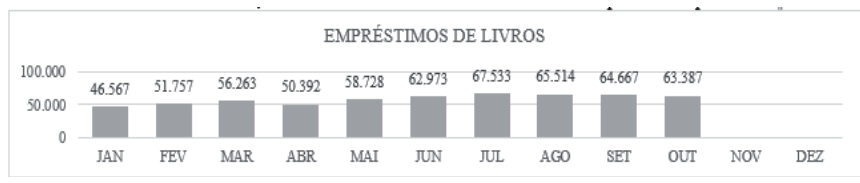
Fonte: DIAPH

A edição da Resolução nº 391, do CNJ, de 10/5/2021 e das Portarias FUNAP 072/00/2021, de 1/10/2021-Leitura Livre e 077/00/2021, de 25/10/2021-Leitura Dirigida, impuseram a adoção, no anode 2022, de uma série de novos procedimentos e atores, visando a adequação das práticas aos novosparâmetros legais exigidos, razão pela qual a retomada dos atendimentos ocorreu de forma gradativa.



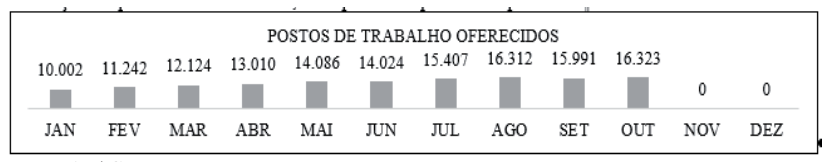
Fonte: DIAPH

Projeto de Leitura Livre nas Prisões - na modalidade Leitura Livre, mais complexa de operacionalização em face de sua novidade em termos legais, estão em funcionamento em parcerias com a Universidade Presbiteriana Mackenzie e com a Faculdade Dehoniana, cujos primeiros resultados serão conhecidos ainda em 2022. Realizado nas salas de leitura por meio do empréstimo de livros do acervo dos estabelecimentos penais, sob a gestão de monitores de apoio-reeducandos contratados e remunerados pela FUNAP para a organização do acervo literário e o controle de empréstimos às pessoas privadas de liberdade, privilegiando o fomento e o desenvolvimento do hábito da leitura. De janeiro a outubro, foram emprestadas 587.781 obras pelas 218 salas de leitura do Sistema Prisional Paulista, resultando em uma média de 58.778 empréstimos por mês.



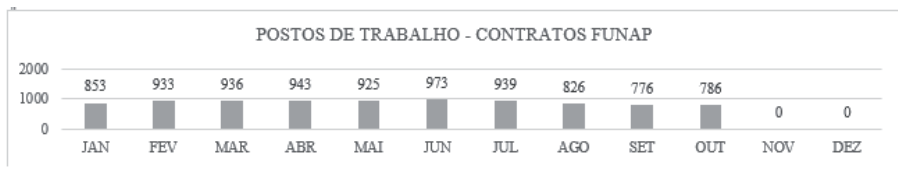
Fonte: DIAPH

Na modalidade Leitura Dirigida - Clubes de Leitura estão participando: FUNAP; Faculdade Dehoniana; Clube de Leitura Palavra Mágica, Clube de Leitura em Estabelecimentos Prisionais- UNAERP; Leitura Cidadã - UNITAU; A Leitura como Ferramenta de Desenvolvimento Humano- IFSP; Clube de Leitura - Educação Para a Paz; Clube de Leitura - Universidade de Sorocaba-UNISO.As ações permitiram que FUNAP e SAP instalassem novos Clubes de Leitura, já sob a égide das novas normas. Na modalidade Leitura Livre, mais complexa de operacionalização em face de sua novidade em termos legais, estão em funcionamento parcerias com a Universidade Presbiteriana Mackenzie e com a Faculdade Dehoniana, cujos primeiros resultados serão conhecidos ainda em 2022. Em complemento as ações, foram celebrados Termos de Cooperação e tratativas com variado espectro de parceiros que ampliarão as atividades de leitura livre e dirigida no Sistema Prisional, em 2023, destacando-se os seguintes atores/projetos: Projeto Leitura como Ferramenta de Desenvolvimento Humano - IFSP; Clube de Leitura - Educação Para a Paz; Clube de Leitura - Universidade de Sorocaba - UNISO Fundação Hermínio Ometto - FHO; Clube de Leitura - UNICAMP; Clube de Leitura - Presídio da Policia Civil; Inclusão Social Pela Leitura - Kroton/Cogna; Páginas para a Liberdade, Associação Bem Comum - ABC. Provisão de Postos de Trabalho - Trata-se de um conjunto de Programas, Projetos e Ações, gerenciados pelas diversas Diretorias da FUNAP, os quais criam oportunidades de trabalho remunerado às PPL, em oficinas e serviços nos estabelecimentos penais ou em atividades externas, vinculadas a contratos próprios da Fundação ou por ela intermediados, com parceiros públicos e privados.



Fonte: DIRAF/ Contratos

Na FUNAP as vagas decorrem, principalmente, das ofertas de trabalho e aprendizado nas Oficinas- escolas, geridas pela Diretoria de Produção - DIPRO, cujos produtos e serviços são alvo de um programa de comercialização e dos postos de Monitores de Sala de Aula e Leitura, administrados pela Diretoria de Assistência e Promoção Humana - DIAPH.



Fonte: DIRAF/ Contratos

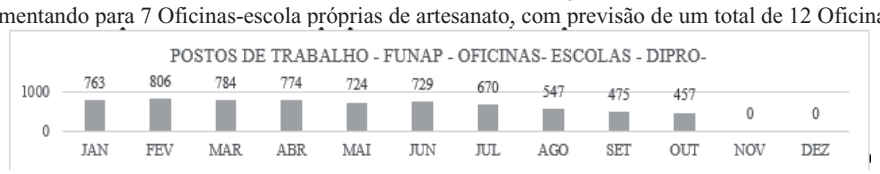
Oficinas-Escola - a FUNAP administra 45 oficinas-escola, localizadas no interior e/ou entorno dos estabelecimentos penais, para capacitação e qualificação profissional, além de 10 centros queexecutam atividades de apoio nas áreas de: almoxarifado, limpeza, manutenção e serviços gerais. São ofertados, potencialmente, 1.071 postos de trabalho, principalmente, em dois grandes eixos: a produção industrial pelo Programa de Capacitação Profissional - PROCP e a produção artesanal pelo

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

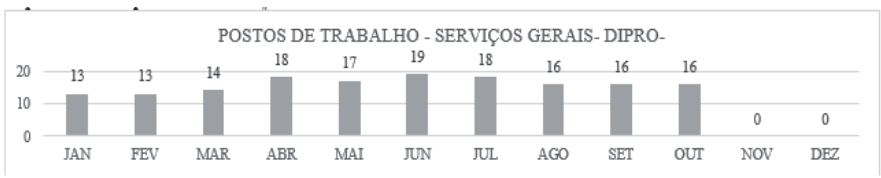
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Programa Escola de empreendedorismo em Arte - ARCOS. Programa de Capacitação Profissional - PROCP e Escola de Empreendedorismo em Arte ARCOS - as Oficinas-escola do PROCP e do ARCOS são importantes instrumentos da geração de oportunidades de trabalho. Na área artesanal é de se pontuar que a FUNAP vem ampliando o número de Oficinas-escola e vagas, em razão do desenvolvimento do Projeto Integração Familiar, instrumento de geração de renda aos familiares e de postos de trabalho aos PPL. Ainda em outubro, houve a instalação de mais 3 novas Oficinas-escola aumentando para 7 Oficinas-escola próprias de artesanato, com previsão de um total de 12 Oficinas.



Fonte: DIRAF- Contratos Excluídos os serviços gerais da DIPRO

O preenchimento de atividades de apoio em Oficinas, nos escritórios regionais e na sede da Funap, é também importante instrumento de geração de vagas e oportunidade de ressocialização, conforme sedepreende do quadro abaixo:



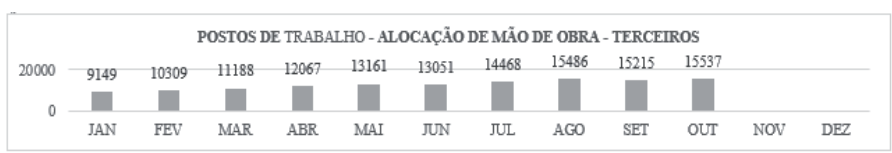
Fonte: DIRAF- Contratos

As principais linhas de produção e serviços são: confecção e reforma de móveis escolares; confecçãode móveis corporativos; manutenção e reforma de materiais ligados aos serviços de saúde hospitalar -cadeira de rodas, cama hospitalar, escada de dois degraus, mesa para refeição hospitalar e similares,e novas linhas nos segmentos de artesanato, confecção, marcenaria e tear, entre outros. O ano de 2022permitiu um conjunto de investimentos e a modernização da Oficina-escola localizada na PenitenciáriaI Dr. Walter Faria Pereira de Queiroz de Pirajuí, ampliando sua capacidade de oferta em até 140 vagas. Entre os meses de janeiro a outubro/2022, foram produzidos, ou reformados variados produtos das Oficinas-escolas, como pode se verificar pelo quadro abaixo:



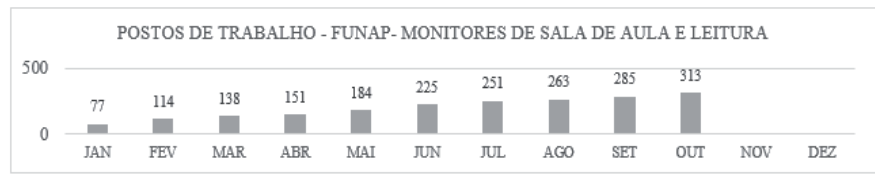
Fonte: DIPRO, até outubro/2022.

Programa de Comercialização de Produtos e Serviços de Ressocialização-PROCOMERC - conduzidopela DICOM, abrange todas as atividades de comercialização de produtos e serviços voltados à ressocialização das PPL. Seus efeitos são diretos sobre a oferta de postos de trabalho às PPL, pois mantém a ocupação das Oficinas-escolas da FUNAP. O ano foi marcado pela intensificação de estratégias já em curso ampliando a venda de produtos e serviços e o crescimento dos contratos de alocação de mão de obra. Destaque-se neste esforço: Sistema de cadastro e oferta de espaços prisionais -SISGAAL: sistema que tem por objetivo cadastrar espaços dos estabelecimentos penais -galpões, salões e salas de aulas, disponíveis para oferta e/ou utilização pela iniciativa pública, privada, e/ou uso da própria FUNAP, facilitando a instalação de empresas nas dependências dos estabelecimentos penais e/ou projetos de ensino, impactando na oferta de postos de trabalho e de vagas de educação no sistema prisional. Projeto Integração Familiar: ampliado para: Penitenciária I de São Vicente, Penitenciária I de Itapetininga, Penitenciária de Bernardino de Campos, Penitenciária Feminina de Pirajuí, que estão com as atividades de produção já iniciadas, e Penitenciária de Assis, Penitenciária de Andradina, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha I e Penitenciária Feminina de Santana. Projeto *e-commerce*: incorporou-se, neste ano, a venda direta de vestuários de reeducandos e de uniformes para integrantes da SAP, bem como a inclusão de toda a linha de produtos do Projeto Integração Familiar, como forma de divulgação e aumento da exposição dos produtos FUNAP; Ampliação da oferta de serviços e produtos FUNAP: voltado aos consórcios de municípios e segmentos empresariais, operacionalizou-se, principalmente, por meio da participação em feiras, congressos e encontros setoriais com destaque para o 64º Congresso Estadual de Municípios ocorrido na cidade de Campos do Jordão - SP; Feira do Empreendedor 2022 do Sebrae,: Congresso Nacional de Consórcios Públicos e Municípios, no Memorial da América Latina, no município de São Paulo/SP, organizado pela Federação Nacional de Consórcios Públicos - FENACONP, vários encontros setoriais e regionais com a participação dos gerentes comerciais e gerentes regionais, apresentando a Fundação e seus produtos e serviços. Programa de Alocação de Mão de Obra - PROALMO - a Lei de Execução Penal prevê a possibilidade de trabalho aos reeducandos, com finalidade produtiva e educativa. No Estado de São Paulo a contratação desta mão de obra é feita por meio do Programa de Alocação de Mão de Obra - PROALMO da FUNAP, destinada aos órgãos público e privado. A proposta do PROALMO é viabilizar postos de trabalho para homens e mulheres em cumprimento de pena, contribuindo para sua ressocialização e qualificação profissional, trabalho e geração de renda. Ao contratante, a iniciativa concilia segurança jurídica e possibilidade de consolidar um modelo de negócio rentável e o desenvolvimento de ações de responsabilidade social, contribuindo com a reintegração social da PPL. O PROALMO vem sendo objeto de intensivo esforço da área comercial o que tem possibilitado a retomada e/ou criação de novas oportunidades de trabalho às PPL e a sua inserção em novos segmentos públicos e privados, circunstâncias que tendem a garantir a tendência de crescimento verificada no ano de 2022, em relação aos anos anteriores, buscando-se reduzir os significativos impactos produzidos pela interrupção decorrente da Covid-19. Abaixo seguem descrições da evolução do número de postos de trabalho gerados:



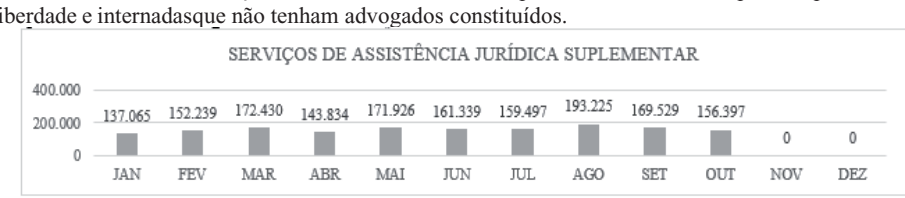
Fonte: DIRAF/ Contratos

Contratação de Monitores de Sala de Aula e Sala de Leitura - DIAPH - A oferta de educação e cultura,promovida pelos programas e projetos da FUNAP, também tem o condão de gerar postos de trabalho e renda às PPL, pois, são contratados e remunerados Monitores de Apoio à Educação - MONAP e deSala de Leitura - MDSAL, que colaboram com o desenvolvimento das atividades de educação complementar nos estabelecimentos penais. No ano de 2022, mpreendeu-se significativo esforço para a retomada e expansão dos contratos de trabalho vinculados as atividades de educação e leitura,pois além dos impactos na oferta de opções de trabalho, representa importante instrumento na ofertade educação formal e profissional no sistema prisional paulista, fator de suma importância no processo de ressocialização.

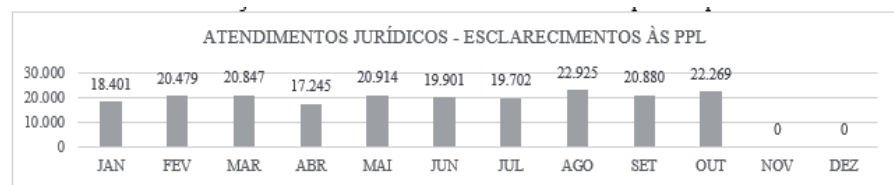


Fonte: DIRAF/ Contratos

Assistência Legal aos Custodiados e Serviços de Apoio à Reintegração Social-PROJUS - trata-se deServiços de Assistência Jurídica Suplementar Prestados às pessoas privadas de liberdade e internadasque não tenham advogados constituídos.



Número de atendimentos jurídicos relacionados a esclarecimentos às pessoas privadas de liberdade:



Fonte: PROJUS

Atualmente, há 126 advogados ativos, atendendo 169 Estabelecimentos penais da Secretaria da Administração Penitenciária, 12 unidades da Secretaria de Segurança Pública e 1 unidade daSecretária de Estado de Saúde com a faculdade de apoiar Estabelecimentos penais não contemplados pelo convênio, em caráter excepcional, com anuência da Defensoria Pública Os atendimentos estão consolidados em 4 Metas assim descritas: Meta 1: Pedidos de Reconhecimento de Direitos - Benefícios; Meta 2: Processos Administrativos Disciplinares - PAD; Meta 3: Atendimentos às PPL – Entrevista e Meta 4: Atos complementares aos atendimentos - Atos Instrutórios.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Dos nove objetivos estratégicos definidos no PPA de 2020-2023 pelo Governo do Estado de São Paulo para as ações dos seus Programas, foram vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento: Objetivo Estratégico 7: Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável: Fomentar o agronegócio paulista por meio de parcerias que assegurem a qualidade, produtividade e sustentabilidade da produção através de políticas públicas que favoreçam a renda do produtor rural e potencializem as vantagens competitivas regionais e locais. Objetivo Estratégico 8: Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população ante os desastres naturais: Promover a gestão harmônica do meio ambiente, dos recursos hídricos, do saneamento e da energia, desenvolvendo ações integradoras que promovam o desenvolvimento sustentável. Estimular o uso racional da água e de fontes renováveis de energia, além de ampliar os investimentos e na proteção social ante os desastres naturais. Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência: Promover a eficiência da gestão pública, através do uso de tecnologia, da intensificação de parcerias com a sociedade civil e da desburocratização e simplificação de processos. Aprimorar os métodos de avaliação dos resultados das ações do Estado. O presente relatório está aderente aos programas inseridos no PPA 2020-2023, e apresentam os indicadores associados às principais ações governamentais.

Abastece-SP: Segurança *do Campo à Mesa* - Prevenção e Gestão do Risco Sanitário tem como finalidade a proteção sanitária das cadeias produtivas, analisando e avaliando propriedades quanto ao risco sanitário animal e vegetal. Com o intuito de promover a integração entre as Coordenadorias da SAA/SP, essa ação deverá ser realizada em conjunto pelos servidores das Coordenadorias deDesenvolvimento Rural Sustentável - CATI/CDRS e de Defesa Agropecuária - CDA. O trabalho serárealizado por meio da aplicação de questionários do Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias - PBPA e da construção do diagnóstico da situação sanitária das propriedades pelos servidores da CATI/CDRS e os resultados obtidos no PBPA são a base de dados para que os servidores da CDA possam realizar a Análise de Risco e implantação de medidas de Defesa Sanitária, que estão preconizadas nos programas sanitários e legislações/normativas. Inicialmente ressalta-se que, duranteos anos de 2020 e 2021, a ação não foi executada devido à pandemia e a restrição da atuação dos órgãos, pois apenas as atividades essenciais foram mantidas. Apesar do retorno de atividadespresenciais no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento em 2022, a CATI apresentou dificuldades em realizar as ações previstas nesta Ação, o que impactou negativamente o resultado pretendido. Diante deste contexto e na tentativa de cumprir a meta estipulada, no segundo semestre, a CDA solicitou alteração no escopo do PPA 2020-23 para que permitisse a aplicação do questionárioprevisto para a CATI, ser também realizado pela CDA. Essa alteração resultou em uma considerávelmelhora nos resultados a partir do segundo semestre, sendo 199 propriedades avaliadas quanto ao risco sanitário pela CATI e 6.261 propriedades avaliadas e fiscalizadas quanto ao risco sanitário pela CDA. Vigilância e inspeção sanitária é caracterizada pela fiscalização de caráter sanitário na área vegetal em estabelecimentos e propriedades rurais, viveiros e depósitos de mudas, trânsito de vegetais, bem como a fiscalização do comércio de agrotóxicos. As fiscalizações de caráter sanitário na área animal são realizadas em propriedades rurais, eventos de concentração animal, revendas de produtos e insumos veterinários e no trânsito de animais, seus produtos e subprodutos. Os servidoresda Coordenadoria de Defesa Agropecuária-CDA, realizam as fiscalizações de acordo com o preconizado nos programas sanitários animal e vegetal e legislações vigentes. Com o fim da pandemia, volta ao atendimento presencial aliado a contratação de novos servidores, mesmo que em

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

número não suficiente, de janeiro a novembro, a CDA realizou 66.367 fiscalizações de Defesa Vegetal e Animal. *Tabela 1* - Número de fiscalizações da vigilância animal e vegetal, executado 2022.

Indicador	Unidade	2022*
Vegetal	Fiscalizações	16.901
Animal	Fiscalizações	49.466

* Dados referentes ao período de 01/01/2022 a 20/11/2022

Por meio do Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal - GEDAVE, atualmente os produtores rurais podem emitir a Permissão de Trânsito Vegetal-PTV, Guias de Trânsito Animal-GTA, além derealizar as declarações semestrais de seus rebanhos e das vacinações contra a febre aftosa e bruceloseutilizando a internet de qualquer dispositivo móvel, não sendo mais necessário o deslocamento até uma unidade da Defesa Agropecuária para a obtenção dos documentos e/ou a realização dasdeclarações. Durante o ano, foram emitidas até 20/11, por meio do sistema GEDAVE, um total de 960.620 GTA´s e um total de 91.720 PTV´s até 30/11. O GEDAVE também está integrado com a Junta Comercial do Estado de São Paulo, que é o sistema responsável pela integração de dados da consulta de viabilidade locacional e de nome, registro, inscrições e licenciamento da empresa. Dentrodo portal do integrador, o empreendedor é direcionado para o GEDAVE se suas atividades empresariais estão no âmbito de atuação da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Fiscalizações em Defesa Sanitária Animal: O Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos -SISBOV, tem como objetivo o controle e rastreabilidade do processo produtivo das propriedades rurais de bovinos e bubalinos. A adesão ao SISBOV é voluntária para os produtores rurais, sendo obrigatória para comercialização de carne bovina e bubalina para mercados que exigem rastreabilidade-como os países membros da União Europeia. Os médicos veterinários da Coordenadoria de Defesa Agropecuária-CDA realizam auditorias nas propriedades rurais cujos proprietários almejam exportar para esses mercados. A CDA possui 93 Médicos veterinários capacitados para realizar as auditorias, de modo a atender, tanto as demandas em estabelecimentos que ainda não estão na lista das propriedades aprovadas para exportação de carnes para a União Europeia quanto as que figuram na lista, com compromissos firmados junto à União Europeia. Foram realizadas 45 auditorias. Atualmente, 109 propriedades paulistas estão com certificados do SISBOV vigentes, das quais 107 estão aptas para exportação à União Europeia. O Programa Estadual de Sanidade dos Equídeos visa à proteção da saúde do rebanho equídeo em relação às doenças de notificação obrigatória, como a Anemia Infecciosa Equina-AIE, Mormo, Durina e Febre do Nilo. As ações que constituem o programa são: atendimento a suspeitas, detecção e saneamento de focos com o sacrifício dos animais positivos-AIE e Mormo e realização de exames diagnósticos dos contactantes. Conta também com atividades de capacitação de médicos veterinários da iniciativa privada, visando à habilitação desses profissionais para colheita e envio de amostras de sangue de equídeos para diagnóstico laboratorial de Mormo. As capacitações foram realizadas virtualmente pela EMBRAPA/MAPA. *Tabela 2* - Atividades em sanidade dos equídeos, executadas em 2022*.

Produto/indicador	AIE	Mormo	Febre do Nilo
Municípios trabalhados	44	19	0
Propriedades trabalhadas	70	46	0
Amostras colhidas	2152	988	0
Animais positivos sacrificados	45	13	0
Inquérito soro epidemiológico realizado	0	0	0

* Dados referentes ao período de 01/01/2022 a 20/11/2022

Controle da Raiva dos Herbívoros: A Raiva em Herbívoros é uma doença de Peculiar Interesse do Estado de São Paulo e traz como características principais ser uma zoonose contagiosa e fatal. Está entre as principais doenças que são caracterizadas como Síndromes Neurológicas, sendo prevalente em todo Estado causando grandes prejuízos econômicos à pecuária Paulista e à Saúde Pública. Por ser transmissível ao ser humano, o morcego hematófago *Desmodus rotundus*, que é o principal transmissor, tem grande importância em SAÚDE ÚNICA, pois envolve seus principais fatores comoa Saúde Animal, Saúde Humana e do Meio Ambiente, devendo ser trabalhada em todos esses aspectos. A CDA possui o Programa Estadual de Controle da Raiva de Herbívoros que tem o objetivode alcançar a diminuição da incidência desta doença, através do trabalho executado pelos seus funcionários treinados e imunizados, distribuídos em todo Estado, empregando métodos reconhecidose recomendados no controle da raiva dos herbívoros, que envolvem desde a vacinação dos animais suscetíveis até o controle da população de morcegos hematófagos. A vacinação não é obrigatória,sendo recomendada em casos de agressão pelo transmissor e nas áreas de foco/perifoco. Houve umaestabilidade quanto ao número de casos em relação ao ano de 2021 e quanto à distribuição da doença,que está relacionada à topografia do estado, não houve uma mudança significativa. *Tabela 3* - Combate à raiva dos herbívoros, executado 2022.

Produto/indicador	Unidade	2022*
Número de focos atendidos	Focos	91
Controle de morcegos hematófagos	Morcegos capturados	5256
Adesão ao modelo de mutirões	Regionais	28
Inspeção em abrigos de morcegos hematófagos	Nº de abrigos	4232

* Dados referentes ao período de 01/01/2022 a 20/11/2022

Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose: As ações obrigatórias utilizadas para execução do programa são a vacinação de brucelose das fêmeas de bovídeos-bovino e bubalino entre 3 e 8 meses de idade e acima de 9 meses com amostra RB51, bem como o controle de trânsito Inter e intraestadual. Outra ação do programa é a realização de diagnósticos de brucelose e tuberculose por parte de médicos veterinários habilitados para animais destinados à participação em eventos de aglomeração, trânsito de animais para reprodução e para o controle sanitário destas enfermidades em propriedades. Há a obrigatoriedade de realização de exames de brucelose e tuberculose aos animais de propriedades cuja finalidade seja o fornecimento de leite a usinas de beneficiamento, laticínios e outros estabelecimentos de processamento de leite e derivados, sendo que está implementada também medida voluntária que consiste em reconhecimento de propriedade livre para as referidas doenças. Outra ação do programa é a participação em eventos acadêmicos com objetivo de nivelar os médicos veterinários habilitados para a realização do diagnóstico das duas enfermidades. A vacinação da brucelose e o diagnóstico de brucelose e tuberculose somente podem ser realizados sob a responsabilidade de médicos veterinários e a CDA cadastra/habilita estes profissionais para tais atividades. *Tabela 4* - Controle e erradicação da brucelose e da tuberculose, executado 2022.

Produto/indicador	Unidade	2022*
Livres certificadas	Propriedade	20
Livres em certificação	Propriedade	20
Cadastrado	Méd. Veterinário	3222
Vacinadas (%) *	Propriedade	93,90
Vacinadas (%) *	Bezerra	96,81

*Dados de propriedade e bezerra, ambas vacinadas (%), se referem aos índices do 1° Semestre de 2022, pois o primeiro relatório consolidado destas informações será apresentado no dia 15 de dezembro de 2022.

Sanidade Avícola: São Paulo possui o maior plantel de poedeiras do país, é o quarto maior em produção de frango de corte. As principais casas genéticas da avicultura mundial de corte e de posturainstalados no Brasil e certificadas como compartimento avícola para Influenza Aviária e Doença de Newcastle, localizam-se no estado de São Paulo. Também somos o 2° em produção de aves de um dia, maior produtor e fornecedor de ovos controlados para a produção de vacinas, em especial ao instituto Butantã e, ainda, o maior exportador de material genético, ovos férteis. Destaca-se que o porto de Santos, se destaca nas exportações de carne de frango e os aeroportos de Cumbica e Viracopos respondem, nas exportações de material genético avícola, aves e ovos férteis. São Paulo conseguiu, ainda, superar os poucos desafios sanitários ocorridos durante o ano, em especial para as salmoneloses e micoplasmoses, com monitoramentos sanitários e certificação de estabelecimentos de reprodução. O atendimento as suspeitas de doenças não resultaram em maiores consequências ao plantel estadual, que continua livre da Influenza Aviária e da Doença de Newcastle.

Tabela 5 - Sanidade avícola, executado 2022.

Produto/Indicador	Unidade	2022
Estabelecimentos cadastrados com aves;	Propriedades	16212
Registro Estabelecimentos Avícolas Comerciais;	Estabelecimentos	3302
Monitoramento Sanitário em aves comerciais, subsistência e silvestres;	Estabelecimentos	1097
Monitoramento Sanitário em aves de reprodução	Núcleos	349
Propriedades com Notificação ou Suspeita de doença	Propriedades	396
Controle/Erradicação de Focos (doenças)	Inspeções	48
Certificação Sanitária	Certificados emitidos	283

* Dados referentes ao período de 01/01/2022 a 20/11/2022

Sanidade dos Suídeos: O plantel da suinocultura no Estado de São Paulo é de aproximadamente 1.200.000 animais e destaca-se pela sua importância genética. Existem produtores especializados nacriação de reprodutores e está genética encontra mercado em outros estados da federação, sendo inclusive, exportada para países vizinhos. Considerando este importante nicho de mercado, a CDA trabalha para realizar as atividades previstas no Plano Integrado de Vigilância das Doenças dos Suídeos, instituído pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA, por meio do Ofício-Circular Nº 79/2021/DSA/SDA/MAPA a ser implementado pelos Estados pertencentes à zonalivre de PSC, a partir de 2/10/2021, como condição para a manutenção do reconhecimento internacional junto à Organização Mundial de Saúde Animal-OIE. Em 2022, o Ministério daAgricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA, mudou o sistema de vigilância de Peste Suína Clássicacom a publicação do OFÍCIO CIRCULAR Nº 79/2021/DSA/SDA/MAPA que revogou a NI nº 5 e criou o Plano Integrado de Vigilância das Doenças dos Suínos-PIVDS, sendo assim a CDA executouas em 127 atividades previstas para manter o status sanitário alcançado. O Plano prevê atividades de:Vigilância sorológica baseada em risco com 80 propriedades fiscalizadas e com 1505 amostras colhidas para vigilância laboratorial, sendo todos os testes negativos para peste suína clássica; Inspeções em estabelecimentos de criação com 47 propriedades fiscalizadas, sem nenhuma suspeita clínica identificada. Ao todo na execução do PIVDS, nas 127 propriedades fiscalizadas, formam inspecionados 82.276 animais vistoriados. Outras atividades complementares de vigilância ativa foram realizadas em 91 criatórios domésticos de subsistência e 2 granjas comerciais, totalizando maisde 1.952 suínos vistoriados sem quaisquer sintomas sugestivos de PSC. Outra ação importante foi a vigilância sorológica envolvendo suídeos asselvajados-javalis e Java porcos, somando até o momento48 amostras negativas. *Dados obtidos no período de 1/1 a 20/11/22. Fiscalização dos Produtos e Insumos Veterinários de Peculiar Interesse do Estado: A Coordenadoria de Defesa Agropecuária atua para garantir ao usuário acesso a produtos e insumos veterinários e produtos destinados à alimentação animal em condições adequadas de validade, acondicionamento e armazenagem. A fiscalização da distribuição dos produtos e insumos veterinários e de alimentação animal é o sustentáculo do sucesso dos programas de sanidade animal executados pela CDA. Atualmente estão cadastrados junto ao Sistema GEDAVE da CDA, 3.965 estabelecimentos de comércio de produtos e insumos veterinários,cujo certificado possui validade de dois anos. Além da certificação, a CDA realiza constantes fiscalizações a fim de assegurar o correto armazenamento e conservação destes insumos. Entre janeiro e novembro, foram realizadas 2.832 fiscalizações por funcionários da CDA, nestes estabelecimentos. Fiscalizações em Defesa Sanitária Vegetal: Fiscalizações realizadas em propriedade: os técnicos da Defesa Agropecuária fiscalizam propriedades rurais, viveiros de mudas e estabelecimentos comerciais a fim de garantir o cumprimento das legislações vigentes e possibilitar o comércio de produtos vegetais dentro dos padrões de sanidade e qualidade, isentos de pragas e doenças. Outro ponto a ser destacado é a auditoria realizada pelos funcionários da CDA em informações prestadas nos relatórios entregues semestralmente por propriedades citrícolas. A legislação referente ao cancro cítrico foi atualizada em 2018 com o objetivo de viabilizar o trânsito de material de propagação vegetativa e de frutos cítricos de UF com ocorrência da doença para outras UF e, nessa atualização, o Responsável Técnico passou a ter papel preponderante, uma vez que são obrigatórias inspeções trimestrais nos pomares e a entrega de relatórios semestrais, visando a habilitação dos talhões inspecionados para a colheita e comercialização de frutos para outras UF. A referida norma também estabelece medidas de manejo para reduzir o potencial de inócuo da doença e, consequentemente, o número de frutos contaminados na área. Os levantamentos amostrais realizados pelos técnicos da CDA são ferramentas essenciais à Defesa Agropecuária, uma vez que auxiliam na detecção e identificação de novas pragas, possibilitando ações direcionadas, efetivas e precisas para medidas de contenção e erradicação de pragas. Além disso, os levantamentos amostraistambém são fundamentais para manutenção de status fitossanitário como sem ocorrência para pragasainda ausentes no estado de São Paulo. O status sem ocorrência da praga garante uma série de benefícios ao agronegócio paulista no momento da comercialização dos produtos vegetais, seja paramercado interno ou externo, sendo que é de suma importância que estes levantamentos sejam realizados anualmente e submetidos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPApara apreciação e divulgação nacional. No total, a Defesa Agropecuária realizou 13.243 fiscalizaçõesem propriedades e estabelecimentos-Tabela 6. Fiscalização em viveiros de produção de mudas: de acordo com a legislação vigente, a coleta de materiais vegetais para fins de certificação fitossanitáriade borbulheiras, plantas básicas e plantas fornecedoras de sementes de citros deve ser acompanhada por um técnico da CDA. Neste sentido, e com o objetivo de garantir o abastecimento de material de propagação no estado de São Paulo, foram realizadas 1.723 fiscalizações em 2022-Tabela 6, garantindo a certificação de 59 milhões de mudas de citros, assim como a certificação de 25 milhõesde mudas de café e 5 mil mudas de seringueira. Fiscalização em revendas de agrotóxicos: De acordocom a Lei Federal 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal 4074/02, compete aos Estados a fiscalização da comercialização de agrotóxicos. A fiscalização nas revendas tem como objetivos assegurar a saúde, tanto do trabalhador como do consumidor do produto em que foi utilizado este insumo, a proteção do meio ambiente e a qualidade e autenticidade do produto agrotóxico, garantindoassim sua eficácia. Para tanto, no momento da fiscalização são verificados os produtos, se oarmazenamento atende a norma ABNT NBR 9843-2, o controle de estoque, as notas fiscais e as receitas agronômicas. No período de janeiro a novembro, foram realizadas 1.685 fiscalizações em revendas de agrotóxicos-Tabela 6. Fiscalização de trânsito de vegetais: esta ação tem por finalidade salvaguardar o cumprimento das legislações sanitárias com

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

o objetivo de coibir o transporte das culturas de peculiar interesse econômico e estratégico do estado sem o respectivo documento de permissionamento, garantindo assim o trânsito e comercialização de produtos devidamente certificados, exigência esta que agrega maior credibilidade junto à sanidade e qualidade dos produtosdo agronegócio paulista e permite a rastreabilidade dos mesmos, assegurando que possíveis falhas detectadas ao final de um protocolo permitam a identificação do problema em qualquer instância doprocedimento, seja no início ou fim do processo de certificação. Além disso, a fiscalização de trânsitopossibilita também educar e corrigir possíveis equívocos encontrados no transporte de produtos vegetais, o que permite a manutenção da sanidade de áreas livres de doenças e pragas dos vegetais erestringe a sua distribuição para outras localidades, sendo que, até 20/11/22, foram realizadas 250 fiscalizações de trânsito vegetal.

Tabela 6 - Atividades executadas pela Defesa Agropecuária Vegetal

Produto/Indicador	2022
Fiscalizações realizadas em propriedade	13.243
Fiscalizações em viveiros de produção de mudas	1.723
Fiscalizações em revendas de agrotóxico	1.685
Fiscalizações de trânsito de vegetais	250
Total	16.901

Dados referentes ao período de 01/01/2022 a 20/11/2022

Permissões de Trânsito Vegetal - PTV: a partir do ano 2015 foi viabilizada a emissão eletrônica das PTV´s via sistema GEDAVE, tendo como regramento o cadastro da PTV pelo responsável técnico esua emissão realizada pelo funcionário da CDA. Todavia, graças a uma mudança na legislação que versa sobre as normas técnica para a utilização da Permissão de Trânsito de Vegetais e as melhorias efetivadas no sistema GEDAVE em julho de 2020, o processo de certificação que é homologado pelofuncionário da CDA permite ao produtor rural a emissão da PTV 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados. Foram emitidas 91.720 PTV´s. Observa-se que o volume de emissões de PTV é elevado e apresenta baixa flutuação sazonal-Tabela 7, evidenciando anecessidade de fiscalizações para assegurar o cumprimento das legislações que garantem a correta certificação fitossanitária, elemento fundamental para a comercialização entre estados e outros países.

Tabela 7 - Número de PTV´s emitidas mensalmente em 2022*.

jan.	fev.	mar	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set	out	nov.
2022 9.097	8.261	8.940	7.861	7.604	7.455	8.140	9.026	8.902	7.934	8.677

*Dados de 01/01/2022 a 30/11/2022.

Retirada da Vacinação contra Febre Aftosa - SP Livre Sem Vacinação de Febre Aftosa consiste em uma série de ações, com destaque para a vigilância ativa em animais susceptíveis à febre aftosa, realizada em propriedades rurais, eventos de concentração e no trânsito rodoviário, conforme Plano Estratégico 2017 - 2026 do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa. A ação será implementada de maneira direta, pela participação dos médicos veterinários e técnicos de apoio agropecuários da CDA, realizando a inspeção e a observação de animais susceptíveis à febre aftosa-bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos. Outra ação de importância refere-se à realização de fiscalizações volantes e em postos fixos, em especial os de fronteira interestadual para o trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal. Entretanto, o estado precisa implantar estes postos e regulamentar o horário de serviço durante a noite, aos finais de semana e feriados. Programa Estadual para Erradicação da Febre Aftosa: Este programa visa manter o estado como área livre de febre aftosa, por meio de atividades como vacinação obrigatória de bovinos e bubalinos, vigilância e geoposicionamento em propriedades rurais, realização de inquéritos soro epidemiológicos, controle do trânsito, manutenção de sistema eficaz de vigilância epidemiológica, treinamento e capacitação do corpo técnico para atuação em emergências sanitárias e estímulo à participação comunitária na defesa sanitária animal. Além disso, o programa busca garantir condições ideais para que haja a retirada da vacinação no estado, visando uma evolução do status sanitário em relação à doença, através do fortalecimento do sistema de vigilância em saúde animal, bem como ampliação da capacidade dos serviços veterinários, além da interação com as partes interessadas na prevenção. O último foco de febre aftosa no Estado São Paulo foi registrado em março de 1996 e o estado é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal-OIE como livre de febre aftosa com vacinação. A vacinação é obrigatória em bovinos e bubalinos e ocorre em duas etapas, sendo que este ano teve inversão do calendário, em maio foram vacinados bovídeos até 24 meses e em novembro os bovídeos serão vacinados até dia 17/11, pois houve a prorrogação da Campanha, para verificar as condições de vacinação, especialmente em propriedades consideradas de maior risco, são realizadas vacinações assistidas. A Tabela 8 apresenta os dados referentes às etapas de vacinação realizadas. Na etapa realizada em maio/2022, foram vacinados 4.734.978 – 99,75% dos 4.746.743 bovídeos envolvidos. Os dados referentes à etapa de vacinação novembro/2022 deverão ser totalizados no dia 31/1/2022. Até 20/11/2022, foi declarada a vacinação de 8.664.115 - 79,88% dos 10.845.632 animais envolvidos. O criador faz a declaração de vacinação e gerencia o seu rebanho com os relatórios disponíveis, acessando o sistema GEDAVE de sua própria casa, em escritórios, sindicatos, nas unidades do Acessa São Paulo e no Canal Direto - SP + Perto.

Tabela 8 - Vacinação contra a febre aftosa, executada em 2022.

Produto/indicador	Maio 2022	Novembro 2022*
Bovídeos vacinados	4.734.978	8.664.115
Propriedades vacinadas	103.302	89.133
Vacinações assistidas	1.177	1.007

* dados inseridos no Sistema GEDAVE até 10/11/2022.

Fiscalização da Inocuidade das Cadeias Produtivas contribui para oferta de produtos de origem animale vegetal, saudáveis e seguros à população, consistindo em fiscalizações de caráter sanitário realizadas em propriedades rurais, quanto ao uso de agrotóxicos, em estabelecimentos e entrepostos que produzem e manipulam produtos de origem animal e vegetal. A CDA realiza fiscalização dos atores envolvidos no processo de produção e processamento de alimentos de acordo com o preconizado no Programa Estadual de Inocuidade de Alimentos e do Programa Estadual de Vigilânciados Agrotóxicos e Afins. São executadas também, ações de Defesa com o emprego de autocontrolese boas práticas de fabricação e coleta de amostras fiscais que serão processadas em laboratórios credenciados. No período de janeiro a novembro, foram realizadas 1.446 fiscalizações em estabelecimentos de produção e processamento de alimentos e 2.155 fiscalizações de estabelecimentos rurais para uso de agrotóxicos. Inocuidade dos Alimentos: O Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal-CIPOA, responsável pelo gerenciamento das atividades e registros de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção de São Paulo - SISP. Durante o ano foram analisados um total de 5.248 processos, pertencentes a empresas já registradas no SISP ou empresa pleiteando o registro. Foram solicitações de novos registros, remodelações, novos produtos entre outras. Foi concedido um total de 36 registros para novos estabelecimentos e 545 registros de novos produtos. Cancelou-se 14 registros e concedidas 18 suspensões temporárias de atividades, tanto a pedido do interessado quanto por não conformidades das empresas. Foram realizadas 1574 fiscalizações nos 566 estabelecimentos registrados, foram atendidas 44 denúncias realizadas através da Ouvidoria da CDA e da Secretaria de Agricultura ou em conjunto com outros órgãos sanitários, realizadas 36 instalações de novos SISPs, 42 vistorias para novos registros e 35 vistorias para retorno as atividades. Foram emitidos 68 autos de infração. Foram publicadas novas legislações-Decreto 66.523/2022 que regulamenta a lei para estabelecimentos artesanais, Resoluções SAA 16, 21 e 65/2022 e portarias CDA 08, 09 e 16/2022. Também concluímos o processo de adesão do Estado de São Paulo ao SISBI onde até a presente data temos 3 estabelecimentos aderidos e 26 em processo de adesão-sendo 5 em fase final deste processo. Por fim, foram produzidas aproximadamente 214 mil toneladas de produtos em estabelecimentos registrados junto ao SISP, resultado do abate e do processamento de, aproximadamente, 230 milhões de aves; 950 mil bovinos; 640 mil suínos; 12 mil ovinos; e produzidos 225 milhões de litros de leite e 975 milhões de ovos. Fiscalização de estabelecimentos rurais para uso de agrotóxicos: De acordo com a Lei Federal 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal 4074/02, compete aos Estados a fiscalização do uso de agrotóxicos, sendo que essa atividade é realizada em caráter permanente. A fiscalização do uso tem como objetivos garantir o correto uso deste insumo agrícola, promovendo assim a entrega de alimentos saudáveis e seguros para a população paulista, assim como coibir o uso indevido e indiscriminado desta importante ferramenta de controle de pragas e doenças, assegurando ainda a saúde do trabalhador rural. Para tanto, são verificados no momento da fiscalização os produtos, se o armazenamento atende a norma ABNT NBR 9843-3, as receitas agronômicas, informações relativas às aplicações, a devolução das embalagens vazias, entre outras informações que o agente fiscalizador julgar necessária. Foram fiscalizadas 242 empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos e afins, 113 unidades de recebimento de embalagens vazias, 1.685 estabelecimentos de comércio de agrotóxicos e afins e 1.800 propriedades rurais com uso de agrotóxicos. O Decreto nº 66.417, de 30/12/2021, que reorganizou a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em seu art. 20, criou a Subsecretaria de Abastecimento e Segurança Alimentar integrada por duas coordenadorias: CODEAGRO - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios e COSALI-Coordenadoria de Segurança Alimentar. O antigo CESANS - Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, originalmente subordinado à CODEAGRO, passou a chamar-se DESANS-Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e está subordinado à COSALI. Algumas das ações integradas de educação alimentar, que eram anteriormente gerenciadas pelo CESANS, passaram a ser capitaneadas pelo DESANS em função da nova estrutura estabelecida pelo Decreto nº 66.417/2021, enquanto outras continuaram sendo geridas pela CODEAGRO, porém o escopo das ações integradas de educação alimentar em nada foi alterado e continua sendo normalmente conduzido pelas equipes das duas coordenadorias, caracterizando-se por promover boas práticas de consumo e alimentação segura e saudável à população, com ações pautadas na Segurança Alimentar. Foram realizadas várias atividades alinhadas aos objetivos do DESANS, dentre elas, a disponibilização de materiais educativos, postagens diárias em redes sociais com orientações focadas na nutrição; incentivo ao consumo de produtos das principais cadeias produtivas, por meio da elaboração técnica das publicações Agro SP na mesa, bem como, atendimento à imprensa - rádio, jornal, televisão, veiculando informações com foco em alimentação saudável, nutrição e higiene na manipulação de alimentos. Foram publicados os livros Banana, Citros e Suínos, no âmbito da coleção Agro SP na mesa. Também foram desenvolvidos testes de receitas na Cozinha Experimental do DESANS, de acordo com as demandas do departamento, que embasam e compõem materiais técnicos publicados pela área de nutrição. De janeiro a outubro, o número de acessos às publicações digitais atingiu 46.734 exemplares disponibilizados.

Tabela 9 - Número de acessos às publicações digitais em 2022*

Livrarias Digitais	Subtotal
Amazon	24.437
Google Books	10.023
Site	12.274
Total	46.734

*Dados de 01/01/2022 a 20/10/2022.

O DESANS também mantém suas mídias sociais atualizadas com publicações que promovem boas práticas de consumo e alimentação segura e saudável, sempre focadas na Segurança Alimentar. Até novembro, haviam sido contabilizados 34.773 seguidores/inscritos.

Tabela 10 - Número de seguidores/inscritos das redes sociais em 2022*

	Subtotal
Facebook	27.566
Instagram	3.497
YouTube	3.710

*Dados até 23/11/2022.

O DESANS também realizou, em outubro, eventos importantes como, a XXVII Semana de Alimentação, cuja programação contou com a webinar para lançamento do primeiro curso on-line para os municípios conveniados do Projeto Cozinhalimento; live em comemoração ao mês da alimentação em parceria com a área de Recursos Humanos da SAA sobre alimentação saudável; Entrega do Prêmio Josué de Castro e Lançamento do Livro Agro SP na mesa - Suínos. Além de todas as atividades de produção e divulgação de conteúdos referentes à alimentação e nutrição, o departamento executou ações de educação nutricional e geração de renda junto aos municípios paulistas; no âmbito dessas ações, o Projeto Estadual COZINHALIMENTO, originalmente instituído pelo Decreto nº 50.807, de 18/5/2006, foi retomado como uma importante política pública de segurança alimentar ao promover a instalação de cozinhas profissionais para capacitar à população. Dentre os principais objetivos do Projeto, os de maior destaque são: promover a capacitação de agentes multiplicadores das ações de segurança alimentar e nutricional sustentável nos municípios conveniados; conscientizar práticas alimentares saudáveis e equilibradas; realizar cursos, palestras, treinamentos e eventos educativos, visando à educação nutricional, o combate ao desperdício, a manipulação adequada e o incentivo ao empreendedorismo; e promover o desenvolvimento local, com cursos e palestras que ofereçam capacitação e geração de renda. A Tabela 11 apresenta dados da execução do Projeto Estadual COZINHALIMENTO.

Tabela 11 - Dados do Projeto COZINHALIMENTO em 2022*

	total
Convênios firmados	306
Cozinhas inauguradas	39
Cozinhas aguardando implementação	267

*Dados atualizados desde 01/01/2022, considerando as inaugurações que acontecerão até 06/12/2022.

Ainda sob a gestão da COSALI, foi realizada a XXVII Semana da Alimentação, com a participação de 120 pessoas em evento on-line versando sobre o lançamento do curso de capacitação para o ProjetoCozinhalimento. Nos dias 9 e 10/11/2022, foram realizadas diversas ações como seminários, palestras, exposições como parte das atividades do Prêmio Josué de Castro, que contou com mais de180 participantes. A COSALI lançou a Revista Josué de Castro - Edição 2021 e 2022, e a Cartilha de Orientação voltada aos gestores municipais e distribuída para os 645 municípios

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

paulistas, acerca daimplementação da política pública de SAN - Segurança Alimentar e Nutricional. Novamente de acordo com o Decreto nº 66.417, de 30/12/2021, que reorganizou a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em seu art. 121, definiu que a gestão das ações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CONSEA/SP e da Câmara Inter secretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/SP, originalmente conduzidas no âmbito da CODEAGRO, passaram a ser gerenciadas no âmbito da COSALI. Embora essa mudança na estrutura,as ações em nada foram alteradas. Dentre as principais ações estão a participação em conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar; o fortalecimento de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar, a promoção do controle e a participação social na gestão pública de Segurança Alimentar e o apoio e fomento no desenvolvimento da política pública de segurança alimentar nos municípios paulistas. O CONSEA/SP E A CAISAN/SP têm como objetivo fortalecer o Direito Humano à Alimentação Adequada-DHAA, e sua atuação foi concentrada no atendimento aosmunicípios paulistas para apoio em implantação da Política Municipal de Segurança Alimentar, coma realização de oficinas, seminários, reuniões regionais e formação de conselheiros estatuais e membros das comissões regionais descentralizadas, que somam 16, contando com a participação de 186 membros. As oficinas com a participação de entidades sociais têm como objetivo fortalecer a política pública e dar subsídios para as seguintes demandas: reativar conselhos municipais, atendimento aos 30% de compra da agricultura familiar para a merenda escolar, conforme preconiza a lei federal 11.947/2009, e suas alterações, criar câmara Inter setoriais e promover a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar-SISAN. Foram realizadas cinco reuniões do CONSEA/SP e da CAISAN/SP com a participação de 100% dos conselheiros. Também foram realizadas 74 reuniões com as 16 comissões regionais que ora se encontram em processo de renovação de mandato de seus membros em aberto, para o qual foram contabilizadas inscrições de 254 pessoas. Considerando todas as ações de SAN gerenciadas pela Subsecretaria de Abastecimento e Segurança Alimentar, envolvendo publicações baixadas eletronicamente ou distribuídas no formato impresso, palestras e eventos de capacitação, foram atendidas cerca de 63.000 pessoas. Novamente fazendo referência às mudanças trazidas pelo Decreto nº 66.417, de 30/12/2021, que reorganizou a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, as ações abaixo detalhadas, realizadas no âmbito das ações integradas de educação alimentar, do PROGRAMA: 1316 - ABASTECE-SP: SEGURANÇA DO CAMPO Á MESA, foram gerenciadas pela CODEAGRO - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios. Certificação de produtos de origem paulista tem como finalidade o selo de certificação de produtos oriundos das culturas agrícolas do Estado de São Paulo que ofereçam diferenciais de competitividade, tais como: possibilidade de identificação do produtor/origem e safra; condições de rastreabilidade do produto; normas de qualidade existentes. Tal ação viabiliza o trabalho do Estado em conjunto com o setor produtivo agropecuário e agroindustrial paulista, resultando na certificação de produtos e de sistemas de produção que atendam normas técnicas. Entre janeiro e outubro, a CODEAGRO chancelou 151 laudos e certificados, que correspondem a 5 produtos certificados: café torrado e moído tipo tradicional, café torrado e moído tipo superior, café torrado e moído tipo gourmet e suíno.

Tabela 12 - Número de laudos e certificados chancelados CODEAGRO em 2022*

Entidades credenciadas pela CODEAGRO	Nº de laudos emitidos	Nº de certificados emitidos
Bolsa de Cereais de São Paulo	147	-
Cerelab Lab. de Análise de Alimentos	2	-
SGS do Brasil	-	2
Total por modalidade	149	2
Total geral		*151*

*Dados de 01/01/2022 a 30/10/2022.

Consolidação dos sistemas agroalimentares, faz intervenções nos canais de abastecimento e comercialização de produtos agropecuários do Estado de São Paulo. Deu-se continuidade aos estudosde aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimentos, visando adequações dos atuais modelos, bem como desenvolvimento de proposta de inovação da ideia de operacionalização dos entrepostos. Também foi dada continuidade aos dois projetos de comercialização alternativa aos modelos atuais, a saber: Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor, instituído pelo Decreto nº 50.808/2006, que criacanais fixos e móveis para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais; e Plataforma Compras Públicas-www.agrosp.sp.gov.br, em fase de operação experimental. No período de janeiro a outubro, o volume de produtos comercializados no canal do Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor implementado no Espaço Jabaquara localizado em terreno da SAA ao lado do Terminal EMTU/Estação Metrô Jabaquara, foi de 2.543 toneladas, atendendo cerca de 250.000 pessoas. A Tabela 13 abaixo traz apresenta maiores detalhes acerca do desempenhodo Projeto Estadual Bom Preço do Agriculto em 2022. Se mantida a aparente tendência de crescimento, o volume comercializado em 2022 deve atingir a cifra de 3.630 toneladas, incremento de cerca de 10,8% em comparação ao ano anterior.

Tabela 13 - Desempenho do Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor em 2022*

	Volume comercializado (toneladas)	Nº de pessoas atendidas	Nº de produtores atendidos
2022	2.543	250.200	48

*Dados de 01/01/2022 a 30/10/2022.

A Plataforma Compras Públicas-www.agrosp.sp.gov.br, por sua vez, quando em pleno funcionamento, terá sua operação baseada em 4 módulos. Atualmente estão em operação dois módulos com seus respectivos objetivos: Módulo de divulgação de editais, que objetiva divulgar os editais das compras institucionais para atender as demandas do PNAE e PPAIS, assim apresentando ao produtor da pequena agricultura paulista possíveis oportunidades de negócio; e Módulo de geração de editais, que visa auxiliar o gestor das compras públicas institucionais na elaboração de editais. Encontram-se em fase de implementação os módulos de Estatística de Preços e Mapeamento da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo. O Módulo de divulgação de editais se configura em uma ferramenta que apresenta ao produtor da pequena agricultura paulista oportunidades de negócio geradas pelas compras institucionais. No período de 1/1/2022 a 30/10/2022, o robô que opera a Plataforma capturou editais, em outras palavras: oportunidades de negócio, que atingiram a cifra de R$ 316 milhões. Se mantida a aparente tendência de crescimento, a plataforma deve encerrar o ano apresentando oportunidades de negócios da ordem de R$ 380 milhões, cifra cerca de 122,4% maior que àquela registrada em 2021. A Plataforma oferece, ainda, aos agricultores cadastrados a funcionalidade de receber em seu e-mail os editais capturados pelo robô. O Módulo de geração de editais, por sua vez, apresenta ao gestor das compras públicas as ferramentas que o auxiliam no processo de elaboração de editais nos termos da legislação vigente. A Plataforma, também no período de 1/1/2022 a 30/10/2022, registrou 5.595 acessos e possibilitou a geração de 221 editais. A Tabela 14 abaixo apresenta maiores detalhes acerca do desempenho da Plataforma em 2022.

Tabela 14 – Desempenho da Plataforma de Compras Públicas em 2022*

	Nº de editais capturados	Valor dos editais capturados em mil R$	Nº de e-mails enviados	Nº de editais gerados atravésda Plataforma
2022	525	316.131	34.754	221

*Dados de 01/01/2022 a 30/10/2022.

Programa Agro-Sp Sustentável - Fiscalização de uso e conservação de solo agrícola promovea produtividade e a sustentabilidade da produção agropecuária, por meio da conservação e preservação do solo agrícola. A Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA realiza fiscalizações sistemáticas para uso e conservação de solo agrícola, visando garantir alimentos saudáveis à população, preservar a saúde do trabalhador rural e proteger o meio ambiente. A CDA fiscalizou 900 Propriedades quanto ao controle e conservação do solo agrícola. Parceria Estado- Município para o Desenvolvimento Rural, Local e Regional. A CATI, a partir 2021, passou a ser a gestora do Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Cidadania no Campo, cujo Decreto 64,467, de 12/9/2019, reformulou o Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento, instituído pelo Decreto nº 40.103, de 25/5/1995, por meio do qual são formalizados convênios entre o Estado e os municípios visando integrar os esforços dos órgãos públicos para promover maior eficiência dos serviços de ATER voltados ao desenvolvimento do setor agropecuário, à preservação ambiental, à melhoria do abastecimento alimentar e à execução da Política Agrícola do Estado. Foram conveniados 85 novos convênios visando a transferência de recursos financeiros que totalizaram R$ 4.730.000,00, também foram formalizados outros 40 convênios, totalizando 309 Prefeituras Municipais com convênios vigentes, com prazo de vigência de 5 anos, com o objetivo de se compartilhar bens móveis e imóveis-sem repasse de recursos. Cumpre informar que além doPrograma SEDRUS, acima mencionado, existiram outros convênios que se utilizaram da mesma conta do Produto, sendo essas decorrentes de Demandas Parlamentares, onde foram formalizados atéa presente data 15 convênios, totalizando o repasse de R$ 2.030.000,00. Além de apoiar os municípios na realização de convênios entre o Estado e os Município a CATI também é responsável por acompanhar as atividades-adesão, orientação, capacitação, avaliação de documentos, avaliação de recursos, elaboração da classificação e do ranking do Município Agro - Ranking Paulista, que premiaos municípios conforme seu desempenho nas atividades relacionadas ao Ranking. No ciclo 2021- 2022, 143 municípios alcançaram 50% da pontuação necessária e serão certificados pelo programa. Organizações Rurais para uma Agricultura Sustentável - Instituição de Grupo Técnico de Organização Rural com 12 integrantes. Ministração de *Live* para o Município Agro com o tema: Conselhos e Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável, com 185 integrantes. Adaptação e disponibilização de modelos de documentos referentes ao tema: Conselhos e planos. Ministração de cursos e palestras abrangendo temas referentes a organização rural. 596 técnicos do quadro capacitados; 282 produtores, técnicos de prefeitura participaram de atividades, como excursões, feiras e entre outras, sobre associativismo e cooperativismo; 185 técnicos de prefeitura capacitados. Atendimentos de Ater. Número de atendimentos realizados pela CATI conforme o público.

Tabela 15 - Público atendido pela CATI

Beneficiário	Atendimentos	Público atendido
CATI	70.821	3.968
Ent. Não Govern.	2.876	1.161
Iniciativa Privada	10.768	5.011
Organização Rural	1.772	607
Poder Público	32.958	6.807
Produtor Rural	129.298	59.222
Produtor Urbano	6.512	3.094
Total	255.005	79.870

Fonte: Relatório de Atividades Diárias (RDA).

Considerando o total de atendimentos realizados pela CATI-255.005, com o público interno e externo, estes foram distribuídos em várias atividades, que foram agrupadas para facilitar a apresentação dos resultados.

Tabela 16 - Atividades desenvolvidas pela CATI

Grupo de atividades	Nº de atendimentos
Atendimentos (assessoria técnica, consulta, venda de sementes, inspeções, mapeamentos, levantamentos etc.)	143.868
Atendimentos Internos	27.155
Capacitação	13.162
Comunicação (falada, escrita e televisiva)	4.138
Emissão de documentos (laudos, declarações, receitas técnicas etc.)	23.629
Levantamentos estatísticos	15.494
Prestação de serviços	27.559
Total	255.005

Fonte: Relatório de Atividades Diárias - RDA.

Do total de atendimentos realizados pela CATI-255.005, com o público interno e externo, estes foramdistribuídos em várias áreas de demanda, que foram agrupadas para facilitar a apresentação dos resultados.

Tabela 17 - Áreas de atuação demandadas pela CATI

Grupo de Áreas demandadas	Atendimentos
Agricultura Urbana	142
Arborização urbana	474
Associativismo e Cooperativismo	1.763
Atividades Administrativas	18.395
Avaliação da	233
Cadeia produtiva	35.769
Climatologia	1.791
Conselhos	2.112
Convênios	7.739
Defesa	7.012
Demanda	4.140
Educação sanitária	52
Infraestrutura	1.202
Levantamentos	20.316
Meio ambiente	68.513
Microbacias II	590
Orientação Técnica	5.369
Plenária do	26
Políticas Públicas	54.963
Produção orgânica	1.915
Projetos Institucionais	16.043
Projetos Locais	3.014
Protocolos	2.714
Turismo rural	718
Total	255.005

Fonte: Relatório de Atividades Diárias (RDA).

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Gestão Territorial - Os seguintes levantamentos, realizados pela CATI, são utilizados pela APTA/IEApara elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas. Abaixo os levantamentos realizados. Levantamento Subjetivo paraprevisão de Safra - cuja finalidade é levantar dados de produção nos municípios, os quais servirão, principalmente, para checar os dados dos levantamentos Objetivos e para elaborar previsões e estimativas de safras de produtos que não constam no Levantamento Objetivo. LevantamentoSubjetivo de Preço Corrente - tem por objetivo levantar preços e valores correntes de fatores, insumose produtos agropecuários nas diferentes regiões do Estado de São Paulo. Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores - Informação dos preços dos produtos agrícolas pagos aos produtores rurais. Valor de Terra Nua - São levantados os valores da terra nua dos municípios do Estado de SãoPaulo, os quais são referências para o cálculo de alguns impostos como o ITR - Imposto Territorial Rural.

Tabela 18 - Dados inseridos no sistema do IEA

Dados digitados da Subjetiva de fevereiro a setembro	35.055
Dados digitados dos preços médios recebidos de janeiro a outubro	63.711

Agente técnico do FEHIDRO - A CATI atua como Agente Técnico no acompanhamento deempreendimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO desde 2004. Essa atuação faz parte do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo- SIGRH. Os Analistas da CATI no FEHIDRO - Portaria CDRS 19 de 29/11/202, acompanham 86 empreendimentos em execução, que juntos perfazem um volume de recursos aprovados de R$28.992.384,14, tendo havido um esforço coletivo dos 20 analistas para que a ação de conservaçãodos recursos hídricos paulistas ocorresse de forma efetiva com o devido olhar voltado ao rural de SãoPaulo. No período de janeiro a agosto, houve um aporte de R$ 138.129,22 ao FACATI devido a atuação constante dos analistas e o repasse de recursos pela atuação do órgão, tanto pelas liberações de recursos como pela taxa de comissão. Centro de Treinamento da CATI - O Centro de Treinamentoda CATI, é responsável pela organização, gerenciamento e apoio didático-pedagógico das capacitações do corpo técnico da Instituição e pela coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento dos produtores e trabalhadores rurais. Oferece oportunidade de estágio curricular obrigatório, não remunerado, para alunos de Instituições de Ensino Técnico e Superior - públicas e privadas, visando o aperfeiçoamento técnico-científico-profissional e a promoção da integração Instituição de ensino-comunidade, contribuindo para a implementação da missão da CATI. As atividades realizadas aconteceram de forma presencial e/ou virtual. Destas, o Centro de Treinamento certificou 172 atividades, atendendo ao processo de capacitação de técnicos e produtores.

Tabela 19- Atividades de capacitação certificadas: público externo e interno

Atividades	Quantidade
Adequação ambiental - CAR e PRA	36
Agricultura orgânica e Agricultura sustentável	8
Agroindústria	8
Agrotóxico	1
Apicultura e Meliponicultura	6
Aquicultura e Piscicultura	2
Áreas degradadas	4
Assistência técnica e extensão rural - ATER	3
Associativismo e Cooperativismo	7
Atividades CATI	5
Avicultura	3
Boas práticas de fabricação	2
Bovino de corte e leite	5
Conservação do solo e da água	4
Estradas Rurais	1
Exploração das espécies nativas	2
Fruticultura, Olericultura e Plantas medicinais	28
Grãos	9
Heveicultura	2
Município Agro – ciclo 2021/2022	11
Produtos de origem animal processados	14
Sanidade animal e vegetal	7
Suinocultura	2
Turismo rural	2
TOTAL DE ATIVIDADES REALIZADAS	172

Fonte: CETATE/CATI.

Tabela 20 - Público externo e interno capacitados

Público Capacitado	Quantidade
Produtores rurais e familiares	1.530
Público estratégico	7.231
Público operacional	5.407
Estágio curricular*	7
Participação em eventos técnico-científicos**	117
TOTAL PÚBLICO CAPACITADO	14.292

* 4 (quatro) estágios finalizados e 3 (três) estágios em andamento.
** Atividades realizadas por outras Instituições: 3 (três) participações em atividades virtuais e 114 participações em atividades presenciais. Fonte: CETATE/CATI.

Centro de Comunicação Rural - CECOR - O Cecor é a unidade responsável pela comunicação rural da CATI, englobando a editoração e formatação de materiais técnicos voltados tanto à rede quanto ao público, com textos adaptados para compreensão em geral. São publicações que obedecem às normas da ABNT e contam com ISSN - Boletins, Manuais, Documentos, Instruções Práticas, Impressos Especiais, Notas Técnicas, entre outros. Há alguns anos, o Cecor assumiu, também, a áreade assessoria de imprensa, e passou a elaborar reportagens, releases, roteiros de vídeo técnico para atender à demanda, além de textos para *folders, banners*, cartazes, convites e artes para eventos técnicos, capacitações ou lançamentos. Todas as atividades do Cecor caminham lado a lado e têm o intuito de promover a extensão rural no Estado de São Paulo e são executadas em parceria ou não com outros órgãos da SAA. Comunicar-se com nosso público em especial não significa apenas entregar um conteúdo em vários formatos, seja institucional ou técnico. Comunicação rural significatrabalhar junto aos técnicos para promover o desenvolvimento dos produtores rurais e suas atividades,fomentando os programas e projetos da instituição, a atualização dos técnicos e informando todo tipode público, seja rural ou urbano, na temática da agropecuária paulista. O Cecor, além de produzir material para a CATI, também atua no suporte à equipe de comunicação da SAA/SP, auxiliando na produção de vídeos, reportagens, releases e cobertura de eventos. Período contabilizado de primeirode janeiro a outubro. Redes Sociais - A CATI dispõe notícias e eventos no Instagram, Facebook e LinkedIn desde julho, quando retomamos os trabalhos nessa área. Mídias Sociais.

Tabela 21- Resultados no Instagram.

INSTAGRAM	Nº de pessoas
Pessoas alcançadas	9.058
Visitas ao perfil	3.019
Novos seguidores	697
Total de seguidores	2.194
Post com mais pessoas alcançadas: Homenagem Antônio Eduardo Sodrzeieski “Mamute”	1.200
Vídeo com mais pessoas alcançadas Luís Gustavo fala sobre análise do CAR na Estação deRegularização Ambiental da Agrishow	767
Total	16.935

Tabela 22 – Resultados no Facebook.

FACEBOOK	Quantidade	Unidade
Pessoas alcançadas	63.636	Pessoas
Visitas à página	3.635	Visitas
Novas curtidas na página	300	Curtidas
Visualizações de vídeo	6	Mil minutos
Total de seguidores	4.397	Pessoas
Post com mais pessoas alcançadas Aniversário de 55 anos da CATI	9.300	Pessoas
Vídeo com mais pessoas alcançadas Luís Gustavo fala sobre análise do CAR na Estação de Regularização Ambiental da Agrishow	1.875	Pessoas

Tabela 23 – Artes produzidas.

Artes	Quantidade
Artes produzidas	636
Reportagens	85
Releases	25
Atendimentos à Imprensa	75
Boletins e Levantamentos referentes à agrometeorologia	13
Total	834

Revisões em materiais diversos: reportagens, artes, manuais, boletins: 195 - Registros no Clipping, com as respectivas inserções no site em CATI na Imprensa: 617 - Publicações Técnicas - DocumentosTécnicos - DT - DT Diagnóstico da Percepção de Ocorrência de Javalis em Municípios Paulistas- 93p; DT Plantas Medicinais para Sistema Agroflorestal-SAF - 68p; DT Panorama da Fruticultura Paulista - 165p; DT Programa Cacau SP - Cacau no Estado de São Paulo: implantação e manejo em diferentes modelos de cultivo 105p; DT Circuitos Curtos Alimentares - 120p -em fase de produção; DT Compilação de Legislações para controle javali - em fase de produção - 130 p; Manual Técnico MT Município Agro - 64p; Guia Prático: Guia Prático de Plantas Medicinais e Aromáticas - 75p; Guia Prático - Controle Populacional do Javali - Conceitos e Princípios - em fase de produção; NotaTécnica: Identificação e manejo dos enfezamentos e das viroses do milho - 20p; Cartilhas: MunicípioAgro - 26p; *Folders:* Agro Legal - Programa de Regularização Ambiental PRA; Mel - Mais que um alimento; Cadastro Ambiental Rural CAR; Transição Agroecológica. Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - Feap; CATI Sementes e Mudas: Mudas Frutíferas; como plantar uma muda; Cereais e Oleaginosas; Cereais de Inverno; Milhos Variedade; Laboratório de Sementes e Mudas; Filipetas: Pró-Trator; PAA Cesta Verde; Laboratório Tietê. Participação - revisão, levantamento de informações e fotos - em livros históricos; SAA 130 Transformando Vidas; Parque da CATI- receberemos para editoração; Eventos: Dia de Campo de Cacau; Dia de Campo de Calagem e Conservação do Solo; Dia de Campo Avaliação de Campos de Milho e Soja; Dia de Campo Método Valpa e Conservação do Solo; Dia de Campo Estações Meteorológicas; Aniversário da CATI - 55 anos; Expo Coopercitrus - Barretos; Aniversário do Núcleo de Produção Fazenda Ataliba Leonel - CATI Sementes e Mudas - 64 anos; Dia do Agricultor - CATI Regional Campinas; IV Dia da Abelha. Núcleo de Som e Imagem - Período contabilizado de primeiro de janeiro a 17/11/2022. Youtube: 51 vídeos produzidos - Inscritos: 15.154 - Visualizações: 197.973 - Tempo de exibição: 16.557 horas - Vídeos mais visualizados: Dia campo calagem: 600 visualizações - CATI Sementes eMudas: 1.000 visualizações - Queijos Orgânicos: 800 visualizações - Regularização ambiental: 300 visualizações - Lives: 21 - 46 horas de exibição - 11.023 participantes - Demandas Ouvidoria - CATI2022. A CATI realizou atendimento via Ouvidoria de 207 demandas de janeiro a outubro de 2022. OCadastro Ambiental Rural é destaque nos pedidos de informações, sendo o assunto mais procurado. Em seguida, políticas públicas de acesso ao crédito. Segue abaixo planilhas mês a mês.

Tabela 24 – Demandas da Ouvidoria por mês.

Demanda Ouvidoria Cati Jan A Out 2022			
Meses	Cati Geral	Car	Total
Janeiro	6	20	26
Fevereiro	5	11	16
Março	8	12	20
Abril	6	24	30
Maio	6	10	16
Junho	0	13	13
Julho	2	20	22
Agosto	4	8	12
Setembro	1	28	29
Outubro	4	19	23
Total	42	165	207

Tabela 25 – Demandas da Ouvidoria por tema.

OUVIDORIA GERAL CATI Janeiro a Outubro 2022	
Informação	134
Reclamação	57
Denúncia	8

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Sugestão	1
Elogio	7
Total	207

Conservação do Solo, Água e Biodiversidade - Práticas de Manejo de Solo Sustentáveis para Mitigação das Emissões de Carbono. Houve a execução física de 14 projetos no Programa Integra SP - Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões, movimentando um total de R$ 337.150,25, recuperando um total de 1.201,45ha. Na linha do recém-lançado Projeto Integra SP - Berços D'água/Radge que visa a ampliação da política pública que o precedeu, recuperando a função hidrológica das propriedades rurais, houve a reserva de recursos para 52 projetos, que juntosmovimentarão R$1.269.468,00 do FEAP, e estão em fase de execução a campo, com ações físico/mecânicas de conservação do solo, recuperação de pastagens, e restauração florestal e ecológica do rural. Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuário. Já as ações rotineiras realizadas pela CATI, relativas às questões da regularidade das atividades rurais perante os órgãos ambientais, como a emissão das Declarações de Conformidade da Atividade Agropecuária-DCAA, para empreendimentos agropecuários no Estado de São Paulo. A DCAA é um documento que dispensa o licenciamento ambiental de algumas atividades agropecuárias em função de seu reduzido potencial poluidor, conforme disposto em Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC.

Tabela 26 - Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária válidas em 2.022.

Atividade	Qtde
Cultivo de espécies de interesse agrícola temporárias, semi-perenes e perenes;	33.290
Criação de animais domésticos de interesse econômico, exceto as atividades de avicultura, suinocultura, desde que estas não sejam de subsistência;	15.178
Apicultura em geral;	102
Reforma e limpeza de pastagens quando a vegetação a ser removida seja constituída apenas por estágio pioneiro de regeneração de acordo com a legislação vigente;	449
Projetos de irrigação;	406
Implantação ou regularização de poços rasos ou profundos e de estruturas para permitir a captação ou lançamento superficial em corpos d'água, bem como a regularização de barragens e travessias existentes destinadas a atividades agropecuárias, quando não implicarem supressão de vegetação nativa;	2.861
Atividade aquícola nos termos do Decreto nº 62.243, de 01 de novembro de 2016, que dispõe sobre as regras e procedimentos para o licenciamento ambiental da aquicultura, no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.	2.564
Bovinocultura de corte em confinamento com capacidade de criação menor ou igual a 5.000 indivíduos, nos termos do Decreto Estadual 63.296, de 21 de março de 2018;	290
Avicultura com capacidade de criação menor ou igual a 200.000 indivíduos, nos termos do Decreto Estadual 63.296, de 21 de março de 2018;	1.689
Suinocultura com capacidade de criação menor ou igual a 500 matrizes, nos termos do Decreto Estadual 63.296, de 21 de março de 2018.	126
Total	56.955

Fonte: CIAGRO e Assessoria de Manejo Conservacionista/CATI/SAA

Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - PRA - As Normativas elaboradas pelo Departamento foram: Resolução de procedimentos específicos SAA. Resoluções conjuntas SAA/SIMA: Acompanhamento da restauração; Análise de CAR, PRADA e PAA; Competências de análise; Regulamentação Artigo 68; Protocolo de monitoramento simplificado; Compensação de Reserva Legal em UC Federal; Regulamentação do CAR/PRA-gabinete SAA, Termos de Compromissos e Acordo de Cooperação Técnica com o Serviço Florestal Brasileiro-FIPCAR, Acordo de CooperaçãoTécnica com o Serviço Florestal Brasileiro e a SAA, com o objetivo ao controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento a partir da base de dados do Cadastro Ambiental Rural-CAR, Manual Técnico Operacional de Recomposição Florestal. Análise do CAR - Capacitação de técnicos da CATI para análise do Cadastro Ambiental Rural-CAR. A capacitação tem como objetivo treinar e capacitar técnicos da CATI para efetuar análises de CAR/PRA. Foi realizado o processamento de 405.110 cadastros junto ao sistema SICA/SP eanalisados via sistema dinamizado 372.534 cadastros.

Tabela 27 - Situação do Cadastro Ambiental Rural no Estado de São Paulo.

Dados Cadastro Ambiental Rural	Quantidade	Unidade
Área Menor Que 4 Mf 339.671 Cadastros	6.131.607,97	Há
Área Maior Que 4 Mf 51.171 Cadastros	15.242.534,20	Há
Total De Inscritos	405.110	Cadastros
Área Cadastrada	21.374.142,17	Há
Cadastros Em Análise Técnica	908	Cadastros
Cadastros Aguardando Análise	32.576	Cadastros
Cadastros Revisados E Aguardando Aceite Do Produtor	361.327	Cadastros
Cadastros Em Retificação Dinamizada	810	Cadastros
Cadastros Aguardando Análise Não Passível De Revisão De Dados	19.530	Cadastros
Cadastros Cancelados	6.374	Cadastros
Cadastros Analisados De Acordo Com A Lei 12.651/12	5617	Cadastros
Cadastros Em Análise	908	Cadastros
Cadastros Analisados E Aguardando Regularização Ambiental	5.198	Cadastros
Adesão Ao Progr.De Regularização Ambiental (Pra)	397.110	Adesão
Prada's: 2.762 Projetos	33.098,91	Há
Paa's: 469 Projetos	3.325,88	Há

Desenvolvimento de Sistema Informatizado de Gestão do Cadastro Ambiental Rural - SICAR, com o objetivo de proporcionar a todos os usuários do sistema, o monitoramento de todos os processos cadastrados na SAA, relacionadas ao CAR. O sistema já foi desenvolvido e está em operação. Incentivo à Sustentabilidade de Cadeias Produtivas - DEXTRU- Divisão de Extensão Rural - CCP- Centro de Cadeias Produtivas. Programa Milho+Sp - Abrangência: 15 Cati Regionais, 200 Municípios. Instalação De 6 Unidades Demonstrativas Na Safra De Verão, Com As Melhores Tecnologias Disponível Para A Cultura. Programa Ilpf - Sp - Técnicos Selecionados: 137- Capacitados/Atualizado 110 Técnicos Do Estado Em Ilpf Integração Lavoura Pecuária E Floresta. Propriedades Selecionadas 71 Em 37 Regionais Da Cati Em Um Total De 12.786 Hectares Instalados Ou Em Instalação Em Ilpf. Grupos Técnicos: - G.Ts - Estão Constituídos Junto Ao Gabinete Da Cati 20 Grupos Técnicos. Gestão Do Empreendimento Rural; Incentivo À Inspeção E Apoio Às Agroindústrias De Pequeno Porte; Organização Rural; Regularização Ambiental; Apicultura E Meliponicultura; Aquicultura E Pesca; Avicultura; Bovinocultura De Corte; Bovinocultura De Leite; Cafeicultura; Cana-De-Açúcar; Conservação Solo E Água; Fruticultura; Grãos; Heveicultura; Olericultura; Orgânicos E Agroecologia; Sociobiodiversidade; Suinocultura E Turismo Rural. Foram Realizados 16 Diagnósticos Temáticos pelos grupos técnicos acima descritos. Grupo Técnicode Orgânicos e Agroecologia - foi constituído no âmbito da CATI e tem o objetivo de assessorar o corpo técnico da CATI nos assuntos relacionados à cadeia produtiva de produtos orgânicos e à temática da agroecologia, objetivando melhorar os trabalhos de extensão rural junto aos produtores rurais do Estado de São Paulo. O Diagnóstico e Planejamento foi elaborado, contendo o Plano de Ação, com metas e responsáveis por ação. Foram realizadas 6 reuniões de trabalho do GT e outras 31reuniões com participação de membros do Grupo para abordagem de temas específicos relativos ao Plano de Trabalho, como organização de eventos e capacitações, apoio a regulamentações/elaboração de minutas, parcerias, acesso a mercados, entre outros. Foi realizado 1 encontro presencial para atualização das metas do Plano de Trabalho do GT e foram elaborados 14 Pareceres, abrangendo participação em eventos-afastamentos, Plano de Curso e projeto do FEAP. Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PLEAPO - é o principal instrumento da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica-Lei 16.684/2018 e visa agregar as variadas linhas de ações preconizadas por ela, estabelecendo os programas, ações e metas a serem implementadas pelo executivo. A primeira edição do Plano está sendo construída pelo governo com participação de diversas organizações da sociedade civil e do setor produtivo; conduzidos pelo Comitê Gestor-CGPLEAPO, instituído pelo Decreto nº. 66.508/2022 e Resolução 19/2022. O Comitê Gestor elaborou a primeira versão do PLEAPO por meio de processo participativo, contando com arealização de 9 Oficinas e 26 reuniões de trabalho para o acolhimento e posterior avaliação de propostas, submetendo-a à Câmara Setorial de Agricultura Ecológica - CSAE, para avaliação e aprovação. Esta última etapa ocorreu no mês de novembro. Protocolo de Transição Agroecológica- O Protocolo é um instrumento criado para apoiar e viabilizar o processo gradual de mudanças do sistema produtivo convencional para o orgânico, reconhecendo e atestando o esforço do agricultor namudança do padrão de produção.

Tabela 28 - Principais atividades relacionadas ao Protocolo de Transição Agroecológica/2022

AÇÕES	RESULTADOS
Análises dos *Checklist* e Planos de Transição recebidos dos técnicos/equipes de ATER	146 análises. 75 certificados emitidos para agricultores em transição e 39 declarações deadesão
Atendimentos de dúvidas e consultas diversas dos técnicos de ATER e dos parceiros do Protocolo	963 atendimentos aos parceiros do protocolo e técnicos de instituições deATER.
Ações de capacitação, sensibilização e comunicação (previstas no Protocolo)	428 participantes na capacitação sobre o SisRural e novo Protocolo de Transição Agroecológicas em 20/04/22 ministrada pela Equipe Executora doProtocolo de Transição Agroecológica, de forma online (organizada pela CATI) 276 participantes na capacitação sobre Transição Agroecológica em 09/11/22ministrada pela Equipe Executora do Protocolo de Transição Agroecológica, de forma online (organizada pelo CETATE e CATI) 23 participantes de capacitação sobre o Protocolo de Transição Agroecológicanos dias 17 e 18/11, ministrada pela Equipe Executora do Protocolo de Transição Agroecológica, realizado de forma presencial em Botucatu (organizada pelo CETATE e CATI) 10 palestras/aulas online ou presencial de sensibilização realizadas
Elaboração de minutas, formulários e procedimentos	Revisão do formulário do protocolo de transição agroecológica Publicação da Resolução SAA/SIMA/SJC n° 01 de 15 de fevereiro de 2022,atualizando o regramento do Protocolo

CATI Sementes e Mudas - A ação insere-se na estratégia de garantir ao agricultor familiar o acessoa sementes e mudas com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária, de melhor relação custo/benefício, visando à sustentabilidade da produção agrícola e sua inclusão social. O atual cenárioda produção de sementes no Brasil é de crescente oferta das espécies transgênicas. Em São Paulo, entretanto, a CATI, por meio da CATI Sementes e Mudas, opta por ofertar sementes do tipo variedade não transgênicas, de alto potencial produtivo adaptado as condições paulistas. Estas variedades têm sua importância tanto na agricultura convencional, como também na produção orgânica, onde os preceitos produtivos impedem o uso de quaisquer sementes modificadas geneticamente. A CATI Sementes e Mudas passou por um processo de ajuste de produção de sementes para alimentação básica como feijão, milho, trigo, triticale, soja convencional, sorgo, sorgo vassoura, aveia branca, aveia preta, girassol, painço, nabo forrageiro e feijão guandu. Devido à grande necessidade e procurapelos produtores rurais, a CATI Sementes e Mudas não paralisou nenhuma atividade durante a pandemia do COVID-19-entre 15/3/2020 a 31/12/2021, atendendo quase 12 mil produtores em suasunidades com fornecimento de mudas, sementes, assistência técnica e extensão rural para as áreas defruticultura, recomposição florestal, produção de sementes, grãos e outras diversas. Durante os anos de 2019 a 2022 a CATI Sementes e Mudas realizou a manutenção e aumento no banco de germoplasma e pomares de Matrizes das culturas de interesse comercial para a fruticultura erecomposição florestal no estado de São Paulo, demonstrando segurança alimentar e soberania para o produtor rural paulista na quantidade de cada variedade/cultivar de cada espécie disponível nas 5 unidades de produção de mudas, totalizando aproximadamente 20 mil plantas matrizes. Para atenderà crescente demanda dos agricultores familiares no segmento orgânico foi certificado pelo IBD área de 20 hectares na fazenda Ataliba Leonel onde são desenvolvidos trabalhos e testes de validação de novas tecnologias para atendimento aos agricultores. A nova sistemática de produção, concentrandoquase sua totalidade na Fazenda Ataliba Leonel, visa otimizar o custo de produção, o controle de sanidade e a manutenção da qualidade, consequentemente disponibilizando sementes com menor custo ao produtor. Para que a produção de sementes e mudas fosse possível e modernizada, houve investimentos nos dois últimos anos em aquisição de novos equipamentos e outros diversos, tais como Adequação de Armazém, construção de Cerca Paraguaia, aquisição de Empilhadeira, tratores,Execução do AVCB da unidade de Fernandópolis, Adequação e reforma do prédio do Núcleo de Mudas de Itaberá, Perfuração de poço artesiano, Aquisição de Caminhão VUC, Adequação dos viveiros de mudas nas unidades e Aquisição de contador automático de sementes. Em 2021 a CATI Sementes e Mudas deu continuidade no contrato de prestação de serviços de campo e trabalhos rurais, que possibilitará dar continuidade nas atividades de produção, por meio de disponibilização de 32 postos de trabalho em 9 unidades de produção de sementes e mudas, sendo 2 direcionados para as atividades e produção orgânica, contratação fundamental para as atividades do Departamento. Houve ainda a modernização da sistemática de plantio e colheita, realizada anteriormente com servidores daprópria CATI Sementes e Mudas, porém, com a aposentadoria de grande parte dos servidores, a disponibilidade de mão de obra foi significativamente reduzida, optando-se por terceirizar os serviços. O plantio da safra de verão e de inverno continua terceirizado contando com a colheita destas safras, agilizando as atividades com execução nos momentos mais adequados de umidade e utilizando equipamentos mais modernos que possibilitaram uma melhora significativa na quantidadee qualidade das sementes produzidas. O Laboratório Central de Sementes e Mudas - LCSM,responsável pelas análises da qualidade das sementes produzidas pelo DSMM, tem sua equipe capacitada para o uso e aplicação da ISO/IEC 17025:2017 e seu Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM foi renovado após auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em teste de comparação Inter laboratorial organizado pelo MAPA e testes de proficiência realizados pela International Seed Testing Association - ISTA obteve resultados satisfatórios, estando de acordo com os métodos e procedimentos adotados nos laboratórios nacionais e internacionais de análises de sementes. Foi feito investimento para reforma completa do LCSM, estando em andamento esta reforma. No período de 2019 a outubro/22, o LCSM processou e realizou 19.634 análises de sementes incluindo sementes certificadas produzidas pela CATI Sementes e Mudas, sementes genéticas produzidas pelo Instituto Agronômico de Campinas - IAC, amostras da fiscalização internacional do MAPA e atendimento aos produtores rurais, representando 15 mil

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

toneladas de sementes, equivalente a 750 mil hectares de produção e mais de 3 milhões de toneladas de grãos, cereais e outras culturas. O Centro de Mudas promoveu o Seminário de Fruticultura Subtropical e temperada, os demais eventos presenciais programados foram suspensos, devido a pandemia do Covid 19. Implantou dois experimentos de implantação de parreirais com estacas de uva, nos municípios de Socorro e Biritiba Mirim. Realizou em parceria com o Instituto Biológico um experimento com uso de trichoderma na produção de mudas de caqui. No período de 2019 a 2022 produziu 420 mil mudas de frutíferas enxertadas, representando mais de 700 hectares de frutas comerciais implantados no estado e 350 novos empregos gerados representando produção de mais de 17500 toneladas de frutas frescas. Produziu 800 mil mudas florestais nativas e frutíferas silvestres, representando mais de 720 hectares de mata atlântica e cerrado recuperados e 7460 toneladas de CO^2 capturados e neutralizados, contando ainda com fornecimentos aos produtores rurais de borbulhas, estacas e sementes para a propagação por enxertia das mudas frutíferas e nativas. O Laboratório de micropropagação de plantas de Tietê produziu no período de 2019 a 2022, o total de 55 mil matrizes de morango, equivalente a 13,75 milhões de mudas de morango e uma área de 340 hectares de morango com produção de mais de 12 mil toneladas de morango. Realizou limpeza de material e multiplicação nas culturas de morango, banana, mandioca, mandioquinha salsa, alcachofra e diversas outras. As unidades de mudas contam com banco de germoplasma de 220 espécies florestais nativas, 176 cultivares de 27 espécies frutíferas comerciais, implantando novas matrizes, sendo 10 clones auto compatíveis para o Projeto Cacau SP, 22 variedades para o Projeto Uva e Vinho SP e 13 variedades para o Projeto Frutas Vermelhas - Amora Preta, Framboesa e Mirtilo. As unidades de sementes, contando com o Centro de Produção Ataliba Leonel na dianteira da produção, produziram 2.460 toneladas de sementes, equivalentes a 123 mil hectares de plantio no estado de São Paulo e produção em torno de 492 mil toneladas de grãos, cereais e silagem. De acordo com as demandas dos produtores rurais a produção de sementes está sendo redirecionada para as culturas de Sorgo, feijão, amendoim, aveia e adubos verdes - Crotalaria, Feijão Guandu, Nabo forrageiro e diversos outros. A CATI Sementes e Mudas participaram ativamente na preparação e organização do estande da CATI e CATI Sementes e Mudas na AGRISHOW 2022, com exibição de equipamentos para análise de sementes, venda de mudas e exposição das diversas sementes. Segue tabela contendo o resumo dos produtos/serviços produzidos pela CATI Sementes e Mudas no período de 2020 a 2022.

Tabela 29 - Atividades da CATI Sementes e Mudas/CATI – Período 2019 a 2022

Produtos / Serviço	Quantidade
Sementes (kg)	2.460.000
Análises de Sementes (unidade)	19.634
Estoque de passagem de mudas 2022/23 (unidades) Mudas produzidas Matrizes de morango em unidades	348.500 1.192.000 55.000

FONTE: CATI Sementes e Mudas/CATI (posição nov/2022)

Protocolos de Boas Práticas Agropecuárias – PBPA - É uma ferramenta desenvolvida para facilitar odiálogo entre técnicos e produtores no diagnóstico, planejamento e execução de planos de ação visando promover o desenvolvimento racional da atividade agrícola e dos produtores rurais. O protocolo abrange as dimensões ambiental, administrativa, social, risco sanitário e produtiva da propriedade - cafeicultura, bovinocultura de leite, olericultura, fruticultura. As BPAs podem ser implantadas através da análise de diversos aspectos da propriedade seguidas de orientações para melhoria. Através desse Protocolo é possível uma orientação para análise dos aspectos ambiental, social, econômico e produtivo, classificando cada ponto analisado em uma escala de cores, seguido de recomendações técnicas que permitam uma sensível melhora no desempenho da atividade avaliada. Para a aplicação dos protocolos são utilizadas todas a atividades de ATER descritas no produto 1530, principalmente as capacitações e visitas técnicas, essenciais para a troca de experiências entre produtores e técnicos no sentido de melhorar a qualidade de vida e os sistemas produtivas da agricultura familiar paulista. Foram aplicados Protocolos de Boas Práticas Agropecuárias em 1.322 propriedades rurais, como consequência foram aplicados 4.027 PBPA.

Tabela 30 - Número de protocolos aplicados

Protocolo	Quantidade
Transição Agroecológica	34
Risco Sanitário	376
Gestão Ambiental	680
Gestão Administrativa &Econômica	803
Responsabilidade Social & Organização Rural	856
Fruticultura	180
Olericultura	165
Produção vegetal	765
Citricultura	41
Bovinocultura de Corte	50
Bovinocultura de Leite	56
Cafeicultura	21
Total	4.027

Fonte: SisRural (CATI), 30/11/2022.

Crédito Rural para expansão e investimento - O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar - FEAP/BANAGRO, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com base em estudos que apontam necessidades regionais no Estado de São Paulo, elabora e dispõe de diversas linhas de crédito, cujos recursos são destinados a apoiar programas e projetos amparados por tecnologias modernas e funcionais ou por necessidade de demanda do mercado consumidor, permitindo ao produtor diversificação e atualização de sua produção, visando à melhoria de sua renda. Em 2022, até o mês de novembro, contratamos operações de investimento amparadas nos seguintes Projetos: Projeto Agricultura Sustentável Paulista; Projeto Aquicultura e Pesca Sustentável Paulista; Projeto Produção Animal Sustentável Paulista; Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista; Projeto Pró-Trator e Implementos Agro SP. Esses projetos foram implementados exclusivamente para atender pequenos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas esuas Associações e Cooperativas de Produtores Rurais. Até o mês de novembro, foram liberadas 1.013 operações, totalizando um valor de R$ 148.378.788,88. No Custeio Emergencial Agro SP-FaseI até dezembro de 2021 foram liberadas 1.600 operações, totalizando um valor de R$ 116.334.461,00e na Fase II foram liberadas 791 operações, totalizando R$ 45.352.164,00. Já em 2022, ainda no Custeio Emergencial Agro SP - Fase I foram liberadas 36 operações, totalizando o valor de R$ 2.559.817,00 e na Fase II foram liberadas 5 operações, totalizando o valor de R$ 1.362.609,00. O valor total liberado no Custeio Emergencial Agro SP - Fase I e II, foi de R$ 165.609.051,00.

Tabela 31 – Crédito Rural para Expansão e Investimento - Executado

Programa		Ano	Nº Contratos	Valor Liberado (R$)
Cust. Emerg. I		2021	1.600	116.334.461,00
Cust. Emerg. II		2021	791	45.352.164,00
Cust. Emerg. I		2022	36	2.559.817,00
Cust. Emerg. II		2022	5	1.362.609,00
Proj. Agric. Sustentável		2022	150	18.123.894,59
Proj. Aquic. e Pesca Sust.		2022	15	2.363.984,00
Proj. Prod. Animal Sust.		2022	222	29.639.926,65
Proj. Desenv. Rural Sust.		2022	550	67.212.430,47
Proj. Pró Trator e Impl.		2022	249	54.044.374,17

Fonte: FEAP/Desenvolve SP

Subvenções aos produtores rurais - Na ação subvenção do Prêmio do Seguro Rural, até o mês de novembro, foram contratadas 11.712 subvenções, correspondente ao montante de R$ 69.742.756,87.O valor total destinado para subvenções do Prêmio do Seguro Rural foi de R$ 70,0 milhões, maior valor já liberado para essa modalidade nos últimos anos.

Tabela 32 - Subvenção do Prêmio do Seguro - Executado

Ano	N.º Subvenções	Valor Subvenções Pagas (R$)
2022	11.712	69.742.756,87

Fonte: FEAP/SUSER

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA, congrega as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação-PD&I, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Sob sua égide, sete Institutos de pesquisa desenvolvem tecnologias visando o aperfeiçoamento do setor agropecuáriocom soluções que aumentam a produtividade sem afetar o meio ambiente em sintonia com uma agenda ESG. Assim as ações dos sete Institutos que compõem a APTA - Agronômico - IAC, APTA Regional, Biológico - IB, Economia Agrícola - IEA, Pesca - IP, Tecnologia dos Alimentos - ITAL eZootecnia – IZ, são essenciais para a competitividade do agronegócio paulista e brasileiro tendo em vista que muitas de suas soluções são adotadas por todo território nacional. Além de produzir tecnologias para o setor, cinco desses institutos possuem cursos de Pós-Graduação avaliados pelo MEC-CAPES, modalidade stricto sensu, formando mestres e doutores para o mercado de trabalho. Em novembro, a APTA e seus Institutos promoveram o evento APTA de portas abertas no qual ao longo dos dias 18 e 19/11/2022 as unidades de pesquisas ficaram abertas para visitação e o público em geral pode ter contato com as áreas de pesquisas e com as tecnologias voltadas ao agronegócio paulista. Neste evento as pessoas estiveram nos parques das unidades de APTA conhecendo a sua infraestrutura e participando de várias atividades de integração com a pesquisa. Conforme dados doPrograma Plurianual-SIMPPA, até novembro, os sete Institutos de pesquisa que compõem a APTA-*ex* CATI/CDRS, estão conduzindo 464 pesquisas científicas e já registraram mais de 1.256 capacitações que beneficiaram mais de 205.600 pessoas, sendo cerca de 70% dessas visitantes nos museus do Instituo de Pesca-Santos e do Biológico-São Paulo. Os laboratórios dos Institutos da APTA processaram mais de 336.000 análises laboratoriais com 100% de atendimento da demanda. O Instituto de Pesca-IP realizou obras de revitalização e readequação de laboratórios e instalações depesquisas em todas as suas unidades, com investimentos substanciais para viabilizar pesquisas de excelência na área de pesca e aquicultura. Foi iniciado o projeto NPOP/FAPESP Pescado Para a Saúde, tendo como objetivo a promoção e o aumento do consumo de pescado, como uma alternativamais saudável para a população. Foi iniciado também o projeto Valoriza Pesca, no qual o IP participade TAC estabelecido pelo MPSP e MPF, no qual através de um olhar atento, humano e técnico irá analisar os aspectos sociais, ambientais e produtivos da pesca artesanal da Baixada Santista. Tem como objetivo recolher informações sobre a pesca artesanal, valorizar a atividade e gerar conhecimento ao poder público. Está em desenvolvimento o Projeto Petrechos de Pesca Perdidos noMar, que conta com amplo reconhecimento internacional, uma iniciativa inovadora no país que preconiza a Gestão Responsável e Sustentável dos Petrechos de Pesca. Foi aprovado o projeto Institucional Fapesp/Centro de Ciência para o Desenvolvimento-CCD, que foi intitulado Centro de Sanidade na Piscicultura: Soluções para combate às doenças emergentes na piscicultura: Diagnósticos, Vacinas e Seleção Genética. Focado em atacar os problemas sanitários da tilapicultura em São Paulo, serão desenvolvidos kits de diagnóstico rápido e vacinas de DNA para as duas principais doenças das tilápias e que incluem o desenvolvimento de probióticos, assim como ferramentas para o diagnóstico e identificação de patógenos que afetam a aquicultura paulista. Foi aprovado também pela FAPESP, em parceria com a Braskem, que conta com a participação de diversas instituições, para a criação do Centro de Engenharia em Plasticultura-CEP, que vai apontar caminhos sustentáveis para uma plasticultura contemporânea e gerando soluções práticas para atender aos produtores agrícolas, incluindo a aquicultura. O Centro de Pesquisa em Recursos Hídricos destaca-se pelas pesquisas voltadas à sustentabilidade das atividades de pesca, aquicultura e a conservação e preservação dos recursos hídricos de águas interiores. Neste sentido, destaca-se a continuidade no ano, do projeto Aplicação de metodologia alternativa para quantificação de cianobactérias em mananciais de usos múltiplos do Estado de São Paulo firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP. O projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira-PMAP-SP, disponibilizou 383 relatórios semestrais e anuais sobre a pesca marinha do Estado de São Paulo. Os dados de produção desembarcada, locais de pesca e valores de primeira comercialização, coletados em milhares de entrevistas alimentam a plataforma ProPesqWEB, sofisticado banco de dados público, gratuito e online que disponibiliza dados da produção pesqueira por município, por aparelho de pesca ou por espécie, considerado hoje uma referência nacional na área da estatística pesqueira. O PMAP é desenvolvido no contexto das condicionantes ambientais nas etapas 1 e 2 do Polo Pré-Sal na Bacia de Santos. Os resultados do PMAP-SP servem de base para a evolução do marco regulatório e ao desenvolvimento sustentável da pesca no estado, uma das missões do IP hoje viabilizada com recurso da Petrobras. Ainda se destacam os estudos na área da pesca continental e marinha, relacionados a espécies de peixes nativos do estado de São Paulo, incluindo seu estudo como alternativa para a piscicultura e para o repovoamento de rios, lagos e represas, assim como na elaboração de listas de espécies protegidas no estado, com especial atenção ao combate de espécies invasoras que ameaçam a vida aquática nos rios e lagos paulistas. Relevantes pesquisas estão em desenvolvimento relacionadas ao impacto da aquicultura sobre os recursos hídricos, assim como de nanopartículas e contaminantes microbiológicos do pescado e acompanhamento de eventos de mortalidade em massa de animais aquáticos em áreas de pesca ou cultivo de peixes. O cultivo de macroalgas marinhas vem sendo impulsionado pelo Instituto de Pesca no litoral paulista, como uma atividade inovadora com grande potencial de desenvolvimento. O Instituto de Pesca mantém a representação da SAA em diversos colegiados e Conselhos Gestores da Áreas de Proteção Ambiental Marinha em todo litoral paulista, assim como participa de diversos grupos de trabalho relacionados à estruturação das atividades das cadeias produtivas de Pesca e Aquicultura, às questões ambientais correlatas aos corpos hídricos do estado onde ocorre produção de alimentos e da evolução do marco regulatório que rege a pesca e aquicultura no estado. Estão sendo desenvolvidas pesquisas relacionadas ao melhoramento genético de trutas e tilápias, além da manutenção de matrizes de peixes nativos e diversas espécies de interesse para o cultivo. As principais linhagens de tilápias estão sendo melhoradas nas unidades do instituto de Pesca; as principais linhagens de macroalgas são mantidas

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

na Unidade em Ubatuba e o Núcleo de Referência de Pesquisa em Salmonicultura de Campos do Jordão realizou a manutenção das quatro linhagens comerciais e três experimentais. Com toda sua experiência no monitoramento da pesca, continental e marinha, e caracterização socioeconômica, o Instituto de Pesca tem atuado junto a Fundação RENOVA que atua na análise dos danos causados pela onda de rejeitos oriundos do rompimento da barragem da mineradora VALE em Brumadinho/MG. Na área de aquicultura sustentável, o Centro do Pescado Continental do Instituto de Pesca vem desenvolvendo novas tecnologias de produção mais eficientes, rentáveis e com potencial de certificação. Foi desenvolvido o projeto: Avaliação do desempenho de tilápias alimentadas com rações suplementadas com insetos comestíveis, buscando acesso a fontes alternativas de proteínas em sistemas de produção de peixes. O projeto Captura de peixes nativos: análises genéticas, reprodução e avaliação de aspectos sanitários está realizando a coleta de matrizes de várias espécies de peixes nativos de interesse à reprodução em cativeiro. A revista científica do Instituto de Pesca - Boletim do Instituto de Pesca-BIP, comemorou seus 51 anos de existência com importantes conquistas, consolidando-se como a principal publicação nacional no tema, com fator de impacto crescente. Dentre os eventos realizados pelo Instituto de Pesca, podemos destacar pela sua relevância no cenário nacional o XI AQUISHOW, realizado nas instalações do Instituto em São José do Rio Preto e o IX SIMCOPE - Simpósio de Controle de Qualidade do Pescado. Além de participações importantes no International Fish Congress & Fish Expo Brasil 2022 em Foz do Iguaçu e da realização do inovador Agrifutura Pescado durante Seafood Latin America 2022. O Museu de Pesca, em Santos, recebeu até o momento, 49768 visitantes e realizou 14 eventos. No quesito análises laboratoriais foram realizadas aproximadamente 4.649 ensaios. Atendimentos a usuários no período, entre visitas pessoais e atendimentos online foram mais de 3.209 pessoas entre produtores e pessoas em geral. Foram mais de 35 apresentações de trabalhos em eventos científicos e 29 artigos científicos publicados no período em revistas nacionais e internacionais. Assessorias variadas, análises de projeto, parecer técnico institucional, defesas de teses foram mais de 170. Emissão de relatórios técnicos mais de 27. Matérias e entrevistas para imprensa foram mais de 49. O Instituto de Economia Agrícola - IEA atua diretamente nas ações da SAA no acompanhamento do mercado de produtos e insumos das diversas cadeias do agronegócio paulista. No âmbito da Ação SERVIÇOS TECNOLÓGICOS ESTRATÉGICOS, até 17/11/2022, 926.171 consulentes do site do IEA solicitaram planilhas eletrônicas-cerca de 3 mil consultas ao dia. Os assinantes pagos do banco de dados do instituto geraram receita de R$18.756,19, ou seja, incremento de 17,82% frente a 2021. Adicionalmente, indicadores de impacto do Programa 1317, calculados pelo Instituto de Economia Agrícola-IEA, mostram que a estimativa preliminar do valor da produção agropecuária-VPA, do Estado de São Paulo - lavouras e explorações animais - atingirá aproximadamente R$145,00 bilhões -dado estimado. Em termos reais, espera-se crescimento de 10,0%, relativamente ao contabilizado em 2021. O IEA disponibilizou mensalmente os resultados da Balança Comercial do Agronegócio Paulista e Brasileiro. Contabilizando os nove primeiros meses, projeta-se para o ano exportações do agro paulista acima de R$25,6 bilhões-cenário provável, ou seja, expansão de 33% frente ao ano anterior. O saldo cambial das trocas do agro paulista com o exterior poderá superar os US$20 bilhões. O IEA, em parceria com a CATI, disponibilizou cinco previsões e estimativas da safra paulista, uma previsão de produção animal, além das estatísticas de preços agrícolas-pagos, recebidos mensal e boletim diário, atacado e varejo, preços de terra, salários rurais, quantidade colhida por homem/dia e o valor pago ao trabalhador. A Instituição também disponibilizou o Valor da Produção Agropecuária Paulista e Regional que tem por finalidade mostrar o desempenho da atividade agropecuária, apresentando o ranking dos produtos, evoluções e corresponde ao faturamento bruto da cadeia de produção. Foi realizada atualização dos dados estatísticos de preços de terras no aplicativo-Calculadora do Valor Venal da Terra Nua, desenvolvido pela Instituição, que é utilizado para o Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doação no Estado de São Paulo. Em 2022, o número de acessos foi de 107.864, auxiliando na arrecadação estimada de R$ 1,55 bilhão. Ademais, a maior parte dos municípios paulistas se beneficia de dezenas de milhões de reais, decorrentes do trabalho desenvolvido pelo IEA, pois para eles destina-se o ITR e o ITBI calculado sobre os preços publicados pela instituição. O IEA com parceria da CNA manteve o acompanhamento e divulgação mensal do índice de borracha natural empregado nas transações entre heveicultores e as usinas de processamento do látex. Além da borracha natural, levantamentos estatísticos realizados pela CDRS, em conjunto com o IEA, para elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas para a área Levantamento Subjetivo para Previsão e Estimativa de Safras Agrícolas, cuja finalidade é levantar dados de estatísticas de produção nos municípios para elaboração dos relatórios de previsões e estimativas de safras agrícolas e dos preços -pagos, recebidos, atacado e varejo. Esse conjunto de levantamentos resultou no preenchimento de 9.353 questionários on line até 25/11/2022, estimando-se que alcance os 12.588 mil até o final do ano. O IEA deu continuidade aos seminários quinzenais de forma on line, realizando 9 seminários no ano, com 1.552 visualizações pelo site do YouTube da SAA. O IEA executou o Programa Rotas Rurais concedendo a necessária mobilidade em espaços rurais onde há a carência de instrumentos que viabilizem o acesso às propriedades rurais e o deslocamento de pessoas, produção, insumos, serviços de emergência, segurança, entregas e outros. A ausência desses instrumentos compromete aqualidade de vida, as atividades socioeconômicas e o pleno exercício da cidadania pelas populações rurais. Visando solucionar essa lacuna, foram construídos instrumentos capazes de solucionar essa problemática tomando como apoio tecnologias da informação e de geolocalização reunidas em uma única plataforma de acesso remoto. As aplicações envolvem a atribuição de endereço codificado, disponibilização de mapas logísticos e roteadores interativos que permitirão a rápida localização da propriedade rural e suas rotas de acesso. Até meados de novembro, o trabalho foi concluído até o momento em 617 municípios paulistas, incorporando ao mapa de estradas rurais 55,2 mil km até então não mapeadas. A partir de março, com a reabertura da fanpage do IEA no Facebook e a abertura de perfil institucional no Instagram, o Grupo de Trabalho Divulgação Científica ampliou os canais de transferência de conhecimento utilizados pela instituição, com o objetivo de disponibilizar de forma mais rápida a informação científica, ampliar o número de usuários dessa informação, inserir-se num novo contexto digital e auferir maior competitividade da instituição no ambiente da economia agrícola. Entre março e julho, as ações desenvolvidas originaram 592 conteúdos disponibilizados nas redes sociais, sendo 153 postagens em feed e 439 stories, ou seja, média de três conteúdos diários inéditos para divulgação dos resultados de pesquisa e outros assuntos realizados pelo IEA. Seguem a página do IEA: 563 no Instagram e 302 no Facebook. Nessa mesma data, o alcance acumulado da página do Facebook era de 16.371 pessoas e no Instagram, de 7.385-alcance é o número de pessoas que visualizaram algum conteúdo da página ou do perfil. As páginas receberam 1.139 e 2.861 visitas, respectivamente, no acumulado do ano. Também houve participações institucionais no Encontro Brasileiro de Divulgadores de Ciência; no 10º Congresso Brasileiro de Ciência e Saberes Complementares e durante as festividades dos 80 anos do IEA a organização do evento: Desafios e Potenciais da Sócio biodiversidade no Estado de São Paulo, envolvendo técnicos, pesquisadores e agricultores familiares de todo o território paulista, contou com 60 inscritos. Integrando a pesquisa-APTA, IPA, extensão-CATI, governo-CONAB, foi possível aprofundar as demandas desse segmento no Estado e traçar diretrizes conjuntas para próximas atividades-cálculo do custo de produção, margens de comercialização, produção e preços, etc... O Instituto de Zootecnia-IZ, trabalhou intensamente em pesquisas voltadas para trazer soluções e inovações para diversos setores da produção animal. O ano foi expressivo para o setor da pecuária de corte com a aprovação pela FAPESP do projeto de criação do Centro de Ciência para o Desenvolvimento da Neutralidade Climática da Pecuária de Corte em Regiões Tropicais-CCD/IZ - projeto de pesquisa articulado internacionalmente e executado por equipes de Institutos de Pesquisa, Universidades, Instituições de Ensino Superior, Empresas e Organizações Não Governamentais. O Centro de Ciência para o Desenvolvimento da Neutralidade Climática da Pecuária de Corte em Regiões Tropicais está estruturado na criação da plataforma tecnológica para intensificação do sistema produtivo de bovinos de corte visando a neutralidade de carbono do sistema, baseados em plataformas de pesquisa de mensurações com objetivo geral de determinar as emissões e estabelecer estratégias de mitigação de gases de efeito estufa, em sistemas de produção de bovinos de corte. Ainda, as pesquisas em bovinocultura de corte possibilitaram a classificação de animais superiores em características de importância econômica e fomentar o uso destes como reprodutores em rebanhos de corte, promovendo o melhoramento genético e agregação de valor de animais do IZ e de pecuaristas parceiros. O IZ continuou o trabalho de seleção para peso pós-desmame e a disponibilização para o setor pecuário de reprodutores, matrizes, doses de sêmen e embriões melhorados de raças Zebu e Caracu. O IZ apresentou no evento Expogenética 2022 touros e matrizes e lançou o Sumário de Touros e Matrizes Nelore 2022 do Programa de Seleção para Peso ao Sobreano. Diversos trabalhos de relevância têm sido conduzidos da pecuária. No Laboratório de Fermentação e Nutrição de Ruminantes desenvolvidos projetos de parceria público-privada, avaliando aditivos alimentares e ingredientes alternativos para dietas de bovinos de corte, visando melhoria da utilização dos nutrientes; no Laboratório de Fenotipagem de Metano Entérico foram realizadas avaliações da emissão de metano individual em bovinos; no Laboratório de Genômia Animal foram realizadas pesquisas e análises moleculares de bovinos da raça Caracu visando identificar genes diferencialmente expressos e vias metabólicas associadas com estresse térmico, eficiência alimentar, resistência e ao carrapato Rhipicephalus-Boophilus- microplus. Também foram realizadas análises moleculares para genotipar ovinos da raça Santa Inês com o objetivo de seleção para resistência às verminoses gastrointestinais. Na área de pecuária leiteira projetos de pesquisa com monitoramento da qualidade do leite bovino e bubalino junto a produtores das regiões de Piracicaba, Franca e Itapetininga envolveram a análise de 1,2 milhões de litros de leite bovino e 700 mil de litros de leite bubalino. Neste contexto as pesquisas no IZ foram direcionadas para as áreas de produção higiênica, nutrição aliada com custo de produção e terapias alternativas para controle da mastite. Destaca-se o desenvolvimento de terapias alternativas em controle de mastite, uma entrega tecnológica disponibilizada pelo IZ disponibilizou em 2022. O setor ainda se aproveitou do rebanho experimental para transferi conhecimentos a alunos de graduação que visitaram ou participaram de demonstrações práticas da teórica. O Setor de Avicultura do Instituto de Zootecnia ampliou suas instalações, com a inclusão de um módulo para pesquisa com aves em cria/recria, e com a Vitrine Tecnológica, um espaço para divulgação e demonstração das tecnologias desenvolvidas no setor. No Setor de Suinocultura pesquisas possibilitaram a identificação de problemas causados por microtoxinas-fungos, na saúde e bem-estar de leitões desmamados. A Unidade de Ovinos do Instituto de Zootecnia ampliou suas pesquisas na área de Eficiência Alimentar e utilização de planta não convencionais da alimentação de ovinos. Um importante termo de cooperação foi assinado entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo/Apta/IZ/Unidade de Ovinos com a Associação Brasileira de Criadores de Ovinos Dorper e White Dorper-ABC Dorper, para serem realizados testes de eficiência alimentar para seleção de reprodutores e matrizes da raça. A 1ª Prova de Eficiência Alimentar em Ovinos da raça Dorper foi realizada no IZ com resultados de impacto para a ovinocultura paulista e nacional, através da seleção por característica de grande impacto econômico. A utilização de plantas não convencionais na alimentação animal também foi alvo de pesquisa pelo setor, com foco na sustentabilidade, tanto em termos de melhor aproveitamento de insumos convencionais, diminuição de custos de produção, diminuição de resíduos no ambiente e na carne e mitigação de gases de efeito estufa. Com o mesmo propósito de produção sustentável, alternativas de controle de nematódeos gastrintestinais de ovinos sem o uso de quimioterápicos também foram desenvolvidas, com resultados promissores para serem transferidos aos produtores. O Instituto de Zootecnia inovou com o uso de biotecnologias da reprodução de bubalinos, com destaque para a Transferência de Embriões em Tempo Fixo-TETF. No âmbito da utilização desta técnica, o Núcleo Regional de Pesquisa de Registro obteve a primeira fêmea oriunda de embrião sexado. A produção *in vitro* dos embriões consistiu na utilização de óvulos de búfalas com alto valor genético fecundados com sêmen de búfalos - cromossomos femininos obtidos pela técnica de sexagem reversa - com PTA positiva para a produção de leite. Este trabalho é resultado da parceria com a USP e com a iniciativa privada. Sistemas Integrados de Produção Agropecuária-SIPA, também estiveram no foco das pesquisas do IZ com a consolidação da infraestrutura de pesquisa em Ribeirão Preto, entre elas, o Setor de experimentação de ruminantes jovens, com equipamentos de medição automática de consumo de água, alimento e pesagem do animal; curral de manejo racional para garantir bem estar animal durante o manejo; sistema de cerca elétrica em piquetes experimentais; modernização da frota e implementos agrícolas específicos para a produção agropecuária além da infraestrutura para Aquicultura para implantação do sistema *Aquapec.* O IZ se manteve como referência no desenvolvimento de metodologias para as detecções das variantes alélicas A1 e A2 do gene da beta-caseína, o que possibilita detectar pequenas quantidades de alelos A1 em amostras A2, como forma de detecção de contaminações. Essas metodologias, desenvolvidas pelo Laboratório de Genética, permitem aos produtores colocar esses produtos no mercado com autorização do MAPA, o que trouxe grande benefício para a cadeia de produção de lácteos. Da mesma forma foram desenvolvidos testes para detecção de contaminação de leite e produtos lácteos de bubalinos, caprinos e ovinos por leite bovino. Hoje, o Laboratório está capacitado a receber qualquer leite e produto lácteo das espécies bovina, bubalina, caprina e ovina e verificar a pureza ou não dos produtos ou se apresentam realmente a composição que está declarada no rótulo quando o produto é um blend. Este trabalho traz grandes benefícios como possibilidade de fiscalização pelos órgãos competentes, agregação de valor e saudabilidade aos produtos comercializados. Na área de pastagens o IZ ampliou estudos para o lançamento de materiais genéticos de gramíneas e leguminosas forrageiras do Banco Ativo de Germoplasma-BAG, em parceria com a iniciativa privada, buscando novos materiais para atender a demanda de empresas e produtores rurais, contribuindo para a evolução do setor de sementes forrageiras e oferta de cultivares para pecuária nacional. Outras parcerias com a iniciativa privada também ocorreram, com destaque na parceria com *startups* para geração de bioprodutos ligados à sustentabilidade ambiental da produção agropecuária. A busca pelo desenvolvimento e inovação também foi uma constante em todas as ações promovidas pelo IZ, que por meio de seu Núcleo de Inovação Tecnológica intermediou a efetivação de 14 novos contratos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação-PD&I e Prestação de Serviços Técnicos Especializados com aporte de recursos de R$ 1.217.957,98, recursos captados em prol do desenvolvimento de novas soluções para o agronegócio paulista e brasileiro e, que impactam as áreas de Bovinos de Corte e Leiteiro, Avicultura, Suinocultura, Ovinocultura e Sistemas Integrados de Produção Agropecuária. No âmbito de ações de capacitação e divulgação de pesquisas a Pós-graduação em Produção Animal Sustentável do Instituto de Zootecnia realizou, em parceria com a Pós-graduação em Agroecologia do Instituto Federal do Espírito Santo-campus de Alegre, o 1º Simpósio Internacional Avanços da Sustentabilidade Agropecuária, com participação de palestrantes do Brasil, Portugal, México e Estados Unidos e, ouvintes de todas as regiões do Brasil. Com mais de 80 inscritos e também mais de 80 resumos recebidos de pós-graduandos e pesquisadores de diversas instituições de pesquisa e ensino, o evento teve como objetivo transferir e atualizar conhecimentos na Sustentabilidade Agropecuária mundial. Dentre os resumos aprovados, 4 foram premiados oriundos de projetos desenvolvidos nas dependências do Instituto de Zootecnia, decorrentes de projetos de dissertação do curso de Pós-graduação em Produção Animal sustentável do IZ. O Instituto de Zootecnia participou ainda em 2022 do 16º CIIC - Congresso Interinstitucional De Iniciação Científica - Realizado Em Campinas, coordenado pelo IAC, formato online. No evento o IZ teve participação de alunos do

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC do CNPq, vinculados ao IZ. Foram apresentados no evento 14, sendo 11 apresentados na forma de Posters e 3 no formato oral. Durante as comemorações dos 135 anos do Instituto Agronômico-IAC, foi lançada a cultivar IAC Citral 1 de *Lippia alba*, a primeira cultivar no mundo resultante de melhoramento genético. A cultivar IAC Citral 1 foi registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, tendo de forma inédita os descritores da espécie. A novidade irá atender ao mercado crescente de plantas aromáticas e medicinais, chá e óleos essenciais. Em mesma data foi lançado nova edição do Boletim 100 - Recomendações de calagem e adubação para as principais culturas agrícolas do Estado de São Paulo. Esta nova edição traz recomendações de adubação e calagem para o manejo de cerca de 130 culturas visando à produção com qualidade, lucratividade e sustentabilidade ambiental. A obra é apoiada em conhecimentos científicos consolidados, elaborados por 127 cientistas e técnicos do IAC, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios-APTA e de outras unidades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, além da participação de profissionais de universidades e empresas, reunindo conhecimentos e experiências para atender às necessidades da moderna agricultura brasileira. Em junho do presente ano foi lançada a Plataforma Bluein - Plataforma Aberta IAC de Soluções para o Agro, criada para ser um ambiente inovador e para fomentar parcerias entre o Instituto Agronômico e empresas, produtores rurais, entidades privadas, startups e/ou novos potenciais empreendedores do Agro. A Bluein facilita a aproximação e possibilita que se identifiquem as nossas competências em cada uma das áreas de pesquisa, com acesso mais fácil às tecnologias e aos serviços oferecidos pelo IAC-https://bluein.iac.sp.gov.br/. Foram disponibilizados cinco novas cultivares de cana; esses novos materiais apresentam superioridade de 12 a 27% em relação à variedade padrão observada em ampla rede experimental, considerando produtividade e longevidade. Destacam-se pelo alto teor de sacarose, aumento de longevidade dos canaviais, possibilidade de longo período de colheita e adaptação a diversas regiões canavieiras do Brasil e distintos tipos de solo e clima, além de seis cultivares de batatas-doces ornamentais, lançadas pelo Programa de Melhoramento Genético de Raízes e Tubérculos, trazendo inovação para este setor. O Centro de Citricultura-IAC recebeu, recentemente, certificação nível Ouro da FSA-*Farm Sustainability Assessment*, para o campo experimental e estufas. A certificação destaca a capacidade do centro de pesquisa em fomentar a confiança no trabalho criativo para a indústria de cítricos e consumidores. O desenvolvimento deste projeto criou uma oportunidade para integrar ações em um novo ambiente de pesquisa e inovação capaz de entregar soluções baseadas em ciência e colaboração para promover a sustentabilidade agrícola. No Centro de Citricultura foi realizada a 43ª Semana da Citricultura. Considerada a maior feira citrícola da América Latina, a Expocitros reúne, há mais de 40 anos, especialistas e profissionais da área, como produtores, administradores de propriedades, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, pesquisadores, professores e estudantes vindos de todo o Brasil e exterior. Também reúne um grupo seleto de empresas dedicadas ao agronegócio de citros que, por meio da interação proporcionada, encontram importantes clientes interessados em seus portfólios. O evento recebeu cerca de 60 expositores dos diferentes setores de atividade da cadeia de produção e consumo de frutas e suco cítrico. Durante o evento foi lançada pelo IAC a Vitrine tecnológica de variedades copa de citros. Foi divulgado pelo IAC Método para análise de resíduos em vestimentas de proteção para agrotóxicos, um método inédito para analisar a contaminação em vestimentas usadas por trabalhadores rurais. A técnica e o laudo final dos estudos serão compartilhados com países do Consórcio Internacional de Equipamentos de Proteção Individual na Agricultura, onde o Brasil é representado pelo IAC. O QUEPIA - Programa IAC de qualidade em equipamento de proteção individual na agricultura tem por objetivo pesquisar e desenvolver a qualidade dos EPIs utilizados na aplicação de agrotóxicos e os trabalhos começaram pela avaliação e desenvolvimento da qualidade das vestimentas de proteção. Trata-se de uma certificação de qualidade concedida somente a fabricantes de vestimentas protetivas agrícolas membros do programa, que submetem seus produtos a testes e ensaios realizados com base em normas da ISO. Ao longo dos 135 anos de atuação em pesquisa, o Instituto Agronômico tem avançado significativamente na disponibilização de cultivares com características especiais ao setor de produção, resultado de seu valioso patrimônio genético, sendo pioneiro na introdução e no início do melhoramento genético da maioria das culturas do agronegócio brasileiro. Em 2021 foram registradas 19 cultivares no RNC/MAPA e cinco foram protegidas no SNPC/MAPA e, em 2022, outras 24 foram registradas e uma protegida. Ao todo, são mais de 1.150 cultivares desenvolvidas com o melhoramento de mais de 104 espécies agrícolas; desde o lançamento do primeiro cultivar IAC - algodão IA-7387, ocorrido em 1932, o Instituto desenvolveu, em 90 anos, o expressivo número médio de 12,7 cultivares por ano ou um cultivar por mês. A APTA Regional é uma Instituição de pesquisa e desenvolvimento com unidades espalhadas por grande extensão do Estado de São Paulo estando presente em 18 municípios: Adamantina, Andradina, Assis, Bauru, Brotas, Colina, Gália, Itapetininga, Marília, Monte Alegre do Sul, Pariquera-Açu, Pindamonhangaba, Pindorama, Piracicaba, Presidente Prudente, São Roque, Tietê e Ubatuba. Ao longo de 2022, a unidade conduziu cerca de 50 projetos de pesquisa, 7.919 eventos de capacitação e seus laboratórios processaram 14.420 análises laboratoriais.

Tabela 33 - Áreas estratégicas e número de pesquisa em andamento na APTA Regional em 2022

Áreas estratégicas	Pesquisas	%	% Acumulada
Sustentabilidade alimentar	14	28,0%	28,0%
Desenvolvimento regional	9	18,0%	46,0%
Segurança alimentar e nutricional	8	16,0%	62,0%
Tecnologia da Produção	6	12,0%	74,0%
Agricultura familiar	4	8,0%	82,0%
Agroenergia/Manejo e tratos culturais	4	8,0%	90,0%
Produtos e processos inovadores	2	4,0%	94,0%
Defesa fitossanitária	1	2,0%	96,0%
Produção orgânica	1	2,0%	98,0%
Reprodução Animal	1	2,0%	100,0%
TOTAL	50	100%	

Como destacado a APTA Regional atua em 18 municípios paulistas e cada unidade tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do agronegócio paulista. Os 10 principais destaques das pesquisas das unidades da APTA Regional em 2022 estão elencadas abaixo, chamando a atenção paraque não se limitam ao aqui reportado. Boi 777 - URPD Colina. Protocolo de produção de carne bovinavoltado para a obtenção de carcaças maiores, mais pesadas e em menor tempo, sendo o ganho de 7 arrobas-105 kg, em cada uma das fases de cria, recria e terminação obtendo um animal de 21 arrobas.Cavalos de combate BH - URPD Colina. Desenvolvimento e manutenção de material genético de equinos utilizados por forças de segurança pública-polícia militar. Programa Jumento Nacional- URPD Colina. Desenvolvimento e manutenção de material genético de asininos. Melhoramento do Nelore Mocho-2022 - URPD Andradina - URPD Tiete. Programa de melhoramento genético de animais nelore visando a produção de carne. Rede APTA Regional de ILP e ILPF - Rede 2020, 15 anos de estudos - Parceiros envolvidos: URPD Tiete; URPD Brotas; URPD Adamantina; URPD Colina; URPD Assis; URPD Andradina; URPD Pindamonhangaba; URPD Itapetininga e CATI Ataliba Leonel. Criação de uma vitrine tecnológica ILPF de carne & couro. Foi criado um sistema depiquetes em 10 hectares de eucaliptos para boas práticas e bem-estar de bovinos de corte em pastejo rotacionado e semiconfinamento, para validação e difusão da Entrega Tecnológica Valoração do Couro & Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos. Programa Oliva SP - 2011 - URPD Piracicaba. O objetivo geral do estudo é obter informações sobre a fenologia das oliveiras na propriedade, buscando informações para o entendimento do florescimento, pegamento e desenvolvimento dos frutos,prosseguindo até a curva de maturação dos frutos, com determinação do ponto ótimo de colheita no qual há o máximo rendimento de azeites nos frutos e máxima qualidade fenólica. O conhecimento desses fatores limitantes a produtividade da cultura, rendimento e qualidade de azeite trarão informações para o futuro manejo dos olivais, e tomada de decisões quanto as melhores épocas de colheita para cada situação. Rede APTA Regional de Agroecologia - 2022 - Parceiros envolvidos: URPD São Roque; URPD Andradina; URPD Presidente Prudente; URPD Pindorama; URPD Pindamonhangaba, URPD Piracicaba; URPD Monte Alegre do Sul e URPD Ubatuba. GECCA- Cachaça de alambique Paulista-2006 - URPD Bauru; URPD Piracicaba; URPD Monte Alegre do Sul.Refloresta SP - 2022 - URPD Pindorama; URPD Monte Alegre do Sul; URPD Pindamonhangaba, URPD Presidente Prudente, URPD Adamantina, URPD Brotas, URPD Bauru, URPD Tiete; URPD Pindorama; URPD Colina; URPD Itapetininga. Programa Banana - 1980 - URPD Pariquera-açu. São estudos de desempenho agronômico, produtivo e pós-colheita de clones do subgrupo Cavendish e Prata nas condições edafoclimáticas do Vale do Ribeira, SP. O uso de biotecnologia tem permitido avanços nos estudos genéticos da bananeira, principalmente por meio de técnicas como engenharia genética, indução de mutações, variação clonal, hibridização e poliploidia, que podem ser utilizadas para superar as barreiras da esterilidade natural encontradas em algumas cultivares. O Instituto de Tecnologia de Alimentos-Ital lançou o *hub* de conteúdo Indústria de Alimentos 2030, que consolidae disponibiliza periodicamente, de maneira organizada e acessível, informações oficiais de empresas em tópicos considerados estratégicos para a promoção da saudabilidade dos alimentos e sustentabilidade do sistema alimentar. Inicialmente envolvendo 33 empresas, o *hub* dá continuidadeà publicação de mesmo nome, de 2020, que abrangia 17 empresas. Também foi lançada a publicação Bolos Industrializados e estão programados outros dois lançamentos da série Alimentos Industrializados 2030 até o fim do ano: Amendoim Industrializado e Chocolate Industrializado. Em relação à modernização e ampliação de sua infraestrutura dentro do Programa de Metas do Governo de SP, o Ital reformou o Laboratório de Desenvolvimento e Caracterização de Partículas do Centro de Tecnologia de Cereais e Chocolate - Cereal Chocotec, que foi ampliado, e a Planta de Processamento de Carnes e o sistema elétrico dos laboratórios de Microbiologia do Centro de Tecnologia de Carnes - CTC, que também inaugurou o inédito Laboratório de Teste de Desafio. Também foi feita a reforma e climatização da sala de câmaras climáticas com estufas de realização de testes de vida de prateleira do Centro de Tecnologia de Frutas e Hortaliças - Fruthotec e entraramem operação uma segunda mesa de vibração para ensaios de transporte de embalagens no Centro deTecnologia de Embalagem-Cetea e o cromatógrafo líquido hifenado a espectrômetro de massas com plasma acoplado indutivamente - LC-ICP-MS, no Laboratório de Análise de Contaminantes Metálicos do Centro de Ciência e Qualidade dos Alimentos-CCQA. Ainda pelo Programa de Metas,o Instituto concretizou a entrega da tecnologia de ingrediente microencapsulado à base de ácidos graxos para melhoria nutricional de alimentos e o aprimoramento de tecnologia de embalagem celulósica para redução de perdas na cadeia de morango. Aliás, o Ital, em parceria com a Unicamp, teve patente concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial-INPI, referente a processo com lecitina hidroxilada de soja que quase triplica o tempo de manutenção de cor, brilho, textura e sabor do chocolate. Destacou-se também a aprovação da proposta Soluções para os Resíduos Pós- Consumo: Embalagens e Produtos - CCD Circula, pelo edital da Fapesp de Centro de Ciência parao Desenvolvimento-CCD, que tem duração de cinco anos e está em fase final de assinatura de acordosde cooperação. Além do Ital, que lidera o CCD, estão envolvidos Escola de Administração de Empresas de São Paulo-Eaesp da Fundação Getúlio Vargas-FGV, Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos-FZEA da Universidade de São Paulo-USP, All4Food, Instituto de Química-IQ da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, laboratórios nacionais de Nanotecnologia-LNNano e de Biorrenováveis-LNBR do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais-CNPEM e Escola Senai Prof. Dr. Euryclides de Jesus Zerbini. A SAA é cofinanciadora pública e são parceiras as empresas Ambev, Braskem, Grupo Boticário, Klabin, Natura, Nestlé, Seara, Sonoco e TetraPak. Já a atuação do Ital em inovação aberta teve dois grandes passos: a definição do compartilhamento de área pioneiro dentre os institutos da SAA para implantação de ambiente promotor de inovação e planta-piloto multiusuário com foco em tecnologiade alimentos e áreas complementares; a criação de um dos seis ambientes promotores de inovação daApta. O primeiro, nomeado Tropical Food Innovation Lab, será gerido pelo consórcio composto pelos líderes globais Givaudan, Bühler e Cargill, com colaboração do Ital e do Food Tech Hub Latam, e deverá ser inaugurado no primeiro trimestre de 2023. Cabe ressaltar também outro incentivo ao empreendedorismo: após o sucesso como parceiro tecnológico no primeiro ciclo do TechStart Food Innovation, o Ital tornou-se correalizador no segundo ciclo desse programa de aceleração de projetose *startups* com foco em soluções para os desafios da cadeia de ingredientes, alimentos, bebidas e embalagens. De aproximadamente 200 inscritas, sete *startups* foram aceleradas: QualiSatis, Dupeixe,Mahta, Mania de Castanha, Qpod, Caldo Natural e SaveAdd. O Instituto Biológico - IB, assinou sete contratos para prestação de serviços técnicos especializados e foram firmados 18 contratos de licenciamento de tecnologia com implantação e manutenção de biofábricas para produção de fungosentomopatogênicos para o controle biológico de pragas, através do Programa de Inovação e Transferência de Tecnologia em Controle Biológico-PROBIO e 20 contratos de licenciamento de tecnologia para uso de cepas de *Trichoderma*. Atualmente 100% das empresas que produzem os fungos *Metarhizium anisopliae* e *Beauveria bassiana* no Brasil, para controle de pragas agrícolas, utilizam os isolados do IB. A empresa Lallemand Soluções Agrobiológicas obteve licença exclusiva do isolado de *Trichoderma endophyticum* IBCB 56/12, para o controle de nematoides. Na embalagemdo produto, que se chama Lanix está descrito "Tecnologia Instituto Biológico". Os produtos para controle biológico de pragas são utilizados em milhares de hectares de soja, cana-de-açúcar, milho, pastagens, seringueiras e outras culturas. Implantado em 2022, o Laboratório de Inovação em Sanidade Anima-LABINOV, para a parceria público-privada e/ou com outras instituições públicas, conta com áreas de biossegurança-NB3 para desenvolvimento de novos produtos, otimização de vacinas, kits de diagnóstico e outros insumos empregados na área veterinária http://www.biologico.agricultura.sp.gov.br/page/laboratorio-de-inovacao-em-sanidade-animal_binov. OLaboratório de Doenças de Suídeos foi totalmente revitalizado, possibilitando o avanço de novas pesquisas e parcerias, além de apoiar os Planos Estaduais, como o do javali, com diagnósticos sanitários e treinamentos para técnicos e produtores. Foram implementados mais de 20 km de aceiros na fazenda do Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento em Sanidade Agropecuária, localizada em Campinas, para evitar incêndios nas áreas de laboratórios e experimentos. O IB teve aprovado o projeto do edital FAPESP Centro para Ciência do Desenvolvimento - CCD com o CentroPlataforma Tecnológica em Sanidade Animal-PTEC-SAN, sob a coordenação da Pesquisadora Liria Hiromi Okuda. O valor aportado é de R$15.282.481,10 + US$564.940,06, contando com a parceria do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde-RJ - Panaftosa - OPAS/OMS; Merck S/A; Stabivet Diagnósticos; Biobreyer Pesquisa e Desenvolvimento Científico; Instituto de Biotecnologia da UNESP Botucatu; Instituto deBiologia da UNICAMP; Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - UNESP Jaboticabal; Faculdade de Ciências Farmacêuticas da UNESP Araraquara; Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP Pirassununga; Embrapa Pecuária Sudeste - São Carlos/SP; Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA; Instituto de Economia Agrícola; Laboratório Federal de DefesaAgropecuária de Minas Gerais e do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de São Paulo, e consultoria internacional da Universidade de Kyoto-Japão, Istituto Zooprofilattico Sperimentale Dell'Abruzzo y Del Molise - G. Caporale e Istituto

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Zooprofilatico delle Venezia-Itália. Diante da altaprodução científica e de inovação do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDIP do IB, com recursos da FAPESP, foi recebido um aditivo de 10% e mais um ano de apoio. O valor inicial foi deR$11.731.395,20 e, com o aditivo, o valor total chega a R$ 12.904.534,72. O projeto PDIP abrange três grandes áreas: Controle Biológico, Inovação em Sanidade Animal e Genômica Aplicada à sanidade animal e vegetal. No ano de 2022, o IB captou junto à FAPESP, CNPq e CAPES, o valor de R$ 22.974.263,58, enquanto em 2021 o valor arrecadado em fomentos foi de R$ 2.258.818,29. OIB, está atendendo os Programas Estaduais de Sanidade Avícola, Resíduos de Pesticidas em Alimentos e Sanidade de Abelhas em nossos laboratórios acreditados no CGCre/Inmetro e credenciados no MAPA. Para viabilizar tal prestação de serviços técnicos especializados, foram celebrados Termos de Referência com a Coordenadoria de Defesa Agropecuária-CDA/SAA, sendoo pagamento feito por meio do Fundo Especial de Despesas, em uma ação denominada intra-fundos.Até outubro, o IB realizou 196.646 análises para o diagnóstico de uma ampla gama de enfermidadesanimais e doenças e pragas de vegetais, ante os 268.322 mil em 2021. Essas análises constituem-se em serviços técnicos especializados, essenciais para garantir a sanidade de produtos agropecuários, desde a planta e animal no campo até análises os alimentos prontos para o consumo. O IB é a única instituição paulista que realiza análises sanitárias de produtos agrícolas importados e para exportação,sendo a que possui, no Brasil, o maior escopo de diagnósticos de doenças animais e vegetais acreditadas no CGCre/Inmetro, com credenciamento no Ministério de Agricultura e Abastecimento-MAPA, sendo 636 ensaios na área de sanidade vegetal, 87 em sanidade animal e 9 em resíduos de pesticidas - proteção ambiental. A acreditação eleva os laboratórios acreditados do IB a um padrão internacional de qualidade e o credenciamento permite realizar análises em amostras oficiais-produtosde importação e exportação e emitir relatórios de ensaios que norteiam as ações estratégicas do MAPA. Mais de 7.700 assessorias técnico-científicas foram realizadas em atendimento aos produtores e demais envolvidos nas cadeias produtivas. No mesmo período foram produzidos 79.921 frascos de insumos imunobiológicos para o diagnóstico de Brucelose e Tuberculose animal, totalizando 5.077.200 doses. O Programa de Sanidade em Agricultura Familiar-PROSAF, realizou acapacitação de 30 produtores em sanidade do rebanho, em Guaratinguetá. O Museu do Instituto Biológico com a exposição de longa duração denominada Planeta Inseto, recebeu, no período de janeiro a outubro, 60.921 visitantes.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Unidade de Fomento e Economia Criativa – UFEC - Fomento Cultural - A Unidade de Fomento à Cultura iniciou o exercício com o chamamento público para o Encontro Anual com as Entidades do Setor Cultural, seguido do chamamento para indicação de representantes da sociedade civil para integrarem as Comissões de Seleção dos Editais ProAC, lançados no primeiro trimestre deste ano com números expressivos. ProAC Editais - pela primeira vez o ProAC Editais atingiu o número de 50 linhas lançadas e valor total investido equiparado ao ProAC ICMS, com o marco de 100 milhões para o fomento direto. Junto ao lançamento, durante todo o período de inscrições foram realizados atendimentos virtuais no Balcão Tira-dúvidas, que recebeu aproximadamente 500 participações de proponentes e interessados no programa. Além disso, em parceria com as Oficinas Culturais, foram disponibilizadas oficinas para elaboração de projetos culturais sem prejuízo de limite de vagas, com turmas abertas proporcionalmente à demanda. Diante do ineditismo, este ano os Editais somaram 15.928 projetos inscritos, 1.099 contemplados e 151 municípios atendidos. ProAC ICMS - inaugurou este ano o novo sistema de inscrições- https://www.proacexpresso.sp.gov.br/, que contempla desde a etapa de inscrição até a etapa de prestação de contas, um ganho que proporciona celeridade aos processos e segurança para as informações. Foi mantido o investimento dos anos de 2019 e 2020 no valor de 100 milhões para o programa, que recebeu este ano 1.139 projetos inscritos, desses projetos, 817 foram aprovados e 378 captaram recursos, beneficiando 80 municípios do Estado de São Paulo. O *Programa Cultura Viva* também ganhou destaque neste ano, com o lançamento do Edital de Premiação para Pontos de Cultura do Estado de São Paulo, que teve por objetivo fomentar a valorização, articulação e fortalecimento da Rede Cultura Viva, nas categorias: I - Repasse Financeiro - Entidade Cultural- premiando 45 Pontos de Cultura - com constituição jurídica - no valor de R$ 10.000,00; II - Repasse Financeiro - Coletivo Cultural - premiando 31 Pontos de Cultura-sem constituição jurídica, no valor de R$ 15.000,00; III - Kit Cultural Audiovisual - premiando aproximadamente 110 entidades culturais sem fins lucrativos-com constituição jurídica, com o Kit Cultural Audiovisual fornecido pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. O valor total investido no Edital, somando as três categorias, foi de R$ 3.682.435,00. Ao todo foram beneficiadas45 Entidades Culturais na categoria I, 17 Coletivos Culturais na categoria II, e foram entregues 55 Kits Audiovisuais, somando 117 premiações de 206 inscrições.

Unidade de Difusão, Bibliotecas e Leitura - UDBL - Economia Criativa - Bibliotecas - Biblioteca de São Paulo - *BSP*: no período de janeiro a outubro foram atendidos 183.414 usuários. O número de sócios ativos é 20.894 pessoas e no total foram 48.818 itens circulados. Foram adquiridos 2.060 itens. Na programação cultural presencial, de janeiro e outubro, foram realizadas 474 atividades culturais - entre oficinas, cursos, eventos, workshops, palestras, contações de histórias etc., que atingiram público total de 7.234 pessoas. Entre novembro e dezembro ainda serãorealizadas 74 ações. Na programação cultural virtual, de janeiro e outubro, foram realizadas 115 atividades culturais - entre oficinas, cursos, eventos, workshops, palestras, contações de histórias etc., que atingiram público total de 28.785 pessoas. Entre novembro e dezembro estão previstas 20 ações. *Biblioteca Parque Villa-Lobos - BVL:* no período de janeiro a outubro foram atendidos 156.652 usuários. O número de sócios ativos atingiu 14.181pessoas e, no total, foram 72.849 itens circulados. Foram adquiridos 2.052 itens. Na programação cultural presencial, de janeiro a outubro, foram realizadas 459 atividades culturais - entre oficinas, cursos, eventos, workshops, palestras, contações de histórias etc., que atingiram público total de 7.923 pessoas. Entre novembro e dezembro ainda serão realizadas 75 ações. Na programação cultural virtual, foram realizadas 110 atividades culturais - entre oficinas, cursos, eventos, workshops, palestras, contações de histórias etc., que atingiram público total de 13.326 pessoas. Entre novembro e dezembro estão previstas 19 ações. Centro Cultural de Estudos Superiores Aúthos Pagano*:* foram realizadas no período de janeiro a dezembro, 4 ações totalizando 92 participantes. *Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo* - SisEB: o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo - SisEB, criado pelo Decreto nº 22.766, de 9/10/984, e reformulado pelo Decreto nº 55.914, de 14/6/2010, integra as471 bibliotecas públicas de 287 municípios paulistas-dados de 2021 da plataforma Bibliotecas Paulistas, incluindo a Biblioteca de São Paulo e a Biblioteca Parque Villa-Lobos, consideradas laboratórios de experiências do conceito Biblioteca Viva. Biblioteca Digital BibliON*:* a BibliON foilançada em junho e já acumula cerca de 140 mil empréstimos, foi visitada por meio milhão de pessoas e tem ao redor de 80 mil sócios. No primeiro quadrimestre foram inseridos 16.000 títulos da biblioteca digital e foi desenvolvida a plataforma, que inicialmente operou dentro do piloto BSP digital sendo posteriormente convertida para BibliON. O acervo da BibliON ultrapassa hoje 17.100 títulos. A BibliON, além de representar um espaço de difusão da leitura e do livro, tem se consolidado como um espaço de geração de conhecimento, informação e capacitação. Na BibliON, estão acontecendo oficinas, clubes de leitura e vários outros eventos. Além disso, novos conteúdos estão sendo pensados e produzidos para inclusão na biblioteca. Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - OSESP e Sala São Paulo - na área de difusão cultural, no período de janeiro a outubro, na Sala São Paulo, a Fundação realizou 73 concertos sinfônicos da OSESP com 20 participações do Coro da OSESP, atingindo um total de público de 68.784 pessoas. Estimado de novembro adezembro - 18 concertos sinfônicos dos quais 6 concertos serão com a participação do coro da OSESP. Foram realizados 24 concertos sinfônicos registrados em vídeo, com 183.077 visualizações. Estimado de novembro a dezembro - 6 vídeos de concertos Sinfônicos; 5 concertosdo Coro da OSESP com público de 3.174 pessoas; 5 concertos do Coro registrados em vídeo, atingindo 21.228 visualizações; 4 concertos de grupos de Câmara formados por integrantes da OSESP com público de 1.084 pessoas. Estimado de novembro a dezembro: 1 apresentação de Grupo de Câmara; 1 vídeo do Grupo de Câmara. Foram realizados 7 recitais com 2.963 pessoas; 25 ensaios gerais com público de 4.574 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 6 ensaios gerais. Foram 22 Regentes convidados e 58 Solistas convidados. Estimado de novembro a dezembro - 3 Regentes e 15 Solistas convidados. Foram realizados 5 concertos de temas especiais com público de 5.017 pessoas; 2 concertos de temas especiais registrados em vídeo, atingindo 8.665 visualizações;4 concertos sinfônicos para repertórios de Música de Cinema e de Games, atingindo um total de público de 4.950 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 3 concertos de repertórios de Música de Cinema e de Games. Foi realizado 1 concerto sinfônico para repertório de Música de Cinema e de Games em vídeo, atingindo 30.167 visualizações. Estimado de novembro a dezembro -1 vídeo Sinfônico para repertório de Música de Cinema e de Games. Atividades de difusão e acesso na Sala São Paulo, Fundação OSESP e Grupos convidados*:* realizou 7 concertos gratuitos ou a preços populares com a OSESP, Coros e grupos da OSESP, com público de 6.812 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 4 concertos gratuitos ou a preços populares com a OSESP, Coros e grupos da OSESP, inclusive acadêmicos; 33 concertos gratuitos com conjuntos camerísticos ou orquestras convidadas, com público de 36.167 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 6 apresentações de concertos gratuitos com conjuntos camerísticos ou orquestras convidadas; 6 concertos gratuitos ou a preços populares com a OSESP, inclusive acadêmicos ou orquestras convidadas, registrados em vídeo, atingindo 7.485 visualizações. Estimado de novembro a dezembro - 2 vídeos com a OSESP, inclusive acadêmicos ou orquestras convidadas; 4 recitais da Festa Internacional do Piano, com público de 2.494 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 1 apresentação de recitais da Festa Internacional do piano; 2 Recitais da Festa Internacional do piano em vídeo, atingindo 15.360 visualizações. Estimado de novembro a dezembro - 1 vídeo da Festa Internacional do piano; 6 concertos de repertório de músicas MPB e/ou internacionais, com público de 6.516 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 2 apresentações de repertório de músicas MPB e/ou Internacionais; dado extra: 2 concertos de repertório de músicas MPB e/ou internacionaisem vídeo, atingindo 9.875 visualizações. Estimado de novembro a dezembro - 1 vídeo de repertório de músicas MPB e/ou internacionais. Atividades de difusão e acesso fora da Sala São Paulo - apresentações da OSESP na capital: foram 5 concertos do Coro da OSESP gratuitos ou a preços populares na Capital, com público de 650 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 1 apresentação do Coro da OSESP na Capital. Estimado de novembro a dezembro - 1 vídeo do Coro da OSESP na Capital; 4 concertos com Orquestra, Grupos de Câmara Instrumental ou Vocal, inclusive acadêmicos fora da Sala São Paulo com público de 705 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 2 apresentações com Orquestra, Grupos de Câmara Instrumental ou Vocal; 1 concerto ao Ar Livre na Capital, com público de 10.000 pessoas; 5 concertos com Orquestra, Câmara ou Coro da OSESP na Capital, com público de 1.183 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 3 apresentações com Orquestra, Câmara ou Coro da OSESP na Capital. Atividades de difusão e acesso fora da Sala São Paulo - apresentações no Interior e Litoral - realizou 9 concertos com Orquestra, Câmara ou Coro da OSESP na Capital, com público de 3.698 pessoas. Atividades de difusão e acesso - Apresentações nacionais e internacionais realizou 5 concertos com Grupos de Câmara ou Coro da OSESP - Nacionais e Internacionais, com público de 6.822 pessoas. No que tange a Rádio, TV e Meios Digitais, a Fundação OSESP disponibilizou 22 concertos para a TV pública. Estimado de novembro a dezembro - 1 disponibilização para TV pública; 33 concertos paraa Rádio pública. Estimado de novembro a dezembro - 6 disponibilizações para Rádio pública; disponibilizou 7.553 minutos de obras completas no formato Podcast/Mídias Online; disponibilizou 556 minutos de conteúdo variado neste mesmo formato; disponibilizou 8 obras de acervo para download-Selo Digital. Estimado de novembro a dezembro - 3 disponibilizações do acervo para download; disponibilizou 7 vídeos de apresentações passadas, atingindo 10.298 visualizações. Estimado de novembro a dezembro - 5 vídeos de apresentações passadas do Acervo OSESP; 1 Vídeo de concerto digital de temporadas passadas, atingindo 5.991 visualizações. Nas Atividades Educativas e Formação de plateia até o mês de outubro: realizou 20 concertos didáticos do Descubra a Orquestra na Sala São Paulo. Estimado de novembro a dezembro - 2 concertos didáticosdo Descubra a Orquestra; 798 Professores de Escolas da Capital, Interior e Litoral treinados; 20.288Alunos de Escolas da Capital, Interior e Litoral atendidos. Estimado de novembro a dezembro - 2.029 alunos de Escolas da Capital, Interior e Litoral. Estimado de novembro a dezembro - 10 Gincanas na Sala São Paulo. Disponibilizou 26 palestras registradas em vídeo, atingindo 52.348 visualizações. Estimado de novembro a dezembro - 6 vídeos de palestras registradas em vídeo; 248 visitas monitoradas com um público de 4.570 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 40 visitas monitoradas; 836 horas de funcionamento do centro de documentação digital para consulta do público. Estimado de novembro a dezembro, 136 horas de funcionamento do Centro de Documentação Digital. Nas atividades de Pesquisa, Fomento e Formação Técnica até o mês de outubro a Fundação OSESP: realizou 22 Masterclasses com solistas convidados com público 530 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 7 Masterclasses; 3 concertos dos academistas da OSESP com público de 1.200 pessoas. Estimado de novembro a dezembro - 3 apresentações dos academistas da OSESP; 14 concertos do Coro Acadêmico - incluem participações com a OSESP. Estimado de novembro a dezembro - 6 concertos do Coro Acadêmico - incluem participações com aOSESP. São 22 alunos matriculados na Academia de Música-instrumentos, 24 alunos matriculados no Coro Acadêmico e 5 na Academia de Regência; 34 alunos matriculados no coro Juvenil e 42 alunos matriculados no coro Infantil da OSESP. No Estímulo à Criação até o mês de outubro a Fundação OSESP: realizou 2 encomendas de obras inéditas para orquestra; 1 encomenda de obra inédita para Coro; 2 encomendas de obras inéditas para Grupos de Câmara; 3 obras inéditasexecutadas. Estimado de novembro a dezembro - 1 execução inédita. No Mapeamento, Registro e Memória até o mês de outubro, a Fundação OSESP: realizou 7 obras gravadas para futura disponibilização ao público, com 150 minutos de duração. Estimado de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

novembro a dezembro - 1 disponibilização, com 21 minutos de duração; 3 Edições de Partituras. Estimado de novembro a dezembro - 3 partituras. Monitoramento e Avaliação dos Resultados: estimado de novembro a dezembro - 1 Pesquisa sobre o perfil e a satisfação do público nos concertos da OSESP e seus grupos até dezembro; Estimado de novembro a dezembro 1 Pesquisa sobre o perfil e a satisfação do público nos Programas Educacionais; Estimado de novembro a dezembro 1 Pesquisa sobre o perfile a satisfação do público na Sala São Paulo. Atividades do Festival de Verão de Campos do Jordão realizado em janeiro e fevereiro de 2022: 70 alunos; 1.102 atividades educacionais-aulas e masterclasses, ministradas no Festival de Verão de Campos do Jordão; 1 Masterclass registrada em vídeo, atingindo 61 visualizações; 29 apresentações de Recitais - Professores com Bolsistas, atingindo um total de público de 2.329 pessoas; 17 apresentações - Ar Livre - Orquestras, Bandas Sinfônicas ou Grupos de Câmara Convidados, atingindo um total de público de 2.391 pessoas; 10 apresentações Câmara - Grupos Convidados ou Recitais, atingindo um total de público de 1.173 pessoas; 22 apresentações do Festival de Verão registrados em vídeo, atingindo 22.620 visualizações. Atividades do Festival de Inverno de Campos do Jordão realizado em julho: 149 alunos; 513 atividades educacionais-aulas, ensaios e masteclasses, ministradas no Festival de Inverno de Campos do Jordão; 20 apresentações de recitais - Professores com Bolsistas, atingindo um total de público de 3.112 pessoas; 22 apresentações em Teatros - Orquestras, Bandas Sinfônicas,Grupos de Coro ou Câmara Convidados, atingindo um total de público de 12.717 pessoas; 33 apresentações ao Ar Livre - Orquestras, Bandas Sinfônicas, Grupos de Coro ou Câmara Convidados, atingindo um total de público de 37.750 pessoas; 13 apresentações em outros espaços - Orquestras, Bandas Sinfônicas, Grupos de Coro ou Câmara Convidados, atingindo um total de público de 1.316 pessoas; 33 Orquestras, Bandas e Grupos de Câmara Convidadas; 4 apresentações do Festival de Inverno registrados em vídeo, atingindo 9.831 visualizações. Além das atividades mencionadas anteriormente, houve outras disponibilizações até o mês de outubro: 12 gravações de músicos esclarecendo dúvidas do público na Série Semibreve, atingindo 5.288 visualizações; 62 divulgações de conteúdos, atingindo 91.941 visualizações; 2 divulgações de conteúdos - Festival de Verão de Campos do Jordão, atingindo 260 visualizações; 2 divulgações de conteúdos - Festival de Inverno de Campos do Jordão, atingindo 1.467 visualizações. São Paulo Companhia de Dança - SPCD - na produção artística, criação, montagem e manutenção de obras coreográficas realizou 3 novas obras criadas para o repertório e manteve 14 obras no repertório; nas metas condicionadas realizou 2 novas obras, manteve 4 no repertório, criou 6 obras no Ateliê de Coreógrafos Brasileiros e 6 vídeodanças. Entre novembro e dezembro estima a realização de 1 nova obra no repertório. Na difusão da dança temporadas e circulação de espetáculos realizou 16 apresentações de espetáculos em São Paulo, para um público de 10.007 pessoas/visualizações, sendo 15 apresentações presenciais para 9.061 pessoas; e 1 apresentação virtual para 946 pessoas/visualizações; 7 apresentações de espetáculos presenciais em 4 cidades do interior/litoral do Estado de São Paulo, para um público de 3.020 pessoas-incluindo 827 visualizações de duas apresentações que foram transmitidas simultaneamente pela internet a fim de ampliar o acesso à arte da dança pelo público local; nas metas condicionadas realizou 9 apresentações de espetáculos em São Paulo, para um público de 6.802 pessoas/visualizações, sendo: 6 apresentações presenciais com público de 5.571 pessoas; e 3 apresentações virtuais com público de 1.231 pessoas/visualizações; 10 apresentaçõesde espetáculos no interior e litoral do estado de São Paulo, em 7 cidades, para um público de 4.759 pessoas/visualizações, sendo: 9 apresentações presenciais com público de 3.761 pessoas; e 1 apresentação virtual com público de 998 pessoas/visualizações; 3 apresentações de espetáculos, presenciais, em outros estados do Brasil, em 2 cidades, para um público de 2.958 pessoas; 2 turnês presenciais, em 12 cidades, com 26 espetáculos realizados para um público de 18.734 pessoas; 1 apresentação em outros espaços culturais com público de 34 pessoas; 6 transmissões em streaming de apresentações da SPCD. Pretende realizar de novembro a dezembro 10 apresentações presenciais de espetáculos em São Paulo, sendo 5 deles com audiodescrição, com público projetado de 7.000 pessoas e 4 transmissões de espetáculos em streaming. Em atividades educativas, acessibilidade e sensibilização de novas plateias realizou 4 apresentações de espetáculos presenciais dirigidos a estudantes e terceira idade para um público de 1.703 pessoas; nas metas condicionadas realizou 8 apresentações de espetáculos presenciais dirigidos a estudantes e terceira idade para um público de 4.063 pessoas/visualizações. Nas ações de novembro a dezembro realizará 1 apresentação presencial de espetáculo dirigido a estudantes e terceira idade com intérprete de libras, com público projetado de 600 pessoas; 10 palestras, sendo 2 delas com intérprete de libras, com projeção de 400 participantes e 1 aula aberta, com projeção de 40 participantes. Nas oficinas de dança realizou 7 atividades presenciais, para 275 participantes. Na meta condicionada realizou igualmente 7 atividades presenciais para 164 participantes. Nas palestras de dança realizou 6 palestras para 1.690 participantes/visualizações, sendo 5 palestras presenciais com a participação de 406 pessoas; e 1 palestra virtual com 1.284 participantes/visualizações. Na meta condicionada realizou 17 palestras para 1.324 participantes/visualizações, sendo 15 palestras presenciais com 964 participantes; e 2 palestras virtuais com 360 participantes. Na capacitação em cadeia longa-audiovisual, produção realizou 5 oficinas de capacitação para 242 participantes/visualizações, sendo 3 oficinas presenciais com a participação de 73 pessoas; e 2 oficinas virtuais com 169 participantes. Nas ações de Acessibilidade, a São Paulo Companhia de Dança realizou 3 audiodescrições de novas obras e 1 tradução de palestras em libras. No intercâmbio com projetos sociais realizou 4 intercâmbios no decorrer do ano. No projeto Meu Amigo Bailarino realizou, por meio das metas condicionadas, 12 ações/visitas a instituições de saúde e/ou assistenciais, com público de 886 pessoas/visualizações, sendo 11 ações/visitas presenciais para 850 participantes; e 1 ação/visita virtual para 36 participantes/visualizações. Nas aulas abertas na SPCD realizou, por meio de metas condicionadas, 6 aulas abertas para 1.788 participantes/visualizações, sendo 5 aulas abertas presenciais para 356 participantes; e 1 aula aberta virtual para 1.432 participantes. Na pesquisa, fomento e formação de profissionais realizou 3 pesquisas de perfil de percepção realizadas. No atendimento a estudantes de graduação e pós-graduação atendeu, por meio da meta condicionada, 4 estudantes de graduação/pós-graduação atendidos. Na ação de mapeamento, registro e memória realizou o Programa Dança em Rede, incluindo 30 novos verbetes na plataforma Dança em Rede e na meta condicionada 17 novos verbetes. Irá realizar, de novembro a dezembro, 3 gravações de conteúdo para distribuição em plataformas digitais; 1 registro de nova obra e seguirá com a manutenção do programa #SPCDdigital. Na ação de gravação de conteúdo para distribuição em plataformas digitaisrealizou, por meio de meta condicionada, 6 gravações de conteúdo para distribuição em plataformasdigitais. Registro em vídeo das novas obras do repertório da SPCD realizado, por meio de meta condicionada, 6 registros em vídeo das novas obras do repertório da SPCD. Na ação Documentários de dança produziu 1 documentário Figuras da Dança. Na ação Exposição de imagens da SPCD realizou, por meio de meta condicionada, 02 exposições presenciais realizadas para um público de 58.500.* - *a exposição realizada na estação Alto do Ipiranga, do Metrô obteve público circulante informado pelo Metrô de São Paulo de 1.650.000 pessoas - 33 mil pessoas por dia útil. Esta exposição seguiu para o Shopping Light posteriormente. Na ação de Manutenção do Selo #SPCDDigital na Campanha #CulturaemCasa manteve o programa nos 2 quadrimestres, com acesso por 134.827 pessoas/visualizações. Ações de difusão e circulação cultural - Programa Juntos pela Cultura: Virada SP até outubro foram realizadas 363 atrações culturais em parceria com 13 municípios, para um público de mais de 617 mil pessoas. Até o final do ano serão realizadas ao menos 600 atividades junto aos 21 municípios, sendo esperado atingir ao menos 1 milhão de pessoas. Circuito SP até outubro de 2022 o programa chegou à marca das 117 cidades comespetáculos de música, teatro, dança, circo e infantil para um público de mais de 130 mil pessoas. Até o final do ano serão realizadas ao menos 480 atividades junto aos 120 municípios selecionados, sendo esperado atingir ao menos 179 mil pessoas em diversas regiões do estado. Festival de Circo SP até outubro a chamada pública para compor a programação do Festival, em formato presencial, recebeu 201 projetos, oriundos de 49 municípios e 14 regiões administrativas com a seleção de 100 projetos. O festival está previsto para ocorrer em dezembro de 2022, com cerca de 155 atrações, prevendo atingir 46.000 mil pessoas. Semana Guiomar Novaes - o evento voltou a ser presencial, ocorrendo de 16 a 25 de setembro com a manutenção do Concurso de Piano. Foram 22 pianistas do Estado de São Paulo. As performances selecionadas integraram a programação da 45ª Semana Guiomar Novaes junto com mais 34 apresentações artísticas, no total, atingiu-se um público de maisde 6 mil, entre pessoas presentes. Tradição SP até outubro foram 61 municípios com eventos apoiados, realizando 182 atividades. A previsão de atendimento para o restante do ano é de que 43 municípios tenham suas ações apoiadas, alcançando um público de 220 mil pessoas. Outros Festivais: o programa modifica no que tange ao formato com a criação de nova chamada intitulada Retomada SP, abrigada dentro do programa Festivais e Apoio a Eventos. Até outubro foram 16 apoios a municípios em seus eventos para um público de 646.236 pessoas. Até dezembro projeta-se o atendimento de 5 municípios, alcançando um público de mais de 1,2 milhões. Diversidade e Cidadania: Ações de produção, difusão, descentralização e circulação de projetos voltados à cultura LGBTQIA+: o programa voltou para o formato presencial com apoio a projetos presenciais e coleta de depoimentos que irão integrar a temporada 2022 da série Mais Orgulho Personalidades. Até outubro, o programa apoiou 24 cidades e um público total de 132.891. A série está prevista para ser veiculada em dezembro e até o final do ano ainda tem 6 atividades para serem realizadas. Diversidade e Cidadania: Ações de produção, difusão, descentralização e circulação de projetos voltados à cultura negra, outras etnias e artes urbanas: houve a manutenção do Concurso deBatalhas de Rimas de São Paulo e do Arte Urbana SP e a criação de mais dois concursos, o Concurso Slam Poesia SP e o Concurso Breaking SP, todos presenciais com final no Teatro Sérgio Cardoso no mês de novembro, com previsão de 96 premiações no total. Até outubro foram 49 municípios apoiados no Arte Urbana SP e até dezembro serão 102 municípios. Cultura em Casa: manteve sua operação enquanto streaming alcançando a marca de 5 mil conteúdos com 8,1 milhões de visualizações desde a sua criação. Mais Gestão: houve a criação do Cria SP que a partir de chamada pública no Juntos Pela Cultura selecionou 10 municípios que estão recebendo consultoria especializada e desenvolverem planos locais de desenvolvimento de economia criativa. Concursos ePrêmios: se mantêm presencial para ser realizado em dezembro, no Palácio dos Bandeirantes. Difusão Cultural nas Comemorações do Bicentenário da Independência: foram realizadas programações exclusivas, especialmente entre agosto e setembro, com uma programação artísticano Parque da Independência, que marcou a reinauguração do Novo Museu do Ipiranga, incluindo a participação de mais de 250 artistas em um festival com shows e apresentações artísticas; as atividades de tecnologia, como o balé de 200 drones e a projeção mapeada na fachada do Novo Museu do Ipiranga. Revelando SP: a programação foi composta por 8 shows presenciais e com transmissão online, 16 apresentações de violeiros integrantes do Concurso Viola SP, 8 estandes turísticos selecionados por chamada pública, 9 atividades de gravação de depoimentos de mestres da cultura popular abertas ao público e 10 atividades estabelecidas em parceria com instituições presentes no Parque da Água Branca, além dos estandes de artesanato, culinária e apresentações dasmanifestações culturais. Assim, ao todo foram 320 ações que ocorreram ao longo do festival para um público de 400.320 pessoas. Foram selecionados 113 municípios, mais de 300 atividades com mais de 2000 artistas e expositores e 2.200 profissionais envolvidos. Gerou 1.894 empregos diretos e indiretos-quantidade anualizada de ocupações em tempo integral, segundo pesquisa realizada em parceria com a FGV, que também registrou que o impacto econômico do evento foi de 135 milhões de reais, sendo 17,9 milhões de reais em impostos. Equipamentos Culturais - Teatro Sérgio Cardosoaté outubro o Teatro Sérgio Cardoso realizou 164 atividades na Sala Nydia Licia para um públicode 91.137 pessoas, 177 atividades na Sala Paschoal Magno para um público de 13.314 pessoas; e 147 atividades em Espaços Alternativos para um público de 20.141 pessoas. Teatro Maestro Francisco Paulo Russo-Araras, até o mês de outubro, ao todo, foram 57 apresentações e mais de 17.042 pessoas.

Unidade de Formação *Cultural - UFC* - Formação Cultural - Projeto Guri - O projeto promove a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes oferecendo educação musical gratuita, continuamente, nos períodos de contraturno escolar para crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos e de 12 a 21 para alunos dos Polos da Fundação CASA. O Projeto Guri está atuando em 383 polos, distribuídos em 292 municípios do Estado. As unidades estão espalhadas no Interior e Litoral-278 polos, na Capital e na Grande São Paulo-44 polos e nas unidades da Fundação CASA-60 polos. Foram atendidos 73.623 alunos, sendo 58.828 no Interior, Litoral e Fundação Casa e 14.795 na Capital e Grande São Paulo. As diversas apresentações virtuais/presenciais e os cursos on-line alcançaram um público de 297.762 pessoas. A expectativa é que mais de 357.000 pessoas sejam atendidas até o final do ano com as atividades online e presencial. Quanto ao número de alunos, deve ser mantido, visto que os mesmos frequentam cursos regulares. Oficinas Culturais - o programa voltou a atender o público de maneira presencial, entretanto, com a experiência adquirida durante a pandemia da COVID-19, também tem seguido com suas atividades no formato online, com isso, oferecendo atividades presenciais, online ou hibridas-presencial e online. Na Capital, o programa conta com três unidades físicas: a OC Oswald de Andrade, a OC Juan Serrano e a OC Alfredo Volpi. O atendimento ao interior do Estado foi realizado a partir de equipe do programa localizada na sede da POIESIS. A seleção dos municípios ocorreu via internet e foi possível atender290 cidades até setembro. Além disso, estão vinculadas ao programa Oficinas Culturais outras ações também dirigidas ao interior, Qualificação em Artes: Teatro e Dança, que juntas atenderam 2 pessoas em 377 atividades. O programa Oficinas Culturais Interior e Capital atendeu mais de 11.000 pessoas por meio de 306 atividades, também até setembro. Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro e Orquestra do Theatro São Pedro - Instituição de ensino destinada à formação e difusão musical, a EMESP tem como foco a formação técnica para crianças, jovens e adultos dentro da área de MPB e Erudito. Também possibilita o aperfeiçoamento a músicos que já completaram a formação e que buscam aprofundar os conhecimentos em áreas específicas. Na área de performance, os projetos da Escola têm a responsabilidade de formação pedagógica integrada às atividades artísticas oferecidas. Até 31/10, a EMESP atendeu 1.928 alunos, realizou diversas masterclasses, workshops e encontros, com 6.093 participações ativas de alunos. Também foram organizados concertos, shows e audições para um público de 394.471 pessoas. A Escola é a residência de grupos musicais formados por alunos da instituição: Orquestra Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado, o Coral Jovem do Estado e a Orquestra Jovem do Theatro São Pedro. Do total de público mencionado, 128.069 pessoas se referem à temporada artística do THSP. Tais resultados expressam o grande alcance das mídias digitais neste momento pandêmico. No recém implantado Programa de Conteúdos Digitais, a Emesp atendeu 33.749 alunos nos 8 cursos digitais oferecidos nas plataformas digitais pela Emesp 4.0. A expectativa é que mais 450.000 pessoas sejam atendidas atéo final do ano com as atividades online e presencial. Entretanto, o número de alunos deve ser mantido, visto que os mesmos frequentam cursos regulares. Conservatório Dramático e Musical Dr.Carlos de Campos de Tatuí - Considerado a maior escola gratuita de ensino musical da América Latina, o Conservatório de Tatuí é responsável pela formação de instrumentistas, luthiers e atores. Até 31/10, atendeu um total de 2.780 alunos dentro de seus 102 cursos entre regulares e livres. A grade curricular é complementada por atividades extracurriculares, por meio de workshops, masterclasses, palestras, festivais, encontros, concertos e espetáculos, os quais atenderam mais de 65.543 pessoas, seja presencialmente ou pelos canais digitais. Os destaques do equipamento são: a Série Concursos, a Semana de Música de Câmara e Prática de Conjunto e as mostras internas, todas focadas no desenvolvimento dos alunos junto a conjuntos das mais variadas

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

naturezas. As ações contam com predominância de orquestras, cameratas, bandas, ensembles, coros e outras formações vocais e instrumentais, inclusive o teatro, por meio da Cia de Teatro do Conservatório de Tatuí, corpo estável que reúne profissionais e alunos avançados do Curso de Teatro Adulto ministrado na instituição. Vale ressaltar ainda, no presente exercício, a retomada do Festival Estudantil de Teatro do Estado de São Paulo após um hiato de sete anos, com 11 dias de atividades que atenderam 6.115 pessoas. Com a consolidação dos públicos atendidos por meio dos canais digitais, a expectativa é que mais 200.000 pessoas sejam atendidas até o final do ano com as atividades online e presencial. Entretanto, o número de alunos deve ser mantido, visto que os mesmos frequentam cursos regulares. Fábricas de Cultura - O Programa Fábricas de Cultura desenvolve atividades artístico- culturais prioritariamente para jovens com idade entre 8 e 21 anos. O objetivo do equipamento é promover a participação de crianças e jovens em atividades artísticas e culturais que contribuam para seu desenvolvimento integral e inserção social, além de ações que envolvem tecnologia e inovação, dentro do universo denominado 4.0. Atualmente, o programa é executado em quinze centros de Fábricas de Cultura, que estão localizados em: 10 distritos da Capital de São Paulo, sendo eles Brasilândia, Jardim São Luís, Vila Nova Cachoeirinha, Parque Belém, Capão Redondo, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Jaçanã, Sapopemba e Cidade Tiradentes; três municípios da Grande São Paulo, quais sejam Osasco, Diadema e São Bernardo do Campo; e duas no interior e litoral, qual sejam, Iguape e Santos. Há a previsão de lançamento de duas novas unidades, sendo uma em Ribeirão Preto e outra em Heliópolis, na Capital Paulista. A cada ano, os índices aferidos mostram um grande interesse nas atividades desenvolvidas, revelando que a população do entorno destes centros tem se apropriado cada vez mais destes equipamentos culturais. Até o mês de setembro, foram realizados 851.148 atendimentos, considerando o público presencial e o virtual. A expectativa é que mais 1.000.000 pessoas sejam atendidas até o final do ano com as atividades online e presencial. SP Escola de Teatro - o programa voltou a atender o público de maneira presencial, entretanto, com a experiência adquirida durante a pandemia da COVID-19, tem seguido com suas atividades no formato online, e com isso, oferecer atividades presenciais, online ouhibridas-presencial e online. Durante este ano, uma média de 368 aprendizes permaneceram nos cursos regulares da Escola, os quais possuem dois anos de duração e são dedicados à capacitação profissional nas diversas áreas do fazer teatral. A Escola desenvolveu também atividades de extensão cultural, que, até o segundo quadrimestre, realizou 14 atividades e contou com 653 participantes. O Projeto Kairós, um dos pilares da SP Escola de Teatro, ofereceu 150 bolsas, de acordo com o previsto no plano de trabalho. A Escola também deu continuidade a seus cursos de circo com a realização de 3 oficinas de arte circense que atenderam 89 alunos matriculados, realizou18 residências artísticas para 3.352 participantes. Ao todo o programa atendeu mais de 9.000pessoas até outubro. SP Escola de Dança - Criada em 2022, a SP Escola de Dança é uma instituição comprometida em dar voz e espaço consistente para a reflexão, o aprendizado e a troca de saberes a partir da especificidade da dança interligada com todas as linguagens artísticas com foco em uma imprescindível valorização da pluralidade. Seu objetivo é o de proporcionar a construção do conhecimento no campo da dança, entendendo a diversidade de corpos e estéticas como premissas da formação e profissionalização dos alunos a fim de ampliar a possibilidade de inserção deles no mercado de trabalho. A Escola atualmente conta com 680 alunos matriculados e oferece 5 modalidades de Cursos Regulares, 4 modalidades de Cursos de Iniciação à Dança, 10 modalidades de Cursos de Extensão Cultural, além de bolsas/auxílio e intercâmbios no eixo Oportunidades e Projetos Especiais. Além dos eixos de atuação, até 31/10/2022, a SP Escola de Dança realizou atividades como apresentações artísticas, workshops, palestras, entre outras, contando com um público de aproximadamente 1.760 pessoas. A expectativa é que mais 2.100 pessoas sejam atendidas até o final do ano, entre atividades online e presencial. Entretanto, o número de alunos matriculados deve ser mantido, visto que os mesmos frequentam cursos regulares.

Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico - UPPM - Museus - A Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico - UPPM é responsável pela elaboração, desenvolvimento e avaliação de diretrizes e políticas públicas relacionadas ao patrimônio museológico do Estado de São Paulo. Mantém uma rede composta por 25 equipamentos culturais - geridos em parceria com Organizações Sociais de Cultura, e o Sistema Estadual de Museus de São Paulo - SISEM-SP que congrega e articula cerca de 682 museus paulistas, promovendo a qualificação técnica e o fortalecimento institucional em favor da preservação, pesquisa e difusão do patrimônio museológico paulista. No 1º quadrimestre, por determinação do Governo Estadual, os museus mantiveram os protocolos de higiene e segurança quanto às medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19, e entre 10 de janeiro e 13 de maio foi exigida a apresentação do Passaporte da Vacina para acesso aos equipamentos culturais do Estado de São Paulo, com orientações específicas com relação ao atendimento a crianças. No 2º quadrimestre de 2022, devido à proximidade com o período eleitoral, a Secretaria Especial de Comunicação do Estado de São Paulo - SECOM, elaborou um manual de orientações sobre restrições de atividades publicitárias e de comunicação geral em período eleitoral para o ano de 2022-de 2/7 a 30/10/2022 ou até a proclamação, pelo TSE, dos eleitos no estado de São Paulo, que foi compartilhado com as diretorias das Organizações Sociais. A UPPM deu continuidade às orientações aos museus de forma sistemática, conforme as mudanças conjunturais decorrentes da pandemia, sempre pautada no Plano São Paulo. Houve, ainda, a revisão e/ou continuidade das estratégias de gestão dos recursos financeiros e humanos e gestão museológica para execução das rotinas de preservação, pesquisa e comunicação, bem como o atendimento do público de forma híbrida-presencial e em ambiente virtual, a partir da retomada gradual do atendimento presencial. Mesmo com os impactos decorrentes da pandemia da COVID- 19, esta Unidade Gestora - UGE encaminhou melhorias significativas para estruturação dos museus da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, estando entre elas: Concluídos em 2022, em execução e/ou conclusão no ano de 2023 - Museu das Culturas Indígenas: Implantação do museu, no bairro da Água Branca, capital, como núcleo integrante do Museu Índia Vanuíre, localizado na cidade de Tupã, aberto ao público em 29/6/2022, com investimento de R$ 10 milhões; Museu do Ipiranga: obras de restauração e modernização do museu, com investimento de R$ 34 milhões por parte do Governo do Estado e o restante captado junto à iniciativa privada, e inauguração realizada em setembro; MIS Experience: Reforma com ampliação de área expositiva e acolhimento; Museu Catavento: conclusão das obras de requalificação das instalações hidráulicas e elétricas; execuçãodo projeto luminotécnico das fachadas, com investimento de R$ 1,3 milhões; início do planejamento para implantação de infraestrutura tecnológica e requalificação expográfica do segundo andar do Museu Catavento- execução em 2022, com investimento de R$ 7,1 milhões; Casa das Rosas: execução de obras de restauração, reforma e requalificação do museu; Museu de Arte Sacra: mudança da reserva técnica e área administrativa para edificações em áreas contíguas ao Museu; Museu Afro Brasil: em execução obras de restauração, reforma, e requalificação da cobertura e dos sistemas elétrico, incluindo SPDA e gerador, e hidráulico, e aprimoramento da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e do layout do museu, com investimento de R$ 12 milhões, e inauguração prevista para dezembro; Pinacoteca Contemporânea: em execução obras de restauração, reforma, ampliação, requalificação dos edifícios da antiga Escola Estadual Prudente de Moraes onde será implantada a Pinacoteca Contemporânea, com previsão de abertura ao público em janeiro de 2023, com investimento de R$ 55 milhões do Governo do Estado de São Paulo e R$ 30 milhões captados junto à iniciativa privada; Casa Máriode Andrade: desapropriação de dois sobrados contíguos a Casa Mário de Andrade, localizados nosnº 534 e nº 536, que anteriormente formavam um único conjunto arquitetônico, e execução de obras de restauração, reforma, ampliação e requalificação das edificações, ampliando a área atual do museu e transformando-as em um único espaço museológico, com os três sobrados integrados, com investimento de R$ 7,3 milhões, e inauguração prevista para abril de 2023; Museu do Futebol: em execução a renovação da nova exposição de longa duração do museu, com investimento de R$ 9 milhões, e inauguração prevista para setembro de 2023; Museu da Imigração: em execução arenovação da exposição de longa duração do museu, com investimento de R$ 6 milhões, e inauguração prevista para outubro de 2023; Museu das Favelas: ações para implantação no Palácio Campos Elíseos, com investimento de R$ 8 milhões, e que foi aberto ao público, com inauguração em 25/11/2022; Museu da Diversidade Sexual: transferência efetiva da gestão para a UPPM, com obras em execução para ampliação do espaço atual do museu, com investimento de R$ 5 milhões, e inauguração prevista para abril de 2023; desenvolvimento de projeto, em parceria com o Metrô, para a execução de obras ampliação e requalificação da unidade localizada na Estação República; busca de imóvel para implantação de uma nova unidade na região da Avenida Paulista; Realização de Convocações Públicas voltadas à gestão do Museu Catavento, Museus-casa - Casa Guilherme de Almeida, Casa das Rosas e Casa Mário de Andrade - e Museu Afro Brasil, com avanços importantes quanto às diretrizes voltadas à acessibilidade, inclusão, diversidade e sustentabilidade; Casa das Rosas: em execução obras de restauração, reforma e requalificação de imóvel da década de 1920, com investimento de R$ 6,9 milhões, e inauguração prevista para janeiro de 2023; Museu do Futebol: Requalificação da Exposição de Longa Duração; Museu da Imigração: Nova Exposição de Longa Duração; Museu das Favelas: obras de restauração, reforma e requalificação da cobertura,esquadrias e fachadas; abertura dos pavimentos superiores e Exposição de Longa Duração.

Sistema Estadual de Museus - SISEM-SP - Não houve dotação este ano - O SISEM-SP congrega e articula os museus do Estado de São Paulo, com o objetivo de promover a qualificação eo fortalecimento institucional em favor da preservação, pesquisa e difusão do acervo museológico paulista. O ano de 2022 foi marcado pela revisão de linhas de ação, pela reestruturação dos órgãos colegiados do SISEM-SP - representações regionais, Comissão Consultiva do Encontro Paulista de Museus e Conselho de Orientação do SISEM-SP, pela revisão das diretrizes do Programa de Integração ao SISEM-SP presente nos planos de trabalho dos contratos de gestão-que passou a ser identificado como Programa Conexões Museus SP e pelo rebranding-revisão da imagem institucional do SISEM-SP, por meio da criação de novas identidades visuais, novas editorias nas redes sociais e revisão do site e da plataforma ADA. Cadastro Estadual de Museus - CEM-SP - Implantado em 2017, o CEM-SP tem demonstrado sua vocação como ferramenta essencial na formulação de políticas públicas para o setor museal paulista. O ano de 2022 foi marcado pela retomada dos mutirões de visitas técnicas regionalizadas, resultando em um total de 45 visitas técnicas realizadas até novembro. Infelizmente, o passivo de visitas técnicas não pôde ser convertido em visitas realizadas, tendo contribuído para isso: a insuficiência de recursos para pagamento de diárias relativas ao deslocamento de servidores para a execução das visitas fora da Capital e que demandavam pernoites e, a própria quantidade de servidores dedicados para esta ação na unidade-2 funcionários, que não possuem dedicação exclusiva para tal atividade. Foram realizadas visitas técnicas para museus que submeteram inscrição e que se localizam na região metropolitana de São Paulo e nas regiões administrativas de Bauru, Campinas, Itapeva, São José dos Campos e Sorocaba. Sonhar o Mundo - Convertida de campanha pontual na Semana do Dia Internacional dos Direitos Humanos-dia 10 de dezembro, para um programa com ações realizadasao longo de um ciclo anual desde 2022, Sonhar o Mundo foi renomeado como Programa Direitos Humanos nos Museus - Sonhar o Mundo. Para o primeiro ciclo do programa, a ser desenvolvido no período 2021/2022, elegeu-se o tema Direitos das mulheres, dando continuidade às discussões em prol da elaboração de uma orientação para a produção de protocolos para a defesa dos direitos das mulheres[1], o qual foi finalizado no primeiro semestre e divulgado no site do SISEM-SP. O ciclo temático encerrou-se no primeiro semestre de 2022. Na sequência, foi lançado o ciclo 2022-2023, que trabalhará com o tema Acessibilidade nos museus para pessoas com deficiência. A partir de oficinas que abordarão diversos aspectos da acessibilidade, profissionais de museus passarão por esta formação ao longo do ciclo para tratar do tema. O primeiro módulo ocorreu nos dias 25 e 26 de agosto e teve como título Acessibilidade como técnica, elucidando para os participantes os marcos legais existentes no Brasil e o conceito de barreiras e de acessibilidade. Em outubro e novembro os módulos são: Acessibilidade atitudinal e Acessibilidade como experiência. O ciclo prosseguirá em 2023, com prazo previsto de término em março para as formações, passando para a fase deelaboração de uma lista de checagem de pontos para saber o quão acessíveis para as pessoas com deficiência os museus estão. Uma espécie de autodiagnóstico para que os museus possam assim buscar formas de melhorar suas ações inclusivas. Cabe dizer que estas ações estão sendo desenvolvidas em parceria com o Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia, que tem autoria da contra cartilha de acessibilidade[2], que foi lançada dentro do âmbito das ações realizadas no programa. Ações de formação - Por meio de parceria estabelecida com as Oficinas Culturais do Estado de São Paulo, programa da Unidade de Formação Cultural - UFC-SEC/SP, o SISEM-SP propôs 3 oficinas-piloto para estabelecer uma aproximação com os gestores públicos com formações específicas para museus. Sabendo que, pelo mapeamento diagnóstico de 2010, mais de 50% dos museus existentes em território paulista são museus vinculados às gestões públicas municipais, esta parceria foi desenvolvida buscando unir a expertise em formatação de oficinas e contratação de instrutores pelas Oficinas Culturais, com o conhecimento técnico específico presente no SISEM-SP. O resultado desta parceria foi a oferta, no segundo semestre, de 3 formações online: a primeira sobre Plano Museológico; a segunda sobre Financiamento para Museus; e a terceira sobre Comunicação Museológica. 12EPM - Encontro Paulista de Museus - De 8 a 10/11/2022, foi realizada a décima segunda edição do EPM - Encontro Paulista de Museus, no auditório do recém-reaberto Museu do Ipiranga, após 9 anos fechado para obras de restauro e ampliação. Durante esta edição, que teve como tema Bem-viver, território, antirracismo, diversidade: com quantos termos se faz um museu? foram trazidos para a discussão o conceito de museu integral, definido na Mesa-redonda de Santiago do Chile, realizada em 197-por isso, celebrando os 50 anos desta realização, e o novo conceito de museu[3] aprovado na Assembleia Geral do ICOM - Conselho Internacional de Museus, em 2022, na cidade de Praga, República Tcheca. Dentro desta edição do EPM, além de buscar uma diversidade de vozes, para além da museologia, convidando especialistas de outras áreas - como racismo ambiental, turismo, antropologia, ciências sociais, houve uma inovação, a construção de uma programação complementar com os museus da SEC-SP, denominada +EPM. Assim, com o Museu Catavento, foi incluída na programação a realização de um Encontro da rede de museus de ciência e tecnologia e, com o Museu das Favelas foi realizado um encontro com a Rede Museologia Kilombola. Sendo um evento híbrido, ou seja, com ações no meio virtual e ações no presencial com transmissão online, esta edição do EPM pôde também contribuir com a visibilidade de iniciativas de preservação de memória presentes no território paulista, algumas não necessariamente institucionalizadas, mostrando assim a diversidade de iniciativas museológicas ou em processo de musealização no Estado de São Paulo[4]. Para realizar o registro das atividades do EPM foram selecionados, por meio de edital, 9 estudantes de diferentes níveis de formação: técnico de museologia, graduação em museologia e pós-graduação em museologia. Colocar estes estudantes, de níveis distintos de formação, para fazer a relatoria crítica do evento foi uma forma de iniciar um diálogo com os várioscampos de formação e ter também olhares novos para a pertinência do evento. As relatoriaselaboradas pelos estudantes resultarão em uma publicação, que contará com suas análises sobre diferentes momentos da programação. Programa Conexões Museus SP - Após a realização de diversas análises, pela equipe do GTC-SISEM-SP em diálogo com as Organizações Sociais de Cultura responsáveis pela gestão dos museus vinculados à UPPM, foi feita uma revisão do antigo Programa de Integração ao SISEM-SP. Determinando novas diretrizes, fluxos de comunicação e campos de atuação, o Programa Conexões Museus SP procura

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

deixar mais claras as responsabilidades e obrigações contratuais dos museus da SEC-SP, como membros natos do SISEM-SP, em desenvolver ações para incrementar o intercâmbio técnico entre as instituições museológicas paulistas. Gestão de Museus - Museu Casa de Portinari - MCP - localizado na área central do município de Brodowski/SP, localizada na região de Ribeirão Preto, nordeste do estado de São Paulo, o MCP representa a forte ligação do artista com sua terra natal, origens e laços familiares. Tem como missão preservar, pesquisar e comunicar, para estudo e entretenimento, a casa onde viveu Candido Portinari, as pinturas murais e coleções, como objetos patrimoniais que são testemunhos da história local, regional e nacional, e partes da experimentação e produção artística do pintor internacionalmente notável por suas obras. Em memória aos 60 anos do falecimento do pintor Candido Portinari, foi realizada uma live pelo canal do Museu no Youtube com João Candido Portinari, filho único do artista e diretor geral do Projeto Portinari. A instituição também compartilhou nas mídias sociais o poema Herança Eterna, de Fátima Roque, em homenagem ao artista. A convite do MIS Experience, o MCP foi convidado para realizar o projeto Portinari Parade -Coletivo de Arte Brodowski, atividade foi realizada para comemorar a inauguração da exposição Portinari Para Todos, realizada entre 5/3 e 31/7 no MIS Experience, em São Paulo, que apresentou a projeção de mais de 150 obras de Candido Portinari em três áreas expositivas. O MCP realizou ainda a 47ª Semana de Portinari, evento que também celebrou o aniversário do município de Brodowski, que completou 109 anos. Cabe ressaltar a inauguração de sua nova loja virtual, com design moderno e para todos os públicos, e a premiação Travellers' Choice 2022, certificação de excelência concedida pelo site TripAdvisor. Em dezembro está prevista a implantação da Galeria Multimídia no museu, a partir do Catálogo Raisonné. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 42.497 pessoas e o público virtual foi de 693.295. No ano foram realizados 115 eventos presenciais. Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro - MFL/ACS - localizados no município de Campos do Jordão/SP, o MFL/ACS têmcomo missão preservar, pesquisar e comunicar a coleção de esculturas da artista Felícia Leirner; promover fruição e expressão em artes visuais, especialmente em escultura; estimular apreciação, compreensão e expressão musical; preservar a vegetação do seu jardim, intrinsecamente associada com a coleção de esculturas, e sua área adjacente de mata atlântica, e promover a conservação ambiental, contribuindo na construção de diálogos e pontes para o conhecimento. Houve o lançamento da Série Arte no Outono - Campos: Cores e Cantos, com nomes representativos e icônicos da MPB, e da Série Arte na Primavera, que contou com apresentação de corpos de dança e apresentações teatrais. Esse novo circuito musical no palco do Auditório Claudio Santoro, temcomo objetivo gerar oportunidades, fortalecer o turismo e a economia de Campos do Jordão e do Vale do Paraíba. O MFL/ACS também foram notícia na mídia. Entre os destaques estão as matérias que abordam a programação de férias, as atividades alusivas ao carnaval e ao Dia Internacional das Mulheres. O museu recebeu a premiação Travellers' Choice 2022, certificação de excelência concedida pelo site TripAdvisor. Com isso, as duas instituições se consolidam entre as mais bem avaliadas pelo público visitante. Também se destaca a adesão à campanha Recicla Óleo peloMFL/ACS, que se tornaram ecopontos de coleta de óleo de cozinha usado - realização do Parque Lagoinha, com apoio da Prefeitura de Campos do Jordão, do Projeto Peace Ambiental e com patrocínio da SABESP. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 64.079pessoas e o público virtual foi de 530.641. No ano foram realizados 67 eventos presenciais. Museu Índia Vanuíre-MIV - localizado no município de Tupã, o MIV tem como missão preservar, pesquisar, valorizar e comunicar patrimônio histórico e patrimônio etnográfico indígena, em especial o legado de povos do oeste paulista, e promover a reflexão crítica sobre valores humanos e cidadania levando em conta diferentes culturas e interações entre diversos grupos da sociedade. Em celebração ao Dia Internacional das Mulheres, o MIV lançou a exposição virtual A Representatividade da Mulher Indígena no acervo do Museu Índia Vanuíre. Destaque ainda a realização da 50ª Semana dos Povos Indígenas e Semana Tupã, em comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas. O evento contou com representantes dos povos Kaingang,Krenak, Terena e Guarani Nhandewa, das Terras Indígenas Vanuíre, Icatu e Araribá. Destaque também para a exposição Tupã Plural, abordando aspectos sobre a chegada dos Kaingang ao sul e sudeste do Brasil, há 3 mil anos, mostras virtuais e projetos como o Saberes e Fazeres Indígenas e a Semana dos Povos Indígenas, entre outros eventos, além de cursos, oficinas e workshops. O númerototal de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 12.632 pessoas e o público virtual foi de 1.275.910. No ano foram realizados 49 eventos presenciais. Museu das Culturas Indígenas - MCI - localizado no município de São Paulo, nasceu com a missão de proteger, difundir e valorizar o patrimônio cultural indígena, promover a valorização e incentivar a produção artística indígena. Em consonância com a gestão compartilhada entre a Organização Social de Cultura ACAM Portinari eo Instituto Maracá, é importante destacar a criação do Conselho Indígena e Comitê Curatorial para oMCI. O Museu foi aberto ao público em junho e paralelamente tiveram início as atividades de Programação, com as exposições temporárias inaugurais, Invasão Colonial Yvy Opata - A terra vai acabar, de Xadalu Tupã Jekupé e Ygapó: Terra Firme, de Denilson Baniwa, ambos representantes da arte indígena contemporânea, que provocam o visitante a repensar a imagem que muitos têm sobre os povos originários do país. Para intervenções artísticas na área externa da edificação, no contexto da Exposição Decoloniza - SP Terra Indígena, destacam-se murais com grafismos guaranise com onças-uma mãe com seu filhote, das artistas Tamikuã Txihi e Rita Sales Hunikuin assinam ostrabalhos. O número total de visitantes presenciais da abertura do museu em junho até o mês de outubro, foi de 8.248 e o público virtual desde a ativação de suas redes virtuais em abril até o mês de outubro, foi de 682.118. A previsão é de que até o mês de dezembro sejam totalizados um público presencial de 13.957 e um público virtual de 954.965. No ano foram realizados 50 eventos presenciais. Museu Afro Brasil - localizado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, dentro do Parque Ibirapuera, o museu é um espaço de preservação, divulgação e celebração da cultura, da memória e da história do Brasil, abarca diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro- brasileiros, abordando temas como a religião, o trabalho, a arte, a escravidão, entre outros temas ao registrar a trajetória histórica e as influências africanas na construção da sociedade brasileira entre oséculo XVIII e os dias de hoje. Destacam-se as exposições Arqueologia Amorosa de São Paulo e Padre Jesuíno de Monte Carmelo aos olhos de Mário de Andrade inauguradas em janeiro, integrando a programação comemorativa do Aniversário da Cidade e o início à série de exposições em celebração ao Centenário da Semana de Arte Moderna de São Paulo, compondo também a programação da Semana de 22 cabe mencionar as exposições inauguradas em 25 de fevereiro, A Volta do Baile da SPAM de Lasar Segall, Os Artistas Acadêmicos, Os Artistas Modernistas e Esse Extraordinário Mário de Andrade. Além do evento que integrou a programação em homenagem ao mês da mulher, o 2° Encontro Negras Palavras, com o tema Mulheres, Ancestralidade e a Ciência. Outros destaques foram as exposições Múltiplas vozes femininas, com obras de 28 artistas mulheresque compõem o acervo do museu e Mestre Didi - Deoscoredes Maximiliano dos Santos, em homenagem ao Alapini - Sacerdote e artista Mestre Didi. Além disso, destaca-se a acolhida, em 23 de julho, de parte do 37º Panorama da Arte Brasileira – Sob as cinzas, brasa, nos espaços do Museu.A exposição São Paulo, 1822 - Bahia, 1823: datas da independência do Brasil em comemoração ao Bicentenário da Independência. Por fim, as programações especiais em virtude do aniversário do museu e do mês da consciência negra teve como destaque a exposição Uma História da África. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 74.785 pessoas e o público virtual foi de 780.217. A previsão de público presencial para dezembro é de 89.742 e de público virtual é 936.260. No ano foram realizados 91 eventos. Museu da Casa Brasileira-MCB - Localizado em São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, tem como missão dedicar às questões da morada brasileira pelo viés dos usos e costumes, arquitetura e design, buscando preservar asrelações do homem com seu habitat, por meio da pesquisa, da preservação e da comunicação, estimulando a inclusão social. A partir de janeiro, com o término do Comodato do Solar Fábio Prado e o encerramento do Contrato de Gestão nº 10/2016, o Museu passou a ser gerido pela Fundação Padre Anchieta através do Convênio nº 01/2021 firmado com a Pasta. O primeiro semestre ficou marcado pelo retorno das visitas e atividades presenciais. O terraço do MCB voltou aser palco do projeto Música no MCB. Dentro das ações extramuros, o Educativo MCB realizou umasérie de Oficinas na Calçada, cujo objetivo foi propor novas circulações de público e fluxosreferentes à temática da Instituição para além dos muros. Dentre as exposições temporárias destaca- se: Design e indústria - a história da tradicional botica Granado que apresentou o histórico dos principais acontecimentos dos 152 anos da empresa e o retrato de sua fabricação pioneira, cuja trajetória permeia as transformações do design, econômicas e sociais do país; a exposição Le Corbusier - A arquitetura moderna declarada Patrimônio da Humanidade, que apresentou o trabalho do arquiteto suíço considerado o fundador da arquitetura moderna e a exposição Orgânico Sintético: Zalszupin 100 anos que celebrou o centenário de nascimento do designer Jorge Zalszupin, um dos mais bem-sucedidos representantes da geração de arquitetos que atuou, entre os anos 1950 e 1980, de forma singular nos campos do design e da arquitetura brasileira. Importante destacar a realizaçãoda 35ª edição do Prêmio Design MCB, principal premiação do segmento no país realizada desde 1986, cujo objetivo é reconhecer a excelência no design brasileiro e, desta forma, incentivar seu fortalecimento e disseminação. A agenda do museu também contou com outras diversas oficinas, rodas de conversa e publicações, contextualizando a vocação do museu para a formação de um pensamento crítico em temas como arquitetura, urbanismo, habitação, economia criativa,mobilidade urbana e sustentabilidade. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 83.230 pessoas e o público virtual foi de 323.905. A previsão de público presencial para dezembro é de 99.876 e de público virtual é 388.686. No ano foram realizados 65 eventos. Pinacoteca do Estado de São Paulo - localizado na área central de São Paulo, no bairro da Luz, é um museu de artes visuais com ênfase na produção brasileira do século XIX até a contemporaneidade. A Pinacoteca apresentou as seguintes exposições, Adriana Varejão: Suturas, Fissuras, Ruínas, na Pinacoteca Luz, Ayrson Heráclito: Yorubáiano, na Pinacoteca Estação, Pelas Ruas: vida moderna e experiencias urbanas na arte dos Estados Unidos, 1893 - 1976, retomando a parceria com a Terra Foundation for American Arte, Revistas: um Projeto Moderno, Jonathas de Andrade, sobre o artista nascido em Maceió-1982 e radicado no Recife, que desenvolve seu trabalho em torno de um imaginário sobretudo da região Nordeste, no qual ficção e documentário semisturam, sempre permeados por tensões de gênero, classe e raça, e Lenora de Barros, com uma carreira iniciada em meados dos anos 1970, poeta e artista visual, trabalhando em diferentes mídias como o vídeo, a performance, a fotografia e instalação. Cabe mencionar ainda, o lançamento oficial do novo site da Pinacoteca em um formato de hub digital, centralizando em um único endereço todos os seus conteúdos digitais. O hub conta com nova organização dos conteúdos, layout moderno, tours virtuais e ampliação dos conteúdos digitais, com o objetivo de aprimorar a experiência antes, durante e após a visita presencial. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 437.989 pessoas e o público virtual foi de 4.142.035. A previsão de público presencial para dezembro é de 525.587 e de público virtual é 4.970.442. No ano foram realizados 64 eventos. É prevista a entrega da obra-iniciada em fevereiro da Pinacoteca Contemporânea se somará ao conjunto de edifícios da Pinacoteca de São Paulo, que hoje é composto pela Pinacoteca Luz e Pinacoteca Estação, totalizando 22.041 m² de área total, com 9.112m² de área expositiva, o espaço contará com uma praça pública para atividades artísticas e culturais,duas galerias para exibição de obras em grandes formatos, ateliês para atividades educativas, biblioteca e centro de referência e documentação, loja, café, restaurante, auditório, mirante e espaço de acolhimento. Estima-se que sua inauguração seja feita em janeiro de 2023. Memorial da Resistência de São Paulo - localizado no município de São Paulo, tem como missão dedicar-se à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano-1889 à atualidade. Os destaques foram, inauguração do Centro de Referência, no dia 29de abril, disponibilizando ao público acesso ao acervo - oriundo dos programas de pesquisa Coleta Regular de Testemunhos e Lugares da Memória, por meio da organização de coleções temáticas no repositório digital da instituição, da catalogação do arquivo institucional, além da abertura de um espaço físico com publicações de referência e atendimento ao público; A exposição temporária Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência; A realização do Curso Intensivo de Direitos Humanos que contou com um público recorde de 111 participantes; O Curso Instituto Bixiga Fruto da parceria entre o Memorial da Resistência e o Instituto Bixiga - Pesquisa, Formação e Cultura Popular, o curso é realizado desde 2018 em formato de aulas abertas para o público interessado. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 49.470 pessoas e o público virtual foi de 336.551. A previsão de público presencial para dezembro éde 59.364 e de público virtual é 403.622. No ano foram realizados 73 eventos. Casa das Rosas - localizado na Avenida Paulista na cidade de São Paulo, desde a sua reinauguração como Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, no final de 2004, tem oferecido à população de São Paulo cursos, oficinas de criação e crítica literárias, palestras, ciclos de debates, lançamentos de livros, apresentações literárias e musicais, saraus, peças de teatro e exposições ligadas à literatura. Destaca-se Renascimento, instalação inédita do artista plástico Siron Franco em homenagem às vítimas da pandemia e aos profissionais da saúde; A programação especial dedicada ao Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, que trouxe ciclos de leituras, palestras, resenhas, além do festival Viva a Vaia realizado no Salão Nobre do Theatro Municipal, em uma parceria que possibilitou a realização do festival onde a Semana ocorreu, com uma programação intensa; O TRANSarau, atividade realizada pelo coletivo no jardim da Casa das Rosas, em 25 de julho, para assistir leituras de poemas e demais expressões artísticas de artistas LGBTQIA+, e o sarau Declama, mulher!, organizado por Bárbara Zarif e Lua Apolinário; A realização do já tradicional Bloomsday, na sua 35º edição, sob o tema Coletivo Joyce, que trouxe uma programação com leituras, performances e apresentações de música e dança irlandesa, que, além de homenagear a obra de James Joyce, também evocou ressonâncias da obra escritor irlandês na obra de escritores brasileiros, entre eles Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Haroldo de Campos e ClariceLispector; E a realização em Rede do VII Encontro de Museus-Casas Literários, entre 28 e 30 de julho, sob o tema Agoridade: a reconstrução do passado no presente. Durante o ano espaço esteve em restauro, tendo como objetivo recuperar as características originais do imóvel construído na década de 1920 e aprimorar sua funcionalidade como espaço público de cultura O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 358.155 pessoas e o público virtual foi de 354147. A previsão de público presencial para dezembro é de 429.786 e de público virtual é 424.976. No ano foram realizados 197 eventos. Casa Guilherme de Almeida - localizado nomunicípio de São Paulo, é um museu biográfico, que abriga também, hoje, um Centro de Estudos deTradução Literária. Destacou-se uma programação que incluiu cursos, debates, oficinas, recitais e apresentações nos âmbitos da poesia e da música, do cinema, das artes plásticas, da tradução literária e intersemiótica, entre outros, que atendem a necessidades de informação e formação de seu público, o qual tende ao crescimento e à constância de participação. Nesses segmentos, temas atuais foram destaque no 2º quadrimestre e continuarão até dezembro, como: a participação das mulheres em diversos campos das artes e da cultura; a memória das manifestações populares, bem como da criação artística no Brasil e seus caminhos atuais; a necessidade de inclusão social e de participação efetiva de minorias no espaço cultural; a importância da contribuição do povo indígena e do povo negro na formação da cultura, cabendo mencionar a programação especial dedicada ao Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, que trouxe a exposição de fotos intitulada A Exposição de fotografia que não aconteceu na Semana de 22, além de cursos e palestras; O evento Hora H, que anualmente focaliza o legado de poeta Haroldo de Campos e que excepcionalmente, em 2022, foi dedicado a outro dos criadores do movimento da poesia concreta no Brasil, Décio Pignatari; e O evento Transfusão - Encontro Internacional de Tradutores. O número total de visitantes presenciais

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

recebidos até outubro foi de 1.905 pessoas e o público virtual foi de 167.116. A previsão de público presencial para dezembro é de 2.286 e de público virtual é 200.539. No ano foram realizados 133 eventos. Casa Mário de Andrade - localizado na cidade de São Paulo, foi reaberta ao público em 2015, no 70º aniversário de morte de escritor, com a inauguração da exposição de longa duração A Morada do Coração Perdido. Destaca-se a exposição Fantoches da meia-noite - A modernidade que sai das sombras, que apresentou o raríssimo álbum de gravuras de Di Cavalcanti, Fantoches da meia-noite, publicado em 1922 pela Editora Monteiro Lobato e Cia; as atividades relacionadas ao tema da preservação do patrimônio cultural, que deu início à 3ª edição do Programa Formativo Patrimônio, Memória e Gestão Cultural; além das atividades relacionadas ao Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, entre elas, cursos, lançamento de livro e mesa-redonda. Com o objetivo de aprofundar a pesquisa acerca do modernista e de fomentar a criação cultural com base em sua vida e sua obra, foi constituído em 2018 o Centro de Pesquisa e Referência Mário de Andrade, cujas atividades focam, sucessivamente, os diversos campos de trabalho do escritor. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 2.265 pessoas e o público virtual foi de 106.136. A previsão de público virtual para dezembro é 127.363. No ano foram realizados 77 eventos. Museu Catavento - localizado no Palácio das Indústrias na cidade de São Paulo, foi inaugurado em 2009 e é um espaço interativo que apresenta a ciência de forma instigante para crianças, jovens e adultos. Destaca-se no ano a exposição virtual temporária Mulheres na Ciência, no Google Arts and Culture; ações em comemoração ao Centenário da Semana de Arte Moderna de 22: em parceria com o Museu da Imagem e do Som - MIS, realização do evento Portinari para todos e exposição temporária O Ateliê de Brecheret-presencial e tour virtual, na sala do Palácio das Indústrias onde o artista Victor Brecheret trabalhava; programação para a Semana Darwin, com 5 eventos virtuais temáticos DARWI'N SHOW; apresentação do espetáculo teatral Floresta Viva, em comemoração ao Aniversário de São Paulo; realização de oficina de cataventos e apresentação do espetáculo O show da química, em comemoração ao aniversário de 13 anos do Museu Catavento; desenvolvimento de 10 ações para programação de férias do Catavento; exposição extra muros presencial Catavento no Miramar Shopping, em Santos, e atividade virtual sobre o Bicentenário da Independência Biografando no Museu - Domitila; a concentração, pela 4ª vez, do passeio promovido pelo DGR-Distinguished Gentleman's Ride, para a conscientização sobre o câncer de próstata e saúde mental masculina, com participação de 2.500 motociclistas; execução do projeto Música no Catavento em parceira com o Projeto Guri, gerenciado pela OS Santa Marcelina Cultura;participação da edição de 2022 da MuseumWeek - evento digital global; realização de 5 eventos virtuais temáticos apresentando Histórias Inspiradoras de pessoas que tiveram suas vidas impactadas, de alguma maneira, pelo Museu Catavento para compor programação da SemanaNacional de Museus 2022; além de programação temática para o Dia das Crianças e participação naSemana Nacional de Ciências e Tecnologias. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 548213 pessoas e o público virtual foi de 1637953. A previsão de público presencial para dezembro é de 657.856 e de público virtual é 1.965.544. No ano foram realizados124 eventos. Museu da Imagem e do Som - MIS - localizado na cidade de São Paulo, foi inaugurado em 1970, possui coleção composta por fotografias, filmes, vídeos e cartazes. Destaca-se as exposições Archipélago, a partir do projeto gráfico de Roberto Linsker, uma coletânea de vinte artistas que expressaram suas relações com a pandemia e o isolamento em diversos suportes e linguagens; A parceria com a Casa das Rosas para realização da instalação inédita "Renascimento", do artista plástico goiano Siron Franco, Cem anos modernos, em comemoração à Semana de Arte Moderna de 1922; além dos já tradicionais Notas Contemporâneas, Ciclo de Cinema e Psicanálise, Cine KIDS, Cinematographo e Estéreo MIS, Roteiros e Roteiristas, Videoarte Papo e CineCiência; Terceira edição do MIS em cena, grandes personalidades negras. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 244.792 pessoas e o público virtual foi de 10.699.846. A previsão de público presencial para dezembro é de 293.750 e de público virtual é 12.839.815. No ano foram realizados 214 eventos. MIS Experience - localizado no bairro da Água Branca em São Paulo, inserido no ano de 2021, por meio do Decreto nº 65.536, de 24/2/2021. Cabe o destaque para a exposição Portinari Para Todos, que revisita as obras de Cândido Portinari - um dos grandes ícones da arte do século XX, nascido em Brodowski, interior de São Paulo – a partir de recursos audiovisuais e sonoros que preenchem os mais de 1500m² do espaço expositivo e levam o visitantea fazer um verdadeiro mergulho no universo do pintor; Para o Quintal do Portinari, espaço que proporciona um mergulho em experiências lúdicas para conduzir crianças e famílias, de forma inédita, à grandiosidade de Cândido Portinari e suas obras; A exposição 1932: Revolução, Constituição e Cidadania - A força de um ideal; O Candlelight x Portinari: os clássicos no MIS Experience, concertos à luz de velas realizados dentro da sala de Projeções da exposição; e foi lançado o Tour Virtual: Portinari Para Todos. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 179.466 pessoas e o público virtual foi de 2.251.816. A previsão de público presencial para dezembro é de 179.466 e de público virtual é 2.7022179. No ano foram realizados43 eventos. Paço das Artes - localizado na cidade de São Paulo, o espaço tem como objetivo organizar e manter exposições de arte contemporânea, promover cursos, palestras, workshops, conferências, audições e intercâmbios artísticos. Outras missões são incentivar a produção de obras, formar novos agentes- principalmente, jovens críticos, curadores e artistas, difundir a arte contemporânea nacional e internacional, além de divulgar assuntos relacionados à área de sua especialidade. O museu deu continuidade à exposição Máscaras: fetiches e fantasmagorias, que ficou em cartaz de 27/11/2021 a 13/3/2022; mostra Modernismo desde Aqui, com curadoria de Claudinei Roberto da Silva, a exposição evocava um dos principais aspectos do movimento modernista, ao longo do período foram realizadas Atividades Paralelas, tais como Bate-papo com Artistas, mostra do vídeo-documentário Maurino Dança - direção Veronica Manevy e Marcelo Sant'Ana, 2018 e conversa com a equipe do acervo do CCSP; exposições do Temporada de Projetos2022, 26ª edição de uma das maiores convocatórias de artistas contemporâneos do Brasil. O númerototal de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 20.939 pessoas e o público virtual foi de 359.128. A previsão de público presencial para dezembro é de 25.127 e de público virtual é430.954. No ano foram realizados 37 eventos. Museu de Arte Sacra de São Paulo - localizado na área central de São Paulo, inaugurado em 1970, ocupa a ala esquerda térrea do Mosteiro de Nossa Senhora da Imaculada Conceição da Luz e a antiga Casa do Capelão, onde, desde 1999, estáexposto o acervo de presépios do museu. Tem como uma de suas principais atribuições recolher, classificar, catalogar e expor objetos religiosos cujo valor estético ou histórico recomende a sua preservação. Destaca-se as exposições, O Gênesis Segundo Eva, De Esperança em Esperança - Homenagem a Dom Paulo Evaristo Arns, na Sala MAS Estação Tiradentes do Metrô, Série Retratos, de Rafael Hayashi, na Estação Trianon-MASP, Transcendência I - Viúvas de maridos Vivos, É Sacro. É moderno. A Arte Sacra dos Modernistas, NAÏFS, os modernistas atuais, na Sala MAS Estação Tiradentes do Metrô, Exposições temporárias com acervo próprio Te Deum. Onúmero total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 28.789 pessoas e o público virtual foi de 1.276.762. A previsão de público presencial para dezembro é de 34.547 e de público virtual é 1.532.114. No ano foram realizados 58 eventos. Museu do Café - localizado na cidade de Santos inaugurado em 1998, é um dos principais pontos turísticos da cidade, e tem como objetivo a preservação e divulgação da história do café no Brasil. No Programa de Exposições e Programação Cultural destaca-se a programação Cent.Fest, voltada a celebração do centenário da Bolsa Oficial deCafé, edifício sede do Museu, e o lançamento da primeira edição do Programa de Residência Artística Santos 2022, além da continuidade da itinerância internacional da exposição Viaggio nella terra delcaffé, para a Academia de Café Expresso em Florença, na Itália. Tem destaque também, a realização da primeira edição do Programa de Residência Artística, que teve como temática Santos 2022, em conexão com as comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, 130 anos do Porto de Santos, e centenário do edifício da Bolsa Oficial de Café, e a realização da feira Mercado Coffee. O Museu deu início a pesquisa de duas exposições virtuais para esse ano; Monumentos do Centenário e 10 Anos da IWCA/Brasil, assim como o Desenvolvimento do plano de divulgação da nova exposição de longa duração do Museu do Café. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 286.605 pessoas e o público virtual foi de 427137. A previsão de público presencial para dezembro é de 34.3926 e de público virtual é 512.564. No ano foram realizados 26 eventos. Museu da Imigração - localizado na antiga Hospedaria de Imigrantes, no bairro da Mooca, em São Paulo, herdou do Memorial do Imigrante toda a história de preservação damemória das pessoas que chegaram ao Brasil por meio da Hospedaria. O museu inaugurou com o artista Eduardo Kobra uma grande intervenção intitulada Janelas Abertas para o Mundo. Destaque para as exposições - Eu vim de lá, NINGYŌ: Art and Beauty of Japanese doll, e para o projeto Migrações Climáticas - nome provisório para a Requalificação da exposição de longa duração Migrar: experiências, memórias e identidades. Para celebrar o Dia Nacional da Comunidade Árabe, o MI promoveu a exibição de curtas-metragens e a realização de palestras sobre o tema, em parceriacom a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira - CCAB, outra parceria que merece destaque foi coma Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC e a Organização Internacional para as Migrações - OIM para a realização da ação Mulheres além das fronteiras, um ciclo de debates voltado a mulheres migrantes. Também foi realizado o Festival Gastronômico Comida de Herança, que reuniu em um fim de semana mais de 50 pequenos produtores que apresentaram seus produtos para cerca de dois mil visitantes, e tradicional Festa do Imigrante em sua 27ª edição. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 110.248 pessoas e o público virtual foi de 1.642.905. A previsão de público presencial para dezembro é de 132.298 pessoas e de público virtual é 1.971.486. No ano foram realizados 24 eventos. Museu do Futebol - situado junto ao Estádio do Pacaembu, tem como missão investigar, preservar e comunicar o futebol como expressão cultural no Brasil. Destaca-se a elaboração conjunta do partido curatorial preliminar da Nova Exposição de Longa Duração, com previsão de inauguração para setembro de 2023, destaque também para a realização da exposição temporária 22 em Campo, com curadoria de Guilherme Wisnik, a exposição estabelece relações entre a Semana de Arte Moderna de 1922 e o futebol. Em comemoração à data internacional que homenageia o orgulho LGBTQIAP+, a equipe do Centro de Referência do Futebol Brasileiro publicou a exposição virtual Diversidade em Campo: Futebol LGBTQIAP+. A programação cultural continua desenvolvendo distintas frentes de ações culturais visando a democratização e ampliação do acesso de diferentes públicos, em modalidade híbrida – virtual e presencial. Para celebrar a 22ª Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino, o museu receberá torcidas de diversos países do mundo, assim como ocorreu nas duas últimas edições, serão realizadas parcerias com consulados e comunidades estrangeiras representantes dos países participantes do Mundial para que assistam aos jogos nos espaços do Museu do Futebol. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 218.527 pessoas e o público virtual foi de 4202224. A previsão de público presencial para dezembro é de 262.232 e de público virtual é 5.042.669. No ano foram realizados 98 eventos. Museu da Língua Portuguesa - localizado na área central de São Paulo, foi criado com o objetivo de valorizar a diversidade da língua portuguesa, celebrá-la como elemento fundamental e fundador da cultura e aproximá-la dos falantes do idioma em todo o mundo. Destacam-se as edições do Sarau do Museu da Língua Portuguesa, marcando a retomada das atividades presenciais e a realização do processo de seleção de projetos Plataforma Conexões, para celebração do Dia Internacional da Língua Portuguesa, foram realizados três dias intensos de atividades com mesas de conversa ao vivo e transmitidas pelos canais do Youtube e Facebook do Museu, shows e performances no Saguão Central, Saguão B e na Praça da Língua, o diretor de cinema e teatro Felipe Hirsch foi o curador do evento e propôs uma programação especial a partir de irradiações de sua aclamada peça Língua Brasileira e teve a parceria do Sesc SP;ainda como parte das comemorações houve o lançamento da Instalação de O Conto da Ilha Desconhecida baseado no livro de José Saramago. Nesse ano o MLP deu continuidade à parceria com a CPTM para a ativação do Saguão Central da Estação da Luz com atividades da programação cultural do Museu da Língua Portuguesa, como as apresentações do Plataforma Conexões-primeiro edital público de ocupação do museu e Sarau Língua Afiada. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro de 2022 foi de 290.293 pessoas e o público virtual foi de 2.053.066. A previsão de público presencial para dezembro é de 348.352 e de público virtual é 2.463.679. No ano foram realizados 42 eventos. Museu da Diversidade Sexual - localizado na estação da República em São Paulo, é uma instituição destinada à memória, arte, cultura, acolhimento, valorização da vida, agenciamento e desenvolvimento de pesquisas envolvendo a comunidade LGBTQIA+. Em virtude de decisão judicial liminar decorrente da Ação Popular nº 1078082-34.2021.8.26.0053, que suspendeu o Contrato de Gestão 05/2022, firmado entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e o Instituto Odeon, o Museu da Diversidade Sexual esteve fechado entre 30/4 e 1/9/2022. Com a revogação da liminar em sede de Agravo de Instrumento nº 2100933-78.2022.8.26.0000, foi viabilizado a reabertura do Museu da Diversidade Sexual ao público a partir de 2/9/2022. Algumas perdas impactaram sobremaneira o cumprimento das metas pactuadas para o exercício, pois foi no 2º quadrimestre que ocorrem as datas mais relevantes para o calendário do Museu da Diversidade Sexual: Parada do Orgulho LGBT+ - 19/6, Dia Internacional de Combate à Homofobia-17 de maio, Dia Internacional do Orgulho LGBT-28 dejunho, Dia Internacional da Visibilidade Lésbica-29 de agosto, Dia Internacional das Drags-16 de julho, entre outros. Destacam-se a entrega das primeiras versões da Política de Gestão de Acervos e do projeto do Centro de Pesquisa e Referência. A equipe do museu se ateve à construção do bookde captação e aos programas de doação para pessoas físicas, com vistas a apresentá-los aos parceiros após a reabertura do museu e retorno às atividades normais. Merecem destaques odesenvolvimento, pela Secretaria em parceria com o Metrô, por meio de Termo de Convênio pactuado, de projeto executivo que possibilitará a ampliação e requalificação da sede localizada na Estação República, além de avanços nas tratativas para obtenção de edificação para acolhimento de uma nova unidade na região da Avenida Paulista. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 14335 pessoas e o público virtual foi de 247900. A previsão de públicopresencial para dezembro é de 17.202 e de público virtual é 297.480. No ano foram realizados 27 eventos. Museu das Favelas - localizado na região central de São Paulo, o Museu das Favelas foicriado, por meio do Decreto Estadual nº 66.194, de 8/11/2021, como uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para integrar uma série de projetos voltados para as favelas de São Paulo, abarcando as áreas da cultura, esporte, emprego e renda, democratização da internet, segurança alimentar e assistência social. Cabe o destaque ao evento presencial Abre-Caminhos, realizado entre 30 e 31 de julho e com a participação de 530 pessoas, a maioria articulada em comunidades periféricas de São Paulo com apoio da CUFA. Atendendo uma solicitação da UPPM para realizar ativações do Museu antes da abertura, o evento foi a primeira iniciativa de programação no espaço da sede do Museu à população. Foram dois dias de evento com rodas de conversa, vivências de samba rock, espaço lúdico para crianças, interações educativas, feira de empreendedorismo e apresentação musical. O número total de visitantes presenciais recebidos até outubro foi de 552 pessoas e o público virtual foi de 65.145. A previsão de público presencial para dezembro é de 1.656 pessoas e de público virtual é 91.203. No ano foram realizados 26 eventos.

Unidade de Monitoramento dos Contatos de Gestão - UM - Melhoria Contínua da Gestão de Processos e Equipamentos da Cultura - Monitoramento e Avaliação de Contratos de Gestão - A Unidade foi criada no ano de 2013 por meio do Decreto nº 59.046/2013 e tem como principal objetivo elaborar diretrizes e procedimentos para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das parcerias firmadas entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e as Organizações Sociais de Cultura - OSs. Atua em conjunto com as Unidades Gestoras - UGEs da

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Secretaria para desenvolver metodologias, normas, procedimentos, manuais, sistemas e indicadores culturais, aprimorando o monitoramento dos contratos de gestão, além de promover capacitações internas e gerenciar o Portal da Transparência na Cultura. A UM também fornece suporte àComissão de Avaliação dos Contratos de Gestão - CA, comissão ad hoc composta por especialistas da área de gestão cultural e notório saber da sociedade civil e por funcionários do estado de São Paulo que aprovam trimestralmente via relatórios os resultados atingidos por meio da execução dos planos de trabalho dos contratos de gestão. A UM atuou no 1º semestre do ano, na elaboração de 28 Pareceres Econômico-Financeiros de monitoramento e avaliação, referente à prestação de contas anual do exercício de 2021 das OSs parceiras, analisando os resultados finalísticos e a execução orçamentária-financeira dos contratos de gestão para subsidiar a análise da Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão - CA. A UM também deu suporte e subsidiou a CA durante o ano secretariando as 3 reuniões deliberativas trimestrais da CA. Outras ações da UM: no 2º semestre dea UM realizou 22 visitas técnicas às sedes das organizações culturais para verificação de processos de compras e contratações, e processos seletivos de recursos humanos, e serão elaborados 26 relatórios sobre as visitas. A UM também elaborou durante o ano, 5 Referenciais Orçamentários - ROFs para as 05 Convocações Públicas de organizações interessadas em firmar contrato de gestão com a Secretaria para gerenciamento do: Museu Catavent; EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campo; Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo; Museus-Casa -Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade; e Museu Afro Brasil. Por fim, também elaborou 5 Pareceres sobre as propostas orçamentárias das Convocações Públicas mencionadas anteriormente e realizadas no 2º semestre. *Fundação* Memorial *da América Latina - FMAL* - Integração das Culturas Latino- Americanas - Este programa tem como objetivo divulgar e intercambiar a cultura dos países latino- americanos e promover sua integração às atividades intelectuais do Estado de São Paulo, especialmente estreitar as relações culturais, políticas, econômicas e sociais entre os povos latino- americanos, constituindo-se em um instrumento concreto de colaboração técnica, econômica, social e cultural; coordenando iniciativas internacionais de alcance continental que representem interesses dos povos latino-americanos. Preservação do Patrimônio Cultural Latino-Americano - Foram realizados investimentos com a aquisição de materiais permanentes para manutenção dos prédios, bem como das atividades da Fundação. Apoio Técnico e Administrativo - Com a finalidade de apoiar as atividades, objetivando a divulgação e intercâmbio da cultura brasileira e latino-americanae sua integração às atividades intelectuais do Estado de São Paulo, a Fundação Memorial da América Latina buscou inovação e investimentos, bem como contratações para as operações essenciais. Foi reforçada a importância sociocultural das campanhas de conscientização com a iluminação institucional temática dos complexos do FMAL. A Fundação Memorial da América Latina concluiu neste exercício ações de zeladoria e recuperação em todas as áreas da Fundação, visando a segurança e as melhores condições de realização dos eventos e das atividades administrativas, tais como: reforma de painéis elétricos de bomba de recalque de água pluvial, religação da tubulação de hidrante do ramal de abastecimento do subsolo da Biblioteca, lavagem da laje de cobertura do Auditório, reforma de armários de madeira do prédio administrativo, pintura da passarela e receptivo, conservação e melhoria da Sala dos Espelhos, reforma do subsolo da Galeria Marta Traba e serviços de conservação do subsolo da Biblioteca. Promoção de Atividades Culturais. Ao longo do exercício foram desenvolvidas atividades culturais relativas à América Latina, além de cessão de espaços a terceiros para realização de eventos e filmagens. Exposição permanente do Pavilhão da Criatividade Darcy Ribeiro; Colação de Grau do Curso de Medicina da Faculdade Santa Marcelina; Ensaios da São Paulo Big Band; Ensaios da Orquestra Brasil Jazz Sinfônica; Ensaio de Carnaval com Bloco da Anitta; Exposição Pilares de 22; Exposição Um Outro Olhar como Teatro Cego; Solenidade de Colação de Grau; Ensaio de Carnaval com Dilsinho e Menos é Mais, filmagem e fotos campanha @farmrio; Filmagem da série Beijo Adolescente; Filmagem Campanha Bitso; Prêmio Notáveis - CNN; Filmagem campanha Desodorante Nívea; Feira Gastronômica Latino-Americana; Festival do Pastel e do Açaí; Curso de Segurança Institucional da Casa Militar; XIX Simpósio Internacional da Sociedade Brasileira de Glaucoma; Rock Brasil 40 Anos; Avant Premiere do Documentário sobre Educação na Pandemia; Rock Brasil 40 Anos com Barão Vermelho, Leoni, Léo Jaime, e Bebel Gilberto; Colação de Grau da Millenium Formaturas; Rock Brasil 40 Anos com Ultraje a Rigor, Titãs, Ira e Camisa de Vênus; Pholia 2022; Rock Brasil 40 Anos com Paulo Ricardo, CeLeeBration, Humberto Gessinger e Blitz; Rock Brasil 40 Anos com Frejat, Nando Reis, Arnaldo Antunes e Marina Lima; Comemoração da inauguração da escultura de Geraldo Filme; Feira Gastronômica Latino-Americana com Festival do Churrasco e da Cerveja Artesanal; Yoga no Memorial; Fest Club SP 2022; Exposição No Escuro, é permitido sorrir..., da fotógrafa Maureen Bisiliat; Ateliê da Exposição Big Heart Parade – Mata Atlântica; Arena CarnavalBloco do Silva; One Day Seminar; Palestra Mario Sergio Cortella - Faça o Teu Melhor! Competência e o Risco da Mediocridade; UNESP homenagem aos Cem Anos da Semana de Arte Moderna de 1922; Nômade Festival; Musclecontest São Paulo - 2022; Feira Gastronômica Latino- Americana com Festival da Comida Alemã, Cerveja Artesanal e Coxinha; Ação beneficente de distribuição de cestas básicas para refugiados e migrantes venezuelanos em São Paulo da Embaixada da Venezuela; Exposição Big Heart Parede - Mata Atlântica; Festival Boma; Marina Week 2022; Carnaval Andino Yunza; Sessão Solene do Conselho Universitário para a outorga do título de Doutor Honoris Causa ao escritor moçambicano Mia Couto; Exposição Adélio Sarro: 50 anos de Arte; Anuência do Concurso Público da Secretaria de Administração Penitenciária; Arena Pre-Jogos; Seminário Estadual de Segurança Alimentar; Festa Junina no Memorial; Feira Gastronômica Latino-Americana com Festival de Hambúrguer, Bacon, Feijoada e Cerveja Artesanal; Better Together; Filmagem e fotos Editorial de Moda Fila BR; Cine Autorama; Lançamento de livro comemorativo dos 50 anos de carreira do artista plástico Adélio Sarro; PMU - Parque da Mobilidade Urbana; Yoga no Memorial; Festival Paulistanxs - Prêmio Samba Rock; Prêmio Melhores do Ano da Gastronomia 2022; Encontro de Gestores Municipais do Estado de SãoPaulo; Fotos campanha publicitária Shooting NK Verão 2022; Ação de distribuição de doações e vale-gás da Embaixada da Venezuela a migrantes e refugiados; Festa Julina; V Bienal Internacional Graffiti Fine Art - GFA; Reunião Integrada de Secretariados e Governo nos Bairros; Workshop V Bienal Internacional Graffiti Fine Art - GFA; Ciclo de Capacitação em Saúde e Praça da Sombra; LabModa+ - Oficina de moda para jovens em situação de vulnerabilidade social; Coral de Turetsky;Festas Pátrias Peru Bicentenário 2022; Feira Gastronômica Latino-Americana com Festival do Morango e da Batata; Filmagem campanha Fashion Film iLove.e/Wella; Colação de Grau do Curso de Medicina da Faculdade Santa Marcelina; Seminário Educação em Rede da Secretaria Municipal de Educação; Carta de Crédito Associativo da Secretaria Estadual da Habitação; 10 Anos daALCAM - Alianza Latino Americana de Autores y Compositores; Lançamento Swift CarbonMY22; Shimano Fest 2022; Lançamento do livro de Ricardo Stuckert O Brasil no Mundo; Curso deSegurança Institucional; Tiffany & Co. Reveal Dinner; Corrida Batmnan & Batgirl Run Series; Feira Gastronômica Latino-Americana com Festival do Camarão; Seminário Banco do Povo; Seminários Regionais das Comissões de Mediação e Conflitos; Debate dos Candidatos ao Governo do Estado de São Paulo da TV Cultura; Comemoração ao 211º Aniversário de Independência do México; Coala Festival 2022; Exposição de cartuns, Angeli por Nós; Projeto Porto Voluntário - Hora do Recreio; Exposição interativa 10 Anos Gloob; Festival Love Love a Festa; Solenidade de Posse do corpo diretivo do Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região; Fotos campanha Hering; Mundo Zenvia; Festival Sons da Rua; Feira Gastronômica Latino-Americana com Festival do Hambúrguer, Cerveja e Bacon; Prêmio Melhores do Ano Música Gospel 2022; XXII Prêmio ABT; Festival Clube de Criação 2022; Festival Gastronômico Itinerante Sabores da Terra; Globo Upfront 2023; Festival Mesa SP 2022; Dia de Los Muertos; Filmagem e fotos campanha Natura; Semana da Consciência Negra da Secretaria Municipal de Cultura; ABC Cripto; 6º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão; Feira Gastronômica Latino-Americana com Festival da Comida Mexicana; CX Summit 2022; Corrida Rolling Stone; Feira Gastronômica Latino-Americana; Congresso Nacional de Consórcios Públicos da Secretaria de Desenvolvimento Regional; Fórum SPAfro Brasil 2022; Palestra de Mário Sérgio Cortella; Festival Mistura BR; Feira Gastronômica Latino-Americana; Feira Preta 2022; Prêmio Top Destinos Turísticos 2022; Exposição Orixás; Festival Reggae é Memória; Confraternização Colégio Brasil Canadá; Prêmio e-Sports 2022. Cátedra Memorial da América Latina - no âmbito da Cátedra foram realizadas as atividades acadêmicas que seguem: Seminário Internacional - Vidas refugiadas: trajetórias no limiar do século XXI; Curso de extensão: Reflexões sobre a Interpretação Forense; Mesa de debates sobre Portunhol; Concessão de 5 bolsas de estudo; Realização de Seminário Internacional de Abertura da Cátedra Unesco Memorial, com a palestra internacional on-line A importância das artes na transformação de conflitos no contexto de migrações; Palestra extensionista on-line Repercussõesda Semana de Arte Moderna de 1922 no cenário cultural da América Latina: revisão100 anos em parceria com PROLAM/USP e AICA; Encontro do grupo de pesquisa Realidade Latino-americana, em parceria com a Unifesp; Produção e publicação do livro digital Cadernos da Cátedra, volume II: Vidas em Refúgio; Seminário de Extensão da Cátedra com a palestra on-line Etnopoesia como lugar de pertencimento cultural; Participação no I Seminário Internacional Refúgio Acadêmico, em parceria com a Unicamp e Cátedra Sérgio Vieira de Mello; Seminário de Extensão da Cátedra coma mesa on-line: Arte e cultura em contextos de deslocamentos - roda de conversa; Seminário de Encerramento da Cátedra 2022, com o tema Ações culturais como facilitadoras da integração de pessoas em situação de refúgio no Brasil presencial, com a palestra Refúgio por orientação sexual e apresentação dos resultados das pesquisas de 2022 e produção do livro on-line Cadernos da Cátedra, Volume 3: cultura como facilitadora na integração de pessoas em situação de refúgio. Centro Brasileiro de Estudos da América Latina - O CBEAL, promoveu diversas atividades acadêmicas para a promoção da integração latino-americana por meio da cultura, da arte e da educação, a saber: produção e lançamento da Revista Nossa América edição número 58, especialdos 100 anos da Semana de Arte Moderna; Realização da Live Memorial 33 anos: patrimônio cultural e integração latino-americana; Visitas escolares guiadas; Realização do Clube de LeituraLer a América Latina: Literatura contemporânea na América Latina, a virada do milênio; Mesa redonda - Saudades do que não foi - em parceria com a Unesp; Produção e lançamento da Revista Nossa América edição número 59; Especial 200 anos de independência do Brasil; Concessão de 9 bolsas de pesquisa, Seminário de abertura das bolsas CBEAL 2022-1, com a palestra internacional on-line Políticas públicas para população migrante; Entrega título Doutor. Honoris Causa, pela Unesp, ao escritor Mia Couto; Exposição da instalação artística Latinoamerica_negra_contemporânea em parceria com a ECA-USP; Produção e publicação do livro digital CBEAL Pesquisa, volume I: Tradução e Interpretação Comunitária; Apresentação das Orquestras Unesp, Unicamp e USP no Festival Centenários, parceria com a Unesp; Realização do IV Trema, com os painéis on-line: Mulheres, Tradução e Mercado Editorial; Narrativas amazônicas;Pagu e o Parque Industrial; Tradução como prática de resistência e inclusão: vozes femininas negras; Literatura árabe traduzida e editada por mulheres; Experiência de tradução coletiva - Nossos Corpos por Nós Mesmas; Conversa com Tradutoras Editoras e Geopolíticas feministas, em parceria coma FFLCH-USP; Seminário Modernismo en la Cuenca del Caribe - salidas y llegadas en la transformación de las artes visuales, parceria com PROLAM/USP e AICA; Seminário on-line de abertura das Bolsas de Extensão e Pesquisa - CBEAL - 2022-2; organização e realização do Curso de Formação de Tradutores e Intérpretes Comunitários; Seminário on-line de extensão do CBEAL: Nacionalismo religioso xiita do Irã e suas consequências; Seminário de Extensão da Cátedra, com o painel on-line Apoio a projetos culturais em contextos de refúgio: a capoeira como instrumento de integração social; Produção e lançamento da Revista Nossa América edição número 60, especial 100 anos de Darcy Ribeiro; Produção do livro digital CBEAL Pesquisa, volume II: Migrações forçadas e refúgio na América Latina durante a pandemia da COVID-19; Atividade de extensão do CBEAL, com o painel on-line Comunicação para um melhor acolhimento dos migrantes e refugiados e seminário de encerramento das atividades de pesquisa do CBEAL 2022, com a palestrainternacional on-line O sistema de proteção aos refugiados na América Latina.

Fundação Padre Anchieta - FPA - Rádio e TV Educativas e Novas Mídias - Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, gerida por um Conselho Curador e uma Diretoria Executiva, é uma pessoa jurídica de direito privado, instituída pelo Governo do Estado de São Paulo por meio da Lei 9.849, de 26/9/1967, com autonomia administrativa, financeira e jurídica, sem fins lucrativos e com patrimônio próprio administrado por seu conselho e seus respectivos executivos. Seu funcionamento é custeado por dotações orçamentárias consignadasanualmente pelo poder público, doações, recursos próprios provenientes de suas atividades e de seus bens patrimoniais, e os saldos dos exercícios findos. A independência e a imparcialidade, o respeito à diversidade cultural, social, racial e de gênero, e a proteção das minorias, dos desassistidos e do meio ambiente são valores permanentes da instituição. O ano de 2022 inicia-se trazendo esperança em contraponto às incertezas e dores que foram enfrentadas em anos anteriores devido à crise sanitária gerada pela COVID-19. Diante da flexibilização de medidas e pelo fim da emergência em meados de abril, a TV Cultura manteve as orientações de prevenção à contaminação, realizou um programa de prevenção à saúde mental e o mapeamento do perfil de saúde dos colaboradores, e assim continuou adaptando-se às novas perspectivas e respondendo aos desafios criados por essa nova realidade. A Diretoria Administrativa e Financeira, teve comopreocupação dar prosseguimento ao modelo de governança adotado pela gestão, utilizando asfinanças de maneira a assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da entidade, fator esse determinante para o cumprimento das metas que concerne ao processo da execução orçamentária. Como destaque, cita-se a retomada do Programa de Compliance da FPA, com a realização do Workshop de Compliance e a apresentação de novas políticas integrantes do Programa de Integridade. Sobressai ainda a revitalização do Teatro Franco Zampari, implantação do novo modelo de frota e o leilão dos veículos e bens inservíveis. Na produção de programas, foram muitos especiais, documentários, séries, musicais, transmissões esportivas, interprogramas, campanhas, entre outros. Destaque para as estreias e novas temporadas de diversos programas, como Matéria Prima, apresentado por Rafael Cortez, uma produção totalmente jovem com boa conversa e muita música; O Piano Mágico da Ju, série infantil comandada pela pianista Juliana D'Agostini, que promove a música erudita de forma lúdica e atraente, com histórias repletas de aventura e fantasia; Prelúdio, apresentado pelo maestro Júlio Medaglia e por Roberta Martinelli, consagrado por revelar jovens músicos da música clássica, que exibiu a primeira eliminatória do concurso em outubro; Exponencial, série documental que aborda o mundo da inovação a partir de conhecimentos científicos aplicados a produtos e soluções que já fazem parte do nosso dia a dia, com oito episódios semanais que tratam de temas como Futuro do Trabalho, Velocidade, Cidades Inteligentes, Esportes, entre outros. O programa Hiperconectado, que destaca as curiosidades científicas de forma leve para atrair o público jovem, e o programa Negros em Foco, atração que abre espaço para o diálogo, a inclusão, a valorização e o empoderamento do negro, foram destaques na programação. Na linha de documentários foram exibidos vários títulos, como Eu, a Viola e Deus,que retrata a vida e a obra do ator, cantor, compositor e apresentador Rolando Boldrin; Energia que Transforma, apresenta a atuação da Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE na geração de energia em São Paulo e cidades próximas, como as da Baixada Santista; Viver Melhor, que mostra o projeto da Secretaria de Habitação de São Paulo, que promove a reforma estrutural de moradias de algumas comunidades do Estado; Vale do Futuro, documentário que apresenta oprojeto desenvolvido pelo Governo de São Paulo para a região do Vale do Ribeira, e que abrange diversas áreas como turismo, economia, geração de emprego e renda na região; em Caminho para o Futuro, a educação

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

integral promovida no Estado de São Paulo foi o tema do documentário que mostrou como o projeto mudou a rotina de três escolas da cidade de São Paulo; entre outros. A produção abriu espaço para os eventos Marina Week 2022, captado e exibido um talk showcomandado por Marina Person; Desfile da Campeãs do Carnaval de São Paulo, transmissão ao vivo do evento; Festival de Campos do Jordão, celebrando mais uma edição; Troféu Raça Negra 2022, o prêmio teve como lema a Educação e Liberdade. A Diretoria de Esporte consolidou o projeto de conteúdos esportivos. A transmissão da Europa League, segundo mais importante torneio de futebolda Europa, pela segunda temporada consecutiva fortaleceu a condição de TV aberta com eventos de grande porte para oferecer ao telespectador. Manteve-se o padrão de excelência no segmento de automobilismo, oferecendo ao telespectador dois dos campeonatos mais importantes do segmento.A Fórmula E e a tradicional Fórmula Indy, destaque para a cobertura especial feita para as 500 milhas de Indianápolis. Da mesma forma, manteve-se no ar os dois principais torneios de basquete do país, o Novo Basquete Brasil - NBB, cuja tradição e presença de grandes clubes faz ter grande apelo no segmento esportivo, e a Liga de Basquete Feminino - LBF, cuja trajetória vem se consolidando e que resgata e mantém viva uma das modalidades mais emblemáticas da história esportiva do nosso país. Como base de toda essa gama de eventos, seguiu-se com o Revista do Esporte, exibido às segundas e quartas-feiras. O programa, além de fomentar e divulgar os eventos da casa, tem o compromisso de oferecer ao telespectador um jornalismo esportivo de qualidade, baseado na informação e na opinião. Se tratando de um ano de Copa do Mundo, o programa preparou edições extras em todos os dias em que a Seleção Brasileira esteve em campo, oferecendo ao telespectador um panorama completo do Mundial, com participações ao vivo, direto do Qatar, feitas pelo comentarista Mauro Cezar Pereira. Ao longo do ano, foram produzidos e exibidostambém a segunda temporada do programa Memória Esporte Clube, que trabalha com o rico acervode imagens da Fundação Padre Anchieta. A nova série, de 13 episódios, retratou a estreita ligação entre futebol e música, com depoimentos de alguns dos principais músicos brasileiros, entre eles Paulinho da Viola, Moraes Moreira, Toquinho e Gilberto Gil. Outra novidade foi a transmissão da Copa Paulista de Futebol, o segundo principal torneio de futebol do Estado de São Paulo. Por fim, retomou-se no ano de 2022 outra grande marca do esporte na TV Cultura, a realização de grandes reportagens visando, acima de tudo, preservar a memória do esporte e dos atletas brasileiros. O documentário Maguila: um lutador mostrou a trajetória de um dos mais famosos boxeadores que o país já teve. Exibido em dois capítulos que somam mais de uma hora de duração, a obra teve como pano de fundo chamar a atenção para um dos grandes problemas de saúde relacionados ao esporte, a Encefalopatia Traumática Crônica, que atinge atletas das mais diversas modalidades e tem sido tema de largos estudos nos últimos anos. No Jornalismo, destaque para o Debate Presidencial, pool das empresas TV Cultura, Bandeirantes, Folha de S. Paulo e UOL; Debate Governadores SP, pool das empresas TV Cultura, Folha de S. Paulo e UOL; ampla cobertura eleitoral no De Olho no Voto; e estreias do telejornal multiplataforma Esta Manhã e dos programas Giro Econômico e Legião Estrangeira. A TV Cultura, principal veículo da FPA, exibiu cerca de 6.169 horas de programação-sem contar as exibições de intervalos. Desse total, 1.544 horas foram de programação inédita, o que representa 25% do que foi exibido e 73% correspondente à produção própria-aumento de 12% em relação a 2021. O canal TV Rá Tim Bum- dedicado à programação infantil e credenciado como canal brasileiro de espaço qualificado, que faz parte do line up de mais de 60 TV's por assinatura, incluindo as principais do mercado nacional-NET, Claro TV, Vivo TV, Oi TV e operadoras NEO TV, fechou sua base com mais de 5 milhões de assinantes em todo o País. As principais estreias foram: Hora do Rabisco - 6x2, Contos Rá Tim Bum - 12X5, Castelo Rá Tim Bum - Clipes Musicais - 4x3 e A Copa do Mundo e Eu - 2x4. O canal foi selecionado para a exibição no festival Prix Jeunesse International 2022 da animação Mau eGodofredo e Desafio Monstro. Atualmente, 70% dos assinantes acessam a programação do canal em sinal HD. A Univesp TV tem como missão o desenvolvimento educacional e o compromisso pedagógico dos seus alunos. O seu crescimento nos últimos anos é notório e esse fato é visível também nas mudanças ocorridas em sua estrutura interna, com aquisição de novos equipamentos, tecnologias e a qualificação da sua equipe. Em 2022 ganhou um novo estúdio, maior, com cenário novo e tecnológico que permite ao professor interagir com seu conteúdo sem perder o contato visualjunto aos alunos. Hoje, a Univesp atende mais de 80.000 novos alunos, criou um novo modelo de videoaulas, produziu conteúdo próprio e o resultado de todas essas novidades pode ser visto na Univesp TV e no canal oficial da Univesp no YouTube, que conta com mais de 1.200.000 de pessoas inscritas. O Canal TV Educação, com 100% de seu conteúdo produzido pela Fundação Padre Anchieta em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, é exibido no multicanal 2.3. Composto de 24 horas de programação voltada a conteúdos de educação, é exibida 7 dias da semana. A Orquestra Brasil Jazz Sinfônica tem intensificado a sua agenda de concertos, como a série Encontros Históricos na Sala São Paulo, os concertos no Teatro B32, no Memorial da América Latina e no Auditório do Parque Ibirapuera. Em 2022, a Orquestra promoveu mais de 30 concertos com grandes nomes da música popular brasileira, como Paulinho da Viola, Yamandu Costa, Maria Gadu, Arnaldo Antunes, Mônica Salmaso, Fafá de Belém, Otto, Jane Duboc, Daniela Mercury, Diogo Nogueira, Ivan Lins, Elba Ramalho, Zeca Baleiro e Lenine, proporcionando receitas para a manutenção da própria orquestra. Além disso, em maio de 2022, a Brasil Jazz Sinfônica lançou o clipe Independências, 200 Anos, uma homenagem da Orquestra e da TV Culturaaos profissionais que trabalharam nas obras do Novo Museu do Ipiranga. Pelo filme, a Orquestra conquistou o Prêmio Colunistas São Paulo 2021/2022 - Prata de Técnica – Fonograma-Categoria Música ou Trilha de Filme ou Vídeo e Prata de Técnica – Filme-Categoria Edição de Filme ou Vídeo, além de ser finalista nas categorias Direção de Filme e Institucional. O ano de 2022 foi um marco importante para as duas emissoras de Rádio da Fundação Padre Anchieta. Neste ano, a RádioCultura FM completou 45 anos trazendo uma programação diferenciada que investiu tanto em eventos ao vivo quanto em especiais destacando efemérides relevantes. A Cultura Brasil apostou na renovação de sua plástica sonora com novo prefixo e novas vinhetas; na criação de um slogan mais acessível e acolhedor-a saber, o nosso jeito de ouvir música; na divulgação de seu aplicativo e no aumento da produção de programas ao vivo - transmitindo, no momento, 10 horas diárias, de segunda a sexta-feira, com destaque para os programas -Estúdio 77, conduzido por Alexandre Ingrevallo, e Galeria, com Fabiana Ferraz. Atualmente, as Rádios possuem o melhor time de especialistas em música clássica, jazz e música brasileira. Além de maestros como Julio Medaglia, João Carlos Martins e João Maurício Galindo, a Cultura FM conta em sua programação com renomados músicos como Emmanuele Baldini, Marcelo Jaffé e Marcelo Bratke, além dos respeitados críticos João Marcos Coelho, Sidney Molina e Irineu Franco Perpétuo. No mês iniciou uma programação especial de Natal e de Ano Novo com destaque para o repertório natalino no Cultura Jazz Especial; além das famosas e tradicionais músicas desta época como a Cantata de Bach, O Quebra-Nozes de Tchaikovsky e a Sinfonia nº 9 de Beethoven. Para os últimos dias do ano estão programados: uma retrospectiva musical com os destaques do ano; a veiculação de A Flauta Mágica, montagem inédita da temporada 2022-2023 do Metropolitan Opera, um concerto gravado com exclusividade com a Academy of Saint Martin in the Fields e o violinista Joshua Bell, e a transmissão do Concerto de Ano Novo da Filarmônica de Viena, entre outras atrações. As Mídias Digitais mantiveram as ações estratégicas nas redes YouTube, Facebook, Instagram, Twitter, TikTok, Kwai, Helo. Além disso, personalizou as plataformas digitais, aplicou as identidades visuais de cada programa, trazendo maior identificação do usuário com a marca, e fez divulgação 360º de todos os programas e produções próprias com publicações em Reels, Stories, Feeds,VOD's, modo de manter a presença significativa da TV Cultura no universo digital. O Centro de Documentação teve como destaque o Projeto de Digitalização do Acervo e Modernização das suas Reservas Técnicas e Áreas de Trabalho. Ao longo do ano, foi possível abrir e retomar mais frentes de trabalho como triagem, inventário, incorporação e seleção para descarte de materiais. Com o avanço das obras civis nas reservas técnicas e melhoria dos espaços de guarda e áreas de trabalho,as equipes passaram a ter espaço físico para desempenhar trabalhos manuais com os itens do acervo, tais como a higienização e acondicionamento, e a avaliação de suas condições de preservação. Cabe também assinalar a aquisição de bens de consumo e maquinários especializados para o desempenho das funções de cada setor. Na parte de gestão informacional do acervo, desenvolvida em conjunto com a empresa Media Portal, todos os setores têm trabalhado na correçãoe incremento dos dados disponíveis nas diversas bases internas atualmente utilizadas, onde estão as informações e descrições sobre o conteúdo e os suportes/materiais do acervo, com vistas à migração destes dados para o novo sistema de gerenciamento. A Rede da TV Cultura tem ampliado adistribuição do seu sinal pelo país, chegando nos 5.570 munícipios brasileiros - TVs aberta, fechadae parabólicas. Na TV aberta são 209 canais próprios no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, 60 afiliadas geradoras e 350 afiliadas retransmissoras. Na TV por assinatura, são 12,7 milhões de assinantes. Os investimentos no ano de 2022 foram direcionados à continuidade parcial da modernização da infraestrutura. Priorizou-se parte da expansão e otimizou-se as manutenções, de modo a produzir o maior benefício possível na instituição. Por fim, a Fundação Padre Anchieta ofereceu, uma programação atrativa, crítica, democrática e qualificada para os mais diversos públicos, satisfazendo, conciliando e promovendo todas suas ações, universalizando assim o direito de todos à comunicação e à informação.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) tem como missão fortalecer o apoio ao micro e pequeno empreendedor, atrair investimentos e negócios, incentivar a inovação, pesquisa científica e tecnológica e expandir o acesso aos ensinos superior e técnico profissionalizante no Estado de São Paulo. *Estrutura: Subsecretarias, Coordenadorias e Órgãos Vinculados.*

Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa (SEMPE): oferece ações direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidasàs microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, visando à agilização de procedimentos de instalação, regularização, recuperação e crescimento de microempresas e empresas de pequeno porte. *Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI):* responsável por coordenar as ações de estímulo às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado. Promove aproximação do setorprodutivo com centros de conhecimento e mantém diálogo permanente junto à comunidade científicapara criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de novos estudos e projetos acadêmicos. *Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial (CDRT):* com objetivo de buscar o desenvolvimento homogêneo de São Paulo, a Coordenadoria procura identificar e potencializar as vocações regionais e incentivar o empreendedorismo, especialmente por meio de ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável. *Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO):* fundada em 1970, com opropósito de integrar a mão de obra dos artesãos no mercado produtivo. Decreto nº 62.001/2016 – finaliza a extinção da Superintendência do Trabalho Artesanal nas comunidades – SUTACO – transfere bens, obrigações e recursos para a SDE – Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades. *Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante (CETTPRO):* promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão dos ensinos técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação deprofissionais de nível médio. *Coordenadoria de Operações (COP) e Coordenação de Políticas de Emprego e Renda (CPER):* atuam para aproximar o cidadão do mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo. Além disso, fomenta a geração de emprego, qualifica e oferece oportunidades aos trabalhadores. *Coordenadoria de Competitividade da Indústria, Comércio e Serviços (CICOS):* responsável por coordenar as ações de estímulo às atividades de competitividade no campo da indústria, do comércioe dos serviços, além de gerenciar o contrato de gestão da SDE com a InvestSP. *Coordenação de Ensino Superior (CES):* promove ações focadas no aprimoramento e na expansão do ensino superior no Estado, com a execução de programas voltados à formação de profissionais qualificados para contemplar as necessidades da população e as demandas do mercado de trabalho. A CES faz a interlocução com as universidades e faculdades estaduais, vinculadas à SDE. *São órgãos vinculados à SDE: Centro Paula Souza (CPS):* instituição de reconhecida excelência na formação de recursos humanosqualificados, oferecendo ensino técnico e de graduação tecnológica gratuitos, passou a ser parte fundamental da estratégia de desenvolvimento do Estado. Direcionando a instalação de novasunidades e a expansão das existentes às vocações econômicas regionais, em parceria com asprefeituras e o setor produtivo, as Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) garantem excelente mão de obra, além de ser importante instrumento de inclusão social. *Instituto de* Pesquisas *Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT):* empresa do Governo do Estado que atua basicamente em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. É, hoje, um dos maiores institutos de pesquisas do Brasil, que conta com laboratórios capacitados e equipes de pesquisadores e técnicos altamente qualificados.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Atento às necessidades dos setores público e privado, provê soluções e serviços tecnológicos que visam a aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida. *Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN):* é uma autarquia estadual vinculada à SDE, gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão doMinistério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Também está associado à USP para fins de ensino e pós-graduação. O IPEN caracteriza-se pela multidisciplinaridade das atividades que desenvolve nas áreas de saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, materiais, segurançaradiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia. *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP):* uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com autonomia garantida por lei, a FAPESP está vinculada à SDE. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária doEstado, apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. *Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP):* Tem como principais funções executar os serviços previstos no art. 32, da Lei nº. 8.934/94, além de elaborar a tabela de preços de seus serviços,processar a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, elaborar os respectivos Regimentos Internos e suas alterações, bem como as resoluções de caráter administrativonecessárias ao fiel cumprimento das normas legais, regulamentares e regimentais e, por fim, promover o assentamento dos usos e práticas mercantis.

Universidades Estaduais e Faculdades vinculadas à SDE:

Universidade de São Paulo (USP);

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP);Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP); Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA);

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP).

Subsecretaria Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa- SEMPE. Em 2022, a SEMPE dando continuidade ao cumprimento de suas atribuições, também definidas pelaSecretaria de Desenvolvimento Econômico, com o incremento de recursos orçamentários e novas iniciativas implementadas, após deliberações do Conselho de Orientação do Fundo de Investimentosde Crédito Produtivo Popular de São Paulo – COF, possibilitou a renovação de mais 126 (cento e vinte e seis) convênios com as Prefeituras Municipais, refletindo em 505 (quinhentos e cinco) convênios vigentes. A Subsecretaria de Empreendedorismo e as Prefeituras Municipais, concentram esforços, juntamente com a Agência de Fomento do Estado de São Paulo – DESENVOLVE SP, Agente Financeiro do Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo, permitindo o acesso ao sistema de concessão de crédito, dentre outros agentes, como cooperadores no atendimento, na capacitação e na viabilização de crédito. O SEBRAE/SP, ALIANÇA EMPREENDEDORA, PRODESP, MULTISERVICE, ADE SAMPA ou com doações recebidas e/ou serviços contratados, os quais viabilizam o acesso ao crédito, conforme as linhas de crédito aprovadas pelo COF e oferecidas pelo BANCO DO POVO PAULISTA, EMPREENDA RÁPIDO, EMPREENDA MULHER, EMPREENDA AFRO, LINHA NOME LIMPO (aplicada até dezembro de 2022), com o total de 19.201 (dezenove mil, duzentos e uma) operações com o total de desembolso de R$ 324.479.113,24 *Treinamento de AGENTES DE CRÉDITO – online* **–** com um total de 187 municípios contemplados e 224 agentes treinados. *Treinamento de AGENTES DE CRÉDITO – presencial* **-** com um total de 241 municípios contemplados e 200 agentes treinados.

Fonte: Em 19.01.2023 - SDE/SEMPE-CPE-Grupo Técnico de treinamento.

Participação em Eventos: Realização do "SEMINÁRIO PARA AGENTES E GESTORES DE CRÉDITO DO BANCO DO POVO PAULISTA" no dia 05 de setembro de 2022, no Memorial da América Latina, com aparticipação aproximada de 700 (setecentas) pessoas. Os seguintes demonstrativos são os resultados da execução da Ação APOIO AO EMPREENDEDOR – EMPREENDA SP, no Estado de São Paulo: Empreendimentos Atendidos (Indicador PPA) = 1.041.720 empreendimentos Empreendimentos Capacitados (Indicador LOA) = 478.284 empreendimentos Participação nas reuniões da Frente Parlamentar de Empreendedorismo Participação nos eventos/reuniões do SEBRAE SP; DESENVOLVE SP e demais parceiros Participação nas reuniões do Conselho de Orientação do Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo – BANCO DO POVO PAULISTA Realização do Evento "EMPREENDA MULHER", na sede administrativa da SDE Participação no Encontro dos Municípios em Campos do Jordão (28 a 30.03.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Franca e Região (3 a 04.04.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Piracicaba e Região (7 a 08.04.2022 Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Marília e Região (10 a 11.04.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Sorocaba e Região (13 a 14.04.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Campinas e Região (17 a 18.04.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Araraquara e Região (22 a 23.04.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Registro e Região (28 a 29.04.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em São José do Rio Preto (1 a 02.05.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Itapetininga e Região (05 a 06.05.2022)Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Taboão da Serra e Região (09.05.2022)Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Araçatuba e Região (12 a 13.05.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Presidente Prudente e Região (19 a 20.05.2022)Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Jundiaí e Região (27.05.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Bauru e Região (29 a 31.05.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em São José dos Campos e Região (4 a 06.06.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Barretos e Região (9 a 10.06.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Santos e Região (13.06.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Ribeirão Preto e Região (19 a 20.06.2022) Participação no evento GOVERNO NA ÁREA em Itapeva e Região (26 a 27.06.2022) Participação no Mutirão de Emprego e Empreendedorismo em Guaratinguetá (18 a 19.08.2022) Participação no Mutirão de Emprego e Empreendedorismo em São Vicente (25 a 26.08.2022) Participação no Mutirão de Emprego e Empreendedorismo em Botucatu (1 a 02.09.2022) Participação no Mutirão de Emprego e Empreendedorismo em Catanduva (09 a 10.09.2022) Participação no Painel Burocratização no Encontro de Articulação – parceria Fundação GetúlioVargas e SEBRAE SP, em Bauru (19 a 20.09.2022) Feirão de Crédito do Banco do Povo Paulista, em parceria com a Associação Comercial e Prefeiturado Município de Osvaldo Cruz, em Osvaldo Cruz (05 a 06.12.2022).

A Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI): Principais ações de 2022 da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e InovaçãoStatus dos Projetos no Âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação IPT Open Experience – Primeira experiência a ser implantada no Brasil como uma plataforma de soluções interligadas para promover a inovação em empresas de base tecnológica de diversos portesem áreas intensivas em ciência. Em 2022 não houve liberações. Foi assinado um aditamento de prazoe a execução prossegue até dezembro de 2024. *Projeto In.Cube - Inova HC* – Em 2020 foi assinado o Convênio CCTI-SDE n° 04/2020, entre a SDE,o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e a Fundação Faculdade de Medicina. Em 2022 foram repassados R$ 798.001,00. O convênio encerrou-se em novembro de 2022. Houve a devolução do saldo residual de R$ 285.096,16. *IdeiaGov* – O objetivo do projeto é desenvolver e implantar soluções inovadoras para a administração pública. Até 2022 foram selecionados 31 proponentes para executar projetos piloto no âmbito dos oito desafios do Programa. Dezoito proponentes executaram projetos piloto e foram avaliados com relatórios produzidos. Onze proponentes foram encaminhados para assinaturas de acordos de P,D&I. Foram realizados 75 encontros com a comunidade do IdeiaGov para discutir inovação com 77 especialistas. O repasse orçamentário total para a Impact Hub, via Termo de Colaboração, que temvigência de 36 meses, foi de R$ 7.820.354,55. Em 2022 foram liberados R$ 2.500.583,35. Encontra-se em execução. *Contrato de Gestão com a Invest SP* – Investe São Paulo – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade visando à continuidade das ações que aquela agência desenvolve. AAgência fornece, gratuitamente, informações estratégicas que ajudam os investidores a encontrar os melhores locais para seus negócios, prestando assessoria ambiental, tributária e de infraestrutura, facilitando o relacionamento das empresas com instituições governamentais e concessionárias de serviços públicos. Estão ainda entre as atribuições da Investe SP prospectar novos negócios, recepcionar delegações estrangeiras, promover a imagem de São Paulo no Brasil e no exterior comoprincipal destino de empresas na América Latina e propor ao Governo do Estado políticas que contribuam para a melhoria da competitividade de São Paulo. O contrato de gestão contempla tambémum objetivo específico desta Coordenadoria, com repasse próprio, que permitiu o desenvolvimento de um Núcleo de Internacionalização e Atração de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na Investe SP, visando a atrair centros de P&D de empresas nacionais e multinacionais, startups de outros países e instituições de pesquisa públicas e privadas, nacionais e internacionais para o Estado de São Paulo; promover o desenvolvimento do Centro Internacional deTecnologia e Inovação (CITI); e desenvolver um programa de internacionalização de startups. Em 2022 foram atraídos diversos investimentos para o Estado pela Investe São Paulo. A execução do contrato em 2022 absorveu recursos de R$ 28.700.000,00, da Ação 5848 – "Assistência e Apoio ao Investidor" e de R$ 1.000.000,00 da Ação 5204 – "Sistema Paulista de Ambientes de Inovação", totalizando, portanto, R$ 29.700.000,00. Encontra-se em execução. *Resumo das Atividades da CCTI no Ano de 2022 Sistema Paulista de Ambientes de Inovação – SPAI.* No âmbito do SPAI, em 2022 foram assinados 11 ajustes: *três convênios* com os seguintesempreendimentos: Parque Científico e Tecnológico da Unicamp; Parque Tecnológico de Ribeirão Preto e Parque Tecnológico de Sorocaba; *sete termos de fomento:* Incubadora de Empresas de Prudente Prudente – Intepp; Parque Tecnológico CPqD – Campinas; Parque Tecnológico de São Josédos Campos; Parque Tecnológico de Botucatu; Centro de Inovação Tecnológica de Guaratinguetá; Centro de Inovação Tecnológica de Bauru; e *um contrato* com o Instituto de Pesquisas Tecnológicasdo Estado de São Paulo – S/A – IPT. Foram credenciados no SPAI em 2022 os seguintes empreendimentos: Centro de Inovação da Fundepag – São Paulo em 10/01/2022 e Centro de Inovação de Itapeva em 08/03/2022. *Centro Brasileiro da Quarta Revolução Industrial afiliado à Rede do Fórum Econômico Mundial - C4IR Brasil.*

Em 06/10/2020 foi celebrado convênio entre a SDE, a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – FIPT e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, paraa implantação do Centro Brasileiro da Quarta Revolução Industrial afiliado à Rede do Fórum Econômico Mundial - C4IR Brasil. Parte do financiamento do projeto envolve repasses em convêniode R$ 2.421.407,52 desta Pasta à FIPT até 2023. Em 2022 foram repassados R$ 250.000,00 para custeio de pessoal técnico específico. *Programa Tecnológico de Apoio aos Municípios – Patem.* Em 2021, havia sido contratado o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, braço técnico executor do programa, para realizar o atendimento pelo Patem da demanda de oito municípios. Sete convênios foram celebrados em 2021 e tiveram parte de sua execução e conclusão no ano de 2022 (Bom Jesus dos Perdões, Cananeia, Garça, Itapirapuã Paulista, Lupércio, Pindamonhangaba e Santa Rosa de Viterbo). Em 2022 foi celebrado convênio com o município de São Luiz do Paraitinga, convênio esse executado integralmente no ano de 2022. O valor total despendido pelo Estado, no ano de 2022,para a execução dos convênios foi de R$ 773.485,00. *Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo – Consip.* O Consip é vinculado a esta Pasta e é presidido por seu Titular. Em 2022 não houve reunião do Conselho. *Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – Concite.* O Concite presidido pelo Governador não realizou reunião em 2022. *Credenciamento de Fundações de Apoio.* Em 2022 houve o credenciamento de uma fundação em 18/07/2022: Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – Famesp - Atualmente há 42 fundações credenciadas. *Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial -CDRT:Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais – APLs: Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas localizadas em Arranjos ProdutivosLocais do Estado de São Paulo - Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):* Gastos de 2008 a 03/2017: R$ 24 milhões. O Programa encontra-se em fase de monitoramento e avaliação dos projetos implantados. *Divulgação do Resultado do Edital de Reconhecimento e Recadastramento de Arranjos Produtivos Locais:* Foi divulgado, em, 25/03/2022 o resultado do 3° Edital de Reconhecimento de APLs. Foramrecebidas 89 (oito e nove) propostas de reconhecimento e recadastramento, das quais 73 (setenta e três) foram aprovadas, sendo 22 novos reconhecimentos e 51 recadastramento. Assim, o Programa, que contava com 67 (sessenta e sete) APLs reconhecidos entre 2019 e 2021, dispõe agora de 84 (oitenta e quatro) APLs reconhecidos. *Lançamento e Resultado do Edital de Fomento aos APLs e Polos de Desenvolvimento* - O Edital de Chamamento Público CDRT n° 001/2022 com objetivo a seleção de entidades representativas dos Arranjos Produtivos Locais devidamente reconhecidos pelo Edital de Reconhecimento e Recadastramento de Arranjos Produtivos Locais, bem como de entidades representativas das cadeiasdos Polos de Desenvolvimento, para a celebração de parcerias com o Estado de São Paulo, por intermédio desta Secretaria de Desenvolvimento Econômico, visando a promoção do uso sustentáveldos recursos naturais por parte dos APLs e Polos de Desenvolvimento totalizando o valor de R$ 3.158.244,78 (três milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setentae oito centavos) em projetos aprovados. *Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente* A parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SDE/SP) e da Infraestrutura e MeioAmbiente (SIMA/SP) visando a Cooperação Mútua para Implantação do Programa Intersecretarial "Fomento ao Desenvolvimento Econômico Sustentável", tendo como base o Zoneamento EcológicoEconômico – ZEE, instituída por meio do termo de parceria CDRT 01/2022, teve início em29/08/2022. *Acordo de Cooperação Técnica com Secretaria da Agricultura e Abastecimento*: A parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SDE/SP) e de Agricultura e Abastecimento e do Estadode São Paulo (SAA/SP), instituída por meio do termo de parceria PLN-2021/00011, teve início em 12 de agosto de 2021. Foi aditada tendo a vigência para 12/08/2023. A parceria encontra-se em andamento, em fase de elaboração de ações colaborativas entre as secretarias. *Elaboração do Plano do Desenvolvimento Sustentável para o Pontal do Paranapanema*: Esta ação visa a formulação de um estudo que apresenta oportunidades de atividades econômicas para o desenvolvimento econômico sustentável da região do Pontal do Paranapanema. Para atender a esta demanda, foi firmado o contrato CDRT n° 02/2021, entre esta Pasta e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, com objetivo de prestar serviços de realização de levantamento, análise,avaliação de oportunidades e propostas para o desenvolvimento sustentável para a região do Pontal do Paranapanema. *Elaboração do Plano do Desenvolvimento Sustentável para a Região Administrativa de São José dosCampos:* Esta ação visa a formulação de um estudo que apresenta oportunidades de atividades econômicas para o desenvolvimento econômico sustentável da Região Administrativa de São José dos Campos. Para atender a esta demanda, foi firmado o contrato CDRT n° 04/2021, entre esta Pastae o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, com objetivo de prestar serviços de realização de levantamento, análise, avaliação de oportunidades e propostas para o desenvolvimento sustentável para a região administrativa de São José dos Campos. *Vale do Futuro: Vale do Futuro é um programa da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)* que visa fomentar ações de desenvolvimento social e econômico na região do Vale do Ribeira. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial, é o ponto focal responsável pelo eixo "Emprego e Renda". Sistemas de informação:

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

Convênio com Fundação SEADE para disponibilização de Plataforma de Ciência de Dados. Até o momento, a plataforma já disponibiliza os seguintes dados e indicadores: PIB estadual e municipal; dados de emprego da PNAD e CAGED; investimentos; pesquisas setoriais (PIM, PMS, PMC); comércio exterior (exportações e importações) – todos com recorte municipal, por região administrativa, agregado estadual e por Polos de Desenvolvimento. Além disso, aFundação SEADE também elaborou Notas Técnicas sobre os Polos de Desenvolvimento e setor têxtilpaulista. *Fórum Náutico Paulista.* Em 2022 foram realizadas 11 Reuniões Plenárias do Fórum Náutico Paulista, além das reuniões daCâmara Temática da Indústria Náutica; da Câmara Temática de Marinas e Meio Ambiente; da Câmara Temática de Navegação e Segurança e da Câmara Temática de Turismo Náutico. Durante as Reuniões Plenárias, foram realizadas 11 palestras dos mais diversos temas, relacionados ao segmentonáutico. Algumas ações que merecem destaque no exercício de 2022 são: FNP se torna signatário daCarta de Terra e da Agenda 2030 – ONU; FNP se torna signatário do Compromisso para o Futuro doOceano – UNESCO; Apoio institucional e participação com palestras no evento Marina Week 2022,promovido pelo Memorial da América Latina; Apoio institucional e participação com palestras no evento II Maio Náutico Bertioga, organizado pela Prefeitura de Bertioga, com realização do Fórumde Desenvolvimento da Vela; Apoio Institucional e participação no evento VII CongressoInternacional Náutica e São Paulo Boat Show 2022, no São Paulo Expo; Apoio institucional eparticipação com palestras no evento Diálogos da Cultura Oceânica 2022, promovido pela UNESCOna cidade de Santos-SP; Participação no Lançamento do Plano de Turismo da Região LAGAMAR; ü Participação no Fórum de Tecnologia e Inovação da Fatec de Jahu. Parceria com os Grupos MayDay(plataforma iNavigate) na criação do Sistema de Registro de Ocorrências Náuticas para MapeamentoEstatístico e Prevenção de Acidentes; Finalização das Recomendações Pump-out (esgotamento daságuas servidas) das caixas de esgoto das embarcações; Apoio à Plataforma IlhaHub de Inovação (hubde empreendedorismo, ciência, tecnologia e inovação em Ilhabela, focado em soluções para aAmazônia Azul); Parceria com a Fatec de Jahu, Centro Paula Souza, na conclusão do Curso de Gestãoem Marinas e Garagens Náuticas (início da 2ª turma, em 2023); e na criação dos novos Cursos, parainício em 2023: 1) Projetista Náutico; 2) Mecânica Náutica para motores de popa e motos aquáticas; 3) Eletricista Náutico; Lançamento da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento das Atividades Náuticas no Estado de São Paulo, realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21 de novembro de 2022; Acompanhamento dos trabalhos junto ao governo paulista para equiparaçãodo ICMS, cobrado da indústria náutica paulista no estado, aos estados do sudeste; Continuação dos trabalhos de apoio ao projeto Meu Primeiro Barco em São Paulo, modificado para que qualquer motoraquático compatível produzido no Brasil possa ser usado nesta embarcação; Início dos estudos referentes à elaboração de um componente químico para tornar in-combustível a resina usada na laminação das embarcações de fibra, tecnicamente conhecidas com barcos de plástico reforçados comfibra de vidro; Criação do Grupo de Trabalho para Modernização da Legislação Ambiental para o setor náutico; Criação do Grupo de Trabalho dos Mananciais da Cidade de São Paulo; Criação da "Sala de Situação" para a Guarapiranga, com a participação da CTMMA – Câmara Temática de Marinas e Meio Ambiente; Discussão permanente para promover ações de garantia para a efetivação de seguros para embarcações e marinas (FNP, ACOBAR (Associação Brasileira de Construtores de Barcos e Seus Implementos) e Seguradoras); Discussões junto a Órgãos e Entidades governamentaispara propor descarte correto de pirotécnicos obrigatórios nas embarcações; Contato realizado com a empresa internacional BIA Boat Industries Association, na Austrália, a fim de propor intercâmbio deconhecimentos com o FNP; Projeto de retomada da classificação de embarcações, segundo área e condições de navegação (envolvimento da ACOBAR e Marinha do Brasil); Desenvolvimento do projeto de sistema de combate a incêndios em embarcações e marinas, em parceria com a Fatec de Jahu; Coleta de material para o Plano de Turismo pelos participantes da Câmara Temática de TurismoNáutico do FNP, com pedido ao Governo para disponibilizar o material de estudo elaborado em conjunto com a SETUR https://drive.google.com/drive/my-drive; Finalização do Guia Turístico da Hidrovia Tietê-Paraná, com apoio da SABESP, disponibilizado no site do FNP; Elaboração com apoio das atividades da SETUR: Infraestrutura de Turismo Náutico em 16 cidades do Estado e Site de Turismo Náutico; Articulação com MTur para mais edições do evento Navegar é Preservar; Iníciode articulação com a CBVela – Confederação Brasileira de Vela e captação de patrocinador para retorno das aulas de vela no Estado; Atualização do site do FN. *Plano Estadual de Competitividade dos APL's:* Esta ação prevê a elaboração e execução das ações para fortalecimento e Competitividade dos APLs - Plano de Competitividade dos APLs. Para atender ao objetivo proposto, deverão ser realizadas análises diagnósticas dos APLs para identificação e mapeamento de características em termos de i) aderência à classificação atribuída pormeio do processo de reconhecimento aplicado pelo Programa Estadual de Fomento aos APLs, ii) governança, iii) planejamento e iv) capacidade de expansão de negócios. Após a rodada de diagnóstico, os APLs serão contemplados com uma ou mais ações previstas pelo Plano de Competitividade dos APLs, além de sua inserção no Ecossistema Digital de APLs-EDA. *Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO)Cidadãos atendidos:* 2022: 3.966. *Artesãos/Artesãs atendidos em Exposições, e Feiras:* 15° Salão do Artesanato de Brasília: 6;22° Fenearte -Olinda- PE: 4 4° Fenacce - Fortaleza -CE: 4; Feira do Empreendedor 2022 SEBRAE: 4. Total: 18. *Produtos comercializados SUTACO/Feiras:* 15° Salão do Artesanato de Brasília: 473;22° Fenearte -Olinda- PE: 1623; 4° Fenacce - Fortaleza -CE: 347; Feira do Empreendedor 2022 SEBRAE: 124. Total de Vendas R$138.816,05 (cento e trinta e oito mil, oitocentos e dezesseis reais e cincocentavos). *Biblioteca***:** A SUTACO é procurada por estudantes e estudiosos para pesquisa sobre Artesanato Paulista. Títulos catalogados: 665. *Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Turismo e Viagens*: Esta parceria visaestabelecer relações e ações conjuntas cujo objetivo é o fortalecimento do artesanato paulista. *Plano Estadual do Artesanato Paulista* (SDE-PRC-2021/00024): Esta ação prevê a elaboração de mapeamento de artesãos referência em todas as regiões administrativas e diagnóstico do artesanato no Estado de São Paulo, com posterior sugestão de Plano Estadual do Artesanato Paulista. *Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante (CETTPRO) NOVOTEC* – tem o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional aos alunos do ensino médioda rede estadual, buscando gerar oportunidades de inserção no mundo do trabalho a todos os jovenspor meio da oferta de cursos técnicos e cursos de qualificação profissional. Os cursos têm conteúdo prático e estão conectados com a demanda do mercado de trabalho e da vida além da escola, somandoa experiência do ensino médio. A oferta de cursos e vagas se dá em 4 modalidades. Para os cursos de habilitação técnica, o Novotec Integrado oferece vagas nas escolas estaduais para que o aluno faça o ensino médio integrado ao ensino técnico, ao longo dos 3 anos desta etapa escolar, e ao final ele recebe a conclusão do ensino médio com a certificação técnica. Em 2022, foi implementada a adequação completa ao Novo Ensino Médio, em que o itinerário formativo com componentes técnicos se condensa nas 2ª e 3ª séries. Nessas duas estruturas de curso foram abertas mais de 30 mil novas vagas para ingressantes na 1ª série ou 2ª série do Ensino Médio, elevando o número de matriculados para 39.357 estudantes nas 1ª, 2ª e 3ª séries. As escolas técnicas parceiras da oferta são Centro Paula Souza, FIEC, SENAC, PROZ e Sequencial. Ao longo do ano, a equipe da SDE, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação, ofereceu mais de 19 mil vagas de ingressantes para a 2ª série do ensino médio de 2022, com previsão de alcance de *53 mil matriculado***s** para 2023. Com isso, a modalidade ampliou o número de turmas atendidas na rede estadual de 1400 para mais de 1700 em todas as diretorias de ensino. Com relação aos cursos de qualificação profissional, com duração menor, são oferecidos pelo Novotec Expresso Contraturno, cursos 120 horas corridas, realizados no contraturno. Em 2022, alémda oferta em espaços de ETECs e FATECs do Centro Paula Souza, SENAC, ESSA e Sequencial, foram contratadas as escolas de qualificação SENAI, UpGrade e FINACI. A modalidade oferta aulas presenciais ou remotas síncronas no contraturno escolar dos estudantes, e se expande para todos os jovens de 14 a 24 anos de idade que estão no Ensino Médio ou que acabaram de concluí-lo. Os cursosduram 3 a 4 meses e são totalmente gratuitos. Também dentro dessa modalidade, estudantes da rede pública têm a oportunidade de receber uma bolsa auxílio de até 600 reais (dividida em quatro parcelasde 150 reais), sendo um estímulo e apoio para permanecer em sala de aula e concluir o curso. Em 2022, foram abertas mais de *70 mil vagas* para cursos nos eixos da Tecnologia da Informação e de Gestão e Negócios para todos os jovens domiciliados no Estado de São Paulo. *NOVOTEC Expresso dentro do Ensino Médio* **-** tem como objetivo expandir a oferta do ensino profissionalizante, oferecendo 2 cursos de qualificação profissional que conectam a educação com habilidades para o mundo do trabalho. São mais de 8 mil estudantes em 66 municípios que realizaramcursos como Introdução ao Desenvolvimento em Java, Jogos Digitais e Segurança Cibernética. Em 2022 foram oferecidas mais de 11 mil vagas para estudantes da 2ª série do Ensino Médio, atendendoem mais de 185 escolas estaduais. *EJATEC* **-** tem como objetivo prover conteúdo profissionalizante de qualidade ao público de EJA - Educação de Jovens e Adultos Nível Médio, adaptando os cursos do NOVOTEC Virtual e produzindo novos conteúdos com acompanhamento customizado ao público da EJA. São cursos inseridos no Ensino Médio como itinerário formativo, com 150 horas de conteúdo profissionalizante por termo (semestre letivo). Ao final do Ensino Médio cursado na EJA, o estudante poderá concluir 4 cursos totalizando 600 horas de qualificação profissional. Em 2022 foram ofertadas 14 mil vagas. *Novotec Virtual* **-** cursos virtuais autoinstrucionais de 80 horas oferecidos em parceria com a Univesp,20 mil vagas foram oferecidas para estudantes da rede pública e jovens de até 24 anos. *Via Rápida Emprego* – cursos de qualificação profissional voltados para adultos desempregados, comduração entre 60 e 100 horas, com o objetivo de reinseri-los no mercado de trabalho nas mais diversasáreas de atuação. Esses cursos podem ser oferecidos em espaços físicos fixos das operadoras dos programas ou espaços cedidos por prefeituras e outros entes públicos. O Via Rápida Emprego tambémé oferecido em unidades móveis ("carretas") pedagogicamente adaptadas para a oferta de cursos emramos como alimentação, beleza, soldagem etc. No fim de 2019, passamos a oferecer cursos no formato virtual autoinstrucional sob o nome Via Rápida Virtual. Essa modalidade se tornou crucial devido à pandemia. Em 2021, tivemos mais de 40 mil estudantes inscritos nesses cursos. Na modalidade presencial, que muitas vezes foi substituída por aulas ao vivo por ferramentas digitais como Microsoft Teams e Google Meet, mais de 36 mil estudantes fizeram os cursos. Além disso, com cerca de mais de 34.000 vagas ofertadas em 2022, o Via Rápida continuou ofertando cursos tantono formato remoto quanto no presencial. *São Paulo Criativo e SP Tech* – essas são modalidades do Via Rápida voltadas para cursos de economia criativa e tecnologia da informação, respectivamente com duração de 80 a 200 horas. Em 2021, o Senac passou a ser o principal fornecedor desses cursos. O intuito era que as aulas fossem presenciais, mas dado o contexto da pandemia elas aconteceram de forma remota, como nos outros programas. Cerca de 20.330 vagas foram oferecidas em 2022 em cursos como desenvolvedor web, marketing digital, design de moda, design gráfico etc. *Minha Chance* – O Minha Chance ofereceu cerca de 55.000 vagas de cursos a partir de pedidos de empregadores, sendo mais da metade delas em cursos customizados com grandes empresas, como Google, Microsoft, Salesforce, Accenture, Totvs, SAP, Comgás e Cisco. As turmas customizadas ofereceram cursos complementares para estudantes de Etecs e Fatecs, e abertos à comunidade, com o intuito de potencializar a empregabilidade. Em recente pesquisa encomendada pela SDE, a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas,identificou que o Programa Minha Chance pode aumentar em 5,4% s as chances de empregabilidadena área dos cursos em após sua certificação. *Novotec Estágio* – nova versão do programa Jovem Cidadão, de estágios de nível médio para jovens matriculados na rede pública e que sejam concluintes ou cursistas da modalidade Novotec. No final de 2021, a Coordenadoria realizou um contrato com o CIEE para operacionalização da modalidade, por meio da captação de vagas no setor produtivo e seleção dos candidatos a estágio, em 2021 foram39 estagiários contratados, e em 2022 foram 12. *Coordenadoria de Operações – COP e Coordenação de Políticas de Emprego e Renda – CPER Programas:* As Coordenadorias têm ativos quatro programas voltados à qualificação e recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e abaixo listamos os números alcançados em cada um deles no exercício de 2022: *Bolsa-Trabalho*: O programa, que integra o Bolsa do Povo, tem como objetivo proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos cidadãos integrantes da população desempregada e residente no Estado de São Paulo. Foram preenchidas 146.383 das 191.515 vagas ofertadas em 637 municípios. A participação no programa é de até 5 meses, e neste exercício o valor da bolsa mensal paga foi de R$ 540,00. *Pró-Egresso:* Pelo programa, que busca a inserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho, foram ofertadas 373 vagas de emprego, resultando em 151 recolocações. Dentro do Bolsa-Trabalho, 5.382 egressos do sistema penitenciário tiveram acesso a ocupação, renda e qualificação profissional em 2022. *Trabalho em Equipe*: Aconteceram 273 capacitações com um total de 5.197 participantes. No período, 5.562 pessoas efetuaram o cadastro para participação no programa, que tem por objetivo orientar e preparar os trabalhadores desempregados, de acordo com seus interesses, habilidades, competências e sua qualificação profissional para enfrentar os desafios dos processos seletivos, aumentando suas chances de encontrar a colocação desejada. *Trabalho Inclusivo:* No período foram disponibilizadas 4.210 vagas exclusivas para pessoas com deficiência, 818 cadastros efetuados, 6.774 encaminhamentos para entrevistas de emprego, resultando em 361 recolocações no mercado de trabalho. *Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT*: Atualmente há 232 unidades, incluindo as unidades do Poupatempo, executando a intermediação de mão de obra, programa do Seguro Desemprego e orientação sobre o mercado trabalho. *Intermediação de Mão de Obra – IMO:* Os PATs atenderam 143.852 cidadãos em busca de emprego, cadastram 255.070 vagas ofertadas, encaminharam 476.502 cidadãos para processos seletivos, tendocomo resultado a recolocação de 34.728 cidadãos no mercado de trabalho no período de 01 de janeiro a 10 de dezembro de 2022. *Seguro-Desemprego:* Foram atendidos 278.477 requerentes do benefício nos Postos de Atendimentoao Trabalhador – PAT, unidades Poupatempo presencialmente. *Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Estado de São Paulo:* O CETER-SP é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, competindo-lhe estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de trabalho, emprego e renda no âmbito estaduale controlar a aplicação dos recursos do Fundo do Trabalho do Estado de São Paulo – FUNTESP, fundo especial de natureza contábil, com escrituração própria, destinado a custear a execução de ações, programas e serviços voltados às políticas estaduais de trabalho, emprego e renda, em regimede financiamento compartilhado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, instituídos pela Lei nº 17.308, de 22/12/2020, combinado com o Decreto n° 65.664/2021. O conselho, constituídode forma tripartite e paritária, contando com a representação, em igual número, de trabalhadores, de empregadores e do governo realizou 06 (seis) reuniões no ano de 2022, onde foram apresentadas palestras e discutidas propostas para políticas públicas de trabalho e renda, votados o Relatório de Gestão FUNTESP 2021, atualizações de PATs e conselheiros representantes e principalmente foi apresentado e aprovado o Plano de Ações e Serviços – 2022, que definiu a aplicação dos recursos doFundo de Amparo ao Trabalho, FAT, para gerir e manter unidades de atendimento da rede SINE no estado de São Paulo. *7 - Coordenadoria de Competitividade da Indústria, Comércio e Serviços (CICOS) Programa Paulista de Capacitação para Exportações - Exporta SP* **-** O Programa Exporta SP tempor objetivo apoiar e impulsionar empresas paulistas dos diversos setores de atividade no processode exportação e internacionalização empresarial. Em 2022 houve duas turmas de capacitação: A (demarço a junho) e B (de agosto a novembro). A turma A selecionou 154 empresas e certificou 143 (93% de certificação); a turma B selecionou 113 empresas e a apuração das empresas certificadas estáem curso. No total foram 267 selecionadas em 2022. *Contrato de Gestão n° 012/2019 com a InvestSP* **-** O Contrato de Gestão n° 012/2019, celebrado entre a SDE e a InvestSP – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, é composto por metas e indicadores de qualidade e

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:32

produtividade com 10 objetivos em consonância com o objeto. À CICOS compete a orientação, acompanhamento e avaliação dos resultados, por meio de reuniões realizadas ao menos trimestralmente entre equipe técnica da contratante, no que diz respeito às ações finalísticas. No período de 26 de agosto de 2021 a 25 de agosto de 2022, a Contratadainformou a execução média de 298% dos objetivos do contrato de gestão, que representou R$ 20,4 bilhões em investimentos e 30.869 novos empregos no Estado de São Paulo. *Polos de Desenvolvimento* - Em 2022 foram revisados os 10 planos de ação elaborados em 2021 (Têxtil, Vestuário e Acessórios; Tech; Saúde e Farma; Automotivo; Ecoflorestal; Papel, Celulose e Reflorestamento; Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos; Alimentos e Bebidas; Biocombustíveis; Couro e Calçados) e elaborados 4 novos planos (Borracha e Plástico; Derivados do Petróleo e Petroquímico; Logística, Transporte e Armazenamento; Químico, Higiene e Limpeza). *ProVeículo* - Em 2022, a Coordenadoria recebeu 2 protocolos referentes ao Programa ProVeículo relativos a pedidos de adesão de novos projetos de investimentos para utilização de crédito acumuladode ICMS. *Bolsa Empreendedor* - Em 2022 foram disponibilizadas 100 mil vagas com mais de 211 mil pessoasinscritas. Os principais resultados foram: até novembro, mais de 47 mil haviam recebido capacitaçãoe mais de 37 mil haviam recebido o bolsa-auxílio. *Coordenadoria de Ensino Superior – CES. Entrega do Prêmio Ester Sabino para Mulheres Cientistas do Estado de São Paulo*, que premiou mulheres cientistas que contribuíram para o desenvolvimento científico do Estado de São Paulo, nas categorias Jovem Pesquisadora e Pesquisadora Sênior. *Implantação do observatório do Ensino Superior do Estado de São Paulo*, contendo informações sobre as Instituições Públicas (Federais, Estaduais e Municipais) e Privadas, que irá contribuir na tomada de decisões do governo do Estado e informar a sociedade, de forma transparente e interativa,os dados das Instituições de Ensino Superior – IES. *Emendas Parlamentares:* A CES celebrou 4 convênios e 2 Termos de fomento com IES para viabilizar a transferência de recursos das emendas destinadas às IES. *Tratativas em processos envolvendo USP, Unesp e Unicamp para:* Acompanhamento do convênio com a USP de Lorena, que tem a finalidade de manter e assegurar o bom desenvolvimento dos cursos e atividades acadêmicas do câmpus de Lorena. Acompanhamento do convênio com a UNESP e FAPESP, que objetiva a implantação do Novo Centro Paulista em Bioenergia, bem como início de tramitação para celebração do 6º aditamento (em andamento). Celebração do 4º aditamento ao convênio com a USP e a FAPESP, que objetiva a implantação do Novo Centro Paulista em Bioenergia (em andamento). Celebração do 5º aditamento ao convênio com a UNICAMP e a FAPESP, que objetiva a implantaçãodo Novo Centro Paulista em Bioenergia (em andamento). *Tratativas em processos envolvendo a Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA para:* Celebração do 3º, 4º e 5º termos de aditamento ao Termo de Colaboração SDE/FAMEMA/FAMARpara a manutenção das atividades de ensino de pesquisa e de extensão universitária (concluído). Aprovação da lei para concessão de bolsa auxílio permanência e publicação do decreto (concluído).Autorização para abertura de concurso para contratação de 75 professores permanentes (concluído). Solicitação da lei do quadro de pessoal técnico e administrativo (em andamento). Solicitação de recomposição salarial e carreira do quadro docente (em andamento). Solicitação do afastamento de servidores da FUMES (em andamento). Solicitação de lei específica para concessão de bolsa monitoria aos alunos de graduação (emandamento). *Tratativas em processos envolvendo a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP para:* Solicitação de alteração da lei complementar que constitui o quadro de pessoal docente da FAMERP e institui plano de carreira e sistema retribuitório (em andamento). Solicitação de proposta para readequação do Prêmio de Incentivo a Produtividade dos funcionários(em andamento). *Demais órgãos vinculados à SDE (exceto as Universidades e Faculdades). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS) Intercâmbio Cultural do Centro Paula Souza* 2022: oferece 346 bolsas de estudo que vão beneficiar329 estudantes com melhor aproveitamento acadêmico das Etecs e Fatecs e 17 monitores. O primeiroembarque de 20 alunos de Etecs foi no dia 25 de novembro para Cambridge. Outros embarques serãoem janeiro e fevereiro de 2023. Os cursos de inglês, com duração de 4 semanas, serão realizados emcidades da Inglaterra e Irlanda. *Programa Dignidade Íntima*: implantado em junho, a iniciativa tem por objetivo garantir às alunas das Etecs e Fatecs acesso aos produtos de higiene íntima menstrual a fim de evitar prejuízos à aprendizagem e ao rendimento estudantil por motivos relacionados à pobrezamenstrual. *Escolas Técnicas Estaduais (Etecs)*: As 224 Etecs oferecem os Ensinos Médio,Técnico eIntegrado, incluindo o Novotec, para cerca de 226 mil matriculados (102.471 no Técnico, 116.183 no Integrado e 7.962 no Médio). *Dois processos seletivos*, aplicados semestralmente, ofereceram 140.331 vagas: 91.331 ao Técnico, 46.275 ao Integrado e 2.725 ao Médio. *Novotec* - Lançado em 2019 em parceria com a SDE, oferece o itinerário de formação técnica e profissional nas Etecs e EEsem três modalidades: o Expresso, o Integrado e o Virtual. *O Novotec Expresso*, com até 200 horas, ofereceu 8.075 vagas. Após análise da demanda foram matriculados 6.280 alunos. *O Novotec Integrado* (M-Tec), em meio período (6 aulas diárias), permite ao estudante o certificado de Ensino Médio e o diploma de Técnico, ofereceu 29.484 vagas. Novotec Integrado (M-Tec- PI): ofertou 15.840 vagas em período integral. AMS: o programa de *Articulação da Formação Profissional Médiae Superior (AMS)* permite que o estudante conclua, em no mínimo cinco anos, os Ensinos Médio, Técnico e Superior, sem prestar Vestibular. Outro diferencial são as 200 horas de atividades práticasdesenvolvidas junto a empresas parceiras do CPS. Neste ano foram oferecidas 951 vagas. Número de matriculados: 2.792 alunos. Em 2022 foi implantado o curso técnico de Qualidade. *Classes Descentralizadas (CDs):* unidades que funcionam com um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec. Estão em funcionamento 552 CDs: 148 em parceria com prefeituras do interior, que disponibilizam espaços para salas de aula e laboratórios, e outras 404 CDs funcionam pelas parceriascom a Seduc e a Prefeitura da Capital (em 372 EEs e em 32 CEUs). Total de matriculados: 38.558 alunos. Este convênio permitiu a abertura de mais de 227 mil vagas em cursos técnicos e integrados entre 2009 e o 2º semestre de 2022. Especialização técnica: foram oferecidas 1.315 vagas para esta modalidade, distribuídas em 18 cursos, entre os 25 mantidos pelo CPS. *Educação a Distância:* Foramefetivadas cerca de 15 mil matrículas nos cursos técnicos semipresenciais (Administração, Comércio, Eletrônica, Secretariado e Sistemas de Energia Renovável), da modalidade online (Administração, Comércio, Desenvolvimento de Sistemas, Guia de Turismo, Transações Imobiliárias e Secretariado)e no curso de Especialização Técnica em Gestão de Projetos (pós-técnico online). As provas de conclusão de módulos do curso de Ensino Médio nas modalidades EJA e aberta (Administração, Comércio e Secretariado) atenderam cerca de 2 mil inscritos. Em 2022 foi lançado o curso livre de Mecânica Básica de Motos. A oferta de cursos livres, nos formatos Mooc e microcursos, teve cerca de 520 mil inscritos. Com o desenvolvimento dos *Programas Qualifica Mais do MEC e Novotec Ejate***c**, acordos com a SDE e Seduc para oferta de cursos técnicos, foram atendidos cerca de 6 mil alunos. Total de atendimento: 21 mil matriculados nos cursos técnicos e 71 mil inscritos nos cursos livres/modalidade aberta. *Capacitação nas Etecs*: Até novembro a formação continuada de funcionários e docentes ofereceu quase 15 mil vagas para 246 turmas, emitindo mais de 10 mil certificados. Cerca de 174 projetos foram executados, capacitando docentes e gestores das Etecs e das Fatecs. *A formação continuada de funcionários e docentes* ofereceu aproximadamente 15 mil vagas para 246 turmas, emitindo mais de 7 mil certificados. Cerca de 174 projetos foram executados,capacitando docentes e gestores das Etecs e das Fatecs. Capacitação e aperfeiçoamento de docentes voltados à inclusão: A assessoria deu suporte ao atendimento a 283 alunos, em 103 Etecs e 41 Fatecs. Disponibilizou materiais e equipamentos assistivos como máquina de braille, scaners e lupas, além de promover instruções e orientações sobre programas e aplicativos assistivos. Participou de 171 ações, como: reuniões, webnares, palestras e projetos colaborativos, com empresas e instituições entreelas: Telefônica, Vivo, Secretarias do Direito da Pessoa com Deficiência e de Desenvolvimento Econômico. Desenvolveu projetos colaborativos com instituições de ensino do Chile, Portugal e Colômbia. Faculdades de Tecnologia (Fatecs): As 75 Fatecs (Registro iniciou atividades no 1º semestre) oferecem 85 graduações tecnológicas para 96.819 matriculados. Educação a distância: implantada no 2º semestre de 2014 nas Fatecs, em 2022 estão matriculados nessa modalidade 4.811 alunos no curso de Gestão Empresarial. Capacitação nas Fatecs: a Unidade do Ensino. *Superior de Graduação (Cesu)* desenvolveu atividades de capacitação voltadas ao desenvolvimento de docentes, discentes, técnicos administrativos e gestores, como os cursos e oficinas de Metodologias Ativas. Diversas ações como as Semanas de Planejamento e Aperfeiçoamento Pedagógico e o IV Fórum de Metodologias Ativas e Inter Agro foram adequadas ao formato online. Ocorreram ainda a oferta dos Cursos de Aperfeiçoamento para Coordenadores e o deAperfeiçoamento em Gestão para Diretores de Fatec, Formação de Diretores Acadêmicos, plano de ensino por competências, autodesenvolvimento, AutoCad 2D e 3D, oficina de currículo por competências, entre outros. Até novembro, foram atendidas cerca de 6.578 pessoas. Pós-Graduação: *O CPS oferece dois cursos na modalidade stricto sensu: Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos e Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. No âmbito do lato sensu, três MBAs: Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais; Tecnologia e Inovação; e Engenharia e Negócios.* A Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa oferta também o Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional e atividades de extensão ligadas aos programas de Mestrado. Mobilidade Acadêmica: Com aretomada da mobilidade presencial, 40 alunos e 2 docentes fizeram o intercâmbio em 9 países. As parcerias para mobilidade virtual beneficiaram 149 estudantes. O CPS recebeu 157 estrangeiros nos cursos de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira, e Português. Foram ofertadas 12 disciplinas em Língua Estrangeira, atendendo 72 estudantes estrangeiros e 155 estudantes de Fatecs. Foram recebidos também 5 discentes em mobilidade presencial. Capacitações: foram realizados programasonline de desenvolvimento de competências socioemocionais para estudantes, em parceria com a fundação Wadhwani (1.300 vagas). *O curso online Virtual Experience* ofereceu 600 vagas. A parceriacom a Italian Culinary Institute for Foreigners capacitou 28 alunos. Já 72 docentes foram contemplados com os cursos de idiomas virtuais. O curso de Língua Coreana, em parceria com o Centro de Educação Coreana em São Paulo, atendeu 933 alunos. Difusão Científico Cultural: exemplos de eventos: feiras e workshops reuniram mais de 700 participantes. O 3º Concurso Altar Día de Muertos, em parceria com o Consulado do México, teve a participação de 46 professores e 227 alunos. No 4º Concurso de Gastronomia, 6 finalistas concorreram a uma bolsa de estudos, na Escola ICIF, na Itália. Os webinários realizados pela ARInter em 2022 reuniram 1.488 inscritos. O CPS possui 62 acordos de cooperação vigentes com instituições de 21 países, e 160 negociações com35 países. *Convênios com Empresas e Organizações:* foram firmadas 478 novas parcerias entre Convênios, Acordos de Cooperação e Protocolo de Intenções, visando estabelecer relações conjuntaspara a integração de estágios curriculares, apoio em atividades técnico-pedagógicas, reforma ou manutenção de unidades e intercâmbios culturais com empresas e organizações. Exemplos deparceiros: Secretarias de Turismo e da Agricultura, Banco Santander, Clealco, Intel Semicondutores,Mitsubishi Electric, Tranter e Universia Brasil. Esse número inclui 116 novos convênios com prefeituras para implantação de classes descentralizadas. *Qualificação Profissional* - Os Programas Via Rápida Emprego e Minha Chance, atendidos pelas unidades móveis, ofertaram 5.236 vagas em 61 municípios paulistas. O Via Rápida Emprego, atendido nas unidades fixas, em parceria com a SDE, ofereceu 5.740 vagas na modalidade online e 5.856 na presencial, totalizando 11.596 vagas. OPrograma FUSSP, que visa qualificar o desempregado para o mercado de trabalho, ofertou 5.860 vagas. Para o *Programa Qualificação Básica – Formação Inicial e Continuada (QB FIC),* com cursosgratuitos para jovens e adultos em busca de oportunidades de emprego e de geração de renda, foramdisponibilizadas 6.230 vagas. Investimento em Etecs e Fatecs: Em 2022, foram empenhados cerca deR$ 59 milhões em obras, sendo R$ 11,3 milhões em construção de novos ambientes ou implantaçãode novas unidades e mais de R$ 47 milhões para reformas, e obras de manutenção em diversas unidades. Para equipamentos e mobiliários foram investidos cerca de R$ 40,7 milhões, que englobamequipamentos de tecnologia, mobiliário em geral e equipamentos e mobiliários médico (hospitalar eodontológico). Ainda neste ano, foram investidos mais R$ 79,9 milhões na aquisição de materiais deinformática e equipamentos que serão destinados aos laboratórios de Etecs e Fatecs. Obras: foram empenhadas 260 obras nas unidades do CPS: 1 de ampliação na Fatec Mogi Mirim e outras 259 intervenções de reforma ou manutenção, como as realizadas na Etec Dona Escolástica Rosa, de Santos e nas Fatec Sorocaba e Taubaté. Também estão em andamento 3 obras de construção para implantação das futuras Etecs de Sumaré e Cravinhos e Fatec Rio Claro. *Inova CPS*: Em 2022, a Assessoria de Inovação Tecnológica (Inova CPS) ofertou cursos de Formação para Diretores de Etecs e Fatecs em ferramentas do empreendedorismo e inovação; expandiu a Escola de Inovadores atendendo 383 unidades, fomentando ações de aprendizagem e oportunidades em projetos deinovação, impactando mais de 35 mil alunos e 2 mil professores; ampliou a realização de hackathonsem 164 unidades do CPS com a participação de mais de 4 mil estudantes; analisou 36 instrumentos jurídicos de PD&I conforme lei de inovação; atuou no credenciamento de 2 Laboratórios de Fatecs no Comitê de Área da Tecnologia da Informação do MCTI e 3 Acordos de Cooperação para Interveniência de Fundações de Apoio. Copams: Realização de 2 palestras, em parceria com a Unidade de Recursos Humanos do CPS, para as equipes de gestão de Etecs e Fatecs. Quatro unidadesforam atendidas em reuniões pedagógicas. Alunos das Etecs Bento Quirino e Bartolomeu Bueno da Silva - Anhanguera receberam capacitação online. Promoveu duas reuniões presenciais para servidores da Administração Central. Participação da reunião na sede da UMES. *Gestão Participativa:* Atualização da Cartilha de Comunicação Inclusiva, em parceria com a AssCom. Realização de webinar sobre saúde mental; palestra Desenvolvendo Competências Socioemocionais para os Desafios do Século 21 e capacitação discutindo gênero, incluindo pessoas, voltada a gestores. A diversidade foi tema do Fórum de Educação para as Relações Étnico-Raciais. Continuidade do projeto com a Sociedade Brasileira de Psicanálise com 8 encontros semestrais para servidores. Também foram realizadas reuniões pontuais com gremistas e gestores sobre temas específicos das unidades. Comitê de Compliance: Produção de infográfico das políticas institucionais já publicadas;treinamentos de compliance e LGPD; capacitação abordando ética comportamental; realização da Semana de Compliance e Integridade, com a promoção de um fórum que teve a participação de outrasinstituições de ensino do Estado; participação nas iniciativas do Grupo de Trabalho do Programa de Combate Nacional à Corrupção, em virtude da adesão do CPS ao programa; elaboração do Código de Ética da instituição. *Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPTIndicadores e informações relevantes em destaque de 2022:* O IPT conta com 618 empregados e teve em 2022 uma receita de R$ 79,2 milhões, faturados pelo IPT, sendo 69,6% são de clientes do setor privado, 29,8% de clientes do setor público e 0,7 % de empresas de economia mista. A FIPT, Fundação de Apoio ao IPT conta com 401 funcionários contratados para apoiar os projetos e são contratados como CLT, e faturou para o IPT, no mesmo período, R$ 96 milhões, sendo 83,7% são de clientes do setor privado, 4,9% de clientes do setor público e 11,3 % de empresas de economia mista. O IPT/FIPT faturou em projetos de inovação tecnológica 41% de sua receita total. O NPS (Net Promoter Score) foi de 84, demonstrando a elevada e destacada qualidade e satisfação dos clientes. Produção tecnológica: o IPT emitiu 19.910 documentos técnicos no período de 2022, sendo que além de mais de 2000 procedimentos padronizados de ensaios, alguns únicos no Brasil, e desenvolveu 40novos procedimentos neste ano, sempre levando este conhecimento aos órgãos normativos e certificadores. Foram 1.830 clientes atendidos em 2022. Indicador de publicações: o número de publicações dos empregados do IPT em formato de livros, artigos para eventos e periódicos nacionais ou internacionais foi de 302. Indicador de pedidos de patentes: o IPT depositou 7 pedidos de patentes no Brasil e 1 pedido de depósito nos EUA e 10 segredos industriais. *Projetos em Destaque e Atuação do IPT Apoio na Concepção do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo 2022-2040:*O IPT colaborou com a

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, complementando o trabalho da FIPE, com as Diretrizes para o Desenho de Políticas e Ações Futuras. Destaque para as políticas de Desenvolvimento Sustentável, traçando ações estratégicas principalmente para a transição de uma economia sustentável tendo em vista as questões de mudanças climáticas, com foco na recuperação ambiental, ampliação da segurança hídrica, impulsionando o setor industrial e de turismo. Neste trabalho concebeu toda a política de Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, para fortalecimento, aumento da competitividade e estudo da viabilidade de mecanismos para cidades inteligentes. *Projeto Saneamento básico para empresas privadas:* este projeto tem como objetivo dar apoio em Macromedição de Água para empresas privadas. Este tipo de análise é uma especialidade do IPT que é feito pela equipe do Laboratório de Vazão, da Unidade de Tecnologias Regulatórios e Metrológicas. *Requalificação Urbana de Assentamentos Precários em Área de Risco:* neste projeto foi criado um conjunto multidisciplinar de soluções tecnológicas a ser empregado em áreas de risco, ocupada por habitações, a fim de criar espaços reurbanizados com adequada qualidade do ambiente construído e com infraestrutura básica de conectividade digital. Este projeto também reforça a atuação do IPT namissão de "Melhoria da Qualidade de Vida da Sociedade". *Projeto de investigação dos eventos causais que culminaram no colapso parcial das obras da linha 6 – laranja do sistema metroviário da cidade de São Paulo:* neste projeto foram investigados os eventos causais que levaram ao colapso as obras subterrâneas existentes na região de um poço de saída de emergência, pertencente à Linha 6 – Laranja do sistema metroviário da cidade de São Paulo.Esse foi mais um desafio imposto à área de Obras Civis do IPT, que há anos colabora com a sociedade e a engenharia brasileira na investigação de acidentes em empreendimentos de grande complexidade. *Projeto Prometheus:* este é um projeto disruptivo e multidisciplinar que tem como objetivo desenvolver tecnologias para viabilizar e futuramente integrar sistemas de armazenamento usando moléculas de DNA como meio físico de armazenamento de dados. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Lenovo através de incentivos da Lei de Informática. Este projeto iniciou em 2021, tendo pesquisadores de áreas Biológicas e de Tecnologia Digitais no IPT. *Projeto RCHLO-Recicla:* consiste num projeto que está dentro do contexto de economia circular. Este projeto visa a prospecção e desenvolvimento de processos de reciclagem de resíduos têxteis procedentes de aparas de confecção e de artigos confeccionados no pós-uso, com o intuito de reinserir essas matérias primas na cadeia têxtil novamente. Este estudo teve início em 2021, com um valor deaproximadamente R$ 2 milhões, e conta com uma equipe multidisciplinar do IPT para diferentes rotastecnológicas para reciclagem. *Projeto Stockcar*: este projeto teve como objetivo desenvolver, por meio de análises de design e de manufatura, o conceito de componentes veiculares destinados à nova geração de veículos de competição automotiva da Stockcar Brasil, aplicando-se materiais de alto desempenho – compósitos estruturais. Este projeto teve um valor de R$ 5,4 milhões e o início do projeto se deu 2022. O desafio de desenvolvimento do projeto partiu de um TRL-3 e visa atingir a produção de conceitos de componentes para teste em ambiente relevante para 64 veículos. *Projeto CONNOR*: consistiu na capacitação de especialistas em Cibersegurança, visando fomentar profissionais para o mercado corporativo atuando no desenvolvimento de soluções com foco nos maisdiversos ramos da segurança e auditoria. Este projeto iniciou em 2022, com um número de 765 inscritos para o processo seletivo. O conteúdo do curso está sendo ministrado por professores do mestrado do Instituto e possui a colaboração de duas Universidades. O projeto conta com uma estrutura de salas de aula, laboratório e um centro de segurança operacional (Security Operation Center). *Projeto Sistema de coleta de detritos:* este projeto apresentou uma solução mecânica automática pararetenção e coleta de resíduos sólidos com estudo de caso para o sistema alto-tietê. Foi realizado um sistema flutuante de direcionamento e coleta dos resíduos, tendo feito ensaios de validação no Tanquede Provas do IPT, com modelos em escala reduzida do sistema de coleta. *Inova Talentos IPT Open:* Em 2022, participaram 67 empresas parceiras, com 293 projetos de inovação com solicitações de bolsas. O IPT participa como assessor técnico na análise e qualificaçãodos projetos de inovação apresentados pelas indústrias. *Implantação de Parque Tecnológico - Chamada Publica FINEP:* Trata-se de projeto que tem por objetivo promover atividades científicas e tecnológicas como estratégias e complementares ao desenvolvimento econômico e social, bem como criar um ambiente para promover a inovação aberta, por meio da implementação, no campus do IPT, de Centros de Inovação de Instituições interessadas para o desenvolvimento tecnológico, a Capacitação de Recursos Humanos e o Desenvolvimento de Negócios. Aporte da FINEP no projeto no valor de R$ 9.314.038,40, concedidos em dezembro de 2022, pelo prazo de 5 anos. *Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii):* No ano de 2022, foram firmadas 8 novas parcerias que totalizaram R$ 11,5 milhões e foram concluídos 12 projetos. Ainda nesse ano o IPT foi habilitado dentro da EMBRAPII para atuar em parceria com o Banco BNDES e operar recursos para projetos de P&D em focos específicos. *Sebrae Deeplabs:* Projeto voltado a empresas nascentes de base tecnológica com duração de 3 anos e orçamento de R$ 13 milhões. Até final de 2022, foram atendidas 64 startups de base tecnológica de 19 municípios do Estado de São Paulo. 50 instituições já participaram das jornadas de ativação do ecossistema de Biotecnologia e Inteligência Artificial. O IPT desenvolveu e executa diagnósticos de maturidade no início e no final da jornada para atestar o nível de desenvolvimento tecnológico das soluções. *Programa IPT Open:* O programa fechou 2022 com 8 parcerias no formato de Centro de Inovação (Cecil, Gerdau Graphen, Granbio, Inteli, Lenovo, Vale e V2COM) e 6 em Hub de Inovação (3M, Kimberly Clark, Klabin, Siemens Energy, Siemens Industry e COPAG). *Rota 2030 – Ferramentarias Brasileiras Mais Competitivas:* o programa foi selecionado em 2020 emuma chamada pública pelo Conselho Gestor do Rota 2030 como o Programa Prioritário para apoiara linha IV do Rota 2030. Trata-se de um programa que visa solucionar dificuldades de empresas do setor de ferramentarias com baixa produtividade e defasagem tecnológica, capacitando a cadeia de ferramental de produtos automotivos para atingir competitividade em nível mundial. Além disso, o programa conta com estratégias para mapeamento e conexão de ferramentarias como Rotaincurso, Rotachallenge e Conectamais. O Programa é gerenciado pela FUNDEP/UFMG e conta com 16 projetos PD&I no valor de R$ 165 milhões em execução com a participação de mais de 98 empresas e 30 ICTs em projetos PD&I, dos quais o IPT participa desta rede potencializadora em alguns destes projetos. *Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) Metrologia das Radiações* – Desenvolvimento de um simulador antropomórfico de cabeça e pescoço,por meio de impressão 3D. Desenvolvimento de um objeto simulador de maxilar e mandíbula infantisutilizando impressão 3D, para dosimetria em TCFC. Conclusão de plano preliminar demonitoramento radiológico em uma usina nuclear móvel. *Reator Multipropósito Brasileiro (RMB)* – Realizadas ações de continuidade dos Programas de Gestão Ambiental, voltados à fase de pré-construção do empreendimento, no sítio onde será construído o RMB. Em especial, implementou-se o Programa de Manejo e Conservação da Flora, com a manutenção das quase 10.000 mudas de árvores nativas plantadas de 123 espécies distintas, eampliação do plantio. Firmado Termo de Execução Descentralizada com o CTMSP, para beneficiamento de 1.500 kg de hexafluoreto de urânio natural, que serão destinados à fabricação de elementos combustíveis, para a primeira carga do núcleo do RMB. *Tecnologia das Radiações* - Os equipamentos do Laboratório de Análises Instrumentaispermaneceram disponíveis para o uso da comunidade acadêmica do IPEN e USP (pesquisadores e pós-graduandos), no modo multiusuário. No ano de 2022, o Laboratório Multiusuário atendeu mais de 4.000 análises dos mais diversos materiais. Em março de 2022, obtiveram-se as primeiras imagensdo vírus SARS-CoV-2, por meio do equipamento de microscopia óptica de varredura de campo próximo (SNOM) do IPEN. *Células a Combustível e Hidrogênio* – O Centro de Pesquisa do IPEN foi selecionado como um dos doze laboratórios do Sistema Nacional de Hidrogênio (SisH2), participante da câmara de fortalecimento das bases científicas e tecnológicas do hidrogênio no MCTI. Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com o Centro Tecnológico da Marinha (CTMSP) e FDTE, para o desenvolvimento de dispositivos de segurança em reatores nucleares, por meio do projeto "Desenvolvimento de catalisadores e metodologias analíticas visando aplicação em recombinadores autocatalíticos passivos". *Gestão de Rejeitos Radioativos* - Progressos no projeto sobre deposição de fontes radioativas seladasem desuso, consideram-se a localização do depósito final no mesmo sítio do CENTENA e adaptaçãodo conceito do poço tubular profundo à troca de material de embalagem para aço duplex. Participaçãonas reuniões técnicas anuais do LABONET e DISPONET, e na reunião técnica sobre reuso e reciclagem de fontes seladas em desuso, todas sob coordenação da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). *Tecnologia Laser* - Aceleração de elétrons por laser de pulsos ultracurtos de alta intensidade, obtida pela equipe do Centro de Lasers e Aplicações (CELAP) e do ITA, no *Extreme Light Laboratory* da Universidade Nebraska-Lincoln/UNL, em projeto financiado pelo SPRINT FAPESP e pela LaserNetUS, do Departamento de Energia dos EUA. Desenvolvimento de coluna microfluídica de troca iônica, para obtenção de precursores de radiofármacos, com alta atividade molar e eficiência de eluição 10 vezes superior ao método convencional. Aprovação do projeto Intercentros de nanoplásticos no IPEN. Pedido de patente de um laser limitado por difração, com eficiência de 80%.Colaboração do laboratório SNOM com o Núcleo de Física da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, do Estado de São Paulo, para análises por espectroscopia micro-Raman de vestígios de cenas de crime, que ajudaram a solucionar dois casos de repercussão forense. Obtenção de imagem de microscopia de força atômica (AFM-SNOM), do vírus SARS-CoV-2 (Covid-19), com a determinação do comprimento (7,0 nm) das espículas do vírus original de Wuhan, na China. PrêmioTeses CAPES e Menção Honrosa no Prêmio Teses USP, na área de Inovação: " Buscando novas estratégias terapêuticas para o tratamento de leishmaniose cutânea". *Engenharia Nuclear* - Assinatura do convênio ETN/FUNDEP/IPEN e início do projeto de pesquisa com a Eletronuclear, intitulado "Projeto para caracterização isotópica de rejeitos de baixa e média atividade armazenados no sítio da CNAAA". Participação no grupo de estudo de ação estratégica para DPD/CNEN, sobre Pequenos Reatores Modulares (SMR). Realização dos testes de comissionamento e de inserção das barras no núcleo tipo placas paralelas, do Reator Nuclear de Pesquisa IPEN/MB-01. Finalização e apresentação dos resultados dos testes com o protótipo de microbaterias nucleares de amerício (Parceria IPEN e PETROBRAS). Aquisição do sistema de Anemometria a Laser (LDA), no Projeto IPEN/FINEP. *Biotecnologia* – Conclusão de Contrato de Prestação de Serviço Técnico Especializado Não- Rotineiro, com a empresa SINTEFINA. *Reator Nuclear IEA-R1* - Conclusão dos módulos do treinamento de 26 operadores do CTMSP, paraoperação do Reator de Pesquisa IEA-R1. Início dos testes para produção de 177Lu, para Medicina Nuclear. Treinamento do gestor do Reator Nuclear RP-10, instalado no Instituto Peruano de EnergiaNuclear, via AIEA, no Centro do Reator de Pesquisa (CERPQ), do Instituto. Participação no projeto de caracterização isotópica dos rejeitos de baixa e média atividade da CNAAA, financiado pela Eletronuclear. Estabelecimento de parceria com o Laboratório Nacional de Idaho (INL), via aliança Battelle, na área de imageamento com nêutrons, com visitas técnicas de especialistas e envio de pós-doutorando. Medidas de correlação angular perturbada no ISOLDE-CERN. Aprovação de projeto CNPQ-FNDCT, para produção de células fotovoltaitas via irradiação com nêutrons e retomada da produção de silício para semicondutores no Reator Nuclear IEA-R1. *Combustível Nuclear* - Desenvolvimento da tecnologia de fabricação do elemento combustível instrumentado, para testes do Reator Multiproposito Brasileiro (RMB). Revisão do relatório final de Análise de Segurança do Centro do Combustível Nuclear, voltado ao Licenciamento da Instalação deProdução de Combustível Nuclear, para reator de pesquisa nacional. Pesquisa e desenvolvimento detecnologias na área de combustíveis nucleares avançados e de tecnologias de tratamento de efluentesgerados no processo produtivo de elemento combustível, para reatores de pesquisa nacional. Visita técnica de especialista da Universidade de Houston, EUA, por meio do Projeto de Cooperação Técnica (TC BRA2019) com a AIEA, de tratamento dos efluentes radioativos gerados na produção dos elementos combustíveis. *Radiofármacos* - Início das atividades no âmbito do projeto financiado pela AIEA (BRA6032), intitulado: "Desenvolvimento e expansão do uso de teranósticos radiomarcados com lutécio-177 e actínio-225, para câncer de próstata no Brasil". *Radioproteção* – Treinamento em Radioproteção para Agentes de Segurança Pública e Privada, Agentes Portuários e Aduaneiros, no Porto de Santos, atendendo ao Ofício n° 77/2021- COSEN/SIPRON/SCS/GSI/PR. Palestra sobre Emergência Radiológica e Segurança proferida aos funcionários do Instituto de Criminalística, do núcleo de Campinas/SP e região (peritos criminais, fotógrafos e desenhistas técnico-periciais), funcionários do Instituto Médico Legal, do núcleo de Campinas e região (médico legista, atendente e auxiliar de necropsia), Delegados de Polícia e Promotores de Justiça de Campinas e região. *Química e Meio Ambiente* - Elaboração, manutenção e execução de Programas Ambientais, visandoo monitoramento para o cumprimento das condicionantes à Licença de Operação do IPEN, junto ao IBAMA (L.O. nº 1325/2016). *Ciência e Tecnologia dos Materiais* - Conclusão dos projetos de pesquisa institucionais: "Desenvolvimento de materiais para tratamento de efluentes contendo radionuclídeos com relevantes resultados na imobilização de rejeitos radioativos em matrizes vítreas", via parceria CEQMA e SEGRR, e "Produção de microesferas cerâmicas incorporadas com o radioisótopo ^{166}Ho, visando sua aplicação no tratamento de câncer de fígado por radioembolização", via parceira CECRF e CERPQ. *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Indicadores gerais*: a FAPESP desembolsou R$ 1,288 bilhão em bolsas e auxílios à pesquisa, sendoR$ 679,6 milhões na modalidade Auxílio à Pesquisa e R$ 503 milhões em bolsas de formação de recursos humanos para C&T. *Centros de Ciência para o Desenvolvimento:* A FAPESP anunciou os resultados da chamada a constituição de Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCD-SP), que articulam universidades,institutos, órgãos de governo e empresas em projetos orientados a problemas de relevância social e econômica. Na primeira chamada foram selecionados 12 CCD-SP. Foram contratados 15 novos CCDs, nas áreas de saúde, segurança pública, transição energética, entre outros (https://agencia.fapesp.br/39326/). *Sustentabilidade e Mudanças Climáticas:* Iniciativa Amazônia +10: A FAPESP participa de 20 dos 39 projetos de pesquisa aprovados na primeira chamada da Iniciativa Amazônia +10. Coordenada pelo Confap, a iniciativa mobiliza pesquisadores vinculados às FAPs de 19 estados brasileiros em estudos colaborativos sobre o território, povos da Amazônia e o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis (https://agencia.fapesp.br/ 40082/). *Educação Básica:* PROEDUCA - A FAPESP e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo lançaram o primeiro edital do PROEDUCA, programa de apoio a pesquisa em educação básica, com o objetivo de subsidiar o aprimoramento e o desenvolvimento de políticas públicas e de abordagens pedagógicas voltadas à melhoria do aprendizado e à redução das desigualdades regionais. *Apoio da FAPESP no combate à COVID-19:* A FAPESP deu continuidade ao financiamento de 66 projetos relacionadas à COVID-19 e ao desenvolvimento de tecnologias para o diagnóstico etratamento da doença, relativos a dois editais lançados em 2020 (https://covid19.fapesp.br/). *Vacinas:* Em 2022, foram iniciados os primeiros testes em humanos da SpiN-Tec, uma vacina contraa COVID-19 desenvolvida em parceria pela UFMG, USP e Fiocruz, financiada por diversas instituições de pesquisa, entre elas a FAPESP. (https://agencia.fapesp.br/ 40153/). *Inovação Tecnológica Centros de Pesquisa em Engenharia/Centros de Pesquisa Aplicada (CPEs/CPA):* Foi inaugurado, em 2022, o Centro de Pesquisa em Engenharia em Redes e Serviços Inteligentes para 2030 (SMARTNESS), constituído pela FAPESP em parceria com a Ericsson, com sede na Unicamp (https://agencia.fapesp.br/40268/). No mesmo período, a FAPESP e a GSK constituíram o Centro dePesquisa em Imuno-Oncologia (CRIO), com sede no Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein e, junto com a Embraer, a FAPESP anunciou a criação do Centro de Pesquisa em Engenhariapara a Mobilidade Aérea do Futuro (CPE-MAF), a ser instalado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) https://agencia.fapesp.br/38720/). Ao todo, 22 CPEs já estão em operação,pautados pela missão de articular universidade-empresa em pesquisas na fronteira do conhecimento,com foco na inovação.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE): A FAPESP lançou a Chamada de Propostas para a seleção de projetos de pesquisa no âmbito do PIPE - Transferência de Conhecimento, Fases 1 e 2, voltados à pesquisa para o desenvolvimento de soluções inovadoras em empresas em parceria com instituições de pesquisa, em temas de interesse dos Programas BIOTA (Programa FAPESP de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade), BIOEN (Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia) e PFPMCG (Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais). No mesmo período, a FAPESP também lançou a chamada PIPE FAPESP Sebrae StartUp – Empresa, para apoiar projetos que envolvem validação tecnológica e oportunidades de mercado nas áreas de agronegócios, soluções portuárias, saúde, entre outras áreas (https://agencia.fapesp.br/ 39113/). Ainda no âmbito do PIPE, a FAPESP lançou chamada de proposta em parceria com a Sabesp para apoiar pesquisas voltadas ao aperfeiçoamento de saneamento básico (https://agencia.fapesp.br/ /39054/) e com o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, por meio da qual selecionará projetos de pesquisa cooperativa a serem desenvolvidos em empresas sediadas no Estado de São Paulo (https://agencia.fapesp.br/ 39855/). Mais informações sobre o PIPE em http://www.fapesp.br/pipe/. Em 2022, a FAPESP atualizou sua política de propriedade intelectual. Pelas novas regras, empresas apoiadas pelo PIPE continuam a deter exclusivamente os direitos legais de propriedade intelectual dos resultados das pesquisas financiadas, mas sem a exigência de compartilhamento com a FAPESP (https://agencia.fapesp.br/38115/). *Programa Centelha-SP:* A FAPESP anunciou o resultado final da chamada do Programa Centelha-SP, iniciativa do MCTI e da Finep. Foram selecionados 50 projetos https://agencia.fapesp.br/39631/). *Difusão do Conhecimento Científico:* A mídia nacional e a internacional publicaram em 2022 52.987 reportagens sobre projetos de pesquisas e pesquisadores apoiados pela FAPESP. Deste total, 43 mil notícias foram publicadas em veículos nacionais e 9,7 mil em veículos internacionais. https://namidia.fapesp.br/.) *Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP* A JUCESP, encerrou o ano de 2022 com grandes marcos, na área de tecnologia, em abril, foi iniciadoo atendimento virtual, que possibilitou o suporte aos usuários de todo o Estado para esclarecimentos de exigências de processos e dúvidas sistêmicas. Em julho, atingimos a marca de 500 Municípios no Integrador Estadual VRE|REDESIM e também foi realizada a adesão de 26 novos Municípios no VRE|Municipal. Com o foco na transformação digital, em setembro, 72% dos atos registrados na Autarquia foram disponibilizados na versão do VRE|Digital com o ingresso dos atos de alteração de alteração do nome empresarial, alteração de objeto, alteração de endereço e atos de enquadramento, desenquadramento e reenquadramento de ME e EPP para os tipos jurídicos empresário individual e LTDA. E, em dezembro, avançamos ainda mais e atingimos o marco de 91% da demanda dos atos registrados com a inclusão dos seguintes atos: alterações de outras cláusulas, arquivamento de procuração, arquivamento de ata, arquivamento de jornal e arquivamento de documento de interesse, também para os tipos jurídicos empresário individual e LTDA. Ainda em dezembro, com o intuito de prevenir fraudes e o uso indevido, por terceiros, de dados pessoais, a JUCESP lançou um serviço de bloqueio de informações do CPF nos sistemas de empresas da Autarquia em atos constitutivos, de entrada/admissão de sócios/titular em empresas, e de reativações. Este serviço, de proteção de CPF, está disponível no Portal Integrador Estadual VRE|REDESIM. Já o desbloqueio poderá ser solicitado a qualquer momento, gratuitamente, no Canal "Fale Conosco" da Junta. Quanto ao *Balcão Único*, que é a ferramenta para abertura de empresas que integra órgãos federal, estadual e municipal, e reduz seis etapas tradicionais para apenas uma, registre-se que, no decorrer do ano, o tempo médio global para abertura de empresas, etapas de viabilidade ao licenciamento, ficou em 2h19min58seg. Atendendo os comandos da Lei de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos (Lei nº 13.460/2017) foi disponibilizado, de forma permanente e atualizada, também no site a *Carta de Serviços ao Usuário* contendo informações sobre: canais de atendimentos, serviços realizados, principais etapas de solicitações, formas de prestação do serviço, previsão do prazo de atendimento, taxas e legislação básica. Também implementamos um novo modelo de escritório regional em parceria com Prefeituras. Neste modelo, a unidade realiza o protocolo de processos e a análise singular de processos exclusivamente eletrônicos, sem a cobrança de qualquer taxa adicional pela prestação do serviço. Quanto à execução financeira, em 2022, a JUCESP arrecadou R$ 124 milhões, considerando a *Desvinculação de Receita de Estados e Municípios - DREM,* que repassa 30% da arrecadação total da JUCESP ao Estado, possibilitando novas contratações e investimentos acelerando a transformação para JUCESP Digital. Convém, ademais, mencionar que atingimos o marco de mais de 90 milhões de páginas digitalizadas do acervo da JUCESP durante o exercício de 2022, totalizando aproximadamente 87% de todo o acervo. Com relação à JUCESP em números, apresentamos os seguintes dados apurados de janeiro a dezembro 2022: 1.424.473 documentos protocolados, com a média diária de 5.935 protocolados. Na questão de interação com o usuário, atingimos mais de 1.157 atendimentos/dia pelo Call Center e 389 consultas/dia através do canal "Fale Conosco" e, em relação ao atendimento virtual/ChatBot atingimos mais de 290 mil atendimentos ano e média médio de 24.214. Quanto ao acesso à informação apresentamos o respectivo quadro relativo aos serviços realizados através do JUCESP Online:

SERVIÇOS ON LINE	*TOTAL*
Pesquisa de Empresas (Simples, Avançada e no Mapa)	57.989.074
Certidão de Inteiro Teor - EIRELI	13.535
Certidão de Inteiro Teor - Empresário	73.295
Certidão de Inteiro Teor - Sociedade Cooperativa	459
Certidão de Inteiro Teor - Sociedades Empresárias, exceto as por ações	347.938
Certidão de Inteiro Teor - Sociedades por Ações, Empresa Pública, Consórcio eGrupo de Sociedades	11.389
Certidão Específica - Negativa PF/PJ ou Registro de Livros ou ParticipaçãoSocietária de PJ	38
Certidão Específica com Teor Solicitado - Negativa de Pessoa Física	16.421
Certidão Específica com Teor Solicitado - Negativa de Pessoa Jurídica	1.078
Certidão Específica com Teor Solicitado - Participação Societária de PJ	1.740
Certidão Específica com Teor Solicitado - Registro de Livros	795
Certidão Específica Pré-formatada	55.203
Certidão Simplificada	2.854.146
Certidão Simplificada Para Filiais com Sede em Outra Unidade da Federação	9.490
Consulta de Nome Empresarial	429.648
Dados Cadastrais (FBR e Ficha Cadastral)	13.053.634
Documentos Digitalizados	6.697.256
Solicitações Correção FC	493.913

A seguir, o resumo das Universidades e Faculdades Públicas, vinculadas à SDE: *Universidade de São Paulo - USPRetomada total das aulas presenciais* O grande desafio de 2022 foi a etomada total das aulas presenciais. Neste ano, a Semana de Recepçãoaos Calouros, organizada pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG), recebeu não só os calouros, mastambém veteranos de dois anos que ainda não haviam frequentado a Universidade presencialmente. *Programa de Apoio edagógico – Tutoria:* para recuperar conhecimentos que não puderam seradquiridos durante a pandemia, o programa disponibilizou quase 500 bolsas para tutoresdesenvolverem, em horários extra-aula, atividades de recuperação e nivelamento, planejadas pelo docente responsável pela disciplina. *Modernização dos cursos*: tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, há um movimento para modernização e flexibilização dos cursos, com a incorporação de novas ferramentas didáticas, o incentivo à interdisciplinaridade e ao empreendedorismo. *Inclusão e Pertencimento:* no dia 3 de maio, o Conselho Universitário votou pela criação da Pró- Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), que passou a centralizar e coordenar as ações da USP voltadas para as políticas afirmativas e de permanência. *Comissão de Heteroidentificação:* criação da comissão que será responsável, já no vestibular de 2023,pelo processo de averiguação da autodeclaração dos candidatos convocados para a matrícula na modalidade de vagas reservadas para política de ações afirmativas para pretos e pardos, tanto na Fuvest quanto via Sisu, que seguirá critérios exclusivamente fenotípicos. *Sistema Enem-USP:* nova forma de ingresso na USP, em que os alunos são convocados diretamentepela Fuvest a partir das notas obtidas nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). *Programa Ecos:* programa que oferece acolhimento e orientação para as demandas de saúde mental de toda a comunidade universitária. *Política de Permanência e Formação Estudantil:* reformulação da Política de Permanência e Formação Estudantil e aumento de 58% nos recursos destinados à permanência para 2023. *USP Diversa:* programa para captação de recursos doados por pessoas físicas e jurídicas que tenhaminteresse em financiar bolsas para estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. *Inovação:* Outra diretriz é a incorporação e a integração da inovação às atividades de pesquisa da Universidade,como ficou evidente com a mudança da Pró-Reitoria para Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI). A PRPI também implantou unidades do InovaUSP em São Carlos e em Ribeirão Preto e desenvolveu propostas para reduzir a burocracia e para estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa arrojados. *Programa de Formação em Gestão Acadêmica de Projetos:* oferece bolsas para pesquisadores com doutorado e sem vínculo institucional com a USP. O objetivo é formar profissionais capazes de oferecer apoio acadêmico especializado a grandes projetos de pesquisa. *Núcleo de Terapia Celular:* programa de tratamento avançado contra o câncer, em parceria com o Instituto Butantan e o Hemocentro de Ribeirão Preto. O programa desenvolve a terapia celular CAR-T (receptor quimérico de antígeno), que utiliza células T para combater o câncer e já se mostrou altamente eficaz no tratamento de linfoma e leucemia linfoide aguda. *Cultura:* A USP manteve, em 2022, uma extensa programação de atividades culturais, com apresentações das orquestras e grupos musicais, de espetáculos teatrais e diversas exposições. *Concerto "A Semana de 22 Revisitada":* em agosto, pela primeira vez, a Orquestra Sinfônica da USP(Osusp), a Orquestra Sinfônica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Orquestra Acadêmica da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) se apresentaram juntas. O concerto aconteceu no Memorial da América Latina e exibiu um repertório baseado principalmente em música brasileira. *Inauguração do Museu do Ipiranga:* após nove anos de fechamento ao público, foi inaugurado oNovo Museu do Ipiranga, durante a celebração do bicentenário da Independência do Brasil. *Sociedade: Investimento nos Hospitais das Clínicas:* em uma parceria inédita, a USP se comprometeu a investirR$ 217 milhões nos Hospitais das Clínicas de São Paulo e de Ribeirão Preto. Os recursos serão destinados à ampliação dos dois complexos hospitalares. *Ato em defesa da Democracia:* ato realizado na Faculdade de Direito, no dia 11 de agosto, com a leitura do manifesto "Em Defesa da Democracia e Justiça" e da "Carta às Brasileiras e aos Brasileirosem Defesa do Estado Democrático de Direito!".

USP Pensa Brasil: grande evento que reuniu professores e pesquisadores da Universidade e de outrasinstituições para debater questões emergentes do País. *Programa Eixos Temáticos USP:* tem como objetivos identificar como a Universidade pode ajudar aresolver grandes problemas sociais com abordagem interdisciplinar, oferecer soluções que possam gerar políticas públicas embasadas no conhecimento produzido e conectar ainda mais a USP à sociedade. *Programa USPSusten:* tem o objetivo de gerar conhecimento para a construção de sociedades sustentáveis, a conservação do meio ambiente e a formação de recursos humanos comprometidos com tais objetivos. *Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP:* Tivemos 30.009 alunos matriculados em 65 cursos de graduação e 159 de pós-graduação nos *campi* de Campinas, Piracicaba e Limeira. Nossos 1.756 docentes, dentre os quais 98% são doutores e 93% atuam em regime de dedicação exclusiva, mantiveram-se na liderança nacional da produção *per capita* de artigos científicos em revistas internacionais indexadas. Nos Colégios Técnicos de Campinas e deLimeira, 3.146 alunos estavam matriculados nos 36 cursos das áreas Industrial, Informática,Saúde, Telecomunicações, Gestão e Meio Ambiente. *Ensino - Acesso* - pelo quarto ano consecutivo, 3.352 alunos ingressaram na Universidadepor formas diversas, conforme medida aprovada pelo Conselho Universitário em 2017, ampliando ainclusão nos cursos de graduação. Pelo vestibular, ingressaram 2.666 estudantes. Pela modalidade Enem-Unicamp, 515 estudantes. Outros 61 ingressantes utilizaram o desempenho em olimpíadas e competições de conhecimento (Vagas Olímpicas). Já pelo Vestibular Indígena2022, ingressaram 110 estudantes.

Cotas: pelo quarto ano, a Unicamp reservou um mínimo de 25% das vagas do vestibular para candidatos autodeclarados pretos e pardos. Do total de matriculados em 2022, 28,8% sedeclararam pretos ou pardos (964 estudantes). *Inclusão:* a Unicamp oferece pontuação extra a candidatos oriundos da rede pública. Aqueles que aderiram ao Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) receberam, na primeira e na segunda fase, as seguintes pontuações: 20 pontos para os que cursaram integralmente o Ensino Fundamental II na rede pública; 40 pontos para os que cursaram integralmente o Ensino Médio na rede pública; 60 pontos para os que cursaram ambos os períodos na rede pública. Dos ingressantes de 2022, 43,7% (1.466 estudantes) vieram da escolapública. *Pós-Graduação:* com 37% de seus alunos na pós-graduação, a Unicamp registrou 500 dissertações de mestrado e 352 teses de doutorado defendidas no primeiro semestre de 2022. Dos 140 cursos de pós-graduação avaliados pela Capes no último ciclo quadrienal (2013-2016),103 (74%) receberam notas de 5 a 7 ("muito bons" ou "excelentes"). A Unicamp tem 65 cursos(46% dos programas de pós-graduação avaliados) com nota 6 ou 7, consideradas de padrão internacional. *PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: Produção científica:* de acordo com levantamentos realizados juntos às bases *Web of Science* (WOS) e *Scopus*, que monitoram milhares de revistas internacionais especializadas,a produção científica da Unicamp confirma a tendência de crescimento iniciada em 2002.Em relação a 1989, ano da conquista da autonomia da Universidade, houve um aumento notável de produtividade, de 0,2 para 3,1 artigos *per capita*/ano. *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: Desempenho da área de Saúde:* Cobrindo 88 municípios dos Departamentos Regionais deSaúdeVII, X e XIV, e uma população superior a seis milhões de habitantes, a Unicamp permaneceu como centro de referência hospitalar e de saúde no interior do estado no primeiro semestre de 2022. *Hospital de Clínicas (HC):* O Hospital de Clínicas da Unicamp é um dos pilares de excelência da saúde pública do estado de São Paulo. No período, o HC manteve as áreas de oncologia, urgência, emergência, transplantes e eletivas de alta complexidade, com 190.267 consultas ambulatoriais, 4.901 internações, 2.880 cirurgias (ambulatoriais, eletivas e de urgência), 27.440 atendimentos de urgência e emergência (Unidade de Emergência Referenciada), 1.073.280 exames laboratoriais, 169 transplantes de córnea, coração, medula óssea, rim e fígado. *Hospital da*

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

Mulher (Caism): o Caism realizou 5.488 internações, 26.366 consultas médicas (ambulatoriais e de urgência e emergência), 3.036 cirurgias, 490 partos, 82.918 exames laboratoriais, 6.756 exames de imagem, 11.839 quimioterapias e 16.980 radioterapias. Desde o final de 2021, as unidades neonatais do Caism estão em reforma, o que reduz a produção assistencial em Obstetrícia e Neonatologiae os serviços de apoio diagnóstico (como exames de imagem e laboratoriais). *Centro de Hematologia e Hemoterapia (Hemocentro):* Referência em nível terciário e quaternário nas áreas de hematologia e hemoterapia para a região, o Hemocentro realizou, de janeiro a junho de 2022: 9.219 consultas médicas, 630.989 exames laboratoriais (pacientes e triagem de bolsas para doação), 32.977 coletas de sangue total, 9.151 transfusões realizadas e 1.933 procedimentos de quimioterapia. Ainda foram atendidos 43.075 doadores. *Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo (Gastrocentro):* Referência internacional em diagnóstico, repasse de tecnologia e transferência de conhecimentos, o Gastrocentro realiza, em média, 170 colonoscopias e 395 endoscopias por mês. Em 2022, realizou, em um único dia, 28 exames de colonoscopia em pacientes na lista de espera. *HES, HRP e AMEs:* Na *gestão* dos Hospitais Estaduais de Sumaré e Piracicaba, entre janeiro e junho de 2022, foram realizados 207.324 exames laboratoriais, 31.811 consultas médicas, 7.907 atendimentos de urgência referenciada, 7.888 internações, 6.341 cirurgias e 1.228 partos. Além dos atendimentos em seu complexo hospitalar, a Unicamp mantémconvênios com a Secretaria de Estado da Saúde para gestão de sete Ambulatórios Médicosde Especialidades em Amparo, Limeira, Mogi Guaçu, Piracicaba, Rio Claro, Santa BárbaraD'Oeste e São João da Boa Vista.

Universidade *Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP* - Em 2022, foi iniciada a *renovação do contingente de servidores*: 150 novos docentes, sendo 120 emdedicação exclusiva, e 325 servidores técnico-administrativos. Além de um aporte vultoso para reformas e adequações para a retomada do ensino presencial de forma segura, amplo investimento em tecnologia da informação em 2022 permitiu a criação do Escritório de Gestão de Dados e facilitouo engajamento circunstancial ao ensino híbrido, motivado pela pandemia: aquisições de softwares e plataformas digitais, entre outras ações, viabilizaram aulas, reuniões e apresentações no formato remoto. *Graduação:* foram oferecidos 136 cursos, com 186 opções de entrada via vestibular, distribuídas em 64 carreiras nas três grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Biológicas e Exatas, para 38.772 alunos matriculados. Soma-se a esse número os 1.446 alunos matriculados nas três escolas de ensino médio-técnico. Foi lançado em 2022, o *aplicativo Graduação na Unesp*, que acumulava cerca de 1.500 downloads nas lojas virtuais. Anualmente, a Unesp forma aproximadamente 5.000 estudantes na graduação. Foi iniciado uma *licenciatura em pedagogia* na modalidade semipresencial para formação deprofessores da educação básica das redes municipais de Guarulhos, Cubatão e São Paulo. Ao final doano, 434 docentes em exercício na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental dessastrês cidades estavam fazendo o curso, oferecido em parceria com a Universidade Aberta do Brasil pormeio de convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Pós-Graduação: lato sensu*, há a oferta de 30 programas de especialização, 11 programas deresidências multiprofissionais em cursos da área da saúde (exceto medicina) e um programa deresidência médica. O total de alunos matriculados nos programas *lato sensu* é de 4.329. *Pesquisa:* a Unesp publicou 5.755 artigos científicos (SciVal/Clarivate). Foram iniciados 1.329 auxílios ou bolsas Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e 3.210 estudantes de pós-graduação receberam bolsas CAPES até novembro. A Unesp teve 11,3 milhões em propostas (6 sub-projetos) aprovados pela Finep, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Ainda como fomento à pesquisa, foram concedidas Bolsas de Estágio no Exterior para seis alunos de graduação e a XXXIV edição do Congresso de Iniciação Científica da Unesp reuniu cerca de 2.900 trabalhos, de todas 34 unidades universitárias – na fase final, foram concedidas 17 premiações. A Unesp também selecionou 176 pós-doutorandos para a concessão de bolsas de pós-doc. *Extensão Universitária e Cultura*: foram realizados 357 projetos de extensão, com cerca de 485 mil participantes, incluindo 523 bolsistas, e foi lançado o Festival Centenários, com dez eventos e 334 atividades culturais. Foram 136 eventos e 78 cursos de extensão, com 6.900 vagas oferecidas. Na dimensão da extensão universitária, a Unesp também tem 30 cursinhos pré-universitários, com 273 alunos bolsistas, três centros de línguas e desenvolvimento de professores, cinco núcleos do Projeto de Educação de Jovens e Adultos, 20 núcleos da Universidade Aberta da Terceira Idade, 12 núcleos negros para pesquisa e extensão e 59 empresas juniores. Em 2022, foi lançado o portal EMC, que integra Espaços Museológicos e Centros de Ciência da Universidade. A Agência Unesp de Inovação chegou ao final de 2022 com 559 patentes registradas, 180 programas de computador, 128 marcas e 14 desenhos industriais; e o mapeamento de mais de cem empresas-filhas da Unesp. A recém-criada Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade lançou o aplicativo Unesp Mulheres e contribuiu para a elaboração de uma política institucional de enfrentamento a violências na Universidade e para o lançamento de cinco guias. Foram prestados serviços e suportesvoltados à inclusão escolar de 449 pessoas com deficiência, 34 unidades e, para dar visibilidade ao perfil inclusivo e de excelência da Unesp, foi finalizada a série "Caminhos: quando sonhos encontrama educação", que mostra o impacto transformador da Universidade na vida das pessoas. Além disso, iniciaram ações de letramento científico para o público infantil, como "Unesp para Jovens" e "Pílulas de Ciência". *Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP: Cursos Graduação:* a Univesp conta com cerca de 66 mil alunos de graduação, distribuídos em 11 cursos de graduação. Vestibular: o último processo seletivo anual com ingresso em agosto/2022, ofertadas 31.125 vagas, destinadas a 402 polos, de 347 municípios (capital, litoral e interior) para nove cursos, com três eixos básicos de ingresso: Pedagogia, Letras, Matemática (Eixo de Licenciatura), Ciência de Dados, Tecnologia da Informação, Engenharia de Computação (Eixo de Computação), Engenharia de Produção e os novos, Administração e Tecnologia em Processos Gerenciais (Eixo de Negócios e Produção. Pós-Graduação em Empreendedorismo e Inovação Tecnológica nas Engenharias: em 2022, a pós- graduação em parceria com o Crea-SP e Unesp contou com a participação de 474 alunos. Especialização em Educação Digital: curso latu sensu em parceria com Consed. A pós-graduação foi ofertada em 2021 para 516 professores e gestores escolares, que atuam em 74 escolas públicas, vencedoras do Prêmio Gestão Escolar 2020. As unidades estão localizadas em 65 municípios, espalhados por todos os estados do país. Em 2022, contamos com 302 alunos. Especialização em Desenvolvimento de Soluções Inovadoras e para a Educação a Distância: a pós é destinada para titulados em pós-graduação (mestres e doutores) e tem duração de 40 horas semanais, sendo quatro dedicadas ao estudo teórico e 36 para a realização de atividades práticas, na sede da Univesp. Em 2022, foram ofertadas 24 bolsas. Especialização em Processos Didático-Pedagógico para cursos na Modalidade a Distância: participam da pós-graduação alunos de mestrado e doutorado da USP, Unesp e Unicamp. Os selecionados atuam como facilitadores virtuais e auxiliam os estudantes da graduação da Univesp. Em 2022, foram atendidos 1.493 bolsistas. *Colação de Grau:* Em 2022, 6.038 alunos colaram grau (5.168 em cursos próprios e 870 em TGP, parceria com o Centro Paula Souza). As colações foram on-line, exibidas na Univesp TV, sendo duasrealizadas presencialmente.

Expansão: Em 2022, foram assinados 19 novos acordos para implantação de polos e renovados outros 42. Concurso Público para servidores: foram abertos dois concursos públicos para a contratação de 26 servidores do quadro permanente. O primeiro, organizado em maio, destinou 19 vagas paras os cargos de analista de gestão, técnico para assuntos administrativos, auxiliar de apoio operacional, designer arte finalista, analista de gestão educacional e designer instrucional. O segundo, realizado em julho, ofertou 7 vagas para auxiliar administrativo e especialista em tecnologias. Processo seletivo Simplificado para Supervisores Pedagógicos: foram abertas 80 vagas nas áreas de Administração, Computação, Educação com Foco em Educação Especial ou Inclusiva, Educação Matemática, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Letras, Linguística e área de Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia. Foram contratados 45 supervisores em regime CLT por 12 meses, prorrogável pelo mesmo período, e carga horária semanal de 40 horas. Ofertas de disciplinas de graduação: foram ofertadas 217 disciplinas. Dessas, 40 autoinstrucionais, 171 regulares e dependências e 06 regulares com equivalência. Contratação de conteudistas: foram contatados 91 conteudistas para a oferta de 161 disciplinas, além de 14 disciplinas produzidas por docentes Univesp. *Todas In Rede:* continuidade na parceria da Univesp com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Programa é responsável pela elaboração e gestão do Curso de Atendimento da Mulher com Deficiência Vítima de Violência, cujo público-alvo será composto de profissionais da Rede de Proteção como: Promotores, Delegados, Técnicos, Profissionais que atuam nas Delegacias de Defesa da Mulher (no Estado de SP, temos 134 Delegacias) e demais Delegacias Especializadas. Em 2022, foram ofertadas 452 vagas. *Integra Univesp:* em 2022, manteve o (https://apps.univesp.br/integra), que disponibiliza quase 300 disciplinas e mais de 12 mil videoaulas já oferecidas pela instituição. *Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC):* em 2022 a Univesp deu continuidade ao termo assinado entre a SEDUC, Univesp e Fundação Padre Anchieta (FPA). A iniciativa disponibiliza 8 horas da grade da Univesp TV para transmissão de conteúdos audiovisuais aos estudantes de ensino fundamental, em decorrência das medidas de restrições e ações de enfrentamento à disseminação do vírus COVID-19. O termo teve vigência prorrogada até 31 de janeiro de 2023. *Parceria Programa Autoestima*: A Univesp é uma das parceiras da iniciativa desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo, que oferta a 503 alunos cursos de formação em Saúde Mental exclusivos para profissionais de saúde do SUS, visando ao aprimoramento e à expansão do acolhimento psicossocial na rede pública de saúde. Inicialmente, oito cursos foram oferecidos por meio da parceria com o Instituto de Psicologia da USP. Em 2022, foram oferecidas 200 vagas. O curso está em sua última oferta. *Novo convênio com a Fundação Padre Anchieta (FPA):* em 29 de março de 2022, Univesp e FPA assinaram um novo convênio. O documento prevê a produção de programas de estúdio, material de apoio, bem como gravações externas para televisão e internet e exibição televisiva em canais digitais abertos para diversas regiões do Estado de São Paulo. O convênio estabelecido irá até 31/03/2024. *Novotec Virtual:* a Univesp foi contratada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) para oferecer cursos de capacitação a distância de 80 horas/aula distância para 15 mil alunos do Ensino Médio da SEDUC. *Via Rápida:* foram ofertadas 131.952 vagas em cursos de qualificação. Os cursos são disponibilizadosna plataforma virtual da Univesp. Podem participar maiores de 15 anos que estão desempregados ou em busca de uma colocação profissional. *Comunicação:* em 2022, a Univesp foi destaque em mais de 1.300 reportagens, 98% positivas, de acordo com o clipping semanal. A universidade também conta com participação ativa de usuários nasmídias sociais, sendo: Facebook (mais de 77,7 mil seguidores); Twitter (14,2 mil seguidores); Instagram (mais de 31,5 mil seguidores); LinkedIn (mais de 31 mil seguidores) e 480 mil seguidores no TikTok. De janeiro a dezembro de 2021, o site da Univesp teve mais de 1,5 milhão de acessos/usuários e 8,5 milhões de visualizações de páginas. O canal da Univesp TV no Youtube ultrapassou 12 mil vídeos disponibilizados e mais de 1,2 milhão de inscritos. *Documentário 10 anos de Univesp:* a Univesp TV produziu um documentário refe-rente aos 10 anos da Univesp, comemorado em julho de 2022. No dia 03/12, ocorreu o lançamento da iniciativa. *12ª Edição do Simpósio CONASENSE 2022:* alunos do Eixo de Computação participaram e ganharamo primeiro e terceiro lugares no EU-IoT Hackathon, evento virtual organizado em Munique, Alemanha, durante o simpósio CONASENSE 2022. A disputa teve o intuito de incentivar estudantes a desenvolver e apresentar projetos relativos à Internet das Coisas nas categorias de treinamento de habilidades em IoT, modelos de negócios sustentáveis em IoT e novas soluções técnicas em IoT. No total, a competição recebeu a inscrição de 16 grupos de instituições de ensino de diversos países do mundo, sendo quatro da Univesp. *UP Skill Univesp:* parceria com o Núcleo Softex Campinas ofereceu cursos on-line gratuitos na áreade tecnologia da informação, oportunidades no mercado de trabalho e o desenvolvimento de Atividades Práticas Profissionais (APPs). *Programa Parceiros Univesp:* iniciativa tem como objetivo receber manifestações de interesse da iniciativa privada para o recebimento de doações. Os itens sujeitos à doação podem ser apresentadosna forma de bens móveis (cadeiras, computadores, mesas e outros), recursos financeiros, serviços (estágios, oferta de cursos e disciplinas, serviços de caráter acadêmico ou administrativo e outros) oudireitos (doação de patentes, direitos autorais e outros). Uma comissão de avaliação é responsável pelo aceite dos itens a serem doados. *Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA): Concurso Público para Professores:* A Famema começou no dia 09 de novembro de 2022 aplicar provas dos concursos públicos para a contratação de professores para a Instituição. Em dezembro de2008, Lei Complementar instituiu o quadro de pessoal docente da Famema. Em julho de 2022, o Governo do Estado autorizou a abertura de concurso público para provimento de 61 cargos de professor adjunto doutor e 14 cargos de professor assistente mestre. Com a realização certames, os professores serão contratados diretamente pela Famema por meio de concurso público e não mais pelas fundações de apoio – FUMES e FAMAR por processo seletivo. *Processos Seletivos para Professores:* A Famema realizou processos seletivos para a contratação deprofessores, de acordo com autorização do Governo do Estado de São Paulo. Foram autorizadas 30 contratações: 6 cargos de Professor Assistente Mestre e de 24 de Professor Adjunto Doutor por tempodeterminado. Processos seletivos simplificados para Professor Adjunto Doutor para atuar junto a Disciplina de: Sociologia, Microbiologia, Saúde Coletiva, Educação em Saúde, Gineco/Obstetrícia, Bioestatística, Informática Médica, Histologia, Embriologia, Medicina Legal, Anatomia Humana, Enfermagem Clínica, Enfermagem Gineco/Obstétrica, Enfermagem Pediátrica, Técnica Cirúrgica e Cirurgia Experimental, Fisiologia, Psicologia e Bioquímica. E para Professor Assistente Mestre para atuar junto a Disciplina de: Educação em Saúde, Psiquiatria e Psicologia. *Bolsa Auxílio Permanência:* Decreto do Governo do Estado instituiu o PBAP – Programa Bolsa Auxílio Permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Famema a partir de 2023. A lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em dezembrode 2022. Caberá ao Diretor de Graduação da Famema a Coordenação Geral do PBAP e a definição do número de Bolsas Auxílio Permanência que serão concedidas anualmente, de acordo com a disponibilidade orçamentária da Instituição. O auxílio-permanência vale por um ano e pode ser renovado, desde que o beneficiário participe anualmente do processo seletivo. O valor e a quantidade de bolsas dependem de dotação orçamentária da Famema. *Área para Campus Universitário:* O Governo do Estado autorizou a Famema a receber da União, mediante cessão de uso, a título gratuito e por prazo de 20 anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, o imóvel localizado na Avenida Tiradentes, 1073, Bairro Fragata, para instalação do Campus Universitário da Faculdade de Medicina de Marília. No final do mês de maio de 2022, a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, órgão do Ministério da Economia,outorgou à Famema a cessão de uso gratuito da área com mais de 12 mil metros quadrados localizadana Avenida Tiradentes. O início do plano de infraestrutura da área deverá ser realizado em conjunto pela Famema e pela Prefeitura de Marília. *População acadêmica:* O curso de Medicina tem atualmente 478 estudantes em todas as séries. O curso de Enfermagem tem 135 estudantes nas quatro séries. *Vestibular:* O Vestibular Famema 2023 teve 9.642 candidatos para os cursos de Medicina e de Enfermagem. A relação candidato/vaga foi de 116,75 para Medicina e de 3,05 para a Enfermagem. Desde a sua criação a Famema formou 3.835 médicos e 1.254 enfermeiros. *Docentes e técnicos:* A Famema possui 133 docentes e 54 assistentes de ensino, 10 professores adjuntos e 1 professor assistente. Quanto à titulação 61 são especialistas, 41 mestres, 91 doutores, 1 livre-docente e 4 pós-doutorados. Técnico-Administrativos: 197. *Fundações:* Os recursos humanos da FAMEMA são supridos pelas fundações de apoio - FUMES e FAMAR. O grande objetivo da Instituição é a realização de concursos públicos

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

para provimento do quadro de funcionários da Autarquia. *Pós-graduação:* Na pós-graduação, destaques para os cursos stricto sensu: Mestrado Acadêmico em "Saúde e Envelhecimento" e Mestrado Profissional em "Ensino em Saúde". No lato sensu, a Famema oferece o Programa de Residência Médica em 29 especialidades e o Programa de Residência Multiprofissional nas áreas: Materno Infantil, Urgência, Saúde Coletiva, Saúde da Família e em Atenção Clínica e Cirúrgica Especializada. Atualmente a Famema conta com 228 vagas credenciadasjunto à Comissão Nacional de Residência Médica e oferece 103 para o primeiro ano da Residência Médica. A Famema também oferece os cursos de Aprimoramento em Saúde Mental, Nutrição Clínica, Hemoterapia e Saúde da Família. *Univesp***:** A Faculdade de Medicina de Marília é polo presencial para apoio pedagógico, acompanhamento do desempenho e avaliação dos alunos da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo) na cidade de Marília. *Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP) População acadêmica***:** No ano de 2022, o número de alunos cursando a graduação na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp) foi de 806, sendo 480 no curso de medicina, 235 em enfermagem e 91 em psicologia. *Docentes e Técnicos:* Atualmente trabalham na instituição 250 docentes e 233 funcionários técnicose administrativos. *Enade:* Com um dos cursos de medicina mais concorridos do país, o conceito atribuído pelo Enade foi de 5, em 2020. *Vestibular:* Pelo quinto ano consecutivo, o vestibular para o curso de graduação em medicina teve recorde de inscritos. Foram 16.984 inscrições (80 vagas), com uma relação candidato-vaga de 212. No total, o vestibular 2022 recebeu 17.963 candidatos. *Residência médica:* O Programa de Residência Médica teve este ano número elevado de inscrições. Para a prova 2022/2023, 2.892 candidatos se inscreveram. Neste ano, tivemos 610 residentes e 51 Estagiários e Fellowships. *Pós-Graduação:* Por meio do programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde foram recebidos 23alunos em nível mestrado e 21 em nível doutorado. Em 2022, o programa teve 98 alunos matriculadosno mestrado e 87 no doutorado. Foram concedidas 21 bolsas de mestrado (destas, 6 são do Programade Enfermagem e 4 do Programa de Psicologia e 14 do Programa Ciência da Saúde), 19 bolsas de doutorado (programa de Ciências da Saúde) e 4 bolsas de pró-reitoria. *Iniciação Científica:* Já o número de bolsas de Iniciação Científica foi de 76, sendo 46 PIBIC-CNPqe 30 FAMERP/FUNFARME. *Convênios:* A Famerp renovou com a Prefeitura de Rio Preto o convênio para a sequência do trabalho,iniciado em 2001. Com isso, os mais de 100 alunos excepcionais da Rede Pública atendidos atualmente na unidade escolar Gato de Botas receberão os cuidados de profissionais da saúde e professores especialistas para complementação ou suplementação pedagógica. *Extensão:* A diretoria de extensão teve um total de 78 atividades oficializadas, entre cursos, projetos,campanhas e atendimentos gratuitos oferecidos à população. *Ações em 2022: Publicação:* Estudo da Famerp, publicado em setembro na revista Vaccines mostra que na região de São José do Rio Preto, no interior paulista, apenas 75,8% das crianças entre 0 e 15 anos de idade têmanticorpos contra o sarampo. O percentual está abaixo do considerado ideal para prevenir surtos da doença – em torno de 94%. Famerp participa de pesquisa, em parceria com o Instituto Butantan, para a descoberta de vacina contra a dengue. *Iniciação científica:* Em outubro, foi realizada a 19ª edição Congresso Anual de Iniciação Científica(CAIC) da Famerp. O evento contou a apresentação de cerca de 200 trabalhos, além de diversas palestras sobre temas como tratamento prevenção ao suicídio em jovens, diversidade sexual, boas práticas assistenciais. *Biblioteca:* A Biblioteca da Famerp foi fundada em 1968 e atualmente possui mais de 12 mil títulos e cerca de 80.700 exemplares, entre livros, revistas, periódicos e outras obras. *Biblioteca Virtual:* O Serviço de Biblioteca e Documentação Científica disponibiliza informações especializadas na área de Ciências Biológicas e da Saúde à comunidade acadêmica e a comunidade externa em geral. O acervo, totalmente informatizado, é composto por mais de 30 mil títulos, entre livros, dissertações/teses, periódicos nacionais e estrangeiros, fitas de vídeo, slides e cd-rom e revistas. *Academia para alunos e colaboradores:* novo espaço destinado para alunos e colaboradores praticarem atividades físicas com qualidade e segurança com aparelhos modernos e profissionais deeducação física à disposição.

Projeto "HDs Velozes": Famerp atualiza computadores das salas de aula com componentes mais modernos.

UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – UNIVESP - Cursos Graduação*:* a Univesp conta com cerca de 66 mil alunos de graduação,distribuídos em 11 cursos: Licenciaturas em Biologia, Química, Física, Matemática, Pedagogia e Letras; Engenharias de Computação e Produção, Bachareladoem Tecnologia da Informação, Bacharelado em Ciência de Dados e o curso de Tecnologiaem Gestão Pública-TGP, oferecido em parceria com o Centro Paula Souza. *Vestibular:* o último processo seletivo anual com ingresso em agosto/2022, ofertadas 31.125 vagas, destinadas a 402 polos, de 347 municípios-capital, litoral e interior- para novecursos, com três eixos básicos de ingresso: Pedagogia, Letras, Matemática - Eixo deLicenciatura, Ciência de Dados, Tecnologia da Informação, Engenharia de Computaçao-Eixo de Computação, Engenharia de Produção e os novos, Administração e Tecnologiaem Processos Gerenciais-Eixo de Negócios e Produção. *Pós-Graduação em Empreendedorismo e Inovação Tecnológica nas Engenharias:* a pós-graduação em parceria com o Crea-SP e Unesp contou com a participação de 474 alunos. *Especialização em Educação Digital:* curso latu sensu em parceria com Consed. A pós- graduação foi ofertada em 2021 para 516 professores e gestores escolares, que atuam em 74 escolas públicas, vencedoras do Prêmio Gestão Escolar 2020. As unidades estão localizadas em 65 municípios, espalhados por todos os estados do país. Em 2022, contamos com 302 alunos. *Especialização em Desenvolvimento de Soluções Inovadoras e para a Educação a Distância:* a pósé destinada para titulados em pós-graduação-mestres e doutores e tem duração de 40 horas semanais,sendo quatro dedicadas ao estudo teórico e 36 paraa realização de atividades práticas, na sede da Univesp. Foram ofertadas 24 bolsas. *Especialização em Processos Didático-Pedagógico para cursosna Modalidade a Distância:* participam da pós-graduação alunos de mestrado e doutorado da USP, Unesp e Unicamp. Os selecionados atuam como facilitadores virtuais e auxiliam os estudantes da graduação da Univesp. Foram atendidos 1.493 bolsistas. *Colação de Grau:* 6.038 alunos colaram grau - 5.168 em cursos próprios e 870 em TGP, parceria com o Centro Paula Souza. As colações foram on-line, exibidas naUnivesp TV, sendo duas realizadas presencialmente. *Expansão:* Atualmente a Univesp possui 414 polos, em 360 municípios do Estado. A universidade alcança 56% do território paulista, em cidades que abrigam mais de 90% da população do Estado. Foram assinados 19 novos acordos para implantação de polos e renovados outros 42. *Concurso Público para servidores:* foramabertos dois concursos públicos para a contratação de 26 servidores do quadro permanente. O primeiro, organizado em maio, destinou 19 vagas paras os cargos de analista de gestão, técnico para assuntos administrativos, auxiliar de apoio operacional, designer arte finalista, analista de gestão educacional e designer instrucional. O segundo, realizado em julho, ofertou 7 vagas para auxiliar administrativo e especialista em tecnologias. *Processo seletivo Simplificado para Supervisores Pedagógicos:* foram abertas 80 vagas nas áreas de Administração, Computação, Educação com Foco em Educação, Especial ou Inclusiva, Educação Matemática, Engenharia de Computação, Engenharia deProdução, Letras, Linguística e área de Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia. Foram contratados 45 supervisores em regime CLT por 12 meses, prorrogável pelo mesmo período, e carga horária semanal de 40 horas. *Ofertas de disciplinas de graduação:* **f**oram ofertadas 217 disciplinas. Dessas, 40 autoinstrucionais, 171 regulares e dependências e 6 regulares com equivalência. *Contratação de conteudistas***:** foram contatados 91 conteudistas para aoferta de 161 disciplinas, além de 14 disciplinas produzidas por docentes Univesp. *Todas In Rede:* continuidade na parceria da Univesp com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Programa é responsável pela elaboração e gestão do Cursode Atendimento da Mulher com Deficiência Vítima deViolência, cujo público-alvo será composto de profissionais da Rede de Proteção como: Promotores,Delegados, Técnicos, Profissionais que atuam nas Delegacias de Defesa da Mulher - no Estado de SP,temos 134 Delegacias e demais Delegacias Especializadas. Foram ofertadas 452 vagas. *Integra Univesp***:** manteve o https://apps.univesp.br/integra, que disponibiliza quase 300 disciplinas e mais de12 mil videoaulas já oferecidas pelainstituição. *Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC:* a Univesp deu continuidade ao termo assinado entre a SEDUC, Univesp e Fundação Padre Anchieta-FPA. A iniciativa disponibiliza 8 horas da grade da Univesp TV para transmissão de conteúdos audiovisuais aos estudantes de ensino fundamental, em decorrência das medidas de restrições e ações de enfrentamento à disseminação do vírus COVID-19. O termo teve vigência prorrogada até 31/1/2023. *Parceria Programa Autoestima:* A Univesp é uma das parceiras da iniciativa desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo, que oferta a 503 alunos cursos de formação em Saúde Mental exclusivos para profissionais de saúde do SUS, visando ao aprimoramento e à expansão do acolhimento psicossocial na rede pública de saúde. Inicialmente, oito cursos foram oferecidos por meio da parceria com o Instituto de Psicologia da USP. Foram oferecidas 200 vagas. O curso está em sua última oferta. *Novo convênio com a Fundação Padre Anchieta-FPA:* em 29/3/2022, Univesp e FPA assinaram um novo convênio. O documento prevê a produção de programas de estúdio, material de apoio, bem como gravações externas para televisãoe internet e exibição televisiva em canais digitais abertos para diversas regiões do Estadode São Paulo. O convênio estabelecido irá até 31/3/2024. *Novotec Virtual:* a Univesp foi contratada pela Secretariade Desenvolvimento Econômico-SDE para oferecer cursos de capacitação a distância de 80 horas/aula distância para 15 mil alunos do Ensino Médio da SEDUC. *Via Rápida:* foram ofertadas 131.952 vagas em cursos de qualificação. Oscursos são disponibilizados na plataforma virtual da Univesp. Podem participar maiores de 15 anos que estão desempregados ou em busca de uma colocação profissional. *Comunicação:* a Univesp foi destaque em mais de 1.300 reportagens, 98% positivas, de acordo com o clipping semanal. A universidade também conta com participação ativa de usuários nas mídias sociais, sendo: Facebook-mais de 77,7 mil seguidores; Twitter- 14,2 mil seguidores; Instagram- mais de 31,5 mil seguidores; LinkedIn-mais de 31 mil seguidores e 480 mil seguidores no TikTok. De janeiro a dezembro de 2021, o site da Univesp teve mais de 1,5 milhão deacessos/usuários e 8,5milhões de visualizações de páginas. O canal da Univesp TV no Youtube ultrapassou 12 mil vídeos disponibilizados e mais de 1,2 milhão de inscritos. *Documentário 10 anosde Univesp:* a Univesp TV produziu um documentário referente aos 10 anos da Univesp, comemoradoem julho de 2022. No dia 3/12, ocorreu o lançamento da iniciativa. *12ª Edição do Simpósio CONASENSE 2022:* alunos do Eixo de Computação participaram e ganharam o primeiro e terceiro lugares no *EU-IoT Hackathon*, evento virtual organizado em Munique, Alemanha, durante o simpósioCONASENSE 2022. A disputa teve o intuito de incentivar estudantes a desenvolver e apresentar projetos relativos à Internet das Coisas nas categorias de treinamento de habilidades em IoT, modelosde negócios sustentáveis em IoT e novas soluções técnicas em IoT. No total, a competiçãorecebeu a inscrição de 16 grupos de instituições de ensino de diversos países do mundo,sendo quatro da Univesp.UP Skill Univesp: parceria com o Núcleo Softex Campinas ofereceu cursos on-line gratuitos na áreade tecnologia da informação, oportunidades no mercado de trabalho e o desenvolvimento de Atividades Práticas Profissionais-APPs. *Programa Parceiros Univesp:* iniciativa tem como objetivoreceber manifestações de interesse da iniciativa privada para o recebimento de doações. Os itens sujeitos à doação podem ser apresentados na forma de bens móveis-cadeiras, computadores, mesas eoutros, recursos financeiros, serviços-estágios, oferta de cursos e disciplinas, serviços de caráter acadêmico ou administrativo e outros ou direitos -doação de patentes, direitos autorais e outros. Umacomissão de avaliação é responsável pelo aceite dos itens a serem doados.

20 - Considerações finais: Executar ações que visam ao crescimento econômico sustentável de São Paulo é um trabalho estratégico que, além de evitar duplicidade de esforços e melhorar o aproveitamento dos recursos públicos, prepara o Estado de maneira dinâmica para responder aos desafios do progresso. O ano de2022 foi marcado pela continuidade dos esforços de retomada das atividades pós Pandemia, o que levou a Pasta a atuar ainda mais forte junto à geração de emprego e renda, por meio das frentes de trabalho e da intermediação de mão de obra dos PATS; reforçar o ensino técnico e tecnológico por meio de plataformas virtuais mais abrangentes e a retomada das atividades presenciais, reforçando as linhas de crédito a diversas modalidades de empreendedores por meio do Banco do Povo e do BolsaEmpreendedor; incentivar a abertura de empresas com a isenção de taxas de abertura, estabelecendorecordes de abertura de atividades em plena crise nacional. Cumpriu, desta forma, o seu papel institucional na criação de ambientes favoráveis na economia criativa e no aumento da competitividade, através de um modelo de desenvolvimento econômico inclusivo, sustentável e inovador, como forma de estimular novos investimentos e refletir a liderança econômica de São Pauloem benefícios duradouros à população, gerando emprego e renda e ampliando a infraestrutura e o desenvolvimento tecnológico.

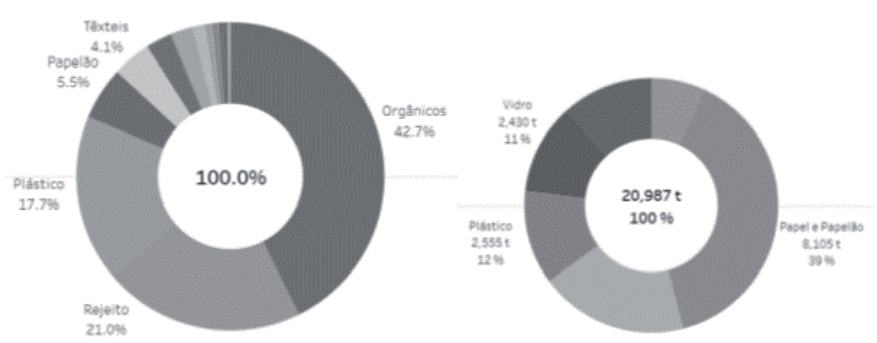
Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - A Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, ao longo de todo o ano, manteve seu propósito de integrar a organização,planejamento, articulação e execução das funções públicas de interesse público à Região Metropolitana da Baixada Santista. Foi mais um ano de esforços das equipes técnicas do Estado e dos municípios para o controle e implantação das ações de combate e controle da pandemia, relacionado ao Covid-19. Foram realizadas diversas reuniões para a retomada do desenvolvimento econômico da região, como também para a continuidade dos trabalhos que já se encontravam em andamento. Destacaram-se nesse período, os esforços da Agem para o apoio ao Projeto Municípios Paulistas Resilientes no desenvolvimento do Plano Regional de Adaptação e Resiliência Climática da Baixada Santista e dar continuidade aos projetos do Selo Metropolitano de Turismo da Baixada Santista, da Implantação de Ações do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista, do Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista-PRMSL/BS, a atualização das informações do mapeamento georreferenciado habitacional dos assentamentos precários da Baixada Santista e nas discussões da ferramenta denominada Sistema de Informações Metropolitanas, módulo Habitação junto a Câmara Temática de Habitação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e Instituto Geográfico e Cartográfico. Importante destacar ainda, a participação dos diretores e técnicos da Agência nos debates sobre temas regionais que têm pautado as reuniões das Câmaras Temáticas e do próprio Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista e a sua atuação junto a diversas entidades e organizações governamentais e não-governamentais da região. Em mais um ano, a Agem empregou especial atenção no papel de agente técnico do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, realizando análise dos projetos apresentados pelas prefeituras e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, por meio da realização de medições e vistorias das obras suportadas pelo respectivo Fundo como também o encerramento de diversos projetos que se encontravam em aberto junto aos Municípios. Quanto à implementação das ações do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista, houve no ano o acompanhamento dos trabalhos realizados como responsável e gestora, utilizando a Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, com representantes de instituições do Poder Público Estadual e Municipal, para sistematizar, consolidar e validar os trabalhos e informações apresentadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Dentre os trabalhos realizados, há a atualização das informações do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, como a composição gravimétrica dos resíduos sólidos na região como também a composição dos materiais provenientes da coleta seletiva na Região Metropolitana da Baixada Santista totalizando 20,6 t/ano, conforme figuras abaixo:



A Agem realizou reuniões junto ao Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, órgão criado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, para discutir e trabalhar em conjunto as ações doPlano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Como o Comitê de Integração de ResíduosSólidos tem o objetivo de articular e aplicar, de maneira integrada, a legislação federal com a estadual,além de apoiar a gestão municipal, com medidas de coleta seletiva, reuso, não geração e destinação final dos resíduos sólidos, a Região Metropolitana da Baixada Santista teve as orientações necessáriaspara integrar as ações da região com as políticas do Estado. Também apoiou na elaboração do Plano Regional de Adaptação e Resiliência da Baixada Santista, um projeto do Programa Municípios Paulistas Resilientes, instituído pelo Decreto Estadual n.º 64.659 de 11/12/2019, junto à Casa Militar do Gabinete do Governador, que teve a coordenação da Secretaria Estadual de Infraestrutura e MeioAmbiente de São Paulo com o apoio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* que mantém parceria, por meio de sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.Durante a construção do Plano Regional de Adaptação e Resiliência, a AGEM assumiu a coordenaçãodo Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista para que, em conjunto com diversos atores da RMBS, finalizassem o documento. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho realizou cinco oficinas técnicas paraque quatro grupos setoriais finalizassem o preenchimento dos formulários do Guia de Adaptação e Resiliência Climática para Municípios e Regiões, elaborado pelo Programa Municípios Paulistas Resilientes. Desde janeiro, a AGEM se instalou em uma nova sede, equipamento cedido pela Prefeitura Municipal de Santos para a Agem, através de um Convênio, para exercer suas funções públicas e de atendimento as demandas da Região Metropolitana da Baixada Santista. Foram realizadas 64 reuniões de Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho, 5 reuniões ordinárias do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, 1 reunião extraordinária e 5 reuniões do Grupo de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista são constituídos por recursos do Estado e dos Municípios a ele destinados por disposição legal; transferências da União; empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais; retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e concessionárias de serviços públicos; produto de operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos; resultado de aplicação de multas cobradas de infratores cuja competência tenha sido delegada ou transferida para a Região Metropolitana da Baixada Santista; recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de interesse comum; doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e outros recursos eventuais. Tal Fundo encerrou o ano nos seguintes termos:

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA EM NOVEMBRO DE 2022	
SALDO EM 31/10/2022	**24.748.548,81**
APORTES GOVERNO	0,00
APORTES MUNICÍPIO	149.788,94
RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	241.164,96
TOTAL DE CRÉDITOS	**390.953,90**
LIBERACAO DE RECURSOS	0,00
RESGATE DE RECURSOS	0,00
TAXA DE LIBERAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO	0,00
TAXA DE LIBERAÇÃO DO AGENTE TÉCNICO	0,00
TAXA DE REMUNERAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO MÊS ANTERIOR	39.727,65
TOTAL DE DÉBITOS	**39.727,65**
SALDO EM 30/11/2022	**25.099.775,06**

AGÊNCIA METROPOLITANA *DE CAMPINAS* - A Agência Metropolitana de Campinas- AGEMCAMP propõe e executa projetos de interesse comum aos municípios da Região Metropolitana de Campinas, além de promover ações que contribuem para a formação da consciência sobre a necessidade de gestão conjunta e integrada para a solução dos gargalos econômicos e carências metropolitanas. A AGEMCAMP, em cumprimento com o Plano Plurianual 2020/2023, deve apresentar 4 novos projetos com seus respectivos objetivos, indicadores, valores e metas para a Administração Pública. Esses são os 4 novos projetos aprovados e iniciados em 2022:

• Parques Infantil Inclusivo –	R$ 3.105.000,00
• Revirada Cultural –	R$ 1.600.000,00
• Esportes Para Todos –	R$ 4.000.000,00
• Radar Meteorológico (Centro Regional de Meteorologia)	R$ 3.000.000,00

A AGEMCAMP e a Região Metropolitana de Campinas, iniciou um novo ciclo de audiências públicas para a aprovação do projeto do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado que está próximo de ser concluído. As Audiências Públicas envolveram os 20 municípios da RMC, dividido sem 03 sub-regiões e realizadas nos municípios de Americana, Campinas e Jaguariúna, com a participação do Poder Público, Sociedade Civil e participação popular. Foram realizadas 10 Reuniões Ordinárias e 3 Reuniões Extraordinárias do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, bem como 10 Reuniões Ordinárias e 5 Reuniões Extraordinárias do Conselho de Orientação do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas. Os projetos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas são desenvolvidos juntamente com as diversas Câmaras Temáticas que se reúnem mensalmente para dirimir e elaborar projetos juntamente com os Secretários de cada Município. Totalizamos mais de 192 reuniões entre as diversas Câmaras Temáticas: Assistência Social; Bem-estar Animal; Cultura; Defesa Civil; Desenvolvimento Econômico; Direito da Pessoa com Deficiência; Educação; Esporte e Lazer; Habitação; Política Publicas das Mulheres; Mobilidade Urbana; Represa de Salto Grande; Saneamento e Meio Ambiente; Saúde; Segurança Pública; Turismo; Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Os principais projetos da AGEMCAMP foram: Combate à Dengue; Objeto: Aquisição de um veículo tipo P*ick-up* e de equipamentos de combate ao vetor; Status: Concluído em 2022; Agente Técnico: AGEMCAMP; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão de Recurso do FUNDOCAMP: R$ 1.400.000,00; Desembolso: Encerrado. Combate à Arboviroses: Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos - teste rápido do vírus da dengue, tela para proteção de caixa d'água, big bag de ráfia convencional, equipamento de inspeção visual remoto, material de divulgação didático/educativo; Status: Em andamento; Agente Técnico: AGEMCAMP; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 1.535.000,00; Desembolso realizado em 2022: R$ 83.884,43; Resto a Pagar: R$ 74.469,73. Re-Virada Cultural - 2022: Objeto: Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais; Status: Em Andamento.; Agente Técnico: AGEMCAMP; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 1.600.000,00; Desembolso realizado em 2022: R$ 889.192,79; Resto a Pagar: R$ 348.046,00. Sistema de Videomonitoramento na RMC - 1ª etapa; Objeto: Aquisição de equipamentos e implantação do Sistema Metropolitano de Videomonitoramento nos municípios da RMC em atendimento às necessidades identificadas no Plano Metropolitano de Segurança; Status: Em andamento; Agente Técnico: AGEMCAMP; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 12.935.700,00; Desembolso realizado em 2022: R$ 0,00; Restos a Pagar: 1.197.537.22. Sistema de Videomonitoramento na RMC – 2ª etapa: Objeto: Aquisição de software para compor o Sistema de Videomonitoramento; Status: Em andamento; Agente Técnico: AGEMCAMP; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 5.500.000,0; Desembolso realizado em 2022: R$ 155.896,00; Restos a Pagar: R$ 274.650,00. Sistema Regional de Radiocomunicação Digital: Objeto: Aquisição de equipamentos que proporcionará a migração do Sistema de Radiocomunicação Analógico para Digital ou a expansão do atual Sistema de Radiocomunicação Digital, e assim permitir maior integração entre órgãos que utilizam esse tipo de comunicação na cidade e sua integração com a RMC. Status: Em andamento. Agente Técnico: AGEMCAMP. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 3.970.000,00; Desembolso realizado em 2022: 0; Restos a Pagar: R$ 570.000,00.Sistema Metropolitano de Proteção aos Bens e Serviços Públicos Municipais: Objeto: Aquisição deveículos para a guarda municipal; Status: Em andamento. Agente Técnico: AGEMCAMP. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 2.200.000,00; Desembolso realizado em 2022: R$ 0,00; Restos a Pagar R$ 112.184,00. Centro Regional de Meteorologia: Objeto: Aquisição de radar meteorológico visando trabalho técnico relacionados à formulação de alertas a iminência de eventos extremos e elaboração de laudos técnicos, visando subsidiar a decretação de emergência ou calamidade pública. Status: EmAndamento - Aprovado pelo Comitê Gestor do Gasto Público do Estado de São Paulo. Encontra-se em Licitação na UNICAMP. Status: Em Licitação pela UNICAMP. Agente Técnico: AGEMCAMP. Tomador de Recursos: Universidade Estadual de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso do Fundocamp - 2022: R$ 3.120.000,00. Academias Ao Ar Livre. Objeto: Aquisição de equipamentos para instalação de academias ao ar livre em espaços utilização pública nos municípios da RMC, podendo ser instaladas: academias para idosos, academias para pessoas com deficiências, academias para crianças. Status: Concluído. Agente Técnico: AGEMCAMP. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 800.000,00. Desembolso realizado em 2022: Encerrado. Mobilidade Urbana – 1ª etapa: Objeto: Construção de ciclovias, abrigos para ônibus, rampas de acessibilidade, dentre outros a fim de garantir infraestrutura e facilitara mobilidade urbana da população metropolitana, tornando permanente o compromisso do Poder Público para com a democratização do espaço urbano, representada pela

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

acessibilidade e inclusão detodos em um ambiente seguro e confortável. Status: Em andamento. Agente Técnico: AGEMCAMP. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso doFUNDOCAMP: R$ 8.000.000,00. Desembolso realizado em 2017/2022: R$ 5.600.000,00. Restos a Pagar: R$ 520.000,00. Mobilidade Urbana - 2ª etapa: Objeto: Construção de ciclovias, abrigos paraônibus, rampas de acessibilidade, dentre outros a fim de garantir infraestrutura e facilitar a mobilidadeurbana da população metropolitana, tornando permanente o compromisso do Poder Público para coma democratização do espaço urbano, representada pela acessibilidade e inclusão de todos em um ambiente seguro e confortável. Status: Em andamento. Agente Técnico: AGEMCAMP. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 7.100.000,00. Desembolso realizado em 2017/2022: R$ 4.150.000,00. Restos a Pagar R$ 364.000,00.Reequipamento dos Centros de Atendimento aos Turistas na RMC. Objeto: Aquisição de materiais,equipamentos e veículo, a fim de aprimorar o atendimento ao turista na RMC. Status: Em andamento-iniciando. Agente Técnico: AGEMCAMP. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 2.000.000,00. Desembolso realizado em 2022:R$113.539,68. Restos a Pagar: R$ 488.985,94. 10º Fórum Internacional de Educação: Objeto: Contratação de serviços técnicos para realização da 10ª edição do Fórum Internacional de Educaçãoda Região Metropolitana de Campinas, com o Tema Políticas Públicas Municipais de Educação, envolvendo os 20 municípios integrantes da RMC e as Diretorias de Ensino do Estado. Status: Projeto acontece de 2 em 2 anos -Previsão em 2023. Agente Técnico: AGEMCAMP. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 2.000.000,00-janeiro de 2023. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado: Objeto: Instrumento degovernança interfederativa com participação de todos os entes públicos e da sociedade civil, de forma integrada e compartilhada. Status: Em andamento. Agente Técnico: AGEMCAMP. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R$ 1.431.280,00. Desembolso realizado em 2022: R$ 222.548,96. Restos a Pagar: R$ 366.654,91.

Demonstrativo de Utilização de Recursos do FUNDOCAMP

Nº CONTRATO		BENEFICIÁRIO	CNPJ	PROJETOS VIGENTES	VALOR	VALOR LIBERADO	VALOR A LIBERAR	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	VENCIMENTO DO CONTRATO
37	2021	PM Artur Nogueira	45.735.552/0001-86	Combate às Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zica – Mat. E Equipamentos	41.600,00	0,00	41.600,00			08/12/2022
38	2021	PM Santa Antonio de Posse	45.331.196/0001-35	Reequipamento dos Centros Municipais de Atendimento ao Turista - Móvel/Fixo	104.000,00	0,00	104.000,00	4527-6	15836-4	08/12/2022
39	2021	PM Hortolândia	67.995.027/0001-52	Reequipamento de Centro Municipal de Atendimento ao Turista - Móvel/Fixo	104.000,00	55.120,00	48.880,00	6983-3	43.889-8	08/12/2022
1	2022	PM de Cosmópolis	44.730.331/0001-52	Reequipamento de Centro Municipal de Atendimento ao Turista - Móvel/Fixo	104.000,00	0,00	104.000,00			24/03/2025
2	2022	PM de Santa Antonio de Posse	45.331.196/0001-35	Combate às Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zica – Mat. e Equipamentos	20.800,00	0,00	20.800,00			26/04/2023
3	2022	PM de Americana	45.761.176/0001-66	Obras de Mobilidade Urbana - Fase I	520.000,00	0,00	520.000,00			26/07/2023
4	2022	PM de Itatiba	50.122.571/0001-77	Obras de Mobilidade Urbana - Fase II	364.000,00	364.000,00	0,00	0799-4	65.734-4	26/04/2024
8	2022	PM de Campinas	51.885.242/0001-40	Reequipamento de Centro Municipal de Atendimento ao Turista - Móvel/Fixo	104.000,00	0,00	104.000,00			11/05/2023
8	2022	PM de Engenheiro Coelho	67.996.365/0001-08	Re-Vivada Cultural 2022	83.200,00	83.200,00	0,00	3104-6	13850-8	30/12/2022
9	2022	PM de Itatiba	50.122.571/0001-77	Re-Vivada Cultural 2022	83.200,00	71.411,09	11.788,91	0799-4	64.626-1	30/12/2022
10	2022	PM de Nova Odessa	45.781.184/0001-02	Re-Vivada Cultural 2022	83.200,00	82.992,00	208,00	1513-X	44.579-7	30/12/2022
11	2022	PM de Sumaré	45.787.660/0001-00	Obras de Mobilidade Urbana - Fase II	364.000,00	0,00	364.000,00			25/05/2023
12	2022	PM de Sumaré	45.787.660/0001-00	Sistema Metropolitano de Proteção aos Bens e Serviços Públicos Municipais	114.400,00	112.216,00	2.184,00	6877-9	73637-6	25/05/2023
13	2022	PM de Vinhedo	46.446.696/0001-85	Reequipamento do Centro Municipal de Atendimento ao Turista - Móvel/Fixo	104.000,00	79.152,56	24.847,44	0994-6	37397-4	25/05/2023
14	2022	UNICAMP	48.068.425/0001-33	Aquisição de Equipamento de Radar Meteorológico	3.120.000,00	0,00	3.120.000,00			27/06/2024
15	2022	PM de Monte Mor	45.787.852/0001-56	Reequipamento do Centro Municipal de Atendimento ao Turista - Móvel/Fixo	104.000,00	104.000,00	0,00	2324-8	37087-5	27/05/2023
17	2022	PM de Pedreira	46.410.775/0001-36	Re-Vivada Cultural 2022	83.200,00	79.950,00	3.250,00	2427-9	45.388-4	30/12/2022
18	2022	PM de Vinhedo	46.446.696/0001-85	Combate às Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zica – Mat. e Equipamentos	41.600,00	29.530,27	12.069,73	0994-6	38.117-9	07/06/2023
19	2022	UNICAMP	48.068.425/0001-33	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)	458.318,64	91.663,73	366.654,91	4203-x	44.511-8	31/12/2022
20	2022	PM de Vinhedo	46.446.696/0001-85	Re-Vivada Cultural 2022	83.200,00	0,00	83.200,00			30/12/2022
21	2022	PM de Monte Mor	45.787.852/0001-56	Projeto Revivavolta Cultural Regional 2022	83.200,00	0,00	83.200,00			30/12/2022
23	2022	PM de Sumaré	45.787.660/0001-00	Reequipamento do Centro Municipal de atendimento ao Turista	99.345,00	0,00	103.511,88			28/06/2023
24	2022	PM de Jaguariuna		Re-Vivada Cultural 2022	83.200,00	0,00	83.200,00	2200-4	46.845-2	30/12/2022
25	2022	PM de Americana	45.761.176/0001-66	Re-Vivada Cultural 2022	83.200,00	0,00	83.200,00			30/12/2022
26	2022	PM de Americana	45.761.176/0001-66	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	1.352.000,00	0,00	1.352.000,00			16/11/2023
27	2022	PM de Morungaba		ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	520.000,00	0,00	520.000,00			16/11/2023
28	2022	PM de Engenheiro Coelho	67.996.365/0001-08	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	519.962,66	0,00	519.962,66			17/11/2023
29	2022	PM de Itatiba	50.122.571/0001-77	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	1.092.000,00	0,00	1.092.000,00			16/11/2023
30	2022	PM de Vinhedo	46.446.696/0001-85	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	832.000,00	0,00	832.000,00			16/11/2023
31	2022	PM de Indaiatuba		ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	1.205.568,00	0,00	1.205.568,00			16/11/2023
32	2022	PM de Pedreira	46.410.775/0001-36	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	520.000,00	0,00	520.000,00			17/11/2023
33	2022	PM de Cosmópolis	44.730.331/0001-52	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	832.000,00	0,00	832.000,00			17/11/2023
34	2022	PM de Jaguariuna		ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	832.000,00	0,00	832.000,00			17/11/2023
35	2022	PM de Holambra		ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	520.000,00	0,00	520.000,00			18/11/2023
36	2022	PM de Artur Nogueira	45.735.552/0001-86	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	832.000,00	0,00	832.000,00			17/11/2023
38	2022	PM de Santa Bárbara D'Oeste		ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	1.092.000,00	0,00	1.092.000,00			18/11/2023
41	2022	PM de Santo Antonio de Posse	45.331.196/0001-35	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	520.000,00	0,00	520.000,00			18/11/2023
42	2022	PM de Valinhos		ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	1.092.000,00	0,00	1.092.000,00			18/11/2023
43	2022	PM de Sumaré	45.787.660/0001-00	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	1.352.000,00	0,00	1.352.000,00			18/11/2023
44	2022	PM de Nova Odessa	45.781.184/0001-02	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	832.000,00	0,00	832.000,00			23/11/2023
47	2022	PM de Hortolândia	67.995.027/0001-32	ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID 19 NA RMC	1.352.000,00	0,00	1.352.000,00			23/11/2023

AGÊNCIA METROPOLITANA DE SOROCABA **-** As ações da Agência Metropolitana de Sorocaba - AGEMSOROCABA diante as metas e indicadores estabelecidos foram focados prioritariamente ao apoio a programas e diretrizes do Governo do Estado de São Paulo e a SDR, bem como na gestão e desenvolvimento de programas, planos e projetos demandados pelas Comissões organizadas pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba - Câmaras Temáticas e Câmaras Temáticas Especiais - Lei Complementar nº 1.241, de 8/5/2014; Capítulo IX- Artigos 42 a 49 - Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento RMS, consideramos nos resultados de cada Diretoria, como Metas e Objetivos Institucionais. A autarquia executou no primeiro semestre a finalização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da região, em atendimento às diretrizes da SDR e no segundo semestre, a elaboração de projetos e programas, bem como de composições de Câmaras Temáticas e respectivos regramentos a partir das demandas apresentadas pelas Comissões Multitemáticas organizadas pelo Conselho de Desenvolvimento da região. A AGEMSOROCABA realizou a Previsão Orçamentária Setorial, prevendo o desenvolvimento e execução de projeto relativo à Segurança Pública e a Cidades Inteligentes, ambos com previsão de desembolso de recursos via Fundo de Desenvolvimento. A Diretoria Executiva da AGEMSOROCABA é o órgão superior de direção, com as atribuições de coordenar, supervisionar, fiscalizar e executar as atividades institucionais, técnicas e administrativas da AGEMSOROCABA. Em 2022, as ações foram focadas principalmente nas articulações e representações entre os programas de governo e os municípios da região, ações de planejamento, gestão e secretariado junto ao Conselho de Desenvolvimento da região, bem como da representação em eventos e parcerias com diversos órgãos da região, do estado de São Paulo e do Brasil. Os principais projetos e demandas da Diretoria Executiva, submetidos à deliberação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba, foram: Demanda: Estudo/Proposta - Proposta de Repasse Anual dos Municípios RMS - Fundo RMS - Autores: Comissão de Desenvolvimento Econômico RMS, Conselho de Orientação do FUNDOSOROCABA e Diretoria Administrativa AGEMSOROCABA - Despacho via ofício: 13/10//2022 - Registro SP/SP: AGEMSOR-EXP-2021/00003; Demanda: Constituição da Câmara Temática Desenvolvimento Econômico para a gestão e elaboração de metas, programas e projetos de interesse comum da Região Metropolitana de Sorocaba - RMS - Autores: AGEMSOROCABA - Diretoria Técnica - Despacho em reunião: 15/09/2022 - Registro SP/SP: AGEMSOR-EXP-2022/00007; Projeto: Desenvolvimento econômico e as políticas públicas através dos conselhos municipais nos 27 municípios da Região Metropolitana de Sorocaba- RMS - Autores: Diretoria Técnica AGEMSOROCABA, FATEC-SOROCABA e Comissão de Desenvolvimento Econômico RMS - Despacho em reunião: 15/09/2022 - Registro SP/SP: AGEMSOR-PRC-2022/00020; Projeto: Ciclo de Fomento às Startups na Região Metropolitana de Sorocaba - RMS - Autores: Comissão de Desenvolvimento Econômico RMS e Parque Tecnológico de Sorocaba - Despacho em reunião: 15/9/2022- Registro SP/SP: AGEMSOR-PRC-2022/00032; Proposta de Projeto: Aplicativo Virtual - RMS Mais Perto - Autores: Comissão de Desenvolvimento Econômico RMS e Diretoria Técnica AGEMSOROCABA - Despacho em reunião: 15/9/2022 - Registro SP/SP: AGEMSOR-PRC-2022/00035; Demanda: Constituição da Câmara Temática Especial de Planejamento Integrado de Segurança Pública para a gestão e elaboração de metas, programas e projetos de interesse comum da Região Metropolitana de Sorocaba - RMS - Autores: AGEMSOROCABA Diretoria Técnica - Despacho em reunião: 15/09/2022 - Registro SP/SP: AGEMSOR-EXP-2022/00009. Proposta de projeto: Muralha Eletrônica Metropolitana - RMS - Autores: Comissão de Segurança Pública RMS e Diretoria Técnica AGEMSOROCABA - Despacho em reunião: 15/9/2022 - Registro SP/SP: AGEMSOR-PRC-2022/00021; Demanda: Proposta de Regimento Interno das Câmaras Temáticas e Câmaras Temáticas Especiais do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba - Autores: Diretoria Técnica AGEMSOROCABA - Despacho em reunião: 2/12/2022 – Registro SP/SP: AGEMSOR-EXP-2022/00011; Projeto: Sala de Reunião para Elaboração de Pesquisas, Programas, Projetos e demais atividades das Câmaras Temáticas do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba - Contenção do aporte realizado pelo Governo do Estado de São Paulo -Fundo Sorocaba - Autores: AGEMSOROCABA - Diretoria Administrativa - Despacho em reunião: 15/9/2022 -Registro SP/SP: AGEMSOR-PRC-2022/00024. Demanda: Constituição da Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental para a gestão e elaboração de metas, programas e projetos de interesse comum da Região Metropolitana de Sorocaba - RMS - Despacho em reunião: 7/11/2022 - Registro SP/SP: AGEMSOR-EXP-2022/00010. A Diretoria Técnica da AGEMSOROCABA é órgão adjunto da Diretoria Executiva incumbido de coordenar, supervisionar, fiscalizar e executar as atividades técnicas da Agência e desenvolveu neste exercício de forma mais intensa a realização de estudos, planos, programas e projetos de interesse da Região Metropolitana de Sorocaba, a celebração parcerias, referentes à matéria técnica compreendida com órgãos e entidades, públicos e privados nacionais. Vinculadas à Diretoria Técnica, temos as seguintes divisões técnicas: Grupo de Planejamento, Grupo de Gestão e Grupo de Documentação Técnica e Informática. Os principais eventos realizados pela Diretoria Técnica da AGEMSOROCABA, objetivando a implantação e implementação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Sorocaba foram: Reunião de orientação SDR - Adequação e padronização da finalização do PDUI à metodologia FIPE – 03/01/2022; Recebimento da Metodologia FIPE para padronização PDUI RMS 2022 - 19/01/2022; Participação na Audiência Pública de Jundiaí, com a SDR/FIPE - 21/01/2022; Reunião com representantes do Planejamento da Prefeitura Municipal de Sorocaba, sobre diretrizes do PDUI da RMS para compatibilização, quando da realização do diagnóstico do Plano Diretor de desenvolvimento Físico e Territorial de Sorocaba - 25/01/2022; Reunião com Dr. Marum, representante do Ministério Público SP da região, para programação das audiências públicas do PDUI 2022 da RMS- 27/1/2022; Reunião Técnica sobre os dados do Plano Diretor de 2018 do Município de Alumínio para fechamento do Macrozoneamento preliminar do PDUI - RMS - 14/2/2022; Elaboração do mapa preliminar do macrozoneamento do PDUI – RMS - 15/2/2022; Reunião com a Diretoria Executiva e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba - Utilização da infraestrutura digital e física da Câmara Municipal de Sorocaba para a realização e transmissão da Audiência Pública do PDUI 2022 RMS para os municípios da Sub-região 3 - 21/2/2022; Homologação do material de Referências Bibliográficas do PDUI 2022 da RMS para inserção no caderno de subsídios ao Macrozoneamento do PDUI RMS - 24/3/2022; Reunião com a SDR e a Fundação FIPE para compatibilização e elaboração do modelo de convite virtual para as audiências públicas, a ser disponibilizado pela plataforma oficial – Data: 3/3/2022; Participação remota na reunião de alinhamento do PDUI RM Sorocaba AGEMS com a SDR/FIPE – Data: 4/3/2022; Reuniões nos Municípios de Itu e Tatuí - Agendamento e utilização das Câmaras Municipais para a realização das audiências públicas do PDUI-RMS com os municípios das sub-regiões 2 e 1 - Data: 8/3/2022; Envio da versão preliminar do Caderno de Subsídios ao Macrozoneamento do PDUI 2022 RMS e do caderno de insumos para estimular debates sobre o PDUI da RMS à FIPE - 1a adequação à Metodologia FIPE/SDR recebida em 10/1/2022 - Data: 8/3/2022; Reunião remota de alinhamento com as coordenadoras Marta Dora Grostein e Rovena Negreiros sobre o projeto PDUIS RMS - FIPE/SDR - Versões preliminares do Caderno de Subsídios ao Macrozoneamento do PDUI 2022 RMS e 1a adequação à Metodologia FIPE/SDR - definição da quantidade de Macrozonas RMS. 9/3/2022; Reunião do Comitê Executivo PDUI-RMS - Ciência do material informativo do Caderno de Subsídios do Macrozoneamento da RMS e Caderno preliminar de Propostas do PDUI 2022 da RMS - 14/3/2022; Homologação da apresentação de slides do PDUI RMS 2022 para a Audiência Pública do PDUI RMS 2022 para a Sub-região 1 - Data: 15/3/2022; Homologação da apresentação de slides do PDUI RMS 2022 para a Audiência Pública do PDUI RMS 2022 para a Sub-região 1 - Data: 17/3/2022; Preparação da apresentação de slides do PDUI RMS 2022 para a Audiência Pública do PDUI RMS 2022 para a Sub-região 3 - Data: 19/3/2022; Audiências Públicas PDUI - Sub-região 2 - todos seus municípios - Data: 21/3/22; Audiências Públicas PDUI - Sub-região 1 - todos seus municípios - Data: 22/3/22; Audiências Públicas PDUI - Sub-região 3 - todos seus municípios – Data: 23/3/2022; Análise das propostas do setor público e privado pela PLATAFORMA DO PDUI RMS/FIPE/SDR - Período: 24/3 a 4/4/2022; Recebimento e homologação das propostas do setor público e privado pela PLATAFORMA DO PDUI RMS/FIPE/SDR - Período: 10 à 11/4/2022; Treinamento com a Brandpoint para manuseio e manutenção das informações do PDUI RMS na plataforma comum à SDR – 12/04/2022; Reunião presencial de planejamento com as coordenadoras da FIPE/SDR para o PDUI RMS 2022 - Data: 28/4/2022; Atualização da composição do Comitê Executivo para o PDUI RMS - Data: 27/5/2022; 1ª reunião Comitê Executivo do PDUI RMS de Sistematização das propostas do PDUI RMS - Sociedade Civil - Data: 3/6/2022; 2ª reunião Comitê Executivo do PDUI RMS de Sistematização das propostas do PDUI RMS - Sociedade Civil – Data: 9/6/2022; 3ª reunião Comitê Executivo do PDUI RMS de Sistematização das propostas do PDUI RMS - Poder Público - Data: 14/6/2022; Finalização do PDUI RMS sobre relatório das propostas, Projeto de Lei PDUI RMS e outros - Data: 15/6/2022; Envio de homologação dos arquivos, relatório de contribuições e Projeto de Lei PDUI RMS à SDR - Data: 24/6/2022; Apresentação das diretrizes do PDUI RMS para o presidente do Conselho de Desenvolvimento RMS e o secretário de relações institucionais metropolitanas da Prefeitura Municipal de Sorocaba - Data: 28/6/2022; Envio final à FIPE/SDR de Relatório Síntese das Propostas PDUI RMS, Exposição de Motivos, Projeto de Lei PDUI RMS 2022

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

e demais documentos PDUI RMS 2022 - Data: 1/7/2022; Reunião Ordinária remota do Conselho de Desenvolvimento RMS para apresentação final e aprovação do PDUI - RMS - Data: 5/7/2022; elaboração de produto III - Visão territorial e Produto IV Análises comparativas da Unidade Regional RM Sorocaba - Data: 15/7/2022; Envio de Produto item III - mapa e macrozonas PDUI RMS 2022 - Data: 16/7/2022; Envio de Produto item IV - análises comparativas e dados finais PDUI RMS 2022 Data: 27/7/22. Envio de fotos em alta resolução para ilustração das cinco Macrozonas do PDUI RMS 2022 - FIPE - Data: 12/8/22; Envio demanda FIPE/SDR para MAPA MACROZONEAMENTORMS gerado para colocação do mapa no caderno final do PDUI 's do Estado de São Paulo a ser entregue pela FIPE/SDR ao governo do Estado de São Paulo - Envio à ALESP para aprovação do projeto final - Data: 22/8/22. A Diretoria Administrativa da AGEMSOROCABA é órgão adjunto daDiretoria Executiva incumbido de coordenar, supervisionar, fiscalizar e executar as atividadesadministrativas da AGEMSOROCABA. Além das atividades e ações rotineiras, como por exemplo: a gestão e execução da folha de pagamento, custeio e investimentos, foram realizadas ações de melhoria dos processos administrativos e financeiros, bem como o apoio em demandas técnicas. As principais atividades de gestão de recursos financeiros, materiais e humanos foram: Acordo de Cooperação entre AGEMSOROCABA e o Centro Paula Souza/Faculdade de Tecnologia/FATEC Sorocaba - Pesquisa de docente em Regime de Jornada Integral. Compartilhamento do resultado paraaplicação na região de Sorocaba, para otimização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Econômico de Sorocaba. – Vigência: Fev/22 a Fev/23 - Registro SP/SP: AGEMSOR-PRC- 2022/00010; Elaboração da Prestação de Contas anual por meio de processo eletrônico, conforme asexigências solicitadas e enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - 2020 - entrega em5/3/2021 - Aprovado em despacho emitido: 26/5/2022 - Registro Interno: AGEMSOR-EXP- 2022/00006; Elaboração da Prestação de Contas anual por meio de processo eletrônico, conforme asexigências solicitadas e enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo -2021- entrega em 15/3/2021; Elaboração de planejamento orçamentário anual - POS-2023 - período: 25/7/2022; Implantação das novas regras de recolhimento de INSS sobre Folha de Pagamento - período: novembro 2022; Transferência de Bens Patrimoniais - Objeto: Microcomputadores - SDR- AGEMSOROCABA-Período: Outubro 2022 - Registro SPSP: AGEMSOR-PRC-2022/00025; Oferecimento de capacitação aos funcionários sobre processos internos e gestão documental -Período: 18/02; Gestão e Execução da Folha de pagamento dos servidores lotados nesta autarquia - Registro Controle e procedimento dos repasses de Encargos da Previdência Social - INSS, patronal esegurado - Registro SPSP: AGEMSOR-PRC-2022/00003-V01 - Vigência: 2022; Envio de obrigações acessórias, anual e mensal, DCTF, Dirf, Efd Reinf, Esocial; Controle de pagamento das diárias de deslocamento - Registro SPSP: AGEMSOR-PRC-2022/00004-V01 - Vigência: 2022; Aquisição de materiais de consumo e material permanente, compras efetuadas por dispensa de licitação através do sistema BEC - Registro SPSP: AGEMSOR-PRC-2022/00011-V01 -m.consumo; AGEMSOR-PRC-2022/00005-V01-m.permanete - Vigências: 2022/2022; Celebração e Contratação de serviços de terceiros, no fornecimento de sistemas de informática -Registro SPSP: AGEMSOR- PRC-2022/00009-V01 - Vigência: 23/10/2021 - 22/10/2023;Celebração e Contratação de serviços de terceiros, no fornecimento de sistemas de informática -Registro SPSP: AGEMSOR-PRC-2020/00006 Vigência: 24/11/2021 - 24/11/2022;Celebração e Contratação de serviços de terceiros, no fornecimento de sistemas de informática -Registro SPSP: AGEMSOR-PRC-2020/00006 - Vigência: 24/11/2022 - 24/11/2023;Serviços Gráficos de Plotagem e Impressão de Mapas e Ilustrações Técnicas - AGEMSOR-PRC-2021/00015 - Vigência: agosto/21 a agosto/22; Serviços Gráficos de Plotagem e Impressão de Mapas e Ilustrações Técnicas - AGEMSOR-PRC-2022/00030 - Vigência: 2022; Serviços especializados de Diagnóstico, Prognóstico e Recomendações sobre cenários de exportação de bens e serviços na Região Metropolitana de Sorocaba - Registro SPSP: AGEMSOR-PRC-2022/00026; Execução do Processo de Avaliação de Desempenho Individual dos servidores lotados-2022.

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO FUNDO METROPOLITANO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - O Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento - FUMEFI tem por finalidade financiar e investir em projetos de interesse da Região Metropolitana de São Paulo. Está vinculado à SDR, Agente Promotor, cujo titular é o Presidente do Conselho de Orientação, que, por meio de sua Secretaria Executiva, coordena toda a atuação do fundo, participando do processo operacional para as contratações, desde a solicitação das propostas aos Beneficiários, para o Plano deAplicação anual, até o final da execução de cada projeto que o compõe. Atuando sob a supervisão doConselho de Orientação, o fundo dispõe de um Agente Técnico, atualmente a SDR, responsável pela certificação de conformidade dos projetos propostos pelos Beneficiários, e com o Agente Financeiro,o Banco do Brasil. Reúne-se semestralmente e é integrado, além do Presidente, por três membros selecionados pelo Governador dentre as Pastas responsáveis pelo setorial envolvido com a natureza dos projetos pertinentes e por dois membros fixos, representando a Secretaria da Fazenda e Planejamento e o Banco do Brasil. Conta também com a Secretaria Executiva, composta por integrantes dos quadros da SDR. O FUMEFI tem uma Secretaria Executiva, que tem por finalidade assessorar o Presidente e os Conselheiros e coordenar toda a gestão operacional do Fundo, envolvendo Beneficiários e Agentes, bem como demais entes que direta ou indiretamente apresenteminterfaces com os procedimentos pertinentes à sua atuação, viabilizando as contratações dos projetos,sua execução e a autorização dos repasses correspondentes. O Plano de Aplicação do FUMEFI envolve 12 Municípios e 40 projetos, cuja viabilização absorverá, na medida da sua execução, a totalidade dos recursos contratuais, R$ 122.300.000,00 sendo R$ 68.000.000,00 do exercício. Inicialmente a previsão anual era de R$ 74.000.000,00 os quaisforam reduzidos, por efeito dos Decretos Estaduais n^{os} 66.849, de 14/6/2022 e 66.901, de 28/6/2022.O restante dos valores que compõem os R$ 122.300.000,00 são: R$ 47.500.000,00 de saldosespecíficos de Restos a Pagar; R$ 800.000,00 disponíveis em conta do fundo, no Banco do Brasil; e R$ 6.000.000,00 em diferimento, para 2023. O Plano de Aplicação do FUMEFI, no ano de 2022, contemplou 15 projetos novos e a revigoração de outros 25, remanescentes de Planos anteriores, cujosrecursos parciais não foram oportunamente disponibilizados. Conforme Deliberações do Conselho, sendo 12 os Beneficiários: Biritiba Mirim, contemplado com 2 projetos; Carapicuíba, com 4; Embu-Guaçu, com 4 - 1 a contratar; Ferraz de Vasconcelos, com 4; Francisco Morato com 4; Franco da Rocha, com 2 - 1 a contratar; Itaquaquecetuba, com 4; Juquitiba, com 3; Mairiporã, com 3; Piraporado Bom Jesus, com 3; Rio Grande da Serra, com 5 e São Lourenço da Serra, com 2 projetos. O Plano de Aplicação do FUMEFI é anual e opera segundo a Lei Estadual n.º 1.817, de 27/10/1978, cujo cálculo anual norteia as definições, tanto dos Municípios beneficiários, quanto dos valores de suas participações. Considerados transferências voluntárias de recursos, esses valores, adequados à dotação orçamentária, são comunicados às Prefeituras pelo titular da Pasta, que, para a composição do Plano de Aplicação, solicita a apresentação de propostas compatíveis com os planos e diretrizes de planejamento estabelecidos para a Região Metropolitana de São Paulo, a que se restringe a área de atuação do FUMEFI. Cabe ao Agente Técnico emitir a Certificação de Conformidade de cada Projeto, e, ao Conselho, aprovar o Plano de Aplicação, sendo, essas ações, condicionantes para o prosseguimento das contratações dos recursos do FUMEFI. Com base na apresentação dos elementos de responsabilidade das Prefeituras Beneficiárias - projetos básicos ou executivos e documentação complementar exigível, atualmente definida pelo Decreto Estadual n.º 66.173, de 26/10/2021 - o Agente Técnico, após acatá-los, elabora uma Ficha Técnica individual, que retrata o projeto técnico específico, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro e demais condições de execução, constituindo-se, assim, o plano de trabalho a ser contratado. Finalizando, é juntada a Nota de Empenho emitida pela área técnica de orçamento e finanças, e, após ouvida a Consultoria Jurídica, o Titular da SDR autoriza a emissão dos Contratos, minutados na Secretaria Executiva do FUMEFI. Completa-se, assim, a instrução processual, para que o Agente Financeiro venha a emitir os denominados Instrumentos de Liberação de Crédito, que têm por objetivo assegurar o repasse do total de recursos necessários à consecução de cada projeto aprovado. Uma vez assinados os Contratos, desencadeiam-se as execuções dos projetos, a cargo das Prefeituras beneficiárias. Cabe destacar que, embora referentes ao valor total designado ao projeto, os repasses financeiros são paulatinos, pautados nas medições mensais de serviços apresentadas pelas Beneficiárias, ocorrendo na conformidade de sua comprovação, pelo Agente Técnico, observadas a legislação e normas específicas pertinentes. Ocorrendo após a aprovação, pelo Agente Técnico, das parcelas de serviços efetivamente executadas e apresentadas pelas Prefeituras, os repasses do FUMEFI, em 2022, representaram, até esta data, movimentação financeira bruta de R$ 27.932.889,91, incluindo as despesas operacionais contratuais aplicáveis.

DEPARTAMENTO DE APOIO LOGÍSTICO - No exercício, o Departamento de Apoio Logístico - DAL planejou, gerenciou, coordenou e executou os serviços de transportes internos motorizados, manutenção e conservação predial, administração de patrimônio e materiais, gestão documental e outras atividades auxiliares, em apoio às áreas técnicas e administrativas da SDR. O Centro de Infraestrutura do DAL tem por objetivo coordenar e administrar as atividades relacionadas à operação, manutenção e conservação dos imóveis e bens patrimoniais de uso da SDR: nas sedes localizadas no Palácio dos Bandeirantes e Palácio Clóvis Ribeiro; nos Escritórios Regionais distribuídos em 13 municípios no interior do Estado de São Paulo e no imóvel localizado na Alameda Barão de Limeira-São Paulo-Decreto Estadual nº 66.609/2022. O órgão também desempenha as atividades de planejamento, gerenciamento, coordenação e execução dos serviços de transportes internos motorizados, como órgão setorial do Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados na SDR. As principais atividades do Centro de Infraestrutura do DAL foram: Intermediação de serviços de transporte via aplicativo; Locação de 16 veículos de prestação de serviços categoria S1; Locação de 3 veículos de prestação de serviços categorias S1 e S4 com motoristas; Gerenciamento de abastecimento com combustível e de outros serviços para 16 veículos; Prestação de Serviços de rastreamento/monitoramento de veículos ;Gestão predial do 3º andar do Palácio Clóvis Ribeiro; Vigilância patrimonial do prédio da Alameda Barão de Limeira; Limpeza, asseio e conservação do prédio da Alameda Barão de Limeira; Limpeza, asseio e conservação nos escritórios regionais; Desinsetização e desratização nos escritórios regionais. Uma das principais políticas públicas da SDR é o Programa Canal Direto - SP + Perto, alocado no eixo + Inovação em Gestão Pública, que contempla a reforma de prédios próprios do Estado, com a implantação de sistema integrado de gestão pública inovadora e mais eficiente, atendimento humanizado e com qualidade, adoção de novas tecnologias de inovação, desburocratização e automatização de processos, segurança da informação, entre outras ações como otimização dos serviços oferecidos aos usuários com maior transparência. O Programa tem como meta alcançar 15 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, nas cidades de: Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Itapeva, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Santos e Sorocaba. Seus principais objetivos são: Qualidade e padronização do atendimento, no padrão Poupatempo; Unificação sistêmica com a adoção das mais modernas tecnologias disponíveis -inovação; Transparência aos serviços prestados pelo Estado no interior; Visibilidade da presença do Estado criando uma identidade regional; Inserir uma nova forma de trabalhar - integração; Otimização dos serviços; Eficiência na gestão dos contratos; Redução de custos; Melhor utilização de áreas comuns; Gestão pública moderna, responsável, eficiente e comprometida com resultados; Agilidade aos serviços; Desburocratização e simplificar processos; Trabalho nos quatro i's: integração, inovação, nova identidade aos serviços do Estado e valorização do interior. O Centro de Infraestrutura do DAL é responsável pelo levantamento das necessidades e proposição de alternativas para solução; elaboração de termos de referências; elaboração de procedimento de avaliação para a prestação de serviços - Acordo por Nível de Serviços - ANS; obtenção de valor referencial, de acordo com o Decreto Estadual nº 63316/2018; e instruções processuais, sendo que, em relação ao Programa Canal Direto - SP + Perto, providenciou termos de referência para: Gestão de instalações - facilities para Registro; Gestão de instalações - facilities para São José do Rio Preto; Gestão de instalações - facilities para Ribeirão Preto; Comunicação visual para Registro; Comunicação visual para São José do Rio Preto; Comunicação visual para Ribeirão Preto; Comunicação visual para Presidente Prudente; Fornecimento e instalação de películas em vidros para Registro; CFTV para Bauru; Seguro predial e patrimonial para Bauru. O Centro de Administração Patrimonial e de Material do DAL tem por objetivo atender as demandas de bens móveis e materiais da SDR, bem como promover sua gestão. Suas principais atividades foram: Pesquisas na Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo, cotação e orçamentos com empresas do objeto de aquisição/contratação; Participação em equipes de apoio para pregão eletrônico; Comparação de especificações técnicas para posterior aprovação do item a ser adquirido; Recebimento, conferência e registro de bens em sistemas de controle; Colocação de chapas de identificação em aproximadamente 4.000 bens, no Palácio Clóvis Ribeiro e em imóveis públicos sitosnos Municípios de Bauru, Registro e Araçatuba; Recolhimento de bens móveis dos Escritórios Regionais de Presidente Prudente, Barretos, Bauru e Registro, bem como no Palácio dos Bandeirantese no Palácio Boa Vista, devido a mudanças no endereço de repartições; Arrolamento de aproximadamente R$ 185.345,01 no exercício de 2022, referentes a bens inservíveis, bem como abertura de processos de arrolamento para entrega ao Fundo Social do Estado de São Paulo; Baixas de bens patrimoniais, cujas finalizações neste exercício somam aproximadamente R$ 257.191,84; Identificação de Unidades Gestoras Executoras e saldos absorvidos pela Pasta, para atendimento da Portaria CG/SDR n.º 00032, de 16/5/2022 e de recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Implantação do Sistema de Administração de Materiais, módulo estoque, desenvolvido emantido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, para controle de entrada/saída de materiais, efetuando, simultaneamente, reclassificação e baixa no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Munícipios; Aquisições de bens de despesa miúda para atendimento de necessidades do Palácio Clóvis Ribeiro, no Palácio dos Bandeirantes e nos edifícios do Programa Canal Direto SP + Perto, totalizando o valor de R$ 13.308,83 neste exercício. O Centro de Gestão Documental do DAL tem por finalidade o papel de gerir toda produção de documentos oficiais da SDR, na forma física e sistémica, a tramitação interna e externa, o armazenamento e a destinação correta dos documentos, sob os moldes das legislações vigentes. Mesmo com a implantação do Sistema Sem Papel, o Centro de Gestão Documental realiza o acompanhamento e a orientação das demais áreas sobre a tramitação e a administração de documentos antigos no Sistema InformatizadoUnificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações e no Sistema de Gestão Documental.Além das orientações transmitidas sobre o uso do sistema, o Centro de Gestão Documental também faz o processo de triagem e destinação de documentos com base nas informações extraídas desses sistemas antigos, conforme dados a seguir:

Expediente:	10.000
Processo:	4.350
3.1.1.2. Realização de Cadastro:	2.000
3.1.1.3. Arquivamento:	7.000
3.1.1.4. Localização de Documentação	500

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

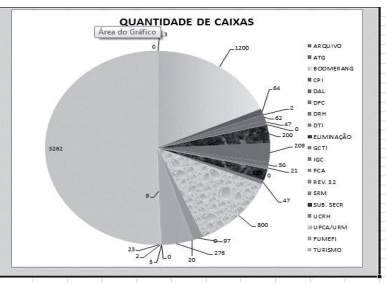
3.1.1.5. Solicitação via E-mail	50

Com a implantação do Programa SP Sem Papel, o Centro de Gestão Documental se tornou agente multiplicador do treinamento dessa ferramenta e é responsável por acompanhar a produção dedocumentos da SDR dentro do sistema, analisando ordem, nomenclatura, temporalidade, tramitaçõese lixo gerado pelos usuários:

3.1.2.1. Expediente:	5.545
3.1.2.2. Processo:	131
3.1.2.3. Realização de Cadastro:	10.000
3.1.2.4. Arquivamento:	7.000

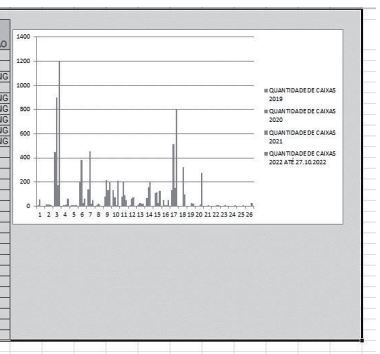
No exercício foram reorganizadas e recadastradas cerca de 5.000 caixas de arquivo, com o objetivo de facilitar a identificação dos processos prioritários para administração, triar eliminações etransferências, reduzir espaços ocupados e disponibilizar informações confiáveis para os sistemas de busca e contagem de tempo. Realizou-se a separação e a análise de arquivos pertencentes a outras áreas-fim do Estado, que foram transferidas para outras Secretarias. Cerca de 200 caixas de arquivo foram colocadas à disposição da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso. No âmbito da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, está sendo realizada uma triagem em aproximadamente 276 caixas de arquivo para verificação dos seus processos, promovendo a destinação correta dos mesmos, sendo elas: Arquivo Público, expurgo ou guarda em espaço terceirizado. Com a extinção daEmpresa Paulista de Planejamento Metropolitano, incorporou-se seu acervo ao arquivo da SDR, sendo que houve análise e classificação de 50 caixas de documentos. Nas atividades de gestão de contratos, o Centro de Gestão Documental responsabiliza-se pelos seguintes serviços: Correios: Responsável pelo envio de Malotes e Postagens para a Capital e o Estado de São Paulo; Motofrete: Responsável pelo transporte de documentos do dia a dia na Capital de São Paulo; Terceirização de Guarda do Arquivo da SUR: Responsável pela guarda, organização, segurança e movimentação do arquivo de processos e documentos da SDR. Dado anual de caixas organizadas:

SETOR	QUANTIDADE DE CAIXAS	DESTINAÇÃO
ARQUIVO	0	CGD
ATG	3	CGD
BOOMERANG	1200	BOOMERANG
CPI	64	SOG
DAL	2	BOOMERANG
DFC	62	BOOMERANG
DRH	47	BOOMERANG
DTI	0	BOOMERANG
ELIMINAÇÃO	200	BOOMERANG
GCTI	209	SOG
IGC	50	SOG
PCA	0	CGD
REV. 32	21	SEFAZ
SRM	0	CGD
SUB. SECR	125	SOG
UCRH	47	SOG
UPCA/URM	800	BOOMERANG
FUMEFI	97	BOOMERANG
TURISMO	20	CGD
SUB.NEG.MET	276	BOOMERANG
CG	0	CGD
FUNDAP	5	SEFAZ
CPA	0	CGD
ATL	9	BOOMERANG
CEPAM	2	CGD
CGD	23	CGD
TOTAL	3262	



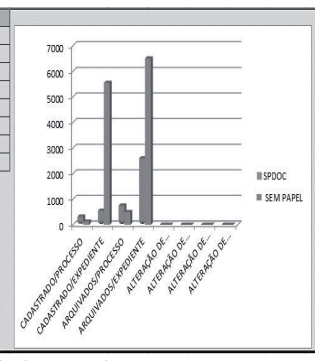
Dado comparativo de caixas organizadas:

SETOR	DADOS 2019 QUANTIDADE DE CAIXAS 2019	DADOS 2020 QUANTIDADE DE CAIXAS 2020	DADOS 2021 QUANTIDADE DE CAIXAS 2021	DADOS 2021 QUANTIDADE DE CAIXAS 2022 ATÉ 27.10.2022	DESTINAÇÃO
ARQUIVO	9	55	0	0	CGD
ATG	14	15	11	3	CGD
BOOMERANG	448	900	173	1200	BOOMERANG
CPI	5	6	13	64	CGD
DAL	8	9	1	2	BOOMERANG
DFC	195	383	24	62	BOOMERANG
DRH	140	454	22	47	BOOMERANG
DTI	4	18	12	0	BOOMERANG
ELIMINAÇÃO	80	216	131	200	BOOMERANG
GCTI	133	74	5	209	CGD
IGC	82	200	89	50	IGC
PCA	2	61	72		CGD
REV. 32	15	24	22	21	CGD
SRM	66	158	200	0	CGD
SUB. SECR	106	113	27	125	CGD
UCRH	51	7	9	47	CGD
UPCA	134	515	150	800	CGD
FUMEFI	0	0	323	97	CGD
TURISMO	0	0	26	20	CGD
SUB.NEG.MET	0	0	12	276	CGD
CG	0	0	5	0	CGD
FUNDAP	0	0	2	5	SEFAZ
CPA	0	0	1	0	CGD
ATL	0	0	0	9	CGD
CEPAM	0	0	0	2	CGD
CGD	0	0	0	23	CGD
TOTAL GERAL	1492	3208	1330	3262	



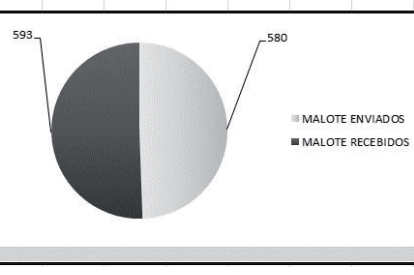
Dado anual de documentos organizados:

DOCUMENTOS	SPDOC	SEM PAPEL
CADASTRADO/PROCESSO	318	131
CADASTRADO/EXPEDIENTE	552	5.545
ARQUIVADOS/PROCESSO	751	500
ARQUIVADOS/EXPEDIENTE	2600	6.500
ALTERAÇÃO DE DOMINIO/PROCESSO/SEGOV	6	0
ALTERAÇÃO DE DOMINIO/EXPEDIENTE/SEGOV	6	0
ALTERAÇÃO DE DOMINIO/EXPEDIENTE/CC	5	0
ALTERAÇÃO DE DOMINIO/EXPEDIENTE/SLT	3	0



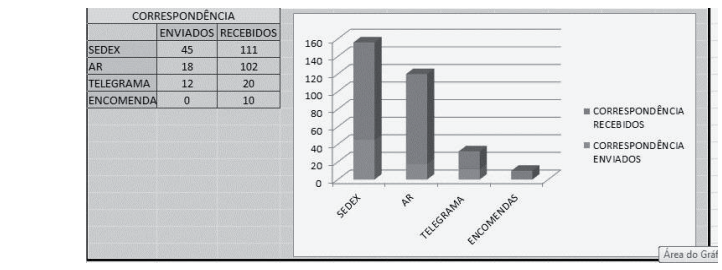
Dados Distribuição Malote:

MALOTE	ENVIADOS	580
	RECEBIDOS	593



Dados Distribuição Correspondências:

	CORRESPONDÊNCIA ENVIADOS	CORRESPONDÊNCIA RECEBIDOS
SEDEX	45	111
AR	18	102
TELEGRAMA	12	20
ENCOMENDA	0	10



DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTRATOS - O Departamento de Finanças e Contratos-DFC tem como principais atribuições desenvolver atividades pertinentes a licitações e compras; gestão de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos; bem como elaboração, execução, acompanhamento financeiro e controle do orçamento anual da SDR. Entre tais funções, o DF gerencia em torno de 80 contratos de prestação de serviços contínuos, acompanhamento dos prazos de vencimento, aditamentos, prorrogações, reajustamento de preços, locação de bens imóveis e análise dos termos dos contratos visando novas licitações. Em relação ao Programa Canal Direto - SP + Perto, o DFC é o órgão responsável pelos contratos administrativos por meio dos quais está em andamento, no ano, a construção de Centros de Atendimento aos Municípios e ao Público, nos Municípios de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Presidente Prudente. Ademais, o DFC atende às necessidades atuais dos Escritórios Regionais do Estado de São Paulo, enquanto não ocorrem as Concorrências Públicas; assim como dos Centros de Atendimento aos Municípios e ao Público, nos Municípios de Bauru e Registro, integrantes do Programa Canal Direto - SP + Perto.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - O ano de 2022 apresenta uma diferença marcante em relação ao período anterior. Graças ao avanço expressivo do número de cidadãos contemplados ao longo de 2021 com a vacina contra a covid-19 no Estado de São Paulo, através da bem-sucedida política implementada pelo Governo por meio do Plano Estadual de Imunização - PEI,houve significativa redução na necessidade de recursos -humanos, estruturais e financeiros, exclusivamente comprometidos no enfrentamento à pandemia. A superação desse desafio, além de possibilitar a retomada de projetos governamentais que haviam sido conjunturalmente suspensos, legou ao serviço público paulista soluções que não apenas garantiram a sua operacionalidade sob condições críticas, mas também propiciaram mais eficiência em diversas de suas rotinas. No que se refere particularmente a esta SDR – ao longo do ano, em continuidade ao processo iniciadogradualmente em 2021, as atividades presenciais inerentes ao seu campo funcional foram integralmente retomadas em suas sedes, em substituição ao regime laboral de teletrabalho que haviasido adotado no período pandêmico. Passado um longo interstício de restrição na circulação de pessoas e na ocupação dos prédios da Administração, com o fim de proporcionar adequadas condições de trabalho, coube ao corpo técnico da Secretaria, no qual se inclui este Departamento de Recursos Humanos - DRH, a adoção de medidas de promoção à saúde e segurança dos servidores públicos que voltaram a frequentar as instalações da SDR, favorecendo, assim, o pleno exercício de suas competências. Dada a natureza e complexidade dessa transição entre o cenário pandêmico e o retorno ao trabalho presencial, fez-se necessária uma abordagem em múltiplas dimensões para manter ininterrupta a prestação de serviços e, especialmente, garantir a integridade dos recursos humanos da SDR. Uma dessas dimensões se relaciona com a adoção de tecnologias de acompanhamento de processos administrativos em meio digital, em convergência a uma cultura organizacional amplamente difundida e prestigiada desde o início da atual gestão do Poder Executivo. Nesse compasso, e de modo contínuo, diversos sistemas informacionais vêm sendo desenvolvidos no âmbito da SDR. Dentre esses sistemas informatizados que entraram em operação, este DRH participou do desenvolvimento de solução dedicada ao cumprimento de decisões judiciais referentes à vida funcional de servidores e empregados que redundem em implicações financeiras. A ferramenta permite o acompanhamento de todos os desembolsos efetuados pela Secretaria para este fim, sendo possível consultar mês a mês todas as operações bancárias provenientes dos processos, bem como o respectivo fato gerador de cada uma. Igualmente desenvolvido com a colaboração deste DRH, também foi adotado no ano presente um sistema voltado a operacionalizar uma dentre as diversas inovações à legislação estatutária instituídas pela Lei Complementar nº 1.361/2021, qual seja, a possibilidade de conversão em pecúnia de 30 dias de licença-prêmio, mediante requerimento de servidor do Quadro da SDR. Por meio de um processo totalmente informatizado - em que tanto o requerimento do interessado, bem como sua respectiva apreciação pela autoridade competente, passando pela análise do órgão técnico, são realizados em meio digital - foi possível assimilar de forma célere e integrada toda uma nova rotina administrativa advinda da reformulação disposta pela LC 1.361/2021. Outra particularidade a se destacar no exercício corrente se relaciona ao fato deste ser um ano eleitoral, com todas as implicações previstas no ordenamento legal a serem observadas por cidadãos, em sentido amplo, e, mais especificamente, por agentes públicos. Sendo o voto, via de regra, obrigatório ao cidadão brasileiro, compete ao servidor público, em especial, atender ao previsto tanto no art. 14 da Constituição Federal como no art. 7º da Lei Federal nº 4.737/1965, em que se dispõe do dever do agente público, uma vez encerrado o período eleitoral, em apresentar ao serviço de pessoal competente documentos que atestem sua regularidade junto à Justiça Eleitoral. Também desenvolvida de forma conjunta por equipes técnicas da SDR, integradas por representantes do DRH, foi adotada pela Secretaria uma solução totalmente digital para encaminhamento, reconhecimento e validação de comprovantes, certidões e certificados regularmente expedidos que sirvam para atestar a participação do servidor de seus quadros no processo eleitoral de 2022. Ainda, no que tange ao período eleitoral e em relação ao uso de sistemas digitais, é pertinente destacar, ainda, o trabalho envolvido na adaptação a toda forma comunicação institucional veiculada durante o período, de modo que sites, aplicações, e-mails, comunicados, etc., não mais remetessem à atual gestão, substituindo slogans, logotipos, inserções publicitárias e qualquer referência à sua identidade visual. Ao DRH coube, além de providenciar tais adaptações em seus canais de comunicação institucional, difundir e esclarecer a necessidade dessas mudanças junto aos quadros de pessoal da SDR. Para além do desenvolvimento, promoção e melhoria dos meios de trabalho adequados, considerando a persistência de riscos no cenário pós-pandêmico e a evidente necessidade em assegurar a integridade física e mental dos servidores, conclui-se fundamental também o reforço à atenção a aspectos humanísticos e de saúde pública ao lidar com recursos humanos. Em continuidade às ações realizadas nos anos anteriores, no âmbito da SDR foram adotadas diversas medidas visando mitigar qualquer risco associado à transmissão da covid-19 entre seu corpo funcional. No começo do ano corrente, em atenção ao Decreto nº 66.421, de 3/1/2022, foi providenciado pelo DRH um levantamento completo de todos os servidores em exercício na SDR que já haviam concluído o ciclo de vacinação à época, para balizar eventuais providências a serem adotadas no sentido de garantir a completa imunização das equipes - imprescindível ao passo seguinte, de retorno integral às atividades presenciais. Também sob gestão do DRH, a Secretaria mantém contrato com empresa prestadora de serviços de saúde para oferecer aos seus quadros a realização periódica de exames de detecção do vírus causador da covid-19 a qualquer interessado que manifestar possíveis sintomas associados à doença ou que tenha tido contato com pessoa infectada. Na eventualidade de se constatar a presença do vírus em questão nos resultados dos exames, o DRH oferece suporte ao servidor para encaminhamento imediato aos serviços de saúde e, em seguida, durante seu acompanhamento médico; além de providenciar, em paralelo, todos os atos pertinentes à respectiva vida funcional, com expedição de licenças,

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

afastamentos e afins. No caso de manter-se íntegra a capacidade laborativa do servidor, o DRH adota, em conjunto à sua unidade de serviço, todas as providências necessárias - de ordem técnica e documental, para que possa permanecer no exercício de suas funções, através do regime de teletrabalho - possibilidade que se mantém graças ao desenvolvimento e aplicação das tecnologias desenvolvidas no âmbito da SDR, já mencionadas. Ao viabilizar a continuidade da rotina de serviço sob tais condições, a Secretaria não apenas assegura o cumprimento de suas atribuições, mas promove e valoriza o servidor dedicado a exercer suas competências em prol do bem público - aspecto fundamental de uma cultura organizacional voltada à qualidade e eficiência do trabalho. Também no cuidado à dimensão humana de seus quadros de pessoal, a SDR, por meio do DRH, manteve ininterrupta a comunicação junto aos servidores visando ao atendimento às recomendações das autoridades sanitárias, com ênfase na importância do distanciamento social durante a permanência nas unidades, além de constante trabalho de sensibilização para a necessidade de manutenção da higiene das mãos e limpeza dos móveis e equipamentos utilizados, realizando, ainda a medição diária de temperatura em todos os transeuntes - servidores ou não, junto à recepção da Secretaria. Ainda nesse mesmo contexto, por meio de convênio, também sob gestão do DRH, firmado entre a SDR e a Secretaria da Fazenda e Planejamento - SFP, ambas as entidades mantêm à disposição de seu pessoal um ambulatório médico localizado em anexo ao edifício-sede das Pastas, no Centro de São Paulo, com o objetivo de prestar atendimento imediato a eventuais ocorrências a servidores no exercício de atividades presenciais. A partir da conjunção de esforços necessários à retomada do pleno exercício das atribuições que constituem seu campo funcional, a SDR passou a envidar recursos de forma crescente à execução dos diversos projetos sob sua gestão, em linha com o planejamento estratégico do Governo e a visão de futuro que se pretende consolidar. Sem deixar, em nenhum momento, de se ater ao padrão de qualidade que vem sendo mantido e aperfeiçoado desde o início da atual gestão no atendimento a demandas e rotinas que compõem o cerne de seu campo funcional, o ano será marcado no âmbito da SDR por seus programas e projetos inovadores, a constituírem um legado fundamental à população e ao serviço público paulista. Com vistas à atualização da organização regional do Estado de São Paulo, a Secretaria vem se comprometendo nos últimos anos, especialmente ao longo de 2022, a promover arranjos institucionais mais alinhados às necessidades presentes e às novas potencialidades observadas desde que o atual arcabouço legal e regulamentar fora concebido, ainda no século passado. Contando com ativa e permanente colaboração dos diferentes níveis de governo, essa readequação tem como meta otimizar a articulação entre entes e órgãos públicos, visando maior integração do planejamento e da execução de funções públicas - o que condiciona não apenas melhorias em qualidade e agilidade na prestação de serviços à população, mas também em uso mais racional de recursos do contribuinte, do meio-ambiente e do espaço urbano. Dentre os projetos com esse escopo, dois se destacam por sua magnitude e abrangência: O anteprojeto de lei complementar que visa à atualização da Lei Complementar nº 760, de 1/8/1994, que estabelece diretrizes para a organização regional do Estado de São Paulo. Considerando o campo de atuação da SDR, o trâmite desse anteprojeto vem contando com o trabalho intenso e dedicado das Subsecretarias e órgãos técnicos da Pasta, com o objetivo de redefinir a forma de prestação de serviços dos escritórios regionais e agências de desenvolvimento metropolitano vinculadas à Secretaria, de modo a reposicionar geográfica e institucionalmente essas unidades, sempre em busca de maior eficiência e aderência às necessidades de seu público-alvo; O Programa Canal Direto SP + Perto, em que se prevê em cada unidade regional um mesmo centro de atendimento destinado tanto a pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, como à avaliação e proposição de políticas públicas relacionadas ao campo de atuação dos Órgãos e Entidades Estaduais que integram o programa, sob a coordenação e o gerenciamento desta SDR. Dada sua amplitude, o programa vem mobilizando a Secretaria como um todo, com diferentes áreas compartilhando equipes, metas, experiências e muito aprendizado. Todo esse rearranjo estrutural vem sendo planejado com integral e intensivo apoio técnico do DRH, que, enquanto órgão setorial de recursos humanos da SDR, reúne insumos à tomada de decisão pela autoridade competente no que se refere à composição da força de trabalho a ser encarregada pela execução das atribuições de cada unidade abrangida pela reorganização. Sendo assim, coube ao DRH aferir o quantitativo de servidores a serem alocados em cada posição, mediante provimento ou transferência de cargos e funções. Logicamente, tal número é relacionado ao tipo de atividade a ser desenvolvida no local de trabalho, bem como a intensidade da rotina de demandas a serem atendidas no dia a dia. Outro ponto de atenção na análise se refere ao grau de complexidade das atribuições de cada unidade a ser lotada, o que por sua vez deve se alinhar às competências-logo, ao nível de cada cargo/função - do pessoal a ser classificado na área. Concluída essa ponderação qualitativa, enfim, estima-se o impacto financeiro, positivo, esperado com a execução de cada projeto. A gestão de um projeto, o acompanhamento de sua execução e a análise dos resultados alcançados são fatores essenciais à qualidade do produto ou serviço cuja necessidade ensejou sua concepção. Esses fatores, por sua vez, são indissociáveis da qualificação e competência das pessoas responsáveis por cada etapa do processo. A SDR, desde a promulgação da Lei Complementar nº 1.079, de 17/12/2008, tem instituída junto aos seus servidores a política de Bonificação por Resultados - BR, fundamentada em um processo contínuo de busca por excelência no padrão dos serviços prestados ao Estado, mediante incentivo atrelado à remuneração de pessoal efetivamente comprometido com o desempenho da Secretaria, em suas mais variadas dimensões. Se tratando de uma política de pessoal, naturalmente, todo o processo relativo à BR conta com envolvimento transversal do DRH nas diversas etapas de cada ciclo, quais sejam: Comunicação institucional entre e intraunidades que terão seu desempenho aferido ao longo do período de avaliação, facilitando o fluxo de informação entre dirigentes e entre estes e seus subordinados; Desenvolvimento de indicadores de desempenho, alinhados às atribuições de cada unidade e adequados à composição e qualificação de suas equipes; Promoção e divulgação do processo junto aos servidores, de cujo desempenho depende o resultado da Secretaria, buscando sempre destacar a aderência entre o trabalho realizado no dia-a-dia e o bônus almejado ao fim do período avaliado; Acompanhamento contínuo da rotina funcional dos servidores que efetivamente exercem suas competências em prol do alcance das metas pré-estabelecidas pela SDR, responsáveis pelo padrão de qualidade de seus serviços. Observado o desenvolvimento, ao longo dos últimos anos, dessa política de bonificar por resultados os servidores de algumas Secretarias -entre estas, a SDR -, o Governo do Estado, ao promulgar a Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021, atualizou e expandiu essa política a todas as entidades da Administração Direta. Pela expertise acumulada desde a instituição da LC 1.079/2008, a SDR se mostrou bem adaptada às inovações promovidas pela LC 1.361/2021. Por meio da comissão designada para este fim, cujos trabalhos contam com liderança do DRH, a Secretaria desenvolveu indicadores de desempenho que abrangem todo o seu campo funcional, alinhados ao seu papel estratégico junto à Administração e às demais atribuições sob sua alçada. Na visão deste Departamento, os esforços realizados, em busca de um ambiente organizacional saudável, seguro e compensatório, propiciaram aos seus servidores melhores fundamentos para a superação de um quadro de variadas dificuldades acarretadas pelo período pandêmico e ainda sentidas por parcela relevante da população. Enquanto órgão diretamente responsável pela gestão de recursos humanos, embora tautológico, nos parece oportuno ressaltar que a qualidade de vida dos indivíduos se relaciona diretamente ao tipo de vínculo que os mesmos estabelecem com o trabalho. Sendo essa uma via de mão dupla, medidas de promoção contínua à qualidade de vida do servidor se refletem imediatamente em seu ambiente laboral. Proteger e valorizar pessoas as torna mais aptas e capacitadas em suas atividades do dia a dia. Como se não bastassem tais efeitos imediatos, medidas orientadas ao bem-estar e valorização do servidor ainda têm o desejável condão de consolidar ao longo do tempo uma mentalidade voltada à qualidade e excelência do serviço, seja pela retenção de talentos, seja pela atração de quadros novos, motivados e comprometidos com os objetivos da Administração. Um pessoal eficiente, qualificado e comprometido com o serviço público é o legado da atual gestão do Governo do Estado, conforme aqui detalhado, mais particularmente no âmbito da SDR. Esse quadro, aliado a um recente esforço, passado o período eleitoral, para organizar e otimizar todo o acervo documental da SDR, incluindo-se os assentos funcionais sob responsabilidade do DRH, para a equipe responsável pela transição entre o governo atual e o governo eleito, permitirá à nova gestão, ao nosso ver, manter o padrão de excelência reconhecido por todos que utilizam os serviços da SDR. Traz ainda como perspectiva novas possibilidades de avanço na qualidade geral, a partir da maturação de projetos e programas tais quais os brevemente descritos neste relatório.

SUBSECRETARIA DE *ASSUNTOS METROPOLITANOS* - Dentre as principais atividades desenvolvidas, a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos - SAM enviou, à Assembleia Legislativado Estado, o Projeto de Lei Complementar Estadual n.º 14, de 31/3/2022, desenvolvido através dos estudos técnicos com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, que prevê a organização e gestão regional do Estado com a revisão da Lei Complementar Estadual n.º 760 de 1/8/1994, criandonovas unidades regionais, além de um novo modelo de arranjo institucional de governança Inter federativa mediante a instalação de um Conselho de Desenvolvimento, deliberativo e normativo, integrado por representantes do estado, dos municípios e com a inclusão da sociedade civil; realizoucomo Secretaria Executiva as reuniões dos Conselhos de Desenvolvimento Regional; deu aporte e acompanhou a atuação das Agências de Desenvolvimento; implantou em parceria com a Fundação SEADE o projeto Indicadores Municipais para a Nova Regionalização e, em parceria com a FundaçãoInstituto de Pesquisas Econômicas e desenvolveu diversas atividades na realização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado nas Regiões Metropolitanas de Piracicaba, Jundiaí, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Litoral Norte, São José do Rio Preto e da Aglomeração Urbana de Franca, todos já finalizados. Em função da nova regionalização do Estado, foram levantadas as unidades regionais da administração direta e indireta distribuídas pelos municípios da nova configuração de Regiões Metropolitanas, Agrupamentos Urbanos e Regiões de Estado. Foram pesquisados também os principais atores da sociedade civil, tais como: associações comerciais, entidades de classe, órgãos federais etc. Esses dados permitirão a constituição dos Conselhos de Desenvolvimento das diversas Regiões recém-criadas. Os dados possibilitarão também uma análise da distribuição de órgãos e entidades pelas regiões identificando necessidades de realocação ou criação de novas unidades nas regiões. Isso porque Constituição Federal de 1988, em seu artigo 25, § terceiro, atribuiu aos Estadosa competência para a instituição de Unidades Regionais em seu território para organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum. A Constituição Paulista de 1989 assimilou este dispositivo e criou um capítulo específico sobre os objetivos, diretrizes e prioridades para a Organização Regional do território paulista, nos seus artigos 152 a 158, regulamentados pela Lei Complementar Estadual n.º 760 de 1/8/1994. Com o objetivo de atualizar a Lei Complementar Estadual n.º 760/1994, tendo em vista os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes dastransformações socioeconômicas e tecnológicas ocorridas nos últimos 27 anos após a sua edição, bemcomo o advento da Lei Federal n° 13.089 de 12/1/2015, denominada Estatuto da Metrópole, que regulamentou o artigo 25, §3 da Constituição Federal, a SAM propôs a criação de vinte e duas novasUnidades Regionais, completando assim a regionalização no território paulista com o objetivo de planejar todas as regiões conforme suas especificidades socioeconômicas ambientais e reduzir as desigualdades regionais no nosso Estado, otimizando a capacidade das infraestruturas instaladas no território. Foram realizadas 26 audiências públicas no processo de criação das seguintes novas unidades regionais: Regiões Metropolitanas de Jundiaí, Piracicaba e São José do Rio Preto; Agrupamentos Urbanos de Araçatuba, Bauru, Bragantino, Central, Grandes Lagos, Marília, Mogiana e Pontal do Paranapanema; e Regiões de Estado de Andradina, Assis, Avaré, Barretos, Botucatu, Catanduva, Itapeva, Jaú, Lins, Nova Alta Paulista, Ourinhos, Penápolis, São João da Boa Vista e Valedo Ribeira. Há que se destacar a inclusão da Sociedade Civil nos Conselhos de Desenvolvimento de caráter deliberativo e normativo, composto por representantes, titulares e respectivos suplentes de cada Município que integra a Unidade Regional; do Estado, nas funções públicas de interesse comum;e da Sociedade Civil, com atuação relevante nas funções públicas de interesse comum. Para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado, foram realizadas as seguintes audiências públicas:

Nº	DATA	LOCAL
1	11/01	REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA – SUB-REGIÃO DELIMEIRA
2	13/01	REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA – SUB-REGIÃO DE PIRACICABA
3	17/01	AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA – SUB-REGIÃO DEITUVERAVA
4	18/01	AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA – SUB-REGIÃO DE FRANCA
5	19/01	REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA – SUB-REGIÃO DE RIO CLARO
6	21/01	REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ
7	24/01	REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO – SUB-REGIÃO DE BATATAIS
8	26/01	REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO – SUB-REGIÃO DE JABOTICABAL
9	28/01	REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO – SUB-REGIÃO DE RIB PRETO
10	31/01	RM DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE – SUB-REGIÃO DE CRUZEIRO
11	01/02	RM DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE – SUB-REGIÃO DE GUARATINGUETÁ
12	02/02	RM DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE – SUB-REGIÃO DE TAUBATÉ
13	03/02	RM DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE – SUB-REGIÃO DE SÃOJ CAMPOS
14	04/02	RM DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE – SUB-REGIÃO DE CARAGUATATUBA
15	14/03	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – SUB-REGIÃO DECAMPINAS
16	16/03	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – SUB-REGIÃO DEAMERICANA
17	18/03	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – SUB-REGIÃO DEJAGUARIÚNA
18	21/03	REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA – SUB-REGIÃO DE ITÚ
19	22/03	REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA – SUB-REGIÃO DE TATUÍ
20	23/03	REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA – SUB-REGIÃO DESOROCABA
21	03/11	RM DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SUB-REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
22	03/11	RM DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SUB-REGIÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO
23	04/11	RM DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SUB-REGIÃO DE RIO PRETO

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

Ocorreram as seguintes reuniões de Câmaras Temáticas:

Nº	DATA	LOCAL
1	08/03	AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA
2	09/03	REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO
3	11/03	REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ
4	15/03	REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA
5	17/03	REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORALNORTE

Ocorreram as seguintes reuniões de Grupos Temáticos Setoriais:

Nº	DATA	LOCAL
1	23/03	REUNIÃO VIRTUAL DE TRANSPORTE METROPOLITANO
2	24/03	REUNIÃO VIRTUAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO ERECURSOS HÍDRICOS
3	28/03	REUNIÃO VIRTUAL DE MACROZONEAMENTO E HABITAÇÃO
4	29/03	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ocorreram as seguintes Oficinas Regionais:

Nº	DATA	LOCAL
1	06/10	RM DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SUB-REGIÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO
2	06/10	RM DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SUB-REGIÃO DE TANABI E NOVA GRANADA
3	07/10	RM DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SUB-REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

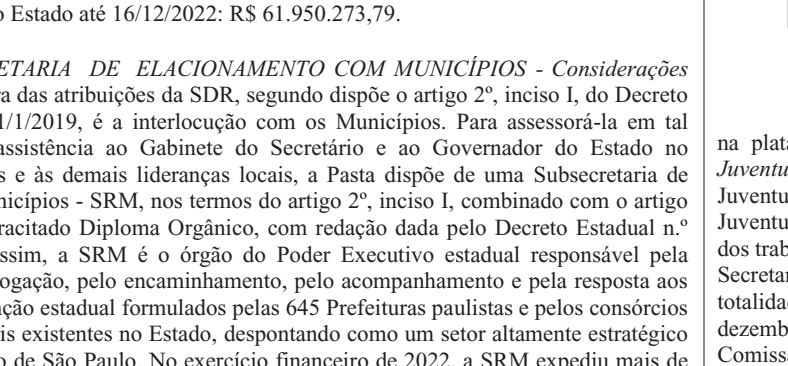
Ocorreram as seguintes reuniões dos Conselhos de Desenvolvimento:

Nº	DATA	LOCAL
1	28/04	REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA
2	21/06	REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA
3	02/09	REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
4	29/11	REGIÃO METROPOLITANA DE FRANCA
5	30/11	REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO
6	02/12	REGIÃO METROPOLITANA DO VALEI DO PARAÍBA E LITORAL NORTE
7	05/12	REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ RIO PRETO (prevista)
8	15/12	REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ (prevista)

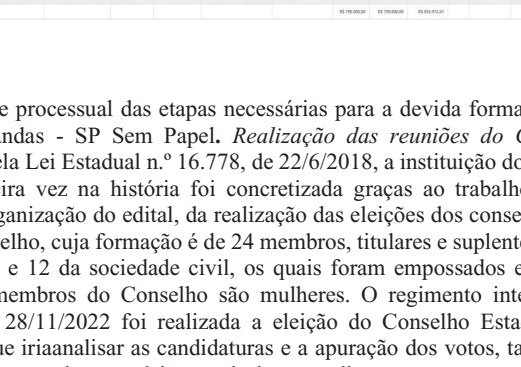
SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS **-** A Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais - SCM é responsável pelos assuntos relativos a convênios no âmbito da SDR orientando a elaboração e revisão dos instrumentos negociais, propondo alternativas para o permanente aprimoramento das atividades de responsabilidade dos Escritórios Regionais, viabilizando procedimentos para operacionalização, desenvolvimento e acompanhamento de convênios e realizando estudos estatísticos referentes aos ajustes formalizados no âmbito da SDR. Objetivando a execução de obras de infraestrutura urbana e aquisição de equipamentos, a SCM formalizou os seguintes convênios: Ação 4477 - Articulação Municipal, Consórcios e Parcerias com Municípios; *Fonte*: Demandas Parlamentares + SDR; Total de Convênios formalizados no ano, até 16/12: 3.286; Valor do Estado até 16/12/2022: R$ 3.112.988.590,05. Ação 2272 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares-LOA; Total de Convênios formalizados no ano até 16/12/2022: 291; Valor do Estado até 16/12/2022: R$ 61.950.273,79.

SUBSECRETARIA DE ELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS - Considerações preambulares **-** A primeira das atribuições da SDR, segundo dispõe o artigo 2º, inciso I, do Decreto Estadual n.º 64.063, de 1/1/2019, é a interlocução com os Municípios. Para assessorá-la em tal interlocução, prestando assistência ao Gabinete do Secretário e ao Governador do Estado no atendimento aos Prefeitos e às demais lideranças locais, a Pasta dispõe de uma Subsecretaria de Relacionamento com Municípios - SRM, nos termos do artigo 2º, inciso I, combinado com o artigo 22, incisos I e II, do supracitado Diploma Orgânico, com redação dada pelo Decreto Estadual n.º 64.178, de 11/4/2019. Assim, a SRM é o órgão do Poder Executivo estadual responsável pela protocolização, pela catalogação, pelo encaminhamento, pelo acompanhamento e pela resposta aos requerimentos de intervenção estadual formulados pelas 645 Prefeituras paulistas e pelos consórcios e entidades intermunicipais existentes no Estado, despontando como um setor altamente estratégico para o Governo do Estado de São Paulo. No exercício financeiro de 2022, a SRM expediu mais de 515 ofícios aos mais diversos agentes políticos e representantes da sociedade civil organizada, ora assegurando o acesso à informação de interesse público, sobre a qual dispõe o artigo 7º, *caput*, inciso VII, alínea a, da Lei Federal n.º 12.527, de 18/11/2011; ora requisitando a adoção de medidas complementares para a continuidade de procedimentos administrativos estaduais que envolvem ações em âmbito local. Neste período, o Subsecretário de Relacionamento com Municípios também realizou inúmeras audiências institucionais, tanto presencialmente quanto por conferência telefônica, para a interlocução do Estado com autoridades municipais e demais agentes que requerem intervenções estaduais em âmbito local, nesse contexto foram expedidas mais de 139 certidões de comparecimento a autoridades públicas. Para o cumprimento dos incisos II, alínea b, e III, alínea a, do artigo 22 do Decreto Estadual n.º 64.063, de 1/1/2019, a SRM produziu mais de 13.291 despachos, de fora integralmente virtual, dos quais 5.396 foram para o processamento dos requerimentos de intervenção estadual nas mais diversas regiões paulistas, em áreas-fim externas à SDR. Para o atendimento das demandas inerentes à SDR foram processados 7.895 despachos. Um dos bancos de dados mais importantes do Governo estadual é o Portal de Municípios, no qual são armazenados e constantemente atualizados os dados de contato institucional dos Chefes dos Poderes Executivos municipais e das primeiras-damas e as informações partidárias, bem como dos membros de todas as Edilidades do Estado de São Paulo. Os 645 Municípios paulistas foram contemplados, pela SRM, no Portal dos Municípios. Possibilitando a adoção de múltiplas abordagens e recortes para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional pelo Poder Executivo estadual, foram registrados, no Módulo de Solicitações do Sistema de Autorizações Governamentais, banco de dados dos pedidos formulados pelos Poderes Executivos municipais e pelos Poderes Legislativos das três esferas federativas, mais de 5.100.

SUBSECRETARIA DA JUVENTUDE - Inauguração da Casa da Juventude no município de Barretos **-** Em 10/6/2022 foi inauguradaa primeira Casa da Juventude do Estado de São Paulo, no município de Barretos, com a presença doGovernador, do Secretário de Desenvolvimento Regional, do Secretário de Governo, do Secretário da Cultura, do Subsecretário da Juventude e da Prefeita. A Casa da Juventude inaugurada oferece aosjovens de Barretos um espaço privilegiado para atividades e cursos de empreendedorismo, capacitação profissional e de economia criativa de forma totalmente gratuita.



Casa da Juventude de Barretos no dia da inauguração – 10/06/2022



Realização dos primeiros Seminários Regionais da Juventude em Cooperação Estado-Município nas Políticas Públicas para a juventude e enfrentamento da pandemia. No mês de março, a Subsecretaria da Juventude, em parceria com municípios em rede, percorreu as regiões de Araçatuba, Sorocaba-Boituva, Ribeirão Preto, Baixada Santista e Vale do Paraíba-Campos do Jordão, para discutir e debater com os jovens das regiões do Estado políticas públicas e o desafio do enfrentamento da pandemia por parte do governo do Estado de São Paulo e da Subsecretaria da Juventude em cursos que ofereceram certificados emitidos pela Fesp. Tais cursos foram de suma importância para prestar contas aos jovens das regiões do Estado, dos trabalhos e programas desenvolvidos, bem como ouvir as demandas locais de cada região.

*Acompanhamento e execução administrativa no âmbito da plataforma SP Sem Papel - demandas dos processos para a formalização dos Convênios das 60 Casas da Juventude celebrados.*Execução das análises administrativa, orçamentária e licitatória dos 60 processos que visaram a celebração dos convênios para a construção da Casa da Juventude.



Análise processual das etapas necessárias para a devida formalização dos convênios na plataforma Demandas - SP Sem Papel**.** *Realização das reuniões do Conselho Estadual da Juventude.*Prevista pela Lei Estadual n.º 16.778, de 22/6/2018, a instituição do Conselho Estadual de Juventude pela primeira vez na história foi concretizada graças ao trabalho da Subsecretaria da Juventude, desdea organização do edital, da realização das eleições dos conselheiros, e da condução dos trabalhos doConselho, cuja formação é de 24 membros, titulares e suplentes, sendo 12 ligados às Secretarias Estaduais e 12 da sociedade civil, os quais foram empossados em 9/11/2020. Em sua totalidade 30% dos membros do Conselho são mulheres. O regimento interno foi aprovado em dezembro/2020. Em 28/11/2022 foi realizada a eleição do Conselho Estadual da Juventude. A Comissão eleitoral que iriaanalisar as candidaturas e a apuração dos votos, tal como, o formato das eleições fora composta pelo secretário geral do conselho, por um membro da Secretaria de Desenvolvimento Regional, dois membros do conselho nacional da juventude, uma vez que tinham notoriedade na área e também doismembros do então conselho de juventude, um deles representando o governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Saúde, e outro membro do conselho, representando a sociedade civil.

- Grupo I:

Nome	Categoria	Entidade	Status	Votos
LUCCA GIDRA OYAGAWA	Educação e movimento estudantil	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES)	**TITULAR**	1224
DAVI ABREU DOS SANTOS	Educação e movimento estudantil	Movimento Mapa Educação	SUPLENTE	248
LUCYCLEIDE ANA DA SILVA	Saúde e qualidade de vida	ABRASME - Associação brasileira de saúde mental	**TITULAR**	567
ANDRIELLY RITA DO CARMO SANTOS	Trabalho, emprego e geração de renda	AAVV - Associação Amigos da Vila Valença	**TITULAR**	465
TAYNÁ WINE RODRIGUES REIS	Trabalho, emprego e geração de renda	União Estadual dos Estudantes de São Paulo	SUPLENTE	267
LUIZ EDUARDO FILIZZOLA D'URSO	Meio Ambiente	Rotaract Club Universidade Mackenzie	**TITULAR**	161
GIOVANNA MARQUES REZENDE	Diversidade religiosa, racial, étnica, sexual e de gênero	Assembleia de Deus Vitoria em Cristo	**TITULAR**	151
DIEGO DAL ROVERE MORENO	Diversidade religiosa, racial, étnica, sexual e de gênero	Igreja do Evangelho Quadrangular	SUPLENTE	116
ANTONIO GUSTAVO DA SILVA DALLASTA	Cultura	ASSOMARY – Associação de Moradores do Mary Dota	**TITULAR**	47

- Grupo II:

Nome	Entidade	Status	Votos
CAIO CARVALHO DE MATOS	Juventude em Rede (JREDE)	**TITULAR**	739
MARTHA GAUDÊNCIO DA SILVA	JPT SP - Juventude do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo	**TITULAR**	676
JULIA SILVA GOMES	UNEAfro Brasil	**TITULAR**	648
LUCAS CORREIA RODRIGUES	Ordem Demolay - Grande Conselho Estadual da Ordem Demolay do Estado de São Paulo	**TITULAR**	414
MARCOS PAULO GONÇALVES CASSIANO DA CUNHA	JSB - Juventude Socialista Brasileira (PSB)	SUPLENTE	382
VINICIUS APARECIDO LEÃO ARAÚJO	JPSDB - Juventude do PSDB do Estado de São Paulo	SUPLENTE	366
MATHEUS ELY ARRUDA	Partido Social Democrático - São José dos Campos - SP - Municipal	SUPLENTE	327
WENDEL RODRIGUES VIEIRA	Batalha da Arena (Batalha de Rima)	SUPLENTE	255

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33



Desenvolvimento Regional

Votos por Candidato - Grupo II

Ordem	Nome	Entidade	Votos
1	CAIO CARVALHO DE MATOS	JUVENTUDE EM REDE (JREDE)	739
2	MARTHA GAUDÊNCIO DA SILVA	JPT SP - JUVENTUDE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO	676
3	JULIA SILVA GOMES	UNEAFRO BRASIL	648
4	LUCAS CORREIA RODRIGUES	ORDEM DEMOLAY - GRANDE CONSELHO ESTADUAL DA ORDEM DEMOLAY DO ESTADO DE SAO PAULO	414
5	MARCOS PAULO GONÇALVES CASSIANO DA CUNHA	JSB - JUVENTUDE SOCIALISTA BRASILEIRA (PSB)	382
6	VINICIUS APARECIDO LEÃO ARAÚJO	JUVENTUDE DO PSDB DO ESTADO DE SÃO PAULO	366
7	MATHEUS ELY ARRUDA	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP - MUNICIPAL	327
8	WENDEL RODRIGUES VIEIRA	BATALHA DA ARENA (BATALHA DE RIMA)	255
9	CAMILLE CRISTINA DA SILVA	MAABI - MOVIMENTO ALVARISTA AFROBRASILEIRO INDIGENA	238
10	ISAAC SANTOS DOS SANTOS	MOVIMENTO INOVE PG E PARLAMENTO JOVEM DE PRAIA GRANDE	200
11	MAYARA OLIVEIRA TORRES DA SILVA	MOVIMENTO ACREDITO E DIREITO NOSSO	182
12	JOÃO PABLO ALVES SOARES	DIREÇÃO CENTRAL ACADÊMICA (GRÊMIO ESTUDANTIL)	162
13	GABRIEL CARAMEZ	PODEMOS JOVEM ITAPEVI	153
14	GUSTAVO CIPULLO NESTERUK MOREIRA	JPSDB - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	136
15	MARCOS VINICIOS PEREIRA	CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDES DE LORENA	108
16	VICTOR MATTOS DUARTE	COMJUVE - CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ILHA COMPRIDA SP	45

Pág. 1 de 1

Tabela representando a votação e os eleitos nas eleições para o conselho no dia 28 denovembro.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, estabelece que a Assistência Social é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Sua especificidade está integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais - LOAS, 1993. A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - SEDS tem como objetivo principal assegurar e promover os direitos sociais dos cidadãos abrangidos por lei. A efetivação do objetivo é feita via formulação, coordenação, implementação, monitoramento e avaliação da política socioassistencial de forma direta, bem como a realização de convênios e parcerias com municípios, União e organizações da sociedade civil para a execução de políticas de assistência e desenvolvimento social, tais como a serviços de proteção social básica e especial e programas de transferência e geração de renda. É também atribuição da SEDS parte da política de segurança alimentar e nutricional e da política de prevenção e enfrentamento do uso de drogas ou entorpecentes, por meio da interlocução e integração com o público-alvo da política de assistência social. Este relatório reunirá os programas e ações desenvolvidos pela SEDS ao longo do ano.

Política de assistência *social e ações de desenvolvimento social* - Proteção Social Básica: A Proteção Social Básica - PSB, objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação-ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social-discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. Há 1.184 Centros de Referência da AssistênciaSocial-CRAS no estado de São Paulo, distribuídos em 645 municípios. No total são 7.021 serviços que compõem a rede socioassistencial da Proteção Social Básica do Estado em 3.526 locais de execução. As executoras desenvolvem serviços de caráter preventivo e proativo e têm capacidade de atendimento de 1,151 milhão de usuários entre famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, pelo sistema Fundo a Fundo, do Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS para os Fundos Municipais de Assistência Social-FMAS, conforme a Lei Estadual nº 13.242/2008 e Decreto Estadual nº64.728/2019. Em 2021, o Governo do Estado de São Paulo cofinanciou 2.206 serviços de Proteção Social Básica em 620 municípios paulistas, de acordo com o sistema de Planos Municipais de Assistência Social - WEB-PMASweb 2022. Ampliação da rede de CRAS - Centros de Referência de Assistência Social do Estado: Apoio técnico e financeiro para implantação de CRAS, Equipe Volante e CRAS Itinerante, visando expandir a rede socioassistencial e garantir cobertura nos territórios. Foram contemplados 18 municípios com recursos para custeio e investimento no valorde 150.000,00. A Resolução SEDS nº 33/2021 que garantiu o repasse de recursos adicionais para essa finalidade foi atualizada em 05/05/2022 pela Resolução SEDS nº 26. Encontros sobre o PAIF e SCFV: A equipe da Proteção Social Básica da SEDS realizou Encontros de Apoio Técnico com foco nas ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Ser. Os encontros foram realizados de forma presencial, organizados pela Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social-DRADS, com a participação de 1.800 profissionais da rede socioassistencial em 14 DRADS. No âmbito do PAIF a ação da equipe focou no Trabalho Social com Famílias a partir das expressões da desigualdade social; vínculo e dimensão relacional no TSF; conceitos de família familismo; comunicação e imaginário social; identidade do SUAS no território, atuação profissional na dimensão coletiva do TSF. Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foi proposta uma reflexão sobreos objetivos da assistência social alinhada a um entendimento do que é proteção, convívio efortalecimento de vínculos, sobre como as ofertas do SCFV, sua metodologia e organização em grupos, dialogam com o contexto de desigualdade do país e com as atuais expressões culturais e manifestações das crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas dos territórios, a fim de gerar vínculos protetivos e a transformação social, chamando especial atenção para o perfil prioritário de usuários. Apoio Técnico - Regulamentação de Benefícios Eventuais e articulação aos Serviços Socioassistenciais: Participação em encontros regionais organizados pelas Diretorias de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, em parceria com a Coordenadoria de DesenvolvimentoSocial - CDS, com o objetivo de prestar apoio técnico aos municípios para a oferta integrada de benefícios eventuais e serviços socioassistenciais. Foram realizados encontros nas DRADS Alta Noroeste, Mogiana, Itapeva, Bauru, Sorocaba, São João da Boa Vista, GDE SP Oeste e Campinas, com a presença de 600 profissionais. 1º Seminário Regional de Políticas para Promoção da Igualdade Racial do Vale do Ribeira- Projeto Cidades Antirracistas: Equipe de Proteção Social Básica participou do seminário organizado pelo município de Jacupiranga, por meio do Departamento de Desenvolvimento e Assistência Social, em parceria com o Ministério Público de São Paulo. Apresentou o conjunto de ofertas do Sistema Único da Assistência Social- SUAS, com foco nos CRAS e nos serviços da Proteção Básica, abordando os desafios para o atendimento culturalmente adequado dos povos e comunidades tradicionais, para garantir o acesso a direitos e à proteção social. Encontro do Grupo de Estudo e Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS - GECCATS: A equipe de Proteção Social Básica participou do percurso formativo do Trabalho Social com Famílias, no qual realizou ação formativa com foco no planejamento de ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV e Serviço de Proteção Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas. Participaram 180 profissionais dos municípios de abrangência da DRADS Franca, em uma programação elaborada em conjunto com a comissão organizadora.Encontro Regional de Apoio Técnico - Serviço de Proteção Básica no Domicílio e Serviço de Proteção Especial para Pessoas com deficiência, idosos e suas famílias: Ação formativa de apoio técnico organizada pela DRADS Campinas para os municípios de abrangência, com a presença de 160 profissionais da rede socioassistencial. As equipes de Proteção Básica e Proteção Especial abordaram o tema do cuidado e da dependência nos serviços do SUAS, com foco na desigualdade de gênero no acesso e oferta a cuidados de longa duração, interface com a política de Saúde e regulamentação estadual do Centro Dia para Idosos. Capacitação sobre Violência contra à Pessoa Idosa: Ação formativa presencial organizada pelo Grupo de Estudos do Sistema Único da Assistência Social-GESUAS e DRADS Barretos para 100 profissionais da rede socioassistencial dos municípios de abrangência. Apresentação da atual cena demográfica de acelerado envelhecimento populacional em contexto de desigualdade socioeconômica, tipos e causas da violência contra pessoas idosas, estigmas sobre a velhice, atuação preventiva no trabalho social compessoas idosas e suas famílias nos Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Convivência do Idoso. Programa Criança Feliz - Primeira Infância no SUAS: A Resolução CNASnº 19, de 24/11/2016 institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social- SUAS. O Programa Criança Feliz-PCF foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5/10/2016, como parte da implementação do Marco Legal da Primeira Infância. Em todo território nacional, oCriança Feliz acumula 71,2 milhões de visitas domiciliares desde 2017, 14 milhões delas em 2022. Nesse percurso, 1,5 milhão de famílias foram acompanhadas, com um total de 1,4 milhão de crianças e 374 mil gestantes. No Estado de São Paulo, a meta pactuada é de 48.850 considerando os 220 municípios aderidos ao Programa por meio de Termo de Aceite e Compromisso. Atualmente o Programa atende 21.587 crianças e 1.530 gestantes num total de 21.732 famílias visitadas e 80.742 visitas realizadas. O saldo financeiro no exercício de 2022 é de R$ 689.073,94, com reserva para contratação de instituição especializada em capacitação e formação de agentes públicos no valor de R$ 549.858,36 e saldo restante de R$ 139.215,58 que será reprogramado para o ano seguinte. As principais ações realizadas pelo Programa Criança Feliz/ Primeira infância no SUAS além de orientações e apoio técnico contínuos aos municípios compreendem as ofertas de capacitações presenciais na metodologia do programa, sendo realizadas 6 turmas presenciais num total de 213 profissionais capacitados nos municípios. Proteção Social Especial de Média Complexidade: O Estado de São Paulo encerrou o ano de 2022 com o total de 313 Centros de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos-PAEFI com o objetivo de apoiar, orientar e acompanhar indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. O PAEFI teve atendimento mensal médio de 48.613 usuários. Há, ainda, 58 unidades do Centro de Referência à População em Situação de Rua - Centro Pop, com oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que tem a finalidade de oferecer atendimento e acompanhamento especializado, com atividades direcionadas para fortalecimento de vínculos sociais e/ou familiares, organização coletiva, mobilização e participação social, assim como a construção de novos projetos de vida para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. O Serviço de Abordagem Social conta com 214 serviços e atendimento mensal de 36.577 usuários. Os 723 Serviços de Medidas Socioeducativas - Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida - MSE PSC/LA tem média mensal de atendimento de 17.619 adolescentes em conflito com a lei. O Estado conta com 796 Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, que atendem indivíduos e/ou famílias com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violação de direitos. Proteção Social Especial de Alta Complexidade: No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade se encontram os serviços ofertados a indivíduos e/ou famílias com vínculos familiares rompidos ou bastante fragilizados, com vistas à proteção integral, ao restabelecimento de vínculos, à convivência comunitária, ao acesso a direitos eao desenvolvimento para a autonomia. De acordo com os dados do sistema PMASweb, são ofertados 2.141 serviços de acolhimento institucional, com capacidade mensal de atendimento 84.080 vagas, sendo: Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - 49; Serviço de Acolhimentoem República - 75; SAI Abrigo Institucional - 1455; SAI Casa de Passagem - 124; SAI Casa Lar - 179; SAI Residência Inclusiva - 107; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - 124; Serviço Não Tipificado - 28. Os serviços de alta complexidade são executados na Rede Direta - 435 serviços e na Rede Indireta - 1708 serviços e distribuídos conforme o porte dos municípios: Pequeno I - 492 serviços; Pequeno II - 346 serviços; Médio - 248 serviços; Grande - 696 serviços; Metrópoles - 362 - serviços. Principais ações realizadas na área de Proteção Social Especial - Capacitação: Realizou-se capacitação sobre os temas: Sistema MSEweb -6 encontros virtuais; Atendimento de mulheres em situação de violência - São Carlos, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Descalvado, Bertioga, Peruíbe, Cubatão, Praia Grande, Guarujá, Santos, Itanhaém, São Vicente e Mongaguá; CREAS/PAEFI - Aguaí, Mogi Guaçu, Águas da Prata,Mogi-Mirim, Caconde, Santa Cruz das Palmeiras, Casa Branca, Santo Antônio do Jardim, Divinolândia, São João da Boa Vista, Espírito Santo do Pinhal, São José do Rio Pardo, Estiva Gerbi, São Sebastião da Grama, Itapira, Tambaú, Itobi, Tapiratiba, Mococa e Vargem Grande do Sul; O trabalho social em Residências Inclusivas - Adamantina. Supervisão/Apoio Técnico: Ofertou-se apoio técnico às DRADS sobre: Chamamento público para Serviço de República para migrantes e refugiados-DRADS Capital; Nota Técnica - Baixas Temperaturas; Norma Operacional Centro Pop - inclusão produtiva; Reordenamento de Abrigos - Jaci e Avaré; MSEWeb - revisão do formulário do adolescente - NUASU e Municípios; Recomposição de custeio dos serviços estadualizados. Expansão da Rede de Serviços de Alta Complexidade: Realizou-se o repasse de recursos estaduais para

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

implantação de: SAI Mulheres em Situação de Violência - 12 serviços municipais e regionais - Adamantina, Américo Brasiliense, Bady Bassit, Barretos, Bebedouro, Bertioga, Borborema, Cabreúva, Catanduva, Colina, Cotia, Cubatão, Dracena, Fernando Prestes, Ferraz de Vasconcelos, Guaíra, Guararema, Ibaté, Ibitinga, Itanhaém, Itapeva, Itapevi, Itaquaquecetuba, Itupeva, Jacareí, Jandira, Jarinu, Louveira, Lucélia, Matão, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Monte Azul Paulista, Olímpia, Osasco, Osvaldo Cruz, Panorama, Peruíbe, Poá, Porto Ferreira, Praia Grande, Rincão, Santa Rita do Passa Quatro, Santana do Paranaíba, São Manuel, São Vicente, Taquaritinga, Vargem Grande Paulista, Vinhedo e Viradouro; República Jovem - 16 serviços municipais e regionais - Araras, Arujá, Bauru, Campo Limpo, Carapicuíba, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Limeira, Marília, Mogi das Cruzes, Poá, Praia Grande, Rio Claro, Santa Isabel, Santo André, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São Vicente e Suzano; Residência Inclusiva Estadualizada - 1 serviço em São José do Rio e 1 serviço em Avaré; Residência Inclusiva - 25 serviços municipais e regionais - Adamantina, Alto Alegre, Americana, Andradina, Araras, Avanhandava, Barbosa, Barra Bonita, Bebedouro, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Braúna, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Ferraz de Vasconcelos, Franca, Francisco Morato, Franco da Rocha, Glicério, Guararema, Ibitinga, Igaraçu do Tiete, Itápolis, Jaú, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Lorena, Luziânia, Mairiporã, Matão, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Pederneiras, Penápolis, Piedade, Piracaia, Piracicaba, Poá, Porto Ferreira, Salto, Santa Isabel, Santa Rita do Passa Quatro, São João da Boa Vista, São Joaquimda Barra, Sorocaba e Taquaritinga; Defesa de Direitos: O terceiro eixo da política de Assistência Social é a Defesa de Direitos com estratégias para o exercício pleno da cidadania dos usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras, conselheiros e conselheiras e a sociedade em geral. Para ampliar o escopo de atuação das áreas técnicas e estratégia de educação permanente, a Coordenadoria de Ação Social - CAS realizou entre fevereiro e dezembro a atividade denominada como Parada Técnica. Este é um espaço de atualização e qualificação integradas das equipes da CAS com temáticas a serem tratadas de forma integrada e complementar das equipes de proteção social, vigilância socioassistencial. Também acompanhou esse processo as equipes técnicas de supervisão e avaliação, convênio e administrativo da Drads Capital. Os encontros ocorrem nas primeiras sextas-feiras de cada mês e os responsáveis são os servidores da área que definem um assunto pertinente para todos os demais. As temáticas tratadas: Pandemia da Covid-19: agravamento das condições de trabalho e renda no Brasil; Necropolítica, resistência e direito à Cidade; Estigma interfere nas nossas relações de trabalho e na abordagem e atendimento dos serviços socioassistenciais; A construção social do adolescente em conflito com a lei; Masculinidades; Um olhar de gênero: o SUAS e as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica; e Atendimento Intersecretarial e institucional aos imigrantes e refugiados. ACoordenadoria de Ação Social - CAS representa a SEDS em vários espaços de defesa de direitos como: Secretaria de Administração Penitenciária: Conselho da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel de Amparo ao Preso - FUNAP; Secretaria de Justiça e Cidadania: Conselho Gestor do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM; Conselho da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa; Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a Mulher; Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE; Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Conselho Estadual LGBT; Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas; Comissão Estadual para erradicação do trabalho escravo; Comitê Estadual para Refugiados; Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Sorocaba, Marília, São João da Boa Vista, Santos, Campinas, Guarulhos, São José do Rio Preto, São Sebastião, Registro, RibeirãoPreto, São José dos Campos, Presidente Prudente, Araraquara e Bauru; Conselho da Condição Feminina; Secretaria da Pessoa com Deficiência: Comissão de Acompanhamento do Programa de Prevenção e Violência contra Pessoas com Deficiência; GT Pessoa com Deficiência; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS: Comissão Municipal deEnfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes - CMESCA; Comitê Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDS: Comissão de Monitoramento e Avaliação das Emendas Parlamentares; GT Acolhimento de Imigrantes e Refugiados; Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente; Outros: Conselho de DesenvolvimentoMetropolitano da Baixada Santista - CONDESB; Câmara Técnica do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Assistência Social - FONSEAS; Série Dialogando: De março a junho a CAS promoveu debates sobre temáticas específicas na área de Assistência Social. Este projeto visa possibilitar a democratização da informação e o aprimoramento do conhecimento científico etécnico que devem ser compartilhados com outros atores, sempre na perspectiva da intersetorialidade. Com contribuições da academia e experiências diversas esse espaço contribui para a qualificação dos serviços socioassistenciais. Realizado em parceria com a EDESP foram promovidos 18 encontros on-line abertos ao público, com os seguintes temas: 3/3 – A Transversalidade de Políticas Públicas de Gênero dentro da Assistência Social com a participação de 200 participantes; 24/3 - Positividade Tóxica e os impactos nos serviços públicos da Assistência Social com a participação de 729 participantes; 27/4 - Emergências e Calamidades no SUAS com a participação de 579 participantes; 23/6 - Vigilância Socioassistencial - Função Essencial da Assistência Social em junho, que contou com a participação de quase 400 pessoas entre técnicos municipais e estaduais, e gestores e técnicos municipais. Gestão do SUAS: O Grupo Estadual de Gestão do Sistema Único de Assistência Social-GESUAS tem como objetivo o acompanhamento e avaliação da gestão do SUAS, como também participar do estabelecimento de normas, propondo instrumentos de regulamentação da Política Estadual de Assistência Social de acordo com o Decreto Estadual nº 57.819/2012. O GESUAS orienta as ações de vigilância socioassistencial no território estadual, acompanha e monitora o preenchimento dos sistemas de registro de informações sobre a execução das ações socioassistenciais municipais e estaduais. Apoia e orienta as equipes da SEDS sobre os indicadores de execução dos serviços socioassistenciais e sobre os padrões epresença de vulnerabilidades, riscos, violações de direitos e demandas socioassistenciais existentes nos territórios. No ano. este grupo teve como principais atividades: Gestão, desenvolvimento,aprimoramento e manutenção de sistemas de registro de informações sobre o SUAS no estado de São Paulo. PMASweb - Sistema de Planos Municipais de Assistência Social: principal ferramentado Estado de São Paulo para inserção e extração de informações sobre a política de assistência social, engloba o financiamento, serviços de proteção social, benefícios socioassistenciais, ações de vigilância socioassistencial e programas existentes nos municípios paulistas, assim como das unidades prestadoras dos serviços, órgãos gestores e Conselhos Municipais de Assistência Social. OPMASweb disponibiliza para técnicos, gestores e conselheiros municipais e estaduais acesso às informações sobre o Sistema Único de Assistência Social-SUAS, subsidiando a gestão do SUAS e avigilância socioassistencial. Esta ferramenta é a base para o repasse de recursos de cofinanciamentoestadual via Fundo a Fundo, assim como auxilia seu controle e a prestação de contas. Neste ano foram incluídos novos funcionalidades trazendo avanços importantes no sistema, tornando-se um valioso instrumento de planejamento, gestão e análise da oferta socioassistencial nos municípios e regiões do Estado de São Paulo. Ações e atividades em relação ao Gestão do Sistema PMAS web: Disponibilização da ferramenta PMASweb e apoio técnico para os municípios paulistas registrarem dados e informações sobre os serviços, programas, benefícios e projetos socioassistenciais, órgãos gestores e conselhos municipais de assistência social e outros conselhos. Apoio técnico e suporte às DRADS sobre: Preenchimento da Reprogramação de Saldo 2021; Preenchimento da prestação de contas 2021 - PMAS 2022; Atualizações da oferta socioassistencial; inserção das informações sobrea execução do SUAS em 2023; Abertura do sistema PMASweb durante o ano para inserção de informações de novos cofinanciamentos estaduais: atendimento emergencial para população de rua durante as Frentes Frias; Benefícios Eventuais; Programa Prospera Família; Emendas e Demandas Parlamentares; Projeto de Fortalecimento do CadÚnico; Cofinanciamento de Serviços de Acolhimento Institucional, Implantação de CRAS; Vigilância Socioassistencial; Acompanhamento do processo de desenvolvimento do PMASweb versão 2023 junto à Diretoria de Normatização e Informática-DNI da SEDS com a realização de testes, a identificação de erros e sugestões de aprimoramento do sistema. Sistema de Registro de informações - Serviço de Medida Socioeducativa em meio aberto - MSEweb: O sistema está em funcionamento, com a inclusão de informações ao longo do ano. Foram realizadas atividades constantes de apoio técnico e gestão de senhas para acesso ao sistema. Em articulação com o DNI e PRODESP realizamos ações para identificação de erros, correções das informações cadastradas e falhas no sistema e desenvolvimento do projeto MSE - versão 2022. Sistema Integrado de Gestão do SUAS - SIGSUAS: O SigSUAS é uma ferramenta para apoio técnico à gestão do Sistema Único de Assistência Social. Realiza registros de informações que subsidiam o acompanhamento, supervisãoe monitoramento do SUAS. Possibilita organizar os procedimentos e o fluxo de ações integradas para superação de situações inadequadas, conforme padrões estabelecidos pelas normativas vigentes. O GESUAS coordenou o desenvolvimento dos conteúdos dos módulos II - Registro da Execução da Rede SUAS Municipal e Supervisão Técnica do Estado; Módulo III - Gestão dos Serviços Estadualizados; Módulo IV - Prestação de Contas - Sistema de Transferência Fundo a Fundo. Como produto final deste processo foi elaborado Termo de Referência para contratação de serviços de tecnologia da informação para o desenvolvimento do sistema digital dos Módulos II, III e IV. A equipe do GESUAS também ofertou apoio técnico às DRADS, CIB e demais setores da SEDS para acesso e utilização do SIGSUAS Módulo I - Planos de providência e de apoio. Vigilância Socioassistencial: O GESUAS coordena as ações de vigilância socioassistencial nagestão estadual e orienta as ações de vigilância socioassistencial das gestões municipais. A Vigilância Socioassistencial tem como objeto os territórios e as situações de vulnerabilidades,riscos, violações de direitos. O GESUAS participou de pesquisas e estudos realizados sobre a presença de situações de desproteção social para apoiar a expansão de serviços socioassistenciais para mulheres em situação de violência, população em situação de rua, pessoas com deficiência, como também sobre o padrão de serviços para pessoas idosas, demanda para serviços de república para jovens, organização da vigilância socioassistencial nos municípios. Pesquisas realizadas: Pessoas com deficiência e demanda por serviços socioassistenciais; Unidades CCI e CDI - Funcionamento e ofertas socioassistenciais existentes; Matriz de Indicadores para definição dos municípios para o programa Frentes Frias; Demanda por serviços de proteção social para mulheres em situação de violência; Custo dos serviços socioassistenciais de alta complexidade; Custo do Recursos Humanos - Vigilância socioassistencial; Vigilância Socioassistencial nos municípios paulistas; Elaboração de Relatório final da Pesquisa PETI - Ações Municipais para erradicação do Trabalho infantil. Informações sobre a Rede SUAS no Estado de São Paulo: As informações são disponibilizadas por meio da plataforma PMASweb, no qual é possível extrair relatórios com informações dos Planos Municipais de Assistência Social dos 645 municípios paulistas. Essas permitem análises sobre o padrão da oferta, possibilitando monitorar e analisar a oferta socioassistencial no estado. Contribuem na elaboração de análises e diagnósticos socioassistenciais locais, regionais e estaduais. O GESUAS anualmente realiza a organização dos dados e os disponibiliza para os diversos setores da SEDS. Durante o ano foram extraídas do PMASweb informações sobre a rede socioassistencial para subsidiar diversos setores da SEDS, como a Coordenadoria de Ação Social - CAS, Coordenadoria de Desenvolvimento Social - CDS, Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE, Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios - CAFC e o CONSEAS/SP. Apoio técnico às DRADS: As Diretorias Regionais da Assistência e Desenvolvimento Social são instâncias descentralizadas da SEDS distribuídas em 26 regionais por todo o Estado. O apoio técnico para as DRADS se efetiva tanto administrativamente, como financeiramente e no âmbito de formação. Foram realizadas reuniões na SEDS, com as seguintes temáticas: Oficina sobre diagnóstico socioterritorial e Encontro sobre como organizar a Vigilância nos municípios de pequeno porte I e II; Projeto de Fortalecimento da Vigilância Socioassistencial nos municípios de pequeno porte I e II; Considerando o eixo Ações de Vigilância Socioassistencial previsto no PEAS 2020-2023, com a ação Instrumentalizar com orientação e apoio técnico os municípios para o uso das ferramentas e métodos da Vigilância Socioassistencial o GESUAS desenvolveu o Projeto com o objetivo de ofertar apoio técnico e financeiro aos municípios paulistas de pequeno porte I e II para ampliação da cobertura de municípios queexecutam ações de Vigilância Socioassistencial. Em reunião de apoio técnico realizada com a Diretorias Regionais a questão de ausência de recursos humanos responsáveis por realizar ações de vigilância socioassistencial aparece como principal dificuldade para as gestões municipais emrelação a vigilância socioassistencial. Essa ausência não permite a oferta de capacitações de forma a instrumentalizar as equipes técnicas dos municípios para o uso das ferramentas e métodos da Vigilância Socioassistencial. Ao todo serão beneficiados 78 municípios de Pequeno Porte I e II para implementação e qualificação de equipe técnica responsável por realizar a vigilância socioassistencial nos municípios. Os recursos financeiros repassados serão destinados ao aprimoramento da gestão, cofinanciando a área de Vigilância Socioassistencial. Apoio técnico para acesso aos sistemas federais - aplicativos da Rede SUAS: O Grupo Estadual de Gestão do SUAS é responsável pelo acompanhamento e orientação sobre acesso aos aplicativos e preenchimento de informações na Rede SUAS. A operacionalização se dá através da gestão estadual das senhas deacesso aos aplicativos da Rede SUAS para todos os técnicos estaduais e quando necessário para gestores municipais. Realiza a coleta e registro de informações no âmbito do Estado de São Paulo referente ao Plano de Ação, Demonstrativo de Execução Físico-Financeira e Censo SUAS - questionário sobre a gestão estadual, sobre o Fundo Estadual de Assistência Social, Serviços de Acolhimento Institucional - rede estadualizada e encaminha cronograma e material técnico de apoio ao CONSEAS/SP. Gestão financeira dos recursos FEAS: Apoio técnico sobre o processo de prestação de contas do exercício 2021 a partir das diretrizes do Tribunal de Contas do Estado deSão Paulo. Realizamos encontros com o COEGEMAS e com a Diretorias Regionais sobre aInstrução Normativa 01/2020 e suas atualizações. Produção de orientação técnica para subsidiar as DRADS no processo de prestação de contas. Monitoramento do Artigo 30 da LOAS: ApoioTécnico referente ao no artigo 30 da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, no que envolve a efetiva institucionalização e funcionamento de Conselhos Municipais, Fundos Municipais e Planos Municipais de Assistência Social aos municípios que se encontram em situação de averiguação em relação ao cumprimento no disposto na LOAS, condições necessárias para os repasses de recursos e cofinanciamento das políticas de assistência social. Supervisão de Equipamentos Sociais: O Grupo de Supervisão de Equipamentos Sociais e Centro de Vistoria de Obras, em linhas gerais atua no Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de todas as atividades que contemplem a execução de obras e serviços em geral, dentro da área de atuação da Arquitetura e Engenharia. Ações realizadas: Desenvolvimento de projeto arquitetônico do programa CLA - Centro de longevidade ativa para a Coordenadoria de Desenvolvimento Social; Pesquisa, avaliação e estudo de layout de aproximadamente 4 imóveis para possível mudança de imóveis que abrigam as Drads – Diretoria Regional; Desenvolvimento e execução de 07 Layouts, visando ás adequações dos espaços físicos, ambientes, núcleos de trabalho e setores para acomodação funcional desta Secretaria; Realização deorientação técnica, direcionada ás Diretorias Regionais, referente á documentação técnica, procedimentos, atualizações para realização de Convênios e Parcerias de obras de cunho civil entrea Pasta, Prefeituras e Organizações da Sociedade Civil; Apoio técnico específico aos profissionaisda área de arquitetura e engenharia de Prefeituras e Organizações da Sociedade civil que contenhamConvênios e Parcerias referentes às obras com a esta Pasta; Emissão de aproximadamente 910 Pareceres de análise processual de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

processos de obras, referentes aos convênios com Prefeituras e parcerias com as Organizações da Sociedade civil-O.S.C.s. Emissão de aproximadamente 26 Laudos de Conclusão de Obras, referentes aos convênios com Prefeituras e parcerias com asOrganizações da Sociedade civil -O.S.C.s.; Apoio técnico específico à Assessoria Parlamentar desta Pasta, Titulares Executivos Municipais e Presidentes de Organizações da Sociedade Civil, referentes aos Convênios e Parcerias celebrados e a celebrar; Apoio técnico aos setores desta Pasta- Administrativo, Chefia de Gabinete, Patrimônio Imobiliário, Assessorias de Gabinete, quando envolvem serviços e ou trabalhos pertinentes á área de atuação do GSES e CVO; 64 vistorias de acompanhamento de obras dentro do Estado, referentes aos convênios com Prefeituras e parcerias com as Organizações da Sociedade civil-OSC, sendo elas: Centro de Convivência do idoso - 19, Centro Dia do Idoso - 3, OSC - 20, Drads - 16, CRAS - 3, Apoio a outras diretorias - 3; Realização de Termo de referência para contratação de software A&C Collection, para utilização de ferramentas de desenho pertinentes a área de atuação do GSES e CVO; Análise processual de projetos de revitalização de 10 restaurantes Bom Prato - Guarulhos, Itaquaquecetuba, Paraisópolis, São Vicente Quarentenário, Perus, Tucuruvi, Heliópolis, Jandira, Santo André e São Bernardo; 35 Vistorias de acompanhamento de revitalização de 10 restaurantes Bom Prato; Análises de relatórios de medição de 23 unidades de restaurantes Bom Prato, realizados através da contratação da CDHU; Análise de projeto executivo de implantação de Restaurante Bom Prato da unidade Cotia, realizada pela CDHU; Realização de Ordens de Serviço de medição referentes a Laudos de Avaliação e Projeto Executivo realizado pela CDHU. Relatório quantitativo da Coordenadoria de Ação Social de reuniões e outras atividades: 657 Expedientes tramitados pela CAS-janeiro a junho; 32 reuniões no Gabinete com Coordenadores da SEDS; 25 reuniões no Gabinete sobre Emendas Parlamentares; 12 Forças Tarefas para Emendas Parlamentares CAS e DRADS; 5 reuniões presenciais da CAS com áreas técnicas da COED; 3 reuniões presenciais da CAS com áreas técnicas da COSAN; 12 reuniões presenciais da CAS com áreas técnicas da CGE; 10 reuniões presencias da CAS com áreas técnicas do DA; 18 reuniões presenciais da CAS com áreas técnicas da CAFC; 12 reuniões presenciais da CAS com áreas técnicas da CDS; 15 Reuniões de Macrorregião no Estado de São Paulo/SP; 08 reuniões presenciais com a EDESP; 87 manifestações para o Fale Conosco/SEDS; 25 respostas a Ouvidoria da SEDS; 5 Reuniões com Drads em São Paulo/SP; 1 Atualização Técnica com o NUADM em São Paulo/SP; 82 reuniões on line com Drads e áreas técnicas da CAS; 54 reuniões presenciais com Drads e áreas técnicas da CAS; 32 reuniões da CAS com as diretorias - PSB, PSE, GSUAS e GSES/CVO; 7 Parada Técnica da CAS; 58 reuniões com representação da CAS em Conselhos, Comitês, GTs, etc intersecretarial; 60 reuniões técnicas das Diretorias de Proteção Social Básica, Especial, GSUAS e GSES/CVO; 4 Série Dialogando-on line; 5 participações on line das reuniões da CIT; 10 reuniões on line da CIB; 7 reuniões on line do FONSEAS; 6 reuniões on line com a Secretaria Nacional de Assistência Social -SNAS; 6 reuniões presenciais do COEGEMAS; 10 reuniões presenciais do CONSEAS; 6 reuniões on line com Ministério Público Estadual e 18 reuniões on line com o Ministério Público Federal. Programa São Paulo Amigo do Idoso: O Programa São Paulo Amigo do Idoso, instituído pelo Decreto Estadual nº 66.346/2021, objetiva promover amplo processo de mobilização regional, com foco no conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial de Saúde. É coordenado pela SEDS e envolve mais 13 Secretarias Estaduais, o Fundo Social de São Paulo e o Conselho Estadual do Idoso. As atividades estão contempladas neste relatório e, entre elas, podemos citar: inaugurações de CCIs, CDIs e outorgas de Selos Paulistas da Longevidade. Centro Dia do Idoso - CDI: Equipamento de atendimento a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou risco social cuja condição requeira o auxílio de pessoas ou de equipamentos especiais para a realização de atividades da vida diária. Oferta serviço de Proteção Social Especial de média complexidade. Cada Centro Dia do Idoso possui capacidade de atendimento de 50 pessoas e conta com investimento do Governo do Estado de R$ 500 mil por unidade. Há 68 Centros Dia do Idoso em municípios paulistas distribuídos em 21 regiões. Centro de Convivência do Idoso - CCI: É um equipamento de atendimento a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Cada unidade possui capacidade de atendimento de até 200 idosos, com investimento do Governo do Estado de R$ 250 mil por unidade. Entre 2010 e 2022 foram inaugurados 116 Centros de Convivência do Idoso em municípios paulistas distribuídos em 20 regiões. Centro de Longevidade Ativa - CLA: Equipamento destinado a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e inclusão digital, no âmbito da Proteção Social Básica, sendo desenvolvidas atividades que contribuem no processo de envelhecimento saudável; assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; estimular a inclusão digital através de ações que insiram a pessoa idosa por meio do aprendizado; detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; propiciar vivências que valorizem as experiências. Cada Centro de Longevidade Ativa possuirá capacidade de atender até 200 idosos e conta com investimento do Governo do Estado de R$850.000,00 por unidade, alocados em 8 municípios paulistas distribuídos em 7 regiões. Os convênios, para implantação, foram assinadosem 2022, portanto, esta foi a ação referente neste ano. Vila Dignidade e Vida Longa: O Programa Vila Dignidade é voltado ao atendimento de idosos independentes e em situação de vulnerabilidade social. Visa à construção de equipamento público constituído de moradias adaptadas em pequenas vilas, integrado à rede de serviços do município. O Programa Vila Dignidade é uma parceria entre a SEDS, Secretaria da Habitação, Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e as prefeituras dos municípios paulistas. Atualmente há 18 unidades implantadas, com 356 unidades habitacionais e investimento total de R$ 32,4 milhões. Já foram inauguradas 18 Vilas. O Programa Vida Longa reformula o programa Vila Dignidade, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção social dos beneficiários e preservar a autonomia em moradias adequadas ao ciclo de vida dos beneficiários. A reformulação do programa garante a oferta do serviço de acolhimento em república para idosos. O Programa Vida Longa foi lançado em 1/10/2019 para construção de unidades nos municípios de Bragança Paulista, Bauru, Barretos, São José do Rio Pardo e São Roque. Em novembro de 2021 foram assinados os convênios que autorizam a construção de 128 unidades habitacionais, em cinco municípios, com o investimento de R$ 21,5 milhões. Os empreendimentos serão edificados nos municípios de Salto de Pirapora, Santa Cruz do Rio Pardo, Ibitinga, São Carlos e Catanduva. Selo Paulista da Longevidade: O Selo foi criado com o objetivo de estimular os municípios e entidades públicas e da sociedade civil a implantarem ações referenciadas pelo Programa São Paulo Amigo do Idoso. O Selo certifica os municípios paulistas de acordo com boas práticas públicas voltadas às pessoas idosas. Para conquistar o Selo Inicial, Intermediário, Pleno e Platinum, é necessário cumprir ações obrigatórias e eletivas. Atualmente, 298 municípios paulistas contemplam o Selo, sendo 272 no nível Inicial, 19 municípios no Selo Intermediário e 7 no Selo Pleno. Projeto Longevidade: O Projeto Longevidade, cuja execução se dará a partir de 2023, surge como um importante e necessária estratégia de articulação das políticas públicas setoriais para a promoção do envelhecimento ativo 50+ ao longo de todo o ciclo de vida. A SEDS tem como estratégia de implementação coordenar esforços de diferentes Secretarias deEstado e Municipais, cujas ações serão orientadas por eixos estratégicos: Promoção doenvelhecimento ativo - por meio da sensibilização da população e das entidades públicas e privadas;Disseminação do conhecimento sobre o processo de envelhecimento; Fomento de soluções inovadoras; Otimização das oportunidades de saúde, participação, educação e sobretudo, proteção. Programa Abriga SP: O Programa Abriga SP é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que visa assegurar maior tempestividade e efetividade no enfrentamento de desastres, tanto deforma preventiva quanto no sentido de contingência. Trata-se de uma iniciativa intersetorial e intergovernamental, contando com a articulação de esforços entre diversos órgãos da gestão públicaestadual e dos municípios afetados. Foram realizadas ações de monitoramento das decretações e devido reconhecimento pelo Governo Estadual e Federal das situações de emergência e estados de calamidade pública e apoio técnico e orientações aos diretores de DRADS e gestores municipais de Desenvolvimento e Assistência Social visando ações de ajuda humanitárias às famílias e indivíduos atingidos. Em virtude da previsão de baixas temperaturas na cidade de São Paulo, foi na Estação Pedro II do Metrô, um alojamento provisório com fornecimento de alimentação para em média 200 pessoas em situação de rua.

Programas estaduais com ou sem transferência de renda - Ação Jovem: O Programa Ação Jovem objetiva promover a inclusão social de jovens de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional. O programa Ação Jovem atende atualmente 3.208 jovens-outubro de 2022. Foram realizadas ações de acompanhamento de relatórios gerenciais gestão de benefício; apoio técnico às DRADS, municípios e demais parceiros; atualização das metas no Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA - SIMPPA, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e COAG - Cadastro de Obras e Ações do Governo, da Casa Civil bem como o acompanhamento da ação dentro do Programa Bolsa do Povo com reuniões periódicas com a Prodesp. Renda Cidadã e Renda Cidadã - Benefício Idoso: O Programa Renda Cidadã objetiva atender famílias em situação de vulnerabilidade-com renda mensal familiar per capita de até meio salário-mínimo, mediante ações complementares e transferência direta de renda. O Programa atende atualmente 13.391 famílias-outubro de 2022. Já o Programa Renda Cidadã - Benefício Idoso objetiva atender pessoas com oitenta anos ou mais, que integram famílias com renda mensal familiar per capita de até meio salário-mínimo, mediante transferência direta de renda,atualmente atende 433 idosos-outubro de 2022. Foram realizadas reuniões e encontros com a equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas da Coordenadoria de Desenvolvimento Social -CDS da SEDS; orientações às DRADS e municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso e seus respectivos aplicativos de gestão; atualização mensal de metas e recursos do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso-série histórica; acompanhamento de relatórios gerenciais - gestão de benefício, monitoramento de metas e condicionalidades; atualização das metas no Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA - SIMPPA, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e COAG - Cadastro de Obras e Ações do Governo, da Casa Civil. Vale Gás: O Vale Gás foi uma das primeiras ações lançadas pelo Governo de São Paulo no âmbito do novo Programa Bolsa do Povo - Lei Estadual nº 17.372/2021, com o objetivo de enfrentar o crescimento acelerado da pobreza e da vulnerabilidade em decorrência da crise econômica gerada pela pandemia de COVID-19. Sob gestão da SEDS e da Secretaria de Governo-SEGOV, o Vale Gás promove a transferência de renda para compra de botijão de gás de cozinha-GLP 13kg às famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo assim para a sua segurança alimentar. Em 2022 a ação teve como meta 426.926 famílias distribuídas pelos 645 municípios paulistas, que estejam inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais-CadÚnico.Em janeiro, a execução dos pagamentos foi continuada e está prevista até dezembro de 2022 de modo bimensal. A SEDS atuou junto com a SEGOV e Prodesp na formulação e implementação do Vale Gás em atividades relacionadas à definição de público beneficiário; impacto orçamentário; geração de listagem de famílias elegíveis; comunicação sobre o programa nos canais oficiais do Governo de São Paulo; operacionalização do acesso ao benefício via site e Central de Atendimento do Programa Bolsa do Povo; monitoramento da execução do Programa. Junto às DRADS e municípios. A SEDS também realizou encontros online para apresentação e orientações gerais sobreo Vale Gás, bem como suporte técnico nas dúvidas sobre o Programa, apoio na distribuição local decartões magnéticos e para resolução de dificuldades relacionadas ao recebimento do auxílio financeiro. SP Acolhe: Mais uma das ações inaugurais do Programa Bolsa do Povo e com o objetivo de enfrentar as situações de vulnerabilidade social causadas pela pandemia de COVID-19,o SP Acolhe tem gestão conjunta da SEDS e da SEGOV e no seu desenho atual concede auxílio financeiro para famílias de baixa renda que perderam membros por COVID-19 desde o início da pandemia até 31/12/2021. O SP Acolhe paga um auxílio financeiro de R$ 1.800,00 - dividido em seis parcelas mensais de R$300,00, correspondente a cada óbito por COVID-19 em famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal de até três salários-mínimos. Os óbitos por COVID-19 podem ser de cônjuges, pais, filhos etc. desde que de membro do núcleo familiar de acordo com registros oficiais no CadÚnico e do Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe - SIVEP-Gripe. Foram pagos os benefícios dos óbitos ocorridos entre 22/06/2021 até 31/12/2021. Prospera Família: O Prospera Família é um programa de desenvolvimento humano que oferece ao beneficiário a oportunidade de elaborar um projeto de vida próprio acompanhado do auxílio de um tutor, cursos de capacitação técnica e um incentivo financeiro para apoio ao consumo e poupança/ativo para investir em seu projeto de desenvolvimento pessoal. O objetivo principal do Programa é promover mobilidade social de famílias e romper com o ciclo intergeracional deperpetuação da pobreza por meio da proteção integral, inclusão produtiva e estímulo à geração de renda das famílias em situação de vulnerabilidade. Paralelamente, busca-se incentivar o beneficiárioa ser um vetor de mudança, agente ativo para o desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário. O público-alvo são famílias monoparentais, em situação de pobreza e extrema pobreza e com filhos de 0 a 6 anos. A metodologia engloba a realização de Projeto de Vida, Tutoria, capacitação profissional e incentivo financeiro. O Programa tem prazo de execução prevista de 12 meses. A edição 2021/2022 contou com quase 8 mil beneficiários. Desses, cerca de 4.200 finalizaram o programa e outros 500 saíram no decorrer por motivos de inserção no mercado de trabalho. A edição teve seu término em agosto, mas já se iniciou uma nova, que abrangerá 53 municípios e terá como meta 16.000 beneficiários atendidos, com um investimento de mais de R$ 90 milhões. A edição 2022/2023 já está no seu início, com a formação de tutores e inscrições já encerradas, sendoa previsão de execução do programa até final de setembro de 2023. Prospera Jovem: O Prospera Jovem é um programa de desenvolvimento humano que oferece ao jovem a oportunidade deelaborar um projeto de vida próprio acompanhado do auxílio de um tutor, cursos de capacitação técnica e um incentivo financeiro. O objetivo é promover a mobilidade social dos jovens de famílias com baixa renda, gerando desenvolvimento humano e rompendo o ciclo intergeracional de pobreza. Paralelamente, busca-se incentivar o jovem a ser um vetor de mudança, agente ativo para o desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário. A metodologia engloba a realização de Projeto de Vida; tutoria; capacitações técnicas para o mundo do trabalho e incentivo financeiro. O público-alvo consiste em jovens do 2º e o 3º ano do Ensino Médio da rede pública estadual, inscritos no CadÚnico e com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo. A implantação do Prospera Jovem ocorre em modelo virtual com oferta de 2.000 vagas, nos 22 municípios do Vale do Ribeira. A gestão atual do Programa é de responsabilidade da SEDS em parceria com os municípios participantes e com a operacionalização sendo realizada pelo Sebrae. O investimento previsto é de R$ 2,5 milhões, com um prazo de execução de 12 a 18 meses. A edição atual concluirá no final do ano, formando 650 jovens. O Programa será redesenhado, visto a nova realidade de aulas integrais nas escolas estaduais e a possibilidade de parcelas mensais de auxílio ao consumo para os jovens, buscando uma maior adesão ao programa e à permanência escolar, assim como o menor índice de desistência. Impulsiona SP: é uma ação estratégica de Inclusão Produtiva, que se apoia na legislação da Política Social vigente e não tem dotação orçamentária. A inclusão produtiva, compreendida como a inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho,via empreendedorismo, criação de emprego, continua sendo uma estratégia adotada que visa não apenas diminuir a exclusão social, mas também promover o desenvolvimento global do País. As parcerias são firmadas por meio de Termos de Cooperação Técnica e Convênio. Em maio fizemos oaditivo do convênio com o SEBRAE. Estão em curso as parcerias com: SEBRAE; CIEE; Secretaria de Desenvolvimento

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

Econômico; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Articulação dos Polo de Empregabilidade Inclusiva-PEI, Secretaria da Agricultura e Abastecimento: Programa de Aquisição de Alimentos e Cesta Verde; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - José Gomes da Silva - ITESP: Mapeamento das zonas rurais, indicando a população, demandas e ofertas. Ocorreram várias ações governamentais, integrando as Secretarias de Estado em ações de retomada socioeconômica, assim a Ação Estratégica Impulsiona SP participou conjuntamente com aSecretaria de Desenvolvimento Econômico, integrando os eixos dos diferentes programas disponibilizados para a população vulnerável. As principais atividades da SEDS são o fomento e a articulação das diferentes políticas em prol da geração de renda, autonomia e mobilidade social. Programa Auxílio Brasil: O Programa Auxílio Brasil é o atual programa de transferência direta de renda com condicionalidades do governo federal, que substituiu o Programa Bolsa Família. Foi criado pela Medida Provisória nº 1.061, de 9/8/2021, instituído pela Lei 14.284 de 29/12/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 10.852, de 8/11/2021 e atualizado pelo Decreto n° 11.013 de29/3/2022. Destinado a famílias em situação de extrema pobreza e pobreza o Programa atendeu 2.561,418 famílias transferindo diretamente aos beneficiários um total de R$ 5.175.259.285,00. A Gestão Estadual do Programa Auxílio Brasil realizou atividades de capacitação presencial junto às Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, reuniões com Ministério da Cidadania, reuniões entre as coordenações estaduais do Programa para preparação de material em conjunto; encontros virtuais de apresentação e orientações às DRADS e municípios sobre o conteúdo técnico do Auxílio; reunião virtual com as equipes técnicas do Cadastro Único e do PBF das DRADS. Benefício de Prestação Continuada: O Benefício de Prestação Continuada-BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei Federal nº 8.742/1993 e o Decreto Federal nº 6214/2007 e suas alterações. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS e garante segurança de renda no valor mensal de um salário-mínimo a pessoa idosa com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-laprovida por sua família. No Estado de São Paulo, o programa beneficiou 335.691 pessoas com deficiência e 409.428 pessoas com deficiência perfazendo um total de 745.119 transferindo diretamente aos beneficiários um total de R$ 4.926.737.962,75. A Gestão do Programa realizou 14 reuniões on-line com as Diretorias Regionais de Assistência Social DRADS e municípios. BPC na Escola: O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das crianças e adolescente até 18 anos com deficiência, beneficiárias do BPC tem por objetivo promover a qualidade de vida e o direito de acesso e permanência na escola das crianças eadolescentes com deficiência, por meio de ações articuladas entre as áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos. O programa tem como meta a inclusão e permanência na escola de mais de 20 mil crianças e adolescentes até 18 anos e a adesão dos 160 municípios que ainda não participam do Programa, além da ampliação do acompanhamento social de todos os beneficiários e suas famílias. O programa tem como diretriz o trabalho intersetorial por meio de seu Grupo Gestor Estadual e a ampliação dos planos intersetoriais municipais envolvendo, essencialmente as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos. No ano de 2022 451 municípios do Estado de São Paulo participam do Programa. Foram realizadas 15 reuniões para orientação técnica para trabalhadores da rede socioassistencial. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: A Coordenadoria de Ação Social coordenou as ações, que foram: O apoio técnico e assessoria às gestões de assistência social e equipes técnicas municipais. Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente realizou: 6 reuniões ordinárias da comissão com os representantes das Secretarias de Justiça e Cidadania, Educação, Desenvolvimento Econômico, Saúde e Desenvolvimento Social. Nos meses de maio, junho e julho foram produzidos materiais vídeos e cards para circulação em redes sociais. Realização de dois encontros estaduais com a participação de aproximadamente 680 técnicosmunicipais e estaduais. A minuta do plano estadual de erradicação de trabalho infantil tramitou nas5 secretarias de Estado, Condeca e Conseas com sugestões de adequação e recomendação ao Governo do Estado para publicação. A Comissão Estadual participou de 4 reuniões on-line com a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS com o técnico de referência para o PETI em âmbito nacional. Benefícios Eventuais: Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. O Estado participa do cofinanciamento para os municípios. Foram realizadas 2 reuniões com todas as DRADS, orientando sobre as questões do cofinanciamento de 2022. Outras 8 capacitações foram realizadas com apenas uma DRADS e seus respectivos municípios: Público-alvo: Gestores e Técnicos Municipais da Assistência Social sob a jurisdição da DRADS. Assunto abordado: Integração dos Benefícios Eventuais com as Proteções e os Serviços daAssistência. No exercício o valor de repasse foi de R$ 17.000.000,00 para 564 municípios elegíveis ao cofinanciamento.

Aprimoramento, capacitação e treinamento profissional na área da assistência social - A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - EDESP, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDS, foi criada pelo Decreto nº 57.819, de 29/2/2012, para garantir a execução da educação permanente e continuada aos profissionais da política de assistência e desenvolvimento social. Para tanto, promove ações de capacitação, formação, qualificação e aperfeiçoamento, exercendo as atribuições da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social-PNEP-SUAS. A escola também atua na gestão do conhecimento e da informação, no ensino, na pesquisa e na produção científica, bem como no fomento da educação permanente para os trabalhadores do SUAS, envolvendo parceiros e atores externos de políticas intersetoriais. A Biblioteca da EDESP abriga um rico acervo com exemplares das áreas de Assistência Social e correlatas. Ações Realizadas: a SEDS realizou cerca de 500 ações de capacitação, acompanhadas, auxiliadas ou protagonizadas pela EDESP, para mais de 15 mil profissionais, totalizando carga horária de cerca de 2.100 horas/aula. A escola emitiu por volta de 5 mil certificados, para os trabalhadores da rede socioassistencial que participaram das capacitações, incluindo de entrevistadores e instrutores do CadÚnico. Entre as ações realizadas, destacam-se: os Diálogos EDESP - Assistência Social e Pandemia: Desafios e Perspectivas, em decorrência do aniversário de 10 anos da EDESP, com 106 participações síncronas; ciclo de Capacitação CONSEAS-SP: Inscrição de Entidades no CMAS, com 263 participações síncronas; Seminário Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com 612 participações presenciais, em colaboração com a COSAN; ciclo de Capacitação sobre a População em Situação de Rua, com 358 participaçõeson-line e lançamento do podcast da escola Trajetórias & Fronteiras; Encontros EDESP: Determinantes e Dinâmica Psicossocial do Sofrimento Mental de Adolescentes e Jovens, com 130 participantes, uma de duas ações em colaboração com o DRH SEDS; ciclo de capacitação sobre ODS, em parceria com o PNUD Brasil, com cerca de 150 participações e oferta de curso referente àAgenda 2030; quatro reuniões on-line do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo-NUEP SUAS/SP; uma reunião do Conselho Curador da EDESP. O Canal EDESP YouTube tem sido a principal rede social de disseminação de informaçõese transmissão de ações de capacitação realizadas, direta ou indiretamente, pela escola. No ano, a escola teve o acréscimo de 1.153 inscritos em seu canal, totalizando 7.587 inscritos. Por fim, para manter a capilaridade e o alcance das capacitações, a EDESP renovou a aquisição da ferramenta e solução em tecnologia StreamYard pelo valor de R$ 5.000,00. A escola, também, foi reconhecida pelo Google como unidade de educação permanente e continuada da SEDS, tendo livre acesso às ferramentas do Google Workspace for Education.

Políticas sobre drogas - A Coordenadoria de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo-COED é responsável por organizar as ações estratégicas da Política sobre Drogas e, portanto, exerce a coordenação executiva do Programa Recomeço - Uma Vida sem Drogas, coordenando as atividades das demais Secretarias envolvidas, proporcionando a interlocução necessária entre as Políticas Públicas, além de executar diretamente as parcerias necessárias para o funcionamento de serviços específicos serviços de atendimento e intervenção da Política sobre Drogas para pessoas adultas com problemas relacionados ao uso de drogas e seus familiares. Em 2016 foi criada a Unidade Orçamentária específica para a Política Sobre Drogas, através da Instrução DPDO nº 12 - 13/10/2016 e a COED passou a compor a SEDS como Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, através do Decreto Estadual nº 62.211/2016. Principais ações da Política sobre Drogas do Governo do Estado no âmbito da SEDS/COED: Inovações na Gestão Pública - Gestão: Pagamento por processo e resultados da rede do Programa Recomeço constituída através do Termo de Colaboração com Atuação em Rede; Bonificação por resultados específica para os serviços de Acolhimento Terapêutico Residencial em Casas Terapêuticas; Implantação de metodologia de fiscalização e monitoramento das OSC's Executoras da Rede do Programa Recomeço e Construção do Portal Recomeço. Tecnologia Social - Desenvolvimento de serviço específico em regiões metropolitanas para atendimento de pessoas com dependência química em situação de rua, com foco no tratamento e saída da situação de rua; Desenvolvimento de serviço e metodologia de atendimento específico para mulheres com dependência química; Desenvolvimento de serviço de apoio e suporte aos familiares e ex-acolhidos(as) da Rede do Programa Recomeço. Novas Parcerias com Organizações da Sociedade Civil e Convênios com Prefeituras Municipais - Parcerias com Organizações da Sociedade Civil - Assinatura de Termo de Colaboração com a OSC Samaritano São Francisco de Assis decorrente de Chamamento Público visando selecionar a proposta de parceria com Organização da Sociedade Civil para atuar como Celebrante no Termo de Colaboração com possibilidade de atuação em rede no processo de gestão de vagas, monitoramento e fiscalização da Rede do Programa Recomeço sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS por meio de sua Coordenadoria de Políticas sobre Drogas- COED; Assinatura de Termo de Colaboração com a OSC Associação Beneficente e Comunitária do Povo – ABCP decorrente de dispensa de Chamamento Público, para a execução do serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial em Casas Terapêuticas, destinadas para pessoas adultas em situação de rua e com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas e Implantação de 3 novas unidades em parceria com Organizações da Sociedade Civil, sendo: 1 unidade masculina de República em São José dos Campos, 1 serviço de acolhimento terapêutico comunitário masculino e 1 serviço de acolhimento terapêutico híbrido feminino em Ribeirão Preto. Convênios com PrefeiturasMunicipais - Assinatura de Termo de Convênio sem repasse de recurso financeiro com a Prefeitura Municipal de São Paulo visando a oferta de vagas de acolhimento para pessoas com dependência química em situação de rua proveniente de cenas de uso aberto de drogas -Cracolândia, na Rede do Programa Recomeço; Assinatura de Termo de Convênio sem repasse de recursos financeiros comas Prefeituras Municipais de Guarulhos, Jundiaí e Osasco visando a oferta de acolhimento em serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial em Casas Terapêuticas, destinadas para pessoas adultas em situação de rua e com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas. Produção de Normativas e Orientações Técnicas - Resolução SEDS N. 56, de 15/9/2022, que dispõesobre os serviços de atendimento e intervenção, específicos da Política sobre Drogas, no âmbito do Programa Estadual de Políticas sobre Drogas - Programa Recomeço: uma vida sem drogas; Resolução SEDS n. º 57, de 15/9/2022, que dispõe sobre os parâmetros para pagamento por processo e resultados da rede do Programa Recomeço constituída através do Termo de Colaboração com Atuação em Rede; Marco Referencial Técnico de Atendimento e Intervenção nos serviços de República do Programa Recomeço - MRAI República; Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial; Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento Terapêutico Híbrido - Comunitário e Residencial e Guia de Mentoria e Tutoria do Programa Recomeço. Rede do Programa Recomeço - Oferta de 1.425 vagas mensais em serviços de acolhimento para pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas e familiares; No período de janeiro a outubro, houve 3.996 novos acolhimentos na Rede do Programa Recomeço; 321 municípios paulistas com acesso ao sistema de vagas para encaminhamento de pessoas adultas para os serviços de atendimento e intervenção do Programa Recomeço; Implantação do canal de Ouvidoria do Programa Recomeço na SEDS/COED; foram abertos 17 chamados; 42 Supervisões/fiscalizações da COED *in loco* e 49 reuniões online, por meio das plataformas zoom e teams, com as organizações executoras que compõem a Rede do Programa Recomeço, bem como, 47 reuniões para discussão de casos com a organização celebrante para referenciamento de 186 novos encaminhamentos para os serviços de república e de pedidos de prorrogação de permanência nos serviços de acolhimento da rede e Análises das prestações de contas mensais e anual das organizações parceiras que compõem a rede do Programa Recomeço totalizando 20.500documentos analisados. Demais ações e expedientes - 2ª Campanha Estadual de Prevenção do Uso de Drogas: Prevenir, um ato de amor! com a adesão de 243 municípios; III Jornada de Prevenção aoUso de Drogas, no período de 29/6/2022 a 1/7/2022, promovida pela SEDS/COED em parceria coma Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP com 735 inscrições e Apoio técnico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE na elaboração dos parâmetros para o pagamento por processo e resultados da rede do Programa Recomeço. *Política de segurança alimentar e nutricional*: Vivaleite: O Projeto Estadual do Leite Vivaleite entrou em vigor em dezembro de 1999. Em 2011, de acordo com o Decreto Estadual n° 56.674, a gestão do Vivaleite passou à SEDS, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional - COSAN. O principal objetivo do Projeto é oferecer um complemento alimentar seguroe de alto valor nutritivo às crianças e idosos que vivem em condição de risco nutricional. O Vivaleite distribui gratuitamente leite fluido pasteurizado enriquecido com ferro, vitamina A e vitamina D, auxiliando na prevenção de anemia ferropriva e das deficiências vitamínicas. A presença do Projeto em regiões de vulnerabilidade social fortalece a atuação do Estado, e incentivao desenvolvimento de outras ações públicas e assistenciais na região por meio das Entidades Sociais parceiras e Prefeituras conveniadas, além de auxiliar o escoamento da produção leiteira gerando assim, de forma indireta novos empregos no campo. Atualmente o Projeto atende um total de 305.024 beneficiários no Estado de São Paulo, que recebem mensalmente 4.575.360 litros de leite. Na Capital e Região Metropolitana de São Paulo, são 74.688 crianças que recebem 1.120.320 litros/mês de leite e 110.004 idosos que recebem 1.650.060 litros/mês de leite, distribuídos por 1.505 Entidades credenciadas. No interior do Estado o Vivaleite estabeleceu convênios com 606 municípios do interior e litoral paulista e com o Município de São Bernardo do Campo pertencentea Grande São Paulo, beneficiando 120.332 crianças que recebem 1.804.980 litros mensais de leite. Bom Prato: O Restaurante Popular Bom Prato foi concebido para oferecer refeições de qualidade com alto teor nutricional a preços acessíveis à população de baixa renda. Cada unidade do Restaurante Bom Prato gera de 10 a 20 empregos diretos. As OSC gestoras são responsáveis pela operacionalização das unidades, trâmites administrativos que incluem a contratação dos profissionais, compra dos alimentos, manutenção de equipamentos, cobertura de aluguéis e pagamento de contas de água, luz e gás. Há atualmente 69 restaurantes Bom Prato em funcionamento, 22 na Capital, 18 na Grande São Paulo, 9 no litoral e 20 no interior, os quais forneceram mais de 28 milhões de refeições - café da manhã, almoço e jantar, entre janeiro e outubro de 2022. Foram inauguradas nove unidades do Restaurante Bom Prato - Francisco Morato, Embu das Artes, São Bernardo II, Cotia, Praia Grande, Jacareí, Sumaré, Mogi II - Jundiapeba,Santo André II e estão previstas para inaugurar até o final do ano mais duas unidades - Diadema e Ribeirão Preto HC. Em razão da crise social decorrente da pandemia de COVID-19, desde 2020 as unidades passaram, excepcionalmente, a servir refeições aos finais de semana e jantares todos os dias. Em 1/6/2020 a SEDS também instituiu a dispensa de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

pagamento de refeições em toda a rede Bom Prato para a população em situação de rua não albergada e sem acesso à assistência alimentar. Essa ação emergencial perdura desde então e entre janeiro e outubro, foram servidas 710.146 refeições gratuitas entre café da manhã, almoço e jantar. Também foi implementado o Bom Prato Móvel, que visa fornecer refeições transportadas, sendo uma extensão das Unidades fixas em funcionamento. Tem como objetivo aumentar a capilaridade do atendimento das unidades já implantadas para a população sem acesso a segurança alimentar do entorno, num raio de até 30km, mantendo-se assim, a qualidade das refeições produzidas. Tal fato se justifica pela dificuldade destapopulação em acessar as unidades, pois seria necessário a utilização de transporte público, o que acarretaria um custo muito alto para a população. Atualmente temos 27 Unidades Móveis em todo oEstado de São Paulo. *Gestão estratégica* - Gestão de Cadastros - Plano Estadual de Capacitação nos NovosFormulários do Cadastro Único para Programas Sociais: O Cadastro Único para Programas Sociais-CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda permitindo conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias em todo o país. A gestão desse cadastro é feitapelo Governo Federal por meio do atual Ministério da Cidadania e cabe ao governo de cada unidadeda federação o acompanhamento, a coordenação do processo de cadastramento em âmbito estadual, bem como o apoio às atividades de capacitação dos municípios. A Coordenadoria de Gestão Estratégica-CGE, por meio do Grupo Gestão de Cadastros, realizou 34 turmas de capacitações, sendo 4 turmas no formato online com aulas síncronas-participação simultânea e 30 turmas no formato presencial. Assim, foram habilitados 922 técnicos municipais como Entrevistadores de Formulários do Cadastro Único. Já para Operadores do Sistema do CadÚnico foram realizadas 8 turmas de capacitação totalizando 183 técnicos municipais habilitados. Gestão de Cadastros -Aprimoramento das ações municipais de gestão do Cadastro Único: A partir de do mês de março, a SEDS apresentou estratégias de reforço das ações continuadas de apoio técnico e financeiro para a atualização e qualificação da base de dados do CadÚnico e o aprimoramento da gestão municipal. Essas estratégias foram organizadas em 4 eixos: Capacitação presencial por imersão; Articulação; Divulgação e Financiamento. Dessa forma foram realizadas 6 oficinas regionais de planejamento e construção de plano de ação em conjunto com 83 prefeituras, cuja taxa de atualização cadastral no Cadúnico -TAC estava abaixo de 50%; 34 turmas de capacitação para entrevistadores do CadÚnico,criação e divulgação de material gráfico - cartaz, folders e banner e arte para mídias sociaisorientando sobre a atualização cadastral, articulação intersetorial com gestores da assistência sociale de outras políticas públicas como saúde e educação e, por fim, o repasse de recurso estadual realizado no mês de julho, por meio do Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS para os Fundos Municipais de Assistência Social-FMAS das 645 prefeituras municipais totalizando R$ 17.317.844,96. A fim de dar continuidade nas ações municipais de gestão do CadÚnico serárepassado uma segunda parcela de recurso estadual para os 517 municípios que atingiram as metas de melhoria da TAC, totalizando o valor de R$ 8.373.557,20. Sistema Pró-Social: Consiste em um sistema informatizado, instituído pelo Decreto Estadual nº 52.803/2008, destinado ao cadastramento de organizações de Assistência Social, com sede e atividades no Estado de São Paulo e com inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social-CMAS. Também realiza o cadastro de programas, projetos e serviços da área da Assistência Social e com inscrição nos Conselhos Municipais-CMAS, ofertados por organizações de outras áreas de atuação. As entidades e organizações cadastradas no Sistema Pró-Social - Módulo Instituições são beneficiadas pelo Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal-Programa Nota Fiscal Paulista e por emendas-indicações parlamentares estaduais. A SEDS é responsável pela gestão do sistema: monitora os dados cadastrais, informa e orienta as DRADS a respeito das correções ou alterações na ferramenta. Merecem destaque os atendimentos para operacionalização do Sistema Pró-Social - Módulo. Instituições, bem como orientações sobre a legislação do SUAS e das certificações das organizaçõesde assistência social e de outras áreas de atuações, por meio do Fale Conosco SEDS, e-mail, presencialmente e através de ligações telefônicas. Até novembro, foram realizadas 144 inclusões/atualizações cadastrais de organizações da área de abrangência da DRADS CAPITAL. Em 13/11/2022 estavam cadastradas no Sistema Pro Social - Modulo/Instituições e com o status de ativas, 2.345 organizações da área da assistência social. Estão também cadastradas e ativas no Pró- Social 998 Unidades Prestadoras de Serviços-UPS. Os cadastros ativos de programas e projetos, ofertados por organizações de outras áreas de atuações, somavam 72 e os cadastros dos serviços socioassistenciais, também ofertados por organizações de outras áreas de atuações totalizavam 424 com o status de ativos no sistema. Também ao longo de 2022 foram feitos encaminhamentos de normativos e conteúdos técnicos para as DRADS, órgãos gestores municipais, conselheiros dos CMAS e frente a Política da Assistência Social e referente a certificação das organizações da sociedade civil. Foram realizadas Capacitações do Sistema Pro Social-presencial e virtual, com as seguintes DRADS: Piracicaba; Gde SP Oeste; Gde SP Norte; Vale do Ribeira; Bauru; Baixada Santista, Mogiana e DRADS que compõe a MACRO II-Alta Noroeste, Alta Paulista, São Jose do Rio Preto, Alta Sorocabana e Fernandópolis. Neste ano, apresentamos Projeto de Melhorias no Sistema Pró-Social e nos processos de cadastramento de organizações, visando tornar a ferramenta mais dinâmica e funcional. Aprimoramento e desenvolvimento de sistemas para aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento social: A partir de 2020, a gestão dos dados e a elaboração de relatórios gerenciais passaram a ser atribuições da equipe de Monitoramento e Avaliação, incluindo a extração e o tratamento de dados do CadÚnico, de bases de dados relativas a oferta de serviços e equipamentos da rede de serviços SUAS e de informações sobre os programas. Esse tratamento de dados ocorre por meio da linguagem de programação R e da interface RStudio. Já o monitoramento dos dados para apoio às políticas de desenvolvimento social é disseminado por meio de painéis de Power BI, software da Microsoft. O objetivo desses painéis é subsidiar o diagnóstico socioassistencial nos territórios por parte dos gestores municipais e estaduais. A tecnologia doPower BI permite a construção de tabelas, o filtro de informações por município, macroregião e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social-DRADS, além de permitir a configuração de botões personalizados e mapas temáticos. A ferramenta permite ao usuário acessar, analisar, exibir e compartilhar dados hospedados na internet com maior agilidade, de forma integrada, dinâmica e customizada. O aperfeiçoamento dos painéis é frequente e de acordo com as necessidades de visualização dos usuários. Atualmente, além das informações do Cadastro Único, a área monitora programas como Bom Prato, Vivaleite, Renda Cidadã, Renda Cidadã Idoso, Ação Jovem, Amigo do Idoso e BPC. A equipe desenvolveu novos painéis de Power BI, incluindo um painel sobre Pessoas em Situação de Rua no CadÚnico e outro sobre Crianças na primeira infância no Cadastro Único, compartilhados com demais coordenadorias, conselhos e interessados na temática. Geoprocessamento: A equipe da CGE trabalha em conjunto com as demais coordenadorias no auxílio de estudos e acompanhamento das informações, consiste, principalmente, no georreferenciamento das famílias do CadÚnico, dos equipamentos da assistência e na elaboraçãode mapas temáticos. Produziu o estudo Atlas da Situação de Pobreza e Extrema Pobreza no Estado de São Paulo - 2022, nas divisões político-administrativas de Estado, RMSP, DRADS e Munícipios, composto por 673 mapas temáticos com a espacialização do total de famílias em pobreza e extrema pobreza inseridas no CadÚnico, por setor censitário, classificadas em 5 faixas de concentração, a ser publicado no site da SEDS. Ao longo do ano, a CGE participou de vários estudos que exigiam a espacialização dos dados de interesse das outras coordenadorias, assim como a elaboração de projetos próprios. Citamos alguns exemplos a seguir: a Diretoria de Comunicação Institucional-DCIsolicitou a elaboração de 54 mapas que consistiam nas 18 regionalizações que englobavam municípios selecionados com seus respectivos equipamentos da Assistência Social. Para o Comitê Primeira Infância, foram elaborados mapas temáticos com os dados do Registro Mensal de Atendimentos-RMA sobre violência e violação de direitos das crianças entre 0 e 6 anos. Em parceria com o gabinete, se iniciaram os estudos do programa #MeuCadAtualizado para a realização de mapas sobre a Taxa de Atualização Cadastral-TAC dos municípios, aspectos socioespaciais das Macrorregiões, distribuição do IGD-M e gastos de acordo com a LRF. Quando concluída a seleção dos municípios prioritários, foram elaborados 83 mapas para auxiliar na busca ativa dessas famílias com o cadastro desatualizado. Outro estudo realizado foi a atualização da forma de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS que demandou a espacializaçãoem mapas temáticos das receitas tributárias e dos repasses aos municípios. *Conselhos* - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONDECA/SP: O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA/SP, observando as diretrizes da política de atendimento fixadas nos artigos 87 e 88, da Lei federal nº 8.069/1990, no que tange a ação de fomentar ações para assegurar direitos da criança e do adolescente, realizou atividades de monitoramento, supervisão e ajustamento de termos visando a efetivação dos fomentos e convênios celebrados com organizações sociais e municípios nos Editais de Chamamento Público dos anos de 2015, 2016-2017 e 2018-2019, com isso foram conveniados 424 projetos totalizando R$ 49.650.112,59. Neste ano, o FEDCA recebeu a destinação dos recursos financeiros dos ajustes de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, totalizando recurso no valor de R$ 8.616.950,33 para os Projetos apresentados em Editais em curso. Analisou, aprovou e publicou a listagem de 854 projetos referente ao Edital 2021/2022, que estão considerados aptos a captação de recursos e em 9/11/2022, publicou-se o Edital de Chamamento Público n° 01/2022, para seleção de Organização da Sociedade Civil para assessorar o CONDECA-SP nos processos de formalização, monitoramento, supervisão e avaliação dos projetos. Realizou reuniões da mesadiretora, comissões e plenárias em formatos híbridos visando as políticas voltadas à Criança e ao Adolescente no Estado de São Paulo, e também o planejamento estratégico do Conselho,teve participação efetiva no Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA, Conselho Gestor do Programa de Proteção à Criança e Adolescente ameaçados - PPCAM, Comitê da Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, sempre zelando pelo cumprimento do Estatuto e da Criança e do Adolescente-ECA. Conselho Estadual do Idoso: realizou suas atividades de forma remota, como as reuniões por meio de videoconferência. Destaca-se a realização do Webinar: Apresentação do Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa, visando sensibilizar gestores Municipais e membros de conselhos municipais da pessoa idosa para a adesão ao Pacto Nacional bem como apresentação do curso on-line de capacitação desenvolvido emparceria com a Universidade Federal de Viçosa que será disponibilizado a todos os gestores e membros de conselhos municipais que aderirem ao Pacto Nacional. O evento foi transmitido ao vivo no YouTube e contou com a participação de gestores municipais, membros de Conselhos Municipais, Secretarias, organizações sociais atuantes na temática da população idosa. Ademais, ressaltamos a realização do pleito eleitoral 2022 para eleição dos novos conselheiros da sociedade civil para o biênio 2022-2024, e consequente posse do novo Conselho Estadual do Idoso, com os representantes da sociedade civil eleitos e os representantes indicados pelo poder público para a Gestão 2022-2024. No âmbito do Fundo Estadual do Idoso-FEI, foi feito o repasse de R$ 1.239.521,03, para oito projetos que foram aprovados no Edital 001/2016, executados por sete OSC e uma Prefeitura Municipal. E, encontra-se em trâmite o Edital de Chamamento Público SEDS/CEI nº 002/2022, objetivando o financiamento de projetos a serem apresentados por municípios eOrganizações da Sociedade Civil para atendimento a ações/atividades relacionados a pessoa idosa. *Comunicação Institucional* - O Departamento de Comunicação Institucional-DCI trabalha com a administração do fluxo de informações dos assuntos correlatos à pasta junto aos veículos de comunicação e ao público interno da Seds e aos demais órgãos do Governo do Estado. A divulgação constante e transparente dos programas, projetos e ações da Secretaria, para além da obrigação legal de dar visibilidade às políticas públicas da gestão, visa ampliar a credibilidade da imagem institucional da Secretaria e, por tabela, do governo, junto à sociedade civil, o que contribuipara a melhoria de gestão. Foram ações de comunicação realizadas em diversas frentes: O núcleo de assessoria de imprensa realizou atendimento contínuo aos questionamentos da imprensa. E, da mesma forma, à produção de conteúdo informativo destinados à atualização do site da Seds. São atividades essenciais num Departamento de Comunicação.O site, entretanto, que é fonte primária de contato entre esses dois canais de atividade, ficou fora do ar no período eleitoral, durante três meses este ano por determinação legal. Isso, de certa forma, mitigou a performance do DCI. Entretanto, foram produzidos 287 releases distribuídos à mídia em geral. Com eles e mais abordagens aos veículos realizadas pelos profissionais da DCI junto aos jornalistas e repórteres, foram obtidas mais de mil inserções em veículos impressos, portais on-line, programas de rádios e de televisões em todo o Estado. Fora dessa contabilidade, estão ainda as interações alinhadas às participações da Secretaria em programas de rádio, sites e plataformas de comunicação fruto da parceria com o sistema de divulgação operado pela Secretaria de Comunicação do Governo-Secom. O planejamento e execução de campanhas de comunicação, com peças para uso em múltiplos nos canais e com informações sobre os programas da Seds, são amplamente usadas na sensibilização, engajamento e divulgação de informação de interesse públicocom o fim de proteção social da população em torno dos assuntos trabalhados. Todas as campanhas e materiais são compartilhados com as Coordenadorias da Secretaria e suas redes de contatos, com as instituições parceiras e publicados nas redes sociais da pasta. Foram mais de 120 peças executadas entre elaboração de posts, avisos, cartilhas, folders, *templates*, PPTs e anúncios. Tudo dentro do objetivo de ampliar o alcance da comunicação de mensagens. Elaboração e busca por publicação de artigos sobre temas de interesse público, ofertados à publicação em grandes jornais, e junto à rede de jornais do interior do Estado com abordagens da pauta da Seds. Preparação de conteúdo para apoio aos porta-vozes da Secretaria em entrevistas e reportagens, somando mais de 200 *briefings* a partir de pesquisas de dados e produção de *bullets points*. Exemplo recente, o amplo atendimento aos afegãos com vistos humanitários concedidos pelo governo estadual, e que atingiu grande repercussão na mídia nacional, envolvendo várias instituições, organismos internacionais que foram reunidos no GT Acolhimento, nascido por articulação da Seds. Podcast Desenvolvimento Social SP - lançado em 2020 continuou ativo nos primeiros meses de 2022, com mais cinco episódios sobre assuntos relacionados à assistência e ao desenvolvimento social. Após o período eleitoral, todavia, o produto foi desativado e será reavaliado. Já o canal do *YouTube*continua sendo meio de visibilidade e destaque das notícias e informações da pasta, com a publicações constantes de vídeos preparados pela equipe do DCI sobre os eventos, campanhas da pasta e *lives* em torno de assuntos ligados às políticas e às ações da Secretaria. Há ainda o trabalho da Central de Atendimento SEDS, que realiza os atendimentos de demandas de cidadãos referentes às ações, programas, projetos e serviços da pasta, por meio do *Fale Conosco* - atendimento por e- mail, por telefone e presencialmente, tanto na sede da Secretaria como em um posto de atendimentono Poupatempo Itaquera. De janeiro a novembro de 2022, foram realizados mais de 23.931 atendimentos. O DCI mantém ativo arquivo de fotos com registros das atividades da Secretaria, assim como atualiza constantemente seus *mailings* de contatos com imprensa e organizações sociaisparceiras. Na área de Cerimonial, o DCI faz o acompanhamento de eventos conforme escaladefinida pela direção da Seds. Somente este ano, foram feitas 50 viagens a cidades do interior do Estado em visita a equipamentos regionalizados. As viagens incluem a cobertura de anúncios e inaugurações de nove restaurantes do Programa Bom Prato - Jacareí, Praia Grande, Cotia, Embu dasArtes, Francisco Morato, Santo André II - Vila Luzita, Sumaré, São Bernardo II e Mogi II - Jundiapeba. Mais cinco estão programados nesse mês de dezembro. As equipes da área de Comunicação também participam de posses dos Conselhos, dos Centros destinados a população idosa, das campanhas de combate a baixas temperaturas de inverno; e das visitas em centros municipalizados da rede assistencial no estado - Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Referência da Assistência Social - CREAS. Em todas essas atividades são criados briefings institucionais para auxiliar, em especial, a participação do secretário de Estado nos eventos. *Aprimoramento da gestão da SEDS* - Gestão de Pessoas: A Gestão de pessoas é uma atividade

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

fundamental para o desenvolvimento de capital humano em qualquer organização e, cada vez mais, tem sido requisitada. As técnicas e estratégias de Recursos Humanos contribuem para a melhoria do desempenho e satisfação dos trabalhadores, o que impacta diretamente no climaorganizacional e na valorização das competências e potenciais a favor da efetividade dos resultados.O Departamento de Recursos Humanos-DRH, por meio da interlocução com os dirigentes e servidores e de parcerias internas e externas, realizou várias ações, com destaque para: encontro do Programa Auto Estima, com foco na saúde mental dos servidores e no autocuidado, em parceria com especialistas da área de saúde, a fim de viabilizar o acesso à informação e contribuir para possíveis mudanças na rotina de trabalho, a favor de um ambiente mais produtivo e saudável; vacinação contra a Gripe H1N1, para servidores da SEDS, em parceria com o Instituto Butantã; estruturação de integração dos novos servidores, com os objetivos de realizar uma apresentação geral da SEDS, de acolher expectativas e esclarecer as dúvidas dos recém-chegados; a oferta da metodologia e apoio operacional para a realização de encontros e reuniões, com foco na integraçãoe no alinhamento das equipes de trabalho e assessoramento a gestores da SEDS em situações emque a mediação de conflito se fez necessária; investimento na diversificação de canais de comunicação com os servidores, a fim de melhorar a atuação do RH; ação formativa com o objetivode apresentar conceitos e princípios de avaliação de desempenho e esclarecer sobre o Prêmio de Desenvolvimento Social - PDI; campanhas de conscientização e arrecadações - outubro rosa, novembro azul, etc. Gestão Administrativa: O Departamento de Administração - DA desempenha papel de suma importância para o aprimoramento da gestão da SEDS, com ações especialmente nosseguintes eixos: Compras e contratações, finanças e orçamento, material e patrimônio, comunicações administrativas, transportes internos motorizados e outras de apoio administrativo, nos termos do artigo 34 do Decreto Estadual nº 49.688/2005. destacam-se as seguintes realizações: Em relação ao Programa BOM PRATO e Projeto VIVALEITE, realização do Pregão Eletrônico nº 02/2022, objetivando a contratação da prestação de serviços de instrumentalização dos referidos programas. No Projeto VIVALEITE, realização do Pregão Eletrônico nº 05/2022, para aquisição de leite fluído integral, pasteurizado, com entrega parcelada, para a região metropolitana e São Paulo/SP, bem como realização do Pregão Eletrônico nº 13/2022, para o interior e litoral do Estado de São Paulo, que resultaram na celebração de um total de 65 novos contratos, além da prorrogação do prazo de vigência de outros 9 contratos celebrados em licitações realizadas no ano anterior. Ademais, também houve a realização de reequilíbrio econômico-financeiro em relação aos contratos celebrados nos anos anteriores - 2020 e 2021, resultando na celebração de 76 Termos de Aditamentos. Contratação da PRODESP, para os seguintes serviços: Suporte Técnico Local e Envio de mensagens SMTP (SEDS-PRC-2022/01588; Serviços de desenvolvimento e manutenção- SEDS-PRC-2022/01589; Plataforma de Colaboração e Produtividade e-mail como serviço, Plataforma de Colaboração e Produtividade-SEDS-PRC-2022/02073; Infraestrutura virtualizada *on Premises -Iaas* Avançada e Serviços de envio de Mensagens - SMTP - Hospedagem do site do CONDECA-SEDS-PRC-2022/00702; Prestação de serviços de tecnologia de informação e comunicação para a Secretaria de Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de desenvolver um cadastro único para os programas sociais do Estado de São Paulo, denominado Programa Bolsa do Povo-SEDS-PRC-2022/01764. Referente aos computadores utilizados pelos servidores, realização do Pregão Eletrônico nº 04/2022, objetivando a prestação de serviços de fornecimento e suporte técnico para equipamentos, em regime de locação, abrangendo os devidos sistemas operacionais, aplicativos, ferramentas de gerenciamento para atendimento remoto, para a sede da SEDS - Secretaria de Desenvolvimento Social e suas respectivas regionais. Para atender todas as atribuições e demandas do Grupo de Supervisão de Equipamentos Sociais e Centro de Vistoria e Obras, que contemplam todos os serviços referentes a gestão pública das obras de equipamentos sociais pertinentes à SEDS, houve a realização do Pregão Eletrônico nº 06/2022, objetivando a aquisição de 2 licenças para o uso do software Autodesck AEC-Architecture, Engineering &Construction-Collection IC, para a implementação da metodologia BIM-Building Information Modeling, por um período de 3 anos. Em colaboração com as DRADS Guarulhos, ABC, Mogi das Cruzes, Capital e Osasco, houve respectivamente a realização dos Pregões Eletrônicos nos. 07/2022, 08/2022, 09/2022, 10/2022 e 11/2022, para a prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos seminovos, com condutor e com combustível, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas. Aquisição de equipamentos para atendimento à emenda parlamentar Federal, beneficiando a entidade Social Associação Aliança de Misericórdia, através dos Pregões Eletrônicos nos. 03/2022 e 14/2022. Aquisição de 1 veículo em atendimento à Emenda Parlamentar Federal, beneficiando a Associação Amigas da Jova Rural, através do Pregão Eletrônico nº 12/2022. Contratação de serviços de seguro patrimonial-riscos diversos para 150 notebooks de propriedade da SEDS, que são utilizados por servidores estaduais que atuam junto ao Programa Bolsa Família, através do Pregão Eletrônico nº 01/2022. Contratação da prestação de serviços de infraestrutura para a realização do Encontro Estadual do Programa de Enfrentamento do Trabalho Infantil, através de dispensa de licitação. Publicação de Edital para procedimento de manifestação de interesse para o recebimento de inscrições de pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse em doar, sem encargos, bens e serviços à Administração, com objetivo de viabilizar as melhorias necessárias ao desempenho das atividades de prestação de serviços ao cidadão, redução de gastos, aumento de eficiência, transparência e participação social, otimizando os gastos de recursos públicos e viabilizando projetos. Realização de pagamentos em relação aos serviços terceirizados desta Pasta: 2021/00760 - locação de 616 desktops, 826 monitores, 10 notebooks, com suporte técnico, para sede e drads; 2022/01764 - Bolsa do Povo; 2021/00192 - impressão corporativa por meio de outsourcing - locação de impressora; 2021/00756 - desenvolvimento e manutenção de sistemas; 2022/00682 - PRODESP - infraestrutura virtualizada *on premises* avançada com gerenciamento; 2020/00843 - outlook; 2021/00680 - SP Sem Papel; 2021/00715 - rateio de despesas do poupatempo; 2022/00039 - postagem; 2021/00763 - malotes; 2022/00055 - locação de 8 veículos seminovos com condutor e combustível para atender a sede da secretaria de desenvolvimento social; 2021/00346 - locação de 2 veículos seminovos comcondutor e combustível para atender a secretaria executiva; 2021/00300 - cartão eletrônico para refeições na sede e DRADS; 2021/00334 - coleta, guarda, armazenagem, transporte, movimentação,preservação e gerenciamento de documentos da Seds; 2020/00774 - prestação de serviços demotofrete; 2021/00753 - prestação de serviços de copeiragem; 2022/01093 - serviços de operação em telefonia fixa; 2021/00245- assessoramento e monitoramento das ações do programa prospera família; 2022/00294- hospedagem do site do condeca; 2021/00724 - condomínio do CONDECA; 2021/01085 - prestação de serviços de limpeza para o CONDECA; 2020/00891 - pagamento de despesas do condomínio; 2021/00734 -Tecnologia da Informação para o Bom Prato e Vivaleite; 2021/01743 - serviços instrumentais para o Projeto Vivaleite e Programa Bom Prato, bem como das demais rotinas de pagamentos. No mais, estão previstas ainda neste ano as seguintes realizações: Fiscalização e controle das contratações atualmente em vigor na SEDS, bem como a adoção das providências cabíveis, dentre elas, a rescisão contratual e aplicação de penalidades, se o caso. Contratação de prestação de serviços de capacitação para formação inicial de agentes públicos nos municípios do Programa Criança Feliz do Estado de São Paulo e recomendações de melhoria para implementações posteriores. Contratação de instituição para prestação de serviços técnicos especializados de apoio no desenvolvimento institucional da SEDS por meio do apoio à gestão integrada do Programa Prospera Família edição 2022. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de desenvolvimento, otimização, manutenção e sustentação a sistemas de Business Intelligence - BI - inteligência de negócio, com tratamento de dados do portal social, cadastro único, bolsa família, entre outros sistemas existentes, com o fornecimento de solução de dados estruturados e não estruturados para o desenvolvimento de indicadores e negócio e treinamento para a SEDS. Aquisição de equipamentos para implantação de estrutura de videoconferência para as equipes que atendem as demandas de capacitações e de orientaçõestécnicas do Auxílio Brasil e do Cadastro Único na SEDS. Contratação do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, para a administração de bolsas de estágios a serem concedidas por esta Pasta. Contratação de empresa especializada para a operação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao tráfego de chamadas entre a rede pública de telefonia e a SEDS. *Gestão orçamentária* - Fundo Estadual de Assistência Social - Proteção Social Básica - Apoio técnico e financeiro aos municípios para execução de ações socioassistenciais de Proteção Básica que atuem na prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dotação inicial: R$ 90.000.000,00 - Fonte 001 - Tesouro do Estado R$ 1.313.670,00 - Fonte 003 – Recursos Vinculados - Fundo Especial de Despesa Total R$ 91.313.670,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 108.217.504,09 - Fonte 001 - Tesouro do Estado R$ 3.982.627,96 - Fonte 003 - Recursos Vinculados - Fundo Especial de Despesa Total R$ 112.200.132,05. Em execução. O valor liquidadoé maior do que a dotação inicial porque, durante o exercício, houve suplementação de recursos na Fonte 001 - Tesouro, visando a execução dos projetos previstos pela área técnica: Benefícios Eventuais e aprimoramento do CadÚnico. Proteção Social Especial de Média Complexidade - Apoio técnico e financeiro aos municípios para execução de ações socioassistenciais de Média Complexidade destinadas à população em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Dotação inicial 2022: R$ 57.192.000,00 - Liquidado até 28/11/2022: R$ 53.565.355,89 - Em execução. Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Apoio técnico e financeiro aos municípios para execução de ações socioassistenciais de Alta Complexidade destinadas à população em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Prefeituras Municipais:Dotação inicial 2022: R$ 68.808.000,00- Liquidado até 28/11/2022: R$ 64.591.312,74.Em execução. Organizações da Sociedade Civil - Serviços Estadualizados:Dotação inicial 2022: R$ 12.709.476,00 - Fonte 001 - Tesouro do Estado R$ 550.054,00 - Fonte 003 - Recursos Vinculados - Fundo Especial de Despesa R$ 264.000,00 - Fonte 005 – Recursos Vinculados Federais-Total R$ 13.523.530,00. Liquidado até 28/11/2022: R$ 11.022.936,25 - Fonte 001 - Tesouro do Estado R$ 350.798,25 - Fonte 003 - Recursos Vinculados - Fundo Especial de Despesa R$ 0,00 - Fonte 005 - Recursos Vinculados Federais Total. R$ 11.373.734,50- Em execução. Programa São Paulo Amigo do Idoso - Apoio financeiro destinado à realização de obras, aquisição de equipamentos e materiais de natureza permanente visando a implantação de Centros de Convivência do Idoso-CCI, Centros-Dia do Idoso-CDI e Centros de Longevidade Ativa-CLA, bem como a realização de reformas para adequação de Instituições de Longa Permanência-ILPI. Reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para idosos- ILPI e certificação dos municípios que realizarem ações referenciadas pelo São Paulo Amigo do Idoso. Dotação inicial 2022: R$ 83.000.030,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 0,00 Em execução. É importante destacar que parte deste montante está reservado e outra parte foi oferecida para programas deficitários. Programas Estaduais de Transferência de Renda - Gestão operacional dos Programas Renda Cidadã - Benefício Idoso - Programa 3500 - Combate à Pobreza e Redução das Desigualdades, Ação Jovem, Renda Cidadã, Vale Gás, SP Acolhe e Prospera - Programa 5124 - Bolsa do Povo. Dotação inicial 2022: R$ 463.289.218,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 301.028.790,08 Em execução. Melhoria das Condições de Vida da População em Situação de Vulnerabilidade - Promoção do desenvolvimento humano de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Dotação inicial 2022: R$ 25.712.216,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 55.890.000,00 Em execução. O valor liquidado é maior do que a dotação inicial porque, durante o exercício, houve suplementação de recursos visando a execução dos projetos previstos pela área técnica. Promoção, Saída e Autonomia da População em Situação de Rua - Disponibilização para osmunicípios do Programa de Contratualização por Resultados, que tem por objetivo promover asaída da população em situação de rua com autonomia. Dotação inicial 2022: R$ 6.500.000,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 0,00 Em execução. Os recursos desta ação estão aguardando a aprovação, pela Secretaria de Orçamento e Gestão, de elaboração de pedido de Reprogramação entre Elementos para outras ações da Pasta. Revitalização da Rede Executora - Emendas impositivas apresentadas pelo Legislativo do Estado integrantes da Lei Orçamentária Anual-LOA, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2022, pagas por meio de repasse Fundo a Fundo. Dotação inicial 2022: R$ 10,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 31.192.320,31 Em execução. Políticas sobre Drogas - Reintegração Social e Autonomia - Apoio técnico e financeiro a organizações sociais para execução de ações socioassistenciais que atuem na prevenção, acolhimento em casa de passagem, na promoção da reinserção social a pessoas com histórico de uso de substâncias psicoativas e na redução de situações de vulnerabilidade social. Dotação inicial2022: R$ 1.636.010,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 1.518.133,85 Em execução. Atendimento Social em Comunidades Terapêuticas - Acolhimento Institucional - Execução de ações socioassistenciais que atuem na prevenção, acolhimento, reinserção social e na redução de situações de vulnerabilidade social de pessoas com histórico de uso de substâncias psicoativas e suas famílias, mediante apoio técnico e financeiro aos municípios e organizações sociais. Dotação inicial 2022:R$ 28.200.000,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 21.875.395,74 Em execução. Política de Segurança Alimentar e Nutricional - Vivaleite - Distribuição de leite fluidificado e enriquecido a crianças e idosos, com a finalidade de combater as principais carências nutricionais da população noEstado de São Paulo. Dotação inicial 2022: R$ 186.800.410,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 174.059.332,97 - Fonte 001 - Tesouro do Estado R$ 1.387.758,68 - Fonte 041 - Tesouro - Crédito por Superávit Financeiro Total. R$ 175.447.091,65 Em execução. Durante o exercício foram disponibilizados R$ 40.000.000,00 por meio da Fonte 041 - Tesouro - Crédito por Superávit Financeiro, visando à execução da ação. Bom Prato - Visando a segurança alimentar e nutricional, oferece refeições de qualidade e com alto teor nutricional, a preços acessíveis à população de baixa renda, nas 69 unidades dos Restaurantes Populares Bom Prato, distribuídos por todo o Estado de São Paulo. Dotação inicial 2022: R$ 128.148.912,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 100.216.260,87 - Fonte 001 - Tesouro do Estado R$ 37.797.198,23 - Fonte 041 - Tesouro - Crédito por Superávit Financeiro Total. R$ 138.013.459,10 Em execução. Durante o exercício foram disponibilizados R$ 61.600.000,00 por meio da Fonte 041 - Tesouro - Crédito por Superávit Financeiro, visando à execução da ação. Bom Prato – Unidades Móveis e Sem Salão - Esta ação visa expandir o número de unidades do Bom Prato. Atualmente existem 27 unidades volantes em regiões de grande circulação da população-alvo, com disponibilização de refeições. Dotação inicial 2022: R$ 6.300.000,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 5.236.720,07 Em execução. Administração Superior Secretaria e Sede - Revitalização da Rede Executora - Celebração de parcerias com Prefeituras Municipais e Entidades Sociais decorrentes de demandas parlamentares, tendo em vista a construção, reforma e readequação de equipamentos sociais, revitalizando, dessa forma, a rede executora das ações, visando a melhoria do atendimento da população assistida. Organizações da Sociedade Civil Dotação inicial 2022: R$ 0,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 13.574.546,12 Em execução. Durante o exercício foram disponibilizados R$ 22.135.000,00, Fonte 001 - Tesouro do Estado, visando à execução da ação. Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares, exceto Saúde - Emendas impositivas apresentadas pelo Legislativo do Estado integrantes da Lei Orçamentária Anual - LOA, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2022. Dotação inicial 2022: R$ 44.999.395,00 Liquidado até 28/11/2022: R$ 5.252.653,45 Em execução.

Programa Bolsa do Povo - O Programa Bolsa do Povo foi instituído pela Lei Estadual nº 17.372, de 26 de maio de 2021, a fim de concentrar a gestão dos benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A referida Lei Estadual foi criada a partir da proposta de projeto de lei-PL 221/2021. É possível acompanhar todas as informações do processo legislativo no site da ALESP,

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

sendo certo que tanto o histórico de substitutivos apresentados, como de pareceres, fortalece o entendimento de que o Programa não é uma atividade governamental de longo prazo na vida das pessoas, mas sim um meio de promoção da autonomia, essa sim uma finalidade de longo prazo desejada para todos os beneficiários. O objeto do Programa incide sobre ações e projetos com ou sem transferência de renda, não tem a finalidade exclusiva de distribuição de renda, mas sim de agregar políticas públicas que produzam o efeito de retirar pessoas vulneráveis dessa condição, levando-as para a condição de autonomia. Podemos entender essa característica do Programaidentificando os tipos de benefícios: Transferência de renda: São ações caracterizadas pela transferência condicionada ou não de benefício monetário para indivíduos e famílias. Desenvolvimento Econômico/Centro Paula Sousa: Estudantes. Desenvolvimento Social: Ação Jovem, Renda Cidadã, Vale Gás, SP Acolhe, Prospera Jovem. Educação: Estudantes. Geração de trabalho e renda: Tratam de concessão de auxílio pecuniário mediante a prestação de serviços em órgãos e equipamentos públicos por indivíduo em situação de desemprego, e/ou de auxílio monetário como incentivo para a qualificação profissional com ou sem foco empreendedor. Desenvolvimento Econômico: Via Rápida, Bolsa Trabalho, Bolsa Empreendedor, Novotec Expresso. Desenvolvimento Econômico/Centro Paula Sousa: Responsáveis. Desenvolvimento Social: Prospera Família. Educação: Responsáveis. Saúde: Acolhe Saúde. Auxílio monetário para fins específicos: São caracterizados por ações de transferência de recursos exclusivos para um determinado fim com recebimento condicionado à averiguação deste uso. Devido a isso, são programas destinados a públicos específicos, que não necessariamente estariam em situação de pobreza ou mais vulneráveis. Habitação/CDHU: Auxílio Moradia. Esportes: Bolsa Talento Esportivo. Distribuição de alimentos: Ação de distribuição de item alimentar, com a participação deorganizações da Sociedade Civil e de Municípios. Desenvolvimento Social: Viva Leite.Inicialmente vinculado à Secretaria de Governo, para fins de coordenação do Programa Bolsa do Povo, foi alterada sua coordenação pelo Decreto Estadual nº 66.826, de 8/6/2022, passando para a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDS. A Prodesp é a parceira do Programa para ações operacionais de pagamento, gestão de dados, sistema, emissão de cartões, logística, entre outras demandas operacionais, tendo a SEDS assumido a gestão do Contrato antes firmado entre Secretariade Governo e Prodesp, bem como o Convênio, instrumento jurídico onde constam metas e osvalores de transferência para pagamento das ações inseridas no Programa. Por todo o exposto acima, restam demonstradas as ações, metas, projetos e programas executados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo-SEDS, em 2022, para assegurar e promover os direitos sociais à população do nosso Estado.

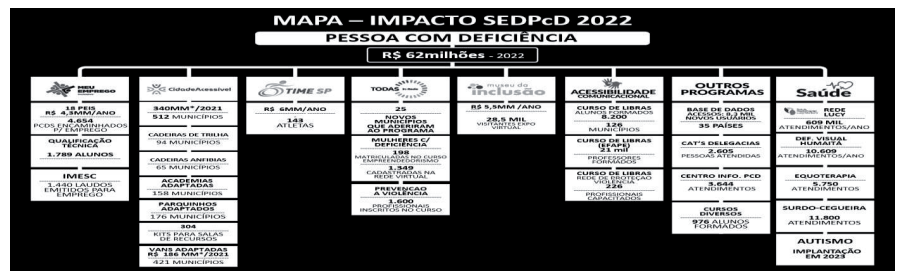
SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Contexto da Deficiência **-** A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo de São Paulo - SEDPcD, a primeira existente no Brasil, foi criada pela Lei Complementar nº 1.038, de 6/3/2008 e regulamentada pelo Decreto nº 52.841, de 27/3/2008, que a organiza. MISSÃO**:** à SEDPcD - cabe exercer funções e atividades que contribuam para a adequada condução das políticas públicas que visem a plena inclusão e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias - artigo 2º do Decreto nº 52. 841/08, tendo como missão assegurar o acesso destes à educação, saúde, esporte, cultura e acessibilidade a bens, estruturas e serviços da Sociedade. Esta garantia deve atingir os 3.401.404[2] paulistas que segundo o censo do IBGE 2010, apresentam pelo menos uma deficiência.

CENSO IBGE 2010	São Paulo	%	Brasil
População total*[1]	46.649.132	100%	213.317.639
Pessoas com deficiência*[2]	3.401.404	7,3%	45.606.048*[1]
Deficiência visual	1.360.455*[2]	40%	35.774.392
Deficiência auditiva	492.983*[2]	14,5%	9.717.318
Deficiência motora	979.375*[2]	28,8%	13.265.599
Deficiência intelectual	568.591*[2]	16,7%	2.611.536

1* Fonte: Estimativa Populacional publicada no Diário Oficial da União em 1º/7/2021 - Censo demográfico - IBGE/2010. 2* Censo demográfico - IBGE/2010 – Recorte do Grupo de Washington para estatísticas sobre Pessoa com Deficiência. Em todo o mundo as pessoas com deficiência apresentam as piores perspectivas de saúde, níveis baixos de escolaridade, pouca participaçãoeconômica e taxas de pobreza mais elevadas em comparação às pessoas sem deficiência. Grande partedestas condições se deve ao fato de enfrentarem barreiras no acesso a serviços básicos, como saúde, educação, emprego, transporte e informação, obstruindo sua participação plena e efetiva na sociedadeem igualdade de condições com as demais pessoas. Logo, a garantia do exercício dos seus direitos, sobretudo os direitos sociais, a este segmento da sociedade é uma forma de concretizar a construçãode uma sociedade para todos, e de reconhecer a pessoa com deficiência como um cidadão de direitos.Um segundo aspecto relevante é o novo olhar que a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoacom Deficiência, promulgada pela ONU em 2006, trouxe para à Sociedade: mudança da abordagem médica do conceito de deficiência, onde esta era entendida exclusivamente como uma limitação do indivíduo, para o ponto de vista do modelo social, que compreende a deficiência como o resultado das limitações e estrutura do corpo sob a influência de fatores sociais e ambientais no meio do qual está inserida. Desta forma, cabe à SEDPcD, enquanto órgão oficial do Estado, a responsabilidade de promover e coordenar a implantação de um conjunto de ações, serviços e programas em diferentes áreas, articuladas com as demais secretarias de Estado e outros órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, além de entidades sociais, instituições públicas ou privadas, ligadas à causada pessoa com deficiência, com o objetivo de promover a plena inclusão social de milhões de pessoascom deficiência em todo o Estado de São Paulo.

Contexto do Trabalho - Os principais objetivos dos Programas e Ações da Secretaria seguiram no sentido de continuar garantindo que as pessoas com deficiência tivessem seus direitos assegurados por meio de uma efetiva articulação de ações intersetoriais e descentralizadas em parceria com outros órgãos governamentais e não governamentais, com destaque as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Justiça e Cidadania, Esportes, Saúde, Cultura e Educação e Segurança Pública. Importante destacar que a Secretaria manteve um trabalho planejado na área de comunicação com o objetivo de estimular o contínuo respeito aos direitos das pessoas com deficiência, alargando o debate sobre a diversidade e trazendo à tona questões relevantes para este segmento da população, divulgando informações de utilidade pública e temas que fizeram parte na agenda nacional e que são tão caros à inclusão social desta população. O trabalho realizado neste ano também teve como premissa o desenvolvimento de ações intersecretariais e transversais seja no diagnóstico, planejamento, implantação e avaliação de ações conjuntaspor se configurar como uma estratégia muito efetiva para superar à exclusão social, que é multifacetada. Desta forma, a SEDPcD, reconhecendo-se como uma Secretaria meio, implementou uma agenda contínua e dinâmicacom as Secretarias apontadas acima. Acreditamos ter desempenhado firmemente o nosso principal papel de sensibilizar a sociedade, articulando ações no governo para que as pessoas com deficiência pudessem ser atendidas nas suas distintas necessidades nas políticas públicas fins, buscando condições favoráveis para sua inclusão e garantia de acessibilidade. A SEDPCD intensificou seus esforços para garantir a realização de seusProgramas, Serviços e Ações em formato presencial, contudo manteve também seus atendimentos na modalidade on-line, com ênfase na ação de apoio direto aos municípios. Pode-se considerar que o ano encerroua fase de transição e de retomada presencial das atividades, alicerçados nos seguintes focos de atuação: impulsionamento das ações de qualificação profissional, geração de emprego e renda; expansão de ações informativas sobre a violência contra a mulher com deficiência; ampliação dos cursos na área de acessibilidadecomunicacional, uso de tecnologia e inclusão; retomada das ações de incentivo ao esporte paralímpico; entregae instalação de equipamentos voltados à mobilidade, saúde, lazer, educação e bem-estar das pessoas com deficiência a municípios, tais como cadeiras anfíbias, cadeiras de trilhas, academias adaptadas, parquinhos adaptados, vans adaptadas e kits de acessibilidade; ações de incentivo ao empreendedorismo feminino; e incentivo à criação de conselhos municipais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência. O trabalho foi elaborado de acordo com os seguintes programas/eixos temáticos:



Programas, Serviços e Ações Desenvolvidas **-** Programas **-** Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência - OBJETIVO: plataforma criada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que reúne em um sistema de BI - Business Intelligence, dados censitários e informações sobre a pessoa com deficiência organizados nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento social, esportes, acessibilidade, entre outras. Um dos objetivos desta ferramenta é ser um instrumento para a indução de políticas públicas, um ponto de partida para a construção de novas ações inclusivas nas esferas municipais e estadual. Para tanto, esta plataforma disponibiliza dados organizados e integrados sobre diversos aspectos da vida das pessoas com deficiência no Estado de SP, transformando-os em informações úteis para a tomada de decisões. Também é um dos objetivos de a ferramenta ser fonte de estudos para os pesquisadores e profissionais interessados na causa, além de ser um instrumento de monitoramento do progresso das políticas relacionadas a deficiência e da implementação da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da LBI - Lei Brasileira de Inclusão. Parceiro: FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Período: janeiro a novembro/2022 - Resultados Alcançados: O número de usuários que acessaram a plataforma no período foi de 8.336 pessoas de 35 países. Dos 10 temas disponíveis para acesso, destacamos os 3 mais pesquisados: dados censitários; emprego e renda; e educação. Abaixo, segue tabela indicando a progressão mensal dos usuários:

Mês/2022	Usuários	Novos Usuários
Janeiro	491	438
Fevereiro	662	597
Março	1020	946
Abril	931	824
Maio	720	636
Junho	705	633
Julho	716	643
Agosto	848	783
Setembro	915	848
Outubro	891	825
Novembro	437	373
Total	*8336*	*7546*

Há de se destacar, ainda, o impacto da Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência na mídia: tivemos um total de 191 publicações entre mídia tradicional e on-line, em diversas cidades dolitoral, interior e capital do Estado de São Paulo. Segue imagens de algumas publicações: Insta apontar a utilização da Base de Dados como referência em artigos relacionados à área: Por fim, segueimagem do atual layout do website:



Link da Base de Dados: https://basededadosdeficiencia.sp.gov.br/ -Programa Meu Emprego Inclusivo **-** Objetivo: ampliar a empregabilidade das pessoas com deficiência por meio de ações de busca ativa de candidatos, entrevistas de habilidades profissionais e funcionais, oferta de cursos de qualificação profissional, identificação de oportunidades, quebra de barreiras no ambiente corporativo de modo a garantir a inserção, permanência e desenvolvimento profissional por meio da metodologia do emprego apoiado. Este Programa conta com a parceria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, CPS – Centro Paulo Souza e IMESC - Instituto de Medicina Social e de Criminologia de SP, autarquia vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania. Dentro deste Programa destacamos as duas estratégias de trabalho utilizadas: PEIs - Polos de Empregabilidade

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

Inclusiva. Parceiros De Execução: ITS - Instituto de Tecnologia Social; SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; IJC - Instituto Jô Clemente-antiga APAE de SP; Associação de Educação do Homem de Amanhã-Guardinha; RibDown - Associação Síndrome de Down de Ribeirão Preto; e APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Rio Preto. PERÍODO: janeiro a novembro-realizado - Resultados Alcançados: No ano foram implantados 9 novos PEIs - Polos de Empregabilidade Inclusiva na modalidade de atendimento on-line, bem como 1 PEI presencial no município de Franca. Ademais, há a previsão da abertura de 2 PEIs presenciais nos municípios de Itapeva e Barretos até o final de dezembro. Desta forma, o ano se encerrará com o programa possuindo 20 PEIs em operação no Estado de SP. No período alcançamos os seguintes resultados: 3.722 pessoas com deficiência entrevistados; 4.654 candidatos com deficiência encaminhadas para vagas de emprego; 493 pessoas efetivamente inseridas no mercado; taxa de permanência no emprego de 92,12%; 1.440 laudos do perfil funcional para emprego emitidos pelo IMESC; e adesão de 299 empresas ao Programa. Qualificação Profissional - Parceiro De Execução: Cps - Centro Paula Souza - Resultados Alcançados: com o propósito de ampliar a empregabilidade das pessoas com deficiência no Estado de SP por meio da oferta de qualificação técnica, oferecemos, na modalidade remota e acessível, 4 cursos: assistente de logística; assistente administrativo; assistente de RH; e técnicas de vendas. Ao longo do ano foram ofertados 17 cursos de qualificação profissional em 17 municípios: Aparecida; Araçatuba; Caieiras; Campinas; Casa Branca; Franca; Guara; Guarulhos; Itapetininga; Lagoinha; Limeira; Lins; Lorena; Pereira Barreto; Piracicaba; Potim; e São Paulo. Nestes cursos atingimos a meta de 1.789 alunos capacitados. Abaixo cards de divulgação de alguns cursos: Programa Cidade Acessível - Objetivo: A fim de incentivar a acessibilidade e a quebra de barreiras arquitetônicas nos municípios, além de garantir o direito à pessoa com deficiência de ir e vir e de ocupar os espaços públicos, foi lançado em setembro de 2021 - em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência - o Programa Cidade Acessível, com um investimento histórico em acessibilidade de R$ 340 milhões. Neste Programa foram mais de 1.100 convênios assinados com cerca de 512 municípios, onde foram estabelecidas as seguintes metas no Sistema de Monitoramento do Governo de São Paulo: 175 academias adaptadas; 275 cadeiras anfíbias; 522 cadeiras de trilha; 304 kits de acessibilidade para escolas da rede estadual e municipal; 16.100 kits de livros de libras para os alunos-ouvintes e surdos matriculados nas escolas públicas-anos iniciais; 225 parquinhos adaptados; e 530 vans também adaptadas. Importante destacar a relevância deste Programa considerando que ao longo dos últimos anos o tema da acessibilidade urbana ganhou espaço na agenda por estar pautado na garantia do direito de pessoas com deficiências poderem circular com autonomia e dignidade. O artigo 46 na LBI - Lei Brasileira da Inclusão garante "o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso", logo este Programa tem como objetivo ampliar o acesso e circulação de todas as pessoas com deficiência na cidade e nos equipamentos públicos. Por fim, insta apontar que este programa oportunizou a criação de 251 novos Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência - um incremento de 63% no número de Conselhos existentes. Parceiros De Execução: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional - Academias adaptadas - Objetivo: A ação tem o propósito de proporcionar inclusão social com qualidade de vida por meio da instalação de academias adaptadas em espaços públicos ao ar livre. Os equipamentos apresentam biomecânica e oferecem conforto ao usuário. Eles são práticos, funcionais e versáteis para possibilitar fácil acesso com segurança e aumentar a motivação da pessoa com deficiência física em realizar atividades físicas. Como estão localizadas em espaços públicos, as academias adaptadas podem ser acessadas livremente. Proposta de atendimento de 175 municípios, onde não há academias adaptadas. Cada academia adaptada contém 6 aparelhos, orçadas em R$46 mil por kit. Período: janeiro até 16 de dezembro. Resultados Alcançados: Até a presente data, foram instaladas 158 academias adaptadas em 158 municípios, com previsão de instalação de 22 unidades adicionais até o final de dezembro, totalizando 180 academias adaptadas, superando a meta estabelecida no Sistema de Monitoramento do Governo em 3%. Cadeiras anfíbias - Objetivo: A ação tem o objetivo de destinar cadeiras anfíbias para os municípios do Estado de São Paulo que possuem praias de água salgada, rios de água doce e represas. Esses equipamentos possibilitam que pessoas com deficiência tenham acesso ao banho de mar de maneira segura e confortável. As cadeiras utilizadas são chamadas de anfíbias, por serem fabricadas com pneu especial que permite superar a dificuldade da areia e não afundam dentro da água. Cada cadeira custa R$ 10 mil. Período: janeiro até 16 de dezembro. Resultados Alcançados: Até a presente data, foram entregues 262 cadeiras anfíbias para 65 municípios, com previsão de entrega de 66 unidades adicionais até o final de dezembro, totalizando 328 cadeiras anfíbias neste exercício, superando a meta estabelecida no Sistema de Monitoramento do Governo em 19%. Cadeiras de trilhas - Objetivo: Esta iniciativa visa equipar trilhas de cidades turísticas em Unidades de Conservação dos Parques Estaduais com a disponibilização de kit composto por três cadeiras de trilhas, possibilitando que pessoas com deficiência física e pessoas com dificuldade de locomoção possam participar das trilhas e ter a mesma experiência de outras pessoas. Cada kit com 3 unidades custa R$ 18 mil. Período: janeiro até 16 de dezembro. Resultados Alcançados: Até a presente data, foram entregues 558 cadeiras de trilhas para 94 municípios, com previsão de entrega de 324 unidades adicionais até o final de dezembro, totalizando 882 cadeiras de trilhas neste exercício, superando a meta estabelecida no Sistema de Monitoramento do Governo em 68%, devido a grande demanda pelos municípios. Kits de acessibilidade - Objetivo: O objetivo desta entrega foi garantir acessibilidade aos alunos com deficiência visual matriculados na rede estadual de educação, por meio da disponibilização de materiais e tecnologias assistivas nas salas de recursos das escolas públicas para que auxiliem no desenvolvimento pedagógico dos alunos cegos e/ou com baixa visão. Período: janeiro até 16 de dezembro. Resultados Alcançados: foram entregues 304 kits de acessibilidade para escolas da rede municipal e estadual, em perfeito atendimento a meta estabelecida no sistema de monitoramento do Governo. Abaixo, foto dos equipamentos entregues pelo Programa: Kits de livros de libras - Objetivo: O objetivo da ação é incentivar o ensino de libras nos primeiros anos de aprendizagem dos alunos-ouvintes e surdos matriculados na educação fundamental-anos iniciais, para quebra da barreira comunicacional entre os alunos. Esta ação prevê a distribuição de kits de livros de ensino de libras nas escolas públicas da 1ª a 5ª séries. Período: janeiro até 16 de dezembro. Resultados Alcançados: foram entregues 1.380 kits de livros de libras distribuídos, com a previsão de entrega de 14.720 kits adicionais até o final de dezembro, em perfeito atendimento a meta estabelecida no sistema de monitoramento do Governo. Parquinhos adaptados - Objetivo: Crianças com e sem deficiência podem utilizar os parquinhos adaptados que são instalados em espaços públicos e podem ser acessados livremente. Cada parquinho conta com 3 equipamentos, sendo o balanço adaptado simples e o vai e vem em nível, além do carrossel adaptado gira-gira-com 4 lugares. Período: janeiro até 16 de dezembro. Resultados Alcançados: foram instalados 180 parquinhos adaptados em 176 municípios, com previsão de instalação de 94 unidades adicionais até o final de dezembro, totalizando 274 parquinhos adaptados neste exercício, superando a meta estabelecida no Sistema de Monitoramento do Governo em 22%. Vans adaptadas - Objetivo: As Vans Adaptadas fazem parte do Programa Estadual Nova Frota - SP Não Para, do Governo do Estado de São Paulo, e visa disponibilizar aos municípios veículos adaptados para transporte seguro e adequado de pessoas com deficiência física que utilizam cadeira de rodas. Os veículos possuem 6 lugares para passageiros e 3 lugares para cadeiras de rodas e são equipados com sistema de elevador para acesso da cadeira de rodas ao veículo, além de fixadores e cintos de segurança, garantindo maior mobilidade e conforto às pessoas com deficiência. Período: janeiro até 16 de dezembro. Resultados Alcançados: foram entregues 411 vans adaptadas, com previsão de entrega de 119 unidades adicionais até o final de dezembro, totalizando 530 vans adaptadas neste exercício, em perfeito atendimento a meta estabelecida no plano de Governo. Programa Todas in-Rede - Objetivo: incidir na promoção do empoderamento e emancipação das mulheres com deficiência do Estado de SP, visando favorecer a melhoria da sua qualidade de vida e inclusão social. O Programa trabalha com 4 eixos estratégicos: trabalho, renda e autonomia financeira; prevenção à violência; empoderamento, autoestima e liderança e direitos afetivos, sexuais e produtivos. O destaque do Programa foi a elaboração de uma Rede Virtual de Mulheres com deficiência do Estado onde criamos um canal ativo de comunicação a fim de levar informações relevantes e fluxo de notificação de violência. Parceiros De Execução: Secretaria Estadual de Segurança Pública-DDMs - Delegacias de Defesa da Mulher, UNIVESP - Universidade Virtual do Estado de SP, Projeto Justiceiras e SEBRAE-SP. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: no ano contamos com a adesão de 26 novos municípios que assinaram o Protocolo de Intenções se comprometendo a implantar as ações oferecidas e mobilizar a rede de proteção local e as mulheres com deficiência. A Rede Virtual de Mulheres, uma das entregas do Programa, terminou o ano com a adesão de mais 241 mulheres com deficiência do Estado de SP, totalizando uma rede de 1.349 mulheres com deficiência cadastradas. O Programa também ofereceu neste exercício 3 cursos na modalidade online: O atendimento à Mulher Vítima de Violência - destinado a rede de proteção que contou com 279 alunos; Libras Básico para os profissionais da Rede de Proteção que contou com 302 alunos inscritos e curso EAD de empreendedorismo Sebrae Delas - Elas Realizam, destinado às mulheres com deficiência que contou ao longo do ano com 198 alunas inscritas. Segue a lista dos 26 novos municípios que aderiram ao programa: Jacareí; Santa Branca; Guararema; Peruíbe; Praia Grande; Cubatão; Osasco; Iguape; Cananeia; Eldorado; Ilha Comprida; Pariquera-Açu; Atibaia; Mairiporã; Pereira Barreto; Mendonça; Guaratinguetá; Capivari; Americana; Valinhos; Casa Branca; Logoinha; Mococa; Sertãozinho; Ilha Comprida; e Sorocaba. O Programa encerra o ano com 71 municípios parceiros. Museu da Inclusão - Objetivo: Gestão das atividades do Museu da Inclusão, contemplando seus projetos e ações previstos no plano de trabalho, visando a preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio relacionado às reivindicações por direitos dos movimentos sociais das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. Parceiro: Organização Social ABAÇAÍ Cultura e Arte. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: dentre as ações realizadas no exercício destacamos a reinauguração do museu no dia 10/12/2022, em celebração à data Internacional da Luta da Pessoa com Deficiência estabelecida pela ONU- Organização das Nações Unidas. Importante ressaltar, ainda, a manutenção do portal on-line do Museu da Inclusão, totalmente acessível, inclusive sendo o primeiro museu do Brasil a receber Selo de Acessibilidade Digital, certificado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade, segundo critérios e procedimentosestabelecidos na Portaria SMPED-GAB nº 28/2019. Ao todo, o portal teve 28.502 acessos. Média de2.591/mês. Abaixo o link do Portal do Museu da Inclusão: https://portal.museudainclusao.org.br/ - Encontro Regional Inclusão Mais Perto - OBJETIVO: Levar para conhecimento dos municípios do Estado de SP os Programas e Ações desenvolvidos pela SEDPcD, bem como, a apresentar os principais indicadores relacionadas à pessoa com deficiência do município/região para que sejam umponto de partida para o avanço das políticas públicas inclusivas. Resultados Alcançados: foram realizados 7 Encontros Regionais, direcionados aos seguintes municípios: Apiaí; Atibaia; Barra do Chapéu; Barra do Turvo; Barueri; Bertioga; Bom Jesus dos Perdões; Bragança Paulista; Cajamar; Cajati; Campo Limpo Paulista; Cananéia; Cubatão; Eldorado; Francisco Morato; Franco da Rocha; Guarujá; Iguape; Ilha Comprida; Iporanga; Itanhaém; Itaoca; Itapetininga; Itapirapuã Paulista; Itariri; Jacupiranga; Jarinu; Joanópolis; Jundiaí; Juquiá; Juquitiba; Mairiporã; Miracatu; Mongaguá; Nazaré Paulista; Pariquera-Açu; Pedro de Toledo; Peruíbe; Peruíbe; Perus; Piracaia; Praia Grande; Registro;Ribeira; Santana de Parnaíba; Santos; São Vicente; Sete Barras; Vargem; e Várzea Paulista. Serviços - Serviços na área da saúde - Rede de Reabilitação Lucy Montoro -Parceiro: Secretaria Estadual de Saúde - Objetivo: Visando proporcionar o melhor e mais avançado tratamento de reabilitação para pacientes com deficiências físicas incapacitantes, motoras e sensório-motoras, foi criada a Rede de Reabilitação Lucy Montoro pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo, pelo Decreto 52.973/08, regulamentada pelo Decreto 55.739/10 e alterada pelos Decretos 58.050/12, 61.003/14, 63.990/18 e 64.317/19. Atualmente, a Rede é constituída por um totalde 19 estabelecimentos de saúde, distribuídas da seguinte forma: 7 unidades na Capital do Estado; e 12 unidades no interior do Estado, nos seguintes municípios: Botucatu; Campinas; Fernandópolis; Marília; Mogi Mirim; Pariquera-Açú; Presidente Prudente; Ribeirão Preto; Santos; São José dos Campos; São José do Rio Preto; e Sorocaba. Segue mapa da atual distribuição da Rede de Reabilitação Lucy Montoro:



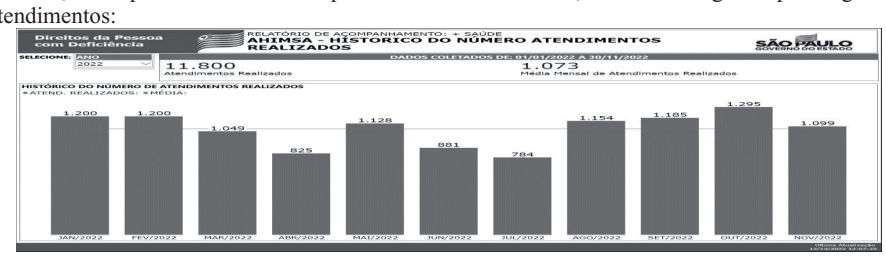
Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: 609.072 atendimentos. Na área da saúde, a Rede de Reabilitação Lucy Montoro terminou o ano com 19 unidades espalhadas por todo o Estado,com custeio de R$12,3 milhões/mês financiado pela SES - Secretaria Estadual da Saúde. Possui umaequipe altamente qualificada de mais de 900 profissionais, que produziu em média 55 mil atendimentos/mês e 1.846 atendimentos/dia. Destacamos a finalização da obra e assinatura do contrato de gestão para a implantação de uma nova unidade do Instituto de Reabilitação Lucy Montoro em Taubaté. A estrutura beneficiará diretamente 39 cidades, e oferecerá mais de 59 mil consultas ao ano, além de mais de 2,5 mil órteses e próteses. A unidade atenderá pessoas que necessitam de cuidados com deficiências auditivas e físicas, além de pacientes com incapacidades decorrentes das lesões encefálicas adquiridas, lesões medulares, paralisia cerebral, amputados e algias vertebrais. A previsão de funcionamento é para o primeiro trimestre de 2023. Centro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência Visual-Jardim Humaitá- Objetivo: Contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência visual objetivando minimizar as restrições na sua participação social e estímulo de atividades compatíveis com o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual relacionado ao aspecto cultural e social. Parceiro De Execução: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. PERÍODO: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: 10.609 atendimentos realizados. Equitação Inclusiva Objetivo: Proporcionar a socialização, a autoconfiança, a melhora do equilíbrio, da força musculare da coordenação motora, além de proporcionar prazer àquelas pessoas que realizam em uma abordagem interdisciplinar utilizando atividades lúdicas e os estímulos sensório-motores oriundos domovimento do cavalo. Os atendimentos ocorrem no parque da Água Branca e é voltado para jovens e crianças com deficiência, que após uma avaliação inicial, realizam o acompanhamento por até 1 ano. PARCEIRO: Associação de Equoterapia Educacional - Texas Ranch. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: No período elencado, foram 5.750 pessoas atendidas, com custeiode R$ 33 mil ao mês. Projeto Pessoas com Surdocegueira e Deficiência Múltipla Sensorial - OBJETIVO: Visa capacitar e promover o desenvolvimento de pessoas com deficiências múltiplas como a surdocegueira congênita ou adquirida, por meio de oficinas de arte em papel, patchwork/costura, mosaico, artes plásticas, comunicação, escrita e leitura, atividades física, cursos de auxiliar de panificação e culinária, para a melhora da qualidade de vida, autonomia e independência, inserção no mercado de trabalho e geração de renda familiar. PARCEIRO: AHIMSA -Associação Educacional para Múltipla Deficiência. PERÍODO: janeiro a novembro. RESULTADOS ALCANÇADOS: No período elencado, foram realizados 11.800

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

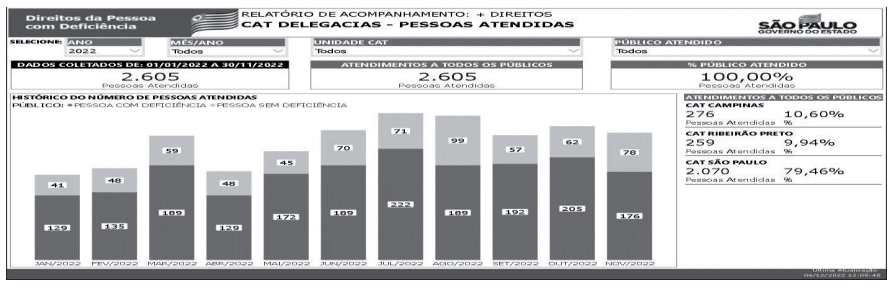
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

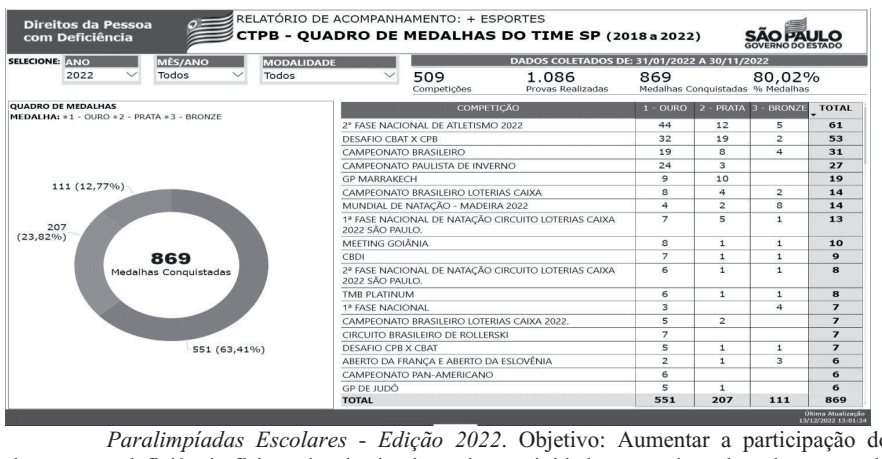
atendimentos- média de 1.073 atendimentos ao mês. O valor total do repasse deste exercício foi R$ 514.185,00 - repasse unitário médio por atendimento de R$ 43,58. Abaixo segue o quadro geral de atendimentos:



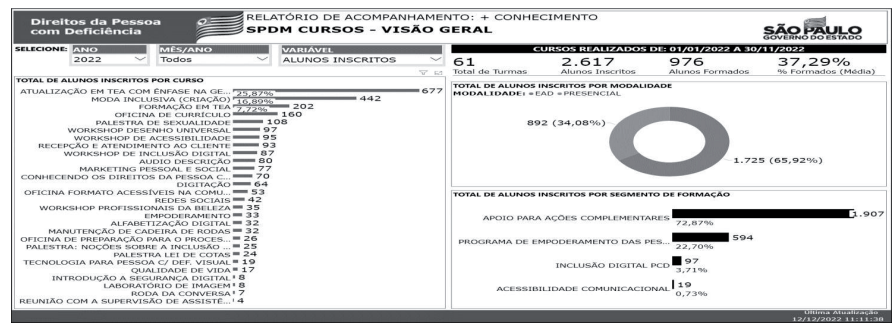
Serviços na área de prevenção à violência - Centro de Apoio Técnico para Atendimento às Pessoas com Deficiência em Delegacias. Objetivo: Os Centros de Apoio Técnico - CAT em unidades policiaistem como finalidade o recebimento, a concentração e a difusão de dados e denúncias sobre crimes eatos de violência contra a pessoa com deficiência, bem como a prestação de consultoria e apoio técnico aos demais órgãos de polícia do Estado de São Paulo em casos que envolvam pessoas com deficiência. Parceiro: IJC - Instituto Jô Clemente. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: foram inaugurados 3 novos Centros de Apoio Técnico às delegacias, instalados nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Santos, com a previsão de entrega de uma unidade adicional na cidade de Guarulhos até o final de dezembro, totalizando 5 CATs em operação. De janeiro a novembro foram atendidas 2.605 pessoas ao todo, destas sendo 1.927 com deficiência - 74%do total das pessoas atendidas. Deste total de pessoas com deficiência atendidas, 1.312 necessitaramdo auxílio de um intérprete - porcentagem de 68% da média de pessoas com deficiência atendidas. Ao todo, indivíduos de 75 municípios distintos foram atendidos. Dos atendimentos realizados, 545 culminaram no registro de BOs – Boletins de Ocorrência-28% do total de atendimentos. Abaixo segueo quadro geral de atendimentos:



Centro de Informação à Pessoa com Deficiência - Objetivo: O Centro de Informação à Pessoa com Deficiência tem como finalidade prestar serviços de informação e apoio às pessoas com deficiência,tais como reparos em cadeiras de rodas, reparos em bengalas, captação de currículos, assistência médica para laudos, dúvidas sobre vacinação, cursos e capacitação, entrevistas e orientações sobre direitos. Atualmente, contamos com 3 Centros de Informação à Pessoa com Deficiência operacionais:duas unidades no metrô da cidade de São Paulo, nas estações Tatuapé e Barra Funda, e uma situada na unidade do programa Canal Direto SP + Perto, no município de Bauru. PERÍODO: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: 3.644 pessoas atendidas, sendo 32% deficientes físicos, 19% deficientes intelectuais, 16% não informado, 16% deficientes auditivos, 16% deficientes visuais e 1%deficientes múltiplos. AÇÕES - Ações na área do esporte-CTPB - Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro - OBJETIVO: Fomentar o paradesporto brasileiro, criando condições para que seus atletas se destaquem nas competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, dando ênfase às técnicas avançadas e novas tecnologias a serem desenvolvidas a partir dos laboratórios de pesquisa eavaliação contribuindo com a ciência e tecnologia do paradesporto. O CTPB implantou um novo modelo de treinamento, concentrando em um único local 15 modalidades paraolímpicas, atendendo aos requisitos e recomendações das Federações Internacionais Paraolímpicas e aos Comitês Paraolímpicos Nacionais: atletismo, basquete, esgrima, rúgbi e tênis em cadeira de rodas, bocha, natação, futebol de cegos, futebol PC, goalball, halterofilismo, judô, tênis de mesa, triatlo e vôlei sentado. Parceiro: Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: Foram apoiados 9449 atletas em treinamento de 38 instituições e clubes distintos. Tivemos 105 competições/eventos realizados, os quais contaram com a participação de 10.972 atletase 6.101 membros integrantes da comissão técnica.Time São Paulo Paralímpico - Objetivo: planejar, organizar, executar, controlar e avaliar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas paraolímpicos de alto nível, vinculados ao Estado de São Paulo, que apresentem potencial de bom desempenho nos Campeonatos Mundiais. Parceiro: Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: A equipe atual do Time São Paulo conta com 143 atletassendo eles das modalidades paralímpicas: Atletismo-63 atletas, Natação-29 atletas, Atleta Guia- Atletismo-13 atletas; Tênis de mesa-9 atletas; Judô-6 atletas; Bocha-5 atletas; Ciclismo – Road-5 atletas; Parabadminton-3 atletas; Halterofilismo-2 atletas; Paracanoagem-2 atletas; Remo-2 atletas; Triatlo-2 atletas; Taekwondo-1 atleta; e Tiro Esportivo-1 atleta. Ao todo, foram realizadas 509 competições ao redor do globo, nas quais um total de 158 atletas realizaram 1.086 provas. Destas, conquistamos um total de 869 medalhas, nas seguintes proporções: 551 medalhas de ouro-63,41%; 207 medalhas de prata-23,82%; e 111 medalhas de bronze-63,41%.
Abaixo segue o quadro de medalhas do Time SP:



Paralimpíadas Escolares - Edição 2022. Objetivo: Aumentar a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadasdo território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte e ampliando a inclusão das pessoas com deficiência pelo esporte. PARCEIROS: Secretaria de Estado de Educação eSecretaria de Esporte Lazer e Juventude. PERÍODO: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: OEstado de São Paulo foi o campeão da 15ª edição das Paralimpíadas Escolares, conquistando o títulopela 7ª vez consecutiva. A competição contou com mais de 1,3 mil atletas com deficiência em idadeescolar, em 14 modalidades: atletismo, badminton, basquete em cadeiras de rodas-formato 3x3, bocha, futebol de cegos, futebol PC, goalball, judô, natação, taekwondo, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e vôlei sentado, com a estreia do halterofilismo nesta edição. A delegação de São Paulo neste ano foi a maior da história das Paralimpíadas, formada por 272 integrantes, sendo: 192 alunos, participando de todas as modalidades e 80 professores. São Paulo conquistou o título de primeira colocada na classificação geral, com 594 pontos, à frente de Santa Catarina e Pará. O Estadode São Paulo já havia vencido a edição de 2021 e era o maior campeão da competição, agora com deztítulos-2006, 2009, 2011, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021 e 2022. Em 2020, o evento não foi realizado devido à pandemia de Covid-19. Ações na área de acessibilidade comunicacional eformação - Curso de libras - Objetivo: ofertar ao público em geral dos módulos básico, intermediárioe avançado do curso de libras a fim de ampliar as possibilidades de interação entre pessoas com e sem deficiência auditiva por meio da Língua Brasileira de Sinais. Parceiro: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados:ao longo do ano foram realizados 104 cursos de libras, totalizando 79 cursos básicos, 17 cursos intermediários e 8 avançados. No total atingimos o número de 12.331 alunos matriculados em 270 municípios do Estado de SP. O destaque foi a realização da Edição de 2022 do curso de Língua Brasileira de Sinais - Libras, elaborado em parceria com a EFAPE - Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação, destinado aos professores da rede pública estadual emunicipal de ensino, a fim de garantir a acessibilidade comunicacional. O curso contou com 6.505 professores da rede nacional de educação inscritos. Cursos diversos - Objetivo: Ofertar ao público com deficiência e profissionais que trabalham na rede de atendimentos e cuidados da pessoa com deficiência cursos que possibilitem maior inclusão social. Parceiro: SPDM - Associação Paulista parao Desenvolvimento da Medicina. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: foram ofertados 27 cursos e atividades educativas a saber: oficina de currículo; moda inclusiva-criação; áudio descrição; conhecendo os direitos da pessoa com deficiência; redes sociais; workshop de desenho universal; alfabetização digital; digitação; empoderamento; marketing pessoal e social; qualidade de vida; recepção e atendimento ao cliente; workshop de acessibilidade; atualização em transtorno de espectro autista - TEA com ênfase na gestão de comportamentos na escola e no treinamento parental; formação em TEA; laboratório de imagem; manutenção de cadeira de rodas; oficina para preparação para o processo seletivo; oficina formato acessíveis na comunicação pública; palestra de sexualidade; palestra lei de cotas; palestra: noções sobre a inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados nos processos de trabalho, reunião com a supervisão de assistência social do Jabaquara ; roda de conversa; tecnologia para pessoa c/def. visual; workshop de inclusão digital; workshop profissionais da beleza; e introdução à segurança digital. No total foram realizadas 61 turmas distintas, as quais contaram com 2.617 alunos inscritos. Ao todo, houve a diplomação de 976 alunos-média de 37,3%. Abaixo o quadro geral de atendimentos realizados:



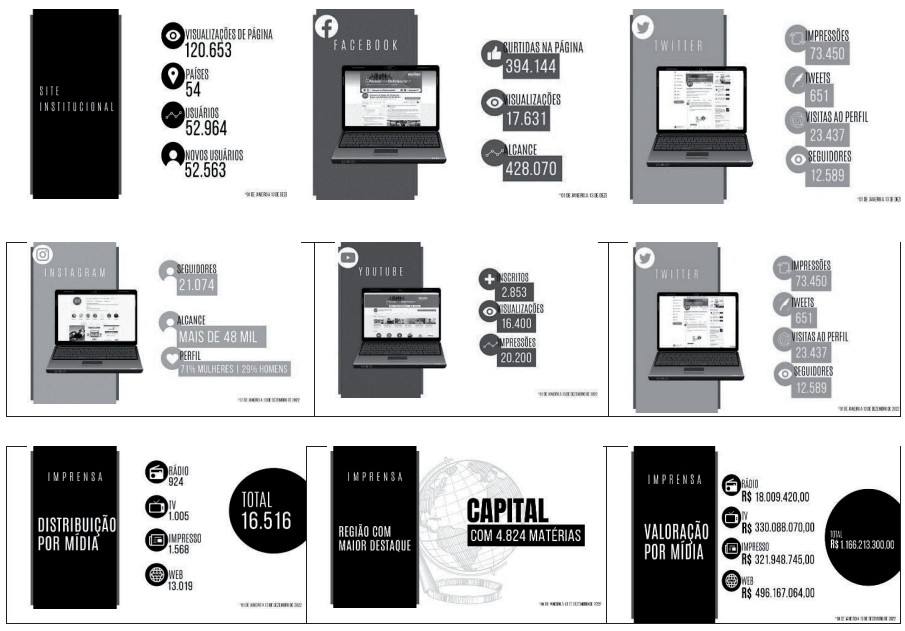
Grupo de Trabalho – Universidades - Objetivos: No intuito de fortalecer a inclusão no Ensino Superior e Técnico no Estado de São Paulo e melhorar os indicadores ligados especificamente ao acesso e a permanência de alunos com deficiência nas Universidades, a Secretaria consolidou a criação de uma Comissão Estadual de Inclusão no Ensino Superior. É atribuição desta Comissão servir como um espaço de representação das instituições envolvidas, bem como dar subsídios as universidades e escolas técnicas do Estado. Parceiros: Centro Paulo Souza; USP - Universidade de São Paulo; UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, UNESP - Universidade Estadual Paulista, UNIVESP - Universidade Virtual do Estado de São Paulo; e CPS - Centro Paulo Souza. Período: janeiro a novembro. Resultados Alcançados: divulgação da Cartilha de Boas Práticas para Inclusão das Pessoas com Deficiência no Ensino Superior, a qual estabelece diretrizes, sugere a criação de estruturas, protocolos e procedimentos, bem como, incentiva as universidades a transformarem sua cultura institucional. A expectativa é que, servindo como um guia a ser adaptado à cada contexto - respeitando assim a autonomia universitária - a cartilha concorra para a inclusão de alunos, professores e funcionários que tenham alguma deficiência na comunidade acadêmica.

Conselho Estadual Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência - O Estado de São Paulo é composto por 645 municípios dos quais 408 contam com Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência, ou seja, 63,3% dos municípios paulistas. O Conselho Municipal representa a pessoa com deficiência junto à prefeitura e demais colegiados locais, contribuindo para a elaboração e implantação de políticas públicas de interesse para esta população. Além dos conselhos municipais,o Estado de São Paulo também conta com o Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência - o primeiro a ser criado no País. No ano de 2022 o Conselho Estadual realizou 12 reuniões ordinárias, nas modalidades presenciais e on-line. Como destaque, apontamos as eleições para as vagas de Conselheiros/as integrantes da sociedade civil que comporão a Gestão de 2022-2024, realizada em 19/4/2022 em turno único e na modalidade on-line.

*Ações De Comunicaç*ão - Boletim Eletrônico InclusãoSP News - Objetivo: levar informaçõesde utilidade pública para às pessoas com deficiência com o objetivo de informá-los sobre as ações da SEDPcD e atualizá-los com informações relevantes ao segmento das pessoas com deficiência. O propósito é que o Boletim seja um elo da Secretaria com a Sociedade por meio de disseminação de informações de utilidade pública. Sua publicação é mensal, todavia, em decorrência das Eleições Gerais de 2022, todas as campanhas e ações classificadas pelas Leis nº 9504/97 e 13.303/16 como publicidades institucionais foram vedadas durante o período de restrição eleitoral, que perdurou de 2/7 até 31/10/2022. Período: janeiro a dezembro. Resultados Alcançados: Divulgação de 6 Edições do Boletim para um mailing de 30 mil pessoas por edição. Também foram produzidos 4 boletins internos para colaboradores da Secretaria - início de envio em março. Abaixo alguns dos Boletins veiculados: Plano de Comunicação Institucional - Objetivo: A comunicação continuou sendo uma ferramenta estratégica para a SEDPcD-SP no ano, uma vez que nosso papel de levar informações acessíveis a todas as pessoas com deficiência, é nossa maior vocação. Todos os programas e ações foram trabalhados com releases que nos colocaram em destaque em todo o Estado de São Paulo, seja na mídia impressa, rádio e TV, assim como de forma virtual na internet. Além de divulgar nossos programas e ações, o Plano de Comunicação visa levar as informações para todo o Estado de forma ampla e direcionada. Este ano foi atípico, pois em decorrência das Eleições Gerais de 2022, todas as campanhas e ações classificadas pelas Leis nº 9504/97 e 13.303/16 como publicidades institucionaisforam vedadas durante o período de restrição eleitoral, que perdurou de 2/7 até 31/10/2022. Assim, as redes sociais e sites de todas as Secretarias do Governo de SP ficaram sem atualização durante este ínterim, impactando nos resultados. Também não pudemos enviar

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

boletins e informativos. Vale citar que em 2022, tivemos 92 matérias em mídias internacionais. Período: janeiro a dezembro. ResultadosAlcançados:



Resultados da Ouvidoria **-** A Ouvidoria da SEDPcD - SP é uma ferramenta de comunicação com a população que visa fortalecer as estratégias de gestão participativa, ampliando o processo de controle social e trazendo para dentro da gestão as avaliações, opiniões e ideias geradas pelas pessoascom deficiência. De janeiro a novembro a Ouvidoria da SEDPcD recebeu 158 contatos, alcançando os seguintes resultados:

Atendimentos Da Ouvidoria SEDPCD		
Espécie	*Quantidade*	*Porcentagem*
Informações	128	81%
Reclamações	19	12%
Denúncias	6	3,8%
Elogios	2	1,3%
Outros	3	1,9%
TOTAL	158	100%

Recursos Humanos **-** O Centro de Recursos Humanos é o órgão Setorial do Sistema de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. As atividades estruturadas, decorrentes das atribuições relacionadas ao sistema de administração de pessoal, são constituídas de tarefas cotidianas de gerenciamento do fluxo documental e burocrático inerente aos diversos processos existentes em RH, tais como a prestação de orientação técnica, planejamento, legislação de pessoal, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, executados de acordo com o Decreto nº 52.833 de 24/03/2008, o qual define as competências do Órgão do Sistema de Administração de Pessoal**.** No ano de 2022, a SEDPCD teve em seu quadro de pessoal, 53 servidores lotados na Sede, sendo 17 destes efetivos-32% do total e 36 comissionados-68% do total, distribuídos entre as diversas áreas, voltados a projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, na administração e ainda atuando nas parcerias existentes com a Secretaria. Dentre os processos existentes na área de RH, estruturamos com maior agilidade o processo de solicitação e programação de férias para o ano seguinte, feita por meio de informativos enviados por e-mail aos servidores para preenchimento de suas respectivas escalas de férias, possibilitando que a solicitação do período escolhido seja encaminhada diretamente ao RH. Por sua vez, o processo de Avaliação de Desempenho Individual, por meio de formulários totalmente on-line, impressos uma única vez, isto é, somente após cumpridas todas as etapas existentes, possibilitam a realização de um trabalho célere, econômico, responsável com o meio ambiente e com o crescimento da Instituição. Mantivemos o Programa de Qualidade de Vida aos servidores, com a utilização de cartão magnético VR-Vale Refeição, para que estes possam fazer suas refeições em restaurante de livre escolha, o que traz grande satisfação aos colaboradores da Pasta. Importante ressaltar, por fim, que a importância da parceria com outras Secretarias de Estado, que nos propiciaram cursos e capacitação de recursos humanos, assegurando melhoria contínua da transparência e agilidade dos atos. As atividades desenvolvidas e realizadas foram medidas constantes no tocante ao desenvolvimento pessoal e organizacional, inseridos na linha de orientação, no que concerne a valorização e formação do potencial humano, e a qualidade dos serviços da administração pública.

Contratos de Gestão e Termos de Cooperação Técnica -Vigentes em 2022

Item	*Parceiro*	*Objeto*
01	ABACAI CULTURA E ARTE	CONTRATACAO DE ORGANIZACAO SOCIAL PARA GESTAO DO MEMORIAL DA INCLUSAO - CONTRATO 001/2019.
02	ASSOC.PAULISTA DESENV. MEDICINA -SPDM	CONTRATO DE GESTÃO - GERENCIAMENTO DO CTI –HUMAITA.
03	ASSOC.PAULISTA DESENV. MEDICINA -SPDM	CONTRATO DE GESTAO - GERENCIAMENTO DO CTI – PEFI.
04	ASSOC. DE EQUOTERAPIA EDUCACIONAL – TEXAS RANCH.	Execução de Projeto Equitação Inclusiva para Crianças e Adolescentes com Deficiência e de Baixa Renda, em Área definida no Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Meio Ambiente, no âmbito do Parque Doutor Fernando Costa, mais conhecido como Parque da Água Branca.
05	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO PAULO	Execução das Atividades do Centro de Apoio Técnico da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, composta de Equipe Multidisciplinar.
06	COMITE PARAOLIMPICO BRASILEIRO CPB	Renovação e continuidade do Projeto TIME SÃO PAULOPARAOLIMPICO.
07	AHIMSA ASSOCIACAO EDUCACIONAL P/MULTIPLA DEFI	Execução do Projeto “PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA”.
08	COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO - CPB	Gestão do Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro ("CTPB") e a Execução de Atividades em suas Instalações
09	SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	Termo de Cooperação Técnica com vistas a promoção dedesenvolvimento de ações sociais integradas no âmbito do Programa "Meu Emprego Inclusivo"
10	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO - DETRAN	Estabelecer condições de Cooperação Mútua entre os Partícipes, visando à ampliação dos Exames Práticos de Habilitação para as Pessoas com Deficiência, consoante Ações previstas no Plano de Trabalho
11	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ	Promoção de ações conjuntas para o desenvolvimento de campanhas de cidadania e orientação à pessoa com Deficiência na cessão de espaços para a instalação de quiosques nas dependências das estações do METRÔ
12	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICAPAULO SOUZA - CEETEPS	Convergência de Esforços entre a SEDPcD e o CEETEPS, por Intermédiode sua Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada, visando a Realização de Cursos Profissionalizantes Via Ensino Remoto, para Pessoas com Deficiência Física, Visual, Auditiva e Intelectual em Situação de Vulnerabilidade
13	INSTITUTO DE MEDICINASOCIAL E DE CRIMINOLOGIADE SÃO PAULO - IMESC	Estabelecer a Mútua Cooperação entre a Secretaria e o IMESC, Visando Difundir, NA BASE DE DADOS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Metainformações/Metadados Extraídas das PERÍCIAS elaboradas pelo Instituto nas Ações de INTERDIÇÃO e de CURATELA, incluindo as de NATUREZA EXTERNA, realizadas de Forma a Disponibilizar para a Sociedade Elementos para a Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência, assegurados em Lei
14	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	Compromissos que ora assumem, para dar efetividade aos direitos previstos na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência pertinentes ao direito à educação dos alunos e da comunidadeescolar com deficiência da rede estadual de educação
15	UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP	Estabelecer condições de cooperação entre os SIGNATÁRIOS, comvistas a ampliar a acessibilidade dos cursos de graduação ofertados pela UNIVESP aos seus alunos com deficiência, em atendimento às exigências da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
16	INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS	Implantação e Operacionalização do Polo de Empregabilidade Inclusivada Boa Vista (Capital), no âmbito do Programa Meu Emprego Inclusivo.
17	INSTITUTO JÔ CLEMENTE	Transferência de Recursos Financeiros destinados à Implementação do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo de Empregabilidade Inclusivo da Região De Registro.
18	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ (GUARDINHA)	Transferência de Recursos Financeiros destinados à Implementação do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo de Empregabilidade Inclusivo da Região de Campinas.
19	ASSOC. SÍNDROME DE DOWN DE RIBEIRÃO PRETO - RIBDOWN	Transferência de Recursos Financeiros Destinados à Implementação do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo de Empregabilidade de Ribeirão Preto.
20	INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS	Transferência de Recursos Financeiros Destinados à Implementação do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo de Empregabilidade Inclusivo On Line de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília – Equipe 1.
21	INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS	Transferência de recursos financeiros destinados à implementação do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo de Empregabilidade Inclusivo On Line de Piracicaba, Sorocaba e Bauru - Equipe 2.
22	INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS	Transferência de Recursos Financeiros destinados à Implementação do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo de Empregabilidade Inclusivo On Line do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Baixada Santista - Equipe 3.
23	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO JOSÉ DO RIOPRETO	Transferência de Recursos Financeiros Destinados à Implementação do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo de Empregabilidade de São José do Rio Preto.
24	INSTITUTO JÔ CLEMENTE	Transferência de Recursos Financeiros Destinados à Implementação do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo de Empregabilidadede FRANCA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo atende diariamente cerca de 3,5 milhões dealunos em 5.400 escolas distribuídas em 645 municípios sob jurisdição de 91 Diretorias de Ensino. São cerca de 260 mil servidores, dos quais 220 mil são do quadro do magistério. Com a missão de garantir a todos os estudantes a aprendizagem de excelência e a conclusão de todas as etapas da Educação Básica na idade certa, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - Seduc desde 2019 vem implementando o Plano Estratégico, tendo por visão de futuro ser a principal referência de educação pública no Brasil e estar entre os sistemas educacionais do mundo que mais avançam na aprendizagem. Nesse documento, disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/planejamento-estrategico/, foram traçados os objetivos que norteiam o trabalho da Pasta, a partir do diagnóstico daeducação paulista, em um processo de construção colaborativa. Com o intuito de organizar econcretizar as ações necessárias para o alcance dos objetivos, foram definidos projetos prioritários emetas em consonância com o Plano Nacional de Educação, Lei no 13.005/2014, com o Plano Estadualde Educação, Lei no 16.279/2016, e com o Programa de Governo. Os projetos prioritários estão em implementação e são organizados nos eixos aprendizagem, pessoas e gestão. São eles: Gestão da Aprendizagem, Inova Educação, Educa SP, Educação em Tempo Integral, Regime de Colaboração, Talentos em Rede, Profissionais da Educação para o Século XXI, Comunicação e Engajamento, NovoModelo de Gestão e *Compliance*, Eficiência Operacional, Escola Mais Bonita e Segurança nas Escolas. A seguir serão apresentados o andamento dos projetos prioritários e as atividades da Pasta ao longo do ano, contemplando também a sua entidade vinculada: Fundação para o Desenvolvimentoda Educação - FDE. A Fundação é o braço operacional da Seduc, responsável por viabilizar a execução de atividades específicas das políticas educacionais definidas pelo órgão, conforme Decretonº 64.297/2019. Entre suas principais atribuições estão: construir escolas; reformar, adequar e manteros prédios, salas de aula e outras instalações e oferecer materiais e equipamentos necessários à Educação. *Eixo Aprendizagem* **-** Na Educação Básica, ofertada na rede estadual de ensino, há aproximadamente 600 mil alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 1.32 milhões de alunos matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 1.27 milhões de alunos matriculados no Ensino Médio. Do ponto de vista da garantia da aprendizagem de excelência a todosos estudantes e da conclusão de todas as etapas da Educação Básica na idade certa, é necessário ofertaruma educação que prepare os estudantes para a vida e o mercado de trabalho. Assim, formando cidadãos autônomos, competentes e solidários na concepção da educação integral, desenvolvendo ascompetências para o século XXI. Nesse contexto tem-se cinco projetos estruturantes: Gestão da Aprendizagem, INOVA Educação, EducaSP, Educação em Tempo Integral e Regime de Colaboração. No escopo deste eixo estão a implementação do Currículo Paulista nas escolas regularese de tempo integral para as várias modalidades de ensino e públicos específicos atendidos e, também,a oferta de recursos didáticos, de tecnologias educacionais e de avaliações diagnósticas e formativas.Contém o Programa de Recuperação e Aprofundamento e iniciativas de gestão escolar integrada.

Gestão da Aprendizagem - O projeto se estrutura em componentes articulados para a implementação do Currículo de São Paulo, denominado Currículo Paulista, que apresenta as habilidades e competências específicas para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental-deliberação CEE nº 169/2019 e do Ensino Médio - deliberação CEE nº 175/2019. Assim, a Seduc passou a ter um documento curricular para toda a educação básica alinhado à BNCC-Base Nacional Comum Curricular. Em 2022, a oferta do novo currículo ocorreu em 100% das escolas que atendem o Ensino Fundamental e naquelas que ofertam a 1ª e 2ª série do Ensino Médio. A implementação na

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

3ª série do Ensino Médio ocorrerá em 2023. *Materiais Didáticos* - Em apoio à implementação do Currículo Paulista nas escolas, a Seduc oferta materiais de apoio chamados Currículo em Ação. Na campanha de 2022, foram disponibilizados materiais impressos para atender ao total de alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Também foram entregues cadernos de língua japonesa e língua inglesa dos Centros de Estudo de Línguas - CELs, simulados de preparação dos vestibulares e materiais de reforço e recuperação para apoiar os estudantes na recomposição das aprendizagens. Além da rede estadual, 491 municípios conveniados em regime de colaboração foram atendidos nosAnos Iniciais e 177 deles nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Adicionalmente, materiais complementares foram disponibilizados de forma impressa e digital para alunos e professores. Esse conjunto de materiais de apoio ao currículo totalizou mais de 33 milhões de exemplares.

Avaliação **-** Para acompanhar a implementação do currículo e o processo de progressão das aprendizagens dos estudantes, a Seduc ofertou avaliações diagnósticas, somativas e formativas, comdevolutivas para o professor planejar as intervenções pedagógicas. No campo das avaliações somativas, destaca-se a participação da rede estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, cujo resultado compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB, o principal indicador de qualidade da educação pública do Brasil. Os resultados da avaliação ajudam a retratar a realidade da educação e contribuir para direcionar a destinação de recursos e a implementação de políticas públicas. A aplicação do SAEB ocorre a cada dois anos. Entre os meses de novembro e dezembro de 2021 foi realizada em todas as escolas com alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental, e da 3ª série do ensino médio; e a uma amostra de escolas com alunos do 2º do ensino fundamental. A Secretaria promoveu ampla campanha de mobilização para ampliar a participação na avaliação, a fim de que as unidades escolares tivessem seus resultados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os resultados do SAEB foram divulgados pelo órgão responsável do governo federal-INEP em setembro de 2022 e podem ser acessados em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados.
Também como avaliação somativa destaca-se o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, em que é avaliado o domínio das competências e habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática. Participam alunos do 2º, 3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Em 2021 a aplicação do SARESP foi retomada após a pandemia realizada em dezembro envolvendo 7.564 escolas de todo o estado, distribuídas entre a Rede Estadual com 5.058 unidades - e a rede de Escolas Técnicas do Centro Paula Souza, com 217 unidades, alémda adesão de Redes Municipais, com 2.129 unidades, e escolas particulares, com 160 unidades, dentreas quais 143 unidades da rede SESI. Os resultados foram publicados em 2022 na página: https://saresp.fde.sp.gov.br/. Importante destacar que os resultados do SAEB 2021, dado o impacto da longa interrupção de aulas em função da pandemia, quando comparado aos resultados de 2019 tem de ser devidamente relativizados. Desta forma não obstante em 2019, 75,2% das escolas do Ensino Médio tiveram seu IDEB divulgado por ter o mínimo exigido de 80% de participação, esse número recuou para 40,63% em 2021, voltando praticamente aos níveis de 2017. Nos anos finais do ensino fundamental, a taxa de escolas com o mínimo de participação que em 2019 haviam atingido 89,8%, recuou para 80.46%. Por fim, nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de escolas com o mínimo de participação passou de 99,2% em 2019, para 91,47%. Os resultados do IDEB de 2021 da rede estadual, publicados em 2022, recuaram de 6.6 em 2019 para 6,1 nos anos iniciais do ensino fundamental, porém superando o resultado de 2019 de 5.2, os anos finais do ensino fundamental atingiram 5,3. Também superando o resultado de 4.3, o ensino médio atingiu 4,4. Esses resultados mostram pequeno avanço entre 2019 e 2021 nos anos finais e no ensino médio, expressivos se considerarmos que nesses níveis de ensino houve o maior avanço da série histórica do estado de SP. Nos anos finais do ensino fundamental a evolução de um ano para o outro foi de 1,9%, após um crescimento do indicador observado nas quatro últimas edições, em uma trajetória de evolução contínua, em que pese as adversidades observadas entre 2020 e 2021. No ensino médio a evolução em 2021 foi de 2,3% em uma trajetória com altos e baixos, mas com uma clara tendência de evolução ao longo dos anos da série histórica. Porém, dado o recuo na participação dos alunos na avaliação em função da pandemia, como dito, não há parâmetros para uma análise mais consistente. Como esperado o maior impacto na aprendizagem ocorreu nos anos iniciais, dada a etapa de alfabetização. À vista dos resultados, a SEDUC tem investido em projetos para recuperar a aprendizagem dos estudantes após esse longo período sem aulas presenciais. As avaliações diagnósticas e formativas também são aplicadas na rede estadual para identificar o nível de aprendizagem dos estudantes e permitem o acompanhamento do desenvolvimento do currículo durante o ano, subsidiando as escolas e os docentes nos processos de planejamento de ações e de intervenções pedagógicas. Trata-se de instrumentos investigativos em termos das competências e habilidades desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática e nas áreas de Ciências Humanas e da Natureza. As avaliações são elaboradas com base no Currículo Paulista e nas habilidades essenciais. Desde 2020, os resultados consolidados e orientações pedagógicas aos professores são registrados na Plataforma São Paulo, funcionalidade integrada ao sistema da Secretaria Escolar Digital - SED. Além disso, contém ações para apoiar a utilização dos resultados das avaliações externas, do SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica e do SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. A aplicação da Avaliação Diagnósticas de Entrada - ADE no ano de 2022, com o retorno das aulas presenciais, obteve uma participação bastante expressiva, alcançando 84% no 5º ano, mais de 80% no 9º ano do ensino fundamental e cerca de 70% na 3ª série do ensino médio. Nos anos de 2021 e 2022 também foi realizada a Avaliação de Fluência Leitura para estudantes do 2º, 3º e 6º ano do Ensino Fundamental da rede estadual. A Fluência em Leitura é definida como a capacidade de ler com velocidade, precisão e expressão adequada, envolvendo a prosódia ou expressão adequada, que abrange entonação e fraseado. A rede estadual obteve uma participação de mais de 80% do público-alvo, em suas duas edições. *Gestão* Integrada - Para a gestão dos resultados educacionais, a Secretaria implementou métodos de apoio às escolas no monitoramento da implementação das ações, com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes, a saber: Método de Melhoria de Resultados-MMR e Acompanhamento Pedagógico Formativo. A partir do 2º semestre de 2021, iniciou-se na rede a Gestão Integrada, para além da aprendizagem, expandindo o MMR para os eixos de processos e clima escolar, mantidas as reuniões sistemáticas para acompanhamento de ações. O MMR foi concebido como um método para a melhoria de resultados educacionais que tem como essência a construção participativa de soluções de problemas. O método propõe a identificação do problema, definição de causa raiz e a elaboração de um Plano de Melhoria nas Diretorias de Ensino e escolas, a partir dos resultados das avaliações, do fluxo e dos referenciais previstos para o ano. Há sistemática de acompanhamento nos três níveis de gestão da Pasta que possibilita correções de rumo no processo em um ciclo de melhoria contínua. É executado pelas 91 Diretorias de Ensino e 5.095 escolas regulares. O Acompanhamento Pedagógico Formativo visa dar apoio frequente e customizado ao Professor Coordenador e Diretor de cada Unidade Escolar contemplando no trabalho a definição e implementação de ações pedagógicas para melhoria da aprendizagem de todos os estudantes e o sucesso deles em suas trajetórias escolares, objetivando apoiá-los na implementação, avaliação e replanejamento das ações.

Política de recuperação *e aprofundamento da aprendizagem para todos os estudantes* - Parafortalecer e integrar essas diversas frentes para melhoria da aprendizagem, a Seduc criou e fortaleceu ao longo do tempo uma série de projetos, incluindo o Projeto de Recuperação e Aprofundamento, o Projeto de Reforço e Recuperação, o Projeto de Recuperação Intensiva, o Projeto Aprender Juntos eo Além da Escola. O Projeto de Reforço e Recuperação, instituído pela Resolução SE 37/2019, atualizado pela Resolução Seduc 26/2022, conta com apoio de professores adicionais que auxiliam nas aulas de reforço e recuperação de Língua Portuguesa e Matemática. Dentre as ações deste Projeto,incluem-se a formação dos profissionais da Educação e a construção e disponibilização de materiaisdidáticos específicos para o reforço e recuperação das aprendizagens. No ano, foram ofertados 10.862.136 materiais impressos de recuperação e aprofundamento, tanto para alunos quanto professores de Língua Portuguesa, Matemática de todos os anos/séries da educação básica-do 1º ano do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio e Ciências da Natureza para o 9º ano do ensino fundamental. Soma-se a realização de diversas formações aos docentes, sequenciadas entre si, para progressivamente qualificar o trabalho das escolas nas aulas de reforço e recuperação. O Projeto de Recuperação e Aprofundamento compreende um conjunto de ações articuladas entre si para a melhoria da aprendizagem dos estudantes durante o período regular de aulas, nas diversas frentes apontadas anteriormente - currículo, materiais didáticos, formação, avaliação, acompanhamento e tecnologia. O Projeto de Recuperação Intensiva - Resolução Seduc nº142, de 17-12-2021, consiste na oferta de aulas ao longo dos meses de janeiro e julho a estudantes da rede pública estadual, para que tenham oportunidades de retomar seu engajamento com os estudos, reforçar e recuperar aprendizagens essenciais. Pelo Projeto de Recuperação Intensiva, os estudantes que mais precisam realizam aulas de recuperação durante as férias. Durante as aulas do Projeto de Recuperação, são desenvolvidas ações pedagógicas preferencialmente com metodologias ativas, com foco no desenvolvimento de projetos que propiciem a contextualização da aprendizagem e a interação entre os estudantes. O Projeto Aprender Juntos para recuperação, reforço e aprofundamento diferenciados por níveis de aprendizagem do 3º ao 6º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas estaduais com o objetivo de consolidar habilidades dos estudantes do 3º ao 6º anos do Ensino Fundamental ligadas à aquisição do sistema de escrita e sua capacidade de ler, compreender e produzir textos orais e escritos e, também, ao letramento matemático, necessárias para que possam seguir sua trajetória escolar com sucesso, conforme prevê a Resolução Seduc 96/2021, alterada pela Resolução Seduc 26/2022. A Secretaria também oferta atividades de enriquecimento curricular por meio do Centro de Estudos de Línguas - CELs, de ambientes pedagógicos como as Salas de Leitura, e do Programa Escola da Família, descritos a seguir. Os Centros de Estudos de Línguas - CEL têm como objetivo proporcionar ao estudante da rede estadual a oportunidade de aprender uma ou mais línguas estrangeiras, para além do ensino da língua inglesa na rede regular, aumentando seu acesso a outras culturas e ampliando suas chances de inserção no mercado de trabalho formal. Atualmente são oferecidos os seguintes idiomas: alemão, espanhol, francês, inglês, japonês, mandarim e italiano. Os cursos oferecidos destinam-se a alunos matriculados no ensino fundamental a partir do 7º ano, ensino médio e EJA, além daqueles matriculados no ensino médio das escolas vinculadas ao Centro Paula Souza. Foram atendidos cerca de 47.000 alunos, distribuídos em 167 unidades do Centro de Estudos de Línguas. O Programa Sala de Leitura, instituído em 2009, oferta ambientes pedagógicos de trabalho interdisciplinar, apoiados no Currículo Paulista, apresentam-se como espaços dinâmicos e inovadores de convivência, com atividades de promoção da leitura, escrita, pesquisa e produção cultural diversificada incentivando o protagonismo, a inclusão e a criatividade de toda a comunidade escolar, em especial estudantes e professores de todas as etapas de ensino e faixas etárias. No tocante ao acervo, nessa gestão 2019-2022, foram enviados mais de um milhão e meio de livros para todas as escolas estaduais e municípios conveniados. Acervo que contemplou livros literários para os estudantes, obras técnicas para os professores e gestores. Destaca-se que parte desse processo contou com a participação direta de estudantes e professores para a escolha do material, o que gerou protagonismo e engajamento. Outra parte do acervo foi contemplada com obras de apoio à implementação dos aprofundamentos curriculares dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio e ainda outro montante teve como foco uma educação antirracista objetivando combater o preconceito e instrumentalizar estudantes e professores para trabalhar e debater sobre assuntos fundamentais de nosso cotidiano. O Programa Escola da Família - PEF, implantado em 2003, possibilita a abertura de escolas públicas estaduais aos finais de semana, em torno da realização de atividades educativas, no campo da educação não formal. As atividades desenvolvidas vão desde oficinas a campanhas sazonais, ações de prevenção e outras. Envolve a participação de 1.254 voluntários e 164 educadores universitários. Atualmente, o Programa encontra-se em 307 escolas, em 131 municípios.

O Currículo nas variadas modalidades e públicos atendidos - Promover a equidade supõe também dar respostas adequadas às expectativas do público atendido. Em relação à Educação EscolarIndígena, a Seduc atende, em todo o Estado, cerca de 1.480 estudantes de comunidades indígenas entre as séries dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, ensino médio, a modalidade educação de jovens e adultos-EJA, assim como na educação infantil. Enfatize-se que embora esta etapa de ensino seja de responsabilidade do município, também, é ofertada na rede estadual na Educação Escolar Indígena - em decorrência de sua especificidade. Atualmente, são 41 escolas e 12 salas vinculadas equipadas com infraestrutura específica voltada aos estudantes dos povos Guarani Mbya, Guarani Ñadeva, Terena, Kaingang e Krenak. Com base nas orientações do Currículo de SãoPaulo e contando com matrizes próprias nas escolas indígenas, os componentes curriculares são trabalhados a partir da cultura de cada povo e os professores, na maioria das vezes, são indígenas e membros das comunidades nas quais as escolas estão localizadas. Do total de alunos que frequentam as escolas da rede estadual, 12.900 autodeclaram-se indígenas. No que tange à Educação Escolar Quilombola, na rede estadual existem 2 escolas que ficam em território quilombola e 3 salas vinculadas. Há 11 escolas estaduais que recebem alunos oriundos das comunidades quilombolas, principalmente no ensino médio. Atualmente, há cerca de 133 alunos matriculados nestas escolas e 1.113 estudantes nas demais escolas que se autodeclaram quilombolas. Nas iniciativas referentes aosjovens em cumprimento de medidas socioeducativas, o atendimento educacional é garantido em classes vinculadas a uma escola pública estadual. Foram atendidos cerca de 2.340 estudantes. Nesse passo é importante destacar os Projetos Revitalizando a Trajetória Escolar desenvolvido nos Centrosde Internação-CI, e o Projeto Explorando o Currículo ofertado nos Centros de Internação Provisória-CIP da Fundação CASA, cujas ações educativas são fundamentais em uma organização curricular diferenciada e flexível, desenvolvidas por meio de atividades ajustadas ao caráter de transitoriedade e de permanência provisória dos alunos. Na Educação do Campo, as unidades escolares devem contribuir para que as propostas pedagógicas considerem as especificidades dos estudantes atendidospor essa modalidade. Nesse sentido, o atendimento é ofertado em 16 escolas em áreas de assentamentos, que contam com 1.730 matrículas, assim como estudantes de Comunidades Tradicionais Caiçaras, atualmente distribuídos em 3 Unidades Escolares. No caso do atendimento a estudantes migrantes internacionais, a rede estadual oferta Educação Básica para 15.200 estudantes matriculados no ano. Aos estudantes em situação de itinerância, a Seduc orienta quanto à importânciado acolhimento, matrícula e certificação de estudantes. Na temática Educação para as Relações Étnico-Raciais-ERER, os componentes curriculares são trabalhados a partir da compreensão da importância da escola como espaço de diálogo, reflexão e compreensão das diversidades e pluralidades identitárias e culturais. A Educação de Jovens e Adultos-EJA, modalidade de ensino queintegra a Educação Básica, é destinada a todos aqueles que, por diferentes motivos, não conseguiramdar continuidade ou não concluíram os estudos na idade convencionalmente própria. Considerando o atendimento a jovens, adultos e idosos, incluindo a população do sistema penitenciário, da EducaçãoEscolar Indígena e da Educação do Campo, foram registradas cerca de 167.200 matrículas na EJA narede estadual paulista, nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, distribuídas em aproximadamente 790 escolas estaduais; em 39 Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - -CEEJAs - atendimento individualizado e presença flexível; 15

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:33

escolas indígenas; 7 escolas do campoe em 156 unidades prisionais. Enquanto ação voltada ao público da Educação de Jovens e Adultos, destaca-se, ainda, o EJATEC, instituído em âmbito da Secretaria da Educação - Seduc e da Secretariado Desenvolvimento Econômico - SDE, que consiste na oferta de ensino profissionalizante como opção de itinerário formativo aos estudantes do Ensino Médio matriculados na modalidade EJA. Quanto à oferta de Educação Especial, em 2021 houve a publicação da Política de Educação Especialdo Estado de São Paulo - PEE-SP e, por conseguinte, seguem em curso as ações necessárias à sua implementação. Explicita-se que as escolas devem ser ambientes que valorizem as singularidades decada estudante; que o espaço escolar deve estar apto a oferecer as oportunidades necessárias ao desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos estudantes, com e sem deficiência; e que a todos é assegurado o direito de conviver em todos os espaços. Dentre os apoios, recursos e serviços ofertados nas escolas da rede estadual mencione-se o atendimento escolar domiciliar, o atendimentoescolar em ambiente hospitalar, o Atendimento Educacional Especializado-AEE, disponibilizado aosestudantes sob a forma de Sala de Recursos ou Modalidade Itinerante, como característica complementar ou suplementar ao ensino regular, no contraturno, pelo professor especializado. Este é o docente que, devidamente habilitado por área-deficiência auditiva, visual, física/motora, intelectual, TEA ou altas habilidades/superdotação, também atua na mediação pedagógica necessária ao atendimento das necessidades educacionais específicas dos estudantes nas Classes Regidas por professor Especializado-CRPE, enquanto forma de atendimento educacional, com estudantes que demandam apoio muito substancial, em decorrência de severa deficiência intelectual, TGD/TEA, grave deficiência múltipla ou grave comprometimento. Este tipo de atendimento, ofertado apenas em caráter excepcional, vem sendo desativado ao longo dos anos, diante da efetivação da inclusão, respondendo, atualmente, pelo atendimento a 137 estudantes. Em atendimento às diretrizes da PEE-SP, por meio do Ensino Colaborativo, em fase de instituição nas unidades escolares da rede estadual,o estudante com deficiência ou TEA passa a contar com a presença do professor especializado que, em apoio aos docentes regentes das classes regulares, atuará no turno da escolarização. O suporte aoprocesso de inclusão escolar é realizado ainda com apoio de professores interlocutores, que tem como atribuição viabilizar a comunicação dos estudantes com deficiência auditiva. Importante salientar que,no curso das ações necessárias à implementação da PEE-SP, as ações desenvolvidas pelo profissionalanteriormente denominado cuidador serão aperfeiçoadas, passando ao profissional de apoio escolar, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 13.146/2015 e ao acompanhante especializado, de acordo com a Lei Federal nº 12.764/2012. Em termos quantitativos, ressalta-se que neste ano forammatriculados na rede estadual aproximadamente 68.100 estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial e, deste total, 24.900 frequentaram as Salas de Recursos. No que se refere ao atendimento não inclusivo em escolas privadas sob custeio público, ofertado apenas nos casos em que os estudantes não se beneficiam da imediata inclusão em classes comuns do ensino regular nas escolas estaduais, houve o atendimento em 2022 a 21.000 estudantes, sendo 2.750 matrículas nas instituições credenciadas e 18.300 matrículas nas 286 instituições parceiras.

Currículo Paulista-Novo Ensino Médio - No atendimento aos jovens, o projeto Educa SP vema estruturar a implementação do Currículo Paulista para o Ensino Médio na rede estadual. O Novo Ensino Médio, disposto na Lei nº 13.415/2017, apresenta uma nova organização curricular à luz da BNCC. A principal característica é a maior flexibilidade de escolha de itinerários formativos pelos alunos. No ano letivo de 2021, a implementação do novo currículo do ensino médio teve início para os mais de 460 mil alunos matriculados na 1ª série desta etapa. Em 2022, o novo modelo foi expandidopara os alunos da 2ª série e, em 2023, abrangerá também os alunos da 3ª série. O Novo Ensino Médiogarante, na formação básica, o desenvolvimento das competências gerais e específicas de todas as áreas de conhecimento, organizadas pelos componentes curriculares que as compõem, e nos Itinerários Formativos há o aprofundamento e ampliação das aprendizagens conforme a escolha do estudante e de seu projeto de vida. Assim, a carga horária, nessa nova arquitetura, foi definida, buscando atender o máximo permitido por Lei, em que a formação geral básica conta com 1.800 horas. Isso se aplica às turmas do Ensino Médio diurno de tempo parcial, do noturno parcial e das escolas de Ensino Integral-tanto de 7h como de 9h diárias de aula. Os itinerários formativos têm no mínimo 1.200 horas para todos os estudantes, variando entre as turmas, de acordo com o turno. Os itinerários formativos estão organizados em duas partes: aprofundamento curricular com 900 horas e componentes específicos-Eletiva, Projeto de Vida, Tecnologia e Inovação, Orientação de Estudos, Práticas Experimentais. Estes componentes específicos variam de acordo com o turno e a carga horária da turma. Para a rede estadual, a organização do currículo traz 11 possibilidades de aprofundamento curricular, sendo 10 de áreas do conhecimento e 1 de formação técnica. Na carga horária referente aos itinerários formativos, o estudante poderá escolher uma ou duas áreas de conhecimento para aprofundar seus estudos, ou ainda, a formação técnica e profissional para se especializar. Para definição dos itinerários formativos ofertados, foi aberta a manifestação de interesse para os estudantes escolherem as opções de itinerário formativo que gostariam de cursar dentre as opções do catálogo apresentado pela Seduc, esse processo ocorreu em 2021. A manifestação teve como objetivo ajudar a escola a definir quais itinerários poderiam ser ofertados em cada turma da 2ª série. Mais de 376 mil estudantes responderam à manifestação, o que representa 89% do total de estudantes da 1ª série. Como resultado do amplo processo de diálogos e consulta à rede, a Seduc divulgou, em junho/21, o catálogo de itinerários formativos para que as escolas pudessem definir os aprofundamentos curriculares a serem ofertados durante o processo de rematrícula para 2022. Esse processo se repetirá anualmente para as novas turmas que ingressarem na 1ª série do Ensino Médio. Quanto aos estudantes efetivamente matriculados nos itinerários formativos ofertados aos alunos do ensino médio nas escolas da rede estadual em 2022, os mesmos totalizam cerca de 322 mil alunos. No que concerne à implementação, a Seduc vem realizando a formação continuada de professores e a construção de materiais de apoio. O documento orientador apresenta detalhes sobre a arquitetura do Novo Ensino Médio e os passos para a implementação. Maiores informações podem ser encontradas no portal: https://novoensinomedio.educacao.sp.gov.br/. Especificamente sobre a educação técnica e profissional, na rede estadual é ofertado o Programa Novotec, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico/Centro Paula Souza, com o objetivo de aumentar a integração do Ensino Médio com o mundo do trabalho. Foram atendidos cerca de 51,6 mil alunos nesses cursos.
Currículo Paulista - INOVA Educação **-** Integrando o Currículo Paulista, a implementação doINOVA Educação acrescentou novos componentes curriculares - Projeto de Vida, Tecnologia e Inovação e Eletivas - na matriz curricular dos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e doEnsino Médio da rede estadual, acompanhados de aumento do número de aulas diárias de 6 para 7, com duração de 45 minutos. Assim, desde 2020, os estudantes se desenvolvem plenamente, tanto a partir de habilidades cognitivas quanto socioemocionais. Em 2022, o Programa INOVA Educação foi ampliado, com a oferta dos componentes de Tecnologia e Inovação, Projeto de Convivência e Língua Inglesa para os estudantes do 1°ao 5° ano do ensino fundamental da rede pública estadual, chegando a 100% das escolas da rede estadual. Os componentes do programa Inova Educação também fazem parte dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, contendo as disciplinas de eletivas-educação financeira, teatro, empreendedorismo, dentre outros, Projeto de Vida-busca oferecer aos estudantes condições de se posicionarem diante dos contextos, desafios, limites e possibilidades deste século; desenvolvendo a expressão da visão que ele constrói de si em relação aoseu futuro e, por fim, Tecnologia e Inovação-mídias digitais, robótica e programação.

Centro de Inovação da Educação Básica Paulista **-** Inserido em uma tríade de inovação daSecretaria da Educação, composta pelo Inova Educação - Curricular e o Movimento Inova - Cultural,o CIEBP - Centro de Inovação da Educação Básica Paulista é um espaço que busca potencializar acriação, o desenvolvimento, a avaliação e a disponibilização de métodos, práticas e tecnologias paraatender aos desafios da educação pública contemporânea. A partir do fomento de metodologias eprocessos e do acesso a diferentes ferramentas e recursos, o CIEBP visa promover e impulsionar ainovação de forma ágil, baseada em evidências e integrada às realidades escolares, buscandoeficiência e oportunidades de geração de soluções para a Educação Básica paulista. São dezessete CIEBPs em funcionamento. Nestes ambientes, os estudantes participam de trilhas formativas, alémde oficinas para aprimoramento de projetos, rodadas de mentoria e articulação com *startups*. Os locaiscontam com sete salas para atividades com uso de computadores, programação robótica, jogosdigitais, pesquisa e idealização de projeto, abrigando, também, um pequeno estúdio do CMSP paragravação, sala *maker* de criatividade visual, prototipagem, fabricação digital e um Hub Educacional.

Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP e Recursos Tecnológicos **-** Instituído pelo Decreto nº 64.982, de 15/5/2020, o Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo é umainiciativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para contribuir com a formação dos profissionais da Rede e ampliar a oferta aos estudantes de uma educação mediada por tecnologia, deforma inovadora, com qualidade e alinhada às demandas do século XXI. O CMSP possui estrutura tecnológica que possibilita a veiculação e transmissão de conteúdos pedagógicos em multiplataformas. Os profissionais da educação e estudantes podem acessar o conteúdo via Aplicativo ou *Web* com canais de transmissão para as aulas síncronas ou pelo repositório do site do Programa para acesso assíncrono às aulas, além das Redes Sociais. O uso do Aplicativo é realizado com isenção de consumo de dados móveis. Além disso, estudantes em situação de vulnerabilidade podem contar com o uso de cartões SIM com plano de dados móveis ofertados pela Seduc-SP. O Programa, por consistir na produção, gravação, transmissão e armazenamento de conteúdos educacionais de forma virtual, permite também o acompanhamento das aulas pelos canais digitais da TV Cultura e TV Univesp. Em 2022, o CMSP inovou no modelo de transmissão de aulas mediadas por tecnologia para todos os anos/séries da Educação Básica com a possibilidade de interação pelo aplicativo entre o docente de estúdio do CMSP e as salas de aula. Em relação ao repositório, ofertamos Aulas Inéditas Gravadas e disponibilizadas para os estudantes, bem como apoio ao planejamento dos professores. Informações e acesso aos materiais do CMSP estão disponíveis em: https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/. Entre fevereiro e outubro, o CMSP realizou aproximadamente os seguintes volumes de gravações: em Ensino Fundamental Anos Iniciais, 1.878 aulas; em Ensino Fundamental Anos Finais, 1.641 aulas;e no Ensino Médio 4.333 aulas. Como apoio ao planejamento dos profissionais da educação, o CMSPtransmitiu, entre fevereiro e setembro de 2022, 426 Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo-ATPC. No período de janeiro a outubro, o número de acessos logados no repositório por servidores e estudantes da rede estadual e municipal foi de aproximadamente 104 mil, enquanto no aplicativo, o número de acessos foi de 1.185.077.

Educação em Tempo Integral **-** O Programa Ensino Integral -PEI oferta jornada integral paraestudantes, currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicação Exclusiva, comGratificação de Dedicação Exclusiva para professores e gestores. O Programa de Ensino Integral - PEI foi implementado em 983 escolas, totalizando 2.060 escolas da rede com jornada de 7 ou mais horas diárias. O número de estudantes atendidos nas escolas PEI já ultrapassa a Meta 6 do Plano Estadual de Educação, que estabelece a educação integral para, pelo menos, 25% dos alunos na educação básica. Foram ofertadas ações de formação aos servidores das redes estadual e municipais de educação do estado de SP em conformidade com os princípios e premissas do Programa. Para o 1ºsemestre de 2023 está prevista nova expansão, com implantação do Ensino Integral em mais 251 escolas, totalizando 2.311 escolas PEI estaduais.

Bolsa do Povo Estudante **-** Trata-se de programa de transferência de renda que tem como objetivo combater a evasão escolar e recuperação de aprendizagem para até 300.000 estudantes do 9ºano do Ensino Fundamental, ou do Ensino Médio, que estejam em situação de pobreza ou extrema pobreza - renda per capita mensal de até R$178. Os estudantes que participam do Programa devem frequentar, no mínimo, 80% das aulas para receber o benefício - até R$1.000,00 por ano letivo, em parcelas de R$ 100 e 200, que são depositadas bimestralmente por meio de um cartão de débito. Atualmente 143 mil estudantes estão ativos no Programa, cujo último pagamento ocorrerá em 20 de janeiro, referente ao último bimestre de 2022.

Eixo Gestão de Pessoas **-** O tamanho da estrutura de pessoal demanda que as etapas do ciclode políticas de recursos humanos sejam fortemente planejadas, executadas e comunicadas. Há, sob agestão da Seduc, conforme base de dados na data-base de 31/10/2022, o quadro do magistério-QM, composto por cerca de 220.000 servidores, o quadro de apoio escolar-QAE, com 39.000 servidores eo quadro de servidores da educação-QSE, que conta com 3.700 servidores. Para tal, desenvolve-se uma série de ações que visam melhorar e auxiliar o cotidiano dos servidores da Educação que serão explicitadas a seguir. Dentre benefícios, com a aprovação da PLC 37/2021 que resultou na edição daLei Complementar 1.363 de 13/121/2021, que dispõe sobre a concessão do Abono-FUNDEB aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino e cumprimento do mínimo de 70% de gasto com profissionais da educação, estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação Básica-Fundeb, em caráter excepcional e transitório, foi possível o pagamento do abono que contou com um investimento da ordem de R$1,55 bilhão. Os profissionais beneficiados a recebero abono foram dirigentes regionais de ensino, diretores de escola, professores da educação básica I -PEB I, professores da educação básica II-PEB II, supervisores de ensino e coordenadores pedagógicos. O valor pago foi proporcional à jornada de trabalho. Outro avanço importante na Seducem relação aos seus servidores foi a adequação dos módulos - que estavam em desacordo com as necessidades das unidades escolares. Dessa forma, criou-se a possibilidades de atribuição de Projetose Programas da Pasta, de modo a fazer com que mais oportunidades fossem disponibilizadas, fortalecendo a gestão nas escolas e trazendo mais servidores para a rede. Os seguintes cargos e funções tiveram o módulo atualizado: Coordenador de Gestão Pedagógica-CGP e Professor Especialista em Currículo-PEC - Resolução Seduc 53, de 29/06/2022, Resolução Seduc 61, de 13/7/2022 e Resolução Seduc 62, de 14/7/2022; Coordenador de Organização Escolar - COE - Resolução Seduc 41, de 1/6/2022 e Resolução Seduc 52, de 29/6/2022; Professor Orientador de Convivência-POC - Resolução Seduc 09, de 14-1-2021 e Resolução Seduc 130, 25/11/2021; Programa Ensino Integral-PEI - Resolução Seduc 07, de 26/1/2022 e posteriores. Projeto de Assistência ao Currículo - Resolução Seduc 04, de 11/1/2021; e Projeto de Apoio a Tecnologia e Inovação - Resolução Seduc 43, de 31/3/2021 e Resolução Seduc 49, de 27/4/2021. Em 2021, foi implantado o sistema de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano de 2022 na Secretaria Escolar Digital - SED, com início no mês de novembro. Neste sistema, foi possível realizar a Atribuição Inicial 2022 em fases, tanto pela Unidade Escolar, quanto pela Diretoria de Ensino, considerando todas as categorias dos docentes da rede estadual de ensino. Ainda nesse sentido, foi disponibilizada a conferência do saldo das aulas e a realização da Atribuição pelo Diretor de Escola e/ou Diretoria de Ensino, bem como a manifestação de interesse aos docentes, sendo que a associação das aulas/classes foi realizada automaticamente após a atribuição, gerando as cargas horárias para posterior envio à Secretaria da Fazenda, para processamento dos respectivos pagamentos. Ademais, foi possível realizar a Atribuição de Classes e Aulas durante o ano de 2021, o que trouxe maior celeridade tanto ao processo de atribuição quanto à contratação de novos docentes temporários. Convém ressaltar que com a aprovação do Lei Complementar 1.361, de 21/10/2021, todos os

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

contratos, tanto de docentes quanto de Agentes de Organização Escolar, foram prorrogados até dezembro de 2022, o que visa a qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e a continuidade no atendimento das rotinas escolares. Para a Atribuição Inicial de Classes e Aulas-2023, haverá melhorias implantadas no sistema, o que tornará o processo de atribuição mais eficiente tanto para a equipe gestora quanto para os docentes. Considerando o contexto pós pandêmico e de vedação de contratação durante o pleito eleitoral, a Seduc buscando soluções para suprir o déficit de servidores na rede estadual de ensino, realizou ações emergenciais para contratação temporária de docentes até o limite do mês de julho. Além da contratação temporária, a Seduc implantou novo processo de atribuição de classes e aulas durante o ano, nele houve a ampliação do quadro docente, considerando as diretrizes estabelecidas pela Indicação CEE 213/2021 que ampliou o campo de atuação profissional de acordo com formação acadêmica. Houve ainda, a partir do mês de junho, a ampliação da carga horária semanal do docente de 40 horas semanais para 44 horas semanais, de acordo com o novo regramento constante da Lei Complementar 1.374 de 2022. Concomitante a essas ações a Pasta reuniu esforços no sentido de viabilizar ingresso de servidores de concursos homologados antes da vedação do pleito eleitoral proporcionando novas chamadas para sessão de escolha de vagas de cargos autorizados, decorrentes de nomeações tornadas sem efeito, de modo que, será realizada em novembro/dezembro as seguintes chamadas: 79 Supervisores de Ensino; 45 Agentes de Organização Escolar. Publicada no D.O.E de 6/9/2021 o Despacho do Governador do Estado, autorizando a abertura da realização do concurso público, para provimento de 15 mil vagas de Professor de Ensino Fundamental e Médio. No que se refere à política salarial, a evolução funcional pelas vias acadêmica e não acadêmica, que se consubstancia na passagem do nível em que o servidor se encontre enquadrado para outro, é um importante mecanismo de melhoria de remuneração para o QM. A evolução funcional acadêmica busca aprimorar o conhecimento do servidor por meio de mestrado ou doutorado cujo conteúdo tenha, como objeto principal, sua área/disciplina de atuação no Magistério Paulista. Até 8/11/2022, 644 professores - PEB I e II, Supervisores de Ensino e Diretores de Escola tiveram o benefício concedido. A evolução funcional não acadêmica valoriza o servidor que busca, entre os interstícios previstos na legislação, aperfeiçoar-se, atualizar-se, produzir artigos voltados para seu trabalho - 21.271 membros do QM fizeram essa transição. Já os servidores do QAE e QSE são avaliados por meio dos processos de Promoção e Progressão, também mecanismos de melhoria da remuneração, foram beneficiados 1.104 servidores, titulares dos cargos de Oficial Administrativo, Executivo Público, Analista Administrativo, Agente de Organização Escolar e Secretário de Escola. No ano de 2021 foi implantado o Programa Psicólogos na Educação visando a oferta de serviços de psicologia na forma online em transmissão simultânea com encontros coletivos. O serviço auxilia e apoia a direção escolar nas frentes pedagógicas, melhoria de convivência e acolhimento emocional, oferecido por meio de plataformas tecnológicas integradas, para apoio à rede estadual de ensino no atendimento de 3,5 milhões de estudantes e 250 mil professores e demais servidores da rede estadual. De janeiro a outubro de 2022, 5.113 Escolas aderiram ao programa e tiveram 163.357 encontros realizados, num total de 191.189 horas dedicadas em ações preventivas, de apoio institucional, habilidades socioemocionais, psicologia escolar, saúde mental na escola e ensino aprendizagem com temas, sendo os principais: Acolhimento Emocional, Habilidades de Comunicação Afetiva, Intervenção Socioeducativa, Ações de Comunicação Afetiva, Orientação Profissional, Proposição Positiva, Protagonismo Juvenil e Cuidar de Pessoas. Na área da tecnologia, destaca-se o Programa Computador do Professor com a publicação do Decreto nº 65.231/2020, nos termos da Lei nº 11.498, de 15/10/2003 e da Resolução Seduc-78, de 27/10/2020. O Programa tem como objetivo fomentar a inclusão digital dos profissionais da educação e a disponibilização de instrumentos de trabalho compatíveis com as novas tecnologias existentes, fortalecendo o processo do ensino híbrido e aprimorando a qualidade do ensino dos nossos estudantes. A adesão iniciou-se em novembro de 2020, e o reembolso parcial ou total será pago em parcelas mensais até dezembro de 2022, totalizando R$2 mil. A Seduc iniciou o pagamento das parcelas em janeiro de 2021, para os professores que cumpriram as condicionalidades de presença e formação. Até o momento, 60.000 servidores estão sendo beneficiados por este Programa. A iniciativa Bolsa do Povo Educação - Responsáveis tem como objetivos auxiliar as famílias e alunos a superar os desafios educacionais e financeiros provocados pela pandemia, bem como ampliar o envolvimento de toda a comunidade escolar, reforçando vínculos entre estudantes, professores e servidores da Educação. Os beneficiários do Programa - que são os responsáveis legais dos estudantes - desempenham atividades nas unidades escolares estaduais após passarem por um processo de formação. Atualmente, cerca de 9.047 responsáveis estão atuando em mais de 4500 escolas, recebendo o benefício de R$500 mensais por até seis meses. Os selecionados atuam principalmente no acompanhamento de protocolos sanitários, garantindo o retorno presencial seguro para estudantes e funcionários, e nas estratégias de busca ativa. *Nova Carreira Docente* - Em 31/3/2022 foi publicada em Diário Oficial a Lei Complementar 1.374/2022 que instituiu a Nova Carreira Docente para professores, supervisores e diretores da rede estadual de São Paulo, com o salário inicial de R$ 5 mil, em jornadas de 40 horas. A publicação do decreto de regulamentação para que os docentes possam realizar a adesão, que é opcional, ocorreu em 31/5/2022. Após o decreto, os servidores temporários e novos ingressos já serão automaticamente enquadrados no novo modelo. Os demais profissionais terão a partir de maio de 2022 até dois anos para realizar a adesão, se assim desejarem, via Secretaria Escolar Digital - SED, conforme Decreto 66.794. O topo da carreira também está sendo valorizado, e o salário de um docente poderá chegar a R$ 13 mil na referência mais alta da carreira. Além do benefício monetário a Nova Carreira Docente traz possibilidades de crescimento profissional, formação, valorização de competências e até um Plano de Desenvolvimento Profissional. Essas estratégias visam, entre outras coisas, atender às necessidades dos docentes e da comunidade escolar como um todo, com foco total na aprendizagem dos estudantes.

Profissionais da Educação para o Século XXI - O Projeto Profissionais da Educação para o Século XXI tem como foco implementar ações sistêmicas de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais que atuam na rede paulista de educação, por meio de ações formativas ofertadas pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo PauloRenato Costa Souza - EFAPE. Na implementação deste projeto prioritário, a Secretaria de Estado daEducação de São Paulo atua na estruturação do documento Referenciais de Atuação Docente do Estado de São Paulo, em alinhamento com a Resolução CNE/CP nº 01/2020, de 27/10/2020 - Diretrizes Curriculares Nacionais Por meio do aperfeiçoamento de processos de desenvolvimento profissional ao longo da carreira, a Seduc SP busca fortalecer os professores em sua atuação profissional, e dessa maneira, impactar positivamente na aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. A presente versão dos referenciais foi atualizada, conforme a indicação do Parecer doCEE Nº 349/2021, ainda no início do ano. Dessa forma, em fase final de construção e validação da matriz dos Referenciais de Atuação do Docente Paulista que apresenta inicialmente as CompetênciasGerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para apromoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes. Também apresenta as competências profissionais indicadas na BNC-Formação Continuada, em três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica: Conhecimento profissional; Prática profissional; e Engajamento profissional. Ou seja, por meio destas rubricas são pontuados quatro níveis de desenvolvimento profissional – atuação elementar, atuação exploratória, atuação efetiva e atuação integradora. Com base na descrição de cada uma, são delineados o trajeto desejado do desenvolvimento profissional e da progressão na carreira. Assim, em fase final de validação visando sua publicização, o documento constitui um marco no sentido da valorização da docência e mais um esforço no sentido de contribuir com o desenvolvimento profissional docente. Paralelamente, ao longo de 2022, ainda em um contexto de pós-pandemia da Covid-19, foi realizada a renovação do parque tecnológico em apoio àsestratégias de formação continuada dos profissionais da educação que seguiu com ênfase nosformatos de Ensino à Distância, via Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA-EFAPE e Ensino Remoto, por meio do Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP. Para oferecer um sistemade trabalho interativo de largo alcance, a escola de governo seguiu adaptando seus ambientes físicos,de modo que hoje é composta por: auditórios, estúdios e salas para atividades presenciais, sala de tecnologia e inovação, cozinha/estúdio experimental, biblioteca especializada aos profissionais da educação, local de guarda do Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos e atendimento a pesquisadores, quadra coberta poliesportiva, estúdios de geração de imagens para a transmissão de videoconferências e streaming, com vistas a potencializar as ações de formação continuada epromover a aprendizagem dos estudantes. As ações formativas seguiram organizadas em três eixos: Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica e suas Modalidades, Gestão Educacional e, por fim, Grandes Temas da Educação. No 1º semestre, de janeiro a junho, 56.472 servidores concluíramao menos 1 curso na Plataforma AVA-EFAPE, com índice médio de aprovação de 68,45%. Em julho,novas edições foram ofertadas e os cursos seguem em andamento, com previsão de término em dezembro. De julho a outubro, 331.683 servidores se inscreveram nas ações ofertadas e destes, 191.111 já estão aprovados. Vale ressaltar que um mesmo servidor pode se inscrever e realizar maisde um curso concomitantemente. Abaixo destacam-se expressivas ações formativas, que fomentam o Projeto Profissionais da Educação para o Século XXI e os demais projetos prioritários: Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo-ATPC: são atividades pedagógicas de formação docente, com foco no desenvolvimento das habilidades essenciais do currículo, em consonância com o disposto na Resolução SE 72 de 16/12/2019. Tais atividades são executadas em dias da semana específicos para cada área de conhecimento dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; além disso, também são veiculadas atividades dirigidas ao público dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que conta também com formações específicas de implementação dos componentes do INOVA Educação Anos Iniciais: Projeto de Convivência, Tecnologia e Inovação e Língua Inglesa. Estas ATPC são realizadas por formadores da EFAPE e transmitidas pelos canais do CMSP, com a disponibilização das gravações no repositório do CMSP. Também foram desenvolvidas ATPC específicas para a Educação Especial, transmitidas em um canal próprio do CMSP, bem como ATPC de temas complementares ao currículo como Conselho de Classe/Ano/Série/Termo, competências socioemocionais, melhoria do clima escolar-CONVIVA e temas contemporâneos transversais do currículo. Recuperação e Aprofundamento do projeto Gestão da Aprendizagem: As atividades de formação são realizadas nas Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo-ATPC para Professores de Anos Iniciais e Professores dos Anos Finais e Ensino Médio de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza focadas nas sequências de atividades do material Aprender Sempre. Cabe salientar que, além do escopo desta iniciativa, a EFAPE desenvolveu ATPC específica para a RecuperaçãoIntensiva de Janeiro/julho e, neste momento, tem trabalhado com a temática da recuperação contínuapara os demais componentes curriculares nas ATPC por área de conhecimento e formações presenciais do Aprender Juntos para apoiar as Diretorias de Ensino e Unidades Escolares. Lives EFAPE: consiste em momentos de atualização sobre as ações formativas organizadas pela EFAPE e transmitidas ao vivo por meio do CMSP, com possibilidade de revisão no repositório CMSP; Formação para as relações Étnico-Raciais: atualização e aprimoramento dos conhecimentos dos Professores e gestores sobre a Educação Antirracista para acompanhamento dos trabalhos realizados nas Unidades Escolares-UE, bem como para subsidiar a realização de formações regionais,de acordo com a Lei nº 10.639/03, atualizada pela Lei nº 11.645/2008. Para os professores e gestoresdas UEs, são oferecidas formações presenciais e pelo CMSP para subsidiar suas ações. A Trilha Educação Antirracista aborda, entre outros pontos, o debate da escassez de representações de pessoas negras e indígenas e a necessidade de apresentar personagens que possam servir de inspiração para odesenvolvimento do Protagonismo Juvenil. Além disso, serve como auxílio para que professores e gestores desenvolvam ações antirracistas no ambiente escolar fortalecendo o combate à violência naescola por qualquer forma de preconceito e discriminação e viabilizando um ambiente escolar seguropara a comunidade. A Educação Antirracista trata de um conjunto de práticas educativas e relacionais derivadas da compreensão da existência do racismo estrutural e do papel central da educação em suasuperação. Por meio de ações formativas específicas, a Seduc-SP busca garantir uma políticaeducacional que reconheça e valorize as diferenças e diversidades étnico-raciais afro-brasileiras, africanas e indígenas, no âmbito sociocultural, de historicidades e de construção de conhecimentos. Currículo em Ação: Realização de formações sistemáticas para apoiar a prática pedagógica dos professores e gestores do Quadro do Magistério-QM. Essas formações ocorrem durante as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo-ATPC/Atividade Pedagógica de caráter formativo, por meio deformações presenciais e cursos. Dentre eles destaca-se o curso Currículo Em Ação-Público Escola - Nivelamento oferecido aos profissionais da educação da rede estadual e municipal para apoiar a implementação do Currículo Paulista. Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes: curso ofertado pela EFAPE, no formato autoinstrucional, via AVA-EFAPE, em parceria com o Tribunal deJustiça de São Paulo. O curso aborda a importância da articulação e do fortalecimento da rede de proteção, o papel da escola na contenção das diferentes formas de violência e orientação aos profissionais da educação quanto à postura técnica e ética a ser adotada na diminuição de eventuais danos psicológicos no momento da escuta do relato e do sofrimento da criança. Trilha de Combate à Violência contra Meninas e Mulheres: trilha formativa transmitida pelo repositório do CMSP composto por videoaulas que abordam a importância de se educar o olhar e a atenção acerca da violência contra meninas e mulheres, identificando diversas formas de violência e quais são os principais caminhos para denunciá-las e buscar ajuda. Programa Psicólogos na Educação: de forma acontribuir para o melhor atendimento às UE, a EFAPE realizou a oferta, em três edições, do Curso Psicólogos na Educação. O objetivo foi capacitar os psicólogos educacionais dentro das dimensões da compreensão da estrutura da Seduc-SP e das diversas realidades vividas pelas comunidades escolares, bem como apoiar a equipe escolar na relação com os responsáveis e a comunidade escolar.Tecnologia: realizam imersões e formações continuadas para que os profissionais do QM ampliem seu repertório em temas que articulem a tecnologia ao cotidiano, utilizando-as no processo de ensinoe aprendizagem, visando preparar estes profissionais e estudantes para os desafios no mundo digital.Deste modo, as ações têm como objetivo estimular esse público a acessar, apreciar, produzir, registrare compartilhar práticas pedagógicas inovadoras de modo reflexivo, ético e responsável. Dentre as ações, destaca-se o curso: Uso Pedagógico de Dispositivos Móveis na Sala de Aula, que proporciona a valorização das competências tecnológicas dos servidores e a promoção da cidadania no uso de informações de maneira crítica e consciente, por meio de dispositivos móveis. Libras para Profissionais da Educação: o curso básico de Libras realizado em parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência visa garantir o acesso linguístico pleno de estudantes surdos e/oucom deficiência auditiva ao ambiente escolar, bem como ao pleno desenvolvimento educacional. Diante da realidade da escola inclusiva é de fundamental importância que todos os profissionais envolvidos na educação estejam preparados para receber estes estudantes em condições de equidade,respeitando suas particularidades e, principalmente, a língua que se comunicam – Libras-Lei 10.436de 24/4/2002. EJATEC - Práticas de Orientação de Estudos: o objetivo do curso é dar subsídio para que o professor possa realizar o acompanhamento dos estudantes no Programa EJATEC, modalidadedo Novo Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos, orientando quanto à utilização da plataforma digital e suas ferramentas, e estimulando-os a participar dos debates. Acompanhamento Pedagógico Formativo: implementado em 2021, tem como objetivo principal a formação continuada em serviço, de caráter prático e por homologia de processo, pautado em autoavaliação, diagnóstico compartilhado e plano

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

de formação com foco em apoiar e subsidiar o Professor Coordenado-PC, atualCoordenador de Gestão Pedagógica, pela nova carreira instituída pela Lei Complementar nº 13.374 de 30/3/2022, no planejamento e implementação das ações pedagógicas para a melhoria das aprendizagens dos estudantes a partir das demandas da Seduc-SP, conforme o cronograma integradoe as necessidades da escola onde ele atua. Percursos Formativos: ações de formação que abordam temas ligados aos eixos formativos da EFAPE e alinhados às necessidades da Rede. Em geral, possuem carga horária máxima de 20 horas, não exigem inscrição e não têm certificação. Como exemplo de Percurso Formativo podemos citar o Aprofundamento Curricular - MAPPA UC 1 em quesão apresentadas as unidades curriculares de cada um dos 10 aprofundamentos curriculares das Áreasdo Conhecimento. O ambiente virtual de aprendizagem - AVA-EFAPE possui vários percursos formativos de temas diversos com o objetivo de aprimorar o conhecimento dos profissionais da educação. Educação Especial para Profissionais da Educação: o curso tem por objetivo promover o conhecimento e aprofundamento dos temas específicos relacionados à Educação Especial na perspectiva inclusiva; a compreensão da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo 2021e o Ensino Colaborativo aos profissionais da Educação. Possibilita-se, assim, amparo aos estudanteselegíveis aos serviços da Educação Especial. A contínua qualificação dos profissionais da Rede atuantes em Educação Especial propicia o aprimoramento das ações. Neste sentido, a EFAPE tambémproporcionou no ano, formações presenciais e remotas. Trilha PEI: formações EaD para subsidiar ações dos servidores dentro do Programa Ensino Integral-PEI, contemplando os cursos: Da EducaçãoIntegral ao Ensino Integral; Práticas Experimentais; Tutoria para Anos Finais e Ensino Médio; Professor Coordenador de Área; Clubes Juvenis; Orientação de Estudos e Modelo de Gestão. A EFAPE também disponibilizou ao longo de 2022, formações presenciais e imersões com temáticas variadas que abarcam as premissas e princípios do PEI. Inova Educação: formação de professores para que tenham conhecimento, motivação, sensibilidade e capacidade para conduzir processos pedagógicos que façam mais sentido para crianças e adolescentes dentro dos novos componentes curriculares - Anos Iniciais: Projeto de Convivência, Língua Inglesa e Tecnologia e Inovação - AnosFinais e Médio: Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia e Inovação, de modo a fortalecer o entendimento sobre o universo do adolescente e do jovem e preparar os professores para lecionarem.Além das ações formativas citadas, a EFAPE, por meio do Centro de Referência em Educação Mario Covas - CREMC, desenvolveu em 2022 o Programa Clube de Leitura Gato Preto; 9 Exposições físicas; e o Projeto de História/ Memória Oral.

Comunicação e Engajamento **-** No âmbito da comunicação externa, neste ano com restriçõespor conta do período eleitoral, foram elaborados, de janeiro a outubro, 353 releases e 61 avisos de pauta, e veiculadas na mídia cerca de 650 reportagens mensais relacionadas à Educação, sendo 200 em impressos, 125 em emissoras de televisão, 140 em emissoras de rádio e, por fim, 180 em portais de internet. Quando analisadas a repercussão e o alcance do Portal - www.educacao.sp.gov.br, foram 9.061.180 acessos. Foram produzidas cerca de 26 matérias por mês. No *YouTube* foram postados 12 vídeos com mais de 5,5 mil visualizações no ano. Em novembro, a página da Secretaria da Educação no *Facebook* chegou aos 436.515 seguidores. Ao longo deste ano, foram 194 publicações e 60.891 interações, sendo 28.842 reações, 14.199 cliques em *link*, 10.423 comentários e 7.427 compartilhamentos. No *Twitter* foram 203 publicações, 906 respostas produzidas por usuários, 1.904 curtidas, 238 *retweets* e 1.915 cliques em *links*. No *Instagram* foram 202 publicações, 2.435 comentários, 39.591 curtidas. O CMSP possui uma página no *Facebook* voltada para alunos e profissionais da rede estadual de ensino. Desde o seu lançamento, em abril de 2020 até outubro de 2022, conta com mais de 289 mil seguidores. No total foram 3,5 mil publicações, com um total de 212 mil curtidas. Ao longo deste ano - desde janeiro até outubro - foram 1,9 mil postagens. No Instagram do CMSP, foram 3,5 mil publicações, de janeiro a outubro. A página conta com mais de 58 mil seguidores. A média de alcance de cada *stories* é de 1.000 visualizações. Já o site do CMSP publicou 22 notícias e 10 banners informativos, sendo que de janeiro a outubro foram 12 milhões de visualizações. Ressalta-se a Intranet Espaço do Servidor, principal meio de comunicação interna da Secretaria da Educação, direcionado exclusivamente para servidores da rede estadual com publicação de notícias, informações e comunicados da Pasta. O canal institucional conta com um espaço para materiais que facilitem a vida do servidor, como processos administrativos, tutoriais e manuais, além de cadernos, avaliações diagnósticas de aprendizagem, que auxiliam o dia a dia do professor em sala de aula. Os acessos somaram 1.860.933 visualizações de páginas, 1.329.397 visualizações de páginas únicas com tempo médio na página de 00:01:21. A taxa de aprovação é de 77,84%. Entre janeiro e dezembro, foram publicadas 347 notícias de interesse dos servidores, incluindo orientações, dicas de formação e aperfeiçoamento profissional, além de programações culturais. Foram enviados 28 informativos à Rede; cerca de 2.078 comentários de servidores nas divulgações feitas na plataforma foram monitorados e 2.200 e-mails de servidores foram respondidos, que entraram em contato via conta setorial da Intranet. A Seduc conta com o canal oficial de atendimento aos usuários. As métricas e indicadores mostraram mais de 230 mil atendimentos realizados, descritos na Tabela 1:

Tabela 1: Total por canal de atendimento

Tipo de atendimento	*Quantidade*	*Tipo de atendimento*	*Quantidade*
Atendimento Eletrônico/URA	7.977	Informações prestadas 0800	132.271
Atendimento Presencial	4.385	Atendimento lojas de app	1.816
Atendimento Humano de *chatbot*	33.762	Atendimento redes sociais - CMSP	130
Ligações Ativas	668	Portal de Atendimento	49.525
Atendimento *Whatsapp*	45	Fale Conosco - Casa Civil	509

Fonte - Data-base: Centro de Atendimento - CITEM/CEAT - Janeiro a Setembro de 2022

A Seduc ampliou o uso do Portal de Atendimento e fortificou junto aos setores e Diretorias de Ensinoa importância do uso da Plataforma *Customer Relationship Management* - CRM - Gestão do Relacionamento com o Cliente, a qual unifica a comunicação e o fornecimento de informações, gerando indicadores e métricas para os gestores e aumentando a eficiência e a qualidade doatendimento aos usuários, promovendo a transparência da Pasta.

Eixo Gestão Institucional da Seduc **-** Para assegurar o funcionamento da estrutura institucional, a Secretaria da Educação oferta ambientes escolares adequados às aprendizagens definidas no Currículo de São Paulo para o Ensino Fundamental e Novo Ensino Médio e atividades operacionais de suporte, como alimentação escolar, cuidadores para alunos da Educação Especial, transporte escolar, manutenção e obras. Para tanto, as iniciativas da Pasta têm como objetivo a melhoria e modernização dos recursos de tecnologia e a gestão de processos para maior eficiência operacional, e a sua implementação está organizada nos projetos prioritários, a saber: Eficiência Operacional, Novo Modelo de Gestão, Escola + Bonita e Escola Mais Segura.

Eficiência Operacional e Modelo de Gestão **-** Para conferir maior eficiência operacional à Secretaria, destacam-se iniciativas, como o Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola-PDDE Paulista, o Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo - PAINSP e o Conecta Educação. O Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola - PDDE São Paulo foi instituído pela Lei nº 17.149, de13/9/2019, e regulamentada pelo Decreto nº 64.644, de 5/12/2019, com objetivo de prestar assistênciafinanceira suplementar às escolas públicas da educação básica da rede estadual paulista. Com isso, visa-se à promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, a fim de fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escolar, no contexto da gestão democrática. Com o PDDESão Paulo, são realizadas transferências diretas de recursos da Secretaria da Educação para as APMs - Associações de Pais e Mestres das escolas, de forma ágil. Os recursos são destinados às Unidades Escolares com base no Plano de Aplicação Financeira elaborado pelas escolas, e a prestação de contas ocorre de forma simplificada. Os referidos processos são automatizados no sistema da Secretaria Escolar Digital-SED, permitindo o fluxo facilitado da validação feita pelas Diretorias de Ensino. A orientação para o uso do recurso pelas escolas e os critérios de repasse são fornecidos por meio da publicação de resoluções específicas, e informações podem ser consultadas no portal: www.pdde.educacao.sp.gov.br.

Tabela 2: Valores repassados às escolas no período de 2020 a 2022

PDDE - Subprogramas	*Valores Repassados*
Regular - Manutenção	R$ 1.990.543.705,91
CIEBP	R$ 1.040.000,00
Ciências	R$ 97.901.705,00
Demandas	R$ 37.021.335,42
Engenharia Elétrica	R$ 1.256.839,64
Maker	R$ 48.107.759,50
Polos de Transmissão	R$ 2.389.560,00
Renovação AVCB	R$ 14.510.361,05
Contabilidade	R$ 26.649.425,12
COVID-19	R$ 76.181.310,40
Kit CMSP	R$ 149.280.264,00
Descartáveis	R$ 5.498.124,50
Dignidade Íntima	R$ 63.899.673,00
Novo Ensino Médio	R$ 184.514.550,00
Total	R$ 2.698.794.613,54

Fonte: Secretaria Escolar Digital – Data base: novembro 2022.

Ademais, entre os projetos em desenvolvimento pela Seduc, pode-se destacar o Conecta Educação eo Projeto Mega Escola. Acompanhando a automatização para maior gestão dos processos, foi lançadono início de 2021 o Plano Estadual de Inovação e Tecnologia no âmbito do Programa Conecta Educação. Para a implementação do plano, uma das frentes tratou da renovação e incremento do parque tecnológico nas escolas e unidades administrativas, com a entrega de equipamentos, adquiridos de forma centralizada, contemplando *notebooks*, *desktops*, plataformas de carregamento móvel e *access points*. Em outra frente, implementou-se o Mega Escola, com disponibilização de 100Mbps de velocidade de internet nas escolas estaduais e Diretorias de Ensino. Atualmente, 4998 escolas e 91 Diretorias já foram contempladas, e estima-se que 100% da rede seja atendida até o finalde dezembro. A fim de aumentar o acesso às tecnologias, a Secretaria investiu em patrocínio de dadospara alunos e servidores no uso de aplicativos e plataformas como o CMSP e a Secretaria Escolar Digital - SED, bem como disponibilização de 732.799 chips e planos de dados móveis, dos quais foram entregues 288.011 chips a alunos em situação de vulnerabilidade, e aproximadamente 153.211 chipsa servidores. Tendo em vista a necessidade de informações para subsidiar decisões baseadas em evidências, há relatórios em formatos de *dashboard*s, que são disponibilizados para os Órgãos Centrais, Diretorias de Ensino e Escolas. Abaixo segue quadros qualitativos acerca das especificaçõestécnicas e usabilidade dos equipamentos, assim como quadros quantitativos quanto ao montante despendido em cada equipamento e suas distribuições. Quadro de quantitativos:

Equipamento	*Valor unitário*	*Quantidade adquirida*	*Valor utilizado*
Desktop Básico Educacional	R$ 2.790,00	81.508	R$ 227.407.320,00
Notebook Básico Educacional	R$ 2.989,00	63.378	R$ 189.436.842,00
Notebook Sala de Aula	R$ 1.297,00	195.564	R$ 253.646.508,00
Plataforma	R$ 1.540,00	4.578	R$ 7.050.120,00
Monitor 21,5”	R$ 576,00	1.300	R$ 748.800,00
Televisor 43”	R$ 1.931,79	47.000	R$ 2.578.939,65
Desktop Plus	R$ 4.939,00	239	R$ 1.180.421,00
Workstation	R$ 7.790,00	30	R$ 233.700,00
Tablet (baixa visão)	R$ 820,00	3.500	R$ 2.870.000,00
Total		*395.797*	*R$ 685.152.650,65*

Quadro de distribuição

Equipamento	*Valor unitário*	*Quantidade UEs*	*Quantidade DEs*	*Quantidade Seduc*
Desktop Básico Educacional	R$ 2.790,00	67.206	12.271	2.031
Notebook Básico Educacional	R$ 2.989,00	56.958	3.530	2.890
Notebook Sala de Aula	R$ 1.297,00	194.038	-	1.526
Plataforma	R$ 1.540,00	4.562	-	16
Monitor 21,5”	R$ 576,00	-	-	1.300
Televisor 43”	R$ 1.931,79	44.013	1.657	1.330
Desktop Plus	R$ 4.939,00	-	91	148
Workstation	R$ 7.790,00	-	-	30
Tablet (baixa visão)	R$ 820,00	-	3.371	-
Total		*366.777*	*20.920*	*9.271*

Atividades Operacionais de Suporte - Iniciando pela Alimentação Escolar, a oferta deste serviço se dá por meio do gerenciamento direto ou indireto do fornecimento de refeições para os alunos de Educação Básica da rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e específicas da Secretaria da Educação, é executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE através de dois sistemas: Centralizado e Descentralizado. No sistema Centralizado, a área responsável na Pasta planejou, definiu o cardápio e realizou todas as atividades para a operacionalização do Programa de Alimentação, incluindo o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE. Foram atendidos cerca 1.8 milhões de alunos. Acrescenta-se que atualmente a rede estadual conta com 43 nutricionistas, sendo 30 em atuação nas Diretorias de Ensino e 13 no Órgão Central. Na tabela 3 os dados de logística evidenciam o tamanho desta operação.

Tabela3: Dados da logística do sistema centralizado de alimentação escolar

Dados de Logística – Sistema Centralizado	
Capacidade de armazenamento no Centro de distribuição de Cajamar	5.950.000 quilos
Número de caminhões e motoristas	4 5
Fornecedores de gêneros alimentícios	3 8

Fonte: Sistema SED - data base: out/22

Os gêneros alimentícios secos-estocáveis são recebidos e armazenados no CD - Centro de Distribuição,localizado no município de Cajamar-imóvel locado pela Seduc. Neste local, uma empresa terceirizadarealiza o gerenciamento e a operacionalização do armazém, desde o recebimento dos gênerosadquiridos pela Seduc, bem como a estocagem, expedição e a distribuição dos produtos

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

em todas as unidades escolares centralizadas.Cabe destacar que com o aumento das escolas em período integral ea centralização de alguns municípios anteriormente descentralizados, houve um aumento significativona quantidade de produtos adquiridos, armazenados e distribuídos de modo centralizado. Para garantiro atendimento adequado desta demanda, está em tramitação o processo licitatório objetivando uma nova contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de gerenciamento, administração e operacionalização mediante recebimento, armazenagem e distribuição física de gêneros alimentícios não perecíveis. Com relação aos gêneros alimentícios perecíveis-carnes congeladas e hortifrutigranjeiros o serviço logístico está contemplado no contrato de compra do produto, ou seja, a entrega é realizada ponto a ponto-em cada unidade escolar pelo próprio fornecedor. Ainda no sistema centralizado, as Diretorias Regionais de Ensino realizam a contratação de empresasprestadoras de serviço contínuo para o preparo e distribuição da alimentação escolar aos alunos da rede estadual de ensino. Além dos gêneros alimentícios adquiridos pelo Departamento de AlimentaçãoEscolar, é de suma importância a contratação de empresas para a preparação da alimentação ofertadaaos alunos. O Departamento de Alimentação Escolar acompanha e orienta as Diretorias de Ensino Regionais, em relação à gestão dos contratos terceirizados de manipulação e distribuição de alimentação escolar, supervisionando e capacitando os servidores para o correto entendimento das especificidades contratuais, no que diz respeito às obrigações da contratada e da contratante. Já no sistema descentralizado se realiza pela assinatura de convênio entre a Seduc e os municípios e implicano repasse de recursos financeiros, tanto do Governo Federal - através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE, quanto do Governo Estadual, sendo que a PrefeituraMunicipal fica responsável pelo gerenciamento direto do Programa de Alimentaçã-inclusive para as escolas da Rede estadual. A Secretaria de Estado da Educação anualmente renova o termo de anuênciapelo qual o prefeito assume o compromisso, perante o FNDE, de atender aos alunos matriculados nasescolas estaduais localizadas nos municípios; da assinatura deste termo depende o repasse dos recursos federais destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Caso o município opte pela não renovação, a Seduc passa a atender os estudantes no sistema centralizado. Osistema descentralizado abrangeu cerca de 1 milhão de alunos nas unidades escolares em 500 municípios, os quais gerenciam diretamente o Programa, elaborando seus próprios cardápios, realizando suas compras, administrando seus estoques, entre outras atribuições; cabe à Seduc realizara reposição de equipamentos básicos da cozinha, o suprimento de utensílios básicos-para escolas novas e a reposição de utensílios-para as demais, além da reposição de itens destinados ao suporte deatividades da merenda no âmbito da escola. Os valores per capita repassados pela Seduc foram de R$1,34 por aluno/dia no ensino regular e R$3,93 por aluno/dia para o integral com verba de Quota Estadual do Salário Educação - QESE. Os valores repassados pelo governo federal foram mantidos, em relação a 2022, em R$ 0,36 no período regular e R$ 1,07 no período integral. A Seduc reajustou o per capita através da Resolução Seduc, nº 02, de 11/1/2022. Visando à política de apoio e parceria com os municípios paulistas, em 2021 a Seduc adquiriu 119 caminhões frigoríficos para aprimorar o transporte de gêneros alimentícios dos municípios conveniados e diretamente aos alunos estaduais. Todos os veículos foram cedidos aos municípios. No ano de 2022, foram implementadas ações com vistas a melhorar a oferta de alimentação escolar para a rede estadual, conforme apresentado a seguir:Melhorias no cardápio: Para melhorar o lanche das escolas de tempo integral foram incluídos a farinhade trigo-podendo preparar bolo e torta, o cacau em pó e o suco de goiaba. Já para as escolas de ensinoregular foram incluídas a batata doce e a goiaba, tornando o cardápio mais atrativo e nutritivo. Educação Alimentar: Como o PNAE estabelece entre as diretrizes do programa, a Educação Alimentar Nutricional, em parceria com a Coordenadoria Pedagógica - COPED foram implementadas ações de Educação Alimentar Nutricional - EAN conforme estabelecido no PNAE. Foram desenvolvidos materiais para a semana da educação nutricional e para o dia nacional da alimentação na escola. Estão também sendo implementadas ações para realização de antropometria, com prioridade para os alunos das escolas indígenas. O objetivo é identificar o estado nutricional desses estudantes para que se possa ter ações mais assertivas conforme o estado nutricional desses estudantes.Agricultura familiar: conforme prevê a lei do PNAE às unidades executoras devem aplicar no mínimo30% do valor repassado nas compras de gêneros alimentícios proveniente da agricultura familiar. Noano de 2022 e segundo o planejamento, a meta deverá ser atingida com as aquisições da Agricultura Familiar. São adquiridos os seguintes produtos diretamente da agricultura familiar: Banana nanica, Arroz Tipo I, Feijão Carioca tipo I, farinha de mandioca, tipo l, doce de banana sem açúcar e sucos integrais. Sendo a meta a ser atingida de R$ 75.774.432,05. Aplicativo *QR CODE*: O aplicativo faz acontagem dos alunos que consomem a alimentação escolar através da leitura do *QR-CODE* da carteirinha do aluno, já implementada. Esse recurso tecnológico transmite as informações colhidas diariamente das diversas unidades escolares para o Sistema SED - Secretaria Escolar Digital.Possibilitando assim um melhor acompanhamento e gestão da alimentação escolar, com esse sistemaaumentará o conhecimento da aceitação da alimentação escolar pelos alunos em cada unidade escolar.A partir de fevereiro, a equipe de nutricionistas do DAESC e das Diretorias de Ensino-agente técnicode assistência à saúde, realizaram 634 visitas às unidades escolares, sendo 400 visitas *in loco* na capital, Grande SP e Interior no intuito de supervisionar a alimentação escolar em todas as etapas de execução-armazenamento, higiene, pré-preparo, preparo, distribuição entre outros e 234 visitas para orientações de dieta especial. Essas orientações ocorreram de forma presencial/online para os responsáveis dos alunos. Os alunos diagnosticados com necessidade alimentar especial são atendidos com uma dieta diferenciada conforme a patologia identificada. Quando há necessidade de produtos diferenciados para compor o cardápio do aluno, é repassado recurso financeiro para que a diretoria deensino faça a aquisição do produto. No ano, a secretaria empenhou esforços para fazer essas aquisições de forma centralizada de alguns produtos com o objetivo de aumentar a gama de produtos disponíveisa esses estantes. Estão em fase de aquisição produtos como azeite de oliva, biscoito sem glúten biscoito sem lactose e macarrão sem glúten. Outro serviço ofertado é o Transporte Escolar que consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, no artigo 4º, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. A existência de diferentes realidades municipais, no que diz respeito à disponibilidade do transporte público e a necessidade de atender aoaluno que não consegue utilizar o sistema regular, tornam ainda mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes até sua unidade escolar. O serviço de transporte escolar foi ofertado aos alunos por meio dos convênios formalizados com prefeituras - 585 municípios, por meio da contratação direta por parte das Diretorias de Ensino - 57 municípios e pelo contrato centralizado da Seduc com a EMTU. Os números são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 4: Número de alunos atendidos nas diferentes modalidades de execução

Forma de Execução	*N° de alunos Estaduais*
Convênios com os municípios	240.847
Contrato com a EMTU – Transporte para aluno com deficiência	5.124
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno regular	32.527
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno com deficiência	2.262
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno com deficiência e regular (modelo unificado de contratação)	35.013
Passe escolar contratado pelas Diretorias de Ensino	21.355
Total de alunos atendidos	337.128

Fonte: Planilha de Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte e Assistência ao aluno, data base: Nov/2022.

Em 2020 foi formalizada a contratação da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de SãoPaulo - EMTU, Serviço Especial LIGADO, que oferece transporte adaptado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, contrato com vigência de 30 meses ao custo estimado de R$ 323.820.057,92, com o custo médio anual de R$ 151 milhões para 2022. Sobre os convênios com osmunicípios, atualmente são 585 prefeituras que participam do programa de transporte escolar estadual gratuito à luz do Decreto nº 48.631/2014, que Autoriza a Secretaria da Educação a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino, de forma homogênea e igualitária. Somando o quantitativo de alunos estaduais emunicipais, este programa transporta, em média, 302.780 alunos/dia em todo o estado de São Paulo.As tabelas a seguir ilustram os valores executados. A tabela 5 abaixo trata dos convênios com os municípios, nos quais a Seduc faz o repasse do valor e a Prefeitura complementa sob forma de contrapartida. A outra tabela 6 apresenta a contratação descentralizada nas Diretorias de Ensino.

Tabela 5: Valores relativos ao transporte de alunos – Repasses Seduc

Seduc/Prefeitura	*Valores nominais*	*Porcentagem*
Repasse Seduc	R$ 983.536.717,89	75,54%
Contrapartida das Prefeituras	R$ 318.557.146,79	24,46%
Total	R$ 1.302.093.864,68	100,00%

Fonte: Secretaria Escolar Digital – SED, formalização realizada em 2022.

A contratação descentralizada nas Diretorias de Ensino apresenta os seguintes valores:

Tabela 6: Valores relativos ao transporte de alunos – modalidade

Modalidade	*Número de alunos*	*Valor estimado Ano (contratos)*
Transporte Regular (Fretamento)	32.527	R$ 165.969.574,86
Transporte Regular (Passe Escolar)	21.355	R$ 22.894.099,34
Transporte Especial (Fretamento)	2.262	R$ 71.277.011,40
Transporte Unificado (Fretamento)	35.013	R$ 202.565.217,95
Total	91.157	R$ 462.705.903,55

Fonte: Planilha de Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte e Assistência ao aluno, data base: Nov/2022.

Na área de Transporte, destacaram-se as seguintes ações: revisão dos critérios de elegibilidade e regras que disciplinam o transporte escolar da rede estadual, de forma a consolidar a política, dando maior clareza e coerência à prestação do serviço e atendimento ao aluno que dele necessita;levantamento dos dados e informações fundamentais acerca do transporte escolar no estado de São Paulo pulverizados em sistemas não integrados, com o objetivo de sanar conflitos e discrepâncias e proporcionar visão global do serviço prestado aos gestores da Seduc; realização de estudos para melhorias do atual modelo de convênio de transporte escolar estabelecido entre a Seduc e os 585 municípios, considerando a redução de intervenientes políticos econômicos e utilização de critérios mais objetivos para distribuição equitativa de recursos aos municípios; e desenvolvimento deferramentas sistêmicas para auxílio na gestão do transporte escolar, como: Criação do Menu na plataforma SED para Gestão dos Serviços, Cadastramento e formalização das Viagens/Percursos a partir da geolocalização do aluno, com objetivo de otimizar a execução das rotas e veículos que atendem no serviço de transporte escolar nas modalidades de contratação direta de empresas, com auxílio aos municípios na execução do convênio, além de agilizar todo o processo de formalização de convênio e/ou contratação. Outro serviço de apoio ofertado ao aluno, é o profissional de Apoio Escolar-Cuidador, para os alunos com deficiência, para o atendimento especializado em salas de recursos, classes regidas por professores especializados, serviço itinerante e classes hospitalares. A atuação especializada acontece por meio de contratações formalizadas pelas Diretorias de Ensino, que permitem o atendimento de alunos com Deficiência, Transtorno do Espectro do Autista, Altas Habilidades ou Superdotação, que em função de seu comprometimento, exigem pessoal e instrumentos especializados. O suporte ao processo de inclusão escolar é realizado com apoio de cuidadores para os alunos com deficiência cujas limitações lhes acarretem dificuldade de caráter permanente ou temporário no cotidiano escolar, além de professores interlocutores para alunos com surdez. Foi ofertado o serviço especializado de cuidador a 8.103 alunos, por meio de 309 contratos formalizados nas 91 Diretorias de Ensino Regionais, com o investimento anual de R$101.886.282,72. Os números são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 7: Profissionais do Apoio Escolar (Cuidador)

Diretoria deEnsino	*Nº do Contratos formalizados*	*Número de alunos*	*Número de Cuidadores*	*Valor estimado Ano (contratos)*
91	309	8.103	5.562	R$ 101.886.282,72

Fonte: Planilha de Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte e Assistência ao aluno, Data base: Nov/2022.

Além do atendimento do serviço de Transporte Escolar e do Profissionais do Apoio Escolar - Cuidador, é fornecido aos alunos no início do ano letivo, cerca de 3,5 milhões de alunos da rede estadual recebem um kit de material escolar, definido em conjunto entre a FDE e a Seduc. O kit é organizado de acordo com o nível de ensino. Para atendimento aos alunos no início do ano letivo de2022, foram adquiridos cerca de 3,5 milhões de kits de material escolar. Para a entregas dos kits escolares e uso em 2022, as aquisições se iniciaram no ano anterior. Assim, em 2021 estas aquisições e foram realizadas por meio de três atas de registro de preços Ata 36/00345/21/05, Ata 36/00346/21/05 e Ata 36/00347/21/05, com valor unitário de R$ 39,82-Fund. I, R$33,84-Fund. II e R$35,96-Ens. Médio. O valor total aplicado foi R$126.098.068,28.Tabela 8: Kits Material Escolar

Tipo do Kit	*ATA FDE*	*Quantidade*	*Valores Aplicados*
Kit Material Escolar - EM	36/00347/21/05	1.417.509	R$ 50.973.623,64
Kit Material Escolar - EF II	36/00346/21/05	1.423.453	R$ 48.169.649,52
Kit Material Escolar - EF I	36/00345/21/05	676.916	R$ 26.954.795,12
Total		3.517.878	R$ 126.098.068,28

Fonte - Data Base: FDE – Nov/2022

Escola+Bonita e Infraestrutura da Rede Física - O Programa Escola Mais Bonita tem como objetivo garantir as condições adequadas de infraestrutura predial das edificações que compõem a rede estadual de ensino; seja através de manutenções que visam corrigir problemas e conservar a condições físicas ideais dos espaços letivos e administrativos das escolas; seja por ações quepretendem expandir a oferta de vagas - especialmente para ampliação do Ensino Integral -, ou adequaros prédios escolares de modo a qualificar esses ambientes. Deste modo, foram iniciadas construções de novas escolas, coberturas de quadra poliesportiva e climatização das unidades em regiões quentesdo estado. Também estão sendo executadas e planejadas intervenções que visam adequar a estruturafísica escolar ao número de alunos matriculados, sob a perspectiva da oferta dos espaços pedagógicosnecessários ao atual currículo, com destaque aos itinerários formativos do novo Ensino Médio. Estasações se dividem em dois eixos principais de execução. Para a realização de pequenos reparos e melhorias de menor porte e baixa complexidade técnica, são realizados repasses de recursos por meiodo PDDE Paulista para que as Associações de Pais e Mestres possam contratar os serviços de formadireta. Em 2022, 4.442 escolas receberam recursos destinados às ações voltadas

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

à garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, totalizando 626 milhões de reais investidos, até setembro de 2022. Salienta-se também que houve, durante o exercício, cerca de 3,5 milhões de reais investidos em recursos de manutenção para contratação e execução de serviço por meio das Diretorias de Ensino, nas unidades escolares. Já para a execução das obras e reforma de maior porte, principalmente aquelas que envolvem serviços de engenharia de natureza mais complexa, a Secretaria conta com a atuação da FDE. A Secretaria é responsável por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da rede física escolar. As execuções ficam a cargo da FDE, como braço operacional e entidade vinculada, que por sua vez elabora estudos técnicos para viabilização das obras a serem feitas, contrata e analisa os projetos executivos completos, elabora os orçamentos e executa as obras públicas junto às empresas do setor de construção. A FDE concluiu 360 intervenções do tipo reformas em 356 prédios. Além disso, está executando, ou licitando, as seguintes obras e reformas conforme tabela 9. Tabela 9: Obras executadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação

valores em milhões

	Em licitação		*Em andamento*		*Concluídas*		*Total*	
Obras FDE	Qtd.	Valor (R$)	Qtd.	Valor (R$)	Qtd.	Valor(R$)	Qtd.	Valor (R$)
Obras Novas	3	27.737	9	51.123	0	0	12	78.860
Ampliação	0	0	0	0	0	0	0	0
Acessibilidade	6	15.948	54	128.838	8	19.092	68	163.878
Cobertura dequadra	11	18.151	98	107.559	6	10.033	115	135.743
Reforma e adequação de ambientes	206	98.053	643	537.726	343	203.613	1.192	839.392
Creches	17	49.858	5	9.466	3	5.213	25	64.537
Total	243	209.747	809	834.712	360	237.951	1.412	1.282.410

Fonte - data-base: FDE – Nov/2022

A Pasta mantém ainda, em regime de colaboração, convênios com os municípios paulistas que têm por objeto a construção, ampliação e reforma de creches municipais e prédios escolares estaduais e municipais; contando com o apoio técnico da FDE para gestão e fiscalização das obras destes processos. Neste eixo, a seguinte execução pode ser observada neste exercício na Tabela 10. Tabela10: Obras executadas pelas Prefeituras – Convênios

valores em milhões

Ação	Em licitação		Em andamento		Concluídas		Total	
Obras Prefeitura	Qtd.	Valor(R$)	Qtd.	Valor(R$)	Qtd.	Valor(R$)	Qtd.	Valor(R$)
Creches	3	8.635	62	107.937	22	33.529	87	150.101

Fonte-data base: FDE – Nov/2022

Acrescenta-se que, em decorrência do fortalecimento do regime de colaboração com a instituição doPAINSP, instituído pela Lei nº 17.414/2021, com os municípios do Estado de São Paulo foram firmados termos de compromissos para apoiar a Secretaria na realização destas obras, reformas e ampliação de escolas estaduais para: Climatização de escolas, com estabelecimento das condições necessárias para a instalação de equipamentos de ar-condicionado em 2.200 prédios situados nas áreas mais quentes do Estado de São Paulo, minimizando assim as condições climáticas e atendendoaos parâmetros de conforto térmico estabelecidos por normas específicas. As obras e serviços necessários para esta ação serão divididos em duas etapas, sendo a primeira composta por adequações e melhorias externas no padrão de entrada de energia da unidade escolar e a segunda etapa por adequações e melhorias na rede elétrica interna desta, de modo a assegurar que a mesma tenha a infraestrutura necessária para receber os equipamentos de climatização. A aquisição e instalação dos equipamentos serão realizadas através do PDDE-SP. Além disso, com a publicação da Resolução Seduc 131, de 26/11/2021, com uso de recurso PDDE - SP, as associações de pais e mestres das escolas poderão contratar prestação de serviços de engenheiro eletricista, a fim de elaborar projetos para a instalação de equipamentos de climatização nos prédios escolares da rede estadual de ensino. Cobertura de quadras esportivas em Escolas Estaduais, a fim de fornecer espaços adequados para a realização das atividades escolares, uma vez que a prática esportiva é fundamental no desenvolvimento motor e cognitivo dos alunos. O critério de seleção prioriza as unidades que hoje não possuem nenhuma quadra coberta. Construção, substituição e ampliação de prédios escolares, visando garantir uma infraestrutura compatível, com ambientes e espaços aderentes ao atual currículo, e ampliando a capacidade de atendimento das regiões com maior déficit na oferta de vagas, especialmente para Ensino Integral. A tabela a seguir apresenta todos os termos de compromisso assinados em 2022 com o status atual:

Tabela 11: Termos de Compromisso 2022

	Em licitação		*Em andamento*		*Total*	
Tipo de Obra	*Qtd*	*Valor*	*Qtd*	*Valor*	*Qtd*	*Valor*
Ampliação Creche	31	R$13.423.084,02	13	R$ 5.972.042,60	44	R$ 19.395.126,62
Cobertura de Quadra - Estadual	19	R$24.798.598,26	2	R$ 1.679.567,12	21	R$ 26.478.165,3
Construção deCreche	20	R$80.504.606,12	28	R$ 101.462.078,97	48	R$ 181.966.685,09
Construção de Escola - Estadual	16	R$192.048.327,46	13	R$ 116.851.530,54	29	R$ 308.899.858,00
Total	86	R$310.774.615,86	56	R$ 225.965.219,23	142	R$ 536.739.835,09

Fonte: Execução das obras - PAINSP - Nov/2022 *Valor total do termo de compromisso.

A aquisição e distribuição de mobiliário para ambientes escolares e administrativos ocorrem com apoio técnico e logístico da FDE, responsável pela especificação dos itens, em consonância com as normas técnicas que regulam a questão, como a NBR 9050 - Acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. O investimento em mobiliários, equipamentos e utensílios garantiua reposição de itens desgastados pelo tempo de uso e, também, o suprimento do aumento de demanda,com a realização de 36,6 mil entregas para mais de 5 mil unidades escolares, conforme quantitativos apresentados na Tabela abaixo:Tabela 12: Investimento em mobiliários, equipamentos e utensílios

Descrição	*Quantidade*	*Investimento*
Mobiliários	311.197	R$ 176.796.409,55
Equipamentos	6.320	R$ 38.463.851,81
Utensílios	*	R$ 884.802,32
Total	317.517	R$ 216.145.063,68

*A Secretaria Escolar Digital - SED não discrimina as aquisições quando se trata de utensílios, fornecendo somente o valor de investimento. Fonte - data base: Arquivos de controle CISE/CEQUI - Nov/2022.

Observa-se redução nos quantitativos em comparação com o exercício anterior, -30,5%, por conta da ausência do conjunto para aluno, que obteve a sua demanda suprida nos anos de 2020 e 2021. Outro fator importante foi o aumento no investimento, -77,7%, em que pese a diminuição nas quantidades, tendo como fator determinante a alta dos preços e o tipo de mobiliários e equipamentos adquiridos neste exercício. Ainda sobre materiais, a Seduc conta com a Rede de Suprimentos. Trata-se de um sistema inovador na logística pública, pelo qual todas as mais de 5 mil escolas da rede sãoabastecidas com materiais de escritório, informática e limpeza, desburocratizando o processo de compra de produtos. Um dos benefícios dessa ferramenta, que abrange em torno de 1.300 produtos,é desonerar o trabalho do diretor da escola das tarefas relacionadas à aquisição e entrega de materiais.A escola faz a requisição dos itens de que necessita e, após a confirmação, os produtos são entreguesdiretamente à unidade escolar. A rede de suprimentos está aberta desde o mês de fevereiro, com aberturas mensais, com cronograma específico para as aquisições de todas as famílias de produtos vigentes, quais sejam: Papelaria, Higiene e Limpeza, Informática e Gêneros Alimentícios. A Seducinvestiu R$ 11.847.569,27 na Rede de Suprimentos até o momento. Esse investimento tem como público-alvo os mais de 3,5 milhões de alunos da rede estadual, bem como os servidores que atuamna Seduc**.** Escola Mais Segura - Este projeto conjuga quatro tipos de serviço que visam combater a violência nas escolas, por meio da organização de uma estrutura que reúne ações intencionais, planejadas e sistemáticas. As principais ações do projeto têm sido a integração gradativa do videomonitoramento das escolas ao Centro Integrado de Comando e Controle-CICC da Secretaria de Segurança Pública, assim como a aquisição de dispositivos básicos de segurança pelas unidadesescolares-com uso do recurso PDDE-SP. Atualmente são mais de 90 mil câmeras de 4.977 escolas integradas no CICC, e um sistema integrado de alarmes está sendo desenhado para reforço da segurança. O monitoramento da segurança nas escolas e a detecção precoce têm sido fortalecidos com a instalação do Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar na Seduc e com o Programa Vizinhança Solidária Escolar, atualmente implantado em 3.500 escolas. Soma-se o reforço da ronda escolar nas escolas mais vulneráveis, via Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar-DEJEM, mediante Termo de Cooperação entre a Secretaria de Segurança Pública ea Seduc, que teve início em 26/9/22. Visando a melhoria do sistema de registro da ronda escolar regular, assim como da DEJEM, está sendo desenvolvido um aplicativo para substituição dos atuaislivros físicos de registro de ronda, por função de leitura de *QR Code*. No âmbito da melhoria do clima escolar, a execução da Dimensão da Convivência possibilita à escola a realização de um trabalho no contexto local com a comunidade escolar, com a proposta de que toda escola seja um ambiente de aprendizagem solidário, colaborativo, acolhedor e seguro, na busca da melhoria da aprendizagem. No ano passado, todas as escolas realizaram a introdução ao método e, a partir de março deste ano, elaboraram seus planos individuais de melhoria da convivência escolar, por meio da integração ao Gestão Integrada. As trilhas formativas sobre saúde mental, convivência e clima escolar ocorreram durante todo o ano, assim como formações em educação antirracista. Cerca de 800 Professores Orientadores de Convivência-POC foram designados para reforço à melhoria do clima escolar, em ação articulada com o Conviva.

SECRETARIA DE ESPORTES

A Secretaria de Esportes, executa suas ações, eventos, projetos, programas e contratos através de Programas ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, da Coordenadoria deEsportes e Lazer, além do Núcleo de Apoio e Gestão a Contratos. *Fomento a Atividade Esportiva e de Lazer*, tem por finalidade manter em condições adequadas esegura a Sede e os Próprios por ela administrado, bem como, estimular a Prática do Esporte e do Lazer visando o bem-estar da população; formular políticas públicas voltadas ao Desporto e Paradesporto; coordenar e implementar ações governamentais; apoiar iniciativas e promover o desenvolvimento do esporte e do lazer, bem como propiciar intercambio entre organizações e confederações. A Coordenadoria de Esporte e Lazer-CEL executa, anualmente, o tradicional Calendário Oficial de Eventos Esportivos por meio repasse a Prefeituras através Convênios. Os eventos constantes do Calendário de Esportes envolvem grande número de público de várias faixas etárias. Gestão de Infraestrutura de Suprimentos - Gerenciamento das atividades da Pasta de formaa dar suporte e condições de manutenção adequada e funcionalidade às Unidades por ela administrada, quais sejam: Conjunto Desportivo Baby Barioni e Constâncio Vaz Guimarães; Vila Olímpica Mario Covas, CERECAMP, 14 Delegacias e 52 Inspetorias, aumentando as condições de utilização, proporcionando bem-estar e segurança ao público frequentador destes locais. Nesta ação,também, são executadas as despesas com Pessoal e Encargos. Centro de Iniciação, Formação e Excelência - Adequar espaços esportivos, gerenciamento Técnico/Administrativo do programa de qualidade e eficiência para atletas iniciantes e de alto rendimento com acompanhamento multiprofissional que propicie condições para o treinamento e que possibilitem a formação e aprimoramento técnico de atletas nas diversas modalidades esportivas. Em 2022, foram implantados 11 Centros de Formações, nos Municípios abaixo enumerados:

Item	*Prefeitura (Repasse Sede)*	*Objeto*	*Valor*
1	Itatiba	Centro De Formação Esportiva - Basquetebol	R$ 221,420.72
2	Porto Ferreira	Centro De Formação Esportiva - Basquetebol	R$ 227,500.00
3	Ubatuba	Centro De Formação Esportiva - Natação	R$ 205,500.50
4	Piratininga	Centro De Formação Esportiva - Basquetebol	R$ 194,400.00
5	Mendonça	Centro De Formação Esportiva - Tênis	R$ 177,762.74
6	Nova Granada	Centro De Formação Esportiva - Futebol	R$ 246,970.00
7	Itu	Centro De Formação Esportiva - Futebol	R$ 230,614.61
8	Ribeirão Corrente	Centro De Formação Esportiva - Futsal	R$ 247,559.40
9	Mococa	Centro De Formação Esportiva - Judô	R$ 246,000.00
10	São Sebastião	Centro De Formação Esportiva - Voleibol	R$ 222,504.00
11	Quatá	Centro De Formação Esportiva - Futebol	R$ 249,134.90

Ainda foi formalizado o convênio com a Capital de São Paulo para realização do Projeto Sampa EmMovimento, que visa oferecer à população estímulo a prática da atividade física, como dança, práticas corporais e meditativas orientadas por profissionais. Serão ofertadas ainda, aulas de ginástica funcional, aeróbica, alongamento, tai chi chuan, fit dance, zumba, entre outras. Também será possível medir a circunferência abdominal, aferir a pressão, avaliar o peso e a postura corporal. O projeto é aplicado em 20 etapas. Participação De Pessoas Em Eventos De Lazer - Fomento à prática de atividade lúdica monitorada à população de todas as idades, em praças esportivas,parques, praças e espaços públicos; incentivo à prática do lazer, atividades recreativas e esporte de participação; através da realização de projetos e festivais. Evento: Vem Bailar - O Programa Vem

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Bailar, busca ajudar no envelhecimento saudável através da oferta de atividades de entretenimento, socialização e lazer, utilizando da dança como ponto central para realização do baile para a terceira idade. Número de participantes: 7.000 - Número de Municípios: 14. Festival De Verão - O objetivo do projeto é criar na cidade de São Paulo, em especial nas periferias, arenas para a prática de atividades e ações voltadas ao lazer, recreação e ao esporte, principalmente as modalidades mais populares nas praias de todo o país. Proporcionando agradáveis experiências e um clima praiano nas cinco regiões da cidade. Número de participantes: 200.000 + 800.000 - Número de Municípios: 1. Reconheça São Paulo na Copa -O projeto traz uma nova forma de viver as emoções que Copa do Mundo proporciona, compreende-se que o fomento das práticas desportivas pode se dar de uma forma direta ou indireta. Desta forma, durante a transmissão dos jogos da copa do mundo será transmitido os jogos do Brasil em praças públicas com transmissão gratuita e interação com a população local, com quiz e atividades esportivas. Número de participantes: 120.000 - Número de Municípios: 2. Realização E Apoio Aos Eventos De Carater Competitivo - Promover Calendário Oficial de Esporte, elaborar regulamentos, acompanhar a celebração de convênios com Municípios e Entidades. Organização, gerenciamento Técnico, administrativo, coordenação e participação das Delegacias em competições nacionais, realizar campeonatos, divulgar ações na área do esporte, através de vídeos institucional, portal digital, publicidade e distribuição de folders para mídia em geral e 3ª idade. Jogos Regionais - possuem 23 modalidades esportivas e a edição de 2022 começou em 20/6/2022 e terminou em 18/9/2022. Os Jogos foram realizados em 131 municípios e participaram 28.102 pessoas entre atletas técnicos e dirigentes. JOMI - Realizado em 9 municípios pertencentes ao Estado de São Paulo. Onde teve a participação de mais de mais de 10.000 mil atletas, distribuídos em mais de 254 municípios, tendo a final realizada na Cidade de Pindamonhangaba. Em 2022 a Pasta decidiu pela retomada total dos Eventos do Calendário de Esportes. Foram realizados, presencialmente os seguintes eventos: Jogos Abertos da Juventude, realizado no município de Presidente Prudente; Final realizada no município de Presidente Prudentede 14 a 23 de julho, onde teve a participação de mais de 3.800 mil atletas e dirigentes. No decorrer do ano foram mais de 22.000 atletas participantes distribuídos em mais de 270 municípios. Final dos Jogos Escolares da Juventude realizado no Estado de Sergipe; Jogos Abertos do Interior, realizado no município de São Sebastião; A 85º edição dos JAI foi realizada no município de São Sebastião de 3 a 15 de outubro, onde teve a participação de mais de 8.000 mil atletas e dirigentes, distribuídos em mais de 178 municípios de todo estado o Estado de São Paulo. Jogos Escolares Brasileiros, participação do evento realizado no Estado do Rio de Janeiro; Ginastica Rítmica, realizado no município de Pereira Barreto. Festival Dança E Ação - A 33º edição do festival ocorreuno município de Guaratinguetá de 02 a 05 de dezembro, onde teve a participação de mais de 400 atletas e dirigentes, distribuídos em 17 municípios e com a participação de 31 entidades de todo estado o Estado de São Paulo. Eventos A Serem Realizados no mês de Dezembro: Copas de Voleibol, Futsal, Basquete, Handebol; bem como o Campeonato de Futebol nas categorias 11, 13,15 e 17-Sub 17 apenas no naipe Feminino. Festival de Dança e Ação será realizado de 1 a 4 de dezembro, no município de Guaratinguetá.

Item	*Prefeitura*	*Objeto*	*Valor*
1	Dracena	50º Campeonato Estadual De Futebol Masculino Sub11	R$ 150.000.00
2	Monte Alto	50º Campeonato Estadual De Futebol Masculino Sub13	R$ 150.000.00
3	Cravinhos	9ª Copa De Basquete Do Estado De São Paulo	R$ 142.500.00
4	Dois Córregos	50º Campeonato Estadual De Futebol Masculino Sub15	R$ 150.000.00
5	Itapeva	50º Campeonato Estadual De Futebol Feminino Sub17	R$ 150.000.00
6	Registro	10ª Copa De Futsal Do Estado De São Paulo	R$ 142.500.00
7	Pereira Barreto	20ª Copa De Handebol Do Estado De São Paulo	R$ 142.500.00
8	Itapetininga	6ª Copa De Voleibol Do Estado De São Paulo	R$ 142.500.00
9	Guaratinguetá	Festival De Dança E Ação	R$82.000.00
	TOTAL		*R$ 1.252.000,00*

Demais Eventos: Termos de Fomentos assinados fundamentados no art. 31 da Lei Federal nº. 13019/2014;

Conf. Bras. Artes Marciais Chinesas	17a Copa São Paulo De Kung Fu	195,000.00
Federação Paulista Karate	X Copa Paulista De Karate	194,814.80
Federação Paulista De Ciclismo	23ª Volta Ciclística Internacional Grande ABC	195,000.00
Conf. Bras. Desp. Surdos	Campeonato Brasileiro Loterias Caixa De Atletismo E Natação	200,000.00
Federação Paulista De Karate	Etapa Do Campeonato Paulista De Karate	500.000.00
Conf. Bras. Artes Marciais Chinesas	19ª Copa Brasil De Kung Fu	300,000.00

Outros Eventos Esportivos realizados:

Prefeitura	Evento-Projeto	Valor
São Paulo	Virada Esportiva 2022	9.688,000,00
São Paulo	Circuito Corridas Populares	4.200,000,00
São Paulo	Agita + Ferias	5.677.200,00
São Sebastião	Torneio Interclubes Beach Soccer Clubs Challenger Cup 2022	700.000,00

SP Extreme **-** O projeto SP Extreme oferece atividades radicais aos paulistas de forma inclusiva participativo além de deixar ensinamentos como superação e determinação através dos esportes.Será ofertado experiências como ser lançado a uma altura de 36 metros-Eject-X, saltar de uma altura de 40 metros-bungee jumping, experimentar um pouco a sensação de gravidade zero-Simulador Nasa, sentir-se fazendo manobras na neve-Simulador de Snowboard, dentre outras. O projeto é aplicado em 6 etapas. Aventura no Campo - é um evento de esporte e lazer voltado para a família. Com o objetivo de entretenimento saudável a adultos e crianças, o evento estimula as famílias a manter uma interação afetiva que contribua para a formação integral do indivíduo, na melhoria da qualidade de vida de todos e para o desenvolvimento das relações interpessoais, alémde estimular a prática esportiva nas diversas cidades do estado de São Paulo. Algumas atividades trazem ainda a sensibilização dos participantes aos feitos de pessoas portadoras de necessidades especiais. O projeto é aplicado em 6 etapas. Circuito Pé na Areia - tem como objetivo incentivar crianças, adolescentes, adultos e idosos à prática esportiva e criar condições para propiciar aos participantes um momento de integração social através do esporte e lazer, estimular atividades na praia, com modalidades próprias de esportes e lazer na areia, é dividido em 12 etapas acontecendo no litoral norte do Estado de São Paulo. Paralímpico - O Programa está em sua terceira fase, ele é a base estrutural para o paradesporto, se estendendo por todo Estado de São Paulo, em conjunto com atletas, professores e organizadores unidos pelo desenvolvimento. Através da Capacitação Técnica proporciona a oportunidade de desenvolver aptidões teóricas e práticas a professores de educação física da rede pública, privada, de entidades e clubes do Estado de São Paulo com o intuito de fomentar o esporte Paralímpico. No ano, foram realizadas 3 etapas. Chamamento Público SESP nº. 01/2022 - Termo de Colaboração nº. 01/2022 - Execução Dos Jogos Escolares Do Estado De São Paulo – Jeesp - 2022. Chamamento Público Sesp Nº. 02/2022- Seleção De Entidades Voltadas À Promoção E Desenvolvimento De Atividades Esportivas No Estado De São Paulo Para Desenvolvimento De Projetos Nos Termos Do Presente Edital. Foram formalizados 19 termos de fomento, conforme tabela abaixo:

Instituto Futuros Craques- Ifc	Corrida De Rua Circuito Neo Running	R$ 299,259.00
Instituto Pro Família	Esporte Jovem – Ano Ii	R$ 245,754.00
Associação Paulistana De Recreação, Esporte E Lazer	São Paulo Surf Festival	R$ 4,198,290.00
Speed Motor Clube	Virada Automobilística	R$ 4,903,511.00
Federação Paulista De Tênis – Fpt	Campeonato Mundial Feminino De Beach Tennis	R$ 1,436,998.40
Federação Paulista De Karate	Divertindo E Aprendendo Fpk	R$ 152,662.00
Associação De Ginástica Esporte E Cultura São Vicente	Força E Movimento	R$ 804,002.00
Instituto Apab	Grande Prêmio Barretos De Três Tambores	R$ 123,305.00
Associação Ginart- Arte Esporte Educação	Festival De Bike Street E Super Spin	R$ 800,140.00
Confederação Brasileira De Artes Marciais Chinesas - Kung-Fu	Torneio Feminino De Kung Fu E Tai Chi Chuan	R$ 350,000.00
Federação De Taekwondo Do Estado De SãoPaulo	9º Festival Da Integração E 21º Exame De Graduação Coletiva	R$ 135,462.00
Federação Paulista De Artes MarciaisInterestilos	Vencendo Através Do Esporte – São Paulo	R$ 299,958.00
Associação Esportiva Facex	Brincando De Bicicleta	R$ 227,998.00
Federação Internacional De Football Soccer Society	Torneio Internacional Feminino BrasilLadies Cup	R$ 3,262,229.86
Febesp- Federação De Boxe Do Estado De São Paulo	Festival De Boxe Feminino	R$ 190,739.00
Confederação Brasileira De Soccer Society	Copa São Paulo De Futebol Feminino	R$ 4,123,200.00
União Ken In Kan Goju Ryu De Karate	Torneio De Karatê Feminino Ken In Kan	R$ 289,520.00
Instituto Social, Cultural E Esportivo Do Brasil	Projeto Fomentando O Esporte	R$ 349,980.00
Associação Esportiva E Cultural Cnb	Copa Revelação	R$ 102,344.00

Chamamento Público SESP nº. 03/2022 - Termo de Colaboração nº. 02/22 - Realização Do Projeto Corridas De Ruas Noturna. E-ELETRONICO - E-COPA - o projeto E-COPA SP consiste em um conjunto de ações de e-gamers, com propostas que envolvem personalidades da cena E-Sports, de streamers a pro-players, junto com toda a comunidade jogando, trocando experiências, aprendendoe curtindo muito através de um formato divertido e interativo, sendo ele on-line ou presencial. Número de participantes: 40.000 - Número de Municípios: 1 –

Incentivo à Infraestrura Esportiva - oferecer suporte de infraestrutura aos Municípios Paulista com a finalidade de difundir a pratica do esporte e do lazer; disponibilizar aos municípios e Entidades, materiais e equipamentos esportivos e de lazer, por meio de termos de doação, convênios e outros instrumentos legais - Apoio Aos Municípios Para Realização De Obras Em Equipamentos Esportivos - Repasse de recursos aos municípios e as entidades, mediante celebração de convênios, para a realização de obras de modernização, reformas, ampliação, instalações e construção de equipamentos esportivos para a pratica de esportes e lazer. Realização de diversas instalações de equipamentos do programa 100% Esporte para Todos, conforme abaixo discriminado: Campo com gramado sintético

Item	*Município De Instalação*
1	Campo com gramado sintético concluído no município de Campos do Jordão
2	Campo com gramado sintético concluído no município de Limeira
3	Campo com gramado sintético concluído no município de Sorocaba
4	Campo com gramado sintético concluído no município de Barretos
5	Campo com gramado sintético concluído no município de Nova Granada
6	Campo com gramado sintético concluído no município de Presidente Prudente
7	Campo com gramado sintético concluído no município de Carapicuíba
8 e 9	2 Campos com gramado sintético concluído no município de Taboão da Serra
10	Campo com gramado sintético concluído no município de Caconde
11	Campo com gramado sintético concluído no município de Mogi das Cruzes
12	Campo com gramado sintético concluído no município de Poa
13	Campo com gramado sintético concluído no município de Osasco
14	Campo com gramado sintético concluído no município de João Ramalho
15	Campo com gramado sintético concluído no município de Araraquara
16	Campo com gramado sintético concluído no município de Itapevi

Revitalização de piso;

1	Rubinéia
2	Birigui I
3	Aparecida D'Oeste
4	Iacanga
5	Areiópolis
6	Itaquaquecetuba
7	Santa Clara D'Oeste
8	Itu
9	Neves Paulista
10	Santo Antônio do Pinhal
11	Bananal
12	São Pedro do Turvo
13	Brodowski I
14	Viradouro
15	Buritizal
16	Espírito Santo do Pinhal I
17	Santa Isabel
18	São Joaquim Barra
19	Águas de Lindoia
20	São José da Bela Vista
21	Iracemápolis
22	Ituverava I
23	Santo Antônio da Alegria
24	Bariri
25	Miguelópolis

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

26	Presidente Prudente I
27	João Ramalho
28	Suzano
29	Santo Anastácio
30	Guará
31	Macaubal
32	Holambra
33	Jaú
34	Zacarias
35	Lençóis Paulista
36	Embu das Artes
37	Presidente Prudente II
38	Macatuba I
39	Tupã
40	Redenção Serra
41	Itatinga
42	Diadema I
43	Novo Horizonte
44	Praia Grande
45	Taquaral
46	Espírito Santo do Pinhal II
47	Cerqueira César
48	Cerquilho I
49	Santa Bárbara d'Oeste
50	Colômbia
51	Angatuba
52	São João da Boa Vista
53	Guaíra II
54	Guaíra I
55	Mogi Guaçu
56	Queluz
57	Garça
58	Santa Cruz da Esperança
59	Jales
60	Sarutaiá
61	Óleo
62	Brotas
63	Engenheiro Coelho
64	Santana da Ponte Pensa
65	Monte Mor
66	Campo Limpo Paulista I
67	Nova Granada
68	Osasco
69	Monteiro Lobato
70	Caconde
71	Torrinha
72	Araras
73	Ubarana
74	Paulicéia
75	Tambaú
76	Votuporanga
77	Várzea Paulista
78	Americana
79	Presidente Prudente III
80	Franco da Rocha I
81	Macatuba II
82	São Lourenço da Serra
83	São José dos Campos
84	Guaimbê
85	Birigui II
86	Roseira
87	Ubatuba
88	Ipaussu
89	Anhumas
90	Pindamonhangaba
91	Bragança Paulista
92	Rafard
93	Avaré
94	Corumbataí
95	SP (Vl. Olímpica M.C)
96	Poloni
97	Guarujá
98	Morro Agudo
99	Franco da Rocha II
100	Ituverava II
101	Sales Oliveira
102	Guapiaçu
103	Jacareí I
104	Nova Europa
105	Guariba II
106	Nova Independência
107	Guariba I
108	Itapira
109	Jacareí II
110	Carapicuíba
111	Mogi das Cruzes II
112	Mogi das Cruzes I
113	Jacareí III
114	Monte Azul Paulista
115	Salto II
116	Atibaia
117	Brodowski II
118	São Pedro
119	Paraibuna
120	Barra Bonita
121	Orlândia
122	Diadema II
123	Osasco II
124	Osasco III
125	Mogi Mirim
126	Campo Limpo Paulista II
127	Boa Esperança do Sul
128	Pradópolis
129	Peruíbe
130	Catiguá
131	São Sebastião I
132	São Sebastião II
133	Jaborandi
134	Tietê
135	Planalto
136	Guapiara
137	Pederneiras
138	Hortolândia
139	Santa Cruz do Rio Pardo
140	Lucélia
141	Quatá
142	Nova Luzitânia
143	Sarapuí
144	Ipiguá
145	Mirandópolis
146	Boraceia
147	Batatais
148	Guarulhos
149	Mirassol
150	Aparecida
151	Itanhaém
152	Gália
153	Itaí
154	Valinhos
155	Álvaro de Carvalho
156	Taquaritinga
157	Uru
158	Lins
159	Bofete
160	Rincão

Academia Ao Ar Livre

Item	*Objeto*
1	Instalação Concluída de duas Academias no Parque Heliópolis - Fundo Social
2	Instalação Concluída da Academia no município de Barretos
3	Instalação Concluída da Academia no município de Barrinha
4	Instalação Concluída da Academia no município de Juquiá
5	Instalação Concluída da Academia no município de Moji Mirim
6	Instalação Concluída da Academia no município de Rio Claro
7	Instalação Concluída de Academia no município de Nova Granada
8	Instalação Concluída de Academia no município de Reginópolis
9	Instalação Concluída de duas Academias no município de Guará
10	Instalação Concluída de duas Academias no município de Taboão da Serra
11	Instalação Concluída de quatro Academias no município de Itapevi
12	Instalação Concluída de nove Academias no município de São Vicente
13	Instalação Concluída da Academia no município de Barueri
14	Instalação Concluída da Academia no município de Biritiba Mirim
15	Instalação Concluída da Academia no município de Buri
16	Instalação Concluída da Academia no município de Eldorado
17	Instalação Concluída da Academia no município de Iporanga
18	Instalação Concluída da Academia no município de Itapecerica da Serra
19	Instalação Concluída da Academia no município de Itapirapuã Paulista
20	Instalação Concluída da Academia no município de Jardinópolis
21	Instalação Concluída da Academia no município de Jeriquara
22	Instalação Concluída da Academia no município de Matão
23	Instalação Concluída da Academia no município de Mongaguá
24	Instalação Concluída da Academia no município de Monte Alto
25	Instalação Concluída da Academia no município de Nuporanga
26	Instalação Concluída da Academia no município de Pereira Barreto
27	Instalação Concluída da Academia no município de Ribeira
28	Instalação Concluída da Academia no município de Santo Expedito
29	Instalação Concluída da Academia no município de São José do Rio Preto
30	Instalação Concluída da Academia no município de São Paulo
31	Instalação Concluída da Academia no município de Suzano
32	Instalação Concluída da Academia no município de Tapiraí
33	Instalação Concluída da Academia no município de Três Fronteiras
34	Instalação Concluída da Academia no município de Cubatão

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

35	Instalação Concluída da Academia no município de Inúbia Paulista
36	Instalação Concluída de Academia no município de Adolfo
37	Instalação Concluída de Academia no município de Boituva
38	Instalação Concluída de Academia no município de Carapicuíba
39	Instalação Concluída de Academia no município de Cássia dos Coqueiros
40	Instalação Concluída de Academia no município de Cerquilho
41	Instalação Concluída de Academia no município de Euclides da Cunha Paulista
42	Instalação Concluída de Academia no município de Itapecerica da Serra
43	Instalação Concluída de Academia no município de José Bonifácio
44	Instalação Concluída de Academia no município de Monções
45	Instalação Concluída de Academia no município de Monte Aprazível
46	Instalação Concluída de Academia no município de Nuporanga
47	Instalação Concluída de Academia no município de Peruíbe
48	Instalação Concluída de Academia no município de Santa Cruz da Esperança
49	Instalação Concluída de Academia no município de Santo Antônio do Pinhal
50	Instalação Concluída de Academia no município de Taquaral
51	Instalação Concluída de Academia no município de Tatuí
52	Instalação Concluída de Academia no município de Ubarana

Areninha

Item	*Objeto*
1	Instalação Concluída da Areninha no município de São Vicente - Bairro de Humaitá
2	Instalação concluída de duas Areninhas no Parque Heliópolis (Parceria com Fundo Social)
3	Instalação Concluída da Areninha no município de Boa Esperança do Sul
4	Instalação Concluída da Areninha no município de Itapetininga
5	Instalação Concluída da Areninha no município de Monte Alto
6	Instalação Concluída da Areninha no município de Presidente Epitácio
7	Instalação Concluída da Areninha no município de São Vicente
8	Instalação Concluída da Areninha no município de Araçoiaba da Serra
9	Instalação Concluída da Areninha no município de Duartina
10	Instalação Concluída da Areninha no município de Alvinlândia
11	Instalação Concluída da Areninha no município de Herculândia
12	Instalação Concluída da Areninha no município de Assis
13	Instalação Concluída da Areninha no município de Cristais Paulista
14	Instalação Concluída da Areninha no município de Ibirarema
15	Instalação Concluída da Areninha no município de Itirapuã
16	Instalação Concluída da Areninha no município de João Ramalho
17	Instalação Concluída da Areninha no município de Itupeva
18	Instalação Concluída da Areninha no município de Maracaí
19	Instalação Concluída da Areninha no município de Pedregulho
20	Instalação Concluída de duas Areninhas no município de Nova Granada
21	Instalação Concluída da Areninha no município de Barretos
22	Instalação Concluída da Areninha no município de Bernardinho de Campos
23	Instalação Concluída da Areninha no município de Caconde
24	Instalação Concluída da Areninha no município de Campinas
25	Instalação Concluída da Areninha no município de Guaíra
26	Instalação Concluída da Areninha no município de Itaí
27	Instalação Concluída da Areninha no município de Jaborandi
28	Instalação Concluída da Areninha no município de Nova Odessa
29	Instalação Concluída da Areninha no município de Taboão da Serra
30	Instalação Concluída de duas Areninhas no município de Colômbia
31	Instalação Concluída de três Areninhas no município de São José do Rio Preto
32	Instalação Concluída da Areninha no município de Igarapava
33	Instalação Concluída da Areninha no município de Mococa
34	Instalação Concluída da Areninha no município de Queluz
35	Instalação Concluída da Areninha no município de São José da Bela Vista
36	Instalação Concluída da Areninha no município de Vargem Grande do Sul
37	Instalação Concluída da Areninha no município de Votuporanga
38	Instalação Concluída da Areninha no município de Americana
39	Instalação Concluída da Areninha no município de Araçariguama
40	Instalação Concluída da Areninha no município de Barão de Antonina
41	Instalação Concluída da Areninha no município de Barra Bonita
42	Instalação Concluída da Areninha no município de Braúna
43	Instalação Concluída da Areninha no município de Buritama
44	Instalação Concluída da Areninha no município de Caçapava
45	Instalação Concluída da Areninha no município de Cafelândia
46	Instalação Concluída da Areninha no município de Cananéia
47	Instalação Concluída da Areninha no município de Capão Bonito
48	Instalação Concluída da Areninha no município de Carapicuíba
49	Instalação Concluída da Areninha no município de Castilho
50	Instalação Concluída da Areninha no município de Cerqueira Cesar
51	Instalação Concluída da Areninha no município de Charqueada
52	Instalação Concluída da Areninha no município de Conchal
53	Instalação Concluída da Areninha no município de Corumbataí
54	Instalação Concluída da Areninha no município de Cubatão
55	Instalação Concluída da Areninha no município de Dobrada
56	Instalação Concluída da Areninha no município de Eldorado
57	Instalação Concluída da Areninha no município de Elisiário
58	Instalação Concluída da Areninha no município de Euclides da Cunha Paulista
59	Instalação Concluída da Areninha no município de Franca
60	Instalação Concluída da Areninha no município de Franco da Rocha
61	Instalação Concluída da Areninha no município de Guapiaçu
62	Instalação Concluída da Areninha no município de Guará
63	Instalação Concluída da Areninha no município de Guararapes
64	Instalação Concluída da Areninha no município de Hortolândia
65	Instalação Concluída da Areninha no município de Iaras
66	Instalação Concluída da Areninha no município de Ibaté
67	Instalação Concluída da Areninha no município de Icém
68	Instalação Concluída da Areninha no município de Itapuí
69	Instalação Concluída da Areninha no município de Jales
70	Instalação Concluída da Areninha no município de José Bonifácio
71	Instalação Concluída da Areninha no município de Lençóis Paulista
72	Instalação Concluída da Areninha no município de Macatuba
73	Instalação Concluída da Areninha no município de Mogi das Cruzes
74	Instalação Concluída da Areninha no município de Mogi Guaçu
75	Instalação Concluída da Areninha no município de Monte Aprazível
76	Instalação Concluída da Areninha no município de Murutinga do Sul
77	Instalação Concluída da Areninha no município de Nova Aliança
78	Instalação Concluída da Areninha no município de Nuporanga
79	Instalação Concluída da Areninha no município de Pindorama
80	Instalação Concluída da Areninha no município de Serra Azul
81	Instalação Concluída da Areninha no município de Socorro
82	Instalação Concluída da Areninha no município de Sud Mennucci
83	Instalação Concluída da Areninha no município de Óleo
84	Instalação Concluída da Areninha no município de Parapuã
85	Instalação Concluída da Areninha no município de Peruíbe
86	Instalação Concluída da Areninha no município de Pindamonhangaba
87	Instalação Concluída da Areninha no município de Piracaia
88	Instalação Concluída da Areninha no município de Piratininga
89	Instalação Concluída da Areninha no município de Planalto
90	Instalação Concluída da Areninha no município de Poloni
91	Instalação Concluída da Areninha no município de Quintana
92	Instalação Concluída da Areninha no município de Reginópolis
93	Instalação Concluída da Areninha no município de Registro
94	Instalação Concluída da Areninha no município de Salto
95	Instalação Concluída da Areninha no município de Santa Cruz da Esperança
96	Instalação Concluída da Areninha no município de Santos
97	Instalação Concluída da Areninha no município de São João da Boa Vista
98	Instalação Concluída da Areninha no município de São José dos Campos
99	Instalação Concluída da Areninha no município de São Lourenço da Serra
100	Instalação Concluída da Areninha no município de Suzano
101	Instalação Concluída da Areninha no município de Taquaral
102	Instalação Concluída da Areninha no município de Taquarituba
103	Instalação Concluída da Areninha no município de Ubatuba
104	Instalação Concluída de duas Areninhas no município de Itapevi
105	Instalação Concluída de duas Areninhas no município de Olímpia
106	Instalação Concluída de duas Areninhas no município de Ribeirão Preto
107	Instalação Concluída de duas Areninhas no município de Rio Claro
108	Instalação Concluída de duas Areninhas no município de Santa Bárbara D'Oeste
109	Instalação Concluída de duas Areninhas no município de São Roque
110	Instalação Concluída de três Areninhas no município de Osasco

Pista de Skate

Item	*Objeto*
1	Heliópolis
2	Assis
3	Garça
4	Peruíbe
5	Itarapina
6	Guarulhos
7	Bertioga
8	Salto
9	Pindorama
10	Taboão Da Serra
11	Boituva
12	Cubatão
13	Lorena
14	Queluz
15	Teodoro Sampaio
16	Itapevi 1
17	Itariri
18	Coronel Macedo
19	Euclides Da Cunha Paulista
20	Valinhos
21	Ipuã
22	Cerquilho
23	Campinas
24	Carapicuíba
25	Suzano
26	Jacareí
27	Pirapozinho
28	Ourinhos
29	Santos
30	Itapevi 2
31	Macaubal
32	Santa Barbara D’oeste
33	Três Fronteiras
34	Pereiras
35	Cruzeiro
36	Jaborandi
37	Zacarias
38	Ipigua
39	Itapecerica Da Serra

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Convênios com Prefeituras

Prefeitura Municipal De Estrela D'oeste	Construção De Pista De Skate	99.000,00
Prefeitura Municipal De Pirapozinho	Reforma Do Ginásio Municipal De Esportes	223.102,21
Prefeitura Municipal De Campos Do Jordao	Construção De Equipamentos Esportivos	900.000,00
Prefeitura Municipal De Guarulhos	Construção De Equipamentos Esportivos.	7.000.000,00
Prefeitura Municipal De Areiopolis	Ampliação Do Centro De Esporte E Lazer Do Trabalhador	150.000,00
Prefeitura Municipal De Marinópolis	Construção De Pista De Skate	62.197,58

Apoio Para Realização Da Obra, Restauro E Ampliação Do Baby Barioni - especificamente destinado a realização de Obras com a finalidade de adequar satisfatoriamente o Complexo Desportivo. Finalização da obra de reforma

Empresas	*Objeto*	*Valor*
LEMAM Construções E Comercio LTDA	Execução de Obras E Serviços De Reforma, Adaptação E Acessibilidade Do Conjunto Desportivo Baby Barioni	R$ 24.684.718,87

Distribuição De Kits De Academia Ao Ar Livre - Destina-se a aquisição dos itens que compõem o kit, a saber: simulador de caminhada duplo; leg press duplo; roda dupla; roda de ombro dupla; twist lateral duplo; simulador de remo; estação multiuso; placa para ar livre; barra alta giratória; esqui duplo e onze placas indicativas.

Pref. Mun. Guarani Doeste	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.023.32644. Parlamentar Cauê	40.000,00
Pref. Mun. Inúbia Paulista	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.068.31093. Parlamentar Mauro	50.000,00
Pref. Mun. Jau	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.064.33273. Parlamentar Marcos.	100.000,00
Pref. Mun. Monte Alto	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.061.33748. Parlamentar Marcio	50.000,00
Pref. Mun. Pereiras	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.177.33211. Parlamentar Edson.	100.000,00
Pref. Mun. São Roque	Academia Ao Ar Livre. Emenda Loa 2021.061.33776. Parlamentar Marcio Da Farmácia	100.000,00
Prefeitura Municipal De Cubatão	Academia Ao Ar Livre	150.000,00
Prefeitura Municipal De Iguape	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.010.32845. Parlamentar André	50.000,00
Prefeitura Municipal De Iracemápolis	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.007.33363.	100.000,00
Prefeitura Municipal De Juquitiba	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.010.32854. Parlamentar André	50.000,00
Prefeitura Municipal De Macaubal	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.061.33786. Parlamentar Marcio	50.000,00
	Academia Ao Ar Livre.	150.000,00
Prefeitura Municipal De Penápolis	Academias Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.085.32168. Parlamentar Roque	150.000,00
Prefeitura Municipal De Ribeirão Grande	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.084.32827. Parlamentar Rogerio	50.000,00
Prefeitura Municipal De Santa Gertrudes	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.007.31517.	50.000,00
Prefeitura Municipal De Tiete	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.023.326.81. Parlamentar Cauê M	90.000,00
P.M. Barretos	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2019.122.25917. Parl. Geninho Zulia	40.000,00
P.M. Itupeva	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.007.31504. Alex De Madureira	100.000,00
P.M. Lucélia	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.023.25631. Parlamentar Cauê	100.000,00
P.M. Paraguaçu Paulista	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.044.33967. Parl. Fernando Cury	40.000,00
P.M. Pereira Barreto	Academia Ao Ar Livre. Demanda Parlamentar 2021.009.31443. Parlamentar Analice	60.000,00

Reformas E/Ou Obras Realizadas - Reformas ou obras em equipamentos administrados pela Secretaria, a saber: Complexo Esportivo Constâncio Vaz Guimarães; Complexo Esportivo Baby Barioni; Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador de Campinas-Cerecamp; Vila Olímpica Mário Covas, Delegacias e Inspetorias e a própria sede. Finalização da Reforma e revitalização do prédio no Complexo Desportivo Vila Olímpica Mario Covas.

Item	*Empresas*	*Objeto*	*Valor*
1	Construtora Lettieri Cordaro LTDA	Reforma e revitalização do Prédio existente e construção de portaria principal e secundaria na Vila Olímpica Mario Covas.	4.800.000,00
2	Recoma Construções Comércio e Indústria Ltda	Implantação e Construção de Pista de Atletismo dentro da Vila Olímpica Mario Covas	6.770.000,00

Distribuição De Materiais Esportivos - Destina-se a aquisição de materiais esportivos - bola, rede, traves, jogos de uniforme e outros, para distribuição às prefeituras, às entidades e às associações, quando solicitado por meio de ofício. A Pasta dentre suas funções adquiri diversos materiaisesportivos para distribuição às Prefeituras, Entidades, Ongs. Etc. Foram distribuídos mais de 2.000 kits de materiais esportivos, orçamento de R$22.900.000,00.

Bolsa do Povo - Beneficiados com Bolsa Talentos Esportivo - Concessão de Bolsa Talento Esportivo, instituído pela Lei nº 13.556, de 9/6/2009, nas categorias Estadual, Juniores, Nacional e Internacional, que consiste no apoio financeiro aos atletas do desporto escolar e de rendimento, praticantes de modalidade olímpicas e paraolímpicas, individuais e coletivas. O Bolsa Talento, tem por finalidade ampliar o alcance é incentivar o desporto nos vários níveis de excelência dospraticantes de modalidades Olímpicas e Paraolímpicas. O Programa Bolsa Talento Esportivo atendeatletas de todas as modalidades esportivas-priorizando as olímpicas- em quatro categorias distintas que possuem critérios e requisitos de faixa etária e de mérito esportivo nas competições das quais participam nos últimos 24 meses, no mínimo. Os repasses das bolsas são mensais - valores estipulados pela Lei que instituiu o Programa em 2009, com obrigatoriedade de prestações de contas trimestrais e a possibilidade de um pedido de renovação enviado pelo atleta à Comissão de Análise do Programa, quando completa um ano de recebimento. Após 5 anos recebendo a bolsa o atleta deverá apresentar resultados expressivos de nível internacional para que a bolsa seja renovada. Os critérios de concessão, renovação, suspensão e exclusão de bolsas para os atletas estãoprevistos na Lei que institui o Programa e nas Resoluções Internas - SESP 16 e 17/2019, que regulamentam o Programa e a Comissão de Análise. A categoria estudantil concede uma bolsa deR$ 415,00 e atende atletas de 14 até 17 anos, exigindo bons resultados nas competições de nível estadual, principalmente nos jogos escolares. A categoria júnior concede bolsa inicial de R$ 415,00 até o limite de R$ 830,00 para atletas de 17 a 20 anos-o valor vai aumentando conforme aaprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados, exigindo bons resultados de nível estadual nas competições organizadas pelas federações e confederações da modalidade. A categoria nacional concede bolsa inicial de R$ 1245,00 até o limite de R$ 1660,00 para atletas a partir dos 21 anos - o valor aumenta conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados, exigindo bons resultados de nível nacional. A categoria internacional concede bolsa inicial de R$ 2075,00 até o limite de R$ 2490,00 para atletas de qualquer faixa etária - valor conforme renovação anual e mérito esportivo, exigindo resultados de expressãointernacional. Em 2022 esta ação continuo a fazer parte do Programa Bolsa do Povo e dessa forma para o Programa Bolsa Talentos Esportivo foi investido o valor de R$ 3.250.000,00, contemplando uma média de 250 bolsas/mês; *dados de novembro/22. Programa Cartão Vidativa - O Programa Cartão VidAtiva para idosos foi instituído no fim de 2013 e prevê repasses mensais de renda para pessoas com mais de 60 anos e renda mensal de até 3 salários-mínimos. Esses valores são utilizadosem clubes e academias de ginástica inscritas previamente no Programa -atendendo chamamento público em várias cidades do Estado de São Paulo, onde os idosos praticam atividades físicasregularmente. Os idosos cadastrados recebem um Cartão de débito do Banco do Brasil da modalidade Pré-Pago que são recarregados - operação feita a partir de um Termo de Cooperação com o FUSSP, que possui contrato assinado com o Banco do Brasil, a partir do momento que os Clubes e Academias atestam mensalmente a frequência e regularidade da presença dos idosos nas atividades. Os clubes e academias inscritos concordaram em atender esses idosos pelo valor de R$ 100,00 mensal, porém devido a inclusão do projeto dentro do Programa BOLSA DO POVO, e devido a Problemas De Operacionalização Dentro Do Programa Não Foi Possível Iniciar A Ação.

Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - Embora não faça parte de algum programa específico,a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - Lei 13.918/09 - é um mecanismo jurídico que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo. Trata-se de uma ferramenta de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado de São Paulo apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS- por parte do Estado, que abre mão de parte de sua arrecadação para que a empresa invista diretamente no projeto de seu interesse, mas previamente aprovados pela Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude. Instituída por lei em 2009 e regulamentada pelo decreto 55.636 de 26/3/2010, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de São Paulo contempla projetos vinculados às áreas educacional, formação desportiva, rendimento, sócio desportiva, participativa, gestão, desenvolvimento e infraestrutura. Conforme quadro abaixo, cerca de 573 projetos foram apresentados sendo 523 aprovados para captação de recursos. Foram reprovados 50 projetos em diversas modalidades, somando um valor de 64 modalidade esportivas distintas. Dos aprovados que captaram recursos acima de 35% temos 203 projetos a serem executados em 2022/2023. Na divisão da quantidade de projetos por áreas os projetos aptos a serem executados ficaram distribuídos da seguinte forma: educacional com 74 projetos, formação desportiva com 25 projetos, rendimento com 43 projetos, sócio desportiva com 26 projetos, participativa com 32 projetos, gestão e desenvolvimento com 3 projetos.

Valores Aprovados para captação (R$)	60.000.000,00
Projetos Aprovados	
Entidades do 3º Setor beneficiadas	203
Entidade Públicas (Prefeituras) beneficiadas com os Projetos Aprovados	1
Municípios alcançados	56
Modalidades esportivas desenvolvidas	64

Principais ações de Gestão da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte	
Espaço Físico	Sala onde todos os proponentes tem acesso com o calendário de atendimento
	Acompanhamento e organização física dos processos
	Acesso ao sistema informatizado
Apresentaçã o de Projetos	Esse ano houve abertura de datas em duas oportunidades de 15/08/2022 à 14/10 de 2022 e a reabertura foi feita entre os dias 18/10/2022 e 31/10/2022.
	Os projetos são cadastrados online por sistema desenvolvido na própria SESP, sem comprometimento de recursos.
Tramitação de Projetos	Todos os projetos serão analisados em ordem de chegada, respeitando o princípio da Administração Pública da Isonomia.
Julgamento dos Projetos	Todos os critérios de análise de projetos foram publicados serão, garantindo respeito ao princípio da Administração Pública da Isonomia.
	Calendário será divulgado com antecedência, com pautas das reuniões divulgadas no Diário Oficial com pelo menos 24 horas de antecedência. As reuniões acontecerão em 2023.
	Transmissão online das reuniões e registro em plataformas gratuitas de filmes (www.youtube.com).
	Constituição de comissão composta por técnicos do esporte, órgãos fiscalizadores e comitê interno da SESP.
	Quando da existência de recursos, estes são julgados e quando indeferidos, justificados aos proponentes.
Captação de recursos	O prazo para captação e recursos começa a ser contado a partir da entrega da CID
	A Secretaria de Esportes e a Secretaria da Fazenda trabalham em conjunto para Liberação de Recursos
Liberação de Recursos	Os projetos são liberados por ordem de chegada, com priorização apenas para projetos cujo calendário está em eminência de acontecer.
	Os processos são liberados em no máximo 60 dias, com exceção daqueles cuja documentação apresente qualquer problema.
Execução dos projetos	Todos os projetos que tem recursos liberados são acompanhados periodicamente e notificados quando necessário.
	Medição dos projetos por indicadores.

Quadro geral dos proponentes, valores captados por proponente e cidades atendidas pelos projetos.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Nome Do Proponente	*Valor Captado*	*Município*
Escola De Goleiros Camisa 1	R$ 189.604,23	Americana
Escola De Goleiros Camisa 1	R$ 292.754,10	Americana
Associação Cultural, Esportiva E Educacional Midas -Araçatuba - Acema	R$ 291.030,98	Araçatuba
Associação De Basquetebol De Araraquara	R$ 311.616,63	Araraquara
Associação De Basquetebol De Araraquara	R$ 186.986,64	Araraquara
Associação Marcos Mercadante De Judô	R$ 233.410,00	Araras
Clube Ng De Futsal E Futebol De Araras	R$ 156.125,91	Araras
Instituto Apab	R$ 84.159,00	Barretos
Instituto Apab	R$ 97.502,00	Barretos
Instituto Pro Esporte, Lazer E Cultura	R$ 244.314,27	Barretos
Instituto Apab	R$ 165.780,79	Barretos
Instituto Tênis	R$ 489.703,95	Barueri
Associação Vôlei Bauru Avb	R$ 377.832,60	Bauru
Ressaca Futebol Clube	R$ 110.674,47	Bauru
Associação Filhos De Bauru	R$ 110.364,74	Bauru
Speed Motor Clube	R$ 181.334,15	Birigui
Associação Educacional, Cultural Esportiva Gotas DeCidadania	R$ 120.000,00	Caçapava
Associação Educacional, Cultural Esportiva Gotas DeCidadania	R$ 101.520,70	Caçapava
Gadecamp-Grupo De Amigos Deficientes E Esportistas De Campinas	R$ 272.703,00	Campinas
Brasil Vôlei Clube	R$ 331.854,83	Campinas
Instituto Eco Ambiental E Social	R$ 584.223,33	Campinas
Instituto Eco Ambiental E Social	R$ 763.647,04	Campinas
Associação De Cultura E Esporte Social - Rede Acesso	R$ 1.616.070,15	Campinas
Associação Cultural E Desportiva Shaolin Chan Kung Fu Do Estado De São Paulo	R$ 144.206,29	Campinas
Associação Cultural E Desportiva Shaolin Chan Kung Fu Do Estado De São Paulo	R$ 261.274,00	Campinas
Associação Cultural E Esportiva De Catanduva	R$ 304.591,51	Catanduva
Kart Clube Granja Viana	R$ 150.906,00	Cotia
Instituto Jovens De Ouro	R$ 224.447,72	Cristais Paulista
Instituto Jovens De Ouro	R$ 155.454,79	Cristais Paulista
Instituto Jovens De Ouro	R$ 203.048,13	Cristais Paulista
Associação Esportiva De Cruzeiro	R$ 100.155,04	Cruzeiro
Associação De Judo De Divinolândia	R$ 209.338,74	Divinolândia
Associação Esportiva E Cultural Cnb	R$ 178.792,55	Ferraz de Vasconcelos
Instituto Fausto Giannecchini - Esporte E Educação	R$ 313.720,00	Franca
Instituto Fausto Giannecchini - Esporte E Educação	R$ 313.220,00	Franca
Instituto Anderson Varejão	R$ 214.887,99	Franca
Instituto Jovem Promessa	R$ 201.121,53	Franca
Associação De Capoeira Desportiva E Cultural Estrela DoBonfim	R$ 245.588,21	Franca
Associação De Capoeira Desportiva E Cultural Estrela DoBonfim	R$ 170.814,80	Franca
Associação De Capoeira Desportiva E Cultural Estrela DoBonfim	R$ 151.324,73	Franca
Instituto Aspa	R$ 316.185,50	Franca
Instituto Anderson Varejão	R$ 109.000,00	Franca
Instituto Anderson Varejão	R$ 204.765,83	Franca
Instituto Aspa	R$ 303.567,67	Franca
Instituto Aspa	R$ 231.451,79	Franca
Associação Desportiva Facex	R$ 176.000,00	Guarulhos
Instituto Assistencial Coliseu Boxe Center	R$ 120.011,54	Guarulhos
Associação Paradesportiva De Integração Naurú	R$ 457.990,00	Indaiatuba
Associação Jundiaí Basquete Clube	R$ 107.390,80	Jundiaí
Jundiaí Handebol Clube	R$ 100.032,82	Jundiaí
Jundiaí Handebol Clube	R$ 150.672,00	Jundiaí
Instituto Time M	R$ 289.105,40	Leme
Associação Lençoense De Basquetebol	R$ 216.911,24	Lençóis Paulista
Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Limeira -Sp	R$ 165.738,00	Limeira
Associação Beneficente Cultural E Esportiva De Lins	R$ 218.642,26	Lins
Associação Projeto Cesta De Três	R$ 184.790,32	Louveira
Federação De Beach Soccer Do Estado De São Paulo - Fpbs	R$ 412.660,52	Mairiporã
Federação De Beach Soccer Do Estado De São Paulo - Fpbs	R$ 273.395,95	Mairiporã
Associação Cultural E Esportiva Nikkey De Marilia	R$ 286.803,00	Marília
Associação Cultural E Esportiva Nikkey De Marilia	R$ 84.398,26	Marília
Instituto Brasileiro De Inclusão Sociocultural	R$ 411.829,00	Mauá
Associação Educacional, Esportiva E Cultural	R$ 190.750,25	Mauá
Associação Educacional, Esportiva E Cultural	R$ 170.916,00	Mauá
Associação Estrela Azul - A. E.A	R$ 152.127,00	Mauá
Associação Educacional, Esportiva E Cultural Tryade	R$ 338.640,75	Mauá
Instituto Brasileiro De Inclusão Sociocultural	R$ 166.798,68	Mauá
Instituto Brasileiro De Inclusão Sociocultural	R$ 167.602,26	Mauá
Mirassol Futebol Clube	R$ 226.018,48	Mirassol
Mirassol Futebol Clube	R$ 301.190,40	Mirassol
Bunkyo Associação Cultural De Mogi Das Cruzes	R$ 464.093,02	Mogi das Cruzes
Judo Clube Mogi Das Cruzes	R$ 252.147,97	Mogi das Cruzes
Judo Clube Mogi Das Cruzes	R$ 271.423,20	Mogi das Cruzes
Liga Desportiva Guaçuana	R$ 62.856,23	Mogi Guaçu
Associação Paradesportiva De Novo Horizonte	R$ 156.695,58	Novo Horizonte
Associação Paradesportiva De Novo Horizonte	R$ 345.003,67	Novo Horizonte
Clube Recreativo São José Da Estiva	R$ 162.732,71	Novo Horizonte
Liga De Futebol Amador De Osasco	R$ 375.000,00	Osasco
Associação Fábrica De Saúde, Esporte E Cultura	R$ 505.320,61	Paulínia
Prefeitura Municipal De Pedreira	R$ 145.900,00	Pedreira
Associação Auto	R$ 607.559,12	Piedade
Associação Auto	R$ 599.178,00	Piedade
Associação Racing	R$ 477.580,33	Piedade
Associação Racing	R$ 545.584,64	Piedade
Associação Racing	R$ 726.900,00	Piedade
Dvs - Derrico E Viterbo Spots	R$ 147.947,85	Pindamonhangaba
Associação Rh Fitness Sports De Karatê	R$ 110.002,44	Pirajuí
Associação Rh Fitness Sports De Karatê	R$ 213.353,92	Pirajuí
Associação Social Skate	R$ 265.030,87	Poá
Grêmio Desportivo Prudente	R$ 232.018,00	Presidente Prudente
Grêmio Desportivo Prudente	R$ 290.808,57	Presidente Prudente
Associação De Judo E Jiu-Jitsu Nery	R$ 188.198,97	Ribeirão Pires
Associação Esportiva E Cultural Futebol E Arte	R$ 256.273,90	Ribeirão Preto
Associação Esportiva E Cultural Futebol E Arte	R$ 255.696,24	Ribeirão Preto
Associação Pró-Esporte E Cultura	R$ 323.344,45	Ribeirão Preto
Associação De Arte, Cultura E Esporte De Ribeirão Preto	R$ 79.236,70	Ribeirão Preto
Associação De Arte, Cultura E Esporte De Ribeirão Preto	R$ 288.905,98	Ribeirão Preto
Associação De Arte, Cultura E Esporte De Ribeirão Preto	R$ 247.893,75	Ribeirão Preto
Associação Pró-Esporte E Cultura	R$ 212.876,44	Ribeirão Preto
Associação Pró-Esporte E Cultura	R$ 312.318,72	Ribeirão Preto
Associação Terra De Ciclismo	R$ 269.113,70	Ribeirão Preto
Associação Terra De Ciclismo	R$ 535.265,20	Ribeirão Preto
Associação De Judo Corpore Sano	R$ 419.850,00	Ribeirão Preto
Instituto De Esportes	R$ 281.692,58	Ribeirão Preto
Associação Esportiva E Cultural Futebol E Arte	R$ 282.438,60	Ribeirão Preto
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte "Qualidade De Vida"	R$ 265.015,59	Ribeirão Preto
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte "Qualidade De Vida"	R$ 82.478,00	Ribeirão Preto
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte "Qualidade De Vida"	R$ 206.905,39	Ribeirão Preto
Associação De Judo Corpore Sano	R$ 281.359,28	Ribeirão Preto
Clube Atletico Santa-cruzenses	R$ 322.705,57	Santa Cruz do Rio Pardo
Clube Atletico Santa-cruzenses	R$ 243.368,81	Santa Cruz do Rio Pardo
Fundação Esportiva Educacional Pró Criança E Adolescente	R$ 492.072,71	Santana de Parnaíba
Associação Esportiva Cidade Imaculada	R$ 425.327,00	Santo André
Associação Desportiva Santo André	R$ 96.538,78	Santo André
Grêmio Esportivo Santo André	R$ 120.989,48	Santo André
Grêmio Esportivo Santo André	R$ 395.669,00	Santo André
Associação Nacional De Esportes	R$ 173.708,70	Santos
Associação Nacional De Desenvolvimento Esporte E Educação - Andee	R$ 232.851,80	Santos
Associação Nacional De Desenvolvimento Esporte E Educação - Andee	R$ 194.598,60	Santos
Instituto Social De Educação Esportes E Inovação	R$ 232.650,52	Santos
Associação De Pais Amigos E Deficientes Visuais Sbc	R$ 98.482,76	São Bernardo do Campo
Associação De Pais Amigos E Deficientes Visuais Sbc	R$ 149.317,50	São Bernardo do Campo
Instituto Brazolin	R$ 205.427,72	São Bernardo do Campo
Instituto Brazolin	R$ 147.574,65	São Bernardo do Campo
Associação Desportiva E Cultural Gulo Adcg	R$ 246.900,00	São Bernardo do Campo
Associação Desportiva E Cultural Gulo Adcg	R$ 132.380,50	São Bernardo do Campo
Associação Dos Funcionários Públicos Do Município De São Bernardo Do Campo	R$ 110.917,58	São Bernardo do Campo
Associação Dos Funcionários Públicos Do Município De São Bernardo Do Campo	R$ 185.226,95	São Bernardo do Campo
Associação Recreativa Cultural E Desportiva São Bernardo	R$ 220.221,00	São Bernardo do Campo
Instituto Esportivo Social	R$ 250.000,00	São Bernardo do Campo
Mundo Verde Proteção Ambiental	R$ 193.031,13	São Bernardo do Campo
Mundo Verde Proteção Ambiental	R$ 421.590,00	São Bernardo do Campo
Associação Desportiva E Cultural Mao Solidaria	R$ 227.907,84	São Bernardo do Campo
Associação Desportiva Do Abcd	R$ 182.432,31	São Bernardo do Campo
Associação Projeto Esporte E Vida	R$ 297.671,21	São Bernardo do Campo
Instituto Sos Billings	R$ 251.682,85	São Bernardo do Campo
Instituto Brazolin	R$ 182.835,07	São Bernardo do Campo
Instituto Sementinha Para Educação E Proteção A Criança EAo Adolescente	R$ 111.869,06	São Bernardo do Campo
Associação Patrulheiros Mirim São Caetano Do Sul - Oscar Klein	R$ 274.937,42	São Caetano do Sul
Associação Dos Tenistas Joaquinenses	R$ 104.869,65	São Joaquim da Barra
Associação Joaquinense De Pais E Amigos Da Natação	R$ 186.339,45	São Joaquim da Barra
São Joaquim Futebol Clube - Espigão	R$ 77.212,33	São Joaquim da Barra
Life Instituto	R$ 147.126,47	São Joaquim da Barra
Associação Branco Zanol De Judô De São Joaquim Da Barra	R$ 176.250,01	São Joaquim da Barra
Associação Joaquinense De Pais E Amigos Da Natação	R$ 115.114,44	São Joaquim da Barra
Instituto Marcos Guidolin	R$ 65.085,39	São Joaquim da Barra
Instituto Marcos Guidolin	R$ 97.759,72	São Joaquim da Barra
Associação Renascer	R$ 82.935,50	São José do Rio Preto
Associação Paraíso	R$ 267.161,00	São José do Rio Preto
Instituto Riopretense Dos Cegos Trabalhadores	R$ 47.913,72	São José do Rio Preto
Serviço Social Maria Peregrina - Sesmap	R$ 202.742,50	São José do Rio Preto
Clube Monte Libano De São Jose Do Rio Preto	R$ 109.913,26	São José do Rio Preto
Associação Operação Alegria - Aoa	R$ 97.360,27	São José do Rio Preto
Instituto Athlon De Desenvolvimento Esportivo	R$ 196.518,05	São José dos Campos
Instituto Athlon De Desenvolvimento Esportivo	R$ 436.913,10	São José dos Campos
Instituto Olga Kos De Inclusão Cultural	R$ 738.462,00	São Paulo (capital)
Instituto Olga Kos De Inclusão Cultural	R$ 468.930,00	São Paulo (capital)
Club Athletico Paulistano	R$ 127.694,48	São Paulo (capital)
Instituto Esporte E Cidadania	R$ 133.071,84	São Paulo (capital)
Associação Organização Social Esporte Brasil	R$ 192.869,90	São Paulo (capital)
Clube Desportivo Liberdade	R$ 339.835,41	São Paulo (capital)
Instituto Futuros Craques Ifc	R$ 211.530,00	São Paulo (capital)
Instituto Olga Kos De Inclusão Cultural	R$ 619.453,15	São Paulo (capital)
Instituto Futuros Craques Ifc	R$ 388.410,96	São Paulo (capital)
Instituto Futuros Craques Ifc	R$ 187.616,72	São Paulo (capital)
Instituto Fernando Fernandes Life	R$ 246.041,47	São Paulo (capital)
Associação Heliópolis Social E Lazer	R$ 201.388,35	São Paulo (capital)
Núcleo De Alto Rendimento Esportivo De São Paulo	R$ 407.682,50	São Paulo (capital)
Instituto Esperança Do Amanhã	R$ 223.434,95	São Paulo (capital)
Instituto Sports	R$ 574.401,86	São Paulo (capital)
Instituto Para O Desenvolvimento Do Mercado Interno EExterno	R$ 131.267,87	São Paulo (capital)
Federação Paulista De Tênis	R$ 264.862,58	São Paulo (capital)

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Associação Desportiva Recreativa Cultural Mundo Melhor	R$ 550.040,00	São Paulo (capital)
Federação Internacional De Football Soccer Society	R$ 345.469,81	São Paulo (capital)
Clube Paineiras Do Morumby	R$ 164.371,20	São Paulo (capital)
Instituto Esperança Do Amanhã	R$ 409.897,25	São Paulo (capital)
Confederação Brasileira De Soccer Society	R$ 176.419,25	São Paulo (capital)
Associação Multifuncional De Ação E Inclusão Social	R$ 176.060,25	São Paulo (capital)
Instituto Vincere	R$ 195.276,76	São Paulo (capital)
Rbr Esportes E Cultura Associação De Fomento De Atividade Esportivas E Culturais	R$ 272.255,00	São Paulo (capital)
Instituto Patrícia Medrado	R$ 225.055,62	São Paulo (capital)
Associação Dos Esportistas De Corrida De Aventura - Adventureclub	R$ 436.100,00	São Paulo (capital)
Federação Paulista De Futebol	R$ 70.000,00	São Paulo (capital)
Instituto Patrícia Medrado	R$ 234.267,80	São Paulo (capital)
Instituto Patrícia Medrado	R$ 155.458,61	São Paulo (capital)
Associação Caminhando Juntos Amanhã Melhor	R$ 669.561,09	São Paulo (capital)
Instituto Por Mais Alguém	R$ 130.208,50	São Paulo (capital)
Associação Hurra	R$ 240.505,20	São Paulo (capital)
Associação Hurra	R$ 272.710,23	São Paulo (capital)
Associação Brasileira De Criadores De Cavalos Da Raça Mangalarga	R$ 264.111,05	São Paulo (capital)
Associação Brasileira Para Criação E Desenvolvimento De Modalidades Esportivas	R$ 293.186,37	São Paulo (capital)
Federação Paulista De Futebol	R$ 518.205,94	São Paulo (capital)
Trail Clube Verde Rosso - Tcvr	R$ 539.147,01	São Paulo (capital)
Instituto Nacional Do Desenvolvimento	R$ 330.725,16	São Paulo (capital)
Agência De Desenvolvimento Econômico Social - Ades	R$ 267.322,77	Sorocaba
Instituto Para O Desenvolvimento Integrado E Sustentável	R$ 232.249,80	Sumaré
Instituto Para O Desenvolvimento Integrado E Sustentável	R$ 245.031,66	Sumaré
Associação Emaús	R$ 148.308,76	Suzano
Associação Emaús	R$ 417.225,49	Suzano
Associação Desportiva Taubaté Futebol Feminino	R$ 397.014,00	Taubaté
Instituto Iserbem	R$ 218.060,35	Taubaté
Instituto Iserbem	R$ 69.308,58	Taubaté
Liga Municipal De Futebol De Taubaté	R$ 95.578,00	Taubaté
Comercial Futebol Clube	R$ 252.667,38	Tietê

Emendas Impositivas - Desenvolvimento De Ações Decorrentes De Emendas Parlamentares, Exceto Saúde Que se destina a execução de emendas individuais aprovadas, no valor correspondente a metade de 0,3% da receita corrente líquida prevista, para aplicação nas ações e programações constantes do projeto de lei orçamentária, nos termos do art. 175, §6º da Constituição Estadual. Relação das emendas processadas

Interessado	*Objeto*	*Valor*
Prefeitura Municipal De Sorocaba	Construção De Vestiário No Centro Esportivo "André Matiello"	R$ 240.000,00
Prefeitura Municipal De Jacareí	Construção De Área Esportiva	R$ 350.000,00
Prefeitura Municipal De PresidenteBernardes	Academias Ao Ar Livre	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Mauá	Projetos Esportivos	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Sarapuí	Reforma De Piscina, Vestiário E Centro DeLazer	R$ 199.653,50
Prefeitura Municipal De Ribeirão Preto	Aquisição De Academia Ao Ar Livre	R$ 0.000,00
Prefeitura Municipal De Tapiraí	Academias Ao Ar Livre	R$ 00.000,00
Prefeitura Municipal De Sumaré	Projeto De Iniciação Esportiva	R$ 250.000,00
Prefeitura Municipal De Itapetininga	Construção De Quadra Poliesportiva	R$ 250.000,00
Prefeitura Municipal De Juquitiba	Duas Academias Ao Ar Livre	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Lucélia	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Artur Nogueira	Projeto De Iniciação Esportiva	R$ 250.000,00
Prefeitura Municipal De Diadema	Projetos Esportivos No Munícipio DeDiadema.	R$ 300.000,00
Prefeitura Municipal De Piratininga	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Piraju	Canoagem - Escola De Esportes Náuticos	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Osasco	Copa LGBTQI++ De Futebol De Campo	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Santana Da Ponte Pensa	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Miracatu	Aquisição De 3 (Três) Academias Ao Ar Livre	R$ 150.000,00
Prefeitura Municipal De Cunha	Construção De Quadra Poliesportiva	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De PresidenteEpitácio	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Nantes	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Euclides Da Cunha Paulista	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Irapuru	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Hortolândia	Academia Ao Ar Livre	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Iracemápolis	Academia Ao Ar Livre	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Óleo	Construção De Pista De Skate	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De PresidentePrudente	Reforma De Espaço Esportivo	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Itirapina	Academia Ao Ar Livre - Equipamentos	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Santo Anastácio	Reforma Do Estádio Municipal.	R$ 150.000,00
Prefeitura Municipal De Motuca	Aquisição E Implantação De Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Rio Claro	Aquisição E Implantação De 02 AcademiasAo Ar Livre	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Sales Oliveira	Construção De Pista De Caminhada	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Dumont	02 Academias Ar Livre (Praça Da Rodoviária - Centro E Praça José Danesi - Jardim JoséPaulo)	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Caçapava	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Sorocaba	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Laranjal Paulista	Aquisição De 2 (Duas) Academias Ao ArLivre	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Mirassolândia	Construção Da Segunda Etapa Da Pista De Caminhada	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Pedrinhas Paulista	Construção De Espaço Esportivo	R$ 360.000,00
Prefeitura Municipal De Pirapozinho	Reforma De Ginásio Municipal De Esportes	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Igaratá	Academias Ao Ar Livre	R$ 120.000,00
Prefeitura Municipal De Ribeirão Preto	Aquisição De Academias Ao Ar Livre	R$ 400.000,00
Prefeitura Municipal De Diadema	Projetos Esportivos	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Americana	Construção Campo Society Com Iluminação	R$ 80.000,00
Prefeitura Municipal De Tabatinga	Academia Ao Ar Livre Para O Município De Tabatinga	R$ 0.000,00
Prefeitura Municipal De Campinas	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Joanópolis	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Pedreira	2 Academias Ao Ar Livre, sendo 1 Para OJardim Ypê E 1 Para O Jardim Santa Clara	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Capivari	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Ituverava	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De PresidenteEpitácio	Instalação De Alambrado Do ComplexoEsportivo Do Jardim Real	R$ 100.000,00
Prefeitura Municipal De Guaicara	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00
Prefeitura Municipal De Paranapanema	Academia Ao Ar Livre	R$ 50.000,00

OSC	*Evento-Projeto*	*Valor*
Conf. Bras. Artes Marciais Chinesas	Copa Brasil De Kung Fu	450,000.00
Federação Paulista De Karate	V Torneio Dos Campeões De Karate	200,000.00
Conf. Bras. Karate Interestilos	Troféu Sp De Karate Interestilos	350,000.00
Instituto Coliseu Boxe Center	Projeto De Formação Forjando Campeões	400,000.00
Liga De Esportes, Esporte Radicais	Arena Radical	497,600.00
Federação Paulista De Karate	3o Projeto Karate Fpk	600,000.00
Liga Nacional Esportes E Motor	Arena Cross Brasil	400,000.00
Idex – Instituto Para O Desenvolvimento Do Mercado Interno E Externo	Talento Brasil – Núcleo São Bernardo DoCampo	1,000,000.00
Conf. Bras. Artes Marciais Chinesas	Projeto Kung Fu Sp 20222	695,307.00
Federação Paulista De Ciclismo	Realização De Eventos Esportivos (CiclismoPara Todos)	400,000.00
Idex – Instituto Para O Desenvolvimento Do Mercado Interno E Externo	Talento Brasil – Núcleo Taubaté	500,000.00
Idex – Instituto Para O Desenvolvimento Do Mercado Interno E Externo	Talento Brasil – Núcleo Santo André	500,000.00
Idex – Instituto Para O Desenvolvimento Do Mercado Interno E Externo	Custeio De Projetos Para O Munícipio DeGuarujá	500,000.00
Idex – Instituto Para O Desenvolvimento Do Mercado Interno E Externo	Custeio De Projetos Para O Munícipio De Araçariguama	500,000.00
Idex – Instituto Para O Desenvolvimento Do Mercado Interno E Externo	Custeio De Projetos Para O Munícipio De Campinas	500,000.00
Idex – Instituto Para O Desenvolvimento Do Mercado Interno E Externo	Custeio De Projetos Para O Munícipio De Herculandia	500,000.00
Conf. Bras. Karate Interestilos	Evento Esportivo Para Participação De AtletasDo Campeonato Paulista De Karate Interestilos	100.00,00
Instituto Olga Kos Cultural	Projeto Esportivo - Crescer - Esporte Inclusivo	300,000.00
Instituto Olga Kos Cultural	Projeto Esportivo (Mundo E Inclusão)	400,000.00
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte, QualidadeDe Vida	Projetos Esportivos (Taekwondo Lacultesp)	120,000.00
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte, QualidadeDe Vida	Projetos Esportivos (Lacultesp Social)	150,131.28
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte, QualidadeDe Vida	Projetos Esportivos (Lacultep Para Todos)	300,000.00
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte, QualidadeDe Vida	Projetos Esportivos (Lacultesp Pelo Esporte)	200,000.00
Liga Sorocabana De Basquete	Projeto Iniciação Esportiva (Sorocaba Basketball)	250,000.00
União Ken In Kan Goju Ryu De Karate	V Torneio Kein In Kan De Karate	200,000.00
Conf. Bras. Artes Marciais Chinesas	Realização 25o Camp. Inter Estados De KungFu E Boxe Chines	550,000.00
Conf. Bras. Artes Marciais Chinesas	Realização 22o Kung Fu Fight	500,000.00
Conf. Bras. Artes Marciais Chinesas	Realização Da Copa Open Internacional KungFu E Tai Chi Chuan	550,000.00
Super Liga Desportiva Velocidade	Custeio De Projetos (Etapa Do Camp. PaulistaDe Velocidade)	150,000.00
Instituto Social, Cultural Esporte Brasil	Eventos Esportivos (Copa Litoral Sul De Surf)	100,000.00
Liga Mogi Cruzense De Futsal	Realização Evento Esportivo (Futsal Solidário)	110,000.00
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte, QualidadeDe Vida	Projetos Esportivos (Lacultep Cidadania)	100,130.00
Instituto Ambiental Cenários Futuros	Projeto Esportivo Meninas No Futebol	100,000.00
Inst. Social, Cultural Esporte Brasil	Projetos Esportivos (Judô Brasil)	150,000.00
Associação Esportiva Mocoquense	Evento Esportivo (27o Troféu Kim Mollo)	100,000.00
Liga Nacional Taekwondo	Projeto Esportivo (Futuro Cidadão)	200,000.00

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte, QualidadeDe Vida	Projeto Esportivo (Lacultesp Futebol)	150,000.00
Instituto Ambiental Cenários Futuros	Evento Esportivo (Passeio Ciclístico De Ibaté)	250,000.00
Instituto Ambiental Cenários Futuros	Evento Esportivo (Corrida Caminhada De Ibaté)	250,000.00
Associação Liga Vale-Paraibana Artes Marciais	Projeto Esportivo (Promovendo Cidadãos)	400,000.00
Instituto Nova Visão	Copa Nova Visão De Futebol	100,000.00
Lacultesp Lazer, Cultura E Esporte, QualidadeDe Vida	Projeto Esportivo (Lacultesp E Vida)	100,000.00
Fundação Paulista De Desenvolvimento	Realização De Evento Esportivo E De Lazer(Bairro Legal - Vila Olímpica)	727,396.68
Central Única Das Favelas Do Rio De Janeiro	Evento Esportivo Taça Das Favelas	320,000.00

A Secretaria de Esportes dentre as suas atribuições e de acordo com as diretrizes do Governoformula políticas públicas voltadas ao Esporte e Lazer. Coordena a implementação de ações governamentais direcionadas ao atendimento de todos os públicos. Elabora e executa, direta e indiretamente parceria com entidades públicas e privadas, visando a realização de programas,projetos e atividades de esporte e lazer voltado a todos os públicos. Em 2022 buscando cumprir sua missão mesmo com todas as dificuldades que se apresentou no exercício e obedecendo as determinações do Comitê da Saúde, realizou alguns eventos do Calendário de Esporte, bem como, parcerias, implantação de equipamentos esportivos para a prática de esporte e lazer, atendendo todos os Públicos-crianças, jovens, idosos etc. obedecendo os protocolos vigentes no momento.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Gabinete do Secretário - Assessoria do Gabinete do Secretário-Área Técnico-Normativa-ATN - A Área Técnico-Normativa da Assessoria do Gabinete do Secretário - ATN tem atuação conjunta coma Chefia de Gabinete da Pasta e exerce as atribuições previstas no inciso VI do artigo 30 do Decreto 66.457, de 28/1/2022, na seguinte conformidade: Foi recepcionado nessa unidade, por meio do Núcleo de Apoio Administrativo da Chefia de Gabinete, cerca de 16.573 expedientes e processos, internos e externos. Cabe ressaltar que aproximadamente 90% dos documentos direcionados ao Gabinete do Secretário, ao Gabinete do Secretário Executivo e à Chefia de Gabinete passamnecessariamente pela ATN, que atua recebendo, analisando sob o caráter técnico-normativo, preparando respostas, despachos, ofícios, informações dando-lhes os devidos encaminhamentos paraseu prosseguimento. Dentre esses documentos, destaca-se o recebimento, processamento e preparo de respostas a 20 demandas da Controladoria Geral do Estado. Em relação às requisições do Ministério Público do Estado-Estadual e Federal, 167 foram recebidas e processadas, tendo sido devidamente respondidas por meio de ofícios. Essa unidade também é responsável pelo atendimentodas demandas oriundas do Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIALE, vinculado à Subsecretaria de Gestão Legislativa da Casa Civil e atua recebendo, analisando e encaminhando as demandas às áreas competentes para manifestação. Nesse exercício, foram recebidas e processadas 47 demandas. A Chefia de Gabinete e a ATN tiveram atuação importante no processamento de propostas que foram efetivamente convertidas em normas estaduais em 2022. Em relação às demandas específicas do Poder Judiciário-Estadual e Federal, dirigidas ao Titular da Pasta, foram recebidos cerca de 5.303 documentos, entre ofícios, intimações, citações, cartas precatórias etc. Observe-se que grande parte desses recebimentos ocorreram de forma pessoal, com atendimento direto de serventuários da justiça, de contribuintes/interessados e de advogados e estagiários. Desses documentos, 1.830 referem-se a pedidos de informações em sede de Mandado de Segurança, que exigem atuação precisa e rápida das áreas, eis que contam com prazo exíguo para resposta-10 dias. Por fim, destacamos os inúmeros atendimentos e orientações verbais e por correio eletrônicoprestados internamente às diversas áreas da Pasta, que vão desde orientações de uso da Redação Oficial institucionalizada, orientações técnicas específicas relacionadas ao Sistema SP Sempapel quesão imprescindíveis para o bom andamento dos trabalhos administrativos da Secretaria. Área Direta:A Assessoria Direta é responsável pelo atendimento das demandas apresentadas como prioritárias e/ou urgentes pelo Secretário. Sua atual configuração foi criada com a entrada do Secretário em abrilde 2022. Durante o exercício iniciado nesta data, a assessoria exerceu suas atribuições legalmente previstas no inciso no Decreto nº 66.457/2022, na seguinte conformidade: Elaboração de bases de dados, estudos, notas e relatórios para auxiliar a gestão acerca de temas de destaque, dentre eles: Estudo sobre a evolução das receitas de cada estado da Federação brasileira para o período de janeiro de 2021 a agosto de 2022; Estudo longitudinal da apropriação e transferências de créditos acumulados pelas empresas paulistas no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2021; Estudo sobre a evolução das despesas de pessoal do Estado de São Paulo; Estudo acerca da balança comercial interestadual, visando aferir e reportar os fluxos de entradas e saídas de mercadorias e serviços do estado de São Paulo para com os demais estados e Distrito Federal; Organização de banco de dados com a arrecadação do Estado de São Paulo e de banco de dados com indicadores da conjuntura paulista; Desenvolvimento de ferramenta preliminar para auferir o impacto de benefícios tributários; Cálculos sobre o impacto da exclusão de Tusd e Tust da base de cálculo do ICMS sobre a arrecadação do Estado; Estudo sobre a Adoção do Spending Review e Plano Fiscal de Médio Prazo. Apoio na elaboração de normativos, com destaque à: Nova minuta de teletrabalho, confeccionada visando o aperfeiçoamento do Decreto nº62.648/2017, que disciplina o teletrabalho no âmbito da Administração Pública Estadual; Resolução sobre as recomendações do Tribunal de Contas do Estado-TCE, definindo o papel da Procuradoria Geral do Estado e das e das Secretarias da Fazenda e Planejamento, de Governo e de Orçamento e Gestão no atendimento das demandas oriundas do TCE; Edição da Resolução Conjunta SFP/PGE nº1, de 3/8/2022, visando permitir que a Secretaria de Fazenda e Planejamento e a Procuradoria Geral do Estado disponibilizem mutuamente informações cadastrais e econômico-fiscais dos contribuintes, devedores e corresponsáveis do Estado de São Paulo; Participação em reuniões e eventos, bem como elaboração de apresentações, sempre em apoio à atuação do Secretário, incluindo: Participação na comitiva do Secretário nas dezesseis visitas às Delegacias Regionais Tributárias. Representação do Secretário, realizando apresentações nos seminários da Assefin-SP e na UFMG. Preparação das apresentações realizadas pelo Secretário na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e no Instituto Brasileiro de ensino-IDP; Participação nas reuniões e trabalhos relativos às Leis complementares nºs 192 e 194, de 2022. Área Executiva-AE: Estruturada pelo Decreto nº 66.457, de 28/1/2022, atuou como interlocutora entre as áreas da Secretaria da Fazenda e de outras instituições junto ao Gabinete do Secretário sobre assuntos e projetos estratégicos da Pasta e do Governo do Estado. Cabe destacar: participação na estruturação do acordo CLEARING METRÔ-CPTM; participação no grupo de trabalho do projeto TREM INTERCIDADES-TIC, subsidiando os estudos para definição do cronograma de implementação e análise do impacto financeiro projetado-CAPEX e OPEX; realização de reuniões do conselho do BANCO do POVO para saneamento de pendências relevantes, viabilizando receita extraordinária de R$ 2,7 Bi junto ao Banco do Brasil; propositura de novo fluxo de cobrança de dívidas dos mutuários do BANCO do POVO, mitigando sua inadimplência; participação em reuniões do FUNAC para autorizar a Desenvolve SP a celebrar aditivos contratuais com mutuários de grande porte, liberando R$264 Mi para investimentos no Estado; subsídios às iniciativas em andamento para extinção do IPESP; elaboração do orçamento de 2023, no âmbito do Gabinete do Secretário; acompanhamento do planejamento estratégico da Secretaria da Fazenda e Planejamento; elaboração de minuta de proposta de alteração do regime de TELETRABALHO - Decreto nº 62.648/17, na Administração direta e autarquias do Estado de São Paulo; participação nos estudos para revisão da legislação que trata do Abono de Satisfação ao Usuário-ASU, culminando na publicação da Resolução SFP nº 44/2022 e implementação de novos procedimentos em áreas diversas; elaboração de proposta de novos procedimentos e legislação dispondo sobre o atendimento às recomendações, determinações e ressalvas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE, quando do julgamento das contas do governador - Resolução Conjunta SFP, SG, SOG, PGE nº 01/2022; participação em grupo de trabalho coordenado pela Subsecretaria da Receita Estadual - SRE, para aperfeiçoamento do fundo de modernização da estrutura fazendária; participação em grupo de trabalho constituído para coordenação das iniciativas para dissolução, liquidação e extinção do DERSA, nos termos da Lei 17.148/2019; elaboração, em conjunto com a Assessoria Técnico Normativa - ATN, Procuradoria Geral do Estado - PGE e a Subsecretaria da Receita Estadual - SRE, de proposta para implementação de novos procedimentos para o cumprimento e acompanhamento de processos judiciais, culminando na elaboração publicação da Ordem de Serviço Conjunta nº 02/2022; participação em grupo de trabalho constituído pela SRE e PGE, para definição de critérios e procedimentos para o compartilhamento e uso de informações fiscais constantes entre as respectivas pastas, culminando na publicação da Resolução Conjunta SFP-PGE nº 01/2022; participação nas tratativas para a renovação do Termo de Cooperação nº 035/2017, celebrado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo e a Secretaria da Fazenda e Planejamento - cooperação técnica na apuração e repressão de crimes de sonegação fiscal; procedimentos para a celebração de termo de cooperação entre a Secretaria da Fazenda e Planejamento e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, objetivando a implementação de ação policial integrada nas áreas adjacentes às respectivas unidades; participação em grupo de trabalho coordenado pela SRE para tratar das iniciativas em andamento para aperfeiçoamento da legislação do IPVA-PCD; elaboração de proposta de reestruturação da SFP, propondo a reincorporação de alguns órgãos e entidades que estão hoje em outras pastas - Coordenadoria de Compras Eletrônicas - CCE, CODEC, SPPrev, APS, SPPrevCon, Coordenadoria de Entidades Descentralizadas, dentre outras e redefinição da estrutura interna da pasta; coordenação de grupo de trabalho para elaboração de proposta objetivando a melhoria dos índices de recuperação do crédito tributário não pago até sua inscrição em Dívida Ativa - Confissão e Transação; atendimento a demandas diversas das entidades que representam a todas as categorias dos servidores fazendários; aperfeiçoamento de procedimentos administrativos - revisão das delegações para concessão de gratificações e designação Pró-labore, culminando na publicação da Resolução SFP nº 64/2022. Área de Acompanhamento da Política Fiscal e de Relacionamento Federativo-APFRF: A área de Acompanhamento da Política Fiscal e de Relacionamento Federativo-APFRF, atendendo às atribuições definidas pelo Decreto nº 66.457, de 28/1/2022-artigo 30, inciso V, desenvolveu as seguintes atividades: Atuou como contraparte da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, em conjunto com as Subsecretarias e Assessorias desta Pasta, na elaboração e assinatura em 31/10/2022 da 18ª. revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF. Nesta revisão do Programa foi estabelecido como Espaço Fiscal para contratação de empréstimos o montante de R$ 13.859 milhões. Elaborou relatórios para apresentação do Secretário para as Audiências Públicas realizadas na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em junho foram apresentadas informações relativas às metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2021 e do 1º Quadrimestre de 2022. Em novembro, foram apresentadas informações relativas às metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2022. Coube à APFRF, nos termos da Resolução SFP-51, de 2/8/2022, a manifestação quanto a Impactos Fiscais nas metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias na instrução de processos de edição de normas referentes a benefícios fiscais. Participou do Comitê Executivo de Acompanhamento da Receita e dos Indicadores Fiscais - CEARIF - Resolução SFP-29, de 9/5/2022, cujas atribuições da APFRF são: monitorar, avaliar e acompanhar o comportamento dos principais indicadores fiscais e dos riscos associados ao cumprimento das metas e/ou índices prudenciais; e submeter para deliberação a elaboração e revisão do Programa de Acompanhamento Fiscal-PAF e elaborar as projeções fiscais para subsidiar a avaliação de risco de crédito dos organismos de crédito internos e externos ou das agências de classificação de risco ou de operações financeiras. Contribuição nas respostas às demandas do TCE na Prestação de Contas do Governador, encaminhadas pela ARIT, no tocante a esclarecimentos quanto ao PAF e metas fiscais das LDO e LOA. Organizou e participou, em conjunto com as Subsecretarias e Assessorias desta Pasta, de reuniões de avaliação econômico-financeira do Governo do Estado de São Paulo junto às agências de classificação de risco e de fomento ao investimento. Ao longo do ano foram realizadas reuniões com a FITCH e a MOODY's, agências de classificação de Risco, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e com a Corporação Andina de Fomento - CAF. Área Parlamentar: A Área Parlamentar tem entre suas atribuições elencadas no Decreto nº 66.457, de 28/1/2022 o seguinte: Acompanhar os trâmites de projetos de leis de interesse da Secretaria da Fazenda e Planejamento, conforme segue: Processo Legislativo; Projetos de autoria do Governador; Projeto de Lei Complementar - PLC: nenhum. Projeto de Lei - PL: 3 Processos. Projeto de Emenda Constitucional - PEC: nenhum. Projetos de autoria dos Deputados Estaduais; Projeto de Lei Complementar - PLC: nenhum; Projeto de Lei - PL: 31 Processos; Projeto de Decreto Legislativo - PDL: 24 Processos. Hoje na Alesp existem 19 Comissões Permanentes, as quais acompanhamos conforme a temática do processo legislativo afeitas a Secretaria da Fazenda e Planejamento, bem como outros processos de interesse, porém, damos ênfase às Comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento e Constituição, Justiça e Redação: Comissões; Comissões Permanentes; Comissão de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Finanças, Orçamento e Planejamento - 10 Reuniões; Comissão de Constituição, Justiça e Redação - 14 Reuniões; Comissões Parlamentares de Inquérito; CPI - nenhuma. Esta Área Parlamentar a partir de abril de 2019 acompanha diariamente a tramitação de propostas de emendas constitucionais, projetos e anteprojetos de leis, requerimentos e indicações de modo a assegurar o cumprimento de prazos constitucionais, avaliação jurídica e o devido processo legislativo pelo referido sistema-SIALE. Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIALE: Projeto: 36; Requerimento: 31; Indicações: 16. A Área Parlamentar no decorrer do corrente ano atendeu prontamente todas as solicitações, predominantemente de parlamentares, encaminhadas por ofícios, e-mails, ou outro meio de comunicação. Total: 176 solicitações. Área de Captação de Recursos-ACR: Conforme atribuições previstas no inciso IV, artigo 30, do Decreto nº 66.457/2022, a Área de Captação de Recursos-ACR é responsável pela análise, preparação, realização e acompanhamento das operações de crédito internas e externas do Estado, bem como das transferências unilaterais e concessão de garantias estaduais. Destacamos abaixo as principais atividades realizadas: Novas operações de crédito contratadas em 2022: a ACR coordenou a contratação de 3 novos financiamentos no total de R$ 4,9 bilhões em projetos de infraestrutura e saneamento, a saber:

Projeto	*Credor*	*Valor*
PPP da Linha 6 – Laranja do Metrô	BNDES	R$ 1,5 bilhão
Expansão da Linha 2 – Verde do Metrô (Trecho Vila Prudente – Penha)	Corporação Andina deFomento - CAF	US$ 550 milhões
Programa Renasce Tietê	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	US$ 79,9 milhões
*Total equivalente em R$**		*R$ 4,9 bilhões*

*Taxa de câmbio: R$ 5,32/ US$ 1,00-Banco Central: 21/11/2022

Aditivos contratuais assinados: Foram negociados e assinados 3 novos aditivos contratuais para reprogramação, alterações técnicas e prorrogação de prazo para desembolso, junto à CAIXA, CAF eBNDES, que asseguraram a disponibilidade de aproximadamente R$ 635,8 milhões para projetos metro ferroviários e de saneamento, até 2023. Foram também assinados 3 aditivos com a CAF para substituição da taxa de juros LIBOR-London Interbank Offered Rate pela SOFR-Secured OvernightFinancing Rate e outros 4 com o BNDES para substituição de garantias contratuais, de royalties do petróleo pela CIDE-combustível. Novos empréstimos em fase de contratação: a carteira de projetos na ACR, já com definição de valores e de bancos financiadores, totaliza US$ 1,43 bilhão em empréstimos externos e R$ 1,5 bilhão em moeda nacional, conforme tabela abaixo-valores não incluem contrapartidas do Estado:

Projeto	Credor	Valor (milhões)	Etapas de Tramitação				
			Lei	Carta Consulta	Negociação do Contrato	STN	PGFN, Presidência e Senado
SP Mais Digital	BID	US$ 164,2	☐	☐	☐		
Prog. Invest. Rodoviário III	BID	US$ 480,0	☐	☐			
Linha 2 Metrô - 44 trens	BIRD	US$ 430,0	☐				
Microbacias III	BIRD	US$ 120,0					
SP Mais Turismo	BID	US$ 240,0					
Linha 6 - PPP 2ª tranche	BNDES	R$ 1.500,0	☐				

Tramitam ainda 5 contratos, nos quais o Estado figura como contragarantidor do Governo Federal, em financiamentos a serem contratados pela Desenvolve SP e SABESP, junto ao NDB, BID e JICA,que totalizam US$ 886,3 milhões. Encontra-se em desenvolvimento um sistema informatizado para a ACR, que permitirá o gerenciamento mais eficiente dos projetos financiados, das leis autorizativase dos contratos de financiamento, com previsão de conclusão em março de 2023. Área de Comunicação-ASCOM: é responsável pelo relacionamento com a imprensa, suporte aos porta-vozes,alinhamento de informações para os públicos interno e externo, com atuação integrada à estrutura degoverno. O trabalho da Ascom se pauta nos princípios de transparência e consistência que asseguramcredibilidade e equilíbrio nos contatos com a mídia e o público externo. Como órgão setorial do Sistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo-SICOM, a Ascom tem a atribuição degerir as atividades de comunicação da Pasta, zelando pela imagem e credibilidade da Sefaz-SP - mantendo o relacionamento direto com os órgãos de imprensa. É crescente o desafio de proporcionara prestação de informações à população com maior qualidade, eficácia e eficiência, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 12.232/2010, com a persecução dos objetivos de: difundir amplamente informações sobre os direitos dos cidadãos e os serviços públicos; divulgar, de forma clara e objetiva,os projetos e ações desenvolvidos pelo Estado nas diversas áreas de interesse da sociedade, de maneira a facilitar seu entendimento; estimular a sociedade a participar do debate e do aprimoramento das políticas públicas do Estado; e adequar as mensagens aos segmentos sociais com os quais se pretendacomunicar, sempre observado o caráter educativo, informativo ou de orientação social obrigatório à divulgação dos programas e projetos. De janeiro à primeira quinzena de novembro, a ASCOM registrou o atendimento a 563 solicitações da imprensa e produziu 277 press-releases encaminhadosaos principais veículos de comunicação e mídia regional. Como resultado, foram publicadas mais de18 mil matérias. Os principais assuntos foram o ciclo do IPVA, a suspensão do pagamento de IPVA-PCD 2022 para quem já possuía isenção em 2020 ou 2021 e a nova rodada de cobrança de débitos de ICMS utilizando ciência comportamental aplicada. A partir de 15/4, os destaques foram: Posse: Secretário da Fazenda e Planejamento. Resultados fiscal e orçamentário: Balanço Geral do Estado aponta resultados da gestão orçamentária e financeira do Estado em 2021. ProAtivo: Nova rodada libera R$ 500 milhões de crédito acumulado para empresas paulistas. Combustíveis: Governo de SP antecipa redução do ICMS da gasolina de 25% para 18%. Combustíveis-etanol: Governo de São Paulo reduz ICMS do etanol de 13, 3% para 9,57%. IPVA-PCD: Governo de SP estende prazo para pedidos de isenção do IPVA-PCD 2022. Captação de Recursos: Governo do Estado capta R$ 1,5 bilhão para aporte nas obras da Linha 6 Laranja do Metrô/Governo de SP assina financiamento de US$ 550 milhões para expansão da Linha 2-Verde do Metrô/Governo do Estado investe mais de R$500 milhões na recuperação do rio Tietê. Benefícios fiscais: Governo do Estado não ratifica convênioque dispensa o AM de cumprir a Constituição e as normas do Confaz na concessão de benefícios fiscais. Assessoria de Economia e Finanças Públicas: A Assessoria de Economia e Finanças Públicas - AEFP, atendendo as atribuições definidas pelo art. 31 do Decreto 66.457, de 29/1/2022, desenvolvetrabalhos de apoio ao Secretário da Fazenda e Planejamento nas questões relativas às economias brasileira e paulista, às finanças públicas e ao financiamento das políticas públicas do Estado de SãoPaulo, tais como a previsão e acompanhamento da arrecadação de impostos do Estado e análises de alterações na conjuntura econômica nacional e internacional que condicionam a arrecadação tributáriado Estado. A Assessoria possui relacionamento com diversas organizações de destaque no cenário nacional e internacional através de convênios ou contratos firmados com instituições como aFundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, a Fundação Getúlio Vargas - FGV, Fundação SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, a Escola de Economia e Ciência Política de Londres-London School of Economics and Political Science e o Instituto de Estudos Fiscais de Londres-Institute for Fiscal Studies. As seguintesatividades foram desenvolvidas: Elaborou a previsão de receita orçamentária de 2023 dos tributos estaduais-ICMS e IPVA contidas no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentária- LDO, bem como o acompanhamento da arrecadação anual destes tributos; Fez a previsão diária do ICMS e do IPVA, o acompanhamento destas receitas e a análise das diferenças entre projeção e realização da arrecadação destes tributos, de modo a dar subsídios ao Fluxo de Caixa do Tesouro; Confeccionou boletim mensal para o Gabinete do Secretário, com a descrição do desempenho dos tributos que compõem a receita tributária paulista, incluindo análise setorial de arrecadação de ICMS;Produziu as informações solicitadas para o cálculo dos coeficientes de que trata o Protocolo ICMS 69/08, referente ao percentual de participação de cada unidade da federação nos recursos previstos pela Lei Kandir para ressarcimento aos Estados exportadores; Produziu material para atendimento àsinstituições de classificação de risco-Fitch, Moody's, S&P e BNDES; Subsidiou com dados econômicos a Fundação SEADE, para a elaboração do indicador PIB+30. Foi responsável pela produção e publicação do índice de preços IPC-FIPE; Foi responsável pela produção e publicação dos índices utilizados no reajuste de contratos de serviços terceirizados e de obras públicas na Administração Pública do Estado de São Paulo, bem como participou no desenvolvimento, em andamento, da divulgação de índices do IPOP por famílias de insumos de forma a permitir a composição de indicadores específicos; Elaborou estudos para mensurar os impactos de mudanças na legislação ou cenário econômico sobre arrecadação de tributos; Atendeu às Requisições de Documentos e Informações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com informações sobre a renúncia fiscal, utilizadas para o parecer sobre a Prestação de Contas do Governador; Coordenou o projeto Compras Públicas, em andamento, em parceria com a London School of Economics - LSE e a Universidade de Columbia, que tem como objetivo estudar as compras realizadas por meio da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC nos últimos 5 anos e compará-las com produtos similares adquiridos por empresas privadas a partir dos dados da Nota Fiscal Eletrônica; Forneceu os dados para o projeto TRU/MIP-SP, em andamento, em convênio com o IBGE e a Fundação SEADE, para gerar as Tabelas de Recursos e Usos das Contas Nacionais e posteriormente uma Matriz Insumo-Produto para o Estado de São Paulo através de registros dos bancos de dados fiscais; Coordenou o projeto Impactos da Covid na Indústria de Transformação, em andamento, em parceria com a London School of Economics, com o objetivo de mensurar o impacto das políticas de lockdown sobre a indústria de transformação paulista no nível setorial a partir dos dados fiscais. Departamento de Gestão Estratégica e de Projetos-DGEP: Planejamento Estratégico: Condução de oficinas com as diversas áreas da Sefaz para elaboração dos OKRs-Objectives and Key Results do Planejamento Estratégico,metodologia adotada em 2020 pela organização; realização de check-ins de acompanhamento dos quatro objetivos estratégicos em andamento: Despertar o propósito e engajamento dos colaboradores;Gerir as finanças do Estado, contribuindo para melhorar o custeio, a dívida e o investimento público;Organizar a comunicação e a transparência por meio da linguagem cidadã; Otimizar a arrecadação por meio do incentivo ao cumprimento voluntário e da repressão à sonegação; ações de capacitação em OKR e ferramentas auxiliares - Miro e Planner; divulgação e comunicação institucional sobre asetapas do planejamento e seus resultados. Indicadores: Foi elaborada proposta contendo 3 indicadoresglobais e 16 indicadores específicos das coordenadorias que compõem a Bonificação por Resultados - BR para o exercício de 2022. Também foi realizada a apuração trimestral do Indicador Global da Participação nos Resultados - PR e apuração trimestral do Índice de Cumprimento de Metas da PR. Gestão de Projetos: Monitoramento das Ações dos Projetos de Governo, contidos no portal: http://www.monitoramento.sp.gov.br, dos projetos estratégicos da Sefaz - em nível de portfólio e das ações oriundas do planejamento estratégico, com o objetivo de remover impedimentos e auxiliar na interlocução entre áreas. Gestão de Processos: As atividades desenvolvidas foram: inovação e utilização de novas ferramentas para desenvolvimento dos trabalhos de processos; capacitação em Gestão de Processos com cursos on-line ministrados para servidores de todo o Estado de São Paulo realização de oficinas e mapeamento de processos visando implementar melhorias no Centro de Monitoramento e Avaliação e Centro Administrativo e Financeiro, pertencentes ao Departamento de Gestão Estratégica, bem como a construção de nova cadeia de valor e análise de novos processos para atender Decreto nº 66.457/2022 da Contadoria Geral do Estado de São Paulo. Gestão do Teletrabalho: Com a transição da gestão do Teletrabalho para o Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas - DRHGP, o SIGET- Sistema de Gestão do Teletrabalho da Sefaz/SP encontra-se na fase final de preparação para implantação em produção de forma assistida, para início de sua operacionalização, sob supervisão do DGEP. Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO-II/SP: Com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária; da melhoria da administração tributária; e da melhoria da gestão do gasto público, o Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID está estruturado em três Componentes-Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; Administração Tributária e Contencioso Fiscal; Administração Financeira e Gasto Público. Em 2022, 43 processos licitatórios foram iniciados, sendo que 22 foram contratados, num valor aproximado de USD 12.540.000,00. Dentre estes, destacam-se: a aquisição de 22 , a modernização e a obra de adequação das subestações de energia elétrica do prédio sede da Secretaria, o desenvolvimento de cursos de educação a distância, a aquisição de Solução de Hardware Security Module - HSM e a contratação para desenvolvimento de novos sistemas de informação para diversas áreas da Secretaria-guarda-chuva. Para 2023, os outros 21 processos licitatórios serão contratados até o primeiro semestre, onde há a previsão de aquisição de 2.000 notebooks para as diversas áreas da Secretaria, a aquisição de 3 Storages High End com capacidade de 1 PB cada e a aquisição de ferramenta de gestão de dados mestres para uma plataforma de interoperabilidade - Smart Sefaz; num valor aproximado de USD 10.000.000,00. Escola de Governo do Estado de São Paulo-EGESP: A Escola de Governo - Egesp, reestruturada com base no Decreto nº 66.457 de 28/1/2022, conta com 57 servidores distribuídos em 7 centros e 2 núcleos técnicos, 1 núcleo administrativo e o corpo diretivo composto por Diretoria e Assessoria. A Egesp tem como atribuições precípuas capacitar os servidores públicos do Estado de São Paulo por meio de cursos, seminários, eventos, publicações e atividades afins; e, por meio do Programa de Educação Fiscal para a Cidadania, desenvolver atividades com a sociedade em geral objetivando sensibilizar os cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos, facilitar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias pelos contribuintes e incentivar a sociedade a acompanhar a aplicação dos recursos públicos. Apresentamos abaixo um breve relato das principais atividades de capacitação e de educação fiscal desenvolvidas pela Egesp, no período de janeiro a novembro. Atividades de Capacitação: De um modo geral, o volume das atividades de capacitação é mensurado pela quantidade de servidores aprovados e pelo índice de satisfação dos alunos nos eventos da Escola. Diversos meios de ensino e aprendizagem foram utilizados nos eventos de capacitação como palestras em Lives, cursos em EAD e aulas online com o uso da ferramenta Teams-web conferência. Algumas turmas foram também ofertadas de modo presencial. Foram ofertados 58 cursos na modalidade online, 20 cursos EAD e 18 eventos, como Seminários e Lives, resultando em 12.960 capacitações, com índice de satisfação de 9,1 - escala de 0 a 10. De acordo com a temática, as atividades de capacitação foram dirigidas para o público setorial -servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento, com 3.461 aprovados, e para os servidores públicos estaduais dos demais órgãos-público intersetorial, com 3.037 aprovados, considerando apenas os cursos ofertados-online, EAD ou presencial. Seguem os resultados obtidos no período de janeiro a novembro

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Quantidade total de servidores aprovados em cursos online, presenciais e EAD	6.498
Servidores SEFAZ	3.461
Servidores outros órgãos	3.307
Quantidade de participantes em Lives, Eventos e Seminários	6.462
Índice de satisfação dos alunos (escala 1 a 10)	9,10

Atividades de Capacitação em salas de aula virtuais (online)

CURSOS
SCRUM BÁSICO (GES)
ETC - CONTRIBUIDOR E DONO DE SITE (TIC)
E-GRP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS (SCF)
PREGÃO ELETRÔNICO - NOVAS FUNCIONALIDADES (SCF)
DWBO - APLICADO PARA SUBFIS - MÓDULO I (TIC)
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO ASSERTIVA E GESTÃO DOS RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS(FAZ)
LÍDER COACH (GES)
LÍDER POSITIVO E SUSTENTÁVEL (GES)
LÍDER DE SI MESMO (GES)
ETC – CONTRIBUIDOR (TIC)
ETC - DONO DE SITE (TIC)
PRÁTICAS DE APRESENTAÇÕES CORPORATIVAS (FAZ)
PRODUTIVIDADE E GESTÃO DO TEMPO (GES)
MIRO- PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO VISUAL (FAZ)
METODOLOGIA OKR (FAZ)
DWBO - APLICADO PARA SUBFIS - MÓDULO II (TIC)
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 - MODALIDADES LICITATÓRIAS ECONTRATAÇÕES DIRETAS(FIP)
GESTÃO DE PROCESSOS- MAPEAMENTO (GES)
FERRAMENTAS PARA A GESTÃO DA QUALIDADE (GES)
NOVA PREVIDÊNCIA DO ESTADO: CONCEITOS, REGRAS E PROCEDIMENTOS (FRH)
MICROSOFT PLANNER (FAZ)
VBA (Visual Basic for Applications) – Básico (TIC)
Introdução à programação e ciência de dados para a gestão pública (TIC)
Introdução à Produção de Mapas e Geoprocessamento (TIC)
Curso Introdutório ao InfoPath 2010 (TIC)
Gestão de Pessoas (GES)
Gestão de Conflitos (GES)
Técnicas em Negociação (GES)
Gestão de contratos administrativos – Aspectos Gerais (GES)
e-Sanções – Sistema de Sanções Administrativas (SCF)
Indicadores da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo – IBEC – BI (SCF)
SIR Sistema Integrado da Receita (SCF)
Capacitação Técnica em Regularidade Fiscal e Previdenciária (FIP)
Lei Federal nº 14.133/21 – Contratações Diretas – Inexigibilidade e Dispensa deLicitação (FIP)
Sanções Administrativas na Nova Lei de Licitações (FIP)
Treinamento Sistema AUD – Básico (LEG)
Apresentação – SAFIC (LEG)
Curso SAFIC com foco em Auditoria (LEG)
Operações com Energia Elétrica (LEG)
Módulo Consulta 3.01 e Outras Consultas do Sistema AUD (LEG)
Módulo Power BI do Sistema AUD (LEG)
AUD – Módulo Auditoria ST (LEG)
AUD – Módulo Ressarcimento ST (LEG)
Módulo Roteiro 3.01 do Sistema AUD (LEG)
Módulo CAS (Crédito Acumulado Simplificado) do Sistema AUD (LEG)
Apreensão de Documentos Digitais (LEG)
Modelos lineares generalizados e análise de sobrevivência (EMQ)
Excel na prática (FAZ)
Curso da Jornada “Vivendo com emoções positivas e significado” (FAZ)
Elaboração de Despachos – legislação, correção, estilo e clareza do texto (FAZ)
Atendimento SIPET – ITCMD (FAZ)
Nova Previdência no Estado – Módulo 2 (FRH)
A Licitação na Nova Lei de Licitações (DIR)
Contratos Administrativos na Nova Lei de Licitações (DIR)
Apuração Preliminar – conceitos básicos de legislação (DIR)
Um novo padrão de atendimento no serviço público: cidadania e valorespartilhados (ATE)
Treinamento básico da Escrituração EFD do ICMS/IPI (SCT)
Alterações no sistema declaratório – ITCMD (SCT)

Atividades de Educação à Distância – EAD

CURSO
PREGÃO ELETRÔNICO E REGISTRO DE PREÇOS (SCF)
COMO FALAR NA TV E VÍDEO COM SUCESSO (FAZ)
LICITAÇÕES (DIR)
PRODUÇÃO DE TEXTOS - ASPECTOS GRAMATICAIS (FAZ)
PROFIN – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (FIP)
GESTÃO DOCUMENTAL: DA PRODUÇÃO À DESTINAÇÃO FINAL (FAZ)
SOCIEDADE, ESTADO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (GES)
SIGEO BI - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA EXECUÇÃOORÇAMENTÁRIA BUSINESS INTELLIGENCE (SCF)
SIAFEM - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO (SCF)
PRODUÇÃO DE TEXTOS - ASPECTOS GERAIS(EAD) (FAZ)
INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS (GES)
O PAPEL DA GESTÃO DE RH NA MELHORIA DO CLIMA DA ORGANIZAÇÃO (FRH)
CAUFESP - GESTORES DO CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORESDO ESTADO DE SÃO PAULO(SCF)
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS (GES)
CULTURA ORGANIZACIONAL, COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTOINTERPESSOAL (GES)
PLANEJAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS (FRH)
UM NOVO PADRÃO DE ATENDIMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO:CIDADANIA E VALORESPARTILHADOS (ATE)
COBRANÇA QUALIFICADA (LEG)
Curso de capacitação para Coordenadores e Supervisores do PEGESP (GES)
SCT0150/22 – Contágil Lite Introdutório (SCT)

Lives, Seminários e Eventos

TEMA
Live - Protagonismo Feminino (GES)
Live - 1º Fórum Paulista de Compras Públicas: A nova lei de licitação e contratos (FIP)
Live – Prestação de Contas do PPA 2020/2023, ref. Exercício de 2021 (FIP)
Live – Vivendo com emoções positivas e significado
Live – Apresentação das Bases de Dados da Fundação SEADE
Live - Tendências e Casos Práticos de Automação em Processos na SEFAZ/SP (CGC)
Seminário Violência Contra a Mulher e Relatório de Mapeamento do ODS 5 noGoverno do Estado de São Paulo (GES)
Seminário Egesp/Seade Indicadores demográficos (GES)
Seminário Egesp/Seade Geoprocessamento (GES)
Seminário EGESP/SEADE Proteção de dados pessoais na administração pública (DIR)
Seminário Egesp/Seade Indicadores de Desenvolvimento Econômico Regional (GES)
Evento LDO 2023 (FIP)
Encontro Audiências Públicas em Processo de Planejamento (FIP)
87º Aniversário do TIT (LEG)
Apresentação para Juízes e Representantes Fiscais (22/23) (LEG)
Cerimônia de Posse – Juízes e Representantes Fiscais (22/23) (LEG)
ENCONTRO DE CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO 2022 (CCF)
Ação para servidores da EGESP – Instituto Conectomus (GES)

Atividades de Educação Fiscal: Na Educação Fiscal, a EGESP atua na sensibilização dos cidadãos quanto à importância e ao papel dos tributos na sociedade e na economia, bem como quanto à relevância do controle social dos gastos públicos e da transparência na aplicação dos recursos. O anode 2022 marcou a retomada bem-sucedida dos eventos presenciais de educação fiscal, com destaquepara os Programas Fazenda Aberta e Fazenda vai à Escola, ofertados, principalmente, para a rede pública de ensino. Neste ano, implementamos o Programa de Formação de Educadores Fiscais, na modalidade virtual, com o objetivo de ampliar e reciclar o quadro de educadores, garantindoqualidade e efetividade nas ações de educação fiscal e foram ministrados 12 módulos, que capacitaram, em torno de, 200 servidores fazendários e promovemos palestras técnicas com temas tributários, de interesse das entidades de classe e dos contribuintes, como a live do ITCMD, que apresentou as alterações no sistema declaratório, e foi assistida, na ocasião, por 7 mil pessoas. Seguem os resultados obtidos com as ações realizadas e o número de cidadãos conscientizados, no período de janeiro a novembro

Quantidade de ações realizadas	564
Número de cidadãos envolvidos	27.8 91

Além das ações diretas de capacitação de servidores e das atividades de educação fiscal, realizadas junto à sociedade, a Egesp oferta ainda capacitação por meio de Treinamentos Externos edo Programade Apoio à Pós-Graduação - PAPG.

Treinamentos Externos	440 participantes em 28 Cursos e 5Congressos

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Programa de Apoio à Pós-Graduação - PAPG	Modalidade Custeio: 12
	Modalidade Afastamento: 2

Corregedoria da Fiscalização Tributária - CORFISP: Aprimoramento do Sistema de Acompanhamento da Evolução Patrimonial - SAEP, que visa efetuar os cálculos da compatibilidade da Evolução Patrimonial realizados de forma totalmente automatizada pelo sistema com base nas informações constantes nas declarações prestadas pelos servidores da carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual, sem intervenções ou análises feitas diretamente pela equipe da CORFISP. Este sistema foi desenvolvido e adaptado para armazenar os dados de forma segura e sigilosa, todos os dados enviados são armazenados utilizando criptografia e protocolos de segurança da informação; Na parte disciplinar, no âmbito da Corfisp, foram instaurados e concluídos, respectivamente, 10 e 2 procedimentos de exame de admissibilidade, 1 e 3 apurações preliminares, 1 e 3 processos de sindicância, 0 e 12 processos administrativos disciplinares; Em relação às penalidades aplicadas, com base nos trabalhos realizados na CORFISP, foram 4 penas de cassação de aposentadoria.

Coordenadoria de Tecnologia e Administração: Recursos Humanos e Gestão de Pessoas: Gestão da vida funcional de 5.314 servidores em exercício, sendo 370 servidores pertencentes à Secretaria de Orçamento e Gestão - SOG - Decreto nº 64.998/2020. Administração de 7.961 cargos,funções-atividades e empregos públicos do QSFP e 370 da Secretaria de Orçamento e Gestão, de cerca de 2.005 funções fiscais e de 170 funções e cargos em pró-labore. Os dados abaixo representamvalores apurados até 30/11/2022:

Atividades/Ações	*Quantidade*
Ações Qualivida	232
Adicionais por Tempo de Serviço / Sexta-parte	994
Aposentadorias / Abonos Permanência / Certidões de Tempo de Contribuição	471
Apurações referentes ao Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ	2.416
Apurações relativas à Participação nos Resultados – PR	25.297
Atendimentos (Presencial, Telefone e E-mail)	62.877
Atendimentos Clínico/Enfermagem	1.182
Concessões gratuitas de ingressos para teatro - parceria com ONG	570
Crianças atendidas no Espaço de Convivência Infantil	115
Demandas Judiciais e Administrativas (Expediente/E-mail/Memorando/Ofício)	10.104
Designações – Administrativa e Fiscal	625
Documentos movimentados	27.610
Incorporações (art. 133 / GR / GDAP)	50
Parcerias por chamamento público com restaurantes, drogarias, ensino, etc.	4
Promoções - Administrativa e Fiscal	1.167
Publicações	7.010
Remoções de urgência	31
Substituições - Administrativa e Fiscal	1.654

Tecnologia e Informação: Atendimento a 128.217 chamados de usuários; 7.564 mudanças deambiente realizadas; Índice de disponibilidade de sistemas classificados como críticos de 99,66%; Demandas de sistemas e módulos de sistemas: 189 concluídos e 285 em fase de desenvolvimento; Infraestrutura: Continuação dos trabalhos de 2021, visando a implantação e ampliação de 269% na comunicação interna dos 3 datacenters, de 150% na Internet no Datacenter de Campinas, de 333% noarmazenamento de dados de backup, de 20% no processamento de dados do parque de servidores e de 294% na Internet das Delegacias e Postos Fiscais; Continuação da implantação de modernização da solução de segurança de quase 8.000 estações de trabalho, da solução de e-mail, comunicação unificada e pacote de escritório, distribuição de 1.875 notebooks para a fiscalização tributária, e implantação de solução de videoconferência para 75 salas e de rede de comunicação sem fio parao edifício-sede e todas as regionais. Suprimentos e Infraestrutura:

Obras/Reformas – Concluídas em 2021	Valor em R$
PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA chamada pública ENEL, substituição das lâmpadas fluorescentes por LED sem custo para a Secretaria da Fazenda no Prédio Sede. Obs.: SEM CUSTO PARA SECRETARIA DA FAZENDA Custo ENEL estimado de implantação R$975.536,61.	0,00

Contratos de Obras/Reformas ainda não concluídos e complanejamento emandamento 2022 (B)	*Valor em R$*
Projeto e Execução de viabilidade técnica para reuso de água noPrédio Sede	505.991,95
Obra das rotas de fuga do Prédio Sede	18.000.000,00
Obra de Modernização da Cabine Primaria do Prédio Sede	16.000.000,00
Modernização dos elevadores do Prédio Sede (fase de licitação)	18.000.000,00
Reforma do Telhado da DRTC-I	506.100,50
Adequação do SPDA nos prédios da Capital	341.333,91
TOTAL	*53.353.426,36*
Licitações e Contratos - Modalidade	Quantidade
Tomada de Preço	00
Concorrência	01
Pregão Eletrônico	31
Ata de Registro de Preço	15
Convite BEC	71
Dispensa de licitação – Ordem de Execução	516
Dispensa de licitação – Autorização de Fornecimento	01
Inexigibilidade – Autorização de Fornecimento	06
Inexigibilidade – Ordem de Execução	0
APR – Ordem de Execução	19
Contrato vigente	171
Contratos e aditivos publicados	52
Convênios publicados	11

Núcleo de Protocolo e Arquivo: 92.139 documentos eliminados, 17.706 arquivados, 2.154 solicitados para vistas e 898 atendimentos de reabertura. AIIMS - Documentos sobcustódia: 3.159 atendimentos de solicitações. Núcleo de Correspondência: 5.890 documentos recebidos, 5.714 documentos enviados e 2.185 aberturas de malotes. Manutenção: atendidos 183.748 chamados para manutenção do prédio, sendo 70.629 de manutenção corretiva, 104.855 de manutenção preventiva e 8.265 layouts de obras. Transportes: atendidos 1.674 chamados de transporte por veículos oficiais, sendo 54 para área de fiscalização e 1.620 para área administrativa. Segurança: Implantação de portaria eletrônica nos estacionamentos de motos na SEDE e portões automáticos na DRTC-II e DRTC-III, implantação de tags para liberação dos portões nos veículos oficiais e treinamento de Brigada de incêndio in company na SEDE e DRTC's

Obras/Projetos/Reformas Interior - 15 (quinze) Regionais vinculadas	
a) Concluídas em 2022	*Valor em R$*
ABCD- estudo de CRA/ABCD Viabilidade Instalação de um Elevador -	1.567,80
GUARULHOS- montagem, instalação e pintura de grades de ferro	16.900,00
JUNDIAÍ- Obtenção de AVCB - Pagtº. do projeto - Prédio sede daRegional de Jundiaí	4.500,00
JUNDIAÍ - Substituição parcial do telhado do PF de Bragança Paulista	1.250,00
RIBEIRÃO PRETO- Renovação do AVCB de Barretos	900,00
RIBEIRÃO PRETO- Mudança de arquivo deslizante de Franca para Ribeirão	8.758,44
SANTOS- Reparosatmosféricas – SPDA No sistema de proteção contra descargas	9.850,00
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO- Adaptações para renovação de AVCB doPF de Votuporanga	12.885,00
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Serviço de levantamento topográficoImóvel SEFAZ sede	6.650,00
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO- Reforma Elétrica - Prédio Sede SEFAZSão José do Rio Preto	1.699.900,00
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO- Termo Aditivo Reforma Elétrica	120.000,00
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO- Renovação AVCB do Posto Fiscal deVotuporanga	2.934,54
Total (a)	*1.886.095,78*
b) Iniciadas ou Não Concluídas em 2022 e com planejamento emandamento 2023/2024	*Valor em R$*
ABCD- Obtenção de AVCB - CRA/ABCD - Projeto	19.831,48
ARAÇATUBA-Reforma da Rampa - trocar as borrachas por pisoantiderrapante	2.125,55
CAMPINAS- REFORMA E RECUPERAÇÃO DAS FACHADAS, COBERTURAS, SISTEMA DE HIDRÁULICA DE ÁGUAS PLUVIAIS, E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA À NOVA NORMA ABNT- NBR-5419	5.839.961,23
GUARULHOS- Consultoria para projeto de ancoragem pela CDHU	11.839,04
JUNDIAÍ- Contratação de projeto de vigilância eletrônica prédio sede	19.645,00
PRESIDENTE PRUDENTE- Construção da escada externa metálicade emergência paraadequação para obtenção do AVCB do prédio sede	816.227,52
SANTOS- Recuperação do calçamento externo	301.000,00
SANTOS- Projeto de ar-condicionado para climatização central, com estudo de viabilidade técnica	255.330,00
SANTOS- Recuperação dos toldos em policarbonato na cobertura	67.490,50
SANTOS- Projeto e execução da modernização dos elevadores	626.155,84
SANTOS- Recuperação do forro em gesso acartonado do PF de PraiaGrande	59.645,00
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO- Instalação Gradil	350.000,00
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO- Troca do telhado do PF de Jales	57.700,00
Total (b)	*8.426.951,16*
Obras/Reformas/Projetos - Total (a+b)	*10.313.046,94*

Licitações em 2022	*TOTAL*
Convites BEC	33
Pregões Eletrônicos	24
Dispensas de Licitação	117
Atas de Registro de Preço	4
Inexigibilidades	79
Concorrências	0
Tomadas de preço	0
Contratos Formalizados em 2022	
Contratos Novos	47
Contratações por ARP	11
Dispensas por OES e AF	90
Aditivos de Prorrogações	77
Aditivos por alterações, transferências, acréscimos ousupressões	12
Aglutinação dos serviços de Manutenção Predial	5
Reformulação dos serviços de Portaria e Recepção	6
Modernização dos sistemas de incêndio	0
Protocolo e Arquivo	
Documentos Eliminados	58.522
Arquivados	14.793
Solicitados para vistas	1.677
Solicitações atendidas	7.124
Correspondências	
Documentos recebidos	20.303
Documentos enviados	18.725
Aberturas de malotes	1.801

Manutenção	
Chamados atendidos	10.684
Alterações de layout	234
Transportes	
Atendidos para a área de Fiscalização	134
Atendidos para a área de Administração	3.394
Polo de Compras - Convites BEC	

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Araraquara	6	
Bauru	4	
Ribeirão Preto	5	
Sorocaba	4	
Taubaté	5	
Total Convites BEC-Polos	24	
NOTA: Dos 33 Convites BEC totalizados em 2022, 24 foramrealizadas pelos Polos de Compras.		

Orçamento e Finanças: Para a administração dos recursos orçamentários e financeiros da Secretariada Fazenda e Planejamento, pelo Departamento de Orçamento e Finanças - DOF, foi disponibilizadoo orçamento de R$ 2,7 bi, dos quais R$ 2,09 bi já foram reservados e empenhados, sendo R$ 1,09 bioriundos da Fonte Tesouro e R$ 1,00 bi de outras fontes. Foram atendidos os pagamentos de créditoda Nota Fiscal Paulista a 2.176.081contribuintes, totalizando um montante de R$ 301,6 milhões. Ainda, foram restituídos mais de R$ 6 milhões em requerimentos de IPVA/PPD/MILT e cauções contratuais. Em suma, o DOF emitiu cerca de 108,5 mil documentos no SIAFEM e outros sistemas. *Controladoria:* Ouvidoria: No período de 1/1 a 30/11/2022 a Ouvidoria Fazendária atendeu 26.638 usuários do serviço público, todos com registro do atendimento no Sistema Informatizado da Rede de Ouvidorias do Estado de São Paulo, acesso pela Internet, disponível em https://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/Default.aspx, permitindo também ao cidadão, por sua iniciativa, inserir sua manifestação diretamente no sistema, as quais totalizaram 28% - 7.391 dos casos atendidos. Os meios de contatos para os atendimentos foram por internet - 98,9%; telefone-1,1%; e outros - 0,1%. O Serviço de Informações ao Cidadão-SIC a cargo da Ouvidoria Fazendária - Decreto nº 58.052/2012, art. 7º, §2º, 3, respondendo pela Secretaria da Fazenda e Planejamento; pela UCRH - Unidade Central de Recursos Humanos; pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP; e pela Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, teve 1.008 atendimentos na forma da Lei federal nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, registrados no Sistema Integrado de Informações ao Cidadão - SIC.SP, disponível em http://www.sic.sp.gov.br/. Os usuários do serviço público também peticionaram sobre outros temas além da competência do SIC, através do e-mail sic@fazenda.sp.gov.br, aos quais foram fornecidas 434 respostas orientativas. No total foram 1442 atendimentos prestados no fluxo do SIC. Diante disso, no período de 11 meses a Ouvidoria Fazendária atendeu 28.080 usuários do serviço público. Destaca-se que a Lei de Acesso à Informação não ampara o atendimento à formulação de consultas, reclamações e denúncias referentes a qualquer providência da Administração Pública. Assim, o atendimento prestado pelo SIC não substitui e nem supera a prestação de serviços estruturados da Secretaria da Fazenda e Planejamento, os quais têm informações e orientações disponíveis no Portal Sefaz, em https://portal.fazenda.sp.gov.br/, por meio do Catálogo De Serviços, listando as atividades e serviços da SEFAZ - artigo 3º; e inciso III do artigo 4º da Lei 10.294/1999; Resolução SF 58/2009; e o GUIA DO USUÁRIO, que consiste na relação de serviços fazendários e as formas de obtê-los pela internet e presencialmente nas unidades de atendimento da SEFAZ - artigo 3º; e inciso III do artigo 4º da Lei 10.294/1999; Resolução SF 58/2009. Departamento de Conformidade Interna-DCI: O DCI foi instituído em 28 de janeiro de 2022 pelo Decreto n° 66.457/22. O DCI é o responsável pela execução de ações de Auditoria e Conformidade relacionadas ao Sistema de Controle Interno no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, tanto no Edifício Sede como nas Unidades Regionais. Foram planejados 20 trabalhos de Conformidade em todas as Coordenadorias da Secretaria, nas áreas de: Contabilidade; Patrimônio; Financeira; Orçamentária; e operacional, sendo que todos os trabalhos foram realizados, cumprindo 100% do planejado. Ainda, foram feitas auditorias de verificação dos Processos de Trabalho nas áreas, procurando minimizar situações de inconsistência, retrabalho, tempo ocioso, sistemas manuais, falta de comunicação e outras situações, tendo como objetivo melhorar a produtividade e a eficiência na Gestão das áreas da Secretaria da Fazenda e Planejamento. O DCI está em negociação para a Assinatura de Convênio com a Companhia Paulista de Parcerias-CPP, com o objetivo de constituir a Auditoria Interna da Empresa, utilizando-se da estrutura da Secretaria - Prazo Previsto 31/12/2022. Por fim, seguem alguns trabalhos realizados: Análise do Controle de Bens Móveis e do Sistema de Controle da Frota de Veículos; Estudo dos Valores Inscritos em Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores feitos pelas Unidades da SEFAZ; Gestão da Contadoria Geral do Estado no Atendimento aos Usuários do Sistema SIAFEM; Verificação, Análise e Ajustes nas Contas Contábeis da Delegacia Regional Tributária deSão Bernardo do Campo- DRT-12; Análise do processo de trabalho e da Atuação do Núcleo de Restituições de Receitas da SEFAZ; Verificação dos procedimentos de trabalho do Departamento de Ouvidoria Fazendária -Controles e Atendimentos das Demandas da Ouvidoria. Assistência Técnica de Relacionamento Institucional: A Assistência Técnica de Relacionamento Institucional, vinculado à Controladoria, conforme Decreto nº 66.457 de 28 de janeiro de 2022, é a área responsável pela articulação e fortalecimento institucional com o TCESP, bem como, coordenação, apoio e orientação as unidadesda Sefaz no julgamento anual de suas contas-atualmente 92 UGE´s, como também aos demais órgãoseentidades do Poder Executivo no atendimento às recomendações e solicitações provenientes do julgamento das Contas do Governador, além dos envios dos relatórios bimestrais, quadrimestrais e anuais - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, Relatório de Gestão Fiscal - RGF etc. No período de janeiro a novembro a Assessoria produziu em atividades operacionais 775 despachos, 431 expedientes tramitados, 44 processos eletrônicos, 27 informações, 41 ofícios e 14 relatórios. Atividades que estão em andamento pela Assistência são ações para entrega do Relatório com a manifestação da Casa Civil, Controladoria Geral do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria da Fazenda e Planejamento e da Secretaria de Orçamento e Gestão, Procuradoria Geral do Estado, acerca das Ressalvas e Recomendações do Julgamento das Contas do Governador de 2021, que seráentregue em 30 de abril de 2023.

Subsecretaria Do Tesouro Estadual - STE: A Subsecretaria do Tesouro Estadual tem por objetivogerir os recursos financeiros do Estado, contribuindo para o equilíbrio fiscal e propiciando amanutenção dos serviços públicos e o aumento dos investimentos. Suas atribuições estão assim definidas no artigo 73, do Decreto nº 66.457, de 28/1/2022: assessorar o Secretário nos assuntos relativos às finanças do Estado; coordenar e supervisionar as atividades realizadas pelaCoordenadoria da Administração Financeira - CAF e da Contadoria Geraldo Estado - CGE; promoverintegração da CAF e da CGE com os Grupos Setoriais de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP; coordenar programas de capacitação de seus servidores e dos gestores financeiros do Estado; promover o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de gestão financeira e contábil do Estado; desenvolver ações e promover parcerias comórgãos e entidades dos setores público e privado, em assuntos relacionados à contabilidade e às finanças públicas. Coordenadoria da Administração Financeira - CAF: A Coordenadoria de Administração Financeira tem suas atribuições definidas no art. 74 do Decreto nº 66.457, de 28/1/2022, a saber: coordenar e supervisionar as atividades, como órgão central, do Sistema de Administração Financeira do Estado e do Sistema de Pagamento de Pessoal da administração direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar; coordenar a gestão dos contratosda dívida do Estado; monitorar a situação de regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado; supervisionar as ações relacionadas aos haveres do Estado; aprovar manifestações das áreas técnicas sobre matérias com repercussão financeira, demandadas pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado; editarnormas e orientações relativas às receitas orçamentárias e à execução financeira do Tesouro. Execução Financeira do Estado: A execução financeira do Estado envolve: a administração do Fluxo de Caixa do Tesouro, com a movimentação financeira anual da ordem de R$ 271 bilhões; gerenciamento das aplicações financeiras da Conta Única do Tesouro com uma carteira, em 28/11/2022, de R$ 48,1 bilhões, sendo R$ 35,9 bilhões de recursos disponíveis do Tesouro; execução orçamentária e financeira das transferências constitucionais aos Municípios, no montante de R$ 53,8 bilhões até o dia 30/11/2022; e transferência de recursos do Tesouro ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios no valor de R$ 2,9 bilhões até novembro, além de R$ 2,5 bilhões referentes a depósitos judiciais transferidos ao Tribunal de Justiça. Para a operacionalização da execução financeira, o Departamento de Finanças do Estado-DFE conta com sistemas, todos integrados ao SIAFEM/SP: Sistema de Execução Financeira, que permiteaos gestores financeiros dos órgãos e entidades da administração estadual o gerenciamento e a execução automatizada das Programações de Desembolso - PD's - documento eletrônico de pagamento, envolvendo cerca de 1,6 milhão documentos/ano; Sistema de Grandes Faturadores, quepermite a centralização de faturas de utilidade pública e proporciona economia e gestão do gasto público por meio da automatização do processo de emissão de documentos de execução orçamentária e financeira, bem como a programação do pagamento destas faturas, em ambiente web; Sistema de Transferências Voluntárias, que disponibiliza informações de transferências financeiras do Estado aos Municípios e Entidades decorrentes da celebração de convênios e/ou outros instrumentos similares, para a realização de obras e/ou serviços de interesse comum; Sistema Integrado da Receita, que permite a projeção e acompanhamento da arrecadação dasreceitas orçamentárias, bem como a confirmação de excesso de arrecadação e superávit financeiro solicitada pelos Fundos Especiais de Despesa, Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes. Administração da Folha de Pagamento do Estado; O Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE processa a folha de pagamento da administração direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar, com um universo de cerca de 464,7 mil servidores públicos ativos e dos que percebem complementação de aposentadoria-Lei nº 4819/58, pensões especiais e pensão alimentícia. Com a edição da Lei nº 16.877, de 19/12/2018, passou a administrar também a Carteira dos Advogados, a Carteira de Serventias, a Carteira do Servidor Municipal - CASEM, a Carteira de Previdência dos Economistas e a Carteira de Previdência dos Vereadores e Prefeitos do Estado de São Paulo, transferidas do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP para a Secretaria da Fazenda e Planejamento. Destaques: a inserção de dados no Sistema de Folha de Pagamento é feita de três maneiras: manual - 661.006 operações efetuadas pelas unidades do DDPE até outubro/2022, internet - 2.205.134 lançamentos efetuados pelas unidades de recursos humanos das Secretarias e integração de sistemas - 7.043.547 entradas de dados informatizados; desagendamentos efetuados para evitar pagamentos indevidos, com o cancelamento junto ao Banco do Brasil de créditos já programados, de situações decorrentes de falecimento, exoneração e dispensa, comunicados após o fechamento da folha - até outubro/2022 foram 9.033 cancelamentos deixando de creditar indevidamente R$ 10,6 milhões; com base no Decreto nº 60.812/2014, foram realizadas 176 fiscalizações junto às unidades setoriais de recursos humanos, com o saneamento das irregularidades apuradas na folha de pagamento; como a partir de 2022 o Sistema de Óbitos - SISOBI foi descontinuado, a consulta de óbitos se dá por meio do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil-Sirc, mediante convênio, mantido pela Dataprev. A Central de Dados do Estado de São Paulo-CDESP está em contato com a Dataprev para formalização do referido convênio, permitindo que toda a administração pública possa ter acesso a essa informação; fornecimento de subsídios à Procuradoria Judicial na defesa da Fazenda e ao Tribunal de Justiça para elaboração da conta de liquidação, e até outubro/2022 foram 18.454 processos, envolvendo cerca de 147 mil autores/servidores, tendo as unidades do DDPE gerado 147 mil planilhas de cálculo com diferenças salariais de períodos retroativos, que serão quitados por meio de precatórios; gerenciamento dos descontos de consignação na folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Estado, nos termos do Decreto nº 60.435/2014 e atualizações posteriores, e Resoluções SF, de 179 entidades consignatárias; análise de novos pedidos de entidades para credenciamento e/ou novos tipos de descontos; demanda de auditorias; e proposta de cancelamento de entidades, quando necessário. A partir de 2014, conta com o Sistema de Controle de Consignações, desenvolvido pela Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP, mediante convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e a CIP, e integrado com a folha de pagamento das Secretarias, Polícia Militar e Autarquias, propiciando os seguintes benefícios: o servidor público, por meio do site www.saopauloconsig.org.br, poderá consultar as taxas do custo efetivo total praticadas pelas instituições bancárias para os empréstimos, fazer simulações para obtenção de crédito consignado, bem como fazer o controle e gerir a margem consignável; e as entidades consignatárias -associações, sindicatos, instituições bancárias e outras terão acesso único para incluir e gerenciar toda consignação em folha de pagamento, no exato momento da contratação de produtos e serviços pelo servidor, desde que este possua margem consignável disponível; início, em setembro de 2020, do desenvolvimento do Portal eSocial - SPGov pelo Departamento de Tecnologia da Informação - DTI,da Secretaria da Fazenda e Planejamento, juntamente com a Companhia de Processamento de Dadosdo Estado de São Paulo - PRODESP, com vistas ao cumprimento do cronograma estabelecido pelo e-Social - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, instituído pelo Decreto federal nº 8.373/2014, para unificar a prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, padronizando sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional do e-Social. Em 22/10/2020 foi publicada no Diário Oficial da União - DOU a Portaria Conjunta nº 76/2020, que dispôs sobre o cronograma de implantação do eSocial, estabelecendo o início da obrigatoriedade de utilização do eSocial em julho/2021; em 11/11/2020 foi publicada a Portaria Conjunta RFB/SEPRT nº 82/2020,que aprovou a versão S-1.0 do leiaute e do Manual de Orientação do Sistema Simplificadode Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais-eSocial; e em 2/7/2021, publicada a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71/2021, que dispôs sobre o cronogramade implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais-eSocial, retificada pela Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022.

Fases	*Data Implantação*
1ª FASE (Eventos de tabelas)	21/07/2021
2ª FASE (Eventos não periódicos) - dados pessoais e funcionais	22/11/2021
3ª FASE (Eventos periódicos) – dados de folha de pagamento	22/08/2022
4ª FASE (Eventos de Saúde e Segurança do Trabalhador)	01/01/2023

O Portal eSocial-SPGov foi instituído pelo Decreto estadual nº 66.012, de 15/9/2021 e a Resolução SFP 59, de 8/11/2021, dispôs sobre a sua implantação no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, cujos procedimentos de utilização do Portal foram regulamentados pela Portaria CAF-G nº 19, de 9/11/2021. Gestão dos Haveres e Dívidas do Estado: O estoque da dívida consolidada do Estado em outubro, totalizou R$ 329,3 bilhões, dos quais R$ 26,8 bilhões - 8,75% da dívida consolidada, referem-se a precatórios e outras dívidas não contratuais e R$ 300,5 bilhões - 91,25% da dívida consolidada, referem-se à dívida contratual com a seguinte composição: contrato derefinanciamento da dívida com a União nos moldes da Lei nº 9496/97, com um saldo de R$ 253,8 bilhões - 84,5 % da dívida contratual, dívida contratual indexada a câmbio com um saldo de R$ 34,5 bilhões - 11,5 % da dívida contratual e outras dívidas contratuais com um saldo de R$ 12,1 bilhões-4,0 % da dívida contratual. O dispêndio do Tesouro Estadual com o pagamento do serviço da dívida

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

deverá totalizar R$ 16,8 bilhões em 2022, dos quais R$ 11,3 bilhões - 67,4 % do total refere-se à dívida refinanciada coma União nos moldes da Lei nº 9496/97, R$ 3,6 bilhões - 21,6 % do total, referem-se à dívida contratual indexada a câmbio e R$ 1,85 bilhão - 11,0 % do total refere-se a outras dívidas contratuais. Foi realizada a compensação das perdas de arrecadação do ICMS, prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 194/2022, em cumprimento da tutela antecipada de urgência deferidapelo STF na Ação Civil Originária - ACO nº 3.590, no valor de R$ 4,7 bilhões, na dívida refinanciadacom a União nos moldes da Lei nº 9496/97. Registre-se a atuação do Departamento nos processos de contratação - preparação dos cronogramas financeiros das operações a contratar e das projeções do serviço da dívida para inserção no SADIPEM, conduzidos pela Assessoria de Captação de Recursos, das seguintes operações em 2022: Projeto Renasce Tietê junto ao BID - US$ 79,9 milhões; Expansão da Linha 2 - Verde junto àCAF - US$ 550 milhões. Implantação da Linha 6 - Laranja junto ao BNDES - R$ 1,5 bilhão. O Departamento de Gestão da Dívida e Haveres do Estado é responsável também pela gestão do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais-CADIN, que registra os créditos do Estado e seus respectivos devedores, impedindo-os de serem contratados ou receberem recursos e terem liberados os créditos oriundos da Nota Fiscal Paulista até a sua regularização. Trata-se de importante ferramenta de recuperação de créditos. Desde a sua implantação, em 22/9/2008 até 31/10/2022, propiciou o ingresso deR$ 14,3 bilhões ao Estado, correspondendo a 23,45 milhões de pendências regularizadas. Adicionalmente o Departamento de Gestão da Dívida e Haveres do Estado é responsável pela manutenção do Estado em situação de regularidade perante a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o que viabiliza o recebimento de repasses financeiros federais, a realização de contratação de operações de crédito - captação de recursos para o Estado e a assinatura de convênios - transferências voluntárias. A assistência técnica prestada pela equipe consiste na orientação dos órgãos e entidades estaduais em relação às suas obrigações, bem como, no monitoramento dos mais de 1.300 CNPJ's pertencentes aos diversos órgãos da administração direta do Estado de São Paulo, sendo que esse monitoramento se dá pelo acompanhamento dos CNPJ´s Matriz-165 dos órgãos do Estado. Contadoria Geral do Estado - CGE: A Contadoria Geral do Estado foi alçada à Coordenadoria no exercício de 2022, como Decreto nº 66.457, de 28/1/2022, que define em seu artigo 86 as seguintes atribuições na qualidadede órgão Central do Sistema Contábil do Estado: consolidar as contas públicas do Estado e adotar as providências necessárias ao levantamento do Balanço Geral do Estado; expedir normas sobre procedimentos contábeis no âmbito do Estado: administrar os sistemas informatizados sob sua responsabilidade; implantar o processo de convergência as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público; implantar o Sistema de Custos dos Serviços Públicos; coordenar os serviços de contabilidade pertinentes aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, orientando e prestando apoio técnico necessário; desenvolver políticas contábeis no âmbito do Estado; coordenar a elaboração e divulgação do Balanço Geral do Estado e dos demonstrativos fiscais da Lei Complementar 101, de 4/5/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal. No sistema contábil do Estado, Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFEM/SP, estão cadastrados cerca de 14.100 usuários, que fazem a alimentação dos registros contábeis das 1.991 unidades gestoras ativas. Principais atividades desenvolvidas no SIAFEM/SP: alterações no sistema em atendimento à Portaria STN n° 924, de 8/7/2021, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF; aperfeiçoamentos no processo de atualizaçãoe de conversão das informações do plano de contas do SIAFEM/SP para atendimento a prestação decontas a Secretaria do Tesouro Nacional, através da Matriz de Saldos Contábeis; implementaçãodos novos critérios de contabilização da compensação entre o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público - RPPS do Estado e os demais regimes de previdência; aprimoramento da apuração e registro contábil do ajuste de perdas da dívida ativa, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado; desenvolvimento do projeto de alteração da codificação e dos controles de informações referente às fontes de recursos no SIAFEM/SP, a serem adotadas a partir de 2023 por força da Portaria STN 710/2021. O Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO é a principal base das informações orçamentárias e financeiras do Portal da Transparência do Estado e disponibiliza acesso a consultas prontas, geração de gráficos interativos e geoprocessamento das informações. Destacam-se: processo de automatização dos relatórios gerenciais do Centro de Análises Contábeis e Informações,para elaboração dos demonstrativos da LRF e do Balanço Geral do Estado; projeto de automatizaçãoda consolidação das informações e emissão do Livro do Balanço Geral do Estado; inclusão e disponibilização de área de assunto para as informações do PPA, originadas do processo de registro contábil no SIAFEM/SP; atualização das informações de custos da Secretaria da Educação com dados provenientes do Sistema Escola Digital; atualizações e ajustesdecorrentes da nova estrutura de codificação no SIAFEM/SP para as fontes de recursos como determina a Portaria STN 710/2021; disponibilização de área de assunto para levantamento, consulta e análise da apuração do superávit financeiro, previsto na Lei nº 17.293/2020. Para a gestão do patrimônio mobiliário e de estoques do Estado assim como atender as necessidadesdecorrentes das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público foi desenvolvido o Sistema de Administração de Materiais - SAM. Concluída a implantação do módulo de controle de estoques em 493 unidades gestoras do Estado, com a movimentação de informações e de registro contábil de forma integrada com o ContabilizaSP; desenvolvimento do módulo de bens móveis com o acompanhamento da implantação em 627unidades gestoras, das quais 273 finalizaram o processo de integração com o ContabilizaSP de formaque os controles de bens móveis e os registros contábeis acontecem de forma automática, e nas 354 unidades gestoras restantes, a finalização da implantação do módulo bens móveis deverá ocorrer no decorrer de 2023. O Portal ContabilizaSP reúne os sistemas de administração financeira e contábil, de responsabilidade da Subsecretaria do Tesouro Estadual, e atende a interface com o SIAFEM/SP na web, como ferramenta facilitadora da atuação dos usuários do SIAFEM/SP, trazendo inovações e funcionalidades parametrizadas que auxiliam na alimentação e registro de informações dos documentos contábeis, como também consultas gerenciais pré-formatadas e gráficos que auxiliamos gestores públicos. Os documentos contábeis do SIAFEM/SP possuem no Portal uma versão com recursos de produtividade e os processos, com grande volume de dados cadastrados, a exemplo da contabilização da folha de pagamento, de diárias e de adiantamentos, automatizados, geram economia de esforço e tempo. Principais destaques: aumento de 25% nos acessos dos usuários pela migração das transações e comandos do SIAFEM/SP para o ContabilizaSP; finalização das etapasde captura e transmissão de informações do projeto Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais-EFD-Reinf, desenvolvido em módulo do ContabilizaSP e utilizado pela administração pública para informar os rendimentos pagos e retenções de contribuições sociais,exceto aquelas relacionadas ao trabalho; desenvolvimento das funcionalidades para registro contábil de créditos a receber de faturas e das provisões e passivos contingentes, na continuidade dos trabalhos relacionados aos roteiros de eventos contábeis e ao plano de contas em atendimento às novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Importa ressaltar o avanço alcançado no ano com o Sistema de Custos dos Serviços Públicos. O Sistema de Custos dos Serviços Públicos está sendo desenvolvido visando incorporar o elemento custo no planejamento e na definição de indicadores de desempenho; contribuir para aperfeiçoar a formulação do Plano Plurianual, Proposta Orçamentária e Planos Setoriais; prover informações gerenciais para subsidiar tomada de decisões; e disponibilizar aos gestores públicos ferramenta que permita aprimorar a gestão de sua unidade. É um projeto financiado pelo PROFISCO II, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, contando com o apoio técnico do Fundo Monetário Internacional - FMI e a parceria com a Fundação de Pesquisas Econômicas - FIPE. No exercício foi finalizado o processo de apuração de custos na Secretaria da Educação e novas frentes na Secretaria de Desenvolvimento Social e no Centro Paula Souza - CPS dando sequência à disseminação do projeto na administração pública.

Subsecretaria da Receita Estadual - SRE: Arrecadação Tributária: A receita tributária em valoresnominais do Estado de São Paulo deve alcançar, no período de janeiro a dezembro de 2022, o montante de R$ 238,2 bilhões. Este valor inclui a receita dos programas especiais de parcelamento em vigor, o ICMS-Fecoep e corresponde à arrecadação tributária em conceito amplo. O resultado corresponde a um crescimento nominal de 9,4% em relação ao mesmo período de 2021. Nessa mesma comparação, mas com valores deflacionados pelo IPCA, a variação é de 0,2%. A receita de ICMS, incluso o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - Fecoep, deve alcançar R$ 201,5 bilhões em 2022, o que representa um crescimento nominal de 8,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto aos demais impostos, a arrecadação de IPVA e de ITCMD, devem totalizar R$ 23,0 bilhões e R$ 4,1 bilhões, respectivamente. Em relação ao exercício de 2021, o índice variação da nominal da receita de IPVA seria de 24,2%, e, do ITCMD, de -0,7%. O crescimento da arrecadação pode ser explicado pelo desempenho da economia, pelo aumento da inflação-IPCA de 5,92% estimado para 2022, segundo BACEN/Focus de 5/12/2022 e pela elevada taxa de câmbio. Os ganhos do ajuste fiscal promovido com base no artigo 22 da Lei nº 17.293/2020 foram em parte anulados pela Lei Complementar 194/2022, que determinou que as alíquotas aplicáveis aos serviços em comunicação, transporte coletivo, combustíveis e energia elétrica não podem exceder o patamar das operações em geral. Fiscalização: Em termos de trabalhos da Fiscalização Direta de Tributos, FDT, no período de janeiro a outubro de 2022, destacamos: Conclusão de mais de 2.150 auditorias. Emissão de 25.581 Ordens de Serviços Fiscais-OSFs. Notificação de 4.188 Autos de Infração e de Imposição de Multa-AIIMs, resultando em umvalor de R$ 10.196.553.794,92 entre imposto, juros e multa. Operações de Fiscalização: Foram realizadas diversas operações de fiscalização, dentre as quais destacam-se: Operação Afrodite - A Operação Afrodite teve como objetivo recuperar o ICMS devido por substituição tributária, subtraído ao longo da cadeia de fabricação e comercialização de produtos do segmento higiene pessoal, perfumaria e cosméticos-HPPC, por meio do deslocamento do momento da incidência do ICMS ST para operações dissimuladamente inseridas nesta cadeia, de tal forma que seus valores passam a ser manipulados para favorecer grupos de empresas vinculados a essas práticas. Operação Resina Fria: Em conjunto com Ministério Público do Estado de São Pauloe do Rio Grande do Sul, Procuradoria Geral do Estado de São Paulo-PGE, Polícia Civil do Estado deSão Paulo e Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. O objetivo é obter provas relativas a operações fraudulentas utilizadas para a prática de sonegação fiscal. A força-tarefa apurou a existência de supostas empresas de fachada, localizadas na região de Itapeva, responsáveis pela emissão de notas fiscais frias com mercadorias descritas como "goma de resina" para a geração de créditos fictícios de tributos. Há indícios de que o esquema envolveria a emissão de notas fiscais fraudulentas trocadas entre estabelecimentos dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Além disso, produtores rurais teriam realizado a venda de resina de pinus sem a emissão do correspondentedocumento fiscal, e, consequentemente, sem o recolhimento do Imposto de Renda e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural-Funrural. Operações Incomuns: Esta operação é uma iniciativa contínua que visa realizar verificações fiscais pontuais a respeito de situações observadas durante asanálises setoriais. Temas abordados neste ano: Outros Créditos Sem Justificativa, Crédito Indevido em operações de Uso ou Consumo. Conformidade Fiscal - Programa Nos Conformes: Atendendo o pleito de diversas entidades que representam setores econômicos relevantes da economia paulista foi publicado o Decreto nº 66.921 de 30/6/2022 que propicia que os contribuintes com boa classificação fiscal apropriem crédito acumulado de ICMS de maneira mais rápida e simplificada. Adicionalmente, a Portaria SRE nº 54/2022, construída em conjunto com os setores econômicos diretamente envolvidos, prevê critérios de classificação crescentemente mais rigorosos, permitindo que as empresas se adequem para fazer jus à contrapartida. De janeiro a outubro, o programa apresentou osseguintes resultados: Mais de 32 mil notificações de contribuintes, orientando-os a se autor regularizarem. Em média, 123 devedores contumazes monitorados e cobrados mensalmente, gerando um caixa de mais de R$ 394 milhões. Mais de 128 mil orientações sobre assuntos tributáriosrealizadas. De janeiro a outubro o programa Nos Conformes teve um resultado líquido de R$1,25 bilhões conforme indicado na tabela abaixo.

Resultado Financeiro do Programaem 2021	*(R$ milhões)*
Caixa Gerado	1.163,1
Despesas	206,7
Resultado Financeiro Líquido	*956,4*

Proativo: foram realizadas a 1ª, 2ª, 3ª e a 4ª Rodadas de Autorização para Transferência de Crédito Acumulado no âmbito do Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado - ProAtivo. Resoluções SFP 01/22,12/22, 32/22 e 53/22. Encontra-se em andamento a 5ª rodada do programa - Resolução SFP 72/22, com previsão de encerramento em 2022. O total de liberações de crédito acumulado autorizadas nesse programa deve superar R$1,4 bilhão. Eliminação da Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA: O projeto visa à dispensa da GIA, trazendo benefícios tanto ao contribuinte quanto à fiscalizaçãopor eliminar inconsistências de informações provenientes de redundâncias, evitando retrabalhos e alarmes falsos advindos dos cruzamentos de dados, usando apenas as informações da escrita fiscal digital, EFD do ICMS/IPI. A fase de transição do projeto abrangeu 100% dos contribuintes do Regime Periódico de Apuração-RPA ativos. Também foram definidos os critérios aserem atendidos pelos contribuintes a fim de que fiquem dispensados da entrega da GIA. A propostade alteração da legislação pertinente para a dispensa progressiva da GIA está em fase de finalização.Arrecadação: As principais ações desenvolvidas até outubro foram: O ano de 2022 marcou a migraçãodo recolhimento do fluxo de ICMS dos antigos documentos de arrecadação - Guia de Arrecadação de Receitas Estaduais - GARE/GNRE - para o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais DARE. O DARE-SP pode ser pago com QR code Pix ou então via código de barras. PIX: Em 2021foi implantado o PIX para recolhimento das receitas da Sefaz-SP. No início de 2022, a forma de pagamento por PIX foi expandida no Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais-DARE paratodas as receitas de todos os órgãos-ex. JUCESP, PGE, Secretarias, Bombeiros, cartórios. Com essaentrega, houve aumento em mais de 10 vezes na quantidade de DAREs emitidos e pagos com PIX, beneficiando os órgãos e os contribuintes. Atualmente a quantidade de transações em PIX sobre o total de transações DARE passa de 6%, com tendência de crescimento. Módulo de multas: Implantado, no fluxo DARE-Ambiente de Pagamentos, módulo de multas contratuais dos agentes arrecadadores para apuração e notificação automática de multas aos bancos. Inicialmente cobra multas de repasse atrasado, prestação de contas atrasada e divergência de informação. No início de 2022, foi disponibilizado o sistema que permite a entrega on-line das declarações DIPAM - A. Assim, foi eliminada a necessidade de o contribuinte se deslocar 100, 200km para cumprimento da obrigação acessória. Cobrança e Recuperação do Crédito Tributário: A cobrança é realizada em duas frentes distintas de cobrança - a cobrança qualificada e a cobrança massificada. Em 2022, iniciou-se o novo modelo de cobrança qualificada, dando origem à supervisão de cobrança executiva que executa a cobrança dos contribuintes inadimplentes. As principais entregas da Cobrança até outubro foram: Plano de Trabalho de Cobrança 2022: Foi elaborado um plano de trabalho para a nova condição da cobrança qualificada com indicadores para o acompanhamento de sua execução. Foi estabelecida formalmente a autonomia do Auditor Fiscal da Receita Estadual-AFRE nos trabalhos de cobrança, regras básicas para seleção, acompanhamento e agravamento, dentre outras características necessárias a um plano de trabalho. Ciência Comportamental: Tem crescido exponencialmente nos últimos anos o uso de ciência comportamental aplicada em diversos contextos, incluindo o tributárioe, dentro deste,

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

na cobrança de tributos. Realizado levantamento das linhas mestras dessa abordagem e de práticas adotadas em outros fiscos ao redor do mundo. Tipicamente, os ganhos são da ordem de1% a 2% em relação a abordagens massificadas tradicionais. Central de Recuperação- Descentralização: Dificuldade em repor o quadro de atendentes. Descentralizado o trabalho do Call Center com atendentes lotados nas DRTs, para que a flexibilidade de local de moradia se tornasse umatrativo adicional. Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores - IPVA: As alterações legaisna Lei 17.293/2020 e Lei 17.473/2021 trouxeram a necessidade de importantes ajustes nos sistemas Mainframe IPVA, no Sistema de Controle de Pedidos de Benefícios Fiscais para Veículos Automotores-SIVEI e de reavaliação do processo de concessão do benefício. Em especial o Decreto 67.108/2022 inclui o artigo 2º nas Disposições Transitórias do Decreto 66.472/2022, convalidando a isenção de IPVA 2022 e 2023 para veículo de propriedade de pessoas com deficiência-PCD que tinha isenção deferida em 2020 ou 2021. Nesse sentido, as entregas mais impactantes do IPVA foram a convalidação da isenção para 228.337 pessoas com deficiência eo deferimento automático de 112.305 pedidos de isenção no SIVEI, que não precisarão ser analisados manualmente. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD: Após diversos estudos conclui-se pela criação de uma unidade especializada em ITCMD, com atuação em todo Estado. Assim, em 1/12/2022 implementou-se a Unidade Gestora Centralizada do ITCMD. Deste modo, todo assunto relativo ao imposto será abordado de maneira única, ganhando-se em eficiência e com expectativas de aumento de arrecadação-imediata e espontânea de médio prazo. Além disso, através da otimização da gestão dos recursos humanos, há previsão de economia de 100 horas de AFREs por Plano de Trabalho/Operações de ITCMD. Atendimento ao Público: Os principais resultados do Atendimento e Cadastro de Contribuintes de ICMS - CADESP, de janeiro a outubro foram: Suspensão de 40.156 estabelecimentos. A avaliação geral dos usuários dos serviços prestados presencialmente nos postos fiscais e serviços de pronto atendimento da Sefaz-SP obteve a nota média de 3,96 - dados registrados através do Sistema de Gestão do Atendimento - SIGA, observando uma escala de 0 a 4. Realizados, mais de 2,1 milhões de atendimentos pela Sefaz-SP, assim distribuídos entre os diferentes canais: Fale Conosco-Atendimento Eletrônico: 276.868. *Call Center*-0800: 998.637. Atendimento Presencial: 141.958. Atendimento via Sistema de Peticionamento Eletrônico - SIPET: 223.027. Atendimentos Sefaz/Poupatempo: 521.113. Sistema de Peticionamento Eletrônico SIPET**:** Desde 2020 em operação, o sistema consiste em um meio remoto e intuitivo de se receber demandas *online* de contribuintes, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. Com mais de 90 serviços disponíveis ao público, o SIPET se consolida como meio eficaz de atendimento na Sefaz-SP, visando em breve atender a 100% das demandas de balcão da instituição. Nota Fiscal Paulista-NFP: As principais ações desenvolvidas até outubro de 2022 foram: Participação nas especificações e homologações referentes ao sistema NFP-JUD que permiteconsulta de saldo, bloqueio de créditos e transferência de valores pelo próprio Poder Judiciário, agilizando e otimizando este processo, sem a necessidade de envio do Ofícios à Secretaria da Fazenda. Participação nas especificações e homologações do sistema para aplicação das penalidades previstas no artigo 7º da Lei 12.685/07 e demais atividades conjuntas com a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON. Prorrogação do prazo de autorização de cadastramento de documentos fiscais para 31/12/22. Valores acumulados desde o início do Programa até outubro de 2022:

Total distribuído	R$ 17.916.152.362,76
Créditos distribuídos	R$ 15.911.152.362,76
Prêmios distribuídos	R$ 2.005.000.000,00
Usuários cadastrados	22.121.061

Contencioso Administrativo: Em termos de contencioso administrativo, destacam-se: Com relaçãoaos processos encerrados em 2022, até outubro de 2022 temos:

Processos Encerrados no Contencioso					
	Qtde	*Imposto (R$ M)*	*Multa (R$ M)*	*Juros (R$ M)*	*Total (R$ M)*
Eletrônicos	1.484	3.542.652	7.013.444	1.703.466	12.259.564
Físicos	1	2.318	2.317	0	4.636
Total	1.485	3.544.970	7.015.761	1.703.466	12.264.200

4.559 processos julgados/despachos realizados em 1ª instância e 3.077 em 2ª instância, totalizando 7.636 processos julgados/despachos realizados em 2022. O tempo médio dos processos no contencioso foi de 48,82 meses em 2022. Defesa da Fazenda Pública no Processo Administrativo Tributário. Até 31/10/2022, a equipe de Representantes Fiscais da DRF-Diretoria da Representação Fiscal elaborou 2.560 atos processuais e participou de todas as sessões de julgamento nas Câmaras Julgadoras e Superior do Tribunal de Impostos e Taxas ocorridas durante o ano. Consultoria Tributária. As principais ações realizadas pela Consultoria Tributária até outubro foram: Consultas: 1.712 consultas respondidas. Consultas Eletrônicas: 2.602 consultas eletrônicas respondidas pelo canal Fale Conosco. Manifestações: 164 em expedientes, notas técnicas ou informações em ações judiciais. Minutas de Projeto de Lei: elaborado 2 minutas. Minutas de Decretos: elaborado 49 minutas. Minutas de Resoluções SFP: elaborado 17 minutas. Minutas de Portarias CAT: elaborado 93 minutas. Minutas de Comunicados CAT: elaborado 2 minutas. Decisão Normativa: elaborado 1 minuta. Coordenação do Contencioso, da Consultoria e Assessoramento no Confaz: Convênios: firmados 168 convênios ICMS no âmbito do Confaz. Protocolos: firmados 71 protocolos a respeito de produtos sujeitos à Substituição Tributáriae operações com suspensão do ICMS. Ajustes SINIEF: publicados 46 Ajustes SINIEF - Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais, que tratam de obrigações acessórias das mais diversas. Convalidação - LC nº 160/17 e Convênio ICMS nº 190/17: realizado o registro e depósitodos atos normativos e concessivos referentes aos meses de janeiro a setembro.

Entidades Vinculadas: Companhia Paulista de Securitização-CPSEC: A CPSEC é umasociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15/10/2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723/2009, alterada pela Lei nº 17.293/2020. É uma companhia aberta registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de valores mobiliários na categoria S2, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, e da Resolução CVM nº 60/2021. Tem como objeto social a captação de recursos no mercado de capitais por meio da emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, lastreadas em direitos creditórios de titularidade do Estado originários de créditos tributários e não tributários. Também pode ser contratada por entidades da Administração Direta e Indireta para estruturar e implementar operações de captação de recursos lastreadas em recebíveis originários de relações contratuais ou legais, assim como por Municípios do Estado de São Paulo para estruturar e implementar operações lastreadas em direitos creditórios municipais. As atividades da CPSEC no exercício de 2022 foram voltadas para a gestão das operações ativas, a amortizada integral da 1ª série da 2ª emissão de debêntures, e o aperfeiçoamento dos controles internos e da governança corporativa. Paralelamente, a Companhia implementou processo de reestruturação e otimização patrimonial, mediante a redução do seu Capital Social, bem como, iniciou tratativas para a implementação de operações de securitizações de recebíveis de empresas do Estado. DESENVOLVE SP - Agência De Fomento Do Estado De São Paulo S.A. O Desenvolve SP - DSP - O Banco Do Empreendedor -, é a instituição financeira do Estado de São Paulo, apoia o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e municípios paulistas, contribuindo assim com a geração de emprego e renda. Com linhas de financiamento com prazos longos e taxas de juros competitivas, financia projetos de investimento em ampliações e modernizações, a aquisição de máquinas e equipamentos e projetos inovadores. O DSP está alinhado com as diretrizes defendidas pelos ODS, seja em seu planejamento estratégico, ou na implementação de sua gestão executiva, programas de governo e linhas de financiamento. Principais Ações. Atuação transversal do Desenvolve SP em parceria com as secretarias de estado, em projetos, tais como: Empreenda Rápido, Banco do Povo, Programa Vale do Futuro, Programa de Investimento no Setor Audiovisual de SP-ProAV, Programa de Crédito Turístico, etc; Assinatura do convênio do Programa Desenvolve Municípios, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para a equalização de taxas e recursos aportados no Desenvolve SP. Recorde de volume contratado, totalizando mais de R$1 bilhão de reais, beneficiando mais de 90 municípios em todo estado; Ampliação de objetos do programa Água Limpa, que adicionou, além de esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, resíduos sólidos e drenagem pluviais urbanas; Leilão de créditos de ICMS no valor de R$ 18,7 milhões; Negociação avançada de funding junto ao New Development Bank-NDB, no valor de US$ 90 milhões, assim como com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no montante de US$ 110 milhões, para projetos de infraestrutura climática e inclusão social, além de adicionais US$ 195 milhões, para voltado ao setor privado de inovação; Cooperação técnica entre DSP e AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento para a estruturação de linha voltada para empresas que possuam ou tenham interesse em implementar políticas voltadas para inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como afrodescendentes; Parceria com o banco estatal alemão de investimento e desenvolvimento-KfW Bankengruppe, voltada para captação de linha voltada para eletromobilidade; Aumento do limite disponível pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF ao Desenvolve SP, que passou de US$ 50 milhões para US$ 100 milhões; Participação no programa Potencializee com recebimento de subvenção de EUR 8 milhões para a criação de um novo fundo garantidor voltado para operações de eficiência energética e com potencial de viabilizar mais de R$ 400 milhões em operações de crédito ao longo de 3 anos. Lançamento da Linha Digitaliza SP, que visa oferecer crédito para MPEs da Jornada da Transformação Digital do SENAI-SP, com potencial de beneficiar 40 mil empresas. Foram implantados os Produtos BNDES 4.0 e BNDES Fundo Clima que são voltados para o financiamento de Inovação e Sustentabilidade, respectivamente. Publicação do primeiro Framework de Financiamento Sustentável de uma agência de desenvolvimento do Brasil, em parceria com o BID; Contratação da empresa Carbon Free, voltado para a neutralização das emissões anuais do Desenvolve SP; Desenvolvimento de metodologia de tagging de portfólio, para identificação de operações sustentáveis, em parceria com o BID; Desenvolvimento de calculadora de gases de efeito estufa-GEE, que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela DSP, confeccionada em parceira com o BID; Publicação de case no Livro do Acordo Ambiental São Paulo, da Cetesb, intitulado Medição do consumo de carbono do Desenvolve SP e neutralização por meio do Plantio da Integração. Publicação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, em novembro, ematendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional-CMN nº 4.945/2021; Renovação da adesão ao Pacto Global da ONU - Rede Brasil, para engajar empresas na adoção de princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção; Manutenção da adesão Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB; 3,1bilhões sob gestão do Desenvolve SP de 12 fundos estaduais especiais, 281% superior a 2018; Lançamento do Guia ESG do Desenvolve SP, referente às práticas ambientais, sociais e de governança da Desenvolve SP; Desenvolve SP alcança a marca de R$ 6,0 bilhões em desembolsos no acumulado histórico, tendo também ultrapassado a marca de R$ 1,0 bilhão de desembolsos na linha de crédito digital; Em 30 de novembro, o saldo das operações de crédito da instituição totalizouR$ 2,2 bilhões, crescimento de 7,5% quando comparado a novembro de 2021 e o maior de sua história; Desenvolve SP se torna membro da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ALIDE; Campanha de recuperação de créditos para operações inadimplentes, de outubro a dezembro; 21,1 mil empregos estimulados em todo estado de São Pauloaté novembro; Presença em 476 municípios. Desempenho Financeiro

ÍNDICES	*JAN-OUT/21*	*JAN-OUT/22*	*VARIAÇÃO*
Lucro Líquido	R$ 67,8 mi	R$ 153,6 mi	*126,6%*
Resultado Operacional	R$ 97,9 mi	R$ 213,2 mi	*117,8%*
Inadimplência	1,26%	8,48%	*7,2 p.p*
Índice de Eficiência	36,80%	20,21%	*-16,5 p.p*

FICHA TÉCNICA	
Início das atividades	11/03/2009
Primeira operação	06/2009
Capital Social (11/22)	R$ 2.156 MILHÕES
Colaboradores (11/22)	143
Patrimônio Líquido (10/2022)	R$ 2.297 MILHÕES
Ativos Totais (10/2022)	R$ 3.867 MILHÕES
Desembolso em 2022 (janeiro a novembro)	R$ 642 MILHÕES
Desembolso acumulado (06/2009 A 11/2022)	R$ 6.041 MILHÕES
Empresas atendidas (06/2009 A 11/2022)	9.949
Prefeituras atendidas (06/2009 A 11/2022)	191
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio - ROAE (10/2022)	8,14%
Índice de Qualidade da Carteira – Operações de Rating ‘AA’ a ‘C’(11/2022)	84,90%

Companhia Paulista De Parcerias - CPP: A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é uma sociedade por ações de capital fechado, controladapelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688/2004. A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas-CGPPP e, durante o ano de 2022, na condição de colaboradora, apoiadora e viabilizadora do Programa de Parcerias Público-Privadas, integrou os Comitês de Análise Preliminar e os Grupos de Trabalho dos seguintes projetos de PPP: PPP UsinasSolares, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; PPP Educação - Novas Escolas, da Secretaria da Educação; CITI SP - II, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, da Secretaria de Logística e Transportes; e Trem Intercidades - TIC, da

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Secretaria dos Transportes Metropolitanos. A CPP também apoia a atuação do Secretário da Fazenda e Planejamento no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED por meio da sua participação nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do Governo para análise e proposição das modelagens dos processos de concessão e/ou desestatização de ativos. Em 2022, essa atuação, dentre outros, ocorreu nos seguintes projetos: Serviços Públicos de Loterias no Estado de São Paulo, da Secretaria de Orçamento e Gestão. Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado a Companhia acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos segregados em relação às garantias solidárias prestadas no âmbito dos seguintes contratos de PPPs: Linha 6, Linha 8 e SIM RMBS-VLT, da Secretaria de Transportes Metropolitanos; Lote 1, da Secretaria da Habitação; e Hospitais de Sorocaba, de São José dos Campos e Centro de Referência da Saúde da Mulher - CRSM - Pérola Byington, da Secretaria da Saúde. O montante total de garantias prestadas totalizou R$ 945,9 milhões até outubro, sendo R$ 683,7 milhões com garantia de penhor de cotas de fundos de investimento e aproximadamente R$ 262,1 milhões na forma de fiança e/ou aval prestados. Com relação ao ano anterior, houve a liberação de recursos segregados para garantias de cerca de R$ 140 milhões por conta da Linha 4 e da FURP - Américo Brasiliense. Durante o período, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas - CAC-PPP à qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo estado com vistas à identificação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos fiscais, provisionamentos e passivos contingentes. Instituto De Pagamentos Especiais De São Paulo - IPESP: Em continuidade as ações decorrentes da Lei 16.877, de 19/12/2018, o IPESP deu suporte administrativo as atividades transferidas à Secretaria da Fazenda e Planejamento. O IPESP, protocolou, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Economia, intenção favorável a celebração de dois contratos de novação de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, nos valores nominais de R$ 408 milhões e R$ 38 milhões. A Autarquia continua prestando informações ao Tribunal de Contas do Estado - TCE, buscando a aprovação das contas.

SECRETARIA DE GOVERNO

É a pasta responsável pelas diretrizes de integração governamental, que compreende a coordenação de programas estratégicos da gestão, bem como pelas ações basilares para o desenvolvimento dos principais programas e projetos do Estado. Também é responsável pela articulaçãoestratégica no desenvolvimento das políticas públicas estaduais e alcance dos objetivos e metas estabelecidas pela gestão. Adicionalmente, em seu escopo de atribuições, estão a regulamentação e a fiscalização das modalidades de serviços públicos de transportes autorizados e dos serviços de gás canalizado e saneamento básico de titularidade estadual, executados, respectivamente, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESPe da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP. Sua estrutura comporta, ainda, a coordenação e gerenciamento do Programa Poupatempo, a execução dos serviços deprocessamento de dados e tratamento de informações, o acompanhamento dos projetos estratégicos e asações voltadas à inovação e eficiência da gestão. Além dessas atribuições, o órgão também é responsávelpela coordenação e gerenciamento do Programa SP Sem Papel, por meio da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. O arranjo institucional da pasta tambémabrange o Fundo Social do Estado de São Paulo - FUSSP; a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE; e a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. Também constituem atribuições da Secretaria de Governo a verificação prévia da formalidade dos atos do Governador; o acompanhamento da execução do Programa de Governo; e o subsídio técnico ao Chefe do Executivo Estadual. Em 2022, por meio do art.64 do Decreto nº 66.850 foram transferidas a Corregedoria Geral da Administração e a Ouvidoria Geral do Estado para a Controladoria Geral do Estado.

Gabinete Do Secretário **-** Departamento De Administração: Responsável por planejar, gerenciar, coordenar, acompanhar e executar as atividades pertinentes às áreas de administração financeira e orçamentária, de suprimentos - patrimônio, almoxarifado, compras e contratos, de transportes internos e da alienação de imóveis próprios estaduais provenientes do Conselho do Patrimônio do Estado - CPE e controle das dívidas-parcelas vincendas, resultantes das negociações comos proprietários. Cabe ainda: Controlar a emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais da Secretaria de Governo, sendo que, neste exercício, foram emitidas 46 passagens aéreas nacionais e 8 internacionais. Controlar as solicitações e confeccionar as planilhas de diárias, efetuar os pagamentos com base nos relatórios de viagens apresentadas pelos servidores desta Secretaria de Governo, que participam de eventos em outras cidades e estados, bem como a disponibilização dessas informações noportal transparência SP, as quais totalizaram 2.110. Consolidar e publicar, no âmbito da Secretaria de Governo, as informações relativas à concessão de diárias e de passagens aéreas no Portal da Transparência Estadual. O controle, a remessa eletrônica obrigatória de informações de licitações, contratos e execuções contratuais nos Sistemas do Tribunal de Contas: Audesp, e-TCESP, SCT-Sistemade Consolidações de Informações, bem como no sistema e-Sanções, da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC, ligada à Secretaria da Fazenda, além de prestar suporte aos servidores da Secretaria de Governo sobre o funcionamento dos referidos sistemas. Também, em razão da edição dos Decretos Estaduais nº 66.017 e nº 66.018, ambos de 15/9/2021, o departamento passou a prestar o auxílio administrativo necessário ao pleno funcionamento da Secretaria de Orçamento e Gestão, Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas e Secretaria de Relações Internacionais, oferecendo suporte orçamentário, financeiro e de recursos humanos, bem como apoio na realização de licitações e na execução de contratos, pertinentes às áreas da Coordenadoria de Patrimônio do Estado - CPE, Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo -UAPE e Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Dessa forma, além do desenvolvimento do controle das atividades de caráter administrativo e de natureza burocrática, obrigatoriamente presentenas atividades de apoio, são também relevantes as seguintes atividades: Transportes internos: Locação de veículos: 93 veículos; Frota própria: 14 veículos-incluindo Casa Militar e Fundo Social de São Paulo - FUSSP. Gestão e operacionalização do Sistema de Administração da Frota; Gestão dos contratos de Serviço de ônibus reservado: locação de ônibus de 44 lugares, com uma quantidade média de usuários atendidos de 34 pessoas por dia; Outros serviços: atendimentos a usuários; SOS Médico; Administraçãoda Frota-Mapas de Consumo e Quilometragem; Mapas de Abastecimento e Demonstrativo Mensal de Consumo. Suprimentos: Centro de Suprimentos/Compras e Contratos/Almoxarifado e Patrimônio: Arrolamento de bens móveis junto ao Centro de Material Excedente - CMEX do Fundo Social de São Paulo - FUSSP; Levantamentos de Bens Móveis; Lançamentos e alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM; Entrega de sucatas diversas no Depósito do Centro de Material Excedente - CMEX - Decreto 27.041/1987; Transferência de bens móveis recebido do Fundo Social de São Paulo - FUSSP; Recebimento de doações de bens móveis e serviços, através de Chamamento Público; Realização de licitações nas modalidades: Pregão eletrônico, Presencial, Concorrência, Leilão, Convite e Dispensa de Licitação; Reajustes contratuais, prorrogações de contratos , elaboração de Termos de Aditamentos , Contratos e publicações no Diário Oficial de Estado e jornais de grande circulação ; Cadastramento mensal dos contratos no sistema de serviços terceirizados - CADTERC; Elaboração de planilha de Proposta Orçamentária Setorial de todos os contratos; Encaminhamento de nota fiscais de serviços para pagamento, referentes aos contratos - prestação de serviços, convênios e fornecimentos; Envio de materiais diversos inservíveis para o FUSSP-1.700 Kg e envio de cartuchos e toner vazios como doação ao FUSSP-256 unidades; Recebimento, conferência, estocagem e distribuição de materiais para as unidades das Pastas com um todo-Secretaria de Governo, Casa Civil e seus Anexos; Controle de entrada e saída de materiais em estoque; Manutençãodo Sistema de Reprografia Corporativa, acarretando redução de custos. Finanças e Orçamento: Centro de Orçamento e Finanças: Efetivo controle da execução orçamentária e financeira das Unidades de Despesas da Secretaria de Governo: reservas orçamentárias; notas de empenho; guias de recolhimento; notas de liquidação; notas de crédito; DIRF/2021; ordens bancárias; programações e pedidos de desembolsos; alterações orçamentárias, como: antecipações de quota, liberações de dotações, créditos suplementares, reprogramação entre elementos e liberação de dotação contingenciada; Assessoria Orçamentária e Financeira ao FUSSP, Casa Civil e Subsecretarias das Pastas; Assessoria Financeira à Casa Militar; elaboração de Proposta Orçamentária para o Exercício de 2023; Alterações Orçamentárias para Secretaria de Governo, Secretaria de Relações Internacionais, Secretaria de Orçamento e Gestão; Relatórios de Pagamentos através de UG Gestão; Ofertas de Compras Bolsa Eletrônica de Compras BEC;Empenhos de despesas executadas pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE. Alienação de Imóveis: Foi realizada, neste exercício, 1 Concorrência Pública, resultando na venda de 1 imóvel no valor de R$ 28,5 milhões; Departamento De Recursos Humanos **-** DRH**:** Além das suas atividades diárias, referentes aos servidores da Secretaria de Governo, da Casa Civil, da Secretaria de Relações Internacionais, da Secretaria de Orçamento e Gestão, da Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas, do Detran e da Controladoria Geral do Estado, o DRH tem investido na qualidade de vida dos servidores das Pastas mencionadas. Orientamos, na área da saúde e qualidade de vida, os servidorese colaboradores do Palácio dos Bandeirantes a respeito dos cuidados a serem tomados na prevenção de doenças e outros temas via Intranet. Foram também realizados atendimentos sociais e encaminhamentospara exames, cirurgias e consultas. Atendimentos: Psicológicos: em média 30 servidores atendidos semanalmente perfazendo um total anual de 1.320 atendimentos; Sociais: agendamentos de consultas- 258 e exames-200, encaminhamento para cirurgia-4, transferências de servidores com problemas de saúde e internados em Hospitais do SUS-4; Serviço de Inclusão Profissional de aprendizes: apoio aos 15 jovens aprendizes do projeto de Serviço de Inclusão Profissional - parceria do Governo do Estado com aAPAE, hoje, Instituto Jô Clemente. Campanhas/Atividades Realizadas: Vacinação - Gripe: foram imunizados 341 servidores; Campanha Rastreamento, Teste Rápido Covid 19: 459 servidores testados; Acompanhamento de Licenças-Saúde: agendamento e acompanhamento de licenças-saúde-DPME: 241 licenças convencionais; 108 licenças COVID e 2 licenças INSS. Centro de Convivência Infantil: UnidadeMultidisciplinar que atende crianças, filhos e filhas de funcionários-faixa etária de 4 meses a 6 anos, que prestam serviços no Palácio dos Bandeirantes, no horário das 8:00 às 18:00 horas. A unidade tem suas rotinas e planejamentos voltados ao desenvolvimento da criança sob a dimensão física, emocional, cognitiva e social. Quadro Demonstrativo De Matriculados - até outubro/2022

Grupo	*Novas matrículas em 2021*	*Matrículas anos anteriores*	*Crianças desligadas em 2022*	*Total de Matriculados 2022*
Berçário	12	00	01	11
Grupo 1	05	05	01	09
Grupo 2	04	10	00	14
Grupo 3	01	16	00	17
Grupo 4	02	13	00	15
Grupo 5	00	11	01	10
Total	*24*	*55*	*03*	*76*

Área Administrativa: Atende toda rotina ao público interno, realiza compras, apoia todos os responsáveispelos adiantamentos, realiza cotação de preços, abre prontuários das crianças recém ingressas, atende o expediente da direção e das demais diretorias de Núcleo e realiza frequência das crianças. Área de Apoio:Participa de reuniões em todas as áreas, atende aos telefones, transmissão de recados para as demais áreas, atende o expediente dos Recursos Humanos da Unidade, atendimento e comunicação aos pais viatelefone, presencial ou eletrônico. Requisição e distribuição de material do almoxarifado. Preservação econservação predial-dependências externas e internas. Organizou os espaços e materiais, visando a agilização da rotina e segurança dos frequentadores da unidade. Suporte logístico nos eventos e rotinas da Unidade. Atendimento às Crianças: Núcleos de Acolhimento e Assistência I e II: As crianças na faixaetária de 4 meses a 3 anos são atendidas no Núcleo de Acolhimento e Assistência I e as de 3 a 6 anos sãoatendidas no Núcleo de Acolhimento e Assistência II. As atividades e projetos foram baseados na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Biblioteca: As crianças dos Núcleos de Acolhimento e AssistênciaI e II, semanalmente, frequentaram e desenvolveram atividades afins nas 3 áreas, sendo que na Biblioteca,além das atividades rotineiras - contação de histórias, reconto, interpretação de gravuras e imagens, manuseio de livros, foi retomado o Projeto Biblioteca Circulante. Ateliê de Artes e Brinquedoteca: No Ateliê, foram realizadas atividades de Artes Visuais orientadas por uma Professora Especialista e, durante as sessões da Brinquedoteca, eram promovidas atividades lúdicas e recreativas livres, com o apoio da Professora responsável pela área. Serviços de Cozinha e Lactário: Esses serviços passaram a ser executados, após licitação, por empresa terceirizada. A elaboração do cardápio e supervisão continuam sob a responsabilidade do Centro de Convivência Infantil. Departamento De Gestão Da Documentação Técnica E Administrativa**:** A Diretoria do Departamento atuou como Administrador Local - SEGOV no sistema SPSEMPAPEL, auxiliando diretamente todas as Unidades da Secretaria, durante o exercício, apoiado pela Unidade do Arquivo Público e da PRODESP. Foram 546 atendimentos, sanando dúvidas, solucionando problemas de operação, no cadastramento, alteração e inativação de usuários, Unidades, Cargos e Funções. Centro De Protocolo E Expedição: Atividades de Protocolo**:** 5.925 documentos protocolados, registrados e distribuídos físicos e virtuais; 1.455 serviços complementares-envolvem pesquisa de documentos, atendimentos telefônicos, atendimentos de guichê, processos, cadastro de documentos, usuários etc., incluídos aqui todos os Atendimentos de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

dúvidas e resolução de problemas do SPSempapel. Atividades de Expedição: 7.450 correspondências recebidas, distribuídas e expedidas; 1.319 malotes recebidos e expedidos; 1.887 documentos recebidos e expedidos; 740 serviços deapoio/carro e motoboy; 220 jornais recebidos e distribuídos. Centro De Documentação E Arquivo: Atividades de Documentação e Biblioteca: 28 solicitações de pesquisas; 18 livros em papel emprestados e 27 livros eletrônicos indicados e direcionados ao solicitante; 4.875 registros de legislação e 264 títulosde bibliográficos reclassificados; análise de 4.688 atos do Poder Executivo e 187 atos do Poder Legislativo, além de 35.535 registros no vocabulário controlado, 236 cópias de documentos. Processamento Técnico Bibliográfico relativo a 120 registros de livros e periódicos reclassificados no sistema Informa Web. Produtos**:** Alerta Legislação: Elaboração 47 boletins Alerta Legislação, distribuídos a Rede Executiva; Legislação do Estado de São Paulo: Produto que reúne as normas jurídicas publicadas no ano, no Diário Oficial do Estado. Apresenta análise quantitativa e qualitativa dos atos. Foram analisados um total 944 atos; Mensagens de vetos: foram analisadas 6 mensagens de vetos, sendo2 vetos totais e 4 vetos parciais. Este produto será distribuído para toda a Rede Executiva em 2022; Atosde Nomeação: Foram analisados e selecionados um total 111 atos de nomeações/afastamentos etc., do Governador e Secretários; Resoluções da SG e da Casa Civil: Foram analisados e selecionados um totalde 126 resoluções; Decretos e Despachos do Governador: Foram analisados e selecionados um total 95 decretos e 336 despachos; Órgãos Colegiados: Produto que reúne atos de criação ou de modificações estruturais dos Órgãos Colegiados. Foram analisados e selecionados um total de 5 atos; Cadastro de livroseletrônicos: Cadastrados 526 livros eletrônicos - literatura das mais variadas áreas. Grupo Setorial De Planejamento, Orçamento E Finanças Públicas - GSPOFP**:** No decorrer de 2022, o GSPOFP orientou o acompanhamento da execução do PPA 2020-2023 no tocante aos programas da SEGOV, além de acompanhar a execução das metas das ações do PPA, programadas para o corrente exercício, por meio do Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA - SIMPPA. Acompanhou e controlou a execução do Orçamento vigente através dos sistemas SIAFEM e SIGEO, incluídas a Secretaria Especial de Relações Internacionais, a Secretaria de Orçamento e Gestão, considerando também IAMSPE, SPPrev e Desenvolvimento Rodoviário S.A - DERSA, essa em extinção; a Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas, a Casa Civil e a Controladoria Geral do Estado. Adicionalmente, acompanhou o processo das Audiências Públicas eletrônicas no tocante aos programas de sua responsabilidade. Realizou, ao longo do ano e em conjunto com a Secretaria da Fazenda e Planejamento, acompanhamento da regularidade fiscal dos CNPJS das unidades das Secretarias acima citadas, como também efetivou a abertura dos CNPJs das filiais da SOG, SPAE e Controladoria Geral do Estado junto à Receita Federal do Brasil, bem como manifestou-se e atuou quando identificadas irregularidades junto a esse Órgão. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo: Tem como atribuições a preservação e difusão das coleções de arte abrigadas nos Palácios dos Bandeirantes-São Paulo e Boa Vista-Campos do Jordão, bem como a catalogação e divulgação do acervo artístico-cultural da Administração Direta, Indireta e Fundacional, exceto dos Museus e das Universidades-Programa Patrimônio em Rede. Com oobjetivo de reforçar as funções socioeducativa e museológica dos palácios, foram realizadas ações de pesquisa, catalogação, conservação preventiva, restauro e difusão de suas, aproximadamente, 4.000 obras. Nesse sentido, foram realizadas 15 vistorias técnicas, com restauro de 95 itens e conservação preventiva de 18 itens e produzidos 404 laudos técnicos no Laboratório de Restauro do Acervo dos Palácios. O setor também fez 5 acompanhamentos técnicos com laudos e registros em empréstimos externos-65 para o Farol Santander, 1 para o Museu Afro Brasil, 34 para a Galeria Nara Roesler, 2 para o MASP e 1 para o Sesc Pinheiros. No total, foi realizado o empréstimo de 103 obras de arte e peças históricas para exposições temporárias nos museus e instituições acima citados. Exposições: Palácio dos Bandeirantes: 2 exposições Do Barroco ao Moderno: destaques do Acervo dos Palácios, de 18/7 até dezembro/2022; e Grandes Personalidades Negras, em parceria com o Museu de Imagem e do Som-MISde 16/11 até 2/12/2022. Palácio Boa Vista: Itinerância 34ª Bienal, Faz escuro mas eu canto, em parceriacom a Fundação Bienal de São Paulo, de 29/6 até 31/7/2022. Movimentações de obras de arte: Foram realizadas a movimentação e instalação de aproximadamente 860 obras de arte e mobiliário histórico emgabinetes, áreas de circulação e áreas de eventos, além da relocação de peças no Palácio Boa Vista, limpeza e reorganização de todas as áreas de guarda de acervo. Além do acompanhamento do processo de descupinização de algumas áreas no Palácio dos Bandeirantes. Ações educativo-culturais: Total de visitantes atendidos no ano: Palácio dos Bandeirantes: 2.966 - até 22/11/2022; Palácio Boa Vista: 50.789 até 20/11/2022; Projeto Encontros com a Arte: Aulas ao vivo de História da Arte para colaboradores do Palácio dos Bandeirantes; Projeto Acervo em sua sala: Material educativo sobre as obras de arte e objetos históricos que compõem as salas de trabalho; e Projeto Intervalo para a arte: Apresentação e visitas guiadas com os colaborados do Projeto Jovem Aprendiz. Foram realizadas 5 edições, em outubroe novembro. Documentação: Inventário do Palácio Boa Vista - conferência e localização das obras; Inventário do Palácio dos Bandeirantes - conferência e localização das obras; Processo de incorporação de móveis históricos do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo; Processo de incorporaçãode obras de arte da Corregedoria do Estado de São Paulo; Construção de espaço para ampliação e adequação da biblioteca do Acervo; Projeto A história do Acervo em processo: Mapeamento dos processos históricos de aquisição de obras do Acervo; Leitura e elaboração de base de dados para consulta; Fotografias para consulta; Triagem, indexação e Higienização; Processos de Aquisição: 229 processos; 222 fotografados e mapeados; 75 triados e higienizados. Comunicação e eventos: Presença Digital: Site, Instagram, Facebook e Youtube; Projeto História Oral - Vídeos de entrevistas com artistasdo Acervo dos Palácios para as redes sociais; Participação na Museum Week 2022; Participação na Museum Selfie Day 2022; Vernissage de abertura da exposição Grandes Personalidades Negras, realizada em 16/11/2022; Projeto Obras em detalhes: Apresentação de detalhes curiosos e interessantes sobre as obras de arte do Acervo. Disponível em nossas redes sociais e em nosso site; Projeto Um olharpara a arte-com SECOM: Pequenos vídeos apresentando obras de arte e seus autores; Projeto Frases de Artista: Divulgação de frases sobre o processo de criação, a arte e a cultura, proferidas por artistas importantes para a cultura brasileira. Disponível em nossas redes sociais; Projeto Obras animadas: Animação de obras de arte para publicações nas redes sociais. Projeto Acervo Indica: Série de pequenosvídeos com indicações de leituras, programas culturais, músicas e exposições. Projeto Antes de Depois -Restauro de Obras: Pequenos vídeos apresentando a ação do setor de Conservação e Restauro do Acervo;Projeto Marcos Modernistas: Produção de conteúdo para mídias digitais em comemoração ao centenárioda Semana de Arte Moderna de 1922; Cartas Modernistas - narração da troca de correspondências entreartistas modernistas; Vidas Modernas - minibiografias sobre artistas modernistas; QR codes nas obras doHall nobre do Palácio dos Bandeirantes; e Projeto Quando a arte fala: Artistas, especialistas e personalidades falam sobre arte, cultura e o Acervo. Participantes: Nélida Capela, Maestro JulioMedaglia e Katia Canton. Departamento De Infraestrutura **-** Unidade de Despesa subordinada à Coordenadoria de Administração, é responsável pelo planejamento, fiscalização e gestão dos serviços deatendimento ao público, conservação, reforma e manutenção dos prédios, instalações e equipamentos neles existentes, inclusive de informática, e outras atividades auxiliares, no âmbito da Secretaria de Governo, do Gabinete do Governador e dos Palácios do Governo. Em especial, destacam-se as seguintesatividades: Implantação do DATA CENTER, onde ficarão concentrados os sistemas computacionais doGoverno do Estado de São Paulo; Construção de Port-cochère -estacionamento coberto, que assegura a segurança nos embarques e desembarques de autoridades que acessam à Ala Residencial do Palácio dosBandeirantes; Construção do Espaço para conforto Espiritual-Espaço de Oração; Execução de obra de engenharia para reforma e adequação da Controladoria Geral do Estado; Execução de obras de reforma e adaptação do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação - NUTIC; Fiscalização/gestão de contratos: de segurança; de limpeza; de remoção de lixo; de controle de pragas; de conservação predial preventiva e corretiva, de acompanhamento de visitantes; de manutenção de elevadores; de manutençãode ar-condicionado; de prestação de serviços de jardinagem e paisagismo; de renovação e distribuição de jornais e revistas; de alimentação-restaurantes e lanchonete, de fornecimento de água, energia elétricae gás; Montagens e desmontagens de eventos e reuniões, bem como todo o suporte necessário; Controlede entrada e saída de visitantes e de funcionários; Mudança de layout de salas e de todos os espaços físicos do Palácio dos Bandeirantes; Indicação dos gestores dos contratos, dos pregoeiros e respectivas comissões de apoio; Serviços administrativos de mero expediente: recebimentos e encaminhamentos deprocessos, autorizações de despesas, expedientes referentes a adiantamentos de despesas, manuseio de informações/processos pelo sistema SP-DOC e Sem Papel, elaboração de ofícios e memorandos, elaboração de relações de remessa, marcação e controle de eventos que acontecem nas diversas áreas doPalácio dos Bandeirantes, etc. Gerenciamento, acompanhamento e fiscalização dos Serviços de Restaurante pela empresa SHA.

Assessoria Técnica De Governo – ATG - Ao longo do ano, a Assessoria Técnica do Governo -ATG, no cumprimento de suas atribuições, desenvolveu atividades de assessoramento ao Governador e ao Secretário de Governo, incluindo a preparação de despachos, apostilas, resoluções e decretos, a análise de propostas de criação ou alteração de estruturas administrativas e a instrução de expedientes e processosa serem submetidos à decisão do Governador e do Secretário de Governo. Examinou e manifestou-se em 862 processos e 405 expedientes físicos e inúmeros processos e expedientes digitais recebidos eexpedidos pelo Sistema SP SemPapel; expediu, por meio de seu Centro de Apoio Operacional, 464 ofícios relativos às correspondências do Governador, Vice-Governador, Secretário de Governo e Secretário Executivo da Secretaria de Governo; transmitiu à Imprensa Oficial do Estado, por meio de seuCentro de Atos Oficiais, para publicação, 881 decretos numerados e 911 documentos, entre despachos, apostilas e resoluções; garantiu, ainda, a manutenção e atualização do Sistema de Legislação, mediante revisão das normas publicadas no âmbito do Estado. Os principais decretos analisados por esta assessoriae publicados: Reorganizações administrativas – Foram analisadas diferentes propostas de reorganizaçãoadministrativa das estruturas do Estado, das quais se destacam: Reorganização da Secretaria da Fazendae Planejamento, à luz das alterações provocadas pela criação da Secretaria de Orçamento e Gestão, em 2021-Decreto n° 66.457, de 28/1/2022. Reorganização da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Secretaria da Saúde, com a consolidação da estrutura da Coordenadoria, que se encontrava dispersa em diversos atos normativos - Decreto n° 66.648, de 11/4/2022. Organização da Controladoria Geral do Estado, criada pela Lei Complementar n° 1.361, de 21/10/2021, tendo corno campo funcional a defesa do patrimônio público, o controle interno, a auditoria pública, a correição, a prevenção e o combate à corrupção, as atividades de ouvidoria, a promoção da ética no serviço público, o incremento datransparência e o fortalecimento das medidas voltadas à promoção da integridade da gestão no âmbito daAdministração Pública direta e indireta - Decreto n° 66.850, de 15/6/2022. Extinção de Entidades Descentralizadas - Em cumprimento ao disposto na Lei n° 17.293, de 15/10/2020, foram editados decretos no sentido de promover a efetivação da extinção do Departamento Aeroviário do Estado de SãoPaulo - DAESP - Decreto n° 66.663, de 14/4/2022 e da Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN - Decreto n° 66.664, de 14/4/2022. No mesmo sentido, foi aprovada deliberação para extinção da Fundação Parque Zoológico de São Paulo- Decreto n° 66.893, de 28/6/2022, seguida pela criação dacomissão liquidante, com a incumbência de adotar as medidas necessárias à efetiva liquidação e subsequente extinção da aludida fundação - Decreto n° 67.243, de 4/11/2022. Foi editado, ainda, decretoque instituiu o Programa de Demissão Incentivada -PDI para os servidores das referidas entidades - Decreto n° 66.548, de 4/3/2022. Controladoria Geral do Estado: Além do próprio decreto de organizaçãodo Órgão, destaca-se ainda a regulamentação, em âmbito estadual, da Lei federal n° 12.846, de 1/8/2013,que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública. Cabe à CGE, com exclusividade, o acordo de leniência de que tratam os artigos 16 e 17 da referida lei federal-Decreto nº 67.301, de 24/11/2022. Secretaria da Administração Penitenciária: Criação, na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado, as Penitenciárias I e II de Gália - Decreto n° 67.269, de 11/11/2022. Secretaria da Agricultura e Abastecimento- Regulamentação da Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica -PEAPO, instituída pela Lei n° 16.684, de 19/3/2018, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica - Decreto n° 66.508, de 15/2/2022. Regulamentação da Lei n° 17.453, de 18/11/2021, que trata da inspeção, fiscalização e categorização dos estabelecimentos de produtos artesanais de origem animal, registrados no Serviço de Inspeção de São Paulo - SISP-Decreto n° 66.523, de 23/2/2022. Reformulação do Programa Patrulha Agrícola, com objetivo propiciar ao agricultor regional, especialmente o familiar, pequenos e médios produtores rurais, acesso a recursos financeiros e materiais, assim como serviços destinados à conservação do solo e à lavoura com fins comerciais - Decreto n° 66.589, de 22/3/2022. Instituição da Comissão Técnica para elaboração e gestão do Plano Estadual de Educação e Comunicação Social em Saúde Única, visando á promoção de boas práticas agropecuárias, o bem-estar animal e a preservação do meio ambiente e da saúde humana - Decreto n° 67.052, de 17/8/2022. Secretaria da Cultura e Economia Criativa: Criação Museu das Culturas Indígenas junto ao Museu Histórico e Pedagógico índia Vanuíre - Decreto n° 66.810,de 2/6/2022. Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Regulamentação, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, do Programa Computador do Professor, demodo a permitir ao docente a aquisição de computadores de forma subsidiada, com valor máximo de R$ 2.000, com pagamento em até 20 parcelas mensais - Decreto n° 66.495, de 10/2/2022. Instituição do programa Polos de Desenvolvimento, com vistas a estimular o crescimento econômico sustentável e reduzir as desigualdades entre as regiões administrativas do Estado de São Paulo - Decreto n° 66.514, de17/2/2022. Criação da Escola Técnica Estadual - ETEC de Itapevi, no Município de Itapevi - Decreto n°66.513, de 17/2/2022. Criação da Faculdade de Tecnologia - FATEC de Registro, no Município de Registro - Decreto n° 66.596, de 24/3/2022. Secretaria de Desenvolvimento Regional: Criação do Programa Sandbox SP, destinado a fomentar o desenvolvimento de cidades inteligentes no Estado, mediante apoio à implementação de ambientes regulatórios experimentais pelos Municípios paulistas - Decreto n° 66.617, de 31/3/2022. Secretaria de Desenvolvimento Social: Transferência da Gestão do Programa Bolsa do Povo para a Secretaria de Desenvolvimento Social - Decreto n° 66.827, de 8/6/2022. Secretaria da Educação - Instituição de abono complementar a servidores da Pasta para cumprimento doPiso Nacional do Magistério-Decreto n° 66.623, de 1/4/2022. Instituição do Adicional por Complexidadede Gestão, nos termos da Lei Complementar n° 1.374, de 30/3/2022, a ser concedido conforme o grau decomplexidade da Diretoria de Ensino e da unidade escolar da rede estadual de ensino - Decreto n° 66.807,de 2/6/2022. Regulamentação dos critérios para concessão dos adicionais de local de exercício e de transporte, à luz das alterações promovidas pela Lei Complementar n° 1.374, de 30/3/2022. Regulamentação da jornada de trabalho e dos planos de carreira e remuneração para os integrantes do Quadro do Magistério, conforme previsto na Lei Complementar n° 1.374, de 30/3/2022. Decretos n° 66.793 e n° 66.794, de 30/5/2022. Estabelecimento das diretrizes gerais do Programa Ensino Integral e critério para ingresso das unidades escolares no Programa - Decreto n° 66.799, de 31/5/2022. Criação deunidades escolares CEEJA de Santa Isabel, na Região de Jacarei - Decreto n° 66.449, de 26/1/2022, Escola Estadual Jardim das Orquídeas, na Região de Sumaré - Decreto n° 66.454, de 28/1/2022 e EscolaEstadual Indígena Txondaro Tekoa Mbae, na Região de Itararé - Decreto n° 66.696, de 29/4/2022. Secretaria de Esportes: Instituição dos Jogos Paralímpicos do Estado de São Paulo - PARESP no Calendário Oficial Esportivo do Estado - Decreto n° 66.483, de 3/2/2022. Secretaria da Habitação:

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Reestruturação do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais- GRAPROHAB, objetivando centralizar e agilizar a análise de projetos de empreendimentos habitacionais de parcelamento do solo e condomínios edilícios localizados em área urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica - Decreto n° 66.960, de 8/7/2022. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente -Criação do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PPSA, com o objetivo de incentivar as ações que contribuam para a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos, em especial a captura de carbono, a redução de emissões de gases de efeito estufa e a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do solo - Decreto n° 66.549, de 7/3/2022. Reformulação do Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam produtos e subprodutos deorigem nativa da flora brasileira – CADMADEIRA -Decreto n° 66.819, de 6/6/2022. Aprovação do planode manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte - Decreto n° 66.823, de 7/6/2022. Estabelecimento de minutas de termos de convênios para repasse de recursos aos Municípios para elaboração de diagnóstico de seu sistema de saneamento básico - Decreto n° 66.565, de 16/3/2022, definição de política de resíduos sólidos -Decreto n° 66.565, de 16/3/2022 e para fortalecimento de açõesde prevenção e de combate aos incêndios florestais - Decreto n° 66.577, de 17/3/2022. Criação da Coordenadoria de Fauna Silvestre, com incorporação de competências da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, em processo de extinção - Decreto n° 67.211, de 27/10/2022. Secretaria da Justiça e Cidadania - Convocatória para realização da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial,realizado em 19 e 20/2/2022 -Decreto n° 66.428, de 10/1/2022. Regulamentação do processo de apuração das infrações administrativas à liberdade religiosa e a aplicação das sanções cabíveis, previstas na Lei n°17.346, de 12/3/2021 - Lei Estadual de Liberdade Religiosa - Decreto nº 66.440, de 18/1/2022.Regulamentação da Lei n° 17.557, de 21/7/2022 - Programa Estadual de Regularização de Terras, tendo por finalidade a celebração, judicial ou administrativa, de acordos e transações, entre a Fazenda do Estado, por meio da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva - ITESP,e os ocupantes de terras devolutas, presumivelmente devolutas ou em fase de discriminação, para a respectiva alienação de domínio, em caráter oneroso - Decreto n° 67.151, de 4/10/2022. Secretaria de Logística e Transportes - Autorização para abertura de licitação para a concessão patrocinada dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários paraa exploração do sistema rodoviário denominado Lote Rodoanel Norte - Decreto n° 66.445, de 21/1/2022.Autorização para abertura de licitação para a concessão dos serviços públicos de exploração do sistema rodoviário denominado Lote Noroeste - Decreto n° 66.814, de 3/6/2022. Secretaria de Orçamento e Gestão: Regulamentação da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar n° 1.361, de 21/10/2021, a ser paga aos servidores em exercício nas Secretarias de Estado, na ProcuradoriaGeral do Estado, na Controladoria Geral do Estado e nas Autarquias - Decreto n° 66.772, de 24/5/2022. Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas: Autorização para abertura de licitação para a concessão da prestação dos serviços públicos lotéricos no Estado - Decreto n° 66.524, de 23/2/2022. Secretaria da Saúde - Criação do Hospital Regional de Bebedouro - HRB - Decreto n° 66.510, de 15/2/2022, HospitalRegional Rota dos Bandeirantes - HRRB - Decreto n° 66.859, de 21/6/2022, AME São Bernardo do Campo - Decreto n° 66.890, de 27/6/2022 e Hospital Regional do Alto Tietê-HRAT - Decreto n° 67.086,de 2/9/2022. Criação de Gerências de Enfermagem no Complexo Hospitalar Padre Bento de Guarulhos,no Centro de Referência da Saúde da Mulher, no Conjunto Hospitalar do Mandaqui e no Hospital Maternidade Interlagos Waldemar Seyssel - Arrelia - Decreto n° 66.570, de 16/3/2022. Secretaria da Segurança Pública - Regulamentação da Lei n° 17.389, de 28/7/2021, que dispõe sobre a queima, a soltura, a comercialização, o armazenamento e o transporte de fogos de artifício de estampido - Decreton° 66.564, de 15/3/2022. Regulamentação da Lei n° 14.738, de 16/4/2012, que dispõe sobre as medidascontra a prática de trotes telefônicos dirigidos aos telefones 190 e 193 - Decreto n° 67.032, de 11/8/2022. Criação das Delegacias de Defesa da Mulher de Hortolândia - Decreto n° 66.425, de 6/1/2022, Novo Horizonte - Decreto n° 66.760, de 20/5/2022, Ferraz de Vasconcelos - Decreto n° 67.081, de 1/9/2022 eFranco da Rocha - Decreto n° 67.082, de 1/9/2022. Criação das Delegacias de Polícia Eletrônica e de Combate a Crimes de Fraude Documental e Biometria - Decreto n° 66.860, de 21/6/2022. Criação do 15° Batalhão de Ações Especiais de Polícia - 15° BAEP, sediado em Guarulhos - Decreto n° 66.931, de1/7/2022. Secretaria de Turismo e Viagens - Criação do Distrito Turístico de Iguape - Decreto n° 66.618,de 31/3/2022. Criação do Distrito Turístico de Andradina -Decreto n° 67.128, de 27/9/2022. A AssessoriaTécnica do Governo - ATG também examinou e preparou 881 decretos, além de 218 atos autorizativos de competência do Governador em matéria imobiliária, como declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelas concessionárias, das áreas necessárias à execução de obras e serviços previstos nos contratos de concessão, autorização para alienação, outorga de uso e transferência de administração de imóveis públicos entre órgãos do Estado, bem como recebimento de imóveis, mediante doação sem encargo, permissão de uso, cessão de uso e comodato. Ainda relacionado ao tema, a ATG preparou 132despachos do Secretário de Governo com 1 autorizo para residir em imóvel próprio do Estado. Cabe ressaltar que, até a presente data, além das atividades já descritas, a Assessoria Técnica do Governo - ATG: por meio de seu Corpo Técnico, realizou, ainda, em relação a decretos, a manutenção e atualizaçãodo Sistema de Legislação Estadual disponibilizado na Internet pelo endereço www.legislacao.sp.gov.br;por meio de seu Centro de Atos Oficiais, providenciou, junto às Secretarias de Estado, os referendos dosTitulares das Pastas nos decretos numerados publicados e transmitiu à Imprensa Oficial do Estado, parapublicação, 881 decretos numerados, 451 despachos, 220 apostilas e 240 resoluções. Dentre estas últimas, 101 trataram de doação de material excedente recolhido pelo Fundo Social de São Paulo - FUSSP.

Subsecretaria de Ações Governamentais **-** O Decreto nº 65.689, de 13/5/2021, criou, naSecretaria de Governo, a Subsecretaria de Ações Estratégicas, posteriormente renomeada pelo Decreto nº 66.016, de 15/9/2021, como Subsecretaria de Ações Governamentais, visando aumentar a eficiência da execução das políticas públicas realizadas em parcerias com Prefeituras e Organizações do Terceiro Setor. Neste sentido, é seu papel orientar, acompanhar e monitorar as parcerias e convênios celebrados pelo Estado, inclusive decorrentes de emendas impositivas ao projeto de lei orçamentária, auxiliando na gestão e disseminação de informações, dados, conhecimentos técnicos e recursos tecnológicos tanto às Secretarias de Estado, quanto à Assembleia Legislativa - acerca das emendas impositivas. Comitê Intersecretarial De Convênios E Parcerias: O Comitê Intersecretarial foi instituído pelo Decreto nº 65.690 de 13/5/2021, com o objetivo de monitorar, diagnosticar, propor soluções e implementar procedimentosque visem aprimorar a mútua cooperação com Municípios paulistas e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante transferência de recursos financeiros do Estado de São Paulo. É composto por representante das Secretarias do Governo, Casa Civil, Desenvolvimento Regional e Orçamento e Gestão.Eixos Das Ações - Apoio Às Secretarias De Estado **-** Diagnóstico sobre a tramitação de convênios e parcerias em âmbito estadual - fluxos, procedimentos, recursos tecnológicos, recursos humanos, embasamento técnico e legal; Encontros com chefes de gabinete e assessores parlamentares, visando o alinhamento de informações e monitoramento da execução de emendas impositivas; Atualização do Manual para Execução das Emendas Individuais Impositivas 2023; Atualização do material de consulta sobre as Emendas Individuais Impositivas - Perguntas e Respostas. Apoio Aos Parlamentares **-** Elaboração de Portfólio para Assembleia Legislativa com indicação de projetos, programas e ações das Secretarias de Estado para 2023, como sugestão para alocação de emendas impositivas; Esclarecimentossobre o Portfólio de Ações para Emendas Individuais Impositivas 2023 com a presença de 18 Secretariasde Estado na ALESP; Suporte em relação às modalidades de indicação de emendas 2023 e utilização desistema informatizado. Governança/Legislação **-** Apoio na elaboração de Decreto para regulamentar o procedimento para execução das emendas impositivas, em cumprimento ao art. 34 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 - Lei 17.387 de 22/7/2021; Colaboração para elaboração do Decreto de execuçãoorçamentária 2023 referente às emendas individuais impositivas. Sistema **-** Apoio e orientação à PRODESP para aperfeiçoamento do módulo específico no Serviço Demandas do Sistema SP SEM PAPEL, denominado ALESP, para indicação e acompanhamento das emendas impositivas ao orçamentode 2023. Proposição de melhorias à PRODESP para o Serviço Demandas - Módulo Emendas e Demandasdo Sistema SEM PAPEL. Portfolio de Ações para Emendas Individuais Impositivas 2022; Emendas Impositivas PLOA 2023 em preparação pela Prodesp para liberação do módulo Alesp. Melhorias Processuais **-** Análise dos fluxos do processamento de emendas impositivas utilizados pelas Secretarias de Estado; Análise para padronização dos documentos necessários para formalização dos termos de convênios e parcerias. Coordenadoria De Informações Estratégicas **-** é responsável pelo acompanhamento e monitoramento das ações do Governo, além de possuir como atribuições atualizar, organizar e sistematizar dados e informações referentes aos principais programas e ações de governo. Com foco nos âmbitos municipal e regional, está estruturada sobre três pilares: setorial -por Secretaria ou Programa, municipal-ações estaduais desenvolvidas nos/ou em parceria com os municípios e regional ações estaduais em diferentes divisões territoriais. A partir de uma rede de contatos com as Secretarias,utilização de sistemas informatizados, indicadores, pesquisa e planilhas atualizadas diariamente, desenvolve materiais de apoio e projetos estratégicos para subsidiar as agendas oficiais do Governador, o Vice-governador e o Secretário de Governo, auxiliando-os na tomada de decisões. As ações de governosão apresentadas por meio de diversos materiais: relatórios técnicos contendo as principais informaçõessobre o andamento de projetos, programas e obras; dados e mapas georreferenciados; boletins estratégicos; produtos editoriais; levantamento de temas de interesse do governo, monitoramento de dados, análises de cenários e conjunturas; relatórios de transição, entre outros. Com a pandemia da COVID-19, passou a assessorar o Comitê Gestor- atualmente ligado à Secretaria de Ciência, Pesquisa eDesenvolvimento em Saúde - e comitês extraordinários criados com temática voltada ao enfrentamento da crise no Estado de São Paulo-Comitês Empresarial Solidário, Comitê Científico, entre outros. Em 2022, a Coordenadoria assumiu ainda o desafio de apoiar as agendas itinerantes do Governador durante os eventos do Programa Governo na Área, realizados entre abril/ junho, em todas as regiões do Estado fornecendo subsídios para fortalecer a atuação do Governador e Secretários. A coordenadoria divide-se em três áreas que atuam de maneira interligada: Acompanhamento de Ações e Informações do Governo, Pesquisa e Estratégia da Informação, Articulação Intersetorial e Monitoramento de Dados. *Balanço Produtivo***-**atendendo a demandas do Governador e do Vice-Governador/Secretário de Governo, foram elaborados, aproximadamente, 929 documentos, distribuídos em: 56 boletins para audiências- incluindo reuniões com prefeitos, empresários, políticos, entre outros; 148 boletins temáticos; 394 boletins de municípios, incluindo cenários eleitorais de partidos políticos; 83 cenários políticos de Estados eCapitais, além dos cenários das regiões; 4 Boletins Governo nos Bairros, divididos por zonas da Capital Leste, Norte, Oeste e Sul; 17 Relatórios Regionais; 22 Relatórios Regionais para o programa Governona Área; 40 Boletins com os municípios mais populosos do Estado de SP; 54 Boletins com materiais extras; 87 mapas temáticos regionais e de viagens; Produção de materiais, apresentações para Governador e Vice-governador/Secretário de Governo e assessoria para 14 reuniões de secretariado ao longo do ano; Assessoria para reuniões intersecretariais entre Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado; 21 atas das reuniões do Conselho Gestor da Secretaria de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e do Comitê Científico. Representação em Conselhos e Comitês - Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEAS, Comitê Estadual de Gestão de Resíduos Solidos - CEGRS, entre outros.Boletins para assessoria de reuniões relativas à crise da pandemia da COVID-19, sendo**:** 2 Boletins parareuniões do Comitê Empresarial Solidário; 1 Boletim para reunião dos Chefes dos Poderes.

Subsecretaria de Serviços *ao Cidadão, Tecnologia e Inovação - SSCTI* **-** dissemina práticas, normas e padrões no uso governamental das tecnologias digitais, de forma a contribuir para maior economia, eficiência, eficácia e efetividade das ações do Governo - Governo cada vez mais digital e sempre a serviço da sociedade. O ano de 2022 marcou o aprofundamento da transformação digital em curso no Estado de São Paulo. Para tanto, vem sendo fundamental o desafio da implementação da governança e da proteção de dados e informações, visando aperfeiçoamento da Gestão Pública, maior alcance das metas das políticas públicas e atuação em novos paradigmas, com observância da rede de proteção aos titulares de dados pessoais. Desta maneira, governança de dados, segurança da informação, acesso à informação, e proteção e privacidade de dados pessoais se interrelacionam, pautando os processos de digitalização e conectividade em curso, e as mudanças organizacionais voltadas aoaprimoramento dos serviços prestados e à melhoria da qualidade de vida do cidadão. Principais entregasrealizadas pela SSCTI- Atuação em Órgãos Colegiados - Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC **-** é regido pelos Decretos no 64.601, de 22/11/2019, e 64.731, de 3/1/2020. Com presidência pela Secretaria de Governo e Secretaria Executiva pela SSCTI, o Conselho conta também com a participação da Secretaria da Fazenda e Planejamento e da Companhia deProcessamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - COORTIC apoia o COETIC nas ações de controle, monitoramento e supervisão das atividades do Sistema Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC - art. 9º do Decreto nº 64.601/2019. Até o dia 9/11, o Conselho realizou 35 reuniões de análise técnica e emitiu 2.776 pareceres-6,5% a mais do que no ano anterior, acerca de demandas em Tecnologia da Informação e Comunicação dos órgãos e entidades estaduais. Destaque na atuação do COETIC tem sido a preocupação com o legado tecnológico. Neste sentido, há trabalho permanente de padronização das soluções tecnológicas e dos componentes associados, de forma a promover a compatibilidade entre hardware e software em todo o Estado. Um dos meios para se obter esta homogeneização digital é a criação de Atas de Registro de Preços, propiciando economia pelas aquisições em escala, e alinhamentotecnológico. A Integração de Informações, Uniformização do Parque Tecnológico e os Programas de Capacitação em Transformação Digital, são, entre outros, componentes que estarão cada vez mais alinhados com o Plano Estratégico Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado - PEGTIC - vide seção COORTIC abaixo. O Conselho conta com o portal http://www.coetic.sp.gov.br/, voltado ao cidadão e aos órgãos e entidades do SETIC. O COETIC também faz a gestão do Centro de Excelência em Transformação Digital-CETD, ambiente digital voltado à capacitação e ao constante aperfeiçoamento de agentes públicos. Os cursos oferecidos pelo CETD em 2022 foram:

Cursos oferecidos pelo CETD em 2022	*N° de Vagas*	*Secretarias que se Registraram*	*Secretarias que Participaram*	*N° de Registrados*	*N° de Presenças*	*% de Presença x Registros*
Trilhas Formativas	200	17	17	149	120	81%
Gestão e Governança	50	10	10	48	32	67%
Gestão e Governança (Opção 2)	50	14	14	42	29	69%
Segurança e Conformidade	50	9	9	57	39	68%
Migrações	50	10	10	38	24	63%
Segurança e Conformidade (Opção 2)	50	8	8	40	32	80%
Arquitetura de Dados Moderna	50	8	8	27	23	85%
Migrações - Turma 2	50	9	9	42	32	76%
Machine Learning	50	8	8	32	19	59%

Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo – CDESP **-** é regido peloDecreto no 64.790, de 13/2/2020. Coordenado pela Secretaria de Governo, conta com as participações da Procuradoria Geral do Estado-PGE e da PRODESP. Compete ao Comitê o aperfeiçoamento e a inovação na governança de dados e informações-GDI para políticas públicas; e, conforme o Decreto no 65.347/2020, o auxílio ao controlador no desempenho de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

atividades de aplicação da Lei federal nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, e a gestão do Programa SP Sem Papel.Até 17/11, foram realizadas 11 reuniões, nas quais foram analisadas 76 demandas, número similar ao total do ano anterior. Destas, houve deliberação para 39 demandas de compartilhamento de dados, em geral para finalidades como implementação de políticas públicas e pesquisa científica na área da Saúde.O Comitê também monitora, por meio das reuniões, os assuntos relacionados à Segurança da Informação. Destacam-se como principais realizações no ano: medidas de divulgação e implementação da Política deGovernança de Dados e Informações -PGDI e da Política de Proteção de Dados Pessoais do Estado- PPDP, como a elaboração de orientações técnicas e de cursos de capacitação, em vias de divulgação; e como a participação de membros do Comitê em diversos eventos que promoveram as ações em curso para adequação do Estado à GDI-LGPD. As medidas visam a disseminação da governança e da segurançade dados e informações na Administração Pública estadual; a prevenção e gestão de incidentes de segurança da informação conforme a GDI-LGPD e a PGDI e a PPDP; a instituição, pela Deliberação CGGDIESP-1, de 24/10/2022, do Subcomitê de Segurança da Informação – SSI, do Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo-CGGDIESP. O SSI/CGGDIESP visa fornecer melhores subsídios e informações ao Comitê para a tomada de decisão relativa à Segurança da Informação e a eventuais incidentes de Segurança da Informação; elaboração de capacitação, em vias dedivulgação, sobre os resultados do Diagnóstico de Dados e Informações 2021/TIC e GDI-LGPD; tratamento de dados para alimentação do Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente-SIMI; subsídios para o Programa Bolsa do Povo; e subsídios para realização de políticas públicas estaduais, federais e municipais. A crescente demanda pela utilização de dados da CDESP retrata a também crescente importância dos dados e informações como os ativos mais valiosos para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como fortalece a premissa de que a gestão governamental deve ser apoiada em dados e informações. Neste sentido, as ações implementadas pelo Comitê Gestor são fundamentais para garantir maior proteção aos dados pessoais do cidadão e maior eficácia, efetividade, segurança, rastreabilidade e auditabilidade na governança de dados e informações em geral no Estado. Comitê Gestor do Programa IdeiaGov: O Comitê Gestor do Programa IdeiaGov é regido pelos Decretos nº 64.974, de 12/5/2020 e nº 66.981, de 19/7/2022. Presidido pela Secretaria de Governo e com Secretaria Executiva pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE, conta também com as participações da Secretaria de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e da PGE.Possui ainda apoio da SSCTI também por meio da COORTIC e atua em consonância com o COETIC. Hub de inovação aberta, o IdeiaGov apoia o desenvolvimento de soluções para desafios de interesse público, conecta atores do ecossistema e compartilha conhecimento para gerar impacto positivo na sociedade. Desde 2021 conta com hub físico na SDE, com espaços de co-working e salas destinadas a 25 startups residentes. Possui três frentes principais: Inovar - Programa de Inovação em Governo e Programa de Aceleração de Negócios de Impacto. O primeiro identificou desafios de inovação em órgãos públicos, selecionou soluções no mercado, acompanhou a realização de testes-piloto e encaminhou as melhores soluções para implementação. Já o Programa de Aceleração definiu temas de interesse público,buscou startups dedicadas a eles e ofereceu a elas uma série de instrumentos para o seu desenvolvimento.De fevereiro de 2020 a outubro de 2022, no Programa de Inovação, foram 245 soluções submetidas paradez desafios lançados, 31 propostas selecionadas, 18 projetos pilotados e 11 empresas encaminhadas; e no Programa de Aceleração, foram 266 startups inscritas em três edições e 72 startups selecionadas e aceleradas. Conectar - Conexão de pessoas e organizações no espaço, físico e digital, para impulsionar a colaboração em torno de temas de interesse público com o Programa de residência e Comunidades de práticas. E Compartilhar - Troca de conhecimento, aprendizados, oportunidades e boas práticas para estimular a inovação via eventos e gestão do conhecimento. Grupo de Trabalho do Sistema de Teleaudiência Criminal do Governo do Estado de São Paulo: O Grupo de Trabalho foi instituído pela Resolução SG-35, de 12/3/2020, como parte de Termo de Cooperação Técnica. Coordenado pela Secretaria de Governo, conta com as participações da Secretaria da Administração Penitenciária-SAP, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Justiça e Cidadania, por meio da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa, PGE, PRODESP e do Tribunal de Justiçado Estado de São Paulo. Seu objetivo principal foi a implantação do Sistema de Teleaudiência Judicial, no Sistema Penitenciário e no Sistema Socioeducativo. No total, são 735 salas digitais - pontos de teleaudiência, instaladas e em funcionamento em 180 unidades no Estado no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária-SAP, sendo 179 nas unidades prisionais e uma no Centro de Ações de Segurança Penitenciária. De janeiro a outubro de 2022, por meio destas salas, foram realizadas em média 8.550 audiências virtuais por mês, 860% a mais do que a média de 891 audiências presenciais mensais realizadas no mesmo período. A redução na média mensal por ano das despesas da SAP com escoltas depresos, na comparação entre 2019 e 2022, é de 68%. A prática de audiências à distância e em tempo real agrega eficiência às ações e evita os deslocamentos até os fóruns, acelerando os julgamentos, eproporcionando economia de recursos públicos e maior segurança. Comitê Gestor do Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente – SIMI, Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 e Transparência - é regido pelos Decretos nº 64.963, de 5/5/2020, e nº 66.930, de 1/7/2022. Coordenado pela Secretaria de Governo e com Secretaria Executiva pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conta com as participações da Secretaria da Saúde, do Secretário Extraordinário de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. O SIMI é uma ferramenta de consolidação de dados e informações compilados por órgãos e entidades da Administração Pública estadual para aperfeiçoar a gestão da informação no combate à Covid-19. A página do SIMI-https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/simi, possui área voltada à transparência, comos principais indicadores - https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/simi/dados-abertos/. Como parte do enfrentamento à Pandemia de Covid-19 e os efeitos que perduram até os dias atuais, também quanto à transparência, os gastos realizados pelo Estado para o combate à Covid-19 foram reunidos pela Subsecretaria no portal https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/transparencia/. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – COORTIC - Programa SP + Digital - O SP + Digital tem como objetivo geral avançar na transformação digital do Estado de São Paulo por meio da potencialização de ações estruturantes, de modo a aumentar a satisfação e gerar economias para o cidadãona utilização dos serviços públicos. O Programa visa agregar o olhar digital às iniciativas estratégicas e promover a adoção de novas tecnologias. Pretende também: Ampliar e aprimorar o acesso e a utilizaçãodos serviços públicos digitais; melhorar a eficiência da gestão pública via ampliação da transformação digital; e melhorar a transparência da gestão pública por intermédio de ferramentas tecnológicas para transformação digital. Constitui-se em contratação de operação de crédito pelo Estado de São Paulo juntoao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Esta operação foi aprovada na AssembleiaLegislativa do Estado de São Paulo - ALESP e publicada pela Lei Estadual nº 17.386, de 14/7/2021, que autoriza a contratação de financiamento externo para o Programa São Paulo Mais Digital, a cargo da Secretaria de Governo, por meio da Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação. Contatambém com a devida aprovação pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, por meio da Resolução nº 23, de 25/4/2022. A execução do Programa tem início previsto para 2023. Seus objetivos específicos são: Plataforma de Serviços Digitais; Infraestrutura digital e conectividade; Transformação Digital da Gestão Pública; e Saúde Digital. Contará com um amplo Portal de atendimento ao cidadão, em vias de lançamento. Planos Estratégicos Setoriais de Tecnologia da Informação e Comunicação - PESTICs - O Decreto nº 64.601/2019 estabeleceu os instrumentos de planejamento do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação-SETIC. A COORTIC, dentre outras atribuições, fornece apoio à elaboração destes instrumentos, que são: Plano Estratégico Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação - PEGTIC; Plano Estratégico Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - PESTIC; Programa Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação - PGTIC; e IV - Programa Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - PSTIC. Estes planos e programas estão em desenvolvimento e a sua implementação está planejada para ocorrer em módulos durante os exercícios de 2023 e 2024. Coordenadoria de Serviços ao Cidadão-CSC - Programa SP Sem Papel - O Programa SP Sem Papel - Decreto nº 64.355/2019 - adota o processo digital com uso de assinatura eletrônica. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria de Governo, a PRODESP e o Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP, a qual abarca toda a Administração Pública estadual. Permanece o trabalho constante de ampliação, gestão e aprimoramento da solução tecnológica. Destaca-se a implantação do Módulo de Acesso Externo e o desenvolvimento da sua versão 2.0, a ser implantada. O Módulo, entre outras funcionalidades, atende a demandas de acesso da sociedade civil, outros poderes e entes federativos. Também está prevista a integração com o LoginSP, Identidade Digital única para o cidadão paulista. Na apuração do desempenho de 2022 até o segundo quadrimestre, o SP Sem Papel contava com 336.661 usuários-um servidor público pode ter mais de um usuário, se necessário à execução de funções diferentese com 19.775.332 documentos e anexos registrados no sistema-apenas neste ano. Programa Acessa SãoPaulo: teve seu escopo revisto, com foco na ampliação da conectividade no desenho da política pública de inclusão digital. Programa Poupatempo - Implantado em 1997 para facilitar o acesso aos serviços públicos no Estado, o Poupatempo se mantém atual e cada vez mais próximo da população. Tendo comobase seu DNA em inovação, o Programa está em constante aprimoramento: além de expandir as unidadesfísicas, agora também está na casa das pessoas, pelo aplicativo Poupatempo Digital ou no portal, com mais de 246 serviços digitais em novembro, que podem ser feitos 24 horas por dia, onde e quando o usuário quiser. O objetivo é chegar a mais de 260 serviços digitais - www.poupatempo.sp.gov.br. De janeiro ao final de outubro, foram realizados cerca de 36 milhões de atendimentos nos canais digitais, entre serviços e interações, correspondendo a 85% dos atendimentos do Programa. Em particular, o aplicativo Poupatempo Digital contabilizou mais de 3,5 milhões de downloads, totalizando cerca de 12 milhões desde o seu lançamento. São 201 postos do Poupatempo, que realizaram, em média, mais de 25mil atendimentos/dia. O Poupatempo conta com Totens de autoatendimento, sendo que até dezembro serão 900 totens instalados, disponibilizando estes equipamentos em todos os municípios do Estado de São Paulo. Vale destacar que, até novembro, houve um aumento da quantidade de serviços ofertados nosequipamentos, que passaram de 86 para mais de 140. Até meados de novembro, foram realizados mais de 5 milhões de agendamentos e 830 mil serviços nos totens de autoatendimento. A avaliação geral dos serviços atingiu 98,38% em 2021, de acordo com a pesquisa realizada pela empresa Censere. Pela oitavavez consecutiva - 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, o Poupatempo foi destaque na pesquisa O Melhor de São Paulo, do Datafolha, sendo uma delas na categoria Atendimento ao Cliente eas demais como Serviço Público -saopaulo.sp.gov.br/spnoticias. Desde a implantação do primeiro postohá 25 anos na unidade Sé, o Poupatempo já realizou, até outubro, mais de 801 milhões de atendimentos.O Poupatempo é parte importante do conjunto de iniciativas de consolidação do Governo de São Paulo como digital. A digitalização dos serviços aprimora a sua qualidade e eficiência, e facilita a vida do cidadão. *Departamento de Trânsito de São Paulo - DETRAN-SP* - Atendimento Modelo Integrado ao Poupatempo: 192 unidades; tratativas em andamento com Prefeituras para integração de unidades: 86. Convênios Firmados com Municípios: Cessão de servidores/estagiário e imóvel/parte de imóvel: 51; Cessão de servidores/estagiários: 35. Contratos e Compras: Contratos firmados: 93; Contratos negociados para isenção de reajustes/reduções: 7; Contratos rescindidos/encerrados: 26; Contratos de locação de imóveis negociados: 1; Contratos de locação de imóveis entregues: 4. Compras: pregões eletrônicos: 41; dispensas de licitação: 35; convites eletrônicos - Bec: 21; Dispensa Bec: 3; Atas de registro de preço: 7. Serviços Eletrônicos: Novos Serviços on-line: foi disponibilizado 1 novo serviço on-line, o de Reabilitação de Cassação/Crime, totalizando 77 serviços postos à disposição do cidadão. Destaque dos serviços implantados: Licenciamento eletrônico - CRLV-e: mais de 12,9 milhões de licenciamentos realizados; Transferência de Veículos: mais de 3,9 milhões de transferências realizadas; Registro de Veículo 0 km: CRV's; 687.833; Primeira Habilitação: mais de 2,4 milhões acessos ao serviços; Adição e Mudança de Categoria: mais de 39 mil acessos ao serviços; Alteração de dados CNH:508 mil acessos; Início de cumprimento da penalidade de Suspensão de CNH: 116 mil acessos aos serviços; Portal Detran.SP: com 19,8 milhões de usuários cadastrados, até outubro, mais de 1,9 milhão de novos usuários em relação ao ano de 2021; Acessos: 900 milhões; Simulados de provas teóricas: 2,4 milhões. Automação de retaguardas: 6 novos serviços automatizados - Adição e/ou Mudança decategoria, segunda via de CNH, Permissão Internacional para Dirigir - PID, CNH definitiva e reabilitação;Primeira Habilitação: mais de 572 mil emitidas; Renovação de CNH: mais de 2.4 milhões efetuadas; Adição e/ou Mudança de Categoria: mais de 101 mil efetuadas; Segunda Via: mais de 126 mil emitidas;CNH Definitiva: mais de 293 mil emitidas; Reabilitação: mais de 15 mil emitidas. Novos canais de atendimento: Chatbot: conta com 12; Totem: conta com dezenas de serviços, além da facilidade de não precisar de agendamento. Avaliação do Atendimento: mais de 98% dos cidadãos atendidos consideraram o atendimento do DETRAN-SP ótimo ou bom. Canais de Comunicação com o Cidadão: Fale com o Detran.SP: mais de 600 mil usuários atendidos; Serviço de Atendimento ao Credenciado: mais de 81 milatendimentos; Atendimento ao Cidadão pelas Redes Sociais: mais 44 mil trocas de mensagens com o cidadão em diversos canais de comunicação-Facebook, Instagram, Youtube e Twitter; Mensagens: como objetivo de estreitar o relacionamento com o cidadão, são encaminhadas mensagens eletrônicas, comoalertas sobre data de licenciamento e vencimento da CNH, aplicação de multas e pontuação, acompanhamento de entrega de documentos pelos Correios, instauração de processo de suspensão de CNH, além de pesquisas de opinião. Serviço de Informações ao Cidadão - SIC: 563 solicitações atendidas. Ouvidoria: Total de manifestações - 52.547: Denúncia: 1.592; Elogio: 234; Reclamação: 48.645; Solicitação de Informação: 1.589; Sugestão: 80; Outros: 407. Canal de Apoio aos Serviços de Retaguarda: sistema de perguntas e respostas iniciado em outubro/2021 - AtenDetran; mais de 631 mil acessos e 864 perguntas respondidas; 23 mil e-mails respondidos pelo Suporte da Diretoria de Atendimento. Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA: Publicação de 144 editais de eliminação da massa documental acumulada: arrecadação do valor de R$ 109.328,50, doados para o Fundo Social de São Paulo - FUSSP; Atendimento de 21.433 emissões de cópias microfilmadas de Autosde Infração de Trânsito e planilhas RENACHs. Recepção, logística, avaliação técnica de documentos, coordenação e monitoramento dos arquivos Central em Cotia, Formosa e Itaquera. Auditoria Interna: Instituição do Controle Interno: Portaria DETRAN-SP PRE 9/2022 de 17/1/22; Acompanhamento de Boletins de Ocorrências: 12; Acompanhamento de exames práticos: 1; Inspeção em Unidade de Trânsito:5; Promoção de Afastamentos Preventivos: 7 servidores afastados; Apreensão de documentos para instrução dos autos: 3 diligências; Unidades de Atendimento monitorada: 5; Acompanhamento de leilão: 1 leilão de veículos; Apoio à Polícia Federal: 2 ações; Subsídios à Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da PGE. Fiscalização: Realizadas: 5.564: Credenciados: Centro de Formação de Condutores - CFCs: 1.289, Médicos: 731, Psicólogos: 892, Empresas de Vistoria Veicular - ECV: presencial - 689 e remota - 534, Empresas Estampadoras de Placas de Identificação Veicular: 393, Desmontes: credenciados – 80 e não credenciados – 6. Monitoramentos: Sala de Prova Teórica - 758, Sala de Aula Teórica - 97. Interna: Banca de Exame Prático de Direção Veicular: 95. Sistemas - Redes, Infraestrutura e Suporte: Área de Habilitação: Implantações: serviços - renovação online da CNH no aplicativo Whatsapp; indicação de condutor no canal eletrônico - totem; Rotina automatizada e diária dedesbloqueio de CNHs cassadas; Sistema de consulta do histórico de Renachs/cadastros biométricos; Adequações: diferentes sistemas face a ampliação dos postos Poupatempo; Sistemas específicos-aulas práticas de direção veicular; cadastramento ilimitado de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

veículos de CFCs; Regras de validação do cursoteórico de reciclagem; Portal web do Programa Motofretista Seguro; Resultados de exames teóricos de reciclagem; Verificação e validação do exame toxicológico; Melhorias: serviços-renovação simplificadaonline em casos de exame toxicológico; registro de vinculação e desvinculação de local de provas; funcionalidades médicos/psicólogos/CFCs; validação do registro biométrico dos candidatos/condutores nos serviços eletrônico; (re)agendamento e cancelamento de provas teóricas; emissão de CNHs; inclusão de pontuação nos processos de permissão para dirigir; acompanhamento das etapas de renovação da CNH; indicação de condutor; perfomance no processamento de prescrição de pontuação; início de cumprimento da penalidade; Adequações por exigência legal: Resoluções 789/2020, 928/2020 e 886/2021 e Deliberação 243/2021, todas do Contran, e lei federal 14.071/2021; Automatizações: rotina de remoção de processos Renachs e de emissão de CNH. Área de Veículos: Implantações: serviços- alteração de dados cadastrais de veículos nos canais eletrônicos de atendimento ao cidadão; rotina semi-automatizada de transferência de veículo de município, estado e de propriedade; recurso de segurança - e-CNPJ - no acesso ao portal Detran.SP; Adequações: sistemas-revogação da Portaria DetranSP 132/2020; parcelamento/calendário de vencimentos do IPVA; venda digital disponibilizada pelo Serpro/Senatran; registro de veículo 0km; Adequações por exigência legal: Lei federal 14.071/2020, Resoluções Contran 810/2020, 851/2021, 882/2021e 934/2022; Melhorias: certidão de propriedade de veículo presente no portal Detran.SP; rotina envio das informações para base nacional do Senatran/Renavam; funcionalidade de cadastro de usuários no sistema e-CRVsp; emissão do CRLV-e; fluxo de emplacamento; integração entre os sistemas do DETRAN-SP e Secretaria da Fazenda e Planejamento; cadastro empresas de estampagem; emissão de certidão de propriedade. Área de Fiscalização: Implantações: relatório de apreensões; novo tipo de AIT/ multas de averbação; funcionalidade de indicação e validação de condutor em canal eletrônico; funcionalidade de cancelamento de notificação; Melhorias: liberação de veículos; consulta de taxas; veículos transferidos; veículos bloqueados; consultas de guinchos e apreensões; consulta de leiloeiros; autorizações de veículoescolar; acesso ao novo sistema de pátios e leilões; Adequação legal: sistema de multas - Lei federal 14.071/2020. Área de Sistemas: Implantação: sistema mainframe - recurso de segurança e saneamento de códigos de acessos, Serviço de Comunicação de Voz-SCV e Telefonia Fixo-Comutado-STFC - Intragov VOIP: média mensal de 7.513 ligações e consumo de 24.131 minutos; Solução de telefonia IP:a implantação de solução de gravação de chamadas para o setor de atendimento ao cidadão e ao credenciado, da unidade Sede, para um ambiente de 40 ramais; Impressão corporativa: média mensal de 1.000.000 de páginas; Serviço de Integração de API do WHATSAPP com o Chatbot do DETRAN-SP: média mensal de 983.402 mensagens enviadas e recebidas pela plataforma; Certificado Digital SSL ICP:providenciada nova contratação; Aquisições: 3.347 microcomputadores; 30 câmeras Corporais Individuaisl e 33 Tablets; 257 scanners de mesa; 570 webcams; switches); 08 servidores; Adequações: desativação da unidade Armênia, mudanças de endereços de unidades, novas instalações, remodelação da unidade Sede e adequação de diversos setores: instalados 326 Pontos de Rede Lógica/Elétrica, rack de armazenamento dos equipamentos de TI, Link Intragov e configurados equipamentos - switch, micros, impressoras e ramais. Serviços prorrogados junto à PRODESP**:** modernização de Rede Wifi da Sede; desenvolvimento, manutenção e suporte a sistemas do DETRAN-SP; ambiente de solução de sistemas de informação -Business Intelligence - BI; manutenção e suporte de sistema de controle de multas de trânsito; apoio para continuidade da central de help desk e gestão de contratos Intragov; infraestrutura virtualizada on premises avançada-ambientes com e sem gerenciamento; tratamento de informações dasbases de dados do DETRAN-SP-preparação/digitação; gerenciamento de antivírus; do sistema de gestão de satisfação do cliente - SGMC; do sistema E-vistoria; do sistema prova eletrônica; manutenção do sistema SGMC. Serviços novos contratados junto à PRODESP: desenvolvimento e ambiente do sistemade gestão de pátios e do sistema de fiscalização e rastreamento de peças oriundas de veículos desmontados-CODEV; desenvolvimento e manutenção do assistente virtual/infraestrutura on premises Prodesp e instalação da ferramenta de curadoria com processamento em nuvem pública, em atendimentoà solução assistente virtual; manutenção de solução de sistemas de informação baseada nos métodos DataWarehouse e Business Intelligence; infraestrutura de rede local para o novo sistema de cabeamento horizontal na sede do DETRAN-SP; plataforma de colaboração e produtividade; processamento em nuvem pública com serviço de suporte para a solução de captura de fotos com prova de vida-liveness; Contratos vigentes junto a PRODESP: 30 - Serviços de Trânsito- Emissão de Documentos: Total de documentos emitidos: 23.394.151 - Certificado de Registro de Licenciamento-CRLV - 13.404.011; Certificado de Registro do Veículo-CRV - 5.445.665; Carteira Nacional de Habilitação-CNH - 4.544.475. Habilitação: Elaboração de relatórios, declarações, pareceres e informações; Orientações às unidades e superintendências sobre diversos temas relacionados à habilitação; Regulamentação de processos internos; Solicitações de alterações de sistemas. Fiscalização de Candidatos e Condutores: processos administrativos instaurados: 1.509; registro de condutores cancelados por irregularidade no processo de habilitação: 1.129; requerimentos de regularização/cancelamento de registro de condutores: 918; cumprimento de decisões judiciais e prestação de subsídios em processos judiciais: 244; ofícios expedidos: 74; relatórios de fiscalização analisados: 1.405; instauração de processo condutores hospedeiros: 96; vistas de processos administrativos: 477; solicitação de desenvolvimento de sistema para instauração de processos administrativos; adequação de sistemas para atendimento às Resoluções nº 789/20 e 927/22 e da Deliberação nº 265/22, todas do Contran; simplificação dos serviços de retaguarda e disponibilização ao atendimento presencial; automatização das emissões de CNH; elaboração de declarações, pareceres e informações diversas: atendimento de solicitações de informaçõese pedidos de órgãos e entidades do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público, da Receita Federal, entre outros. Suporte Técnico de Condutores: Atendimentos a dúvidas e suporte por e- mail: 2.851; Registro de CNHs estrangeira: 7.566; Demandas e solicitações via SP Sem papel: 396; Atendimentos a decisões judiciais e mandados de segurança: 58; Reconstituição de processo: 7; Emissõesde CNH com aproveitamento do cartão saúde ANAC: 128; Renovação de PGU para CNH: 2.465. Processos de aplicação das penalidades de Suspensão do Direito de Dirigir e Cassação do Documento de Habilitação - Julgamento de Defesas Prévias: Suspensão do Direito de Dirigir motivos diversos: defesascadastradas: 9832; defesas deferidas: 600; defesas indeferidas: 17.904; Suspensão do direito de dirigir motivos alcoolemia: defesas cadastradas: 687; defesas deferidas: 57; defesas indeferidas: 1158; Cassaçãodo Documento de Habilitação por motivos diversos: defesas cadastradas: 343; defesas deferidas: 60; defesas indeferidas: 910; Cassação do Documento de Habilitação motivo alcoolemia: defesas cadastradas: 6; defesas deferidas: 0; defesas indeferidas: 11. Suporte Técnico de Pontuação: Demandas atendidas: 7.061; CNHS apreendidas: 4.500; Aplicação de prescrição intercorrente : suspensão - 96.918;cassação - 8.155; Aplicação da prescrição executória: 206.905; Anulação de processos: Lei federal 4.071/20 c/c Resolução Contran 844/2021: 108.944; Notificações: inclusão e anotação da penalidade noRenach - 396.531; de encerramento de processos administrativos julgados pelo Cetran: 29.979; Devolução de prazos recursais suspensos durante a pandemia: suspensão - 37.789; cassação - 30.577; Pontuação: atualizada com a pontuação no período de permissão - 532.693; prescritas com mais de 5 anos: 1.923.100; Sanitização da base de pontuação; Implantação sistêmica de funcionalidades que efetivam a indicação de condutor e as inclusões de pontuações de outros órgãos autuadores do estado ounacional. Demanda Judicial: cumprimento de decisões judiciais e prestação de subsídios em processos judiciais: 11.933; ofícios expedidos: 4.667; revisão e atualização do módulo Demanda Judicial no SIM -aguarda-se implantação. Indicação de Condutores de Veículos responsáveis por infração de trânsito: Indicações cadastradas: 100.715 - indicações julgadas: 43.132; indicações deferidas: 26.035; indicações indeferidas: 16.401; indicações aguardando diligência: 696; indicações aguardando julgamento: 66.296. Registro Nacional de Condutores Habilitados - RENACH: Autorização Serpro: 23.181; Protocolos físicos: 459: Exclusão de Renach de outro Estado: 2.724; Prontuário Geral Único- PGU de outro Estado:168; Autorização de CNH espanhola/italiana: 401; CNH apreendida de outro Estado: 140; Transferênciade candidatos e condutores - retornos e críticas do sistema; 4.904; Atualização do cadastro de candidatose condutores: 12.640; Condutor suspenso em outro Estado - bloqueios/penalidades: 9.918; Demandas judiciais: 73 mandados de segurança; Renach Web: 841 serviços realizados; Portal Senatran: CNH digitalativa - 9.197.781. Veículos: Implantação: Venda digital no estado por meio do aplicativo Carteira Digitalde Trânsito da SENATRAN, sem necessidade de reconhecimento de firma em cartório de vendedor e comprador; Melhoria no tratamento de informações do CRLV-e; Registro eletrônico de estoque para veículos usados-RENAVE; Funcionalidades no balcão único para transmissão de documentos apenas demaneira digital entre Poupatempo e retaguardas do DETRAN-SP; Processo semiautomatizado no serviçode transferência de município no e-CRV para despachantes; Token em transações sensíveis e em códigos transacionais; assinatura digital no ATPV-e por meio de solução do e-notariado, proporcionando para ocidadão o reconhecimento de firma digital via plataforma oficial do Colégio Notarial do Brasil;Implementação: Melhoria na rotina de licenciamento de veículos de categoria aluguel; Melhorias de consistência e validações sistêmicas em serviços de veículos; Melhorias no processo automatizado de primeiro registro de veículos; Regras sistêmicas em transferência interestadual de veículos; Regras operacionais e sistêmicas do RENAVE -Registro Nacional de Veículos em Estoque de veículos 0km; processo semiautomatizado no serviço de transferência de município no e-CRV para despachantes; . Elaboração de minutas de portarias; Orientações e comunicados diversos; Elaboração de ofícios e fornecimento de subsídios: para atendimento de solicitações de órgãos e entidades do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público, da Receita Federal, entre outros, relativo a cadastro deveículos. Iniciadas atividades de autotutela administrativa, objetivando invalidar atos administrativos produzidos em desconformidade com as normas aplicáveis e relacionados à veículos, bem como fornecersubsídios técnicos para órgãos de controle internos e externos. Instauração de Apuração Preliminar para verificação de denúncia recebida da Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizadoda Polícia Federal, no âmbito da chamada Operação Fiat Lux, sobre investigação de primeiro emplacamento irregular de veículos com chassi originalmente do Exército Brasileiro. Educação para o Trânsito: Programa Clube do Bem-te-vi: atendidos 185 estabelecimentos de ensino em 19 municípios, 632 professores e 21.537 alunos educados; Aplicativo Clube do Bem-te-vi: mais de 4.450 downloads; Programa Teatro de Fantoches: mais de 20.000 alunos impactados; Programa Mobilidade Ativa-MOBA:foram realizadas 550 ações educativas impactando diretamente mais de 15.000 cidadãos paulista em 8 municípios; Maio Amarelo: foram impactados mais de 75.000 cidadãos; Semana Nacional de Trânsito- SNT: o tema de 2022 foi Juntos Salvamos Vidas-foram impactadas 70.000 pessoas; Educação para o Trânsito Digital: mais de 15 ações impactando perto de 100.000 cidadãos; Programa Cidadania em Movimento: foram capacitados mais de 350 professores do ensino médio e fundamental dois, em mais de 15 municípios; Programa Educação Viária é Vital: esteve em 32 municípios, com a participação de 350 professores e 19.000 alunos, realizando 47 projetos. Escola Pública de Trânsito: Produção de pareceres e referências técnicas: Licitação e chamamento público: 1 - destinado à aquisição de prova impressa; Comunicados publicados: 3; Pareceres técnicos: 5; Respostas à Ouvidoria: 31; E-mailsrecepcionados e atendidos: 12.470; Subsídios a demandas judiciais: 220; Ordens judiciais cumpridas: 231; Gestão de ensino, produção e aplicação de conteúdo técnico: Provas impressas: 75.050 unidades; Revisão e edição de conteúdo: Simulado de prova teórica: 1.200.000 candidatos impactados; Atualizações e produções: 2.000.000 cidadãos impactados; Manual de Habilitação; Atualização dos cursos de Instrutor de Trânsito e Examinador de Trânsito; Prova adaptada para surdos; Cursos de Identificação Veicular e Documental para vistoriadores e de formação de Fiscalização de Credenciados e de Motofrete; Formação de servidores, parceiros e profissionais do trânsito: 8.465 pessoas diretamente impactadas. Credenciais emitidas: 13.306; Registros de profissionais analisados: 118.162. Programa de Atualização e Reeducação de Condutor Infrator: 2.500 provas aplicadas; Programa de Atenção à Acessibilidade: 412 provas aplicadas; Turmas abertas: 8.020 - notificação inicial e controle de alunos; Escrituração escolar: 10.571 documentos; Editoração e produção de mídias: 96.636 horas acessadas em ambientes de aprendizagem virtual. Fiscalização de Trânsito: Diligências realizadas: 2.180-Veículos fiscalizados: 1.839; Autos de infrações de trânsito lavrados: 9.203; Veículos clonados apreendidos: 158;Veículos com placas adulteradas apreendidos: 05; Veículos retirados de circulação - infrator contumaz: 112 veículos; Defesas de autuação analisadas e julgadas: 27.967 - deferidas: 4.540; indeferidas: 23.427; Solicitações de aplicação da penalidade de advertência por escrito, analisadas e julgadas: 1.814 - deferidas: 1.054; indeferidas: 760; Operação Direção Segura Integrada-ODSI: 331 operações realizadas-Veículos fiscalizados: 118.736; Infrações de alcoolemia constatadas: 5.792; Crimes de trânsito constatados: 135; Total de infrações de trânsito lavradas: 5.927; Talonário Eletrônico: 753.348 Autos deInfração de Trânsito Eletrônico-AIT-e lavrados. Pátios: Pátios Municipalizados: convênios celebrados -4, totalizando 44 municípios conveniados; tratativas em andamento: 12; Celebração de Acordo Técnicode Cooperação com o Departamento de Estadas e Rodagens - DER, para uso comum de estruturas e meios que dispõem entre si. Leilões: Realizados: 118; Veículos leiloados: 129.800; Sorteios: 128 leiloeiros e 161 lotes. Credenciamentos -

TIPO	QUANTIDADE	REALIZADOS	RENOVADOS	DESCREDENCIADOS
Centro de Formação de Condutores	3.233	122		10
Certificadora de ECV	20	3	0	2
Desmontes	1.519	248	165	7
Despachantes	6.049	593		100
Empresa de Aulas Remotas	6	0	0	0
Empresa de Certificação do Sistema Renave	3	3	0	0
Empresa de Comércio de Peças	154	11	21	1
Empresa de Curso EAD	20	6	0	0
Empresa de Curso Especializado	142	1	8	13
Empresa de Parcelamento de Multas	13	1	0	0
Empresa de Vistoria Veicular	2.195	247	1.530	55
Empresa Recicladora	31	6	5	0
Empresa Recuperadora de Peças	144	31	29	1
Empresa Registadora de Contratos de Financiamento	21	1	13	0
Empresa Revagradora de Motor	0	0	0	0
Estampadores de Placas Veicular	1.014	105	0	55
Examinador	620	33		17
Homologação de Sistemas	7	0	0	0
Instituição Técnica Licenciada	25	2	0	0
Leiloeiros	128	144	0	1
Médicos/Clínicas	2.317	305	818	121
Pátios	5.134	119	0	0
Picólogos/Clínicas	2.995	548	109	60
Vistoriador de ECV	10.424	540	0	18
TOTAL	36.214	2.476	2.698	361

Processos Administrativos Instaurados: 741 - Habilitação - 115; Veículos - 598; EPT - 28; Finalizados -Habilitação - 25. Programa Respeito à Vida: Convênios celebrados: 586 com municípios. Programa Motofretista: Atividades: Participação diversos fóruns-legislação e formas de otimizar os procedimentosde regularização do motofretista, em especial na Câmara Temática de Motocicleta promovida pela Secretaria de Mobilidade e Transportes do Município de São Paulo; Participação e parceria com Secretaria de Segurança Pública na implementação da Operação Sufoco identificar assaltantes que estãoutilizando a imagem dos motofretistas para realizar crimes. Cursos: Mecânica, em formato EAD - gratuito em parceria com o Centro Paula Souza e Secretaria de Desenvolvimento Econômico - 4838 inscritos até 26/11/2022; Especializado de motofrete -

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

regularização da profissão - em formato híbrido- EAD e aulas práticas, totalmente gratuito para motofretistas; Benefícios: Parcerias-SDE - o Programa Bolsa empreendedor, destinou aproximadamente 600 bolsas de R$ 1.000; Loggi - implantou postos abertos para atendimento aos motofretistas; Honda, de Encontro de Capacitação sobre direção segura. Juntas Administrativas de Recursos de Infração - JARI: Recursos cadastrados: multas diversas: 31.804; multa alcoolemia: 7.452; penalidade de suspensão do direito de dirigir: 8.454; penalidade de suspensão do direito de dirigir por alcoolemia: 2.972; penalidade de cassação de CNH: 2.271; penalidade de cassação de CNH por alcoolemia: 25. Recursos julgados: multas diversas: 37.711 - deferidos: 4.810; indeferidos: 32.901; multa alcoolemia: 9.652-deferidos: 178; indeferidos: 9.474; penalidade de suspensão do direito de dirigir: 8.195-deferidos: 80; indeferidos: 8.115; penalidade de suspensão do direito de dirigir por alcoolemia: 3.229-deferidos: 32; indeferidos: 3.197; penalidade de cassação de CNH: 4.471, todos indeferidos; 6. aplicação da penalidade de cassação de CNH por alcoolemia: 47, todos indeferidos. Conselho Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo - CETRAN-SP: Recursos apreciados 83.626, dos quais 67.301 de multas de trânsito e 16.325 da aplicação das penalidades de Suspensão doDireito de Dirigir e de Cassação da Carteira Nacional de Habilitação.

Fundo Social de São Paulo - FUSSP - tem a missão de desenvolver programas e projetos sociaispara melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população do Estado de São Paulo, exercitando a solidariedade educativa e criando programas e ações sociais visando o resgate da dignidadehumana, a qualificação profissional e a geração de emprego e renda. Para tanto, são articuladas ações e parcerias com os Fundos Sociais de Solidariedade dos Municípios, sociedade civil, iniciativa privada e órgãos da Administração Pública Estadual. No ano, o projeto de implantação das Praças da Cidadania teve um grande avanço permitindo que se assegurasse a licitação das 20 praças projetadas, que devem entrar em funcionamento em 2023. O Programa das Escolas de Qualificação Profissional cresceu significativamente em relação ao ano anterior com a consolidação das praças e assinatura de convênios com os municípios. O recebimento de doações foi muito reduzido em relação ao ano de 2021 fazendo com que, para continuarmos a distribuição de cesta básicas e cobertores, fosse necessária a utilização derecursos orçamentárias que garantiram o atendimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social,das entidades sociais e dos Fundos Municipais. Principais ações - Programa Escola de Qualificação Profissional - foi instituído pelo Decreto nº 57.314, de 8/9/2011, e alterações posteriores, com o objetivode promover a capacitação de agentes multiplicadores e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, mediante a promoção de cursos em diversas áreas de atuação, a saber: moda e arte, beleza e bem-estar, informática, gastronomia, construção civil e sustentabilidade e administração eempreendedorismo. De acordo com a previsão do relatório de 2021, foram celebrados 150 convênios com municípios do interior, eleitos por critérios de maior vulnerabilidade em dezembro de 2021, cujos cursos foram ministrados em 2022. Além disso, celebramos mais 203 convênios com municípios eleitospelo mesmo critério. Portanto, o programa Escola de Qualificação Profissional esteve presente por meiodos seus cursos, num total de 353 municípios, representando 14.120 vagas oferecidas a pessoas em situação de vulnerabilidade no interior paulista. Na capital, celebramos convênios do programa com 28 Organizações da Sociedade Civil e os cursos foram viabilizados, por meio de convênio com o Centro Estadual Tecnológico Paula Souza. Foram ofertadas o total de 4.100 vagas. Também atuamos em 3 unidades das Praças da Cidadania - Santo André, Paraisópolis e Guarulhos e em 10 unidades do Centrosde Integração da Cidadania, localizados nas áreas de maior vulnerabilidade social de áreas periféricas dacapital, por meio de convênio com a Secretaria da Justiça e Cidadania. O total de vagas oferecido até o momento é de 13.305 e nos meses de novembro e dezembro, oferecemos mais 5.540 vagas na capital e no interior, totalizando no ano: 18.725 vagas em todo o Estado. Doações: Ao longo do ano, o FUSSP não arrecadou doações significativas para continuar com o atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Desta forma, foi necessário o esforço do GESP, através da liberação de recursos orçamentários, para aquisição de cestas básicas. Neste sentido, o FUSSP prestou apoio, através de repasse de recursos materiais diversos, tendo atendido com doações a todos os 645 Municípiose mais de 2.000 entidades sociais. Ao todo, foram realizados 8.500 atendimentos por meio da distribuiçãode kits, cestas básicas ou doação de bens servíveis-entidades podem receber mais de um atendimento porano. Resumo das ações de doação do FUSSP:

Cestas Básicas distribuídas a Municípios	1.477.600
Municípios atendidos	645
Cestas básicas distribuídas a Entidades	122.100
Número de Entidades atendidas (cesta básica)	2.000
Número de entidades atendidas (produtos diversos)	8.500
Cestas básicas distribuídas aos CICs	9100
Pessoas atendidas pelo programa (Cesta Básica)	6.051.828

Campanha Inverno Solidário: O Inverno Solidário arrecadou um total de 482.176 cobertores novos. A campanha foi lançada em 10/5/2022 e se encerrou em 22/9/2022, sendo que o FUSSP comprou, com recursos orçamentários do Estado, 125 mil desses cobertores. Comunicação: Para dar visibilidade às ações do órgão foram usados três canais de comunicação: promoção de eventos, assessoria de imprensae gestão de mídias digitais. Em relação aos números registrados pela equipe cerimonial, foram realizados ao longo do ano 190 eventos entre visitas, formaturas e lançamentos de campanhas. Em destaque a divulgação da Campanha Inverno Solidário para a arrecadação de cobertores novos que teve a promoçãode eventos como abertura e encerramento, além de ações de arrecadação e distribuição de produtos parapessoas em situação de vulnerabilidade social. Já no trabalho de assessoria de imprensa, foram registradas198 publicações em mídias nacionais e regionais. Em destaque a publicação de dois artigos pela Primeira-dama e Presidente do Fundo Social, Luciana Garcia, em parceria com o corpo técnico do órgão sobre o projeto Praça da Cidadania e Inverno Solidário. As publicações foram feitas respectivamente nos jornaisA Tribuna de Santos e Diário do Grande ABC. Em relação às mídias digitais, os perfis do Fundo Socialestão presentes no Instagram, Twitter, YouTube e Facebook, além do site oficial do órgão. Todas essas ferramentas ficaram indisponíveis em razão do período eleitoral - de julho a outubro - voltando a funcionar após o segundo turno, em novembro. Até este período, os registros de seguidores das plataformas são os seguintes: Facebook: 8,8 mil/ Instagram: 19 mil/ Twitter: 10 mil / Youtube:2,35 mil. Praças da Cidadania - tem por objetivo promover a inclusão social e a participação comunitária, por meioda redução da vulnerabilidade socioterritorial. Para atingir tal objetivo, combina a qualificação profissional da população em situação de vulnerabilidade, o empreendedorismo e a autonomia financeira,com a oferta de espaços públicos qualificados para a prática de esportes, lazer e convivência comunitária.Além disso, é um equipamento integrador de políticas públicas, com a oferta de serviços de outros órgãose parceiros da iniciativa privada. Dependendo do terreno disponibilizado e das demandas locais, a Praçada Cidadania pode conter quadra poliesportiva, quadra de futebol society, meia quadra de basquete-street3x3, pista de skate, pista de caminhada, academia ao ar livre, área de jogos, parquinho infantil, arena aoar livre, horta comunitária, jardim de chuva, e uma Escola de Qualificação Profissional, com quatro salasde aula e duas salas multiuso. Atualmente o Programa tem quatro unidades implantadas e dezesseis unidades em implantação. Para dar consecução à implantação das novas unidades das Praças daCidadania, o Fundo Social de São Paulo realizou o processo licitatório e iniciou as obras de nove unidades, atendendo os municípios de Cubatão, Diadema, Embu das Artes, Itapevi, Itaquaquecetuba, Mauá, Osasco-construção da praça e reforma do edifício institucional, Ribeirão Preto e Santos. Encontram-se em fase de licitação, em novembro/2022, outras cinco unidades: Carapicuíba, Guarujá, Hortolândia, Mogi das Cruzes, e São Bernardo do Campo. E se encontram em fase de desenvolvimentode projetos Francisco Morato e São José do Rio Preto - Favela 3D - Cidadania Para Todos. Visando formalizar as tratativas com os municípios beneficiários, o Fundo Social de São Paulo celebrou quatro convênios para implantação e gestão de novas unidades com os municípios de Diadema, Hortolândia, Guarujá e Francisco Morato. Para garantir a regularidade fundiária dos imóveis nos quais serão implantadas as novas unidades de Praças da Cidadania, o Governo do Estado de São Paulo, por meio deseu Fundo Social, firmou nove Termos de Permissão de Uso em benefício da Fazenda do Estado de SãoPaulo. Por fim, o processo de implantação da Praça da Cidadania é realizado em parceria com as Prefeituras e com as comunidades locais, através de um processo participativo que se inicia antes do início das obras e se encerra com a inauguração do equipamento e com a consolidação de um Comitê Consultivo da Praça -CCP. Foram realizadas 27 reuniões que contaram com a participação de 486 técnicos das respectivas Prefeituras, lideranças comunitárias e população interessada. Outros Convênios e Parcerias - Termo de Colaboração nº 01/2021, celebrado em 4/2/2021 com a organização da sociedade civil Instituto Cultural Olhando Por Nós - ICON, visando à transferência de recursos financeiros e materiais para a administração da área, da Escola de Qualificação Profissional da Praça da Cidadania deGuarulhos. Este Termo de Colaboração foi aditado em 3/2/2022 para a prorrogação de sua vigência pormais 12 meses. Termo de Convênio nº 001/2021 assinado em 13/7/2021 com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS objetivando o oferecimento de 20.380 vagas na Região Metropolitana de São Paulo, 760 vagas para o interior do Estado e 9.000 vagas para Organizações de Sociedade Civil, totalizando 30.140 vagas. Esta parceria seguiu em andamento em 2022, por meio da disponibilização de cursos nas Escolas de Qualificação Profissional das Praças da Cidadania e por meiode outras parcerias firmadas com organizações da sociedade civil. Foram celebrados em 29/6/2022, peloperíodo de 12 meses, 28 Acordos de Cooperação com Organizações da Sociedade Civil - OSCs, para a implantação do Programa de Qualificação Profissional nas instalações físicas das OSCs. Foram celebrados os seguintes Acordos de Cooperação:

	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
1	Associação Aliança da Misericórdia
2	Associação Amigos de Bairro do Jardim Samara e Adjacências de Campo Limpo
3	Associação beneficiente na Ação Social de Mulheres da Zona Leste
4	Associação Centro de Educação Social Força da Mulher
5	Associação Comunitária e Educacional Maria de Nazaré
6	Associação Comunitária Paz e Amor
7	Associação CTN Social
8	Associação de Assistência Social Eny Vieira Machado
9	Associação dos Diabéticos da Zona Leste ADZL
10	Associação Maria Flos Carmeli
11	Associação Recanto Garra Feminina do Conjunto José Bonifácio
12	Associação Vida Nova Jardim Imbé
13	Centro Assistencial de Motivação Profissional – CAMP
14	Centro Assistencial Lar da Paz
15	Centro Beneficente de Assistência Social
16	Centro Social Bom Jesus de Cangaíba
17	Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente
18	Comunidade Kolping do Jardim Catanduva
19	Ilê Ache Omo Ode
20	Instituto PROPAV
21	Instituto Solid Rock Brasil
22	Liga Esportiva de Guaianases e Adjacências
23	Obras sociais do Jardim Clímax
24	Recanto de Interlagos
25	Sociedade Amigos de Bairro Vila Leme e Jardim dos Marianos
26	Sociedade Amigos de Vila Constança
27	Sociedade Amigos do Parque Veredas – SAMPAV
28	Turma da Touca Associação Cultural Recreativa e Social

Termo de Convênio 08/2020: em 15/9/2021, foi assinado o instrumento visando promover a transferênciade produtos referidos no art. 10 da LF nº 9.933, de 20/12/99, para Municípios e entidades, que são resultantes das ações de fiscalização realizadas pelo IPEM. O prazo de vigência do ajuste é de 30 meses.Não há transferência de recursos financeiros e materiais entre os partícipes. Termo de Convêniocelebrado em 4/10/2021, com a Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel - FUNAP, cujo objeto é conjugação de esforços para a execução do Projeto Recomeçar, mediante à disponibilização, à FUNAP, de cadeiras de rodas que estejam em mau estado ou em estado de sucata, de propriedade do FUSSP, para reforma ou manutenção pela população carcerária. O prazo de vigência é de 24 meses, não envolvendo repasse de recursos financeiros. Acordo de Cooperação 1969/2021: em 9/12/2021, oinstrumento foi assinado com o Instituto Gerando Falcões, SH, CDHU, SDE, FUSSP, Prefeitura de SãoJosé do Rio Preto, cujo objeto é a conjugação de esforços para desenvolver iniciativa sistêmica e integrada de transformação social de território vulnerável, mediante provisão de moradia digna, desenvolvimento urbano e socioeconômico em benefício dos moradores do assentamento Favela Vila Itália, em São José do Rio Preto/SP. Termo de Cooperação celebrado, em 25/8/2022, entre o Fundo Social de São Paulo e a Secretaria da Justiça e Cidadania para a implantação do Programa Escolas de Qualificação Profissional nas unidades do Centro de Integração da Cidadania - CIC e implantação do Programa Casa da Cidadania nas unidades do Programa Praça da Cidadania. A presente cooperação temvigência por 24 meses e não prevê repasse de recursos financeiros. Termo de Cooperação a ser celebradoentre o Fundo Social de São Paulo e o Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL, tendo por objeto a prestação dos serviços técnicos especializados de análise de conformidade de especificações e de adequação para o consumo de alimentos contidos nas cestas básicas distribuídas pelo FUSSP às pessoas em situação de vulnerabilidade social. A cooperação terá vigência de 18 meses e prevê o repasse de recursos para a realização dos serviços. Convênios com municípios: foram celebrados 203 convênios com municípios paulistas, visando a realização de cursos no âmbito do Programa Escola de QualificaçãoProfissional, mediante transferência de recursos materiais e financeiros. Convênio nº 0197/2019, celebrado em 25/11/2019, entre o Fundo Social de São Paulo, a Secretaria de Estado da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de SP - CDHU para a execução do Projeto Casa da Família, por meio do fornecimento de eletrodomésticos básicos para famílias com renda mensal entre 1 e 3 salários-mínimos inscritas no programa habitacional do Estado de São Paulo. O convênio possui 60 meses de vigência. Foi aditado em 2022 para adequação do Plano de Trabalho. Convênio celebrado, em 26/7/2022, com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, visando prover o armazenamento, sob vigilância, de equipamentos e mercadorias não perecíveis, oriundos de abandono ou apreensão decorrentes de ações repressivas de comércio ilegal, que se encontram em processo de doação pela CPTM ao FUSSP. Possui vigência de 30 meses e não prevê repasse de recursos. Aditamento de prazo de 19 Termos de Colaborações com Organizações da Sociedade Civil para a implementação do Programa Escolas de Qualificação Profissional que estavam paralisados em função da pandemia de Covid -19. Foram aditados os seguintes Termos de Colaboração:

Nº	ENTIDADE
1	Sociedade Amigos do Parque Veredas – SAMPAV

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

2	Liga das Senhoras Católicas
3	Sociedade Amigos do Parque Veredas – SAMPAV
4	Sociedade Amigos do Parque Veredas – SAMPAV
5	Liga das Senhoras Católicas
6	Liga das Senhoras Católicas
7	Liga das Senhoras Católicas
8	Sociedade Amigos do Parque Veredas – SAMPAV
9	Sociedade Amigos do Parque Veredas – SAMPAV
10	Associação Cultural Filhos da Corrente
11	Associação Cultural Filhos da Corrente
12	Sociedade Amigos do Parque Veredas – SAMPAV
13	Associação Esporte Clube Vila Real
14	Associação Mão no Arado
15	Obras Sociais do Jardim Clímax
16	Associação Genésio e Carminha
17	Associação Beneficente na Ação Social de Mulheres da Zona Leste
18	Associação Beneficente Projeto Povo da Periferia
19	Associação Elim A Casa do Pai

Aditamento de 34 Convênios do Programa Escola de Qualificação Profissional que estavam paralisados em função da pandemia e de problemas enfrentados pelos municípios na realização dos cursos. Termo de Contrato de Doação celebrado, em 30/6/2022, entre VGV Tecnologia e Consultoria em Saúde Ltda eo Fundo Social de São Paulo de 100 assinaturas individuais de acesso à Plataforma EAD Mastercare - Cursos Para Cuidadores De Idosos. Termo de Contrato de Doação celebrado, em 7/11/2022, entre o Fundo Social de São Paulo e o Consulado-Geral da República Popular da China, tendo por objeto a doação de 1.200 livros infantis, a serem usados pela Secretaria da Educação de São Paulo. Termo de Contrato de Doação a ser celebrado entre o Fundo Social de São Paulo e Internacional Franchinsing Ltdade vagas em cursos de costura profissional e express e ajustes de ternos e roupas finas e de customizaçõese transformações na costura.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE **-** Fundação vinculada à Secretaria de Governo, é referência nacional na produção e disseminação de análises estatísticas, socioeconômicase demográficas. Para isso, realiza pesquisas diretas e levantamentos de informações produzidas por outrasfontes, compondo um amplo acervo, disponibilizado gratuitamente, que permite a caracterização de diferentes aspectos da realidade socioeconômica do estado, de suas regiões e municípios e de sua evolução histórica. Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental: o percentual de base de dados e de sistemas de indicadores, com informações demográficas e socioeconômicas, produzidos entre janeiro e novembro, corresponde a 88% do total previsto para o ano,no PPA 2020-2023; Produção e Disseminação de Novas Informações: foram atualizadas e/ou geradas novas informações, com a produção, até novembro, de 45 bases de dados e sistemas de indicadores, dentre os quais: Sistema PIB - Produto Interno Bruto -PIB Mensal + PIB+30 + Projeções, PIB Regional Trimestral, PIB Regional Estadual; Sistema Mercado de Trabalho - Emprego Formal, Ocupação e Rendimento, Taxas de Desemprego; Sistema Estatísticas Vitais - Casamento, Nascidos Vivos, Óbitos, Óbitos Fetais, Mortalidade Infantil, Projeções e Estimativas Populacionais, Projeção da População por Sexo e Idade; Projeção de Domicílios; Geoportal - Atualizações de Informações; Produção de Estudos e Análises: foram elaborados, até novembro, 51 estudos e análises baseados na produção de dados do Seade, com destaque para os seguintes: Boletim Trimestral da Conjuntura Econômica, Estudos Econômicos Especiais, PIB Mensal + PIB+30 + Projeções, PIB Trimestral, PIB Regional, Investimentos;Mercado de Trabalho - Emprego Formal Trimestral, Emprego e Remuneração por Setor, Emprego Doméstico, Ocupação e Rendimento, Transferência de Renda,Trajetórias Ocupacionais - Gênero/ Raça e Condições de Atividade; Demografia/Estatísticas Vitais - Fecundidade, Mães e Nascimentos, Envelhecimento, Descontinuidade dos Nascimentos e População Infantil, Perfil dos Conjugês, Naturalidade dos Pais; Georreferenciamento - Meio Ambiente, População, Trabalho e Rendimento, Equipamentos - Educação, Saúde, Cultura, Assistência Social, Poupatempo, Regiões Turísticas, Energia;e Produção de Informações e Análises para Apoio aos Programas e Serviços Públicos: foram apoiados, até novembro, 6 programas e serviços, nos seguintes temas: Monitoramento de Eventos Vitais - Acompanhamento epidemiológico da mortalidade infantil; Acompanhamento da situação de pacientes de determinadas doenças - Aparelho Circulatório, Doenças Relacionadas à Idosos; Avaliação e monitoramento de programas públicos; Georreferenciamento de informações cadastrais e equipamentos públicos. Parcerias realizadas: foram desenvolvidos projetos convênios/acordos/cooperação técnica em parceria com outras Instituições, com destaque para os principais: Projetos de Receita - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP: Levantamento direto da segunda edição da pesquisa primária de informações sobre dispêndio em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, fontes de financiamento, e pessoal ocupado por organizações dos setores governamental de educação superior e privado sem fins lucrativos; Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo: Prestação de serviços especializados de consultoria econômica, para elaboração de estudo para identificação de setores estratégicos no estado com o objetivo de subsidiar iniciativas de apoio ao aumento da produtividade e ao desenvolvimento socioeconômico do estado; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro ePequenas Empresas - SEBRAE-SP: Indicadores Sebrae-SP: Pesquisa de Conjuntura das Micro e Pequenas Empresas do ESP-PECOMPE: Levantamento mensal dos principais indicadores de desempenho dos estabelecimentos deste segmento no Estado de São Paulo; e Pesquisa MEI: Levantamento mensal de dados de faturamento e expectativas sobre a economia e desempenho dos microempreendedores individuais-MEIs do estado; Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ: Pesquisa de Impactos da Linha 5 - Lilás nas condições de vida e viagem das populações de suas áreas de influência -Trecho Largo Treze - Chácara Klabin. Fase Pós-Implantação do novo trecho daLinha; Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP: Prestação de Serviços para trabalhos relacionados a estudos estatísticos da Autarquia, com a produção de informações sobre a atividade econômica e políticas públicas no estado; Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP: Pesquisa de satisfação com os usuários dos serviços de distribuição de gás canalizado do ESP, prestados por 3 concessionárias-Comgás, Gás Natural Fenosa-Naturgy e Gás Brasiliano, com a disponibilização em painéis de dados dinâmicos-dashboards, que permitem visualizações interativas dos dados da pesquisa; e SPPREV - São Paulo Previdência: Identificação dos beneficiários civis e militares da SPPREV que se casaram ou faleceram, a partir da vinculação com as informações de casamentos e óbitos dos Cartórios de Registro Civil dos municípios do Estado de São Paulo, processadas mensalmente pela Fundação SEADE. Convênios/Acordos/Cooperação Técnica: Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - SEGOV: Captar e avaliar informações oriundas de levantamento primário sobre a percepção da população paulista quanto a oferta de serviços públicos de competência estadual; Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo - SDE: Cooperação entre os partícipes, visando o desenvolvimento e a execução de programas e projetos de cooperação técnica e o intercâmbio em assuntos científicos, tecnológicos, de pesquisa e de políticas públicas, no estado; Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo- SETUR: Produção e uso de informações e análises econômicas sobre o setor de turismo no estado, visando o desenvolvimento e a execução de programas e projetos de cooperação técnica e o intercâmbio em assuntos científicos, tecnológicos, de pesquisa e de políticas públicas; Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ Municipal:Construção de metodologia e a produção do PIB da capital e do PIB tributário do município de São Paulo,por meio de troca de informações entre os partícipes para a produção de indicadores econômicos e tributários; Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo - SEFAZ: Troca de informações econômicas e tributárias entre os partícipes e produção de indicadores econômicos e tributários. Essas informações e indicadores serão utilizados para a alimentação dos sistemas de informações estatísticas da FSeade e para a realização de estudos sobre a economia e tributação no estado; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP: Desenvolvimento de atividades de interesse comum, visando à disponibilização de informações técnicas e a conjugação de esforços, competências e conhecimento técnico para o desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas sobre classificações, metodologias de mensuração e sua aplicação no tema das atividades científicas, tecnológicas e inovativas realizadas no estado; Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo -SDR: Produção de indicadores municipais que serão apresentados em painéis interativos para acompanhamento dos resultados das ações dos programas Vale do Futuro, Pontal 2030 e organização dedados/indicadores da Nova Regionalização do ESP; Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo - SDE/ IdeiaGov: Prospecção e testes de soluções inovadoras, e projetos de pesquisas, desenvolvimento e inovação-P&DI, voltados à melhoria da extração e associação das informações de diferentes tipos de documentos digitais enviados pelos Cartórios de Registro Civil do Estado ao banco de dados do sistema de estatísticas demográficas da Fseade; Faculdade de Saúde Públicada Universidade de São Paulo - FSP/USP: Vinculação das bases de mortalidade do cadastro do Projeto Saúde, Bem-estar e Envelhecimento - ESTUDO SABE, com as bases de dados produzidas pela Fundação SEADE; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP: Vinculação entre as basesde nascimentos e/ou óbito produzidas pelo Seade e as bases de dados específicas dos projetos de pesquisa selecionados pela Fapesp; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: Unificação da coleta dedados nos Cartórios de Registro Civil do Estado de São Paulo; e Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo: Cooperação técnica tendo por objeto a vinculação de bases de dados com troca de informações constantes nas bases de dados produzidas pelo Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas - CRATOD e a Fundação SEADE.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo -PRODESP **-** Principais Ações/Projetos – Clientes - Poupatempo: o ano de 2022, em que o Poupatempo completou 25 anos, foi marcado pela maior expansão da história do programa, com a inauguração, até 15/12/2022, de 130 novospostos, elevando para 201 o número de unidades de atendimento distribuídas por todas as regiões do Estado. Mais modernas, compactas e focadas em serviços digitais multicanais, as novas unidades foramimplantadas em parceria com as prefeituras e integradas ao Detran.SP. A digitalização de serviços também avançou, saltando de 184 em janeiro para mais de 246 em novembro, disponíveis para o cidadãono portal, no aplicativo Poupatempo Digital e em totens de autoatendimento. No ano, além da reformulação do Portal do Poupatempo, que ficou mais amigável e intuitivo - com novo lay-out e a recategorização de serviços - e adotou a autenticação de usuários por meio do LoginSP, houve a modernização tecnológica do assistente virtual inteligente Poupinha, que foi rebatizado de P e passou a atender ao cidadão também no Whatsapp, oferecendo, entre outros serviços, informações e agendamentos. Houve ainda a ampliação do Poupatempo Autoatendimento, com a instalação de 324 totens, chegando-se a 844 equipamentos em operação em 23/11/2022. Considerando-se as unidades físicas e os totens, o Poupatempo já está presente em 550 municípios e até o encerramento do ano chegaráa 100% das cidades paulistas. De janeiro a outubro, o programa realizou 82,6 milhões de atendimentos, sendo 70,8 milhões de forma digital-86% e 11,8 milhões presencialmente-14%. Dos atendimentos digitais, 31,9 milhões foram feitos pelo aplicativo, 38 milhões pelos portais do Poupatempo e do Detran.SP e 760 mil pelos totens de autoatendimento. Pela oitava vez consecutiva, o Poupatempo foi destaque na pesquisa O Melhor de São Paulo, realizada pelo Datafolha e divulgada pela Revista sãopaulo,conquistando o primeiro lugar na categoria Melhor Serviço Público. E pelo terceiro ano seguido, tambémfoi destaque no Prêmio iBest, sendo o Melhor do Brasil na categoria Governo Estadual, tanto pelo voto popular quanto na escolha do júri oficial. Bolsa do Povo: maior programa de assistência social e transferência de renda de São Paulo, o Bolsa do Povo passou a agregar duas novas ações, o Prospera Jovem e o Bolsa Trabalho Pop Rua. O portal facilita o acesso do cidadão a informações sobre os programas e permite sua inscrição, caso seja elegível, ganhou novas funcionalidades para os beneficiários, como localização e solicitação de segunda via do cartão de pagamento, e para os gestorese operadores do programa, como o BI de pagamentos. SP Sem Papel: o sistema que introduziu os processos digitais no Estado, com ganhos de eficiência, transparência, segurança, produtividade, sustentabilidade e redução de custos, passou a contar com o módulo Agente Externo, que permite que pessoas físicas e jurídicas não integrantes da administração estadual interajam com os órgãos do Governo do Estado de São Paulo para visualização e assinatura de documentos. Até meados de novembro, a novaferramenta já era utilizada por 22 órgãos, entre eles as Secretarias da Saúde e da Educação e o Detran.SP.O Sem Papel também passou a gerar um código único que possibilita a identificação e a rastreabilidade dos processos de aquisições, contratações registro de preços, pagamentos e convênios no sistema ContabilizaSP-Siafem. Entrou em operação, ainda, o módulo de processamento de Emendas Impositivasem 13 órgãos, como a Fundação Memorial da América Latina e o Corpo de Bombeiros. No encerramentode outubro, o SP Sem Papel já possuía 343 mil usuários, de 82 órgãos e entidades das administrações direta e indireta, e cerca de 56 milhões de documentos cadastrados, totalizando mais de 234 milhões de páginas, o equivalente a 1162 toneladas de papel. Central de Dados do Estado de São Paulo-CDESP: foi implantado um novo processo de ingestão de dados, permitindo que estes sejam absorvidos de diferentes fontes com mais agilidade e segurança, mediante automação que reduziu as etapas técnicas manuais. Esse aperfeiçoamento permitirá acelerar a integração de novas bases de dados à CDESP. No ano, entre as principais iniciativas suportadas ou viabilizadas pela central, podem ser citadas a transparência de dados relacionados a despesas por conta da pandemia da covid-19, a operação do programa Bolsa do Povo e o cruzamento de dados da Folha de Pagamento de servidores ativos e pensionistas do Estado para identificação de óbitos para suspensão de vencimentos. Instituída pelo Decreto Estadual nº 64.790/2020,a CDESP é um repositório eletrônico de dados e informações gerados ou coletados pelos diferentes órgãos da Administração Pública estadual. Sua finalidade é aperfeiçoar a gestão de dados e informaçõesnecessários à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. A Prodesp é a responsável pelo desenvolvimento, implantação, sustentação, processamento e fornecimento do suporte tecnológiconecessário para operação da CDESP. Fintech: foi iniciado o processo para criação de uma fintech voltadaao atendimento de políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo, com a assinatura de contrato com parceiro da iniciativa privada, selecionado mediante chamamento público, que irá desenvolver e implantar plataforma multicanal no modelo de conta digital, integrada a serviços online do Estado. Por meio dessa plataforma, será possível a realização de pagamentos e transferências financeiras no relacionamento Estado-cidadão e Estado-empresas como taxas, impostos, multas e benefícios, bem comoa oferta, pelo parceiro, de produtos que proporcionem a bancarização da população excluída do sistemafinanceiro. Entre os benefícios da iniciativa estão a facilitação do acesso a serviços públicos do Estado, em especial os que exijam movimentação financeira; a ampliação e o aprimoramento da oferta de serviços públicos digitais inovadores; a redução dos custos operacionais do Estado associados à movimentação financeira, o estímulo à inclusão econômica e social pela disponibilização de serviços financeiros digitais e o fomento ao empreendedorismo, pela desburocratização e redução de custos parafinanciamento de projetos de cidadãos e empresas. Em 2022, já foi desenvolvida uma primeira versão do aplicativo da Fintech, com as funcionalidades de abertura de contas e pagamentos, e iniciado um piloto com beneficiários do programa do Bolsa do Povo. Jucesp Digital: o VRE Digital - Via Rápida Empresa Digital, solução que permite o registro empresarial eletrônico integrado à Redesim, e que inicialmente disponibilizava apenas a constituição de empresas de natureza simples - limitada, EI e Eireli - passou a permitir a

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

realização online de novos atos mercantis relacionados a esses mesmos tipos de empresa: alterações de nome empresarial, endereço e de atividade econômica, enquadramentos, desenquadramentos e reenquadramentos de ME e EPP. O VRE Digital contabiliza, em média, cerca de 3 mil solicitações/dia - Junta Comercial de São Paulo. Defesa do Consumidor: o Sistema de Atendimento Digital do Procon.SP, que contempla de forma online desde o primeiro contato até a audiência de conciliação, passando pela fiscalização, emissão de autos de infração, interposição de recursos eacompanhamento das demandas, recebeu novas funcionalidades, como painéis de BI para gerenciamentode informações, módulo de credenciamento de voluntários para atuar como conciliadores na composiçãode acordos entre consumidores e fornecedores, emissão automática do Selo Eficiência para empresas com índice satisfatório na solução das reclamações registradas junto ao Procon e integração com o sistema e-Carta dos Correios, para envio automático de correspondência aos consumidores que não possuem e-mail cadastrado. Com o Procon Digital, consumidores e empresas têm um canal direto de interação, prático e transparente, que torna os processos e procedimentos menos burocráticos. Até meados de novembro, foram registrados no sistema 611 mil atendimentos-Procon.SP. Fazenda: foi desenvolvida e colocada em homologação solução que permitirá a migração das transações do Siafem/Siafísico para o sistema ContabilizaSP, dispensando as Unidades Gestoras Executoras do Estadode usar emulador de terminal para entrada de dados ou consulta de informações. Outra ferramenta colocada em homologação foi o módulo do ContabilizaSP que facilitará o processo de emissão do Balanço Geral do Estado e garantirá a qualidade das informações mediante a automatização dos valores dos quadros referenciados nos textos explicativos, da importação de quadros do Sigeo - BI, bem como de quadros externos. Houve também a integração do ContabilizaSP ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED para envio de informações de recolhimento do INSS ao Governo Federal. No período, ocorreu ainda a implantação do novo portal de legislação tributária, dotado de ferramenta de busca mais moderna e eficiente, simplificando o acesso às informações por fazendários, contabilistas, advogados e contribuintes; e está em desenvolvimento funcionalidade para extração de informações tributárias da Escrituração Fiscal Digital entregue pelos contribuintes à Receita Federal, para que este seja desobrigadode cumprir com a obrigação acessória de enviar mensalmente à Fazenda a Guia de Informação e Apuração do ICMS-Secretaria da Fazenda e Planejamento. Telemedicina: o uso do serviço de telemedicina para interconsultas, que permite ao médico do paciente, por meio de videoconferência, consultar à distância um médico especialista, consolidou-se no período. Entre janeiro e maio, o número mensal de consultas praticamente quadruplicou. Apenas no mês de outubro, a Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde-Cross encaminhou ao serviço 2396 pedidos de 483 unidades de saúde de todo o Estado, como hospitais e Unidades de Pronto Atendimento. As interconsultas ampliam o acesso às especialidades médicas, agilizando diagnósticos, tomadas de decisão e encaminhamentos, bem comoreduzindo a necessidade de deslocamento dos pacientes-Secretaria da Saúde. Educação: para adoção danova carreira do magistério, todos os sistemas de RH da Secretaria da Educação, como os de Vínculo, Boletim de Frequência, Remoção e Carga Horária, foram adequados às novas regras instituídas pela LeiComplementar nº 1374/2022. Com a mesma finalidade, foram disponibilizadas soluções para que os professores simulem seus vencimentos na nova carreira e, havendo interesse, façam sua adesão. Em outrafrente, foi disponibilizado o sistema do Programa Escola Trabalho, que permite que as escolas estaduais possam solicitar a microempreendedores individuais e receber de forma online, com agilidade e transparência, orçamentos para realização de pequenos serviços de até R$ 15 mil. Também foi implantado sistema para registro da avaliação 360º dos profissionais das escolas de período integral, bem como solução que automatizou com recursos de georreferência a roteirização do transporte escolar pelosmunicípios conveniados-Secretaria da Educação. Habilitação e Veículos: a digitalização do atendimentoe dos serviços do Detran.SP avançou com as implantações do sistema Renave, que registra o movimentode entrada e saída de veículos zero km e usados de concessionárias e revendas; da nova versão do sistemautilizado pelas empresas de desmonte veicular para cadastro de peças usadas, permitindo ao cidadão, nahora da compra, pesquisar e verificar se a origem daquela peça é lícita; e da solução que automatizou a lavratura de multas de averbação, aplicadas a quem não realiza a transferência de veículo no prazo legal.Destaque ainda para a implantação da solução Venda Digital, mediante integração com a Secretaria Nacional de Trânsito, permitindo ao cidadão fazer a transferência da propriedade de veículos pelo aplicativo Carteira Digital de Trânsito. No período, ainda foi adotada a dupla autenticação biométrica - digitais e face - para identificar candidatos e condutores que realizam provas teóricas e de reciclagem nos CFCs. O cidadão também passou a contar com um canal de atendimento no Whatsapp, totalmente automático, que permite a realização de serviços como renovação online, consulta de pontos na CNH, pesquisa de débitos e restrições, alteração de endereço e licenciamento digital, entre outros-Detran.SP. Combate à criminalidade: quatro novas prefeituras - Ituverava, São José dos Campos, Taboão da Serra eVinhedo - tiveram suas câmeras de monitoramento integradas ao Detecta, sistema inteligente deconsciência situacional para prevenção e combate à criminalidade, permitindo o compartilhamento de alertas com as respectivas guardas municipais. O sistema também ganhou funcionalidade que, com baseno IMEI do celular, permite verificar com agilidade se determinado aparelho possui queixa de furto ou roubo no 190 ou em boletim de ocorrência. Já o aplicativo mobile de consulta ao Detecta passou a disponibilizar novas pesquisas, como a de verificação de vínculo com o Ifood, que possibilita checar se um entregador trabalha de fato para a mencionada empresa. O sistema de Balcão Único da Polícia Civil,para serviços de emissão de RG, Atestado de Antecedentes e inscrição de CPF, foi estendido para Postos de Identificação de 23 novas cidades até outubro-Secretaria da Segurança Pública. Novo Diário Oficial: teve início o desenvolvimento da nova plataforma digital de publicidade para o Estado, municípios e setor privado. Altamente configurável, da estrutura de uma edição à agenda de publicações e temas visuais, a nova solução também terá um lay-out responsivo e com funções de acessibilidade, facilitandoa leitura em diferentes dispositivos, de desktops a celulares. Será possível visualizar as matériasindividualmente, nos formatos web e documento certificado digitalmente, de forma a garantir a validadelegal das publicações. O publicante poderá realizar todo o seu trabalho de forma online, por meio de umeditor de textos, agora contando com auditoria e certificação digital de seu conteúdo no ato da submissão. Cancelamentos também poderão ser realizados sem intervenção manual-Diversos Clientes. Infraestrutura - Data Center: foi dada continuidade ao processo de integração do data center da Sede da Prodesp, em Taboão da Serra, com o data center da unidade Mooca, que pertencia à Imprensa Oficial, incorporada a partir de agosto/2021. Os trabalhos envolveram a conexão dos dois locais com links de alta performancecontingenciados de 10 Gbps e a instalação de nova solução de back-up, mais moderna e de maior capacidade. Contemplaram, ainda, a atualização da infraestrutura de storage, com ampliação da capacidade dos tiers de armazenamento e a aquisição de novos equipamentos para replicação. A interligação permitirá que o data center da unidade Mooca funcione como contingência do data center deTaboão Serra para serviços de missão crítica. Intragov VoiP: os serviços de telefonia digital sob gestão da Prodesp se mantiveram em expansão em 2022. O número de terminais conectados cresceu cerca de 11%, passando de 47 mil em janeiro para 52 mil em outubro. Também foi realizada nova licitação para os serviços de telefonia digital via Intragov. Gestão Empresarial - Gestão Financeira: diferentes ações de racionalização e redução de despesas, desencadeadas no quadriênio 2019/2022 vêm resultando em significativa economia. O número de contratos renegociados por meio da redução de reajustes, diminuição do escopo ou obtenção de descontos, que era de 457 em dezembro/2021, saltou para 589 emsetembro. Arquitetura do Futuro: concebido com o propósito de tornar a Prodesp uma companhia de pronta resposta e excelência na prestação de serviços de TI, mediante a busca por competências multidisciplinares, melhor gestão operacional e financeira, além da oferta de serviços de alta tecnologiae relevância para seus clientes, o programa Arquitetura do Futuro, entre outros resultados de 2022, proporcionou uma melhor comunicação entre áreas; disponibilizou dashboards para gestão, como os de saldos de contratos, margem bruta e indicadores de projetos; reestruturou os procedimentos de inovaçãona companhia, com a criação de grupos de Automação de Processos e de Inteligência Artificial; promoveu capacitações de sustentação aos projetos estratégicos do ano e realizou estudos para propor programas de mentoria para lideranças, a criação de uma área de orientação ao cliente e de um centro dereferência para capacitação e acompanhamento da aplicação de práticas ágeis nos projetos. O programa Arquitetura do Futuro está baseado na adoção das melhores práticas mundialmente reconhecidas em quatro pilares - oferta de soluções para transformação digital; a reciclagem, capacitação e potencializaçãodo conhecimento dos profissionais da companhia; a excelência nas entregas; e a eficiência operacional.

Agências Reguladoras - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - *ARSESP* - é uma autarquia de regime especial, com autonomia decisória, administrativa, orçamentária efinanceira, vinculada à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, que tem por atribuição regular, controlar e fiscalizar os serviços de gás canalizado e de saneamento básico de titularidade estadual ou aqueles de competência municipal, delegados por convênio à Arsesp. Adicionalmente, desde 2020 podeatuar em outros serviços públicos delegados pelo Estado. Agenda Regulatória: A Arsesp lançou a 4ª edição da sua Agenda Regulatória-AR, biênio 2022/2023, é um importante instrumento de governança eque assegura à sociedade transparência e previsibilidade das ações. A AR apresenta 63 ações regulatórias,organizadas no âmbito das atribuições das diretorias da Agência e da Secretaria Executiva. Foram concluídas 59% das ações regulatórias previstas para o biênio. Governança: Nova visão de governança, iniciada com o estabelecimento da unidade de controle interno, com avaliação positiva em relatório de fiscalização do TCE, com a instituição de um programa específico de Governança Corporativa e Regulatória, patrocinado por um dos Diretores, abarcando projetos internos relacionados ao tema, como a Revisão da documentação formal de projetos, elaboração e divulgação do Manual e diretrizes objetivando normatização e definição de critérios da Agenda Regulatória, elaboração de ferramenta de otimização de recursos alocados em projetos e de painéis gerenciais-dashboard, para projetos da AgendaRegulatória e outros com análises de comportamento e estudos comparativos segregados por Diretorias,contribuição na reformulação do Site da Arsesp - Tema Governança Corporativa e Regulatória, implementação da LGPD-indicação de encarregado e elaboração de política, revisão do código de ética,estudos de implementação de análise de impacto regulatório, de revisão de processos e de um novo planoestratégico, sendo tais projetos e estudos em andamento conduzidos matricialmente e gerenciados pelo escritório de projetos interno, o ESPRO. Concurso Público: Contratação de 18 novos empregados por meio do concurso Público vigente, sendo 9 Especialistas em Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos e 9 Analistas de Suporte à Regulação. Audiências -AP e Consultas Públicas-CP: Foi realizada uma AP que versou sobre a Metodologia para a 1ª Revisão Tarifária da SAEG Guaratinguetá e 10 CPs sendo 4 de gás canalizado e 6 de saneamento. Ações Covid-19: Monitoramento dos casos, orientações e comunicados relativos aos protocolos sanitários, mesmo após o término do estado de calamidade, reforçona limpeza e higienização, bem como a recomendação do uso de máscaras no ambiente da Agência. Controle de vacinação de todos os servidores/empregados-ciclo vacinal completo. Tecnologia da Informação: Ações para melhoria de desempenho dos desktops, gerenciamento de acesso a dados pessoais sensíveis com implantação de diretrizes estratégicas e operacionais da LGPD, elaboração do Plano diretor de tecnologia da informação/Plano Estratégico de TI, renovação de licenças e certificados digitais. Eventos Setoriais: Participação no 64º Congresso Estadual de Municípios que ocorreu entre os dias 28 e 30/3. BRAZIL WATER WEEK-BWW 2022, que ocorreu nos dias 23 a 27/5/2022. Participaçãono Congresso Nacional de Consórcios Públicos e Municípios: Realizado entre os 21 e 22/11/2022. Encontros Nacionais de Fiscalização de Distribuição e Geração de Energia Elétrica: nas datas de 23 a 26/8/2022 e 9 a 11/11/2022, respectivamente. Encontros Regionais Arsesp nas Cidades -2 Eventos. Visitas institucionais - 24/3/2022 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná - ARSAP; 7/4/22 - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus - AGEMAN; 6/6/2022 - Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização - ATR; 4/8/2022 - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Mato Grosso AGER; 12/12/22 - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL. Elaboração de pareceres e de respostas diversas: 334 processos. Serviço de Atendimento ao Usuário-SAU: Foram registradas 165.448 manifestações no Serviço de Atendimento ao Usuário, sendo 118.778 de energia elétrica, 41.624 de saneamento básico e 5.086 de gás canalizado. No setor de energia elétrica, 84.602 referem-se às solicitações de informação, 34.019 de reclamações, 131 de denúncias, 21 de sugestões/críticas e 5 de elogios. No setor de saneamento básico, 29.946 referem-se às solicitações de informação, 5.992 de reclamações, 5.576 de solicitações de primeiro contato, 103 de denúncias, 6 de elogios e 1 de sugestão/crítica. No setor de gás canalizando, 3.932 referem-se às solicitações deinformação, 473 de reclamações, 678 de solicitações de primeiro contato, 2 de denúncias e 1 de elogio. *Base: janeiro a outubro.* Ouvidoria: Foram registradas 1.081 manifestações, sendo 1.028 reclamações, 41 solicitações de informação e 12 denúncias-janeiro a outubro; SIC-Serviço de Informações ao Cidadão: foram registradas 94 solicitações de informação-janeiro a outubro. Saneamento Básico - Convênio de Cooperação para a Regulação e Fiscalização dos serviços: são 351 convênios de cooperação com o Estado de São Paulo, em 348 municípios, sendo para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 343 municípios operados pela Sabesp, 1 pela BRK Ambiental Santa Gertrudes, 1 pela Saneaqua Mairinque, 1 pela empresa Águas de Cabrália, 1 pela Águas de Piquete. Além disso, quatro municípios-Guaratinguetá, Campos de Jordão, Barueri e Diadema, possuem convênio assinado para os serviços de regulação de resíduos sólidos urbanos. Regulação de Saneamento Básico: Projetos na AgendaRegulatória: 2 projetos novos-DS9 -Inspeção Acreditada e DS10 - Adequações na Deliberação nº 106 decorrentes das alterações da estrutura tarifária da Sabesp e outros 8 projetos continuados previstos parao biênio 2021 e 2022. Consulta pública, com respectivos relatórios circunstanciados e publicadas as Deliberações sobre as Condições gerais para a prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos em municípios ou consórcios de Municípios regulados pelaArsesp e a Deliberação que dispõe sobre os prazos para reposição de pavimentos nos municípios regulados pela ARSESP. Diversos documentos foram desenvolvidos, entre eles, 12 Notas Técnicas e mais de 30 Pareceres Técnicos. De forma geral esses documentos visam atender às demandas internas eexternas de concessionárias, usuários e órgãos da administração pública. Fiscalização dos serviços de saneamento básico até 31/10/2022: Realizadas 592 fiscalizações: 77 de eventos específicos, 24 de investimentos, 444 de campo e remota; 16 comercial e 31 de metas contratuais; Emitidos 536 relatórios de fiscalização e 461 Termos de Notificação; Desenvolvimento de 2 convênios de cooperação técnica Sima/Arsesp: Convênio para revisão dos Planos Municipais de Saneamento e o Convênio para implementar ações de Conservação de Mananciais. Gás Canalizado: foram realizadas fiscalizações nas concessionárias em relação aos indicadores de qualidade e segurança previstos no Contrato de Concessão, expansões da rede do sistema de distribuição e os Programas de Pesquisa e DesenvolvimentoTecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural. A extensão das redes de distribuição em operação e o número de usuários totalizaram:

Concessionárias	Redesde distribuição (km)	N° de Usuários
Companhia de Gás de SãoPaulo – Comgás	18.952	2.358.386

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

Gás Natural São Paulo Sul S.A. – NATURGY	1.900	96.518
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. – GBD	1.159	39.896
Total Estado de SãoPaulo	*22.011*	*2.494.800*

Fonte: Relatório de Situação do Sistema de Distribuição – outubro/2022

Regulação de Gás Canalizado: publicação de 32 deliberações sobre o tema que podem ser consultadas em: http://www.arsesp.sp.gov.br/SitePages/legislacao.aspx: ações regulatórias sobre os temas: Condições de Distribuição de Biometano na rede de gás canalizado; Gestão de Ramais Inativos; Investimentos Mínimos em P&D - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e C&R-Conservação e Racionalização do Gás Natural e Limites de Investimentos em Redes Locais. Para o mês de dezembro estão previstas para conclusão as seguintes ações: Índice de Vazamentos no Sistema de Distribuição- IVAZ; Indicador de Percentual de Perdas Totais de Gás Natural-PPTG; homologação de 165 contratos eaditivos de fornecimento de gás natural com volumes superiores a 500.000 m³/m; autorização de 2 comercializadores de gás canalizado no estado de São Paulo; aprovação de 7 Contratos e Aditivos de Compra e Venda de Gás Natural das Concessionárias. Fiscalizações de Gás Canalizado: 257 processos administrativos de fiscalização foram abertos de janeiro a outubro sendo, 80 Indicadores de Segurança no Fornecimento, 75 Indicadores de Qualidade do Produto e do Serviço, 26 Indicadores de Qualidade do Atendimento Comercial, 43 Outras obrigações contratuais, 26 Projetos P&D - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e C&R - Conservação e Racionalização do Gás Natural; 2 Projetos de Rede Local e 5 Critérios de Medição/Regulação. 6 visitas técnicas em instalações de gás com medição coletiva em condomínios usuários; assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com a Concessionária Gas Brasiliano Distribuidora S/A, visando o aprimoramento dos indicadores de segurança e qualidade. Energia Elétrica: atuação por delegação e mediante Contrato de Metas anual, formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel, a Arsesp possui a competência de fiscalizar, de forma programada e sob demanda da Aneel, os serviços de geração e de distribuição de energia elétrica em todo o Estado de São Paulo, contemplando 7 concessionárias e 12 permissionárias deserviços públicos de distribuição, 54 Centrais de Geração Hidrelétrica, 27 Pequenas Centrais Hidrelétricas, 44 Usinas Hidrelétricas, 937 Usinas Termelétricas -Biomassa e Fóssil, 40 Usinas Fotovoltaicas, 1 Usina Eólica e Demais Instalações de Transmissão-DIT. Distribuição de Energia Elétrica: as fiscalizações realizadas nas concessionárias e permissionárias contemplam metodologia de fiscalização estratégica, composta por etapas de Monitoramento, Análise, Acompanhamento e Ação Fiscalizadora nas áreas técnica, comercial e de qualidade do fornecimento da energia elétrica, as quais resultaram em 130 Relatórios de Análise e Acompanhamento e 22 Notas Técnicas, bem como 1 Auto deInfração. Foram ainda atendidas 107 demandas externas emanadas do Ministério Público Estadual e Federal, Câmaras e Prefeituras Municipais e outras entidades, além de 51 Notas Técnicas de processos administrativos relacionados a reclamações de usuários; participação, junto ao Centro de Operações Integradas, no acompanhamento das Eleições 2022 e do ENEM 2022; promoção de encontro com os agentes de distribuição e transmissão para apresentação dos planos de ação do verão 2022/2023, contemplando ações executadas e os planos de contingência, que visam mitigar ocorrências na rede de distribuição de energia elétrica provocados por eventos climáticos no período do verão, e do Workshop Segurança em Instalações de Energia Elétrica em 22/03/2022. Geração de Energia Elétrica: as fiscalizações seguem a metodologia Quantum que estabelece três níveis de ações - Monitoramento, Açãoà Distância e Ação Presencial ou excepcionalmente por demanda direta da Aneel; serão concluídas 18 ações à distância de Segurança de Barragens e 12 ações presenciais-8 de Segurança de Barragens e 4 de Operação de Termelétricas, bem como a lavratura de 8 autos de infração; foram realizadas ações nas Centrais Termelétricas, contemplando a fiscalização das unidades Ipaussu, Nova Piratininga, Paulínia Verde e Predilecta. Regulação Econômico-Financeira e de Mercados - Saneamento Básico: Reajuste tarifário anual da Saneaqua Mairinque S/A, no município de Mairinque; Reajuste Tarifário Anual da Sabesp; Reajuste tarifário anual da Sabesp no município de Aguaí, Saltinho, Tejupá e Tapiratiba - Planosde adequação tarifária; Reajuste tarifário anual da BRK Ambiental Santa Gertrudes S.A., no município de Santa Gertrudes; Reajuste tarifário anual de Águas de Cabrália Paulista SPE, no município de CabráliaPaulista; Reajuste das tarifas de água e esgoto a serem praticadas pela Águas de Piquete S/A no Município de Piquete - SP; Reajuste tarifário anual de água e esgoto da SAEG no Município de Guaratinguetá; Consulta e Audiência Pública para o cálculo do P0 e WACC da 1ª Revisão Tarifária Ordinária de água e esgoto da SAEG - Guaratinguetá; Desenvolvimento de estudos internos de inteligência de mercados, considerando análise de competitividade nas categorias comercial e industrial;Implementação da estruturação e dos critérios para os procedimentos de cálculo tarifário - Procalt; Elaboração da matriz de riscos para recomposição do equilíbrio econômico financeiro dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela da Sabesp; Desenvolvimento de estudospara viabilidade de regulação econômico-financeira para celebração de convênios de cooperação entre oEstado e os municípios de Várzea Paulista, São Sebastião da Grama, Canas, Aparecida e Santos; Análisesobre a viabilidade do Convênio de Cooperação com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema -CIVAP para regulação, controle e fiscalização do serviço público de manejo de resíduossólidos; Desenvolvimento de estudos sobre a eficiência nas despesas com energia elétrica das concessionárias de saneamento básico; Conclusão do processo de avaliação da Capacidade Econômico-Financeira da Sabesp para atendimento das metas de universalização até 2033; Desenvolvimento de estudos sobre infrações e sanções econômico-financeira. Regulação Econômico-Financeira e de Mercados - Gás Canalizado: Reajuste tarifário anual da margem de distribuição, TUSD e TUSD-E parao mercado livre da Comgás, Naturgy e GBD e atualização da parcela de custo do gás nas tarifas; Cálculodo Termo de Ajuste K da Comgás, Naturgy e GBD; Atualização mensal das contas gráficas-gás e transporte, rede local, penalidades e perdas; Desenvolvimento de estudos para aprimorar a estrutura tarifária das concessionárias de gás canalizado; Aprimoramento da regulação de distribuição de biometano, por meio da inserção dos Contratos de Fornecimento Verde-Custo Mix de Biometano e Parcela de Recuperação e interconexão da rede entre produtor e usuário - Deliberação Arsesp 1342/22; Desenvolvimento de critérios para restituição aos usuários, dos créditos tributários auferidos pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado do estado de São Paulo, decorrentes dos processos judiciais e administrativos acerca da exclusão da incidência do ICMS na formação da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. Fiscalização Econômico-Financeira - Saneamento Básico: foram realizadas 51 fiscalizações econômico-financeiras; fiscalizações com objetivo de verificar as receitas, custos, investimentos e ativos das concessionárias; fiscalizações da aplicação de tabela tarifária e reajustes das concessionárias de serviços de saneamento básico; foram realizados cálculos visando subsidiar possívelindenização de investimentos não amortizados em face de encerramento da prestação dos serviços pela Sabesp no município de Socorro; início das fiscalizações da base blindada de ativos da Sabesp; início dos processos de fiscalização do laudo de ativos Sabesp referentes à 3ª RTO; conclusão da análise e aplicação das glosas efetuadas na base de ativos da Sabesp -1ª RTO; fiscalização dos investimentos realizados pela Sabesp no município de São Paulo-certificar montante mínimo e atendimentos dos investimentos pactuados junto ao Comitê Gestor do contrato de São Paulo; início dos estudos para definição de diretrizes regulatórias tarifárias para a cobrança pela prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos; análise de minutas de revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico - Convênio ARSESP/SIMA; publicação do Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas das empresas de saneamento reguladas pela Arsesp; elaboração dos cálculos para o recolhimento do complemento da Taxa de Regulação Controle e Fiscalização - TRCF para o ano de 2021 e projeção para2022, base para a projeção do orçamento da ARSESP; Publicação do Manual de procedimentos para Fiscalização Econômica e Financeira do setor de Saneamento. Fiscalização Econômico-Financeira - GásCanalizado: foram realizadas 4 fiscalizações econômico-financeiras; fiscalização com objetivo de verificar as receitas, custos, investimentos e ativos da concessionária Gás Brasiliano; fiscalização da aplicação da depreciação contábil pela Gás Brasiliano, utilizada no Modelo Econômico-Financeiro finalda 3ª Revisão Tarifária Ordinária; fiscalizações em campo e conciliação físico contábil para validação dos laudos de ativos das concessionárias Naturgy e Gás Brasiliano; análises sobre investimentos visandorenovação do contrato Comgás; elaboração dos cálculos dos valores a serem aplicados em P&D para astrês concessionárias; elaboração dos cálculos para o recolhimento do complemento da Taxa de RegulaçãoControle e Fiscalização - TRCF para o ano de 2021 e projeção para 2022, base para a projeção do orçamento da ARSESP; Publicação do Manual de procedimentos para Fiscalização Econômica e Financeira do setor de Distribuição de Gás Canalizado. Fiscalização Econômico-Financeira- Energia Elétrica: foram realizadas 6 fiscalizações econômico-financeiras em cumprimento ao Termo de Referência de Descentralização do Contrato de Metas n° 042/2021, com o objetivo de avaliar os Programas de Pesquisa & Desenvolvimento dos agentes, os Programas de Eficiência Energética, bem como os contratos de Partes Relacionadas. Fiscalização Econômico-Financeira- Parques Públicos Urbanos: Assinatura do convênio SIMA/ARSESP nº 01/2022, que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, objetivando conjugar esforços para apoio técnicoe desenvolvimento institucional no âmbito do programa de concessões de uso de parques estaduais - Foram realizadas 5 visitas técnicas nos parques estaduais concedidos, bem como análise inicial das documentações para desenvolvimento do plano de trabalho para apoio econômico-financeiro da ARSESP. Agência Reguladora De Serviços Delegados De Transporte Do Estado De São Paulo - ARTESP - O Transporte Coletivo Intermunicipal - A ARTESP é a gestora do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal, conforme Lei Complementar n. º 914/02 - artigo 1º - Disposições Transitórias, atualizadaaté a Lei 17.293/20 e Decreto Estadual n. º 46.708/02. Esta agência tem por atribuição institucional a fiscalização dos prestadores de serviço intermunicipal de transporte coletivo regular-rodoviário e suburbano, bem como de serviço intermunicipal de transporte coletivo por fretamento e de estudantes, com base nos Regulamentos de Serviços aprovados pelos Decretos Estaduais n.º 29.912/89, n. º 29.913/89 e n. º 48.073/03, bem como demais alterações, Portarias e Comunicados expedidos pela Agência. Sendo assim, para transportar passageiros sob o regime de estudantes, fretamento e/ou regularentre Municípios, excluídos aqueles sob gestão interestadual-ANTT e metropolitana - isto é, de competência da Secretaria de Transportes Metropolitanos, sob gestão da EMTU, deve a pessoa física oujurídica registrar-se na ARTESP, atendendo as legislações vigentes. Seguem abaixo tabelas referentes aoserviço de fiscalização realizado pela ARTESP, bem como algumas informações sobre os serviços de estudantes, fretamento e regular do transporte intermunicipal de passageiros, no exercício de 2022.

Serviços De Fiscalização	*Rodovia*	*Terminal*	*Total*
Locais Fiscalizados	2.830	2.134	4.964
Veículos Fiscalizados	7.519	10.975	18.494
Notificações Emitidas	151	534	685
Multas Emitidas	2.038	3.429	5.467
Retenções Efetuadas	58	171	229
Remoção	896	7	903
Veículos Fiscalizados E Não Autuados	3.709	4.109	7.818

* Dados tabelados referem-se ao período de janeiro a outubro de 2022

Sistema Regular - (Rodoviário E Suburbano)	*2018*	*2019*	*2020*	*2021*	*2022**
Empresas	90	91	88	85	86
Linhas	919	852	840	816	792
Veículos	4.042	3.857	3.282	3.069	3.104
Passageiros/Dia	333.932	323.535	150.037	152.069	203.662
Quantidade De Km/Dia	1.061.207	991.963	523.064	568.401	730.529
Viagens/Dia	12.921	12.370	7.005	6.879	8.107
Receita Anual	1,62 Bilhão	1,65 Bilhão	756 Milhões	794 Milhões	974 Milhões

Dados parciais de janeiro a setembro de 2022

Sistema Fretamento - (Contínuo Eventual)	*2018*	*2019*	*2020*	*2021*	*2022**
Empresas Cadastradas	1.783	1.909	2.025	2.010	2.065
Veículos	17.699	18.831	17.168	16.511	18.257

Dados parciais no ano de 2022

Transporte De Estudantes	*2018*	*2019*	*2020*	*2021*	*2022 **
Empresas/Autônomos	54	54	37	6	17
Veículos Cadastrados	59	43	15	4	13

Dados parciais no ano de 2022

Principais Obras De Investimentos - Obras Concluídas - Entre dezembro de 2021 e novembro de 2022 foram concluídas pelas concessionárias de rodovias 43 obras, cujos investimentos representam o valor aproximado de R$ 3,4 bilhões-base de jul./2022. Dentre as principais obras concluídas, citamos: Pista Nova-SP 099: Implantação do trecho, investimento aproximado de R$ 3,1 bilhões; Dispositivos - 02- SP063 / 03- SP 255 / 01- SP 270 / 02- SP 300 / 01- SP 308 / 01- SP 333: 10 obras, investimento aproximadoR$ 65,3 milhões; Duplicação - SP 270/ SP 255/ SP 308: 3 obras, totalizando 18,610 km, investimento aproximado R$ 134,2 milhões; Marginal -04- SP 065/ 01 SP 322: 5 obras, investimento aproximado R$ 9,3 milhões; Contorno-SP- 083: 1 obras, investimento aproximado R$ 93,8 milhões. Obras Em Andamento - No mês de novembro, encontravam-se em execução pelas concessionárias de rodovias 230 obras, cujos investimentos representam o valor aproximado a R$ 4,27 bilhões - Base de Jul./2022. As principais obras em andamento são: Contorno-SPI 097/055: TAMOIOS, totalizando 33 km, investimento aproximado de R$ 1,9 bilhão; Faixa Adicional - 01- SP 348/ 02- SP 021/ 01- SP 070/ 01- SP 351/ 01- SP065: 6 obras, totalizando 131,35 km, investimento aproximado R$ 393,7 milhões; Duplicação-01- SP 191/ 01- SP 270/ 02- SP 101/ 01- SP 308/ 04- SP 333/ 02- SP 255 / 01- SP 294: 12 obras, totalizando 234,94 km, investimento aproximado R$ 1,01 bilhão. Centro De Controle De Informações – CCI - tem por objetivo apoiar os trabalhos de fiscalização da operação das rodovias concedidas do Estado de São Paulo, permitindo à ARTESP monitorar 24 horas por dia com mais precisão a prestação dos serviços operacionais nas rodovias. Em termos de software, o CCI possui vários sistemas que integradamente formam o conjunto de Monitoramento de Informações, quais sejam: CFTV - recebimento de imagens de1.864 câmeras que monitoram as rodovias, que corresponde a 56,5% das 2.917 cadastradas de todo o Sistema Concedido - importante salientar que o CCI não grava e nem armazena nenhuma das imagens disponibilizadas pelas câmeras das concessionárias, MIP - Sistema de Informações de Pedágio, que recebe informações sobre as passagens dos veículos e fotos de todas as praças de pedágios das 20

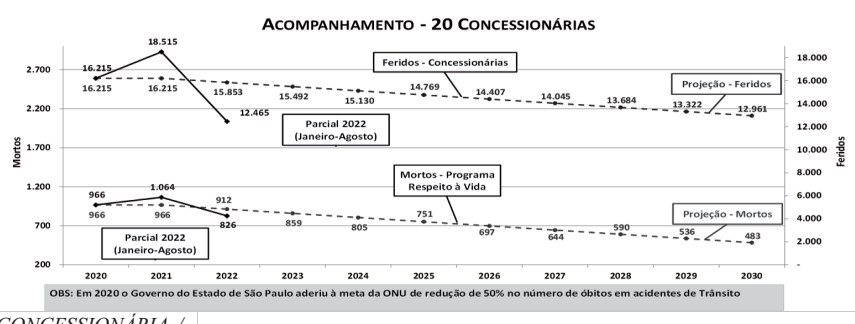
Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:34

concessionárias, MITS - Módulo de Informação de ITS - Sistema de Transporte Inteligente, que recebe informações de telemetria e/ou dados dos equipamentos ITS, instalados nas rodovias - Call Box, CFTV,PMVF, SCA, Sensor de Tráfego e informações sobre a manutenção desses equipamentos e o Mapa de CCO - tempo de atendimento ao usuário, de todas as 20 concessionárias, bem como o mapa de ocorrências. Gerência De Operações E Equipamentos - De janeiro a outubro foram realizadas, pela áreaOperacional, diversas atividades na malha rodoviária concedida do Estado de São Paulo. Equipamentoscomo o CallBox, PMV-Painel Mensagem Variável, - CFTV-Circuito Fechado de Televisão, Pedágios, SAT-Sensor Automático de Tráfego, Radares, Rede de Dados sem Fio - Wi-Fi, Sistema de Pesagem Fixoe Móvel, SAU-Serviço de Atendimento ao Usuário, Bases Operacionais, Implantação, Ocupação da Faixa de Domínio, Isenção de Pedágio, Planejamento de Operações Especiais e Cargas Excedentes, sendo que foram realizadas 90.670 fiscalizações; 10.233 não conformidades encontradas nos trechos fiscalizados e 86 Notificações geradas. Mesmo com as limitações e impactos causados pela pandemia do COVID-19, as metas da Gerência de Operações e Equipamentos foram alcançadas. Programas De Redução De Acidentes - Metas Da Segurança Viária - Referente a segurança viária no programa de concessões, a ARTESP aderiu para a Primeira Década de Ação de Segurança no Trânsito-2010 a 2020 as seguintes metas, usando como base os dados de 2010: Redução de 50% no número absoluto de mortos,para registrar no máximo 619 mortos no sistema concedido no ano de 2020; e Redução de 20% no númeroabsoluto de feridos, para registrar no máximo 16.211 feridos no sistema concedido no ano de 2020. Como intuito de não negligenciar os trabalhos desempenhados pelas Concessionárias na primeira década de ação pela segurança no trânsito, enquanto se realizava os estudos para definição das novas metas para a próxima década, a ARTESP manteve as metas do ano de 2020 para o ano de 2021. Em meados de 2021,o Governo do Estado de São Paulo aderiu as metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas- ONU para redução de, pelo menos 50% de lesões e mortes no trânsito, no período entre os anos de 2021a 2030 denominada como a Segunda Década De Ação De Segurança No Trânsito. Desta forma, a ARTESP convocou as concessionárias do sistema de concessão do Estado de São Paulo a adotar as mesmas metas para o novo decênio. Considerando que o ano de 2021 manteve as metas de 2020, a redução relativa ao ano de 2021 - redução de 5% de mortos e 2% de feridos, foi distribuída nos outros anos da década, ou seja, de 2022 a 2030 a redução deverá ser de 5,56% de mortos e 2,23% de feridos anualmente. Com relação a base de dados, cabe esclarecer que no final de 2016, foi descontinuada a tabulação dos dados dos boletins de ocorrência da Polícia Militar Rodoviária - PMRv por parte do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, fonte que era utilizada pela ARTESP para acompanhamento das metas de feridos e mortos. Para os dados relacionados aos óbitos nas rodovias concedidas, a ARTESP passou a utilizar a base de dados oficial do Governo do Estado de São Paulo, o Infosiga, do Programa Respeito à Vida, antigo Movimento Paulista de Segurança do Trânsito-MPST, que tabula as informações da Policia Civil, dos óbitos registrados até um dia após a ocorrência do acidentede trânsito, de forma a manter o mesmo parâmetro da base anterior, uma vez que a PMRv registrava as vítimas até o fechamento dos boletins-em média 1 dia após a ocorrência. Para o número de feridos, o Programa Respeito à Vida iniciou o acompanhamento das informações com base nos dados disponibilizados pela PMRv. Contudo, tendo em vista que nem todos os acidentes com vítimas feridas demandam acionamento do Policiamento Rodoviário, a base de dados da Concessionária, por ora, se mostra mais robusta que a disponível no Programa Respeito à Vida, no que se refere ao registro de acidentes com feridos no sistema concedido. Entretanto, o Programa Respeito à Vida está trabalhando de forma a retomar e complementar seu banco de dados para que se tenha a informação sobre todas as vítimas feridas. Assim, o acompanhamento da meta de redução do número de vítimas feridas para o anode 2021 ficou prejudicado, pois a única fonte de informação atualmente disponível são os dados das concessionárias, que historicamente se mostraram significativamente maiores que os números da PMRv,uma vez que as concessionárias classificam como vítima ferida todos os usuários envolvidos em acidentes - leves ou graves que não assinam o termo de recusa de atendimento. Esse não é o procedimentorealizado pela PMRv que classifica as vítimas nas ocorrências que acompanha baseado em análise visualou do responsável pelo atendimento médico, caso haja. Além disso, para a projeção da meta 2 - Reduçãode feridos para a segunda década de segurança, também, foi considerado o banco de informações das concessionárias. O gráfico Acompanhamento - 20 Concessionárias mostra a evolução dos números de vítimas, inclusive do ano de 2022 de forma parcial-janeiro a agosto, tendo em vista as informações disponíveis. O não cumprimento da meta prevista para 2021 e os números próximos à meta no ano de 2022 não representam um retrocesso nas ações de redução de vítimas em acidentes de trânsito. O que ocorreu, foi que no período entre 2017 e 2020 houve a inclusão no sistema concedido de aproximadamente 1.889 quilômetros de rodovias que estavam anteriormente sob jurisdição do DER/SP.Essa inclusão ocorreu da seguinte forma: 5/7/2017 - 511,422 km - sistema existente do lote 28 - Concessionária Entrevias; 22/11/2017 - 286,460 km - sistema existente do lote 29- Concessionária ViaPaulista; 18/05/2018 - 62,797 km - sistema remanescente do lote 28- Concessionária Entrevias; 4/7/2019 - 117,678 km - sistema remanescente do lote 29 - Concessionária ViaPaulista; e 4/6/2020 - 911,000 km - sistema existente e remanescente do Lote 30 - Concessionária Eixo. Cabe ressaltar ainda que nos primeiros anos de concessão de cada sistema - existente e remanescente, a obrigação contratualse refere basicamente aos serviços dos Programas Iniciais-revitalização de sinalização, operação tapa buraco, poda do revestimento vegetal etc., que agregam à segurança viária, entretanto, sem escala que gere uma redução significativa no número de ocorrências e vítimas. Os investimentos que apresentam um grande impacto na redução do número de acidentes e/ou da sua severidade-obras de ampliação/duplicação da rodovia, passarelas, adequação de dispositivos de retorno e acesso e dedispositivos de contenção viária etc. tiveram seu início de execução e/ou estão em andamento no ano corrente.

As Ações Judiciais Visando A Não Prorrogação Dos Contratos De Concessões Rodoviárias Do Estado De São Paulo - Neste item, indicamos o atual status das ações judiciais em que se discute a validade dosaditivos contratuais firmados em 2006, que tinham como escopo a prorrogação das concessões rodoviárias:



CONCESSIONÁRIA / PROCESSO	
AUTOBAN 1040370-54.2014.8.26.0053 (EXTINTO) 3ª Vara de Fazenda Pública	O acórdão proferido no âmbito da Apelação Cível nº 1040370-54.2014.8.26.0053 (fls.7775/7780) homologou a desistência recursal apresentada pela Autoban. Em 10 de setembro de 2021, foi emitida certidão de publicação dando conta do retorno dos autos da Segunda Instância. Em 14de setembro de 2021 teve a juntada dando ciência do início de cumprimento de sentença. Por sua vez, em 17 de setembro de 2021, transcorreu o trânsito em julgado e foi informado o arquivamento definitivo.
AUTOBAN 0024247-51.2021.8.26.0053 (Cumprimento de sentença - EXTINTO) 3ª Vara de Fazenda Pública	Na petição inicial (fls. 1/2) a PGE/SP informou a existência de acordo extrajudicial e posterior desistência do recurso (fls.7632/7633), operando-se de imediato o trânsito em julgado, além de indicar o valor atualizado dos honorários de sucumbência (R$14.931,16). Em 08 de novembro de 2021, foi disponibilizado o Mandado de Levantamento Eletrônico (fls.29). Em 23 de agosto de 2022, a serventia juntou o comprovante de recolhimento.
AUTOBAN 1030436-72.2014.8.26.0053 (EXTINTO) 3ª Vara de FazendaPública	O acórdão proferido no âmbito da Apelação Cível nº 1030436-72.2014.8.26.0053 (fls.4387/4392) homologou a desistência recursal apresentada pela Autoban. Em 13 de setembro de 2021, foi emitida certidão de publicação dando conta do retorno dos autos da Segunda Instância. Em 14de setembro de 2021 teve a juntada dando ciência do início de cumprimento de sentença. Por sua vez, em 17 de setembro de 2021, transcorreu o trânsito em julgado e foi informado o arquivamento definitivo.
AUTOBAN 0024249-21.2021.8.26.0053 (Cumprimento de sentença - EXTINTO) 3ª Vara de Fazenda Pública	Na petição inicial (fls. 1/2) a PGE/SP informou a existência de acordo extrajudicial e posterior desistência do recurso (fls. 4243/4244), operando-se de imediato o trânsito em julgado, além de indicar o valor atualizado dos honorários de sucumbência (R$14.977,48). Em 03 de novembro de 2021, foi disponibilizado o Mandado de Levantamento Eletrônico (fls.29). Em 23 de novembro de 2021 transitou em julgado a sentença (fls.23). Em 22 de fevereiro de 2022, a AUTOBAN juntou comprovante do depósito da taxa judiciária.
RENOVIAS 1007766-40.2014.8.26.0053 (EM GRAU RECURSAL) 8ª Vara de FazendaPública	Apensado no Processo nº 1008352-77.2014.8.26.0053. Em fase de Apelação Cível nº 1008352-77.2014.8.26.0053. Em 28 de outubro de 2021, foi realizadaa intimação para o julgamento do processo, em sessão ordinária da 3ª Câmarade Direito Público, a realizar-se em 09 de novembro de 2021 às 13:30, em formato telepresencial. Por sua vez, em 09 de novembro de 2021, o julgamento da apelação foi retirado de pauta pela Relatora. Em 10 de novembro de 2021,o processo foi remetido à conclusão da relatora em 10/11/2021 e aguarda deliberações.
RENOVIAS 1008352-77.2014.8.26.0053 (EM GRAU RECURSAL) 8ª Vara de FazendaPública	Em fase de Apelação Cível nº 1008352-77.2014.8.26.0053. Em 28 de outubro de 2021, foi realizada a intimação para o julgamento do processo, em sessão ordinária da 3ª Câmara de Direito Público, a realizar-se em 09 de novembro de 2021 às 13:30, em formato telepresencial. Por sua vez, em 09 de novembrode 2021, o julgamento da apelação foi retirado de pauta pela Relatora. Em 10de novembro de 2021, o processo foi remetido à conclusão da relatora em 10/11/2021 e aguarda deliberações.
VIA OESTE 1027970-08.2014.8.26.0053 12ª Vara de Fazenda Pública	Apensada ao Processo Principal nº 1019684-41.2014.8.26.0053. Em fase de Apelação Cível nº 1019684-41.2014.8.26.0053, o Acórdão (fls.7916/7920) julgou improcedente o recurso, mantendo a decisão favorável à ARTESP.
VIA OESTE 1019684-41.2014.8.26.0053 12ª Vara de Fazenda Pública	Em fase de Apelação Cível nº 1019684-41.2014.8.26.0053, o Acórdão (fls.7916/7920) julgou improcedente o recurso, mantendo a decisão favorávelà ARTESP. Em 12 de setembro de 2022, a ARTESP apresentou petição (fls.7944) para requerer sua regular intimação após expedição do MLE para as providências administrativas necessárias ao regular levantamento.
SPVIAS 1013617-60.2014.8.26.0053 11ª Vara de Fazenda Pública	Em 03 de dezembro de 2021, foi determinado o cumprimento do acórdão que confirmou a procedência do pedido. Em 21 de junho de 2022, a PGE/SP requereu a expedição da guia do mandado de levantamento de depósito judicial, uma vez que o valor depositado satisfaz o crédito.
SPVIAS 0019926-51.2013.8.26.0053 (EXTINTO) 11ª Vara de Fazenda Pública	Em 11 de setembro de 2018, foi determinado o cumprimento do acórdão. Em 27 de setembro de 2018, foi iniciado o cumprimento de sentença. Em 20 de setembro de 2019, foi arquivado definitivamente.
SPVIAS 0031147-55.2018.8.26.0053 (Cumprimento de sentença - EXTINTO) 11ª Vara de Fazenda Pública	Em 29 de junho de 2022, a sentença (fls.148) transitou em julgado, e não havendo manifestações das partes em sentido contrário, foi determinado o arquivamento definitivamente do feito.
AUTOVIAS 1014902-54.2015.8.26.0053 (EM GRAU RECURSAL) 10ª Vara de Fazenda Pública	Em fase de Apelação Cível nº 1014902-54.2015.8.26.0053. Desde 17 de novembro de 2020, aguardando julgamento de Agravo em Recurso Extraordinário.
VIANORTE 1014891-25.2015.8.26.0053 (EM GRAU DE RECURSO) 3ª Vara de FazendaPública	Em fase de Apelação Cível nº 1014891-25.2015.8.26.0053, aguardando julgamento de Agravo em Recurso Especial e Recurso Especial, bem como Agravo em Recurso Extraordinário e Recurso Extraordinário.
CENTROVIAS 1022983-26.2014.8.26.0053 12ª Vara de Fazenda Pública	Em 29 de abril de 2022, foram apresentadas Razões de Apelação pela Concessionária e em 14 de outubro de 2022, a PGE/SP apresentou Contrarrazões de Apelação. Aguardando remessa para o Tribunal.
INTERVIAS 1027267-77.2014.8.26.0053 9ª Vara de FazendaPública	Em fase de Apelação Cível nº 1027267-77.2014.8.26.0053. Remetido em 21 de outubro de 2020 para o Superior Tribunal de Justiça. Aguardando julgamento.
COLINAS 1033457-56.2014.8.26.0053	Ação julgada em 1ª instância em favor da CONCESSIONÁRIA. Apelação da ARTESP desprovida. Aguardando julgamento dos recursos Especial e Extraordinário interpostos pela ARTESP e Estado de São Paulo.
TEBE 1040986-29.2014.8.26.0053 6ª Vara de FazendaPública	Em fase de Apelação Cível nº 1040986-29.2014.8.26.0053. Em 06 de fevereiro de 2020, foi comunicado o deferimento da tutela provisória no Agravo em Recurso Especial nº 1458523/SP. Aguardando providências.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

TRIÂNGULO DO SOL 1042071-50.2014.8.26.0053 6ª Câmara de Direito Público	A última movimentação foi a intimação das partes sobre o pedido de Certidão de Acesso dos Autos pela USUVIAS - Associação Brasileira de Usuários de Rodovias e Concessões. Antes disso, o feito estava aguardando a designação de sessão de julgamento, ainda sem data.
ECOVIAS 1045799-02.2014.8.26.0053 9ª Vara de Fazenda Pública	Em 25 de outubro de 2021, a 10ª 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitaram os Embargos de Declaração apresentados.Em 23 de novembro de 2021, a Concessionária apresentou Recurso Especial Cível e Recurso Extraordinário Cível. Aguardando julgamento.

*Devoluções - Concessionária Vianorte***:** O Termo de Recebimento Provisório foi assinado em 16/12/2019, ratificando que se cessaram as obrigações de manutenção e operação ordinárias do aludido Sistema Rodoviário do Contrato de Concessão n.º 002/CR/98, denominado Lote 05. Os trabalhos seguemcom vistas à formalização do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do Contrato; Concessionária Autovias**:** O Termo de Recebimento Provisório foi assinado em 10/11/2020, ratificando que se cessaram as obrigações de manutenção e operação ordinárias do aludido Sistema Rodoviário do Contrato de Concessão n.º 009/CR/98, denominado Lote 10. Os trabalhos seguem com vistas à formalização do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do Contrato; Concessionária Centrovias**:** O Termo de Recebimento Provisório foi assinado em 20/12/2021, ratificando que se cessaram as obrigações de manutenção e operação ordinárias do aludido Sistema Rodoviário do Contrato de Concessão n.º 008/CR/98, denominado Lote 08. Os trabalhos seguem com vistas à formalização do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do Contrato; Concessionária Triângulo Do Sol**:** O TAM n° 26/2022estendeu o contrato do aludido Sistema Rodoviário do Contrato de Concessão n.º 006/CR/98, denominado Lote 09 até 30/04/2023. Os trabalhos da Comissão seguem com vistas à atualização dos relatórios de vistoria, nos termos do Contrato; Concessionária Renovias**:** O TAM n° 22/2022 estendeu ocontrato do aludido Sistema Rodoviário do Contrato de Concessão n.º 004/CR/98, denominado Lote 11até 13/10/2024. Os trabalhos da Comissão estão suspensos por efeito da Portaria Artesp 84/2022; Concessionária Viaoeste**:** TAM n° 25/2022 estendeu o contrato do aludido Sistema Rodoviário do Contrato de Concessão n.º 003/CR/98, denominado Lote 12 até 13/2/2024. Os trabalhos da Comissão estão suspensos por efeito da Portaria Artesp 37/2022. Novas Concessões - Aeroportos Regionais: O Consórcio Aeroporto Paulista ASP e o Consórcio Voa NW e VOA SE foram declarados vencedores da licitação, na modalidade concorrência, para a concessão dos serviços de operação, manutenção, exploração e ampliação da infraestrutura aeroportuária de 22 aeroportos da rede estadual, arrematando, respectivamente, os blocos Noroeste e Sudeste. Tem previsão de R$ 410 milhões em investimentos ao longo dos 30 anos da concessão, que contará com a adequação das pistas de pouso e decolagem, medidasmitigadoras de ruído aeronáutico, ampliação dos terminais de passageiros, novos equipamentos operacionais, entre outros investimentos. A concessão será dividida em dois blocos, sendo bloco noroeste e bloco sudeste, facilitando assim, a execução da fiscalização e melhor distribuição dos investimentos, levando em conta as demandas sub-regionais. Estima-se o grande aumento do número de passageiros atendidos, que, hoje, está na casa dos 2,4 milhões por ano; Travessias Litorâneas: Em 9/2/2022, o d. Conselho Diretor da ARTESP, à luz da manifestação do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado deLogística e Transportes, por meio do Ofício SLT-OFI-2022/00076, deliberou pela suspensão, sine die, da licitação, para revisão e aprimoramento dos projetos técnicos, com ampliação de diálogo com a sociedade, se for o caso, tudo em prol do interesse público, alicerçados nos princípios da transparência eeficiência; 5ª Rodada De Concessões - Lote A - Bloco Noroeste Paulista: Em 15/9/22, ocorreu o Leilão na B3 onde o Grupo Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. arrematou o Lote com um lance de R$ 1.236.600.000,00. Atualmente a Comissão de Licitação está finalizando a análise dos documentos que compreendem o Envelope C- Condições de Habilitação - Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista. Acordos De Passivos Regulatórios Do Estado De São Paulo - ECOVIAS e CCR **-** Em 2022, o Governo do Estado de São Paulo e a ARTESP equacionaram vários passivos regulatórios pendentes há mais de 15 anos e ainda promoveram atualização dos contratos de concessão, preservando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiros dos contratos. Os principais Termos Aditivos Modificativos formalizados foram: TAM Preliminar n.º 03/2022, relacionado às Concessionárias ViaNorte, Centrovias,Autovias e Intervias, aproximadamente 217 processos; TAM Preliminar Coletivo n.º 2/2022, pactuado com a Concessionária VIARONDON aproximadamente 15 processos; TAM Coletivo Preliminar em 01/2021 com as Concessionárias AUTOBAN, SPVIAS e VIAOESTE, culminando no TAM Definitivo Coletivo 01/2022, através da instrução e condução técnica dos processos administrativos impactados peloacordo em questão. Ainda perseguindo o equilíbrio contratual das Concessões, foi apurado desequilíbriopor alteração de investimentos e reclassificações tarifárias de aproximadamente 300 processos e 20 inclusões de investimentos ao contrato, com as bases na modalidade do reequilíbrio, através do método de Fluxo de Caixa Marginal. Outrossim, foi elaborado o reajuste tarifário anual de todas as Concessões do Estado reguladas pela ARTESP. Reequilíbrio **-** Foram analisados diversos pleitos de recomposição do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão da 1ª etapa - 1998-2000, em face das alterações do índice de correção do contrato, sobre as quais foram elaborados 7 estudos de recomposiçãoda equação econômica e financeira dos pactos, bem como os reequilíbrios de Passivos Regulatórios deliberados da Triângulo do Sol Auto-Estradas S/A - 30 processos e do Acordo do TAM Coletivo Preliminar 01/2021, com as Concessionárias AUTOBAN, SPVIAS e VIAOESTE, que resultou no TAMDefinitivo Coletivo 01/2022, com a consolidação de 161 processos. Seguros **-** Manutenção das questões securitárias envolvidas nos contratos de concessão, no que se refere aos valores exigidos para asseguraras obrigações contratuais - operação, execução de obras e do direito de outorga, bem como as coberturasprevistas para assegurar os bens públicos e as responsabilidades atribuídas ao Estado, relacionadas aos danos e prejuízos ocasionados a terceiros em face das atividades da concessão. Fiscalização **-** A ARTESPrealiza com periodicidade definida a fiscalização e acompanhamento das informações econômicas e financeiras das Concessionárias analisando quantitativamente e qualitativamente as informações enviadas no que concerne a: custos, receitas, despesas, investimentos, captações de recursos, questões tributárias e fiscais, questões societárias, direitos de outorga. Dentre as fiscalizações e acompanhamentos,foram realizados até novembro/2022 -base setembro/2022 a quantidade abaixo: Controle dos valores arrecadados pelos entes fiscalizados -360; Controle dos aportes financeiros realizados pelos entes fiscalizados - 180; Verificação da Estrutura, Controle e Acionário e Alteração de Estatuto Social dos entes fiscalizados - 42; Acompanhamento dos aportes financeiros realizados-Terceiros pelos entes fiscalizados - 20; Acompanhamento e verificação da distribuição de dividendos pelos entes fiscalizados 180; Acompanhamento dos contratos de financiamentos firmados pelos entes fiscalizados - 20; Verificação dos tributos recolhidos pelos entes fiscalizados - 2.862; Acompanhamento do recolhimentopelos entes fiscalizados das Outorgas Fixa e Variável - 198; Análise e acompanhamento dos dados contábeis e financeiros dos entes fiscalizados - 189; Acompanhamento e fiscalização das publicações dasdemonstrações financeiras dos entes fiscalizados - 21; Acompanhamento das projeções financeiras apresentadas pelos entes fiscalizados - 0; Fiscalização e gerenciamento dos seguros e garantias ofertados pelos entes fiscalizados - 170; Reequilíbrios Econômicos e Financeiros dos entes fiscalizados - 16; Fiscalização e conferência do recolhimento das penalidades pecuniárias pelos entes fiscalizados - 36; Esclarecimentos ofertados em requerimento de informações do Ministério Público, Assembleia Legislativa e Outros Órgãos Externos - 8; Subsídios para a Procuradoria Geral do Estado em ações judiciais - 48; Pedidos de informações Econômicas por Auditores Independentes - Circularização - 3; Esclarecimentos ofertados ao Tribunal de Contas do Estado - 87; Sistema de informação ao Cidadão - SIC - Lei 12.527/2011 e o Decreto Estadual nº 58.052/2012 - 1; Acompanhamento e Exame dos Processos de Apuração de Eventual Conduta Infratora das Contratadas -17; Processos Administrativos para Acionamento das Garantias- Expectativa e Reclamação - 687; Participação em Grupos de Estudos e Comitês de Assuntos de Interesse da Concessão e Artesp - 2; Cartas enviadas para as Seguradoras para Acionamento das Garantias - Expectativa, Reclamação e Baixa - 700; Exame e Providências para Enquadramento do Projeto de Concessão no Regime Especial de Incentivo para Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI - 1; Estudos e Exames de Pleitos de Outras Diretorias - Atualizações de Tabelas de Serviços Acessos, Afixação Painéis e outros eventos dos Contratos de Concessão, PPA; Controle e Prestação de Informações dos Aportes financeiros realizados pelo Poder Concedente para a Parceria Público Privada - PPP da Rodovia dos Tamoios - SP 099 - 18. Ouvidoria ARTESP **-** De janeiro à primeiraquinzena de novembro, a Ouvidoria da ARTESP registrou efetivamente 3.593 manifestações no SistemaInformatizado de Rede de Ouvidorias do Estado de São Paulo, dentre elas reclamações, sugestões, denúncias, solicitações de informações e elogios - recebidos por meio dos canais institucionais disponibilizados pela Agência. No período supracitado, a Ouvidoria registrou também 41.443 atendimentos realizados pela via atendimento monocanal - serviço de ligações 0800, nos quais se inseremo teleatendimento ativo, receptivo e o teleatendimento eletrônico via URA - unidade de resposta audível.A ARTESP registrou, ainda, no mesmo período, o atendimento a 357 solicitações de acesso à informação, devidamente apresentadas e registradas no Sistema Estadual de Serviço Informação ao Cidadão-SIC, instituído pelo Decreto Estadual 58.052/2012, que regulamentou a Lei Federal nº 12.527/11. Ações De Interação Com A Sociedade - Ao longo do ano, a ARTESP promoveu uma série de ações institucionais de comunicação e conscientização sobre temas relevantes para a sociedade, entre elas: Campanha Inverno Solidário - Em apoio ao Fundo Social de São Paulo, a ARTESP e seus parceiros arrecadaram 6.977 peçasde roupas e 5.643 cobertores, que foram entregues para 115 instituições assistenciais de 111 municípios;Lacre Solidário - Como resultado da Campanha Lacre Solidário, a ARTESP entregou mais duas cadeirasde rodas para instituições assistenciais de São Paulo; Maio Amarelo - A ARTESP apoiou o ObservatórioNacional de Segurança Viária durante o maio amarelo. Além da divulgação nos PMVs e nas redes sociais,realizamos mais de 200 ações nas rodovias, divulgamos mensagens nas cancelas de pedágios, produzimos podcasts e palestras; Operação Corta Fogo - Entre junho e outubro, em parceria com a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente, a ARTESP e as concessionárias exibiram mensagens educativas nos painéis eletrônicos das rodovias, nas cancelas de pedágio e nas redes sociais,orientando os usuários sobre a prevenção de incêndios próximos das rodovias; Semana Nacional Do Trânsito – Entre 18 e 25 de setembro, realizamos mais de 150 atividades educativas em todo o estado deSão Paulo. Além disso, mensagens educativas também foram exibidas nos painéis eletrônicos e nas redessociais da ARTESP e das concessionárias. Licitações **-** Com o objetivo de atender às necessidades administrativas impostas, no período de 1/1 a 8/11/2022 foram elaborados doze Termos de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação; vinte e três Pregões Eletrônicos, sendo que três constituíram Atade Registro de Preço, um foi fracassado, dois foram anulados e três ainda se encontram em andamento; cinco concorrências, sendo que uma foi revogada e quatro estão em andamento, e cinco Concorrências Internacionais, sendo uma revogada, uma suspensa, duas em andamento e uma concluída. Recursos Humanos **-** Regulamentação do teletrabalho na ARTESP, de acordo com o disposto na Portaria ARTESPnº 110, de 1912/2021 e alterações; Campanha de vacinação da gripe 2022, aplicadas 250 doses da vacinanos empregados públicos da Agência, nos estagiários e nos empregados cedidos de outros órgãos; Realização da 1ª SIPAT da ARTESP, entre os dias 8 e 12/8/2022, que contou com o total de 187 participantes presenciais e 383 participantes online no decorrer da semana; Publicação da Portaria ARTESP nº 74/2022, que dispõe sobre os procedimentos e critérios relativos à promoção dos empregadospúblicos permanentes, iniciamos o processo de contratação de banca especializada para realização de concurso interno de promoção; Programa de Estágio, a ARTESP conta com 78 vagas de estágios, o quecorresponde a 20% do quadro de pessoal total da Agência, um novo contrato de prestação de serviço foi assinado com CIEE. O processo seletivo foi realizado entre 20/09 e 10/10/2022 e o resultado publicado em 4/11/2022. A previsão é de que os novos estagiários iniciem em dezembro de 2022. Implantação DoPlano Estratégico e ARTESP Sutentável **-** O atual Plano Estratégico da ARTESP foi criado no final de 2020 e tem validade por dois anos-2021 e 2022 - Bienal. Anualmente é feita uma avaliação do desenvolvimento das atividades e é feito um estudo estatístico para acompanhar a evolução do atingimento dos Objetivos e Metas, indicando graficamente essa evolução e qual é o status de cada Meta.Da mesma forma anualmente é feita uma reavaliação da Missão, Visão e Valores e é realizada uma revisão nas Fraquezas, Ameaças, Forças e Oportunidades e uma atualização sobre a Legislação Pertinente, além de revisitação acerca dos Pontos de Atenção. Por fim, anualmente é feita uma avaliaçãosobre o ARTESP Sustentável no que tange ao Programa de Consumo Consciente, no qual é mapeado o consumo anual de Energia Elétrica, Água, Copos Descartáveis e Papel Sulfite. Centro De Documentação. Até o mês de outubro, houve a entrada de 22.775 documentos protocolados e cadastrados no CEDOC.Tecnologia E Infraestrutura **-** concluímos diversos projetos e outros estão em andamento, destacamos: Multiplataforma, tivemos a entrada em produção do SISF-TC - Sistema de Fiscalização do Transporte Coletivo; apoio na troca do sistema de registro de ocorrências da Concessionária Entrevias para o sistemada Fadami e sua integração no barramento da ARTESP e recepção no MITS; para o SAP - ERP - Enterprise Resource Planning, tivemos a conclusão do Saneamento e conciliação de toda a base de patrimônio da ARTESP para a área Financeira e Estoque; na área de infraestrutura, tivemos pontos marcantes, como, a troca das máquinas dos usuários, para máquinas mais rápidas e estáveis, com múltiplos monitores, webcams e headsets. Também foram equipadas as salas de reuniões com TVs e dispositivos sem fio em conjunto com as WebCams de conferência; outro ponto marcante foram as atividades críticas de migração na EGC - Entidade Gerenciadora de Chaves do Sistema Automático de Arrecadação de Pedágio.

Unidade de Comunicação - Unidade de Imprensa **-** A Unidade de Imprensa atuou na Coordenação das relações do Governo com a Imprensa; supervisionou as ações pertinentes à Imprensa desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado; organizou o fluxointerno de informações do Governo e produção do material de divulgação de caráter jornalístico para osmeios e veículos de comunicação. Destacam-se as seguintes ações realizadas: Portal do Governo do Estado de São Paulo: principal canal oficial de acesso de informações sobre o governo paulista, com cerca de 2,2 milhões de visitas e 6 milhões de visualizações por mês. Ao todo, o Portal divulgou 1.832 notícias oficiais entre os meses de janeiro e novembro, com 162 artigos e 21 publicações especiais, excetodurante o período vedado pela legislação eleitoral. As pautas envolvem destaques de várias secretarias e órgãos da Administração Direta e Indireta, além de notícias relacionadas a agendas públicas de Governo;Atualizações Diárias das Redes Sociais: iniciativa de interatividade entre os cidadãos e o Governo do Estado, além de promover interações com secretarias e entidades vinculadas ao Estado, exceto durante operíodo vedado pela legislação eleitoral. São mais de 1,2 milhão de rãs no Facebook do Governo de SP e 533 mil inscritos no Twitter, além de 531 mil seguidores no Instagram, 285 mil no Youtube e 96 mil no Linkedln; Programa de Sinergia entre equipes digitais do Governo, secretarias e órgãos públicos estaduais: compartilhamento diário de conteúdos nos perfis oficiais do Governo de São Paulo nas redes sociais, exceto durante o período vedado pela legislação eleitoral; Acompanhamento e análise digital: avaliação quantitativa e qualitativa dos principais temas relacionados ao governo mencionados nas redessociais e resposta a cidadãos nos canais digitais, exceto durante o período vedado pela legislação eleitoral; Produção audiovisual: a produção no estúdio multimídia registrou 150 vídeos, entre entrevistas gravadas, entradas ao vivo e produção de conteúdo próprio; em áudio, foram 866 produções, entre gravações

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

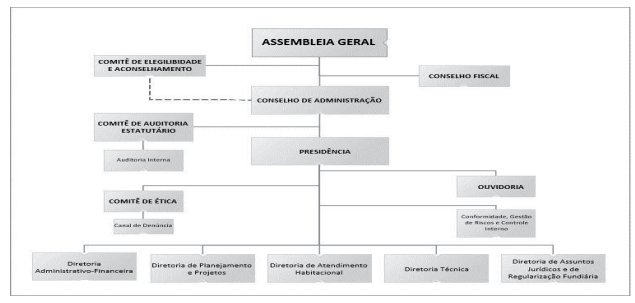
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

para a imprensa e entrevistas ao vivo; Reuniões: as vedações exigidas pela legislação eleitoral afetaram a periodicidade das reuniões do SICOM e do Conselho Gestor de Comunicação em 2022. Houve duas reuniões do SICOM e um encontro do Comitê de Gestores dos principais órgãos que compõem o SICOM;Acompanhamento de agendas públicas: a equipe da UniCom acompanhou todos os eventos de agendas públicas do governador. Assessores e redatores produziram textos para publicação no Portal e envio parajornalistas em todo o estado. A agenda pública do governador é divulgada diariamente na internet para garantir transparência e permitir acompanhamento dos atos pela imprensa; Assessoria de imprensa de representantes do Governo do Estado: nas agendas públicas, o Governador é acompanhado por um assessor de imprensa e equipes de áudio, vídeo e fotografia que prestam serviços à Unidade de Comunicação; Informações estratégicas para autoridades do Governo do Estado: a equipe da UniCom também preparou materiais para uso interno e externo do governador e secretários estaduais emapresentações, palestras, reuniões e entrevistas. Foram 533 papers de janeiro até o dia 18 de novembro, sendo 87 de coletivas de imprensa e materiais de apoio, 218 para entrevistas exclusivas e 225 para viagense agendas externas ou remotas. Também foram produzidos 8 balanços de governo e 7 documentos de acompanhamento de compromissos da campanha de 2018; Atendimento à Imprensa: atendimento diário a demandas de veículos de comunicação e jornalistas por meio de contato telefônico ou e-mail. UnidadeDe Marketing - Dentre as campanhas e materiais de comunicação produzidas pela Unidade de Marketingno período de janeiro a novembro, destacam-se: Campanhas: Secretaria de Governo: Expansão no Metrô;Pró-SP; Programa de Redução das DesigualdadeRegionais da Nova Alta Paulista; Entregas Regionais 2022; São Paulo em Ação; Inverno Solidário; Carteirinha Cheia de Vacina; São Paulo - Gestão, Trabalhoe Progresso. Secretaria da Saúde: Plano Estadual de Imunização Infantil; Vacinação em Doa; Varíola dosMacacos; Saúde em Ação. Secretaria de Turismo: Novo Museu do Ipiranga. Secretaria da Educação: Centros de Estudos e Línguas; Educação em Ação; Programa Dinheiro Direto na Escola; Secretaria da Fazenda e Planejamento: IPVA PCD Devolução. Materiais De Comunicação: Secretaria de Governo: Praça da Cidadania; MIS Experience - Exposição Cândido Portinari; Municípios + Fortes; Loteria Socialdo Estado de São Paulo; Bom Prato Móvel; Gestão Governo SP; Agro Paulista; Seade Opinião. Secretariade Turismo e Viagens: Rotas Gastronômicas.

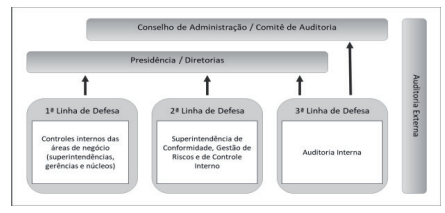
SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Política Habitacional E Diretrizes Da Gestão - A Secretaria Estadual da Habitação, por meioda Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e da Agência Paulista de Habitação Social-Casa Paulista, tem empenhado todos os esforços para cumprir as metas estabelecidas no PPA 2020-2023. Nos últimos anos, somaram-se aos desafios trazidos pela conjuntura político-econômica aqueles decorrentes da pandemia da COVID-19 e da redução dos investimentos federais em habitação. A despeito desses fatores, a Secretaria empenhou-se na consecução de seus objetivos e metas de atendimento às demandas de habitação de interesse social no Estado de São Paulo, combinando a aplicação de recursos do FPHIS, da SH/Tesouro do Estado e da CDHU para prosseguir com sua atuação, mantendo os esforços para aprimoramento dos processos de governança, gestão e integração das ações da pasta e com outros agentes parceiros e financeiros. Tendo como base as orientações previstas no Plano Estadual de Habitação 2011-2023, a Secretaria prosseguiu na busca de realização de suas diretrizes estratégicas, em duas vertentes complementares: Ações Corretivas e Fomento e Provisão de Moradias. Ações Corretivas - Requalificação habitacional e urbana - com foco em assentamentos precários; Habitação sustentável no litoral paulista - Cidade Legal: apoio à regularização fundiária - Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - Fomento e Provisão de Moradias - FPHIS - Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social / Casa Paulista - Ações de provisão habitacional - PPP/Parcerias.

Governança e Gestão da Política Habitacional - Dentre as ações institucionais que a pastatem empreendido, destacam-se: Governança da CDHU - A CDHU sempre buscou manter boas práticas de governança corporativa e conformidade, prezando pela transparência com todas as suas partes interessadas. A partir da criação da Lei nº 13.303/2016, que estabelece mecanismos para ampliar e aprimorar a transparência e práticas de governança nas empresas estatais, a companhia passou a tomar providências necessárias para se adequar às novas exigências, fortalecendo sua estrutura organizacional. Em consonância com as determinações previstas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto Estadual nº 62.349/2016, no seu Estatuto Social e diante de seu compromisso com a transparência, a ética e as boas práticas de governança corporativa, a CDHU elaborou e divulgou, em 2022, o seu Programa de Integridade - reúne os instrumentos utilizados na prevenção, detecção e combate à corrupção, de forma a prevenir o envolvimento da instituição, empregados, dirigentes e terceiros em atos lesivos contra a administração pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, bem como o respeito aos princípios e às normas previstos no Código de Conduta e Integridade da CDHU. Foi elaborado levando em consideração as diretrizes expedidas pela Controladoria Geral da União, destinadas a orientar as empresas estatais. A governança da CDHU está estruturada por meio de um corpo diretivo do qual fazem parte a presidência e cinco diretorias, além de superintendências e gerências, com funções específicas relacionadas às suas áreas de atuação. Todo o processo de seleção e nomeação para cargos de confiança, incluindo o mais alto órgão de governança, acontece com foco nos requisitos de competência para o exercício das atividades. Estrutura de governança da CDHU:



Os órgãos de controle têm as seguintes atribuições voltadas à integridade da companhia: Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento: Emite manifestação conclusiva, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e conselheiros fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausênciade vedações para as respectivas eleições, além de verificar a conformidade do processo de avaliaçãodos administradores e dos conselheiros fiscais. Conselho Fiscal: Órgão colegiado, não integrante da administração, com ação individualizada de seus membros, na qualidade de representante dosinteresses da empresa, dos atos dos administradores e dos parâmetros estabelecidos no Estatuto Social, dentro dos princípios de ética, equidade e transparência, emitindo opiniões, recomendações, pareceres, assim como pelo conhecimento de denúncias, zelando pelos interesses da empresa.Conselho de Administração: Tem a missão de discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, programa de integridade e código de conduta e integridade, implementando e supervisionando os sistemas de gestão de riscos e de controle interno, estabelecidopara a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a empresa, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e dos relacionados à ocorrência de corrupção e fraude. Comitê de Auditoria Estatutário: Órgão de assessoramento e reporte ao conselho de administração com a responsabilidade primária de monitorar a integridade, o sistema decontroles internos, a geração e a divulgação das demonstrações financeiras da CDHU, além do monitoramento da auditoria interna, da auditoria independente, do sistema de canal de denúncias; doprocesso de gestão de riscos, controles internos e das partes relacionadas. Compete zelar pelo cumprimento do código de conduta e integridade, avaliando a aderência a ele e o comprometimento dos administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético,monitorando os procedimentos de apuração de infrações ao código de conduta e integridade.Auditoria Interna: Vinculada ao conselho de administração por meio do comitê de auditoria estatutário, tem como foco aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno: Além do atendimento às disposições aplicáveis do artigo 9º da Lei federal n. º 13.303/2016, estabelece políticasde incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos membros da empresa. Ouvidoria: Assegura o direito do cidadão à informação, à qualidade e ao controle adequado dos serviços oferecidos pela CDHU, conforme determinado na Lei de Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público do Estado-Lei nº 10.294/1999, por meio da disponibilização de informações e pelo tratamento, intermediação e resposta às manifestações recebidas. A Ouvidoria atua de forma independente e autônoma, estabelecendo um canal direto de comunicação com o cidadão, clientes, fornecedores e funcionários. Código de Conduta e Integridade: Implantado em 21/3/18, sistematiza e aprimora procedimentos da companhia para garantia do respeito e da responsabilidade nos diversos relacionamentos decorrentes direta ou indiretamente da sua atividade, e tem sua aplicação dirigida a todas as pessoas que mantenham relação comercial e de trabalho com a CDHU, inclusive os membros de conselhos e comitês, diretores, empregados, funcionários ou empregados requisitados ou cedidos de outros órgãos públicos, estagiários, aprendizes e prestadores de serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, direta ou indiretamente vinculados à companhia. Comitê de Ética: É um colegiado multidisciplinar, independente, que tem por objetivo ser um órgão de assessoramento da diretoria colegiada nas questões que envolverem violações às normas estabelecidas no código de conduta e integridade da CDHU. Canal de Denúncias: Está disponível no site da companhia desde 5/12/18. Este canal é seguro e garante o anonimato do denunciante, sendo específico para denúncias relativas à desvio de conduta que envolva a CDHU e seus parceiros, conforme especificado no código de conduta e integridade. As denúncias são automaticamente direcionadas ao Comitê de Ética. Gestão de Riscos - A gestão de riscos é parte integrante e fundamental das atividades de negócios da companhia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de seus objetivos estratégicos e apoiando as áreas de negócios no atingimento de seus resultados. A CDHU segue o modelo das três linhas de defesa: a primeira linha de defesa é exercida pelas unidades organizacionais ligadas às diretorias, por meio de seus controles internos; a segunda linha de defesa é estabelecida pela Superintendência de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, gerando medidas de controle de forma independente; e a terceira linha de defesa é exercida pela auditoria interna, por meio de verificação da adequação dos processos internos.



Em 2022, a CDHU contratou empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializadosde consultoria para revisão dos processos, com o fim de propiciar a atuação preventiva de auditoria interna, compreendendo a seguintes atividades conforme estabelecido na Lei nº 13.303/2016: Análise e atualização da matriz de riscos; Avaliação de controles internos; Conformidade-*compliance*; Auditoria e revisão de processos críticos; Prevenção e detecção de fraudes. O contrato assinado em 25/8/2022 teve sua Ordem de Início de Serviços emitida em 19/9/2022, com prazo de vigência de 36meses. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD - Lei nº 13.709/18 é a legislação brasileira que visa regular e garantir a transparência no tratamento e uso dos dados das pessoas físicas em quaisquer meios. Foram desenvolvidas diversas atividades voltadas à adequação da CDHU à LGPD. Dentre elas, podemos destacar: Criação de área específica para assuntos de LGPD na intranet-Portal e no sítio eletrônico da CDHU, com divulgação para todos os colaboradores; Disponibilidade de treinamento para todos os colaboradores; Atualização da cláusula sobre LGPD nos editais de licitação; Atualização da cláusula sobre LGPD nos contratos com mutuários e beneficiários; Elaboração e divulgação da Política de Privacidade e Tratamento de Dados da CDHU, com base na Política divulgada pelo Governo do Estado em 30/12/21; Início do processo de contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria especializada para elaboração de diagnóstico relativo ao tratamento de dados pessoais realizados pela CDHU, com o fim de adequação à LGPD; Implementação de diversas medidas para adequações dos sistemas de informação. Ações

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

de qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social - Em 2022, pelo décimo terceiro ano consecutivo, a CDHU elaborou seu Relatório de Sustentabilidade. Neste relatório - que corresponde ao período de 1/1 a 31/12/2021 – são apresentadas informações das principais ações realizadas pela Companhia, sua forma de gestão e o relacionamento com as partes interessadas. Para este Relatório, a CDHU adotou os princípios e as diretrizes da *Global Reporting Initiative*-GRI e da *International Integrate Reporting Council*-IIRC, apresentando um relato integrado, estruturado em 6 capitais: Manufaturado, Humano, Intelectual, Social, Natural e Financeiro. Durante o ano os padrões Habitacionais e Urbanísticos adotados após os estudos realizados pelo Comitê de Inovação e Sustentabilidade foram mantidos através de soluções sustentáveis de drenagem urbana e uso de equipamentos eco eficientes nas unidades habitacionais-uhs, incluindo a utilização de equipamentos redutores de consumo de água como bacias sanitárias tipo VDR-volume de descarga reduzido, torneiras com arejadores/redutores de fluxo de água, bem como individualização de medição de água nos conjuntos habitacionais multi familiares, além do sistema fotovoltaico incorporado à todas as Unidade Habitacionais unifamiliares. A eficiência energética é um item de destaque nas habitações da CDHU desde 2009, quando começaram a ser instalados Sistemas de Aquecimento Solar, por meio de parcerias com concessionárias como com recursos próprios. O uso desse sistema de Aquecimento entre 2009 e 2018 totalizou um investimento de aproximadamente R$122 milhões, levando a uma economia projetada de 18.239 KWH/mês. Um novo capítulo da eficiência energética teve início em 2019, com a adoção do Sistema Fotovoltaico nas Habitações. A Implantação dessa tecnologia foi resultado do convênio firmado em 2016 entre a Secretaria da Habitação/CDHU e a Secretaria da Energia e Mineração do Estado, com o objetivo de fomentar a implantação de sistemas fotovoltaicos nas unidades habitacionais da CDHU que propiciou o desenvolvimento de projetos-piloto nos quais foi realizada a implantação e acompanhamento dos resultados de eficiência energética desses dispositivos, como base para um plano de ação mais amplo. Com a comprovação da eficácia dos sistemas fotovoltaicos implantados nos projetos-piloto, todas as unidades habitacionais com obras iniciadas a partir de 2019/2020 passaram a ser entregues com o sistema fotovoltaico instalado, propiciando uma economia expressiva nas despesas mensais dos mutuários com energia elétrica e poupando consumo de forma geral. Complementarmente, todas as unidades habitacionais com sistemas fotovoltaicos passaram a ser dotadas também de lâmpadas LED, permitindo reduzir ainda mais o consumo dos mutuários. Com a iniciativa em curso, propiciando o uso de fonte limpa e renovável de energia em moradias da população de menor renda, já foram entregues mais de 10 mil Unidades Habitacionais, distribuídas em 123 novos empreendimentos com a implantação das placas solares. Considerando-se a geração média de 80 kWh mensal por residência, estima-se que a geração de todas as Unidades Habitacionais Horizontais somadas seja de 747.600 kWh por mês. Essa energia total representa uma grande queda da demanda de energia das concessionárias. Entre 2019 e 2022 essa iniciativa totalizou um investimento de aproximadamente R$43milhões. Nos quadros a seguir tem-se o fluxo da implantação dos dispositivos e o número de moradias beneficiadas.



Esses são os resultados até o momento, que prosseguem em expansão, tendo em vista que as moradias continuam a ser projetadas e entregues com esses dispositivos. Quanto ao gerenciamento dasmedições e registro de informações de geração de resíduos, consumo de água e energia elétrica nas obras habitacionais da CDHU, há registro descentralizado em todos os canteiros de obras. Os dados têm sido lançados no sistema Gestão de Empreendimentos-GEM e estão gerando indicadores para consumo de água, energia elétrica e produção de resíduos nos canteiros de obra dos empreendimentos habitacionais. As iniciativas da Companhia visam à sustentabilidade e à conservação de recursos, com ganhos para o meio ambiente, aliados à redução dos custos de consumo para os moradores das habitações sociais. A Diretoria de Planejamento e Projetos, assumindo o direcionamento dos novos serviços não relacionados à produção de habitações, está utilizando a experiência já adquirida pela Companhia em Sistemas Fotovoltaicos para incorporar essa Tecnologia em seus novos contratos. Premiações - Prêmio ABC Habitação: Programa Vida Digna/Projeto de Recuperação Socioambiental das Margens da Represa Billings/Sistema de Informações Integradas do Programa Viver Melhor; Projeto de equidade racial - Casa SP AfroBrasil; Homenagem recebida da Polícia Militar pela Prestação de Serviços de Projetos para a Escola de Soldados; Classificação no Anuário da Revista Época Negócios de 2022 - balanço de 2021 - a CDHU alcançou a posição de 263º lugar no ranking geral das empresas de todo o país, com destaque para a 7ª colocação em sustentabilidadeno setor da construção. Processo de aprimoramento dos instrumentos da política de atendimento e planejamento habitacional. Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Habitacional - Mapeamentode Assentamentos Precários e Planos Regionais de Habitação - Câmaras Temáticas de Habitação dosConselhos Regionais - De modo a qualificar o diagnóstico habitacional nas regiões metropolitanas, incorporando informações territoriais de necessidades habitacionais que orientem a definição de programas e linhas de ação, e após haver concluído, entre final de 2019 e início de 2020, trabalho emparceria com a Agência Metropolitana da Baixada Santista-AGEM e os municípios participantes da Câmara Temática de Habitação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista-Condesb, a CDHU permanece realizando continuamente integração com essa Câmara Temática e com a AGEM, visando à atualização e aprimoramento do mapeamento de assentamentos precários na plataforma SIM-Habitação, agora operada pelo IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, que assumiu a operação da plataforma após a extinção da EMPLASA. O trabalho de mapeamento de assentamentos precários, em plataforma compartilhada com os municípios tem alcançado avanços expressivos, tendo sua importância reconhecida pelos municípios da Baixada como ferramenta fundamental ao planejamento habitacional e urbano. O trabalho recebeu o Prêmio ABC Habitação - Selo de Mérito em 2019. Em 2022, um grande esforço tem sido impulsionado pela AGEM e Câmara Temática de Habitação do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista – CONDESB, para a atualização das informações. A importância ficou evidenciada no momento da elaboração do Programa Vida Digna - Palafitas, oportunidade em que os insumos foram prontamente disponibilizados para a concepção e orientação das intervenções. A CDHU, como agente técnico do Sistema Estadual de Habitação, tem papel fundamental na elaboração da metodologia de trabalho e na articulação dos partícipes: Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo; Câmaras Temáticas de Habitação; Agências Regionais; Municípios e agora o IGC, responsável pela plataforma geocolaborativa SIM. Em todo o processo, tem sido evidenciada a importância do protagonismo da Secretaria da Habitação e da CDHU para estruturar o diagnóstico colaborativo das necessidades habitacionais nas regiões metropolitanas paulistas, com foco no conhecimento qualificado do território, estruturando uma base comum para a definição de diretrizes para o planejamento e execução das funções públicas em que se insere a política habitacional de interesse social. As referências foram editadas em notas técnicas sobre o SIM e demanda habitacional no Estado de São Paulo, prontas para publicação no site da CDHU, como bases para atualização do Plano Estadual de Habitação. Planejamento Estratégico - Plano de negócios 2022 - Com base nos trabalhos de planejamento estratégico da CDHU, e tendo a referência das diretrizes do Plano Estadual de Habitação -PEH-SP 2011-2023, a CDHU já apresentou ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal e deverá apresentar ao Conselho de Administração, na sua última reunião anual, o Plano de Negócios 2023 e a estratégia de longo prazo atualizada, com análise de riscos e oportunidades para os próximos anos, conforme exigências da Lei Federal nº13.303/2016 - Lei das Estatais - em continuidade ao que vem realizando desde 2017, tendo também aferido a realização das metas do Plano de Negócios do exercício de 2022. Esse instrumento consolida o planejamento gerencial, com foco estratégico, e reitera a ênfase no monitoramento e avaliação orçamentária, a visão da carteira da CDHU, como ativo fundamental, a importância da continuidade dos esforços para redução da inadimplência e captação de recursos, além de iniciativas voltadas à normatização da política de atendimento da Companhia e ao novo veio de atuação de prestação de serviços, passando a incluir para 2022 e exercícios subsequentes, um expressivo plano de investimentos, que vem orientando a realização das parcerias entre SH e CDHU e desta com municípios e outros órgãos. Ações gerenciais da CDHU para captação de recursos e diminuição dos índices de inadimplência - O período da pandemia COVID 19, que culminou na redução expressiva da atividade econômica, afetando todo o Estado, dentre outros aspectos, acentuou o nível de desemprego atingindo fortemente a camada da população de baixa renda que é o público alvo de habitação de interesse social, em especial os trabalhadores informais. Com a retomada gradativa da economia, a direção da Cia. aprovou um pacote de medidas para propiciar condições mais favoráveis para a regularização de débitos, exclusivamente para atender as famílias afetadas e não gerar prejuízos ainda maiores à população mutuária. As condições previstas nesse pacote incluem medidas para cada uma das situações mais críticas identificadas, incluindo: Para os contratos com ações do jurídico e com sentença: Quitação Contratual Sentença: Pagamento à vista do saldo residual do contrato, Saldo Devedor + débito de prestações vencidas, atualizado, sem incidência de juros e sem multa; Reparcelamento Com Sentença: Parcelamento do montante residual do contrato -Saldo Devedor + débito de prestações vencidas, atualizado, sem incidência de juro e sem multa, parcelado em até 100 meses, com juros de 3% a/a e atualização anual pelo IPC-FIPE. Recomercialização Ocupante Elegível: Conceder financiamento para o ocupante elegível, nos casos em que ocorra a rescisão contratual com o mutuário originário, com as novas condições de comercialização-juro zero..., pelo Valor do Financiamento original atualizado pelo IPCA-IBGE, prazo até 420 meses. Para os contratos em cobrança administrativa: Acordo Especial: Oferta de parcelamento simples do débito total atualizado, sem incidência de juro, multa, podendo se estender até o fim do prazo contratual e sem entrada; parcela mínima 5% SM - R$ 60,60 -para acordos administrativos, CEJUSC, Judiciais. Transferência: Transferir a titularidade do contrato pelo montante devido, Saldo Devedor, mais débito atualizado, sem juro, nem multa..., refinanciando nas novas condições-juro zero..., até limite de 420 meses; Refinanciamento - Confissão De Dívida: Refinanciar débitos atualizados, sem incidência de juro, nem multa, remanescentes de contratos encerrados, nas novas condições: juro zero, até 420 meses, sem subsídio, menor parcela R$ 363,60 - 30% de 1 salário mínimo. Novação De Dívida - Adotar a novação para contratos ativos em que o acordo especial resultar em prestação consideravelmente superior à capacidade de pagamento pelo devedor, na condição juro zero, até o limite de 420 meses. Acordos Judiciais/CEJUSC Em Atraso - Aceitar pagamento das parcelas anteriormente acordadas no âmbito do CEJUSC, e que estejam em atraso, ou quitação plena do acordo, sem juros e sem multa. Para reacordo, adotar as condições do acordo especial – Formalizado com título executivo. Conversão de Contratos - Cessão De Uso: Adotar as condições normativas vigentes para a conversão de contratos de uso precário em financiamento. Além dessas previsões a CDHU atua no apoio aos mutuários e beneficiários por meio de: Sistema CRM para registros das informações e ferramentas para utilização nos postos de atendimento e Call Center; Atuação do Call Center-0800, de forma ativa; Aplicativo da CDHU para smartphones, efetuando acordos e possibilitando a emissão /visualização de 2ª via de prestações. Atuação de 4 consórcios contratados, prestando atendimento aos mutuários. Sensível ao cenário econômico adverso, a CDHU manteve suspensas as ações de cobrança, as notificações extrajudiciais, os leilões e as reintegrações de posse dos imóveis. Tal situação persistiu por todo ano. Em que pese o aumento gradual da inadimplência, que em outubro/2021, pontuou 27,33%, a partir de medidas comedidas de cobrança, associadas ao pacote de condições especiais aprovadas pela direção, fica nítida a queda da inadimplência, atualmente no patamar de 23,94%. Ademais, o montante dos recebíveis da carteira apresentou resultados positivos, haja vista que a arrecadação até outubro/22 perfaz o montante de aproximado de R$705.900.000,00 com previsão de superar R$ 840 milhões até dez/22. A pandemia também impôs desafios no sentido de que outras adaptações fossem realizadas no modelo de atendimento e, nesse contexto, passou-se a adotar audiências de conciliação - CEJUSC, por meio virtual - à distância, assistidas e mediadas por representantes do Poder Judiciário. Em resumo, abaixo estão demonstrados os resultados da inadimplência e da arrecadação, posicionados em outubro/2022:

Créditos ativos	Inadimplência		Adimplência
274.349	65.679 (23,94%)		208.670 (76,06%)

Arrecadação Total* - R$ 806,8MI - 2021, contra previsão de 840MI - 2022 até dezembro. Com os financiamentos encerrados no curso de 2022, por término de prazo, nulidade de saldo, quitações antecipadas com recursos próprios ou por sinistros, em números absolutos, a carteira de ativos - créditos em cobrança, decresceu 13.799 contratos. (*) valor referente a prestações recebidas no mês, antecipadas e atrasadas, quitações, indenizações de seguros, FGTS, leilões, depósitos em conta e rendimentos. Ações sociais em habitação - Trabalho Técnico Social em urbanização de favelas e áreasurbanas degradadas - O Trabalho Técnico Social-TTS, em favelas e assentamentos precários duranteo ano foi desenvolvido em 69 núcleos de favelas, situados em 36 municípios abrangendo cerca de 25mil famílias e envolvendo projetos de: melhorias habitacionais, por meio do Programa Viver Melhor que prevê a execução de reparos, manutenção corretiva, requalificações e adaptações em moradias precárias existentes em núcleos regularizados ou passíveis de regularização; requalificação urbana com intervenção direta da CDHU, por meio da urbanização das áreas e/ou remoção e reassentamentodas famílias; regularização fundiária de áreas urbanizadas ou consolidadas parcerias com outros órgãos para implantação de projetos de mobilidade urbana, habitação, saneamento, requalificação urbana e outros; recuperação ambiental em programas de governo e apoio às famílias em auxílio- moradia para conclusão do atendimento habitacional definitivo, por meio das modalidades Carta de Crédito Individual, Carta Crédito Associativa e Unidades Habitacionais novas ou recomercializadas.Programa Viver Melhor, referente a melhorias habitacionais em moradias precárias existentes em núcleos regularizados ou passíveis de regularização: foram realizadas atividades de identificação e selagem de domicílios, levantamento do perfil socioeconômico, acompanhamento das vistorias técnicas, acompanhamento das obras no domicílio, obtenção de adesão e coleta de documentos assinatura dos moradores em 49 núcleos distribuídos em 34 municípios envolvendo 10.493 domicílios identificados. Ações de urbanização remoção e reassentamento de famílias em projetos derequalificação urbana com intervenção direta da CDHU: foram realizadas ações de atendimentos sociais, vistorias, visitas domiciliares, reassentamentos e também suporte técnico à equipe de projetos em Vila Ferreira - São Bernardo F5. Ações de apoio à regularização fundiária: Envolveram atividadesde pactuação dos lotes por meio de reuniões com lideranças locais, arrolamento e mapeamento de lote na visão dos moradores, atendimentos individuais e mediação de conflitos, quando da contestaçãodas dimensões e perímetro do lote. Sumaré C; Jardim Santo André; - Santo André A, Pantanal -VilaJacuí B. Parcerias com outros órgãos para implantação de projetos de mobilidade urbana, habitação,saneamento, requalificação urbana e outros: foram realizadas ações para remoção e reassentamento de famílias envolvendo atendimentos sociais presenciais e remotos de apoio ao atendimento habitacional provisório ou definitivo envolvendo envolvendo 9 núcleos de atuação e cerca de 1.700 famílias nos projetos: CPTM

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

linha 9 - Esmeralda; STM linha 6 - Laranja; Metrô linha 5 - Lilás e 15 - Prata; Metrô linha 17 - Ouro; Quadra 36 - Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para implantação do Hospital Pérola Byington; Parque Várzeas Tietê - PVT/DAEE; Vila Itália/Favela Marte - São José do Rio Preto; Chácara Baronesa - Prefeitura Municipal de Santo André; Vila Municipal e Porto de Areia - Prefeitura Municipal de Carapicuíba. Ações de recuperação ambiental em programas de governo: as atividades desenvolvidas tiveram como foco os atendimentos sociais, vistorias, visitas domiciliares, visitas monitoradas à empreendimentos, acompanhamento do processode comercialização e mudança das famílias nos Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar - Cubatão, Vila Nova Esperança - São Paulo, envolvendo 1.108 famílias. Apoio às famílias em auxílio-moradia para efetivação do atendimento habitacional definitivo: oferta de unidades novase recomercializadas via aplicativo Kaizala, orientações e esclarecimento e apoia a família para aquisição de moradia por meio de carta de crédito individual ou associativa, envolvendo ações de atendimentos sociais presenciais e remotos, dentre outras atividades necessárias para apoiar as famílias a concluir o processo de atendimento habitacional para mais de 4.500 famílias oriundas de 12 núcleos. Destaca-se, ao longo de 2022, o incremento das ações para eficiência do trabalho de campo, gestão, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Trabalho Técnico Social-TTS, por meio de: Aprimoramento e adequação do CRM para viabilizar a integração de informações entre as áreas técnicas. Elaboração de painéis automatizados para avaliação e monitoramento do PVM. Trabalho Técnico Social - TTS de pré-ocupação e pós-ocupação em Empreendimentos Habitacionaisde Interesse social - até o mês de novembro, o Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e pós- ocupação em Empreendimentos Habitacionais de Interesse social da CDHU foi desenvolvido em 156cidades, o que representa 24% do total de municípios paulistas, atendendo 31.473 famílias e 182 conjuntos habitacionais. O trabalho foi dividido em três conjuntos de ações estruturadas em processosde negócio, caracterizados pela natureza do cliente atendido, a saber: TTS em empreendimentos da CDHU; Prestação de serviços de TTS em empreendimentos atendidos por convênios ou contratos; Prospecção, captação e gestão de parcerias. Processo 1 - Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e pós-ocupação em empreendimentos habitacionais de interesse social construídos pela CDHU - visa afixação e a permanência das famílias na nova moradia, por meio da consolidação do sentimento de pertencimento dos moradores no novo espaço, o que gera a valorização do imóvel, a diminuição da inadimplência tendo como decorrência, o incremento de receitas, para o investimento em novas unidades habitacionais. O desenvolvimento deste processo possibilita a articulação de *stakeholders* com vista à inclusão social, e à integração territorial das famílias atendidas, propiciando o estabelecimento dos laços comunitários nos conjuntos habitacionais e o amadurecimento da percepção de cidadania dos moradores, sendo estes fatores necessários para o sucesso de ProgramasHabitacionais. Para isso, são realizadas ações sociais em conjuntos habitacionais construídos pela CDHU e na localidade onde este é implantado, permitindo a correta orientação das famílias beneficiárias, tanto no que diz respeito ao uso das unidades habitacionais, quanto à organização comunitária e ao acesso à serviços e equipamentos públicos. A metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho oportuniza a integração e familiarização dos moradores com o novo território, fomentando o conhecimento do seu entorno, os serviços já oferecidos e aqueles que deverãoser pleiteados. Estimula, também, o desenvolvimento de uma rede de apoio e colaboração. Odesenvolvimento das ações do trabalho social ainda está relacionado a uma primeira aproximação com o território de intervenção, propiciando insumos para aprimorar o conhecimento sobre o projeto,de modo a subsidiar o planejamento e execução dos trabalhos garantindo a sustentabilidade da intervenção habitacional. O desenvolvimento do trabalho social, possui também níveis de integraçãoterritorial com as entidades da sociedade civil da macro área, cujo objetivo é ampliar os processos demobilização e organização do público beneficiário, moradores do bairro, instituições públicas e privadas de serviços, por meio de articulações. Diante da diversidade das necessidades de cada conjunto habitacional, foi realizado um tipo de trabalho específico, sendo assim, a estratégia utilizadana operacionalização das ações sociais ancora-se em nos seguintes eixos de atuação: Eixos de Atuação: Orientação Social; Organização Condominial; Gestão Condominial; Apoio àRegularização Fundiária; Projetos Especiais. Resultados Alcançados - No quadro síntese abaixo, apresenta-se os resultados da atuação da CDHU, referentes aos eixos de trabalho do Processo 1 - Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e pós-ocupação em HIS construídas pela CDHU.

Eixo	Conjuntos Habitacionais	Famílias Atendidas	Síntese de Atividades	Atividades em Destaque	
Orientação Social	90	7.342	554 Reuniões / Oficinas / Ações desenvolvidos 22 Atividades de suportedesenvolvidas	Condomínios Instalados --- --- CNPJs Obtidos --- Assembleias Realizadas --- Capacitações de Corpo Diretivo	30 --- - --- 36 --- - --- 82 --- - --- 242
Organização Condominial	17	8.441	815 Reuniões / Oficinas / Ações desenvolvidos 150 Atividades de Suporte desenvolvidas		
Gestão Condominial	8	3.212	562 Reuniões / Oficinas / Ações desenvolvidos 170 Atividades de Suporte desenvolvidas		
Apoio à Regularização Fundiária	5	3.064	90 Reuniões / Oficinas / Ações desenvolvidos 36 Atividades de Suporte desenvolvidas		
Projetos Especiais	6	1.957	64 Reuniões / Oficinas / Ações desenvolvidos 11 Atividades de Suporte desenvolvidas		
Total	126	24.016			

*Dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2022.

Processo 2 - Prestação de serviços de execução do TTS de pré-ocupação e/ou pós-ocupação em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contrato. A prestação de serviços de execuçãodo TTS em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contrato estabelecidos entre a CDHU e governos e/ou autarquias municipais, estaduais, federais e organismos multilaterais, objetivaa elaboração e/ou execução de planos e projetos de Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e/ou pós-ocupação voltado às famílias atendidas em empreendimentos de Habitação de Interesse Social -HIS. A operação gera entregas exclusivas, e as diretrizes operacionais do TTS são definidas em conjunto com os entes conveniados ou contratantes. Neste processo de trabalho, durante o ano, destacam-se as operações voltadas à prestação de serviços de TTS aos municípios e empresas públicas e órgãos municipais e estaduais, onde a CDHU, pela sua expertise na atuação social, forneceu metodologias inovadoras e estratégias eficientes no desenvolvimento do trabalho, organizou diagnósticos participativos e articulou ações que aproximaram as famílias dos entes e das políticas municipais. Resultados Alcançados - No quadro síntese abaixo se apresenta os resultados da atuação da CDHU, referentes aos eixos de trabalho do Processo 2-Prestação de serviços de execução do TTS de pré-ocupação e/ou pós-ocupação em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contrato.

Convênio	Conjuntos Habitacionais	Famílias Atendidas	Principais Atividades Desenvolvidas
PMCMV	53	4.725	1.385 Reuniões / Oficinas / Ações desenvolvidos 92 Atividades de suporte desenvolvidas
COHAB-ST	1	1.120	400 Reuniões / Oficinas / Ações desenvolvidos
PM Itaquaquecetuba – Altos do Pinheirinho	1	612	17 Atividade de suporte desenvolvidas
PM Itaquaquecetuba – Lebani	1	840	
Total	56	7.297	

*Dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2022.

Processo 3 - Prospecção, captação e gestão de parcerias para promoção do desenvolvimento social emcontratos e convênio firmados pela CDHU. Este processo refere-se à prospecção, captação e gestão deparcerias para o desenvolvimento de trabalho social, por meio do planejamento e implantação de açõesconjuntas de curto, médio e longo prazo, com outras instituições e associações públicas ou privadas, focadas na melhora da qualidade de vida e bem-estar social da população beneficiária. Foramprospectadas e/ou firmadas, as seguintes parcerias: Nova parceria com a Prefeitura Municipal de Peruíbe - Contrato assinado com a Prefeitura de Peruíbe, aguardando a emissão de Ordem de Serviço, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria, elaboração e execução de Trabalho Técnico Social no Conjunto Habitacional Estância Santa Izabel. Prospecção de nova parceria com a COHAB Santista - Neste ano, produto dos bons resultados da parceria entre a CDHU e a COHAB Santista, na realização do TTS com as famílias do Conjunto Habitacional Tancredo Neves III, foram iniciadas as tratativas para o estabelecimento de mais um contrato entre a CDHU e a Companhia de Habitação da Baixada Santista, com vista à execução de atividades de gestão condominial e patrimonial no referido empreendimento. Prospecção de parceria com a Prefeitura Municipal de Santos - No período, foi elaborada proposta técnico-comercial para o estabelecimento de parceria com a Prefeitura Municipal de Santos para a prestação de serviços técnicos pela CDHU nos projetos de TTScom as famílias das áreas de interferência direta do Programa Santos Novos Tempos. Auxílio-MoradiaEmergencial-AME e Auxílio Moradia Provisório-AMP. O AME é um beneficio que se destina a famílias desabrigadas ou desalojadas, em função de chuvas, residentes de municípios que tenham declarado estado de emergência ou de calamidade pública. O Auxílio-Moradia Emergencial é previstopelos Decretos Estaduais nº 55.334, de 11/1/2010, alterado pelo Decreto Estadual nº 55.370, de 27/1/2010 e pelo Decreto Estadual nº 56.664, de 11/1/2011. O Auxílio-Moradia Provisório, por sua vez, é destinado a famílias removidas de forma involuntária de suas residências habituais, em função de obras de urbanização ou de reassentamento para execução de obras públicas. Tais famílias deverãoter atendimento habitacional definitivo equacionado nos próximos anos. Estes auxílios foram custeados com recursos da Secretaria da Habitação/Casa Paulista e por recursos de parceiros. O Governo do Estado de São Paulo criou o Programa Bolsa do Povo, pela Lei Estadual nº 17.372/2021 - maior programa de assistência social da história do Estado, regulamentado pelo Decreto nº 65.812, de2021, consistente no pagamento aos beneficiários finais do Programa BOLSA DO POVO nos termosdo Decreto nº 65.812, de 23/6/2021. Neste Programa está incluído o benefício do auxílio moradia operacionalizado pela CDHU. A CDHU celebrou Convênio com Secretaria de Governo do Estado deSão Paulo e Prodesp, em novembro de 2021, ficando a CDHU responsável pela gestão das famílias, oPrograma Bolsa do Povo pelo pagamento do benefício diretamente à família, e a Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo pela transferência de recursos, previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício 2022 e que onerarão a classificação programática 5124 - Bolsa do Povo, da unidadegestora U.O. 25001 - UGO 250104. A migração das famílias para o Programa Bolsa do Povo teve início em dezembro de 2021 e foi concluída em junho, totalizando 6.394 famílias que passaram a receber o benefício pelo Programa, com exceção daquelas envolvidas em intervenções, cujos recursossão dos parceiros. Considerando as famílias atendidas com pelo menos uma parcela de auxílio moradiaem 2022, observa-se que 44% - 3.684 dos auxílios foram concedidos a famílias de projetos de origemna capital, 38% - 3.201 de municípios da RMSP e 18% - 1.531 do interior. Além disso, 76% - 6.371 das concessões de auxílios moradia atendidas estão em vigência há mais de 3 anos.

Benefício x Origem Recursos	*Famílias*
Auxílio Moradia Contratado – Habitação	5.637
Auxílio Moradia Contratado – Parceiros	1.028
Auxílio Moradia Emergencial Conveniado – Habitação	1.751
TOTAL	*8.416*

Fonte: CDHU/DAH, 04/11/2022

SH - Funcionamento da Coordenadoria de Planejamento Habitacional -CPH - A Coordenadoria, áreatécnica da Secretaria da Habitação, tem por competência a gestão de convênios com municípios e órgãos estaduais no âmbito dos programas habitacionais do governo estadual-PEM e FEH, desde suaformalização e repasse de recursos até a prestação de contas e encerramento. Sob a responsabilidadeda CPH, encontra-se a gestão na Secretaria da Habitação dos Programa Especial de Melhorias - PEM,Programa Vida Longa, o qual reformulou o Programa Vila Dignidade, Programa São Paulo de Cara Nova, Auxílio-Moradia Emergencial-AME, Cadastro Integrado de Beneficiários de Auxílio Moradia-CIBAM e convênios com recursos do Fundo Estadual da Habitação-FEH. SH - Funcionamento da Coordenadoria de Licenciamento de Operações e Controle Tecnológico - CLOCT. Tendo comoatribuição o exame e a avaliação, mediante realização de vistorias em campo, voltados a aprovaçõesde áreas comerciais e industriais em todo o território paulista, a Coordenadoria possui assento no colegiado do GRAPROHAB. No ano, o corpo técnico da coordenadoria analisou um total de 1.336 processos, sendo 480 novos e 677 contendo exigências em andamento, além de emitirem 730 informações técnicas que englobam processos e expedientes diversos. Portanto foram realizados 2.066 procedimentos. O principal indicador de produtividade da coordenadoria indica que cada um dos cinco técnicos realizou uma média de 1,85 procedimentos por dia útil, decorridos até o momento223 dias úteis neste ano até esta data-dados consolidados até 18/11/2022. SH - Grupo de Análise de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo-Graprohab - Foi publicado o Decreto Estadual nº 66.960, de 8/7/2022, que promove a reestruturação do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais-Graprohab e revoga o Decreto Estadual nº 52.053, de 13/8/2007. Para refletir a nova regulamentação, o órgão publicou em 25 de agosto o novo Regimento Interno do colegiado. O Graprohab tem como objetivos centralizar e agilizar a análise de projetos de empreendimentos habitacionais de parcelamento do solo e condomínios localizados em área urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas por legislação municipal. Com a edição do novo Decreto Estadual nº 66.960, de 8/7/2022, cumpre destacar algumas das principais novidades: Atualização do rol de projetos habitacionais que são objeto de análise obrigatória pelo Graprohab, com ajuste do número de unidades para os condomínios verticais e inclusão dos condomínios horizontais, verticais ou mistos a serem implantados em áreas não servidas por equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável e energia elétrica pública. Ampliação do prazo de validade do Certificado de Aprovação do Graprohab de 2 para 4 anos, prorrogáveis por igual período, desde que não haja alteração no projeto previamente aprovado. A vigência do Certificado durante o novo prazo fica condicionada à renovação de licenças e autorizações que tenham prazo inferior, o que deverá ser providenciado pelo próprio interessado. Expressa previsão da análise documental sobre o enquadramento de um projeto nas hipóteses de análise obrigatória pelo Colegiado-atual artigo 8º. A antiga Dispensa de Análise passa a

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

ser prevista no Decreto, bem como um prazo máximo para que a manifestação seja proferida pelo Graprohab. Redução do prazo de análise da manifestação de enquadramento para sete dias úteis e de análise de novos protocolos para uma média de cinco meses. O Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo-Graprohab, cuja principal função é centralizar e agilizar as aprovações para implantação de empreendimentos habitacionais e parcelamentos de solo solicitados por instituições públicas ou privadas, conta com estrutura de corpo técnico da Secretaria Estadual da Habitação e em 2022 reuniu-se em 43 ocasiões, e realizou 4.261 procedimentos, entre eles: análise de 1.353 protocolos, manifestações de enquadramento-antiga dispensa de análise, processos modificativos e substitutivos. Foram emitidas 2.908 informações para o Ministério Público, prefeituras, demais interessados assim como atendimentos por telefone e e-mail. Foi dada continuidade à atualização do Manual do GRAPROHAB, em formato digital, utilizando softwares gratuitos e simples de usar, sem acarretar custos extras ao Estado. Através do trabalho da equipe do GRAPROHAB e do esforço dos demais órgãos do colegiado, foi possível criar o primeiro aplicativo do tipo *Progressive Web* App no âmbito estadual, além de publicá-lo simultaneamente em PDF, epub e mobi, formatos para aqueles que usam leitores de livros digitais como o Kindle e o Lev. Os dados estatísticos e georreferenciados dos projetos submetidos ao GRAPROHAB são disponibilizadosatravés de Dashboards de informação, oferecendo a pesquisadores e interessados em geral o panorama de empreendimentos aprovados e dispensados pelo GRAPROHAB desde 1991. Estes dados foram consolidados em 18/11/2022. SH - Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista - A Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista atua como agente operadora do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social - FPHIS e tem como função principal o fomento à produção de habitação social. A Casa Paulista desenvolve diversos programas, em parceria com Governo Federal, com os Municípios e com a iniciativa privada, com o intuito de promover atendimento habitacional para a população mais vulnerável. Atualmente, os programas vigentes são: Parceria Governo Federal: destinada a complementar os recursos para produção de moradias, por meio de subsídios estaduais complementares. Os programas de apoio à produção habitacional operam em articulação com o antigo Programa Minha Casa Minha Vida, em suas modalidades FAR, FDS e PNHR. O Estado concede aportes financeiros complementares ao valor concedido pela União, no limite de até R$ 20.000,00 por unidade habitacional - no caso do FAR e FDS e de até R$ 25.000,00 para a edificação de unidades habitacionais e de até R$ 15.000,00 para a reforma de unidades habitacionais, no caso do PNHR. O valor é repassado diretamente às instituições financeiras que se responsabilizam pela seleção dos beneficiários e aprovação dos projetos de acordo com as regras do programa federal. Parceria Municípios: as operações são desenvolvidas em articulação envolvendo Estado, agentes financeiros, prefeituras, proprietários de lotes, entidades organizadoras e empresas do setor da construção civil, tendo por finalidade estimular a produção de loteamentos urbanos, garantir acesso à infraestrutura urbana em regiões já consolidadas e promover melhorias arquitetônicas em unidades habitacionais. Assim, essa parceria divide-se em: Programa Lotes Urbanizados: a Casa Paulista destina aos municípios o valor de até R$ 12 mil por lote para obras de infraestrutura, pavimentação e tratamento das áreas livres e institucionais, com garantia de destinação dos lotes para demanda de interesse social. Programa Desenvolvimento Urbano: são disponibilizados recursos de até R$ 100 mil por atendimento habitacional para obras de produção de moradias ou melhoria urbana, tais como extensão de redes de saneamento, pavimentação asfáltica, dentre outros, desde que realizadas em núcleos urbanos consolidados. Programa de Desenvolvimento Urbano - PDU: o programa em parceria mencionado acima também ocorre em parceria com a CDHU. São disponibilizados os mesmos recursos de até R$ 100 mil por atendimento habitacional para obras de produção de moradias ou melhoria urbana, tais como extensão de redes de saneamento, pavimentação asfáltica, dentre outros, desde que realizadas em núcleos urbanos consolidados. Melhorias Habitacionais - Programa Viver Melhor: consiste em uma ação dentro do PDU, que objetivapromover melhorias habitacionais concretizados por meio de serviços de reparos, manutenção corretiva, requalificações e adaptações em moradias precárias em núcleos regularizados ou passíveis de regularização no estado de São Paulo. Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Individual: o programa tem por objetivo subsidiar a aquisição da casa própria por meio da concessão de subsídios às famílias cujas operações obedeçam às condições e normas do crédito imobiliário para as operações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS e do Programa Casa Verde e Amarelo. Os subsídios às pessoas físicas variam, atualmente, de R$ 10.000,00 a R$ 16.000,00, para as famílias com renda bruta mensal de até 3 salários mínimos, que adquirirem unidades habitacionais nos empreendimentos privados participantes do Programa. Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Associativo: criado em 2019, mas com início das operações apenas em 2022, por meio do Credenciamento SH nº 01/2022, que autorizou a contratação de agentes promotores para a viabilização de até 10 mil uhs. O Programa tem como objetivo viabilizaro acesso à moradia por famílias com renda bruta mensal de até 5 s.m. mediante a concessão de subsídios em operações de crédito habitacional com pessoas físicas, contratados sob a forma associativa. O valor máximo financiado pelo FPHIS é de R$ 180.000,00 por unidade. A CDHU atuacomo agente técnica e financeira do Programa. Programa Nossa Casa: O Programa conta com três modalidades distintas: Programa Nossa Casa - Preço Social: Esta modalidade desenvolve empreendimentos, pela iniciativa privada, em terrenos públicos municipais ou do Estado. A Secretariada Habitação é responsável por conceder apoio técnico aos Municípios, bem como concede subsídiosàs famílias adquirentes, por meio da articulação com o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional.Programa Nossa Casa - Apoio: Esta modalidade ocorre em parceria com a iniciativa privada e a Secretaria da Habitação concede subsídios às famílias adquirentes de unidades habitacionais em empreendimentos autorizados, por meio da articulação com o Programa de Apoio ao CréditoHabitacional. CDHU - Diversificação dos serviços prestados pela Cia. Em dezembro de 2019, com aentrada em vigor do Decreto nº 64.646/19, determinando que as atividades públicas exercidas pela CPOS-Companhia Paulista de Obras e Serviços, passassem a ser desempenhadas pela CDHU, foi determinado à Cia. um novo desafio, com a prestação de serviços de engenharia e outros afins a diversas entidades públicas, tanto da administração direta quanto da indireta do Estado. A CDHU alterou seu Estatuto Social para poder desempenhar, além de suas já importantes atividades no desenvolvimento habitacional e urbano, todas as atividades anteriormente exercidas pela CPOS, assumidas pela Diretoria de Planejamento e Projetos. Coube a essa diretoria assumir o direcionamentodos novos serviços da CDHU, concentrando seus esforços nos contratos não relacionados à produção de habitação de interesse social, já desenvolvida pela Companhia. Com isso, a CDHU amplia sua atuação, passando a prestar serviços aos órgãos da Administração Pública direta e indireta do Governodo Estado de São Paulo, bem como dos demais governos estaduais, municipais e governo federal. Aseguir, o rol de serviços que nova diretoria está qualificada a desenvolver: Avaliação de imóveis urbanos e rurais; Consultoria em: Melhoria de processos de gestão de obras; Planejamento eprogramação de obras e seu controle; Gestão técnica e administrativa de contratos; Planejamento e montagem de licitações; Gestão técnica de projetos; Apoio a consolidação de informações e processosinformatizados; Assessoramento em temas específicos e processos de gestão. Conservação de imóveis; Projetos; Apoio técnico a formalização e gestão de convênios; Gerenciamento e fiscalizaçãode obras e serviços; Elaboração de pacote técnico para licitações; Trabalho técnico social. Desde o início de 2020 a Diretoria de Planejamento e Projetos vem trabalhando nas tratativas com seus clientes, incialmente dando continuidade, através de sub-rogação, aos contratos que a CPOS já tinha firmado.Muitos dos contratos herdados foram concluídos e novos contratos foram assinados dando continuidade aos serviços, comprovando a capacidade de atendimento da CDHU. Há mais de 50 anos atuando na área de Engenharia a CDHU desenvolveu expertise em diversas áreas-gerenciamento, projetos, fiscalização, avaliação de imóveis. Essa experiência é de fundamental importância para os órgãos queapresentam carência nessa área para manter seu patrimônio. O conhecimento e habilidade dos colaboradores são fundamentais para inovação e melhoria no desenvolvimento de novos trabalhos fora do âmbito habitacional. A interação entre a Diretoria de Prestação de Serviços-DPP e as demais áreas da Companhia-jurídico, social, administrativo, agrega valor aos serviços prestados.

Síntese de Investimentos e Quadros Resumo da Atuação 2022 - Informações econômico-financeiras Secretaria da Habitação e CDHU de 2022 – Secretaria da Habitação

Resumo Execução Orçamentária e Financeira 2022 (SH + CDHU) **(Em milhões)**

	Dotação Atual Disponível	Realizado = Liquidado até 20/10/2022	Liquidado/ Dotação Atual %
Custeio	**221,18**	**162,44**	**73,44%**
Investimentos + Inversões	**563,63**	**318,93**	**56,59%**
Total Geral	**784,81**	**481,37**	**61,34%**

CDHU

Inclui todas as fontes de recursos / Realizado = Liquidado
Fonte: Relatórios Prestando Contas Sec.Fazenda - Posição em 20/10/2022 - GSPOFP em 20/10/2022

			R$ Mil
	Previsto 2022 1	*Realizado 2022 2*	*% Realizado*
Custeio	490.738	449.176	91,53%
Investimento	2.955.683	1.679.014	56,81%

1 Orçamento Empresarial

2 Contempla valores realizados de janeiro a outubro (SOE - Sistema de Orçamento das Empresas) e umaprevisão para novembro e dezembro de 2022.

Total de atendimentos em 2022 - CDHU

Unidades Habitacionais Entregues/Concluídas - CDHU	6.670
Cartas de Crédito - CDHU	218
Total de Unidades + Cartas de Crédito	*6.888*
Famílias Beneficiadas por obras de Urbanização de Favelas - CDHU	0
Total de Unidades + Cartas de Crédito + Urbanização - CDHU	*6.888*
Total Auxílio Moradia Emergencial e Auxílio-Moradia - CDHU	*8.416*
Unidades Habitacionais em obras - CDHU	21.149
Urbanização de Favelas em obras – CDHU	2.001
Total de Unidades Habitacionais e Urbanização em Obras - CDHU	*23.150*

Síntese de resultados da Casa Paulista - a Casa Paulista continuou operando os programas habitacionaisvigentes, atuando, principalmente por meio do Programa Nossa Casa - em suas modalidades Apoio ePreço Social, articulado com o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - CCI, Programa de Desenvolvimento Urbano; Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - CCA; e Programa de Apoio Complementar ao Programa Minha Casa Minha Vida. Ao longo do ano, foram entregues 1.340 unidades habitacionais, resultado dos investimentos feitos nos exercícios anteriores pelo Estado nas parcerias com o Governo Federal para participação no MCMV - Recursos FAR, FDS. O Programa Nossa Casa, modalidade Apoio, foi o principal foco de atuação dessa Casa Paulista. Nessa linha, foi autorizada, até novembro, a participação no Programa de 17.118 unidades habitacionais, totalizandoum valor de R$ 193.573.000,00. Do total de unidades autorizadas, foram concluídas 10.297 operaçõesde financiamento habitacional, com subsídio médio de R$ 11.7120,00 do Estado, perfazendo o valortotal de R$ 120.604.928,00 de recursos estaduais aplicados, tornando possível reduzir o valor do financiamento realizado pelo Agente Financeiro parceiro e, portanto, aumentar a possibilidade de aquisição da moradia pelas famílias. A modalidade Preço Social, do Programa Nossa Casa, conta nomomento com o interesse de 144 municípios, que disponibilizaram áreas, visando a redução dos custos, permitindo assim a oferta de unidades habitacionais a preços reduzidos-unidades sociais às famílias em maior situação de vulnerabilidade habitacional. Há, no presente momento, 262 áreas emanálise, totalizando 7,4 milhões de m^2 de terrenos em estudo, dos quais 15 passaram ou estão na fasede teste de mercado da sua atratividade para as empresas do setor da construção civil que poderão manifestar interesse na produção dos empreendimentos. Após esta etapa, os municípios procedem a realização dos processos licitatórios para a escolha das Construtoras. Até 2022, 14 Municípios publicaram seu edital de licitação e 9 empreendimentos já concluíram a licitação, foram contratadose estão passando para a fase de elaboração e aprovação dos projetos, e de financiamento junto CaixaEconômica Federal, agente executor do Programa Federal Casa Verde Amarela no âmbito do qual osempreendimentos serão construídos. Além disso, pretende-se iniciar a licitação de outros três novos Empreendimentos ainda esse ano. A concessão de Auxílios Moradia custeados com recursos da CasaPaulista/SH e de parceiros passou a ser operacionalizado por meio do Programa Bolsa do Povo, que unificou e ampliou a concessão dos pagamentos anteriormente operacionalizados pela CDHU no âmbito dos convênios nº 045/05/2010 - Auxílio Moradia Emergencial/2010; nº 075/05/2011 - AuxílioMoradia Emergencial/2011 e nº 841/05/2015 – Auxílio Moradia Provisório. Em 2022, foram repassados até o momento - R$ 32.241.067,00 para o Programa, com um atendimento médio de cercade 7.300 benefícios por mês. O Programa Viver Melhor Convênio 034/2020, firmado em 2021, encontra-se com obras em fase de execução. Atualmente, estão em andamento o atendimento de 53 núcleos habitacionais. Cabe ressaltar que no final de 2021 foi aprovado um aditivo a esse convênio, para o valor de R$ 350.000.000,00, de modo a permitir a ampliação do Programa e o atendimento denovas famílias com as melhorias habitacionais. Além das ações já em andamento, foram desenvolvidas novas parcerias com a CDHU. Uma delas contempla a execução e empreendimentos em áreas indígenas, com um total de 160 unidades habitacionais por meio de convênio firmado entrea Casa Paulista e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano-CDHU no valor R$ 26.872.682,70. Seguindo os princípios de ampliar a oferta habitacional a Casa Paulista e CDHU firmou convênio para atendimento habitacional à comunidade quilombola Ivaporunduva, no valor deR$ 19.694.440,00 para a execução de 110 unidades habitacionais. Por fim, foi firmado entre Casa Paulista e CDHU um convênio cujo objeto consiste na urbanização de área às margens da Represa Billings, situada na Macrorregião do Alvarenga e inserida na Área de Proteção aos Mananciais APRM Billings denominada Alvarenguinha, no município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, a proposta visa beneficiar 5.251 habitantes, o que corresponde à aproximadamente 1.500 domicílios. Os projetos de urbanização que perfazem o montante de R$ 69.212.373,88 fazem parte de um plano integrado de urbanização e recuperação ambiental da Represa Billings e complementamas ações previstas em convênio celebrado entre CDHU e município de São Bernardo do Campo. Programa Especial de Melhorias-PEM - Por meio de repasse de recursos a fundo perdido, com previsão de contrapartida municipal, a Secretaria da Habitação realiza intervenções físicas, em observância ao Decreto estadual nº 54.199/2009, que resultam melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais desenvolvidos pela administração pública, direta ou indireta, dos poderes públicos municipal, estadual ou federal, ou em bairros degradados objeto de intervenção municipal por meio de projetos de infraestrutura ou de equipamentos sociais. Em 2022 foram autorizados 245 novos convênios por conta deste programa, contemplando 243 municípios paulistas, com investimentos totais de R$ 79,0 aproximadamente, beneficiando diretamente cerca de 49.000 famílias de baixa renda. Ainda em fase de instrução de processos, devido às restrições impostas pela lei eleitoral, portanto, um ano totalmente atípico. Quanto aos convênios celebrados pela atual Gestão entre 2019 e 2021, no âmbito do programa PEM, foram investidos cerca de R$ 35,0 na formalização

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

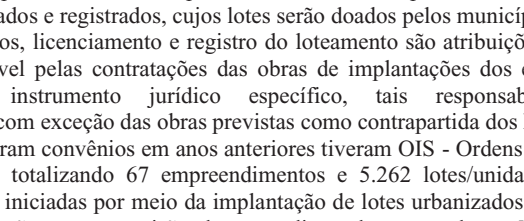
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

de 167 convênios, contemplando 145 municípios, e beneficiando 33.400 famílias de baixa renda. Cidade Legal - A irregularidade atinge em regra todos os municípios do Brasil, são cerca de 30 milhões de imóveis urbanos irregulares, imóveis que, em sua maioria, trazem insegurança jurídica, infraestrutura precária, danos urbanísticos, ambientais e sociais aos moradores. A ausência da regularização fundiária impacta diretamente no desenvolvimento socioeconômico do município, isto porque, além da sonegação fiscal e da renúncia de receita, as ligações clandestinas de água e energia, o maior gasto com saúde pública, e a contaminação dos mananciais, oneram em grande escala os cofres públicos municipais. O Programa Cidade Legal, instituído pelo Decreto Estadual nº 52.052 de 13/8/2007, destinado a apoiar os municípios do Estado de São Paulo, mediante orientação e suporte técnico nas ações municipais de regularização de parcelamento de solo e núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana, destaca-se por sua importância dentre as políticas públicas implementadas pelo Governo do Estado de São Paulo. O trabalho desenvolvido pelo Programa possibilita benefícios imediatos aos moradores, principalmente a segurança jurídica do direito à posse de seu imóvel e o consequente direito de usufruir de sua propriedade, podendo transmitir o direito de uso e posse de sua moradia aos descendentes. Ainda, assegura a possibilidade de utilização desse bem como garantia real para a obtenção de financiamento destinado à aquisição de bens e serviços para a melhoria de sua qualidade de vida e a de seus familiares. Dessa forma, a regularização fundiária reflete diretamente em notáveis benefícios na situação econômica, social e até qualidade de vida de milhares de famílias menos favorecidas. O objeto do Programa Cidade Legal é caracterizado como serviço contínuo, em razão da necessidade permanente de atuação da administração, sendo prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, posto à disposição em caráter permanente, de prontidão. Objetivando auxiliar os Municípios interessados, fornecendo orientação e apoio técnico nas ações municipais, o Cidade Legal possui equipe técnica multidisciplinar que acompanha o município no passo a passo da regularização, auxiliando, sugerindo e adequando a área irregular às questões jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Tal orientação da equipe do Cidade Legal não está restrita aos núcleos urbanos de Interesse Social, sendo que abrange também as áreas dos núcleosirregulares caracterizados como de Interesse Específico. Contudo, o Programa intensifica suas ações,em núcleos de Interesse Social, com o apoio técnico, que, além da orientação, envolve toda a assessoria necessária na implantação e processamento da regularização fundiária. Contemplando o investimento do Estado nessas ações, o Programa Cidade Legal, cria estratégias e executa cada um dos passos e instrumentos necessários a finalização e efetivação de cada processo de Regularização.Atualmente, o Programa Cidade Legal atende por meio de convênios de cooperação técnica 592 municípios, com a inclusão de 10.030 núcleos habitacionais cadastrados, envolvendo 1.602.256 lotes/famílias que necessitam da regularização fundiária. E por se tratar de uma das mais importantes políticas públicas oferecidas pelo Estado, a procura por parte dos municípios paulistas é contínua e crescente. Desde 2019, o Programa já titulou 93.350 famílias em núcleos de interesse social, beneficiando esta população caracterizada por grande vulnerabilidade e baixa qualidade de vida, garantindo, assim, a segurança da posse e a implementação de infraestrutura básica, tornando-se importante instrumento de inclusão social e cidadania. Em 2022, o Programa já investiu mais de 43,8 milhões de reais, finalizou a regularização de 46.565 títulos de regularização fundiária e aindaaguarda a análise de aproximadamente 21 mil títulos que já estão nos cartórios de registro de imóveis, conferindo a propriedade, a segurança jurídica e a dignidade dessas pessoas. Em que pese oextenso trabalho já realizado, muito há que se realizar, sendo que, atualmente, contamos com técnicosauxiliando os municípios conveniados em todas as regiões do Estado de São Paulo, trabalhando ladoa lado com as Prefeituras, nos núcleos habitacionais a serem regularizados. Projeto Comunidade - Com o intuito de criar uma ação específica para a regularização de Paraisópolis, foi criado dentro doescopo do Programa Cidade Legal, o Projeto Comunidade, a fim de beneficiar mil famílias com títulosde propriedade. Desta forma, tendo como objeto de regularização do núcleo Paraisópolis e prosseguimento dos trabalhos, verificou-se a necessidade da realização de cadastro social, com investimento de R$ 566.464,00, estando referido trabalho em fase final junto a Prefeitura de São Paulo que deverá enviar a documentação para cartório. Nesta ocasião, será realizada reunião de mobilização com os moradores para que entendessem os procedimentos adotados e identificação dosentrevistadores e equipe topográfica. Entretanto, em função da pandemia, ainda não puderam ser executadas haja vista a necessidade de alto nível de interação social com o local e com os moradoresda comunidade. Vale do Futuro - O Programa Vale do Futuro é um conjunto de ações focadas nos municípios do Vale do Ribeira, que integram diversas secretarias de Estado, com o intuito de impulsionar ações de curto, médio e longo prazo de desenvolvimento econômico e social do Vale doRibeira. Desde o início do Programa, em outubro de 2019, foram intensificados os trabalhos de regularização fundiária nos 22 municípios, conveniados com o Programa Cidade Legal, que compõem o programa Vale do Ribeira. Assim, o Programa Cidade Legal, investiu mais de R$ 10,6 milhões em ordens de serviço que estão sendo executadas para beneficiar mais de 28 mil famílias. Ao longo do período foram executados diversos trabalhos em diferentes etapas do processo de regularização, fortalecendo a questão fundiária em todos os municípios que compõem o Vale do Futuro, obtendo avanços significativos em seu processo de regularização, tais como, busca documental e diagnóstico, levantamento topográfico, projetos, estudos técnicos ambientais e projetos complementares, executados em 136 núcleos, totalizando 28.063 famílias e 112.252 pessoasbeneficiadas. Até o final do mês de outubro, foram beneficiados 843 domicílios pela regularização fundiária, favorecendo cerca de 3.372 pessoas. Para maior eficiência nestes processos de regularização, os técnicos do Programa Cidade Legal estão em contato direto com os gestores e técnicos municipais por meio de visitas técnicas, reuniões online e treinamentos. Regularização fundiária de empreendimentos da CDHU - Ao longo do processo de produção habitacional da CDHU,desde 1964, muitos empreendimentos não foram entregues em situação regular aos moradores, acontecendo de o mutuário da CDHU, ao quitar o seu financiamento, não ter o título de propriedadeem seu nome. As irregularidades existentes são diversas, obrigando muitas vezes um caminho complexo e moroso, e a CDHU ao longo dos últimos anos tem realizado um esforço na direção da regularização dos seus empreendimentos. No ano, foram incluídos nos contratos de regularização emcurso na SRRF, mais 31 empreendimentos totalizando 2.984 unidades habitacionais. Foram emitidasOS - Ordens de Serviços para elaboração de produtos-relatórios de vistoria, levantamentos planialtimétrico cadastral, relatório diagnóstico, planta de perímetros, projetos de regularização, estudos técnicos ambientais, com a emissão de 31 Ordens de Serviços, no valor de R$ 681.404,82. Até o dia 22 de novembro foram averbados 69 empreendimentos, beneficiando diretamente 12.811 famílias, que hoje contam com a matrícula do imóvel onde residem. Ainda, dessas 12.811 unidades habitacionais viabilizadas, 1.987 famílias tiveram a atribuição de propriedade pois correspondem a parcela dos mutuários que quitaram seu financiamento. Vale destacar que tal feito somente foi possível graças ao novo procedimento de regularização fundiária inaugurado pela Lei Federal 13.465/17 e do Provimento CG nº 56/19 que atualizou o Tomo II das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

Parcerias Governamentais e Projetos Prioritários - Viver Melhor- Trata-se de um conjuntode ações e intervenções da Secretaria da Habitação - SH, por meio do Programa PDU - Programa deDesenvolvimento Urbano - estabelecido pelo Decreto Estadual nº 58.183, de 29/6/2012 e DeliberaçãoNormativa do CGFPHIS nº 013, de 11/9/2013, tendo por fundamento a Lei Estadual nº 12.801, de 15/1/2008. O projeto tem por finalidade o repasse de recursos para operação pela CDHU, visando à promoção de melhorias e adequações em unidades habitacionais já construídas em assentamentos e núcleos urbanos do Estado de São Paulo, acompanhadas de serviços de assistência técnica e de conservação viária. Desenvolvem-se serviços típicos de reparos e melhorias, executados por moradiaque contemplam complementos ou refazimentos de revestimentos de paredes e pisos, revisão e reforço em coberturas, pintura, complemento ou reforço em alvenarias, instalação de esquadrias, execução de tubulação de água e/ou esgoto e ligação na rede pública existente, instalação de sanitários, revisão de instalações elétricas, complementos de drenagem e melhorias de acesso, contenções e melhorias urbanas pontuais, necessárias à requalificação do domicílio. São consideradas como elegíveis para atendimento no projeto as áreas que apresentarem as condições de seleção abaixo listadas: Áreas regularizadas ou passíveis de regularização, a serem enquadradas como Reurb-S pelos municípios; Áreas com predominância de domicílios com precariedade habitacional; Áreas sem predominância de fatores de risco e passíveis de consolidação das moradias; Setores de núcleos/assentamentos que atendam as condições acima. Situação - Novembro/2022:

STATUS DE OBRA E MELHORIAS HABITACIONAIS - Detalhado		
ITEM	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ARROLADAS SOCIAL (VISTORIAS EM ANDAMENTO)	2934	28,01%
VISTORIADOS NÃO ELEGÍVEIS	934	8,92%
VISTORIADO (EM ORÇAMENTO)	3430	32,74%
OIS EMITIDAS (EM PLANEJAMENTO)	394	3,76%
OBRAS EM ANDAMENTO	720	6,87%
OBRAS CONCLUÍDAS	2064	19,70%
	10476	100%



Vida Digna - O Programa Vida Digna consiste em um amplo conjunto de ações e intervenções da Secretaria de Estado da Habitação, por meio da CDHU, com foco na remoção e reassentamento de cerca de 3.000 famílias que vivem em palafitas e áreas inundáveis em Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente. As famílias serão transferidas para novos conjuntos habitacionais a serem construídos nestas cinco cidades da Baixada Santista. Com investimento na ordem de R$ 600milhões do governo paulista, o Vida Digna também promoverá a recuperação socioambiental e requalificação das áreas ocupadas por palafitas na orla do estuário de Santos. O programa contará ainda com apoio dos munícipios na disponibilização de terrenos para construção das unidades e contrapartidas nas remoções, trabalho social e recuperação das áreas degradadas desocupadas.Caberá aos municípios a gestão do uso e ocupação do solo, licenciamento e regularização urbanísticae fundiária, articulação de investimentos em drenagem, saneamento, educação, saúde, cultura e das políticas sociais em cada território abrangido. Outra ação articulada com as prefeituras será a implantação de áreas de lazer e outros usos compatíveis naqueles locais que serão desocupados, permitindo a prevenção de novas ocupações habitacionais irregulares. Além de promover o atendimento habitacional definitivo, o programa irá retirar uma população em situação de vulnerabilidade do contato direto com os vetores que causam inúmeros doenças transmitidas pela poluição da água, como gastroenterite, amebíase, giardíase, febres tifoides e paratifoide e hepatite A. Com a remoção das ocupações irregulares, o Programa contribuirá para sanear e reduzir os problemas de esgoto e lixo das áreas de palafitas situadas em manguezais do Estuário, que são carreados pelas marés e contribuem para: proliferação de insetos transmissores de doenças como dengue, chikungunya, zica, leptospirose, febre da mordida de rato, peste bubônica, tifo murino, salmonelose, sarnas e micoses; degradação ambiental da região; e morte de uma série de animais marinhos. As obras dos empreendimentos destinados ao reassentamento das famílias que serão removidas das áreas inundáveis e de palafitas já tiveram seu início em todos os municípios conveniados. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC destinado à habitação e urbanização - Manteve-se a execução dos contratos de repasse de recursos federais com a provisão de unidades habitacionais por meio de cartas de crédito para o reassentamento de famílias em auxílio moradia, oriundas de áreas de risco da intervenção no Jardim Santo André e da região central do município de São Paulo. Programa Parceria com Municípios e Novos Convênios - a CDHU assinou 82 novos convênios com Municípios para 6.625 unidades habitacionais, visando à produção de empreendimentos habitacionais pelo Programa Provisão de Moradias para Demanda Geral e/ou Reassentamento. Por este modelo, a CDHU e os municípios conjugam esforços para a produção de unidades habitacionais, conforme análise de viabilidade elaborada pela CDHU. Os empreendimentos serão implantados em terrenos aprovados, posteriormente parcelados e registrados, cujos lotes serão doados pelos municípios para aCDHU. As aprovações dos projetos, licenciamento e registro do loteamento são atribuições dos municípios. A CDHU será responsável pelas contratações das obras de implantações dos empreendimentos, ou repassar mediante instrumento jurídico específico, tais responsabilidades a outros parceiros/programas, com exceção das obras previstas como contrapartida dos Municípios. Em2022, municípios que assinaram convênios em anos anteriores tiveram OIS - Ordens de Início de Serviços para início de obras, totalizando 67 empreendimentos e 5.262 lotes/unidades habitacionais. As intervenções têm sido iniciadas por meio da implantação de lotes urbanizados e posteriormente são contratadas as edificações para provisão das moradias sobre esses lotes. Novos Protocolos de Intenções - Em junho, foram assinados 132 Protocolos de Intenções com os Municípios totalizando 9.438 unidades habitacionais. Esses Protocolos de Intenções visam à promoção em estreita cooperação entre os partícipes para atendimento as demandas habitacionais de interesse social dos Municípios, com prioridade ao atendimento as famílias oriundas de áreas de risco e favelas. A continuidade das ações desses protocolos ficou condicionada à apresentação de terrenos pelos municípios à CDHU. Nos casos em que isso ocorreu estão em andamento as assinaturas de convênios, acima citadas. Produção habitacional por meio de parcerias com entidades organizadoras - Trata-se de atuação da CDHU em parceria com entidades organizadoras oriundas de procedimentos de seleção publicados entre 2008 e 2011 ou de formalização de compromissos decorrentes de razões específicas. O atendimento conta com o estabelecimento de parcerias, a serem providenciadas pelas próprias entidades organizadoras, podendo ser com a CAIXA ou com outros agentes, contando com suporte financeiro complementar da Secretaria da Habitação por meio da Casa Paulista, se necessário. Não obstante, algumas entidades optaram pela execução do empreendimento pela própria CDHU, dos quais cinco tiveram obras iniciadas em 2022. Por outro lado, com a publicação, pela SH/ Agência Paulista de Habitação Social, do edital de credenciamento 001/22 para seleção de agentes promotores com vistas a futura contratação para atuação no programa de apoio ao Crédito Habitacional - modalidade Carta de Crédito Associativo, 8 entidades vinculadas às seleções ou compromissos da CDHU participaram do certame e foram habilitadas. Destas, três dispõem de unidades habitacionais contratadas no programa de carta de crédito associativa-CCA, nos empreendimentos Embu P e SP-Sacomã G, totalizando 1.570 unidades contratadas. Demais compromissos, convalidados por meio de Termos específicos para cada caso, seguem em andamento, em etapas diversas, tais como, elaboração de projetos, legalização de projetos, incorporação imobiliária. Ainda no que tange às parcerias com entidades organizadoras, foram concluídos procedimentos de revisão das comprovações de despesas efetuadas pelas entidades conveniadas no âmbito do antigo Programa Mutirão Associativo, com regime de autogestão dos recursos repassados. Dos 87 convênios firmados, 53 foram judicializados com vistas à obtenção dos documentos de prestação de contas pendentes de apresentação ou devolução dos recursos cujas despesas não foram comprovadas. Encontram-se, portanto, concluídas, do ponto de vista técnico, as verificações referentes ao Programa Mutirão Associativo. Convênios com o município de São Bernardo do Campo - Convênio nº 0442/2013 - Jardim Lavínia -São

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

Bernardo W - Execução de 184 uhs - unidades concluídas, convênio encerrado. Convênio nº 0318/2011 - Parque São Bernardo - São Bernardo T - Projeto de Urbanização Integrada do Parque São Bernardo, Alto da Bela Vista e Novo Parque - construção de 754 uhs, urbanização de 1804 moradias existentes - objeto concluído, convênio em encerramento. Convênio nº 0142/2012 - Vila Esperança - São Bernardo Z - Execução de 366 uhs - unidades concluídas, convênio em encerramento. Convênio nº 0135/2012 - Jardim Naval/Silvina - São Bernardo Y - Execução de 540 uhs - unidades concluídas, convênio em encerramento. Os convênios acima mencionados foram objeto de ajuste com a Prefeitura de São Bernardo do Campo, mediante realinhamentos de ações que resultaram devolução, à CDHU, de recursos repassados pela Companhia e/ou supressão de saldo do convênio. À somatória dos valores não utilizados no âmbito desses convênios, tenham estes sido ressarcidos à Companhia ou objeto de supressão de saldo, foram aportados mais recursos pela CDHU, com vistas ao cumprimento integral do Termo de Cooperação firmado em 2013, que possibilitou quitação de impostos devidos pela CDHU àquela municipalidade. Tais valores foram utilizados para a formalização de nova parceria que tem como objetivo apoiar o município na implantação doPrograma PAC MANANCIAIS, resultando no convênio a seguir. Convênio nº 047/2022 - São Bernardo do Campo AB/Monte Sião: Firmado em 24/2/2022, tem por objeto a execução de 236 uhs,a serem implantadas em área de propriedade do Município denominada Monte Sião, para atendimento a demanda oriunda das frentes de serviços e obras na região do Monte Sião e Complexo do Areião, a exemplo das obras de sistema viário que integram o Programa Mananciais - Etapa 1. O valor total convênio é de R$ 42.480.000,00 - data base set/21 - sendo R$ 35.023.494,38 de responsabilidade da CDHU e R$ 7.456.505,62, de responsabilidade do Município. Para a realização do objeto a CDHU firmou o contrato 390/22, contemplando realização de projetos executivos e execução de obras e serviços de engenharia. Em 12/9/22 foi emitida a Ordem de Início de Serviços, contemplando a etapa de projetos executivos. Convênios com o município de Carapicuíba - Atualmente a CDHU tem dois convênios formalizados com o município, com escopo de apoio ao reassentamento de famílias na área de influência do córrego Cadaval, totalizando 878 atendimentos habitacionais, conforme segue: Convênio 481/2018 - Empreendimentos Tambory e Pequiá: tem como objeto o repasse de recursos financeiros para a execução de 728 uhs nos Empreendimentos Habitacionais Pequiá - 196 uhs e Tambory - 532 uhs, de forma a compor a contrapartida em contrato de repasse firmado pelo Município com a União Federal para o recebimento dos recursos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, no âmbito do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, vinculado ao projeto de canalização do Córrego Cadaval. Até o momento, foram entregues 532 uhs da Área Tambory. As 196 unidades da área Pequiá, que haviam sido invadidas, foram retomadas-reintegração de posse concluída e o município está responsável pela contratação da conclusão das obras. O convênio foi aditado em 22/9/2022 - valor e prazo e tem vigência até 30/9/2025. Convênio 0187/22 - Córrego Cadaval - tem por objeto viabilizar o atendimento habitacional de 150 famílias vulneráveis que atualmente residem em área pública no perímetro localizado às margens do Córrego do Cadaval, no Município de Carapicuíba. Firmado em 28/6/2022, tem prazo de vigência até 28/12/2024. A CDHU promoveu reuniões de esclarecimento com as 150 famílias indicadas pelo Município para atendimento com carta de crédito e está recebendo a documentação para habilitação e posterior emissão das cartas de crédito. Convênio 0240/21-Carapicuíba N - assinado em 15/12/2021, vigente até 15/12/2025: Convênio firmado com vistas à coordenação de ações articuladas para a implantação de aproximadamente 400 Unidades Habitacionais em área de propriedade do Município, visando assegurar remoção e posterior atendimento habitacional das áreas de abrangência da região onde será implantado o Viaduto Carapicuíba. A oferta de unidades habitacionais poderá ser complementada com aquisição nomercado de unidades individuais ou associativas, ofertadas pela CDHU através da concessão de Cartade Crédito ao público-alvo. O projeto desenvolvido para a área prevê a implantação de boxes comerciais, cuja administração e gestão serão de responsabilidade do Município. Obras em andamento sob a responsabilidade da Construtora Sousa Araújo, conforme licitação 080/22 homologada em 21/6/22 para realização de 354 uhs e demais serviços. Convênios com o município de Santos. Convênio nº 0012/14 Tancredo Neves e Caneleira IV - repasse de recursos financeiros à Cohab-ST, para a produção de unidades nos empreendimentos Tancredo Neves III - São Vicente O - 1.120 unidades e Caneleira IV - Santos U - conclusão de 680 unidades, com entrega final de 80 unidades em janeiro/19. Com as alterações havidas no convênio, das 680 unidades que compõem o empreendimento, 417 deverão ser transferidas à Cia e esta carteira de mutuários irá constituir o retorno financeiro deste convênio. A transferência das unidades e formalização dos contratos encontra-se na dependência da regularização do empreendimento pela Cohab - ST. Santos Área Central - Santos AD e Santos I: Santos AD - Processo licitatório nº 0688/2022 em andamento, para contratação integrada de projetos e obras, com abertura dos envelopes prevista para 29/12/22. SantosI - Pela Licitação 002/2022 foi realizada a Contratação de empresa Lazo Construtora e Incorporadora Ltda, para construção de unidades habitacionais de interesse social, infraestrutura condominial e demais obras complementares, pelo valor de R$ 10.889.597,00 para a implantação do empreendimento Santos I, composto por 50 unidades habitacionais, incluindo a elaboração de projetos executivos e de aprovação necessários para esse fim. Convênio 154/2018 - Santos AA- Caruara - Firmado em 25/6/2018, entre a CDHU, COHAB-ST e a Prefeitura Municipal de Santos para execução de empreendimento habitacional com 132 unidades habitacionais, em terreno de 6.999,80m² localizado na Rua Caramuru do Caruara, 724, em Santos, para o atendimento às famíliasoriundas de área de risco socioambiental de Santos. A localização do empreendimento demandará obras de Infraestrutura publica de abastecimento de água e coleta de esgoto, sem recursos para sua implantação. Houve alteração do perímetro/localização do terreno definido em projeto pela Cohab- ST. Essa alteração demandará novos procedimentos como o cancelamento do desmembramento do terreno Santos AA, e a elaboração, aprovação, licenciamento e registro de NOVO projeto deparcelamento do solo. Ações não realizadas. Convênio nº 0144/20 - Santos X - Firmado em 13/8/20.Elaboração de projetos completos e a implantação do empreendimento de interesse social em terreno localizado na Rua Comendador Martins Nº 159 e Avenida Senador Feijó Nº 516, no bairro Vila Matias. Parceria CEF. Não teve sequência. Convênios com o município de Cubatão - Convênio nº 182/2018 - Cubatão W e Z - Mantiqueira – Pedreira, firmado em 6/7/2018 entre a CDHU, COHAB SANTISTA e Prefeitura de Cubatão e Prefeitura de Santos visando à produção de 165 unidades habitacionais, no empreendimento CUBATÃO W, para o atendimento da demanda oriunda de área de preservação permanente localizada no Bairro Pedreira/Mantiqueira. Foi proposta retirratificação alterandoo número de unidades para 150 e transferindo a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetoscompletos para o empreendimento à CDHU. Retirratificação em finalização. Termo de Convalidação nº 0080/21 Produção Direta pela CDHU com atualização valores repasse de R$ 7.647.210,04 pela PM SANTOS. O desenvolvimento de estudo preliminar pela CDHU resultou em potencial de empreendimento com 174 uhs, objeto de certame licitatório integrado, para contratação de empresa parao desenvolvimento de projetos completos e execução de obras. Convênio nº 0123/20 - Cubatão AA -assinado em 30/6/20, trata da elaboração de estudos e desenvolvimento de projeto e obras de reforma doEdifício de uso misto em Cubatão, pela CDHU. Foi objeto de credenciamento nº 003 tem vigência até26/9/22 para execução, em parceria com a CEF. Em andamento. Convênio nº86/22 - Cubatão Y - VILANOEL - assinado em 28/6/2022, para implantação de empreendimento habitacional com potencial estimado em 440 unidades habitacionais a serem viabilizadas em uma área de 19.458,162 m², pertencente ao Município, localizado na Rua Salgado Filho, objeto da matrícula 13.142 do Serviço de Registro de Imóveis e Anexos de Cubatão, SP, que será doado à CDHU, para a produção do empreendimento habitacional com recursos orçamentários da CDHU. Em andamento. Convênios com o município de São Paulo. Convênio 093/11 - SP-Limão C - Lidiane - Convênio firmado entre CDHU e Sehab, para execução de 235 unidades habitacionais destinadas a famílias oriundas das favelas:Ilha Verde, Sampaio Correa e Aldeinha. O empreendimento, que dispõe de 2 condomínios, encontra-seem fase final de execução, estando o condomínio 1 totalmente entregue, comercializado precariamentepela SEHAB, e o condomínio 2 com 108 unidades entregues, comercializadas pela CDHU, e 20 em conclusão. Em face de peculiaridades que envolvem a situação fundiária do terreno no qual foi implantado, o empreendimento se encontra em regularização, após o que as comercializações precárias serão convertidas em contrato de financiamento. Prevê-se a realização de retirratificação do instrumento de convênio, com consequente alteração do prazo de vigência, para a promoção de ajustes necessários ao Plano de Trabalho e Cronograma de Ações. Convênio 094/11 - SP-Sacomã H - Heliópolis e SP-Sacomã I-área Sabesp - Convênio firmado entre CDHU e SEHAB, pelo Programa Urbanização de Favelas, para execução de 1.400 unidades, sendo 1.200 no empreendimento SP Sacomã I - Área Sabesp 2 - e 200 no empreendimento SP Sacomã H – Heliópolis H. No empreendimento SP-Sacomã I encontram-se concluídas e entregues 600 unidades e 480 estão em execução, das quais 240 serão concluídas em dezembro de 2022 e 240 até dezembro de 2023. As demais 120 unidades deverão ser licitadas pela SEHAB. O encerramento do convênio, atualmente estabelecido para 17/12/2023, será oportunamente revisto para adequação ao cronograma de execução das ações pendentes, que envolvem a regularização do empreendimento SP-Sacomã I, transferência das unidades e posterior formalização de contrato de financiamento pela CDHU com os beneficiários indicados pela SEHAB. Há um nó crítico, em diligências para solução, referente à transferência à CDHU das 200 unidades do empreendimento SP-Sacomã H, que se encontram averbadas e com matrículas individualizadas em nome da COHAB, proprietária do terreno onde foi edificado o empreendimento pela SEHAB. Para tal SEHAB e COHAB devem deliberar sobre a forma mais adequada de transferência das cotas partes do terreno com vistas à transferência de cada unidade à CDHU que, após, deverá formalizar os contratos de financiamento com as famílias indicadas pela SEHAB, atualmente detentoras de termos precários de ocupação. Convênio 095/11 - SP-Grajaú C e D-1ª fase - Convênio entre CDHU e a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo - SEHAB, para urbanização de 1.055 domicílios nos loteamentos Jardim Pabreu e Prainha-empreendimento SP Grajaú D e execução de 562 unidades habitacionais, no âmbito do Programa Mananciais. A etapa de reurbanização-SP-Grajaú D foi concluída em 2014. As 562 unidades que compõem SP - Grajaú C (Chácara do Conde) – 1ª fase, implantadas nas quadras B, C, D, e H, foram concluídas; a entrega ocorreu em outubro de 2021, restando algumas unidades em comercialização, com finalização desta etapa prevista para dezembro/2022. Encontram-se pendentes as ações necessárias à averbação das unidades, cuja responsabilidade é da Sehab. Em homenagem ao falecido prefeito do Município de São Paulo, o empreendimento recebeu o nome de Bruno Covas. Convênio 0217/21 - SP-Grajaú C-2ª Fase - Convênio firmado entre a CDHU e a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo - SEHAB, para construção/conclusão de 728 unidades habitacionais do empreendimento SP - Grajaú C-Chácara do Conde-2ª fase, implantadas nas quadras A, F, G, I e J, no âmbito do Programa Mananciais. Até o momento foram concluídas 316 unidades, implantadas nas quadras F e I. A entrega ocorreu em maio. As unidades remanescentes estão em fase de conclusão, com previsão de entrega até dezembro. Esta etapa vem complementar a totalidade de 1.290 unidades habitacionais projetadas para a área Chácara do Conde. A parceria estabelecida entre a CDHU e a SEHAB contribui não somente para a redução do déficit habitacional, mas também para a melhoria das condições de saneamento básico e da infraestrutura urbana da região onde se insere o empreendimento, situado na bacia do Ribeirão Cocaia, que compõe o Reservatório Billings, sendo que parte da área do terreno destinada ao Conjunto Habitacional será incorporada ao Parque Linear do Ribeirão Cocaia. As melhorias implantadas irão atingir diretamente cerca de 3.900 pessoas. Convênio 0079/22 - SP-Jardim Ângela A - Convênio entre CDHU e Secretaria de Habitação do Município de São Paulo - SEHAB para implantação de aproximadamente 330 unidades habitacionais no empreendimento SP - Jardim Ângela A, no âmbito do Programa Mananciais. A parceria não prevê repasse de recursos, cabendo à SEHAB a execução do empreendimento em terreno de propriedade da CDHU. Obra não iniciada. Além da redução do déficit habitacional e da melhoria das condições de saneamento básico e da infraestrutura urbana da região onde se insere o empreendimento, na Bacia do Guarapiranga, correspondente a microbacia do Córrego Embu Mirim, as melhorias implantadas com o estabelecimento da parceria irão atingir diretamente cerca de 1.320 pessoas. Convênio 0315/22 - SP-Grajaú E - Convênio entre a CDHU e a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo- SEHAB, para apoio à construção de 3.000 unidades habitacionais do empreendimento SP - Grajaú E, no âmbito do Programa Mananciais. Obras iniciadas, com emissão de OIS - Ordem de Início de Serviços - em ago/22. A parceria, com previsão de implantação até dezembro de 2025, contribui não somente para a redução do déficit habitacional, mas também para a melhoria das condições de saneamento básico e da infraestrutura urbana da região onde se insere o empreendimento, na bacia do Córrego Reimberg Cocaia, que compõem o Reservatório Billings. As melhorias implantadas irão atingir diretamente cerca de 12.000 pessoas. Outras ações com a PMSP - As ações em desenvolvimento com a PMSP envolvem, também, esforços para a regularização de empreendimentos e transferência, à CDHU, de unidades executadas no âmbito de convênios firmados com a COHAB e/ou com a SEHAB entre 2002 e 2011 os quais, em decorrência de dificuldades enfrentadas pela parceira, especialmente no que tange a aspectos fundiários, impediram o adequado desenvolvimento das ações programadas. Os trabalhos em desenvolvimento englobam a regularização das ações de 21 convênios firmados com a COHAB e de 10 convênios firmados com a SEHAB. Em 2022 ocorreram avanços significativos na parceria com a COHAB, resultando o encerramento de todas as pendências de 7 convênios, ora em procedimentos para encerramento, com previsão de conclusão até dezembro. Convênios Dersa - Convênio 0316/11 Rodoanel - trecho Sul e complexo Jacu-Pêssego - Convênio vencido em 31/12/21, pendente a quitação pela DERSA de valores devidos à CDHU para a formalização do encerramento do ajuste. Com estimativa de atendimento provisório de 1.186 famílias e definitivo de 1.086, foram realizados 507 atendimentos habitacionais definitivos. Os atendimentos remanescentes - titulação de 280 atendimentos habitacionais realizados no empreendimento SP-José Bonifácio C; 396 atendimentos habitacionais provisórios e definitivos - serão realizados no âmbito do convênio 0241/21, firmado entre a SH, DER e CDHU. Convênio 0191/11 Rodoanel-trecho Norte - Convênio vencido em 31/12/21, pendente a quitação pela DERSA de valores devidos à CDHU para a formalização do encerramento do ajuste. Com estimativa de atendimento provisório de 2.050 famílias e definitivo de 1.690, foram realizados 1.009 atendimentos habitacionais pela CDHU, sendo 635 em unidades habitacionais produzidas pela Companhia e 374 na modalidade carta de crédito. Os atendimentos remanescentes – titulação de 635 atendimentos habitacionais realizados nos empreendimentos SP-Perus D, SP-Jaraguá Q, SP-Freguesia do Ó A e Guarulhos E; 534 atendimentos habitacionais provisórios e definitivos - serão realizados no âmbito do convênio 0241/21, firmado entre a SH, DER e CDHU. Convênios Metrô - Linha 17-Ouro - Convênio 0485/11 - trecho 01 - Convênio assinado em 26/1/2012, com vencimento de prazo em 26/7/2023. No momento 121 famílias aguardam atendimento habitacional definitivo. O atendimento a essa parceria ocorrerá no empreendimento SP-Campo Belo A/B, cujo contrato para execução foi firmado em setembro de 2022, com emissão de Ordem de Início de Serviços em 01/11/2022. Linhas 5- Lilás e 15-Prata - Convênio 0212/14 - Convênio assinado em 19/11/2014, com vencimento de prazo em 19/1/2025. O atendimento a essa parceria ocorrerá no empreendimento SP-Campo Belo A/B, cujo contrato para execução foi firmado em setembro de 2022, com emissão de Ordem de Início de Serviços em 1/11/2022. Convênios CPTM - Linha 9-Esmeralda - Convênio 049/11- Convênio assinado em 29/12/2011, ora em procedimentos de aditamento de prazo por 12 meses. No âmbito desse convênio foram atendidas 381 famílias, sendo 141 com indenização operada pela CDHU e 240 na modalidade atendimento habitacional, sendo 234 nos empreendimentos SP-Jabaquara E e SP- Parelheiros D, produzidos pela Companhia, e 6 na modalidade carta de crédito. Remanesce pendente 1 atendimento habitacional, a ser promovido na

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

modalidade carta de crédito no decorrer do prazo em aditamento. Linha 13-Jade –Convênio 0045/16 – Objeto executado, Termo de Encerramento formalizado em novembro de 2022. Convênios DAEE. Projeto Parque Várzeas do Tietê - Guarulhos - Convênio 035/17 - Em procedimentos administrativos para encerramento. A parceria contou com atendimento habitacional, provisório e definitivo, de famílias removidas de áreas de risco de inundação em Guarulhos. Com estimativa inicial de atendimento a 56 famílias, a demanda habitacional foi redimensionada e elevada para 63 atendimentos, tendo sido efetivamente reassentadas 52 famílias, sendo 20 no empreendimento Guarulhos E e 32 com carta de crédito. As demais 11 famílias foram canceladas ou recusaram o atendimento. Convênios Secretaria de Transporte Metropolitano - Linha 6-Laranja - Convênio 051/15 - assinado em 11/6/2015, a vencer em 11/9/2023. No âmbito desse convênio foram atendidas 97 famílias, sendo 49 com indenização, operada pela CDHU, e 48 com atendimento habitacional na modalidade carta de crédito. Remanescem pendentes 2 atendimentos habitacionais, a serem promovidos na modalidade carta de crédito. Convênio com o DER e a Secretaria de Habitação - Convênio 0241/21 - SH/DER/CDHU-Convênio assinado em 17/11/2021, com vigência até 17/7/2024, tendo por objeto o repasse de recursos financeiros pelo Estado de São Paulo, por intermédio da SH e do DER, à CDHU, para operacionalização de atendimentos habitacionais provisórios e definitivos a 933 famílias e titulação de 915 unidades habitacionais, todos remanescentes de compromisso firmado pela DERSA com famílias beneficiárias, por ela indicadas, em decorrência de remoção involuntária para implantação de obras do Rodoanel Sul, Complexo Viário Jacu-Pêssego e Rodoanel Norte. Até o momento foram realizados 33 atendimentos habitacionais, 75 estão em fase de conclusão e 146 em curso; quanto às titulações, 455 processos se encontram em procedimentos cartorários para escrituração, os demais estão em fase de obtenção e/ou regularização de documentos das famílias beneficiárias. Projetos prioritários - assentamentos precários, recuperação ambiental e urbana e demandas específicas. Urbanização Jardim Santo André - Na região sul do município de Santo de André, fazendo divisa com área de proteção aos mananciais da Bacia Billings e com o Parque Municipal Pedroso, a CDHU adquiriu em 1977 uma área com topografia bastante acidentada e encostas íngremes, composta por seis glebas perfazendo uma área total de cerca de 1.470.000 m². Na década de 1980, a área sofreu um intenso processo de ocupação irregular gerando um complexo de seis favelas denominadas: Toledanos, Lamartine, Dominicanos, Cruzado, Missionários e Campineiros que somam um pouco mais de 9 mil famílias das quais 5.192 estão reassentadas em unidades produzidas pela CDHU e por outras soluções habitacionais, como carta de crédito e unidades recomercializadas, ainda que em menor número. O atendimento em lotes resultantes da urbanização do assentamento precário é uma das modalidades de atendimento neste projeto. Para possibilitar a Regularização fundiária dos lotes e a entrega de títulos de propriedade aos ocupantes, em 29/9/2020 a CDHU protocolou ofício junto à PMSA solicitando a abertura de processo administrativo e a devida classificação como REURB dos Núcleos Lamartine, Dominicanos, Cruzado, Campineiros e Toledanos, visando a regularização sob a ótica da Lei Federal nº 13.465/17. As classificações como REURB-S dos Núcleos Cruzado, Dominicanos, Campineiros e Toledanos foram publicadas entre 13 e 20/8/2020, nas Portarias nº 12, 13, 14 e 15 da SHARF/PSA; Já o Núcleo Lamartine foi publicado em 4/11/2021, na Portaria nº 25 da SHARF; o último Núcleo a obter a classificação como REURB foi o Missionários, com a Portaria nº 02 da Secretaria de Habitação municipal sendo publicada em 23/2/2022. Os produtos técnicos que compõem o Projeto de Regularização Fundiária do Núcleo Cruzado, até então o único com obras de urbanização totalmente concluídas, foram finalizados e protocolados na Prefeitura de Santo André em novembro de 2020. Este processo atendeu complemente aos *Comunique-se* emitidos pela prefeitura ao longo do ano de 2021, sendo protocolado informalmente aprovado em 29 de junho deste ano, aguardando a sanção da Lei de Denominação dos nomes das ruas do Núcleo para finalização. O outro Núcleo com produtos técnicos iniciados trata-se do Dominicanos. A CDHU executou o levantamento topográfico, o projeto de parcelamento do solo e a atualização do cadastro social dos moradores dos lotes até julho de 2022, quando todo o material produzido foi repassado ao Cidade Legal para que o mesmo desse continuidade ao processo. De acordo com as últimas informações obtidas-23/11/22, o Cidade Legal concluiu o Estudo Técnico Ambiental da área e aguarda definições internas sobre a continuidade dos contratos para prosseguir com o desenvolvimento do Plano de Regularização, próxima etapa a ser vencida pelo cronograma habitual. Os Núcleos Campineiros e Toledanos estão com obras de urbanização em andamento, com OIS emitida em 18/4/2022 para a empresa HEMA Construção; essa obra abrange uma área de pouco mais de 67.000m² e beneficiará cerca de 404 lotes entre os dois Núcleos. Diante do quadroapresentado e devido às restrições financeiras que têm limitado a possibilidade de atuação na escala exigida para viabilizar a regularização imediata de todos os Núcleos concomitantemente, a Cia. está trabalhando em parceria com a PM Santo André discutindo um plano estratégico e um Termo de Cooperação para dar seguimento às intervenções na área. Como opção de atendimento às famílias que hoje estão atendidas em auxílio moradia e que foram removidas de áreas de risco do Jd. Santo André entre 2009 e 2013, destacamos as ações: Santo André K, com 260 uhs: Averbado; Atendimentoatravés de carta de crédito; Santo André J, P e Q: aguarda orientações para contratação de projetos ou integrada, sendo que o empreendimento Santo André Q está previsto para complementar o atendimento às famílias a serem removidas do Parque Estadual Chácara da Baronesa. Urbanização Favela Pimentas - Guarulhos C - O Projeto de Urbanização e Regularização Fundiária Guarulhos C consiste de uma intervenção em um conjunto de glebas, patrimônio da CDHU, que formam setores separados por sistema viário público oficial envolvendo aproximadamente 4500 famílias. Parte dessas áreas foram ocupadas irregularmente ao longo dos anos contando com residências, em sua maior parte, consolidadas, que ocupam, tanto áreas urbanizáveis, quanto locais inapropriados para sua permanência, tais como: Áreas de risco, Áreas de Preservação Permanente-APPs, Faixa de Servidão da Transpetro-oleoduto e fibra ótica, Faixa de servidão da EDP Bandeirante-linha de alta tensão. Devido à complexidade e os altos investimentos necessários para viabilizar a implantação dasobras projetadas, estrategicamente a intervenção foi dividida em 4 Etapas. Etapa 1: As obras da Etapa 1 abrangem os Setores de Regularização 7, 8, 9 e parte do Setor 3, atendendo aproximadamente a 700famílias, foram concluídas em março/20; Na Etapa 1-Setor de Regularização 3, foi consolidada uma área institucional para implantação de um Posto de Entrega Voluntária - PEV, cujo tremo de cessão de uso está em análise pela Procuradoria de Consultoria Jurídica da Prefeitura de Guarulhos; O projeto de regularização fundiária da Etapa 1, a SRRF, informou que está montando requerimento para ingresso do processo de REURB-S no município e que a ordem de serviço para o desenvolvimento dos trabalhos de campo já está assinada. Etapas 1A, 2, 3 e 4 e áreas parareassentamento: O Termo de Cooperação entre a CDHU, Município de Guarulhos, SABESP e DAEE,foi assinado pelas partes em 28/06/2022 e tem como objetivo estabelecer diretrizes conjuntas e formalizar compromissos para urbanização e regularização urbanística do projeto Bairro dos Pimentas - áreas da CDHU, promovendo o atendimento habitacional definitivo de famílias a serem reassentadas; Guarulhos AA - A licitação para a contratação de empresa para construção de unidades habitacionais de interesse social, infraestrutura urbana e demais obras complementares, para a implantação do Conjunto Habitacional multifamiliar, composto de 228 unidades habitacionais,incluindo a elaboração de projetos básicos, executivos, de aprovação e serviços necessários para o licenciamento, incorporação imobiliária e averbação do empreendimento foi concluída em 23/9/2022 -Empresa ganhadora: Construtora e Incorporadora Faleiros. Atualmente em fase de elaboração de projetos; Guarulhos C26 - A licitação para contratação de empresa para construção de unidades habitacionais de interesse social, infraestrutura urbana e demais obras complementares, para a implantação do conjunto habitacional multifamiliar, composto de 130 unidades habitacionais, incluindo a elaboração de projetos básicos, executivos, de aprovação e serviços necessários para o licenciamento, incorporação imobiliária e averbação do empreendimento foi concluída em 28/9/2022 - Empresa ganhadora: Panda Engenharia. Atualmente em fase de elaboração de projetos; Guarulhos Y - A licitação para contratação de empresa para construção de unidades habitacionais de interesse social, infraestrutura urbana e demais obras complementares, para a implantação do ConjuntoHabitacional multifamiliar, composto de 266 unidades habitacionais, incluindo a elaboração de projetos básicos, executivos, de aprovação e serviços necessários para o licenciamento, incorporaçãoimobiliária e averbação do empreendimento foi concluída em 21/9/2022 - Empresa ganhadora: Panda Engenharia. Atualmente em fase de elaboração de projetos; A licitação para contratação de Obras deUrbanização das Etapas 1A, 2 e 3 está suspensa, devendo ser retomada em momento oportuno. O Empreendimento foi incluído no aditamento do contrato de regularização fundiária, o que possibilitará determinar a melhor estratégia para a regularização fundiária de todas as etapas.Regularização técnica e fundiária de intervenções em favelas - Projeto Pantanal SP - Vila Jacuí A e B - Em 4/8/2020 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a classificação da área SP -Vila Jacuí A/B como REURB-S, iniciando assim uma nova etapa do processo de regularização fundiária, agora com apoio da Lei Federal nº 13.465/17, beneficiando mais de 8.000 famílias. Em outubro de 2020 foi concluído o Estudo Técnico Ambiental elaborado pelo IPT, apontando que o núcleo SP - Vila Jacuí A/B está apto para a regularização pois comprova as melhorias das condiçõesde sustentabilidade urbano-ambiental na área. Em 14/1/2021 a Divisão de Acompanhamento de Licenciamento Ambiental e Urbanístico da CRF/SEHAB/PMSP exarou parecer favorável e publicoua aprovação do Estudo Técnico Ambiental da área objeto de regularização no Diário Oficial da Cidade. O relatório de infraestrutura urbana elaborado em janeiro de 2022 comprova que a área se encontra consolidada e dotada de infraestrutura urbana essencial. Visando a compatibilização do LEPAC elaborado em 2013 com a situação fática atual e a realização das destinações de usos dos lotes, realizou-se em junho de 2022 uma vistoria complementar para verificação e atualização dos alinhamentos das testadas das quadras e dos usos de equipamentos não residenciais existentes na área,assim como, o levantamento de novas ocupações ocorrida em março de 2021, em terrenos que, até então, se encontravam vazios após as obras de urbanização. Em setembro de 2022 foi realizado o trabalho de campo da equipe social da CDHU em conjunto com a equipe de projeto da empresa contratada para a individualização e convalidação de 89 lotes a serem registrados em nome dos atuaisocupantes através da legitimação fundiária, na primeira etapa de regularização. A planta de parcelamento do solo e respectivo memorial descritivo que comporão o PRF - Projeto de Regularização Fundiária, encontram-se em fase de conclusão. Após conclusão dos trabalhos citados,o PRF será protocolado em CRF/SEHAB/PMSP para análise, aprovação e emissão da CRF – Certidão de Regularização Fundiária. Ao obtermos a CRF, prosseguiremos com o encaminhamento do projetode regularização ao registro de imóveis competente para registro do perímetro da área objeto de regularização e parcelamento da 1ª fase da sua regularização. O empreendimento foi incluído no aditamento do contrato de regularização fundiária, objetivando a continuidade da regularização das demais etapas do Projeto de Regularização Fundiária conforme estratégia definida entre a CDHU, Registro de Imóveis e Prefeitura de São Paulo. Projeto Sumaré C - Trabalho técnico social de arrolamento e habilitação em andamento, visando subsidiar o projeto de regularização técnica e fundiária do empreendimento que beneficiará cerca de 1.100 famílias, das quais 395 ocupam unidadeshabitacionais construídas pela CDHU e mais 565 lotes, dos quais 446 já estão pactuados com a população e prontos para serem regularizados. A elaboração do projeto de regularização está em andamento. Foi protocolado no CRI/Sumaré pedido de desmembramento da gleba do trecho referenteao Conjunto Habitacional Campinas T com 289 unidades habitacionais. Projeto Hortolândia A1 - A CRF - Certidão de Regularização Fundiária foi emitida pela Prefeitura de Hortolândia em agosto/21e está sendo compatibilizado os endereços e a documentação necessária para protocolar pedido de regularização/averbação no CRI/Sumaré de 1200 lotes. Projeto Hortolândia A3 - Formalizado o convênio 0002/22 entre a CDHU e o Município de Hortolândia, onde ficou estabelecido que a Prefeitura Municipal será a responsável pela elaboração dos projetos e execução das obras visando aregularização técnica e fundiária da área ocupada e a CDHU, por sua vez, irá viabilizar o atendimento habitacional para as famílias à serem removidas. Em atendimento ao estabelecido no referido convênio, a CDHU publicou uma licitação para elaboração dos projetos e execução das obras de 152uhs, com previsão de abertura para 16/12/22. São Bernardo do Campo L - Jd. Calux- Empreendimentofoi incluído no aditamento do contrato de regularização fundiária. Projeto de parcelamento desenvolvido pela Prefeitura de São Bernardo do Campo. Estão em curso tratativas com a prefeitura visando a definição das estratégias para a titulação definitiva de 1908 lotes pela CDHU. São Bernardo do Campo F - O projeto de parcelamento do solo está aprovado e os condomínios já implantados tiveram sua regularização concluída, restando para regularização cerca de 200 lotes. As obras para urbanização de 36 lotes da fase denominada F5-C1 e de implantação de novas 32uhs estão em andamento. Para a urbanização da área remanescente denominada F5-C2, com aproximadamente 164lotes, estão sendo realizadas tratativas com a Prefeitura Municipal com o objetivo de formalizar um convênio visando a elaboração dos projetos, execução das obras e regularização fundiária. SP - Itaquera D, E e F - IPESP - Em 2/12/2020 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a classificação das áreas SP-Itaquera D, E e F como REURB-S, visando a obtenção da regularização fundiária sob a ótica da Lei Federal nº 13.465/17, o que beneficiará cerca de 5.000 famílias que atualmente ocupam irregularmente as glebas. A regularização de cada gleba está sendo tratada em processos separados na PMSP em razão das distintas situações fundiárias e físicas. Em agosto de 2021 foi elaborado pelo IPT o Estudo Técnico Ambiental das respectivas áreas. Foi definido que a primeira área objeto de regularização será a SP-Itaquera F, para a qual a Gerência de Projetos Integrados da CDHU elaborou o PRF - Projeto de Regularização Fundiária conforme os parâmetros estabelecidos na Lei nº 13.465/17 e providenciou o encaminhamento dos elementos técnicos à CRF/SEHAB/PMSP para análise, aprovação do estudo ambiental e do projeto de regularização, e porfim, a emissão da CRF - Certidão de Regularização Fundiária. Após a obtenção da CRF, encaminharemos o projeto de regularização ao Registro de Imóveis competente para registro do perímetro retificado e parcelamento da área objeto de regularização, onde os dois lotes condominiais implantados pelo IPESP serão registrados em nome da FESP - Secretaria da Fazenda e Planejamentodo Estado de São Paulo - sucessora do IPESP na respectiva Carteira Predial, da qual, está de acordo com a regularização fundiária proposta, por meio de anuência assinada pelo Secretário da FESP, as áreas públicas serão registradas em nome do Município de São Paulo e as demais quadras, em primeiro momento, serão mantidas em nome da CDHU. Na segunda etapa da regularização, a CDHUpromoverá a individualização das quadras ocupadas irregularmente para registro dos direitos reais dos ocupantes em suas respectivas matrículas através da legitimação fundiária. Empreendimento foi incluído no aditamento do contrato de regularização fundiária. Programa VIDA LONGA - é desenvolvido com recursos repassados pela SH à CDHU, para a implantação de equipamentos de moradia assistida, em condomínios horizontais de até 28 unidades, com área de convivência social e integração com a rede social de proteção e defesa do idoso, para idosos com 60 anos ou mais, independentes para a realização das tarefas diárias, com renda de até um salário mínimo, sem vínculos familiares sólidos ou sós. Nos 3 anos anteriores-2019/2021 foram investidos R$ 90 milhões aproximadamente na produção de 606 moradias para idosos, contemplando 23 municípios. Apresenta a seguinte situação: ENTREGUES - Entregues 4 empreendimentos em 2021 e 2022: Convênio SH 2571.286/19 São Roque C - Com 20 uhs. Entregue em junho de 2021; Convênio SH 2571.420/19 Barretos K - Com 28 uhs. Entregue em agosto de 2022; Convênio SH 257.1163/19 Bauru K - Com 22 uhs. Entregue em março de 2022; Convênio SH 1927861/20 Bastos I - Com 20 uhs. Entregue em setembro de 2022; EM OBRAS - Programados mais 3 entregas para 2022 e os demais para entrega em 2023: Convênio SH 2568.211/19 São Jose do Rio Pardo I - Com 26 uhs, encontra-se em outubro de 2022 com 87% de obras realizadas; Convênio SH 2571.555/19 Bragança Paulista L - Com 28 uhs, encontra-se em outubro de 2022 com 72% de obras realizadas; Convênio SH 2571.485/19 Santa

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

Bárbara D'Oeste G, assinado em 11/12/2020. Com 28 uhs encontra-se com 70% de obras realizadas; Convênio SH 1941.226/20 Duartina D - assinado em 11/12/2020. Com 28 uhs encontra- se em outubro de 2022 com 32% de obras realizadas; Convênio SH 1941.249/20 Guaratinguetá H - assinado em 11/12/2020. Com 28 uhs encontra-se em outubro de 2022 com 95% de obras realizadas; Convênio SH 1928.091/20 Garça N - assinado em 11/12/2020. Com 26 uhs encontra-se em outubro de 2022 com 17% de obras realizadas; Convênio SH 2032.096/20 Tietê G - assinado em11/12/2020. Com 28 uhs encontra-se em outubro de 2022 com 53% de obras realizadas; Convênio SH 700.529 /21 Catanduva P - assinado em 30/11/2021. Com 28 uhs encontra-se em outubro de 2022 com 60% de obras realizadas; Convênio SH 900.351/21 Cerquilho E - assinado em 17/12/2021. Com 28 uhs encontra-se em outubro de 2022 com 25% de obras realizadas; Convênio SH 930.766/21 Ibitinga F -assinado em 30/11/2021.Com 22 uhs encontra-se em outubro de 2022 com 20% de obras realizadas; Convênio SH 900.332/21 Santa Cruz do Rio Pardo L - assinado em30/11/2021. Com 28 uhs encontra-se em outubro de 2022 com 32% de obras realizadas; Convênio SH826.606 nº 0248/21 São Carlos J - assinado em 30/11/2021. Com 22 uhs encontra-se em outubro de2022 com 53% de obras realizadas; Convênio SH 1099.624/21 Araçatuba L – assinado em 16/12/2021. Com 28 uhs, encontra-se em outubro de 2022 com 2% de obras realizadas. EMLICITAÇÃO -Convênio SH nº 1099.510/21 Boituva H - assinado em 17/12/2021. Com 28 uhs, encontra-se em outubro de 2022 em licitação; Convênio SH nº 1260.298/21 Olímpia J - assinado em29/12/2021. Com 28 uhs, encontra-se em outubro de 2022 em licitação; Convênio SH nº 1099.548/21 Pederneiras K - assinado em 17/12/2021. Com 28 uhs, encontra-se em outubro de 2022em licitação; Convênio SH nº 1054.922/21 Rio Claro J - assinado em 17/12/2021. Com 28 uhs, encontra-se em outubro de 2022 em montagem de Edital; Convênio SH nº 900.260/21 Salto de Pirapora F - assinado em 30/11/2021. Com 28 uhs, encontra-se em outubro de 2022 em licitação; Convênio SH nº 1066.940/21 Americana I – assinado em 16/12/2021. Com 28 uhs, encontra-se em outubro de 2022 em licitação. Está previsto a assinatura de 10 novos convênios totalizando investimentos de cerca de R$ 54 milhões para a produção de 250 unidades habitacionais destinadasa esse público. A CONVENIAR - Capão Bonito J - 26 uh - Autorizo 23/5/2022; Marília P - 28 uhs -Autorizo 24/3/2022; Socorro E - 14 uh - Autorizo 23/5/2022; Itu J - 28 uh - Autorizo 7/6/2022; MogiGuaçu Q - 28 uh - Autorizo 23/5/2022; Jaboticabal F - 28 uh - Autorizo 23/5/2022; Agudos H - 28 uh - Autorizo 23/5/2022; Atibaia I - 24 uh - Autorizo 23/5/2022; Tatuí I - 22 uhs - Autorizo 5/11/2022; Salto E - 24 uhs - Autorizo 7/1/2021. Programa Moradia Indígena - O programa foi criado pela Lei Estadual nº 11.025, de 28/12/2001, no âmbito de uma política compensatória que prevê o atendimentohabitacional, sem nenhum custo para as famílias beneficiadas, moradoras em Terras Indígenas homologadas do Estado de São Paulo. A unidade habitacional proposta é discutida com a comunidadee a tipologia busca adequar-se aos usos e hábitos culturais de cada aldeia indígena, com tipologias desenvolvidas pela CDHU e participação das Prefeituras Municipais, comunidades e acompanhamento da FUNAI. A CDHU vem oferecendo soluções para Moradia Indígena desde 1998,tendo substituído, até a presente data, 582 moradias precárias por unidades habitacionais novas, em 18 Aldeias Indígenas no Estado de São Paulo, incluindo 15 unidades entreguem em 2022 na Aldeia Vanuire em Arco-Íris. Foram autorizadas 160 unidades habitacionais, no âmbito do Convênio SH n° 00069/2022 no âmbito Programa Casa Paulista - Desenvolvimento Urbano, de transferência de recursos financeiros para a promoção de atendimento habitacional nos núcleos indígenas do Estado de São Paulo, localizados nos municípios de: Bertioga E - Rio Silveira - 30 uhs; Eldorado I Aldeia Takuary - 30 uhs; Mongaguá E2 - Aguapeú - 10 uhs; Peruíbe M - Piaçaguera-30 uhs; SP - ParelheirosB- Krucutu - 30 uhs e Tapirai E -Tekoa Gwyra Pepo com 30 uhs. Programa Moradia Quilombola-Oprograma foi criado pela CDHU em 2004 e objetiva a melhoria da situação habitacional dascomunidades quilombolas do Estado de São Paulo, com a implantação de moradias destinadas exclusivamente aos residentes em áreas/comunidades reconhecidas pela Fundação ITESP JoséGomes da Silva, em terras detentoras de Título de Domínio. Prevê como solução de atendimento a substituição de habitação existente por unidade habitacional nova, com recursos a fundo perdido, adequada aos usos e hábitos culturais das comunidades quilombolas, por meio de tipologia desenvolvida pela CDHU com participação das comunidades. Existem 36 Comunidades reconhecidas pelo ITESP no Estado de São Paulo. Destas somente 6 comunidades tem a titulação daárea, sendo que 5 já receberam empreendimentos habitacionais, com 191 moradias implantadas em parceria com as Prefeituras, que assumem contrapartida com a implantação de infraestrutura. O sextoempreendimento do programa, Eldorado L - com 110 moradias para a Comunidade Ivaporunduva, está na etapa de desenvolvimento de projetos e será implantado em etapas. Foram autorizadas 160 unidades habitacionais, no âmbito do Convênio SH n° 00068/2022 no âmbito Programa Casa Paulista - Desenvolvimento Urbano, de transferência de recursos financeiros para a promoção de atendimentohabitacional, em etapas sendo: 84 uhs na primeira etapa e 26 unidades habitacionais na segunda etapa,tão logo os projetos executivos estejam finalizados, atingindo as 110 uhs demandadas pela Comunidade Quilombola Ivaporunduva. Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Litoral Sustentável - Serra do mar - O programa visa à recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar - PESM, maior área contínua da Mata Atlântica preservada no Brasil, que sofre ameaça de ocupação por assentamentos habitacionais precários. As intervenções habitacionais são articuladas às daPolítica Estadual de Meio Ambiente no programa, que configura um conjunto de ações e intervenções da Secretaria da Habitação e da Secretaria do Meio Ambiente, envolvendo o Parque Estadual da Serrado Mar e outros remanescentes do bioma da Mata Atlântica. No âmbito das ações habitacionais do Programa, beneficiou até o momento 7.800 famílias, das quais 5.820 com novas unidades habitacionais e 1980 com obras de urbanização. Como ações remanescentes do financiamento com oBID, estão previstos: Edificação de 698 uhs em área adquirida no âmbito do Programa Serra do Marno município de Cubatão, denominado Cubatão K-contratado, bem como a concessão de aproximadamente 230 Cartas de Crédito, o que complementa as metas de atendimento do Programa;Projeto de parcelamento do solo para a regularização fundiária dos núcleos de urbanização e instauraçãodos processos de regularização fundiária – REURB-S, em parceria com o Município. LitoralSustentável - Em meados de 2019, o Governo do Estado de São Paulo protocolou junto à Secretaria deAssuntos Internacionais - SAIN do Ministério da Economia do Governo Federal, Carta Consulta apresentando o Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, visando aprovação para contratação de operação de crédito externo para financiar parte do citado Programa. Em 17/9/2019, aComissão de Financiamento Externo - COFIEX/SAIN, expediu a Resolução nº 10/0137, autorizandoa preparação do Programa, viabilizando a contratação da operação de crédito externo com a concessãode garantia da União, no valor de US$ 100.000.000,00. A operação de crédito, ora citada, poderá ser efetuada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, sendo que a fase de preparaçãofoi iniciada no mês de outubro de 2019 e alcançou fase conclusiva, tendo sido suspensa, aguardandodefinições do Governo do Estado. O Programa Litoral Sustentável propõe um conjunto de ações e intervenções do Governo do Estado de São Paulo executado pelas Secretarias de Infraestrutura e MeioAmbiente - SIMA e da Habitação - SH, visando a proteção da biodiversidade e demais serviços ambientais da mata atlântica, associando as ações de proteção com ações de recuperação, mitigação,contenção e prevenção de danos socioambientais e de impactos decorrentes das mudanças climáticas,bem como ações que visam subsidiar o poder público para o planejamento e implementação de intervenções futuras. Alguns dos documentos citados, como parte do processo de preparação do Programa. Para garantir a participação da sociedade e das famílias atingidas pelas ações do Programa,como parte do processo de preparação, foram previstas Consultas Públicas, distribuídas em duas rodadas, A primeira rodada ocorreu no período de 7 a 9/7/2020, através das plataformas Youtube e Facebook, sendo que a participação média por dia de Consulta variou entre 160 a 230 pessoas. A segunda rodada deverá ocorrer em momento oportuno, quando da publicação de autorização para realização de operação de crédito externo específico ao programa.

Carta de Crédito Associativo - Pormeio da Resolução de Diretoria 137, de 2008 a CDHU integrou em suas ações da política pública habitacional a modalidade Carta de Crédito Associativo, tendo por objetivo a descentralização da promoção habitacional contando com a participação de entidades associativas, companhias habitacionais outros órgãos assemelhados, a exemplo de cooperativas habitacionais, condomínios oupessoas jurídicas voltadas para a produção habitacional. A ação consiste, basicamente, na concessão de financiamento a pessoas físicas agrupadas sob a forma associativa, organizadas pela assim denominada Entidade Organizadora, por meio de contrato de compra e venda de moradia produzida pelos agentes de mercado, segundo as regras estabelecidas pela legislação que informa o sistema de habitação de interesse social, qual seja, aquela voltada as camadas mais necessitadas da população, que por ostentarem baixa renda familiar não se inserem no denominado mercado imobiliário regular.Por outro lado, no segundo semestre de 2021, o Conselho Gestor do Fundo Paulista de Habitação deInteresse Social emitiu a Deliberação Normativa CGFPHIS Nº 026, tendo por objeto o Programa Apoio ao Crédito Habitacional - Modalidade Carta de Crédito Individual e Carta De Crédito Associativa, com a intenção da Casa Paulista de ampliar suas possibilidades de atendimento às demandas compatíveis com o público-alvo do Programa, garantindo que famílias de baixíssima rendapossam ter acesso à moradia digna, por meio do recebimento dos subsídios em operações de crédito junto a outros agentes financeiros que não apenas Caixa Econômica Federal, com quem já vinha atuando em parceria com o Governo Federal. Diante da autorização do mencionado Conselho a Secretaria da Habitação fez publicar o Edital nº 001/2022 tendo por objeto o recebimento de propostaspara credenciamento de Agentes Promotores mediante apresentação de propostas de projetos de empreendimentos habitacionais para enquadramento no Programa de Apoio ao Crédito Habitacionalna modalidade Carta de Crédito Associativo, gerando o número total de 86 empreendimentos homologados contemplando o total de 26.301 uhs passíveis, em princípio, de serem financiadas comos recursos do FPHIS para o Programa. Por força do Convênio 037/2022, celebrado em julho de 2022entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Habitação e a CDHU, esta assumiu a condiçãode Agente Técnico e Financeiro do Programa, cabendo-lhe a análise da viabilidade técnica, jurídica e financeira dos empreendimentos credenciados, homologados e indicados pela Secretaria, com vistasao financiamento de suas unidades aos grupos associativos, com os recursos repassados. Do total doshomologados a Secretaria da Habitação indicou 62 projetos para análise, contemplando 16.792 dos quais: 15 empreendimentos totalizando 4.125 unidades habitacionais estão em obras ou em contratação dos financiamentos individuais:

REGIÃO	CREDENCIADO	EMPREENDIMENTO	Nº UH	SITUAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Personal	243	CONTRATADO
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Absolute I	270	CONTRATADO
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Absolute II	252	CONTRATADO
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Special	234	CONTRATADO
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Selection I	270	EM OBRAS
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Selection II	162	EM OBRAS
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Exclusive II	234	CONTRATADO
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Exclusive I	234	CONTRATADO
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Premium I	162	EM OBRAS
Embu das Artes	Ecovita Incorporadora e Construtora Ltda.	Residencial Fama Premium II	270	EM OBRAS
Santo André	Construtora Sousa Araujo Ltda	Condomínio Residencial João Ducin	460	EM OBRAS
Santo André	Multipla Engenharia Ltda.	Residencial Clara	480	EM OBRAS
SBC	Construtora e Incorporadora Faleiros S.A.	Residencial Cooperativa II	420	EM OBRAS
SP - Zona Oeste	SP - Parque Raposo - Condomínio Paineira	Condomínio Paineira (N3)	180	CONTRATADO
SP - Zona Sul	Habras - Habita Brasil Construtora e Incorporadora Ltda.	Condomínio Conviva Residencial Aratimbó	254	EM OBRAS
SUBTOTAL 1 - EM OBRAS / CONTRATADO			4.125	

15 empreendimentos, contemplando 4.793 unidades apresentam documentos pendentes deapresentação para análise:

REGIÃO	CREDENCIADO	EMPREENDIMENTO	Nº UH	SITUAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
Cotia	Construtora Tenda S.A.	Condomínio Convívio Albany	260	AGUARDA DOCS
Diadema	Multiconstru Empreendimentos Eireli	Condomínio Residencial Sete de Setembro	180	AGUARDA DOCS
Ferraz de Vasconcelos	JZ Engenharia e Comercio Ltda.	Condominio Residencial Ferraz I	302	AGUARDA DOCS
Guarulhos	Construtora Sousa Araujo Ltda	Projeto Residencial Monet	528	AGUARDA DOCS
Itaquaquecetuba	Habras - Habita Brasil Construtora e Incorporadora Ltda.	Condomínio Jaguari	342	AGUARDA DOCS
Mauá	Multiconstru Empreendimentos Eireli	Condominio Ermelinda Branco - Mauá B2	496	AGUARDA DOCS
Mauá	Multiconstru Empreendimentos Eireli	Condominio Ermelinda Branco - Mauá B3	496	AGUARDA DOCS
SP - Zona Sul	Penedo Const / Mov. Pro Moradia Mario Lago	Conjunto Residencial Piraporinha	263	AGUARDA DOCS
SP - Zona Leste	Ass Beneficente Vila Bancaria por Moradia Popular / SRW Engenharia	Cidade Tiradentes AC1	243	AGUARDA DOCS
SP - Zona Leste	Frente Paulista / Construtora Ribeiro Barbosa	Cidade Tiradentes AC2	243	AGUARDA DOCS
SP - Zona Leste	Integra	São Lucas A	164	AGUARDA DOCS
SP - Zona Leste	Kazzas Incoporações e Construções Ltda.	Condomínio Kazzas Parque do Carmo - Lote A	280	AGUARDA DOCS
SP - Zona Leste	Kazzas Incoporações e Construções Ltda.	Condomínio Kazzas Parque do Carmo - Lote B	280	AGUARDA DOCS
SP - Zona Leste	Teen Imobiliário S.A.	Bresser (PPP COHAB-SP)	300	AGUARDA DOCS
Suzano	Construtora Tenda S.A.	Residencial Villa Veneto	416	AGUARDA DOCS
SUBTOTAL 3 - EM COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ANÁLISE			4.793	

32 empreendimentos totalizando 8.058 unidades habitacionais, estão em análise e são passíveis decontratação em curto prazo:

REGIÃO	CREDENCIADO	EMPREENDIMENTO	Nº UH	SITUAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
SBC	Saned Engenharia e Empreendimentos S.A.	Conjunto Habitacional Vila Esperança I (Quadra A)	88	EM ANÁLISE
SBC	Saned Engenharia e Empreendimentos S.A.	Conjunto Habitacional Alvarenga Peixoto	120	EM ANÁLISE
SBC	Saned Engenharia e Empreendimentos S.A.	Conjunto Habitacional Vila Esperança II (Quadra B)	88	EM ANÁLISE
SP - Zona Oeste	SP - Parque Raposo - Condomínio Araucária	Condomínio Araucária (M3)	180	EM ANÁLISE
SP - Zona Oeste	SP - Parque Raposo - Condomínio dos Ipês	Condomínio dos Ipês (M4)	170	EM ANÁLISE
SP - Zona Oeste	SP - Parque Raposo - Condomínio Jacarandá	Condomínio Jacarandá (M5)	360	EM ANÁLISE
SP - Zona Oeste	SP - Parque Raposo - Condomínio Sapucaia	Condomínio Sapucaia (M6)	360	EM ANÁLISE
SP - Zona Oeste	SP - Parque Raposo - Condomínio Manacá	Condomínio Manacá (N1)	360	EM ANÁLISE
SP - Zona Oeste	SP - Parque Raposo - Condomínio Cerejeira	Condomínio Cerejeira (N2)	360	EM ANÁLISE
SP - Zona Norte	Mako Contrutora e Incorporadora Ltda	Residencial Alto do Jaraguá	265	EM ANÁLISE
Embu das Artes	Associação Esperança de um novo milênio	Residencial Roque Valente 4 (Embu L - Santa Tereza Lote 2C)	294	EM ANÁLISE
Embu das Artes	Associação Esperança de um novo milênio	Residencial Roque Valente 3 (Embu L - Santa Tereza Lote 3)	300	EM ANÁLISE
Ferraz de Vasconcelos	JZ Engenharia e Comercio Ltda.	Condomínio Residencial Convívio Ferraz (Ferraz II)	288	EM ANÁLISE
Taboão da Serra	Associação Esperança de um novo milênio	Conjunto Residencial Chico Mendes 5	152	EM ANÁLISE
Taboão da Serra	Associação Esperança de um novo milênio	Conjunto Residencial Chico Mendes 1	152	EM ANÁLISE
Diadema	Construtora e Incorporadora Faleiros S.A.	Residencial Parque Real (Lote C)	252	EM ANÁLISE
Diadema	Construtora e Incorporadora Faleiros S.A.	Portal Parque Real (Lote D)	200	EM ANÁLISE
Embu Guaçu	Habras - Habita Brasil Construtora e Incorporadora Ltda.	Condomínio Bosque dos Ipês - módulo 3	272	EM ANÁLISE
Embu Guaçu	Habras - Habita Brasil Construtora e Incorporadora Ltda.	Condomínio Bosque dos Ipês - módulos 1 e 2	352	EM ANÁLISE
Franco da Rocha	Construtora Sousa Araujo Ltda	Condomínio Residencial Portal das Alamedas	372	EM ANÁLISE
Guarulhos	Construtora e Incorporadora Faleiros S.A.	Residencial Buriti	252	EM ANÁLISE
Guarulhos	Construtora e Incorporadora Faleiros S.A.	Residencial Graviola	180	EM ANÁLISE
Mauá	SRW Engenharia	Alto dos Ipês	196	EM ANÁLISE
Santo André	Construtora Sousa Araujo Ltda	Condomínio Residencial Ernesto Nazareth	292	EM ANÁLISE
Santo André	Construtora Sousa Araujo Ltda	Condomínio Residencial Pedro Américo	190	EM ANÁLISE
Santo André	Multipla Engenharia Ltda.	Residencial Rangel Pestana	240	EM ANÁLISE
SBC	Saned Engenharia e Empreendimentos S.A.	Condomínio Residencial Monte Sião III	298	EM ANÁLISE
SBC	Saned Engenharia e Empreendimentos S.A.	Condomínio Residencial Monte Sião I e Condomínio Residencial Monte Sião II	478	EM ANÁLISE

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

SP - Zona Leste	Associação de Moradores Irmã Lucinda	Conjunto Habitacional Santa Rita (Lajeado L)	300	EM ANÁLISE
SP - Zona Leste	OGBAN / SRW Engenharia	Condomínio Residencial Juá-Mirim	192	EM ANÁLISE
SP - Zona Leste	Simetrica Engenharia Ltda	SIM Sapopemba	54	EM ANÁLISE
SP - Zona Norte	Consorcio Habita Brasil S.A.	Condomínio Habita Tucuruvi - Antonio Sampaio (PPP COHAB-SP)	401	EM ANÁLISE
SUBTOTAL 2 - EM ANÁLISE PASSÍVEIS DE CONTRATAÇÃO EM CURTO PRAZO			8.058	

São José do Rio Preto - Favela Marte - Em 9/12/2021 foi firmado um acordo de cooperação entre oEstado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e esta por meio do Fundo Social de São Paulo-FUSSP e da Secretaria da Habitação, através da CDHU, o Município de São José do Rio Preto - MSJRP e o Instituto Gerando Falcões - IGF, objetivando realizar uma intervenção integrada com vistas a proporcionar moradia digna, desenvolvimento urbano e socioeconômico para osmoradores do assentamento Favela Vila Itália, em São José do Rio Preto - SP. Para execução do objeto deste acordo de cooperação, foram traçados os seguintes eixos de ações: Eixo Moradia Dignae Urbanismo: implantação de empreendimento habitacional através da construção de novas moradias,infraestrutura, equipamentos públicos e comunitários, assim como de áreas de lazer e convivência; Eixo Geração de Renda: implementação de programas e ações de capacitação profissional, apoio ao emprego e renda, empreendedorismo e oferta de crédito para os residentes no assentamento Favela Vila Itália, de modo a fomentar a interrupção do ciclo de pobreza, em curto, médio e longo prazos; Eixo Desenvolvimento Social e Digital: formulação de ações objetivando a promoção do desenvolvimento humano e inclusivo, por meio da oferta e do acesso a políticas públicas sociais, serviços e oportunidades que fortaleçam os vínculos comunitários, propiciando a redução de desigualdades sociais e de pobreza. Em atenção as atribuições estabelecidas no referido acordo de cooperação, a CDHU executou as obras de demolição das edificações da Favela Vila Itália, e licitou a execução das obras de construção de 239 unidades habitacionais, com ordem de serviço emitida em 17/11/22. Chácara da Baronesa - Convênio 0327/2022 - Repasse de recursos de cerca de R$ 160.000.000,00, pela CDHU à EMHAP, para construção 884 unidades habitacionais - 30/6/2022, pela EMHAP em terrenos municipais, para reassentamento das famílias que ocupam precariamente a área de preservação Parque Chácara da Baronesa. A favela, denominada Chácara da Baronesa, está localizada no Parque Estadual de mesmo nome, criado em 2001 pela Lei nº 10.861. O Parque possui área de 340.990 m² e está situado no bairro Jardim Oriental, município de Santo André, na divisa com São Bernardo do Campo. Arrolamento já realizado pela CDHU em agosto de 2022. Está em andamento pela EMHAP , Empresa Municipal de Habilitação Popular de Santo André S.A. a Contratação de empresa para elaboração de projetos básicos, executivos e de aprovação necessários e construção de 612 unidades habitacionais de interesse social, infraestrutura urbana e demais obras complementares para implantação do empreendimento habitacional multifamiliar verticalizado em áreas públicas denominadas GUARATINGUETÁ b e c, sob o regime de contratação integrada, com Sessão de Abertura agendada para 15/12/2022. São Bernardo do Campo - Alvarenguinha e Jardim Serro Azul - Frente aos desafios de promoção social, recuperação urbana e ambiental da Billings, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Habitação e da Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, coordenou nos últimos anos uma série de iniciativas e esforços voltados à caracterização dos problemas, proposição de soluções e viabilização de investimentos, visando requalificar especialmente as margens da represa, garantir habitação digna à população mais vulnerável e proteger esse manancial estratégico à Região Metropolitana de São Paulo. Os mananciais -como a Billings - têm um papel fundamental na garantia do abastecimento de água e, também, de múltiplos usos existentes na represa, além de garantir o controle das cheias dos rios Pinheiros e Tietê. Apesar dessa importância, a bacia hidrográfica Billings sofre com a expansão urbana desordenada. Lá residem, hoje, cerca de 1 milhão de pessoas, entre as quais mais de 440 mil situam-se em regiões ambientalmente vulneráveis, com deficiência de infraestrutura básica, ocupando encostas, fundos de vale, beiras de rios, córregos e várzeas, onde as famílias estão expostas a grandes dificuldades quanto à moradia, ao transporte público e acessibilidade, à educação e à violência urbana. Desse universo, quase 24 mil famílias residem nas margens da represa, concentradas em cerca de 70 km de faixas territoriais, onde as condições de ocupação e vulnerabilidade social são ainda mais críticas. Nesse sentido que a CDHU, pensando na necessidade de transformação dessas áreas, na requalificação do espaço urbano e na melhoria da qualidade ambiental e de vida da população, coordenou a estruturação de um programa amplo de intervenções, organizadas na forma de um Projeto robusto: o Programa de Recuperação Socioambiental da Billings. O Programa de Recuperação Socioambiental da Billings prevê R$ 8,8 bilhões em investimentos, a serem aplicados em 10 anos, em ações de urbanização, saneamento, segurança, recuperação urbana e ambiental, envolvendo um esforço conjunto e integrado entre múltiplas instituições do governo estadual, das Prefeituras, da iniciativa privada e de toda a sociedade. O primeiro passo desse esforço teve início em 2022, com o Projeto de Urbanização nas Margens da Represa Billings na Área Alvarenguinha e do Jardim Serro Azul, no Município de São Bernardo do Campo. Ao todo, serão beneficiados 6543 habitantes, cerca de 1800 famílias, onde grande parte de sua população-73% possui renda de até 3 salários-mínimos. As ações no Núcleo Alvarenguinha e no Jardim Serro Azul são fruto de uma parceria exitosa entre a Prefeitura de São Bernardo do Campo e a CDHU, onde o município fornece os Projetos de Engenharia e promove a regularização fundiária e a CDHU contrata e executa as obras de urbanização. Para a consecução das intervenções de urbanização no Núcleo Alvarenguinha, por meio dos Convênios n° 67/2022 e n° 0165/2022, foram assegurados os recursos financeiros no montante de R$ 69,2 milhões para a execução de obras. Estão em andamento as obras de pavimentação, micro e macrodrenagem, contenção geotécnica, urbanismo e paisagismo, implantação de redes, coletores e ligações de esgoto. Já, para as intervenções de urbanização no Jardim Serro Azul, está sendo firmado um Convênio que assegura o repasse de recursos financeiros no valor de R$ 57,2 milhões para a execução de obras de pavimentação, micro e macrodrenagem, contenção geotécnica, urbanismo e paisagismo, implantação de redes, coletores e ligações de água e esgoto, núcleo de esporte e lazer e a construção de 76 unidades habitacionais. COBANSA - Em 2021 a Secretaria da Habitação firmou o Convênio 231/2021 com a CDHU para a transferência de recursos financeiros visando a promoção de conclusão de obras de empreendimentos habitacionais – Programa sub50 - Casa Paulista, não finalizados pela COBANSA, no Estado de São Paulo, no âmbito do Programa Casa Paulista - Desenvolvimento Urbano. A seguir a situação atualizada de contratação e execução das obras - novembro de 2022:

EMPREENDIMENTO	Nº UH	CONTRATO	OIS	VALOR CONTRATADO R$	DATA-BASE	EXECUÇÃO ACUMULADA R$	EXECUÇÃO ACUMULADA %	MÊS DE REFERÊNCIA
BARRA DO TURVO A	38	0011/22	16/fev/22	3.999.617,07	AGO_21	1.931.132,27	48,28%	OUT_22
BOFETE C	43	0010/22	15/fev/22	3.888.226,57	AGO_21	2.731.376,77	62,17%	OUT_22
CAFELÂNDIA J	22	0013/22	16/fev/22	2.185.125,59	AGO_21	1.838.751,15	77,61%	OUT_22
CASA BRANCA L	50	0095/22	01/jul/22	4.128.729,66	AGO_21	171.721,40	4,16%	OUT_22
DUMONT	12	0056/22	07/mar/22	1.317.240,70	AGO_21	0,00	0,00%	OUT_22
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA C	42	0057/22	07/mar/22	3.818.854,34	AGO_21	217.843,61	5,70%	OUT_22
ILHA COMPRIDA B	40	0014/22	16/fev/22	4.135.019,53	AGO_21	0,00	0,00%	OUT_22
IPERÓ F	39	0055/22	25/abr/22	3.379.433,27	AGO_21	907.946,61	26,87%	OUT_22
ITABERÁ H	48	0412/22	17/out/22	5.267.600,94	MAI_22	0,00	0,00%	OUT_22
JOANÓPOLIS E	40	0042/22	07/mar/22	3.426.142,35	AGO_21	1.696.928,41	43,64%	OUT_22
POMPÉIA F	40	0015/22	16/fev/22	2.741.249,64	AGO_21	1.922.053,32	70,12%	OUT_22
POTIM	40	0062/22	14/mar/22	3.068.056,39	AGO_21	1.845.366,69	60,15%	OUT_22
REGINÓPOLIS V-C	40	0080/22	13/jun/22	4.168.442,29	NOV_21	404.390,21	9,70%	OUT_22
SANTA BRANCA	16	Em Licitação						OUT_22
TEODORO SAMPAIO	18	0063/22	14/mar/22	1.880.381,35	AGO_21	0,00	0,00%	OUT_22
TOTAIS / SUBTOTAIS	**528**			**47.404.119,69**		**13.667.510,44**		

Taboão da Serra - Parque Tizo – Jequitibá - A área ocupada pela Vila Nova Esperança foi adquirida pela CDHU em 2001 e está localizada na zona oeste da RMSP, abrangendo os municípios de São Paulo e Taboão da Serra. O local está próximo à divisa das cidades de Osasco e Cotia, e parte da VilaNova Esperança margeia o Parque Estadual Jequitibá. No período de 3 a 22/8/22 foi realizado o Trabalho Técnico Social-TTS de arrolamento da Vila Nova Esperança, também conhecida como Fazenda TIZO - Terrenos Institucionais da Zona Oeste. O arrolamento consistiu na pactuação com a comunidade, mapeamento, numeração das ocupações e aplicação da pesquisa socioeconômica.Foram identificadas 885 edificações e 1.865 moradores. Considerando a existência de Ação Civil Pública movida pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital que obriga a CDHU a desocupar a área da Vila Nova Esperança, promover o reflorestamento do local e transferir esta áreapara a Secretaria Estadual do Meio Ambiente para que passe a integrar o Parque Jequitibá, a Cia ofereceu aos moradores 3 opções de atendimento habitacional definitivo: Reserva Raposo - ProgramaCarta de Crédito Associativo; Empreendimento Taboão D - Programa de Reassentamento Habitacionalda CDHU e Empreendimento Cotia XXXV - Programa de Reassentamento Habitacional da CDHU,localizado em área semi-rural no município de Cotia. No período de 10 a 13/10/22 foram realizadas diversas reuniões com a comunidade na sede da CDHU e obtivemos uma adesão massiva para o empreendimento Reserva Raposo. Atualmente, temos o seguinte balanço: 520 famílias optaram peloReserva Raposo e já foram encaminhadas para a habilitação e assinatura de contrato com a construtora, 43 famílias preferem aguardar o empreendimento Taboão D e outras 20 famílias com perfil rural aderiram ao empreendimento Cotia XXXV, cujo projeto ainda precisa ser desenvolvido para fazer frente às caraterísticas especiais desse pequeno grupo que possui plantação e criação de animais. Fundo Estadual Da Habitação - Instituído em setembro de 2001, o Fundo Estadual da Habitação - FEH destina-se à aplicação de recursos estaduais em execução de obras de infraestruturaurbana e equipamentos sociais com o objetivo de beneficiar conjuntos habitacionais destinados à famílias de baixa renda. Os recursos do fundo são provenientes da antiga Loteria da Habitação do Estado, inoperante desde 2009. Em 2022 não foram formalizados convênios através dos recursos do Fundo. Por conta de convênios celebrados em exercícios passados. Portanto, a movimentação ocorrida neste Fundo no período entre 2019/2022 restringe-se a rendimentos provenientes de aplicação financeira e alguns débitos decorrentes de repasses relativos a convênios ainda pendentes de encerramento, celebrados anteriormente à 2019. Parcerias Público-Privadas-PPPs - Parceria entreo setor público e privado com vista a ampliar a oferta de habitação de interesse social-HIS, inserida na malha urbana e com acesso à oferta de equipamentos e serviços públicos. A PPP Habitacional também busca articular a oferta de HIS aos objetivos do desenvolvimento urbano, a exemplo da promoção do adensamento habitacional e de atividades urbanas ao longo do sistema de transporte público, o apoio à qualificação de centralidades existentes, bem como o apoio à coesão e integração sócio territorial, garantindo a diversidade funcional e social das intervenções. PPP de Habitação - Lote 1 - O Lote 1 da PPP da Habitação do Estado de São Paulo prevê a construção de 3.683 unidadeshabitacionais, sendo 2.260 unidades de HIS, destinadas a famílias com renda de até seis pisos salariaisdo Estado de São Paulo, e 1.423 unidades de HMP, para famílias com renda entre seis e dez pisos salariais. O investimento previsto é de R$ 1,4 bilhão, sendo R$ 919 milhões do parceiro privado e R$465 milhões do Governo do Estado de São Paulo, com contrapartida máxima anual de R$ 82 milhões.O contrato com a PPP Habitacional Lote 1 S. A. foi assinado em março de 2015 e a situação até dezembro de 2022 é a seguinte: 2.070 unidades de HIS concluídas: 126 unidades de HIS, ResidencialSão Caetano, empreendimento entregue em dez/2016; 91 unidades de HIS, Residencial Alameda Glete, empreendimento entregue em out/2017; 914 unidades de HIS, Complexo Júlio Prestes I, Q49,Torres 1 a 5, empreendimentos entregues no período de abril a julho/2018; 96 unidades de HIS, Residencial Gusmões - República A - Q75, empreendimento entregue em jul/2019; 216 unidades de HIS, Complexo Júlio Prestes II - Q50, Residencial Campos Elíseos e Residencial Cleveland,empreendimento entregue em dez/2019; 210 unidades de HIS, Complexo Mauá - Q69 - empreendimentos entregues em jan/2021; 417 unidades de HIS, Residencial Jardins da Barra, Torres 1 a 4, empreendimentos entregues no período de setembro a dezembro de 2022; 190 unidades de HIS em construção - 190 unidades de HIS, Residencial São Paulo - Q38 - Conclusão prevista para abril/2023 - Outras obras de responsabilidade da Concessionária: Equipamentos Públicos - Reforma do Aquartelamento do 2º Grupamento de Bombeiros, concluída em out/2018; Construção de uma creche, Centro de Educação Infantil - CEI Nova Lu no Complexo Júlio Prestes II, - Q 50, concluída em dez/2019; Construção do Centro de Operações Integradas - COI da Secretaria de Segurança Pública; obra prevista para iniciar em abril/2023. Usos não residenciais -comércio - 55 Lojas comerciais - Complexo Júlio Prestes, Q49, concluídas entre abril e julho de 2018; 1 Supermercado e 1 Praça de Alimentação - Complexo Júlio Prestes, Q49, concluídos em jul/2018; 1 Loja comercial - Residencial Gusmões, Q75, concluída em jul/2019; 22 Lojas comerciais -Complexo Mauá, Q69, concluídas em jan/2021; 22 Lojas comerciais no Residencial Jardins da Barra, concluídas em dez/2022. Infraestrutura - Revitalização da Praça Júlio Prestes, concluída em abr/2018. Quanto às unidades de Habitação de Mercado Popular - HMP: 461 unidades de HMP concluídas: 72 unidades de HMP, Residencial Bravo, obra concluída em out/2021; 237 unidades de HMP, Today Brigadeiro, obra concluída em set/2022; 152 unidades de HMP, Today Augusta, obra concluída em dez/2022. 502 unidades de HMP em construção: 210 unidades de HMP, Today Perdizes, em obras, conclusão prevista para mai/2024; 292 unidades de HMP, Today Centro, obras iniciadas em dez/2022, conclusão prevista para fev/2025. Conclusão - O quadro econômico e social vigente tem apresentado desafios adicionais para o setor habitacional do Estado e, em especial, para a CDHU, que tem caminhado para rever e aprimorar sua forma de atuação e para um aproveitamento mais efetivo de seu potencial, seja na promoção habitacional, seja na prestação de serviços e no fomento do desenvolvimento urbano. A partir de 2020, de acordo com seu Plano de Negócios, a CDHU passou a desempenhar atividades de prestação de serviços de naturezas diversas -projetos, gerenciamento de obras, gestão de convênios, apoio ao desenvolvimento urbano e social, etc. prestados a vários órgãos do Estado e Municípios, com contratos já em execução e outros em fase de negociação. Os programas habitacionais são desenvolvidos em parceria com os municípios do Estado de São Paulo, que aportam terrenos para a promoção de empreendimentos, e está sendo adotada nova forma de implementação de empreendimentos habitacionais, com foco na produção de lotes urbanizados em terrenos municipais, como etapa inicial, para posterior construção de moradias nesses lotes. Foram lançados com destaque nos últimos anos, as seguintes ações: Vida Digna, projeto que visa remoção de ocupações irregulares em palafitas da Baixada Santista, nos municípios de Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente, com reassentamento das famílias em novos empreendimentos habitacionais nos mesmos municípios e recuperação das áreas de remoção; Viver Melhor, que visa promover melhorias e reparos em moradias situadas em assentamentos precários passíveis de regularização, promovendo a melhoria das condições de habitabilidade, salubridade e acessibilidade, com repercussões urbanas e na qualidade de vida das populações vulneráveis; Também assumiu neste ano as funções de agente técnico e financeiro, em apoio à Secretaria da Habitação, especialmente no Programa Carta de Crédito Associativo. Cabe destacar, por fim, o expressivo Plano de Investimentos 2022/2023 para a Secretaria da Habitação e CDHU, com recursos destinados à Cia, que busca o enfrentamento e solução de passivos de recuperação urbana e retomada de empreendimentos habitacionais em terrenos da CDHU, ou em parceria com os municípios. A efetivação do plano, ainda que condicionada à edição da Lei orçamentária 2023, representa a previsão de um patamar de investimentos que supera em muito os dos últimos exercícios. Com o conjunto dessas ações, o Estado de São Paulo mantém-se na dianteira dos esforços para o desenvolvimento habitacional e urbano em seu território.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente- SIMA é o resultado da ampla reestruturação administrativa determinada, pelo Governador do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 64.059 de 1/1/2019 que dispôs sobre as alterações de denominação, transferências e desativações de ÓrgãosPúblicos logo no início da sua gestão. Assim, a Secretaria do Meio Ambiente passou a denominar-se Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA e no novo formato institucional incorporou as funções e competências estatais relacionadas às áreas de energia e mineração, de saneamento e recursos hídricos, e do meio ambiente. Para dar conta da multiplicidade de ações, atividades, projetose programas vinculados a esses setores definiu-se, no Decreto 64.132 de 11/3/2019, a estrutura secretarial composta de: Gabinete do Secretário, Subsecretaria de Infraestrutura, Subsecretaria do Meio Ambiente; Ouvidoria Ambiental e de Infraestrutura e Comissão de Ética. A Subsecretaria de Infraestrutura foi composta pelas Coordenadorias de Petróleo, Gás e Mineração; de Energias Elétricae Renováveis; de Saneamento; e de Recursos Hídricos para subsidiar o Gabinete do Secretário no planejamento e execução das políticas direcionadas a esses importantes setores para o desenvolvimento da economia e sociedade paulistas. Integraram a Subsecretaria do Meio Ambiente nas definições do decreto referido acima, as Coordenadorias de Fiscalização e Biodiversidade; de Planejamento Ambiental; de Educação Ambiental; e de Parques e Parcerias responsáveis pelo assessoramento secretarial nas políticas ambientais do Estado de São Paulo e os Institutos de Pesquisa de Botânica; Geológico; e Florestal. Além dos órgãos da administração direta referidos anteriormente compõem o conjunto de entidades com funções técnicas, regulatórias e executivas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE; a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.; a Companhia de Saneamento Básico do Estado deSão Paulo - SABESP; a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; a Fundação paraa Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal; e a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, entidades da administração indireta do Estado de São Paulo. Aos órgãos executivos somam-se órgãos colegiados que contribuem, em diversos níveis, com a estruturação das principais políticas públicas sob a gestão da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Destaquem-se, entre outros, o Conselho Estadual de Política Energética - CEPE; o Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA. Diversos colegiados colabora ainda na orientação e fiscalização de programas, projetos, fundos e setores específicos relacionados aos campos funcionais da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente. Mencione-se, entre outros, o Conselho de Orientação do Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia - CORE; o Conselho de Orientação do Programa Estadual de Uso Racional da Água Potável - CORA; o Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO; o Conselho de Coordenadores do Programa Mananciais; o Conselho Consultivo do Sistema Integradode Gestão de Áreas Protegidas - CCSIGAP; o Conselho de Defesa do Parque Estadual das Fontes doIpiranga - CONDEPEFI; o Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural; o Conselho Estratégico doPrograma Parque Várzeas do Tietê; a Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo - CERESP; a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo - CIEA; a Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos - CEGRS; a Comissão Paulista da Biodiversidade - CPB; a Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Nativos do Estado de São Paulo - Pró- Primatas Paulistas; a Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação; o Comitê Gestor do Programa Paulista de Biogás; o Comitê de Crise Hídrica da Região Metropolitana de São Paulo; e a Câmara de Compensação Ambiental. No apoio financeiro às funções institucionais secretariais destaquem-se: o Fundo Estadual de Saneamento - FESAN, instituído pela Lei nº 10.107, de 8/5/1968;o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, instituído pela Lei nº 7.663, de 30/12/1991; o Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC, instituído pela Leinº 13.577, de 8/7/2009; e o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, instituídopela Lei nº 11.160, de 18/6/2002. *Subsecretaria do Meio Ambiente* - A Assistência Técnica atua diretamente junto ao Subsecretário do Meio Ambiente, fornecendo orientações e elaborando material técnico para implementar as diretrizes e ações nas áreas de planejamento ambiental territorial, proteção das Unidades de Conservação, preservação da flora e fauna, promoção da restauração ecológica, monitoramento e fiscalização ambiental, controle e fiscalização da qualidade da água, ar e solo, pesquisa e educação ambiental. Os assuntos prioritários coordenados e acompanhados diretamente pela Assistência Técnica da Subsecretaria do Meio Ambiente foram: Câmara De Compensação Ambiental: Participação na composição da Câmara de Compensação Ambiental, unidade encarregada de aprovar a aplicação de recursos oriundos da compensação financeira de empreendimentos causadores de impactos sobre o meio ambiente, para aplicação em Unidades de Conservação da Natureza. O total de recursos aprovados pela Câmara de Compensação ambiental atingiu R$ 164.484.691,05. Mudanças Climáticas: Participação nas iniciativas da Subsecretaria de Meio Ambiente que envolvem programas e projetos relacionados ao tema das mudanças climáticas, em especial a proposta de atualização da Lei nº 13.798/2009, da Política Estadual de Mudanças Climáticas, e a elaboração do Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo – PAC SP NetZero 2050, apresentado na COP 27 em novembro de 2022, no Egito. Concessões De Uso Público: Estruturação para Projetos de Concessão de Uso Público, com Contratos em andamento: Parque Estadual de Campos do Jordão/Caminhos do Mar no Parque Estadual da Serra do Mar/Zoológico e Jardim Botânico no Parque Estadual Fontes do Ipiranga/Parque Estadual Alberto Loefgren/Parque Estadual da Cantareira/Parque da Água Branca/Parque Villa Lobos e Parque Cândido Portinari. Legislação Ambiental: No âmbito de suas competências de propor, elaborar e analisar projetos de lei,minutas de Decreto e de Resoluções atinentes ao campo do Meio Ambiente, a Assistência Técnica coordenou dos trabalhos do Comitê de Integração da Legislação Ambiental, criado pela Resolução SIMA nº 16/2019, com a finalidade de facilitar o acesso, pela sociedade, às normas legais de meio ambiente, tendo concluído seus trabalhos em 2022 com a reorganização da página de acesso à legislação ambiental da SIMA. Instituto De Pesquisas Ambientais: Suporte à institucionalização do Instituto de Pesquisas Ambientais, pela regulamentação das atividades dos seus Departamentos, Centros e Núcleos, bem como dos seus Conselhos Científico e Editorial e das Comissões de Ética e Biossegurança e de Ensino e Extensão. Apoio à reorganização do sistema de acompanhamento da produção científica da Coordenadoria. Coordenadoria De Fauna Silvestre: Elaboração do Decreto decriação da Coordenadoria de Fauna Silvestre, vinculada à Subsecretaria de Meio Ambiente, em decorrência da extinção da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, por força da lei nº 17.293, de 15/10/2020, e da fusão de unidades remanescentes da Fundação com o Departamento de Fauna da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da mesma Subsecretaria, com a finalidade de consolidar a relevância e a organização demandadas pelo campo da fauna silvestre no âmbito da SIMA. Zoneamento Ecológico Econômico: Acompanhamento da elaboração da proposta de implementação das diretrizes e do Decreto do ZEE-SP, que define políticas setoriais de orientação deinvestimentos públicos e privados no estado.

Assessoria de Mudanças Climáticas - Apoio técnico-científico e regulatório a projetos da SIMA que contemplem mitigação de emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas com vistas a subsidiar a definição, implementação e comunicação de políticas públicas. Participação no Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável - CIPOG, com representatividade nos Grupos de Trabalho de Biodiversidade e de Clima, contribuindopara a internalização do tema junto aos departamentos e instituições que compõem a pasta. Elaboração do estudo PEMC 10 anos e orientação técnica ao Plano de Ação Climática Net Zero 2050 para o Estado de São Paulo, coordenado pela SIMA e financiado pela Agência Alemã de Cooperação GIZ. Acompanhamento do progresso das negociações internacionais e locais para implantação do Acordo de Paris, mercado de créditos de carbono e demais tratados referentes ao cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada-NDC, na sigla em inglês- do Brasil junto à Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, também conhecida como UNFCCC. Integração científica através do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas-IPCC e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA. Interlocução local, nacional e internacional com a sociedade civil, coalizões, instituições acadêmicas e de pesquisa e desenvolvimento com intercâmbio e cooperação técnicos, relatoria e difusão de informações em atendimento às obrigações dos acordos e planos de trabalho. Prestação de relatoria anual ao CDP, o sistema de divulgação global de gerenciamento de impactos ambientais, em atendimento a, entre outras, as coalizões ABEMA, Under2, The Climate Group, Regions4. Interlocução com o Laboratório do Observatório do Clima-LabOc, para a elaboração de inventários de Gases de Efeito Estufa-GEE, objeto de acordo de cooperação firmado em 2/8/2021. A Assessoria conta atualmente com um funcionário.

Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA - Em cumprimento à Política Estadual de Educação Ambiental, Lei 12.780 de 30/11/2007 regulamentada através do Decreto 63.456 de 5/6/2018 e o Decreto 64.132 de 11/3/2019 que dispõe sobre a organização da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente definindo suas atribuições, a Coordenadoria de Educação Ambiental-CEA, estrutura sua atuação em dois eixos, ambos direcionados a inserir e aprofundar a Educação Ambiental em diálogo e articulação com os diferentes segmentos da sociedade paulista e com os diversos órgãos ambientais das três esferas de governo. Os dois eixos agregam em seus programas ações consideradas estruturantes, que criam condições para a sua continuidade e implementação das Políticas Estaduais Ambientais e de Educação Ambiental. Assim, entre janeiro e novembro a CEA manteve sua atuação pautada pela execução desses programas abrigados nos dois eixos. O Primeiro Eixo de Atuação, denominado Fortalecimento da Educação Ambiental no Estado de São Paulo, é composto por programas, com ações detalhadas abaixo. No Programa de Ampliação da Participação da Sociedade na Educação Ambiental, nossos projetos estão voltados ao acesso e produção de informação e conhecimento ambiental de acordo com as ações elencadas; Portal de Educação Ambiental: tem como objetivo facilitar o acesso a informações que permitam às pessoas entenderem os problemas socioambientais para intervirem em seu contexto, buscando promover o exercício da cidadania, através de conteúdos, atividades e publicações disponíveis; contando com 274.540 acessos ao site, uma média mensal de 22.878 acessos entre o período. Entre seus conteúdos: o programa o Participe! bate papos online, com abordagem de temas socioambientais promoveu neste período 20 edições com 12.708 interações com o público; publicações de texto, dicionário ambiental, calendário ambiental e materiais audiovisuais contemplando 65 produções; Observação: Importante destacar que, devido à orientação sobre condutas vedadas em decorrência do período eleitoral, o Portal de Educação Ambiental não foi atualizado e nem divulgado entre 1/7 a 1/11/2022. Ainda assim, com os conteúdos que se mantiveram disponíveis, é possível perceber acréscimo dos acessos ao Portal de Educação Ambiental neste ano, o que mostra que ao longo dos 4 anos de sua existência este vem contribuído para a difusão de informações ambientais para a população, tornando-se referência sobre conteúdos relacionados ao meio ambiente e gestão ambiental. Distribuição de Publicações: 17.129 publicações impressas em Gestão e Educação Ambiental distribuídas a municípios, escolas, eventos e centros de educação ambiental; Mostra Ecofalante: Renovação do Termo de Parceria com a OSC Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental, que realiza exibição de filmes e documentários com temática socioambiental, abertas gratuitamente ao público. Projeto Verão no Clima: Coordenação, organização e desenvolvimento do Projeto, que tem entre seus objetivos a realização de ações de educação ambiental, com o intuito de mobilizar turistas e moradores do litoral paulista para o engajamento no cuidado com os ambientes costeiros e marinhos, de difundir informações e conscientizar o público das praias e incidir na formulação de políticas públicas para enfrentar o problema dos resíduos no mar e na região costeira. Em 2022, as ações do projeto foram repensadas para ampliar o público-alvo local potencial sobre a temática de resíduos sólidos: especificamente gestores ambientais, cooperativas de reciclagem e profissionais do ensino. Além disso, foram propostas possibilidades de recolhimento desses resíduos, a depender das propostas técnicas apresentadas ao Edital CEA n° 01/2022. Para ampliar a contribuição fundamental do papel das prefeituras no acompanhamento e participação do projeto, foram também formalizados convênios com 15 municípios do litoral. O Edital CEA01/2022 contemplou, pela parceria com a empresa ganhadora Eco Ambiental e Servicos a execução da proposta em 6 municípios da baixada santista, a partir do Plano de Execução - elaborado em conjunto com a empresa, SIMA e os municípios contemplados. Será publicado novo edital para os demais municípios não contemplados. Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA, instituída pelo Decreto 63.456-2018-Regulamenta PEEA e implementa CIEA, órgão colegiado, de caráter consultivo, composto por representantes governamentais e da sociedade civil, com a finalidade de discutir, acompanhar e avaliar a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental-Lei 12.780/2007, tendo a CEA como responsável pela Secretaria Executiva, realização neste período 06 reuniões ordinárias e extraordinárias com foco na atuação da comissão. Neste ano houve a atualização do novo mandato da comissão, realizado a partir da atualização da Res. Conjunta SIMA-SEDUC 01/2022, da publicação dos Editais CEA 02, 03 e 04/2012 e do Ato do Governador, Decreto 23/8/2022. Iniciando o novo mandato a partir de agosto deste ano, a comissão vem se dedicado à transição das pautas e grupos de trabalho, em especial do andamento da proposta do Programa Estadual de Educação Ambiental, elaborado pelo primeiro mandato. CADEA - Cadastro das Entidades Ambientalistas-Organização, gerenciamento e atualização dos respectivos cadastros, emissão de 14 certificados de reconhecimento. No Programa de Educação Ambiental nas Políticas Setoriais, a CEA realizou ações estruturantes tais como: Programa Alfabetização Ambiental: Programa instituído pela Resolução Conjunta SIMA-SEDUC 01/2019, que visa fortalecer a perspectiva socioambiental na educação formal da rede pública de ensino do Estado, promovendo o desenvolvimento de temáticas socioambientais nos processos de ensino e de aprendizagem de professores e de alunos em consonância com o Currículo Paulista. O planejamento desta edição, contou com 17 reuniões de trabalho-SEDUC e SIMA, para a elaboração e execução do Programa, mantendo o formato de ações formativas com a rede via a plataforma do Centro de Mídias-CMSP - canal de comunicação entre todos os profissionais da rede de ensino da SEDUC - Secretaria da Educação e fornecimento de materiais de referência e mídias educativas, compartilhados via boletim interno da SEDUC. Nesta edição, foram tratadas as temáticas de Conservação da Biodiversidade, Resíduos Sólidos e Mudanças Climáticas, em 6 encontros, que contou com a participação ao vivo de cerca de 2.818 profissionais da rede, além de cerca de 8.507 visualizações pelo repositório do CMSP do Youtube. FEHIDRO: orientação e acompanhamento permanente de projetos realizados com recursos do FEHIDRO, com a emissão de 172 pareceres técnicos emitidos; capacitação sobre elaboração de projetos de educação ambiental do Fehidro na reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental do CBH-AP e do CBH-MP, evento online ocorrido em 4/11/2022 que contou aproximadamente 40 participantes; e capacitação Elaboração de Projetos de Educação Ambiental - Fehidro, voltada ao para o CBH-LN, em 31/3/2022, para 10 participantes. O Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas em Meio Ambiente e Educação Ambiental que tem como ação: Formação e Capacitação de Gestores Ambientais Municipais, desdobra-se em cursos na modalidade de Educação à Distância - EAD: Curso de Educação Ambiental no contexto das Políticas Públicas em Meio Ambiente e de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

Educação Ambiental, atualmente no processo de execução a partir da contratação de assessoria técnica; Curso de Sistemas Agroflorestais, cuja administração do curso foi migrada para esta coordenadoria. Realização de 1 capacitação ao Programa Município Verde-Azul-PMVA, voltada para os interlocutores - técnicos ambientais das secretarias/departamentos municipais de meio ambiente, com o objetivo de capacitá-los na elaboração dos Relatórios de Ação do Programa, a partir das diretivas do PMVA. O Segundo Eixo de Atuação da CEA, denominado Fortalecimento da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Estadual, é composto pelos programas, detalhados a seguir; No Programa de Educação Ambiental nos Instrumentos da Política de Meio Ambiente, as ações são: Educação Ambiental em Áreas Protegidas: contribuição para o Curso de Formação de Monitores Ambientais Autônomos, no formato EaD, promovido pela Fundação Florestal e Fundação Paula Souza; Educação Ambiental na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Coordenação do GT 06 - Educação Ambiental e Comunicação no âmbito do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, Resolução SIMA nº 12/2019, com realização de 21 reuniões com foco na execução das metas de EA propostas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos, em grande parte para a meta 3 - Articular e implementar instrumentos de Educação Ambiental e comunicação visando a inserção da EA nas áreas que operam a gestão dos resíduos sólidos do Estado; R-GOV-Participação junto no desenvolvimento no Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos da CETESB e SIMA, com o intuito elaborar um diagnóstico e prognóstico da companhia no âmbito dos resíduos. O Programa de Mobilidade Virtual - Intercâmbio de Jovens São Paulo-Brasil & Aichi-Japão, coordenado pela Assessoria Internacional e a Coordenadoria de Educação Ambiental, tem como objetivo a promoção de intercâmbio científico e cultural, via remota-virtual, entre jovens do Estado de São Paulo e da Província de Aichi - Japão, de modo a proporcionar uma experiência internacional dentro do âmbito de cooperação entre as instituições, abordando temáticas de comum interesse entre os dois países. A primeira edição, finalizada no início do ano com um Workshop entre os dois países, apresentação dos trabalhos e divulgação via Portal de Educação Ambiental. Este ano, a nova edição-Edital SIMA/AInt/CEA 01/2022, iniciada no mês de novembro, trata da temática de Restauração dos Ecossistemas Marinhos e Costeiros, envolvendo 5 jovens participantes do Estado de São Paulo, já realizado um Workshop entre as participantes dos dois países. No Programa de Consolidação da Identidade de Educação Ambiental da SIMA: ocorre no âmbito do Comitê de Integração de Educação Ambiental que tem como atribuição fundamental integrar e definir linhas de atuação, objetivos e estratégias para os projetos e ações de educação ambiental desenvolvidas no âmbito da SIMA, sendo composto por representantes de todas as instituições da SIMA, sendo a CEA a responsável pela Secretaria Executiva, tendo realizado 31 reuniões com a participação dos representantes das instituições da SIMA; em grande parte pelo GT Saneamento, focado na elaboração da respectiva minuta da diretriz de educação ambiental no saneamento; e do GT Metodologia, focados na elaboração da publicação do roteiro metodológico sobre os procedimentos da elaboração das diretrizes de EA de forma participativa no âmbito da SIMA.

Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB - A Coordenadoria de Fiscalização eBiodiversidade - CFB dedicou o ano à continuidade da implementação de suas agendas ancoradas noPrograma 2618 - Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental - do Plano Plurianual 2020- 2023 e detalhadas em seu Planejamento Estratégico -definido para o mesmo período, o qual está organizado em 6 Eixos Temáticos que serviram como base para a estruturação deste relatório. Importante ressaltar que tais Eixos Temáticos e suas respectivas ações contribuem fundamentalmente a diversas metas, sobretudo, de 10 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS, sobretudo: 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 6. Água potável e saneamento; 10. Redução das desigualdades; 12. Consumo e produção sustentáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazese; 17. Parcerias e meios de implementação. Destaca-se, adicionalmente, que as ações previstas nestesEixos Temáticos, bem como os diversos avanços fruto dos resultados obtidos em 2021, estão em totalconsonância com diversas diretrizes e ações estratégicas estabelecidas para o Eixo 4 - Resiliência e Soluções Baseadas na Natureza, integrante do Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo - PACNET Zero 2050, apresentado pelo estado de São Paulo na Conferência das Partes - COP 27 da Convenção Quadro de Mudanças do Clima. Conservação Integrada: Este Eixo contempla iniciativasde conservação *in situ* e *ex situ* de fauna e de flora, considerando inter-relações entre estas estratégias.Está associado às Ações 8294 e 6073 do Programa 2618-Conservação da Biodiversidade e ProteçãoAmbiental do Plano Plurianual 2020-2023 e contribui com diversas metas relacionadas aos Objetivosdo Desenvolvimento Sustentável-ODS no. 14-Vida na Água, 15-Vida terrestre e 17-Parcerias e Meiosde Implementação. No que se refere às estratégias voltadas à conservação *ex situ* destaca-se: quantoa estes empreendimentos e às áreas de soltura, um total de 367 processos ativos nas categorias inclusasna Resolução CONAMA 489/2018, para os quais foram requeridas 672 autorizações afetas à regularização e funcionamento, e emitidas um total de: 6.387 autorizações relativas ao transporte e transferência de fauna; 701 autorizações especiais; 130 autorizações relativas à soltura de fauna silvestre; 680 autorizações de transporte para venda ao consumidor final em criadouros comerciais e estabelecimentos comerciais de fauna silvestre, feita de forma automática no GEFAU, sem necessidade de análise pelos técnicos da SIMA; especificamente quanto à categoria de empreendimento de fauna Meliponário, um total de 1.555 processos autorizados no GEFAU; a respeito da gestão da criação amadorista de passeriformes, a elaboração e publicação da Portaria CFB N° 3/2022 que estabelece procedimentos para o cadastramento e homologação de entidades associativas que organizam e promovem torneios de passeriformes, e dispõe sobre o recadastramento das entidades associativas no Sistema Gefau e sobre as autorizações especiais para a realização de torneios de canto; um total de 116 mil cadastros de criadores de passeriformes no Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros-SisPass, para o estado de São Paulo. No que se refere às estratégias de conservação *in situ* destaca-se: a continuidade da coordenação, gestão e implementação do Projeto Estratégia Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - GEF Pró-Espécies, considerando: o Plano de Ação Territorial-PAT, Caminho das Tropas Paraná-São Paulo que contempla 73 ações que visam beneficiar espécies ameaçadas de extinção de fauna e flora, 15 espécies-alvo de flora e 8 de fauna e cujo território soma 12.474.067ha.; para o PAT Cinturão Verde de São Paulo, correspondente a um território de 2.731.390ha composto por 89 municípios: finalização da Matriz de Planejamento e da lista de espécies-alvo do PAT; validação desta Matriz, seleção de suas ações prioritárias para execução até dez/23 e complementação dos articuladores e colaboradores de cada ação, em Oficina realizada virtualmente em dez/22; a participação nas Oficinas de Elaboração, na execução direta ou colaboração em ações específicas e/ou nas Oficinas de Monitoria e Avaliação de 11 Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção-PANs, coordenados pelo ICMBio, sendo: Canídeos, Pequenos Felinos - 2º. Ciclo, Grandes Felinos, Primatas e preguiça-de-coleira, Polinizadores, Aves da Mata Atlântica - 2 º ciclo, Papagaios, Ungulados, Tubarões e Raias Marinhos, Herpetofauna da Mata Atlântica Sudeste - 2º ciclo e Pequenos Mamíferos Ameaçados de Extinção - Áreas Florestais. a participação na retomada do Plano de Controle e Monitoramento do Javali nas Florestas Nacionais de Ipanema e de Capão Bonito; a continuidade do apoio ao Programa de Conservação do mico-leão-da-cara-preta-MLCP; *Leontopithecus caissara,* coordenado pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem-SPVS, o qual visa contribuir com a proteção das populações desta espécie no Parque Estadual do Lagamar de Cananéia e no Parque Nacional do Superagui; a continuidade da participação no projeto Padrões de diversidade biológica e coexistência humano-fauna: componentes que sustentam os serviços ecossistêmicos, em que a CFB é parceira e vem apoiando a aplicação de entrevistas junto aos produtores beneficiários do Projeto Conexão Mata Atlântica, com foco na avaliação da percepção social dos serviços e desserviços ecossistêmicos pela biodiversidade e a fauna em particular, auxiliando na identificação, mapeamento e quantificação dos riscos e oportunidades decorrentes das interações humano-fauna; o início de parceria junto ao Projeto Vizinho Silvestres, coordenado pelo LEMaC/ESALQ/USP, que tem como objetivo desenvolver modelo de gestão de conflitos humano-fauna, visando a promoção da coexistência, tendo como área de estudo o município de Piracicaba e podendo ser replicado para outros municípios paulistas; a continuidade das ações via Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Conjunta SIMA-SSP no. 01/2021, com o objetivo de elaborar Protocolo de atuação dos agentes públicos estaduais no resgate e atendimento de ocorrências que envolvam espécimes da fauna silvestre; a publicação da Portaria CFB 05/2022, que dispõe sobre a autorização especial para cercamento de capivaras em condomínios residenciais, após manejo reprodutivo, para áreas classificadas como área de risco seguindo a Resolução Conjunta SMA/SES 01/2016; a revisão da Resolução SMA 36/2018, que trata das autorizações emitidas pelo DEFAU para manejo de fauna in situ, porém aguardando publicação; no que se refere ao manejo de fauna in situ, entre janeiro e novembro, a produção de 271 informações técnicas e 213 pareceres técnicos, bem como emissão de 340 autorizações, contemplando 150 no âmbito do licenciamento ambiental, 21 para manejo populacional e 169 para meliponários; Saúde e Biodiversidade: Este Eixo está associado à Ação 6073 do Programa 2818 - Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental do Plano Plurianual 2020-2023 e contribui com várias metas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS de no. 3 -Saúde e Bem-estar, 15 -Vida Silvestre e 17-Parcerias e Meios de Implementação. Contempla ações com vistas ao estabelecimento e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção de agravos e de impactos sobre a biodiversidade, à promoção da coexistência humano-fauna, à formação e comunicação, à vigilância em saúde e ao manejo de risco de doenças em circulação no estado, com foco, sobretudo, naquelas que tenham significativa interface com a fauna silvestre. À luz deste objetivo, a CFB coordenou e/ou participou de diversas iniciativas ao longo de 2022, todas construídas e executadas à luz da abordagem da Saúde Única e tratadas a seguir: continuidade da atuação no tema cães e gatos em sua interface com a conservação da biodiversidade, por meio da finalização da redação - em parceria com a FF e FPZSP, do Projeto Harmonia: implantação de política pública de saúde única Promoção da coexistência humano-fauna, com ações integradas de vigilância epidemiológica e prevenção de doenças para fauna silvestre nas unidades de conservação paulistas e respectivas zonas de amortecimento, com vistas a sua submissão à Câmara de Compensação Ambiental; encaminhamento da proposta de revisão da Resolução Conjunta SMA/SES n° 01/2016 que dispõe sobre a aprovação das diretrizes técnicas para a vigilância e controle da Febre Maculosa Brasileira no Estado de São Paulo - classificação de áreas e medidas preconizadas - elaborada conjuntamente à Superintendência de Controle de Endemias-SUCEN/SS, à Secretaria de Saúde, após aprovação da Consultoria Jurídica e do Gabinete da SIMA; continuidade da participação no Grupo de Trabalho - CETESB, MP, DEFAU e Concessionárias de rodovias, formado para elaboração de regramento para implementação de Plano de Mitigação deAtropelamento de Fauna em Rodovias estaduais em São Paulo, por meio da participação de reuniõese da elaboração de minutas de normativas sobre o tema; elaboração de 2 minutas de normativa, sendouma voltada à diretrizes gerais sobre soltura de fauna silvestre-via Resolução SIMA e outra dispondosobre protocolo sanitário para soltura de aves-via Portaria CFB, fruto dos resultados da Oficina Saudável para Voar, realizada em 2021; Restauração de Ecossistemas - Este Eixo contemplaestratégias que visam à promoção, ao fomento e ao monitoramento da restauração no estado, à luz das premissas e conceitos adotados pela ONU - UN Decade of Ecosystem Restoration 2021 - 2030. Está associado à Ação 8331 do Programa 2818 - Conservação da Biodiversidade e ProteçãoAmbiental do Plano Plurianual 2020-2023 e contribui com diversas metas relacionadas aos Objetivosdo Desenvolvimento Sustentável-ODS; 2-Fome Zero e Agricultura Sustentável; 6 -Água Potável e Saneamento; 13-Ação Contra a Mudança Global do Clima; 15-Vida terrestre; e 17-Parcerias e Meios de Implementação. A Restauração de Ecossistemas constitui uma das principais estratégias para viabilizar, no médio e longo prazo, a efetiva conservação da biodiversidade e dos recursos naturais na Mata Atlântica e no Cerrado paulistas. Neste sentido, foram observados os seguintes avanços neste tema com a contribuição da CFB: as diversas modalidades de projetos de restauração ecológica cadastrados no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE e analisados pelo corpo técnico totalizaram, até out/22, 27.348,53ha de áreas em restauração, representando um incremento de 2.419 ha com relação aos dados de dezembro/2021. Deste total, 22.460,11ha-82% sãoprojetos inseridos em área do bioma Mata Atlântica e 4.888,42 ha -18% no bioma Cerrado;participação em 16 Comitês de Bacias Hidrográficas-CBHs, dos quais em 10 como representante titular e em 6 como suplente, e nos quais tem realizado esforços para divulgação das agendas da Coordenadoria, bem como uma aproximação com potenciais parceiros para tais agendas; continuidade à análise de projetos de restauração financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FEHIDRO, com a emissão de pareceres de aprovação, acompanhamento e análisede prestação de contas em para 16 empreendimentos, dos quais 5 foram reprovados e 1 recebeu declaração de inadimplência técnica. Fomento ao Uso Sustentável dos Recursos Naturais: Este Eixocontempla estratégias que objetivam promover ou fomentar modificações nas relações de diferentes grupos sociais com a biodiversidade, os ecossistemas e os recursos naturais, no intuito, dentre outros,de reduzir as pressões sobre estes. Está associado à Ação 8331 do Programa 2818 -Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental do Plano Plurianual 2020-2023 e contribui com diversas metas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS: 2-Fome Zero e Agricultura Sustentável; 10-Redução das desigualdades; 12-Consumo e Produção Responsáveis; 13-Ação Contraa Mudança Global do Clima; 15-Vida terrestre; e 17-Parcerias e Meios de Implementação. Neste contexto, a CFB atuou nas seguintes frentes em contribuição a esta temática: no que se refere à agendade Pagamentos por Serviços Ambientais-PSA: continuidade da execução e gestão do Componente 2do Projeto Conexão Mata Atlântica-financiamento não reembolsável com repasse dos recursos do Global Environment Fund - GEF, em contribuição a avanços no uso do instrumento de Pagamentos por Serviços Ambientais-PSA, destacando-se: a formação de rede local voltada para produtores ruraiscom vistas a capacitações da Operação Corta Fogo, por meio de parceria com corpo de bombeiros e Prefeituras Municipais de São Luiz do Paraitinga, Lagoinha, Natividade da Serra e Redenção da Serra, no âmbito do Conexão Mata Atlântica, bem como realização de visitas nas escolas para sensibilização sobre o tema; a participação na implantação de fossas de evapotranspiração em propriedades rurais participantes do Conexão mata Atlântica com o auxílio da prefeitura de São Luizdo Paraitinga; a articulação da distribuição de mudas nativas de espécies da Mata Atlântica para produção de madeira e frutas nativas; a articulação de parcerias com viveiros do território para atendimento aos beneficiários do projeto com preços especiais na aquisição de mudas de espécies nativas. participação no Grupo de Trabalho para proposição de minuta de Decreto para regulamentara Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, tendo como resultado das discussões, a publicação do Decreto estadual 66.549/2022, que instituiu a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA, o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PPSAe o Cadastro Estadual de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais; coordenação dos trabalhospara a implementação do Decreto supracitado, por meio de reuniões semanais e outras estratégias viaGrupo de Trabalho para apoio a execução do Programa Estadual de Pagamento por ServiçosAmbientais - PPSA, instituído pela Portaria CFB nº 06/2022, de 3/6/2022; coordenação da ComissãoExecutiva criada pela Resolução SIMA nº 79, de 6/9/2022 com vistas à elaboração e acompanhamento do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais; coordenação, juntoao GSTIC, das discussões referentes ao desenvolvimento do Cadastro Estadual de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais - instituído pelo Decreto estadual 66.549/2022 como instrumento de acompanhamento e monitoramento dos projetos com PSA em andamento no estado de São Paulo e seu respectivo Módulo

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

no SIGAM; elaboração do Plano de Implementação do Programa Estadual de PSA, cujo processo contemplou a realização de 3 oficinas voltadas à coleta decontribuições da Comissão Executiva (com vistas à discussão dos objetivos e ações a constar do referido Plano; realização, com apoio do Projeto Conexão Mata Atlântica, GIZ e ABEMA, do 14º Encontro Paulista de Biodiversidade - em 22 e 23 de novembro, totalmente voltado a discussões atinentes à temática do PSA - incluindo a apresentação do Plano supracitado, o qual contou com a participação de 137 representantes presenciais, entre gestores públicos das 3 esferas, setor acadêmico,sociedade civil, setor privado e provedores de serviços ambientais, tanto no formato presencial quanto online - via transmissão pelo canal da SIMA no Youtube; no que se refere à agenda de agroecologiae de sistemas agroflorestais: participação na elaboração do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de São Paulo-PLEAPO, por meio de seu Comitê Gestor; continuidadeà execução do Projeto Monitoramento de impactos de sistemas agroflorestais no Estado de São Paulopara proteção e conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade, financiado pelo FEHIDRO, com vistas à produção de informações relativas aos impactos da produção em SAFs sobre os recursoshídricos, solos e biodiversidade, além dos custos e receitas dessa alternativa de restauração ecológicoprodutiva, por meio de: continuidade de serviço terceirizado contratado para realizar o monitoramentoem 29 SAFs implantados entre 2013 e 2017, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS/Microbacias II, realizando-se 5 campanhas de amostragem; realização de workshop sobre monitoramento de sistemas agroflorestais por meio do convênio assinado com a ESALQ/USP para viabilizar as análises dos dados de monitoramento; assinatura de convênio com a FAU/USP para elaboração de cartilha sobre uso de ferramenta didática de apoio ao planejamento deSAFs, o KE-SAF desenvolvido no âmbito de parceria com o LABDESIGN da FAU/USP; realizaçãode 140 capacitações para produtores rurais sobre manejo e apoio à comercialização de produtos de SAFs. Quanto a agenda de exploração sustentável de espécies nativas: continuidade da coordenaçãodo GT 189 - Grupo de Trabalho de apoio à implantação da Resolução SMA nº 189/2018 - que estabelece critérios e procedimentos para a exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo, cujas ações são realizadas em parceria com IPA, Cetesb, Fundação Florestal, CDRS/SAA, APTA/SAA, representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e representantes da sociedade civil; monitoramento das Comunicações de Roças, regulamentadas pela Resolução SIMAnº 28/2020, que concedeu autorizações em caráter emergencial para a atividade de implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no Estado de São Paulo, em resposta à Pandemia de COVID-19; proposição da Resolução SIMA nº 98/2022 que dispõe sobre oscritérios para concessão e autorizações para a atividade de implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais do estado de São Paulo, tendo em vista a efetividade e eficiência observadas com a implantação da Resolução SIMA nº 28/2020 tendo em vista a garantiaà segurança alimentar do público beneficiário, a economia processual e de recursos financeiros; continuidade do apoio à formalização dos Acordos Voluntários, Cadastro de Plantio, Manejo da Caixeta e do Pinhão, por meio da qual se observou a necessidade de desenvolvimento de módulo doSIGAM com vistas à melhorias na gestão e eficiência nos respectivos processos. Madeira Legal: EsteEixo tem por objetivo diminuir o comércio ilegal da madeira da Amazônia dentro do Estado de São Paulo e promover o consumo responsável desta matéria-prima, por meio, atualmente, do gerenciamento do Sistema Documento de Origem Florestal - DOF e do Programa CAD Madeira. Paraa execução de suas ações a CFB conta com diversos parceiros membros da Câmara Técnica de Assuntos Florestais - IMAFLORA, SINDIMASP, FSC e Polícia Ambiental. Está associado à Ação 8331 do Programa 2818-Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental do Plano Plurianual 2020-2023 e contribui com diversas metas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS no. 12-Consumo e Produção Responsáveis e 17-Parcerias e Meios de Implementação.Neste contexto, a CFB atuou nas seguintes frentes em contribuição a esta temática: continuidade das discussões via Grupo de Trabalho criado em 2020 com vistas a otimizar e conferir maior efetividade as ações deste Eixo frente a seus objetivos, relativas aos atendimentos de requerimentos no Sistema DOF e à implementação do CAD Madeira, contemplando as seguintes ações: finalização do desenvolvimento de um novo módulo no SIGAM-Sistema Madeira, que vai permitir o recebimento virtual de toda a documentação necessária para instrução dos pedidos/requerimentos dirigidos ao Sistema DOF; início à realização de treinamentos do corpo técnico da SIMA e dos setores interessados no uso do Sistema Madeira; realização de webinares visando atualizar e nivelar o conteúdo técnico da análise documental e os procedimentos dentro do SISTEMA TUCUNARÉ, Sistema DOF e SICAFI-Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização;e revisão dos procedimentos relativos à Liberação de Pátio Suspenso e ao Ajuste de Saldo do Pátio, quando da lavratura de Autos de Infrações Ambientais. Sanção do Decreto Estadual nº 66.819/2022 que reformulou as diretrizes básicas do Programa CADMADEIRA, e que, por sua vez, vai demandaro aperfeiçoamento no módulo do sistema virtual, assim como a edição de uma resolução regulamentando seu procedimento e prazos de análise por parte da equipe técnica envolvida. Estratégias de Proteção e Fiscalização: Este Eixo contempla a elaboração e implementação de estratégias integradas de proteção aos ecossistemas e à biodiversidade, sejam voltadas à prevenção ao cometimento de infrações ambientais, ao combate destas infrações-fiscalização ambiental ou ao seu monitoramento. Está associado às Ações 6233, 6303 e 2483 do Programa 2818-Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental do Plano Plurianual 2020-2023 e contribui com diversas metas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável -ODS no. 6-Água Potável e saneamento, 13-Ação Contra a mudança Global do Clima, 14-Vida na Água, 15-Vida terrestre e 17-Parcerias e Meios de Implementação. Direcionadas à proteção de áreas de relevância e importância para a conservação da biodiversidade no Estado de São Paulo, bem como aos temas elencados como prioritários, as ações deste Eixo estão organizadas em linhas temáticas organizadas em Programas ou Planos de Fiscalização e Monitoramento específicos, articulados com demais instituições e órgãos governamentais ou mesmo com o envolvimento da sociedade civil. A seguir são apresentados os principais avanços obtidos em 2022: monitoramento do território paulista por 0,13 vezes, totalizando 67.073 km² monitorados no presente ano via Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites - MAIS, realizado sistematicamente desde 2012 pelo Centro de Monitoramento da Coordenadoria, refletindo no encaminhamento de 67 alertas à Polícia Ambiental, que somaram 218,48 hectares-ou 2,18 km² de possíveis supressões de vegetação nativa, dos quais 29,44 hectares-ou 0,29 km², foram autuados até o momento; via Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação - SIM, realizado em parceria entre órgãos de fiscalização e órgãos gestores de Áreas Protegidas, e que contempla as Unidades de Conservação do grupo de proteção integral-SIM-UC, as Áreas de Proteção Ambiental Marinhas ou territórios marinhos protegidos-SIMMar e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural-SIM-RPPN, realização de: 6.762 ações de fiscalização realizadas pela PAmb em Unidades de Conservação e registro de 1.891 Autos de Infração Ambiental até 31/10/2022, em grupo de proteção integral ou uso sustentável; 1.384 ações de fiscalização visando coibir a prática irregular da pesca nos municípios do litoral paulista do Estado; 71 RPPN criadas e 5 em processo de criação participantes do Plano de Apoio à Proteção das RPPN, com ações preventivas e de apoio ao atendimento de denúncias no entorno das reservas; 3 encontros-agosto em formato online abordando estratégias para prevenção e combate aos incêndios florestais e queimadas, ameaça que é indicada como uma das mais recorrentes nas RPPN, em articulação com a Operação Corta; via Operação Corta-Fogo, a atuação preventiva, de preparação e de resposta aos incêndios florestais esteve focada na: operacionalização do Plano de Comunicação 2022, com divulgação de conteúdo preventivo em redes sociais, criação de podcasts e vídeos, articulação com imprensa e realização de campanhas preventivas em locais estratégicos, como rodovias, postos de combustíveis, estações do Metrô e CPTM e relógios de rua situados na Capital paulista; fortalecimento dos Polos Regionais da Operação Corta-Fogo-7 Polos e 73 Unidades de Conservação estaduais envolvidas e dos Planos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - PPCIF nestas localidades, inclusive com aporte de recursos da Câmara de Compensação Ambiental para contratação de brigadistas-bombeiros civis, aquisição de equipamentos operacionais, construção de aceiros e locação de aeronaves para combate; parceria com municípios, com adesão de 339 municípios - 53% do estado, sendo 290 municípios com brigadas - 86% dos aderentes e um total de 2.275 brigadistas municipais; treinamentos de brigadas de combate, com a realização de oficinas coordenadas pela Defesa Civil Estadual e de treinamentos nos Polos da Operação Corta-Fogo, totalizando 38 eventos e 2.187 pessoas capacitadas; contratação de aeronaves de asa fixa para resposta aérea ao fogo; concessão de equipamentos para prevenção e combate a incêndios florestais aos municípios, com recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP e do Programa Nova Frota SP Não Para, sendo 165 caminhões-pipa, 27 tratores do tipo pá-carregadeira e 13 motoniveladoras, totalizando R$ 105.357.000,00 investidos; atuação contínua de repressão ao uso irregular do fogo e contra os crimes associados aos balões, por intermédio da Polícia Militar Ambiental; iniciativas voltadas ao estabelecimento da Política Estadual de Manejo Integrado do Fogo - PEMIF-Lei Estadual nº 17.460/2021, notadamente: envio de representantes ao Parque Nacional da Serra da Canastra-MG, para intercâmbio de experiências com o ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; projetos piloto de queima prescrita em Unidades de Conservação paulistas; criação de Grupo de Trabalho para discutir ações relativas à PEMIF; videoconferência com especialistas do Serviço Florestal Americano, para troca de informações na temática. No âmbito das ações voltadas à proteção dos mananciais e fiscalização integrada destes territórios, execução de três projetos financiados pelo FEHIDRO, aprovados entre 2020 e 2021, com a finalidade de estruturação dos Grupos de Fiscalização Integrad-GFIs, ações de desfazimento e monitoramento por imagens de satélite de Áreas de Mananciais da Bacia do Alto Tietê, contemplando: a assinatura de convênios com 25 municípios, nos termos do Decreto nº 66.829/2022, a fim de viabilizar a cessão de equipamentos adquiridos para a estruturação dos GFIs - computadores, tablets, drones e veículos e serviços de apoio e tutoria voltados ao planejamento das ações e elaboração de manuais e planos de monitoramento e fiscalização integrada; a criação pelos municípios das Salas de Operação em Fiscalização Integrada em Mananciais; ampliação de parcerias por meio do estabelecimento de convênios com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP-FAU/USP - com vistas à difusão de conhecimentos voltados à construção de estratégias para reduzir infrações ambientais, mitigar impactos socioambientais, potencializar práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis nas APRMs - e com a Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano-AELO, com foco no desenvolvimento de ações conjuntas de comunicação para coibir loteamentos ilegais. Via Programa de Ações Preventivas-PAP: continuação do mapeamento e sistematização, junto aos grupos executivos das ações, de características das atividades a serem desenvolvidas, considerando as linhas do programa: Redução de Pressões; Formação de Agentes Públicos; e Diálogo de Saberes; acompanhamento do Programa a partir de indicadores da matriz de avaliação; em articulação com o Eixo da Agenda Madeira, elaboração de Minuta de Portaria CFB de produtos florestais apreendidos-em vias de publicação, com o objetivo de regulamentar o processo de destinação desses materiais; via ações da Polícia Militar Ambiental: realização de 73.766 ações de policiamento ambiental preventivo e ostensivo em todo o território do estado até 31/10/2022; registro e atendimento de 44.166 denúncias sobre possíveis danos ao meio ambiente, no âmbito do Sistema de Denúncias, de janeiro a 31/10/2022, sendo: 10% cadastradas pelos cidadãos via Portal e Aplicativo Denúncia Ambiente; 38% do total de denúncias relacionadas à flora e 36% à fauna. Aprimoramento do Sistema de Proteção Ambiental Integrada - SIPAI, que visa organizar o registro e as informações relativas às ocorrências e fiscalizações realizadas no âmbito das áreas protegidas e em todo o território do estado, contemplando: a capacitação dos técnicos da CFB; melhoria da coleta e elaboração de Relatórios de Vistoria de Recuperação Ambiental; desenvolvimento da aplicação MPGeo, com a capacitação de 140 membros do Ministério Público de São Paulo na obtenção de dados geoespacializados, o qual possibilita a apuração de danos ambientais com celeridade e autonomia deste órgão. melhorias no Portal de Acesso à Informação e site da CFB, considerando a ampliação das informações disponibilizadas para as consultas públicas com o desenvolvimento do painel geoestatístico das apreensões relacionadas à temática fauna e a atualização das áreas com intervenção na flora, dados visam garantir a transparência e orientar o amplo acesso aos cidadãos e demais instituições e órgãos interessados na proteção e fiscalização ambiental. Gestão e Processamentos de Autos de Infração Ambiental: Este Eixo contempla iniciativas voltadas à Gestão da Fiscalização, abarcando a implementação de estrutura e ações para dar eficiência e efetividade à gestão dos processos administrativos gerados a partir de cada uma das infrações ambientais identificadas no território paulista, compreendendo todas as etapas relacionadas à gestão e o processamento de Autos de Infração Ambiental-AIAs, desde sua consolidação após lavrado até a conclusão das medidas de reparação de dano ambiental quando cabível, ou sua execução, quando não implementadas pelo infrator. Está associado à Ação 6303 do Programa 2818-Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental do Plano Plurianual 2020-2023 e contribui com diversas metas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS no. 6-Água Potável e saneamento, 12-Produção e Consumo Responsáveis, 15-Vida terrestre e 17-Parcerias e Meios de Implementação. Destaques desta agenda em 2022: implementação da Resolução SIMA n° 05/2021, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas, bem como atualização da mesma, por meio da publicação da Resolução SIMA 044/2022; atualização do Guia de Procedimentos Administrativos da Fiscalização - GPAF, instrumento instituído pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade em parceria com a atual Coordenadoria de Administração, Contratos e Convênios e o Comando de Policiamento Ambiental, para a padronização, transparência, legalidade, celeridade e economicidade dos atos administrativos e dos procedimentos para a gestão e processamento dos Autos Infração Ambiental; via Programa de Conciliação Ambiental foram registrados até outubro: 17.546 Atendimentos Ambientais realizados pelos técnicos da CFB e policiais militares ambientais, sendo 52,4% na categoria flora, 21,2% na categoria fauna, 12,5 % na categoria pesca e 14,0 % de outros. Em relação à Defesas e Recursos, registrou-se: 4.060 defesas - 1ª instância, protocoladas sobre a decisão do Atendimento Ambiental, sendo que 3.142 foram analisadas pelas Comissões Regionais de Julgamento; 981 recursos protocolados - 2ª instância, tendo sido 786 os recursos analisados pela Comissão Especial de Julgamento que passaram por todas as etapas - relatoria, segundo voto, homologação e notificação; a respeito da recuperação de danos ao meio ambiente, foram firmados 4.960 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental-TCRA, que envolvem a reparação de áreas degradadas -63%, a regularização de atividades objeto de autuação-36% ou demais medidas preventivas-1%; realização de duas edições da Operação Caipora, a qual contou com diversas inovações tecnológicas, tanto para o planejamento quanto execução e monitoramento das vistorias, contemplando: teste e realização de treinamento aos técnicos para a utilização do novo aplicativo de campo, denominado Field Maps, além de melhorias para uso do Módulo de Vistoria a fim da inserção das informações constatadas e padronização da emissão dos relatórios; 1.221 vistorias realizadas, tendo sido feita a conferência de uma área total de 1.448,6 hectares, constatado em campo o sucesso integral e parcial das medidas pactuadas em respectivamente 43 e 22% dos termos fiscalizados como resultados da primeira edição-abril; realização de outras 1300 vistorias de TCRA pelos Centros Técnicos Regionais da CFB entre janeiro e outubro, além das realizadas via Operação Caipora; inscrição de 5.017 débitos no sistema da dívida ativa referente às multas ambientais, totalizando R$ 172,3 milhões e recolhimento de R$ 18,18 milhões referentes ao pagamento de multas ambientais. Contabilização da intenção de Conversão de Multas em serviço ambiental realizada para 176 Autos de Infração Ambiental, resultando em um total de R$ 15.896.312,56 convertidos permitindo o compromisso.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

Coordenadoria de Petróleo, Gás E Mineração - CPGM - As ações da CPGM, devido às sistemáticas de trabalho distintas, podem ser segmentadas em direcionadas a setor minerário e vinculadas ao setor petrolífero: Mineração - A atividade minerária do Estado de São Paulo encontra-se entre uma das cinco maiores do Brasil, movimentando cerca de 5,38 bilhões de reais em produção bruta no presente ano. Notadamente realizada a partir da extração de substâncias não metálicas-água mineral, areia, argila, brita, calcário, caulim, rocha fosfática etc., a mineração do Estado é voltada para o mercado interno, em especial o setor da construção civil. Apoio aos municípios: Devido à característica locacional da atividade mineral, a ação de apoio aos municípios é preponderante para que a mesma ocorra de maneira harmônica com outras atividades de uso e ocupação do solo. Compensação Financeira pela Exploração Mineral-CFEM e Legislação Ambiental: assistência prestada frente às demandas especificas de cada município, principalmente no que se refere à legislação ambiental/mineral e arrecadação de CFEM. Apoio e esclarecimentos para a realização entre os acordos de cooperação entre municípios e Agência Nacional de Mineração. Apoio aos mineradores: A presente coordenadoria promoveu junto à CETESB, ANM e Fundação Florestal seção de alinhamento e supressão de dúvidas quanto a processos de licenciamento de empreendimentos minerários, visando ampliar a celeridadepara regularização das operações; Junto aos arranjos produtivos locais realizou sessãode apoio para obtenção de recursos e realização de projetos. Mineração do Vale do Ribeira: No contexto do Programa Vale do Futuro, foram realizadasdiversas ações afins de induzir o desenvolvimento socioeconômico e fortalecer o setor produtivo mineral. Realizadas reuniões da Comissão de Política Mineral do Valedo Ribeira com objetivo de incrementar a atividade de mineração do Vale do Ribeira embases sustentáveis, gerando emprego e renda; Entrega do Projeto de Ordenamento Territorial Geomineiro, junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, para análise do meio físico, interação da atividade mineral com o meio biótico eantrópico envolvendotodos os segmentos da comunidade local e regional, estabelecendo ferramentas para articulação das correspondentes políticas públicas para a melhor gestão e desenvolvimento sociale econômico integrado; Realização de 2 eventos, sendo o primeiro no Vale do Ribeira e o segundo no Alto Paranapanema para divulgação do OTGM às prefeituras e setor produtivo da região; Realização de reuniões e webinars com o setor mineral, em especial com a AMAVALE - Associação de mineradores de areia do Vale do Ribeira, para incentivar e capacitar os mineradores para inscriçãodas empresas como Arranjo Produtivo Local - APL de base mineral, contemplando as regiões do Valedo Ribeira e Alto Paranapanema. Meio Ambiente e Responsabilidade Social: Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável - contribui-se com as discussões relacionadasà implementação das ODS nas políticas minerais e desenvolvendo de ações vinculadas ao setor; Comitê de Integração de Resíduos Sólidos - iniciou o desenvolvimento do inventário e caracterização de rejeitos de mineração contidos no Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo - PERS. Participou-se da elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental 2022, utilizando os conceitos e valores da atividade mineral paulista em atualizados em 2021. Acompanhamento de Barragens do Estado de São Paulo: Por meio do Comitê deAcompanhamento das ações relacionadas à Segurança de Barragens do Estado de São Paulo foram realizadas diversas atividades afim de acompanhar a aplicação da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB, no Estado de São Paulo: Atualização da situação das obras na Barragem do Grande Lago de Lindóia, em Lindóia - SP e Barragemde Cotrins, em Arthur Nogueira - SP por meio de relatos dos órgãos fiscalizadores nas reuniões do Comitê de Acompanhamento de Segurança de Barragens; Elaboração Boletim de Barragens 2022-21; Atualização da página do Comitê de Barragens do Estado de São Paulo no site da SIMA divulgando as ações do grupo; Apoio para realização do Curso de Fiscalização de Barragens, por meio de recurso do PROGESTÃO, para técnicos do Estado de São Paulo responsável pela fiscalização de Barragens no ESP-DAEE e CETESB, realizado no segundo semestre; Estruturação da base de dados do Sistema de Barragens Estadual junto ao Sistema de Risco do Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA. Elaboração do Decreto do CADMINEIRO**:** O Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzam produtos e subprodutos de origem mineral no Estado de São Paulo - CADMINERIO visa diminuir a circulação de produtos de origem mineral irregular por meio da fiscalização de dispositivos legais, regulatórios e fiscais já existentes. Elaboramos o decreto para criação do CAMINERIO, estruturamos o sistema para recebimento das informações de cadastramento dos mineradores. Por meio de reuniões com a FIESP e das associações de mineradoresfoi divulgado o projeto, que teveampla aceitação por parte do setor produtivo. Valoração e cubagemda mineração da Mosaic Fertilizantes**:** A área de exploraçãoda Mosaic Fertilizantes é uma concessãodo Estado de São Paulo, fiscalizado atualmente pelo Instituto de Pesquisas Ambientais. O contrato, válido por 60 anos, possui vencimentoem 2023, sendo necessária a decisão ou não de renovação emdezembro de 2022. Para subsidiar a decisão, a Coordenadoria contratou por meio de pregão eletrônico o serviço de valoração e cubagem da mineração. A empresa GE21, vencedora da licitação, realizouo serviço, indicando a vida útil da mineração, valoração do empreendimento e estimativade Royalties aserem pagos em um novo contrato com o Estado. O relatório entregue no dia 25/11/2022, junto como apoio da Coordenadoria, embasará as negociações futuras entre Estado e a Mosaic Fertilizantes. Recuperação do material do Pró-Minério**:** A Coordenadoria, em parceria com o Serviço Geológico do Brasil - CPRM e o Instituto de Pesquisa Tecnológico, recuperou oacervo dos relatórios geológicos elaborados durante o Pró-Minério. Os relatórios, estavam depositados no IPT, porém não possuíam condições adequadas devido à falta deespaço físico. O material foi enviado para a CPRM, que armazenará adequadamente o material. Em um segundo momento elaborará a digitalização e georreferenciamento de todos os mapas, tornando suas informações públicas para consulta. Petróleo e Gás: Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Coordenadoria ao longo de 2022 atuou no fortalecimentoe diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo. Reservas de Petróleo e Gás Natural: Nova Política de E&P e Calendário Plurianual de Rodadas - Acompanhamento das rodadas e áreas confrontantes ao Estado de São Paulo para atração de empresas estrangeiras e divulgação das oportunidades para empresas, fornecedores e desenvolvimento socioeconômico. Oferta de Petróleo e Gás: Alternativas de Ampliação da Oferta de Gás Natural no Estado de São Paulo - A Coordenadoria vem acompanhando e apoiando institucionalmente a implantação de infraestrutura de suprimento de gás em São Paulo - via importação do gás natural da Bolívia ou via terminais de gás natural liquefeito - GNL, para promover a competitividade dos preços deste energético e, consequentemente, fomentar o desenvolvimento do mercado paulista. Em 2022 foi acompanhada a Ação Civil Pública doMinistério Público acerca do licenciamento do terminal pela CETESB e elaborado material subsidiário à defesa da legalidade do licenciamento e do empreendimento. Alémdisso, foram realizadas discussões com supridores para identificar potenciais fornecedores de gás e biometano. Exploração e Produção: Leilões de Blocos Exploratórios - Acompanhamento dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás na Bacia de Santos nas modalidades de concessão e partilha, e consolidação dos resultados das áreas contratadas em São Paulo. Sumário Executivo de Petróleo e Gás - Publicação com informações sobre a produção,oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, preços e arrecadação de royalties, permitindo o acompanhamento e monitoramento do mercado de petróleo, gás ederivados. Boletim da Produção - Publicação elaborada mensalmente, divulgando volumes de produção dos Estados e das Bacias Sedimentares, permitindo posicionar o São Paulo entre os produtores. Mapeamento Geoespacial - Atualização da Base de Dados Geoespacial de Exploraçãoe Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos, Campos-RJ e Espírito Santo,incluindo as áreas de oferta permanente de 2022 na Rodada da Partilha e na Rodada de Concessões. Além disso, foi realizado o acompanhamento da produção individualizada por campo, com a atualização periódica dos Mapas da Exploração e Produção da Bacia de Santos. Atualização do Observatório da Exploração de Produção de Petróleo e Gás Natural emSão Paulo - Atualização do Observatório da Exploração e Produção de P&G em São Paulo com dados e indicadores econômicos específicos para o setor de petróleo e para aregião da Baixada Santista. Análise do Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2031 - Análise crítica e comentários ao Plano elaborado pela EPE e colocado em Consulta Pública, avaliando osefeitos de sua implantação na economia paulista. Participação na Câmara de Petróleo e Gás da Associação Comercial de Santos - ACS,para fortalecimento da região da Baixada Santista. Plano Paulista de Energia - PPE 2050 - Coordenação técnica da elaboração do Plano de Energia 2050 voltado à descarbonização e alcance da neutralidade de emissões pelo Estado no setor de energia até 2050, conforme Decreto Estadual nº 65.881/2021 pelo qualo Estado aderiu aos Programas *Race to Zero* e *Race to Resilience* da ONU. Plano de Ação Climática - PAC 2050 - Coordenação do Grupo de Trabalho - GT de Energia no PAC 2050, a fim de compatibilizar ações de mitigação de emissões de CO_2, incluindo proposição de diferentes medidas e ações. Arrecadação de Participações Governamentais - Royalties e Participação Especial - Monitoramento e elaboração de estimativas do potencial de produção de petróleo e gás e arrecadação de royalties na Bacia de Santos - Informações divulgadas mensalmente, na forma de Boletim de Arrecadação das Participações Governamentais de Petróleo e Gás. Assessoramento Técnico - A Coordenadoria continuou prestando assessoria técnica à PGE, IGC e Fazenda na avaliação de impactos sobre ações no STF, como a envolvendo o traçado das linhas interestaduais marítimas e potencialmente o campo de Baúna-paulista - julgada desfavorável a São Paulo, a referente ao ICMS do gás importado da Bolívia - julgada desfavorável a São Paulo, a constitucionalidade da Lei que redistribui as participações governamentais entre Estados e Municípios - aguardando agendamento do julgamento pelo STF e a constitucionalidade da distribuição de GNL por outras empresas - Gás Local - nas áreas de concessão de distribuição de gás do Estado. Transporte e Gás Natural: Tarifação de Entrada e Saída - a Coordenadoria acompanhou as discussões da ANP sobre a mudança de tarifação no sistema de transporte e implementação da abertura do mercado de gás. Apoio nas discussões do CONFAZ para aprovação da alteração do ajuste SINIEF nº 01/2021 para acesso à UPGNs e contratação dos serviços de transporte, a fim de permitir a abertura do mercado. Acompanhamento dos Derivados de Petróleo: Preços dos Combustíveis - A Coordenadoria acompanhou e sistematizou informações sobre as variações e preços da gasolina, do diesel e do GLP decorrente na política de preços de combustíveis da Petrobras. Distribuição de Gás Natural: Revisão Tarifária - foram realizadas tratativas com a ARSESP para criar as condições regulatórias e tarifárias para ampliar os investimentos na produção de biometano, resultando na realização de Consulta Pública e revisão da Deliberação ARSESP 744/2017. Prorrogação do Contrato de Concessão da Comgás - Acompanhamento e prestação de contas e esclarecimentos aos questionamentos formulados pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE referente à prorrogação do Contrato de Concessão da Comgás até 2049. Cadeia de Fornecedores para a Indústria de Petróleo e Gás: Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores - Cooperação com a Fiesp/Ciesp, Abimaq e Abinee, entre outras, em iniciativas para divulgação das oportunidades e estímulo à cadeia de fornecedores paulistas. Formulação de Agenda Competitiva para a cadeia produtiva paulista de petróleo - Atuação com a Investe São Paulo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, relacionada à sistematização de dados e análises de viabilidade das atividades da indústria de Petróleo e Gás Paulista, envolvendo a evolução da oferta no Estado e investimentos em Exploração & Produção. Pesquisa e Desenvolvimento-P&D: Apoio institucional à implantação do Centro Tecnológico da Baixada Santista - CTBSCentro de Pesquisas na Baixada Santista, coordenado pelas universidades estaduais - USP, Unicamp e Unesp, utilizando recursos de P&D da Petrobras. Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural - Parceria Fapesp e Shell -a Coordenadoria participou de diversos eventos do RCGI. Pesquisa e Desenvolvimento de motor flex Diesel/Gás para veículo pesado-caminhão. Apoio na construção do Acordo de Cooperação entre a Usina São Martinho e GasBrasiliano para o desenvolvimento de projeto de P&D visando a conversão de motorde caminhão diesel para gás, para testes e simulações de bancada quanto à eficiência, taxade substituição e custos de operação com ambos os combustíveis. Under2Coalition - Cooperação com a iniciativa do *The Climate Group*, em apoio à Assessoria Internacional, visando elaboração cenários no projeto Under2Coalition. Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável - Participação nos eixos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e MudançasClimáticas. Grupo de Trabalho - GT 05 do CIRS - Rotas Tecnológicas - Coordenação das atividades de novas rotas tecnológicas para o aproveitamento de resíduos sólidos urbanos,em consonância às diretrizes do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos-CIRS, das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos-revisado pela SIMA, do Plano Estadual de Saneamento Básico-em elaboração, com base no conceito de aterro mínimoe foco na regionalização e consórcios. Institucional: Orientação a Investidores - Realizadas mais de 20 reuniões com empresas de diferentessegmentos para orientação e apoio institucional para realização de investimentos no Estado. Parcerias em 2022 - Protocolos de Intenção firmados: Instituto de Engenharia - Desenvolvimento de estudos e ações conjuntas, notadamente com operadoras e empresas do setor; ABENDI - Elaboração de estudos, desenvolvimento, treinamento, qualificação e formação profissional, em temas multisetoriais; Prefeitura do Guarujá - Atração de investimentos e criação de polo de desenvolvimento no município; Unicamp - Apoio à elaboração e proposição de projetos de eficiência energética; GBC- BRASIL - projetos e certificação de edifícios eficientes; FAPESP - pesquisa e projetos em bioenergia, incluindo o aproveitamento de resíduos sólidos; Acordo de Cooperaçãocom ABSOLAR para desenvolvimento do setor e tecnologias sinérgicas; Termo de Convênio com ARSESP para intercâmbio de dados e informações de energia elétrica e barragens. Protocolos e acordos em negociação: Swedfund - Contrato firmado em agosto/2022para avaliação do potencial de produção de biogás e biometano no Estado, com financiamento por fundo sueco, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA para compartilhamento de projeções econômicas, visando suporte à elaboração do PPE 2050; Empresa de Pesquisa Energética - EPE para compartilhamento de dados e informações energéticas, visando suporte à elaboração do PPE 2050; Ação realizada em parceria com a PGE, Secretaria da Fazenda e IBP para combater ocomércio irregular de combustíveis no Estado de São Paulo e reduzir a sonegação fiscal. Participação na Câmara Técnica de Planejamento Energético do MME referente à elaboração do Plano Trienal do Programa Nacional do Hidrogênio - PNH2. Suporte técnico à elaboração de Decreto e normativos referentes ao diferimento do ICMS do biogás e biometano para geração de energia elétrica e de isenção para geração de energia solar no sistema de MMGD até 5 MW. Participação de reunião e evento com Transpetro e Secretaria da Segurança Pública para combater o furto de combustíveis derivados de petróleo em dutos da companhia. Suporte técnico à Secretaria da Fazenda na avaliação das receitas de royalties e participações especiais-GT. Representação no COMFROTA-SP, PAC 2050 e ZEE Baixada Santista. Otimização Energética**-** Em 2022 foi mantida a gestão da Consultoria contratada-ENERSP para análise e proposição de ações para otimização energética no âmbito da Administração Pública do Estado. Contrato iniciado em set/20 com duração de 30 meses com análise de eficiência energética, mercado livre, geração de energia própria, entre outros. As ações realizadas até 30/11/2022 relativas à revisão de contratos de demanda contribuirão para economia superior a R$ 4 milhões por ano ao Erário. Foi constituído ainda GT com a Subsecretaria de Parcerias para avaliação da modelagem da Parceria Público Privada para implantação de usinas solares em áreas públicas para atendimento de unidades estaduais do Grupo B e realizada em 25 de novembro AudiênciaPública para contratação de energia no mercado livre para a Administração Estadual Direta-Grupo A.

Coordenadoria de Planejamento Ambiental **-** *CPLA* - No âmbito da Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC - Lei Estadual nº 13.798/2009, Decreto Estadual nº 55.947/2010, em julho de 2021, o estado de São Paulo aderiu à campanha *Race to Resilience* lançada pelas Nações Unidas no contexto da Convenção do Clima-Decreto nº 65.881/2021. Este Decreto determina que seja elaborado o Zoneamento Ecológico Econômico do estado de São Paulo - ZEE-SP e instituída a

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

Rede ZEE-SP; sejam elaborados o Plano de Adaptação Climática e o Plano Estadual de Energia; e até dezembro, o Plano de Adaptação Climática a CPLA exerce o papel de secretaria executiva do processo de elaboração do Plano de Ação Climática, no âmbito da SIMA/SP, fruto do apoio da Agência Alemã de Cooperação Técnica - GIZ. O Plano de Ação Climática foi apresentado na COP 27 da Convenção do Clima e está em consulta pública desde o início de novembro com estimativa de ser encerrada em 10/12/22 -https://smastr20.blob.core.windows.net/download/PAC-SP-2050-Consulta-Publica 2022_11_08_Vfinal.pdf. A CPLA tem coordenado a elaboração do Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas, que também conta com o apoio da Agência Alemã de Cooperação Técnica -GIZ. Em 2022 o foco foi a elaboração de cadeias de impacto sobre 4 temas: Segurança hídrica na Região Metropolitana de São Paulo, Segurança hídrica na Zona Costeira de São Paulo, Eventos Extremos na Região Metropolitana de São Paulo e Eventos Extremos na Zona Costeira de São Paulo a fim de subsidiar a análise de risco a ser realizada em 2023. A elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo - ZEE-SP foi concluída, com a finalização da etapa de consulta pública, com a realização de 20 reuniões junto aos Comitês de Bacia Hidrográficas-CBHs, ao setor produtivo e; acadêmico e à sociedade civil, e com a realização de uma audiência pública, no dia 3/8/2022. Tais reuniões tiveram o intuito de discutir a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo, destacando todos os seus produtos e suas estratégias de implementação. As contribuições foram sistematizadas e avaliadas pela Comissão Estadual do ZEE-SP-CEZEE-SP, sendo posteriormente apresentadas e aprovadas pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente-CONSEMA, em plenária realizada no dia 31/8/2022, seguindo para assinatura do decreto de instituição do ZEE-SP pelo governador. As atividades de implementação do ZEE-SP abrangeram parcerias com algumas pastas, como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no lançamento do Edital de Chamamento SDE-CDRT nº01/2022 para Projetos de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais-APLs e Polos de Desenvolvimento com aderência ao ZEE-SP; a Secretaria de Desenvolvimento Regional, na elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto-RMSJRP; e a Secretaria de Habitação, na atualização do Plano Estadual de Habitação. A RedeZEE - Plataforma de Gestão do Território e integração de Informação Territorial que disponibiliza um ambiente virtual de análise territorial conjunta e de diálogo para processos participativos, permitindo integração e compartilhamento de informação entre as secretarias e outros órgãos e entidades. Desenvolvida a partir de geotecnologias em software livre, tem como funcionalidades: a organização, padronização e articulação de base de informações territoriais em rede via Web, incluído todas as utilizadas para a elaboração do ZEE. Em novembro completou um ano de operação, quando foi atingido mais de 7.000 acessos únicos. Foram criados núcleos temáticos proporcionando o acesso às camadas elaboradas no ZEE, tais como os núcleos temáticos GERCO e APAs Paulistas, com acesso a catálogos específicos e inserção de camadas que visam auxiliar as equipes técnicas por meio do acesso a informação de estudos em andamento. Com relação ao acompanhamento da política de gerenciamento costeiro em nível nacional, a CPLA segue participando do Grupo de Trabalho, composto pelos 17 estados costeiros, criado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, G17 ABEMA GERCO. As ações foram voltadas para a atualização e aprimoramento do projeto Orla, sob coordenação da SPU/MPDG. Além disso, a CPLA tem participado de discussões sobre o Planejamento Espacial Marinho com os estados do Rio de Janeiro e Espirito Santo e o governo federal. A CPLA também atua como Secretaria Executiva dos Grupos Setoriais da Baixada Santista e Litoral Norte, acompanhando as reuniões plenárias e o desenvolvimento os trabalhos da Comissões Temáticas de Mudanças Climáticas, Monitoramento Territorial e Assuntos Estratégicos, criadas em 2022 nos dois setores costeiros. Ademais, a CPLA apoiou a realização do Webinar Pacote Legislativo e a Zona Costeira, que buscou socializar informações e debater os projetos de lei, que estão em tramitação na Câmara de Deputados e Senado, e podem impactar a gestão costeira. No âmbito das ações da CPLA em apoio à gestão de Unidades de Conservação, no âmbito do Comitê de Integração de Planos de Manejo, a CPLA participou da atualização e aprimoramento do roteiro metodológico e da elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação-UC Estaduais. O apoio da CPLA contribuiu para a conclusão e publicação de 4 planos de manejo: APA Marinha Litoral Norte-Decreto 66.823, de 7/6/22, ARIE São Sebastião-Resolução SIMA 55/22, EE de Bananal-Resolução SIMA 53/22 e EE de Ibicatu-Resolução SIMA 77/22. Também apoiou outros 19 Planos de Manejo que se encontram em diferentes fases de elaboração, conforme o cronograma estabelecido pelo Comitê. Ainda com relação ao apoio às Unidades de Conservação, a CPLA está representada em 10 Colegiados ligados à Gestão de UCs, principalmente Conselhos Consultivos de Áreas de Proteção Ambiental e suas respectivas câmaras temáticas, por meio da participação ativa de 10 técnicos, contribuindo com os diversos aspectos relacionados à gestão e planejamento dessas UCs. A CPLA elaborou ainda um projeto modelo, em parceria com a Fundação Florestal, para apoio à gestão das APAs, na estruturação do Núcleo Temático da APA Cajamar, Cabreúva e Jundiaí. Foi instituído o ICMS Ambiental por meio da Lei 17.348. de 12/3/21, alterou a Lei nº 3.201, de 23/12/81, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do ICMS. Foram atualizados os índices de áreas protegidas, índice de reservatórios e implementados dois novos índices, o de vegetação nativa e o de gestão de resíduos sólidos. Assim, a partir do início de sua vigência, os municípios que possuam Unidades de Conservação estaduais e que possuam mais de 30% de vegetação nativa em seu território e vegetação nativa dentro de APA e APRM de gestão estadual, passarão a ser contemplados. Além disso, o preenchimento dos dados municiais para o cálculo do Índice de Gestão de Resíduos Sólidos-IRS, referente à fração da gestão de resíduos sólidos do ICMS Ambiental, será realizado, a partir de 2023, por meio da Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos, lançada em 30/7/2022. Ainda com relação ao tema resíduos sólidos, a CPLA coordena dois grupos de trabalho do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos - CIRS: O GT 01 responsável pela elaboração e implementação do Plano de Resíduos do Estado; e o GT 02 - Regionalização e consórcios. Na esfera de atuação do GT 01, houve a continuidade da implementação e monitoramento do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo - PERS, atualizado no final do ano de 2020 e a retomada da Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos, composta por oito secretarias de estado. No escopo das atividades do GT 02 foram firmados, desde a sua criação, 27 Protocolos de Intenções entre a SIMA e Consórcios Intermunicipais, voltados à cooperação técnica para o aperfeiçoamento da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, sendo que 8 deles no presente ano. Foram realizados 10 Encontros Técnicos com os consórcios parceiros abordando o planejamento regional e capacitando os técnicos para a utilização da Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos. Houve ainda a continuidade do Projeto Piloto Regional de Combate ao Descarte Irregular de Resíduos da Construção Civil, em parceria com a CFB e a Cetesb, junto ao CONDEMAT. No âmbito do Convênio de Cooperação Técnica entre a SIMA e o Instituto Oceanográfico da USP - IOUSP foram realizadas duas ações que subsidiarão a construção do Plano de Combate ao Lixo no Mar do Estado de São Paulo: estruturação do contexto de Lixo no Mar para acompanhamento dos indicadores do Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar - PEMALM na REDEZEE e assinatura do Acordo de Cooperação com o Instituto Selo Social para mobilização e engajamento da rede de atores locais dos 16 municípios litorâneos com o objetivo de implementar o PEMALM no território costeiro. Ainda na agenda de Resíduos Sólidos, em 2022, foi aplicado o Índice de Gestão de Resíduos Sólidos - IGR, revisto em 2021 e previsto no Plano de Resíduos do Estado. A CPLA elaborou, em conjunto com a Secretaria de Orçamento e Gestão/Coordenadoria de Contratações Eletrônicas, minuta de decreto para reestruturação do Programa Estadual de CPS-Compras Públicas Sustentáveis, o qual aguarda assinatura pelo governador. Até outubro, 2.257 itens receberam o Selo Socioambiental - Decreto nº 50.170/2005, no âmbito do Catálogo de Materiais da BEC/SP. Foi realizado o monitoramento da representatividade dos itens com Selo Socioambiental nas compras e contratações realizadas pelos órgãos estaduais em 2021, atingindo-se os percentuais de 6,92% e 25,67% de materiais e serviços, respectivamente. No âmbito da Sistematização e Difusão de Dados e Informações Ambientais Territoriais, cabe salientar que o DataGEO atingiu mais de 220 mil acessos em novembro de 2022, superando a meta estabelecida no PPA, de 175 mil acessos únicos para o ano. Foram disponibilizadas e publicadas mais de 130 novas informações na Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo - IDEA-SP, destacando-se: mapas do Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo, Planos de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico São Sebastião e da Estação Ecológica Bananal, Projetos em Execução do SARE-Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica e Comunicação Preliminar de Ocorrência de Incêndios Florestais. A edição de 2022 do Relatório de Qualidade Ambiental - RQA será apresentada na plenária do CONSEMA em 21/12/2022. Nessa versão atual do relatório, são expostos 140 indicadores e 84 Programas e Ações do Sistema Ambiental Paulista.

Coordenadoria de Recursos Hídricos - Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH 2020- 2023. Acompanhamento da execução do Plano de Ação e Programa de Investimentos do PERH 2020-2023, a partir de informações colhidas junto às secretarias de estado, empresas, autarquias, fundaçõese demais instituições responsáveis pela execução das 152 ações previstas para 2020, envolvendo investimentos de cerca de R$ 4.742.272.565 bilhões, constituindo capítulo do Relatório de Situação do Estado de São Paulo - ano 2021 em trâmite para aprovação em dezembro de 2022 pelo ConselhoEstadual de Recursos Hídricos - CRH.Deliberações do CRH- Elaboração e discussão, junto às instâncias do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, de 14 propostas de Deliberações e uma Moção em 2022. Planos de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo - Aprimoramento dos planos de ação e programas de investimento-PA/PI, para o quadriênio 2020-2023, mediante estabelecimento de modelo único e aprimoramento participativo de conteúdo. Acompanhamento da execução do Plano de Ação e Programa de Investimentos a partir de informações colhidas junto aos Comitês de Bacias, responsáveis pela execução de cerca de 461 ações previstas para o quadriênio 2020-2023, e investimentos previstos de cerca de R$ 3 bilhões para 2022 e R$ 2,9 bilhões para 2023. Relatórios anuais de situação dos recursos hídricos - Coleta e sistematização de dados primários para elaboração dos Relatórios de Situação das UGRHIs - ano base 2021, e suporte técnico aos CBHs para sua elaboração. Elaboração do Relatório de Situação do Estado de São Paulo - ano base 2020, a ser aprovado por Deliberação do CRH prevista para 16/12/22, a ser divulgado no portal do SIGRH http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursoshidricos. Cobrança pelo uso dos recursos hídricos: Acompanhamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos urbanos e industriais no Estado de São Paulo. Bases cartográficas e sistemas de informação: Elaboração de cerca de 160 mapas temáticos e dezenas de arquivos *shapefiles* para subsidiar as análises apresentadas nos Relatórios de Situação do Estado e das bacias hidrográficas, nos temas de: saneamento básico, caracterização física, dinâmica demográfica e social, demanda e disponibilidade de água, qualidade dos corpos hídricos e balneabilidade das praias. Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO: Elaboração e encaminhamento à Agência Nacional de Águas - ANA do relatório de desenvolvimento, referente à segunda certificação do II Ciclo-2021, das cinco Metas de Cooperação Federativa no âmbito do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - SINGREH, a saber: Integração dos Dados de Usuários de Recursos Hídricos; Capacitação em Recursos Hídricos; Contribuição para Difusão do Conhecimento; Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos; Atuação para Segurança de Barragens. Disponível em www.sigrh.sp.gov.br/progestao. Elaboração de documentação -formulário de autoavaliação- relativa à 2ª certificação do II Ciclo, com organização junto aos responsáveis por cada uma das 31 variáveis que compõem as Metas de Gestão de Águas no âmbito do SIGRH, e envio à ANA para certificação e liberação de recursos financeiros da primeira parcela. Disponibilizado no portal do SigRH em: www.sigrh.sp.gov.br/progestao. Programa de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos - CAPACITA SIGRH: Abertura e acompanhamento de três processos para contratação de cursos de capacitação, oferecendo 1.705 vagas aos técnicos e atores do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, com uma carga horária total de 1.719 horas, por meio de parcerias junto ao SENAC, FUMEP e IPT. São cursos que abrangem temas como instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, conhecimento instrumental, segurança de barragens e governança, entre outros temas selecionados a partir do levantamento de demanda do SIGRH. http://www.sigrh.sp.gov.br/capacita. Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS: Acompanhamento do Quadro de Indicadores e Metas do PROCOMITÊS, e apoio aos CBHs, visando o atendimento de 100% das metas do Estado e, com isso, o recebimento de R$500 mil previstos contratualmente, referentes à 2ª parcela-repasse ocorreu em outubro. Elaboração do edital e execução dos trâmites licitatórios para compra de kits de comunicação e sistemas de videoconferência, destinados às Secretarias Executivas dos CBHs, e pagos com os recursos advindos da 1ª parcela do PROCOMITÊS. Tais compras estão ocorrendo em vários processos e encontram-se em diferentes estágios. Salas de situação de recursos hídricos - Participação em 3 reuniões da Sala de Crise do Paraná como assessoria à representação do estado no Grupo Técnico de Assessoramento da Situação da Região Hidrográfica do Paraná - GTA-RH Paraná, por videoconferência. Após os reservatórios de Três Irmãos e Ilha Solteira alcançarem a cota 325,40 em 29/3/2022 e normalização da Hidrovia Tietê-Paraná, essas reuniões não foram mais realizadas. Contribuição para elaboração da Resolução ANA nº 132, de 10/10/2022, dispondo sobre condições de operação para os Aproveitamentos Hidrelétricos de Jurumirim, Chavantes e Capivara, integrantes do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema. Colaboração para a DPO do DAEE na coordenação dos trabalhos junto ao LabSid1 - Laboratório de Sistemas de Suporte a Decisões em EngenhariaAmbiental e de Recursos Hídricos, do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da EscolaPolitécnica da Universidade de São Paulo, para a estruturação do portal SSD - Sistemas Produtores do DAEE visando acompanhar informações sobre os sistemas produtores de água bruta na Região Metropolitana de São Paulo-RMSP. Acompanhamento e apoio às instâncias dos Sistemas Integrados de Gerenciamento de Recursos Hídricos Estadual e Nacional - Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH - Interação permanente com as Secretarias Executivas dos 21 comitês, e realização de um encontro estadual para nivelamento de informações e estabelecimento de diretrizes, realizado de forma presencial. Acompanhamento e suporte à participação de representantes do CRH nas reuniões plenárias e de câmaras técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Produção de material técnico, informativo e de divulgação do SIGRH: Produção de 4 edições do informativo eletrônico Correnteza Express. Sistemas de comunicação social: Investimento permanente na transparência das informações e na democratização da gestão por meio do gerenciamento e criação de conteúdos para o Portal SIGRH -www.sigrh.sp.gov.br e de ferramentas de comunicação como Facebook e YouTube - TV Água. Conselho de Orientação do FEHIDRO - COFEHIDRO: realizou duas reuniões, em 21/2 e 31/10/2022. Na primeira reunião foram aprovadas três deliberações: alteração de itens do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO de Investimento e definição de procedimentos para o início da atuação de Agente Técnico de direito privado; aprovação do Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO para 2022 com receitas da CFURH; alteração de prazos para liberação da 1ª. parcela de contratos celebrados no âmbito do FEHIDRO. Na segunda reunião foram aprovadas quatro deliberações: referendo da deliberação que altera prazo para contratação dos empreendimentos indicados em 2021 ao FEHIDRO; aprovação do novo Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento do FEHIDRO; prorrogação dos prazos para análise e contratação dos empreendimentos indicados em 2022 pelos Colegiados; ratificação da proposta orçamentária para o ano de 2023. Financiamentos do FEHIDRO - o FEHIDRO recebeu 366 indicações de empreendimentos para financiamento, totalizando R$ 194.111.512,40 pleiteados, sendo

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

11 devolvidas por não enquadramento ou desconformidade de documentação -R$4.467.706,01 e 355 seguiram para análise técnica para eventual contratação-R$ 189.643.806,39. Até 24/11/2022 foram celebrados 196 contratos, de indicações do exercício anterior, com recursos das fontes CFURH e Cobrança pelo Uso da Água, comprometendo o total de R$ 146.021.584,63 do FEHIDRO. Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO - O Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO - SINFEHIDRO 2.0 iniciou sua operação em abril de 2021 e, durante o ano, iniciou-se um processo de atualização das suas funcionalidades para permitir a atuação do Agente Técnico privado contratado. Esta atualização se findará em 2023.

Fundação Parque Zoológico de São Paulo - FPZOO - Na recente história da Fundação Zoológico, com a concessão do Parque Zoológico e Zoo Safári à iniciativa privada, Concorrência Internacional nº 02/2020 - Processo SIMA nº 10462/2020 - Contrato de Concessão nº 02/2021, a Fundação Zoo se dedica à pesquisa científica, à inovação tecnológica, à conservação de espécies ameaçadas de extinção, à recuperação de animais provenientes do tráfico e a programas de sustentabilidade, a Fundação Zoo se dedica à pesquisa científica, à inovação tecnológica, à conservação de espécies ameaçadas de extinção, à recuperação de animais provenientes do tráfico e a programas de sustentabilidade. Uma das mais importantes atividades que estão sob responsabilidade da Fundação Zoo atualmente é a gestão e operação da Unidade de Compostagem, que é um bem público do Estado de São Paulo e existe desde 2004, com o propósito de processar resíduos orgânicos secos e úmidos e produção de adubo orgânico, tendo processado cerca de 2.500 toneladas nesses 18 anos de operação. O objetivo do desenvolvimento dessa unidade em meados do ano 2000 foi a redução do impacto ambiental gerado pela disposição inadequada de resíduos, assim como a produção de composto orgânico para aplicação na cultura de alimentos ofertados aos animais. Desde dezembro de 2021, a Fundação Zoo recebe e processa os resíduos orgânicos provenientes da concessionária Reserva Paulista Administradora de Parques S.A. como prestação de serviço. A diversidade de resíduos orgânicos recebidos e os produtos resultantes do processamento-percolado e adubo orgânico, são fontes de pesquisa que abrigam microrganismos pouco explorados e com alto potencial biotecnológico. Nessa perspectiva, a unidade de Compostagem da Fundação Zoológico de São Paulo se torna um bem público de valor inestimável. A Fundação Zoológico realizou relevantes atividades de pesquisa de conservação em campo e em seus laboratórios de pesquisa em suporte à proteção da fauna silvestre brasileira. Estabeleceu ações em projetos de conservação e reprodução de espécies ameaçadas em associação com pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa que se dedicam aos estudos da biodiversidade. Assessoria de Conservação: Nesse ano a Assessoria participou de reuniões e discussões com técnicos da Fundação, da Concessionária e da Verificadora com a finalidade de alinhar/estabelecer as diretrizes de acompanhamento das atividades fiscalizatórias da concessionária, como manejo e comportamento dos animais, reestruturação do CECFAU II, avaliação de relatórios encaminhados pela SIMA-SP, principalmente para atendimento do edital. Como parceria da Fundação a outros órgãos públicos, coordenou juntamente com a SIMA-SP as atividades de elaboração do Plano de Ação Territorial PAT - Caminhos das Tropas-SP/PR e PAT Mata Atlântica São Paulo ambos inseridos no Termo de Cooperação SIMA/SP, MMA e WWF-Brasil. E participa também dos Planos de Ação Nacional - PAN Aves do Cerrado e Pantanal e Aves da Mata Atlântica ambos do ICMBio/MMA. Responsável pelo livro genealógico da Arara-Azul-de-Lear ICMBio/MMA e WAZA, além das recomendações e outras atividades dessa coordenação, participou das oficinas de Avaliação de Viabilidade Populacional da espécie-MZ/USP e CEMAVE/ICMBio. E pela participação da Fundação Zoológico no Programa de Manejo *Ex Situ* da AZAB e ICMBio/MMA é responsável pelo livro genealógico de duas espécies: *Aratinga solstitialis* e *Amazona farinosa*. Departamento de Pesquisas Aplicadas: as ações estão relacionadas de acordo com os seis Núcleos de operações do DPA. O Departamento participa em mais de 20 projetos de pesquisas - *in situ* e *ex situ* e durante o ano foram orientados/coorientados 6 alunos de mestrado. A equipe do DPA ministrou ao todo 17 palestras, 2 disciplinas e participou de 2 eventos nacionais e 2 internacionais representando a Fundação. Foram publicados 3 artigos científicos em periódicos internacionais e 4 capítulos de livro. Núcleo de Análises Clínicas: Realização de 169 exames laboratoriais relacionados a hematologia, dosagens bioquímicas, exames parasitológicos e urinálise. Manutenção e armazenamento de 9.538 amostras biológicas. Cessão de espaço físico para armazenamento de amostras de projetos de conservação da fauna silvestre, além de participar efetivamente de projetos internos. Núcleo de Reprodução Assistida e Biotecnologia: 36 contenções para colheita de sêmen, pelos métodos de eletroestimulação por via retal e vibroestimulação peniana, além de obtenção de espermatozoides a partir de epidídimos-1 mico-leão-preto, 6 micos-leões-de-cara-dourada, 22 macacos pregos, 1 muriqui-do-Sul. Oficialização e manutenção do Banco de Gametas e Tecidos Reprodutivos de Animais Silvestres da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, com adição de 1 amostra de sêmen de mico-leão-de-cara-dourada. Atualmente o Núcleo atua diretamente em 3 projetos de pesquisa e colabora em outros projetos associados. Núcleo de Biologia Molecular e Microbiologia: Realização de exames microbiológicos e testes moleculares para diagnóstico animal. Prestação de serviços para a identificação taxonômica de espécies de microrganismos e genética animal. Oficialização da Coleção Genética e Microbiológica de Biomas Brasileiros-CMGBB que mantém cerca de 10.000 microrganismos criopreservados, com 450 amostras de DNA genômico de animais silvestres e amostras biológicas de dezenas de espécies animais. Participação em congresso internacional e visita técnica em coleção de cultura europeia. Publicação de 1 artigo em periódico internacional e desenvolvimento de projetos de pesquisa próprios e em colaboração com outras instituições. Prospecção de parcerias internacionais e atuação no desenvolvimento de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação entre Fundação Zoológico de São Paulo/CECFau, Scientia Lab e Fundepag. Núcleo de Atividades *in situ*: Realização de duas expedições de campo para monitoramento de fauna e coleta de amostras. Processamento e análises de dados ecológicos e epidemiológicos referentes aos projetos de pesquisa *in situ* desenvolvidos pela FPZSP. Elaboração e delineamento de novos projetos de pesquisa envolvendo Saúde Única em diferentes regiões do país. Realização de análises estatísticas referentes aos projetos de pesquisa do Departamento de Pesquisas Aplicadas-DPA-FZSP e de parceiros externos. Núcleo de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas: auxilio nas demandas relativas ao programa de estágio curricular obrigatório, voluntariado e aprimoramento profissional; gerenciamento administrativo e operacional da Unidade de Produção de Composto Orgânico; auxílio e gerenciamento de transferências de licenças e outros documentos legais para o Reserva Paulista Administradora de Parques S.A; desenvolvimento do programa de qualidade junto aos núcleos de análises clínicas, reprodução assistida e biologia molecular/microbiologia; participação no programa da International Sustainability Academy em Hamburgo - Alemanha com o desenvolvimento do projeto Construção do Eixo Temático sobre mudanças climáticas e serviços ecossistêmicos no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga e naFundação Zoológico de São Paulo e cumprimento do currículo de desenvolvimento pessoal e treinamento pessoal individual. Núcleo de Inovação Tecnológica-NIT: Reuniões periódicas com a Fundepag para desenvolvimento do NIT; Prestação de serviço técnico pelo Núcleo de Biologia Molecular; Consultoria especializada prestada ao BioParque do Rio de Janeiro e contrato da Primeira Startup incubada na FZSP, que é também a primeira Startup da SIMA. Trata-se de uma parceria firmada entre a FZSP, a Scientia Lab, e a Fundepag. Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna - PPG-CFau: criado em 2013 e reconhecido pela CAPES, o programa de mestrado profissional tem parceria entre a Universidade Federal de São Carlos-UFSCar e a FPZSP. O programa já está em sua décima turma, com mais de 100 alunos matriculados e aproximadamente 80 dissertações defendidas. O X Workshop do Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna, aconteceu nos dias 29 e 30/9/2022, em ambiente virtual. E em sua última avaliação CAPES alcançou conceito 4. Departamento de Veterinária: o Departamento é responsável por planejar, coordenar e prestar assistência veterinária aos animais alojados no CECFau, localizado em Araçoiaba da Serra, SP. Foram realizados os cuidados veterinários destes animais, atuando com a rotina clínica de atendimentos, cirurgias, exames laboratoriais, exames de imagem, terapias integrativas, cuidados paliativos de animais idosos, monitoramento e cuidados de gestantes e neonatos e a avaliação clínico-preventiva todos os animais sob cuidados da FPZSP, dentre eles mico-leão-preto, mico-leão-cara-dourada, sagui-da-serra-escuro, tamanduá bandeira, arara-azul-de-lear e perereca pintada. As avaliações preventivas seguiram diretrizes dos programas de conservações destas espécies. Atuou no apoio a Comissão de acompanhamento do contrato de concessão de uso do Zoológico de São Paulo na área de saúde e bem-estar animal. Além das rondas periódicas pelo parque, acompanhamento da evolução clínica de animais constantes no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Fundação Parque Zoológico de São Paulo e a Reserva Paulista Administradora de Parques S/A, procedimentos de acompanhamento/fiscalização naquilo que cabível no escopo do contrato de concessão, foram acompanhadas 162 necropsias e realizada a revisão e o controle de entrega dos respectivos laudos. Núcleo Técnico de Bem-estar Animal: Criado em abril, o Núcleo tem como meta promover a excelência em bem-estar animal no CECFau e o uso ético dos animais silvestres em pesquisa. Foi constituída a Comissão de Ética em Pesquisa com Animais da Fundação Zoológico e obteve-se o credenciamento no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA. Foram elaborados pareceres técnicos para três projetos de pesquisa submetidos à FPZSP e para dois projetos submetidos ao Instituto de Pesquisas Ambientais. O Núcleo também realizou o gerenciamento dos Programas de Voluntariado e Estágio Curricular Obrigatório assim como o atendimento ao canal digital do CECFAU. Assessoria de Relações com o Mercado: com a concessão do Parque a empresa Particular, parte do trabalho desenvolvido pela a ARM migrou para serem executados pela empresa. Atuou na assessoria a Diretoria. Atuou nas negociações com o Fundo de Solidariedade, bem como tramites de documentos referentes doações àquele órgão. Coordenação das edições 18 e 19 da Revista Ciência no Zoo, e na divulgação dessas publicações. Negociações de contrapartidas em Carta de Aceite de fauna pelo CRAS/ZOO. As Cartas de anuência para recebimento de fauna são frequentemente solicitadas ao CRAS em obras com necessidade de licenciamento ambiental nos programas de supressão vegetal e resgate de fauna. Houve continuidade de padronização de procedimentos com a Diretora responsável pelo Centro e recebimento dos itens em doação bem como a operacionalização dos documentos para a concretização dos processos, como mitigação ao impacto ambiental e para o desenvolvimento das atividades realizadas no CRAS. Centro de Conservação de Fauna Silvestre do Estado de São Paulo - CECFAU: unidade especializada em manutenção e reprodução de espécies ameaçadas de extinção. Em 2022 apresentou sucesso reprodutivo com diferentes espécies, como o sagui-da-serra-escuro, criticamente ameaçado, que ocorre em áreas de matas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Outra espécie ameaçada com nascimento no local foi o mico-leão-preto, espécie símbolo do Estado de São Paulo e considerado patrimônio ambiental. Também obtivemos a reprodução da arara-azul-lear, espécie endêmica da Bahia cuja Fundação participa do projeto de revigoramento populacional no Boqueirão da Onça através do envio de animais nascidos no CECFAU. Já a perereca-pintada, criticamente ameaçada, continua tendo êxito no manejo *ex situ* após a finalização das atividades em campo que objetivaram a coleta dos fundadores, sendo o *studbook keeper* da espécie um dos integrantes do Centro. Após a obtenção de fêmeas nos trabalhos de campo no fim de 2021, o manejo reprodutivo em cativeiro propiciou a obtenção da primeira desova e eclosão dos girinos. Até o fim de 2022 esperamos aumentar a reprodução dos anfíbios e também das araras-azuis-de-lear. Centro de Recuperação de Animais Silvestres – FPZSP-CRAS PET: desempenhou as atividades de recepção de 6059 animais silvestres de janeiro a 22/11/2022, com o tratamento e destinação de 241 espécies diferentes. Foram entregues 2287 filhotes e animais juvenis em situação de risco, machucados ou órfãos e tiveram a criação finalizada em autonomia física e comportamental. Em apoio a prefeituras, principalmente as da Grande São Paulo, houve atendimento a 115 municípios diferentes do estado na recepção de fauna silvestre. Cerca de 30 espécies de animais manejados no Centro neste ano encontram-se presentes em listas de fauna ameaçados de extinção regionais e/ou nacional e CITES. A principal meta do CRAS é a devolução de animais ao ambiente natural, oferecendo nova oportunidade de conservação da espécie, minimizando os impactos antrópicos negativos como tráfico de animais, a perda de habitas e a urbanização desordenada. Até o momento foi possível o retorno de 3391 animais as áreas de ocorrência natural da espécie.

Unidade de Gestão *de Projetos - UGP* - Projeto Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil - Conexão Mata Atlântica - Executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Estados de São Paulo - SIMA e FF, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com doação do Global Environmental Facility - GEF, por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com objetivo de contribuir para a recuperação e preservação dos serviços ecossistêmicos associados à conservação da água e biodiversidade e à captura de carbono no Corredor Sudeste da Mata Atlântica. Destacam-se em 2022 as seguintes ações: Até o momento foram assinados 403 contratos de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Proteção, com 10.618 ha de áreas com vegetação florestal protegida e/ou em recuperação, comprometendo, para tanto, R$ 8,5 milhões; 524 contratos de PSA Uso Múltiplo, com 9.803,53 ha de área com intervenções e compromissos da ordem de R$ 13,5 milhões, sendo que 39 desses contratos foram firmados em 2022, 148 contratos para apoio ao cercamento de áreas em recuperação, totalizando 154 Km de cercas implantadas e a implantar, movimentando recursos da ordem de R$ 4,5 milhões; 158 contratos para apoio à Certificação envolvendo recursos da ordem de R$ 0,8 milhões, sendo expedidos 53 Certificados de Transição e 23 Certificados Orgânicos, 197 contratos para apoio à Cadeia de Valor Sustentável compromissando recursos da ordem de R$ 4,2 milhões em área de 2.812,2 ha sendo: 213 ha em fruticultura, 744 ha em bovinocultura, 316 ha na produção de mel e 90 ha em horticultura. Destacamos, ainda, em 2022, as tratativas para prorrogação do projeto por mais 12 meses, em fase de formalização, a criação de Comitê de Pesquisa que acompanha o desenvolvimento de pesquisas feitas no âmbito do projeto, o aditamento de 145 contratos de PSA Proteção e Uso Múltiplo, ampliando em mais uma etapa a execução dos contratos de forma a reforçar os aprendizados e resultados, o desenvolvimento de sistema eletrônico para apoio à gestão de projetos de PSA, bem como a criação do Cadastro Estadual de Projetos de PSA. Programa REFLORESTA-SP. O Decreto nº. 66.550/2022 reorganizou o Programa Remanescentes Florestais, de que tratam a Lei nº. 13.798/2009 e o Decreto nº. 55.947/2010, passando a denominá-lo de Programa REFLORESTA-SP. Foram estabelecidas duas principais metas: aumento de 700 mil hectares da cobertura da vegetação nativa até 2050 em áreas de restauração não obrigatória e monitoramento dessas áreas e de mais 800 mil hectares de restauração obrigatória, que é o escopo do Programa AgroLegal da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Visando à consecução dessas metas e dos objetivos do Programa e em consonância com as ações previstas para tanto-artigos 2º e 5º do Decreto de 2022, diversas iniciativas foram tomadas: aprimoramento e manutenção do Programa Nascentes, cujas atividades estão destacadas abaixo em item próprio à vista do histórico desse relatório; Articulação com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, SABESP, ONG *The Nature Conservancy* - TNC e o Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS para desenvolvimento de instrumento tarifário de saneamento para a conservação de mananciais através de Soluções Baseadas na Natureza. Dentro deste escopo, a SIMA, através da UGP, está executando convênio celebrado com a ARSESP com o objetivo de implementar projeto piloto para fundamentar o instrumento, testando arranjos de governança e práticas nos mananciais da Área de Proteção Ambiental - APA Sistema Cantareira, por meio de três frentes de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

trabalho: articulação com municípios e atores locais; celebração de convênios com os Municípios de Joanópolis e Piracaia para a recuperação dos mananciais em seus territórios; execução de projeto de restauração ecológica em 142,9 hectares no Parque Estadual do Rio do Peixe, com recursos do FECOP; desenvolvimento de webportal que visa disponibilizar para o usuário informações e orientações que possibilitarão a implantação de uma floresta multifuncional visando geração de renda por meio de produtos madeireiros e não madeireiros. A partir de uma interface simples, em que o usuário informa a localização da propriedade e seleciona algumas variáveis como declividade e grau de tecnificação, são executados uma série de cruzamentos de bancos de dados referentes às espécies mais adaptadas, às de melhor retorno econômico, ao custo de implantação e ao retorno financeiro. Será fornecida a combinação de espécies mais rentável inclusive em forma de diagrama com a localização de cada espécie na área de implantação, assim como orientações de manejo e fluxo de caixa; elaboração de documento em parceria com o Projeto Biota Síntese denominado Contribuição ao Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo, tendo como um dos focos o Programa REFLORESTA-SP e continuidade da atuação da SIMA por meio do Comitê Biota Síntese-composto por membros do Refloresta-SP, CPLA, IPA e Fundação Florestal na orientação dos estudos às políticas públicas; contratação da Fundação Instituto de Administração - FIA para a estruturação da sistemática de gestão da integração de políticas para a restauração de paisagens e ecossistemas no âmbito do Programa; execução de atos preparatórios para parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, visando o fortalecimento das capacidades institucionais e de oportunidades para restauração de paisagens e florestas e, principalmente, para a estruturação de financiamento para a implementação do Programa. Programa Nascentes - Tem como objetivo fomentar a restauração da vegetação nativa no Estado de São Paulo como foco em biodiversidade e segurança hídrica. Com o intuito de solucionar os entraves da restauração ecológica, o Programa conecta especialistas, proprietários rurais, empreendedores públicos e privados e organizações da sociedade civil por meio de diversos instrumentos: Banco de Áreas Disponíveis para Restauração, Prateleira de Projetos e Conversão de Multas. Destacam-se as seguintes ações: O Banco de Áreas de Unidades de Conservação-UCs teve incremento de 790 ha em 7 UCs. A disponibilização de áreas no banco proporcionou a restauração de mais de 140 ha neste ano; No Banco de Áreas em Assentamentos do ITESP estão disponíveis 3.079 hectares em APP em 29 municípios; O Banco de Áreas de Propriedades Rurais foi descontinuado em decorrência da desativação do SiCAR-SP; Aprovação de 12 Projetos de Prateleira com o total de 1.126 ha, sendo 8 do tipo Ativo Verde e 6 em Unidades de Conservação -UC; O Mapa de Áreas Prioritárias para Restauração Ecológica está em fase final de revisão como parte de projeto de pesquisa financiado pela FAPESP. O mapa atual está vigente desde 2017 por meio da Resolução SMA 07/17, que define regras para o direcionamento dos projetos de compensação ambiental para áreas de maior prioridade para biodiversidade e segurança hídrica; Entre janeiro e outubro foi iniciada a implantação de 1.860 hectares de projetos de restauração ecológica de acordo com dados do Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica-SARE.Até dezembro deverá ser alcançada a meta anual de 2 mil ha/ano. Fortalecimento da Capacidade de Prevenção e Gestão de Crises Hídricas no Estado de São Paulo: Convênio de Cooperação Técnica, com o objetivo de apoiar a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, nodesenho e implementação de medidas requeridas para fortalecer a capacidade de prevenção e gestãodas crises hídricas no estado de São Paulo, necessárias para enfrentar de forma sustentável, os problemas de escassez da água. Em 12/1/2022 foi emitida Ordem de Início para os serviços de consultoria contratados para Elaboração de Estudos e Propostas para Aperfeiçoar os Instrumentos deGestão de Recursos Hídricos, contrato que foi executado e concluído em 30/9/2022 dentro do prazo contratual de 9 meses e incluiu diagnóstico elaborado de forma participativa com as instituições atuantes na gestão de recursos hídricos no Estado de São Paulo e apresentação de propostas para o aperfeiçoamento dos seguintes instrumentos de gestão de recursos hídricos: Monitoramento e Fiscalização , Outorga de Direito de Uso da Água, Cobrança pelo Uso da Água, Conteúdo dos Planos de Bacias Hidrográficas e Modelo de Governança. Foi celebrado em 23/9/2022 o terceiro termo de aditamento referente ao prazo de execução da Cooperação,com prazo expiratório do convênio em 13/5/2023 e aprovada nova alteração do Plano de Aquisições contemplando as contratações de consultores individuais para Estudos Complementares, para elaboração de Diretrizes, Critérios e Procedimentos para Efetivação e/ou Atualização do Enquadramento dos Corpos D'água Superficiais do Estado de São Paulo e, para proposição de Instrumentos Legais e Infralegais para proteção e conservação da área de afloramento do Sistema Aquífero Guarani no Estado de São Paulo, cujos Termos de Referência foram aprovados em 20/10/2022 e as contratações estão em fase de conclusão para execução com prazo de 5 meses. Está sendo preparada também a contratação dos serviços de auditoria e relatório final da Cooperação Técnica. Programa de Saneamento Ambiental de Mananciais do Alto Tietê. Termo de Compromisso nº 0227.535-53 - Mananciais Billings e Guarapiranga - celebrado em dezembro de 2007 entre o governo federal - Ministério das Cidades; atual Ministério do Desenvolvimento Regional; o governo estadual - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos; atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, e o município de São Paulo. Foi celebrado em 5/9/2022 termo de aditamento referente ao prazo de execução do Termo de Compromisso com prazo expiratório em 8/9/2023. A prorrogação solicitada foi de 24 meses para conclusão de pendências pela Prefeitura do Município de São Paulo-PMSP de obras de engenharia, trabalhos técnicos sociais, prestações de contas e regularizações fundiárias, mas apesar de a Caixa Econômica Federal-Caixa concordar que 24 meses é um prazo compatível com a quantidade de serviços a serem desenvolvidos, alegou que nos últimos anos o andamento das obras tem ocorrido muito aquém do esperado e as demais pendências estão há muitos anos sem o devido tratamento, concedendo apenas 12 meses de prorrogação e ao final deste prazo novo pedido de prorrogação será analisado apenas se as atividades previstas no cronograma apresentado para o período forem cumpridas. Estão sendo realizadas reuniões quinzenais de acompanhamento destas atividades envolvendo técnicos da PMSP e da Caixa. Está sendo concluída a elaboração pela PMSP de Plano de Trabalho detalhado para cada uma das atividades previstas para aprovação da Caixa. O cronograma previsto está sendo cumprido até o momento. Parque Várzeas do Tietê - PVT. Idealizado para ser o maior parque linear do mundo, com 75 km de extensão e 10.730 hectares de área, visa à realização de ações voltadas à proteção e recuperação do ambiente natural para restabelecer a função de várzea do rio Tietê para amortecimento de cheias. Prevê a promoção de usos sustentáveis e compatíveis, tais como implantação de parques, vias de trânsito local e ciclovias junto aos limites externos, equipamentos de lazer, esporte, turismo e cultura, de forma a promover educação ambiental, inclusão social, proteção e recuperação da flora e fauna. Andamento: Execução de serviços de monitoramento da restauração florestal executada nas áreas localizadas à montante da barragem da Penha e à jusante da Av. Nitroquímica, Município de Guarulhos; Contratado: Execução das obras para implantação do projeto urbano de espaço público para a área denominada como Vila Any, no Município de Guarulhos. O projeto prevê implantação de paisagismo, pista de caminhada, passeio e equipamentos esportivos. Ainda não foi emitida a ordem de serviço em função da situação de ocupação da área de implantação do projeto. A remoção das famílias que estão ocupando a área depende da autorização judicial.

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questõesambientais. Em razão de sua expertise, tornou-se um dos 16 centros de referência da Organização das Nações Unidas-ONU para questões ambientais. Sua missão é garantir a melhoria contínua da qualidade ambiental de modo a atender as expectativas da população do estado de São Paulo, e contribuir para a proteção da saúde pública. No período de janeiro a outubro foram desenvolvidas as atividades a seguir relacionadas. Presidência - Nesse período, a Escola Superior da CETESB organizou 102 cursos e eventos de capacitação e difusão do conhecimento, para um público de 3.057 participantes internos e externos, incluindo a 6ª turma do curso de pós-graduação Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais. Houve 1.404 participações de empregados em cursos,eventos externos e em programas de pós-graduação. Merece destaque a realização de oito cursos para a área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê, como contrapartida ao Projeto FEHIDRO 2015-SMT-510 Prédio das Águas. A retomada da Revista Ambiente foi destaque na Semana do Meio Ambiente, destinada a publicações científicas, disponível em https://revista.cetesb.sp.gov.br/revista. Na implantação da logística reversa,prosseguiu com a discussão junto aos setores empresariais, tendo estabelecido Termo de Compromisso de Logística Reversa-TCLR para Embalagens em geral com Instituto Rever e 53 associações e sindicatos. A Decisão de Diretoria n° 127/2021/P estabeleceu procedimento para demonstração do cumprimento da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental, a partir de janeiro. O Termo de Doação assinado com a Green Platforms em 2021, de serviços destinados ao Sistema de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos-SIGOR, disponibilizou o Módulo de Logística Reversa para cadastro de planos de logística reversa. Mais de 5.701 empresas situadas noestado de São Paulo participam de sistemas de logística reversa cadastrados no SIGOR. O Termo também permitiu desenvolver a nova versão do Módulo de Construção Civil, disponibilizada em outubro. Esse módulo está implantado em 14 municípios paulistas: Bertioga, Bragança Paulista, Catanduva, Cubatão, Guarujá, Indaiatuba, Itapeva, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São Vicente, Sertãozinho e Sorocaba. O Sistema conta com o cadastro de 1.765 geradores, 1.701 obras, 1.549 Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos-PGRS, 249 transportadores, 132 áreas de destino e 8.555 usuários. Desde o início da operação, foram emitidos34.958 Controle de Transporte de Resíduos-CTRs rastreados com baixa em destinos licenciados. OSIGOR MTR, que controla os resíduos gerados no estado de São Paulo desde sua origem até a destinação final, conta com mais de 84 mil empresas cadastradas, mais de 5,2 milhões de Manifestode Transporte de Resíduos-MTRs emitidos com baixa em destinos licenciados e 100 mil usuários externos. Nas Câmaras Ambientais, inseridas no CETESB de Portas Abertas, importantes produtosmerecem destaque: a revisão da 3ª edição do Manual de Áreas Contaminadas, com novos capítulose na versão digital; o Procedimento Técnico para a Aplicação de Resíduos Gerados nas Usinas de Produção de Etanol e Açúcar e para o Licenciamento de Pátios de Mistura de Resíduos; o Guia Técnico para Extensão do Uso de Produtos Químicos com Prazo de Validade Vencido; e o Plano deGerenciamento de Resíduos Sólidos. Realce para a Câmara de Mudanças Climáticas, que, em conjunto com os entes do Acordo Ambiental São Paulo, apoia a consolidação da base técnica para apoiar o desenvolvimento do Acordo Ambiental São Paulo. O Acordo Ambiental São Paulo tem como objetivo principal incentivar empresas e associações paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissão de gases de efeito estufa-GEE, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 1,5ºC, realçando o protagonismo do Estado com a agenda climática. Destacaram- se as publicações: Nota Técnica 01 - Quantificação e Relato de Emissões de Gases de Efeito Estufa;o livro 91 Cases de Sucesso na Agenda Climática, produto da Câmara de Mudanças Climáticas, lançado em evento durante a 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas-COP27, quando também se realizaram dois eventos paralelos em parceria com inúmeras entidades; a Nota Técnica 02 - Contribuições para a definição de metas de redução de emissões e paracompensação de emissões de GEE, a ser lançado em dezembro. O sucesso do Acordo é visível, contando com 1.661 aderentes em outubro. Foi assinado o Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA para atuação como Observador Internacional do Acordo Ambiental São Paulo, e foram registradas as adesões dos Consulados da França e do Chile. Foram capacitados cerca de 80 dos 120 municípios que compõem o Acordo, nas capacitações realizadas, com participação de pesquisadores do IPCC e profissionais da CETESB. A CETESB promoveu evento sobre Justiça Climática, em parceria com o Consulado Americano, tema ainda incipiente no Brasil e muito discutido em âmbito internacional, reforçando o protagonismo do Estado. Realizou o curso de Educação Ambiental no contexto da Adaptação às Mudanças Climáticas, em parceria com a Câmara de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica daBaixada Santista-CBH-BS, que visa capacitar os representantes municipais, estaduais e da sociedadecivil a disseminar o tema às comunidades, para se engajarem e se prepararem para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Ainda na agenda do clima, foram recebidos cerca de 200 inventários de emissões de gases de efeito estufa-GEE, cumprindo a nova regra de envio de inventário de GEE que estendeu a obrigação de envio para 3 novos setores, além dos 28 já previstos. Na qualidade de Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes-POPs, em sinergia com as Convenções de Basileia, Roterdã Minamata e Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Produtos Químicos, em inglês Strategic Approach to International Chemicals Management-SAICM, a Companhia assiste tecnicamente aos países da América Latina e Caribe-GRULAC, com: treinamentos para apoio técnico ao GRULAC e países daÁfrica de língua portuguesa, com objetivo de aumentar as suas capacidades para atender as metas dos acordos multilaterais relativos a substâncias químicas e resíduos, em especial POPs, mercúrio, resíduos plásticos e produtos químicos de alta preocupação; desenvolvimento da plataforma Clearing-House Mechanism, em parceria com o Secretariado das Convenções; fortalecimento paraa adoção de políticas de segurança química, por meio do aumento da capacidade institucional paragestão de substâncias químicas, em cooperação com a Agência de Produtos Químicos da Suécia- KemI, para seminários e cursos; promoção da gestão para o enfrentamento da poluição do lixo marinho no Brasil e na América Latina, em parceria com Instituto Oceanográfico da USP-IOUSP eparticipação no Grupo de Trabalho do Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo noMar, em cooperação com a SIMA; Pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição- FECOP foram assinados 105 contratos com municípios, consórcios e proprietários de Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPNs, no valor total de R$ 104,8 milhões, para a execução de projetos voltados à melhoria da gestão ambiental no estado. No escopo do Projeto de Capacitação Técnica e Representação Institucional para a CETESB, foram apoiados 31 treinamentos. Com vistasà internalização e à difusão do Programa de Integridade, foi realizado a capacitação sobre o Códigode Conduta e Integridade da CETESB aos aprendizes e estagiários. Foi realizado, também, o cursode aprimoramento de Auditoria Interna para representantes das diretorias e parte do corpo gerencial.Foram divulgadas a Política de Transação com Partes Relacionadas, a Política de Segurança da Informação e a Política de Privacidade-https://cetesb.sp.gov.br/. De novembro/2021 a novembro/2022, foram redigidas 110 matérias para o site e intranet, matérias especiais para revistasdo setor ambiental e centenas de avisos de pauta distribuídos para imprensa nacional. Foram realizadas 20 coberturas de eventos presenciais, além da cobertura de 90 lives, possibilitando uma crescente difusão do conhecimento aos internautas. As lives foram transmitidas pelo youtube.com/cetesboficial e facebook.com/CetesbSP, proporcionando um crescimento de seguidores nas redes sociais. Houve um ganho de 41.388 seguidores no LinkedIn; chegou-se a 10.200 seguidores no Instagram; 16.887 seguidores no Facebook e o canal do Youtube ganhou 4.761inscritos. Diretoria de Gestão Corporativa - Foi iniciado o programa de capacitação do corpo funcional para Atendimento ao Cliente. Em relação à sustentabilidade, a CETESB instalou um sistema de geração de energia solar fotovoltaica de grande porte na Sede, uma usina de geração de energia no complexo de São Bernardo do Campo e em mais 5 Agências Ambientais, totalizando 12 Agências providas com esse sistema. Esse conjunto de unidades passa a ter capacidade nominal de 1,2 MWp, com expectativa de geração anual de 1,65 MWh. O sistema, durante sua vida útil, irá gerar uma economia total de R$ 19 milhões. Foi concluída mais uma etapa das obras do Sistema deCaptação de Águas Pluviais, ofertando aumento da capacidade do sistema que permitirá reduzir o consumo de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

3.500 m³ de água potável por ano. Ainda em relação à sustentabilidade, a CETESB substituiu os chillers do sistema central de ar condicionado do prédio 1 da Sede, que utiliza gás refrigerante r134-a, de menor impacto na camada de ozônio, com capacidade aumentada em 30% ede menor consumo de energia. Em consonância com o Programa SP sem Papel, durante a gestão 2019/2022, deixou de consumir 9,7 milhões de folhas de papel e reduziu 10 milhões de cópias reprográficas, em relação ao consumo anterior. Importante destacar a nova Política de Suprimentos, que tornou obrigatória e permanente a inserção no Cadastro de Produtos da CETESB de todos itensexistentes no Catálogo Socioambiental da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo-BEC que sejam passíveis de consumo pela Companhia, já tendo inserido 1005 produtos.Foram adquiridas 36 viaturas adequadas e/ou adaptadas para a coleta, monitoramento e fiscalizaçãoambiental, em substituição aos existentes com vida útil esgotada, sendo investido R$ 5,6 milhões. Foram importados diversos equipamentos com tecnologia atualizada para modernização dos Laboratórios da CETESB, com isenção de impostos de 52%, mediante credenciamento no CNPq, no montante de R$ 29,4 milhões. Em 2022 houve maiores investimentos na infraestrutura tecnológica da CETESB, com a compra de 1.357 computadores, sendo 1.201 notebooks, que, devidoà sua portabilidade, propiciaram um maior dinamismo na execução das atividades de campo. Também foram adquiridos 26 servidores para processamento dos sistemas da CETESB e gerenciamento da rede de dados, sendo um para o Data Center e 25 para as agências ambientais, e 45 firewalls, equipamentos de proteção, que bloqueiam a invasão de pessoas não autorizadas. Devem ser ressaltadas as entregas dos sistemas informatizados para o licenciamento ambiental, sendo o e-Sigor MTR, sistema para gerenciamento de resíduos sólidos; o Fontes Móveis, relativo àsmultas oriundas da fiscalização de fumaça preta; e a 1ª fase do e-cetesb, que será o sistema único daCompanhia para gestão de todo o licenciamento ambiental no estado, voltado aos públicos interno e externo. Destacaram-se as aquisições de licenças da Microsoft com a versão mais atual do pacoteOffice - Word, Excel, Power Point e Teams e a modernização do PABX da sede, sem atualizações desde 2004. Essa modernização transformou os ramais telefônicos de analógico para digital,melhorando a qualidade das chamadas de voz, e como principal benefício, a sobrevida aos equipamentos e a melhoria da comunicação. Um marco na modernização de equipamentos foi a aquisição de 22 drones e a capacitação de 44 empregados para operá-los, inclusive nos atendimentosàs emergências químicas. A ferramenta proporcionará maior dinamismo ao trabalho da fiscalização,permitindo a captação de imagens aéreas em alta resolução, com acesso às áreas remotas e proporcionando mais segurança às equipes. Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental - entrejaneiro e outubro, foram emitidas 17.270 licenças ambientais, incluindo Pareceres Técnicos do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo-GRAPROHAB; 3.078 autorizações para supressão da vegetação nativa, corte de árvore isolada ou intervenção em área de preservação permanente; 230 alvarás para empreendimentos em área de proteção aos mananciais; 151 Certificados de Dispensa de Licenciamento e 1.065 Pareceres Técnicos - não incluídos Pareceres Técnicos GRAPROHAB. Foram indeferidas e arquivadas 1.694 solicitações de Licença e de Parecer Técnico GRAPROHAB; firmados 1.417 Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental - TCRAs e averbadas 127 Reservas Legais. Com a adoção do licenciamento ambiental simplificado por meio do Via Rápida Ambiental-VRA, foram emitidas 3.302 licenças ambientais, 11.638 autorizações e 14.481 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento-DAIL. Foram mantidas as ações de controle em relação à disposição dos resíduos sólidos domiciliares, principalmente nos municípios cujo Índice de Qualidade de Resíduos no Estado-IQR é considerado inadequado, com a intensificação das ações de orientação aos gestores municipais e aplicação de sanções, quando necessário, tendo sido realizadas 839 inspeções e aplicadas 131 penalidades, além da interdição de 4 aterros de resíduos sólidos urbanos. As ações de controle de poluição, incluindo licenciamento e fiscalização ambiental, contribuíram para ampliação do tratamento de esgoto doméstico no estado, com redução do número de municípios sem tratamento de 38 para 36-informação referente a 2021, realização de 779 inspeções a sistemas de tratamento de esgotos, e aplicação de 59 advertências e 32 multas. Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental -quanto aos licenciamentos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental-AIA, entre janeiro e outubro foram finalizados 160 pedidos, dentre estes, emitidas 124 licenças, destacando-se obras públicas de infraestrutura em transporte, energia e saneamento, gerando um investimento de R$ 5.940.524.807,31 no estado, estimando-se a geração de pelo menos 17.647 postos de trabalho. Foram analisadas 157 Consultas Prévias para definição do estudo ambiental para o licenciamento e 25 Termos de Referência, além de realizadas 927 inspeções, 421 reuniões com o público externo e participação em 13 Audiências Públicas. Foram emitidas 59 autorizações de supressão de vegetação,o que corresponde à autorização de 186,87 ha de supressão, que acarretou uma contrapartida de 685,10 ha de áreas a serem recuperadas, e também foi autorizada a supressão de 11.646 árvores isoladas e emitidos 48 TCRA. Foram também efetuados 172 atendimentos às solicitações do Ministério Público, e emitidos 1.485 pareceres que subsidiaram tecnicamente o licenciamento e as ações de fiscalização e controle da Companhia. No período, foi gerado o montante de R$ 6,5 milhões referente à Compensação Ambiental, cuja destinação é exclusivamente para as Unidades de Conservação-UCs. Quanto às atividades de apoio interno e externo sobre licenciamento e fiscalização, destaca-se o atendimento à 1.162 solicitações internas, a emissão de 381 Pareceres parasubsidiar a outorga emitida pelo DAEE e 260 Pareceres FECOP/FEHIDRO relacionados ao controlede poluição das águas e resíduos sólidos. Em relação às áreas contaminadas no estado, em outubro,tem-se o seguinte saldo: 1.472 áreas contaminadas em investigação ou com risco confirmado e 5.126áreas aptas para o uso ou com medidas de intervenção aprovadas; tendo sido emitidos 654 pareceresde Gerenciamento de Áreas Contaminadas. Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental - merece destaque a manutenção do monitoramento do coronavírus 2 relacionado à SíndromeRespiratória Aguda Grave de Coronavírus-2 - SARS-CoV-2 em amostras de esgoto e águassuperficiais, com os objetivos de acompanhar o comportamento de disseminação do vírus e avaliartendências de sua circulação nas populações, apoiando a área da vigilância epidemiológica no combate à pandemia (https://cetesb.sp.gov.br/sars-cov-2/. Ainda na área de vigilância ambiental foiretomado o monitoramento de poliovírus em esgotos dos pontos de entrada no Estado - portos, aeroportos, estação rodoviária e áreas de risco de reintrodução da pólio - populações com baixa imunização, considerando o aumento significativo de casos globais associados ao poliovírus derivado vacinal - PVDV e o recebimento de refugiados de áreas endêmicas. Em relação às análisesambientais, foram realizadas cerca de 326 mil análises físicas, químicas, microbiológicas, hidrobiológicas, ecotoxicológicas e toxicológicas, 55% superior ao realizado em 2021. Foram iniciadas as obras de reforma e ampliação do laboratório de análises ambientais de Ribeirão Preto, como parte do Programa Canal Direto SP + Perto, coordenado pela Secretaria de DesenvolvimentoRegional. A rede automática de monitoramento da qualidade do ar contou, entre janeiro e outubro, com 63 estações no estado-29 na Região Metropolitana de São Paulo-RMSP, 6 no Litoral e 28 no Interior, e a rede manual com 22 pontos de amostragem. Foram divulgados os resultados de três estudos, dois dos quais avaliando os níveis de compostos orgânicos voláteis-COVs, poluentes com potenciais efeitos na saúde e precursores de ozônio: um realizado na estação de Pinheiros, analisando28 compostos e o outro efetuado nas estações Cerqueira César e Capuava, localizadas na RMSP, contemplando 35 compostos. O terceiro estudo avaliou os reflexos da pandemia de COVID-19 na poluição do ar na RMSP. A partir de janeiro, passaram a viger em São Paulo novos padrões de qualidade do ar, que foram definidos de forma pioneira em 2021.Para a avaliação da qualidade dosrecursos hídricos, a CETESB gerenciou diversas redes de monitoramento: o monitoramento das águas superficiais interiores, composto por: Rede Automática, com 19 estações distribuídas ao longo dos rios Tietê, Paraíba do Sul, Sorocaba e nos principais mananciais de abastecimento público da RMSP; Rede Básica, com 519 pontos distribuídos nas 22 UGRHIs do estado de São Paulo, monitorados trimestralmente; Rede de Balneabilidade de Praias Interiores, com 33 praias monitoradas, sendo 20 com frequência semanal e 13 com frequência mensal, por serem sistematicamente próprias. o monitoramento das Águas Subterrâneas, composto de 2 redes: Rede de Qualidade que, até o início de novembro, amostrou 313 poços, no 1º semestre, e 315 poços no 2º semestre distribuídos em todo o estado e a Rede Integrada de Qualidade e Quantidade, que executoua amostragem em 63 poços, distribuídos principalmente na porção oeste do estado; avaliação da qualidade dos sedimentos por meio da Rede de Sedimento composta por 21 pontos. O monitoramento das praias do Litoral, que contou no início de novembro com 167 pontos de amostragem nas praias de 15 municípios, além de 7 praias no Parque Estadual da Ilha Anchieta; ea Rede Costeira, que contou com 1 amostragem no ano em 69 pontos, em 21 áreas nos estuários e no Oceano Atlântico. Destaca-se ainda a publicação da Revisão dos Índices da Comunidade de Macroinvertebrados Bentônicos Aplicados aos Rios e Reservatórios do Estado de São Paulo, aprimorando o diagnóstico da qualidade ambiental dos recursos hídricos do Estado. No tema de emissões veiculares, efetuou ações de fiscalização de veículos diesel, contabilizando de janeiro a outubro, 87 ensaios de medição de opacidade, e 59 ensaios de verificação do insumo ARLA-32. Durante a Operação Inverno foram realizados cinco megacomandos de fiscalização de veículos diesel. Em cada um deles a ação se deu simultaneamente em diversos pontos do estado, entre 23 e 26 locais por megacomando, com o apoio da Polícia Militar Rodoviária e Ambiental e da Polícia Rodoviária Federal, sendo fiscalizados 156 mil veículos e autuados 1.918, por emissão excessiva de fumaça preta. A fiscalização rotineira de veículos diesel, com o uso da escala de Ringelmann, contabilizou 4.927 constatações de emissão de fumaça preta até outubro. Como Agente Técnico Conveniado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, entre janeiro e outubro, analisou 1.144 processos de homologação de veículos e motores novos, em atendimento ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores- PROCONVE e ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares- PROMOT. Na qualidade de Agente Técnico do FEHIDRO, entre janeiro e outubro, emitiu 49 pareceres de aprovação da viabilidade técnica de empreendimentos, no montante aproximado de R$34 milhões; e 202 pareceres de acompanhamento da implantação de empreendimentos e a liberaçãode parcelas dos recursos contratados, no valor aproximado de R$ 60 milhões. Em relação às emergências químicas, até outubro foram atendidas 231 ocorrências, relativas a transporte rodoviário, descarte de resíduos, indústrias, postos e sistemas retalhistas de combustíveis, transporte ferroviário, transporte por dutos, no armazenamento e em outras atividades, sendo o transporte rodoviário o principal responsável pela maioria das ocorrências-64%.

Assessoria Internacional - A Assessoria Internacional-AInt é o ponto focal para assuntos decunho internacional da SIMA, alinhando suas ações aos temas multilaterais e bilaterais, no contexto de agendas globais. Entre as atividades que desenvolve destaca-se: acompanhar a implementação dos Acordos e Convenções Internacionais no plano estadual, dando suporte a políticas municipais eregionais, visando o fomento e a construção de políticaspúblicas locais no Estado de São Paulo, nas áreas que competem à SIMA; internalização nas diferentes áreas da SIMA e em suas instituições vinculadas, das políticas globais de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e da Agenda 2030, com destaque para os ODS: estimular a cooperação técnica e científica com parceiros estrangeiros e a divulgação de oportunidades de capacitação e treinamento no exterior. Sua atuação no ano concentrou-se em: Cooperações Internacionais: Canadá: desenvolvimento do plano de ação implementando a cooperação técnica, inicialmente com técnicos, professores e pesquisadores do Water Institute - Universidadede Waterloo-Canadá, destacando a elaboração de projetos científicos, com apoio da AInt. IGC/USP e IPA/Geociências-Coordenação Técnica conjunta. Outros parceiros: IPA, UNIFESP, CHREA/USP, POLI/USP, IPT e Universidades de Hiroshima e Okayama. Culminando com a aprovação de projeto Temático junto à FAPESP, no valorde R$ 5 milhões. Produto da cooperação Projeto: SACRE/Soluções Integradas de Água para CidadesResilientes queobjetiva criar soluções híbridas hidroeconômicas que reduzam a vulnerabilidade no abastecimento em cidades e no campo e tratem áreas contaminadas, apartir do uso integrado de métodos clássicos einovadores de engenharia, gestão e técnicasbaseadas na natureza - link do documento: *Japão* - Província de Aichi: Memorando de Entendimentos assinado em 2018, com destaque para ações de promoção de Biodiversidade e a participação na rede GoLS, rededе acompanhamento das novas metas da CDB. Produto - programa de intercâmbio estudantil, com temas e equipes de jovens renovadas a cada ano-estamos iniciando a segunda turma: Iniciativa Satoyama. Estado de São Pauloaceito como Membro em julho. Comunidade de conhecimento e práticas focando desenvolver globalmente paisagens deprodução sócio ecológica, terrestres e marinhas. Promove estudos de caso,ações colegiadas para busca de soluções de problemas comuns e mobilização de recursos juntoa seusmembros. Situação atual: encaminhamento do primeiro estudo de caso paulista- REFLORESTA- SP. Estados Unidos - Consulado dos EUA em SP - parceria nas seguintes áreas: US Forest Service -Serviço Florestal dos Estados Unidos e a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB/SIMA – melhores práticas de combate a incêndios florestais. Alemanha - Convênio com GIZ -Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, assinado em 12 agosto de 2020 para cooperação técnica com o Governo do Estado de São Paulo, para o desenvolvimento de Planos em cumprimento aoDecreto 65.881/2021, em que o Estado de São Paulo, aderiu às Campanhas da ONU:Raceto Zero e Race to Resilience, e a SIMA está operacionalizando os compromissos que essas adesões implicam, na elaboração dos seguintes planos : Plano de Adaptação e Resiliência Climáticapara o Estado de São Paulo; PAC_2050 - Plano de Ação Climática Carbono Neutro 2050; SPIPA -Strategic Partnership for the Implementationof Paris Agreement - Apoio para revisão do Plano de Energia - PPE entrega de White Paper em julho; Projeto Municípios Paulistas Resilientes - PMPR Produtos: elaboração de Planos de Adaptação Climática municipais encerrado 20 abril de 2022, com a participação de 12 municípios e Plano Regional de Adaptação Climática na Baixada Santista - conclusão novembro. Global Environment Facility - Acordo de Cooperação Técnica firmado em 14/5/2020, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA, Fundação Florestal-FF e Fundação Parque Zoológico de São Paulo-FPZSP, com a organização da sociedade civil, Fundo Mundial para a Natureza - WWF-Brasil, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente-MMA, financiada pelo GEF. Produto - Projeto Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de extinção - GEF Pró-Espécies. Processo WBio, visa apoiar e monitorar projetos de governos locais e subnacionais,e parceiros, com vistas à implantação da CDB até 2030, dentro do Marco Global de Biodiversidade. Durante WBio2022, em junho deste ano, foi anunciado o Estado de SãoPaulo como parceiro oficial pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica-pormeio de Protocolo de Intenções, junto aos demais promotores. É composto por cincogrupos de trabalho permanente: Apoio à Governança-WG1, Cidades-WG2, Economiae Finanças-WG3, ÁreasProtegidas e Conectividade -WG4 e Ciência-WG5. Participação em Comissões/Comitês:Representação da SIMA na Comissão Estadual para os ODS, criada pelo Decreto 63.792, de 9/11/2018, como parte do Grupo de Apoio Técnico e ponto focal da Câmara Técnica Planeta; Coordenação do Comitê de Integração das Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável- CIPOG reorganizado pela Resolução SIMA nº 140 de 20/12/2021, criada com vistas à internalizaçãodas Políticas Globais para todas as áreas de abrangência da SIMA e conta com o apoio técnico de 3 dos Grupos de Trabalho: Mudanças Climáticas, Biodiversidade e dos ODS, formada por representantes das diversas áreas, com reuniões periódicas e que apresentaram como produtos: o documento Mudanças Climáticas: Balanço e Recomendações, Agenda 2030-Plano de Ação para Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no sistema Ambiental Paulistas; Representação da SIMA na Câmara Técnica de Mudanças Climáticas da ABEMA; Coordenação do projeto Municípios Paulistas Resilientes em cooperação com a GIZ; Comitê de Gestão do PAC.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA - Criado em 16/6/2021, a partir da união dos institutos centenários de Botânica, Florestal e Geológico, tem a missão de gerar e disseminar conhecimento sobre o meio físico, os ecossistemas, a biodiversidade e seu funcionamento. As ações implementadas pelo IPA são voltadas para o atendimento das necessidades atuais e futuras da sociedade e subsidiar a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SMA na condução sustentável do desenvolvimento em todo o território paulista e se desenvolvem em três unidades de pesquisa - Vila Mariana, Jardim Botânico e Horto Florestal, além dos pesquisadores que atuam diretamente nas Unidades de Conservação Estaduais. Áreas de atuação - Seus pesquisadores e técnicos atuam nos seguintes campos do conhecimento: conservação da biodiversidade; restauração ecológica e recuperação de áreas degradadas; uso sustentável dos recursos naturais; e geociências, gestão de riscos e monitoramento ambiental. Os resultados das pesquisas desenvolvidas e das parcerias estabelecidas pelo IPA subsidiam decisões governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas, com direcionamento de investimentos e elaboração de normativas em prol da conservaçãoe da proteção da biodiversidade. O IPA ainda desenvolve atividades de ensino por meio de seu programa de pós-graduação e demais cursos. E desenvolve atividades na área de tecnologia e inovação. O IPA é composto por uma Coordenadoria e três departamentos: Departamento Técnico Científico, Departamento de Tecnologia e Inovação e Departamento de Gestão do Conhecimento. A preocupação inicial neste primeiro ano e meio de trabalho foi no sentido de: institucionalizar o IPA, organizando e implantando seus órgãos colegiados previstos no Decreto 65.796/2021; fixar suas políticas de atuação - científica, de coleções, editorial, educacional etc.; organizar as atribuiçõesde pesquisas de seus servidores, designando suas áreas de atuação; promovendo a edição de normativas de diretrizes e a implantação das mesmas. Seguem as principais medidas adotadas do ponto de vista institucional: Conselho Científico: Portaria IPA nº 001/2021 - instituição do ConselhoCientífico, com designação de seus membros; e Portaria IPA nº 021/2022 - aprovação do Regimento Interno do Conselho Científico; Inovação e Tecnologia: Resolução SIMA nº 141/2021 - Aprova a Política de Propriedade Intelectual do Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; Portaria IPA n 002/2021- Instituição do Núcleo de Inovação Tecnológica-NIT; Portaria IPA nº 003/2021 - Estabelecimento do Regimento Interno do NIT; Portaria IPA nº 008/2022 - Instituição da Política de Inovação do IPA; Portaria IPA nº 009/2022 - Designação de gestor de acordo de cooperação com a FUNDEPAG; Portaria IPA nº 010/2022 - Designação de gestor de acordo de cooperação com a FUNDAG; Portaria IPA nº 012/2022 - Estabelecimento do Regimento Interno da Política de Inovação da Concessão de Bolsas de Estímuloà Inovação; Portaria IPA nº 022/2022 - regulamentando a participação dos inventores, autores ou criadores nos ganhos econômicos auferidos pelo IPA; Gestão do Conhecimento: Portaria IPA nº 001/2022 - Estabelecimento do regimento interno do Conselho Editorial; Portaria IPA nº 005/2022 - Designação dos membros do Conselho Editorial e seus membros; Portaria IPA nº 002/2022 - Estabelecimento do Regimento Interno da Comissão de Ensino e Extensão; Portaria IPA nº006/2022 - Implantação da Comissão de Ética e Biossegurança; Portaria IPA nº 017/2022 -Designação dos membros do Conselho de Ensino e Extensão; Portaria IPA nº 007/2021 - Designaçãoda Comissão de Pós-Graduação stricto sensu em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente; Portaria IPA nº 028/2022 - Designação de servidores para compor GT para implantação do curso de Pós- Graduação Lato Sensu; Gestão de Riscos: Portaria IPA nº 006/2021 - Designação de Grupo de Trabalho de Apoio Técnico, Assessoria e Atendimento Emergencial em Situações de Risco Geológico-Geotécnico de Escorregamentos em áreas abrangidas pelos Planos Preventivos; Portaria IPA nº 029/2022 - Designação de Grupo de Trabalho responsável pelo Plano de Ação do Programade Gestão de Risco e Desastres relacionados a Eventos Naturais, período 2022/2025. É importante afirmar que todas estas portarias foram implantadas, estando o IPA institucionalizado e em plena atividade no curto espaço de tempo de 16 meses. Diretrizes de Pesquisa Científica do IPA - Deliberação do Conselho Científico CC/IPA nº 007/2022: Uma das principais realizações deste período foi a aprovação de suas Diretrizes de Pesquisa. Na 9ª Reunião Ordinária do Conselho Científico, realizada em 8/4, foram fixadas as Diretrizes de Pesquisa do IPA, por meio da aprovação da Deliberação CC/IPA nº 007/2022, em atendimento ao inciso II do art. 43 do Dec. Est. nº 65.796,de 16/6/2021, visando subsidiar a elaboração e execução do Plano Institucional de Produção Técnico-Científica. Neste documento foram fixadas a Missão na área da pesquisa científica e os eixos temáticos prioritários. Desde sua instalação, o Conselho Científico do IPA realizou 15 reuniõesordinárias e duas extraordinárias, com o objetivo de analisar e julgar projetos de pesquisa desenvolvidos pelo corpo técnico do IPA e por instituições de pesquisa externas com projetos a serem desenvolvidos em áreas protegidas do SIEFLOR, ao todo, o Conselho Científico deliberou sobre 132 projetos de pesquisa. Entre os temas gerais relevantes de sua deliberação, incluem-se as Diretrizes de pesquisa científica, o Diagnóstico com demanda de vagas para futuro concurso e a designação de Curador Chefe e Curadores das coleções biológicas, geológicas e paleontológicas doIPA. Departamento Técnico Científico: As pesquisas desenvolvidas pelo IPA e coordenadas pelo seu Departamento Técnico Científico orientam a formulação e a execução da Política Estadual de Meio Ambiente. Entre outras aplicações, o conhecimento científico gerado apoia diretamente o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR na produção florestal, na proteção de espécies ameaçadas de extinção, no mapeamento e na mitigação de riscos em áreas geologicamente frágeis, na criação de novas áreas protegidas e na gestão de unidades de conservação paulistas. Sua estrutura de pesquisa e patrimônio científico incluindo laboratórios, coleções científicas, biológicas, geológicase paleontológicas, fornece suporte às pesquisas inovadoras e atende as demandas técnicas ecientíficas para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a construção do conhecimento científico. O IPA atuou em diversos fóruns de desenvolvimento de políticas públicase grupos de trabalho da SIMA, dentre outros: ICMS Ambiental; Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo; Programa REFLORESTA-SP; Programa BIOTA Síntese; PROCLIMA Programa de Adaptação Climática do Estado de São Paulo; Programa Municípios Paulistas Resilientes; Grupos de Trabalho de Biodiversidade e Clima; GT responsável pelo Plano de Ação doPrograma de Gestão de Risco e Desastres relacionados a Eventos Naturais; Agente técnico FEHIDRO, e Comitê Integrador dos Planos de Manejo. No Centro de Apoio Técnico Científico - CATC, é realizada a gestão de laboratórios, áreas experimentais, coleções científicas e geoprocessamento, em suporte a todo o corpo técnico do IPA. Foram destaques: Inauguração do Laboratório de Estudos Ambientais-LEA, primeira instalação caracterizada como laboratório multiusuário; Elaboração de normas de uso dos 18 laboratórios-biológicos, geológicos e hidrológicos; Organização e gerenciamento das 17 coleções científicas biológicas, geológicas e paleontológicas, incluindo nomeação de seus curadores, criação do Conselho de Curadores; e elaboração da Política de Coleções do IPA; Planejamento e reformas de novos espaços; e apoio paraa implantação da Plataforma de Gestão de Riscos na Unidade Vila Mariana. O Centro de Gestão dePesquisas - CGP é responsável pelo registro e gestão dos estudos desenvolvidos nas áreas protegidas do Sistema Ambiental Paulista e pelos projetos de pesquisa do corpo técnico do IPA, a partir da Plataforma CadGP Cadastro e Gestão de Pesquisas, uma poderosa ferramenta para a gestão do conhecimento implantada no Instituto. No presente momento, estão em desenvolvimento 344 projetos de pesquisa no Estado de São Paulo, sendo 62 projetos de pesquisadores do IPA e os demaisprojetos externos em Unidades de Conservação, todos analisados, aprovados e acompanhados peloConselho Científico. O Centro de Pesquisa - CP coordena todas as investigações institucionais, queresultou na publicação de 319 artigos científicos, em diversos meios de comunicação científica nacional e internacional e 17 livros, nos diversos campos do saber científico. Destaca-se a participação ativamente dos planos de manejo das unidades de conservação do SIEFLOR, incluindorelevante participação técnica na revisão do Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo das UC de proteção integral, APA e Florestas Estaduais; e Elaboração do Roteiro Metodológico para as UC de uso sustentável RESEX e RDS. O IPA participou no desenvolvimento de 23 planos de manejo de 9 Áreas de Proteção Ambiental, 5 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 2 Reservas Extrativistas, 2 Estações Ecológicas, e 5 Parques Estaduais. As áreas temáticas de atuação do IPA nos planos de manejo foram: caracterização e fragilidade dos solos, vegetação, uso da terra, fauna, geologia, geomorfologia, clima, perigo e risco, águas subterrâneas, zoneamento interno e externo às unidades, normatização das zonas e programas de gestão. Entre osprojetos de pesquisa, destacam-se: Campos naturais do estado de São Paulo: diagnóstico, manejo econservação-Projeto Temático FAPESP; Biota Síntese/FAPESP; PDIP Modernização e ampliação da infraestrutura de pesquisa científica do IG para subsidiar políticas públicas na área de Meio Ambiente-FAPESP nº 2017/50.336-6; PDIP Desafios para conservação da biodiversidade frente às mudanças climáticas: poluição e uso e ocupação do solo FAPESP nº 2017/50/351-0. Departamentode Tecnologia e Inovação: O Departamento de Tecnologia e Inovação - DTI, responsável pela implementação da política institucional da SIMA, nas áreas de biodiversidade, botânica, geociênciase ciências florestais, tem como missão a promoção de ambientes produtivos pelo incentivo à inovação, por meio de projetos e parcerias para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - PD&I. Em seu primeiro período de atividades, o DTI teve como foco principal a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, junto ao IPA, com base nas legislações brasileira e estadualsobre Inovação Tecnológica. Em sua estrutura organização, o DTI conta o Centro de Inovação Tecnológica-CIT e com o Núcleo de Apoio a Projetos e Parcerias -NAPP. Com o início de suas atividades a partir da edição da Portaria IPA nº 003/2021, o NIT realizou 12 reuniões desde sua instituição, e ocupa uma posição central na integração de ambientes produtivos internos e externos,gerando oportunidades e estímulo às ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de forma a atender as demandas socioambientais e suportar as políticas de meio ambiente por meio da inovação.O DTI promoveu a celebração de dois acordos de cooperação técnica em 22/02/2022, com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária-FUNDEPAG - Contrato AC 001/2022, e com a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola-FUNDAG - Contrato AC 002/2022. Foram estabelecidos três acordos de parcerias, em um total de R$ 1.655.055,13 de recursos PD&I contratados. Projetos: ID Madeira - Vigência: 4/2022 a 10/2022 - Interveniente: FUNDEPAG - Objetivo: desenvolvimento de aplicativo para aquisição de características. Parceiros: IPA, Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT, Sindicato do Comércio Atacadista de Madeira do Estado de São Paulo -SINDIMASP, Klabin S.A. Interveniente: FUNDEPAG - Melhoramento e Conservação de Germoplasma - Vigência: 3/2022 a 3/2027 - Interveniente: FUNDEPAG. Objetivo: Conservação de Bancos Ativos de Germoplasma arbóreo de rápido crescimento em áreas experimentais. Parceiros: IPA e Helmut Shuckar. Parcelas Permanentes - Vigência: 7/2022 a 6/2025 - Interveniente: FUNDEPAG. Objetivo: Pesquisas integradas visando a conservação e restauração ecológica na RPPN Parque Florestal São Marcelo, Mogi Guaçu. Parceiros: IPA e Sylvamo do Brasil Ltda. Neste mesmo período, o IPA foi contratado para prestação de serviços técnicos especializados em dois ajustes, em um total de R$ 157.035,95: Prefeitura de Mogi Mirim, para elaboração de cartas de suscetibilidade/perigo, aptidão à urbanização e revisão, complementação e atualização do mapeamento de áreas de risco e deslizamento, erosão e inundação; AgBiTech, estudos sobre plantas utilizadas na alimentação de adultos da mariposa Spodoptera frugiperda em agrossistemas do Brasil com base na análise de pólen. Também foram prestados serviços especializados por meio de ordem de serviço-suporte ao desenvolvimento tecnológico e de inovação do Laboratório de Palinologia; assessoria técnica em botânica e identificação de amostras vegetais; suporte ao desenvolvimento tecnológico e de inovação do Laboratório de Interação Atmosférica – Planta-LABIAP; e suporte ao desenvolvimento tecnológico e de inovação de Recuperação de Áreas degradadas. Departamento de Gestão do Conhecimento -DGC: tem como principal desafio estabelecer uma conexão entre a fonte geradora do conhecimento e a sociedade, por meio de processos objetivos e eficientes de gerenciamento, utilização, compartilhamento e divulgação das informações. O Centro de Ensino e Extensão - CENEX promove a capacitação de excelência, desenvolvendo soluções e metodologias de aprendizagem que contribuam para a formação profissional voltada para a solução de problemas relacionados às políticas públicas em meio ambiente. O CENEX é responsável pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente-Nível 5 - CAPES e contacom 33 docentes e 67 discentes-34 em nível de doutorado e 33 em nível de mestrado. Entre jan/2021e set/2022 os docentes do Programa publicaram 219 artigos em revistas indexadas; de junho/2021 a setembro/2022 foram defendidas 3 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado. No período, o programa concedeu 14 bolsas-5 da CAPES, incluindo uma bolsa Doutorado Sanduíche no Exterior;3 FAPESP; 5 CNPq e 1 bolsa Empresa. O Programa de Pós-Graduação do IPA se destaca por suas atividades de pesquisa e aulas práticas, que constituem verdadeiro diferencial para a formação de recursos humanos altamente especializados. Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se: atualização dos critérios de credenciamento de docentes na pós-graduação stricto sensu; propositura de implantação de quatro cursos de pós-graduação lato sensu-impactos ambientais e monitoramento; tecnologia e inovação aplicada à natureza; restauração ecológica; e agroecologia; prospecção de cursos de curta duração-capacitação; organização de dois seminários de iniciação científica; realização do I Simpósio de Integração do IPA; apoio à realização de eventos institucionais e promoção da cooperação interinstitucional de âmbito regional, nacional e internacional. O Centro de Gestão de Acervos - CGA, tem a atribuição de gerenciar, divulgar e promover o acesso aos acervos técnicos, históricos e culturais do IPA, com destaque para a reformae reinauguração da Biblioteca Unidade Horto Florestal-junho/2022; ações de higienização e restauro de acervos; concessão de Museus; elaboração de inventários dos acervos museológicos; e ações de conservação dos acervos arquivísticos e iconográficos. Deve-se dar destaque à contratação erealização do inventário do acervo do MUGEO. Com a atribuição de promover a difusão edivulgação do conhecimento, o Centro de Difusão e Divulgação do Conhecimento - CDDC, cumpriuum papel estratégico e substancial no planejamento e estruturação de plataformas para divulgação do conhecimento. Destacam-se: publicação das revistas institucionais Derbyana - e-ISSN 2764- 1465; Hoehnea - e-INSS 2236-8906; e Revista do Instituto Florestal - e-INSS 2178-5031, que totalizaram 86 artigos publicados em 2021 e 59 em 2022; criação e atualização do site institucional;e Divulgação das atividades e pesquisas do IPA; e elaboração de materiais de divulgação.

Coordenadoria de Parques E Parcerias - CPP - A Coordenadoria de Parques e Parcerias é responsável pela gestão dos seguintes Parques: Alberto Löfgren-Horto Florestal - Concessão atualmente responsável pela administração da área institucional, a partir de abril/22, Estadual do Belém Manoel Pitta, Jequitibá, Chácara da Baronesa, Dr. Fernando Costa - Água Branca -até setembro 2022-atualmente fiscalização da concessão, Ecológico Guarapiranga, Gabriel Chucre, Juventude - Dom Paulo Evaristo Arns, Várzea do Embu Guaçu - Professor Aziz Ab´Saber, Villa-Lobos, Candido Portinari-até setembro de 2022-atualmente fiscalização da concessão e do Projeto Pomar Urbano, Parque Estadual das Fontes do Ipiranga e pela gestão conjunta com o Departamento de Águas e Energia - DAEE do Parque Ecológico Tietê-núcleo Engenheiro Goulart e núcleos de lazer Itaim Biacica, Jacuí e Jardim Helena, em virtude de convênio celebrado no âmbito da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA. Os Parques Urbanos e o Parque Ecológico Tietê e núcleos de lazer receberam até o mês de novembro 13.969.356,00 milhões de visitantes. Até o final do exercício, está prevista a execução de R$ 82.440.444,00 na ação 5677- atividades nos parques urbanos para atendimento dos parques por meio de contratos voltados à conservação de áreas verdes, manutenção civil e predial, vigilância patrimonial, limpeza e monitoria ambiental; execução de R$ 23.599.267,00 na ação 4029 - manutenção e conservação de parques para o atendimento dos Núcleos de Lazer Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Jacuí e Jardim Helena, execução de R$ 1.000.327,00 na

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

ação 5063 - Gestão de Unidades de Conservação, execução de R$ 8.241.795,33 na ação 6180 oriundos de Compensação Ambiental - Lei 14.626. Dentre as principais ações realizadas, destacam-se: Aquisições realizadas: Esportivo-tabelas, traves, redes, academia ao ar livre - em andamento; Predial - motobombas, lâmpadas, tintas e argamassas, EPS; Recreativo - 11 Parquinhos balanço, gangorra, escorregador, casa com plataforma; Lazer e Estrutura - bancos, bicicletário, bebedouro; Itens de custeio - sabonete, papel higiênico e toalha, papelarias, assentos sanitários. Contrato de manutenção: As atividades exercidas no contrato de manutenção têm como objetivo promover melhorias na parte de serralheria, hidráulica, marcenaria, pintura, telhados e elétrica. Ata de Registro de Preço referente as reformas - manutenção e adequações dos seguintes Parques Urbanos: Jequitibá, Chácara da Baronesa, Embu-Guaçu, Jardim Helena, Juventude, Gabriel Chucre, Alberto Löfgren, Engenheiro Goulart, Fontes do Ipiranga. Parcerias realizadas: Doações: serviços de implantação de protótipo de calçada no Núcleo de Lazer Jardim Helena, com todo material incluso, doador Nelson Brissac; implantação do Parque Naturalizado doador instituto Alana; recebimento de uso da marca Parques de São Paulo - Descubra nossa Natureza e dos personagens criados pela Secretaria de Turismo e Viagens , doação de arte em grafite para o Parque Ecológico do Tietê-doador Raimundo Marcos de Matos - Convênios Termos de Cooperação: DAEE, prorrogação da vigência para 12 meses para a gestão compartilhada do Parque Ecológico do Tietê e Núcleos Biacica, Jardim Helena e Jacuí, aditivo do convênio do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim-Campinas/SP; aditivo termo de cooperação com a instituição Bola Dentro - Parque Gabriel Chucre - 54 eventos realizados-compartilhamentos de imóveis: imóvel localizado no parque da Juventude compartilhado com a Secretaria de Cultura Criativa para Programa SP Cultura e Criatividade nos Parques de São Paulo e o Programa de Difusão do Circo de Lona - Circo no Parque, imóvel inserido no Parque Estadual Alberto Löfgren - Horto Florestal, local Hospedaria compartilhado Fundação Florestal, imóvel restaurante inserido no parque da Juventude compartilhado com a Etec Juventude e Etec das artes-em andamento, Imóvel compartilhado Localizado no Parque da Juventude, denominado Galpão com a Secretaria de Administração Penitenciária-em andamento; Concessão e fiscalização de 4 Parques Estaduais: Parque Estadual Alberto Löfgren, Parque Villa Lobos, Parque Candido Portinari e Parque Água Branca; Ouvidorias respondidas: 432; Conselho de orientação ativos na maioria dos Parque; Elaboração dos Planos Diretores: em andamento: Chácara da Baronesa, Juventude.

Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP **-** A Sabesp prosseguiu no desenvolvimento de sua missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e meio ambiente, investindo cerca de R$ 3,6 bilhões, em moeda corrente, até setembro, para potencializar suas ações na efetivação de sua visão de futuro de ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente. Desempenho Operacional: A Sabesp opera atualmente-setembro de 2022, 375 municípios no Estado de São Paulo, abastecendo diretamente cerca de 27,9 milhões de paulistas e vendendo água tratada a outros dois municípios que operam seus sistemas. Além disso, cerca de 24,7 milhões de habitantes do Estado tem seus esgotos coletados. Com relação aos principais indicadores definidos no planejamento estratégico, as metas definidas para o ano e as realizações seguem na tabela abaixo:

Indicador	*Meta para 2022*	*Realização 2022*
Nº de Novas Ligações de água (ligações x 1.000)	192	154,5[1]
Nº de Novas Ligações de esgoto (ligações x 1.000)	220	187,1[1]
Atendimento em Água (%)	95	95[1]
Cobertura com abastecimento de água (%)	98	98[1]
Atendimento em coleta de esgoto (%)	86	85[1]
Cobertura com coleta de esgoto (%)	93	92[1]
Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto (%)	82	81[1]
Índice de Perdas por Ligação IPDt (litros/ligação x dia)	250	251[1]

(1) Valores referentes a setembro/2022.

Gestão Ambiental: A gestão ambiental na Sabesp integra a estratégia de negócio da empresa, pautadanas diretrizes de sua Política de Meio Ambiente, sendo baseada em dois pilares: a conformidade ambiental e a mudança da cultura ambiental, visando a melhoria do desempenho ambiental e a sustentabilidade, alinhados aos requisitos ESG e a gestão de riscos climáticos. Dentre os Programas Corporativos em andamento destacamos os seguintes: Implantação progressiva e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental-SGA em Estações de Tratamento de Esgotos-ETEs e Estações de Tratamento de Água-ETAs. A norma ISO 14001 é aplicada a um escopo limitado de estações certificadas e, para as demais estações é utilizado um modelo próprio-denominado SGA-Sabesp, semobjetivos de certificação. O SGA visa a conformidade ambiental, ampliação de práticas operacionaisambientalmente corretas, além de ações preventivas aos impactos no meio ambiente. Está presente atualmente em 558 estações-67% do total, sendo que 36 destas estão certificadas na ISO 14001. A perspectiva é implantar o SGA em todas as estações até 2024; Programa Corporativo de Obtenção eManutenção das Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção do Licenciamento Ambiental das ETEs, ETAs e Estações Elevatórias de Esgotos-EEEs, os quais têm possibilitado atender às exigências dos órgãos licenciadores, além de estruturar os processos para a renovação e manutenção desses documentos legais; Programa Corporativo de Regularização de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental-TCRAs, complantio e manutenção de um milhão de mudas de espécies nativas regionais no período de dez anos, para fazer frente às obrigações atuais, bem como às futuras compensações ambientais decorrentes da implantação de novos empreendimentos; Programa de Gestão da Representação Institucional nos Sistemas de Recursos Hídricos incluindo acompanhamento do processo de cobrança pelo uso da água, leis especificas e planos de bacia. A SABESP está representada nas plenárias e em câmaras técnicas nos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais, nos 4 Comitês Federais com abrangênciano Estado de São Paulo, além dos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; Programa Corporativo de Educação Ambiental - PEA Sabesp que busca conscientizar sobre o uso responsáveldos recursos hídricos, a importância do saneamento básico e o uso correto de sua estrutura. Integra atividades diversas naturezas como cursos e palestras para os públicos interno e externo, atividades de arte-educação, visitas monitoradas às ETEs e ETAs, plantio de árvores, entre outras. Conta com envolvimento da sociedade e parcerias com instituições de ensino, prefeituras, secretarias de estado e organizações não governamentais; Programa Sabesp 3Rs de gerenciamento de resíduos sólidos gerados em atividades administrativas, visando a minimização da geração, a reutilização e a destinação para reciclagem; Estratégia Climática Corporativa, organizada em duas frentes de atuação.A primeira busca a adaptação e resiliência aos eventos extremos, visando o aumento da segurança hídrica, e a outra, considera a gestão das emissões de GEE, por meio do Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que incluem inventários anuais de emissões e ações para a sua redução, a exemplo da otimização da operação das ETEs, ampliação do uso benéfico do biogás e dos lodos gerados e a utilização de fontes de energia renovável, incluindo intensificação deatividades de conservação e recomposição florestais. Programa Corporativo de ETEs Sustentáveis, visa a disseminação da cultura da sustentabilidade na Sabesp e a aplicação de tecnologias e práticas para transformar os subprodutos gerados nas estações-biogás, lodo e efluente, em recursos sustentáveis para uso benéfico com valor agregado para o mercado, considerando o seu aproveitamento energético. O Programa apresenta um sistema próprio de certificação, sendo que das41 unidades do programa, 11 encontram-se certificadas. As demais estações encontram-se em fase deestudos e de melhorias da infraestrutura, com previsão de ampliação do escopo do Programa nos próximos anos. Além dos Programas Corporativos de Gestão Ambiental, estão em desenvolvimentovárias iniciativas e projetos visando o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos serviços de saneamento. Como exemplo destacamos o Programa de Geração Distribuída de Energia Fotovoltaica, que tem previsão de implantar cerca 40 usinas fotovoltaicas, até 2023, totalizando potência de 60 MW - 4,5% do consumo total da Companhia, com 5 usinas já em operação. Merece também destaque os programas de uso racional da água e de reuso de efluentes, ações de proteção demananciais, manutenção de reservas florestais e viveiros de mudas e a busca de soluções sustentáveispara destinação final dos lodos gerados nos processos de tratamento. Relacionamento com clientes: No perene processo de aperfeiçoamento do relacionamento com seus clientes, sempre pautada na eficiência, inovação e acessibilidade, a Sabesp concluiu a implantação do seu novo sistema comerciale de relacionamento. A nova plataforma trouxe melhorias aos processos de faturamento, cobrança, gestão de serviços e ao atendimento em si. Houve também a implantação do WhatsApp Business, doChatbot, da nova URA e da Plataforma Omnichannel, que irá orquestrar a experiência do cliente e tornar os canais ainda mais integrados. Paralelamente, estão em andamento diversas melhorias nos canais de relacionamento já existentes, além do aumento nos serviços disponíveis nos canais digitais.A Sabesp também implementou diversas novidades para garantir um relacionamento totalmente acessível, dentre as quais destacamos a inclusão do plugin de acessibilidade, que possui tradutores virtuais em Libras e leitor de textos, e uma central de atendimento em Libras que funciona 24 horas por dia 7 dias na semana por telefone e vídeo chamada. Satisfação dos clientes: A Pesquisa da Experiência do Cliente, realizada em todos os canais visando aprimorar o relacionamento a partir domonitoramento da satisfação dos clientes em relação ao atendimento e execução de serviços, obteveaté outubro o índice de 85% de clientes satisfeitos. Contratualização com municípios: Continuando em seu esforço para renovação dos contratos de prestação de serviços de saneamento, a Sabesp, até julho/2020, assinou 342 contratos sob a Lei de Saneamento com municípios operados, sendo 304 Contratos de Programa/Prestação de serviços na Diretoria de Sistemas Regionais e 38 na Diretoria Metropolitana[1]. Novos Negócios: Prestação de Serviços de Água e/ou Esgotos em parceria: Um dosprincipais mecanismos para atender à crescente demanda do mercado de saneamento é a formação deSociedades de Propósito Específico-SPEs, que tem se mostrado um útil caminho para a universalização do saneamento no Estado de São Paulo, atraindo investimentos do setor privado e promovendo desenvolvimentos tecnológicos. A Sabesp participa de quatro SPEs na prestação de serviços de água e/ou esgotos: Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua em Mairinque e SESAMM em Mogi Mirim. Essas SPEs são associações com o setor privado e têm como forte objetivo acelerar o desenvolvimento do saneamento nos municípios paulistas. Em Mogi Mirim, a estação trata 90% de todo o esgoto sanitário gerado no município, com 97% de eficiência e atendendo100% de todos os parâmetros contratuais. Esse resultado contribui para melhoria na qualidade das águas dos Rios Mogi Mirim e Mogi Guaçu. O volume de efluente final reaproveitado na forma de reuso representa 94% de toda água consumida no processo. A estação de tratamento é certificada ISO9001 e ISO 50.001. Desde 2019 está em operação uma usina fotovoltaica para geração de energia elétrica, cuja capacidade foi ampliada em 2022 passando de 34% para 50% da demanda da ETE. Estaé a primeira ETE do Brasil a gerar energia solar para consumo operacional. Em Mairinque, a primeiraEstação de Tratamento de Esgoto-ETE do município iniciou operação em junho e atende 40% do volume de esgoto coletado no município. Em Andradina, a concessionária realizou um estudo de modelagem hidráulica resultando em uma melhor setorização do sistema de água, passando de 18 para 26 setores e com isso intensificando o combate a perdas. A companhia realizou investimentos para atingimento da meta de redução de perdas cujo índice atual é 25%, além da ampliação da reservação do sistema de abastecimento de água com automação e perfuração de novos poços. Em 2022 foi implantado um Centro de Controle Operacional para melhorar a eficiência do abastecimentono município. A empresa opera muito próxima da universalização de seus serviços, com índice de coleta de esgoto de 99%. Em Castilho, a empresa já atingiu a universalização dos serviços de água eesgoto e as obras realizadas atualmente são para manutenção dos indicadores operacionais e crescimento vegetativo. Foi implantado um Centro de Controle Operacional para melhorar a eficiência do abastecimento no município. Energia Elétrica: a Sabesp buscou ampliar a participaçãoneste segmento realizando Chamamento Público para seleção de parceiro para estudo e instalação deusinas fotovoltaicas sobre as lâminas d'água das represas. Inicialmente, a previsão é de que a SPE com o parceiro selecionado explore potenciais do sistema Cantareira por meio de usinas de pequenoporte-até 5 MW, ainda em 2023. A Sabesp também tem constituída, com parceiros privados, sociedade de propósito específico-SPE para aproveitamento do potencial hidrelétrico da ETA Guaraú-4,1 MW e Vertedouro Cascata-2,9 MW. A SPE celebrou um contrato de fornecimento de energia elétrica por um prazo de 20 anos com grande consumidor. Em decorrência de revisões nos planos executivos, as Centrais Geradoras Hidrelétricas-CGHs- Guaraú e Cascata tiveram suas previsões para início de operação comercial alteradas para dezembro/22 e abril/23, respectivamente. Produção e comercialização de Água de Reuso: A Sabesp participa do maior empreendimento para a produção de água de reuso na América do Sul e um dos maiores do mundo, o AQUAPOLO foi desenvolvido como uma solução para gestão hídrica das mudanças climáticas e fornece água de reuso para o Polo Petroquímico de Capuava e indústrias da Região do ABC Paulista. Projeto inovador e sustentável, pioneiro no Brasil, tem capacidade de produzir até 1.000 litros de água de reuso por segundo, utilizando os mais avançados processos tecnológicos existentes no tratamento de água e efluentes. Esse volume equivalente ao do abastecimento de uma cidade de 500 mil habitantes. A cada litro de água produzida em suas instalações, outro litro de água potável é economizado. Tratamento de Efluentes Não Domésticos: A Sabesp, juntamente com parceiro privado, oferece soluções em tratamento de efluentes não-domésticos para clientes públicos e privados e se destaca pelo emprego de tecnologias avançadas tanto no trabalho com os resíduos quanto na comunicação com os clientes. Este serviço é oferecido pela Attend Ambiental que conta atualmente com 6 linhas de tratamento, sendo 2 de tratamento físico e 4 de tratamento físico-químico, com capacidade total para 4,4 milhões m^3/ano. Tecnologia e inovação para destinação de resíduos a destinação final dos resíduos provenientes dos sistemas de tratamento de água e esgotos, tem sido uma das áreas de concentração de estudos e projetos em busca de soluções economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Destacam-se estudos e projetos para a melhoria do modelo integrado de recuperação de energia do lodo e seu aproveitamento como insumo agrícola, bem como iniciativas para secagem por irradiação solar e beneficiamento de biogás para uso veicular e produção de energia elétrica, entre outras alternativas. Soluções Ambientais: A Sabesp desenvolveu um pacote diferenciado de produtos e serviços direcionados às empresas que procuram utilizar melhor seus recursos hídricos, destacando-se como principais resultados em 2020.

Programa de Recebimentos de Esgotos Não-Domésticos-PREND: Para dar destino adequado aos efluentes resultantes de processos produtivos de empresas, a Sabesp, de forma indireta, disponibilizaestrutura adequada para o recebimento desses materiais recebidos via caminhão-tanque. Com esse fim, a Attend Ambiental, onde a Sabesp é acionista, possui uma central de pré-tratamento, cujo objetivo é enquadrar os efluentes de diversas atividades industriais, comerciais e de serviços aos padrões legais exigidos para lançamento na rede coletora da Sabesp. As instalações de recebimento da Attend dispõem de 36 baias de descarga com capacidade para receber até 611 caminhões por dia que equivalem a 12.360 m³. As empresas também podem conectar seus efluentes diretamente nas redes coletoras, desde que precedidos de um pré-tratamento, que é aprovado e monitorado pela Sabesp, de modo a garantir a eficiência de remoção da carga poluidora. Programa de Uso Racional da Água-PURA: O Programa do Uso Racional da Água-PURA é um conjunto de ações, que promove a redução no consumo de água do cliente, sem comprometer o conforto e a higiene do usuário no seu dia a dia. As intervenções do Programa são basicamente: pesquisa e correção de vazamentos em ramal

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

predial, reservatórios, pontos de consumo; substituição de aparelhos hidros sanitários por aparelhos de baixo consumo de água; campanha educacional visando estimular a redução do consumo de água, e gestão do consumo de água via IoT. O quadro abaixo apresenta anualmente, as quantidades de RGIs com o PURA, no período:

ANO	*2016*	*2017*	*2018*	*2019*	*2020*	*2021*	*2022[1]*
RGIs Cadastrados na tarifa	941	1.303	1.671	3.050	2.995	2.013	2.172

Valores referentes a setembro/2022.

A implantação do PURA nesses imóveis colabora para a postergação de investimentos em Sistemas de Água e Esgoto e ainda, propiciou uma conservação mensal de água tratada na rede pública de 162litros/segundo, suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 125 mil habitantes. Medição Individualizada: Resultados do programa até outubro de 2022, na RMSP: Condomínios Implantados:445; total de Ligações Individuais: 46.486; Condomínios atendidos desde o início do programa: 4.787. Investimentos: a Sabesp deve investir cerca de R$ 4,8 bilhões em recursos orçamentários-valor financeiro; não contábil. Estes investimentos estão focados nos Programas Estruturantes, cujos principais resultados estão descritos a seguir. Programa Metropolitano de Água: As medidas emergenciais que garantiram uma travessia sem o colapso do abastecimento durante o período mais crítico foram possíveis pela existência de um sistema de abastecimento robusto, que vem sendo estruturado há mais de duas décadas por meio do Programa Metropolitano de Água- PMA, implantado em meados da década de 90. A Companhia prevê investir aproximadamente R$ 355 milhões no PMA. O destaque é a execução da adutora Carapicuíba ligando os sistemas produtores São Lourenço e Cantareira e importantes obras no município de Mauá. Projeto Tietê: Instituído em 1992, o projeto tem como objetivo contribuir para a revitalização progressiva do rio Tietê e seus afluentes, na bacia hidrográfica do Alto Tietê, onde está inserida a RMSP, por meio da ampliação e otimização do sistema de coleta, transporte e tratamento de esgotos. Desde que foi iniciado, o projeto já levou coleta e tratamento de esgoto a mais de 11 milhões de pessoas na RMSP -contingente maior do que toda a população de países como a Suécia. Com investimentos de aproximadamente US$ 3,1 bilhões, por meio de financiamentos contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES e Caixa Econômica Federal, foram executados 1,8 milhão de ligações domiciliares de esgoto e instalados 4,5 mil quilômetros de interceptores, coletores-tronco e redes para coletar e transportar o esgoto da RMSP até as estações de tratamento. A capacidade instalada de tratamento foi triplicada, com a construção das ETEs ABC, Parque Novo Mundo e São Miguel e ampliação da ETE Barueri, maior estação da América do Sul e uma das maiores do mundo. Como resultado, a cobertura com rede de coleta de esgoto que atendia 70% da área urbanizada da RMSP, em 1992, saltou para mais de 90%, e o tratamento dos esgotos foi ampliado de 24% para 72% do volume coletado, até setembro de 2022. Em 2022, continuaram as ações de ampliação de coleta e afastamento de esgotos e melhoria e adequações no tratamento em toda área de atuação da RMSP. Estão previstos investimentos de aproximadamente R$ 851 milhões no Projeto Tietê. Onda Limpa: A universalização da coleta e tratamento de esgotos em toda a Baixada Santista deverá ser atingida até o final da próxima década, com efeitos positivos, também, na qualidade das águas das praias paulistas, sua balneabilidade e, consequentemente, na atividade turística dessa que é uma das regiões de maior crescimento no país atualmente. Os recursos têm origem na própria companhia, em empréstimos concedidos pela JICA, em recursos oriundos do FGTS e de financiamentos concedidos pelo BNDES e pela Caixa. Serão investidos aproximadamente R$ 123 milhões neste programa. Água no Litoral: O programa beneficia aproximadamente 3,1 milhões de pessoas, entre moradores e turistas que afluem à região, e tem a finalidade de aumentar o nível de confiabilidade dos sistemas de abastecimento de água da Baixada Santista, com a ampliação da capacidade de produção, destacando-se as obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Melvi em Praia Grande, beneficiando os demais municípios atendidos pelo Sistema Integrado da Baixada Santista. O investimento nesse programa será de aproximadamente R$ 124 milhões. Esgoto no Litoral: A universalização da coleta e tratamento de esgotos nos municípios da Baixada Santista, Litoral Norte e Litoral Sul deverá ser atingida até o final da próxima década, com efeitos positivos também sobre a qualidade das águas das praias paulistas e sua balneabilidade. Estão sendo realizadas obras de expansão do atendimento em Bertioga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, entre outros, com previsão de investimento de cerca de R$ 95 milhões. Programa de Água e Esgotos do Interior: A Sabesp opera em 334 municípios no interior do Estado de São Paulo, onde os serviços de abastecimento de água são considerados universalizados, realizando diversas ações para a garantia de abastecimento de água nos municípios operados no interior. Em 2022, somados estes dois programas estruturantes, estão sendo investidos aproximadamente R$ 362 milhões. Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água: Iniciado em 2009, o programa visa reduzir a perda de água por ligação de 436 litros-dezembro de 2008 para 268 litros diários por ligação até 2022. Em setembro, a perda de água verificada foi de 251 litros por ligação por dia. O programa conta com financiamento da JICA, da Caixa e do BNDES, além de recursos próprios, e tem previsão de investimento total de R$ 6,2 bilhões. Projeto Novo Rio Pinheiros: O projeto Novo Rio Pinheiros é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para despoluir o rio Pinheiros até final de 2022, da qual participam Sabesp, EMAE, Cetesb e DAEE sob coordenação da SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, além de outros órgãos estaduais. No âmbito Sabesp, trata-se de um conjunto de ações e empreendimento para retirada da carga de poluição por esgotos domésticos do rio Pinheiros, por meio da atuação em todas as sub-bacias dos seus principais afluentes que ainda tenham necessidade de intervenção como, por exemplo, de obras estruturantes - construção de redes e coletores de esgoto e ligação de imóveis não conectados às redes de esgotamento sanitário, evitando assim os despejos de esgoto doméstico nos afluentes do rio Pinheiros. Até setembro foram conectadas ao tratamento de esgoto aproximadamente 650 mil economias na bacia do rio Pinheiros. Em locais de ocupação informal, onde não é possível a implantação de infraestrutura de coleta e afastamento, haverá tratamento dos próprios corpos d'água por meio de estações locais de tratamento das águas. São previstos recursos da ordem de R$ 1,5 bilhão, em investimentos totais.

Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis - Energia Elétrica: A Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis - CEER participa do planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado, por meio de atuação junto aos órgãos setoriais e às concessionárias de energia elétrica. Segurança no fornecimento de energia elétrica: Participação no planejamento do sistema de transmissão que atende o Estado, junto aos grupos de estudo compostospelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, através do Grupo de Estudos da Transmissão São Paulo - GET/SP, coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética-EPE,no qual a Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis possui um representante indicado oficialmente e do Grupo de Transmissão São Paulo - GT/SP, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema-ONS. Estudos: Concluídos e/ou andamento - Atendimento à Região de Taubaté: Esse estudotem por objetivo definir reforços para atendimento à Região de Taubaté devido a aumento de cargasindustriais - concluído. Atendimento ao Litoral Paulista Definido a instalação de Banco de Baterias na SE Registro para no atendimento emergencial ao litoral sul, até que os empreendimentos estruturais entrem em operação - concluído. Atendimento à Região de Jaú: Esse estudo tem por objetivo atender a região de Jaú que sofre influência das Usinas Hidrelétricas do rio Tietê e das UTEs à biomassa da cana de açúcar da região - concluído. Reforço no atendimento à Região Central da cidade de São Paulo: Este estudo prevê, entre outras, a modernização da Subestação Centro, com e mudança da tensão de 230 kV para 345 kV e ampliação da Milton Fonasaro. As subestações atendem a região central da cidade de São Paulo e os reforços decorrem da ligação de consumidores tipo Data Centers; Avaliação da transformação 440/138 kV na SE Água Vermelha: Esse estudo prevê o reforço na transformação devido a implantação de Usinas Fotovoltaica na região - concluído. Avaliação da transformação 345/138 kV na SE Campinas: Esse estudo prevê o reforço na transformação para reforço no atendimento à Região Metropolitana de Campinas. Implantação de Empreendimentos de Reforço no Suprimento de Energia Elétrica ao Estado de São Paulo: Acompanhamento das obras e execução de ações necessárias para implantação dos principais empreendimentos de suprimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo. Os principais empreendimentos foram: Subestação Padre Manoel da Nóbrega 230/138/88 kV, linha de transmissão em circuito duplo 230 kV Henry Borden - Manoel da Nóbrega e a subestação Domênico Rangoni 345/138 kV: Empreendimentos para atendimento ao Litoral sul e norte de São Paulo. O acompanhamento desses empreendimentos foi retomado devido a repactuação do Contrato de Concessão feita pela ANEEL com a Concessionária de Transmissão proprietária das instalações. Foram realizadas reuniões periódicas com o empreendedor-ELTE, Elektro, CPFL, CETESB, ONS e EPE para o acompanhamento dos empreendimentos, previstos para 2024 - em andamento. Subestação São Miguel 345/88 kV: Empreendimento que tem por objetivo o reforço no atendimento à região Leste da RMSP - Região Metropolitana de São Paulo - em andamento. Subestação São Caetano 345/88 kV: Empreendimento que tem por objetivo o reforço no atendimento à região do ABCD e da região central da cidade de São Paulo - em andamento. Interações com órgãos do Governo Federal - Ações junto aos órgãos federais de planejamento, operação e regulador do setor elétrico - MME - Ministério de Minas e Energia, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, EPE - Empresa de Pesquisa Energética e ONS - Operador Nacional do Sistema, com o objetivo de acompanhar os assuntos institucionais que afetam o Estado de São Paulo. Os principais assuntos acompanhados foram: Participação junto ao ONS na elaboração do PAR/PEL - Plano de Ampliação e Reforços 2022/2026 do sistema elétrico do Estado de São Paulo; Participação no GT/SP - Grupo de Transmissão de São Paulo. Participação como representante do GESP no grupo coordenado pelo ONS de acompanhamento da situação operativa do sistema elétrico de suprimento de energia elétrica ao Estado ao Estado de São Paulo. Ações gerais e setoriais - Participação na elaboração do Plano Verão 2022/2023 de atendimento ao litoral com as concessionárias de transmissão-ISA CTEEP e de distribuição-EDP São Paulo, Elektro e CPFL Piratininga para o período de novembro/2022 a fevereiro/2023; Articulação junto à Cetesb no processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos de energia elétrica; ICMS Ambiental, Participação na elaboração do ICMS Ambiental com o fornecimento de informações de reservatórios para geração de energia elétrica; Emenda Parlamentar, Participação na viabilização da Emenda parlamentar 2020.089.18430, para implantação de energia fotovoltaica na Casa de São Vicente, entidade assistencial no município de Pirassununga - concluído; Consórcio Otimiza, Participação no projeto de Eficiência Energética, voltado à gestão integrada da energia em prédios públicos, para reduzir em 30 % os dispêndios do Governo do Estado de São Paulo - em andamento; Plano Estadual de Energia de Energia 2050 - Race to Zero: Participação na elaboração do Plano Estadual de Energia - Race to Zero, que foi contratado junto à Universidade de São Paulo que estabelecerá as ações que o estado terá que tomar para zerar as emissões de carbono até o ano de 2050 - em andamento; Plano Operativo - Eleições 2022: Participação no grupo de trabalho envolvendo o TRE - Tribunal Regional Eleitoral, ARSEP, Concessionárias de Distribuição e CTEEP, para estabelecimento do Plano Operativo - Atendimento de Energia Elétrica nas Eleições 2022; Eficiência Energética e Energias Renováveis - Acordo de Cooperação com a ABGD, celebração com a ABGD - Associação Brasileira de Geração Distribuída, visando a utilização da Carreta FV Itinerante, que contempla, a ampla divulgação do uso de fontes renováveis e geração de energia, em cidades do Estado de São Paulo, em especial na região do Vale do Ribeira. No ano a carreta percorreu cerca de 8 municípios, com participação de cerca de 100 pessoas. Esse Projeto foi um dos 3 projetos contemplados pelo Fundo - Future Fund oferecido pelo The Climate Group, dentre outros 15 projetos mundiais concorrentes, com aporte de US $ 10,000. Protocolo de Intenções com a ELEKTRO, Desenvolvimento de ações de Eficiência Energética em prédios públicos de cidades do Vale do Ribeira, com trocas lâmpadas por outras mais eficientes e de substituição de geladeiras em hospitais e postos de saúde da região, por outras específicas para armazenamento de vacinas; Convênio com a DESENVOLVE SP e a INVEST SP, celebração com a Desenvolve SP e INVEST SP visando mútua e ampla colaboração para a capacitação técnica e o financiamento de projetos que contemplem a implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública aos municípios paulistas, para atendimento da Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 414/2010, onde os ativos de Iluminação Pública que antes eram das distribuidoras de energia elétrica, passam a ficar sob a responsabilidade das Prefeituras. Ações de Eficiência Energética com a CPFL, Acompanhamento e apoio junto a CPFL para ações de Eficiência Energética em Hospitais Públicos e Privados do Estado de São Paulo com instalação de Usinas FotoVoltaicas, para diminuição dos gastos com contas de energia; Informações Energéticas: A execução de uma série de atividades realizadas teve como base a elaboração, sistematização e divulgação de informações energéticas por meio de levantamentos de dados, análises, tabulações de resultados e elaboração de uma série de documentos técnicos, além da responsabilidade pela atualização permanente do site da SIMA. Dentre as atividades realizadas, destacam-se: Anuário Energético por Municípios 2022 - ano base 2021: Relatório que contempla dados de consumo dos principais energéticos - eletricidade, gás canalizado, etanol hidratado e derivados de petróleo, dos 645 municípios paulistas e suas correspondentes emissões de CO_2; Balanço Energético do Estado de SP 2022 - ano base 2021: Relatório estatístico de energia, apresentado de forma cronológica e sequencial. Apresenta dados de oferta e demanda de energia por fonte e por setor, comercializados no Estado ao longo do período de um ano; Boletim Energético: Relatórios mensais sobre produção e consumo de eletricidade - geração, transmissão e distribuição, gás canalizado, derivados de petróleo e carga processada pelas refinarias de petróleo localizadas no Estado de São Paulo; Resumos Executivos - energia elétrica, energias renováveis e petróleo & gás: Relatórios bimestrais comparativos entre as atividades da Subsecretaria de Infraestrutura e suas correlatas de origem federal, destacando dados de oferta, demanda, índices de qualidade, tarifas, mapas, potenciais remanescentes de origem renovável, entre outros; Relatório sobre Áreas Inundadas 2022 - ano base 2021: Levantamento de municípios que possuam áreas inundadas decorrentes da formação de reservatórios destinados à geração de eletricidade, para estabelecimento por parte da Secretaria da Fazenda do Estado, de rateio na arrecadação do ICMS correspondente; Participação em GTs e Divulgação de Atividades - Participação em Grupos de Trabalho - GT Clima e GT Biodiversidade: Contribuições e encaminhamentos de diretrizes e ações ligadas a área energética para o Comitê de Integração de Políticas Globais de Sustentabilidade CIPOG, visando a atualização de medidas estabelecidas pela PEMC Política Estadual de Mudanças Climáticas.

Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE - A EMAE possui características que a tornam peculiar em relação às empresas do setor elétrico brasileiro, pois a maior parte de seus ativosestá localizada em áreas urbanas densamente povoadas, e são utilizados, de forma expressiva, para outros fins, como o abastecimento público, o saneamento, o controle de cheias e o lazer. A empresa é responsável pela operação de controle de enchentes do Rio Pinheiros e dos reservatórios Guarapiranga, Billings e Pirapora. Neste ano, a EMAE deu importantes passos para ampliar a sua capacidade de geração com o avanço no processo que levará à remotorização da PCH Edgard de Souza. Em 2022, a empresa obteve da ANEEL o Despacho de Adequabilidade do projeto, que altera a potência e arranjo de 12 MW para 18 MW. A Empresa deu continuidade aos projetos de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

empreendimentos fotovoltaicos flutuantes no reservatório Billings e, com os parceiros privados já selecionados, agora aguarda as devidas licenças para o início da implantação do empreendimento. Segue, abaixo, um resumo dos principais destaques - Contrato de Cessão de Direito de Uso de Área a Título Oneroso da Usina São Paulo de 11/11/2020 - A Usina São Paulo SPE S.A., empresa que firmou contrato com a EMAE para exploração comercial dos espaços da Usina Elevatória São Paulo, pagará à EMAE a outorga fixa total de R$ 280,05 milhões pela exploração comercial das áreas, além de parcela referente à outorga variável, em percentual que varia de 4% a 8% sobre o faturamento bruto do projeto que será desenvolvido nas áreas. Está sendo elaborado o projeto para revitalização da fachada do prédio da usina e implantação de áreas de lazer, entretenimento e negócios na cobertura e nas áreas adjacentes da usina. O projeto está em análise pela Prefeitura do Município de São Paulo e a empresa está aguardando alvará para início das obras. Está em andamento a execução de sondagens para realização do projeto executivo para construção das demais edificações. Implantação de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes no Reservatório Billings. Em prosseguimento ao compromisso assumido de desenvolver fontes alternativas e sustentáveis de geração de energia elétrica, a EMAE, com a publicação de chamadas públicas, selecionou potenciais parceiros para implantação de empreendimentos de geração de energia elétrica, a partir de fonte solar fotovoltaica flutuante no Reservatório Billings, de até 160 MW. Os parceiros já foram selecionados, estão sendo obtidas as pré-condições, como licenciamento ambiental, conexão elétrica, anuência da ANEEL e contrato com clientes, para formalização de Sociedades de Propósitos Específicos-SPEs. No aspecto econômico financeiro, até o 3º trimestre de 2022 a EMAE registrou a receita líquida de R$ 379,5 milhões, representando crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior e, ainda no 1º semestre, pagou R$ 20 milhões como remuneração aos seus acionistas. Geração de energia elétrica- Geração de energia elétrica - dados verificados até 30/11/2022.

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida (MW médios)				Diferença (%)
			2019	2020	2021	2022 até out.	2022/2021
UHE Henry Borden	889	121,4	198,2	120,4	48,4	65,3	34,8
Rasgão	24,8	11,63	10,9	13,1	13,2	14,0	6,1
Porto Góes	22	11,84	12,3	12,3	11,6	6,1	-47,1
Pirapora	25	17,17	11,4	15,2	16,5	13,4	-18,8
Total	**960,8**	**162,04**	**232,8**	**161,0**	**89,6**	**98,7**	**10,2**

Comercialização de energia

	(em R$ / milhões)			
Faturamento Comercial	2019	2020	2021	até out/2022
CCEE – RAG Cotas - Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão	404,03	427,58	440,54	389,28
ACR – Contratos no Ambiente de Contratação Regulado - PESA	35,58	36,84	38,57	34,95
ACL – Contratos no Ambiente de Contratação Livre	-	-	-	-
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - EMAE	0,18	0,12	0,31	0,02
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - PESA	1,75	2,57	6,64	0,38
Total	441,54	467,11	486,06	424,63

MODALIDADES DE VENDA		MW médios			
		2019	2020	2021	Até out/ 2022
ACR	COTAS - EMAE	144,87	144,87	144,87	144,87
ACR	CCEARS - PESA	16	16	16	16
ACL	CCEAL	-	-	-	-
TOTAL		160,87	160,87	160,87	160,87

Continua em andamento o contrato de Operação e Apoio à Manutenção com a Petrobras das unidades3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga, assinado em dezembro de 2020 e que tem o prazo de 48 meses. Serviços associados ao sistema hidroenergético: Balsas - operam em três pontos de travessiasno Reservatório Billings. O serviço é oferecido de forma ininterrupta e gratuita e, de janeiro a outubro,foram transportados cerca de 1,554 milhão de veículos e 1,554 milhão de pedestres.

	Número de Viagens	Número de Veículos	Número de Pedestres	Número de Passageiros nos Veículos
2018	191.588	1.399.253	2.668.824	-
2019	179.997	1.787.439	2.208.238	-
2020	179.967	1.825.441	1.669.545	-
2021	179.162	1.895.183	1.682.077	1.464.108
2022	146.728	1.554.588	1.554.588	4.663.764

- O número de passageiros nos veículos começou a ser registrado a partir de Outubro/2021.
- As informações referentes ao ano 2022 são até o mês de Outubro/2022.

Retirada de lixo e vegetação aquática do Canal Pinheiros: de janeiro a novembro, a EMAE retirou das grades das Usinas Pedreira e São Paulo 977,98 toneladas de lixo e vegetação aquática do rio. Retirada de lixo do Rio Tietê: também de janeiro a outubro, junto às usinas de Pirapora - 253,2 m³ ou101,28 toneladas, Usina Rasgão e Usina Porto Góes - 1236 m³ ou 494,4 toneladas, foram retirados 1489,2 m³ de lixo e vegetação aquática, o equivalente a 595,68 toneladas. Prestação de serviços paraterceiros: Contrato de operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda - córrego Água Espraiada, da Prefeitura de São Paulo: em novembro, foi assinado o 4º Termo Aditivoao contrato de prestação de serviços pela EMAE, por mais 12 meses. Contrato entre a EMAE e COMGÁS para permissão de uso do sistema de bonde funicular/guincho da máquina LIDGERWOOD para transporte de pessoal, equipamentos e material: novo contrato assinado e iniciado em junho, com prazo de 6 meses. Programa Novo Rio Pinheiros. Projeto do Governo do Estado de São Paulo com a participação da EMAE e com fornecimento de informações pertinentes as ações de responsabilidade de EMAE e que são de interesse para o projeto, à SIMA. Implantação de Usina Termelétrica. Empreendimento iniciado em 2015, a partir de Chamada Pública EMAE nº 01/2015, que selecionou parceiros para implantação de Usina Termelétrica de até 2,5GW em área da EMAE próxima a Usina Termelétrica Piratininga, com investimentos da ordem de R$ 8 bilhões e participação de 6,6% da EMAE no capital social. Foi obtida a Licença Prévia do empreendimento em 2017 e, em 2022, os direitos do Contrato de Investimento e do Contrato de Consórcio foram transferidos para a empresa EDGE Empresa de Geração de Energia S.A., para prosseguimento do empreendimento. A EMAE deu início ao Plano de Modernização das suas usinas hidrelétricas que tiveram a concessão prorrogada. Esse processo é de longo prazo, no entanto, os maiores investimentos devem ocorrer até 2028. Até 2025, aproximadamente R$ 800 milhões devem ser investidos gradativamente.

Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - GSTIC - No âmbito do GSTICforam executados os seguintes projetos: SIGAM - Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Site - https://infraestruturameioambiente.sp.gov.br e seus subdomínios - Desenvolvimento de novos sistemas e sites, sendo eles: SIGAM Core - Em 2022 continuaram a serem feitas mais correções e melhorias no SIGAM que atendem a todos os usuários, como integração com Active Directory dos usuários de órgãos vinculados à SIMA para autenticação com login e senha de rede, garantindo assim maior segurança e melhor gerenciamento da aplicação. Também foi feita integração com os Correios, de forma melhorar e facilitar a gestão de endereços, mitigando erros de cadastros para maior assertividade nas correspondências. COTEC/CadGP - Sistema de gestão da Comissão Técnico-Científica do IPA, para controle e acompanhamento dos conhecimentos científicos necessários à gestão, conservação e manejo de unidades de conservação do estado de São Paulo. O sistema recebeu novas funcionalidades como o cadastramento de pesquisas fora de áreas de conservação, além de acompanhamento financeiro destas pesquisas. Foram feitas também melhorias de usabilidade, assim como implementar novos controles e evitar erros de fluxo de sistema. FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Sistema para gestão de projetos do FEHIDRO, possibilitando o cadastramento de propostas, análise das mesmas, histórico de transações e acompanhamento financeiro de todos os projetos financiados pelo FEHIDRO. Foram feitas melhorias como a inclusão de um novo ator no sistema, o agente técnico externo para análises das propostas, para atender o novo contrato da CRHI, além de correções no sistema. CTE: Cadastro Técnico Estadual: Foram feitas correções nos serviços e correções nos cálculos das taxas, assim como melhorias na utilização do sistema. Integração SIGAM x e-CETESB: Integração do e-CETESB com SIGAM, de forma gerar processo de forma automatizada no SIGAM, e gerar documento no Eambiente-GED em desenvolvimento. Portal AIA - Melhorias e correções, de forma a melhorar o tempo de resposta do sistema e maior agilidade para atendimento ao cidadão. Melhorias nas integrações com a PAMB e Prodesp. Melhoria também no módulo de vistorias de forma a melhorar o suporte em operações de grande porte, como por exemplo, a operação CAIPORA. SACI - Sistema Ambiental de Cadastro de Imóveis: Com a transferência do CAR para a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, a SIMA necessitou ajustar seu sistema para que o mesmo possa fornecer informações para prosseguir com trâmites de demais sistemas, como SARE, Programa Nascentes e SIPAI. GEFAU - Sistema de controle de Fauna - Em 2022 o sistema passou por muitas melhorias possibilitando novos controles dos planteis. Assinatura digital: O módulo de assinatura foi atualizado e recebeu diversas correções e novas funcionalidades e também com maior integração entre SIGAM e e-ambiente-GED. CCA- Sistema de Gestão de Recursos da Câmara de Compensação Ambiental. Foi desenvolvido o sistema, e com isto a SIMA poderá ter maior controle dos dados e fazer as prestações de contas, sem utilizar exclusivamente de planilhas e e-mail. O Sistema receberá melhorias até meados de 2023, de forma facilitar o uso e maior controle aos usuários. Madeira - Sistema de gestão e acompanhamento das demandas relacionadas à madeira no estado de São Paulo. Sistema deve ser implantado até 15/12/2022. Painel de Outorga: De forma atender a uma determinação do Ministério Público, a SIMA disponibilizou um painel de visualização de status de todos os poços em SP, realizadas pelo DAEE, CETESB e Vigilância Sanitária, de forma a tornar pública e transparente a informação de situação de toda solicitação e manutenção de outorga dos poços do estado de São Paulo. NOVO SIGAM: por necessidade de atualização tecnológica, o SIGAM está sendo desenvolvido em nova plataforma, de forma acompanhar a evolução de mercado, manter atualizações de segurança da Microsoft e fornecer maiores possibilidades de funcionalidades aos usuários do sistema. Município Verde Azul: Inclusão de novas funcionalidades no sistema. SIGOR - Sistema de resíduos sólidos: Continuidade de desenvolvimento do sistema e conclusão em 2022, possibilitando comunicação e controle das prefeituras do estado de SP com a área responsável por esta reciclagem na SIMA. Licenciamento de Impacto: Correções e melhorias no módulo para ajustar o controle de atividades que cada empreendimento desenvolve, além de melhorias na emissão de guias, de acordo com o porte do empreendimento. Portal da SIMA: Adição/Atualização de Plugins e Atualização do Wordpress, além de demais adequações legais, como regras de exibição para período eleitoral e demais solicitações da área de comunicação da SIMA. Portal do CONSEMA - Melhorias e novas adequações para novo painel de votação. Site de Legislação - Site da SIMA - Permitir pesquisas de Resoluções da SIMA com vínculos de Decretos e Leis. E-Ambiente - Sistema para gerenciamento eletrônico de processos administrativos, que permite a autuação e tramitação tanto de processos digitais bem como a inclusão de peças processuais e o gerenciamento desses documentos. Em 2022 chegamos em: 770 Mil Processos digitais; 43,1 Milhões de folhas de papel economizadas, média de 56 por processo; R$ 5.1 Milhões de economia com material de escritório - Capa, papel, impressão e 1.3 Mil: média mensal de atendimentos da equipe de suporte. Período base: nov/22.

Departamento de Recursos Humanos - Promoção da carreira de Especialista Ambiental regulamentada pelo Decreto 63.721/2018 - já elaborados o Termo de Referência e contratação da entidade avaliadora - VUNESP, levantamento da metodologia e do conteúdo programático para a realização das provas referentes aos exercícios de 2015, 2017 e 2019. Publicação do Edital no DOE de 15/10 e retificado em 18/10/2021. Finalizadas as promoções de 2015 e 2017, a de 2019 ainda estáem andamento com a minuta de Edital em análise junto à Unidade Central de RH. Previsão de contratação da entidade organizadora das promoções de 2021 e 2023. Promoção por Antiguidade paraos integrantes da série de classes Assistente Agropecuário, Engenheiro e Engenheiro Agrônomo, nostermos do artigo 14 do Decreto Nº 42.250, de 23/9/97, alterado pelo Decreto Nº 42.419, de 04/11/97,referente ao exercício de 2022. Progressão dos servidores integrantes das classes abrangidas pela LC1080/2008, com finalização da Progressão 2019, 2020 e 2021. Promoção por Antiguidade, referenteao exercício de 2020, para as classes de Auxiliar, Agente, Oficial e Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica e Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica de que trata o artigo 9º da LC 661/91e LC 662/91 pertencentes aos antigos Instituto de Botânica, Florestal e Geológico. Promoção por Merecimento, referente ao exercício de 2019, para as classes de Auxiliar, Agente, Oficial e Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica e Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica de que trata o artigo 9º da LC 661/91e LC 662/91 pertencentes aos antigos Instituto de Botânica, Florestal e Geológico. Acesso da carreira de Pesquisadores Científicosreferente a 2020, com a elaboração de certidão de tempo, portaria final e concessão realizadas. Informatização de Processos com criação de fluxo no e-ambiente - sistema que trata da desmaterialização de processos, inclusive do registro de ponto mensal, reduzindo consideravelmenteo uso de papel, atendendo o Decreto 64.355/19 que instituiu o Programa SP Sem Papel. Implantaçãode novos fluxos no E-ambiente- Horário de estudante, Licença Gestante, Férias, Exoneração a pedido,Verificação de Pagamento e Licença para Tratar de Interesses particulares. Reorganização dos arquivos de Pessoal- organização dos arquivos em Barueri, Mogi Guaçu e nas sedes Vila Mariana, Horto e Jardim Botânico. Em atendimento a Lei 17.293/2020 que autorizou o Poder Executivo a promover a extinção da Fundação Parque Zoológico de São Paulo e a sub-rogação dos empregados que comporão quadro especial nesta Secretaria, estamos realizando a adequação e recebimento dos funcionários que serão sub-rogados e supervisão dos desligamentos. Participação no Grupo de Grupode Trabalho instituído pela Resolução SIMA Nº 086, de 23/9/2022, com o objetivo de readequação do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Elaboração de proposta de realização de concurso público e criação de cargos de comando-projeto de lei complementar.

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - A Fundação Florestal - FF é responsável pela gestão territorial e técnica de 151 áreas protegidas que somam cercade 4,7 milhões de hectares. Algumas das novas áreas se enquadram em categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e, portanto, constituem Unidades de Conservação - UC. Outras, que não são UCs, são Áreas Protegidas de Produção Florestal tais como as Estações Experimentais e algumas Florestas não caracterizadas legalmente em sua criação como Florestas Estaduais. É responsável pela gestão de 66 unidades de Proteção Integral - 34 Parques Estaduais, 25Estações Ecológicas, 3 Monumentos Naturais, 2 Reservas Biológicas e 02 Refúgios de Vida Silvestre; 53 de Uso Sustentável - 30 Áreas de Proteção Ambiental, 3 Áreas de Proteção Ambiental Marinha, 7 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 6 Florestas Estaduais, 2 Reservas Extrativistas e 5 Áreasde Relevante Interesse Ecológico e ainda 32 Áreas de Produção - 18 Estações Experimentais, 11 Florestas, 2 Viveiros Florestais e 1 Horto Florestal, totalizando 4,7 milhões hectares de áreas protegidas incidentes sobre os Biomas de Mata Atlântica, Cerrado e ecossistema marinho. Os Planosde Manejo - PM das UCs, em consonância com o planejamento aprovado pelo Comitê de Integraçãodos Planos de Manejo, até o final deste ano desenvolveu as seguintes ações: Aprovação de 4 PM, porinstrumento normativo: APA Marinha do Litoral Norte; EE Bananal; ARIE

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

São Sebastião e EE Ibicatu; Além disso, também, estão sendo trabalhados os seguintes produtos: Roteiro Metodológico para zoneamento de RDS e RESEX; Atualização do Roteiro Metodológico - 4 edição, disponível nosite da FF. No âmbito do Programa de Educação Ambiental, PEA-FF, as ações presenciais foram retomadas, com o atendimento de mais de 13.000 escolares em roteiros pedagógicos nas UC e palestras nas escolas. A equipe da Assessoria Técnica de EA integra dois projetos prioritários da FF.O primeiro é o Curso de Formação de Monitores Ambientais Autônomos, cujo primeiro módulo, emparceria com o Centro Paula Souza -CPS, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, jáestá disponibilizado para todos os públicos, na plataforma do CPS, no link: https://portalgeead.cps.sp.gov.br/mooc. O segundo é o Programa Abelhas Nativas, que preconiza a educação ambiental como estratégia de sensibilização sobre a importância dessas espécies nos diferentes biomas e comemorou o Dia Mundial das Abelhas, com *lives* que apresentaramas abelhas solitárias e os meliponários implantados nas UCs. Participa do projeto de pesquisa de EAnas UC, do Edital SIMA e Biota/FAPESP, que retomou as visitas nas UC e realizou um curso integrado ao Projeto USP Escola, com a formação de 165 professores, fortalecendo a relaçãopesquisadores, equipes das UCs e parceiros. Integra também fóruns de educação ambiental: Comitê de Integração, da SIMA e Comissão Interinstitucional, do Estado de São Paulo, em que o PEA é umadas referências na formulação do Programa Estadual de Educação Ambiental. Em 2022, os registrosde Fiscalização das equipes de proteção das Unidades de Conservação por meio de Relatórios de Vistoria Ambiental-RVA e Autos de Constatação de Infração Ambiental - ACIA, completaram seu primeiro ano de existência como documentos online, vinculados ao Sistema de Proteção Ambiental Integrada-Sipai, que alimenta automaticamente um banco de dados georreferenciados. Esses dados viabilizam denúncias qualificadas, instrumentalizando providências de órgãos de proteção ambiental,como a Secretaria de Segurança Pública. Adicionalmente, foram desenvolvidos painéis de controle gerencial para facilitar o feedback dessa série histórica de informações, oferecendo visualização instantânea, dinâmica e interativa de mapas temáticos, gráficos e detalhes de registro aos Agentes deFiscalização Ambiental, para análise dos vetores de pressão e direcionamento de respostas de Estado,com aporte racional de recursos. Em parceria com a Defesa Civil, a FF desenvolveu procedimento deavaliação de risco climático em áreas de Uso Público das UCs a partir de Boletins Meteorológicos. Com isso, tornou-se possível ter uma resposta mais rápida em casos de Cabeças d'Água, em que a precipitação elevada nas cabeceiras dos rios pode promover aumento repentino do volume da água em cachoeiras, rios e lagos. Este monitoramento, componente dos Sistemas de Gestão de Segurançados atrativos turísticos, permite a organização prévia das equipes locais, aumentando a capacidade deresposta diante de eventos climáticos extremos, bem como orientação aos visitantes e fechamento preventivo de atrativos por questões de segurança. A Operação Corta Fogo em sua fase vermelha, a mais crítica do ano, em que a estiagem se intensifica- junho a outubro, teve 81 ocorrências, sendo 24somente dentro de UCs, 51 somente no entorno, e 6 dentro e fora das unidades. Foram atingidos 7.117,87 ha no total, sendo 716,90 ha dentro e 6.400,96 ha no entorno. Cabe destacar que foram realizados 912 km de aceiros preventivos em UCs com áreas críticas, 23 treinamentos regionais em presenciais, para a capacitação de 694 brigadistas. Também foram contratados 54 bombeiros civis temporários para atuação em 7 polos regionais, bem como adquiridos 100 Kits de Equipamento de Proteção Individual e Uniformes para os funcionários públicos e 12 motobombas. Neste ano, devidoà estiagem ser menos severa, não foi necessário acionamento de aeronave de asa fixa para ações de combate em áreas remotas e de difícil acesso. Ressalte-se que os investimentos feitos pelo Estado de São Paulo contribuíram para mitigar os efeitos dessas ocorrências, evitando danos maiores. Sobre a agenda de Projetos de Conservação, foi dada continuidade e consolidação aos projetos: Projeto-Piloto de Monitoramento de Mamíferos de Médio e Grande Portes: Indicada como uma das linhas prioritárias de ação para 2022, o monitoramento de mamíferos terrestres de médio e grande porte é um instrumento amplamente utilizado para determinar padrões ecológicos que norteiam e subsidiam ações de proteção e preservação dos ecossistemas. O programa teve como objetivo tornar mais eficaz a gestão das Unidades de Conservação e servir como prova de conceito para o desenvolvimento de um Programa de Monitoramento da Biodiversidade nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. A partir do sucesso obtido no projeto-piloto e da disponibilidade orçamentária para monitorar outras UCs, iniciou-se a expansão para os Núcleos do PE Serra do Mar, Vale do Ribeira, Cantareira e UCs do Cerrado, totalizando 650.584,48 hectares: Repovoamento de Palmeira-Juçara: A juçara-*Euterpe edulis* é fonte de alimento para mais de 68 espécies, entre aves, mamíferos e insetos, desempenhando importante função ecológica na cadeia alimentar florestal, no processo de sucessão do ecossistema e na manutenção da Mata Atlântica. Por conta da extração ilegal do palmito da juçara ao longo dos anos, a espécie está em declínio e se encontra ameaçada de extinção. Com o objetivo de minimizar e até reverter o quadro atual da espécie, a FF criou o Programa de Conservação da Palmeira-Juçara. As ações de conservação que se limitavam à fiscalização da extração ilegal de palmito, passaram a ser focadas no repovoamento e no Pagamento por Serviço Ambiental-PSA. O repovoamento da espécie se dá por meio do plantio de toneladas de sementes no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral, com lanço por meio aéreo, seja por drone ou helicóptero, imitando a chuva de sementes realizada pela palmeira. No presente ano, já foram repovoados 236 hectares, sendo quatro no Vale do Ribeira e três em núcleos do Parque Estadual da Serra do Mar. Polinizadores - Conservação de Abelhas Nativas: O Programa Abelhas Nativas da FF propõe a conservação das abelhas nativas nos biomas presentes nas Unidades de Conservação, por meio de educação ambiental, divulgação de pesquisa, comunicação institucional e instalação de meliponários, coleção de colmeias de abelhas sem ferrão de vários tipos. A iniciativa busca também monitorar o efeito de defensivos agrícolas em colmeias de abelhas nativas no PE Vassununga e no PE Cantareira, unidades-piloto do programa. Até o momento, das 15 UCs que estão participando do programa, 13 já têm as autorizações do Setor de Gestão de Fauna da Sima, Gefau, e nove já possuem meliponários sendo instalados: APA do Carmo, Núcleos Padre Dória e Caraguatatuba do PESM, Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade-Feena, PE Jaraguá, PE Vassununga, PE Cantareira, Petar e Estação Ecológica Ribeirão Preto, totalizando 27 caixas racionais com oito espécies diferentes. Projeto-Piloto de Monitoramento e Controle do Javali: Com o objetivo de testar e avaliar a eficácia de métodos de monitoramento e controle de javalis com a utilização de diferentes modelos de armadilhas e equipamentos de monitoramento por imagem, o Projeto Piloto de Monitoramento e Controle de Javalis-Susscrofa foi implantado no Parque Estadual Vassununga - PEV, em Santa Rita do Passa Quatro, e na Estação Ecológica Jataí-EEJ, em Luiz Antônio. A iniciativa integra o Plano Estadual de Prevenção, Monitoramento e Controle do Javali do Estado de São Paulo -Resolução SAA/Sima 04/2020. Neste projeto piloto, foram instaladas 18 armadilhas fotográficas no PEV e 8 na EEJ. Já para a captura dos animais, foram utilizados cinco tipos de cercos com dois diferentes tipos de portas-guilhotina/franja, podendo ter acionamento remoto ou não e com diferentes tipos de monitoramento do cerco: com o uso de câmera IP, equipamento ideal para vigilância, armadilha fotográfica ou, ainda, sem monitoramento por imagem. Monitoramento e Conservação de Primatas: As populações de primatas têm diminuído ao longo do tempo. Efeito da perda de habitat, caça, isolamento geográfico, doenças e eventos extremos da natureza são ameaças sérias a estes animais. Algumas estimativas informam que 75% de todas as espécies do mundo encontram-se em declínio populacional. O programa, que teve início em 2020, formou aproximadamente 200 pessoas, entre funcionários e voluntários, para a atividade de monitoramento de primatas na natureza, com aulas teóricas e práticas. Com isso, cinco estações ecológicas e oito parques estaduais passaram a ser monitorados, totalizando uma área de amostragem de 506.089,28 hectares. Novas UCs deverão integrar o programa em 2023. Na linha de trabalho Criação de Unidades de Conservação, foram efetivadas as seguintes ações: Ampliação do Parque Estadual Carlos Botelho: ampliação efetivada pelo Decreto nº 66.820, de 6/6/2022; Desmembramento da Área de Proteção Ambiental-APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá, com a consequente criação da APA Cuesta Corumbataí, APA Cuesta Guarani e APA Cuesta Paranapanema: Elaboração e publicação de três relatórios técnicos das propostas; realização de consultas públicas; Publicação das resoluções SIMA sobre os procedimentos preparatórios da criação das unidades - resoluções números 103, 104 e 105 de 1/12/2022. Criação do Refúgio de Vida Silvestre Lobo-Guará e da Floresta Estadual Ibicuí, ambas no próprio estadual constituído pela Floresta de Cajuru. Atualização e publicação do relatório técnico da proposta; Realização de processo de divulgação e esclarecimentos sobre a proposta; Audiência Pública realizada em 7/12/22. Foram também reconhecidas pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, através do Programa Estadual de Apoio às Reserva Particulares do Patrimônio Natural 7 RPPNs situadas em várias regiões do Estado de São Paulo, perfazendo um total de 767,00950 hectares. Desse total 4 RPPNs já foram averbadas na matrícula do imóvel pelos seus proprietários, oficializando-as como unidades de conservação privadas. Atualmente, constam ainda 19 pedidos para reconhecimento de novas RPPNs na FF com área potencial para a proteção de cerca de 2.393,73 hectares. O projeto dos Parques-Modelo da Fundação Florestal entregou mais uma obra de revitalização total de uma área de Uso Público de uma Unidade de Conservação paulista, neste caso, o Parque Estadual Morro do Diabo - PEMD localizado na região do Pontal do Paranapanema, Oeste do Estado. As reformas e adequações somaram investimentos na ordem de grandeza de 6 milhões de reais, os quais foram capazes de conferir qualidade, funcionalidade e segurança a mais de 16 edificações, além das infraestruturas elétrica e hidráulica completamente refeitas. Ainda no que se refere aos benefícios oriundos deste contrato, foi reformulada a Trilha do Barreiro da Anta, um percurso acessível, elevado do solo, que permite a passagem e vivência dos visitantes em meio ao habitat natural do maior mamífero terrestre do Brasil que, não raramente, é visto hidratando-se nos acúmulos de água sob a passarela. Dentre as edificações citadas, a obra entregou a reforma integral de hospedaria, dois alojamentos de quartos familiares, centro de apoio às atividades de camping e caravanismo, edificação de apoio às atividades de pesquisa, centro de apoio às atividades da operação corta-fogo, museu e lanchonete, barracão de uso misto com apoio à gestão da UC, viveiro, guarita, quiosques e área de recreação infantil. Foram mais de 1.500 m² de espaços renovados para o correto desenvolvimento das atividades geridas pela FF, trazendo, também, a possibilidade de interesse de prováveis permissionários que possam operar equipamentos como a lanchonete e as hospedarias. Em consonância à entrega de equipamentos funcionais, todas as edificações tiveram seus sistemas de tratamento de efluentes refeitos, a partir de conjunto de biodigestores que atendem às legislações vigentes e requerem baixa manutenção. Um dos principais ganhos para a UC foi a reformulação de sua distribuição de energia elétrica que, apesar de ser cabeada e com apoio da concessionária local, já restava obsoleta e sem atendimento às normas vigentes. Foram mais de 50 postes refeitos e 1 quilômetro de cabos substituídos, valendo-se do mesmo encaminhamento para alimentação das edificações com fibra ótica, a fim de modernizar o sistema de dados do local. A entrega da revitalização do PEMD encerra um primeiro grupo de Parques-Modelo da Fundação Florestal, permeando as diversas regiões do Estado representadas pela obra do PE Ilha Anchieta, no Litoral Norte, PE Ilha do Cardoso, no Litoral Sul, PE Intervales, no Alto Paranapanema e PEMD no Interior Oeste. O Projeto Conexão Mata Atlântica-Projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços de Clima e Biodiversidade do Corredor Sudeste da Mata Atlântica, conta com recursos doados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente e abrange quatro unidades de conservação-UCs e entornos: APA São Francisco Xavier, EEc Bananal, PESM - Itariru e PESM - Santa Virgínia. Para melhorar a efetividade da gestão das UCs, o projeto investiu em veículos, equipamentos de comunicação e de informática, acessibilidade para visitantes, placas de sinalização e capacitação das equipes de funcionários, conselheiros e parceiros, totalizando investimentos de mais de 350 mil dólares. Os agricultores do entorno das UCs tiveram oportunidade de aditar seus contratos de PSA-pagamento por serviços ambientais, CERT-apoio à certificação e CVS-apoio a cadeias de valor sustentável, assim como as organizações de produtores rurais. São 273 contratos de PSA; 158 contratos de CERT com mais de 60% dos produtores certificados; 184 contratos de CVS e 7 contratos com organizações de produtores que totalizam cerca de 10 milhões de reais pagos diretamente aos agricultores. Os resultados indicam melhoria na efetividade da gestão das UCs e mais sustentabilidade-ambiental, econômica e social, nas áreas privadas atendidas pelo projeto. A competência para avaliação de impactos, emissão de licenças e autorizações ambientais é do órgão licenciador, a FF enquanto órgão gestor de unidade de conservação é interveniente no Licenciamento Ambiental, conforme previsto na Resolução CONAMA n° 428/2010 cabendo manifestação sobre os impactos aos atributos devidamente fundamentada nos instrumentos legais da UC e no seu Plano de Manejo. Até novembro contabilizou-se 891 demandas relacionadas a licenciamento ambiental das quais, 13 refere-se a Estudo de Impactos Ambientais-EIA/RIMA de grandes empreendimentos que interferem de forma direta ou indireta nos atributos das UCs e nas funções ecossistêmicas. Além destes, 5 solicitações de contribuição para compor Termo de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e 18 são Relatórios Ambiental Preliminares - RAP, as demais demandas referem-se a acompanhamento do atendimento de condicionantes e empreendimentos considerados de baixo potencial de impacto. No tema Recuperação Ambiental e/ou restauração florestal nas UCs a FF disponibilizou para execução de projetos 736 hectares no Banco de Áreas do Programa Nascentes localizados em 12 unidades de conservação de domínio público. Neste mesmo período foram aprovados 9 projetos de restauração dentro das UCs, totalizando área de 370 hectares. Também se buscou recursos junto ao FEHIDRO onde conseguiu recursos para executar projeto de restauração ecológica em área de 14,5 hectares na microbacia do córrego pedregulho, situada no Parque Estadual Furnas do Bom Jesus, município de Pedregulho-SP. Também, no Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição-FECOP no âmbito do Programa Refloresta-SP que está executando o projeto de restauração ecológica em 142,9 hectares no Parque Estadual do Rio do Peixe, no município de Ouro Verde-SP, resultado de um força-tarefa promovida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente envolvendo Fundação Florestal, Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade-CFB e Instituto de Pesquisas Ambientais-IPA que em conjunto elaboraram 5 projetos de restauração ecológica em UCs abrangendo área de 903 hectares. Em relação ao assunto Regularização Fundiária a FF, de forma pioneira, ampliou - Decreto Estadual 66.820/2022 o Parque Estadual de Carlos Botelho em 1.197,03 hectares por meio da alienação ao Estado de São Paulo do imóvel Fazenda Ribeirão da Serra. O imóvel foi alienado ao Estado de São Paulo para compensação ambiental de reserva legal com a condição de ocorresse a sua incorporação ao Parque Estadual de Carlos Botelho.Com relação ao contrato de georreferenciamento de 20 unidades de conservação, a FF conclui o georreferenciamento de 21.676,46 hectares, restando ainda a conclusão de 43.678,43 hectares.

Coordenadoria de Saneamento - CSAN - Programa Água é Vida - foi criado em 2011 e tem como objetivo a execução de obras e/ou serviços de infraestrutura, instalações operacionais e/ou equipamentos, destinados à melhoria das condições de saneamento básico, em localidades de pequenoporte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda, mediante convênios firmados entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SIMA e os Municípios paulistas. As instalaçõesfinanciadas, fossas sépticas individuais - USI´s - Unidades Sanitárias Individuais, poços profundos ehidrômetros, buscam a universalização do acesso aos serviços e ações de saneamento básico,preservação do meio ambiente, bem como, a melhoria da qualidade de vida e da saúde da populaçãode baixa renda nas localidades de pequeno porte. Celebramos no primeiro semestre, 10 convênios com o municípios de Campina do Monte Alegre, Sete Barras, Pedro do Toledo, Iporanga, Eldorado, Barra do Turvo, Barra do Chapéu e Ribeira com investimento de R$ 12.743,075,00 beneficiando 6.992 habitantes com a instalação de1 poço tubular profundo, 1.207 USI´s, 19 PEV's e 217 UCF's. Programa SANEBASE - Instituído pelo Decreto nº 52.336 de 7/11/2007, tem como objetivo transferirrecursos financeiros para a execução de obras e/ou serviços de saneamento básico,

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

mediante convênios firmados entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SIMA, com a interveniência da SABESP na qualidade de órgão técnico do Programa, e os Municípios cujos sistemas de água e esgoto são operados diretamente pela Prefeitura Municipal ou por intermédio de autarquias municipais-serviços autônomos. Celebramos 16 convênios com os municípios de Aramina, Américo Brasiliense, Sales de Oliveira, Morro Agudo Barrinha, Parisi, Lençois Paulista Lindóia, Guaimbé, Macaubal, Ipeúna, Martinópolis, Leme, Rincão e Braún e previsão para assinatura de convênio com o município de Murutinga do Sul. Programa CSAN - emendas LOA e emendas impositivas - Para atendimento de Emendas Impositivas, Demandas Parlamentares e Emendas LOA na área de saneamento, a CSAN celebrou 6 convênios com os municípios de Américo Brasiliense, Guareí, Itaberá, Rio das Pedras, Bálsamo e Areiras, totalizando mais de R$ 750 mil. Programa Água Limpa: O Programa Água Limpa, criado no ano de 2005, objetiva a execução de projetos e obras de afastamento e tratamento de esgoto sanitário. A partir de 2018, o programa ganhou uma nova forma de financiamento: em parceria com a Desenvolve-SP, criou-se uma linha de financiamento específica para que as prefeituras captem recursos para obras dos serviços de esgotamento sanitário, com os juros equalizados por recursos do Tesouro Estadual em até 100% do valor. Atualmente são 8 contratos vigentes entre a Desenvolve-SP e as Prefeituras de Descalvado, Itapira, Pedreira, Pitangueiras, Monte Azul Paulista, Taquaritinga e Rio das Pedras no valor aproximado de R$ 30 milhões. A Desenvolve-SP apresentou demanda de aproximadamente 50 projetos para a Linha de Crédito Água Limpa. Programa PRÓ-CONEXÃO - O Programa Pró Conexão - Se Liga na Rede da Sabesp, a partir de setembro de 2012, foi instituído com o objetivo de subsidiar diretamente as famílias de baixa renda, residentes em municípios operados pela Sabesp, que não dispõem de recursos para realizarem as obras de adequação interna das suas moradias para conexão à rede pública de coleta de esgotos e encaminhamento para tratamento. O desenvolvimento do programa envolve o trabalho conjunto da SIMA e da Secretaria de Fazenda e Planejamento - SFP, cabendo a ambas as Pastas o reembolso de 80% das despesas efetuadas pela Sabesp para a execução dos serviços, objeto do programa. CONESAN - Conselho Estadual de Saneamento - é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, de nível estratégico para a definição e implementação da política de saneamento básico do Estado, com a organização, a composição e o funcionamento estabelecido pelos artigos 39 e 40, da Lei Complementar nº 1.025, de 7/12/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 54.644/2009. O site do CONESAN foi remodelado e incluído no site da SIMA. Nele foi incluído um link para o SISAN e uma aba Planos de Saneamento Básico com os Planos Municipais, Regionais e Nacionais de Saneamento Básico, além dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, visando facilitar o acesso às informações e contribuindo para o exercício do controle social. Sistema de Informações de Saneamento do Estado de São Paulo - SISAN - possui os indicadores gerais de saneamento básico para os 645 municípios paulistas, as 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI´s e uma consolidação para o estado de São Paulo. O SISAN, disponível para consulta no site da SIMA www.sisan.sp.gov.br, está integrado com o site do CONESAN e disponibiliza os Planos Municipais, Regionais e Nacionais de Saneamento Básico, além dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos. Em 2022 fizemos a atualização anual dos dados e do acervo dos Planos Municipais e, iniciamos os estudos para reformulação da plataforma com um visual mais moderno e novos recursos para aprimorar a consulta e a facilidade de inclusão de informações. Programa de Apoio à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento - PMS - Em 21/9/2020, a SIMA contratou através de licitação o Consórcio Engecorps-Maubertec para a prestação de serviços profissionais especializados para revisar, atualizar e consolidar os planos específicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de municípios paulistas regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP. Em 2019, a SIMA e a ARSESP celebraram o convênio 0.01/2019, visando o apoio técnico aos municípios regulados e fiscalizados pela Agência na revisão dos planos específicos de saneamento básico, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei Federal 11.445/2007, buscando assim uma melhora desses serviços essenciais à população e que têm forte relação com a saúde pública , qualidade de vida e meio ambiente. Essa conjugação de esforços possibilitou ao Governo do Estado de São Paulo celebrar, por intermédio da SIMA, 237 convênios com municípios paulistas, os quais foram atualizados até novembro, os seus planos de saneamento para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando 5.897.059 habitantes com investimento de R$ 5,672 milhões. A data de entrega dos 237 Planos está em definição pela SIMA e ARSESP. Elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - PESB/SP - O Estado de São Paulo, por meio da SIMA, iniciou em 2019 os trabalhos para a elaboração do 1º Plano Estadual de Saneamento Básico de São Paulo - PESB/SP, contemplando os quatro serviços de saneamento básico-abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais. Indicador de Salubridade Ambiental – ISA - foi criado como ferramenta para subsidiar a elaboração do Relatório sobre a Situação de Salubridade Ambiental no Estado de São Paulo, documento exigido pela Lei Complementar 1.025/2007. Em 2022, foi publicado o 1º Relatório de Salubridade Ambiental do Estado de São Paulo. Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável – CIPOG - Constituído pela Resolução SIMA nº 33 de 14/5/2019, o CIPOG tem o objetivo de integrar as ações e projetos com as políticas globais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, visando ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas sustentáveis. A CSAN participa como membro do Comitê e tem representação no Grupo de Trabalho para internalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável -ODS, no âmbito do CIPOG. Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – CIRS - Com o objetivo de enfrentar os desafios do tema Resíduos Sólidos, focando na regionalização e em novas rotas tecnológicas para o tratamento de resíduos sólidos, foi instituído pela Resolução SIMA nº 12 de 22/2/2019 o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, com formação multisetorial alinhado à nova estrutura da SIMA, e com as seguintes atribuições: propiciar a articulação e aplicação integrada da legislação que institui e regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Estadual de Resíduos Sólidos; apoiar a Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos na execução do Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos; coordenar a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; apoiar a gestão municipal e regional de resíduos sólidos; apoiar medidas para adequar as instalações irregulares de disposição final de resíduos sólidos; incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias para a eliminação, diminuição, valoração, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos; apoiar a melhoria das atividades de coleta seletiva, reúso e reciclagem dos resíduos sólidos; fomentar a transição para uma economia circular. Comitê de Integração de Educação Ambiental – CIEA - A CSAN participa como membro do Comitê, instituído pela Resolução SMA 33 de 13/05/2017, com a atribuição de definir, dar suporte e monitorar linhas de atuação, objetivos e estratégias para os projetos e ações de educação ambiental. Grupo de Trabalho de Gestão Energética – GTGE - A CSAN participa como membro do Grupo de Trabalho, instituído pela Resolução SIMA 62 de 2/6/2021, com a atribuição de: coordenar o planejamento e a execução de ações visando a redução de dispêndios e a implantação de programas de geração de energia por meio de fontes alternativas; prestar assistência à coordenação técnica e centralizada de projetos, ações, estudos e/ou programas correlatos; sistematizar informações relativas ao consumo e dispêndios de energia elétrica dos próprios do Governo do Estado de São Paulo, sejam aqueles provenientes da contratação junto ao ambiente regulado e livre, sejam aqueles atendidos por geração própria da energia; coordenar e supervisionar o sistema integrado de planejamento energético dos próprios do Governo do Estado de São Paulo; formular diretrizes, normatização e procedimentos aplicáveis aos próprios do Governo do Estado de São Paulo; realizar o monitoramento financeiro e orçamentário dos itens relacionados a energia no Estado de São Paulo; e prestar suporte técnico ao Conselho Estadual de Política Energética - CEPE, e ao Conselho de Orientação do Programa de Redução e Racionalização do Uso de Energia - CORE. Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo - Com o objetivo de dar celeridade a estas obrigações, a SIMA contratou em 16/2/22 a consultoria técnica especializada Consórcio SP Ambiental, para fornecimento de subsídios técnicos para estruturação do sistema de resíduos sólidos do estado, com objetivo de disciplinar as destinações dos 645 Municípios, implementar uma reciclagem eficaz, bem como o acompanhamento da implementação do Plano de Resíduos, avançando e atendendo a Política Estadual e Nacional de Resíduos Sólidos e, consequentemente promovendo a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental. Esse trabalho será composto por oito Relatórios, elaborados ao longo dos 30 meses de duração do contrato: R1-Análise Situacional da Implementação das Diretrizes, Metas e Ações; R2-Monitoramento e Controle da Implementação das Diretrizes, Metas e Ações; R3.1 e R3.2-Programa da Logística e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos; R4.1 e R4.2-Programa de Reciclagem de Materiais Plásticos; R5-Estruturação da Matriz Econômica-Financeira da Destinação Final; e R6-Gestão da Informação. O projeto está em andamento, com previsão de termino dos trabalhos em agosto/2024. Criação das Unidades de Regionais de Saneamento Básico - Atendendo ao disposto na Lei 14.026 de 15/7/2020, o Estado de São Paulo, apoiado nos estudos técnicos da SIMA/CSAN, através da Lei Estadual nº 17.383 de 5/7/2021, criou 4 Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - URAE's com vistas à uniformização do planejamento, da regulação e da fiscalização dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, visando à geração de ganhos de escala, à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, bem como ao atendimento adequado das exigências de higiene e saúde publicados Municípios que as integram.

Coordenadoria de Administração, Contratos e Convênios - Centro de Convênios

Convênios assinados com repasse de recursos	50
Convênios assinados sem repasse	34
Convênios a serem assinados com repasse de recursos incluindo Emendas Parlamentares LOA e Demandas: 2019, 2020, 2021 e 2022	23
Convênio NOVA FROTA (Resíduos sólidos e Corta Fogo) sem repasse de recursos – (repasse de equipamentos, veículos, caminhão, etc)	625
Aditivos Convênios assinados	202
Aditivos Convênios a serem assinados	2
Termos/ Acordos de Cooperação assinados	2
Termos/ Acordos de Cooperação a serem assinados	3
Aditivos Termo/Acordo de Cooperação assinado	0
Protocolos de Intenções assinados	37
Protocolos de Intenções a serem assinados	2
Termo de Fomento assinado	5
Termos de Fomento a serem assinados	5
Rescisão Amigável assinadas+	2
TOTAL de instrumentos assinados e em andamento	*992*

Departamento de Águas *e Energia Elétrica* - O Departamento de Águas e Energia Elétrica - *DAEE* é uma Autarquia, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente -SIMA, e é o Órgão Gestor dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, quanto aos aspectos quantitativos. Paramelhor desenvolver suas atividades e exercer suas atribuições conferidas por lei, atua de modo descentralizado, adotando as bacias hidrográficas como unidade físico - territorial, para fins de gerenciamento dos Recursos Hídricos, no âmbito das suas atribuições legais, em especial na aplicação dos instrumentos da Política Estadual, definidos nos Artigos 9º ao 13 da Lei Estadual 7.663/1.991, que são a Outorga e a Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos. O DAEE também é o órgão estadual responsável pela fiscalização de segurança de barragens, de acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 12.334/2010, alterada pela Lei Federal nº 14.066/2020 e atua na elaboração de Planos, Estudos, Projetos; coordena e executa Obras Hidráulicas como barragens de uso múltiplo, canalizações de cursos d'água, reservatórios de retenção-Piscinões, serviços de limpeza e desassoreamento de corpos d'água, drenagem urbana, combate à erosão e no Planejamento, Administração de Uso dos Recursos Hídricos, superficiais e subterrâneos, visando a Segurança Hídrica e a defesa contra Eventos Hidrológicos Críticos, como enchentes e estiagens, assim como a oferta de água, para usos múltiplos. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - Recursos Hídricos: No decorrer de 2022, dando continuidade no Gerenciamento de Recursos Hídricos, destacamos as seguintes atividades: Foram expedidas 15.863 Outorgas de Permissão de Uso e Interferência nos Recursos Hídricos, no período de 1/1 até 30/11/2022, com média mensal de emissão de 1442 atos de Outorga. As Outorgas são instrumentos legais fundamentais para a implantação de empreendimentos que utilizam ou interferem nos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos; Concluído o contrato para desenvolvimento do Módulo Operacional de Fiscalização, Controle e Evolução do Sistema de Outorga Eletrônica - SOE, com 100% executado; Concluído o contrato de acompanhamento da execução do Módulo de Fiscalização do SOE, com 100% executado; Continuidade de execução do contrato para o desenvolvimento de Sistema de Suporte a Decisões objetivando o acompanhamento, verificação e simulação das operações dos Sistemas Produtores de Água Bruta da RMSP, com 100% executados; Continuidade da execução do Programa de Fiscalização Continuada - PROFISC-DAEE, para fiscalização dos usos e interferências em recursos hídricos no Estado, como programa especial de interesse público aprovado pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO, com 55,55% executados. Execução da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, em 18 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHIs; Execução das atividades técnicas e administrativas, e de operacionalização das Secretarias Executivas, de 18 Comitês de Bacias Hidrográficas; Monitoramento Dos Recursos Hídricos - Juntamente com os Atos de Outorga, Fiscalização e Cobrança pelo Uso da Água, o Monitoramento é instrumento muito importante para o Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos e seu objetivo é quantificar a disponibilidade de água em todo o território Paulista, por meio de atividades como a Modernização, Ampliação, Operação e Manutenção das Redes Pluviométrica, Fluviométrica e Piezométrica, contando com 900 postos convencionais manuais, automáticos e telemétricos, via celular ou satélite. Importante destacar a operação de Sistemas de Alerta Contra Enchentes, com Radar Meteorológico e Rede Telemétrica, no suporte às atividades da Defesa Civil para segurança do cidadão, nos períodos de altos índices pluviométricos. Dados Hidrológicos, Relatórios e Boletins foram disponibilizados pelo DAEE para todo o Estado de São Paulo, com aproximadamente 5,61milhões de medições. Também disponibiliza, via internet, dados de outras entidades estaduais e federais por meio de ACT's - Acordos de Cooperação Técnica. Estes somam mais de 11,5 milhões de dados. Foi viabilizado em 2022 a aquisição de 60 novos equipamentos digitais, permitindo um aumento na modernização da Rede Hidrológica em cerca de 10 %. Neste ano, foram iniciados/aprovados novos projetos junto ao FEHIDRO, que consistem de: Modernização da Sala de Situação - SSSP e do SIBH DAEE - R$ 1,7 milhão; Aquisição de 2 radares Banda X, para o Alto Tietê - R$ 7.128 milhões; Aquisição de 1 Radar Banda X para a Baixada Santista - R$ - 4 milhões e Equipamentos telemétricos para a Rede Hidrológica Básica, no CORHI - R$ 4,8 milhões. Projeto aprovado de outras fontes financiadoras para aquisição de 3 radares Banda X para o Projeto Renasce Tietê - 12,5 milhões. Operação e Manutenção de Redes de Monitoramento Hidrológico - A Rede Hidrológica Básica do Estado de São Paulo, iniciada na década de 1880, é

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

operada pelo DAEE desde 1951. É a maior fonte de dados hidrológicos básicos quantitativos do Estado, medindo chuvas, vazões de rios, níveis de águas subterrâneas e sedimentos. Seus 900 postos hidrométricos operam com leituras manuais, automáticas ou telemétricas, via celular ou satélite. Sua função é definir, espacial e temporalmente, à oferta e a situação da água no Estado. Salas de Situação e Radar: O monitoramento telemétrico em cheias e estiagens é fundamental na gestão de eventos e situações críticas, com o acompanhamento feito pelas 8 Salas de Situação, distribuídas pelas seguintes Diretorias de Bacias: Bacia do Alto Tietê, Bacia do Médio Tietê, Bacia do Paraíba e Litoral Norte, Bacia do Baixo Tietê, Bacia do Turvo-Grande, Bacia do Pardo-Grande, Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. O DAEE possui um Radar na barragem de Ponte Nova, que amplia muito a capacidade de monitoramento de cheias na Grande São Paulo e da região da bacia hidrográfica do rio Piracicaba. Unidade de Gerenciamento de Projeto de Segurança de Barragens - UGP-SB - Considerando o disposto na Lei Federal nº 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB, em continuidade à implantação da PNSB no Estado de São Paulo. O DAEE contratou um levantamento das barragens com as características previstas nos incisos I e II da Lei e, a partir desse levantamento, vem realizando as suas atribuições, solicitando aos empreendedores os respectivos cadastros, apresentação de PSB e vistorias, entre outras ações. Atualização do SNISB e outras atividades - Uma das atribuições da UGP-SB é manter o cadastro no SNISB atualizado. Foram inseridos no SNISB 106 PSB's. Até o presente momento, constam 587 barragens cadastradas no SNISB, 137 PSB's e Dam Breaks recebidos. A UGP-SB analisou, no ano, 96 PSB's e Dam Breaks, de acordo com as recomendações da Portaria - DAEE 1.936 de março de 2021. Foram realizadas 13 reuniões online, via plataforma TEAMS, com os empreendedores, a fim de esclarecer dúvidas relativas à nova Portaria, a Instrução Técnica No. 1 e da necessidade do enquadramento. Foram feitos 30 atendimentos a empreendedores via e-mail SISB- não foram considerados os e-mails de entrega de documentos nem atendimentos via telefone, direto. A UGP-SB atendeu também ao Ministério Público, respondendo 41 demandas relativas ao cumprimento da Lei 14.066/2020 e encaminhou aos empreendedores 10 ofícios para que eles atendam as obrigações da Lei. Participa do Comitê Permanente de Segurança de Barragens do Estado de São Paulo, na Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA. Participação da comissão da ABNT Comissão de Estudo Especial de Barragens - ABNT/CEE-255. Participação do CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Grupo da Câmara Técnica de Segurança de Barragens- CTSB. Capacitação em Segurança de Barragens - A UGP-SB implementou um Curso de Capacitação em Segurança de Barragens para 160 técnicos do DAEE e da CETESB, de 240 horas, com os recursos oriundos do Programa CAPACITA que, por uma série de reveses, foi concluído em 2022. Publicação da nova Portaria de Segurança de Barragens - DAEE 3318, 30/05/22. Publicação da nova IT CTH No. 01, em 30/5/2022 e Publicação da IT CTH No. 02, em 30/9/2022. Publicação da Portaria DAEE 8002, de 6/12/2022, criando a Divisão Técnica de Segurança de Barragens. Infraestrutura Hídrica, Combate Às Enchentes E Saneamento. Apoio a Municípios em Intervenções no Setor de Recursos Hídricos - Refere-se à realização direta ou mediante convênios, de estudos, projetos, serviços e obras de infraestrutura, nas áreas de Recursos Hídricos e Saneamento, envolvendo perfuração de poços profundos, galerias de águas pluviais, combate à erosão, regularização e canalização de rios e córregos e manutenção, limpeza e desassoreamento de corpos d'água. Esses convênios são firmados quando se trata de transferência de recursos financeiros para os municípios, e o objeto é executado pela Prefeitura, cabendo ao DAEE apoio técnico e fiscalização do desenvolvimento das obras e do acompanhamento da utilização dos recursos financeiros repassados pelo Estado. Relação de Convênios com as Prefeituras Municipais em 2021. Em andamento: Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Pradópolis, objetivando a Construção da Nova Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, no município. Combate a enchentes - Dentro de suas atribuições, o DAEE desenvolve suas atividades para ampliar a capacidade de retenção, por meio de barragens de regularização, equipamentos como os reservatórios de detenção de pico de cheia, conhecidos como Piscinões; os Polderes; a ampliação da capacidade de drenagem dos cursos d'água, em particular, aqueles da Bacia do Alto Tiete, visando evitar enchentes, especialmente em áreas metropolitanas, para prevenir riscos de perdas de vida por inundações, contaminação hídrica, veiculação de doenças - leptospirose, cólera e interrupção de atividades econômicas nas áreas atingidas e transtornos na mobilidade urbana. Calha do Rio Tietê - Obras e Serviços de Manutenção e Desassoreamento - Trata-se da elaboração de estudos, projetos, gerenciamento, e execução de serviços de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento relativos ao rio Tietê, objetivando manter as melhores condições de escoamento. Esta é uma atividade contínua, englobando serviços de desassoreamento, manutenção dos taludes e bermas do canal do rio Tietê, entre a Barragem Edgard de Souza e a Barragem da Penha com 41 km de extensão; Operação das Barragens Móvel de da Penha e operação de doze Polderes da Marginal do Tietê, sendo: Limão - Margem Esquerda; Vila Maria - Margem Direita e Esquerda; Vila Guilherme - Margem Esquerda; e Aricanduva – Margem Direita e Esquerda; Bandeiras - Margem Direita e Esquerda; Casa Verde - Margem Direita e Esquerda e Anhanguera - Margem Direita e Esquerda. Calha do Rio Tiete - Andamento: Remoção 338.667 m³ de assoreamento da Calha do Tietê entre a barragem Edgard de Souza e a barragem da Penha, em uma extensão de aproximadamente 41 km. Concluídos: Remoção de 172.000 m³ de assoreamento noRio Tietê, entre a foz do córrego Três Pontes e Mogi das Cruzes, em uma extensão de aproximadamente 44 km. Outros Corpos d'Água - Obras e Serviços de Manutenção eDesassoreamento - Com objetivo semelhante ao da Calha do Tietê, o DAEE também desenvolve estudos, projetos, gerenciamento e execução de serviços de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento de rios e córregos e corpos d'água no Estado, incluindo os Piscinões, para manter as melhores condições de escoamento desses cursos d'água e em melhores condições de funcionamento, no caso dos Piscinões. Andamento: Serviços de desassoreamento, manutenção e operação em 26 Piscinões; Continuação das obras de canalização do Ribeirão Vermelho; Convênio com a Prefeitura de Osasco para Auxílio Moradia, das famílias removidas para obra de canalização do Ribeirão Vermelho; Iniciada a construção do Reservatório de Detenção RM-19 Jaboticabal em São Paulo; Em execução dos serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento dos rios, aprovados pelo FEHIDRO em 2019 - Deliberação CBH- AT Nº 82/2019 beneficiando os Rios Guaió nos municípios de Suzano e Poá, numa extensão de 3 km; Rio Jundiaí no município de Mogi das Cruzes, com extensão de 5 km; Córrego das Pedrinhas noMunicípio de Guarulhos, com extensão de 1.500 m; Rio Jaguari nos municípios de Suzano Itaquaquecetuba, com extensão de 5 km; Ribeirão Lajeado no município de São Paulo, com extensãode 2 km; Córrego Itaim no Município de Poá numa extensão de 3 km e a obra de contenção da margemdireita do Córrego Tijuco Preto, com extensão de 380 m. Contratação dos serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento dos rios, aprovados pelo FEHIDRO em 2020-Deliberação CBH-AT Nº 100/2020, beneficiando Rio Tietê no trecho denominado Lote 4 e 5 no município de Mogi das Cruzes; o Ribeirão Eusébio, num trecho de 700 m e Rio Juquery, no municípiode Franco da Rocha, numa extensão de 4,9 km; Rio Taiaçupeba-Mirim, nos municípios de Suzano eRibeirão Pires; Córrego Capela numa extensão de 1.000 m no município de Biritiba-Mirim; Rio Tietêno trecho denominado Lote 5 no município de Biritiba-Mirim e Salesópolis, numa extensão de 5 km,além de obras de complementação do Polder Juquery no município de Franco da Rocha, com a canalização do Rio Juquery numa extensão de 400 m, e obras de complementação do Polder da VilaItaim, com canalização da margem esquerda do Ribeirão Itaim, numa extensão de 400 m, no município de São Paulo; Em Andamento a execução as Obras de Recuperação do Sistema de Barragens do Grande Lago, no município de Lindóia e as obras de recuperação das condições de segurança operacional da Barragem Mateus Mariano Cotrins, no município de Artur Nogueira, responsável pelo abastecimento público de 70% da população naquele município. Em andamento asobras dos Reservatórios de Detenção EU-08 e EU-09, e da Galeria de Reforço ao Córrego Água Vermelha, na Av. Hamilton Prado, no município de Franco da Rocha. Calha Do Rio Pinheiros - NovoRio Pinheiros - Andamento: execução dos serviços no Novo Rio Pinheiros, compreendendo o desassoreamento e recuperação da capacidade de escoamento do Canal do Rio Pinheiros, com remoção de cerca de 450 mil m³ e contenção de cerca de 23 km de margens, além da implantação depaisagismo. ESTUDOS E PROJETOS - Atualização e modernização dos projetos civis, eletromecânicos e das instalações de comando da Barragem do Valo Grande, no município de Iguape, bem como dos estudos ambientais. Projeto executivo das contenções das margens do rio Tamanduateí, trecho de 5 km a montante da foz do córrego Oratório; Projeto executivo de canalização do córrego Oratório, trecho localizado na divisa São Paulo/Santo André;Projeto Executivo dos Reservatórios de Detenção TG-04, TG-05 e TG-06, Estudo de Viabilidade Técnica/Econômica e Obtenção de LI, no córrego Tapera Grande, município de Francisco Morato; Projeto Executivo do Reservatório de Detenção TG-09, no córrego Tapera Grande, em Franco da Rocha/Francisco Morato;Projeto Executivo do Reservatório de Detenção AV-3a, no córrego Água Vermelha e conclusão dos Projetos Executivos dos Reservatórios de Detenção EU-08 e EU-09, Projeto Executivo da Canalização do córrego Formoso, no município de Franco da Rocha; Projeto Básico de obras de combate às enchentes, no trecho inferior do córrego Três Pontes, na divisa São Paulo/Itaquaquecetuba; Projeto Executivo de recuperação das contenções das margens do Rio Tamanduateí; Projeto Executivo para contenção de processos erosivos, recuperação de áreas degradadas e Licenciamento Ambiental, nos municípios de Bastos, Vargem Grande do Sul, Taquaritinga e Garça, e de Sistema de Drenagem no município de Paranapuã; Projeto Executivo dos Reservatórios de Detenção RT-15 e RT-16, no Rio Tamanduateí, municípios de Santo André e Mauá; Projeto Básico de Obras de Combate às Enchentes na Vila Japão e na Vila Maria Augusta, no município de Itaquaquecetuba; Projeto Executivo de recuperação de estruturas de contenção da margem esquerda do rio Cabuçu de Cima, trecho de 80 m de extensão ao longo da Rodovia Fernão Dias, altura do Km 87 + 700m, trecho este, divisa dos municípios de São Paulo e Guarulhos. Atividades Para O Monitoramento Da Qualidade Da Água - Andamento: Convênio DAEE x CETESB, objetivando a implantação de Estação Automática de Monitoramento da Qualidade das Águas no Rio Tietê, entre a Barragem do Reservatório de Pirapora e a Usina de Porto Góes; Estudo de Viabilidade Técnica para o Desassoreamento do Reservatório de Pirapora; Elaboração de Relatório Ambiental Preliminar- RAP para Licenciamento Ambiental das Obras de Drenagem Continuada do Rio Tietê Lote 3, trecho compreendido entre a Barragem da Penha até o Córrego Três Pontes, totalizando 18,85 km; Parque Várzeas Do Tietê-PVT - Idealizado para ser o maior parque linear do mundo, com 75 km de extensão e 10.730 hectares de área, visa à realização de ações voltadas à proteção e recuperação do ambiente natural para restabelecer a função de várzea do rio Tietê objetivando o amortecimento de cheias. Prevê a promoção de usos sustentáveis e compatíveis, tais como implantação de parques, vias de trânsito local e ciclovias junto aos limites externos, equipamentos de lazer, esporte, turismo e cultura, de forma a promover educação ambiental, inclusão social, proteção e recuperação da flora e fauna. Entre 2010 e 2019 foi executada a 1ª Etapa do Programa Parque Várzeas do Tietê - PVT com financiamento parcial do BID.Atualizando o Relatório de Atividades do DAEE elaborado em 2021 temos, em novembro de 2022, a seguinte posição: Andamento: Execução do projeto executivo do Parque Salesópolis e execução do estudo complementar para projeto de despoluição do Rio Tietê em Mogi das Cruzes, serviços esses a serem encerrados em dezembro de 2022 e março de 2023 respectivamente; Paisagismo Tietê - O DAEE investiu na manutenção do Jardim Metropolitano. Localizado às margens do rio tietê no trecho entre a barragem da Penha e o acesso ao aeroporto de Guarulhos, o espaço de 380 mil m² conta com mais de mil árvores de espécies da flora da mata atlântica, também investiu no paisagismo de um segundo trecho compreendido entre a Barragem Móvel-Cebolão até a Barragem de Penha. Sistema De Macro Drenagem Do Rio Baquirivú E Sistema Adutor Regional E Das Barragens Duas Pontes E Pedreira - A implantação do Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivú, e do Sistema Adutor Regional e das Barragens Duas Pontes e Pedreira, estão sendo viabilizados com recursos de financiamento internacional, oriundos da Corporação Andina de Fomento - CAF. Nesse sentido apontamos: Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivú - Trata da implantação de intervenções para o controle e contenção de eventos de cheias na RMSP, previstas no Plano Diretor da Macrodrenagem do Alto Tietê - PDMAT, contemplando, entre outros, o controle de vazões do rio Baquirivú - Guaçu, com a implantação de áreas de retenção de cheias, canalização da sua Calha e desenvolvimento gradativo de um Parque Linear e a canalização de um trecho de 3 km - estaca 135 a 285 do Rio Baquirivú-Guaçu. Obra em andamento: Percentual Executado até out/2022: 71,37%. Localização: Guarulhos/SP. Concluídos: Obras de parte da canalização do Rio Baquirivú - Guaçu, de um trecho de 2,7 km-estaca 0 a 135; Plano Executivo de Reassentamento e Remoção de Aterros e Entulhos. Sistema Adutor Regional e das Barragens Duas Pontes E Pedreira - Refere-se ao Sistema Adutor Regional e obras de construção das barragens de regularização Duas Pontes, no rio Camanducaia, município de Amparo e, Pedreira, no rio Jaguari, divisa entre os municípios de Campinas e Pedreira. Em 2018, foi emitida a Ordem de Início de Serviço da obra da Barragem Pedreira, após a obtenção da Licença de Instalação da CETESB em dez/2018. Em agosto/20 foi emitida a Ordem de Início de Serviço da obra Barragem Duas Pontes, após a obtenção da Licença de Instalação da CETESB em junho/20. Barragem Pedreira - Pedreira e Campinas/SP. Obra em andamento. Percentual executado até nov/2022: 41,52%. Barragem Duas Pontes - Amparo/SP. Obra em andamento. Percentual executado até nov/2022: 46,15%.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:35

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Ações - A Secretaria reuniu uma força-tarefa para discutir, debater e organizar a questão dos moradores em situação de rua no centro de São Paulo. O Secretário da Justiça e Cidadania instituiu, em 2021, a força-tarefa Marco Zero, dando continuidade em 2022, a qual consiste em um grupo quediscute ações visando lidar com a situação seguindo os preceitos da justiça, da cidadania e dos direitos humanos. Reativou, em 2021, o Comitê Estadual para Refugiados - CER, colegiado instituído em 2007com a presidência da SJC e coordenação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP, cuja atuação foi fundamental no atendimento às demandas impostas pelos crescentes fluxos migratórios, notadamente a questão migratória de refugiados afegãos. O Secretário, dada a importância das temáticas envolvidas e de seu vasto e sólido conhecimento jurídico e formação humanista, também participa, de forma extraordinária, de dois outros grupos, a título de consultor e conselheiro especial do Governador: Conselho de Segurança Pública do Estado de São Paulo e Comitê do Instituto Butantan.

Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania - CGAPDC teve sua nomenclatura alterada pelo Decreto Estadual nº 67.254/2022, passando a ser denominada Coordenadoria Geral de Direitos Humanos - CGDH, a qual é responsável por assessorar a Secretaria da Justiça e Cidadania na área dos direitos fundamentais, dentre suas atividades, destacam-se: Atividades gerais: Atuar juntamente com outras Coordenações, órgãos públicos e sociedade civil na realização de atividades vinculadas à manutenção dos Direitos Humanos e exercício da cidadania, dentre essas atividades destacam-se a atuação conjunta no Grupo de Trabalho voltado ao acolhimento de refugiados afegãos; realização de palestras por solicitação de empresas ou sociedade civil; análise de projetos de lei sobre temáticas da Pasta, entre outras demandas, além de fornecer suporte aos conselhos vinculados à SJC. Cadastro de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo - CEDHESP-**c**riado pelo Decreto Estadual nº 57.234/2011, o CEDHESP, sob a responsabilidade da Secretaria da Justiça e Cidadania, tem a função de garantir a transparência e o reconhecimento público a entidades de defesa dos direitos humanos. Em 31/1/2022, por meio da Resolução SJC nº 34/2022, o cadastro foi unificado com o Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos. O Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos é um benefício legal que visa estimular e fomentar as entidades que se dedicam à promoção dos Direitos Humanos. Com a concessão do Certificado, a entidade terá isenção de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD sobre doações. Ao receber um imóvel por doação, se for apresentado o Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos, não será preciso recolher o imposto que incide sobre a doação de imóveis, que atualmente é de 4% sobre o valor do imóvel doado. De janeiro a novembro, foram emitidos 109 certificados. Utilidade Pública: A Declaração de Utilidade Pública é um benefício regulamentado por meio da Lei nº 2.574/80. Entre janeiro e novembro, foram emitidas 1.338 certidões de Declaração Pública Estadual. Comissão Especial de ex-preso político: A Lei Estadual nº 10.726/01 prevê a indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31/3/1964 a 15/8/1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estadode São Paulo. Os pedidos de indenização são julgados pela Comissão Especial de Ex-Preso Político, vinculada à CGDH. Foi paga uma indenização. Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença-Lei nº 14.947/09, instituído com o objetivo de promover no âmbito estaduala implementação de políticas de enfrentamento e combate à intolerância religiosa e a difusão da cultura de paz. Ações: I Encontro Estadual de Liberdade Religiosa, no Palácio dos Bandeirantes; Encontro Municipal de Liberdade Religiosa e apresentação do Fórum Inter-Religioso, na Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista; Palestras ministradas: Palestra no VIIIEncontro Internacional Transformando Espaços Urbanos em Cidades Mil da UNESCO; O Papel da Sociedade Civil na Promoção da Liberdade Religiosa, proferida no l Simpósio Brasileiro de Liberdade Religiosa, no Rio de Janeiro; Palestra com o tema Intolerância Religiosa e Políticas Públicas, no programa Educação e Outras Conexões, da Rádio Boa Música FM; Palestra no 10º Congresso de Liberdade Religiosa, organizado pela Universidade Metodista de Itapecerica da Serra; Palestra realizada no Fórum Permanente de Lideranças Negras, em Piracicaba; Palestra para servidores públicos da Fundação Municipal de Saúde, do Município de Rio Claro, com o Tema Racismo Institucional. Articulação para fomentar a criação de Fóruns Municipais. Apoio aos Conselhos de Cidadania: A CGDH presta apoio técnico e administrativo aos Conselhos Estaduais de Cidadania ligados à Pasta: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE tem como finalidade apurar as violações de direitos humanos no território do Estado de São Paulo e encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhe sejam dirigidas. Deve, por lei, estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes aos direitos humanos, inclusive fazendo recomendações ao Governo do Estado sobre políticas públicas. Realizou os seminários: Mulheres e a Construção de Políticas Públicas na Perspectiva da Defesa dos Direitos Humanos: Trabalho e Renda, Saúde e Combate à Violência; Direitos Humanos e Combate à Tortura; Direitos Humanos e Direitos LGBT ; Direitos Humanos e Diversidade Religiosa; Direitos Humanos, Crianças, Adolescentes e Juventudes; Direitos Humanos e Racismo; Direitos Humanos e Saúde Mental; Direitos Humanos e Povos Indígenas; Direitos Humanos, Questões Urbanas e População em Situação de Rua; Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos. Celebrou Termo de Cooperação com a OAB/SP, o MP/SP, a DPE/SP e a DPU/SP para combater as fakes news e a violência política nas eleições. O CONDEPE apurou 31 casos de violação dos direitos humanos no estado de São Paulo; Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED instituído pelo Decreto Estadual nº 25.367/1986 e alterado pelo Decreto nº. 56.091/2010, visa a interlocução com órgãos federais, estaduais, municipais e a sociedade civil, para prevenção, redução de danos, redução da oferta, tratamento e reinserção social de pessoas afetadas pelo uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas. Houve participação dos conselheiros em 73%. Até novembro, ações: Moções: Cracolândia - denúncia de moradores da região da Luz; Edital Programa Famílias Fortes; Sobre ato da Câmara Municipal de Jundiai; Sobre o Ministério Público de Dourados Lista de Comunidades Terapêuticas; Eventos: Fortalece COMADS - Capacitação para Conselhos Municipais sobre Drogas; Live Política de Drogas e Maternidades; Live Políticas Públicas para Redução do Impacto do Uso de Álcool na Sociedade; Conselho Estadual da Condição Feminina - CECF tem por atribuição formular diretrizes e promover atividades que visem à defesa dos direitos da mulher, à eliminação das discriminações que a atingem propiciando sua integraçãoe autonomia na vida socioeconômica, político-cultural e no exercício pleno da cidadania. Atividades: Roda de Conversa Por uma Educação que Garanta os Direitos de Meninas e Mulheres: Políticas Públicas Exitosas; Fórum de Debates sobre as eleições: Avanços ou Retrocessos; II Fórum de Debates Sobre as eleições: Ouvidorias e Compliance nos partidos políticos; Fórum de Debate de Morte Materna; Lançamento da Cartilha Assédio Sexual; Encontro regional da Baixada Santista Todas por Maria; Palestra Tortura e Surdez na Terceira Idade; I Encontro Regional das Mulheres Negras de Limeira; II Encontro Regional das Mulheres Negras de Hortolândia; Entrega do troféu Eliza Gabriel, em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha; Palestra 21 Dias De Ativismo Pelo Fim da Violência Contra As Mulheres; outorga da Medalha Ruth Cardoso; Outubro Rosa : 7ª edição da Revoada de Balões, em alusão ao combate ao câncer de mama; palestra Prevenção e cuidado sobre câncer de mama; Cerimônia de Posse do Conselho da Medalha Ruth Cardoso; Conselho de Desenvolvimento e Participação da População Negra - CDPCN realizou: Live Racismo Religioso Dia Internacional de Combate de Intolerância Religiosa; Apresentação do Procon Racial e Plano Estadual da Igualdade Racial; Evento 38 anos do CPDCN; Live Prof. Odair Marques da Silva da Unicamp Diálogo sobre a África Moderna; Solenidade em Celebração ao dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha; Atendimentos de denúncias de casos de racismo ocorridos nos municípios de Piracicaba, Várzea Paulista e Andradina; Em parceria com o Museu da Imagem e Som, Projeto Grandes Personalidade Negras; Palestra Fundação Casa - Centro Nova Vida; Em parceria com o Centro Equidade Racial: Fórum SP Afro Brasil 2022; Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPISP tem como objetivo subsidiar a elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas; diagnosticar os problemas, receber e analisar as sugestões da sociedade, em especial das comunidades indígenas, e manifestar-se sobre denúncias e demais assuntos relacionados aos povos indígenas. Em agosto de 2022 a nova gestão tomou posse e emitiu Nota Pública nº 01/2022 referente à Portaria Normativa FF/DE nº 356/2022 da Fundação Florestal que instituiu o programa de pagamento de serviços ambientais prestados pelos povos originários - PSA Guardiões das Florestas; em parceria com o Museu Indígena e com a ALESP, realizou a Roda de Conversa sobre centros de cultura indígena e sobre as mulheres indígenas; *2.7.6* Conselho de Desenvolvimento e Participação da População Nordestina – COPANE foi criado pela Lei Estadual nº 12.061/ 2005, regulamentado pelo Decreto nº 50.587/2006, tem por atribuição formular diretrizes e promover atividades que visem à defesa dos direitos da Comunidade Nordestina propondo políticas públicas; Conselho Estadual dos Direitos da População Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual - CELGBT é um órgão deliberativo e consultivo que tem por finalidade elaborar, monitorar e avaliar políticas públicas destinadas à efetiva promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Realizou a eleição do novo mandato do Conselho LGBT, biênio 2022-2024. Tratou de um caso de discriminação homofóbica em Presidente Prudente, com base na Lei Estadual nº 10.948/01.

Coordenadoria de Integração *da Cidadania - CIC*, o Centro de Integração da Cidadania é umprograma vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania, instituído pelo Decreto Estadual nº 46.000/2010, que tem como objetivo a integração de diversos serviços e atividades para a população em um único espaço. Isso se dá por meio de parcerias com diversos entes dos 1º, 2º e 3º Setores, das esferas públicas estaduais, municipais e federais. O CIC tem 18 postos que estão instalados em regiões de alta vulnerabilidade social, com 8 postos na Capital, nos bairros de Itaim Paulista, Taipas, Jova Rural, Jardim São Luís, Capão Redondo, Grajaú, Barra Funda e Jabaquara, 9 postos no Interior e Região Metropolitana de São Paulo, nos municípios de Francisco Morato, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Jundiaí, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus, Laranjal Paulista, Juquiá e Campinas e 1 posto no litoral, no município de São Vicente. O Programa CIC realizou, de janeiro a outubro, um total de 1.461.617 atendimentos, com expectativa de 1,75 milhões de atendimentos até o final do exercício. Foram realizados uma média de 150 mil atendimentos por mês. O ano caracterizou-se pela retomada plena de serviços, ações e atividades das unidades CIC após um período de contexto da pandemia pela Covid19 nos anos de 2020 e 2021. Foram realizados cerca de 555,8 mil atendimentos de serviços de documentação, orientação e assistência jurídica, assistência social, defesa do consumidor, empreendedorismo, entre outros; na área de empregabilidade houve cerca de 18,2 mil encaminhamentos, seleção e colocação no mercado de trabalho; cerca de 8 mil alunos participaram dos cursos de qualificação profissional promovidos pelos CICs; cerca de 8,4 mil cidadãos participaram de rodas de conversa e palestras relacionadas a cidadania e direitos humanos; cerca de 35 mil pessoas participaram de oficinas de esporte, dança, música, artesanato e línguas nos CICs; ocorreram 36 ações do projeto Cidadania em Movimento, com mais de 60,6 mil atendimentos, com destaque às ações para moradores em situação de rua na Praça da Sé e nos SIATs - Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica; foram distribuídos cerca de 71,5 mil itens como cestas básicas, alimentos, roupas e kit higiene pelos CICs, os quais estavam vinculados às ações de empregabilidade e educação em Direitos Humanos; foram visitados 63 municípios e realizados 13,5 mil atendimentos pelo projeto Cidadania Itinerante. Destacaram-se também as seguintes ações nos 18 postos CIC: foram instalados os Totens do Poupatempo em todos os CICs; enfatizou-se os atendimentos virtuais para agendamentos, orientações de serviços, encaminhamentos para seleção de vagas de emprego, por meio de Whatsapp, Facebook e Instagram e pelo aplicativo do Programa CIC. O aplicativo CIC realizou cerca de 6 mil atendimentos; os 04 Centros de Auxílio à Mulher - CAM, instalados nos CIC Leste, Oeste, Norte e Ferraz, atenderam 2,3 mil mulheres em situação de vulnerabilidade; Foi celebrado convênio para parceria com a ONG Justiça de Saia para atendimento a mulheres vítimas de violência em todos os CICs e está sendo desenvolvido curso on-line sobre a temática em parceria com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo e o Bem Querer Mulher; foi inaugurado o Centro de Referência e Apoio à Vítima - CRAVI nas unidades do CIC Grajaú, Norte, Feitiço da Vila, Guarulhos e Jundiaí; Em parceria com a Enel, foram trocadas 3120 geladeiras de pessoas que residem nas regiões dos CICs; CIC do Imigrante, em parceria com a Polícia Federal, Acnur e a Agência da Organização das Nações Unidas - ONU para a Migrações realizam a Operação Horizonte para regularização documental de imigrantes e refugiados; CIC do Imigrante recebeu a visita da Sra. Silvia Rucks, Coordenadora Residente da ONU, para conhecer suas instalações; foram realizados mutirões de regularização migratória de refugiados afegãos no aeroporto de Cumbica e no CIC do Imigrante, sendo que o CIC do Imigrante está atendendo, todas as terças-feiras, no Aeroporto de Cumbica para auxílio aos afegãos; foi realizada força-tarefa para regularização de documentação de imigrantes haitianos em parceria com a Embaixada do Haiti no CIC; CIC do Imigrante, em parceria com o Núcleo de Estudo de Migração e Direitos Humanos - NEMIGDHS, promoveu roda de conversa com mulheres imigrantes; os postos CIC, em parceria institucional com as esferas municipais - Centro de Atendimento ao Trabalhador e Empreendedorismo - Cate, Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda - Ciet, Via Rápida Empresa, Microempreendedor Individual - MEI e estadual - Posto de Atendimento ao Trabalhador - PAT, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – SERT, realizaram mais de 62,7 mil atendimentos no campo da empregabilidade; CIC Casa da Cidadania promoveu orientações sobre Janeiro Branco na Estação do Metrô e Terminal Urbano de Jabaquara; CIC Feitiço, em parceria com a Associação Expansão Cultural, abriu inscrições para cursos de espanhol e aulas de reforço escolar; CIC Campinas, em parceria com o Curso Via Rápida, qualificou eletricistas; CIC Laranjal Paulista, em parceria com o Sebrae e a Sala do Empreendedor, realizou cursos de capacitação em empreendedorismo para mais de 340 pessoas; CIC Norte, em parceria com o projeto Viver Bem, promoveu atividades físicas para 45 idosos; CIC Laranjal Paulista, em parceria com o Sebrae e a Sala do Empreendedorismo, realizou cursos de capacitação em empreendedorismo para mais de 340 pessoas; ocorreram nos CICs diversas ações alusivas ao combate ao alcoolismo e ao combate ao tráfico de pessoas; os postos CIC Grajaú, Sul, Norte, Oeste, Leste, Feitiço, Ferraz de Vasconcelos e Guarulhos realizaram em parceria com as Unidades Básicas de Saúde de suas regiões atendimentos de saúde que abrangeram triagem odontológica, atendimentos terapêuticos, com nutricionistas, fisioterapeutas consultas psicológicas, aferição de pressão arterial, exames de vista, de sífilis, hepatite e HIV; os postos CIC Jundiaí, Leste e Ferraz de Vasconcelos em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU atenderam mutuários para regularização de documentos; CIC Oeste realizou o atendimento de 1.001 crianças com o apoio da sociedade civil a fim de realizar o projeto Catavento, de combate ao trabalho infantil, em parceria com o Atacadão, Cantareira Norte Shopping, Assaí, Cyrela, e 4 entidades civis da sociedade organizada; os postos CIC Sul e Leste, em parceria com as Delegacias lotadas em seus postos, mediaram 1,7 mil pessoas para a feitura de acordos e conciliações extrajudiciais de família, vizinhos, ou encaminhamento para o juizado de pequenas causas; houve aumento no número de atendimentos realizados pela Defensoria Pública Estadual nos CICs, foram 8,4 mil atendimentos realizados; os postos CIC Francisco Morato e Leste realizaram atendimentos para pensionistas cidadãos em busca de orientações sobre aposentadoria por meio do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

Prevcidade; CIC Guarulhos, em parceria com a Associação Brasileira de Defesa das Mulheres, realizou atendimentos de mulheres em situação de vulnerabilidade; CIC Grajaú, CIC Sul e CIC Leste realizaram a campanha de castração de cães e gatos em parceria com a Prefeitura de São Paulo; CIC Juquiá realizou apresentações dos serviços do CIC em escolas rurais e urbanas na cidade e participou do Projeto Lagamar no contexto do Vale do Futuro; CIC Leste promoveu palestras para juventude sobre educação em games, youtuber, tecnologia e informática, fotoshop e mídias sociais; todos os CICs promoveram o dia internacional das mulheres com orientações, ações e palestras sobre direitos das mulheres ; CIC Casa realizou uma ação em comemoração ao Dia da Mulher Caribenha; foram realizadas nos CICs diversas atividades alusivas ao agosto lilás sobre violência doméstica, setembro amarelo sobre prevenção ao suicídio, outubro rosa sobre câncer da mama e novembro azul sobre a saúde do homem, além de ações de páscoa, dia das mães e dia das crianças; CIC Guarulhos, em parceria com o Food Truck do Bem, promoveu a segurança alimentar na região do bairro dos Pimentas; CIC São Vicente promoveu o dia de combate à exploração da criança e do adolescente em parceria com a Igreja Batista; CIC Morato promoveu programa de apoio à população LGBTQIA+ ; CIC Grajaú promoveu Oficina dia das Mães, em parceria com o Serviço de Assistência Social e da Família-SASF Cidade Dutra 1; CIC Grajaú, em parceria com a ONG Capacita-me, promoveu o Segundo Encontro de Empoderamento – Você Pode; CIC Oeste, em parceria com a Associação de Imigrantes de Mulheres Luz e Vida, promoveu o dia das mães e o Festival de Oportunidades em parceria com AKIPOSSO+; os postos CIC Laranjal Paulista, Francisco Morato, Cajamar, Pirapora, Feitiço, Leste, Jundiaí e Juquiá, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, realizaram cursos para jovens e mulheres, palestras, atendimentos do MEI, abertura, inscrição municipal e emissão de ISS; foi realizado em junho o casamento comunitário de 320 casais no Ginásio Mauro Pinheiro, o qual contou com a presença de 4 mil pessoas e será realizado o casamento para 100 casais no Centro de Tradições Nordestinas, que contará com 2 mil pessoas; CIC Casa da Cidadania promoveu Evento Mulher em parceria com Associação Clara e participou da Feira da Diversidade na Universidade Estácio de Sá; CIC Feitiço promoveu encerramento do projeto Vivências do Passado; CIC Oeste promoveu o Rolê da Empregabilidade; os postos CIC Leste e Ferraz de Vasconcelos, em parceria com voluntários, promoveu o curso on-line de bombeiros-mirins;o Fundo Social do Estado realizou cursos de qualificação profissional, conforme demandas, de costura, construção civil, informática, depilação, pedreiro, manicure, cabeleireiro, maquiagem, auxiliar administrativo, panificação, confeitaria, pizzaiolo, salgadeiro e informática nos CICs Oeste,Norte, Feitiço da Vila, Guarulhos, Grajaú, Imigrante, Sul, Ferraz e Campinas, com cerca de 2,6 mil alunos; CIC Oeste, CIC Norte e CIC Guarulhos, em parceria com o SESI, promoveram cursos de qualificação profissional; cerca de 4,5 mil pessoas entre jovens e adultos participam mensalmente deatividades como karatê, jiu-jitsu, capoeira, judô, boxe, futebol, ginástica, xadrez, bombeiro-mirim, curso de espanhol, atividade física para 3ª idade, informática para idosos, entre outros; CIC Casa da Cidadania realizou palestras de atendimento à mulher vítima de violência e distribuição de kits de higiene em parceria com a Renault Point e a Associação Comunidade Ativa; implantados os serviçosdo Cartório Eleitoral no CIC Pirapora do Bom Jesus; foram inaugurados no CIC Francisco Morato o Núcleo da Mulher, o serviço de apoio à população LGBTQIA+, o Conselho Tutelar, os Serviços on-line, a unidade para atendimento de reeducandos, por meio do Programa Penas Alternativas e Medidas de Atenção ao Egresso e Família, e o Posto do CadÚnico; iniciaram-se os serviços da SASFno CIC Norte; implantado o serviço de emissão de RG no CIC Campinas; inaugurado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC nos CIC Grajaú e CIC Pirapora do Bom Jesus; foram realizados 36 ações do projeto Cidadania em Movimento, que leva serviços de documentação, saúde, beleza, orientações jurídicas, social, recreação e shows artísticos para localidades de grande vulnerabilidade social, totalizando 60,6 mil atendimentos realizados; foram realizados 3 projetos Sabadania, em comemoração ao aniversário do CIC, que somaram 4,4 mil atendimentos; foi implantado o projeto Cidadania Itinerante para prestação de serviços de atendimentos do CIC e de orientação social e acolhimento de denúncias de programas e Coordenadorias da SJC aos cidadãos residentes em regiões, do interior e litoral do Estado de São Paulo, que apresentem alta vulnerabilidade social, por meio de Unidades Móveis, 2 vans e 1 ônibus.Até outubro, foram visitados 63 municípios - Guarulhos, Jundiaí, Guarujá, Itupeva, Capital, Santo Amaro, Piracicaba, Itanhaém Mogi das Cruzes, Santa Bárbara, Americana, Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Avaré, Sertãozinho, Bragança Paulista, Jaú, Santo Antônio dos Pinhais, Santos, André Lopes, Barra do Turvo, Juquiá, Praia Grande, Registro, Ribeirão Pires, Bertioga, Suzano, Arujá, Santa Isabel, Santa Cruz do Rio Pardo, Cerqueira César, Louveira, Mirassol, Cajuru, Mirante,Teodoro Sampaio, Eldorado, Iporanga, Registro, Campo Limpo, São Vicente, Cubatão, Sete Barras,Guarulhos, Apiaí, Igarapava, Miguelópolis, Ituverava, Guará, Franca, Batatais, Altinópolis, Barra Bonita, Piracaia e Pederneira, totalizando 13.537 atendimentos realizados. Há a expectativa de 93 municípios visitados até o final do exercício; CIC Sul realizou a capacitação para ex-presidiários emparceria com o Projeto Recomeçar; CIC Ferraz realizou o mutirão da boa visão; CIC Campinas realizou a mostra de cinema; CIC São Vicente realizou o mutirão da empregabilidade em parceria com a Prefeitura e o Jóquei; instalado o Centro de Saúde Vista Alegre provisoriamente no CIC Campinas; o IBGE, que tem utilizado os espaços de 8 CICs como entreposto de pesquisas domiciliares e coleta de dados para o Censo 2022, realizou 755,5 mil entrevistas domiciliares; realizado o curso de formação de 16 mediadores comunitários idosos em parceria com o Tribunal deJustiça; CIC Juquiá participou na 5ª Parada Gay de Iguape; os CICs; foram realizadas diversas oficinas e atividades esportivas; CIC Oeste firmou parceria com a Universidade de São Paulo - USP para realização de atendimentos; CIC Ferraz cria parcerias com a ONG Oiaeu e com a Associart; iniciada conversa com o Centro de Estudos de Formação de Família Sistêmica para rodas de conversae atendimento de pessoas em situação de drogadição e familiares nos CICs; estão sendo realizados os trâmites necessários para a implantação do CIC Santana de Parnaíba, da segunda unidade do CICSão Vicente, da segunda unidade do CIC em Pirapora do Bom Jesus e dos Postos de Atendimento aoTrabalhador no CIC Sul e CIC Leste; até o final do exercício, serão instaladas 14 brinquedotecas nosCICs; encontra-se em fase de conclusão a montagem de 5 salas de Ensino à Distância - EAD; está em trâmite a contratação de 14 estagiários para as unidades CIC; O Programa está recebendo bolsistasdo Programa Bolsa-Trabalho para suporte nas unidades CIC, no total foram solicitados 104 bolsistas;encontra-se em processo de finalização a implantação do Cadastro Único - CAD Único em 4 CICs. Foram realizados investimentos de R$ 5,21 milhões para pintura de 9 postos CIC, revitalização de quadras de esporte de 3 CICs, elaboração de material técnico para obtenção de AVCB- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros em 8 CICs, manutenção predial, entre outros.

Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena - CPPNI vinculada à Secretaria de Justiça, criada pelo Decreto Estadual nº 54.429/2009 tem por missão combater as discriminações raciais, étnicas e religiosas, o desenvolvimento de políticas públicas específicas deve resultar de suaatuação na elaboração, execução, coordenação, desenvolvimento e acompanhamento de ações e programas e projetos que visem à efetiva promoção da igualdade de oportunidades em favor dos segmentos étnicos e religiosos considerados historicamente vulneráveis. Atua para a garantia de direitos e o exercício pleno da cidadania e para o respeito à dignidade da pessoa humana, podendo estabelecer parceria com órgãos e entidades públicas do Estado e municípios, bem como organizaçõesda sociedade civil. O Estado de São Paulo é o único ente da Federação em que o crime de racismo épunível, criminal, civil e administrativamente com a Lei Estadual nº 14.187/2010 e o Procon Racial.Ações Afirmativas de Políticas Públicas Termo de Cooperação entre a Secretaria de Justiça e Cidadania e o Ministério Público de São Paulo, criando o Projeto Cidades Antirracistas para causas raciais. Criação da Cartilha de Ações Afirmativas e Igualdade Racial, utilizada em diversas secretarias, em especial, na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com realização de atos preparatórios com a realização de Conferências Regionais nas Regionais Administrativas e Metropolitanas nos meses de fevereiro e março. Desenvolvimento do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com encaminhamento final às Secretarias de Estado para aprovação final. Curso de Ações Afirmativas e de Participação da Comunidade Negra no Estado de São Paulo, EAD, em conjunto com a Universidade Zumbi dos Palmares, para 2.000 pessoas, incluindo docentes da Secretaria de Educação de São Paulo. Curso de Formação em Memória da Comunidade Negra do Estado de São Paulo em conjunto com o Instituto Dom Helder Câmara, por meio de emenda parlamentar. Agente de Proteção Ambiental para as comunidades indígenas em área de proteção ambiental, com direito a bolsa, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Instituto Florestal da Secretaria de Meio Ambiente. Museu de Culturas Indígenas, como território da população indígena do Estado de São Paulo. Criação do Procon Racial, em parceria com o Procon, Universidade Zumbi dos Palmares, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, movimentos sociais e empresas, acompanhado do Decálogo. Desenvolvimento de ações para a criação da Licenciatura Indígena, visando atender mais de 120 professores, com participação do Ministério Público Federal, UNIFESP e organizações indígenas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Cultural Indígena do Estado de São Paulo, organizado pela Secretaria de Educação com a participação de representantes do Conselho de Políticas para os Povos Indígenas; Programa de Educação do Comitê Inter-Aldeia; aldeias do Estado de São Paulo; Fundação da População Indígena do Estado de São Paulo (FAPISP); Unicamp; Unesp; Unifesp; Ufscar e do Procurador da República, Dr. Steven Shuniti Zwicker. O curso é destinado aos professores indígenas que atuam nas escolas localizadas nas aldeias no Estado de São Paulo, com acompanhamento efetivo da Secretaria de Educação de São Paulo por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo. Participação no Projeto Cotas Sim da Universidade Zumbi dos Palmares em conjunto com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e Centro de Equidade Racial. Participação no Encontro Nacional de Estudantes Indígenas realizado na Unicamp. Reuniões com o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas - CIAI com representação de 20 secretarias. Reuniões com o Centro de Equidade Racial, composto por mais de 20 secretarias de estado em favor da promoção da equidade racial. Programa SP Contra o Racismo, ações afirmativas voltadas às questões raciais denominada REDE SP AFRO BRASIL. Participação no Fórum SP AFRO BRASIL no Memorial da América Latina em parceria com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, Centro de Equidade Racial e Memorial da América Latina. Desenvolvimento de cursos, palestras e participações junto a Comissões de Igualdade Racial da OAB SP e outros órgãos, em parceria com escolas e Diretorias Regionais da Secretaria de Educação, Conselhos da Comunidade Negra, Câmaras Municipais, em comemoração aos 12 anos da Lei 14187/2010. Participação no Projeto Trilhas Antirracistas visando estabelecer Termo de Cooperação com a Secretaria da Educação para acompanhamento dos casos de discriminação racial no âmbito da educação, bem como realização de cursos voltados à questão racial, em várias escolas e diretorias de ensino. Participação, em conjunto com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, no evento em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, e Dia Nacional de Tereza Benguela. Desenvolvimento de cursos para a comunidade quilombola e indígena em parceria com o Centro de Equidade Racial na própria comunidade. A REDE SP AFRO BRASIL está ampliada pela realização das trilhas antirracistas na Secretaria de Educação do Estado; a Delegacia da Diversidade on-line na Secretaria de Segurança Pública e; a parceria inédita com o Ministério Público para implementação das cidades antirracistas; Comissões de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil da Subseção São Paulo; Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Ministério Público do Trabalho; SOS Racismo da Assembleia Legislativa de São Paulo; Conselhos Municipais da Comunidade Negra; Coordenações de Promoção da Igualdade Racial vinculadas às Prefeituras Municipais; e, Organismos da Sociedade Civil vinculados às questões de racismo, igualdade e equidade racial, incluindo movimentos sociais. Acompanhamento de mais de 360 denúncias de crimes raciais recebidas via Sistema de Ouvidorias do Estado de São Paulo com base na Lei nº 14.187/2010. Desenvolvimento, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para o estabelecimento de preferências para a comunidade negra e indígena, preferencialmente, no Programa Bolsa-Empreendedor. Participação, em conjunto com o Centro de Equidade Racial, das Casas SP Afro Brasil, para atendimento psicológico, jurídico e outras ações voltadas à comunidade negra. Participação no desenvolvimento de ações em conjunto com Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP para titulação de 3 comunidades quilombolas. Reunião do Secretário com 32 lideranças indígenas do Estado de São Paulo. Curso junto à Secretaria da Educação de São Paulo para membros das Comissões Regionais de Heteroidentificação, visando à aplicação da pontuação diferenciada nos concursos públicos. Gestão do Projeto de Agenda juvenil em conjunto com o Instituto Sou da Paz, contra a letalidade da juventude negra no Estado.

Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual – CPDS - A Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual - CPDS foi criada em 2009 pelo Decreto Estadual nº 54.032 tendo como objetivo elaborar políticas públicas para a promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans. Além disso, a CPDS elabora, coordena, desenvolve e acompanha programas, projetos e atividades, visando à efetiva atuação em favor do respeito à dignidade da pessoa humana, independente da orientação sexual e da identidade de gênero.Uma de suas atribuições é receber e encaminhar denúncias de discriminação por orientação sexual eidentidade de gênero, com base na Lei Estadual nº 10.948/01, além de dar encaminhamento às denúncias de discriminação contra as pessoas que vivem com HIV/AIDS, com base na Lei Estadual nº 11.199/02. Com o objetivo de combater a LGBTfobia, a CPDS promove campanhas, palestras e capacitações das referidas legislações, de outros marcos legais referentes ao segmento LGBTQIA+. A Secretaria da Justiça e Cidadania possui um canal de DENÚNCIA on-line, gerenciado pela Ouvidoria da Pasta, por meio do qual a cidadã ou o cidadão poderão realizar sua denúncia de LGBTfobia e discriminação em razão de HIV/AIDS. Foram recebidas 206 denúncias por discriminação com base na Lei Estadual nº 10.948/01 - orientação sexual e/ou identidade de gênero e 6 denúncias com base na Lei nº11.199/02 - pessoas que vivem com HIV/AIDS. A CPDSmanifestou-se em 99 expedientes de denúncias de discriminação, sugerindo ao D. Gabinete os seguintes encaminhamentos: instauração de processo administrativo, mediação, arquivamento. A CPDS participou de 35 sessões de mediação, com resultado frutífero em 12 expedientes. O tema de diversidade sexual - gênero, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, foi abordado pessoalmente e virtualmente para aproximadamente 5.270 pessoas, sendo 374 do poder público e 4.896 da sociedade civil - Programa 1730 - Direitos Humanos e Cidadania - Produção e disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos e Cidadania. Ações, Metas Concretizadas e Palestras: 10ª Edição SP Transvisão - Semana da Visibilidade Trans: Participação na Roda de Conversa on-line Visibilidade Trans - Protagonizando Histórias - Direitos da População de Travestis e Transexuais- coordenação Ivone de Paula - Gerente de prevenção do CRT. Live com APOLGBT - Associação da Parada LGBT de Santos - Parada do Orgulho LGBT+ de Santos. https://www.instagram.com/paradasantosoficial/utm_medium=copy_link. Participação no SP Transvisão - Banho solidário - Com os parceiros: CIC, Cruz Vermelha e Rede Accor de Hotéis. Foram doados mais de 300 kits de higiene pessoal para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de rua. Houve a participação do coordenador no evento de encerramento. Live do Dia da Visibilidade Trans: Protagonismo Transgênero: pelo direito de existir! promovido pela Secretaria da Mulher Barueri. Lançamento da Cartilha Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT 5ª edição revisada

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

e atualizada. Rearticulação para finalização do Plano Estadual LGBT com propostas apresentadas pelo Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual 2022/2024. Realização da eleição direta do Conselho Estadual LGBT e posse dos(as) conselheiros(as). Análise e encaminhamentos de Emendas Parlamentares. Análise e manifestação de Indicações Parlamentares e Projetos de Lei, acompanhamento do anteprojeto de alteração da Lei nº 11.199/02. Participação no Comitê do Selo da Diversidade da Secretaria do Desenvolvimento Social. Participação no Prêmio Eu apoio e faço a diferença - evento presencial da CASA FLORESCER Teatro Alfredo Mesquita. Participação no Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral LGBT Secretaria da Saúde. Ações Dia de Luta contra a Homofobia: Conferência Estadual de Combate à LGBTfobia. Lançamento da Associação Amigos da Diversidade em Itu-SP. Articulação de parceria com a Rede de Hotéis ACCOR. Ações e realização de eventos comemorativos do Dia Internacional do Orgulho LGBT: Coletiva de imprensa Parada do Orgulho LGBT. Feira cultural LGBT Largo do Arouche tenda institucional. 26ª Parada do Orgulho LGBT, Avenida Paulista. Posse dos(as) conselheiros(as) - Conselho Estadual LGBT. Realização do Encontro Estadual em comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica - Encontro Estadual. Comemorações dos 21 anos da Lei Estadual nº 10.948/01: Assinatura do Termo de Convênio com a OAB/SP. Palestras/capacitações presenciais e virtuais e participações em lives e eventos**:** Entrevista para a TV Cultura. Assunto: Mudança-entrada em vigor da transexualidade no Código CID. Avanços para as políticas públicas e a colaboração para o combate ao preconceito. Entrevista veiculada às 12h no jornal da tarde da TV Cultura. Participação no Cidadania em Movimento, promovido pelo CIC, no município de Paulínia. Ação: divulgação da Lei nº 10.948/01. Participação na pré-estreia do documentário Quando ousamos existir - Uma história do Movimento LGBTI+ brasileiro, produzido pelo Centro de Memórias João Antônio Mascarenhas, do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI, da Universidade Federal de Pelotas, da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade Federal do Rio Grande. Posse da Presidência da Comissão da Diversidade da OAB - São Paulo. Inauguração do Centro de Atenção ao Egresso, Mulher e Diversidade no CIC Imigrantes. Participação na entrega do selo paulista da diversidade no Palácio dos Bandeirantes. Participação noCoquetel de encerramento do II Fórum de Direitos LGBTQ2+, promovido pelo Governo do Canadá,por meio de seu Consulado Geral em São Paulo. Participação no I Encontro Estadual de Liberdade Religiosa, promovido pelo Fórum Inter-Religioso. Encontro sobre emprego LGBTQIAP+ em Marília/SP. Participação no evento Miss 60+ LGBT, organizado pela ONG Banda do Fuxico. Webconferência promovida pela Ouvidoria da Secretaria da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças. Tema Diversidade Sexual. Participação na Feira Cultural LGBTQI+ de Caieiras. Palestra Políticas Públicas LGBTI na OAB - subseção São Miguel Paulista. Palestra Diversidade no Trabalho,promovida pela IMCD, na SIPAT - Evento em conjunto com a CGAPDC. Encontro de Políticas Públicas - Mulheres e Gêneros, GT de Gênero CIOESTE, em Barueri. Participação no evento do CRT-DST/Aids e Programa Estadual de Prevenção de IST/Aids, em comemoração ao Dia Mundial de Luta contra a Aids.

Coordenação de Políticas para a Mulher, criada e organizada pelo Decreto n° 58.428/2012, tem por finalidade fomentar a implementação de políticas públicas que visem à equidade de gênero,a eliminação de qualquer forma de discriminação e de violência contra a mulher, assegurando-lhe a plenitude de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Articulou Políticas Públicas para as Mulheres de forma intersetorial com as demaissecretarias e órgãos estaduais, por meio de grupos de trabalho como segue: Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: A Câmara Técnica foi instituída pelo Decreto Estadual nº 54.295/2009 e reorganizada pelo Decreto Estadual nº64.224/2019. Este colegiado é a instância responsável, no Estado de São Paulo, pela implementaçãodo Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, lançado em 2007 pelo GovernoFederal e que contou com a adesão do Estado de São Paulo em 2009. É composta por representantesdas secretarias estaduais, do Conselho Estadual da Condição Feminina, da sociedade civil, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado. O órgão tem como atribuições, dentre outras,propor e elaborar metas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e deliberar sobre a aplicação dos recursos federais destinados à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento àViolência contra a Mulher. Uma vez que o órgão estava inoperante, a Coordenação iniciou processo visando à sua reativação. Em março foi publicada Resolução que designa a nova composição da Câmara Técnica. A primeira reunião da Câmara Técnica ocorreu no mês de setembro, em conjunto com a reunião do Comitê Intersecretarial de Defesa da Mulher. Comitê Intersecretarial de Defesa da Mulher: Previsto no Decreto nº 58.428/2012, trata-se de órgão colegiado permanente, de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes de secretarias estaduais, do Fundo Social e daFundação Seade e presidido pela Coordenadora de Políticas para a Mulher. Tem como atribuições a articulação, elaboração, proposição e avaliação de políticas públicas para a mulher. Embora sua previsão legal seja de 2012 - Decreto nº 58.428, ele somente foi constituído na atual gestão. As reuniões ocorrem mensalmente desde junho de 2021 e promovem a apresentação e discussão das iniciativas das secretarias e demais órgãos do poder público e foi através desse diálogo intersecretarialpromovido pelo Comitê foi viabilizado o mapeamento das políticas para mulheres no Estado de São Paulo, realizado em parceria com grupos de pesquisa do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Os resultados desta pesquisa servirão de subsídio para a elaboração de novas ações e para o aprimoramento das já desenvolvidas. A atuação da Coordenação faz-se no sentido de promover o fortalecimento da atuação do Comitê enquanto instância de articulação entre as secretarias estaduais, de modo a viabilizar as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Estado. Conselho da Condição Feminina: Criado em 1983, sendo composto por representante da Sociedade Civil e do Governo do Estado, apresenta reuniões mensais nas quais os integrantes versam sobre a elaboração de novas políticas públicas estaduais e acompanhamento das já existentes que combatam as discriminações de gênero. Projeto de Vida**:** Grupo de trabalho formadopela parceria entre o Ministério Público de São Paulo, o Tribunal de Justiça de São Paulo, a Secretariada Justiça e Cidadania e a Secretaria da Saúde. Composto por juízas de direito, promotoras de justiça, médicas, enfermeiras e assessoras/es especialistas em políticas públicas especializadas na defesa de direitos das mulheres, e que representam as referidas instituições parceiras. Tem como objetivo a implementação da prevenção da violência de gênero, doméstica e familiar contra as mulheres por meio da Estratégia de Saúde da Família com reuniões on-line mensais nas quais os parceiros discutem estratégias e ações que visam ao enfrentamento da violência doméstica. **A** partir do diálogo do grupofoi viabilizada a cartilha Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres com a Estratégia de Saúde da Família - Manual para Multiplicadores - 1ª edição. A Secretaria da Justiça providenciou a impressão de 2.000 exemplares da cartilha dos multiplicadores, que serão utilizadas nas ações de capacitação. Acordo de Cooperação entre a Secretaria da Justiça e Cidadania, o Institutopara o Desenvolvimento Social - INDES e o Instituto Justiça de Saia, visando ofertar atendimento multidisciplinar on-line para mulheres vítimas de violência doméstica por meio das voluntárias do projeto Justiceiras/Justiça de Saia, bem como promover ações de capacitação de profissionais e agentes da rede de atendimento, em especial dos Centros de Integração e Cidadania - CIC e das Casas da Mulher. Campanha Direitos Iguais**:** Manutenção da Campanha Direitos Iguais: Chega de Machismo, Chega de Preconceito, Chega de Feminicídio. A campanha visa conscientizar e sensibilizar a população para o fim da desigualdade de direitos entre homens e mulheres, superando todos os tipos de discriminação no sentido de construir uma sociedade melhor e mais igualitária e combater a violência. Campanha Sinal Vermelho**,** tem o objetivo de facilitar a denúncia da mulher vítima de violência ao criar mais um meio de as vítimas acessarem o sistema de justiça, por meio daidentificação de um gesto ou da marcação do sinal da campanha X. Cartilha Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Foram impressas 105.000 unidades de cartilhas com código QR, que foram distribuídas em eventos e aos municípios. Comissão Especial de Discriminação contra a Mulher**:** Comissão instaurada a partir da publicação do Decreto nº 66.546/2022 que regulamentou osartigos 154 a 157 da Lei Estadual nº 17.431/2021, tem atribuição de apurar atos discriminatórios e aplicar as penalidades previstas no referido diploma legal. Convênio com a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil visando à implementação do projeto Casa da Mulher Paulista, como fito de elaborar estudo de viabilidade para a implantação de serviços de atendimento jurídico para mulheres vítimas de violência atendidas nas Casas da Mulher Paulista. Dossiê Mulher Paulista criadopela Lei nº 17.416/2021, cujo objetivo é elaborar e divulgar estatísticas periódicas sobre mulheres vítimas de violência no Estado de São Paulo. Espera-se que as estatísticas e estudos do Dossiê MulherPaulista sirvam de subsídios para o planejamento e a implementação de políticas públicas mais efetivas. Mapeamento das políticas estaduais para mulheres, levantamento das ações, programas e políticas públicas estaduais relativas à defesa dos direitos das mulheres. Diagnóstico realizado em parceria com a Casa Civil - Subsecretaria dos ODS e com grupos de pesquisa do Instituto de RelaçõesInternacionais da USP. Tem como objetivo apurar as falhas no sistema para desenvolver políticas eprogramas de defesa dos direitos das mulheres, visando suprir as necessidades da mulher como um todo. O Estado de São Paulo aderiu ao Pacto Nacional pelos Direitos das Mulheres por intermédio da Secretaria da Justiça e Cidadania. Plano Estadual de Políticas Públicas Para as Mulheres que irá traçarobjetivos, prioridades, metas e ações nas diversas áreas de atuação do Governo do Estado de São Paulo, considerando a diversidade étnica, geracional e cultural das mulheres, assim como o contextosocial, econômico, cultural e regional que influenciam o seu bem-estar. Plataforma SOS Mulher contém vídeos educativos sobre temas como violência doméstica, relacionamento abusivo, empoderamento econômico, saúde mental etc. O conteúdo é gravado por mulheres especialistas comodelegadas, promotoras, juízas, médicas, psicólogas e economistas, que participam do projeto de forma voluntária. A curadoria dos vídeos é realizada em parceria com a iniciativa privada, é um canal de comunicação para divulgação das iniciativas do governo do Estado de São Paulo na defesa e promoção dos direitos das mulheres, no enfrentamento à violência entre outras**.** Projeto Casa da Mulher Paulista um equipamento público que disponibiliza no mesmo espaço físico diferentes serviços com o objetivo de promover atendimento integral e humanizado às mulheres em situação devulnerabilidade, em especial àquelas vítimas de violência. Serão oferecidos serviços de atendimentopsicológico, social, jurídico e ações de fomento ao trabalho e renda para as mulheres paulistas, viabilizados por meio da articulação intersetorial entre as secretarias do governo estadual e parceriascom municípios e organizações da sociedade civil. O investimento inicial para a edificação das Casascaberá à Secretaria de Desenvolvimento Regional. À SJC, cabe definir, em articulação com as demaissecretarias, os serviços que serão ofertados nas Casas, além de fornecer aos municípios orientação e diretrizes de funcionamento. A gestão e manutenção do espaço e dos recursos humanos, por sua vez, serão de responsabilidade dos municípios parceiros. A Coordenação participou de encontros promovidos por outras entidades, conforme segue: 4/3/2022 Evento em alusão ao Dia Internacional da Mulher - Violência Nunca Mais: Ato em Defesa da Vida das Mulheres. 8/3/2022 Seminário Regional no Município de Araraquara Cooperação Estado Município nas Políticas Públicas Para a Mulher no Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia do Coronavírus. 11/3/2022: Evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, da Procuradoria Especial da Mulher do município de Boituva Se Cuida, Mulher, com tema Mente Saudável. 12/3/2022: Live em comemoração ao Dia Internacional da Mulher com o Tema A Luta da Mulher por Igualdade de Gênero na Sociedade Moderna, promovida pela Coordenadoria da Mulher do Município de Jundiaí. 12/3/2022: Evento no CIC LESTE palestra sobre Violência Contra a Mulher com distribuição de kits de higiene pessoal e cartilhas. 22/3/2022: Evento de inauguração do Centro de Atenção ao Egresso Mulher e Diversidade, no CIC do Imigrante. 24/3/2022: Evento de lançamento da Câmara Técnica de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. 30/3/2022: Evento movimento Mulheres Positivas e pela empresa Ornare.31/3/2022: Plenária Nacional de Conselhos de Direitos e OPMs Estaduais e Lançamento campanha + Mulheres na Política organizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM com a participação dos Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher e dos Organismos de Políticas para as Mulheres. 12/4/2022: Seminário Regional Mulher - Cooperação Estado-Municípios nas Políticas Públicas para a Mulher no enfrentamento dos efeitos da pandemia" no município de Itapeva. 19/4/2022: Evento São Paulo Contra a Discriminação: Discurso de Ódio - Um Atentado Contra os Direitos Humanos. 27/4/2022: Evento no CIC Unidade CIC Feitiço da Vila em alusão ao Dia da Empregada Doméstica, com a participação do Sindoméstica, Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos do Estado de São Paulo. 28/4/2022: Evento no CIC Unidade CIC OESTE, em alusão ao Dia da Empregada Doméstica, com a participação do Sindoméstica, Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos do Estado de São Paulo. A Coordenação de Políticas para as Mulheres iniciou apresentando os programas e políticas voltadas para a mulher no estado de São Paulo. 3/5/2022: Palestra na Etec Profª Anna de Oliveira Ferraz no município de Araraquara, na Semana Paulo Freire com o Tema A mulher no século XXI e seus desafios. 26/5/2022: Live em alusãoao dia 28 de maio, Dia da Dignidade Menstrual, criado pela Organização Mundial da Saúde-OMS tema tão importante: a falta do acesso básico à higiene entre pessoas que menstruam. 31/5/2022: Seminário Dossiê Violência Contra a Mulher com o objetivo compartilhar o conhecimento dos gruposenvolvidos com o projeto em uma jornada de trabalho conjunta para a construção do Dossiê. 3/6/2022: Palestra para a 4ª turma de Promotoras Legais Populares com o Tema Enfrentamento à Violência contra a Mulher no município de Botucatu - SP. 7/7/2022: Encontro com o Instituto Justiçade Saia e o Instituto para o Desenvolvimento Social. 26/7/2022: Seminário Direitos Humanos das Mulheres: proposta para os candidatos ao governo de São Paulo, realizado pela Comissão de DireitosHumanos e Mulheres CONDEPE/SP, transmitido pelo canal do Condepe no youtube. 5/8/2022: Encontro Anual da CMA-Aniversário da Lei Maria da Penha - Lançamento da Campanha Advocaciasem Assédio, promovido pela OAB - São Paulo. 8/8/2022: Programa Não se Avexe Comigo o TemaPolíticas Públicas e Violência contra a Mulher. 9/8/2022: Entrevista à TV Canção Nova, onde discorreu sobre os Direitos das Mulheres. 10/8/2022: Evento organizado pela Procuradoria Especial da Mulher de Araras, em comemoração aos 16 anos da Lei Maria da Penha. 15/8/2022: Palestra na ETEC Prof. Aprígio Gonzaga sobre Enfrentamento à Violência contra a Mulher. 22/8/2022: Assinatura do convênio entre a OAB/SP, a SJC e a Defensoria Pública para apoio e assistência jurídica para mulheres vítimas de violência de gênero, que serão acolhidas nas 50 Casas da Mulher Paulista. 23/8/2022: Entrevista à TV Bandeirantes, onde discorreu sobre a assinatura do convênio entre a OAB/SP para apoio e assistência jurídica a mulheres vítimas de violência de gênero. 27/8/2022: Evento em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. 29/8/2022 Encontro Estadual em Celebração ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. 23/9/2022 Evento em alusão ao Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres e Crianças com o o tema Tráfico de Mulheres". 18/10/2022: Palestra na ETEC Prof. Aprígio Gonzaga sobre "Enfrentamento à Violência contra a Mulher. 20/10/2022: Live Tema O desafio da mulher no século XXI, promovida pela Fundação CASA, para campanha de conscientização Outubro Rosa. 27/10/2022: Evento do Conselho Estadual da Condição Feminina Outubro Rosa Revoada de Balões. 9/11/2022: Capacitação para os municípios Várzea Paulista, Vargem e Mirante do Paranapanema, sobre a implementação de políticas públicas para as mulheres. 17/11/2022: Seminário sobre Políticas Públicas no Estado de São Paulo, Programa Todas-in-rede.

Programas: Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas - PROVITA/SP - instrumento atuante de acesso à justiça e combate à impunidade no Estado de São Paulo, vinculado às Secretarias da Justiça e Cidadania e da Segurança Pública. O PROVITA/SP faz parte do Sistema

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas, gerenciado pela Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O PROVITA/SP é responsável por oferecer proteção às pessoas que estejam ameaçadas em função de uma colaboração com a Justiça Criminal - Lei Federal nº 9.807/99 e Decretos Estaduais nº 44.214/99 e 56.562/2010. Todos os casos inseridos na rede de proteção são atendidos por Equipes Técnicas Interdisciplinares, compostas por advogados, assistentes sociais, psicólogos e assistentes administrativos. Dirigido por um Conselho Deliberativo e executado em parceria com a Sociedade Civil Organizada, o PROVITA possui uma Diretoria Executiva composta pelos seguintes órgãos: Secretaria da Justiça e Cidadania-sede institucional do programa; Secretaria da Segurança Pública - por meio da 3ª Delegacia de Proteção à Pessoa - D.H.P.P. Polícia Civil e da Corregedoria da Polícia Militar; Ministério Público e Organização não Governamental. Para ingresso no programa se faz necessária a análise da presença dos requisitos legais, dentre eles: nexo de causalidade entre a colaboração da vítima ou testemunha em inquérito policial ou processo criminal e a coação ou grave ameaça art. 1º, caput, da Lei federal nº 9.807/99; impossibilidade de impedir a coação ou a grave ameaça pelos meios convencionais; esclarecimento sobre a necessidade de inclusão dos familiares, dependentes, cônjuges ou pessoas de convivência habitual - art. 2º, §1º, da Lei federal nº 9.807/99; inexistência de impedimento legal para o ingresso no Programa, que são: pessoas sob quaisquer modalidades de prisão, personalidade ou conduta incompatíveis com as restrições de comportamento exigidas - art. 2º, §2º, da Lei federal nº 9.807/99. O PROVITA desenvolve as seguintes atividades de proteção em benefício da pessoa/núcleo familiar: transferência para residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção; preservação da identidade, imagem e dados pessoais; ajuda financeira mensal; suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos, quando servidor público civil ou militar; apoio e assistência social, médica, psicológica e jurídica; sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida; Ações: Protocolo de segurança: Atualização constante de protocolos de segurança institucionalizados com o fito de melhorar a proteção dos usuários do programa; Protocolo de atuação junto à Secretaria de Segurança Pública, com a finalidade de atuar preventivamente nas causas imediatas das ameaças, coletando e analisando dados; Projeto local provisório: implantação de equipamento para inicial acolhimento de vítimas e testemunhas em situações urgentes ou de risco acentuado; Projeto de divulgação do programa no sentido de proporcionar a ampliação geográfica de sua área de influência, realizado; Projeto RG provisório com dados alterados para protegido e membros da equipe em tratativa com o Judiciário e IIRGD; Projeto Atendimento a casos de violência doméstica com vistas à interlocução com o Judiciário e Ministério Público no atendimento de casos que não se enquadram nas regras do programa, realizado; Projeto Unificação de contribuições previdenciárias para protegidos com alteração de identidade; Projeto de estreitamento de relações com os Ministérios Públicos e Judiciário; Projeto capacitação dos protegidos através do Sistema S. O PROVITA/SP: Entre janeiro e setembro, o programa já atuou em 35 casos, com 89 pessoas. Hoje estão em proteção 60 pessoas. O Governo do Estado investiu no Programa, até o mês de setembro, R$ 4.090.370,62 divididos em: Secretaria da Justiça e Cidadania investindo R$ 2.896.164,00 e Secretaria da Segurança Pública investindo R$ 749.999,97 e a União R$ 444.206,65. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte em São Paulo - PPCAAM é um instrumento de combate à violência letal contra crianças e adolescentes e, excepcionalmente, jovens adultos de até 21 anos. Baseado na proteção integral e nos demais princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Destina-se a situações de risco à vida, haja ou não situação de vulnerabilidade. Público-alvo: Crianças com até 12 anos incompletos, Adolescentes com idade até 18 anos e jovens de até 21 anos, se egressos do sistema socioeducativo. Atendimento/Serviços: A inclusão no programa é realizada por equipe técnica executora, após o encaminhamento do caso por um dos seguintes órgãos - Porta de Entrada: Conselho Tutelar, autoridade judiciária competente, Defensoria Pública e Ministério Público - Decreto Estadual nº 58.238, de 20/7/2012, a duração no programa é de até um ano, podendo ser prorrogada em situações excepcionais, e depende da voluntariedade do ameaçado e de anuência dos representantes legais ou da autoridade judiciária competente, quando for o caso. Após a inclusão no programa, o protegido e seus familiares serão acompanhados pela equipe técnica que dará todo o suporte necessário para a adaptação ao novo local de proteção, devendo, em contrapartida respeitar e seguir determinadas regras, sob pena de desligamento. Requisitos para ingresso no Programa: Ser criança-até 12 anos incompletos, adolescente-de 12 anos a 18 anos incompletos ou ter até 21 anos, neste último caso desde que egresso do sistema socioeducativo; não ser possível ou não ser indicada outra medida de menor impacto na vida da criança ou adolescente e a impossibilidade de impedir a coação ou a grave ameaça por outros meios convencionais; Voluntariedade do ameaçado; Anuência dos representantes legais do ameaçado ou, na ausência, impossibilidade ou incompatibilidade da anuência, o suprimento pela autoridade judicial competente; não se encontrar o menor em cumprimento de medida socioeducativa de privação de - internação ou semiliberdade, previstos nos artigos 120 e 121 do ECA; Aceitar as regras impostas para a inclusão do programa. Número de solicitações: Foram realizadas 103 solicitações para avaliação do Programa-dado refere-se ao período de janeiro até 16/112022. Número de protegidos: 109 pessoas, sendo 52 casos - crianças, adolescentes ou jovens e 57 familiares - dado refere-se ao período de 1/1 até 16/11/2022). O detalhamento mensal da proteção consta na tabela a seguir. O cálculo se baseia no saldo de casos e familiares protegidos em dezembro do ano anterior somados aos casos e familiares inseridos mensalmente no programa. Saldo de casos-crianças, adolescentes ou jovens inseridos no PPCAAM ano anterior = 29; Saldo familiares inseridos no PPCAAM ano anterior = 24; casos-crianças, adolescentes ou jovens inseridos no PPCAAM = 23; Familiares inseridos no PPCAAM ano anterior = 33; Subtotal = 109. Modificação da entidade executora do Programa: A Secretaria da Justiça e Cidadania decidiu encerrar o Termo de Colaboração com a Associação Cristã Mãe Zazá, até então Organização da Sociedade Civil responsável pela execução do PPCAAM/SP, de modo a evitar a descontinuidade da política pública de combate à letalidade infanto-juvenil, estabeleceu Plano de Transição para o período de 3/1/2022 a 2/2/2022, visando à transferência do objeto de forma paulatina e segura à Aldeias Infantis SOS Brasil, instituição selecionada para operar o Programa de Proteção no ano. Recursos: Pagamentos executados - Associação Cristã Mãe Zazá, no mês de janeiro foram pagos R$ 226.465,99 da Fonte 1 - Governo Estadual, sem repasse do Governo Federal; Pagamentos executados - Aldeias Infantis SOS Brasil: janeiro: R$ 141.373,64 e 186.391,92 da fonte 1, sem repasse federal-fonte 5; fevereiro sem repasse da fonte 1 e repasse federal R$ 14.422,81; março R$ 372.783,84 da fonte 1, sem repasse federal-fonte 5; abril sem repasses; maio R$ 180.363,28 da fonte 1, sem repasse federal-fonte 5; junho R$ 90.181,64 da fonte 1 e repasse federal R$ 50.084,61; julho R$ 154.391,87 da fonte 1 e repasse federal R$ 259.695,05; agosto sem repasses; setembro R$ 141.046,78 da fonte 1 e repasse federal R$ 309.276,74; outubro sem repasses; novembro R$ 179.169,86 da fonte 1. Subtotal R$ 1.445.702,83 - Fonte 1 e R$ 633.479,21. Total R$ 2.079.182,04. O Centro de Referência e Apoio à Vítima-CRAVI é um serviço público e gratuito que oferece apoio psicossocial e jurídico a vítimas diretas e indiretas de crimes contra a vida - homicídio, latrocínio e feminicídio. Em seus 24 anos de existência, o CRAVI já realizou mais de 60 mil atendimentos. Em 2022 foram inauguradas 6 Unidades CRAVI, isso quer dizer que finalizamos este ano com 13 Unidades CRAVI em funcionamento no Estado. Entre interior e litoral são 8 Unidades: Araçatuba; Barueri; Caieiras; Guarulhos; Pindamonhangaba; Santos; São Vicente e Suzano. 5 Unidades na cidade de São Paulo, nos seguintes bairros: Barra Funda, Feitiço da Vila, Grajaú, Itaim Paulista e Jova Rural. Contamos com uma equipe interdisciplinar e especializada de mais de 50 profissionais e mais 30 estagiários de pós-graduação e graduação dos cursos de psicologia e serviço social, para realização de triagens, acolhimentos e atendimentos das vítimas de violência. Desde janeiro foram contabilizados mais de 8 mil atendimentos, tanto presenciais quanto on-line. Para além dos atendimentos diretos realizados em nossas Unidades, foram realizadosplantões nos Centros de Integração da Cidadania-CIC - Campinas e Jundiaí. Muitos esforços foram direcionados à articulação de rede nos territórios, por meio de eventos; oficinas; palestras e rodas de conversa realizadas junto a outros equipamentos, ações que mobilizaram diretamente mais de 4 mil pessoas. Ainda em relação à articulação de rede, vale destacar a renovação de parcerias institucionais junto a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Prefeituras e Universidades, bem como a manutenção de convênios vigentes com Organizações da Sociedade Civil, Ministério Público e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A parceria com o Tribunal de Justiça é voltada ao suporte às vítimas de violência doméstica, o CRAVI recebe os boletins de ocorrência com os respectivos termos de audiências de custódias e realiza contato telefônico com as vítimas para informá-las sobre as medidas protetivas e a possibilidade de encaminhamento para serviços específicos em sua região. Somente em 2022 foram atendidas mais de 700 mulheres na Unidade CRAVI Barra Funda em São Paulo. Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP é um programa da Secretaria da Justiça e Cidadania que tem por objetivo estabelecer diretrizes para articular e integrar poder público e sociedade civil para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, conforme as normas nacionais e internacionais de direitos humanos, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, promover o encaminhamento dos casos para atendimento das demandas de assistência integral às vítimas junto aos órgãos competentes, nas esferas de governo municipal, estadual e federal. Articula diversas instituições para o enfrentamento desses ilícitos, dentre elas, Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público da União, Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União, incluindo organizações da sociedade civil, importantes parceiras no acolhimento e atendimento às vítimas. Atua em estreita colaboração com a Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho - na judicialização dos delitos. O NETP é muito importante no momento do pós-resgate e na assistência às vítimas, pois articula o encaminhamento para acolhimento, atendimentos psicossociais e de saúde, bem como eventuais retornos aos seus locais de origem. Coordena: Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CEETP/SP; Comitês Regionais de Araraquara, Bauru, Campinas, Guarulhos, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba; Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE/SP; Comitê Estadual para os Refugiados - CER/SP no Estado de São Paulo. Ações do NETP no exercício de 2021: Aprovação do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo, fruto de intenso trabalho da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE/SP, coordenada pela Secretaria da Justiça e Cidadania, pelo Governador João Doria por meio do Decreto nº 65.528, de 17/2/2021; Secretariado das reuniões periódicas do CEETP/SP, COETRAE/SP e CER/SP; Reativação de 14 Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de São Paulo, localizados nos Municípios de Araraquara, Bauru, Campinas, Guarulhos, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba; O Secretário da Justiça e o NETP integraram importante operação policial que resgatou jovens chinesas em uma casa de prostituição no bairro da Aclimação onde, segundo as investigações, elas eram mantidas reféns por uma quadrilha também do país asiático. Nos locais invadidos pela polícia, além das garotas, foram encontrados milhares de reais e armamento; Palestra Rede de Enfrentamento e Fluxograma, realizada em 4/3, na Sede da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo, com a presença de 20 policiais rodoviários federais Palestra Recebimento de denúncias, diligências e forças-tarefa no Webinário Trabalho em condições análogas à de escravo no âmbito doméstico e urbano: problemas práticos e formas de enfrentamento, promovido pela Escola Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - 545 visualizações - zoom e youtube, realizada em 10/3; Debate virtual Seres humanos não são mercadoria: diga não ao tráfico de pessoas, promovida pelo Centro de Apoio e Pastoral do Migrante - CAMI, com participação de representantes do MPT-15 e do COMTRAE, realizada em 23/7, com 160 pessoas. Expedientes instaurados: 49 expedientes instaurados; Denúncias: 15 denúncias, envolvendo 49 vítimas, das quais 5 são adolescentes, nos municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, São Sebastião, São Bernardo do Campo e Bady Bassit, das seguintes nacionalidades: brasileira, paraguaia, boliviana, iraniana,chinesa, venezuelana, haitiana e colombiana.

Mediação de Conflitos e Comissões Especiais: Mediação de Conflitos de Direitos Humanos tem a finalidade de mediar a comunicação entre cidadão e unidades da Secretaria da Justiça e Cidadania, prestar orientações e gerenciar manifestações de forma transparente, independente e imparcial. Considerando a vigência das Leis Estaduais n° 10.948/2001, nº 11.199/2002, nº 14.187/2010, nº 17.346/2021 e Decreto nº 66.546/2022 regulamenta os artigos 154 a 157 da Lei Estadual nº 17.431/2021, as denúncias recebidas por este setor concentram-se respectivamente nos casos de discriminação em razão de orientação sexual e ou identidade de gênero, pessoas que vivem com HIV/AIDS, discriminação étnico-racial, por motivo religioso e discriminação à mulher. As denúncias são examinadas de forma individual e, caso apresentem elementos essenciais para sua apuração, são encaminhadas às coordenações responsáveis. A Ouvidora é gestora do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Justiça e Cidadania e o Egrégio Tribunal de Justiça, e a assessora é responsável por oferecer suporte administrativo e assessorar na organização das sessões de mediação de conflitos, exercendo também a função de escrevente. Total de Sessões de Mediação realizadas na Secretaria da Justiça e Cidadania - avaliação do período de janeiro/2022 a 31/10/2022: 63; Resultado: Frutíferas: 28, Infrutíferas: 15, Prejudicada: 4 e Redesignada: 16. Total de Denúncias de Discriminação - período de 1/1/2022 a 31/10/2022: 689. Étnico-racial: 336; Intolerância Religiosa: 129; Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero: 206; HIV/AIDS: 8; Mulher: 10. Comissão Especial - Discriminação em Razão de Orientação Sexual ou Identidade de Gênero - Lei Estadual nº 10.948/2001 - Processos instaurados: 36 - Decisões: Absolvição: 24 definitivas. Condenação: Pena de Advertência: 10 definitivas; Multa de 1.000 Ufesps: 7 definitivas. Extinção do Processo pela Prescrição: 2 definitivas. Arquivamento pelo não enquadramento à Lei Estadual nº 10.948/2001: 1 - Fase Recursal: 14 processos. Comissão Especial- Discriminação aos Portadores do Vírus HIV ou às Pessoas com AIDS - Lei Estadual nº 11.199/2002 - Processos instaurados: 1 - Comissão Especial - Discriminação contra a Mulher-artigos 154 a 157 da Lei Estadual nº 17.431/2021**,** regulamentados pelo Decreto Estadual nº 66.546/2022. Processos instaurados em 2022: 5 - Obs.: Um mesmo processo pode ter mais de um resultado quando há mais de um denunciado. Essa situação faz com que a soma das decisões ultrapasse o número de processos. Comissão Especial - Discriminação Racial - Lei Estadual nº 14.187/2010: 1 - Processos instaurados em 2022 = 59; 2 - Processos em andamento em 2022 = 122; 3 - Decisões proferidas em 2022 = 21: Decisões de Improcedente = 9; Decisões de Procedente = 11; 4. Penalidades aplicadas: Advertência = 5; multa de 500 Ufesps = 13; Multa de 750 Ufesps = 1; Multa de 1000 Ufesps = 2. Comissão Especial - Discriminação Religiosa-Leis nº 17.157/2019 e nº 17.346/2021 - Processos instaurados em 2022 = 6. Comissão Especial - Vacinação contra a Covid19, criada pelo Decreto Estadual nº 65.725/2021, que regulamentou a Lei Estadual nº 17.320/2021 para apurar o não cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no plano nacional e/ou estadual de imunização contra a Covid-19, e a aplicação das penalidades previstas no mencionado diploma legal. Denúncias anteriores à Lei Estadual nº 17.320/2021 = 13, Denúncias posteriores à Lei Estadual nº 17.320/2021 = 42, Processos instaurados em 2022 = 63. Decisões: Absolvição: 4 definitivas. Condenatórias: 4 definitivas - Penas de multa, sendo 1 de 850 UFESP'S e 3 de 500 UFESP'S. Fase recursal: 2.

Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID. Histórico: O Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID, previsto na Lei Federal nº 7.347/1985, teve sua criação

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

autorizada no âmbito do Estado de nº 13.555/2009. Inicialmente o Fundo, então denominado Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, integrava a estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de São Paulo, tendo permanecido sob aquela Gestão até junho de 2009, quando passou a vincular-se a esta Secretaria e denominar-se Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos. FID. O objetivo do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID é gerir os recursos destinados à reparação dos danos - ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte, às pessoas com deficiência, ao idoso, à saúde pública, à habitação e urbanismo e à cidadania, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no território do Estado - devolvendo-os à população de São Paulo como ressarcimento. Podem ser financiados projetos relativos à: reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos interesses difusos ou coletivos, no Estado de São Paulo. Convênios assinados**:** Até a data de emissão deste relatório não houve assinatura de novos convênios. Entrega de Obras: foram concluídos e entregues 35 projetos, conforme segue: Associação dos Proprietários e Amigos do Solar Coronel Manoel Jorge Ferraz- Casa Julia Ferraz; Catavento Cultural e Educacional; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Prefeitura Municipal de Altinópolis; Prefeitura Municipal de Boituva; Prefeitura Municipal de Cajati; Prefeitura Municipal de Colômbia; Prefeitura Municipal de Dumont: Prefeitura Municipal de Floreal; Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto; Prefeitura Municipal de Itapetininga; Prefeitura Municipal de Jeriquara; Prefeitura Municipal de Mariápolis; Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira; Prefeitura Municipal de Monte Alto; Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista; Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista: Prefeitura Municipal de Nova Europa; Prefeitura Municipal de Paulo de Faria; Prefeitura Municipal de Pedregulho; Prefeitura Municipal de Pedreira; Prefeitura Municipal de Piacatu; Prefeitura Municipal de Planalto; Prefeitura Municipal de Pradópolis; Prefeitura Municipal de Queiroz; Prefeitura Municipal de Sagres; Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição; Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo; Prefeitura Municipal de Tietê; Prefeitura Municipal de Ubarana; Centro Educacional e Cultural Toque - Escola Toque-FUNBESCO, Prefeitura Municipal de Amparo; Universidade Estadual Paulista - Unesp - Campos Botucatu; Prefeitura Municipal de Suzano; Prefeitura Municipal da Estância Turística de São José do Barreiro, no valor total de 45.289.622,20, sendo, R$ 35.376.334,81 com recursos do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID e R$ 9.913.287,39, com recursos da contrapartida. Recursos orçamentários e financeiros: foram disponibilizados no orçamento de 2022 o montante de R$ 35.023.969,00, dos quais, foram empenhados o montante de R$ 13.647.277,61 e pagos R$ 3.720.177,56 e, ainda, foram pagos com recursos inscritos em restos a pagar o montante de R$ 10.795.146,29, totalizando o montante pago no exercício de R$ 14.515.323,85.

Grupo de Planejamento e Fiscalização de Obras e Serviços - GPFOS teve sua nomenclaturaalterada pelo Decreto Estadual nº 67.254/2022, passando a denominar-se Departamento de Engenharia: Garantir o acesso à Justiça requer instalações adequadas, além de conforto e segurança. As obras acompanhadas pelo Departamento de Engenharia têm como objetivo garantir o conforto ambiental das edificações forenses, promovendo ainda um espaço totalmente acessível à população que necessita dos serviços prestados pelos judiciários locais. Obras concluídas de Fóruns: Construção-1: Caraguatatuba; Acessibilidade-13: Cerqueira César, Fartura, Miracatu e Laranjal Paulista-Grupo 4; Garça, Pirajuí e Barra Bonita-Grupo 5; Caconde, Espírito Santo do Pinhal, Sta. Rita do Passa Quatro, Mogi Guaçu e São Simão-Grupo 6; Carapicuíba-Emenda Parlamentar; Ampliação e Reforma 1: Indaiatuba-Emenda Parlamentar; Reforma 1: Taboão da Serra-Emenda Parlamentar. Outras Obras: Acesso Viário 1: Mirandópolis - em fase de conclusão. Obras de Fóruns em Andamento: Construção 3: Boituva, Ipaussu e Itatinga; Acessibilidade 17: Andradina, Pereira Barreto e Valparaíso - Grupo 7; Buritama, Nhandeara, Nova Granada e Tanabi - Grupo 8; Guariba, Pitangueiras, Santa Adélia e Santa Cruz das Palmeiras - Grupo 9; Colina, Igarapava e Nuporanga - Grupo 10; São Bernardo do Campo, Vila Mimosa - Campinas e Santos - Emergenciais. Início das obras a partir de final de novembro, começo de dezembro/22. A Secretaria da Justiça e Cidadania investiu, até outubro, R$ 11.227.127,91 em obras forenses, sendo R$ 10.236.301,81 - recursos próprios, bem como R$ 990.826,10 - Emendas Parlamentares.

Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema-FUNDESPAR vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania tem por finalidade apoiar os municípios que formam a10ª Região Administrativa formada por 53 municípios, cujos objetivos são financiar e investir em programas e projetos de interesse da área; apropriar tecnologia com vistas à modernização das atividades produtivas da área; contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria dos serviços públicos municipais; acompanhar e controlar a execução dos programas e projetos financiados pelo Fundo; participar das atividades de planejamento regional do Pontal do Paranapanema; e contribuir com recursos técnicos e financeiros para a regularização fundiária da região. Atualmente são 20 projetos aprovados, sendo 12 com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - José Gomes da Silva - ITESP e 8 com municípios que possuem assentamentos em seus territórios como proponentes, para utilização do montante de R$ 4.200.000,00, dos recursos do FUNDESPAR, para realização de reformas, compra de insumos, equipamentos, maquinários, veículos, entre outras demandas que se fizerem necessárias, para atender os assentamentos da região. O FUNDESPAR conta com um Conselho Orientador, composto por 11 membros, cuja presidência é exercida por um dos representantes da Secretaria da Justiça e Cidadania, na forma do Decreto Estadual nº 57.744/2012 e é regido, principalmente, pela Lei Estadual nº 11.600/2003. Tendo em vista o que fora deliberado na 6ª Reunião do Conselho de Orientação do FUNDESPAR, realizada em 3/12/2021, na qual 5 propostas foram aprovadas, 2 foram formalizadas no referido exercício. A saber: Convênio com a Prefeitura Municipal de Piquerobi, assinado em 1/7/2022, para execução do Projeto: Expansão da Produção Hortifruti da Associação dos Produtores Rurais dos Assentamentos Santo Antônio da Lagoa, São José da Lagoa e Santa Rita da Lagoa, pelo prazo de 12 meses, no valor total de R$ 57.000,00, sendo R$ 23.300,00 de responsabilidade do FUNDESPAR e R$ 33.900,00 oriundos da contrapartida oferecida pelo município; e em 26/7/2022, formalizou-se o Aditamento de prazo - convênio 77/2019 ITESP, cujo Projeto é: Apoio Inicial à Produção Familiar/Subprograma Segurança Alimentar Kit Pomar Doméstico para os Três Novos Projetos de Assentamento em Implantação nos municípios de Mirante do Paranapanema, Irmã Doroty Stang, 35 Famílias, Marabá Paulista, Dom Paulo Evaristo Arns, 42 Famílias e André Franco Montoro, 234 Famílias, por mais 36 meses, totalizando 48 meses. Em 3/8/2022, realizou-se a 7ª Reunião do Conselho de Orientação, e, dentre os assuntos tratados, foi aprovado o Convênio com a Prefeitura de Tupi Paulista, objetivando a execução do Projeto: Reforma do Barracão - Assentamento Guaraciaba, no valor total de R$ 26.595,62, sendo R$ 8.812,24 de responsabilidade do FUNDESPAR e R$ 17.783,38 de responsabilidade municipal, a título de contrapartida, pelo prazo de 12 meses; deliberou-se, ainda, pela aprovação do aditamento de prazo e alteração de valores, ao Termo de Convênio da Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha, Projeto: Centro de Captação e Processamento de Hortifruti, Agregação de Valor e Acesso ao Mercado Construção de Prédio Público Municipal para ceder às Associações, montante total de R$ 282.180,53, sendo R$ 149.727,33 de responsabilidade do FUNDESPAR e o importe de R$ 132.453,21, proveniente da contrapartida municipal; aprovou-se ainda, o Aditamento de prazo pra oconvênio firmado com a Prefeitura Municipal de Caiuá, Projeto: Execução do Projeto Reforma do Centro Comunitário da Agrovila III e IV, valor alterado para R$ 117.075,08, sendo R$ 87.785,01 de responsabilidade do FUNDESPAR e R$ 29.290,07 relativos ao importe oferecido comocontrapartida, pelo município. Além disso, houve a aprovação do Termo de Denúncia ao Convênio 21/2019, celebrado com Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes - Processo SJC nº 1163447/2017 - SJC-PRC-2022/00304. Na 8ª Reunião do Conselho de Orientação, realizada em 19/10/2022, foi aprovado o aditamento de prazo por mais 48 meses do Processo SJC nº 850719/2021-SJC-PRC-2022/00287, Convênio 1/2021, ITESP, Projeto: Programa de Apoio Inicial à Produção Familiar - Subprograma Correção dos Solos - Calagem. Cumpre destacar, que foram encerrados quatro convênios, diante das finalizações dos seus respectivos objetos: sendo eles: Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau - Convênio 14/2019, Projeto: Programa de Apoio à Infraestruturada Merenda Escolar e ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Municipal, firmado com o valor total de R$ 100.359,00, de total responsabilidade do FUNDESPAR; Prefeitura Municipal de Rosana - Convênio 76/2019, objeto do Projeto: Rede de Distribuição de Água e melhorias de Poços Profundos, no montante total de R$ 243.228,05, sendo o FUNDESPAR, responsável por R$ 179.019,66 e R$ 64.208,40 de responsabilidade municipal, a título de contrapartida; Fundação ITESP-Convênio 3/2019, objeto: Reforma de Edificação onde funciona o Centro Digital no Assentamento Nova Pontal-Rosana, no valor de R$ 69.043,61, onde o FUNDESPAR responde na integralidade; Fundação ITESP - Convênio 10/2019, objeto: Reforma de Casa Sede do AssentamentoMaturi-Caiuá, no valor total de R$ 47.096,70 de responsabilidade do FUNDESPAR. Nos termos da Resolução SJC nº 12/2020 e do Decreto Estadual nº 66.509/2022, os processos do FUNDESPAR foram convertidos em digital.

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania tem por finalidade o planejamento e a execução das políticas agrária e fundiária do estado de São Paulo. Programa de Regularização Fundiária Rural e Urbana: ultrapassadas as limitações impostas pela pandemia, até outubro, foram cadastradas e levantadas 5.756 unidades imobiliárias e entregues 2.800 títulos de propriedade e/ou domínio, de legitimação fundiária, de legitimação de posse ou termo de consolidação de domínio. O programa é executado pela Fundação ITESP em parceria com Municípios e Procuradoria Geral do Estado. No ano, vigeram 118 parcerias com Prefeituras: 94 convênios, 20 protocolos de intenções e 4 contratos, englobando mais de 70 mil imóveis. Foram assinados 19 novos convênios e 25 novos aditamentos de convênios. Prestação de serviços técnicos especializados: no ano de 2022 foi dada continuidade aos contratos com a Fundação Florestal para promover a regularização fundiária das seguintes Unidades de Conservação: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA, com uma área de 2.249,6 hectares, Parques Estaduais Campos do Jordão, com área de 8.176,3859 hectares, e Mananciais de Campos do Jordão, com área de 503,0651 hectares. Também foi dada continuidade aos contratos para promoção de áreas específicas com os municípios de Araçatuba - imóveis da antiga FEPASA, Presidente Prudente - Chácaras Arilena e Terras de Imoplan e Pindamonhangaba - São Benedito e Goiabal. Georreferenciamento de Assentamentos e Quilombos Estaduais. Ocorreram trabalhos de georreferenciamento para regularização dos Assentamentos Porto Feliz, Pirituba, Cordeirópolis, Rodeio, São Camilo, Iapinary, Nova Vida e Dom Tomas Balduíno, inclusive com tratativas administrativas junto à PGE e Registro de Imóveis para promover a retificação dos registros. Foram realizados trabalhos técnicos em parte do Assentamento Guarani em Pradópolis para promover a regularização ambiental e registral da área. Além disso, considerando a alteração trazida pela Lei Estadual nº 17.517/2022, para titulação das famílias assentadas, foi realizada licitação para contratação de serviços técnicos de georreferenciamento com certificação no SIGEF/INCRA e procedimentos de regularização do Registro imobiliário de imóveis rurais, para todos os assentamentos administrados pela Fundação Itesp, sob a fiscalização das equipes técnicas. Quanto aos levantamentos georreferenciados em territórios quilombos, inclusive para identificação de terceiros, foram realizados trabalhos no Quilombo Ribeirão Grande e no Quilombo Aldeia em Iguape. Também foram realizados trabalhos para a emissão de títulos relativos aos Quilombos Sapatu, Nhunguara e Ostra, incluindo a identificação de terceiros. Ademais, foi realizado o acompanhamento das tratativas de acordo em ACP, em conjunto com o MPF, FF, PRF, AGU, para o reconhecimento e titulação do Quilombo Fazenda em Ubatuba, sobreposto ao Parque Estadual da Serra do Mar. Atuação conjunta com a Procuradoria Geral do Estado para instrução de ações discriminatórias e elaboração de planos gerais de legitimação de posses em terras devolutas estaduais. Foram realizados levantamentos e cadastros para fins de regularização fundiária rural e urbana no 4º, 16 º, 25º e 28º Perímetros de Eldorado, 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema, 3º, 7º e 51º Perímetros de Capão Bonito, 41º e 42º Perímetros de Apiaí, 2º Perímetro de Jacupiranga, 2º e 18º Perímetro de Iguape e 4º Perímetro de Paraibuna. Foram realizados trabalhos demarcatórios no 10º Perímetro de Presidente Bernardes em uma área aproximada de 2.800,00 hectares. Ademais, foram realizados estudos para a propositura de discriminatória administrativa do 6º Perímetro de Ubatuba, bem como a instrução para a expedição de Carta de Sentença do 3º Perímetro de São Luiz do Paraitinga e registro em Cartório. Por fim, foi realizado estudo dominial no 22º Perímetro de Iguape para subsidiar a proposta de criação do distrito turístico da Juréia. Regularização Fundiária de imóveis rurais da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo-Pontal do Paranapanema, com fundamento na Lei Estadual nº 11.600/2003, alterada pela Lei Estadual nº 14.750/2012. Foi dado prosseguimento nas análises dos pedidos de regularização de posse ainda não deferidos. Ao todo, desde a entrada em vigor da Lei Estadual nº 14.750/2012, foram protocolizados cerca de 100 pedidos, que somam mais de 22 mil hectares. Regularização Fundiária de imóveis rurais da Região Administrativa de Registro e de Itapeva-Vale do Ribeira e Alto Vale: Além de atendimento de mais de 100 solicitações e instruções de regularização fundiária rural, foram instruídos inúmeros processos administrativos para fornecimento de certidões e materiais técnicos. Ao todo, desde a entrada em vigor da Lei Estadual nº 16.475, foram protocolizados 86 pedidos, que somam mais de 2 mil hectares. Elaboração de anteprojeto de lei para dar efetividade aos acordos e transações de regularização fundiária de áreas objetos de ações discriminatórias, demarcatórias e reivindicatórias. Com a aprovação da Lei nº 17.557/2022, a Fundação Itesp elaborou, em conjunto com a PGE, o Decreto Estadual nº 67.151/2022, para a regulamentação. Até o momento, estão em andamento cerca de 30 pedidos de acordo, envolvendo mais de 10 mil hectares. Elaboração e acompanhamento do anteprojeto de decreto para alterar o Decreto Estadual nº 55.606/2010. Foi elaborada a proposta de decreto para ampliar os resultados das ações da Fundação Itesp na regularização fundiária urbana e rural. Para tanto, a proposta inclui o Programa Bairro Feliz e aprimora a metodologia de trabalho da Fundação Itesp prevendo mais possibilidades de parcerias, apoio técnico e institucional às Administrações Municipais para a formulação, implementação e avaliação da política fundiária, mediante estudos, capacitação, aprimoramento tecnológico e ações conjuntas de regularização fundiária de interesse social. Após a devida aprovação da PGE, aguarda-se a assinatura e publicação do Decreto Estadual.

Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo vinculado à Secretaria da Justiçae Cidadania tem por finalidade realizar perícias de Medicina Legal - ML e de Investigação de VínculoGenético - IVG -exame de DNA, determinadas por autoridades competentes do Estado de São Paulo,produzindo e difundindo conhecimento na sua área de atuação. Visão: Ser reconhecido como órgão de excelência na área pericial, em âmbito nacional. Dados de Produção e Atividades: Devido à pandemia da Covid-19, a realização das perícias foi suspensa em 18/3/ 2020 e retomada, na sede do Imesc, em 22/6/20, com todos os protocolos sanitários determinados pelo Estado. Apesar do retorno das atividades do Instituto, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-TJSP determinou o fechamento dos Fóruns, o qual durou longo período. Isso gerou um acúmulo de demanda reprimida, com mais de 2,5 mil perícias de cada Região Administrativa Judiciária-RAJ, devido à paralisação no interior e no litoral. A reabertura gradual ocorreu a partir de maio/2021, porém com jornada de trabalho reduzida, a qual foi normalizada apenas em 2022. Esta situação sobrecarregou o órgão e foi agravada pela absorção das perícias da Secretaria de Estado da Saúde desde junho/2021, sem que o Imesc pudesse contar com qualquer aumento e/ou reposição do quadro de pessoal compatível com a

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

sua realidade para fazer frente às novas atribuições. Neste cenário, o Instituto passou a buscar, a duras penas, atender um volume expressivamente maior de perícias com o mesmo quadro funcional, há muito defasado. Para atender a demanda, tem envidado todos os esforços necessários para permitir a agilização dos trâmites burocráticos e garantir maior celeridade na realização das perícias, os quais incluem: Metas para entrega de laudos: Mutirões nas unidades descentralizadas; Tratativas junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo-MPSP para levantamento e envio de perícias represadas, à Chefia de Gabinete do Imesc, a fim de dar maior celeridade aos feitos, o que gerou o Aviso nº 466/2022 - PGJ-CAOCR; Tratativas junto à Corregedoria Geral da Administração e Corregedoria Geral da Justiça-CG, para envio de listas de processos represados. Abertura de cadastramento e credenciamento de peritos com ampliação do rol de especialidades médicas; Contratação de 52 estagiários de nível médio e superior; Solicitação de afastamento de servidores da Fundação Casa e da Secretaria da Saúde para o Imesc; Recepção de pessoas em cumprimento de pena alternativa para auxiliar na área administrativa; Implantação de plataforma digital de gestão de laudos.Produção pericial

2022	*ML*	*IVG*	*Total (ML + IVG)*
Perícias/avaliações agendadas/reagendadas (até dez/2022)	41.874	13.316	55.190
Perícias/avaliações realizadas (até out/2022)	21.641	5.800	27.441
Laudos/quesitos expedidos (até out/2022)	29.916	5.265	35.181

Fonte: SIMESC - Relatórios Agendamentos Gerais-ML, Expedição-ML e Estatística por Regional-IVG, emitidos em 3/11/2022. OBS.: A diferença entre o número de perícias agendadas e realizadas decorre, em sua maioria, do não comparecimento dos periciandos. A absorção de todas as perícias da Secretaria da Saúde a partir de 1/6/2021 representou um aumento de 40% na demanda rotineira, com destaque para as perícias criminais-exceto as de vítima, cujo aumento percentual anual do total de agendamentos até dez/2022-n=5.567, em 24/10/2022, foi de: 191% em relação a 2019-n=1.911; 196% em relação a 2020-n=1.881; 67% em relação a 2021-n=3.324. Comparando-se o aumento percentual semestral do total de agendamentos de perícias criminais - exceto vítima: De jan/jun/2022 -n=3.174, em 24/10/2022, houve: 242% de aumento em relação a jan/jun/2019-n=928; 274% em relação a jan/jun/202-n=848; 142% em relação a jan/jun/2021-n=1.313; De jul/dez/2022-n=2.393, em 24/10/2022, houve: 143% de aumento em relação a jul-dez/2019-n=983, 132% em relação a jul-dez/2020-n=1.033; 19% em relação a jul-dez/2021-n=2.011. Abrangência do atendimento pericial**:** Além da sede, o Imesc conta atualmente com 10 unidades descentralizadas de ML e 22 para coleta de material biológico para perícias de IVG, além dos 17 Centros de Integração da Cidadania-CIC nos quais também são realizadas coletas para exames de DNA. As perícias psiquiátricas de réus presos, na Capital, continuam sendo realizadas no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros-CDP III e IV e na Penitenciária Feminina de Sant'Ana - PFS do Carandiru bem como a coleta de material biológico de réus presos, por funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária-SAP, para fins de exame de DNA. Mutirões: Os mutirões são situações de atendimento pontual e excepcional, fora da rotina do Imesc, com o objetivo de dar vazão a uma demanda específica, reprimida ou não, de solicitação de perícia de ML ou de IVG. Foram realizados 8 mutirões, sendo 5 de IVG e 3 de ML, com previsão de mais 2 de ML até dezembro. Atividades de produção e difusão do conhecimento**:** Ocorreram as seguintes ações: Estágio em psiquiatria forense para residentes de Psiquiatria-convênios com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e com o Centro de Atenção Integral à Saúde Mental - CAISM de Franco da Rocha; Estágio em medicina legal para residentes de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-FMUSP; Atividades de treinamento compostas por videoaulas, quiz e fóruns de discussão para novos peritos;

Ações de Educação Continuada para peritos. Execução orçamentária-resumo 2021/2022

Ano	*Dotação Inicial R$*	*Dotação Atual R$*	*Empenhado R$*	*Empenhado %*	*Liquidado R$*	*Liquidado %*	*Pago R$*	*Pago %*
2021	26.000.590,00	29.273.227,00	19.593.267,23	66,9	19.593.267,23	66,9	17.331.093,25	59,2
2022	29.783.436,00	42.783.436,00	28.918.071,64	67,6	20.238.987,17	47,3	18.008.223,97	42,1

Destaques: Digitalização e guarda externa do acervo. Em cumprimento ao programa governamental Imesc Digital, em outubro de 2020 foi apresentado o Projeto de Digitalização dos Prontuários Periciais do Instituto. Posteriormente, foi elaborado novo projeto, incluindo a guarda externa do acervo físico de mais de 600 mil prontuários periciais datados desde 1970. A guarda externa foi concluída em 2022 e o próximo passo será a digitalização, a qual visa à segurança da informação e propicia maior facilidade para pesquisa de cunho científico. Realização de perícias para Pessoa comDeficiência, para fins de isenção do IPVA**:** De acordo com o Decreto nº 66.470, de 1/2/2022, alteradopelo Decreto nº 67.108, de 13/9/, que disciplina as condições para a concessão do direito à isenção do IPVA à pessoa com transtorno do espectro do autismo ou com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental, enquanto não estiver regulamentada a avaliação biopsicossocial, coube ao Imesc emitir laudo pericial, comprovando o grau moderado, grave ou gravíssimo de deficiência ou de transtorno do espectro do autismo, que levará em consideração a Classificação Internacional de Doenças - CID e a Classificação Internacional de Funcionalidade - CIF, da Organização Mundial daSaúde. Para a elaboração dos laudos caracterizadores de PCD, o Imesc publicou, em 26 de maio de 2022, edital de credenciamento de entidades médicas públicas ou privadas, retificado em 26 de agosto, e regulamentou, de acordo com o Decreto nº 67.108, o laudo caracterizador da deficiência para fins de isenção do IPVA. Ampliação do cadastramento de profissionais**:** Com o objetivo de ampliar o quadro de peritos e de especialidades médicas, em 28/5/2022, foi publicado edital de Cadastramento de servidores estaduais, pertencentes às classes de médico, para fins de perícias forenses, avaliações e exames correlatos a serem realizados na sede do Imesc ou em local previamentedeterminado pela administração. Programa Encontre seu Pai Aqui**:** Em 19/4/2021, foi assinada a prorrogação do Termo de Cooperação com o MPSP para continuidade do Programa Encontre seu Pai Aqui por meio da realização de perícias de IVG. Trata-se de um serviço extrajudicial que prevê a realização de exames de DNA para as pessoas que espontaneamente procurarem o Poupatempo em todo o Estado. O Convênio terá duração de cinco anos e a meta é atingir 300 atendimentos anuais. Na tentativa de desburocratizar o serviço ao máximo, em 30/9/2022 o Imesc inovou. Por meio de umaespécie de chamamento público, as partes, de comum acordo, passaram a ter a possibilidade de realizar a perícia sem agendamento prévio, na sede do Instituto-São Paulo - Capital, em esquema deplantão previsto uma vez por mês, até o final do ano-20/10, 25/11 e 09/12. Uma vez pronto o exame,o Imesc envia o laudo para o MPSP que convoca as famílias para entrega do resultado e encaminhamento ao Cartório de Registro Público. Implantação da plataforma digital: Em 12/11/2021,Imesc e Prodesp assinaram contrato para implantação da nova plataforma digital de laudos periciais.Para dar celeridade aos agendamentos e encaminhamentos dos laudos periciais ao Poder Judiciário, o novo sistema, previsto para lançamento em dezembro/2022, visa elevar o nível de eficiência, automação e conexão entre as plataformas-Imesc e e-SAJ. Por meio da interface direta com o TJSP,via peticionamento eletrônico, o sistema atual será transformado em uma plataforma de gestão de laudos, de forma inédita. Exame criminológico de réus soltos: Conforme tratativas junto à CG, a partirde outubro, o Imesc absorveu as perícias de exame criminológico de réus soltos. O assunto foi originado pelo Processo SAJADM 2022/00068362, de 29/6/2022. Prêmio Innovare - 19ª Edição**:** O Imesc participou da 19ª Edição do Prêmio Innovare, chegando até a segunda fase do processo seletivo,com o projeto Perícias para pessoas com deficiência ingressarem no mercado de trabalho, em parceria com as secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo. Comunicados do TJSP e da CG relacionados ao Imesc**:** Sempre em contato como TJSP e a CG para aprimorar a comunicação e os serviços prestados, foram publicados 3 Comunicados relacionados ao Imesc: Comunicado CG nº 342/2022, de 8/6/2022: comunica que o Imesc, para maior celeridade na conclusão de perícias de interdição e curatela, na área cível, e de insanidade mental e dependência toxicológica, na área criminal, elaborou quesitos padronizados, transcritos no referido comunicado, que serão analisados e respondidos nos laudos periciais. Comunicado Conjunto nº 555/2022, de 31/8/2022: autoriza a nomeação direta de peritos médicos cadastrados no Portal de Auxiliares da Justiça, pelos Juízes da área cível, exclusivamente nas seguintes hipóteses: Perícia domiciliar (qualquer especialidade e nos termos do Comunicado CG nº 655/2018 - Cirurgia plástica; Oftalmologia; Neurologia; Endocrinologia; Discussão de má prática médica - Erro Médico das áreas ginecologia/obstetrícia; cirurgia plástica; neurologia; oftalmologia. orienta que a comunicação com o Imesc, para processos digitais, deve ser realizada exclusivamente pelo portal eletrônico, nos termos do Comunicado Conjunto nº 585/2020, mas, que, nos casos de reiteração para o agendamento das perícias ou cobrança de envio de laudos periciais ou complementares deve ser encaminhado e-mail para a Ouvidoria do Imesc no seguinte endereço eletrônico: https://www.imesc.sp.gov.br/index.php/ouvidoria. Comunicado CG nº 572/2022, de 12/9/2022: comunica que o Imesc, para dar maior celeridade na conclusão de perícias de obrigação de fazer, fornecimento de medicamentos e tratamentos e disponibilização de leitos e procedimentos cirúrgicos, elaborou quesitos padronizados, transcritos no referido comunicado, que serão analisados e respondidos nos laudos periciais. Política de Recursos Humanos implantada: Iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida e do trabalho dos servidores também foram foco desta gestão: Implantação do Projeto Cuidar de Quem Cuida o qual foi idealizado para trabalhar o acolhimento de todos os servidores do Imesc em um aspecto amplo, abrangendo a prática de atividades, por meio de três pilares principais: apoio emocional ao servidor, cantinho das mulheres e saúde no trabalho com a realização de palestras e atividades temáticas. Credenciamento de faculdades e universidades para oferta de descontos nos cursos de graduação e pós-graduação para servidores e dependentes.Aumento do valor do vale-refeição - de R$ 25,00 para R$ 39,00: Abertura de processo para implantação do vale-alimentação para 2023.

Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor- PROCON/SP vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania tem por finalidade elaborar e executar a política de proteção e defesa dos consumidores do Estado de São Paulo. Desempenhou suas atribuições por meio de ações preventivase corretivas no mercado de consumo, através de inúmeras intervenções diretas, no âmbito coletivo, tanto em discussões, como na aplicação de sanções ou ações educativas sobre temas de grande impacto na sociedade. A Fundação PROCON/SP concluiu a informatização de todo o processo de atendimento e orientação ao consumidor, bem como a implantação do processo de fiscalização e julgamentos dos processos administrativos sancionatórios originários da fiscalização própria, avançando assim o Sistema PROCON/SP digital. Credenciamento de conciliadores voluntários paraatuarem na composição de acordos entre consumidores e fornecedores. Criação de Selos Empresa Verificada e Eficiência, normatizados pelas Portarias n.º 054/2022 e 055/2022. Implementação do Sistema PROCON/SP digital em cinco Procons Municipais. Até o final de 2022, serão inseridos maisProcons Conveniados. Inauguração de novos postos avançados de atendimento nas Delegacias de Polícia no 27º Distrito Policial, 50º Distrito Policial e 101º Distrito Policial. Celebração de Termo deCompromisso Voluntário entre a Fundação PROCON/SP e a Universidade Zumbi dos Palmares, como objetivo de fortalecer ações de prevenção e fiscalização de práticas discriminatórias por motivo racial nas relações de consumo, via Procon-SP Racial. Criação do Posto Avançado PROCON Racial, em funcionamento nas dependências da Universidade Zumbi dos Palmares desde agosto/2022. Criação da Placa oficial de enfrentamento do racismo nas relações de consumo. Regulação da Lei de Liberdade Econômica implementando a fiscalização orientadora, antes da efetiva punição às atividades econômicas consideradas de baixo risco. Criação do PROCÔMETRO, indicador que mede o valor de produtos e serviços reclamados pelo consumidor no PROCON. Somente no ano de 2022, o valor já ultrapassa R$ 3.100.000.000,00. Conclusão da digitalização dos serviços oferecidos ao público. Criação de painéis de BI para gestão. Alteração do decreto que regulamenta os convênios firmados com os Procons municipais para permitir a cooperação apenas para realização de atendimento e fiscalização. Diretoria de Atendimento e Orientação ao Consumidor - DAOC, entre janeiro e outubro, contabilizou, no total, 625.039 atendimentos. Os postos de atendimento presencial,operando nos Poupatempos-Sé, Santo Amaro e Itaquera, nos CICs-Norte, Leste, Oeste, Sul, Feitiço da Vila, Casa da Cidadania Imigrantes, Grajaú e do Imigrante, nos Postos Avançados em Delegacias-8º, 27º, 50 e 101 e no Posto Avançado Procon Racial-Universidade Zumbi dos Palmares, efetuaram 25.031 atendimentos-4%. O atendimento à distância, prestado por meio do Portal do Consumidor e o que é recepcionado por meio das redes sociais, registrou 600.008 atendimento-96%. Na atuação da DAOC, podemos destacar as seguintes realizações: Redução no Tempo de tramitação das CIPs-Cartasde Informações Preliminares: Houve redução do tempo de tramitação das CIPs, passando de uma média de 26,2 dias na média entre jan e out/2021, para 17,5 na média entre jan e out/2022. Operaçõesde atendimento especial: Black Friday, a ser iniciada no final de novembro. No ano de 2021, foram feitos 6.681 atendimentos, mais de 5 vezes a quantidade do ano anterior-1.029. Reuniões com empresas: Foram realizadas 188 reuniões com os fornecedores mais demandados dos mais variados segmentos para ajustes de procedimentos, aumento nos percentuais de solução e diminuição das demandas. Monitoramento das demandas e encaminhamento de ofícios a diversos órgãos: Ministérios Públicos Estaduais-SP, MG, MS, PR, Ministério Público Federal, Defensoria Pública-SP, Tribunal de Justiça-SP, Câmaras Municipais, entre outros, totalizando - entre jan e out/2022: 377 encaminhamentos. Atendimento nas redes sociais: Foram feitos entre jan e out/2021: 40.909 atendimentos pelas redes sociais - Facebook, Twitter e Instagram, representando um aumento de quase 7% em relação ao ano passado. Lista Evite Esses Sites: Monitoramento existe desde julho/2011e até out/2022, relaciona 40 sites não recomendados. Os sites são retirados após 5 anos da lista. Plataforma consumidor.gov.br: Gestão da plataforma disponibilizada a partir de junho/2014, pela SENACON - Secretaria Nacional do Consumidor, para a Fundação PROCON abrangendo consumidores domiciliados em todo o estado de São Paulo. O sistema permite interação direta, por internet, entre os consumidores e grandes fornecedores que aderem às condições de uso. Até outubro, 299.597 atendimentos de consumidores paulistas foram registrados neste canal. A Fundação PROCON também analisa pedidos de recusa e cancelamento das reclamações, por parte das empresas, considerando as regras de uso da plataforma. No período de janeiro a outubro de 2022, foram realizadas cerca de 38.481 interações deste tipo. Empresas autenticadas no sistema para acessocom login e senha: Aumento dos fornecedores autenticados no sistema, passando de 1.230 em out/2021, para 2.753 em out/2022, representando cerca de 123% de aumento. Pedidos de Esclarecimentos Preliminares: 186 entre janeiro e outubro de 2022, sobre diversas atitudes das empresas no mercado de consumo. O Núcleo de Tratamento do Superendividamento teve no período entre jan e out/2022: 4.346 atendimentos, sendo: 4.163 cadastros trabalhados no período, 176 atendimentos por palestras e orientação e 7 capacitações a Procons. Convênio com Secretaria de Segurança Pública: somando-se ao Posto Avançado na 8ª Delegacia de Polícia, aberto em 2020, este ano foram inaugurados mais 3 postos, no 27º, 50 e 101 DP, além do Posto Avançado Procon Racial na Universidade Zumbi dos Palmares; Publicação de novas portarias: Portaria Normativa nº 054/2022, implantando o Selo Empresa Verificada; Portaria Normativa nº 055/2022, que implanta o Selo Eficiência. Treinamento e acompanhamento de 5 Procons Municipais do Estado de São Paulo - Arujá, Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André e São Carlos, que passaram a integrar a plataforma Procon SP Digital. Até o final de 2022 serão integrados mais 95 Procons Municipais, totalizando 100. Fiscalização**:** A Diretoria de Fiscalização - DF: verifica o cumprimento das normas no mercado de consumo paulista por meio de atos fiscalizatórios, sejam eles internos-análise de contratos, publicidades, Sistema Não Me Ligue, dentre outros, ou externos - verificação da qualidade de combustíveis, fiscalização de estabelecimentos comerciais etc.. Desta forma, no período de janeiro a

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

outubro de 2022, foram efetuados 13.217 atos fiscalizatórios, tendo sido lavrados 5.588 autos de infração, compreendidas as fiscalizações vinculadas às Leis Estaduais nº 13.541/2009 - Lei Antifumo e 14.592/11 - Lei Anti-Álcool para menores e as demais operações anuais, megaoperações e diligências especiais. A equipe de fiscalização de combustíveis da Fundação PROCON realizou, no período indicado, operações para verificação da qualidade dos produtos comercializados nos postos, inclusive passou a compor a Força-Tarefa Intersecretarial, criada no âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania, que a coordena - Decreto Estadual nº 66.081/21, agindo em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública; a Secretaria da Fazenda e Planejamento; a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; a Secretária da Saúde; o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM/SP e a Fundação PROCON fiscalizando também outras irregularidades tipificadas no CDC, tais como: clonagem de postos, publicidade enganosa, produtos vencidos e sem informação de preços-combustíveis, aditivos, fluidos de freios, lubrificantes e alimentos. Foram realizadas interdições de postos de combustíveis em razão da comercialização de combustível desconforme e por operar sem autorização do órgão competente-Interior: Várzea Paulista, Sumaré, Praia Grande, Osasco, São João da Boa Vista, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra, Porto Ferreira, Suzano, Ourinhos, Piracicaba; Capital: Vila Francos, Vila Bancária, Freguesia do Ó, Jardim Vazani, Bela Vista, Vila Clementino, Socorro, Pq. Brasil, Santo Amaro, Jardim Esmeralda. Foram fiscalizados postos na capital, grande São Paulo e interior - além da capital e municípios pertencentes à Grande São Paulo, foram fiscalizados 49 municípios no interior do estado, dentre eles, Campinas, Várzea Paulista, Itatiba, Bragança Paulista, Indaiatuba, Sumaré, Hortolândia, Santa Bárbara D'Oeste, São Pedro, Caconde, Santa Cruz do Rio Pardo, Rio Claro, Mococa, S. João da Boa Vista, Araçatuba, São Roque, Adamantina, Guarujá, Santos, Garça Marília, Porto Ferreira, Pirassununga, Santa Cruz das Palmeiras, Pirassununga, Jardinópolis, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Ubatuba, Jacareí, Regente Feijó, Álvares Machado, Presidente Prudente, Bernardino de Campos, Ourinhos, Rio das Pedras, Piracicaba, Vinhedo, Valinhos, Campinas, Matão, Hortolândia, Franca, Batatais, Restinga, Patrocínio Paulista, Avaré, Arandu, Itaí, Pardinho. De modo geral, foram realizadas fiscalizações decorrentes de denúncias originadas na Diretoria de Atendimento - DAOC, Diretoria Executiva - DEX e solicitações de outros Órgãos, com foco na fiscalização repressiva. Durante o período pandêmico-Covid-19, ainda vigente, o Procon-SP realizou operações neste ano: Operação Teste Covid-19 Sem Abuso, sendo efetuadas 381 fiscalizações e Operação de Olho no Mercado, sendo efetuadas 70 fiscalizações que resultaram em 451 atos fiscalizatórios. Foram realizadas também as operações temáticas, tais como: Operação Transportes Carnaval 2022-Aeroportos e Terminais Rodoviários com 25 atos fiscalizatórios e 11 autos lavrados; Operação Páscoa com 88 atos fiscalizatórios e 28 autos lavrados; Operação Dia das Mães com 128 atos fiscalizatórios e 51 autos lavrados; Operação Dia dos Pais com 251 atos fiscalizatórios e 94 autos lavrados; Operação Noturna com 88 atos fiscalizatórios e 38 autos lavrados, entre outras. A Equipe Externa de Fiscalização-compreendidas as atividades de Operações-in loco- Combustíveis e Denúncias realizou 3.194 atos fiscalizatórios, sendo lavrados 1.252 Autos de Constatação. Municípios com fiscalização e agentes fiscais credenciados: em outubro do ano corrente, contabilizamos 177 municípios com fiscalização e 255 agentes fiscais conveniados para atuação no Interior, sendo lavrados no período referenciado 265 Autos de Infração. A equipe responsável pela orientação e atendimento aos fiscais conveniados e dos Núcleos Regionais realizou 624 atendimentos telefônicos e 2.824 por e-mail. Para a análise da Equipe de Fiscalização Interna, responsável pela análise dos procedimentos deflagrados por solicitações do MPSP, TJSP e outros, bem como pelo recebimento de reclamações originadas da DAOC e expedientes da DEX, foram instauradas 45 Averiguações, tais como Operação Black Friday e sites suspeitos denunciados. Diretoria de Relações Institucionais - DRI, responsável, dentre outras atividades, pela Municipalização da Defesa do Consumidor, realizou no período de janeiro a outubro/22 as seguintes atividades: assinatura/renovação de 32 Convênios com Municípios; 6110 consultas técnicas aos Procons conveniados ou não, através de atendimento telefônico; 1342 por e-mail e 1732 ofícios e ofícios circulares; distribuição de 78.145 unidades de materiais educativos à população, diretamente ou através dos Procons conveniados; realização de 11 Capacitações Técnicas híbridas e via web para Procons Municipais com a participação de 359 pessoas, de 376 Procons; Planejamento e execução 90 ações itinerantes, com utilização da unidade móvel, para orientação e atendimento ao consumidorem bairros mais distantes na Capital e no Interior; Planejamento, execução e/ou participação de 1 congresso e 2 seminários e 1 live com temas relacionados defesa do consumidor e cidadania para o público em geral e 11 oficinas para Procons conveniados com a participação de 327 pessoas de 376, Realizou também a entrega de 13 computadores e 0 viaturas para Procons conveniados-em 2022 não foi entregue nenhuma viatura. Foi realizada licitação em junho/22 para aquisição de 87 veículos, que ainda não foram entregues pela empresa vencedora do pregão. Diretoria de Assuntos Jurídicos - DAJ, representando a Fundação Procon-SP, participou de 18 Consultas e Audiências Públicas. A DAJ é responsável pela manutenção e atualização das FAQS, rol de perguntas mais frequentes, disponibilizadas no site da Fundação Procon-SP. No período, foram orientados 15.738 fornecedores. Por fim, proferiu ainda 3.454 decisões de 1º grau em processos administrativos decorrentes dos autos de infração. Destacam-se ainda análises com Manifestações Técnicas para 10 Projetos de Lei. EPDC - Escola de Proteção e Defesa do Consumidor/Diretoria de Estudos e Pesquisas: Estudos e Publicações: 45 publicações reeditadas - ajustes virtuais, vigência do período eleitoral; 19 cartilhas atualizadas e diagramadas-edição virtual: Longevidade; Diversidade; folheto evento CIC Imigrante; folheto DRI para evento em Votuporanga: diagramação da cartilha Sindpão; Supermercados; Afixação de Preços, Crédito dicas e orientações; Educação Financeira; Guia do Cartão de Crédito; Guia de defesa do consumidor; Guia prático do fornecedor; Noções básicas do consumidor; Orçamento doméstico; SAC serviço de atendimento ao cliente; Empréstimo e cartão consignado; Bloqueio telemarketing não me ligue; mini guia cdc; cdc impressão. 1 estudo técnico Telefonia Móvel 5G; 1 estudo comparativo aparelhos 5G -tabela ANATEL + mercado de consumo; 1 estudo técnico Revista SENACON-relações SENACON e Procon.SP; 1 estudo técnico XVI Congresso Bras. Dir. Consumidor defesa consumidor, plataformas digitais e princípio de precaução; 1 Inventário Periódico de Materiais Gráficos-levantamentos, análise de armazenagem e logística programada para 2023. Pesquisas: Os 42 relatórios de pesquisas emitidos no período de janeiro a outubro de 2022 pela Equipe do Núcleo de Inteligência e Pesquisas-NIP da Escola de Proteção e Defesa do Consumidor do Procon-SP referem-se a: 11 Pesquisas Bancárias-Taxa de Juros e Tarifas, 20 Pesquisas de Cesta Básica - em parceria com Dieese, 11 Outras Pesquisas Comparativas de Preços - de vários segmentos do mercado. Ressaltamos que o NIP efetuou todas as pesquisas comparativas de preço por meio on-line. Desde o início da pandemia, as Regionais não realizam as Pesquisas Comparativas de Preço. Além das pesquisas emitidas, o NIP gravou vídeo, apresentando os resultados da Pesquisa Discriminação nas Relações de Consumo, que foi direcionado aos funcionários do Procon e à Faculdade Zumbi dos Palmares. O NIP também elaborou o Curso de Metodologia de Pesquisa Comparativa de Preço-campo presencial, que foi apresentado aos funcionários da DRI e ao Procon São Carlos. Elaborou Levantamento de Preços de Combustíveis (coleta site ANP de preços médios) e colaborou com a pesquisa de preços junto aos postos de combustíveis, por telefone, conforme solicitação da DEX e orientação-lista fornecida pela DFISC. CEA - Centro de Estudos Avançados: Foram realizadas 106 atividades educativas dirigidas a consumidores e educadores, atingindo 3.577 pessoas, conforme discriminado a seguir: 54 palestras para consumidores; 4 palestras a estudantes; 6 atendimentos a estudantes; 12 apresentações Biblioteca Animada com Teatro de Fantoches; 15 oficinas Consumo e o Idoso; 1 Outras atividades: Orientação e distribuição de material educativo, Debates, Seminários, Congressos, Bate-Papo Virtual, Encontros; 11 cursos EAD sobre temas diversos da defesa do consumidor veiculados pelas plataformas on-line; 3 palestras gratuitas para fornecedores; 2.120 visualizações de aulas em formato de vídeos publicados a partir de 2020 - acessíveis pelo site e pelas redes sociais do Procon, sobre temas da defesa do consumidor. Com a pandemia da COVID-19, as atividades educativas na modalidade à distância-on-line, tiveram um incremento em relação às atividades educativas presenciais, as quais, gradativamente, estão sendo retomadas. Vale destacar que, no segundo semestre, foi criada palestra referente ao tema consumo digital e que foi incluída nas atividades rotineiras. Outro destaque foi a implantação de cursos EaD, disponibilizados na plataforma Moodle. Importante ressaltar que neste ano, devido à legislação eleitoral, houve limitação da divulgação das nossas atividades, causando forte impacto na quantidade de demandas das atividades educativas. Diretoria de Administração e Finanças: realiza o gerenciamento administrativo e financeiro. Seguem as informações: Arrecadação até 31/10/2022: R$ 192.139.395,85-bruto, DREM até 31/10/2022 R$ 14.216.970,94-fonte 004 e Repasse Municípios: R$ 718.215,18-Liquidados até 31/10/2022. Assessoria de Controle e Processos: Dentre suas principais atividades, foram emitidas 1.678 certidões, 91 pesquisas nos seus bancos de dados para entes da Administração, 6.741 atendimento pessoal, 5.799 autuações e cadastramento de processos sancionatórios - Autos de Infração, 1.322 processos sancionatórios inscritos na Dívida Ativa, 8.228 processos publicados por infração do regulamento CDC e demais normas esparsas, 7.066 processos publicados por infração do regulamento NPF-E, 3.675 processos encaminhados para manifestação técnica, 4.579 protocolos, 5.448 processos sancionatórios transitados em julgado. Assessoria de Comunicação Social: Até outubro, foram emitidos 144 releases, concedidas 435 entrevistas, sendo 60 para jornais, 189 para TVs, 40 para rádios, 3 para revistas e 143 para sites/agências. No mesmo período, foram clipadas 6.302 matérias com citações ao Procon-SP, sendo 1.020 em jornais, 642 emTVs, 776 em rádios e 3.864 em sites. Os principais assuntos abordados foram: fiscalização teste Covid, cancelamento de voos, pesquisa material escolar, golpe da fruta no Mercadão, suspensão Viação Itapemirim, pesquisa Páscoa, venda carne moída, redução embalagens, autuação Apple, redução ICMS combustível, pesquisa cesta básica, Não Me Ligue, redução ICMS teles, Embalagens leite - informações, pesquisa juros, pesquisa brinquedos. Nas redes sociais, foram 2.269.371 visualizações/alcance no Facebook, 1.021.600 no Twitter, 1.318.799 no Instagram e 100.442 no YouTube. O número de novos seguidores foi de 3.441 no Twitter, 750 no Facebook, 10.366 no Instagram e 702 no YouTube. Atualmente, o Procon-SP tem 269.650 seguidores no Facebook, 64.200 no Twitter, 71.298 no Instagram e 5.803 no YouTube. Assessoria Executiva de Ação Regional: Educação para o Consumo: Com o fim das medidas emergenciais de contenção à Covid-19, houve a reabertura do comércio e a retomada da prestação de serviços de forma integral. Os reflexos causados pelo período de isolamento, demandou a manutenção do reforço e incrementação na atividade fiscalizatória pelos Núcleos Regionais. Dessa forma, o quadro funcionaldeficitário em 6 das 8 unidades regionais, bem como a criação das Escola de Proteção e Defesa do Consumidor - EPDC, com quem agora partilhamos a execução das atividades de Educação para o Consumo da Fundação Procon SP, impactaram diretamente no número de ações educacionais dos núcleos regionais. Ainda assim, foram realizadas 5 palestras no período de janeiro a outubro de 2022.Fiscalização do mercado de consumo: No estado, 393 municípios foram abrangidos por ações de fiscalização realizadas pelos núcleos regionais da Fundação PROCON/SP. No total, 8.652estabelecimentos foram fiscalizados, sendo que até o momento 4.493 estabelecimentos foram autuados. Ouvidoria: Foram cadastradas e encaminhadas 9.896 manifestações, sendo 3.851 reclamações, 5.841 solicitações de informações, 130 elogios, 26 sugestões e 48 denúncias.

Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA é responsável peloatendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime fechado no Estado de São Paulo. Trata-se de entidade vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania do Governode São Paulo. Até 18/10/2022, conta com 116 centros socioeducativos em funcionamento em todo oEstado, presentes em 46 municípios, divididos e supervisionados por 8 divisões regionais. De acordocom dados consolidados até 18/10/2022, das 8.642 entradas diretas de adolescentes na Instituição durante o ano de 2022, 38,41% dos adolescentes possuíam residência na região da Grande São Paulo e Capital, seguido de Campinas-15,78%, Sorocaba-6,17%, Santos-6,12% e demais municípios. A maioria é do gênero masculino-95,43%. O gênero feminino representa 4,57% dos adolescentes. Quanto ao tipo de ato infracional praticado, a predominância é do tráfico de drogas representando 50,08% do total das entradas. Em segundo lugar está o roubo qualificado, com 29,45%, seguido do roubo simples, com 4,44% e do furto qualificado, com 2,88%. Os demais atos somam 13,15%, constando, dentre outros, os tipos como furto, homicídio qualificado, estupro, receptação, homicídiosimples e latrocínio. Sobre o perfil, dos 8.642 entrantes em relação à cor da pele, a maioria se autodeclara parda-55,46%, seguidos por aqueles que se autodeclaram como brancos-28,41%, pretos-15,46%, indígenas-0,43% e amarelos-0,24%. Em relação à idade, a faixa etária predominante vai dos15 aos 17 anos, correspondendo a 80,91% das entradas - 36,70% entre aqueles com 17 anos, 27,02%com idade de 16 anos e 17,18% com 15 anos. A segunda faixa etária predominante vai dos 12 aos 14anos, com 11,93% do total. Os jovens com idades entre 18 e 20 anos-ou 21 anos incompletos, somam7,16%. Na Fundação, em 18/10/2022, 4.854 adolescentes cumprem medida socioeducativa-internação ou semiliberdade - ou estão em programa de atendimento - internação provisória, internação-sanção e atendimento inicial. Desse total, estão divididos da seguinte forma, conforme o programa ou medida socioeducativa: 3762-77,50% na internação; 760-15,66% na internação provisória; 148-3,05% na semiliberdade; 81-1,67% no atendimento inicial; e 103-2,12% na internação sanção. A maioria é do gênero masculino, com 95,96% - elas correspondem a 4,04%. O índice médio de reiteração de ato infracional, medido durante 2022, indicou que, até 30/9, 24,24% dos adolescentes e jovens atendidos estavam cumprindo pelo menos a sua segunda internação na Fundação CASA. No ano, a Fundação CASA aplicou mais 1.194 testes para COVID-19, sendo 485 casos positivados e nenhum registro de óbito entre os jovens no mesmo período. Em relação à vacinação dos adolescentes, foram administradas 3.828 doses, sendo 719 referentes à 1ª dose, 1.301 da segunda dose e 1.695 doses de reforço. Entre os servidores, foram registrados ao longo do ano, com acompanhamento da GMST, 1.578 casos suspeitos de Covid-19 entre os funcionários, sendo que 450 foram confirmados e, destes, três servidores faleceram. Todas as atividades presenciais foram retomadas em sua integralidade. Na educação escolar, por exemplo, em média 5.000 adolescentes frequentaram mensalmente os ensinos Fundamental e Médio. Como em anos anteriores, houve continuidade da participação dos jovens em exames nacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade-Enem PPL, o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade-Encceja PPL e a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas-Obmep. Em outubro, a Fundação CASA estava no processo de inscrição da edição 2022-da Obmep, que será aplicada nos dias 10 e 11 de janeiro de 2023. Já para o Encceja PPL 2022, 1.705 jovens foram inscritos, sendo que 1.120 foram inscritos para prestar as provas do Ensino Fundamental e 585 do Ensino Médio. Na 17ª edição da Obmep, foram inscritos 3.474 adolescentes na 1ª fase, sendo que 565 passaram para a 2ª fase, ocorrida no dia8/10. A divulgação dos premiados acontece em 20/12. Na área de Educação Física e Esporte, desde janeiro todas as atividades presenciais estavam novamente em funcionamento. A seguir estão os números sobre participações de adolescentes e servidores nas práticas físicas até meados de outubroXVII Copa CASA de Futebol: 962 adolescentes de 62 centros socioeducativos na fase regional, mais 64 jovens de oito centros socioeducativos na fase estadual; IX Torneio Estadual de Voleibol: 780 adolescentes, de 70 centros, participantes na fase regional, sendo que 110 jovens de 11 centros socioeducativos na etapa estadual, realizada no SESC Jundiaí; VI Torneio Estadual de Tênis de Mesa:participação de 170 adolescentes de ambos os sexos, internados em 85 centros socioeducativos; VII Torneio Estadual de Basquete: na etapa regional, 850 adolescentes de 70 centros participaram, sendoque 70 adolescentes, de sete centros, passaram para as disputas da etapa estadual; III Festival de Ginástica Geral e Breaking

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

2022: aos menos 120 adolescentes participaram, sendo que na fase regional foram envolvidos 45 centros socioeducativos, sendo 16 deles classificados para a fase estadual, quando houve 30 apresentações, sendo 20 de ginástica para todos-GPT e 10 de breaking; XVI Torneio Estadual de Xadrez: participaram 133 adolescentes de ambos sexos internados em 56 centros socioeducativos; II Torneio de Damas On-Line Estadual: na fase regional, participaram 1.416adolescentes de 105 centros socioeducativos, enquanto na fase estadual foram envolvidos 197 jovens de 84 centros; Dia do Desafio: foram envolvidos 2.238 adolescentes, de 73 centros socioeducativos, além de 4.360 servidores em 190 diferentes práticas corporais; Agita Galera: 2.730 participantes, de 57 centros socioeducativos, em 119 ações; Projeto GAME: extensão da proposta piloto de 2021 paratodos os 85 centros de internação, com a disponibilização do jogo eletrônico League of Legends- LOL; Projeto Skate: aquisição e distribuição de 850 skates e 850 conjuntos de equipamentos de segurança - capacete, joelheiras, cotoveleiras e munhequeiras. As práticas ainda contam com 86 rampas móveis - dois tipos de curvas com 43 unidades de cada - distribuídas entre as oito divisões regionais; I Copa do Mundo na CASA, com a participação de nove centros socioeducativos paulistase um do Distrito Federal, num campeonato de futebol alusivo à Copa do Mundo FIFA 2022; Gincanada Copa do Mundo, também alusiva à competição da Federação Internacional de Futebol; Batalha deGames, um torneio alusivo ao Projeto GAME. Nas áreas de educação profissional e arte e cultura, asaulas dos cursos de qualificação e as oficinas aconteceram de forma presencial. A seguir estão os números sobre participações de adolescentes até meados de outubro: O Senac/SP passou a atender apenas aos centros socioeducativos do interior do Estado, com uma média trimestral de atendimentode 936 adolescentes - 980 de janeiro a março, 960 de abril a junho, 1004 de julho a setembro e 799 adolescentes matriculados para o último trimestre dos cursos; Para os centros socioeducativos da capital e Litoral, a Instituição assinou parceria executiva com a Fundação de Apoio à Tecnologia- FAT: atendimentos pela Fundação nos cursos de qualificação profissional - 718 adolescentes, sendo517 atendidos de janeiro a março, 893 de abril a junho, 894 de julho a setembro e 568 matriculados para o último trimestre de 2022; Houve ainda a participação de jovens atendidos em cursos on-line gratuitos, como o da Fundação Bradesco, que atendeu a 143 jovens - fora outros 479 entre 2020 e 2021; Parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, na iniciativa Saber Virtual, umaplataforma de cursos à distância, que atendeu a 121 adolescentes. Além disso, também firmou um acordo para a realização das Oficinas de Criatividade. Ao todo, foram contemplados 229 jovens; O Novotec Expresso chegou a 20 turmas na Fundação CASA, que atenderam a 218 adolescentes no primeiro semestre, e 15 turmas que atendem a 170 adolescentes no segundo semestre. No período, houve ainda a oferta de cursos básicos de programação com Somas-Mastertech para 338 jovens; Processos seletivos das Escolas Técnicas Estaduais - Etecs e das Faculdades de Tecnologia - Fatecs.Foram quase 400 adolescentes inscritos para o Vestibulinho da Etec, com 96 aprovados, e 80 jovensinscritos para o vestibular da Fatec, com dez aprovados; No Projeto Guri, foram atendidos mensalmente em média 1178 adolescentes, distribuídos em 136 turmas em 56 centros socioeducativos; Visitas presenciais dos adolescentes em internação a museus, como Itaú Cultural, Pinacoteca, MIS Experience, MIS Jardim Europa, Paço das Artes e Museu Afro Brasil. Ao todo, foram 95 visitas até outubro, que contemplaram 417 jovens. Estruturação Organizacional: a Fundação CASA continuou a se reestruturar administrativamente com o objetivo de adequar a estrutura organizacional para ser mais funcional e eficiente frente à diminuição do atendimento aos adolescentes autores de ato infracional e à demanda técnica na execução das medidas socioeducativasem regime fechado. Houve a suspensão de atividades de mais três centros de atendimento - CASAs Madre Teresa de Calcutá I - em Iaras, Jequitibá - em Campinas e Batatais, além da extinção de três centros de semiliberdade – Ibituruna e São Mateus, na capital paulista, e Franca. Os adolescentes atendidos foram transferidos para centros localizados próximos à residência familiar, respeitando o programa de medida socioeducativa e a elegibilidade. As ações da Fundação CASA para equilibrar suas contas resultou, na realização de investimentos de aproximadamente R$ 120,6 milhões em obras - R$ 55 milhões, reformas - R$ 60,7 milhões e compra de materiais permanentes - R$ 4,9 milhões. Entre as diversas ações desses investimentos estão a continuidade da implantação do projeto de inclusão digital dos adolescentes em atendimento; a execução de obras e adequações de acessibilidade; implantação de poços profundos e coberturas de quadras poliesportivas; eficiência energética; reformas diversas e revitalizações dos centros socioeducativos. Com relação aos materiais permanentes, além da reposição de mobiliários e equipamentos, foram investidos recursos para aquisições de skates e rampas para uso dos adolescentes, bem como iniciado o projeto de implantação de equipamentos de ar-condicionado em diversos ambientes dos centros socioeducativos. A Instituição continuou a investir na formação de seus servidores, por meio da Universidade Corporativa da Fundação CASA – UNICASA. Até setembro, os 37 cursos on-line oferecidos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA geraram 54.306 certificações - com uma média de seis certificações por servidor participante. Os 17 cursos presenciais somaram 1.668 pessoas formadas. A UNICASA ainda promoveu 19 palestras e eventos formativos que alcançaram 1.726 pessoas. A área ainda contou com dez cursos on-line realizados com parceiros que impactaram 565 pessoas.

PRINCIPAIS AÇÕES DE 2022 E PERSPECTIVAS 2023

Ação/meta	*Realizado em 2022*	*Status*
Digitalização do acervo de prontuários de adolescentes	Licitação de *scanners*, transferência de servidores e desenvolvimento do sistema, todos da fase preparatória, concluídos. Realização do processo de digitalização do acervo físico, a partir da década de 1990, além da indexação de prontuários de 1925 a 1989 custodiados no Arquivo Público do Estado de São Paulo.	Em andamento
Documentos funcionais em formato digital	Adoção da plataforma SP Sem Papel para reduzir a demandade papel e impressões.	Concluído
Documentos de jovens em formato digital	Adoção da plataforma SP Sem Papel para documentos dos prontuários dos adolescentes.	Concluído
Eliminação de documentos	Eliminação de 17 toneladas de documentos que cumpriram o prazo de guarda.	Concluído e contínuo
Atendimento virtual ao usuário da Ouvidoria	Implantação de mais uma modalidade do atendimento da áreaa todos os usuários	Concluído
Reestruturação da área administrativa dos centros de atendimento	Criação de duas novas portas de entradas diretas de adolescentes. A medida evita o atendimento inicial nas delegacias de Polícia.	Concluída
Implantação do Programa Pós-medidas junto aos municípios paulistas	Criação da Gerência de Empregabilidade e Pós-medidas da Fundação CASA para otimizar as articulações com os municípios paulistas, a fim de implementar o programa Pós-medidas.	Em andamento
CFTV: modernização dasala de monitoramento	Implantação de painel VideoWall para acompanhamento dos centros socioeducativos pelo circuito fechado de TV.	Concluído
CFTV: *links* dedicados para gestão centralizada	Contratação e instalação de 104 *links* dedicados para monitoramento centralizado na Sala de Situação por meio do VideoWall.	Em andamento
Implantação do novo Portal Adolescente	Desenvolvimento sistêmico do novo Portal de Adolescente.	Em andamento
Gestão no consumo de água, com Termo de Adesão ao Programa PURA	Programa PURA - Prorrogado por mais 12 meses e atualizado para 70 ligações de imóveis, possibilitando a redução de 25% na tarifação. Mantém a prioridade nas reformas, manutenções	Concluído e contínuo
com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo –Sabesp.	e serviços hidráulicos. O ano de 2021 finalizou com a redução de despesas com utilidade pública – água/esgoto na ordem de 31,21%.	
Portal do Consignado	Em 2022 foram firmados convênios com os bancos Santandere Bradesco.	Concluído
Convênio com o SESC	Foi firmado convênio com o SESC possibilitando o credenciamento dos servidores da Fundação CASA na modalidade MIS. Credenciamentos concluídos: 2.631	Concluído
Implantação do Prontuário Digital dos Servidores	Em conjunto com a Assessoria de Inteligência Organizacional, foi implantado o prontuário digital dos servidores no sistemaSP Sem Papel.	Concluído
Avaliação de desempenhodos servidores	Processo de avaliação de desempenho dos servidores, com a finalização da 2ª fase do processo de 2015, além da conduçãodo processo de avaliação e classificação referente a 1ª fase doAvalia 2016. Foram classificados 2.078 servidores, sendo: 1.401 na progressão horizontal, 557 na progressãovertical e 120 na progressão por antiguidade.	Em andamento
Projeto de Inclusão Digital	Aquisição e instalação nos centros socioeducativos.	Em andamento
Projeto *GAME*	Implantação da iniciativa em todos os centros de internação.	Concluído
Projeto *Skate*	Implantação do Projeto *Skate* em 85 centros de internação,com destinação de equipamentos (*skates*, equipamentos deproteção e rampas).	Em andamento
Eficiência Energética	Modernização do sistema de iluminação, com a substituiçãode lâmpadas convencionais por lâmpadas LED.	Em andamento
Obras	Investimento de R$ 55 milhões em obras, como perfuração de poços profundos, adequações de acessibilidade e cobertura de todas as quadras.	Em andamento
Reformas	Investimento de R$ 60,7 milhões para continuidade dereformas e revitalizações nos centros socioeducativos.	Em andamento
Aquisição de bens permanentes	Investimento de R$ 4,9 milhões, sendo as principais aquisições no ano: *skates* e rampas para uso dos adolescentes, cadeiras universitárias, ventiladores, armários, cadeiras ergonômicas, aquecedores, motobombas, condicionadores dear, *webcams*, entre outros.	Em andamento

Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM/SP é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania-SJC, atua no cumprimento da legislação metrológica eda avaliação da conformidade no Estado de São Paulo em razão de convênio com o Instituto Nacionalde Metrologia, Qualidade e Tecnologia-Inmetro, responsável pela execução das políticasmetrológicas e normas obrigatórias sobre qualidade de produtos e serviços em todo o país. O IPEM verifica e fiscaliza instrumentos de medição e medidas materializadas utilizadas nas transações comerciais ou que envolvam saúde e segurança; produtos pré-medidos; produtos têxteis; produtos sujeitos à certificação obrigatória; calibrações, ensaios, inspeções de sistemas de medição, verificações, medições especiais, avaliações e auditorias. Dispõe de uma sede administrativa 18 delegacias de ação regional-4 na capital e 14 no interior, 3 postos de verificação de veículo-tanque rodoviário, 1 posto de verificação de taxímetros, 6 laboratórios de produtos pré-medidos, 1 laboratório de detecção de fraudes, 1 centro tecnológico e 3 laboratórios confiados pelo Inmetro-massa, pressão e volume. A força de trabalho do Ipem está reduzida a 49%, há 510 servidores permanentes e 75 exclusivamente em cargos em comissão. Departamento de Metrologia e Qualidade-DMQA. Prestação de serviços de fiscalização de produtos regulamentados pelo Inmetro, com certificação compulsória, com etiqueta do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, com declaração da conformidade do fornecedor e de serviços: produtos fiscalizados: regulamentados pelo Inmetro: 64; com certificação compulsória: 464; com etiqueta PBE: 18; com declaração da conformidade do fornecedor: 24; serviços fiscalizados: 32. Total geral: estabelecimentos fiscalizados: 7.674; produtos fiscalizados: 839.263 sendo 750.800 aprovados e 88.463 reprovados/apreendidos. Fiscalização em comércio virtual: 237 sites. Atendimentos telefônicos e pessoais: 5.451atendimentos. Processos oriundos de ações fiscalizatórias: 4.323. Auxílio a órgãos de defesa do consumidor e outros na elaboração de laudos/perícias em condutores elétricos e eletrodutos para condutores elétricos. Coletas/Investigação Técnica de produtos como lâmpadas LED, fios e cabos elétricos, linha de alta pressão, vasos de pressão/compressores, secadores de cabelo, panela de pressão, batedeiras, fogão a gás, escadas metálicas domésticas, coifa e produtos têxteis. Fiscalizaçãoconjunta entre Ipem e Receita Federal para fiscalização de importações em áreas alfandegadas no Porto de Santos e nos Correios: 37 encomendas, sendo 2.468 produtos verificados e 1.081 irregulares. Auditorias em empresas de manutenção de extintores de incêndio, reformadora de pneus, descontaminação de equipamentos para o transporte de produtos perigosos, fabricação de engates, sistema automático não metrológico de fiscalização de trânsito, instalação de Gás Natural Veicular- GNV, requalificação de cilindro GNV, inspeção de contentores intermediários para granéis - IBC e fabricante de quebra-mato, fabricante de engate e aplicador de revestimento interno para a verificação de requisitos pré-estabelecidos pelo Inmetro: 229 auditorias. Operações Especiais: casa segura, dia das crianças, dia dos pais, operação férias seguras, operação páscoa, dia das mães, dia dos namorados,operação copa Qatar. Doação de resíduos de produtos apreendidos ao Fundo Social de São Paulo- FUSSP: 6.590 kg de produtos. Monitoramento da qualidade de lâmpadas automotivas com oSindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores - SINDPEÇAS. Participação de reunião do Grupo de Trabalho do Modelo Regulatório do INMETRO. Participação no Grupo de Trabalho para elaboração da Política Nacional de Infraestrutura da Qualidade ereformulação do CONMETRO. Participação de treinamento na indústria e laboratórios de coletor solar. Visita à empresa HELIOTEK e a nove gráficas que fabricam selos de segurança PRIMI, PRINTPASS, IBG. Participação de reunião da SINDIPEÇAS apresentando as tendências da Fiscalização daQualidade de autopeças no novo modelo regulatório do Inmetro. Inserção na mídia para divulgação dos trabalhos e orientação ao Consumidor. Departamento de Metrologia Legal e Fiscalização-DMLF.Prestação de serviços de fiscalização de instrumentos de pesar e medir e medidas materializadas, utilizados no comércio em geral e indústrias. Total de estabelecimentos fiscalizados: 60.293, autos de infração emitidos: 4.121; verificação inicial nas dependências dos fabricantes ou importadores, antes de serem colocados à venda: 357.557 instrumentos; verificação subsequente anualmente nos estabelecimentos comerciais e industriais: 514.848 instrumentos; verificação após reparo em instrumentos reprovados ou que foram reparados por empresas credenciadas: 5.076 instrumentos; supervisão de empresas autoverificadoras e dos instrumentos fabricados ou reparados, por meio de auditorias e venda de selos de verificação - cronotacógrafos, esfigmomanômetros, hidrômetros, instrumentos de medição de gás e medidor de energia elétrica: 3.718.298 - inicial + após reparo 3.697.368-inicial, instrumentos; declaração por parte dos fabricantes, atestante à conformidade dos instrumentos em substituição à verificação inicial, autorizado de maneira provisória e emergencial devido à Pandemia 868.469. Fiscalização de produtos pré-medidos para verificação da fidelidade dainformação contida na embalagem: número de exames realizados 29.589, total de produtos autuados1.962. Quantidade de unidades examinadas 179.331. Operações especiais: Operação Hora do Lanche - Fiscalização dos produtos bolachas, minibolinhos e minipães, Operação Semana do Consumidor- Fiscalização em produtos de Cesta Básica, Operação

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

Páscoa - Produtos de chocolates de formas variadas, embalagens e Bolo de Páscoa, Operação de Olho no Rolo-Fiscalização de Papel Higiênico,Operação Pulando a Fogueira-Produtos comercializados nas festas juninas, Operação Casa Limpa- Produtos para limpeza, Operação Bicho Bom-Rações e produtos higiênicos, Operação Cesta Básica- Produtos que compõem a cesta básica, Pente Fino Semana do Consumidor- Fiscalização de carne emgeral, frutas in natura e secas, legumes, doces, pães, embutidos, bolos etc.; Operação GLP. Total: 451 produtos, sendo 173 reprovados. Total de Fiscalizações em Gás Liquefeito de Petróleo: 1.779 unidades fiscalizadas, sendo 5 reprovados. Doações ao Fundo Social de São Paulo - FUSSP de maisde 6.182 kg de produtos, além de variados itens sem medição e outros medidos em outras unidades- metros, litros, unidades. Verificação e fiscalização volumétrica em veículos-tanques rodoviários e ferroviários transportadores de combustíveis: 5.811 verificações; 46 fiscalizações em rodovias, e bases de carregamento de combustíveis, fiscalizados 842 veículos-tanques rodoviários; Emissão de 89 Autos de Infrações; Fiscalizados 1107 cronotacógrafos, emissão de 66 Autos de Infração. Operações especiais em veículos-tanques e cronotacógrafos: Operação Cavalo de Aço: 8 fiscalizações, sendo 221 veículos fiscalizados, 44 autuados. Fiscalizados 353 cronotacógrafos, sendoemitidos 17 Autos de Infração; Operação Locomotiva: 3 fiscalizações, sendo 35 fiscalizados, 8 autuados. Verificação e fiscalização de cronotacógrafos: validação dos discos dos tacógrafos; avaliação e controle de postos de ensaio; controle e distribuição de marcas de selagem; fiscalização de veículos em vias públicas e empresas; controle dos ensaios; leitura, digitação e emissão de certificados: 164.074 leituras de discos, fiscalizados 9.995 veículos e 224 autuações. Avaliação de empresas credenciadas oficinas de manutenção e reparo de instrumentos, pela verificação dascondições a que devem satisfazer as empresas: 937 oficinas cadastradas; 644 vistorias; 15.436 fiscalizações realizadas em campo; 60 fiscalizações realizadas nas instalações de oficinas; 325.080 selos reparados fornecidos. Serviço de laboratório de desenvolvimento de tecnologia antifraude: recebidos 347 e analisados 1558 componentes pertencentes a bombas medidoras de combustíveis líquidos com suspeita de fraude para realização de exames periciais; 1187 laudos emitidos, dos quais 910 apresentaram fraudes metrológicas - 76,7%. Departamento de Metrologia Científica e Industrial - DMCI: Prestação de serviços de calibração, ensaios, verificação metrológica, perícia, fiscalização eanálise do atendimento aos requisitos de normatização e de segurança e desempenho em equipamentos e produtos cujos resultados metrológicos impactam em diversas áreas da sociedade. Itens realizados: opacímetros para produtos de combustão: 128; réguas, trenas, medidores de estatura,medição de estatura humana, medição de produtos e cronômetros: 278; densímetros e flutuadores: 28.761; perícia em medidores de energia elétrica: 20; calibrações e verificações de pesos-padrão e balanças: 7.220; manômetros e esfigmomanômetros: 178; etilômetros - bafômetros: 3.745; termômetros industriais: 8.265; termômetros clínicos: 50.000; medidores de umidade de grãos: 1; hidrômetros, medidores de vazão do tipo turbina, medidores de vazão mássicos em terminais de petróleo, computadores de vazão e bancadas de verificação de hidrômetros e medidores de gás: 241;vidrarias de laboratório, medidas materializadas de volume e tanques: 279; medidores de transmitância luminosa: 33; arqueação de tanques: 118; fios e cabos elétricos: 5; copos descartáveis: 1.200. Prestação de serviços de calibrações para entidades federativas como o Inmetro e institutos metrológicos estaduais, investigativos e policiais. Provedor de ensaio de proficiência em esfigmomanômetros. Departamento de Avaliação e Certificação-DACE: Participação, juntamente com a Diretoria do Departamento de Metrologia Científica e Industrial do Ipem - DMCI e com o INMETRO, em reuniões voltadas para o aprimoramento da verificação metrológica em sistemas de medição utilizados na medição fiscal de petróleo e de seus derivados líquidos, álcool anidro e álcoolhidratado. Execução de atividades na área de vazão, tais como verificação metrológica em sistemas de medição utilizados na medição fiscal de petróleo - e de seus derivados líquidos, álcool anidro e álcool hidratado, em parceria com equipes técnicas do DMCI, com o objetivo de promover a confiabilidade metrológica no segmento da produção, do refino e da distribuição de petróleo e de seusderivados. Verificação metrológica legal em computadores de vazão e em sistemas de medição fiscal de petróleo para uso em plataformas petrolíferas. Calibração e verificação metrológica em medidoresmássicos em terminais marítimos em parceria com equipes técnicas do DMCI, desenvolvendo sistemática de cálculo e realizando estudos e participando de reuniões quanto à aplicabilidade dessesmedidores, bem como à adequação das instalações onde estão inseridos. Tais atividades também são desenvolvidas em atendimento à confiabilidade metrológica esperada pela Receita Federal do Brasil nas medições realizadas nos referidos terminais marítimos. Verificação em computadores de vazão, de equipamentos e de sistemas de medição presentes nas dependências de fabricantes, importadores e integradores. Verificação metrológica inicial em medidores de vazão utilizados na medição fiscal de petróleo e de seus derivados líquidos, álcool anidro e álcool hidratado em parceria com equipes técnicas do DMCI. Resultados gerais: Inspeção veicular de gás liquefeito de petróleo fracionado: 574unidades; Ensaios e calibração de balanças de fluxo: 14 unidades; Calibração de medidas materializadas de volume: 12 unidades; Calibração de provadores compactos: 1 unidade; Calibraçãode sistemas de pesagem em Guindaste para Contêiner: 36 unidades; Calibração de massas: 49 unidades; Certificação de Silos: 17 unidades; Avaliação de Desempenho Metrológico em Sistema deMedição de Vazão: 12 unidades; Calibração de Medidor Volumétrico Padrão - Master-Meter: 2 unidades; Avaliação Metrológica de Bancada de Hidrômetros: 54 unidades; Avaliação Metrológica de Bancadas de Gás: 9 unidades; Calibração de Balança Rodoviária: 2 unidades; Avaliação Metrológica de Bancada BPA: 18 unidades; Calibração de Massas e RTG: 46 unidades; Ensaio de Proficiência em Esfigmomanômetros: 1 unidade; Avaliação de Produtos: 2 unidades. Total geral: 849 unidades. Projeto concluído: Credenciamento, em outubro, de 41 Postos de Inspeção-PIC para inspeção das condições de segurança em veículos e equipamentos-carroçarias destinados ao transporte de gás liquefeito de petróleo -GLP na forma fracionada - botijões de gás de cozinha, com objetivo de dar cumprimento ao disposto na Lei Estadual n.º 8.998/1994. Departamento de Tecnologia da Informação-DTIN. Auditoria externa – Recertificação - realizada pela Totum em 2/6/2022, não foi detectada nenhuma-não conformidade- para o DTIN, somente - oportunidade de melhoria. 29ª Auditoria interna realizada pela equipe do Ipem - Cícero Joly/Andrea Matos - em 15/9/2022, não foi detectada nenhuma-não conformidade para o DTIN. Novos contratos firmados em2022**.** Ibrowse Consultoria e Informática Ltda. - Prestação de serviços de apoio técnico especializadoem desenvolvimento de sistemas e suporte a serviços de TI, com vigência de 12 meses com início em7/10/2022, sendo valor mensal de R$ 243.807,52 e total de R$ 2.925.690,24; GLS Engenharia e Consultoria Ltda. - Prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva do Datacenter do Ipem, constituído de Sala-Cofre, com vigência de 12 meses com início em 1/11/2022 e término em 31/10/2023, sendo valor mensal de R$ 74.916,00 e total de R$ 898.992,00; MR Computer Informática Ltda. NOVO - Prestação de serviços de impressão e reprografia corporativa, por meio de disponibilidade de equipamentos-multifuncionais, seminovos e /ou usados, instalação de software de gerenciamento, inventário, contabilização e devida manutenção e fornecimento de suprimentos, inclusive papel, destinados à impressão e reprografia de documentos nas dependênciasdo Órgão, com vigência de 30 meses com início em 25/10/2022, sendo valor mensal de R$ 34.840,70e total de R$ 1.045.221,00. Projetos em andamento TIDES-Desenvolvimento. Ouvidoria - Iniciamoso desenvolvimento de um novo projeto, que nos dará total controle de manutenção e suporte além deuma economia financeira significativa. Site IPEM. O site foi totalmente reformulado, atualizamos asversões das ferramentas utilizadas, tornando o site mais seguro, elegante e fácil de manter. Diário doIPEM-Intranet. Foi iniciado o projeto para empregar as mesmas ações aplicadas ao site do IPEM no Diário do IPEM. Folha de Pagamento FPW, Portal RH, Gen.te mobile. Todos esses sistemas fazem parte do projeto de recursos humanos e social do IPEM. Conseguimos manter o suporte e aplicamostodas as atualizações necessárias. Gestão IPEM-GIPEM. Este sistema, desenvolvido pela equipe do IPEM para controlar os serviços de fonte 4, foi adaptado para poder gerir o novo projeto de inspeçãode GLP fracionado. TISUP Suporte, Chamados Help Desk: janeiro = 414 chamados abertos/411 atendidos; fevereiro = 514 chamados abertos/510 atendidos; março = 485 chamados abertos/481 atendidos; abril = 481 chamados abertos/476 atendidos; maio = 589 chamados abertos/586 atendidos; junho = 509 chamados abertos/506 atendidos; julho = 734 chamados abertos 731 atendidos; agosto = 353 chamados abertos/336 atendidos; setembro = 317 chamados abertos/291 atendidos; outubro = 263 chamados abertos/222 atendidos; total de chamados 4659, atendidos = 4550. TINTI Infraestrutura. Preparação dos editais de renovação para aquisição de novos equipamentos de firewall e solução de proteção corporativa, servidores, storage, backup corporativo, ativos de rede; Preparação dos editais de renovação dos serviços de manutenção da Sala-Cofre e ambientes agregados; Participação na preparação dos editais de renovação do parque de desktops, e notebooks para IPEM; Gestão da manutenção dos ambientes de agregados ao Datacenter, Sala-Cofre, Sala-Segura, Noc, UPS e Grupos Gerador; Gestão e monitoramento dos links de dados das unidades; Gerenciamentos de Datacenter do IPEM; Gestão dos serviços de Infraestrutura de TI, servidores físicos e virtuais, gestão de usuários, gestão de arquivos de usuários, gestão geral de dados, gestão de Segurança de TI, gestão e gerenciamento e aos serviços de backup e suporte aos serviços de Voip; Suporte aos usuários da Instituição; Suporte às equipes de Atendimento de TI-TISUP e Desenvolvimento-TIDES; Departamento de Recursos Humanos e Apoio Jurídico: Processos de Auto de Infração Recebidos: 8836. Processos que saíram para emissão de parecer: 7726. Processos encaminhados com Recurso para o Inmetro: 1083. Processos encaminhados para Cobrança: 4114. Notificações e Renotificações Decisão Final: 2373. Renotificação de Decisão: 2402. Publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo: 909. Processos Arquivados: 4508. Processos Homologados: em valores R$ 40.246.533,83. Taxas devolvidas pela Procuradoria Regional Federal: 2.897. Taxas saneadas antes de inscrição em Dívida Ativa:1.411. Taxas inscritas em Dívida Ativa: 4.042; Taxas Distribuição de tarefas-SAPIENS: 7. Taxas Tarefas saneadas - SAPIENS: 8. Certidão Negativa de Débitos: 336. Parcelamentos Realizados Administrativos: 182. Parcelamentos Realizados Dívida Ativa: 403. Recobranças de Multas AI: 3928. Recobranças de Guias de Serviços/Taxas: 7570. Parcelas dos Acordos/TCD - multa: 8481. Parcelas dos Acordos/TCD - taxas: 427. Demandas Atendidas da ENAC/PRF3: 3520. PAs Digitalizados e Cadastrados: 3579. Tarefas Criadas SAPIENS: 7110. Tarefas Distribuídas SAPIENS: 3299. Tramitação Remetidas pelo Setor IPEM: 3200. PAs Enviadospara Dívida Ativa: 3633. PAs Inscritos em Dívida Ativa Autos de Infração: 3475. PAs Inscritos em Dívida Ativa Taxas: 4127. Dívidas com Baixa/CDAs Baixadas: 369. Executados em Dívida Ativa: 6916 em valor R$: 21.101.169,19. Pagamentos em Dívida Ativa Ajuizados com Encargo Legal R$: 8.077.438,07. Pagamentos em Dívida Ativa Pagamentos TRIUDO, em Protesto R$: 2.135.410,81. Pagamentos em Dívida ativa Não Ajuizados: 1.306.959,54. Pagamentos em Dívida Ativa Não Ajuizados Parcelados R$: 192.311,19. Pagamentos em Dívida Ativa Ajuizados Não Parcelados R$: 4.363.054,49. Pagamentos em Dívida Ativa Ajuizados Parcelados R$: 2.525.879,47. Previsões Receita Inadimplência Cobrança R$: 26.490.142,99. Previsões Receita Inadimplência Parcelados R$: 6.687.169,01. Previsões Receita Inadimplência Cobrança Pagos R$: 18.004.570,10. PrevisõesReceita Inadimplência Parcelados Pagos R$: 4.765.810,87. Atendimento Geral: 6331. AtendimentoE-mails Recebidos: 7672. Atendimento E-mails Enviados: 11007. Atendimento Boletos Enviados: 2628. Processos Homologados Valor R$: 40.246.533,83. Total de Processos Homologados: 8232. Processos Analisados AGGEP SGI - Multa: 7379. Processos Analisados AGGEP SGI - Advertência e Insubsistência: 14. Processos Analisados AGGEP SGI - Retratação e Reconsideração: 35. Processos Analisados AGGEP Recursos: 782. Processos Analisados AGGEP Parecer AI: 15. Processos Analisados AGGEP PROFE: 58. Processos Analisados AGGEP Parecer/Cancelamento/Ofícios: 51. Processos Saneados IPEM: 12926. PAs Encaminhados para Área Técnica: 34. Centro de Análise de Processo Licitação: 39. Centro de Análise de Processo Registro Preço: 4. Centro de Análise de Processo Contrato Administrativo: 43. Centro de Análise de Processo Contratação Direta: 33. Centro de Análise de Processo Disciplinar: 6. Centro de Análise de Processo Fiscalização: 1. Centro de Análise de Processo Servidor: 68. Centro de Análise de Processo Outros: 18. Centro de Apoio às Procuradorias Empréstimos de Processos à PGF: 40. Centro de Apoio às Procuradorias Contatos/Informações: 3301. Centro de Apoio às Procuradorias Arquivos Petições/Correspondência/PGF: 844. Centro de Apoio às Procuradorias Cópias de Processos Administrativos: 85. Centro de Apoio às Procuradorias Ofícios Recebidos: 309. PGE Citações Recebidas-Iniciais: 84. PGE Intimações Recebidas: 116. PGE E-mails Respondidos para Procuradores: 218. PGE Audiências: 11. Documentos Inseridos no Sistema PGE: 115. Contencioso Ações Ordinárias/Mandado Segurança: 262. Contencioso Petições Protocoladas: 1541. Contencioso Publicações: 5218. Intimações por Oficial de Justiça: 14. Citações por Oficial de Justiça: 92. Contestação/Contrarrazões/Outros: 262. Alegações Finais: 9. Alvará de Levantamento: 46. Cópias de Processos/Fórum: 1326. Assessoria de Comunicação-ACO. Desenvolvimento de atividades de assessoria de imprensa, produção de material de divulgação, educativo, orientativo e informativo em mídia impressa e eletrônica, destinado aos empresários, consumidores e cidadãos em geral. Gestão de conteúdo para o site oficial do Ipem, Diário do Ipem-intranet, blog Almanaque do Ipem e mídias sociais - Twitter e Facebook: Devido ao período eleitoral, produção de 3.570 releases e notícias-comunicados expedidos à imprensa); Registro de 1.328 notícias veiculadas pela mídia (100% de notícias positivas; Inserção de 1.125 notícias na intranet Diário do Ipem. Estimativa de 450.000 visitas ao site do Ipem. Centro de compras-ADCOM. Quantidade de licitações e contratações diretas houve crescimento de 500% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento é decorrente do aporte de recursos financeiros provenientes de emenda parlamentar. Índice de economia por modalidade: Geral 43,56%. Pregão eletrônico foi a modalidade com o maior índice de economia, 43,82%. Tempo médio gasto em dias, pelos processos de compras - Licitatórios ou de Contratação Direta, queda em 26,79% entre 2022/2021. Tempo médio gasto em dias, pelos processos licitatórios ou de Contratação Direta, queda em 35,37% no tempo gasto em dias nos processos no Departamento de Administração. Destaque para a redução em 42,4% do tempo gasto para a realização de um pregão eletrônico. Ouvidoria-OUV: Denúncias e reclamações envolvendo assuntos metrológicos de produtos, instrumentos e serviços atendidos: 1.042; Denúncias e reclamações metrológicas concluídas: 927. Serviço, produtos e serviços reprovados-reclamações procedentes: 199-21,0%; Denúncias/reclamações metrológicas em análise: 115; Manifestações Institucionais-Reclamações/denúncias, informações, elogios, sugestões 1.568; Grau de satisfação dos clientes da Ouvidoria do Ipem: 88,9%; Total Geral de Atendimentos janeiro a outubro/2022: 2.610. Assessoria de Gestão da Qualidade-AGQ**.** Atividades Realizadas pela AGQ até 31/10/2022. 28ª Auditoria Interna período de 18 a 29/4/2022, para avaliação da implementação e adequação do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ do IPEM nas áreas abrangidas pela Certificação; Acompanhamento da Auditoria Externa de Recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ do IPEM em 30/5 a 3/6/2022, por Organismo de Certificação acreditado pela Coordenadoria-Geral de Acreditação do INMETRO-CGCRE; 29ª Auditoria Interna período de 12/9 a 14/10/2022, para avaliação da implementação e adequação do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ do IPEM nas áreas abrangidas pela Certificação; Confecção do Relatório da 28ª e 29ª Auditoria Interna para apresentação em reunião do Grupo Gestor da Qualidade do IPEM prevista para 23/11/22; Elaboração, emissão, distribuição e controle de 200 documentos do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ do IPEM; Reunião em 13/07/22 com o Departamento de Tecnologia da Informação - DTIN do IPEM, para reanálise do software que está sendo desenvolvido para o SGQ; Reunião do Grupo Gestor da Qualidade – GGQ, realizada em 01/08/22, para discutir, avaliar e efetuar a análise crítica do SGQ. Próxima reunião dia 23/11/22; Reuniões em 26/10/22 da Comissão de Avaliação de Documentos - CADA IPEM para aprovação e implementação da Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD das áreas MEIO e

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

FIM do IPEM, bem como do SP SEM PAPEL; Reuniões do Grupo Gestor da Qualidade - GGQ, realizadas em 12/4 e 1/08/22, para discutir, avaliar e efetuar a análise crítica do SGQ. Próxima reunião dia 23/11/22; Assessoria de Planejamento - APL**.** No Departamento Técnico de Metrologia Legal: Fiscalização/Verificação de Instrumentos de Pesar e Medir. Consiste na fiscalização/verificação de todos os instrumentos de pesar e medir utilizados no comércio em geral e indústrias, tais como: IPNAs -balanças, bombas medidoras de combustíveis líquidos, taxímetros, hidrômetros, caminhões e vagões-tanques, medidores de velocidade e outros instrumentos de pesar e medir. Essa atividade é executada na Capital do Estado de São Paulo - Regional Capital Norte, Sul, Leste e Oeste - e em nossas delegacias regionais nas cidades de Santos, Santo André, São José dos Campos, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Sorocaba, Campinas e Piracicaba, sendo que os serviços de verificação de caminhões-tanques estão restritos às cidades de Paulínia, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Regional Capital Norte, os de vagões tanques na cidade de Paulínia e Ribeirão Preto. A atividade de fiscalização/verificação de instrumentos de pesar e medir está dividida em cinco grupos, sendo que foram fiscalizados/verificados até outubro, 28.290 estabelecimentos e homologados 4.164 autos. A verificação dos instrumentos de pesar e medir teve o seguinte desempenho: Verificação Subsequente - produto 426: Efetuada anualmente nos estabelecimentos comerciais e industriais do Estado de São Paulo. Foram verificados até outubro, 568.924 instrumentos, sendo que foram reprovados 11.334 destes instrumentos. Verificação Após Reparo: efetuada em instrumentos reprovados na verificação subsequente ou nos instrumentos que sofreram reparos por firmas credenciadas. Até outubro, foram verificados 8.140 instrumentos, sendo que foram reprovados 227 destes instrumentos. Verificação Inicial: efetuada nas dependências dos fabricantes ou importadores de instrumentos de medição, antes dos mesmos serem colocados à venda. No estado de São Paulo há em torno de 140 fabricantes. No ano, até outubro, foram verificados 386.273 instrumentos, sendo que foram reprovados 56 destes instrumentos; Autoverificação: consiste na supervisão dos instrumentos fabricados ou reparados, através de auditorias e venda de selos de verificação, efetuada somente em cronotacógrafos, esfigmomanômetros, instrumentos de medição para fluxo de água fria-hidrômetros, instrumentos de medição de gás e instrumentos de medição de eletricidade-medidor de energia elétrica. Até outubro, foram autoverificados 4.058.866 instrumentos. Declaração do fabricante: Em função da pandemia de COVID 19, e, para diminuir o fluxo de pessoas, o INMETRO autorizou, desde que solicitado, que os fabricantes de instrumentos de pesar e medir comuniquem aos IPEMs que estão colocando no mercado os instrumentos fabricados, sendo que estes fabricantes efetuam o recolhimento das taxas devidas. Até outubro, foram declarados pelos fabricantes 930.156 instrumentos. Fiscalização de Produtos Pré-Medidos - produto 1445 - Produto pré-medido é todo produto embalado e medido sem a presença do consumidor e em condições de comercialização, cabendo à fiscalização verificar a fidelidade da informação contida na embalagem. A grande maioria dos produtos consumidos pela população, tais como: arroz, feijão, manteiga, leite, óleo comestível, detergente, sabão em pó e muitos outros são produtos pré-medidos. O IPEM dispõe de laboratórios e equipes coletoras que atuam em todo o Estado de São Paulo. As equipes de fiscalização do IPEM percorrem os pontos de venda, os depósitos e as fábricas desses produtos, procedendo a avaliação preliminar - pesagem do produto, com a embalagem inclusive, coletando as amostras para o laboratório daqueles produtos com suspeita de irregularidade. As empresas são devidamente convidadas a presenciar toda a ação fiscalizatória nos laboratórios. A atividade de fiscalização de produtos pré-medidos, até outubro, realizou 33.298 exames em produtos, sendo que 162 destes exames foram nos fabricantes e foram homologados 2.150 autos de infração. No Departamento Técnico da Qualidade - Fiscalização de Produtos e Serviços com a Conformidade Avaliada consiste na fiscalização de produtos e serviços com a Avaliação da Conformidade Compulsória - certificação de produtos, declaração do fornecedor, etiquetagem, etc., estabelecida através de Portarias do INMETRO, sendo que os produtos com avaliação da conformidade são identificados através da Marca de Conformidade do INMETRO - Selo de Identificação da Conformidade reconhecido no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade aposto no produto ou embalagem. O uso do selo somente é autorizado, após a constatação de que os produtos atendem a requisitos preestabelecidos em Normas e Regulamentos Técnicos, proporcionando um adequado grau de confiança. Até outubro, o IPEM fiscalizou 481.600 unidades destes produtos, sendo 445.685 aprovadas 6.540 reprovadas, 26.899 apreendidas. 1.128 interditadas e 1.358 coletadas. Foram fiscalizados 7.800 estabelecimentos, incluindo os estabelecimentos dos produtos têxteis e emitidos 640 autos de infração. Fiscalização de Produtos Têxteis consiste na verificação da existência de etiqueta com informações obrigatórias referentes aos dados do fabricante/importador, instruções de conservação, composição têxtil e tamanho, em roupas, tecidos, artigos de cama, mesa e banho etc. Durante o ano até outubro, foram fiscalizadas 372.784 unidades de produtos têxteis, sendo 318.266 aprovadas, 54.187 reprovadas, 146 apreendidas e 185 coletadas, sendo emitidos 2.535 autos de infração. O Departamento de Metrologia Científica e Industrial - DMCI é dividido em três centros: o de Calibração, o de Ensaios e o de Medições e Verificações Especiais, constituídos de laboratórios metrológicos e setores que oferecem a indústria, comércio e órgãos governamentais prestação de serviços em metrologia. Nestes serviços, incluem-se as calibrações e medições especiais realizadas a pedido dos interessados para diversos instrumentos e produtos. No âmbito da metrologia legal, o DMCI executa verificações compulsórias em termômetros clínicos e industriais, em densímetros e flutuadores e etilômetros - bafômetros. Os laboratórios de massa, pressão e volume são acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE, o que nos permite integrar a RBC - Rede Brasileira de Calibração e prestar serviços de melhor exatidão metrológica com rastreabilidade reconhecida. O laboratório de ensaios realiza serviços de inspeção em fios e cabos elétricos para tensões até 750V. O Centro de Verificações e Medições Especiais executou serviços de arqueação de tanques de armazenamento de óleo diesel, gasolina, querosene e álcool utilizados para transferência de custódia, além de calibração de medidas de volume de grande capacidade. Até outubro, foram calibrados, ensaiados ou verificados 7.469 em verificação subsequente-66 destes foram reprovados, 88.191 em verificação inicial-299 destes foram reprovados) e 828 em após reparo-13 destes foram reprovados. Departamento de Avaliação e Certificação do IPEM-DACE. Esta atividade consiste na inspeção e certificação de veículos que transportam GLP fracionado-botijões de gás de cozinha, em atendimento à legislação estadual, específica para o assunto. Até outubro, foram inspecionados 549 veículos utilizados neste tipo de transporte.

Verificações ocorridas de janeiro a outubro:

Tipo	*Inicial*	*Periódica*	*Após Reparo*	*Declaração do fabricante*	*Autoverificação*	*Totais*
Massas	11.988	8.559	2			20.549
Densímetros	28.761					28.761
Balanças	81.263	173.689	301	117.250		372.503
Instrumentos de medição de comprimento	5.309	1.558				6.867
Instrumentos de medição de trânsito	123	990	24			1.137
Cronotacógrafos		185.427				185.427
Etilômetros	710	3.156				3.866
Instrumentos de medição de temperatura	58.484			198.199		256.683
Medidas materializadas de volume	11.679	9.121	130			20.930
Caminhões para carga sólida	90			9.242		9.332
Arqueação de tanques		121				121
Veículos tanques ferroviários e rodoviários	20	21.228		1.236		22.484
Bombas medidoras para combustíveis	12.526	116.272	4.205			133.003
Sistema de medição de GNV		696	12			708
Instrumento de medição de volume de água	58.804			603.218	2.945.721	3.607.743
Instrumentos e sistemas de medição de gás	180	179			255.649	256.008
Outros medidores volumétricos	39	2				41
Esfigmomanômetros	196.096	11.593	65		631.942	839.696
Taxímetros	5.737	37.421	2.535			45.693
Radares/barreiras eletrônicas	343	6.352	269	513		7.477
Instrumentos de medição de energia elétrica					49.200	49.200
Outros instrumentos de medição	28	29	824	498		1.379
Totais	*472.180*	*576.393*	*8.367*	*930.156*	*4.058.866*	*6.045.962*

Fundo Especial de Custeio - FEP vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania tem por finalidade promover o custeio de perícias e avaliações médico-legais, psiquiátricas e de investigaçãode vínculo genético por meio de identificação de polimorfismos de DNA Inter vivos e post mortem, em processos da competência da Justiça comum estadual envolvendo partes beneficiárias da justiça gratuita. Entretanto, ele foi extinto pela Lei Estadual nº 17.293, de 15/10/2020, *inciso IX do artigo 18.* Mesmo assim, no exercício de 2022, o FEP não processou receitas, por não possuir dotação orçamentária para custeio das despesas com relação ao pagamento de perícias, o gasto foi suportadopela Pasta-Ação 6274 - Perícias Judiciais - Fonte 001, no valor de R$ 8.617.500,00, pagos para um total de 7.488 peritos(as), que finalizaram a contento 16.426 processos periciais, contabilizados até a data de 1/11/2022. Com a estimativa de até o final de 2022, ainda serem pagos em torno de 1.500 peritos, abrangendo mais 3.029 processos, para os quais foi solicitado crédito suplementar de R$ 1.103.620,00. Desta forma a totalização final seria de: total de peritos pagos = 7.392 + 1.344 = 8.736.Total de processos pagos = 16.426 + 3.029 = 19.455. Total de valores pagos= 8.617.500,00 + 1.103.620,00 = 9.721.120,00.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Planejamento dos Transportes - Planejamento Dos Transportes - Antecedentes **-** a Área dePlanejamento de Transportes da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo-SLT, deu continuidade a diversos projetos componentes do Plano Diretor de Logística e Transportes-PDLT2030, iniciado em 2011, que globalmente conformam o arcabouço de ações do Plano Estratégico da Pasta. O PDLT visa dotar a SLT de um moderno instrumento de planejamento, utilizando-se das melhores ferramentas analíticas e bases de dados abrangentes, para auxiliar na seleção do melhor conjunto de ações nos campos da infraestrutura, gestão e preços para atingir os objetivos públicos previamente definidos. Dos trabalhos desenvolvidos destacam-se: Inventário de Emissões por Veículos Automotores **-** O projeto foi desenvolvido no decorrer de 2022, sendo que já foram entregues os dois produtos previstos. O primeiro produto, já aprovado, engloba um relatório contendoa metodologia e premissas adotadas para estimativa da composição da frota em cada horizonte e fontes de dados a serem utilizadas para a estimativa das curvas de emissão em função da velocidadee da monetização dos impactos, cenários e modelos de geração de viagens e composição da frota no ano base e futuros, além de matrizes de viagens por tipo de veículo nos horizontes definidos. O segundo produto contém as curvas de emissão de poluentes em função da velocidade por categoria de veículo, monetização das emissões, tabelas de consumo característico de combustível e parâmetrosde emissão de poluentes para os demais modos de transporte. Esse produto foi entregue e está em fase de avaliação e aprovação. Estudos Para Derivação De Matrizes Origem - Destino De Grandes Bancos De Dados - BIGDATA**:** foi dada a continuidade no desenvolvimento do BigData, iniciado no final de 2021. O projeto chegou ao seu final em junho quando foram entregues os produtos previstos no contrato. Além das Matrizes OD por tipo de veículo-automóvel, comercial leve e comercial pesado e tipo de dia-útil, final de semana e feriado, foram entregues também os bancos de dados de telefonia utilizados e um sistema de BI com consulta de diversos temas ligados ao transporte através de dashboards. Além desses produtos foi entregue também hardware utilizado durante o projeto para processamento dos bancos de dados e foi feita a capacitação técnica da equipe da Área de Planejamento para trabalhar com as tecnologias envolvidas no projeto. Estudos De Segurança Viária **-** foi finalizado o processo de codificação dos dados levantados com base na metodologia iRAP. Essas atividades foram concluídas em agosto. A aplicação completa da metodologia do iRAP requer a realização de três etapas: levantamento de campo, codificação dos dados obtidos e análise e elaboração dos relatórios com os planos de investimentos. No processo licitatório atual foram contratadas apenas as duas primeiras etapas da metodologia, deixando a terceira etapa para uma nova licitação. A nova licitação está prevista para a próxima etapa do empréstimo do BID. Fortalecimento Institucional Com Recursos Financiados Pelo BID e BIRD **-** Projeto Data Analytics **-** foi feita a licitação do projeto. O processo licitatório encontra-se em fase de assinatura de contrato e emissão da nota de serviço para início dos trabalhos. Outras atividades - Desenvolvimento De Infraestrutura Logística Com Tecnologia Avançada Para A Ligação Planalto - Baixada Santista: Projeto Linha Verde **-** Em 2020 foi desenvolvida a concepção de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira de uma nova infraestrutura logística rodoviária e/ou ferroviária para o transporte de cargas, especialmente de contêineres originados no planalto - em grande parte gerados num raio de até 150 km - diretamente para os terminais portuários do porto de Santos. Segundo a concepção desenvolvida, o Estado através da SLT publicará na Plataforma de Inscrição de MIP´s um chamamento para que entidades do setor privado apresentem projetos com tecnologias avançadas capazes de romper a barreira constituída pela Serra do Mar de uma forma competitiva com o sistema logístico atual que opera pela Rodovia Anchieta. A opção pela tecnologia a ser sugerida é livre. Cada proponente certamente optará por uma tecnologia já testada ou em fase de consolidação e que atenda aos

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

requisitos operacionais para veicular fluxos em ambos os sentidos transpondo a serra do mar entre o planalto e a Baixada Santista. O desenvolvimento deste escopo deverá apoiar o Governo do Estado de São Paulo - GESP - na avaliação de alternativas de projetos de expansão da capacidade da infraestrutura do sistema de acesso ao porto de Santos e na harmonização e dinamização de suas políticas de transporte de logística de cargas unitizadas relacionadas ao comércio exterior. No ano, a Secretaria de Logística e Transportes participou de reuniões e continuou dando apoio ao trabalho. Centro Administrativo-CA- Resumidamente, o Centro Administrativo da Secretaria de Logística e Transportes é responsável pela instrução de todos os processos licitatórios, dispensas de licitação e inexigibilidade, formalização dos atos contratuais, conferência das atribuições dos fiscais e gestores contratuais designados, controle de bens patrimoniais móveis, por inclusão de novos e exclusão daqueles considerados inservíveis, execução orçamentária, por meio dos registros nos sistemas que interagem com as finanças públicas do Estado, além das ações de controle de frota de veículos e atividades inerentes a Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC. O Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo-DAESP, órgão então vinculado à Secretaria de Logística e Transportes-SLT e responsável pela administração de aeroportos estaduais paulistas, foi objeto de extinção, determinada pela Lei Estadual nº 17.203, de 15/10/2020, e efetivamente promovida por intermédio do Decreto Estadual nº 66.663, de 14/4/2022. A atividade foi transferida à gestão da iniciativa privada, em razão da Concorrência Pública Internacional nº 01/2021, que tratou da concessão dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração dos Complexos Aeroportuários, e da consequente assinatura dos contratos. Em consequência da desmobilização das atividades do órgão, o pessoal remanescente, depois de consumado o plano de demissão incentivado, constituiu quadro especial, em extinção, vinculado à Pasta. A SLT assumiu a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e passivos, conhecidos ou não, as obrigações, o acervo, os bens e os recursos orçamentários e financeiros apurados, juntamente com a destinação do acervo documental que envolveu também a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo-ARTESP, a Coordenadoria de Patrimônio do Estado-CPI, da Secretaria de Orçamento e Gestão-SOG e a Coordenadoria de Entidades Descentralizadas, da SOG, no tocante ao acervo documental de respectiva governança. As atividades derivadas do DAESP foram somadas às do Centro Administrativo-CA e de suas unidades vinculadas: Núcleo de Suprimentos e Patrimônio-NSP, Núcleo de Finanças-NF e Equipe de Atividades Complementares-EAC. Dentre as obrigações remanescentes à SLT tem-se a sub-rogação de contratos relativos à atividade extinta que, por sua natureza, necessitaram permanecer sob a administração do Estado, derivados do quadro de pessoal realocado, além da gestão da prestação terceirizada dos serviços de operação e manutenção dos sistemas da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo-EPTA, instaladas nos aeroportos estaduais de Sorocaba e São José do Rio Preto, não inclusas nos processos de concessão da exploração das atividades aeroviária à iniciativa privada. Com a extinção do DAESP e assunção da gestão de contratos originados do extinto DAESP, ocorreu um acréscimo de 79% do total de contratos gerenciados pelo Centro. Desses, sobressaem 7 contratos derivados da administração das Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo - EPTA instaladas nos aeroportos de Sorocaba e São José do Rio Preto, que permaneceram excluídos dos contratos de concessão da exploração aeroviária dos aeroportos paulistas.

Transporte Rodoviário - DER - Departamento de Estradas de Rodagem **-** Malha Rodoviária do Estado de São Paulo

Investimento em Obras Rodoviárias **-** Até outubro, o DER investiu R$ 1,46 bilhões em obras de

MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EXTENSÃO
Base : Outubro/2022

TIPO DE ESTRADA	ÓRGÃO	DER (km)	CONCESSÕES (km)	TOTAL ESTADUAL (km)	FEDERAL (km)	MUNICIPAL (km)	TOTAL (km)
EIXO	TERRA	754,09	0,00	754,09	0,00	161.183,86	161.937,95
	PISTA SIMPLES	8.441,75	2.151,65	10.593,39	390,06	15.237,06	26.220,51
	PISTA DUPLA	851,88	4.464,17	5.316,05	633,85	60,01	6.009,91
SUBTOTAL		10.047,72	6.615,82	16.663,54	1.023,91	176.480,93	194.168,38
ACESSOS INTERLIGAÇÕES	TERRA	213,90	24,00	237,90	0,00	24,30	262,20
	PISTA SIMPLES	1.506,95	536,44	2.043,39	0,23	152,09	2.195,71
	PISTA DUPLA	171,14	141,67	312,81	0,00	32,00	344,81
SUBTOTAL		1.891,99	702,11	2.594,09	0,23	208,39	2.802,72
DISPOSITIVOS		1.291,52	1.738,91	3.030,43	3,05	7,91	3.041,40
SUBTOTAL		1.291,52	1.738,91	3.030,43	3,05	7,91	3.041,40
TOTAL		13.231,22	9.056,84	22.288,06	1.027,19	176.697,23	200.012,49

pavimentação/duplicação/recuperação de rodovias estaduais, ao longo de 1365,76 km; R$ 1,57 bilhões na rede vicinal, ao longo de 2263,96 km de obras. Desapropriação **-** Até o mês de outubro na gestão dos processos de desapropriação necessários para a execução dos programas de melhorias nas Rodovias do Estado, o DER prestou os seguintes serviços: Laudos técnicos de avaliação elaborados: 69; Elaboração de plantas, memorial descritivo, elaboração e revisão de cadastro individual, levantamento topográfico, relatórios de justificativa técnica: 30 - Processos Judiciais totais - 61, sendo: 32 processos judiciais pagos-inicial e/ou complementar no valor de R$ 5.060.945,50; 8 processos na Diretoria Financeira para pagamento-inicial ou complementar no valor de R$ 2.172.318,41; 21 processos judiciais distribuídos com valor da oferta inicial de R$ 2.945.801,10. Processos amigáveis totais: 111, sendo: 17 amigáveis escriturados e pagos no valor de R$ 1.388.036,86; 1 Processo em gerenciamento na Divisão Regional - DR.08; 1 Processo na Diretoria Financeira para emissão de cheque - R$ 12.979,00; 92 Processos de áreas públicas- Encaminhados para a CGP-Gestão de Convênios; Elaboração de Decreto de Utilidade Pública: 6 DUPs, sendo: SP 056-Rodovia Alberto Hinoto - Trecho Itaquaquecetuba - Arujá; SP 316 - Rodovia Constante Peruchi - Trecho Cordeirópolis - Rio Claro; SP 334 - Rodovia Cândido Portinari - Trecho Pedregulho - Cristais Paulista e Franca; SPI 177/342 - Rodovia Carmem Ruete de Oliveira - Trecho Mogi Guaçu - Itapira; SP 425 - Rodovia Assis Chateaubriand - Trecho Presidente Prudente; SP 461 - Rodovia Pericles Bellini - Trecho Nhandeara - Votuporanga - Iniciado o trabalho de avaliação, porém retornou à Diretoria de Engenharia para revisão de cadastros; Declaração de inexistência de projetos ou processos de desapropriação: 222 processos instruídos, acompanhados e emitidas as declarações; Processos Judiciais: 594 processos elaborados e acompanhados, sendo que 510 já possuem imissão na posse; Processos Administrativos-amigáveis: 18 processos elaborados e acompanhados, sendo 13 escriturados e pagos e 5 com cheques emitidos; Processos em análise: 41; Informações sobre áreas desapropriadas pelas Concessionárias e DERSA inseridas no sistema SCDES: atualizadas as informações de 466 cadastros; Sistema de Desapropriação - SCDES: Compatibilização das informações inseridas nos campos Condução da Desapropriação e Status da Desapropriação, inclusive inserção de documentos comprobatórios - escrituras de desapropriação e/ou matrículas registradas em nome do DER; mandados de imissão na posse e/ou sentenças judiciais, etc.; reformulação e melhorias na apresentação dos relatórios do sistema, inclusive com a localização dos processos do SP sem Papel e digitalização e inserção de 209 documentos técnicos referentes ao Decreto de Utilidade Pública nº 62.022 de 15/06/2016 - SP 008 - Trecho Bragança Paulista - Socorro. Projetos Rodoviários **-** Verificados e analisados 10.847 documentos técnicos de projetos para obras rodoviárias-sendo Geometria e Topografia 3965, Geotecnia 1436, Drenagem 1913, Pavimentação e Terraplenagem 1625, Estrutura de Concreto e passarelas 477, Sinalização 700, Cadastro e Desapropriação 716, Meio Ambiente - projeto 15; Elaboração interna de projetos: 18 projetos de desapropriação; 10 pontos de contenções projetos de geotécnica. Estradas Vicinais analisados - Recuperação funcional de estradas vicinais, analisados 392 km - 47 protocolos; Pavimentação e recuperação de vicinais 853 km - 171 protocolos; OAE em estrada vicinal 5,5 km - 1 protocolo; totalizando 1250,5 km - 219 protocolos. Consultas Técnicas: Analisadas soluções para 3459 consultas técnicas vinda de protocolos físicos de diversas direções sobre ocorrências e soluções necessárias as rodovias. Em torno de 40 vinda de ouvidorias e 54 SCSA. Do Programa Respeito a Vida: 21 pontos críticos com obras concluídas; 203 pontos críticos com obras em andamento; 56 obras em contratação de soluções pontuais; 28 projetos a contratar; 61 projetos com obras concluídas. Meio Ambiente Em Obras Rodoviárias **-** 2ª Etapa do Plantio Compensatório-200 Hectares no Parque Estadual do Aguapeí - LOTE 1 em andamento; previsão de término em 25/07/2024. 2ª Etapa do Plantio Compensatório-250 Hectares no Parque Estadual do Aguapeí - LOTE 2 em andamento; previsão de término em 25/07/2024. Serviços de plantio compensatório e manutenção de espécies arbóreas nativas - preparo do solo, plantio e manutenção, em área de 12,50 hectares na fazenda Campo Belo, localizada no município de Panorama/SP, em andamento previsão de término 25/07/2024. Monitoramento de Fauna e Atropelamento na Rodovia Oswaldo Cruz- Unidade de Conservação de Proteção Integral Serra do Mar. OBJETIVO: elaboração do estudo de viabilidade de implantação de novos corredores de travessia de fauna na Rodovia Oswaldo Cruz-SP-125 e de medidas para mitigação dos impactos ocasionados pela operação da rodovia. Início 26/9/2022 término previsto para 26/12/2023. Serviços técnicos especializados de supervisão e acompanhamento ambiental e social das obras de duplicação e melhorias da estrada do M`Boi Mirim, no município de São Paulo e melhorias da rodovia SP-214, no município de Itapecerica da Serra. Início em 25/8/2022 e término previsto para 25/10/2026. Revisão e atualização das normas, instruções e especificações técnicas ambientais do DER, incluindo revisão e atualização do Sistema de Gestão Ambiental - SGA e do Sistema de Informações Ambientais Rodoviárias – SIAR. Início 25/5/2022 previsão de término 25/5/2023. Rede Vicinal - Programa de Recuperação/Pavimentação de Vicinais **-** As estradas vicinais são importantes indutoras de desenvolvimento, essas estradas são vias capilares do sistema rodoviário. O Programa busca atender a grande demanda por transporte existente no interior do estado, de forma a garantir condições adequadas para a interligação com a malha rodoviária estadual e federal. Busca, ainda, beneficiar a vida de milhões de pessoas que circulam pelo Estado, melhorando a acessibilidade dos núcleos urbanos, aumentando a segurança no transporte de pessoas e cargas e reduzindo os acidentes e tempo de viagem. Até outubro, foram concluídos 2.263,960 km de obras e encontra-se em andamento 5.644,201 km de obras em estradas vicinais. Parcerias Com Municípios - Até outubro, estavam em andamento 441 convênios, totalizando 316 municípios e mais de 24,1 milhões de pessoas beneficiadas através de programas como Parcerias, Pavimentação e Recuperação de Vicinais, Reforma/Construção de Terminal Rodoviários, dentre outros. Conservação Rodoviária - O DER, além de construir e operar as rodovias sob sua jurisdição vem progressivamente ampliando recursos e melhorando em tecnologia e qualidade os serviços prestados na conservação rodoviária, de forma a assegurar a fluidez do tráfego, bem como a manutenção do patrimônio público e, principalmente, a segurança de seus usuários. No período de janeiro a outubro foram investidos R$ 601.298.550,56 em serviços de Conservação de Rotina e R$ 103.445.156,58 em Conservação da Sinalização Horizontal e Vertical, perfazendo um total de R$ 704.743.707,14. Fiscalização - Radares - O Programa Estadual de Segurança Rodoviária, cuja meta é a redução de acidentes, principalmente os que resultam em vítimas fatais, foram operados de janeiro a outubro, um total de 900 equipamentos eletrônicos fiscalizadores de trânsito, sendo 512 medidores de velocidade e 388 equipamentos não metrológicos-estes utilizados para fiscalização de faixas exclusivas e evasões de pedágios, já foram triadas mais de 5,3 milhões de imagens, sendo aplicadas 3.507.297 penalidades aos motoristas transgressores das normas de trânsito. OCR - Reconhecimento De Caracteres De Placas - O DER-SP possui 220 equipamentos instalados nas rodovias do Estado de São Paulo que, captam as imagens dos veículos em passagem, identificam suas placas automaticamente e, desta forma, permitem levantamentos estatísticos e averiguações de passagens veiculares com registro de crimes e/ou irregularidades administrativas. Após a captura de informações e avaliação de relevância, são encaminhados a 1.300 tablets fornecidos ao Policiamento Militar Rodoviário, avisos seletivos sobre a localização dos veículos com registros de desvios criminais ou administrativos. Desta forma, o policiamento rodoviário tem a possibilidade de interceptações assertivas. Trata-se de uma ferramenta estratégica para planejamento de operações e investigações policiais. Estes equipamentos são monitorados diuturnamente para que não sejam interrompidas suas operações e produzam os efeitos necessários. No ano de 2022 os equipamentos registraram as passagens de:

2022	*Passagens de veículos*
Jan	33.070.232
Fev	33.732.165
Mar	37.634.459
Abr	36.109.939
Mai	36.250.123
Jun	35.583.827
Jul	36.801.149
Ago	37.988.123
Set	38.462.212
Out	39.974.728

Regional	*Total de Escolas Atendidas*	*Nº de Alunos*	*SP Atendidas*
DR 01	2	240	SP 101
DR 02	3	441	SP 250 / SP 264
DR 04	1	56	SP 257
DR 05	6	1605	SP 055 / SP 165
DR 06	6	1508	SP 099 / SP 050 / SP 060
DR 07	2	360	SP 306 / SP 245
DR 08	3	1343	SP 291 / SP 322
DR 09	6	1424	SP-320 / SP - 427/ SP-463
DR 10	5	1237	SP-077 / SP-023
DR 13	1	37	SP-151

Estes números também permitem avaliar a performance econômica do País, através das reduções ouaumento de trânsito veicular de passageiros e cargas, enriquecendo as estatísticas e permitindo planejamento estratégico de investimentos. Além das rotinas de serviços implantados, o Departamento OCR apresentou proposituras de ampliação de serviços e metas para 2023 que se encontram em trâmite na Autarquia até este momento. Operação Rodoviária - COO **-** As atividades daOperação realizadas na Malha Rodoviária Estadual, administradas pelo DER, são desenvolvidas pelas 57 Unidades Básicas de Atendimento-UBAs, que prestam serviços gratuitos aos usuários das rodovias. São serviços de socorro mecânico, remoção de veículos em pane e acidentados ou de obstáculos nas pistas, resgate e atendimento de primeiros socorros às vítimas de acidentes, além do apoio com informações e orientações. As UBAs abrangem 562 municípios paulistas e atende, em média, 21 mil usuários por mês, totalizando mais de 210 mil atendimentos efetuados de janeiro a outubro. COI – COO **-** A Central de Operações e Informações - COI opera o serviço de atendimento telefônico 0800, um canal de comunicação gratuito que visa maior comodidade e agilidade no

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

atendimento dos usuários nas rodovias operadas pelo DER. Operando 24 horas por dia, a COI atende as solicitações de socorro mecânico, presta informações sobre condições de tráfego, localização de pedágios, balanças e pontos de referência, condições climáticas, itinerários, tarifas de pedágio e monitora, em tempo real, as condições de tráfego das principais rodovias estaduais através de câmeras, analisadores de tráfego e medidores de temperatura. Até outubro foram atendidas 584.365 ligações através do telefone 0800 055 5510, com uma média de 1,929 mil ligações por dia. Pátios De Recolhimento – COO **-** Com a celebração de convênios com municipalidades paulistas para prestação dos serviços de administração e manutenção de pátios de remoção, guarda e liberação de veículos, o objetivo do DER é oferecer a infraestrutura necessária para a fiscalização da regularidade dos veículos, seus condutores e respectiva documentação, em procedimento exercido pelo Policiamento Militar Rodoviário do Estado de São Paulo, garantindo assim, a função institucional e legal da Autarquia. Além disso, destaca-se a observância ao princípio da economicidade, uma vez que, para o desempenho dos convênios, não se faz necessária a transferência de erário entre Convenente e Conveniado. Atualmente, há 18 pátios conveniados em operação. Entre os meses de janeiro a outubro, o DER liberou 14.630 veículos e leiloou, aproximadamente, 23.410 veículos.

O passivo no ano é de aproximadamente 22.018 veículos, estimando-se que 25% deste total apresentam algum tipo de restrição judicial/policial, o que os torna inaptos para liberação e os outros75% estão sendo preparados para alienação em hasta pública. O COL - Leilões realizou, de janeiro a outubro, 27 hastas públicas, totalizando 12.666 lotes arrematados. Campanhas Educativas **-** COO **-** Desde 2003, o Departamento de Comunicação e Marketing do DER vem realizando Campanhas Educativas com o objetivo de reduzir o número de vítimas de acidentes nas rodovias do estado de São Paulo. A divulgação é feita por meio de textos informativos-releases que são distribuídos nos sites do DER, Secretaria de Logística e Transportes do estado de São Paulo. O programa DER na escola ajuda a conscientizar sobre a responsabilidade da educação do trânsito, em especial aos trechospróximos às rodovias, ao qual estão inseridos. Também faz o alerta sobre os cuidados necessários para transitar de maneira segura em rodovias, seja como pedestre, ciclista, passageiro ou futuro motorista. Desempenha, ao educando, um papel de protagonismo e liderança sendo porta-voz das necessidades voltadas para o trânsito em rodovias na escola e comunidade, além de atuar como identificador de problemas locais do cotidiano do trânsito em rodovias, desempenhando a função deagente multiplicador na escola e comunidade. Fiscalização de Peso – COO - Implantação e Operação de Postos de Pesagem – COP **-** Serviços contínuos de operação ininterrupta de postos fixos e operaçãovolante em bases - comumente designada balança móvel, com pesagem dinâmica e operação volantecom pesagem estática-utilizando IPNA para aferição de peso e dimensões de veículos pesados nas rodovias que compõem a malha viária estadual. Operação dos serviços contínuos para verificação dopeso dos veículos de carga, visando coibir o excesso de peso que, além de ser infração de trânsito com penalidades e sanções previstas em Lei, traz consequências danosas ao patrimônio público, poiso pavimento deteriora-se rapidamente devido à repetição de cargas acima dos limites estabelecidos econsiderados em seu projeto, com drástica redução da sua vida útil, assim como promove danos internos as obras de arte, interfere na segurança viária, implicando em graves acidentes, mas também aos próprios condutores, transportadores ou proprietários dos veículos, o atraso na entrega demercadorias, o aumento dos custos de manutenção e a diminuição da vida útil também do veículo, consequências naturais do excesso de peso. Além disso, interfere na segurança viária, implicando emgraves acidentes, causando insegurança aos demais usuários das rodovias que têm as condições de segurança de tráfego prejudicadas pelos veículos infratores que não conseguem transitar na velocidade da via, retardando viagens, gerando aumento nos índices de acidentes devido aos perigosde uma via danificada pelo excesso de peso dos veículos de carga. Em 2022 teve continuidade a operação ininterrupta dos postos fixos-iniciada em 2018, bem como da mobilização Volante com Instrumento de Pesagem não Automático - IPNA para as Regionais: DR.1, DR.2, DR.3, DR.4/DR.13,DR.5/DR.6, DR.7, DR.9/DR.14, DR.10, DR.11 e DR.12, assim como a operação volante-balança móvel através do edital de licitação nº 004/2018, com início em 15/10/2021, com exceção do lote 12- DR.13, que começou em 15/12/2021: Os pontos de fiscalização de peso-postos e bases são os abaixoindicados:

Rodovia	*km*	*Sentido*	*Trecho*	*Administrador*	*Tipo Ponto*
SP 008	100		Socorro/Bragança Paulista	DR.1	base
SP 008	102		Bragança Paulista/Socorro	DR.1	base
SP 031	37+000	Leste	Riacho Grande/ Ribeirão Pires	DR 10	Fixo
SP 042	168+615	Sul	Paraisópolis (MG) / S. B. do Sapucaí (SP)	DR 06	Fixo
SP 050	100+500	Sul	Monteiro Lobato/São José dos Campos	DR 06	base
SP 052	222+000	Sul	Cruzeiro (SP) / Passa Quatro (MG)	DR 06	base
SP 055	223+000	Sul	Bertioga / São Sebastião	DR 05	base
SP 055	371+000	Leste	Pedro de Toledo / Itariri	DR 05	Fixo
SP 063	30+700		Itatiba/Bragança Paulista	DR.1	base
SP 066	67+000	Oeste	Guararema / Mogi das Cruzes	DR 10	Fixo
SP 079	100+000	Norte	Piedade/ Sorocaba	DR 02	base
SP 079	112+000	Sul	Sorocaba / Piedade	DR 02	base
SP 095	63		Pedreira/ Jaguariúna	DR.1	base
SP 097	19+000	Norte	Sorocaba / Porto Feliz	DR 02	base
SP 123	25+991	Norte	Taubaté/Campos do Jordão	DR 06	base
SP 129	63+200	Sul	Tatuí/Itapetininga	DR 02	base
SP 129	65+500	Norte	Itapetininga/Tatuí	DR 02	base
SP 133	14		Cosmópolis/Limeira	DR.1	base
SP 139	10+200	Sul	Sete Barras / Registro	DR 05	base
SP 147	29		Itapira/Lindóia	DR.1	base
SP 151	5+500	Oeste	Limeira / Iracemápolis	DR 13	base
SP 171	2+800	Norte	Cunha/BR 116	DR 06	base
SP 191	168+048		Botucatu/Santa Maria da Serra	DR.3	base
SP 191	186+350		Botucatu/Santa Maria da Serra	DR.3	base
SP 215	199+100		Dourado/SP 255	DR.4	
SP 226	1+300	Sul	Registro / Pariquera-Açú	DR 05	base
SP 250	72+624	Leste	Piedade / Ibiúna	DR 02	base
SP 250	159+846	Leste	São Miguel Arcanjo / Pilar do Sul	DR 02	base
SP 253	169+400	Leste	Pradópolis / Luiz Antônio	DR 08	Fixo
SP 253	169+700	Oeste	Luiz Antônio / Pradópolis	DR 08	Fixo
SP 253	207+000	Norte	Jaboticabal / Pradópolis	DR 04	bas
SP 264	111+000	Norte	Salto Pirapora / Sorocaba	DR 02	base
SP 270	193+700	Oeste	Itapetininga / Angatuba	DR 02	Fixo
SP 270	193+700	Leste	Angatuba/Itapetininga	DR 02	Fixo
SP 291	23+975	Sul	Dumont / Pradópolis	DR 08	base
SP 304	154+000	Sul	Piracicaba / Santa Bárbara d' Oeste	DR 13	base
SP 304	305+400		Jaú/Bariri	DR 03	base
SP 304	324+500		Jaú/Bariri	DR 03	base
SP 304	333+000	Norte	Itaju / Bariri	DR 04	base
SP 304	354+000	Norte	Itaju / Ibitinga	DR 04	base
SP 304	410+500	Norte	Ibitinga / Novo Horizonte	DR 09	base
SP 305	4+000	Norte	Monte Alto / Jaboticabal	DR 04	base
SP 310	495+700	Sul	Nhandeara / Mt. Aprazível	DR 09	base
SP 310	540+000	Oeste	Magda / General Salgado	DR 11	base
SP 310	602+000	Leste	Pereira Barreto/Auriflama	DR 11	Fixo
SP 320	460+700	Oeste	Bálsamo/Votuporanga	DR 09	base
SP 320	637+700	Sul	Ap.do Taboado / Santa Fé do Sul	DR 09	Fixo
SP 321	369+600		Iacanga/Bauru	DR.03	base
SP321	370+900		Bauru/Iacanga	DR.03	base
SP 322	407+855	Norte	Monte Azul Paulista / Bebedouro	DR 14	base
SP 322	407+855	Sul	Bebedouro / Monte Azul Paulista	DR 14	base
SP 322	450+000	Sul	Guaraci / Olímpia	DR 14	base
SP 324	84+350	Leste	Indaiatuba / Vinhedo	DR 01	base
SP 331	12+000	Norte	Gavião Peixoto / Araraquara	DR 04	base
SP 333	16+940	Oeste	Cajuru / Serrana	DR 08	base
SP 333	48+100	Leste	Ribeirão Preto / Serrana	DR 08	base
SP 350	294+000	Sul	Guaxupé / Tapiratiba	DR 13	base
SP 351	18+915	Oeste	Sto. Antônio da Alegria / Altinópolis	DR 08	base
SP 354	63		Campo Limpo Paulista/Jarinu	DR.1	base
SP 354	79		Jarinu/Campo Limpo Paulista	DR.1	base
SP 360	114		Morungaba/Amparo	DR.1	base
SP 360	123		Amparo/Morungaba	DR.1	base
SP 373	185+000	Leste	Severínia / Colina	DR 14	base
SP 379	14+000	Leste	Urupês/Ibirá	DR 09	base
SP 379	14+000	Oeste	Ibirá / Urupês	DR 09	base
SP 413	24+435	Sul	Usina Volta Redonda / Miguelópolis	DR 14	base
SP 421	148+015	Norte	Nantes / Taciba	DR 12	base
SP 425	162+200	Leste	S.J.R. Preto / Olímpia	DR 09	base
SP 425	251+000	Oeste	Barbosa / José Bonifácio	DR 11	base
SP 425	284+000	Sul	Penápolis / Braúna	DR 11	base
SP 425	434+100	Sul	Indiana/Martinópolis	DR 12	base
SP 425	521+806	Norte	Itororó (PR) / Estrela do Norte (SP)	DR 12	base
SP 463	63+000	Sul	Sto. Antônio do Aracanguá / Araçatuba	DR 11	base
SP 563	121+055	Sul	Ouro Verde / Presidente Wenceslau	DR 12	base
SP 613	75+953	Leste	Rosana / Teodoro Sampaio	DR 12	Fixo

Atualmente o DER tem 13 contratos de operação de balança em execução, sendo 3 só de posto fixo -DR.6, DR.8 e DR.14, 6 de fixo + IPNA-DR.2, DR.5, DR.9, DR.10, DR.11 e DR.12 e 4 só de IPNA -DR.1, DR.3, DR.4/DR.13 e DR.7 e 14 contratos para operação volante em base, sendo um para cadaRegional. Tem também um contrato de operação de verificação de peso e dimensões de veículos superdimensionados, com utilização de IPNA do tipo longo, para fins concessão de Autorização Especial de Trânsito - AET para o transporte de carga indivisível. A Operação com IPNA não necessita de base própria para a instalação do instrumento de pesagem, podendo ser instalado em qualquer ponto da rodovia que ofereça condições - planicidade e segurança para abordagem. Na contratação da operação volante em bases, foi prevista a construção de mais 27 bases, sendo 10 na malha da DR.1, 6 da DR.3, 1 na DR.4 e 1 na DR.9. Até outubro, na malha viária paulista, foram fiscalizados 12.901.815 veículos e autuados 181.790, por excesso de peso e por outros enquadramentos - evasão, Dimensão, não comprimento de medida administrativa, falta AET ou AET em desacordo, assim distribuídos: Rodovias Administradas pelo DER **-** Fiscalizados - 3.042.261; Autuados por excesso de peso - 22.993; Autuados por outros motivos - 55.150; Total autuados DER - 78.14. Rodovias Concedidas - Fiscalizados - 9.859.554; Autuados por excesso de peso - 9.893; Autuados por outros motivos - 93.754; Total Concessionárias - 103.647. AET - Autorização Especial de Trânsito - Até novembro, foram expedidas um total de 136.291AET-135.326 via internet e 965 de modo presencial, assim distribuídas: AET Presencial - 590 para PBTC-Peso Bruto Total Combinado até 45 t., 175 para PBTC de 46 a 100 t, 43 para PBTC acima de 100 t, 93 para CVC's e 64 para guindastes. AET Digital - 28.524 para indivisível anual até 45 t, 21.215 para PBTC de 46 a 100 t, 07 para PBTC acima de 100 t, 5.294 para Cegonhas, 960 para máquinas agrícolas, 3.154 para guindastes, 75.732 para CVC e 440 para transp. de piscinas. Operação Praças Pedágio Rodovias DER - COP - Serviços regulares de gerenciamento e operação voltados à arrecadação, coleta, transporte e contagem de numerário, manutenção dos equipamentos/sistemas de arrecadação manual e AVI e segurança na praça de pedágio instalada em rodovia com a finalidade de manter e ampliar as ações regulares de conservação da rodovia e de educação para o trânsito, a partir do recurso auferido na praça de pedágio instalada na SP 324, km 81, Rodovia Miguel Melhado Campos, sob a jurisdição do DER. A praça faz cobrança bidirecional, possuindo 1 pista AVI-pista automática que permite o pagamento da tarifa de modo eletrônico, em cada sentido, duas cabines manuais por sentido e uma cabine central reversível. A tarifa básica atual praticada é de R$ 7,60. Monitoramento Rodoviário **-** Através da instalação de novos contadores, radares e câmeras em pontos de maior demanda de tráfego, o DER tem viabilizado melhores condições de tráfego aos usuários das rodovias. Além disso, são disponibilizados ao público em geral, por meio do acesso ao site www.der.sp.gov.br, recursos para que os usuários recebam informações atualizadas sobre as condições das rodovias e possam programar e planejar melhor a viagem. Dentre estes recursos, estão Câmeras on line, Webrotas - sistema que determina qual a melhor alternativa de rota para um parâmetro informado, Condições das Rodovias - que informa condições de tráfego, restrições e interdições e Localização de Radares. De acordo com dados de acesso do site houve, até outubro, mais de 4,08 milhões de visualizações aos itens relacionados, sendoque só o sistema de Câmeras on-line teve mais de 3,89 milhões de visualizações. Açoes DeFortalecimento Institucional **-** a Diretoria de Administração objetivando melhor atendimento ao cidadão, usuários e colaboradores, otimização de tempo e tarefas, executou metas, projetos, programas, ações, dentre elas: D.E.R e a Pandemia COVID-19: Foi estabelecido o Protocolo de enfrentamento à COVID-19, DER Seguro, em observância ao Decreto do Governador, permitindo a continuidade do pleno atendimento ao cidadão paulista; D.E.R. e o futuro - Reestruturação: Contratação da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP para desenvolver estudode viabilidade técnica visando à Transformação do D.E.R. em Autarquia Especial, com objetivo ao aperfeiçoamento, fortalecimento institucional, gerencial, operacional, revisão da estrutura organizacional, do plano de cargos, carreiras, salários e funções de confiança; São Paulo Sem Papel:Implantação do programa São Paulo Sem Papel que visa a reduzir a utilização de papel na tramitaçãode processos em todo o D.E.R.; Estratégia De Inovação Digital - Retomada do APC - Atendimento ao Público Centralizado: Realizada a retomada do atendimento agendado e com confirmação prévia por mensagem eletrônica no celular do cidadão, observando as medidas de segurança compreendidasno Protocolo Der Seguro de enfrentamento à COVID-19; LGPD – Lei de Proteção de Dados: Iniciativa para lidar com a nova Lei de Dados Elogiada pelos parceiros PRODESP como o primeiro ente do Estado a tratar do assunto e estabelecimento de GT para ajustar as adequações necessárias; Talonário Eletrônico: Implantação realizada com excelente resposta dos agentes fiscalizadores tantono preenchimento quanto na baixa taxa de erros verificados, bem como no tempo de preenchimento do documento; Cadastro do Cidadão: Desenvolvido com objetivo de prestar melhor atendimento ao usuário das rodovias paulistas e criar novos serviços; RPAs: Estudos para implantação de soluções com a utilização de IA - Inteligência Artificial para automação de processos rotineiros e repetitivos; BI ORACLE - Relatórios Objetivos: Estudo para normatização de base de dados única baseado em BI ORACLE visando ao ordenamento de relatórios gerenciais tendo em vista as várias ferramentas de produção de dados; Sistemas Financeiros - Estudos em andamento na área financeira sobre sistemas legados de difícil atualização, quer seja sistêmica ou de processos, visando à implantação deERP que possa suprir em uma única plataforma todas as necessidades e workflow da área. Tal atualização dará nova dinâmica ao departamento financeiro e relatórios executivos inteligentes, possibilitando tomadas de decisões mais rápidas e acertadas das várias diretorias; Efetivada a implantação do Sistema SAM Estoque CPRV, controle de almoxarifado; Aderência no SIAFEM ao Sistema da Caução; SEFAZ/CAU; Parcelamento INSS; conferência mensal de Almoxarifado e Patrimônio para correção de divergências; Reestruturação e otimização do arquivo financeiro e atendimento aos demais entes

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

públicos, tais como Prefeituras Municipais, demais empresas públicas,secretarias e instâncias do Judiciário para interações documentais; Divisão De Equipamento E Patrimônio: Atendimento através de Doação de veículos e equipamentos rodoviários à diversas Prefeituras Municipais do Estado; Atendimento através de Termo de Seção Uso - T.P.U, emprestando equipamentos rodoviários e veículos pesados a diversas Prefeituras Municipais do Estado; Gestão e Monitoramento de toda frota do D.E.R., através dos sistemas de gestão - SIGEF, SAF, LINK Benefícios, PRODESP/DETRAN, SAM e Sem Papel; Gestão e monitoramento na racionalização do uso correto no consumo de combustíveis e lubrificantes - SEDE e Divisões Regionais; Atualização de parte da frota de veículos pequenos, médios e pesados, substituídos através sistema de reversão deviaturas da Polícia Rodoviária e do término do contrato de concessionárias de exploração rodoviária;Início da revitalização dos pátios - Mogi das Cruzes, Cotia, Amparo e Mooca, em andamento; Implantação do Sistema SAM/Patrimônio-Módulo Patrimônio para utilização da SEDE e demais Divisões Regionais, incluindo a migração do contábil ativo no sistema SIAFEM; Recebimento por doação de Bens Móveis de outros Órgão estatais; Recebimento de Bens Móveis Permanentes pelo fim de contratos de Concessão Rodoviária; Realização de movimentação de recolhimento de diversos Bens Móveis Permanentes, realizando a correta e responsável direcionamento desse inativo aos órgãos competentes de controle; Realização de diversas incorporações de Bens Móveis Permanentes -compras, doações e contratos; Gestão e Monitoramento do ativo Imobiliário através da atualização do Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI; Gestão e Monitoramento e fluxo das demandas dosinstrumentos jurídicos firmados junto ao D.E.R., no Sistema Numerador de Processos e Documentos- SNPD, SPDOC, SP sem Papel. Cumprimento da DTM-SUP/DER-01830-06-2020, que dispões sobre os procedimentos de solicitação de imunidade tributária dos imóveis do DER e pagamento de taxas; Gestão da Carteira de Imóveis junto da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, para alienação de imóveis com reversão dos valores arrecadados ao DER; Atualização da Portaria 042/2006, regulamentando o uso das áreas remanescentes entrechos rodoviários concedidos; Regularização do prédio DER-SEDE, através de tratativas com a PMSP e SABESP; Apoio técnico à Coordenadoria do Patrimônio do Estado, na venda de imóveis através do Fundo Imobiliário Do Estado; Realização de suporte técnico às diversas áreas da SEDE, incluindo às Divisões Regionais, quanto aos procedimentos a serem adotados visando uma eficiente gestão e utilização do patrimônio da Autarquia - Mobiliário, Imobiliário, Frota de Veículos e Equipamentos Rodoviários. Gestão Administrativa De Melhoriais E Serviços: CADIN Regularização: Gestão em parceria com a Fazenda do Estado e PRODESP para regularização do elevado passivo relativo ao envio represado de inadimplentes ao CADIN devido a erros sistemáticos e sem solução aparente; JARI - Módulo Recursos: Automação de todo o processo que envolve o julgamento de recursos de autuações em primeira e segunda instâncias, bem como a tramitação entre autarquias envolvidas e conselhos deliberativos de trânsito; VOIP - *Voice Over Internet Protocol***:** Implantação escalonada do Sistema VOIP em substituição ao sistema convencional de telefonia por toda as unidades do D.E.R.; Repasse De Multas: Implantação da automação e gestão interna de repasse de multas autuadas e arrecadadas em outros Estados da Federação sobre veículos registrados em São Paulo, ação antes realizada de forma manual; Novo Ecossistema Digital**:** Estudo em finalização para trazer novo ARP que visa ao aumento de performance e resultados mais precisos em substituição ao EPORTAL baseado em UNISYS e que, mesmo passando por dezenas de reformulações e repaginações, apresenta inúmeras limitações e constitui uma solução extremamente desatualizada e precária; Novo Site D.E.R: Estudo para atualização do SITE DER visando a transformar e facilitar a experiência e o acesso do cidadão às informações, com uma nova arquitetura e conteúdo, de acordo com a Lei 13.146/15 de inclusão e integrado a um aplicativo considerado o melhor na categoria SOCIAL, vencedor de treze premiações, dentre elas, nove internacionais; Nova Intranet**:** Estudo para atualização da INTRANET visando a dotar de melhores usabilidade e arquitetura de conteúdo; visando a facilitar o acesso às informações, à navegação, fluidez, além de atender aos parâmetros de acessibilidade; Energias Renováveis: Estudo para implantação de Energia Fotovoltaica nas aproximadamente 200 unidades consumidoras do D.E.R. que possibilitará a redução dos custos de consumo de energia elétrica, redução do impacto ambiental e adequação ao compromisso do Governador ante o Acordo de Paris; Gestão De Patrimônio E Frotas: Atualização de Termos de Permissão de Uso com prefeituras e demais entes; Desocupação do Imóvel situado na Moóca; Melhorias na gestão de contrato de combustíveis e frota; Gestão Da Carteira De Imóveis Do DER - Convênio Com CPE: Formalização de convênio com a Coordenadoria do Patrimônio do Estado - CPE para processo administração e alienação imobiliária com geração de ativos diretos ao DER/SP; Gestão De Áreas Renacenstes Em Trechos Concedidos**:** Atualização da Portaria nº 042/2006 que regulamenta o uso remunerado de áreas remanescentes em trechos rodoviários concedidos; Regularização Do Prédio Sede DER/SP: Formalização do Acordo de Permuta celebrado entre a SABESP, D.E.R. e a PMSP para transferência da propriedade do Edifício Sede do DER/SP, gerando ganhos institucionais e financeiros dada a condição de isenção de impostos da autarquia; Implantação De Projeto De AVCB**:** Execução das obras referentes a adequação predial para implantação e regularização do AVCB do Prédio da Sede do DER/SP; Bombeiro Civil: Finalizado o processo de Contratação de Bombeiro Civil para o edifício Sede do D.E.R.; Formação De Brigadistas**:** Finalização de procedimento administrativo para início de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada para ministrar curso teórico e prático de formação de Brigadistas de Incêndio; Elevadores - Contratada empresa para executar a renovação dos elevadores da Sede do D.E.R.; Modernização Do Sistema Elétrico **-** iniciação dos procedimentos administrativo para elaboração e contratação de serviços especializados para elaboração de projeto básico e executiva para a modernização das instalações elétricas do Prédio da Sede do DER/SP; Serviços De Reforma E Impermeabilização: Elaboração e inicialização dos procedimentos internos e administrativos para contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma da unidade Sede do DER dos serviços de impermeabilização das lajes do 6º/7º andares do Edifício Principal; Reforma Das Edificações Em Mogi Das Cruzes: Processo de contratação de serviço técnico profissional especializado para execução das obras de reforma nas edificações da unidade de serviços de Mogi das Cruzes, composta por 5 prédios, inclusive a execução e ampliação do prédio 5 - a ser denominado prédio 6, em Mogi das Cruzes/SP; Implantação De Atividades Educativas Para O Trânsito: Iniciação do processo de contratação de empresa especializada na realização de atividades educativas para o trânsito rodoviário Estadual. DL 96/2021; Gerenciamento Dos Imóveis DER/SP: Inicialização do processo de Contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de gerenciamento, consultoria e assessoria na produção de estudos, planos e projetos voltados ao apoio à Diretoria de Administração do DER/SP, visando o planejamento de ações para a otimização de um Sistema de Informações Gerenciais dos imóveis que fazem parte do Patrimônio Imobiliário do DER/SP; Contratação Do Serviços De PABX**:** Início dos procedimentos para Contratação de empresa especializada para locação de equipamentos do tipo PABX híbrido - |P/TDM para conexão de links de comunicação de VOZ de operadoras, do tipo entroncamento E1 , destinado ao tráfego de chamadas entre a rede pública de telefonia para o DER-SEDE e Unidades Integradas ao DER-SEDE COl, CPRV e DAESP, e Unidades Remotas GT e DER MOOCA, a serem prestados conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo a instalação e assistência técnica com substituições de peças durante o período de garantia e vigência contratual; Renovação De Contratação Junto Ao CIEE**:** Colaboração para início de Contratação junto ao Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, para prestação de serviços de administração de estágios a estudantes do ensino superior e médio; Modernização De Imóvel Para Acomodação De Bens Móveis: Iniciação dos procedimentos administrativos para reforma do imóvel localizado na Rodovia Raposo Tavares, KM 24, visando a acomodação de veículos e equipamentos pertencentes ao DER/SP; Modernização, Conservação E Implantação De Pisos Na Ala A e Ala B Do Prédio Sede Do DER/SP**:** Remoção, implantação e correção dos desgastes dos pisos vinílicos constatados na entrada do Hall Social e de entrada de Serviços do Prédio da Sede do DER/SP; Implantação Da CIPA – Fortalecimento das ações que possuem como objetivo a prevenção de acidentes, doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Site DER - www.der.sp.gov.br. Visa disponibilizar informações institucionais e de utilidade pública bem como serviços à população em geral. Entre as informações disponíveis existem desde o histórico do Departamento até Programas de obras em andamento, bem como informações de pedágio, restrições de tráfego, disponibilização de manuais técnicos e normas. Os serviços abrangem desde o atendimento ao público por meio dos canais da Ouvidoria e do Sistema de Informação ao Cidadão-SIC até a retenção e repasse do ISSQN, faixa de domínio, leilões de veículos apreendidos, multas, pagamentos a fornecedores, solicitação de Autorização Especial de Trânsito, mapas rodoviários e a roteirização - WebRotas. O site do DER está sendo reformulado e atualizado, visando torná-lo mais amigável ao usuário. Até outubro foram contabilizados mais de 11,63 milhões de acessos ao site.

Transporte Aeroviário **-** *DAESP* - Departamento Aeroviário Do Estado De São Paulo **-** O Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, órgão então vinculado à Secretaria de Logística e Transportes - SLT e responsável pela administração de aeroportos estaduais paulistas, foi objeto de extinção, determinada pela Lei Estadual nº 17.203, de 15/10/2020, e efetivamente promovida por intermédio do Decreto Estadual nº 66.663, de 14/4/2022. A atividade foi transferida à gestão da iniciativa privada, em razão da Concorrência Pública Internacional nº 01/2021, que tratou da concessão dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração dos Complexos Aeroportuários, e da consequente assinatura dos contratos. Os aeroportos foram divididos em dois blocos - Noroeste e Sudeste, arrematados pelo Consórcio Aeroportos Paulista - SOCICAM e Consórcio VOA NW SE, respectivamente. Relação Aeroportos Concedidos REDE VOA - O Bloco de aeroportos é composto pelos aeroportos comerciais de Ribeirão Preto, seguido por Bauru-Arealva, Marília, Araraquara, São Carlos, Sorocaba, Franca, Guaratinguetá, Avaré-Arandu, Registro e São Manuel além dos de Jundiaí, Campinas, Ubatuba, Itanhaém e Bragança Paulista, concedidos anteriormente. SOCICAM - O Bloco de aeroportos é composto pelos aeroportos comerciais de São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba, além dos aeroportos de aviação geral das cidades de Barretos, Assis, Dracena, Votuporanga, Penápolis, Tupã, Andradina e Presidente Epitácio. Os contratos de navegação aérea, que corresponde a Torre de Controle do Aeroporto de Sorocaba e a Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo - EPTA do Aeroporto de São José do Rio Preto, serviços esses que não foram contemplados na concessão, foram sub-rogados à SLT. O acervo documental da extinta autarquia ficou dividido da seguinte forma: ARTESP: responsável pelos documentos relacionados às Seções de Engenharia, Operações, Tarifas, Meio Ambiente e Contratos Comerciais, por se tratarem de arquivos permanentes dos aeroportos concedidos; Secretaria de Logística e Transportes - SLT: responsável pelos documentos das Seções Administrativa, Financeira e Contabilidade, Jurídica, Protocolo-incluindo o arquivo morto de São Manuel, Patrimônio Imobiliárioe a documentação de Recursos Humanos referente aos funcionários que continuarão prestando serviços na SLT. Secretaria de Orçamento e Gestão - SOG**,** por meio da Coordenadoria de EntidadesDescentralizadas - CED: responsável por parte da documentação da Seção de Recursos Humanos, referente ao pessoal inativo. Por se tratar de um grande volume, sugere-se que os arquivos físicos permaneçam nas dependências do DAESP, até que as instituições responsáveis pela guarda da documentação tenham um destino apropriado para a mesma.

Transporte Hidroviário - Companhia Docas de São Sebastião – CDSS **-** A Companhia Docasde São Sebastião é uma sociedade por ações, criada pelo Decreto-Lei n° 63, de 15/5/1969, regulamentado pelo Decreto Estadual n° 52.102, de 29/8/2007, dotada de personalidade jurídica de direito privado, empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se por seu Estatuto, pelas Leis Federais nº 6.404, de 15/12/1976, e n° 13.303, de 30/6/2016, e demais disposições legais aplicáveis. Em virtude de dificuldades financeiras nos anos de 2015 e 2016, tornou-se dependente do Estado a partir da edição do Decreto Estadual nº 62.309, de 15/12/2016, revogando o art. 11 do Decreto Estadual nº 52.102/2007, que não permitia ao Estado transferir recursos para o custeio de despesas operacionais da Companhia. Possui como objeto social a administração e a exploração do Porto Organizado de São Sebastião, nos termos da delegação outorgada pela União, ao amparo da Lei Federal nº 9.277, de 10/5/1996, ao Estado de São Paulo, realizada por meio de Convênio de Delegação celebrado em 15/6/2007, pelo prazo de 25 anos a partir de 1º/6/2007, prorrogáveis por igual período. O objeto do Convênio de Delegação do Porto de São Sebastião obedece, além da Lei Federal nº 12.815, de 5/6/2013 - que revogou e substituiu Lei Federal nº 8.630, de 25/2/1993, Lei Federal nº 8.987, de 13/2/1995, Lei Federal nº 10.233, de 5/6/2001, Lei Federal nº 14.047 de 24/8/2020-que inclui disposições na Lei Federal nº 12.815/2013, Decreto Federal nº 8.033, de 27/6/2013 e demais regulamentos e normas aplicáveis, inclusive os editados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, relativos à prestação dos serviços e à exploração da infraestrutura portuária, aplicáveis ao caso. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes do Convênio de Delegação, que prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião no papel de AUTORIDADE PORTUÁRIA, cumprindo, entre outras obrigações, as atribuições exaradas no art. 17 da Lei Federal n° 12.815/2013 - Lei dos Portos. Processo De Desestatização **-** Em 14/8/2019, com a edição do Decreto Federal nº 9.972, o Porto Organizado de São Sebastião foi qualificado no âmbito do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de desestatização. Em 28/4/2020, foi celebrado entre o BNDES e o Ministério da Infraestrutura contrato para prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República. O BNDES realizou um processo seletivo de consórcio de empresas para desenvolver os estudos de modelagem e cuidar dos procedimentos necessários à realização do leilão de desestatização, resultando na contratação, em 9/9/2021, do Consórcio DAGNL, formado por DTA Engenharia Ltda.-líder, Alvarez & Marsal Consultoria em Engenharia Ltda., Garin Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda., Navarro Prado Advogados e Lobo & De Rizzo Sociedade de Advogados. A Companhia forneceu ao BNDES e ao Consórcio contratado as informações e dados para subsidiar os estudos para a desestatização, que foram concluídos em julho de 2021, bem como expôs suas considerações e críticas em relação às conclusões e à modelagem adotada. Após a conclusão, em julho de 2021, dos estudos contratados pelo BNDES junto a um Consórcio para que fosse efetuada a avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, o Ministério da Infraestrutura os encaminhou para a ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários para continuidade do processo. Em 17/12/2021, a ANTAQ publicou o AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021 comunicando aos usuários e agentes do setor aquaviário nacional e, bem assim, aos demais interessados em geral, que realizaria consulta e audiência públicas, no período de 27/12/2021 a 9/2/2022, com o objetivo de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório de concessão do Porto Organizado de São Sebastião. Em 2022 o processo encontra-se sob análise do Tribunal de Contas da União-TCU, para expedição de Acordão, devendo, a seguir,

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

submeter-se ao Conselho do programa de Parcerias de Investimentos - CPPI e, em sendo aprovado, seguir para a publicação do Edital que antecederá ao Leilão previsto para ocorrer em dezembro. O cronograma das etapas prevê ainda, a assinatura do Contrato entre a União e o arrematante, para o final do primeiro semestre de 2023, ficando o segundo semestre daquele ano, para etapas de preparação, operação assistida e operação de transição. Com o desfecho das eleições em 2022 e a mudança do Governo Federal e Estadual para janeiro de 2023, todo o cronograma acima referenciado poderá sofrer modificações. A destinação -liquidação ou reaproveitamento com mudança do objeto social da Companhia Docas de São Sebastião, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não está contemplada no processo de desestatização. Operação do Porto de São Sebastião **-** Buscando diversificar e aumentar a movimentação de cargas pelo Porto de São Sebastião, a Companhia Docas viabilizou o retorno das operações de exportação de açúcar em sacas. Foram disponibilizadas estruturas temporárias de armazenagem nos pátios alfandegados, o que permitiu que o Operador Portuário firmasse contrato com os exportadores por um prazo inicial de três anos, movimentando cerca de 200.000 t de açúcar por ano. Também em 2022 a Companhia assinou contrato de uso temporário com a empresa RC Technica Caldeiraria e Montagem Industrial Ltda. para a montagem e posterior embarque de módulos de medição de plataformas de exploração de petróleo, reinserindo o Porto de São Sebastião no mercado de óleo e gás. Outras cargas vêm sendo trabalhadas, como a exportação de placas de madeira da Eucatex, a importação de enxofre, que aguarda liberação da área ambiental e a exportação e a cabotagem de Coque Calcinado da Petrocoque, que deve ter o primeiro embarque já no mês de janeiro de 2023 após completar o lote armazenado na área do Porto. A retomada das exportações de bovinos em pé também deve ser destacada, uma vez que apenas três portos na costa brasileira são aptos a efetuar estas operações. Para as cargas já consolidadas como a barrilha, o malte e a cevada cervejeira o Porto juntamente com os Operadores Portuários envolvidos trabalha na melhoria contínua dos processos e infraestrutura, e para o ano de 2023 já temos confirmado um aumento representativo da movimentação destas cargas**.** Desempenho Operacional **-** Em 2022, atracaram 55 navios no berço principal do Porto e 1056 embarcações de menor porte-apoio marítimo e portuário, nos demais berços internos. Além disso, em relação ao uso do canal de acesso do Porto Organizado, 765 navios-tanque transportando petróleo e derivados atracaram no TEBAR - Terminal Almirante Barroso, operado pela TRANSPETRO e 50 navios de turismo fundearam próximo ao centro do Município de Ilhabela, utilizando a infraestrutura marítima do canal para acesso e fundeio das embarcações. O Plano Plurianual-PPA 2020-2023 estabeleceu como meta para 2022 a movimentação de 911.000 toneladas de carga no Porto de São Sebastião, tendo ocorrido, com a retomada das exportações de açúcar, interrompidas em 2021 uma movimentação de cerca de 940.392 toneladas, resultando em crescimento de 33,31% em relação a 2021 e acima da meta do PPA em 3,22%. As principais cargas movimentadas foram os granéis sólidos: barrilha, malte, cevada e silicato de vidro, carga geral: açúcar e gado bovino vivo. A participação percentual dos grupos de cargas movimentadas ficou assim definida: Granéis Sólidos: 84,16 %; Carga Geral: 15,84%. No Terminal de Uso Privativo- - TEBAR, o movimento foi de 57.814.037 toneladas entre petróleo e derivados. As receitas operacionais da Companhia apresentaram acréscimo de 23,43% em relação ao ano anterior, atingindo R$ 27.543.144, valor, este, 85% superior em relação à receita de 2017, ano no qual se tornou dependente financeira do Governo do Estado de São Paulo. O valor total das cargas movimentadas registrou, em 2022, US$ 35.875.000, sendo US$ 16.800.000 de importação e US$ 19.075.000 de exportação. Outros destaques - Corona vírus - Em virtude da pandemia do coronavírus e visando manter a operação em sua totalidade, a Companhia adotou todas as medidas sanitárias, recomendadas pelas autoridades, como a obrigatoriedade do uso de máscaras; disponibilização de álcool gel em diversos pontos; higienização de banheiros, refeitórios e locais de descanso; distanciamento de mesas e bancos dos refeitórios; medição de temperatura das pessoas no acesso ao Porto e orientações através de quadros de avisos e e-mails. Todos os empregados foram vacinados com no mínino 2 doses da vacina, A Companhia revisou o PDZ - Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, tendo como parâmetros o Plano Mestre do Complexo Portuário de São Sebastião, publicado em 2018 e a sua futura desestatização, estando temporariamente suspensa sua aprovação pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários-SNPTA, aguardando justamente o andamento do processo de desestatização. SPU **-** Foi dada continuidade, junto com a SPU - Secretaria do Patrimônio da União, as medidas necessárias para regularização fundiária das áreas do Porto de São Sebastião, o que servirá também ao processo de desestatização, porém, ainda sem conclusão em 2022. Dragagem **-** Desde 2019 o calado máximo operacional para o berço 101, único para navio cargueiro, foi reduzido em função de assoreamento no local. A Companhia realizou procedimento licitatório e contratou, no final de 2020, empresa para realizar a dragagem, com o intuito de restabelecer a profundidade de 10 metros. Após longo processo para sanar pendências ambientais e administrativas, foi iniciada a dragagem em dezembro de 2021 e concluída em 2022, aguardando apenas a formalização, após batimetria final contratada pela CDSS, para a divulgação do novo calado máximo operacional. Revisão Tarifária **-** A Resolução Normativa ANTAQ nº 32/2019 estabeleceu uma estrutura tarifária padronizada a ser adotada por todas as Administrações Portuárias. A Companhia entregou sua proposta e estudos em novembro/2020 e a ANTAQ aprovou por intermédio do Acórdão nº 207, de 20/4/2021, que também estabeleceu os valores teto para os itens tarifários. A nova estrutura foi implantada a partir de 1/7/2021. Em 2022, ainda estão sendo praticados alguns valores, nas tabelas II, III, V e VIII abaixo do teto máximo autorizado pela ANTAQ. Essas tarifas ainda abaixo do teto autorizado pela ANTAQ, sofrerão reajuste em janeiro de 2023 de 10,43%-IPCA-IBGE, para reposição da inflação acumulada no período de julho/21 a novembro/22. SISLOG **-** A Companhia concluiu a implantação do novo sistema de controle de acesso de pessoas e veículos na Área Primária do Porto de São Sebastião para atendimento ao Ato Declaratório Executivo COANA/COTEC nº 2 de 26/9/2003, que especifica os requisitos técnicos, formais e prazo para *implantação de sistema informatizado de controle aduaneiro domiciliar e de recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro*. O sistema denominado SISLOG possibilitou, sob prévio agendamento das empresas responsáveis, usuárias do Porto, agilizar o processo de identificação e acesso de pessoas e veículos com o apoio tecnológico, aproveitando de melhor forma a infraestrutura do Porto, bem como facilitando a gestão da logística e controle das áreas primárias, no que se refere às operações de carga e descarga, armazenamento, retirada de mercadorias e movimentação de carga em geral, trazendo mais confiabilidade e segurança. Foram iniciados os processos para desenvolvimento de informatização dentro do mesmo SISLOG, para integrar as áreas operacional e financeira do Porto, com a automação do faturamento, objetivando promover agilidade e segurança. Movimentação de Gado Vivo no Porto **-** Em atendimento ao art. 7º da Instrução Normativa nº 39 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Porto de São Sebastião requereu em 2020 e obteve em 2021 sua habilitação para garantir que a realização das atividades relacionadas ao comércio e ao trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário seja conduzida em espaços físicos que disponham de condições adequadas para as referidas atividades. Entende-se por habilitação, a autorização concedida pelo MAPA e, para tanto, houve a necessidade de adequação da estrutura operacional do Porto. Em 2022 retomamos a movimentação de gado vivo, tendo embarcado 19.345 animais vivos da espécie bovina nos meses de novembro e dezembro. Movimentação de Óleo Vegetal **-** Encontra-se em fase de implantação, a instalação de dutos e equipamentos em área interna do Porto, interligando o Terminal de Armazenagem de Óleo Vegetal, situado em área contígua à Área do Porto Organizado, ao cais de atracação, conforme estabelecido no Contrato de Passagem firmado com a empresa Olfar S/A Alimento e Energia. O prazo de duração do contrato é de 25 anos, estando estabelecida a movimentação mínima contratual de 120.000 toneladas ao ano de granéis líquidos vegetais. Montagem de Componentes *OFFSHORE* **-** Em dezembro de 2021, a empresa RC Technica Caldeiraria e Montagem Industrial Ltda, com sede no município de Taubaté/SP, formalizou o pleito de locação temporária de espaço dentro da Área Portuária, ao amparo da Resolução Normativa ANTAQ nº 7/2016, com o propósito de concluir a montagem de módulos de medição para navio-plataforma *offshore* e posterior *loadout* pelo cais do Porto. Em 1/2/2022, foi assinado entre a RC TECHNICA e a COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO, contrato de uso temporário de área e instalações localizadas no Porto, com um total de 2.412 m² entre área descoberta - 1.881 m² e coberta -531 m², o que já perfaz uma remuneração mensal à CDSS de R$ 52.037,55, representando apenas o uso da área. Sua exploração após toda a montagem do parque, prevê a movimentação de materiais pré-fabricados, máquinas e equipamentos para a montagem de módulos de medição e outros componentes para plataformas *offshore*, o que implicará em arrecadação pelo Porto de demais tarifas envolvendo a movimentação terrestre e marítima desses equipamentos. Em dezembro/2022 foram embarcados os três primeiros módulos. Ambiental **-** No Índice de Desempenho Ambiental-IDA da ANTAQ o Porto de São Sebastião ficou classificado como o sexto melhor do Brasil - índice de 95,96 - acima de Santos - 95,35, Fortaleza - 88,53 e Rio de Janeiro - 62,78, além dos portos vizinhos mais próximos, como Angra dos Reis-dados obtidos do site da ANTAC. A Licença de Operação do Porto foi renovada em 2020 sob n° 1580, onde apresenta 22 condicionantes que estão sendo atendidas pela CDSS. O atendimento a tais condicionantes se dá através de contratações de empresas distintas e especializadas em cada conhecimento técnico-científico, específicos para cada condicionante, ou um conjunto de condicionantes, para manter os monitoramentos e eficiência ambiental do Porto de São Sebastião. A atualização do PGA-Programa de Gestão Ambienta está em fase de aprovação pelo IBAMA e deverá conter mais ações além das existentes. Além disso, o Porto de São Sebastião foi o primeiro porto nacional a obter a certificação ISO 14001 no ano de 2015, com a última recertificação em 2021, devendo ser novamente avaliado em 2023. Modernização Ampliação Porto de São Sebastião **-** O Projeto de Expansão do Porto conforme projeto de 2013 encontra-se paralisado, pois a Licença Prévia nº 474/2013 emitida pelo IBAMA em 17/12/2013, para suas fases 1 e 2 e que possibilitaria o incremento da área portuária para 800 mil m² e a construção de até 1.500 m de berços com 40 m de largura e profundidade mínima de 16 m, foi suspensa por ação impetrada pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, permanecendo ainda *sub judice*. Em 28/5/2014, foi proposta ação civil pública-Processo nº 0000398-59.2014.403.6135 pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual em face do IBAMA e da Companhia, com trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11/7/2014. Após diversos trâmites na Justiça, em 7/3/2019 foi juntado o recurso de apelação dos Ministérios Público Estadual e Federal, razão pela qual a Companhia Docas de São Sebastião protocolou no dia 5/4/2019 as contrarrazões do recurso de apelação. Após permanecer longo prazo na Primeira Instância - Vara de Caraguatatuba - o processo foi, finalmente, remetido para o 2º Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 6/10/2021, estando os autos no Gabinete do Relator, conclusos para julgamento, desde 27/1/2022. Entretanto, deverá ser elaborado em 2023 novo projeto de expansão contendo melhorias nas áreas existentes - novos pátios, vias de acesso internos e galpões de armazenagem, assim como proposição de construção de novo berço de atracação, além do remanejamento das operações das balsas do Departamento Hidroviário para novo local próximo, aumentando sua capacidade de atendimento e distanciando-se das operações de atracação de navios. No Orçamento de 2022 foram liberados recursos da ordem de R$ 8,2 milhões para investimento no Porto, que deverão ser utilizados, para a realização de obras e aquisição de equipamentos para os sistemas de segurança de monitoramento por câmeras e de controle de acesso, visando à obtenção da certificação internacional do ISPS-CODE, necessário a partir de 2023 para continuidade das atividades portuárias. Departamento Hidroviário - Hidrovia Tietê-Paraná **-** Até dezembro, podemos imputar o resultado acumulado de 29,92% de avanço físico no cronograma de obras e serviços do Departamento Hidroviário, em relação à meta estabelecida ao final do PPA 2020-2023, para as obras e projetos de melhoria e ampliação da Hidrovia Tietê-Paraná. Em 2022 teve prosseguimento a execução das revisões dos projetos do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri e do Canal de Anhembi. Registramos como avanço a abertura de licitação para contratação da continuidade da obra de ampliação do Canal a Jusante da Eclusa de Nova Avanhandava, que se encontra em andamento. O índice de disponibilidade das eclusas do trecho do rio Tietê da Hidrovia Tietê-Paraná, atingiu 99,26%, acima da meta estabelecida de 95% ao final do PPA 2020-2023. O índice de sinais náuticos operacionais no trecho do rio Tietê da Hidrovia Tietê-Paraná, atingiu 98,09%, acima da meta estabelecida de 85% ao final do PPA 2020-2023. O total de carga movimentada na Hidrovia Tiete-Paraná, até o mês de novembro, foi 577 milhões TKU, que corresponde a 26,55%, em relação à meta estabelecida ao final do PPA 2020-2023, observando que não foi obtida a movimentação no trecho do rio Paraná-Federal, apurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes - DNIT. Os principais motivos para não atingimento da meta são: restrição da navegação a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, em razão das obras de melhoria do canal, mesmo estando paralisadas; redução de calado no trecho do canal a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, devido às condições hidrológicas dos reservatórios; paralisação do transporte nesse trecho, a partir do dia 27/12/2021 até 15/03/2022, em vista da insuficiência de nível d'água para a navegação; uma das empresas transportadoras não ter operado na hidrovia. Ampliação e Melhorias Hidrovia Tietê Paraná **-** Elaboração de projeto e execução de obras que ao serem entregues irão eliminar gargalos -restrição de fluidez de navegação e assim aumentar a velocidade média de tráfego hidroviário e capacidade média de transporte, assim como ampliar a malha hidroviária no Rio Tietê. A ação tem como objetivo envidar os melhores esforços para a implantação de programa, visando à execução de estudos, projetos e obras complementares na Hidrovia Tietê-Paraná, em especial para a expansão do sistema e a remoção de gargalos operacionais na via. Para tanto foram firmados o Protocolo de Intenções MT 001/2011 entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado de Logística e Transportes, com a interveniência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, do Departamento Hidroviário - DH e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, e, o Contrato de Financiamento nº 13.2.1150.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Em andamento: Manutenção da HTP - integração dos serviços de sinalização, topografia e batimetria. Objeto: Contrato de empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Manutenção do Balizamento e Levantamentos Topo batimétricos na Hidrovia Tietê-Paraná. Contrato assinado em 16/5/2019 - Início dos serviços: 6/6/2019 - Supervisão de Obras Alto e Médio Tietê e Baixo Tietê Paraná. Objeto: Contrato de empresa de consultoria especializada para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras do Programa para a Eliminação de Gargalos da Hidrovia Tietê-Paraná. Localização: Hidrovia Tietê-Paraná. Contrato assinado em 27/12/2019 - Início dos serviços: 27/12/2019 - Revisão e complementação de projeto executivo de dragagem e elaboração de estudos ambientais do canal de Anhembi **-** Objeto: Contrato de empresa de engenharia para revisão e complementação de projeto executivo de dragagem e elaboração de estudos ambientais do Canal de Anhembi, situado entre os km 72 e 89,1 da rota de navegação no rio Tietê, no Reservatório de Barra Bonita. Localização: Reservatório de Barra Bonita. Contrato assinado em 4/2/2021 - Início dos serviços: 1/3/2021 - A obra do Canal de Anhembi está prevista para ser executada com recursos do Ministério dos Transportes, no âmbito do Protocolo de Intenções nº 01/11 - MT, e é objeto do Termo de Compromisso nº 685/2013. A contratar: Elaboração de projeto executivo e estudos ambientais das obras de ampliação do canal de navegação sob a ponte da rodovia SP-425. A obra para a ampliação do canal da ponte da rodovia SP-425, entre os km 30 e 36 da rota de navegação no rio Tietê, no reservatório de Nova Avanhandava, tem como objetivo a eliminação do gargalo operacional existente, que exige o desmembramento dos comboios na passagem sob a ponte, e está incluída no Programa de Eliminação de Gargalos, Extensões e Terminais na Hidrovia do Rio Tietê, previsto para ser executado com recursos do Ministério dos Transportes, no âmbito do Protocolo de Intenções nº

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

01/11 - MT. Para contratação da elaboração do projeto foi lançada a Concorrência DH-129/2019, que, em vista da limitação de recursos e necessidade de reprogramação de investimentos do Programade Eliminação de Gargalos, Extensões e Terminais na Hidrovia do Rio Tietê, foi cancelada. Deverá ser aberta nova licitação no 1º semestre de 2023. Obra no Canal Jusante de Nova Avanhandava - Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava. A obra consiste na execução de derrocamento para equacionamento da questão da eliminação de pontos altos localizados no trecho, de forma a permitir a navegação sem restrições de calado. Localização: Municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama. Obra paralisada em junho de 2019. Previsão de retomada: 1º semestre de 2023. Execução com recursos do Ministério dos Transportes. CONCORRÊNCIA n° DH-176/2022 - PROCESSO n°DH-PRC-2022/00030, aberta em 12/10/2022, em andamento, Envelope nº 1 - Habilitação aberto em 12/12/2022, Envelope nº 2 - Proposta de Preço aberto em 08/11/2022. Paralisadas, complementação a contratar em 2023 - Obra na Eclusa de Bariri - Implantação do Atracadouro de Espera - Objeto: Implantação do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri. A obra visa a aproximação dos pontos de desmembramento e recomposição dos comboios à eclusa, reduzindo o tempo da operação de eclusagem. Localização: Reservatórios de Ibitinga e Bariri - Município de Boracéia. Obra paralisada em março de 2017. Previsão de retomada: 1º semestre de 2023. Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES. Obra na Ponte SP-333 – Proteção dos pilares do vão de navegação - Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado. Localização: Reservatório de Promissão - Municípios: Pongaí e Novo Horizonte - Previsão de início das obras: 1º semestre de 2023. Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES. CONCORRÊNCIA n° DH-189/2022 - PROCESSO n° DH-PRC-2022/00045, abertura marcada para 30/11/2022. Obra na Ponte SP-425 - Proteção dos pilares do vão de navegação. Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado. Localização: Reservatório de Nova Avanhandava - Municípios: Barbosa e José Bonifácio Início depende do término da obra em andamento do DER e solução para impasse jurídico envolvendo contratação anterior da obra rescindida pelo DH. Previsão de início das obras: 2º semestre de 2023. Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES. Travessias Litorâneas - Melhoramento de instalações e embarcações - Obras Navais - Melhoramento de Instalações, Reforma de Embarcações e Atracadouros - Reforma, Modernização e Adequação de Embarcações: foi efetuada a continuidade e conclusão da reforma de 8 embarcações. Lanchas: Paicará e Itapema. *Ferryboats*: FB-Valda II, FB-13, FB-Bacharel, FB-Engº Cláudio Leite, FB-17 e FB-Ribeira. Em andamento: assinados os contratos para reforma dos *ferryboats* FB-14, FB-29, FB-26, FB-25 e FB-19. A contratar: estão em andamento a elaboração de projeto e/ou documentação para o processo licitatório da construção de 2 novos *ferryboats* e a contratação da reforma das embarcações FB-28, FB-30, FB-10, LS-02, FB-27, FB-11, FB-21, LS-05, Lancha-Canéu, FB-05 e FB-12. Também está prevista a aquisição de novos motores, reversores e sistemas de comando. Melhoramentos dos Atracadouros: foram concluídas as obras em 6 flutuantes, 6 pontes, 6 rampas articuladas e 1 passarela de pedestres, conforme detalhado a seguir. Continuidade e conclusão das obras de construção de 2 novos flutuantes metálicos e 2 novas pontes de estruturas metálicas nos atracadouros da Travessia Cananeia/Continente. Continuidade e conclusão das obras de reforma da ponte de estrutura metálica de Ilhabela, da Travessia São Sebastião/Ilhabela; do flutuante DERSA VII, de Guarujá, na Travessia Bertioga/Guarujá; do Flutuante DERSA III, de Ilha Comprida, na Travessia Cananeia/Ilha Comprida; das estruturas metálicas de 6 rampas articuladas dos atracadouros de gavetas da Travessia Santos/Guarujá; da ponte de estrutura metálica e do flutuante no atracadouro de Santos, da Travessia Santos/Guarujá; do atracadouro de Guarujá, na Travessia Santos-Guarujá, contemplando a reforma do flutuante, a ponte de veículos e a passarela de pedestres, em função dos danos causados pelo navio da Hamburg Sud, no acidente ocorrido em 20/6/2021; e da reforma da ponte de estrutura metálica de Guarujá, da Travessia Bertioga/Guarujá, em função do acidente causado pela força da maré, ocorrido em 12/6/2022, que quebrou a ponte que liga o flutuante ao píer. Em andamento: abertura de licitação para as obras para reforma das Estações de Vicente de Carvalho e Praça da República-levantamento de quantidades, da Travessia Santos/Vicente de Carvalho; e para construção do Flutuante DH III de Ariri, da Travessia Cananeia/Ariri. A contratar: estão em andamento a elaboração de projeto e/ou documentação para o processo licitatório da reforma do atracadouro de Ilhabela; do Bolsão Viário e Terminal Naval de São Sebastião; dos Flutuantes de Ilhabela e São Sebastião; do Estaleiro da Travessia Santos/Guarujá, do lado Guarujá; dos Painéis Metálicos de Proteção das Marquises da Travessia Santos/Guarujá; da Estação Praça da República, da Travessia Santos/Vicente de Carvalho; do Prédio da Travessia de Bertioga, da Travessia Bertioga/Guarujá; do Flutuante de Marujá, da Travessia Cananeia/Ariri; e do Flutuante DERSA XI e do estaleiro de Iguape, da Travessia Iguape/Jureia. Também estão sendo planejados a construção de um poço artesiano em Guarujá, na Travessia Bertioga/Guarujá; 4 dolfins em Cananeia, na Travessia Cananeia/Ilha Comprida; a implantação de dispositivos de segurança nos Terminais Navais das Travessias; e uma obra de dragagem em Barra Velha, na Travessia São Sebastião/Ilhabela. Serviços de Conservação e Manutenção de Embarcações: Preparação das embarcações para vistorias de renovações de CSN-Certificado de Segurança Naval: Foram realizadas vistorias de 46 embarcações pela empresa AutoShip, sendo que 15 dessas foram antecipadas no ano de 2023. Aproveitamos a oportunidade da preparação para as VEDs e já aplicamos a vistoria da classificadora, diminuindo assim a quantidade de parada das embarcações e otimizando e reduzindo custos com preparações. Também foram realizados o ensaio não destrutivo de ultrassom em 5 embarcações-FB-28, FB-30, FB-19, FB-27 e FB-21 e 2 flutuantes-Dersa VI e Dersa VIII, item necessário para solicitação da postergação do vencimento do CSN e para reativação de CSN. Vistorias da Capitania dos Portos de São Paulo-CPSP: foram realizadas as Vistorias Especiais Determinadas-VEDs pela CPSP, a fim de checar as condições de cada embarcação para o período de maior fluxo, totalizando 27 embarcações vistoriados. Serviços de recondicionamento de motores de propulsão, reversores, sistema de comando e grupos geradores das embarcações, com fornecimento de peças: foram realizados o recondicionamento de 62 motores, 32 reversores e 3 geradores. Serviços de Locação de Embarcações: foram realizadas a contratação de balsas alugadas para complementar a operação nas Travessias e aumentar a capacidade operacional do Sistema. Entre 2021 e 2022, foram locadas duas balsas para a Travessia São Sebastião/Ilhabela e 2 balsas para a Travessia Cananeia/Continente. Em 2022, foram contratadas a locação de 4 balsas para a Travessia São Sebastião/Ilhabela, 2 balsas para a Travessia Guarujá/Bertioga, 1 balsa para a Travessia Cananeia/Ilha Comprida e 1 lancha para a Travessia Cananeia/Ariri. Serviços de Monitoramento e Operação: o Sistema de Travessias conta com um Centro de Controle Operacional-CCO, localizado no estaleiro do Guarujá, que funciona 24 horas por dia, com permanente monitoramento através de câmeras e radiocomunicação com todas as Travessias, além de salas de Controle Operacional em São Sebastião e Vicente de Carvalho. Comunicação com os usuários: manutenção dos canais de comunicação com os usuários do Sistema, composto pelo Site Travessias-www.travessias.sp.gov.br; 0800 77 33 711-Canal de atendimento telefônico gratuito; Twitter @dhtravessias; AppTravessias; e por 36 Painéis de Mensagem Variável -PMV e 33 câmeras nos bolsões de embarque. Manutenção dos sistemas eletrônicos: é realizado um serviço contínuo de manutenção preventiva, corretiva e adequação dos sistemas eletroeletrônicos, equipamentos de monitoramento eletrônico, equipamentos de radiocomunicação, equipamentos de sistema de refrigeração e equipamentos de tecnologia da informação das Travessias Litorâneas. Atividades de Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho: foram adotadas as ações de manutenção dos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiro-AVCB; capacitação e treinamento dos colaboradores que trabalham nas Travessias, incluindo os treinamentos mensais para atendimento a NORMAM 02 e os treinamento previstos nas Normas Regulamentadoras - NR; Simulados dos Planos de Atendimento a Emergências-PAE e dos Planos de Emergência Individual-PEI; Treinamento da Brigada de Incêndio e Primeiros Socorros; Participação no Plano de Área do Porto de Santos-PAPS e no Plano de Área do Porto de São Sebastião-PAPOSS, em atendimento ao Decreto nº 4.871, de 6/11/2003; Requerimento da renovação da Licença de Operação dos Estaleiros de Guarujá, Vicente de Carvalho e Iguape; Gestão de resíduos sólidos das Travessias Litorâneas; e Manutenção do Programa de Monitoramento de Fauna Sinantrópica e Controle do mosquito Aedes Aegypti.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

Em setembro de 2021, com a publicação do Decreto nº 66.017, passou a denominar-se Secretaria de Orçamento e Gestão e teve a sua estrutura administrativa e organizacional definida. Dentre suas macro funções, destacam-se, resumidamente, a condução das políticas, programas e ações de planejamento de Estado, os quais envolvem elaboração, coordenação e o acompanhamento de instrumentos, tais como PPA, LDO e LOA; o acompanhamento do Plano de Metas do Governo; a centralização e a coordenação de ações e de políticas de gestão pública, notadamente as que se referem a recursos humanos, compras eletrônicas; patrimônio do Estado; a administração previdenciária, a coordenação e acompanhamento da gestão e do controle econômico-financeiro das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e das empresas por este controladas. Dentre as ações de relevância, importante destacar a extinção da COSESP e o processo em curso de liquidação da DERSA.

Gabinete do Secretário: Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC: A atribuição precípua do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC consiste em assessorar o Estado orientando o voto nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas por empresas controladas pelo Estado e por aquelas em cujo capital social a participação do Estado seja minoritária. As competências, composição e forma de funcionamento do CODEC encontram-se atualmente disciplinadas no Decreto estadual nº 64.219, de 6/5/2019, alterado pelo Decreto estadual nº 64.998, de 29/5/2020. O Decreto estadual nº 64.418, de 28/8/2019, também definiu as atribuições do CODEC no âmbito dos processos de dissolução, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou cisão de empresas, cabendo destaque a aprovação e acompanhamento dos Planos de Desmobilização ou Planode Ação. O Colegiado é integrado pelo Secretário do Governo, que é o seu Presidente, Secretário de Orçamento e Gestão, Secretário da Fazenda e Planejamento e por 2 membros indicados pelo Secretário de Orçamento e Gestão. No decorrer do exercício, foram emitidos até novembro 84 pareceres, além de manifestações técnicas, relatórios, estudos, ofícios e da atuação dos colaboradores locados na Secretaria Executiva do CODEC para discussões técnicas em reuniões. Especificamente em relação às questões societárias, além da indicação de Diretores para as Empresas estatais nos termos da competente autorização governamental, cabe destacar a emissão de pareceres orientando o voto do Estado nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas pelas empresas, em matérias como: apreciação das demonstrações contábeis e financeiras; votação do relatório da administração; eleição de Conselheiros Fiscais, de Administração e de Orientação, bem como de membros de Comitê de Auditoria e de Aconselhamento e Elegibilidade, com base na indicação recebida de autoridades competentes, da Secretaria de Governo e da União ou da Prefeitura Municipal de São Paulo-acionistas minoritários; fixação da remuneração dos membros de órgãos estatutários; destinação de lucro; distribuição/pagamento de dividendos; aumento de capital; subscrição de ações; alterações de estatutos sociais, liquidação e extinção, entre outros. Entre os pareceres mencionados encontram -se: da Assembleia Geral Extraordinária que tratou da extinção da empresa COSESP, cujo processo de liquidação, iniciado em 2021, foi acompanhado pelo CODEC; e das Assembleias Gerais Extraordinárias referentes à liquidação da empresa DERSA, que está em curso. Importante mencionar que o CODEC, para o atendimento dos procedimentos exigidos pela Lei nº 13.303/2016 - Lei do Estatuto Jurídico das Empresas continua acompanhando a regras de governança implantadas pelas empresas, entre outras, aquelas objeto das Deliberações CODEC. Para finalizar, cabe destacar ainda que a Secretaria Executiva do CODEC vem atualizando sua página na internet, visando melhorar a disponibilização da normatização vigente que disciplina o relacionamento do Colegiado com as empresas sob o controle acionário do Estado. Assessoria em Assuntos de Política Salarial – APS: A Assessoria em Assuntos de Política Salarial - APS, unidade vinculada ao Gabinete do Secretário de Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto nº 66.017/2021, tem entre suas principais atribuições o assessoramento ao Secretário de Orçamento e Gestão nos assuntos relacionados à política salarial do Estado e nos trabalhos dos órgãos colegiados em que seja membro representativo da Pasta; subsidiar decisões de competência da Comissão de Política Salarial - CPS, organizada pelo Decreto nº 63.033/2017; e secretariar a CPS, que é composta pelos seguintes membros: Secretários de Orçamentoe Gestão, da Fazenda e Planejamento, de Governo e de Desenvolvimento Econômico e Procurador Geral do Estado, cuja presidência é do primeiro. Nesse contexto, desenvolve suas atividades norteada pelas ações e metas da Administração, orientada para o cumprimento das normas legais relativas às finanças públicas, em especial as Leis Complementares federais nº 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e a nº 9.504/1997-Lei das Eleições, em temas com impacto nas despesas com pessoal e benefícios. Assim, convém registrar que as atividades foram desenvolvidas de forma presencial, donde destaca-se: assessoramento ao Secretário e Secretário Executivo da Secretaria de Orçamento e Gestão eà Secretaria de Governo, em assuntos de política salarial; análise técnica de anteprojetos e projetos de lei/lei complementar, decretos e resoluções sobre matéria salarial, abrangendo todas as áreas, com a respectiva estimativa de despesa, se o caso. Em relação a atos publicados até 1°/12/2022, manifestamo- nos tecnicamente sobre 1 lei complementar-LC 1.364 e vinte e quatro decretos-66.417, 66.425, 66.530, 66.548, 66.570, 66.572, 66.573, 66.574, 66.596, 66.624, 66.640, 66.641, 66.667, 66.703, 66.824,66.943, 66.981, 67.320, 67.086, 67.211, 67.269, 67.082, 67.081, 67.007. Essa relação não é exaustiva, à vista do que ainda não foi publicado, mas trabalhado, e de outros normativos que não estãoquantificados. Em apertada síntese, a Assessoria produziu 493 manifestações técnicas - Informações SOG/GS/APS, sendo: Secretarias: 168; Autarquias: 125; Empresas: 102; Fundações: 83; Outras: 9; documentos para deliberação da Comissão de Política Salarial –-CPS: 62; além de participação em reuniões técnicas virtuais e presenciais e atendimentos a consultas técnicas por telefone e outros meios digitais, para público de unidades internas e externas, de difícil mensuração, mas que representam tempo de análise significativo, de acordo com a complexidade da matéria. Assessoria Técnica: Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário examinou, monitorou e controlou o fluxo de processos e expedientes e elaborou despachos em cerca de 4 mil expedientes que tramitaram pela Secretaria de Orçamento e Gestão no decorrer de 2022, contendo demandas e solicitações de todos os órgãos da administração pública direta e indireta. Além disso, dentre as atividades desempenhadas pela Assessoria em conformidade com o disposto artigo 32 do decreto 66.017/21, destacam-se: o assessoramento ao Gabinete do Secretário com estudos e avaliações sobre assuntos de interesse da SOG; o acompanhamento das contas da Pasta junto ao Tribunal de Contas do Estado, bem como o suporte às unidades da Pasta nas questões que envolvem o relacionamento com o TCESP; o acompanhamento, o controle e atendimento às demandas dos demais órgãos de controle como Ministério Público do Estado de São Paulo, Controladoria Geral do Estado e Tribunal de Justiça; a produção de relatórios para órgãos externos e, a elaboração e revisão de atos normativos. Comitê Gestor de Gasto Público - CGGP: instituído pelo Decreto nº 64.065/2019 e atualizado pelos Decretos 64.601, 64.755, 64.998, 65.414,66.173 e 66.217/21, com o objetivo de auxiliar a Secretaria de Orçamento e Gestão na contenção de despesas, na otimização da alocação de recursos e na melhoria da qualidade do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental. Dentre as atividades exercidas pelo Comitê, merecem destaque: o acompanhamento das despesas com pessoal, a manifestação prévia às contratações diretas ou mediante procedimento de licitação; o acompanhamento das despesas com pessoal que compreende a supervisão anual das despesas inerentes aos cargoscomissionados, para que não haja aumento, conforme determina o Decreto 64.069/2019 e a Lei Complementar Federal nº 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Corona vírus. O Comitê Gestor passou a analisar e deliberar sobre casos excepcionais que, devidamente justificados, foram

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

submetidos à aprovação do Secretário de Orçamento e Gestão. Dessa forma, o Comitê Gestor do Gasto Público realizou 41 reuniões e analisou 429 solicitações ao longo do ano. Diante da publicação da Deliberação 10, de 23/4/2020, do Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19, o Comitê Gestor adquiriu a incumbência de receber informações relativas às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, consolidá-las e publicá-las no site do Governo. Conselho do Patrimônio Imobiliário - CPI: regido pelo Decreto 61.163 de 10/3/2015, com as alterações trazidas pelo Decreto nº 66.017 de 15/9/2021, no qual cabe à Coordenadoria de Patrimônio do Estado exercer as funções da Secretaria Técnica e Executiva doCPI- artigo 66, bem como ao Departamento de Bens Imóveis implementar as decisões e orientações e apresentar manifestação técnica nos processos relativos ao patrimônio do Estado, submetendo-a ao Conselho para manifestação do Secretário de Orçamento e Gestão e decisão do Governador. OConselho de Patrimônio Imobiliário é composto da seguinte forma:1 representante da Secretaria de Governo; 1 representante da Secretaria da Fazenda e Planejamento; 1 representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano-CDHU; 1 representante da Procuradoria Geral do Estado; 2 representantes de livre escolha do Governador.

SOG	Presidente	Laercio Paulino Simões
SOG	Vice Presidente	Alberto J.Martins Ribeiro Filho
SOG	Suplente Vice Presidente	Manuela Santos Nunes do Carmo
CDHU	Titular	Lucimar dos Santos Ferreira
CDHU	Suplente	Ademir Marin
SOG	Suplente	Yukimi Nagata
PGE	Titular	André Luiz dos Santos Nakamura
PGE	Suplente	Cristiana Correa Conde Faldini
SEFAZ	Titular	Julio César Campos Ferreira
SEFAZ	Suplente	Adriano Somera Fantini
SOG	Titular	Gustavo Carvalho Tapia Lira

No ano de 2022, a Coordenadoria de Patrimônio do Estado encaminhou para votação do Conselho do Patrimônio Imobiliário 87 processos de assuntos diferenciados, conforme tabela abaixo, que resultaram em 71 decisões do Colegiado.

Nº	*Data*	*Processo*	*Município*	*Assunto*
001/2022	01/05/22	SG 1398191/2019	São Paulo	Locação - DOPE
002/2022	01/07/22	SES-EXP-2021/33551	São Paulo	Permissão de uso
003/2022	20/01/22	PMESP-EXP-2021/13349	Mogi das Cruzes	Recebimento em Comodato
004/2022	27/01/22	SG/2981881/2019	São Paulo	Permissão de uso
005/2022	31/01/22	SG 1205613/2021	Diadema	Recebimento em Comodato
006/2022	31/01/22	SG 257955/2016	Itu	Suspensão da reversão de doação
007/2022	03/09/22	SEDUC-PRC-2022/02019	Adamantina	Recebimento em concessão de direito realde uso pelo prazo de 15 anos
008/2022	15/03/22	SEGOV-EXP-2021/08195	Tarumã	Doação ou permissão de uso qualificada área pública Estadual para o Município deTarumã.
009/2022	04/01/22	SG 799953/2017	Caraguatatuba	Alienação
010/2022	04/01/22	SG 797529/2017	Caraguatatuba	Alienação
011/2022	04/12/22	sg-prc-2020/00002	Cabrália Paulista	Alienação
012/2022	25/04/22	SJDC 918059/2017	Mogi Mirim	Doação
013/2022	26/04/22	SG-PRC-2020/02785	Itu	Alienação
014/2022	05/06/22	SEDUC-EXP-2021/229458	Santos	Permissão de uso qualificado e oneroso
015/2022	18/05/22	SAA-PRC-2021/10908	Pederneiras	Doação
016/2022	18/05/22	SAA-PRC-2021/15506	Jaboticabal	Doação
017/2022	25/05/22	PGE-EXP-2021/19907	São Paulo	Doação
018/2022	30/05/22	SPOG-PRC-2022/00013	São Paulo	Permuta
019/2022	31/05/22	SEDUC-EXP-2021/229458	Santos	Permissão de uso qualificado e oneroso
020/2022	31/05/22	SAA-PRC-2020/07649	Bastos	Doação
021/2022	06/01/22	SES-EXP-2022/27282	Barueri	Recebimento em Permissão de Uso comprazo
022/2022	06/08/22	SESP-PRC-2022/00011	Maracaí	Doação
023/2022	06/10/22	SEGOV-EXP-2021/06349	Floreal	Doação
024/2022	15/06/22	SEDUC-PRC-2022/02390	Ubatuba	Recebimento em Permissão de Uso comprazo
025/2022	15/06/22	SIMA-PRC-2022/00107	Ubatuba	Permissão de uso qualificado e oneroso
026/2022	15/06/22	SEGOV-EXP-2022/04081	São Vicente	Permissão de Uso qualificado
027/2022	15/06/22	SEGOV-DES-2022/24805	Bento de Abreu	Permissão de uso qualificada.
028/2022	15/06/22	PCSP-PRC-2022/04458	Bauru	Locação
029/2022	20/06/22	STM-PRC-2021/05896	Campos do Jordão	Permissão de uso qualificado e oneroso
030/2022	20/06/22	DER 129573/2022	Araçatuba	Recebimento em Permissão de Uso comprazo
031/2022	23/06/22	SG 265961/2018	Ubatuba	Doação
032/2022	23/06/22	SEDUC-PRC-2020/31116	Bastos	Doação
033/2022	27/06/22	PMESP-PRC-2021/11461	Aparecida	Recebimento em Comodato
034/2022	28/06/22	PMESP-PRC-2021/03054	Jacareí	Recebimento em Permissão de Uso comprazo
035/2022	04/07/22	SAA-PRC-2020/11802	Nova Odessa	Permissão de Uso à Associação (entidadedireito privado)
036/2022	04/07/22	SG-PRC-2020/02853	Bragança Paulista	Doação
037/2022	05/07/22	DTRAN-PRC-2022/486759	São Paulo	Locação
038/2022	11/07/22	SEGOV-PRC-2022/01682	Campos do Jordão	Autorização de Uso Bienal
039/2022	18/07/22	SAA-PRC-2022/07120	Colina	Permissão de Uso prazo indeterminado
040/2022	18/07/22	SAA-PRC-2021/09169	Itapetininga	Permissão de Uso prazo indeterminado
041/2022	20/07/22	SAA-PRC-2021/12337	Santo Anastácio	Permissão de Uso prazo indeterminado
043/2022	25/07/22	SAA-PRC-2022/03036	Alto Alegre	Permissão de Uso prazo indeterminado
044/2022	25/07/22	SAA-PRC-2022/04595	Cravinhos	Permissão de Uso prazo indeterminado
045/2022	25/07/22	SAA-PRC-2022/00031	Rincão	Permissão de Uso prazo indeterminado
046/2022	25/07/22	SAA-PRC-2022/03134	São Bento do Sapucaí	Permissão de Uso prazo indeterminado
047/2022	27/07/22	SEGOV-PRC-2020/03959	Pirassununga	Alienação
048/2022	27/07/22	SES-EXP-2021/83578	São Paulo	Permissão de Uso prazo indeterminado
049/2022	01/08/22	SAA-PRC-2021/03003	Nova Odessa	Permissão de Uso prazo indeterminado
050/2022	01/08/22	SAA-PRC-2022/08943	Boa Esperança do Sul	Permissão de Uso prazo indeterminado
051/2022	01/08/22	SAA-PRC-2022/04714	Paraguaçu Paulista	Permissão de Uso prazo indeterminado
052/2022	08/02/22	SEESP 260955/2020	Planalto	Doação
053/2022	03/08/22	SAA-PRC-2022/04574	Oriente	Permissão de Uso prazo indeterminado
054/2022	05/08/22	SG 1097864/2017	São Paulo	Permissão de uso prazo indeterminado àUnião
055/2022	08/08/22	SAA-PRC-2021/14944	Lucélia	Permissão de Uso prazo indeterminado
056/2022	10/08/22	SG 95958/2016	José Bonifácio	Transferência de Administração e Permissão de Uso com prazo determinado
057/2022	15/08/22	SAA-PRC-2022/07120	Iperó	Permissão de Uso prazo indeterminado
058/2022	16/08/22	PCSP-PRC-2022/04458	Bauru	Locação - 8º Termo de Aditamento
059/2022	17/08/22	SES-EXP-2022/56348	Franco da Rocha	Autorização de Uso a particular
060/2022	22/08/22	SG 1057204/2017	São Paulo	Transferência de Administração e Permissão de Uso com prazo indeterminado
061/2022	05/09/22	SAA-PRC-2022/03089	Tarabai	Permissão de Uso
062/2022	13/09/22	SG 1252045/2019	Avaré	Servidão Administrativa
063/2022	13/09/22	SG 1252072/2019	Avaré	Servidão Administrativa
064/2022	13/09/22	SG 1252072/2019	Avaré	Servidão Administrativa
065/2022	13/09/22	SIMA-PRC-2022/00397	Peruíbe	Permissão de uso qualificado e oneroso
066/2022	20/09/22	SEGOV-PRC-2020/01602	São Paulo	Alienação
067/2022	28/09/22	DAEE 1461286/2019	São Paulo	Permissão de Uso
068/2022	17/10/22	SIMA-EXP-2020/00271	Cubatão	Servidão Administrativa
069/2022	17/10/22	SES-PRC-2020/45734	Santos	Permissão de uso onerosa com prazo
070/2022	21/10/22	SEGOV-PRC-2021/00164	São Paulo	Alienação onerosa
071/2022	21/10/22	CC-47776/2011	Barra Bonita	Alienação onerosa
072/2022	27/10/22	SG-PRC-2020/02857	Bragança Paulista	Doação
073/2022	09/11/22	PMESP-PRC-2021/14321	Piquete	Recebimento em Comodato
074/2022	09/11/22	SEGOV-EXP-2022/02913	Franca	Alteração da destinação e retificação daescritura pública de doação
075/2022	16/11/22	SG 281435/2021	Piedade	Doação
076/2022	21/11/22	SEGOV-EXP-2021/01344	Bragança Paulista	Permissão de uso onerosa com prazo
077/2022	21/11/22	FAMEMA-PRC-2022/00090	Marília	Recebimento em cessão de uso com prazo
078/2022	28/11/22	SEGOV-PRC-2021/00319	São Paulo	Alienação onerosa
079/2022	24/11/22	SG-PRC-2020/02959	Jardinópolis	Alienação onerosa
080/2022	25/11/22	SEGOV-PRC-2021/00272	São Paulo	Alienação onerosa
081/2022	28/11/22	SEGOV-PRC-2020/03611	Botucatu	Alienação onerosa
082/2022	29/11/22	PMESP-PRC-2022/16548	São Paulo	Recebimento em cessão de uso com prazo
083/2022	29/11/22	SG-PRC-2020/01491	São José do Rio Preto	Alienação onerosa
084/2022	30/11/22	SG-PRC-2020/02785	Itu	Alienação onerosa
085/2022	30/11/22	SOG-PRC-2022/00117	Itapetininga e Penápolis	Integralização dos imóveis ao FundoImobiliário
086/2022	05/12/12	SAA-PRC-2021/12716	Nova Odessa	Permissão de Uso à Associação (entidadedireito privado)
087/2022	06/12/22	SEGOV-PRC-2020/00002	Cabrália Paulista	Proposta de alienação onerosa

Subsecretarias: Subsecretaria de Orçamento: A Subsecretaria de Orçamento atuou durante oano em consonância com as funções básicas e a estrutura definidas pelo Decreto nº 66.017, de 15/9/2021, que organizou a Secretaria de Orçamento e Gestão à qual está incorporada. Suas atividades associadas às respectivas atribuições consistiram em assessorar o Secretário de Orçamento e Gestãonos assuntos relativos ao orçamento do Estado; desenvolver ações articuladas com órgãos e entidades, públicos ou privados, em assuntos relacionados à gestão orçamentária; acompanhar a política econômica e financeira do Governo Federal e suas implicações no nível estadual; promover ações voltadas à eficiência e à qualidade do gasto público que consubstanciem as deliberações do Comitê Gestor do Gasto Público ou que delas decorram; prestar apoio técnico às atividades realizadas pelo Comitê Gestor do Gasto Público; acompanhar a execução orçamentária do Estado e acompanhar a execução orçamentária de projetos prioritários. A Subsecretaria tem como unidade operacional a Coordenadoria de Orçamento que, como órgão central do Sistema de Administração Orçamentária, coordenou os assuntos relacionados à gestão orçamentária da Administração Pública Estadual, interagindo com todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Públicoe definiu com os mesmos, os parâmetros e limites de suas propostas orçamentárias, visando aos objetivos e prioridades do Governo, considerando o volume de recursos disponíveis. Além disso, elaborou os projetos de lei para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, ambos para o exercício de 2023 e em conformidade com os dispositivos constitucionais e legais vigentes, emitiu pareceres aos anteprojetos de lei ou projetos de lei que versavam ou tinham reflexos sobre o orçamento público; acompanhou e adotou providências quanto aos aspectos orçamentários da Lei Complementar federal nº 101, de 4/5/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Também assessorou o Secretário de Orçamento e Gestão nas relações com o Poder Legislativo, no que concerne aos processos de encaminhamento, votação e aprovação das leis orçamentárias anuais. Em 2022, a interação ocorreu com 33 órgãos orçamentários, compostos por Unidades Orçamentárias, entendidas como responsáveis por administrar dotações orçamentárias e financeiras e centralizar todas as operações de natureza orçamentária, dentre as quais a distribuição de recursos às Unidades Gestoras Executoras e aos Fundos Especiais, Fundos Especiais de Despesa e Fundos Especiais de Financiamento e Investimento. Dentre as Unidades Orçamentárias, 25 são Autarquias, 15 são Fundações, 5 são Empresas Dependentes e 8 Empresas não Dependentes, todas integrantes da Lei Orçamentária Estadual. A Subsecretaria desenvolve suas atividades no contexto do programa Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento, consubstanciada na ação orçamentária Gestão do Processo Orçamentário, que objetiva aprimorar os mecanismos e as metodologias que garantem o incremento da qualidade na elaboração e execução dos orçamentos do Estado, em todas as suas etapas e ao longo da rede de instituições componentes dos sistemas de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

administração orçamentária e financeira. Também define as diretrizes e orientações técnicas para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas. Dentre as ações desenvolvidas destacam-se: Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023: A LDO, com um ano de duração, define as metas e prioridades do Governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento.A Lei de Responsabilidade Fiscal remeteu à LDO diversos outros temas, como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e política monetária. A Subsecretaria organizou e monitorou a montagem da LDO, mobilizando os agentes participantes para elaboração do texto do projeto para 2023, participou da elaboração do Anexo de Metas Fiscais, em conjunto a Secretaria da Fazenda e Planejamento, e interagiu com a Procuradoria Geral do Estado para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais. Após consolidar e formalizar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, transformado no Projeto de lei nº 247/2022 ao ser encaminhado à Assembleia Legislativa, a Subsecretaria acompanhou a tramitação da proposta no Legislativo e analisou as 1.206 emendas parlamentares, sendo753 alterando artigos do texto do PL e 453 de alteraçãodos diferentes anexos de Metas Fiscais, Riscos Fiscais e Prioridades e Metas, tendo atuado no apoio técnico até a consolidação e edição da Lei nº 17.555/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. Elaboração do Orçamento para o exercício de 2023: Atividade anualmente desenvolvida, assumiu configuração diferenciada no exercício de 2022, na edição para quantificação financeira e física da programação qualitativa a ser implementada em 2023, dados os efeitos resultantes da ocorrência da pandemia da Covid 19 nos anos anteriores e suas consequências sobre as finanças públicas, pela pressão e intensidade de demanda por gastos que pressionaram por adoção de providências como forma de compensação, consubstanciada no Projeto de Lei nº 578/221. Na montagem do Projeto de Lei nº 578, que orça a receita e fixa despesa de 2023, foram desenvolvidas a conversão e análise da série histórica das despesas, e especialmente a conversão das fontes de recursos que tiveram uma modificação substantiva em sua estruturação em decorrência de definição dos orgãos federais STN/SOF - Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. Houve a definição dos Valores Referenciais de Custeio e sua divulgação aos órgãos dos Poderes do Estado como base para a elaboração das respectivas Propostas Orçamentárias Setoriais, via web, no Sistema Proposta Orçamentária Setorial – POS, dos órgãos e entidades componentes do orçamento fiscal e da seguridade social e no Sistema Orçamentário das Empresas - SOE para a apresentação das propostas orçamentárias das empresas estatais não dependentes; a coordenação e acompanhamento junto aos órgãos da administração estadual dos trabalhos de elaboração das propostas setoriais para o Orçamento Fiscal, para o Orçamento da Seguridade Social e para o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; a análise técnica das propostas orçamentárias setoriais e a elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisão; a previsão das despesas de caráter obrigatório tais como pessoal, serviço da dívida e vinculações constitucionais; a atualização das atribuições e da legislação obrigatória de cada órgão dos Poderes do Estado; a elaboração da Mensagem e formalização da Proposta Orçamentária do Estado. No acompanhamento de tramitação da Proposta Orçamentária na Assembleia Legislativa a Subsecretaria analisou 21.332 emendas legislativas propostas ao Projeto de Lei do Orçamento, abrangendo proposições de alteração de dispositivos do texto da lei e de remanejamento de recursos entre as programações institucionais e programáticas. Promoveu ao fim do processo de tramitação e negociação a formalização da Lei Orçamentária de nº 17.498, de 29/12/2021. Execução Orçamentária 2022*:* No exercício, a Subsecretaria atuou nas seguintes ações: formulação dos procedimentos, requisitos, responsabilidades e prazos a serem aplicados e obedecidos na execução do orçamento relativo a 2022, adaptados à conjuntura vigente e perspectivas de situações futuras, objetivando manter o equilíbrio de receita e despesa e controle das metas fiscais; da publicação do Decreto nº 66.436, de 13/1/2022, com o estabelecimento das normas gerais para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2022 e de Portarias com procedimentos específicos,relativos à implementação do orçamento original e as alterações em função das condições conjunturais; acompanhamento dos Investimentos por meio de relatórios específicos por área, programas e fontes de financiamento. Estudos para subsidiar a definição de diretrizes e providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo, considerando os resultados apuradosno Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - bimestral e do Relatório de Gestão Fiscal - quadrimestral, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, ajustando o eventual descompasso entre os parâmetros adotados para as projeções da lei orçamentária anual e os índices efetivamente observados no período; gerenciamento do Sistema de Alterações Orçamentárias - SAO. O sistema permite elaborar e encaminhar todos os documentos necessários para viabilizar a solicitação de alterações à Lei Orçamentária, observando o tipo de alteração e as respectivas normas existentes. Análises técnicas de proposições de alterações do orçamento e formalização das modificações aprovadas, nos termos das regras definidas no Decreto nº 66.436, de 13/1/2022, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2022; gerenciamento do Sistema de Manifestação Prévia. O sistema permite o encaminhamento dos documentos necessários para viabilizar a manifestação dos órgãos centrais antes da celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratosde gestão com valor superior a R$ 10.000.000,00; consolidação da classificação da despesa orçamentária por natureza e atendimento de consultas acerca da classificação da despesa, estrutura programática, elaboração e execução orçamentária, aspectos legais do orçamento, funcionamento e utilização de aplicativos do Sistema Orçamentário, aspectos de quantificação física e financeira da orçamentação; análise de aproximadamente 550 proposições cujos conteúdos apresentam potencial de repercussões do ponto de vista orçamentário; desenvolvimento de estudos sobre a estrutura salarial - análises dos processos de contratação de pessoal com o objetivo de subsidiar o Governador do Estado em suas decisões e apoiar o Secretário da Pasta, membro da Comissão de Política Salarial, nos assuntospertinentes à política salarial das empresas e fundações; elaboração de estudos para embasamento das negociações e propostas de reajustes salariais das carreiras do Estado; acompanhamento de informações com potencial pressão sobre as despesas com pessoal: propostas de sindicatos de categorias; pagamentos de Bonificação por Resultados, folhas de pagamentos; programas de demissão voluntária; elaboração de Notas Técnicas/pareceres acerca de impactos orçamentários e financeiros de projetos ou propostas relacionados à área de pessoal, inclusive as decorrentes de criação ou ampliação de unidades ou entidades públicas. Estudos e Ações Especiais: Adequação tecnológica e inovações parasuporte ao desenvolvimento do Programa Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento eOrçamento. Entre seus produtos de entrega figuram: atualização dos sistemas que coletam informações na web: SAO - Sistema de Alteração Orçamentária – Customizações da versão operacional; VRC- Desenvolvimento, do Sistema do Valor Referencial de Custeio; elaboração da Proposta do Portal da Secretaria de Orçamento e Gestão; Sistema de Emendas - Desenvolvimento de novo aplicativo, em nova plataforma para acompanhamento das emendas parlamentares aos projetos de leis orçamentárias e apropriação de alterações aprovadas. Viabilização orçamentária para execução dos projetos prioritários do Programa de Metas, instituído em decorrência também da pandemia e pela queda da atividade econômica, com impacto negativo sobre as receitas do Estado, gerando a necessidade de adequação dos compromissos à disponibilidade de recursos e repactuação dos compromissos com foco em ações anticíclicas, com potencial para ampliar a capacidade competitiva e de inovação, para melhorar a situação socioeconômica e para se tornar um possível multiplicador dos benefícios econômicos e sociais. – Subsecretaria de Planejamento: o campo de atuação da Subsecretaria abarca osProgramas e Produtos do PPA - Plano Plurianual, bem como as ações e projetos nele contemplados e que são objeto de acompanhamento específico em função de seu papel estratégico no contexto governamental. No que diz respeito Assessoria Técnica para o Plano de Metas, seu foco principal sãoas Metas Prioritárias do Programa de Governo, as quais são divididas em categorias de prioridade - na prioridade A, estão 40 metas; na prioridade B, 98; e na prioridade C, 130. Essas iniciativas são monitoradas, segundo metodologia de sala de situação, o que significa cumprir uma série de rotinas semanais envolvendo a execução dos eventos previstos nos Planos de Trabalho, as entregas das Açõese o encaminhamento de informações para gestão de alertas. Ao longo de 2022, a equipe responsável por essas atividades monitorou, em média, 259 Metas. Estruturado em Eixos Norteadores - Proteção Social, Competitividade e Inovação, o Programa de Metas traz Objetivos Estratégicos, que refletem a transformação a ser alcançada em 2022, com metas específicas, prazos e quantidades fixadas. Diante disso, as Ações Estratégicas do Programa de Governo, foram repactuadas e reorganizadas. Priorizou-se as ações com potencial para entrega/conclusão em 2022 e/ou com legado de extrema relevância, ações com potencial para ampliar a capacidade competitiva e de inovação e para melhorar a situação socioeconômica do estado, além daquelas com potencial para ser um multiplicador de benefícios econômicos. As atividades de monitoramento contam com o apoio de um sistema informatizado, criadoem 2019, com a finalidade de prover o Governador, o Secretário de Governo e o Secretário deOrçamento e Gestão de informações que possam auxiliar em ações referentes a execução de seu programa. Na área de Planejamento ressaltam as atividades ligadas à elaboração, gestão, monitoramento e avaliação do PPA - Plano Plurianual. O monitoramento do PPA 2020-2023 compreende um conjunto de atividades contínuas de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão dos programas e dos produtos, com a finalidade de subsidiar a tomada decisão quanto aos esforços necessários para aprimoramento da ação pública. Suas entregas organizam-se em tarefas de acompanhamento via SimPPA - o sistema de monitoramento do PPA, e alimentam a importante atividade de Prestação de Contas. A Prestação de Contas ao TCESP acontece quadrimestralmente sob a forma de produção de relatórios com dados de execução física e orçamentária e, anualmente, com a elaboração, por parte das secretarias e demais órgãos governamentais, das justificativas para os resultados obtidos em cada um dos produtos. Essas justificativas apresentadas ao TCESP também servem de base para a confecção do relatório queenviamos anualmente à ALESP informando o desempenho acumulado dos programas do PPA à luz dos Objetivos Estratégicos. A área de Planejamento também tem importante papel na elaboração dos projetos das leis orçamentárias LOA e LDO, com o suporte aos setoriais na definição das metas dos indicadores. As atividades de monitoramento implicam grande interação com os órgãos setoriais, o que demanda: a elaboração de normativas; o desenvolvimento de ferramentas de apoio conceitual eprático; e a constante melhoria das soluções informatizadas, trabalhos realizados de forma contínua pelo Departamento de Processos de Planejamento. Em 2022, houve um intenso trabalho de atualização de manuais que apoiaram os gestores do PPA - em especial os Coordenadores de GSPOFP e gerentes de programa, em especial, como o Guia de Orientações para definição de metas; Manual de utilização do sistema PMA e Manual de utilização do sistema SIMPPA. O PMA - Previsão de Metas Anuais é uma iniciativa incluída no terceiro item, que corresponde aos esforços de adequação tecnológica e desenvolvimento de novos aplicativos. Trata-se de um sistema para registro, pelos setoriais, das metas para 2023 dos indicadores de resultado, dos indicadores de produto PPA e gerencial e dos indicadores decorrentes de ações não orçamentárias do PPA 2020-2023, visando assegurar maior coerência entre recursos os alocados e as metas estabelecidas. Outra importante atividade da área de Planejamento é a realização das audiências públicas que antecedem a elaboração da LDO e da LOA. As audiências públicas foram feitas por meio eletrônico e por meio de reuniões *online* via *teams*, contando com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, uma vez que foram regionalizadas. Destacaram-se como principais áreas e demandas: apoio a Municípios no desenvolvimento de infraestrutura urbana, Segurança Pública e Saúde. Em ambos os casos - LDO e LOA - o relatório de votação por áreas e demandas e por regiões foram publicadas no Portal da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão. A área responsável pelos Processos de Planejamento finalizou o trabalho de mapeamento de processos de prestação de contas ao TCE, iniciado em 2021, e realizou mais dois trabalhos na área de mapeamento: mapeamento de processos da confecção da LDO e mapeamento de processos da confecção do PPA, ambos com base nos padrões do Business Process Model and Notation-BPMN, visando a padronização de ações e a otimização dos processos de trabalho envolvidos. Por fim, ainda no contexto do Planejamento, ressalte-se a Avaliação de Programas e Políticas Públicas com o objetivo de mensurar a eficiência, eficácia e efetividade das ações de Governo. Foram entregues pela Fundação Seade duas avaliações contratadas: Evasão Escolar, que analisa a evasão de estudantes durante o Ensino Fundamental e Médio, a partir de diferentes atributos; Programa Via Rápida, que analisa, a partir dos dados cadastrais, a evasão dos inscritos nas diferentes modalidades de cursos oferecidos pelo programa.Também foram elaboradas avaliações pela equipe da própria secretaria, como a avaliação *ex-ante* que construiu cenários para a construção da proposta de ICMS Educacional Paulista. O resultado desta avaliação subsidiou a elaboração do projeto de lei enviado para a Assembleia Legislativa. Serão concluídos os seguintes trabalhos: a avaliação do Programa Fábricas de Cultura, da Secretaria da Cultura, e a primeira etapa do Diagnóstico do PPA, que reuniu indicadores sociais para subsidiar a elaboração do Plano Plurianual 2024-2027. Também estão em andamento avaliações de desenho de programas da Secretaria de Educação e da Saúde, que tem como objetivo analisar os programas que integram o PPA 2020-2023-atual, para desenvolver uma metodologia que permita instituir as avaliações de desenho na Coordenadoria de Planejamento e, por consequência, melhorar continuamente a qualidade dos instrumentos de planejamento. Subsecretaria de Gestão: Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH: A Unidade Central de Recursos Humanos, Órgão Central do Sistema de Administração de Pessoal, é responsável pelo planejamento, coordenação, orientação técnica e controle das atividades de administração de pessoal, no âmbito da Administração Direta e das Autarquias, nas áreas de planejamento, controle, seleção e desenvolvimento de recursos humanos, análise de legislações e estudos salariais. Coube ao órgão o desenvolvimento de projetos, ações e atividades a seguir discriminadas. Profissionalização e gestão de carreiras, com valorização da meritocracia. Participação na elaboração de projetos de lei aprovados no período: Área da Gestão Pública e Administração Geral: Lei complementar nº 1.373, de 30/3/2022 - Dispõe sobre os vencimentos e salários dos servidores que especifica, e dá providências correlatas; Lei complementar nº1.378, de 30/3/2022 - Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com a Lei nº 12.680, de 16/7/2007; Lei complementar nº 1.379, de 30/3/2022 - Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma queespecifica. Área da Educação: Lei Complementar nº 1.374, de 30/3/2022 - Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação. Participação na elaboração de minutas de decretos publicados: Área da Gestão Pública e Administração Geral: Decreto nº 66.850, de 15/6/2022 - Organiza a Controladoria Geral do Estado, criada pela Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021, e dá providências correlatas; Decreto nº 67.177, de 13/10/2022 - Altera o Subanexo I do Anexo I do Decretonº 66.850, de 15/6/2022, que organiza a Controladoria Geral do Estado; Decreto nº 65.594, de 25/3/2021 e Decreto nº 66.015, de 14/9/2021 - Prorroga o prazo previsto no § 1º do artigo 2º da Lei nº 17.293, de 15/10/2020-Extinção da SUCEN e DAESP. Área da Agricultura e Abastecimento: Decreto nº 66.530, de 25/2/022 - Altera o Decreto nº 66.417, de 30/12/2021, que reorganiza a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas. Área da Saúde: Decreto nº 66.710, de 9/5/2022 - Altera o Decreto nº 66.648, de 11/4/2022, que reorganizou a Coordenadoria de Recursos Humanos, da Secretaria da Saúde;

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

Decreto nº 66.760, de 20/5/2022 - Dispõe sobre a instalação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Novo Horizonte e dá providências correlatas. Secretaria de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde: Decreto nº 66.981 de 19/7/2022 - Organiza a Secretaria de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e dá providências correlatas. Secretariade Transporte e Logística: Decreto nº 66.663, de 14/4/2022 - Cria Quadro Especial em Extinção na Secretaria de Logística e Transportes. Área de Autarquias: Decreto nº 66.596, de 24/3/2022 - Cria a Faculdade de Tecnologia - FATEC de Registro, no Município de Registro; Decreto nº 66.664, de 15/4/2022 - Transfere servidores estatutários da SUCEN para o Quadro da Secretaria da Saúde.Participação na elaboração de projetos concluídos no período e em trâmite interno na administração: Área da Educação: SEDUC-EXP-2021/158923 - Regularização de Vida Funcional e Financeira - Lapso administrativo - Reorganização Decreto nº 57.141/2011; SEDUC-PRC-2020/26185 - Ato Normativo: Alteração do Decreto 65.348/2020 que identifica as unidades escolares da Secretaria da Educação que contarão com a função de Gerente de Organização Escolar; SEDUC-EXP-2021/104302 - PLC - Programa de Área de Autarquias. Ensino Integral: SEDUC-PRC-2021/49244 - Proposta de alteração daLei Complementar nº 1.144, de 11/7/2011; SEDUC-PRC-2020/51655 - Proposta de alteração do artigo 2º do Decreto nº 57.487/2011 - pagamento de horas-aula cursista EFAP. Área da Gestão Pública e Administração Geral: PGE-EXP-2020/03446 - Proposta de alteração legislativa - art. 2º do Decreto nº 33.174/91; SEGOV-EXP-2021/10605 - Número de referência: SEGOV-MEM-2021/00605 - Minuta deDecreto para organizar a Controladoria Geral do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021; SEGOV-PRC-2022/02335 - Minuta de decreto de reorganização da Pasta; SFP-EXP- 2021/89694 - Institui o Programa de Demissão Incentivada - PDI, a que se refere a Lei nº 17.293, de 15/10/2020; SFP-EXP-2021/46087 - Minuta de decreto de sub-rogação de contratos de trabalho, nos termos do artigo 4º da Lei nº 17.293/2020; SFP-EXP-2021/34720 - Prorroga o prazo previsto no § 1ºdo artigo 2º da Lei nº 17.293, de 15/10/2020-Extinção da SUCEN e DAESP; SFP-PRC-2021/15114 - Proposta de alteração do Decreto n° 62.648, de 27/6/2017, que institui e disciplina o teletrabalho no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo; Expediente SPG 1194522/2017 - Propõe a criação de Comissão Temporária para definir procedimentos e atualizar os gabaritos utilizados para avaliação, identificação e classificação de unidades e atividades insalubres. Área da Agricultura e Abastecimento: SAA-PRC-2021/10590 - Minuta de decreto - alteração do Decreto nº 66.417, de 30/12/2021; SAA-PRC-2021/10590 - Minuta de decreto - reorganização da SAA. Área do Desenvolvimento Regional: SDR-PRC-2020/00921 - Projeto de lei complementar estabelece atualização e diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo; SDE 2608756/2019 - GDOC 23752-576240/2019 - Anteprojeto de lei do quadro de pessoal técnico e administrativo da Faculdade de Medicina de Marília. Área Penitenciária: SAP-PRC-2020/37625 - Proposta de alteração do artigo 3º da Lei Complementar nº 1.247, de 27/6/2014, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 1.308, de 4/10/2017, que instituiu a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário DEJEP; SAP/GSAP/GS - Nº 729/2017-SG 250538/2018 - GDOC 23752- 178669/2018 - Minuta de Decreto - Altera a denominação do Centro de Detenção Provisória de Taiuva para Penitenciária de Taiuva, dispõe sobre sua organização; SAP Nº 71566/2022 - GDOC 29776- 3029/2022 - Minuta de Decreto - Altera a denominação do Centro de Detenção Provisória de Limeira para Penitenciária de Limeira, dispõe sobre sua organização; SAP 709/2017 - Proposta de alteração do Centro de Detenção Provisória ASP Sandro Ales da Silva de Serra Azul para Penitenciária ASP SandroAles da Silva de Serra Azul; SAP 112796/2022 - Proposta de alteração do Centro de DetençãoProvisória de Capela do Alto para Penitenciária II de Capela do Alto; SAP-PRC-2021/18039 - Minuta de Decreto - Cria e Organiza a Penitenciária I e II de Gália; SAP-EXP-2022/13904 - Minuta de Decreto - Proposta de reorganização do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Penitenciária; SAP-GS Nº 728/2017 - GDOC 23752-178728/2018 - Proposta de transformação do Centro de Detenção Provisória de Pontal em Penitenciária de Pontal; SAP-EXP-2022/14050 - Minuta de Decreto - Proposta de reorganização do Departamento de Administração da Secretaria da Administração Penitenciária; SAP-PRC-2021/20767 - Minuta de Decreto - Cria e organiza, no Departamento de Inteligência e Segurança da Administração Penitenciária DISAP, o Centro de Controle e Operações Penitenciárias CECOP. Área da Saúde: SES-PRC-2021/41818 - Proposta de alteração da Lei complementar nº 846, de 4/6/1998; SES-PRC-2022/03630 - Minuta de decreto - Concessão de gratificação, com base no inciso II do artigo 135 da Lei nº 10.261/68; SES-PRC-2021/09946 - Minuta de Decreto - criação de unidades na Coordenadoria de Recursos Humanos; SES- EXP-2022/04715 - Cessão de empregados da Universidade de São Paulo - Autarquia Especial -Hospital das Clínicas de Bauru, para Organização Social, através da Secretaria de Estado da Saúde; SES-PRC-2022/24793 - Poder Regulamentar - Minuta de Decreto - Criação de Unidade - Hospital Rotados Bandeirantes; SOG-EXP-2022/00091 - Anteprojeto da Lei Complementar nº1.093/2009; SES- PRC-2022/47420 - Proposta de inclusão de dispositivo à LC nº 1.093/09 - Prorrogação de Contratos; SES-EXP-2022/34118 - Inclusão de servidores e retificação de dados / Decreto nº 66.664, de 14/04/2022; SES-PRC-2022/05157 - Minuta de Decreto - Cria o Hospital Alto do Tietê subordinado à Coordenadoria de Serviços de Saúde, visando ampliar o acesso e os cuidados em saúde, de média e altacomplexidade ambulatorial junto à Rede Regional de Atenção à Saúde; SES-PRC-2022/08041 - Minutade Decreto - Comissão para fins de Estágio Probatório/Procedimento para implementação da AvaliaçãoEspecial de Desempenho; PCSP-PRC-2022/04489 - Minuta de Decreto - Criação da UGE da DelegaciaSeccional de Polícia de Praia Grande. Área da Fazendária: CC-EXP-2021/02301 - Solicita regularização no recebimento da PR e pelo estabelecimento do teto único no Estado de São Paulo; SFP-PRC-2021/09088 - Decreto de Reorganização - cumprimento do disposto no inciso II, do artigo9º, do Decreto 64.998/2020; SFP-PRC-2021/00534 - Minuta de Decreto - Regulamenta o Programa de Demissão Incentivada - PDI, a que se refere o artigo 26 da Lei nº 17.293, de 15/10/2020, e dá providências correlatas. Área da Segurança Pública: PMESP-EXP-2021/17935 - Anteprojeto de lei complementar - proposta de estabelecimento de requisitos para o ingresso de militares do Estado temporários; DGP nº 002086/2013 - Protocolo GS nº 4927/2013 GDOC 23752-87914/2020 Apensos 23752-87920/2020 - 1000967-8227/2021 - Minuta de decreto - altera dispositivo do Decreto nº 59.587/2013 que criou o Gabinete do Delegado Geral na Polícia Civil; PCSP-EXP-2021/26655 - Criação e instalação da Delegacia de Defesa da Mulher de Novo Horizonte; PCSP-PRC-2022/04356 - Minuta de decreto - Regulamenta o art. 59 da Lei nº 17.293/2020 - Contratação de policiais civis aposentados; SSP-EXP-2021/04255 - Apenso PCSP-PRC-2022/04356 - Minuta de Decreto - Regulamenta o artigo 59 da Lei nº 17.293, de 15/10/2020 - Contratação de policiais civis aposentados; PMESP-PRC-2022/15727 - Proposta de redução de interstício para promoção ao posto de 2º Tenente PM; SSP-EXP-2022/00955 - Minuta de Decreto - Alteração na estrutura organizacional da Polícia Militar; PCSP-PRC-2020/00537 - Minuta de Decreto - Criação de Delegacias Eletrônicas; PCSP-PRC- 2021/07236 - Minuta de Decreto - Criação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Ferraz de Vasconcelos; PCSP-EXP-2021/34386 - Minuta de Decreto - Criação da Delegacia da Mulher deFranco da Rocha; SSP-EXP-2020/03911 - Minuta de decreto - Alteração na estrutura organizacional da Polícia Militar; GDOC 23752-87914/2020 - APENSO 23752-87920/2020 - Criação do Gabinete do Delegado Geral; SPOG-EXP-2021/00029 - PLC nº 30/2020 - Inclui-se na Lei Complementar nº 1.224, de 13/12/2013, atualizada com a Lei Complementar nº 1.303, de 1/9/2017, a constituição do Quadro Auxiliar de Sargento da Polícia Militar, estabelecendo nova sistemática ao acesso do Quadro deSargento PM; SSP-EXP-2021/00417 - Reavaliação do adicional de insalubridade; SSP-EXP- 2021/01842 - Criação do 5º batalhão de polícia ambiental-5º bpamb, sediado em campinas; SPOG- EXP-2021/00234 - Projeto de Lei nº 826, de 2017 - Dispõe sobre a lotação mínima de servidores públicos estaduais do sexo feminino nas Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher; SPOG-EXP- 2021/00233 - Projeto de Lei nº 631, de 2020 - Dispõe sobre o Programa de Proteção à Policial Civil gestante e dá outras providências; SSP-EXP-2021/02717 - Proposta de redução de interstício para promoção ao posto de 2º Tenente PM. Área da Justiça e da Defesa da Cidadania: SJC-PRC-2022/00183 Minuta de Decreto - Implantação do CIC - Santana de Parnaíba; Área de Autarquias: SDE 2608756/2019 - Gdoc 23752-576240/2019 - Anteprojeto de lei do quadro de pessoal técnico e administrativo da Faculdade de Medicina de Marília; SDE-EXP-2021/00535 - Alteração da lei complementar 1.042/2008 que constitui o quadro de pessoal docente da FAMERP e institui plano de carreira e sistema retribuitório; CEETEPS-PRC-2021/07462 - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS - Expansão de Faculdades de Tecnologia - Criação da Fatec Registro; SDE-PRC-2021/00270 - Número de Referência: Prot: Famerp - 001 - 000847/2021 - Proposta para readequação do Prêmio de Incentivo a Produtividade dos funcionários enquadrados na Lei Complementar nº 1.130/2010: HCFMRP-EXP-2021/03750 - Proposta de alteração do Regulamentodo Hospital das Clínicas da FMRP-USP; SFP-PRC-2021/19090 - Criação de Quadro Especial. Análise de projetos envolvendo revisão salarial e/ou de instituições de classes e carreiras: projeções de custos- 205. Elaboração e/ou revisão de minutas de anteprojetos de leis complementares e de leis – 73 Gestão de pessoas e de recursos humanos: Projetos e ações em andamento: RH–Folh@ - Decreto n. 55.209/2009: Contrato referente à fase 2 do projeto assinado em dezembro de 2021, fase esta que tem previsão de ser concluída em 15 meses, após assinatura do contrato, o número do processo de contratação no SP-SemPapel é o SFP-PRC-2021/20461; Estágio do projeto por parte da UCRH: No exercício de 2022-Fase 2, foram realizados a especificação dos seguintes temas: Desligamento; Reingresso; e em andamento Cargo/Classe; Ingresso Temporário; Designação; FSP/FTC/FCL; Agente Político e Ascensão Funcional. Avaliação de Pessoal: Instrução CRHE nº 01, de 27/1/2021 - Avaliação de Desempenho - Lei Complementar nº 1.080/2008; Instrução CRHE nº 02, de 27/1/2021 - Avaliação de Desempenho 2021 - Lei Complementar nº 1.157/2011. Redes Sociais e Sistemas Integrados de Apoio - Vclipping: HTTP://www.recursoshumanos.sp.gov.br/vcclipping. A legislação pertinente de RH do Estado de São Paulo é disponibilizada em tecnologia Wiki, a qual possibilita uma inserção da legislação de forma mais ágil e dinâmica. Total de visualizações no exercício até 17/11/2022: 2.359.899; Total de normas publicadas no Portal exercício até 17/11/2022: 52. Total de normas disponibilizadas até 17/11/2022: 6.427. Site http://www.recursoshumanos.sp.gov.br: número de acessos: 713.998. - Sistema de Cadastro de Cargos e Funções-Atividade - SICAD - Decreto nº 50.881/06: Coordenação e orientação técnica aos setoriais de recursos humanos quanto à manutençãodo Sistema. Quantidade de cargos, funções–atividades e empregos públicos informados e mantidos pelos setoriais de recursos humanos: 627.366. Extinção de cargos/funções–atividades/empregos públicos até 18/11/2022: 4.519. Quantidade de cargos, funções–atividades e empregos públicos com previsão de extinção na vacância até 11/11/2021: 34.976. - Manutenção de Sistemas e Informações geradas: Auxílio Alimentação: manutenção e acompanhamento da apuração do benefício junto aos sistemas de folhas de pagamento, contando em média com: servidores beneficiados: 281.575; vales distribuídos: 4.666.147; custo mensal: R$ 53.623.923,08; Recadastramento: Monitoramento, orientação do Sistema de Recadastramento de servidores e militares ativos, da administração direta, autarquias e fundações. Recadastraram-se 511.607 servidores de 1/1 a 18/11/2022; Emissão de relatórios diversos: contidas no Banco de Informações Referentes a Pessoal, Reflexos e Encargos Sociais do Estado - bancão-Folha de pagamento, Sistema de Recadastramento, Sistema do Auxílio Alimentação, Sistemade Cargos: 1.220; Atendimento a correios eletrônicos até 17/11/2022:Fale Conosco Auxílio Alimentação: 1.450; Fale Conosco: 1.035; E-mails: 397; SIC: 44. - Atividades de Rotina: Análises e Avaliações Técnicas: Análises Técnicas: Recebemos 37 solicitações de análise para abertura de concurso público e aproveitamento de remanescentes e cargos e preenchimento de funções-atividades, por meio do Sisaut - Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado; Editais de Concurso Público: Foram analisados 39 expedientes de minutas de editais paraabertura de concursos públicos; Mobilidade funcional: Foram analisadas 80 solicitações de transferências de cargos/funções-atividades, sendo 23 Informações e 23 Despachos. Houve publicação de 9 autorizações, sendo 8 Decretos e 1 Resolução, referentes a 822 vagas; Autorizações de Concurso Público/Contratação por Tempo Determinado/Aproveitamento de Remanescentes; Publicações: Asautorizações governamentais para abertura de concurso público que foram publicadas mediante 18 Despachos do Governador no Diário Oficial do Estado, somando-se 29.190 vagas, distribuídas na seguinte conformidade:

Modalidade	*Quantidade de vagas*
Abertura de Concurso Público	25.604
Contratação por Tempo Determinado	77
Abertura de Concurso Público / Aproveitamento de Remanescentes	58
Aproveitamento de Remanescentes	1.442
Provimento de cargos	2.009
Total	29.190

Classificação Pro labore: Foram analisadas duas solicitações sobre pro labore, sendo uma para Incorporação da Gratificação pro labore e uma para classificação de função de serviço público; Prestação de Serviços Extraordinários: foram analisadas catorze solicitações para prorrogações e ou convocações de servidores; Manifestações Técnicas e Orientações Expedidas-Informações, Ofícios, Memorandos, Comunicados, Instruções, Despachos e Orientações por correio eletrônico:1.629- Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME: O Departamento de Perícias Médicas do Estadotem como principal atribuição realizar perícias médicas nos servidores públicos estaduais paulistas, para fins de ingresso no serviço público, pré-avaliação de candidatos declarados com deficiência, licença médica, readaptação funcional, aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, aposentadoria especial por deficiência, isenção de imposto de renda/contribuição previdenciária, avaliação de capacidade laborativa e perícias em servidores de outros Estados, além da análise de processos de acidente de trabalho e de insalubridade. Cabe também ao DPME decidir sobre pedidos de reconsideração das decisões periciais, bem como proceder à realização de perícias para instrução de processos judiciais ou administrativos. Finalmente, o Departamento tem como competência subsidiar a formulação de políticas de promoção da saúde ocupacional e controle do absenteísmo do servidor estadual, disponibilizando as informações relacionadas aos afastamentos dos servidores públicos do exercício de suas atividades às autoridades competentes. - Atividades Periciais: entre janeiro e outubro, o DPME realizou 215.908 perícias médicas e emitiu 53.703 laudos e pareceres, assim

distribuídos quanto a sua finalidade: Fonte: E-Sisla/DPME.

ATIVIDADE PERICIAL 2022	PERÍCIAS				LAUDOS E PARECERES						TOTAL
	Licença Saúde	Ingresso	Capacidade Laborativa	Outro Estado	Aposentadoria	Isenções IR/Prev.	Readaptação	Insalubri	Recurso de Ingresso	Acidente de Trabalho	
Jan	11.169	330	2	3	58	23	1.253	4.500	6	78	17.422
Fev	17.198	894	0	1	299	10	721	2.939	6	187	22.255
Mar	20.532	870	1	0	159	29	218	7.153	6	327	29.295
Abr	17.169	582	4	2	120	33	31	8.035	5	458	26.439
Mai	26.354	588	1	1	206	47	18	18.692	7	597	46.511
Jun	27.189	3.432	1	0	241	27	6	1.245	10	414	32.565
Jul	16.913	3.870	2	0	85	7	6	847	10	461	22.201
Ago	23.866	3.741	3	0	153	20	11	498	41	442	28.775
Set	23.718	456	5	0	147	27	265	450	44	323	25.435
Out	16.755	252	4	0	270	27	58	1.191	21	135	18.713
TOTAL	200.863	15.015	23	7	1.738	250	2.587	45.550	156	3.422	269.611
	215.908				53.703						

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

No mesmo período, foram também analisados 26.414 pedidos de reconsideração, respondidas 202 demandas da Ouvidoria/SIC e realizados 1157 atendimentos psicológicos, além de 6.326 atendimentos presenciais a servidores públicos, bem como 749 vistas de prontuário e 21.940 atendimentos telefônicos. Com a edição do Decreto nº 65.964/2021 o DPME passou a realizar perícia para avaliação biopsicossocial para fins de aposentadoria especial para servidores com deficiência. Até o momento, foram solicitadas 93 avaliações, das quais 83 já foram realizadas. - *E-mails* Corporativos: a disponibilização de *e-mails* corporativos, referentes aos diversos setores do DPME, possibilitou que grande parte das demandas por informações, que anteriormente eram prestadas aos servidores que compareciam ao Departamento, passassem gradualmente a serem resolvidas pela via digital, conferindomaior agilidade ao atendimento. Segue abaixo a relação desses *e-mails*, através dos quais foramatendidas 27.535 demandas, entre os meses de janeiro a outubro do corrente exercício:

E-mails Corporativos	
periciasacidentedetrabalho@sp.gov.br	2.840
periciasaposentadoria@sp.gov.br	3.881
periciasatendimento@sp.gov.br	4.718
periciasingresso@sp.gov.br	3.431
periciasinsalubridade@sp.gov.br	690
periciasmedicas@sp.gov.br	2.216
periciasoutroestado@sp.gov.br	73
perícias pcd@sp.gov.br	09
periciasreadaptacao@sp.gov.br	2.491
periciasreconsideracao@sp.gov.br	5.390
prontuariosmedicos@sp.gov.br	1.087
judiciaisdpme@sp.gov.br	394
dpmeast@sp.gov.br	170
suporte.dpme@sp.gov.br	145
TOTAL	27.535

Aprimoramento das Atividades: internamente, promove-se contínua análise do fluxo das atividades e dos procedimentos adotados, viabilizando a identificação de pontos críticos e alternativas de intervenção, tendo por objetivo conferir o máximo de controle, eficiência e agilidade aos serviços prestados. Dando continuidade à parceria iniciada em 30/10/2012, encontra-se vigente Convênio entrea Secretaria de Orçamento e Gestão - SOG e o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, com vigência de 1/4/2021 a 30/9/2023, garantindo o atendimento descentralizado no interior e na Região Metropolitana de São Paulo, através de 76 polos, 14 dos quais especificamente destinados às avaliações de readaptação funcional, que necessitam de médicos especialistas nas patologias relacionadas ao seu atendimento. Conta-se atualmente com 392 médicos credenciados, que atuam em 178 clínicas conveniadas, garantindo locais de perícia mais próximos à sede de exercício dos servidores do Estado, permitindo significativa redução no prazo médio de dias transcorridos entre a solicitação da perícia e a publicação dos resultados no Diário Oficial do Estado. Cabe reiterar que, mesmo com a descentralização das perícias médicas, o DPME é responsável pela decisão final e pela publicação do resultado das perícias, zelando pela qualidade do serviço prestado. Capacitação: Foi realizado, na data de 23/3/2022, mais um evento de Capacitação para Realização de Perícia Médica do DPME, promovido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME, com a participação de 31 médicos, com o objetivo de garantir que a atuação dos profissionais médicos credenciados obedeça aos requisitos e protocolos periciais previstos no âmbito do Convênio entre SOG/DPME e IAMSPE. Ainda com as restrições impostas pela pandemia da COVID 19, optou-se por ministrar palestras no próprio DPME, para um número limitado de médicos credenciados, que compareceram presencialmente, e contamos com o acompanhamento de forma virtual de representantes das Clínicas conveniadas. O evento foi gravado, com a finalidade de facilitar o repasse do treinamento a todos os credenciados. Com duração de 05 horas, o evento contou com a presença de 126 médicos, quereceberam o devido Certificado de Participação. Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde – CAAS: A Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde - CAAS tem como atribuição avaliar a concessão de readaptações funcionais, sugeridas pelo DPME, elaborar o rol de atividades do servidor que será readaptado e avaliar os recursos interpostos ao Subsecretário de Gestão, referentes às perícias médicas de licença saúde e ingresso. Atividades desenvolvidas entre janeiro e outubro; Readaptação Funcional: Foram analisados 3.742 Laudos de Readaptação Funcional, sendo 1.057 novas readaptações, 2.218 readaptações mantidas e 467 readaptações cessadas. Rol de Atividades: Foram emitidos 3.275 róis de atividades de servidores readaptados; Recursos: Analisaram-se, nesse período, 6.371 recursos interpostos ao Subsecretário de Gestão, dos quais foram deferidos 2.028 recursos e tiveram parecer contrário 4.327 solicitações. *E-mail*s Corporativos: Atendemos, através do *e-mail* corporativo periciasrecurso@sp.gov.br, 1.000 demandas recebidas. Informatização: foi concluída a informatização do processo de solicitação de recursos, apresentando os mesmos resultados positivos já conquistados pela informatização de processos anteriores, sempre com o objetivo de conferir o máximode controle, eficiência e agilidade aos serviços prestados e encontra-se em andamento o processo de informatização de readaptação funcional. Colegiado: o Colegiado é composto por sete membros, com representação das diversas Secretarias, e é presidido pelo representante da Secretaria de Orçamento e Gestão - SOG. São realizadas semanalmente duas reuniões, às quartas-feiras. Nesse período, realizamos 43 reuniões para análise das solicitações de recurso e 43 para análise das readaptações funcionais, totalizando 86 reuniões no período de janeiro a outubro deste ano. Coordenadoria De Gestão - Departamento de Desenvolvimento Institucional - DDI: As atribuições do DDI estão estabelecidas pelo artigo 51 do Decreto nº 66.017, de 15/9/2021, e podem ser classificadas em três conjuntos distintos, porém, complementares, de atividades: acompanhar a temática da estrutura organizacional do Estado de São Paulo, apoiando os órgãos e entidades na modelagem de suas propostas de mudança, emitindo pareceres sobre os processos de reestruturação administrativa e mantendo atualizadas as informações disponibilizadas no Perfil da Administração Pública Paulista; participar da política de remuneração por resultados como assessoria técnica, orientando os órgãos e entidades do Poder Executivo e as instâncias decisórias; analisando tecnicamente e propondo encaminhamento, às comissões, dos indicadores, critérios de apuração e avaliação e metas propostas pelos órgãos e entidades; e acompanhando e validando a apuração do valor efetivo do indicador e o índice de cumprimento de meta obtido; atuar em conjunto com órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica, visando melhorar os resultados dos serviços e políticas públicas, com foco nas práticas de gestão das organizações, na otimização e simplificação dos processos, na melhoria da formulação de programas governamentais e na promoção de boas práticas em transparência. Quanto à temática da estrutura organizacional, o quadro abaixo registra os órgãos apresentaram propostas de mudanças, e que foram objeto de apoio técnico, reuniões e pareceres emitidos pelo DDI:

Órgão	*Alteração Organizacional*
Controladoria Geral do Estado	• Criação da Controladoria Geral do Estado
CEETEPS	• Criação da FATEC de Registro
Secretaria de Educação	• Criação da Escola Estadual Indígena Aldeia Ma`Endu` a Porã, contemplada pela Diretoria Regional de Ensino de Registro
Secretaria de Saúde	• Criação do Hospital Regional Rota dos Bandeirantes • Proposta de alteração do Regulamento do Hospital das Clínicas da FMRP-USP • Criação do Hospital das Cínicas da FMRP-USP • Coordenadoria de RH • Transferência de um Departamento Regional de Saúde
Secretaria da Segurança Pública	• Criação de Delegacia de Defesa da Mulher em Ferraz de Vasconcelos • Criação de Delegacia de Defesa da Mulher em Franco da Rocha • Criação de Delegacia de Defesa da Mulher em Novo Horizonte • Implantação da Comissão de Saúde do Trabalhador (COMSAT) • Criação das 1ª e 2ª Delegacias de Polícia Eletrônicas; • Criação da Delegacia de Polícia de Combate a Crimes de Fraude Documental e Biometria, vinculadas à Assistência Policial do Departamento Transferência do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro para a Divisão de Inteligência Policial (DIP/Dipol). • Criação da Delegacia de Polícia Especializada de Investigações Criminais, na Delegacia Seccional de Polícia de Praia Grande • Análise do Projeto de Lei Complementar estabelece atualização e diretrizes para a Organização Regional da SSP no Estado de São Paulo
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	• Organização da Coordenadoria de Fauna Silvestre
Secretaria de Administração Penitenciária	• Adequação e reestruturação do Centro de Detenção Provisória de Capelado Alto • Alteração da Designação do Centro de Detenção Provisória de Itatinga • Alteração da Designação do Centro de Detenção Provisória de Limeira • Alteração do Centro de Detenção Provisória de Pontal • Alteração do Centro de Detenção Provisória “ASP Sandro Alves daSilva” de Serra Azul • Alteração do Centro de Detenção Provisória de Taiúva • Criação das Penitenciárias de Gália I e II • Reorganização do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria daAdministração Penitenciária • Reorganização do Departamento de Administração da Secretaria daAdministração Penitenciária
Secretaria de Desenvolvimento Regional	• Criação da Agência de Desenvolvimento Regional • Instituição do Programa "Canal Direto SP + Perto"
Secretaria de Cultura e Economia Criativa	• Criação da “São Paulo Escola de Dança Ismael Ivo– Centro de Coreografia e Performance”, • Criação do equipamento cultural Museu das Culturas Indígenas

Ainda no campo das Estruturas, teve continuidade a alimentação de dados do sítio eletrônico Perfil da Administração Pública Paulista - http://perfil.sp.gov.br. Trata-se de trabalho que se iniciou em 1978, com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP e cujo objetivo é a manutenção e atualização das informações sobre as estruturas administrativas e organizacionais do Governo doEstado - organogramas, legislação, atribuições e níveis hierárquicos dos órgãos e entidades da administração pública paulista. Com o objetivo de tornar o sistema mais moderno, responsivo etransparente, o DDI está desenvolvendo, com atuação da Prodesp, o projeto *Perfil 2.0,* com novas funcionalidades e tecnologia adequada. No campo da Bonificação por Resultados, o DDI, além de ser responsável pela orientação e suporte aos órgãos e entidades do Poder Executivo e das instâncias decisórias, também tem o papel de elaborar pareceres técnicos nos dois principais momentos doprocesso de pactuação de metas e indicadores e apuração de resultados alcançados. Por meio da Lei Complementar 1.361, de 21/10/2021, a política de Bonificação foi ampliada aos servidores em exercício nas Secretarias de Estado, na Procuradoria Geral do Estado, na Controladoria Geral do Estadoe nas Autarquias, com excetuando os ocupantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, os integrantes da carreira de Procurador do Estado e os servidores em exercício nas Universidades estaduais. Com isso, a equipe do DDI dedicada ao assunto engajou-se em importantes atividades de desenvolvimento de sistema eletrônico, elaboração de materiais de apoio - tais como manuais e conteúdos formativos e formulação de banco inicial de indicadores. Foram apresentadas 30 propostas, considerando-se separadas as propostas da Secretaria da Casa Civil e da Secretaria de Governo. Foram apresentados 163 indicadores globais - média de 5,26 indicadores por proposta. Nesse contexto da novaLei, o DDI produziu Notas Técnicas relativas ao processo de pactuação de metas e indicadores dos seguintes órgãos e entidades autárquicas: Secretaria de Estado: Casa Civil, Controladoria Geral do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Administração Penitenciária - SAP, Secretaria da Agricultura e Abastecimento-SAA, Secretaria de Cultura e Economia Criativa - SCEC, Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SDPcD, Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS, Secretaria da Educação - SEDUC, Secretaria de Fazenda e Planejamento - SEFAZ, Secretaria de Governo - SEGOV, Secretaria de Esportes - SESP, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA, Secretaria da Justiça e Cidadania - SJC, Secretaria de Logística e Transportes - SLT, Secretaria de Orçamento e Gestão-SOG, Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM. Autarquias: ARSESP, ARTESP, CEETEPS, DAEE, DER, DETRAN, FAMEMA, IAMSPE, IMESC, JUCESP, SPPREV. No eixo de melhoria de resultados de serviços e políticas públicas, o DDI desenvolveu os seguintes produtos: Sistematização de metodologia para mapeamento e melhoria de processos, composta pelos seguintes instrumentos: diagnóstico organizacional, construção da árvore de macroprocessos e processos, cadeia de valor, arquitetura de processos e definição de prioridades; mapeamento dos processos priorizados. Elaboração dos diagramas SIPOC, Tartaruga e o desenho do fluxo dos processoscom notação BPMN; melhoria dos processos priorizados; implantação dos processos redesenhados. Elaboração de modelo de capacitação para treinar futuros parceiros na aplicação da metodologia de mapeamento e melhoria de processos. Aplicação da metodologia de mapeamento e melhoria de processos nos seguintes órgãos: Departamento Central de Transportes Internos-DCTI, da Coordenadoria de Estado de Patrimônio Público, da Secretaria de Orçamento e Gestão; Departamento de Desenvolvimento Institucional-DDI e Departamento de Normas e Procedimentos-DNP, da Coordenadoria de Gestão, da Secretaria de Orçamento e Gestão. Departamento de Normas e Procedimentos - DNP: As atribuições do Departamento de Normas e Procedimentos estão estabelecidasno artigo 52 do Decreto nº 66.017, de 15/9/2021, quando foi criado, e podem ser classificadas em dois conjuntos distintos e complementares de atividades: contratações e compras públicas, propondo melhorias de processos, inclusive envolvendo a questão do Plano de Compras Anual - PCA, contratações sustentáveis, passagens aéreas, entre outras; atuar na melhoria de processo, desenvolvendoe articulando uma rede de boas práticas, desenvolvendo indicadores finalísticos, dentre outras atividades. Dentre as atividades em desenvolvimento podemos citar: análise de dados de compras públicas, para apoiar a tomada de decisão e propondo revisão de processos; diagnóstico da área de compras públicas estaduais; Diagnóstico e proposição de ações na área de contratações sustentáveis; levantamento dos sistemas informatizados que envolvem dados das compras públicas; coordenar e apoiar o Grupo de Trabalho - Resolução SOG/SG/PGE, de 27/9/2021, que dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar estudos e proposta de disciplina com vistas à aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da LF 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

- NLLC, e dá providências correlatas e a Resolução Conjunta SOG/SG/SH/PGE 1, de22/7/2022, que é continuidade do GT instituído pela resolução citada anteriormente. Assim, o departamento possui uma estrutura de atividades, em sua maior parte analíticas e propositivas, voltadas para a área de compras e contratações. Uma de suas principais atividades nessa área é o apoio e a coordenação do GT que propõe a regulamentação da NLLC, que possibilita a confecção de propostasde atos normativos relativos à implementação da nova normativa nacional, ao mesmo tempo em que permite a reavaliação e a modernização de práticas e processos existentes. Até o presente momento já foram propostas 11 minutas de decreto com regulamentação da NLLC para o Governo do Estado deSão Paulo, dentre elas podemos citar: pregão eletrônico, sanções administrativas, dispensa de licitações etc. Além disto, o DNP tem eivado esforços para ampliar as redes de atores que envolvem as suas atribuições, para maior eficiência, focando em um primeiro em diagnosticar a área de compras públicasno estado, ao mesmo tempo em que vai subsidiando a tomada de decisão para melhorar os respectivos processos e políticas públicas envolvidas. O DNP também tem procurado outros atores relevantes para tratar do tema de Compras Públicas, tendo feito reuniões com setoriais, tratado com a EGESP sobre a necessidade de capacitação e desenvolvendo em parceria com eles o 1º Fórum Paulista de Compras Públicas. Neste sentido o DNP realizou reuniões com a Escola de Governo de São Paulo - EGESP para informar a necessidade de capacitação do Agente de Contratação, bem como desenvolveu em parceria com eles o 1º Fórum Paulista de Compras Públicas, realizado em novembro de 2022. Além disto, realizou consulta interna-secretarias, autarquias e fundações, sobre as minutas de decretos propostas pelo GT-NLLC para dar ciência às demais secretarias sobre o que estava sendo construído, bem como dar maior legitimidade à nova regulamentação. Coordenadoria de Compras Eletrônicas - CCE: A CCE apresentou os seguintes resultados no período de janeiro a outubro/2022:Bolsa Eletrônica de Compras

–Sistema BEC/SP-fonte IBEC:

Modalidades BEC	*Quantidade*		*Valor Negociado (R$)*	*Economia (%)*
	Oferta de Compra	*Item*		
Pregão Eletrônico	23.847	120.000	26.890.606.992,73	28,04 %
Convite Eletrônico	15.445	76.864	175.329.323,34	30,03 %
Dispensa de Licitação	7.277	18.839	27.549.838,91	31,91 %
Total	*46.569*	*215.703*	*27.093.486.154,98*	*28,06 %*

Convênios: 20 municípios aderiram ao Sistema BEC/SP totalizando 284 unidades compradoras conveniadas. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP: 105.607 empresas cadastradas, das quais 43.427 correspondem a Micro e Pequenos Empreendedores - MPE. e- Sanções: foram aplicadas 2.762 penalidades. Cadastro de Serviços Terceirizados - CADTERC: publicação de 1.283 preços referenciais, 15 estudos técnicos de serviços terceirizados, 6 estudos específicos e 3 manuais orientativos - Manutenção Predial, Manutenção de Veículos e Assessoria de Imprensa. Catálogo de Materiais e Serviços:

Discriminação	*Quantidade*
Itens de Materiais	146.804
Itens de Serviços	11.961
Itens Socioambientais	2.257
Itens de Saúde	46.223
Itens Metroferroviários	6.278
Total	158.765

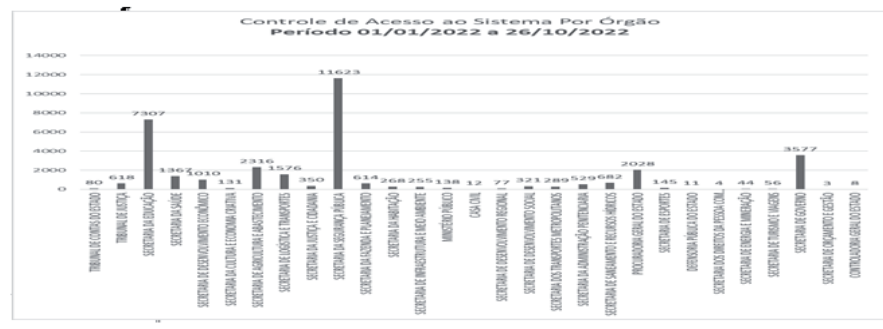
Foi dada continuidade do novo portal de compras eletrônicas do Estado, bem como o desenvolvimento da Dispensa de Licitação, Pregão Eletrônico e e-GRP - Registro de Preços Eletrônicos, com objetivo deatender à Lei 14.133/2021 - nova lei de licitações e contratos. Destaca que a Bolsa Eletrônica de Compras - BEC/SP recebeu a recertificação da Norma NBR ISO 9001:2015 do Organismo Nacional deCertificação - ONC.

Coordenadorias: Coordenadoria de Patrimônio do Estado - CPE: I - Eixo Institucional: Implementação de medidas que já haviam sido identificadas, analisadas e elaboradas na gestão do ano anterior. Com a edição do Decreto nº 66.017 de 15/9/2021, a Coordenadoria de Patrimônio do Estado, tornou-se Unidade Orçamentária - 530103, buscando autonomia para elaboração das licitações e contratos. A dotação orçamentária inicial no exercício, do Programa de Trabalho 04.122.5100.5533 - Coordenadoria de Patrimônio do Estado foi liberado no montante de R$ 3.308.085,00. Tendo em vista as inúmeras atribuições da Coordenadoria e a urgência na elaboração de laudos de avaliação de valor de mercado, vistorias, levantamentos topográfico, apoio técnico as licitações, apoio a gestão patrimonial, apoio à regularização fundiária, estudo técnico ambiental, estudo de potencial construtivo, elaboração de projetos de engenharia, serviços de investigação ambiental, trabalhos técnicos sociais, entre outros, o que gerou a contratação dos serviços técnicos especializados com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, no valor total de R$ 30.155.875,00 sendo o valor para o exercício o importe de R$ 12.056.301,32. No Programa de Trabalho da Gestão de Tecnologia de Informação, a CPE está com processo de contratação de sistema de informática para a modernização do SGI - Sistema de Gerenciamento de Imóveis, com georreferenciamento de aproximadamente 36.000 imóveis, bem como a contabilização e depreciação dos mesmos, incluindo taxas e tributos a inerentes a eles, com a facilidade de acesso de aplicativos em aparelhos móveis em tempo real, o que facilitará a diminuição de imóveis locados e o compartilhamento de imóveis, com vistas a atender demanda do Tribunal de Contas e à Portaria nº 548 de 24/9/2015 do Ministério da Fazenda, contrato esse no importe de R$ 11.273.390,99 com previsão para o exercício de 2022 de R$ 6.673.097,91. Tendo em vista as suplementações para atendimento do exercício, em especial as demandas em tela, a dotação atual suplementada da Coordenadoria disponível é de R$ 21.689.398,83.



Fonte SIGEO

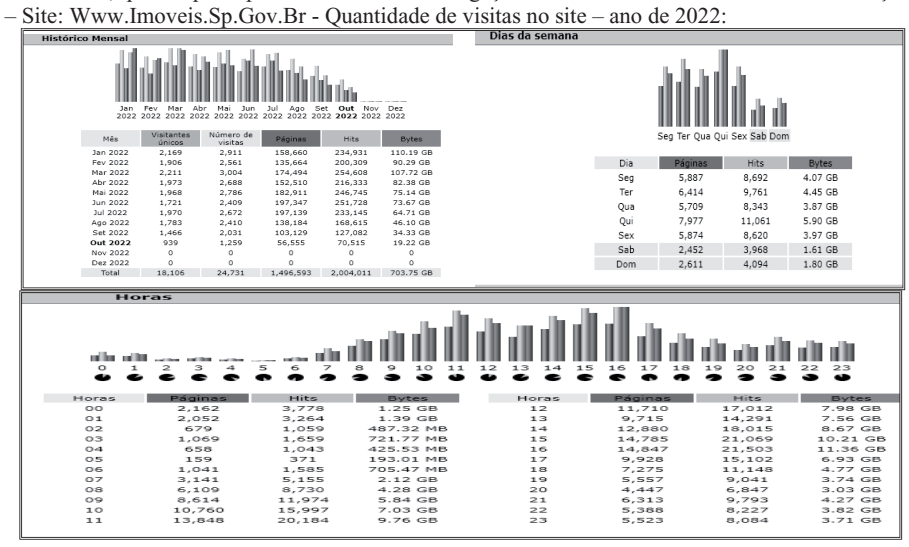
Continuidade da articulação com os órgãos integrantes do SGPI e demais órgãos e entidades públicos; efetivação de pesquisas e mapeamentos de ativos imobiliários para uso racional e eficiente do patrimônio, sempre zelando pelos sistemas de informações e canais de atendimento. Iii)Elaboração de novo contrato para contratação de sistema de informática para modernização do sistema do SGI com georreferenciamento, contabilização e amortização dos bens imóveis, acesso por aplicativo em celular com vistas a agilizar o atendimento a rede de usuários, treinamento *on line*.



Secretaria	Janeiro	Fevereiro	Marco	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro *
08000 - Secretaria Da Educacao	360.042,16	574.262,09	769.095,66	620.180,30	575.993,87	659.733,62	660.295,43	640.583,53	754.294,41	553.101,07
09000 - Secretaria Da Saude	1.120.806,77	1.065.207,68	2.080.908,80	1.023.258,29	1.520.401,40	1.417.947,10	2.784.065,82	1.582.708,52	704.431,51	1.422.426,68
10000 - Secr. Desenv. Economico	446.092,02	529.406,98	1.097.024,30	368.420,47	905.151,22	655.726,40	412.091,22	929.583,69	702.862,89	345.126,92
12000 - Secretaria Da Cultura E Economia Criativa	68.935,01	68.889,67	93.640,82	44.770,61	53.923,91	88.204,50	34.765,59	127.731,42	43.680,19	
16000 - Secretaria De Logistica E Transportes	2.814,47	15.033,93	6.365,10	6.315,60	6.315,60	10.616,40	6.930,00	6.930,00	6.930,00	6.930,00
17000 - Sec.Da Justica E Cidadania	54.715,47	442.873,53	373.344,18	358.584,65	352.406,87	332.170,60	376.729,15	370.846,09	328.921,72	212.996,58
18000 - Secretaria Da Seguranca Publica	1.059.806,26	3.824.296,73	3.844.907,41	4.084.588,55	3.474.842,05	4.368.264,57	3.763.817,64	3.864.361,73	4.239.613,39	3.277.445,19
20000 - Secretaria Da Fazenda E Planejamento	4.000,00	133.023,45	128.437,79	132.437,79	136.437,79	132.437,79	132.437,79	132.437,79	132.437,79	150.353,27
26000 - Secretaria De Infr. Meio Ambiente	19.208,69	42.618,06	41.182,85	36.543,55	29.391,90	51.290,22	40.129,27	40.129,27	52.753,06	22.755,94
28000 - Casa Civil	60.284,04	60.284,04	60.284,04	60.284,04	60.284,04	60.284,04		60.284,04	130.213,52	65.106,76
29000 - Secretaria De Desenvolvimento Regional	10.633,10	23.294,65	23.288,65	25.755,14	24.442,57	25.545,14	25.251,73	26.250,42	26.274,98	19.225,82
35000 - Secretaria De Desenvolvimento Social	20.516,20	84.612,58	93.690,95	95.809,98	95.770,88	95.085,62	106.243,46	93.776,32	100.725,20	100.087,03
37000 - Secretaria Dos Transportes Metropolitanos			46.127,85	46.127,85	46.127,85	46.127,85	344.057,88	45.810,14		
38000 - Secretaria Administracao Penitenciaria		7.860,79	7.860,79	8.039,94	8.039,85	8.039,85	8.039,85	8.039,85	8.039,85	8.039,85
40000 - Procuradoria Geral Do Estado		314.105,31	99.559,02	60.664,58	82.326,26	82.326,26	111.613,87	27.757,26	62.879,04	64.620,73
41000 - Secretaria De Esportes		29.816,62	34.440,39	30.055,60	41.845,56	33.637,74	29.714,52	38.471,71	33.203,71	33.203,71
51000 - Secretaria De Governo		2.389,42	133.265,37	2.389,42	273.281,87	115.942,11	130.337,70	171.721,73	335.881,60	206.920,15
53000 - Secretaria De Orcamento E Gestao		84.759,84	84.759,84	84.759,84	87.656,52	95.365,76	91.507,59	91.507,59	91.507,59	91.507,59
Total	3.227.854,19	7.302.735,37	9.018.183,81	7.088.986,20	7.774.640,01	8.278.745,57	9.058.028,51	8.258.931,10	7.754.650,45	6.579.847,29

* outubro até 21/10/2022 - Dados somente do Poder Executivo

Em relação à área de tecnologia, tivemos aumento no acesso no sistema do Site Imóveis SP, que é o principal instrumento de divulgação de venda de imóveis do Estado. Visitações – Site: Www.Imoveis.Sp.Gov.Br - Quantidade de visitas no site – ano de 2022:



Com relação aos acompanhamentos e análise de solicitação, foram realizados 828 encaminhamentos, relativos aos seguintes temas: Desmobilização: 291; Locação: 30; Outorga: 213; Outros-demolição, tributos, entre outros: 225; Regularização: 69.

Mês	*Desmobilização*	*Locação*	*Outorga*	*Outros*	*Regularização*	*Total Geral*
Janeiro	36	3	35	36	9	119
Fevereiro	38	2	25	51	8	124
Março	40	2	19	13	10	84
Abril	23	1	9	11	5	49
Maio	34	5	29	21	14	103
Junho	53	4	41	28	5	131
Julho	23	7	25	18	5	78
Agosto	19	4	13	26	5	67
Setembro	25	2	17	21	8	73
Total Geral	*291*	*30*	*213*	*225*	*69*	*828*

Eixo Desmobilização: dando continuidade ao extenso levantamento dos ativos imobiliários não utilizados pelos órgãos do Estado e prosseguindo à análise dos imóveis com potencial de desmobilização pela equipe técnica da CPE, foram disponibilizados para alienação 5 imóveis até a presente data, por meio de 2 procedimentos licitatórios na modalidade Concorrência, perfazendo um total de R$ 30.618.500,00 com alienação de 3 imóveis, conforme informações a seguir: Concorrência 01/2022**:** 1 imóvel licitado; 1 vendido no montante de R$ 28.500.000,00. Condições de pagamento: 50% sinal, até 6 parcelas, com juros de 6% a.a. - IPC-FIPE, localizado à Rua Perua nº 1472, Vila Mariana, Ribeirão Preto/SP.Concorrência 02/2022: 4 imóveis licitados, sendo: 2 vendidos -homologação e adjudicação suspensa, em razão de interposição de recurso

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

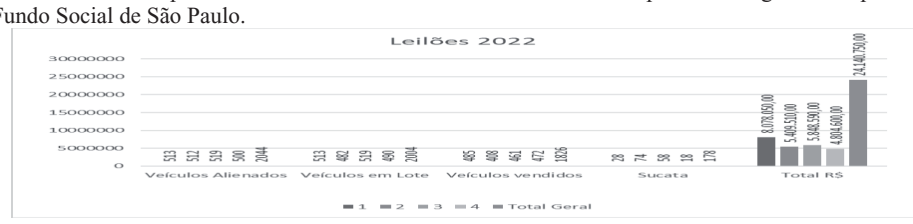
administrativo R$ 2.118.500,00. Condições de pagamento: 20% sinal, até 36 parcelas, juros de 6% a.a. - IPC-FIPE, localizado à 1 - Avenida Ezequiel da Silva Barreto, nº 400, Porto Novo, Caraguatatuba/SP. Rua José Vieira de Freitas Lins, s/nº, Porto Novo, Caraguatatuba/SP.Licitações-2022, com a venda efetiva de 01 imóvel, obtivemos o total de R$28.500.000,00

Ano	*Quantidade de Imóveis Ofertados*	*Valor da Avaliação dos Imóveis*	*Quantidade de Imóveis Vendidos*	*Valor de Venda*
2019	34	R$ 72.361.700,00	13	R$ 47.697.100,00
2020	82	R$ 266.125.150,00	40	R$ 148.977.194,00
2021	54	R$ 100.437.400,00	13	R$ 10.320.300,00
2022	5	R$ 31.082.000,00	1	R$ 28.500.000,00
TOTAL 2019-2022	*175*	*R$ 470.006.250,00*	*67*	*R$ 235.494.594,00*

Ainda está prevista a realização de ao menos 1 licitação, na modalidade Concorrência, de um imóvel localizado em São Paulo/SP, com expectativa de arrecadação de R$ 31.120.000,00, com previsão de realização em 16/12/2022. As alienações de imóveis podem ocorrer com pagamento à vista ou parcelado. Neste último caso são acrescidos juros às parcelas-reajustes anuais, conforme as condições estabelecidas nos Editais das licitações. Fundo de Investimento Imobiliário - FII: Devido às peculiaridades e às características dos imóveis que compõe o portfólio do Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo, a integralização deles ocorre em tranches de ativos, sendo que a seleção é realizada de acordo com a liquidez, regularidade dominial/documental e de acordo com a demanda. A primeira tranche de imóveis foi integralizada em fevereiro de 2020, sendo composta por88 imóveis, dos 264 que compõe a carteira e, em junho de 2022 foram integralizados 2 outros imóveis que já possuem compradores. Dos imóveis já integralizados, 62 já foram vendidos com ágio total de 24.83%. O resultado obtido em 2022 com o Fundo de Investimento Imobiliário também foi bastante expressivo. Ao longo do ano, além das vendas, já foram elaborados os laudos de avaliação e diversas regularizações da terceira tranche, e estão em processo de votação e integralização mais 8 imóveis. Principais resultados das alienações de imóveis: até novembro, foram disponibilizados 90 imóveis para venda, sendo 62 alienados, perfazendo em vendas o valor de R$ 59.987.480,97. Regularização dos imóveis recebidos de empresas extintas: com a extinção e liquidação da Codasp em 13/11/2020 e da CPOS em 16/4/2021 e, ainda, com a promulgação da Lei 17.293/2020 que autorizou o processo de extinção da SUCEN e do DAESP, os imóveis dessas entidades terão sua propriedade transferida para a Fazenda do Estado, e a partir desse momento, a Coordenadoria de Patrimônio do Estado passará a administrá-los, analisando e viabilizando sua melhor destinação. Em tratativas os imóveis da DERSA. Eixo Monitoramento E Controle: As ações foram concentradas na redução de imóveis vagos e locações realizadas pelo Estado para acomodação de órgãos ou entidades. Dando continuidade ao que ocorreuno de 2021, em 2022 o CPE acompanhou semestralmente os valores de gastos com locações pelo Estado, continuou a apoiar as ações de mudanças de órgãos que ocupavam imóveis locados para outros imóveis próprios estaduais, e deu continuidade na elaboração de novas propostas para realocação de órgãos e entidades, em especial, em conjunto com o Programa São Paulo Mais Perto da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Gestão de Tecnologia da Informação: em relação à tecnologia da informação, a CPE faz uso de diversos sistemas informatizados, essenciais ao desenvolvimento das atividades realizadas pelos colaboradores. Os principais sistemas e sites utilizados pelo DBI são:Acervo: sistema utilizado pelo DBI para cadastro dos processos físicos, permitindo o controle de entrada e saída dos documentos. É acessado através do site http://acervocpi.governo.sp.gov.br/acervocpi.nsf; II - Imóveis SP: site de divulgação dos imóveis a serem alienados para conhecimento do público. É acessado pelo endereço eletrônico http://www.imoveis.sp.gov.br/; Ofício: site para emissões de certidões - matrículas e transcrições. É acessado através do endereço https://novo.oficioeletronico.com.br/; Portal Office: permite o acesso remoto aos documentos armazenado em rede, bem como ao e-mail institucional. É acessado pelo site https://www.office.com/; Portal SP Sem Papel: plataforma corporativa para produção, tramitação, gestão e controle de processos e documentos digitais. É acessado pelo site https://www.spsempapel.sp.gov.br/; Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI: ferramenta de apoio à gestão do patrimônio imobiliário. É acessado através do site http://sgi.governo.sp.gov.br; SPdoc: sistema informatizado para gestão arquivística de documentos e informações. É acessado pelo site http://www.sistema.spdoc.sp.gov.br/. Já no DCTI são utilizados os sistemas: Gestão de Frotas: sistema para gestão da frota do Estado e visa controlar a frota de veículos oficiais da Administração Direta e Autarquias e dos veículos da Administração Indireta e Fundacional, através das informaçõesde Veículos, Cotas de Combustível, Demonstrativo Mensal de Consumo de Combustível, Veículos em Operação no Mês e Demonstrativos de Gastos com Veículos Oficiais. É um sistema totalmente voltado para a web, sendo acessado pelo site http://www.gestaodefrota.planejamento.sp.gov.br/SIGEF/sigef.nsf; Gestão de Leilões: visa controlar o processo de leilões e venda dos veículos considerados inservíveis, doados pelos órgãos do Governo do Estado. Atende o DCTI e o FUSSESP. É acessado através do site http://www.gestaodeleilao.planejamento.sp.gov.br/SIGELE/sigele.nsf/EntradaWeb?OpenForm;Por al Office: permite o acesso remoto aos documentos armazenados em rede, bem como ao e-mail institucional. É acessado pelo site https://www.office.com/; Portal SP Sem Papel: plataforma corporativa para produção, tramitação, gestão e controle de processos e documentos digitais. É acessado pelo site https://www.spsempapel.sp.gov.br/. Além desses sistemas, também são utilizados sistemas de caráter informativo e de controle do Estado, destacando-se: ContabilizaSP: portal doGoverno para acompanhamento da execução orçamentária, financeira e contábil de cada Unidade Gestora do Estado. Abriga o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM - projetado para melhorar a produtividade através da agilização de procedimentos, buscandopermanentemente a melhoria da qualidade da informação na gestão dos gastos públicos do Governo do Estado de São Paulo, o Sistema Integrado de Administração Físico Financeira - SIAFISICO - que adiciona ao SIAFEM e à execução orçamentária os catálogos de materiais e serviços bem como o cadastro de fornecedores, permitindo acompanhar de perto as aquisições e preços de materiais eserviços, o Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO - torna disponível as informações da Execução Orçamentária e Financeira do Estado, possibilitando a gestão e transparência dos gastos públicos, e organiza os dados permitindo que se verifique quanto, quando, como e onde o Governo do Estado está investindo o dinheiro dos impostos pagos pela população, eo Sistema de Administração de Materiais - SAM - realiza a gestão dos materiais consumíveis e dosbens móveis, que automatiza tarefas e fornece informações operacionais e gerenciais. É acessado através do site https://www.contabilizasp.fazenda.sp.gov.br/siafemnet/index.aspx; Portal SOG: portalda Secretaria de Orçamento e Gestão - SOG, por onde são acessados o Sistema Integrado de Monitoramento de Metas do Plano Plurianual - SIMPPA - sistema para aumentar a eficiência gerencial,para exercer novas formas de controle e elevar os níveis de transparência e responsabilidade do Poder Público perante a sociedade; Sistema de Consolidação das Informações ao Tribunal de Contas do Estado: o SCT tem como objetivo receber e transmitir as informações sobre licitações, contratos e pagamentos de todos os órgãos e entidades da Administração Pública, Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de São Paulo ao Sistema Audesp do TCE-SP para atendimento da Fase IV. É acessado pelo portal https://www.sct.sp.gov.br/; IV - Sistema de Contas Estaduais do Tribunal de Contas do Estado: o SISCOE destina-se à prestação de contas anual dos Órgãos Estaduais em ambiente web e à elaboração das sínteses do apurado e relatórios consolidados dos órgãos estaduais, bem como consulta ao cadastro de dados armazenado em todos os exercícios por parte dos gabinetes de conselheiros, assessorias especializadas, SDG, PFE, MPC e fiscalização. É acessado pelo site https://www10.tce.sp.gov.br/siscoe/Home. Eixo Cidadão*:* prosseguimos com os processos de comodato em favor da FESP de áreas de terceiros e/ou Municípios solicitados para instalação e funcionamento de novas antenas de radiotransmissão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, disponibilização de imóveis da CODASP para instalação de Batalhões Especiais da Polícia Militar do Interior, assinatura e execução do convênio para regularização fundiária da área denominada: *Favela Renê Fernandes.* Departamento Central de Transportes Internos - DCTI: O trabalho executado pelo DCTI objetiva a reestruturação das quantidades de veículos fixados para as Frotas Estaduais em conformidade com o Decreto n.º 66.635/22. Até 30 de novembro, o DCTI autorizou cerca de 8204 veículos, provenientes de aquisições, locação, convalidação, depósitos judiciais, baixas de veículos e doações, conforme quadro abaixo.

ASSUNTO	QTDE.
AQUISIÇÃO	4664
BAIXA NO SIGEF	24
CONVALIDAÇÃO	2459
DEPÓSITO JUDICIAL	62
DOAÇÃO (RECEBIMENTO)	126
LOCAÇÃO	869
TOTAL	8204

Por outro lado, foram arrolados 2773 veículos. Essas solicitações e demais contatos com o DCTI culminaram além no número acima na realização de informações técnicas e pareceres referentes às homologações, transferências, fixação e readequação de cotas de combustíveis, processos via Sem Papel, além de esclarecimento de por meio do Fale Conosco - e-mail oficial do Departamento. Combustível: o DCTI é responsável pela fixação das cotas de combustível e pelo monitoramento do uso pelas unidades frotistas do Estado de São Paulo. O montante fixado até os meados do mês de outubro é superior a 45,7 milhões de litros de gasolina, 32,5 milhões de litros de álcool e 85,9 milhões de litros de diesel. Leilões: foram avaliados 2044 veículos, alienados por meio de leilão, 1826 com direito a documento e 178 em fim de vida útil - sem direito a documento. Total arrecadado com a realização dos 4 leilões do DCTI: R$ 24.140.750,00, conforme resumos a seguir. Cabendo ressaltar quetodo valor arrecadado nos referidos leilões é repassado integralmente para o Fundo Social de São Paulo.



Leilão·1/2022¤	Leilão·2/2022¤
02·e·03/06/06/2022¤	09·e·10/06/2022¤
485·veículos·-·c/documentos¤	437·veículos·-·c/documentos¤
28·veículos·-·s/documentos·(sucatas)¤	75·veículos·-·s/documentos·(sucatas)¤
RESULTADO·DO·LEILÃO·(RESUMO)¤	RESULTADO·DO·LEILÃO·(RESUMO)¤
Quantidade·de·veículos·alienados·=·513¤	Quantidade·de·veículos·alienados·=·512¤
Quantidade·de·lotes·vendidos·=·513¤	Quantidade·de·lotes·vendidos·=·482¤
Quantidade·de·veículos·=·485¤	Quantidade·de·veículos·=·408¤
Quantidade·de·sucatas·=·28¤	Quantidade·de·sucatas·=·74¤
Valor·total·arrecadado·=R$·8.078.050,00¤	Valor·total·arrecadado·=·R$5.409.510,00¤
¤	·····¤

¶	¶
Leilão·3/2022¤	Leilão·4/2022¤
25·e·26/06/2022¤	12,·13·e·14/09/2022¤
461·veículos·-·c/documentos¤	482·veículos·-·c/documentos¤
58·veículos·-·s/documentos·(sucatas)¤	18·veículos·-·s/documentos·(sucatas)¤
RESULTADO·DO·LEILÃO·(RESUMO)¤	RESULTADO·DO·LEILÃO·(RESUMO)¤
Quantidade·de·veículos·alienados·=·519¶	Quantidade·de·veículos·alienados·=·500¶
Quantidade·de·lotes·vendidos·=·519¤	Quantidade·de·lotes·vendidos·=·490¤
Quantidade·de·veículos·=·461¤	Quantidade·de·veículos·=·472¤
Quantidade·de·sucatas·=·58¤	Quantidade·de·sucatas·=·18¤
Valor·total·arrecadado·=·R$5.848.590,00¤	Valor·total·arrecadado·=·R$4.804.600,00¤

Aquisição de Veículos: os dados abaixo foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO da Secretaria da Fazenda:

COMPRA DE VEÍCULOS PELO ESTADO DE SÃO PAULO (44905210 - VEICULOS DIVERSOS)														
ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2019	5.450.000,00	4.064.499,00	1.745.000,00	350.000,00	5.145.368,44	0	56.480.989,99	24.927.400,00	19.876.050,00	35.963.220,00	5.475.406,00	4.583.900,00	164.061.833,43
2020	5.450.000,00	4.064.499,00	1.745.000,00	350.000,00	5.145.368,44	0	56.480.989,99	24.927.400,00	19.876.050,00	35.963.220,00	5.475.406,00	4.583.900,00	164.061.833,43
2021	5.450.000,00	4.064.499,00	1.745.000,00	350.000,00	5.145.368,44	0	56.480.989,99	24.927.400,00	19.876.050,00	35.963.220,00	5.475.406,00	4.583.900,00	164.061.833,43
2022	5.450.000,00	4.064.499,00	1.745.000,00	350.000,00	5.145.368,44	0	56.480.989,99	24.927.400,00	19.876.050,00	35.963.220,00	5.475.406,00	4.583.900,00	164.061.833,43
												TOTAL GERAL	656.247.333,72

Fonte: www.sigeo.fazenda.sp.gov.br

Sistema Utilizado: Os sistemas SIGEF e o SIGELE apresentado abaixo, são os únicos sistemas utilizados pelo DCTI, e são sistemas somente de cadastro de dados e não de gerenciamento. Fonte: http://www.gestaodefrota.planejamento.sp.gov.br/SIGEF/sigef.nsf Fonte: http://www.gestaodeleilao.planejamento.sp.gov.br/SIGELE/sigele.nsf/EntradaWeb?OpenForm

Coordenadoria de Entidades Descentralizadas - CED: a CED tem como atribuição: análise e manifestação prévia à deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC e da Assessoria em Assuntos de Política Salarial - APS nos processos e expedientes provenientes das Empresas, nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, referentes à: fixação e alteração dos quadros de pessoal, contratação de empregados, implantação de planos de empregos e salários, envolvendo correção de curva salarial, impacto financeiro proveniente de Acordos, Convênios e Dissídios Coletivos de Trabalho, Programa de Demissão Incentivada, Planos de Previdência Complementar, Programas de Participação nos Lucros e Resultados, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. No período de janeiro a outubro, foram 239 pleitos analisados; análise e proposta de liberação de recursos

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

financeiros para Empresas Dependentes, Fundações e Autarquias visando a cobertura de despesas com Pessoal e Custeio, além do acompanhamento e proposta de liberação de recursos de ressarcimento de gratuidadese recomposição tarifária das linhas concedidas. No período de janeiro a outubro , foram liberados de R$9.408,6 milhões para a cobertura de despesas de Pessoal e Custeio, R$ 309,1 milhões de ressarcimento de gratuidades - METRÔ e CPTM e R$ 627,2 milhões de recomposição tarifária das linhas concedidas - METRÔ e CPTM, totalizando R$ 10.344,9 milhões liberados; acompanhamento, análise e manutenção dos dados de Fluxo de Caixa e Quadro de Pessoal das entidades descentralizadas no Sistema de Acompanhamento e Controle Econômico e Financeiro - SIEDESC. No total, são 56entidades acompanhadas mensalmente, sendo que 3 foram extintas em março e abril - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo-COSESP-março/22, Superintendência de Controle e Endemias- SUCEN e Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP-abril/2022; zelo pelo adequado encaminhamento dos assuntos pertinentes às entidades descentralizadas extintas, cujo acervo esteja sob sua responsabilidade, sendo que as atividades englobam a análise de demandas diversas, busca documental e elaboração de ofícios, relatórios e certidões, bem como, a prestação de contas e providências quanto a possíveis pendências das entidades extintas; acompanhamento da liquidação das entidades em extinção e/ou incorporação. Até outubro, foram atendidas 397 solicitações relativas a diversos assuntos das entidades extintas. Coordenadoria de Gestão Administrativa - CGA: subordinada à Chefia de Gabinete, a CGA tem como objetivo prestar apoio setorial administrativo e orçamentário naqualidade de articuladora de ações junto às Coordenadorias de Administração da Secretaria de Governoe da Secretaria da Fazenda e Planejamento. Como atividades prioritárias, destacam-se as de gestão e monitoramento nas áreas de recursos humanos, orçamento e finanças, suprimentos e infraestrutura, material e patrimônio, gestão documental, transportes internos motorizados e tecnologia da informação.No decorrer de 2022, a CGA realizou atividades relacionadas à abertura de licitações no seu âmbito de atuação; ao acompanhamento dos contratos da SOG, à prestação de informações sobre mesmos junto ao TCESP e respectivos sistemas. Na área financeira a CGA foi responsável pela execução financeirade 9 das UGEs da Secretaria de Orçamento e Gestão, executando atividades de emissão de nota de reserva, nota de empenho, lista, anexo, programação de pagamento, oferta de compra, homologação de compras BEC e pregão no sistema siafem/siafisico, contabilização de despesas de pessoal, e levantamento de dados para o custeio mensal. Na área de recursos humanos, as principais atividades recaíram sobre o acompanhamento dos processos de classificação dos servidores na SOG, da movimentação interna, da folha de frequência da CGA, da escala de férias, da nomeação das comissões e dos termos de cooperação entre SOG e SEFAZ - creche, vale refeição e cessão de uso do espaço. Por fim, na área de tecnologia da informação a CGA respondeu: pela gestão do Estado da rede da Secretaria, do DPME e da Coordenadoria do Patrimônio do Estado; pela gestão da segurança da informação, do suporte técnico aos servidores; pela gestão de projetos e gestão dos sistemas técnicos e administrativos. Os sistemas administrados pela CGA somam mais de 30 contratos e atendem as unidades da SOG com orientações e ajuda nos projetos de infraestrutura e sistemas. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC: Cartografia: Inauguração de novo ciclo de mapeamento para o Estadode São Paulo. Três projetos foram contratados e estão em fase de execução - RMSP, Centro Norte Paulista, e restante das áreas, totalizando 250.000km² e contemplam os produtos: ortofotos, Laser,Rede hidrográfica, Modelos de Elevação. A disponibilização de mapas municipais e outros produtos cartográficos foram feitas por meio do sistema Geoportal-IGC, e dos sistemas IDESP e SIM, que foramassumidos por conta da liquidação da Emplasa, e agora são mantidos e atualizados pelo IGC. Também está em execução projeto para integração e modernização desses sistemas. Foram publicados de maneira georreferenciada todos os fotoíndices do acervo de fotografias sob guarda do IGC, novas informações de outros órgãos, em especial do Condephaat, e da CDHU. Serviços de Manutenção das Divisas dos Municípios Paulistas: O IGC é o único órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo. Até novembro, foram atendidos 1068 processos, abrangendo Certidões de Jurisdição Territorial, Informações Técnicas, análises técnicas referentes a demarcações, Traçados de Divisa e Pareceres Técnicos de natureza geográfica e cartográfica. Sendo eles: 945expedientes técnicos emitidos para pessoas físicas, 96 para pessoas jurídicas, 27 para órgãos públicos. Serviços de Estudos de Caracterização de Drenagem e Mapeamento de Nascentes: o IGC é o órgão responsável pela elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem, que tratam da localização precisa, em mapas oficiais, das nascentes e do traçado dos cursos d´água, com vistas ao processo de licenciamento ambiental. Até novembro foram elaboradas 295 informações técnicas desta natureza, assim distribuídas: 154 para pessoas físicas, 89 para pessoas jurídicas, 52 para órgãos públicos. Ações na Área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica: responsável pela guarda, em caráter permanente, de acervo técnico documental, produto de atividades de reconhecimento geográfico e cartográfico e controle administrativo da Divisão Territorial do Estado de São Paulo. A área continuou executando atividades de gestão documental iniciadas em 2020, centradas na criação e desenvolvimento de novos canais de disseminação de conhecimento e documentos pertinentes ao acervo técnico sob custódia. A página institucional no Facebook alcançou mais de 25 milpessoas, através de 36 novas publicações; a conta no Instagram interagiu com mais de 4 mil pessoas, com 20 publicações; site na internet é mantido com exposição permanente de documentos iconográficos e cartográficos. Estas ações atingiram, em conjunto, um público superior a 30 milpessoas no período. Cabe lembra que as atividades de divulgação, em todos estes canais, ficaram suspensas durante todo período eleitoral. Como suporte ao trabalho técnico do IGC, foram publicados em nuvem segura - com ferramentas avançadas de indexação e pesquisa e de acesso remoto restrito às áreas técnicas do IGC, 1026 mapas municipais, foto-índices de diversos voos aerofotogramétricos, documentos textuais e cartográficos. Em cooperação com outros órgãos públicos foram digitalizados 1108 documentos cartográficos. Atendimentos técnicos que envolvem localização de propriedades em mapas, cartas, fotografias aéreas e imagens de satélite: 455 presencialmente, 5.979 via e-mail, 2.801por telefone e 1.092 por WhatsApp; Geoportal IGC: 4.100 usuários e 17.000 sessões. Unidade de Arquivo Público do Estado de São Paulo - UAPESP: tem a missão de atuar como órgão normativo e coordenar a execução da política estadual de arquivos, por meio da gestão, preservação e acesso aos documentos públicos, contribuindo para a eficiência e memória da administração pública, o acesso à informação, a produção de conhecimento e a garantia de direitos. Política de acesso à informação: Monitoramento de 14.402 pedidos de informação à Administração estadual; 1.461 solicitações encaminhados à Central de Atendimento ao Cidadão - CAC: 375 respondidas diretamente e 1.086 redirecionadas a outros órgãos; 861 atendimentos aos órgãos; ampliação da segurança do acesso ao sistema com inserção de rotina de identificação do cidadão por meio de login e senha, e permissão de consulta consolidada de todos os pedidos realizados ao Serviços de Informação ao Cidadão - SIC pelos cidadãos; Análise de 199.722 registros do sistema, com 61 rótulos de informações - dados estruturados,dados não estruturados e anonimização de dados pessoais do período de maio de 2012 a junho de 2022. Formulação e implementação da política estadual de gestão documental: acompanhamento de 81Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA e 507 Subcomissões; 575 orientações técnicas; 539 pessoas capacitadas; 754 editais de ciência de eliminação analisados - 47.563,41 metros lineares de documentos avaliados e destinados à eliminação - 339.739 caixas; Elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim - TTD-Fim: 4 entidades da administração indireta: Fundação para o Remédio Popular Chopin Tavares de Lima - FURP, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP; 3 Atualizações de TTD-Fim: Elaboração de minutas de instrumentos legais: Decreto que dispõe sobre a preservação de documentos sobre COVID, auxílio na revisão dos Decretos que alteram o Decreto 58.052/2012; Decreto que altera o artigo 6º do Decreto nº 64.790/2020; Portaria UAPESP/SAESP n. 7, de 21/1/2022, que orienta a destinação ao Fundo Especial de Despesa da Unidade do Arquivo Público do Estado - FEARQ de receitas decorrentes da alienação de aparas de papel e outros materiais resultantes da eliminação de documentos, alterada pela Minuta da Portaria UAPESP/SAESP n. 8/2022; Portaria APESP/CED, que dispõe sobre atividades de gestão documental visando ao tratamento técnico de documentos das entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado em processo de dissolução, liquidação e extinção; Minuta da Política de Preservação Digital. GT ArquivoDigital.SP - Portaria UAPESP - 2, de 11/6/2021: Minuta da Portaria UAPESP/SAESP n. 9, de 18/4/2022, que acrescenta o ANEXO II à Portaria UAPESP/SAESP-1, de 4/12/2018, com especificações técnicas para contratação de serviços de digitalização de documentos públicos estaduais. Manutenção do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc e implantação de normas e procedimentos de protocolo: 30 órgãos ativos e 7 extintos no SPdoc; 2.021 novos usuários cadastrados, 57.762 usuários ativos; 910 usuários inativados, 8.178 inativos no total; 984.516 novos documentos cadastrados, 10.761.499 de documentos no total; 8 melhorias, 9 correções e 7 desenvolvimentos no SPdoc; 16 documentos compostos mapeados; 520 atendimentos técnicos realizados. Apoiar a manutenção e aprimoramento do Sistema SP SEM PAPEL*:* 1 implantação do Sistema SP Sem Papel, 01 órgão da Administração Direta-Desenvolve SP; 728 atendimentos aos usuários e administradores locais do sistema e membros CADA; parametrização de 5 tabelas de temporalidade das atividades-fim para configuração do módulo Documentos Digitais do Programa SemPapel; atendimento a 23 órgãos e entidades para a modelagem de 770 modelos de documentos, sendo que, deste total, 27 são modelos de documentos das atividades-meio, 29 das atividades-fim, 556 são modelos construídos para atender necessidades específicas de um órgão/entidade solicitante e 158 são versões aprimoradas de modelos já existentes; apoio ao aprimoramento do sistema: elaboraçãode 63 regras de negócio, revisão de 2 requisitos enviados pela PRODESP, homologação de 5 funcionalidades/funcionamentos desenvolvidos e identificação de 5 erros do sistema; realizaçãode 2 análises de comportamento do sistema para atender questionamentos dos usuários ou da PRODESP; cadastro no SP Sem Papel de 676 usuários e 105 unidades na estrutura da Secretaria de Orçamento e Gestão, em decorrência da migração de unidades advindas da Secretaria da Fazenda e Secretaria de Governo; 52 eventos de capacitação. Promoção da gestão documental e acesso à informação nas administrações municipais: 270 atendimentos; 7 pareceres técnicos e 5 visitas técnicas presenciais realizadas por solicitação do MP; 3.301 acessos a ferramenta georreferenciada Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação Municipal; 6 reuniões virtuais no Projeto Observatórios de Arquivos Municipais; 60 reuniões técnicas virtuais; 1.273 horas de capacitação, 331 participantes no 25º Encontro Paulista; Encaminhamento para reanalise da proposta de criação do Índice de Efetividade de Gestão Documental e Acesso à Informação - IGDAI - Divisão AUDESP do TCESP e da proposta de renovação do Termo de Cooperação com TCE. Tratamento técnico do acervo intermediário: Projeto para Avaliação da Massa Documental Acumulada: conclusão da tabulação e consolidação dos dados do diagnóstico da MDA com resultado de 5.571.591 caixas arquivo acumuladas nos órgãos/entidades do SAESP; acompanhamento da implementação do Projeto nasSecretarias de Estado da Educação: 2 reuniões para orientação sobre a metodologia; da Fazenda e Planejamento: 8 reuniões gerenciais do Projeto, 1 reunião com representantes dos 15 Centros deDespesa de Pessoal para orientação sobre o projeto, 7 visitas técnicas aos Centros de Despesa de Pessoal da capital e interior, 7 pareceres técnicos elaborados; e da Administração Penitenciária-4 visitastécnicas à Unidades Prisionais da Região Metropolitana; 4 pareceres técnicos; 2 reuniões gerenciais do Projeto; Transferência de 536 caixas do Fundo Social de São Paulo-75,04 metros lineares; acompanhamento do convênio entre a Fundação Casa e o APESP: 36.118 prontuários de ex-internos daFundação Casa indexados e 8 reuniões de acompanhamento do convênio; 15.368 caixas arquivo do Fundo Secretaria de Educação e Saúde Pública avaliadas, sendo 14.991 eliminação, 235 intermediários e 142 permanentes; 9.328 documentos cadastrados, sendo: 3.906 intermediários e 5.422 permanentes; 10.323 caixas arquivo de documentos fragmentados-5.352 caixas da Secretaria da Cultura e Economia Mista e 4.977 da Secretaria da Educação; 210 atendimentos técnicos; 1.604 documentos emprestados, 1.402 documentos devolvidos e 9 documentos consultados; atendimento ao Departamento de Entidades Extintas no armazenamento de 12.713 caixas arquivo da CPOS e empréstimos de documentos; 26.470 caixas arquivo movimentadas na execução do processamento técnico dos documentos. Tratamento do acervo permanente e tratamento de preservação:

Tratamento do acervo permanente	Textual	Bibliográfico	Cartográfico	Iconográfico	Total (*itens)*
Identificação	126.108	0	5.711	4.827	136.646
Classificação	3.496	1	5.711	3.535	12.743
Ordenação	423.837	260	5.711	7.031	436.839
Indexação	428.433	0	5.664	28.883	462.980
Descrição	30.779	12.146	19.619	4.827	67.371
Movimentação do Acervo p/ atendimento ao público	4.567.384	1.669	635	23.290	4.592.978
Documentos acessados para emissão de certidão	544.728	549	0	0	545.277
Digitais revisados	130.248	0	153.000	110.000	393.248
Tratamento de preservação	Textual	Bibliográfico	Cartográfico	Iconográfico	Total (*itens)*
Higienização	1.023.537	5.330	2.106	23.660	1.054.633
Digitalização	1.165.196	0	67	15.913	1.181.176
Reparo	691	3.109	0	0	3.800
Restauro	225	0	0	0	225
Encadernação	563	0	0	0	563
Acondicionamento	49.831	7.899	2.106	23.660	83.496
Tratamentos especiais (irradiação, anoxia, ...)	400.570	0	0	0	400.570

Emissão de certidões: Emissão de 9.044 documentos para fins probatórios: 6.831 cópias certificadas e 2.213 certidões, sendo 2.133 certidões de Imigração, 62 certidões de inteiro teor de registros de terra, autos cíveis e outros, 18 certidões negativas. Guia do Acervo: No acervo textual, pesquisa e elaboração de 2 histórias custodiais de coleções, 2 histórias institucionais e 8 resumos de verbete; Descrição de 18 conjuntos documentais em andamento. Elaboração de instrumentos de pesquisa: 45 concluídos - 4 listagens, 1 catálogo e 40 índices e 29 em elaboração. Tratamento de preservação do acervo permanente e intermediário: Gerenciamento do contrato de higienização - 719 caixas; Vistoria de conservação preventiva em microfilmes; Confecção de acondicionamentos: 115.823; Tratamento de irradiação de 800 caixas com Cobalto 60 para eliminação de contaminação biológica. Gerenciamento de riscos: 111 relatórios de acompanhamento ambiental das reservas técnicas; Projeto readequação de espaços para criação de 3 reservas de quarentena e 1 de isolamento; Criação da brigada de incêndio; Revisão da infraestrutura elétrica e dos equipamentos de detecção e combate a incêndio; Instalação do gerador para sistema de climatização; Monitoramento contínuo do controle de pragas e contratação de serviço de dedetização. Incorporação de novos documentos ao acervo permanente: Recolhimentos e doações concluídos: 649,91 metros lineares-m/l, sendo 269,59

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

m/l de documentos textuais, 374,61 m/l de documentos cartográficos e 30 doações-livros, jornais, revistas e relatórios diversos, representando 5,71 m/l de itens bibliográficos/hemerográficos; 37 Visitas técnicas e elaboração de 37 Pareceres de avaliação para recolhimentos, transferências e doações. Programa ArquivoDigital.SP: Lançamento do Arquivo Público Digital, que inclui nova plataforma integrada de acesso aos documentos permanentes -AtoM, com 699.913 registros, sendo 40.844 objetos digitais, totalizando 576.674 imagens, e o piloto do Repositório Arquivístico Digital Confiável-RDC-Arq; Disponibilização de 6.545.457 imagens; Investimento em infraestrutura tecnológica, com implementação robusta do AtoM-difusão do acervo e do Archivematica-gerenciar o RDC-Arq, Modernização da infraestrutura tecnológica para processamento, preservação e disponibilização de acervo em meio digital-aquisição de 1 switch core , 5storages, 4 servidores, 3 nobreaks, 1 biblioteca Linear Tape-Open - LTO; contratação de manutençãode firewall e link de comunicação; Atendimentos e acesso à informação relacionados ao acervo permanente e às ações de difusão 526.328: 37.301 atendimentos, sendo 1.797 presenciais, 10.186 consultas para certidões, 20.999 por e-mail, 2.546 telefônicos, 1.773 pelo Fale Conosco; 445.731 usuários únicos do acervo pelo site; 1 Parecer de análise paleográfica de documento da Hospedaria dos Imigrantes para a PGE; 1.319 pessoas em visitas técnicas/monitoradas; 18.049 visitas às exposições virtuais; 23.978 participantes de cursos, palestras e oficinas; Seguidores nas redes sociais: Facebook: 67.860, Instagram: 21.468, LinkedIn: 3.283, Twitter: 28.598, YouTube: 5.010 seguidores. Divulgação e disseminação de conhecimento técnico-arquivístico: Capacitação de servidores*:* Cursos EAD - 4 - Gestão Documental e Acesso à Informação, com 3.258 horas de capacitação realizadas; A Lei de Acesso à Informação e os Serviços de Informações ao Cidadão-SIC, com 1.920 horas de capacitação realizadas; Acesso à informação pública - restrições e limites, com 525 horas de capacitação realizadas;Avaliação da Massa Documental Acumulada 22.710 horas de capacitação realizadas. Oficinas e palestras 24: Capacitação de servidores dos SICs das Diretorias de Ensino e Coordenadorias da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com 265 participantes 2h30; 12 palestras sobre a metodologia de avaliação da massa documental acumulada; 8 oficinas sobre LAI, LGPD, Elaboração de TTD-Fim para a Universidade Federal do Amazonas, o funcionamento do Sistema TTD-Fim,Classificação de documentos no SP Sem Papel, Atendimento aos usuários de sistema de arquivos - Arquivo Público Estadual de Sergipe, Classificação de documentos de RH, Treinamento de Normas e Procedimentos de Protocolo-SAP; Reconstituição de Documentos não localizados ou extraviados, a pedido da Universidade Federal de Alferes/MG; Treinamento sobre normas e procedimentos de protocolo para a UNIVESP; Treinamento sobre o do Sistema SPdoc para a UNIVESP. Apresentação depalestras durante a 6ª Semana Nacional de Arquivos 5: A importância da atuação normativa dos Arquivos Públicos; II Seminário sobre Gestão de Dados Governamentais; O papel dos serviços de protocolo em governos digitais: uma reflexão necessária; Gestão documental e LGPD, a convite do Arquivo Público do Estado de Sergipe; Palestra sobre gestão documental e acesso à informação no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro; Eventos 5: VI Seminário Gestão Documental e Acesso à Informação, em parceria com o TCE; 25º e 26º Encontro Paulista com os municípios sobre gestão documental e acesso à informação; V Encontro com as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADAs: recolhimento de documentos de guarda permanente ao APESP; IV Encontro com os Serviços de Informações aos Cidadãos - SICs. Ações de Difusão: Documentário 130 anos do APESP produzido pela Tv Cultura/Unifesp; Exposição física Rio Tietê: o mais velho dos paulistas Metrô Santana; 4 galerias virtuais Memórias de São Paulo no Arquivo do Estado; Presença dos Modernistasno Arquivo do Estado: Acervo Fotográfico Mario Covas; e Carolina Maria de Jesus: de volta aSantana; Projeto Acervo APESP na Wikipedia - 110 imagens disponibilizadas; Publicação de 5 vídeos da Campanha ArquivoNossoDeCadaDia; Lançamento da Campanha Arquivo Indica; Realização de 17 cursos e eventos-presencial e on-line: APESP 130 anos - Do papel ao digital: a história recente de um futuro presente; VI Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação com SICs; 6 eventos da 6ªSemana Nacional de Arquivos; Lançamento da Revista do Arquivo nº 14; 26º Encontro Paulista com os municípios; 3 Oficinas sobre acondicionamento e higienização; Oficina identificação e conservação de cópias de plantas de arquitetura - interna; 3 Cursos em parceria com outras instituições, II Seminário Memórias Arquivadas: as possibilidades dos arquivos de São Paulo para a pesquisa em História da Educação - Unifesp e SME-SP, Dentro da Arca: nos bastidores da SeGov - FFLCH-USP e Processamento Técnico de documentos visuais e sonoros-Arquivo Nacional. Realização de 9 aulas e palestras: 1 conferência no evento II Seminário Memórias Arquivadas As possibilidades dos arquivos para a pesquisa em História da Educação; 3 Aulas de Orientação para Pesquisa nos Documentos do Extinto DEOPS; 2 aulas no curso Dentro da Arca: nos bastidores da Secretaria de Governo da capitaniade São Paulo, oferecido pela FFLCH/USP; 1 palestra sobre a Bernarda de Francisco Inácio-1822 no Encontro da Sociedade Brasileira de Estudo do Oitocentos; 2 palestras sobre a experiência de organização dos Arquivos dos Jornais Última Hora-APESP, no evento Nos bastidores dos acervos do Instituto Moreira Sales; Publicações-em fase final: 4ª edição do Livro de Políticas Públicas; Tabelas de Temporalidade de Documentos das Fim das Secretarias de Estado; Plano de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos do Poder Executivo Municipal: Atividades-meio e atividades-fim;Revista do Arquivo: nº 14 - Arquivos como janela e suporte da democracia; Artigos publicados: O Arquivo Público do Estado e a regulamentação de Lei de Aceso à Informação no livro 10 Anos da Lei de Acesso à Informação: Limites, Perspectivas e Desafio - INTERCOM; A importância da redação oficial na elaboração de atos normativos: a experiência do Arquivo Público do Estado de São Paulo publicado no livro A função social da Arquivologia na contemporaneidade, da Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina; A importância da cooperação entre instituições arquivísticas públicas e órgãos de controle externo para a efetividade da implementação de políticas públicas de arquivos, gestão documental e acesso à informação: o caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo publicado no livro Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática - EDUFBA; Convênios e parcerias: Ministério Público do Estado de São Paulo - MPE/SP; Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP.; PRODESP: Atualização do Sistema SIC.SP, com o encaminhamento de um projeto de utilização de inteligência artificial para processamento de pedidos de informação do cidadão para informações públicas, dados pessoais e manifestações. Termo de Comodato com o Arquivo Nacional, inclui ação com Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos para digitalização de 41 VHS e 101 fitas audiomagnéticas da RFFSA; Fundação Paulista Contra a Hanseníase para tratamento técnico - identificação, catalogação, digitalização, base de dados/imagens e exposição, do conjunto documental sobre a hanseníase, prevê doação os negativos de vidro ao APESP; TV Cultura/Fundação Padre Anchieta para atendimento especializado aosdocumentos iconográficos do Fundo Última Hora e Diários Associados para produção de documentário sobre Juscelino Kubitschek; Termo de Cooperação com DER - aguardando liberação do órgão; Metrô para exposições no projeto Linhas da Cultura; Museu Paulista/USP para ação comemorativa do bicentenário da Independência e guia de fontes sobre o Museu Paulista no APESP; Memorial da Resistência para atendimento especializado para a curadoria das exposições Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência e Mulheres e Resistência; Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas e UNIFESP para pesquisa nos documentos da Secretaria de Segurança Pública; Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP para pesquisa de Filologia no acervo da capitania de São Paulo; Parceria, atendimento especializado e acesso as imagens do poeta e escritor Rogacciano Leite para compor exposição; Protocolo de Intenções com Wiki Movimento Brasil para difusão do acervo nas plataformas Wiki; Convênio com o Ministério da Cultura - Modalidade Contrato de Repasse: O convênio passou por trâmites de Reprogramações e de Prorrogação de Vigência.Participação em órgão colegiado e grupos de trabalho: Comissão de Avaliação de Arquivos Privados do Conselho Nacional de Arquivos; Câmara Técnica Consultiva do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ; Conselho da Transparência da Administração Pública Estadual; Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI; Grupo de Estudos sobre governança e gestão de dados governamentais.

Entidades Vinculadas: *São Paulo Previdência - SPPREV*: Beneficiários: na data-base de competência-outubro/22, a SPPREV processou o pagamento a 490.077 beneficiários, equivalente a 473.345 benefícios. Gestão de Benefícios Previdenciários: na data base competência outubro/2022 a SPPREV processou o pagamento de 384.337 beneficiários previdenciários, equivalente a 375.762 benefícios, sendo 296.965 aposentadorias e 78.797 pensões por morte - civil. Gestão de Benefícios do Sistema de Proteção Social dos Militares: na data base competência outubro/2022 a SPPREV processou o pagamento de 105.740 beneficiários, equivalente a 97.583 benefícios, sendo 66.791 inativos e 30.792 pensões por morte - militar. Comprev - Execução orçamentária até outubro/2022: o Estado de São Paulo recebeu R$ 234.762.487,66, sendo R$ 234.693.401,23 do RGPS e R$ 69.086,43 dos RPPS. Em contrapartida, a despesa com Comprev para o Estado de São Paulo foi de R$ 181.105.816,63-RGPS. Atendimento ao Público até outubro/22. Atendimento Presencial na Sede: 18.354 atendimentos/triagens; nas Regionais: 25.886 atendimentos; Call Center: 648.769 ligações. Solicitações atendidas e recebidas pelos Correios: 18.916. Recuperação de valores em favor da SPPREV até outubro/2022: R$ 12.310.547,55. Núcleo de inteligência previdenciária - Em relação a beneficiários civis - dados atualizados até outubro/22: instaurados 49 procedimentos de invalidaçãoe/ou extinção, 22 benefícios suspensos, 45 benefícios extintos, 59 processos em andamento, além de 215 investigações em andamento sendo 82 no NIP e 133 na CGE. Em relação a beneficiários militares -dados atualizados - outubro/22: foram encerradas 166 averiguações sociais, sendo 112 delas concluídas como positivas. Existem 126 averiguações em andamento. Foram instaurados 99 procedimentos administrativos. Foram concluídos 113 e ainda existem 120 em curso. Redução e otimização dadespesa de custeio-até outubro 2022 - R$ 182.575 valor anual. Gestão financeira - UGE 532301 Previdência: Royalties e P&E - R$ 2.856.877.746,73 - posição em outubro/2022; UGE 532384 - Administração - Fundo de Investimento Financeiro: R$ 83.084.681,05 - posição outubro/2022; Cronograma financeiro executado até outubro: Recursos Vinculados Estaduais - R$ 2.910.208.759,91; Recursos Vinculados Federais - R$ 186.019.937,89. Gestão orçamentária - até outubro/2022 - Receita Orçamentária UG 532301 - Previdência - R$ 35.535.647.252,58. Despesa Orçamentária. UG 532301 - Previdência - R$ 36.332.379.689,06. A diferença entre a despesa e a receita da UG 532301 se deve, principalmente, à utilização dos recursos do superávit financeiro que trata a Lei nº 17.293/2020. Receita Orçamentária UG 532302 - Administração – R$ 109.856.174,83. Despesa Orçamentária UG 532302 - Administração - R$ 80.885.343,91. Ações relevantes - Projetos em andamento - até novembro - Início do desenvolvimento do fluxo de concessão de pensão judicial; Desenvolvimento de ferramenta para simulação de retroativos para elaboração de planilhas de precatórios; Elaboração, em conjuntocom a Atlantic, do manual do fluxo de concessão de pensão administrativo; Desenvolvimento de rotina de publicações de decisões de processos de habilitação de pensão por morte; Consolidação de todos os manuais operacionais das supervisões da GPS em pasta de rede disponível a todos os funcionários; Cooperação técnica com a Corregedoria Geral do Estado-CGE de investigação/averiguação de união estável nas pensionistas das filhas solteiras; Continuidade na implantação da Reforma da Previdência, em especial no SIGEPREV, com andamento de TASKs do cronograma e solicitação de ajustes em função de aplicação de novos entendimentos obtidos via pareceres; Solicitação e estudos de pareceres sobre a Reforma da Previdência para revisão ou aplicação de novos critérios no sistema e rotina de análises; Retomada da TASK de criação do fluxo de CTC - Homologação de Tempo de ex-servidores no SIGEPREV, cuja fase atual é a de ajustes finos na especificação para que a etapa de desenvolvimento possa ser iniciada; Estudos pela SHT para atualização da Portaria de homologação de CTCs de ex-servidores; Publicação de Instruções Normativas: 1/2022 da Aposentadoria por Agentes Nocivos bem como proposta em andamento da Instrução nº 2 para o servidor Pessoa com Deficiência - PCD; Realização das revisões de Concessões Diretas e Homologações Diretas, praticamente finalizadas, restando poucos casos que demandam cumprimentos de exigências dos órgãos de origem; Conclusão das revisões de EC 70/12; Ano de 2022 teve uma série de reajustes-acima do rotineiro que foram aplicados no sistema, via trabalho do Grupode Critério de Folha; Desenvolvimento de estudo preliminar com relação às incorporações de gratificações de função/comissão e aplicação de entendimento inicial nas aposentadorias. Em paralelo, novos estudos sobre o tema devem ser desenvolvidos-ex. art. 133; Elaboração e aplicação de cursos da GAP-todas as supervisões e GPS-SJA-I para os RHs do Estado, via Escola de Governo. Tratativas para Migração da folha de pagamento de aposentadoria das Universidades e outros Poderes. Projeto de Securitização de Royalties e Participações Especiais - R&PE: não houve prorrogação do contrato firmado com o Banco BNP Paribas, encerrando-se em 1/5/2022. Em fevereir, houve a autorização governamental para prosseguimento do concurso público da SPPREV para preenchimento de apenas 19 vagas-Processo 1.239.756/2017-SF (SPREV-EXP-2021/01272. Assim, em 9/4/2022 foi publicado em Diário Oficial do Estado a homologação do Concurso Público, o qual terá validade de 2 anos, contados a partir da data da publicação de sua homologação em Diário Oficial do Estado, prorrogável uma vez por igual período, a critério da SPPREV, não cabendo qualquer ato posterior. Dessa forma, ainda que o Edital do concurso previa o preenchimento de 14 vagas de empregos de Analista em Gestão Previdenciária e 77 vagas para o emprego de Técnico em Gestão Previdenciária, considerando que parao ano de 2022 houve a decisão governamental para preenchimento de apenas 19 vagas, no decorrer dos meses de maio e junho/22 foram admitidos 14 novos Analista em Gestão Previdenciária e 5 novos Técnico em Gestão Previdenciária, totalizando as 19 admissões oriundas do concurso previstas para o ano de 2022, restando pendente autorização para admissão de 72 Técnicos em Gestão Previdenciária classificados e habilitados em concurso público. Previdência Complementar - PREVCOM: O regimede previdência complementar foi instituído pela Lei nº 14.653, de 22/12/2011, que fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da assinatura do convêniode adesão de seus respectivos poderes têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Para administrar esse novo regime foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - Prevcom - primeira entidade de previdência complementar destinada exclusivamente para servidores públicos. Atualmente, possui uma população de 47 milpessoas-participantes, beneficiários e assistidos e um patrimônio de R$ 2,52 bilhões-referência: outubro/2022. Por meio da Prevcom, o servidor paulista pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado para a formação de sua reserva financeira. Planos de Benefícios - de Contribuição Definida-CD e formatados de acordo com as normas vigentes que regulam o Regime de Previdência Complementar. Os servidores do Estado de São Paulo têm contribuição paritária do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação-parcela do rendimento que ultrapassa o limite do INSS; PREVCOM RP: destinado aos servidores públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RPPS, administrado pela São Paulo Previdência - SPPREV, autarquia estadual e órgão gestor único do RPPS paulista. Podem participar do plano os servidores titulares de cargo efetivo que entraram em exercício a partir de: 21/1/2013 - Poder Executivo - administração direta, autarquias e fundações; 22/03/2013 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; 2/10/2013 - Universidades Estaduais - USP, UNESP e UNICAMP; e 23/6/2014 - Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública e Ministério Público. Os servidores vinculados ao RPPS que entraram em exercício no serviço público antes das

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

datas mencionadas acima também podem inscrever-se na Prevcom como participantes Ativos Anteriores, sem a contrapartida do Estado, tendo em vista que já têm direito a aposentadorias integrais ou proporcionais; Prevcom RG: destinado a todos os servidores/empregados públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RGPS-empregados públicos - concursados, ocupantes de cargos de livre nomeaçãoe exoneração - comissionados e de confiança, e servidores contratados sob outros regimes jurídicos, como a Lei 500/1974, com contribuição para o INSS, independente da data de ingresso no setor público. PREVCOM RG-UNIS - foi criado exclusivamente para os servidores da Universidade de São Paulo - USP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp e da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, vinculados ao RGPS, independente da data de ingresso. Participam do plano, portanto, os empregados públicos - concursados, ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração - comissionados e de confiança, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, desde que sejam contribuintes do INSS. Com a publicação da Lei 17.293, de 15/10/2020, foram suspensas as inscrições aos planos PREVCOM RG - permite somente a adesão de deputados e PREVCOM RG-UNIS; Gestão de Outros Entes - A Prevcom já administra a previdência complementardos servidores dos estados de Rondônia - plano PREVCOM RO, Mato Grosso do Sul – plano PREVCOM MS, Mato Grosso - plano PREVCOM MT e Pará - PREVCOM PA e do município de São Paulo - plano SP Previdência. Além disso, conta com o PREVCOM MULTI, um plano multipatrocinado que reúne vários munícipios e se mostra como solução para os entes que precisam implantar o regime de previdência complementar, mas não têm número suficiente de servidores que justifique os elevados custos de criação e gestão. O plano tem a adesão de Barretos, Birigui, Guarulhos,Itapevi, Jales, Lençóis Paulista, Louveira, Mairiporã, Osasco, Ribeirão Preto, Santa Fé do Sul, Santos, São José do Rio Preto, Valentim Gentil e Piracicaba. A Prevcom foi autorizada a gerir planos de previdência de servidores de outros estados e municípios por meio da Lei nº 16.391, de 15/3/2017. A medida contribui significativamente para a redução de custos dos entes, que não precisam implantar fundação própria de previdência e arcar com gastos de estrutura física e de pessoal. Também vai ao encontro da reforma da previdência, tendo em vista que a EC 103/2019 prevê a instituição do regime deprevidência complementar para todos os estados e municípios da federação. Balanço dos Resultados - referência: outubro/22 - Participantes: 47.092 - Plano RG: 14.615/Plano RP: 20.591/Plano RG-UNIS: 8.578/RO: 602/MULTI: 1.678/SP Previdência: 203/MS: 523; MT: 302. Pagamento de benefícios - Aposentadorias - a Fundação iniciou o pagamento de aposentadorias em fevereiro de 2017. Até o mês de outubro deste ano, a Prevcom registrou o pagamento de R$ 55,1 milhões a 790 servidores. Pensões -o pagamento de pensões foi iniciado em janeiro de 2014. Até outubro, foram pagos R$ 35,8 milhões a 542 beneficiários. Atividades de Investimentos - Valor acumulado - posição em 30/10/22: R$ 2,52 bilhões. Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE: Produção Geral do Iamspe no ano de 2022: O IAMSPE é autarquia estadual sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônios próprios, criado pelo Decreto-lei nº 257, de 29/5/1970, com a finalidade precípuaprestar assistência médica e hospitalar, de elevado padrão, aos seus contribuintes e beneficiários. Atualmente a assistência médica e hospitalar prestada pelo instituto é composta por: Rede Própria: Consultas Médicas, Cirurgias, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico-SADT, realizados no Hospital do Servidor Público Estadual e CEAMAS; Rede Credenciada: Atendimento médico por meio de Consultórios Médicos, Clínicas Especializadas, Policlínicas, Hospitais Gerais e Especializados,Diagnósticos por Imagens, Laboratórios de Análises Clínicas+-SADT

2022	*Consultas*	*SADT*	*Cirurgias*	*Internação*
Produção HSPE *	523.556	2.913.506	12.388	21.332
Produção Rede **	1.617.356	5.970.216	14.474	25.942
Produção Ceamas **	46.834	145.517	Não aplicável	Não aplicáv el
Total	*2.187.746*	*9.029.239*	*26.862*	*47.274*
Consultas = Ambulatoriais e Urgências				
SADT = Exames Diagnósticos e Terapêuticos				

Período de Janeiro/22 a Outubro/22 *- Período de Janeiro/22 a Agosto/22 ** Composição da Rede de Assistência Médica Hospitalar e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT

Tipo de Prestador	*Classificação*	*2022*
Credenciado	Consultório médico	707
Entidade	Hospital Especializado	7
	Hospital Geral	69
	Serviços de Retaguarda	13
	Exames de Imagem	52
	Exames de Laboratório	50
	Policlínica	6
	Fisioterapia	17
	Crônicos	7
Total de Prestadores		928
Municípios cobertos		164

Programa de Gerenciamento de Crônicos – PGC: Programa de Gerenciamento de Crônicos – CEAMAS: O PGC foi implantado nos 17 Ceamas do Iamspe em 2008 com o objetivo de oferecer atenção e cuidados aos pacientes com doenças crônicas (diabetes mellitus, hipertensão arterial, dislipidemias, hipotireoidismo e osteoporose) não transmissíveis, de forma integral e integrada e manter o paciente compensado, evitando ou adiando os casos de complicações da doença.

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE CRÔNICOS NOS CEAMAS - 2022	
Total de Pacientes Cadastrados – Ceama*	185
Total de Pacientes Ativos	34.471
Nº de Médicos ativos PGC - CEAMAS	27

*Pacientes cadastrados no período de Janeiro a Outubro/2022

Programa de Gerenciamento de Crônicos – PGC – Geriatria do HSPE: Modelo de assistência especializada no atendimento do paciente idoso de alta complexidade que necessita de monitoramento contínuo por equipe médica e multiprofissional. O objetivo é manter o paciente compensado, preservando a sua independência e reduzindo risco de agravamento e internações. O PGC conta atualmente com 10 ambulatórios com 6 geriatras assistenciais e uma central de atendimento com tele assistência médica, enfermagem, fisioterapia e técnicos de relacionamento que monitoram esses pacientes por ligações ativas e receptivas para marcação de consultas, exames e direcionamento de dúvidas e orientações. Número de pacientes inscritos no programa: 1.289

Tipo de procedimentos	*pacientes atendidos*
Consulta médica geriatra	3.527
Tele atendimento médico	468
Tele atendimento fisioterapia	95
Tele atendimento enfermagem	248
Atendimento central de atendimento	11.870
Total atendimento	16.208

Programa Enfermagem em Casa – PEC: O PEC tem por objetivo reduzir o número de internações de pacientes elegíveis para alta com encaminhamento para tratamento no domicílio. Contribui com a redução da média de permanência hospitalar com acompanhamento domiciliar por equipe de enfermagem. Número de pacientes atendidos segundo origem: Número de pacientes segundo tipo de procedimentos: Número de procedimentos realizados:

Origem	Núm.
Internação	948
Pronto socorro	320
Ambulatório	32
Total	1.300

Tipo procedimento	número
Apoio pós alta	751
antibioticoterapia	510
curativo	39
Total	1.300

Tipo de procedimento	Número
antibioticoterapia	3.860
Apoio pós alta	3.034
Curativo	1.993
Total	8.887

Número de diárias evitadas por antibioticoterapia domiciliar e economia para o IAMSPE: O número de diárias de internações evitadas está diretamente relacionado com o número de procedimentos deantibioticoterapia realizados por dia. Assim, foram evitadas 3475 diárias de internações que custariam R$ 3.475.000,00 considerando o custo da diária hospitalar de R$ 1.000,00. O custo da empresacontratada foi de R$1.597.086,00 significando uma economia de R$1.877.913,36 para o HSPE no período de janeiro a outubro de 2022. Prevenir – Centro de Promoção e Promoção da Saúde: Vigilância Epidemiológica: O Núcleo de Vigilância Epidemiológica realiza a notificação compulsória das doenças, agravos e eventos de saúde pública sob vigilância definidas pela Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017. A tabela abaixo lista as doenças, agravos e eventos atendidos no Hospital do Servidor Público Estadual – Francisco Morato de Oliveira (HSPE-FMO) e notificados de janeiro a outubro de 2022.

Notificação de Doenças	*nº de casos*
Coronavirus	3.393
Dengue	945
Acidente de Trabalho perfuro cortante	99
Sifilis	77
Variola dos macacos	65
Tuberculose	58
SRAG	53
Hepatite C	34
Febre Chikungunya	24
Quimioprof TB	21
Esquistossomose	19
Leptospirose	12
HIV	11
Hepatite B	10
Febre Amarela	8
Leishmaniose	8
MNT-microbactéria não TB	7
Zika Virus	7
Hepatite A	4
Doença Prionica	3
Influenza	3
Meningite	3
Brucelose	2
Sarampo	2
Vacinação anti-rábica	1
Bartonelose	1
Coqueluche	1
Enterovirus	1
Febre Maculosa	1
Febre Do Nilo	1
Hepatites	1
Neurossifilis	1
TOTAL	4.876

Programa de rastreamento de câncer de mama no HSPE: A mamografia de rotina para mulheres de 50 a69 anos possibilita a identificação precoce de câncer de mama, reduzindo agravamento e mortalidade.O Prevenir faz o rastreamento de todos os exames de mamografia realizados no HSPE para identificar mulheres com suspeita de câncer, ou seja, pacientes com resultado Bi-rads 4, 5 e 6. Estes pacientes são identificados e encaminhados para avaliação com o médico especialista. Em 2022, foram identificados 206 pacientes com resultado de mamografia Bi-Rads 4, 5 e 6. Promoção e Educação em Saúde: 1. Atividades de promoção de saúde e prevenção de agravos nas entidades conveniadas:

Entidade	*Assunto*	*Meios*
Secretaria da Educação	- Prevenção de câncer de mama - Recuperação pós câncer	Palestra
Tribunal Justiça Militar	- volta ao trabalho - levantamento de perfil de risco	Palestra inquérito epidemiológico
Secretaria de Administração Penitenciária	- levantamento de perfil de risco	Inquérito epidemiológico
Ministério Público	- ler/dort - tabagismo - manchas na pele - volta ao trabalho	Palestra
Secretaria da Fazenda e Planejamento	- sequela covid-19	fluxo para atendimento no HSPE
Secretaria de Segurança Pública	- hepatite	rastreamento
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp	- qualidade de vida	encaminhamento psicólogo

Atividades de promoção da saúde e prevenção de agravos realizadas pelo Programa Relacionamento, dirigido a todos os servidores do Estado de SP. (Canal Prevenir/Youtube)

Tema	Assunto	Meios	Participantes
Saúde mental	Depressão	Entrevista	35
	Doenças psiquiátricas mais prevalentes	Entrevista	228
	saúde mental no ambiente de trabalho	Entrevista	155
Doença oncológica	Leucemias	Entrevista	364
	Prevenção câncer de útero	Entrevista	52
	Prevenção de câncer de cólon	Entrevista	53
Prevenção de hepatopatia	Efeito de chás emagrecedores no fígado	Entrevista	1481
	Hepatites	rastreamento	160
Doenças ocupacionais	Ler-dort e terapia ocupacional	Entrevistapalestra	1011

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

Doenças alérgicas	Urticárias	Entrevista	304
Prevenção câncer de pulmão	Dia mundial sem tabaco	Entrevista	344
Doenças pulmonares	Asma	Entrevista	598
Prevenção de doenças crônicas	levantamento de fatores de risco	Inquérito epidemiológico	9190
SUB TOTAL			14.375
Visualização vídeos armazenados		vídeos	14.600
Total			28.975

Programa de Atenção ao Idoso – PAI: O PAI monitora pacientes idosos de baixa e média complexidadecom o objetivo de contribuir para o envelhecimento ativo com qualidade de vida.

Atividades	Nº participantes
Atividades físicas	2637
Atividades educativas	1653
Consulta equipe multiprofissional	505
Mensagens encaminhadas	918
Ligações telefônicas	787
Total	6.500

Centro de Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa – CEDEP: Na área de ensino e pesquisa o Centro de Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa – Cedep atua com o objetivo de promover, estimular, regular, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao ensino e pesquisa científica na área de saúde doIamspe. Também compõem o CEDEP: a) Comitê de Ética em Pesquisa – CEP: Em 2022 foramemitidos 295 pareceres consubstanciados e 63 pesquisas aprovadas no âmbito do Instituto, sendo 56 com financiamento próprio e 07 patrocinadas; b) Comissão de Residência Médica – Coreme: O MédicoResidente recebe bolsa de estudo mensal da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com 15,232% do valor custeada pelo Iamspe. Recebe ainda bolsa do Ministério da Saúde sem custo para o Iamspe, cujos valores são determinados conforme legislação vigente;

Bolsa	Valor por Residente (R$)	Total de Residentes	Custo Mês Iamspe (R$)	Custo Anual Iamspe (R$)
Secretaria da Saúde SP	3.480,65	257	0,00	0,00
Iamspe	625,44		160.738,08	1.452.087,17
Ministério da Saúde	4.106,09	302	0,00	0,00
Total		559		1.452.087,17

Comissão de Graduação – Medicina - Estágios Curriculares Supervisionados - Graduação em Medicina tem o objetivo de oferecer aos alunos do 5º ao 12º semestre do curso de Medicina, a possibilidade de atuar em diversas áreas com a supervisão de médicos do Hospital do Servidor Público Estadual e acompanhamento da Coordenação do curso de Medicina da UNICID, visando atividades acadêmicas que proporcionem a ampliação de conhecimentos dos alunos e a qualidade no atendimento aos usuários. Total de alunos de janeiro a outubro de 2022 - 2.635. Visitas Técnicas/Ligas de Medicina: destina-se a estudantes tendo como objetivo fornecer uma rápida visão sobre os aspectos operacionais, funcionais e de instalações físicas de determinados serviços do HSPE. Total de Visitas Técnicas por alunos de medicina de janeiro a outubro de 2022 = 470 Comissão de Graduação – Ciências da Saúde: Administra o Programa de estágio curricular obrigatório, para alunos dos cursos de ensino de nível superior em Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição conforme legislação vigente do Conselho Nacionalde Educação.

Estágio Curricular Obrigatório Vagas Cedidas/Utilizadas			
Instituição	Enfermagem	Fisioterapia	Nutrição
UNICID	314	435	0
UNICSUL	08	127	12
TOTAL	322	562	12

Total de Estagiários em 2022= 896

Comissão de Pós-Graduação Stricto Sensu: Administra o Programa de Pós-Graduação na área de Ciências da Saúde nível Mestrado e Doutorado Stricto Sensu, conforme legislação da Capes, com fornecimento de subvenção e bolsas. Administra também o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC do CNPq, destinado a alunos de graduação de ensino superior nas áreas deciências da saúde, com fornecimento de bolsas.

Alunos e Atividades Desenvolvidas pelaPós-Graduação Stricto Sensu Período: 01/01/2022 a 31/10/2022	
Alunos de pós-graduação – Mestrado e Doutorado	132
Alunos de iniciação científica	08
Estágio Pós-Doutoral (Capes:4 IAMSPE: 2)	06
Orientadores (Permanentes, Colaboradores, Pontuais)	55
Defesas realizadas	20
Exames gerais de qualificação realizados	18
Bolsa Capes para pós-graduação	07
Bolsas Iniciação Científica	04
Entrevistas realizads para ingresso	48
Reuniões Mensais	08

Comissão de Pós-Graduação Lato Sensu - Medicina: Coordena o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização na área médica e demais áreas da saúde, conforme Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Naciona de Educação nº 01 de 06/04/2018, cuja carga horária é de no mínimo 360 horas e duração máxima de 02 anos. Além dos especializandos internos, o serviço recebeu 34 estagiários opcionais em 11 serviços do HSPE. Serviços Médicos: 16 / Sub-especialidades: 45 = 128 matriculados.

Especialidade	Nº de Cursos	Nº de Alunos
Alergia e Imunologia	01	08
Cardiologia	02	01
Cirurgia Cabeça e Pescoço	02	03
Cirurgia Geral	01	04
Cirurgia Torácica	01	01
Geriatria	03	09
Ginecologia e Obstetrícia	03	12
Hematologia	01	04
Neurocirurgia	01	01
Neurologia	04	09
Nutrologia	01	10
Oftalmologia	09	35
Ortopedia e Traumatologia	08	16
Radiologia	03	06
Reumatologia	02	07
Urologia	03	02
Total	45	128

Comissão de Pós-Graduação Lato Sensu – Multiprofissional: Coordena o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização na área de ciências da saúde multiprofissional, no ano de 2022 abriu edital de seleção para o curso de Habilitação em Odontologia Hospitalar, com 12 vagas. Comissão de Revista Científica: O Iamspe por meio do CEDEP edita quadrimestralmente a Revista Científica, com artigos produzidos pelos profissionais de saúde do Instituto, referência no ensino médico no Brasil. De Janeiro a Outubro/2022 foram editadas 2 revistas sendo divulgados 27 artigos. Núcleo de Inovação Educacional: Desenvolve suas atividades por meio da equipe de Educação Permanente em Saúde, através de capacitações e treinamento para o quadro de funcionários do Iamspe, a partir de demandas detectadas pela Gerência de Recursos Humanos e o levantamento de necessidadesde treinamentos junto às unidades do Instituto. No período de janeiro a outubro de 2022 foramrealizados 06 cursos, treinando 682 funcionários com uma carga horária total de capacitação de14.797h30min. Foi desenvolvido para os residentes um curso com total de 352 residentes e carga horária de 3520 horas. Para os funcionários da empresa terceirizada da enfermagem 11Care dos 6 cursos oferecidos, dois eles puderam participar contando com 234 participantes e 4020 horas detreinamento. Centro de Simulação Realística: O Centro de Simulação Realística (Cesir) é um espaço de treinamento realístico para profissionais da saúde do Iamspe, nas áreas de emergências clínicas, técnicas cirúrgicas e práticas avançadas, além de, proporcionar cenários que representam situações fiéis a realidade, assim como, dispõe de um estúdio de gravação para os eventos educacionais.

Cursos e Treinamentos		
Treinamentos	Participantes	Total de Horas
287	2.535	7.680

Cursos e Treinamentos		
Gravações	Participantes	Total de horas
37	110	158h30min

Plano Odontológico: O Iamspe oferece aos seus 1,2 milhão de usuários a opção de ter um plano odontológico (categorias básico, superior e executivo) com uma ampla rede de atendimento presente em 200 municípios do Estado, incluindo a Capital. Direcionado apenas a usuários do Instituto, inclusive agregados e dependentes, a adesão é facultativa e individual. De Janeiro a Outubro/2022, houve a adesão de 8.396 usuários, totalizando 103.249 usuários que utilizam o plano odontológico. Hospital do Servidor Público Estadual - "Francisco Morato de Oliveira" Registro Hospitalar de Câncer (RHC): O Registro Hospitalar de Câncer (RHC) pode ser definido como um sistema estruturado de coleta e análise de dados dos casos de câncer atendidos em um hospital, de modo a gerar informações que permitam conhecer o perfil dos pacientes tratados e as características do tumor, avaliar a atenção oncológica oferecida e a eficácia do tratamento, no sentido de subsidiar o planejamento na busca da melhoria da atenção, além de servir como fonte de dados para as ações de vigilância em saúde e também à pesquisa. Envio trimestral de dados à Fundação Oncocentro de São Paulo – FOSP: Março/2022 – 514 casos novos (admissões) e 404 seguimentos; Junho/2022 – 396 casos novos (admissões) e 409 seguimentos e Setembro/2022 – 561 casos novos (admissões) e 669 seguimentos. Dejaneiro a outubro de 2022 foram 1.471 casos novos (admissões) e 1.482 seguimentos. Posto de Vacinação: O Posto de Vacinação do HSPE, atende os usuários IAMSPE, bem como toda populaçãoem geral. No Posto de vacinação do HSPE, de 01/01/2022 a 31/10/2022, foram aplicadas 500 doses de vacina contra Covid-19 incluindo funcionários do Iamspe e público em geral e, de grande importância especialmente para os idosos, foram aplicadas 355 doses de vacina contra influenza. Informamos também resultados das campanhas de vacinação em 2022: Pneumo 13 (941 pessoas vacinadas), Pneumo 23 (458 pessoas vacinadas) e Meningo C (3109 pessoas vacinadas até out./22). Ações HSPE 2022: O Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), ainda que frente à redução dos casos de Covid-19, mantém medidas para controle do avanço da Covid-19, das quais ressaltamos uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos funcionários, uso de máscaras por todos no ambiente hospitalar, normas para visitas e acompanhantes visando a segurança do paciente, distanciamento social nas salas de espera, e demais recomendações técnicas, proporcionando maior segurança e menores riscos de contaminação para usuários e funcionários. Com a redução de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 no HSPE, foram feitas adequações dos leitos de internação, enfermarias e UTI, permitindo a retomada gradativa dos atendimentos aos demais pacientes. A média de cirurgias realizadas por mês no 3° trimestre e 2022 é de 1380, praticamente a mesma do 3° trimestre de 2019 (pré-pandemia Covid-19) que foi de 1378 cirurgias/mês. Em maio de 2022 foi desativado o Gripário do HSPE, direcionado ao atendimento exclusivo de casos de pessoas suspeitas de serem portadoras de Covid-19, sendo que o Pronto-Socorro passou a utilizar a estrutura física e colaboradores para o atendimento nos moldes pré- pandemia. No entanto manteve-se uma estrutura específica para atendimento a casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 de maneira a assegurar a qualidade e segurança para todos os pacientes e usuários do HSPE. No Ambulatório foi retomado o horário de funcionamento pré pandemia, das 6:30às 18:30 horas de 2as às 6as feiras. Foi criado posto "Posso Ajudar" no térreo do ambulatório com a finalidade de tirar dúvidas e fornecer informações sobre atendimento ambulatorial. Realizada adequação da estrutura física com mudança do setor de vacina para o Centro Integralidade, readequações das salas de atendimento e exames dos serviços, e aproveitamento de áreas utilizadas como apoio durante a pandemia, possibilitando maior conforto aos usuários e evitando aglomerações. Houve implantação do controle de acesso por catracas, com atendimento automatizado por QR code, através do qual é feito o check-in (abertura de ficha) e check-out (baixa no atendimento) do usuário conforme agendamento prévio, conferindo agilidade no processo e maior conforto ao paciente. Sistema semelhante foi também implantado no Bloco F para atendimentos no laboratório clínico, medicina nuclear, radioterapia e quimioterapia, medicina física, pneumologia ambulatorial e ambulatório de cirurgia torácica.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MISSÕES INTERNACIONAIS – CANADÁ **-** Reunião no Consulado Geral do Brasil na cidadede Montreal para tratar da cooperação entre São Paulo e o Canadá. Participação na Conferência C2 pelo programa Creative-SP. Encontro organizado pelo Câmara de Comércio Brasil - Canadá com empresários canadenses para desenvolver projetos no âmbito da Economia Criativa. *ESCÓCIA* **-** Participação no Fringe Festival pelo programa Creative-SP. *ALEMANHA* **-** Participação na Bienal do Livro pelo programa Creative-SP. *ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA* – Governador e Secretário de Relações Internacionais - Participação em evento LIDE. *EGITO* **-** Participação na COP27. Observação: a Secretaria de Relações Internacionais organizou e coordenou as agendas das missões. Foram produzidos informativos, discursos e outros documentos relevantes. *REUNIÕES*[2] - Reuniões com Embaixadas e Consulados - *18/1/2022 - Reunião com Cônsul das Ilhas Marshall; 20/1/2022* - Reunião com o Embaixador da Jordânia; *21/1/2022* - Reunião com o Consulado de Israel e a SABESP; *27/1/2022* - Reunião com a Câmara de Comércio Brasil-Catalunha. *28/1/2022* - Reunião com o Escritório comercial do Québec; *2/2/2022* - Reunião com o Cônsul da Suíça e com a Província de Antioquia-Colômbia; *3/2/2022* - Reunião com o Consulado do Canadá; *8/2/2022* - Reunião com o Cônsul da Itália; *10/2/2022* - Reunião com a Embaixadora da Bulgária; *15/2/2022* - Reunião com Deputado da República Dominicana; *17/2/2022* - Reunião com o Cônsul de Israel; *22/2/2022* - Reunião com o Cônsul da Argentina; *3/3/2022* - Reunião com Consulado do Reino Unido; *7/3/2022* - Reunião com o Embaixador da Itália; *14/3/2022* - Reunião com o Cônsul da Ucrânia; *15/3/2022* - Reunião com o Embaixador do Perú e com o Governador de Santa Cruz de la Sierra; *25/3/2022* - Reunião com o Cônsul do Brasil em Medellín; *29/3/2022* - Reunião com o Cônsul do Chipre; *5/4/2022* - Reunião com o Cônsul da Turquia; *6/4/2022* - Reuniãocom Consulado dos Estados Unidos e com Consulado da França; *13/4/2022* - Reunião com Consulado da França; *14/4/2022* - Reunião com Consulado dos Estados Unidos; *3/5/2022* - Reunião com o Cônsul da França; *10/5/2022* - Reunião com o Escritório Comercial do Québec; *12/5/2022* - Reunião com o Cônsul do Chile; *13/5/2022* - Reunião com Consulado da Suíça; *17/5/2022* - Reunião com o Cônsule o Encarregado de Negócios daUcrânia; *3/6/2022* - Reunião com Consulado dos Estados Unidos; *9/6/2022* - Reunião com o Cônsul de Cuba; *13/6/2022* - Reunião com Consulado dos Países Baixos; *26/7/2022* - Reunião com o Cônsul da Grécia; *27/7/2022* - Reunião com Consulado do Japão; *3/8/2022* - Reunião com a Cônsul da Índia; *30/8/2022* - Reunião com Consulado do Chile; *9/9/2022* - Reunião com Vice-Ministra de RI do Québec; *12/9/2022* - Reunião com o Cônsul de Portugal; *20/9/2022* - Reunião com Vice-Ministro de New Brunswick; *6/10/2022* - Reunião com o Consulado dos EstadosUnidos; *11/11/2022* - Reunião com Embaixadora do Haiti; *19/11/2022* - Reunião com Embaixadores israelenses; [1]artigo 2, incisos I, II, III, IV, V e VI, do Decreto nº 64.189/2019 [2](artigo 2, incisos I, II, III, IV, V e VI, do Decreto nº 64.189/2019. *1/12/2022 - Reunião com Consulado dos Estados Unidos* Reuniões Intersecretariais e com Entidades da Administração Pública Estadual - *20/1/2022* - Reunião com Mario Sérgio, Assistente Executivo da Diretoria deEmpreendimentos, Tecnologia e Meio Ambiente da Sabesp; *21/1/2022* - Reunião Israel e Sabesp; *21/1/2022* - Reunião InvestSP; *28/01/2022* - Reunião InvestSP- ativações Meta 3; *31/1/2022* - Reunião MONUEM-ERESP; *2/2/2022* - Reunião com Antioquia e Secretaria de Infraestrutura e MeioAmbiente-SIMA; *2/2/2022* - Reunião Subsecretaria de Parcerias; *7/2/2022* - Reunião InvestSP + Sub Parcerias; *22/2/2022* - Reunião SISEM e Baylat; *3/3/2022* - Reunião Secretaria de Segurança Pública- SSP e Consuladodo Reino Unido; *11/3/2022* - Reunião Secretaria de Desenvolvimento Econômico- SDE; *31/3/2022* - Reunião Polícia Militar do Estado de São Paulo-PMESP e Medellín; *5/4/2022* - Reunião Coursera e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA; *12/4/2022* - Reunião com Secretaria da Administração Penitenciária; *19/4/2022* - Reunião Agência Brasileira de Cooperação- ABC e Secretariada Saúde; *20/4/2022* - Reunião Polícia Militar do Estado de São Paulo-PMESP eConsulado do Reino Unido; *29/4/2022* - Reunião com Secretaria de Desenvolvimento Econômico- SDE; - Virada ODS; *3/6/2022* - Polícia Militar do Estado de São Paulo-PMESP+ ConsuladoEUA; *21/6/2022* - Reunião Palas Athena e Secretaria da Educação- Seduc; *23/6/2022* - Reunião InvestSP; *7/7/2022* - Reunião Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente- SIMA - COP27; *12/7/2022* - Reunião Sabesp; *13/7/2022* - Reunião Creative SP; *19/7/2022* - Reunião Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB - Acordo Ambiental; *28/7/2022* - Reunião ABC, JICA,Moçambique, Secretaria da Saúde; *3/8/2022* - Reunião entre delegação da National Youth DevelopmentAgency-África do Sul e Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE; *12/8/2022* - Reunião entre ONU Brasil e Governo do Estado de São Paulo; *30/8/2022* - Reunião SDES e Consulado do Chile; *8/9/2022* - Reunião com Secretaria de Segurança Pública- SSP; *12/9/2022* - Reunião Casa Militar e Consulado de Israel; *14/9/2022* - Reunião missão SDES Chile; *16/9/2022* - Reunião sobre apuração da situação de refugiados afegãos; *21/9/2022* - Reunião com InvestSP; *11/10/2022* - Reunião com InvestSP; *11/10/2022* - Reunião com a Secretaria de Turismo sobre os refugiadosafegãos; 14/10/2022 - Reunião com ACNUR; 14/10/2022 - Reunião com SETUR sobre os refugiados afegãos; 17/10/2022 - Reunião com Posto Humanizados sobre refugiados afegãos; 20/10/2022 - Reunião com OIM; 24/10/2022 - Reunião com Delegação da Província de Oita; 27/10/2022 - Reunião com Associação Brasileira de Empresas Chinesas; 7/11/2022 - Reunião com Delegação da Província de Toyama; 10/11/2022 - Reunião Migracidades. Reuniões da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Legislativado Estado de São Paulo-Alesp **-** *15/2/2022* - Reunião da Comissão de Relações Internacionais da Alesp -reunião virtual; *17/2/2022* - Entrevista TV Alesp; *15/3/2022* - Reunião da Comissão de Relações Internacionais da Alesp -Cônsul da Argentina; *29/3/2022* - Comissão de Relações Internacionais da Alesp; *12/4/2022* - Reunião Virtual com o Pres. da Comissão de Relações Internacionais da Alesp; *10/5/2022* - Comissão de Relações Internacionais da Alesp; *17/8/2022* - Evento Alesp e Grupo de Países da América Latina e Caribe-GRULAC; *EVENTOS*[3] - *7/1/2022* - Recepção aos Embaixadores Leonardo Luís G. N. Fernandes e Ruy Carlos Pereira respectivamente Secretaria de Comunicação e Cultura do Itamaraty e diretor da Agência Brasileira de Cooperação -ABC - *24/1/2022* - Evento do Consulado da China: Olimpíadas de Inverno 2022; *28/1/2022* - Relações Brasil-Alemanha no presente e no futuro; *4/2/2022* - Lançamento Creative SP; *10/2/2022* - Semana da Índia - Azadi Ka Amrit Mahotsav Week; *13/2/2022* Exposição Pilares de 22 e Lançamento da Nossa América; *16/2/2022* - Workshop sobre Jogos Eletrônicos - Fundação CASA; *16/2/2022* - Québec-São Paulo: Marco Global da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica; *17/2/2022* - Evento virtual - InvestSP e Escritório de Advocacia Felsberg: Temas econômicos e oportunidades de investimentos entre Brasil e Singapura; *18/2/2022* - Québec-São Paulo: Discussions about the Global Framework of the UN Convention on Biological Diversity; *21/2/2022* - Ato Solene em Memória as Vítimas do Holocausto; *21/2/2022* - Encontro Empresarial no Banco de la Nación Argentina com a presença do Governador da Província de Santiago del Estero, Sr. Gerardo Zamora; *21/2/2022* - Premiação do Consulado Chinês ao Instituto Butantan; *22/2/2022* - Launch of Ireland's Strategy for Latin America and Caribbean; *17/3/2022* - Publicação livro ABJICA - Visita da Plataforma Pasteur-USP; *21/3/2022* - Dia Internacional de Luta pela Eliminação da DiscriminaçãoRacial - Lançamento da Semana da Francofonia 2022; *24/3/2022* - 2º Fórum de Inovação em Governo do IdeiaGov; *25/3/2022* - Lançamento do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado São Paulo - Evento online para Apresentação do Trem da BYD para a L-17; *26/3/2022* - Museu Catavento - Data Nacional da Grécia; *30/3/2022* - A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil convida para a Cerimônia de Posse dos Membros de sua Diretoria - Triênio 2022/2024; *6/4/2022* [3]artigo 2, incisos I, II, IV, V e VI, do Decreto nº 64.189/2019. *6/04/2022* - Lançamento do livro do Acordo Ambiental - 56 Cases deSucesso; *8/04/2022* - Encontro com Ministro da Economia da Argentina, Sr. MartínGuzmán: Argentina: perspectivas econômicas e oportunidades; *12/04/2022* - A Câmara de Comércio Árabe-Brasileira convida para o Seminário Made for Trade Live - Brazil in Focus; *18/4/2022* - Fórum Empresarial Cazaquistão; *20/4/2022* - Consulado da França - Visita a Plataforma Pasteur - Jantar Iftar; *24/4/2022* - Abertura oficial da nova chancelaria do Consulado-Geral da República da Turquia; *25/4/2022* - Visita da Coordenadora Residente da ONU ao CIC do Imigrante - Recepção no Consulado da Alemanha; *26/4/2022* - Evento Grécia – FAAP; *27/4/2022* - Dia do Rei - Consulado da Holanda; *28/4/2022* - Visita Goethe-MIS Experience; *29/4/2022* - Concurso Colegio del Año en Español - Data Nacional da África do Sul; *2/5/2022* - Celebração do Eid Al Fitr-SOBEM; *3/5/2022* - Encontro das Indústrias Químicas do Golfo Pérsico; *5/5/2022* - Inauguração da nova sede do Consulado do Líbano - Dia da Língua Portuguesa - Consulado de Portugal; *6/5/2022* - Evento Lia Diskin; *7/5/2022* - Museu da Língua Portuguesa;*9/5/2022* - Dia da Europa; *10/5/2022* - Lançamento da Campanha Inverno Solidário 2022; *18/5/2022* - Encerramento do II Fórum de Direitos LGBT+; *24/05/2022* - Celebração dos 74 anos da Independência de Israel; *25/5/2022* - Comemoração data Nacional Argentina - I Encontro Estadual de Liberdade Religios - Lançamento Múltiplos olhares sobre os Direitos; *27/5/2022* - Semana da Culinária Turca; *30/5/2022* - Evento Data Nacional da Croácia - *30/05/2022* - Independência de Israel; *2/6/2022* - Encontro no Consulado do Reino Unido - *2/6/2022* - Data Nacional da Della Itália; *5/6/2022* - Convite para pronunciamento no Dia Nacional da Suécia – 100 anos do Consulado Geral; *6/6/2022* - Visita a Plataforma Pasteur – USP; *6/6/2022* - Jantar na residência da Cônsul Geral do Canadá em São Paulo,Dra. Heather Cameron; *8/6/2022* - Aniversário da Rainha Elizabeth II. Comemorando jubileu deplatina, 70 anos no trono; *9/6/2022* - 10 Anos da FinnCham - *9/6/2022* - Dia de Portugal; *14/6/2022* - Visita ao Museu Afro Brasil; *20/6/2022* - Evento CIC do Imigrante - Despedida da Cônsul da Alemanha; *21/6/2022* - Dia Internacional da Índia; *22/6/2022* - Festival Varilux de Cinema Francês; *23/6/2022* - Lançamento virtual do aplicativo Guia de Direitos e Serviços para Migrantes no Brasil, da Cartilha de Direitos Humanos para Ucranianos Migrantes e Refugiados no Brasil e do Guia de Orientação em Direitos Humanos para pessoas do Afeganistão no Brasil; *24/6/2022* - Data Nacional do Québec; *29/6/2022* -Chá da tarde da Campanha Inverno Solidário - Quiz Data Nacional do Québec - 246º aniversário da independência dos EUA; *30/06/2022* - Canada Day; *3/7/2022* - Bienal do Livro; *4/7/2022* - Fórum Econômico Brasil e Países Árabes; *5/7/2022* - Encontro Empresarial Brasil e Egito; *7/7/2022* - Fifth Local and Regional Governments Forum on the 2030 Agenda - Encontro com empresários InvestSP; *8/7/2022* - Virada ODS Prédio da Bienal; *12/7/2022* - Abertura da Semana Mandela - Palestra Famíliaem Foco da Presidente da Hungria; *14/7/2022* - Data Nacional da França; *18-19/7/2022* - Brazil Creative Cities; *22/7/2022* - ASSECRE Doing Business in Dubai; *25/7/2022* - Abertura Global Agribusiness Forum; *1/8/2022* - Evento Inovação e Tecnologia de Israel - *1/8/2022* - Data Nacional Suíça; *3/8/2022* - Lançamento do livro A Revolução Grega de 1821: Hino à Liberdade Os 200 anos da Grécia moderna; *6/8/2022* - Aniversário de Independência da Bolívia;*10/8/2022* - Concerto São Paulo: Bicentenário Da Independência Do Brasil; *11/8/2022* - Cerimônia de Premiação do Prêmio CICV de Cobertura Humanitária - um reconhecimento ao jornalismo centrado nas pessoas; *15/8/2022* - Solenidade em Comemoração ao Dia do Imigrante Chinês; *17/8/2022* - Ato Solene Parcerias de Universidades Estaduais de São Pauloe o GRULAC; *23/8/2022* - Brasil-Índia: Encontro Bilateral; *24/8/2022* - Data Nacional da Ucrânia; *25/8/2022* - Conversation sur 200 ans de présence française - Data Nacional do Uruguai; *27/8/2022* - Abertura do 15º Festival da Cultura Coreana; *29/8/2022* - Abertura Programa Pensa Brasil; *30/8/2022* - Abertura M&T Expo. Feira Internacional de Equipamentospara Construção e Mineração; *31/8/2022* - Irish Corner - Abertura Exposição de Fotografia Dia Mrad - Abertura da 17ª Mostra Mundo Árabe de Cinema; *1/9/2022* - Posse da Cônsul Geral Honorária da Noruega, Juliana Meyer Gottardi; *4/9/2022* - Comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil; *6/9/2022* - Reinauguração do Museu do Ipiranga; *9/9/2022* - Recepção por ocasião do 150° aniversário do nascimento deSanta Teresa de Lisieux, celebrado em parceria com UNESCO e vinda das relíquias para São Paulo; *13/9/2022* - Café da manhã com o Corpo Consular; *15/9/2022* - Abertura oficial da Feira de Queijos e Produtos de Terroir, com corte da faixa e presença de autoridades brasileiras e francesas - 210º Aniversário da Independência México; *20/9/2022* - Evento Comemorativo do Aniversário de 10 anos daSuperintendência de Gestão Ambiental; *21/9/2022* - Evento Migra Cidades Boas Práticas em Governança Migratória Local; *24/9/2022* - Día de la Hispanidad; *26/9/2022* - Cerimônia virtual de assinatura do Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo ea Província de Shanxi; *27/9/2022* - Abertura da III Reunião do Comitê Setorial de Cidades Sustentáveis e Resilientes da UCCI e Cerimônia de entrega do diploma São Paulo Capital Verde Ibero-americana 2022; *28/9/2022* - Cerimônia de Entrega da modernização da Vila Olímpica Mário Covas - Study Gold Coast Destination Showcase & Networking Event; *29/9/2022* - Webinar para a América Latina: Inteligência Artificial e Direitoà Informação; *6/10/2022* - Visita ao Centro Paula Souza - Abertura de Exposição no Museu da Imagem e do Som -Dia da Unidade Alemã; *7/10/2022* - Recepção por ocasião da entrega de comenda de Officier de l'Ordre National du Mérite para o Sr. Sérgio Gusmão Suchodolski; *13/10/2022* - Abertura do 9º Panorama do Cinema Suíço Contemporâneo; *18/10/2022* - Abertura da Exposição Resiliência no Instituto Artium - Recepção para a Premiere da série Vamos Descobrir no UK com o Cônsul-Geral Britânico em São Paulo, Jonathan Knott - Recepção de Networking - Consulado do Canadá - EventoMigraCidades Boas Práticas em GovernançaMigratória Local; *21/10/2022* - CEMB Mercosul - *21/10/2022* - Ação conjunta com a secretaria de justiça, CIC do Imigrante e OIM para regularizaçãode documentação e encaminhamento aos abrigos da SEDS - Recepção Comemorativa da Data Nacional da Coreia; *23/10/2022* - Abertura XI Settimana Cucina Regionale Italiana; *24/10/2022* - Visita da Delegação da Província de Oita; *26/10/2022* - Fábrica de Cultura Sapopemba - Escritório de Québec; *27/10/2022* - Reunião com Associação Brasileira de Empresas Chinesaspara apresentar cachaça produzida em Shanxi - Assinatura de MoU com Israel - Abertura Mostra de Cinema Norueguês CCBB SP; *28/10/2022* - Visita do Corpo Consular ao Museu do Ipiranga - 99º Aniversárioda Proclamação da República da Türkiye; *1/11/2022* - Encontro com representantes da China Trade Center para apresentação da Bebida Fenjiu; *4/11/2022* - Degustação da Colada Morada con Guaguasde Pan; *5/11/2022* - Exposição De Altares De Día De Muertos; *6/11/2022* - Cerimônia de Celebraçãodos laços de Amizade EntreToyama e São Paulo;*7/11/2022* - Visita da Delegação do Governo da Província de Toyama - Cerimônia de doação de Livros ao Fundo Social/Secretariada Educação peloConsulado da China - Cerimônia da Assinatura do Acordo Ambiental SP-Chile - Almoço LIDE. *7/11/2022* - Sessão Solene em Homenagem ao Conselho Estadual Parlamentar de Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras -CONSCRE; *10/11/2022* - Convite do Consulado da Irlanda - Lançamento Maeve - Boas-Vindas à nova Cônsul da Bélgica; *11/11/2022* - Armistício França; *16/11/2022* - dinner reception; *18/11/2022* - Ministério Federal da Educação e Pesquisa da Alemanha; *19/11/2022* - Visita do Ministério Federal da Educação e Pesquisa da Alemanhaao Museu do Ipiranga; *21/11/2022* - Coquetel Uma noite em Bruxelas; *23/11/2022* - CCBC Fórum deDiversidade, Equidade e Inclusão; *24/11/2022* - Almoço com Embaixador do Canadá - Cerimônia deEntrega do Prêmio Jabuti 2022; *25/11/2022* - Jantar em Homenagem à Personalidade do Ano Britcham2022; *29/11/2022* - Abertura da 8ª edição da GOTEX SHOW; *1-15/12/2022* - 3ª Mostra Internacional de Cinema Virtual; *1/12/2022* - Celebração do 105º dia da Independência da Finlândia; *13/12/2022* - Mostra de documentário sobre Moldova: *Um pequeno país com um grande coração. Observação: para as reuniões e eventos, é realizada a produção de informativos, discursos e outrosmateriais, conforme o escopo de cada ação.É necessário a realização de estudos e pesquisas. Essesmateriais subsidiam as ações de cunho internacional do Governo.*

PROTOCOLOS DE INTENÇÕES - Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado de SãoPaulo e a Província de Shanxi - Protocolo de Intenções entre Programa das Nações Unidas para o MeioAmbiente - PNUMA e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB - Declaração de Intenções Tripartite entre o Instituto Pasteur de Paris, o Governo de São Paulo e a Universidade de São Paulo para a formalizaçãodo Instituto Pasteur de São Paulo - Termo Aditivo entre Secretaria de Educação e Reino Unido para ensino dalíngua Inglesa nas escolas estaduais [4]artigo 2, incisos I, II,

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:36

III, IV, V e VI, do Decreto nº 64.189/2019 Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e a Província de Shanxi; Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e Israel; Protocolo de Intenções entre Chile e a Companhia Ambiental do Estado deSão Paulo - CETESB.

ARTIGOS DO SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - Como São Paulo se tornou líder em diplomacia global - Publicado em Paradiplomacia.org, em 29/03/2022.[5] - A COP 27e o - arquivo da vergonha- Publicado em Brazil Journal, em 06/09/2022.[6]

- *AÇÕES DE COMUNICAÇÃO - Assessoria de Imprensa* - Em 1º junho, a Loures Comunicação assumiu a assessoria de imprensa da Secretaria de Relações Internacionais do Estado de São Paulo, implementando um processo de imersão e planejamento estratégico de ações para o desenvolvimento de uma comunicação profissional da pasta. Num resumo do início das atividades até o dia 15 de novembro, foram produzidos 31 releases e notas e contabilizadas 665 publicações. Mesmo sob o período eleitoral, osite, em processo de reformulação, recebeu publicações novas e retroativas até a primeira quinzena de novembro. No mês de julho, o anúncio de uma unidade autônoma do Instituto Pasteur iniciouas ações de mídia. Entre os temas trabalhados com ações diretas da SERI, a comunicação ainda abordou durante o mês, a conexão Brasil-Portugal via TAP com visita da CEO da companhia aérea portuguesa a São Paulo; sa assinatura do protocolo de intenções para desenvolvimento sustentável de todos os municípios do estado, documento que também foi apresentado durante a Virada dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU com cobertura da equipe de comunicação. No detalhamento de julho, foram 152 matérias, sendo 138 publicações on-line, 11 em impressos e 3 conteúdos de rádio. A abertura das inscrições para a Mostra Internacional de Cinema Virtual do Governode SP e a adesão do Consulado Geral da França como observador internacional do Acordo Ambiental São Paulo foram as duas principais ações trabalhadas no mês de agosto. Como resultado, 108 publicações no período - on-line: 86, impresso: 9, rádio: 11 e duas em TV. [5]https://paradiplomacia.org/art%C3%ADculo/29032022105343 [6]https://braziljournal.com/opiniao-a-cop-27-e-o-arquivo-da-vergonha/ - Tendo como grande eixo o Bicentenário da Independência, a assessoria de imprensa durante o mês de setembro, trabalhou conteúdos e ações além do factual.A estratégia foi fazer do 7 de setembro e das relações entre Brasil e Portugal pano de fundo para apresentar o protagonismo de SãoPaulo em investimentos estrangeiros, que resultaram em duas grandes rodadas de entrevistas em rádios no interior de São Paulo, concedidas pelo secretário. O mês movimentado ainda teve na pautao intercâmbio de alunos paulistas para o Canadá, o SP Day no Festival de Cinema de San Sebastián,na Espanha. O resultado desta estratégia resultou em 110 matérias, 68 na web, 17 em jornais impressos, um podcast e uma matéria exclusiva ao vivo para a TV Globo, com a iluminação do Palácio dos Bandeirantes em cores da bandeira inglesa em homenagem póstuma à rainha Elizabeth II. Além das 22 entrevistas de rádio, que totalizaram mais de três horas no ar, numa aproximação ainda maior com a população. Também com agenda concorrida, o mês de outubro teve sete pautas inéditas: Mostra Internacional de Cinema Virtual; participação de São Paulo na Feira do Livro de Frankfurt; visita da delegação do Ministério da Educação da Holanda ao Centro Paula Souza, a visitacônsul dos Estados Unidos ao Palácio do Bandeirantes, assinatura de um acordo SP Israel via PnumaONU para o meio ambiente, os 70 anos da Fundação Oita Kenjin Brasil e ainda a organização de umavisita de diplomatas ao Museu do Ipiranga, que ganhou muito espaço na mídia. No resumo numéricodo mês, 226 matérias publicadas - 204 online, 18 impressos, 3 rádios e 1 podcast. O início do mês denovembro traz 69 publicações-60 online, 9 impressos e 1 TV, que abordam entre outros temas, como a adesão do Chile como observador internacional do Acordo de São Paulo, a celebração da amizadeentre a províciade Toyama no Japão e São Paulo e a chegada de uma bebida milenar chinesa ao país, as ações do Governo de São Paulo em prol do meio ambiente e a participaçãona COP 27, a Conferência Mundial do Clima, realizada no Egito. As questões climáticas e a postura dos governosdiante do problema também foram tema de artigo assinado pelo secretário Julio Serson que já ganhouas páginas de opinião em 24 veículos de comunicação.

SECRETARIA DA SAÚDE

O papel da Secretaria de Estado da Saúde na gestão do SUS/SP - Segundo as diretrizes nacionais do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde - SES tem a responsabilidade geral de formulação e coordenação da política do sistema no Estado. As funções da SES podem ser resumidas em cinco dimensões: Manter a rede assistencial própria do Governo do Estado - são serviços próprios estaduais de saúde, hospitalares ou ambulatoriais da administração direta, indireta-fundações e autarquias e de Organizações Sociais de Saúde - OSS, que são referência regional, especializada ou de alta complexidade do sistema. Esta rede inclui grandes hospitais universitários, como os Hospitais de Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas - UNICAMP, de Botucatu da Faculdade de Medicina da Universidade Paulista -UNESP e da Faculdade de Medicina de Marília, o Instituto do Coração - INCOR/USP, o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia. Gerir, planejar e regular a rede assistencial vinculada ao SUS - são serviços deassistência médica de maior complexidade vinculados ao SUS, de caráter estadual ou regional, que permanecem sob gestão da SES-rede de Santas Casas e hospitais filantrópicos, Hospitais de Ensino, serviços especializados de oncologia, nefrologia, hemorrede, entre outros. A gestão da atenção básicade saúde-unidades básicas de saúde e equipes de saúde da família é municipal, com apoio financeiroe técnico estadual. Manter os órgãos estaduais de apoio às ações da Secretaria de Saúde - são institutos e fundações com funções específicas na saúde estadual, como a Fundação para o RemédioPopular-FURP, Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, Fundação Oncocentro-FOSP, Instituto Emílio Ribas, o Centro de Referência e Treinamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/Aids, os institutos de pesquisa-Instituto Butantan, Adolfo Lutz, Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima. Realizar, coordenar e planejar as ações de saúde coletiva no Estado - estabelecer as normas estaduais e realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária, de combate aos vetores e outras ações de interesse para a saúde coletiva,por meio de seus órgãos centrais e regionais, como o Centro de Vigilância Epidemiológica - CVE, oCentro de Vigilância Sanitária-CVS, o Centro de Distribuição e Logística. Desenvolver ações de supervisão, capacitação, acompanhamento, avaliação e apoio aos sistemas de saúde municipais -por meio de seus órgãos centrais e regionais-17 Departamentos Regionais de Saúde- DRS, a SES participados 63 colegiados regionais de saúde-em conjunto com os representantes municipais, prestando auxílio aos sistemas municipais de saúde e formulando estratégias de aperfeiçoamento do sistema. Dimensão Geral do SUS/SP e da Rede Estadual Própria de Saúde - o SUS no Estado de São Paulo possui 583 hospitais, com 61,0 mil leitos totais sendo 51,8 mil leitos de internação e 9,2 mil leitos complementares - terapia intensiva e unidades intermediárias, que realizam no total 2,5 milhões de internações/ano. A rede hospitalar própria da Secretaria de Estado da Saúde possui 102 hospitais, 22mil leitos totais sendo 17,7 de internação e 4,0 mil leitos complementares-terapia intensiva, cuidadosintermediários- da Administração Direta, Administração Indireta - autarquias e fundações e aqueles contratualizados pelas Organizações Sociais de Saúde, que realizaram 841 mil internações em 2022-representando 34,0% do total de internações do SUS e 403 mil cirurgias que representam 39,0% dascirurgias no SUS/SP. A Secretaria de Estado da Saúde possui rede ambulatorial própria-Ambulatórios de Especialidade Médica - AMES, Centro de Referência de Idoso - CRI, reabilitação, tuberculose, saúde mental, que é de referência em suas respectivas regiões. Os procedimentos ambulatoriais- consultas, exames laboratoriais, procedimentos terapêuticos, entre outros, produzidos pelos serviçosestaduais próprios são da ordem de 559,0 milhões, representando 46,0% da produção total do SUS/SP, incluindo a dispensação de medicamentos de alto custo e procedimentos diagnósticos de maior complexidade. Por outro lado, a gestão da atenção básica de saúde -unidades básicas de saúde ambulatoriais e equipes de saúde da família é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual. O presente relatório de atividades do ano consolida, de forma sintetizada, as principais ações eatividades desenvolvidas pelas Coordenadorias, Grupos Técnicos e Autarquias que integram aSecretaria de Estado da Saúde. *Coordenadoria de Planejamento em Saúde* - com a finalidade de atender os prazos previstosna Lei Complementar nº 141 de 2012 o Grupo de Planejamento de Saúde coordenou a elaboração daProgramação Anual de Saúde-PAS 2023; dos Relatórios Quadrimestrais de 2021 e 2022 - 3ºquadrimestre de 2021, 1º e 2º quadrimestre de 2022, e o Relatório Anual de Gestão-RAG 2021, alémde responder às demandas transversais da agenda intersetorial de originadas por outras áreas técnicasda SES, como as ações da CGOF, e integrar os grupos de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS; Projeto Reciclar - Materiais e Projeto Reciclar -Reciclando Pessoas; Gestão da Qualidade e Acreditação Institucional de Ouvidorias do SUS, Grupo de Trabalho para apoio ao desenvolvimento da Política Estadual de Mudanças Climáticas. Participação das reuniões das Comissões do CES, entre outras. Instrumentos de planejamento e de prestação de contas elaborados e acompanhados: Relatório Anual de Gestão 2021-RAG; Programação Anual de Saúde-PAS 2023; Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores-RDQA'S; Apoio e suporte aos municípios para o uso do sistema DIGISUS - Módulo Planejamento; Apoio no Monitoramento dos Programas e Produtos do PPA; Participação em Grupos Técnicos da Secretaria Estadual da Saúde. Informação De Saúde - Além de atender demandas relativas a levantamentos de dados e informações para as diversas áreas técnicas da SES e usuários externos incluindo órgãos de controle-Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e outros, disponibiliza no site da SES acesso aos bancos de dados oficiais por meio da ferramenta de pesquisa TabNet e ainda um extenso conjunto de indicadores trabalhados. Rede De Cuidados Às Pessoas Com Deficiência-RCPD - Continuidade do processo de organização e implantação da RCPD no âmbito do SUS/SP: Adequações dos Planos de Ação Regional, acompanhamento das diligências realizadas pelo Ministério da Saúde - MS, Apoio ao MS para o levantamento de informações necessárias à abertura do Sistema do Fundo Nacional de Saúde-FNS para cadastro de propostas - TAN - São Paulo, Apoio aos serviços de saúde que tiveram liberado o Sistema do Fundo Nacional de Saúde para cadastramento da proposta referente ao pleito de construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos. Publicação de Deliberações CIB sobre atualização da relação dos serviços escalonados para habilitação/custeio/investimentos de CER. Participação da Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência da SES/SP no I Fórum Nacional de Gestão em Hanseníase do SUS. Rede Estadual De Reabilitação Lucy Montoro - Acompanhamento e participação na elaboração do Plano Assistencial do Serviço de Reabilitação da Unidade Lucy Montoro de Taubaté que estará com as obras concluídas até o final do mês de outubro. Acompanhamento e participação na elaboração do projeto Plano Assistencial e construção do Serviço de Reabilitação. do Lucy Montoro de Presidente Prudente que teve suas obras iniciadas em maio, com previsão de entrega para 2023. Visita as Unidades da Rede Lucy com Contrato de Gestão e Conveniadas. Participação no ciclo de avaliação das unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro com contrato de gestão 2º e 3º trimestres. Saúde Da População Negra -Elaboração de vídeo sobre Saúde da População Negra Importância do quesito raça/cor nos sistemas de informação do SUS - elaborado em 2021 com objetivo de cumprir a meta 6.1 do objetivo 6 do Plano Estadual de Saúde-PES 2020/2023 que propõe fortalecer a atenção das populações vulneráveis tendo como a meta 6.1, ampliar o número de cursos de capacitação para trabalhadores da saúde na temática Saúde da População Negra - está disponível na plataforma de Cursos do EAD - SES, nos Cursos de Desenvolvimento Gerencial em Serviços de Saúde e Programa de integração dos servidores da SES, desde abril. Continuação do Projeto Piloto: Linha de Cuidado a Saúde das Pessoas com Anemia Falciforme no território de abrangência do DRS 11 - Presidente Prudente em parceria com a Universidade do Oeste Paulista. Está na fase de matriciamento das Unidades de Saúde. Participação na elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo através do Conselho de Participação e Desenvolvimento. da Comunidade Negra. Visita aos Quilombos de Caçandoca-titulado, Fazenda Caixa e Sertão Itamambuca -não titulado, com articuladores da população negra do DRS de Taubaté. Saúde Da População Indígena - Foram desenvolvidas grades de referência-Média e Alta Complexidade- para revisão do atendimento da População Indígena de cada região que abriga aldeias e elas foram enviadas aos respectivos Departamentos Regionais de Saúde -DRSs, para apreciação e sugestões. Participação em reuniões da Rede Intersetorial de Saúde Mental para a Terra Indígena Jaraguá. Participação na reunião do Grupo de Coordenadores Estaduais da Saúde da População Indígena onde estavam presentes os estados de RS, GO, BA, RJ e MS. O assunto foi sobre referências na Médias e Alta Complexidade para a População Indígena. Reunião com equipe do Ambulatório do Índio da UNIFESP sobre referência em média e alta complexidade para esta população. Saúde Da Pessoa Privada De Liberdade - Continuidade das ações para suprir as demandas por Atenção Primária no interior das unidades prisionais paulistas, por meio da Deliberação CIB 62/2012. Durante o ano, 3 novos municípios fizeram adesão a CIB 62-Andradina, Taquarituba e Itapetininga e 5 municípios que já havia realizado adesão-Álvaro de Carvalho, Pacaembu, Itirapina, Serra Azul e Mirandópolis, ajustaram equipes para atendimento de atenção primária em unidades prisionais presentes em seu território. Com o acréscimo desses municípios, o número de adesões à CIB 62/2012 passou de 45 em 2021, para 48 municípios em 2022. Os custos para manutenção das equipes de atenção primária no interior das unidades prisionais através da CIB 62/2012 em 2022 somaram R$ 28.782.000,00/ano. Em relação à implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Privada de Liberdade - PNAISP - Portaria Interministerial nº 01, de 2/1/2014, o Estado de São Paulo mantinha 8 Equipes de Atenção à Saúde Prisional, habilitadas pelo MS. Em 30/5/2022-Portaria GM/MS nº 1311, aprova a transição das equipes conforme a nova operacionalização da PNAISP, no âmbito do SUS. Na continuidade, decidiu-se pela atualização do CNES de todas as Unidades Prisionais, processo que vem sendo desenvolvido. Em relação à implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei-Portaria nº 1.082, de 23/5/2014, houve uma proposta de 3 novas adesões dos municípios de Marília, Araçatuba e Presidente Bernardes, que ainda estão em trâmite junto ao MS. Atualmente os municípios com equipes habilitadas são Mogi-Mirim, Irapuru, Iaras, Campinas e Limeira. Em novembro, elaborado Oficina Técnica junto aos DRS – interlocutores - Fundação Casa - Superintendência de Saúde, Gerência e Diretoria das Casas, COSEMS - e profissionais de saúde mental e de equipes de referência para as UAISAS, nos municípios que possuem unidades da Fundação Casa em seu território, com o apoio e participação de Técnicos do MS-COPES. Coordenação Estadual Do Programa Nacional Da Triagem Neonatal - No Estado de São Paulo três Serviços de Referência em Triagem Neonatal-SRTN e laboratório do teste do pezinho: Instituto Jô Clemente-APAE SP, CIPOI - UNICAMP e FAEPA - Ribeirão Preto, são habilitados junto ao MS e disponibilizam 1.738 postos de coleta para a realização da triagem biológica - Teste do Pezinho, vinculados aos SRTN e distribuídos na rede regional de saúde de forma a permitir o acesso fácil da população, assim como a capacitação dos profissionais com a finalidade de garantir a qualidade das coletas e as metas de resultados dos exames. Monitoramento do Programa Nacional de Triagem Neonatal - Elaboração do relatório anual de dados do PNTN referente ao ano 2021; Monitoramento dos Indicadores de cobertura da triagem neonatal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2021, dos 524.875 nascidos-vivos no estado de SP; Monitoramento da coleta das informações necessárias para elaboração do indicador de coleta do teste do pezinho até o 5º dia de vida; Elaboração da série histórica dos Indicadores da triagem neonatal no período de 2014 a 2020 no Estado de São Paulo. Doença falciforme-DF; Monitoramento da incidência da DF na Triagem Neonatal-PNTN; Monitoramento do indicador ecodoppler transcraniano-DTC; Elaboração do Relatório anual 2021 de Monitoramento do indicador ecodoppler transcraniano com finalidade diagnóstica; Monitoramento o protocolo de farmacovigilância ativa da hidroxiuréia; Identificação de eventos adversos;

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

monitoramento das demandas de consumo e dispensação de medicamentos em conjunto com a Assistência Farmacêutica - SES; Monitoramento da distribuição da fenoximetilpenicilina; Elaboração do relatório de estimativa de consumo da fenoximetilpenicilina; Adesão ao Sistema Hemoglobinopatias web - Doença Falciforme /MS. Programa De Triagem Neonatal Ocular - Análise das notificações de absenteísmo da triagem ocular de pacientes que não compareceram a consulta oftalmológica agendada para reteste e/ou avaliação com especialistas nos Centros de referência. Triagem Neonatal Da Toxoplasmose Congênita- Organização dos fluxos da triagem neonatal da toxoplasmose congênita a partir dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal - SRTN da UNICAMP, FAEPA - Ribeirão Preto e Instituto Jô Clemente-APAE -SP - Identificação das áreas de maior incidência de casos de toxoplasmose congênita e gestacional segundo os dados de produção hospitalar e ambulatorial Banco de Dados SIA /SIH – MS e a distribuição das notificações de casos confirmados por Grupo de Vigilância Epidemiológica-GVE. Programa De Atenção Integral À Pessoa Com Doença Rara Do Estado De São Paulo- Implementação Rede Integrada de Assistência aos Pacientes com Doenças Raras no Estado de São Paulo, Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no Sistema Único de Saúde - SUS. Implantação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Atrofia Muscular Espinhal 5q tipos 1 e 2. Coordenação das pactuações, estruturação da rede assistencial, dos serviços referência e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduoscom essa doença; Acompanhamento do monitoramento do uso de nusinersena por pacientes com AME 5q tipos 1 ou 2; Em 2022 foi iniciado o processo de credenciamento do Hospital Estadual MárioCovas de Santo André, em convênio com a Fundação Faculdade de Medicina do ABC, junto a Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde da SES - CGCSS; Monitoramento das solicitações e autorizações do fornecimento do nusinersena no junto a Coordenação da Assistencia Farmacêutica - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica-CEAF; Implantação das Diretrizes para os Cuidados de Pacientes com Epidermólise Bolhosa. Elaboração de contribuição técnico-científico sobre tecnologias - medicamento, produto, procedimento ou equipamento em saúdepara a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC para elaboração de protocolos clínicos; Assessoria à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: Avaliação técnico-científica referente aos processos judiciais que demandam tecnologias- medicamento, produto, procedimento ou equipamento em saúde, não disponíveis no SUS para tratamento de pacientes com doenças raras.

Coordenadoria de Regiões de Saúde - Mutirão De Cirurgias Eletivas - A ampliação de ofertade procedimentos e redução em 80,6% da demanda reprimida no Estado e 92,5% na região da GrandeSP. A iniciativa paga o dobro da tabela SUS do Ministério da Saúde para 54 tipos de cirurgias e diminuiu a demanda reprimida na Central de Regulação CROSS para 104 mil. Corujão Da Saúde - Oncologia E Oftalmologia- Realizados no âmbito dos DRS tem por objetivo de reduzir o tempo de espera na fila por exames e cirurgias. Programa Mais Santas Casas - foi instituído pela Lei nº 17.461, de 25/11/2021, que dispõe sobre o Programa de Auxílio Financeiro às Entidades Hospitalares sem fins lucrativos e regulamentado pelo decreto nº 66.374, de 23/12/2021, apresentando os critérios de inclusão das entidades no Programa Mais Santas Casas e Resolução SS 01/2022, que trata do regramento do Programa. Das 333 entidades autorizadas a participar do Programa, até o momento, 197 assinaram o convênio com a Secretaria de Estado da Saúde. A meta da ação prioritária Mais Santas Casa do Governo do Estado está estipulada em 227 demandas assinadas. Ressaltamos, nesse momento, 20 demandas ainda não assinadas encontram-se nas entidades para regularização de documentos e 10 em análise processual. Sistema Estadual de Auditoria- Grupo Normativo de Auditoria e Controle de Saúde - GNACS e pelas Comissões Técnicas Regionais de Auditoria – CTAR Monitoramento de Leucemia Mieloide Crônica; Monitoramento excedentes SIA; Análise doSistema de Informação Hospitalar-SIHD e Variação dos Procedimentos Principais nas AIH Processadas; Auditoria de Medicamentos com dispensação em Duplicidade e de medicamentos específicos; Auditoria de prontuário e de qualidade de assistência em pacientes submetidas acuretagem pós-parto; Atividades de Planejamento de Auditoria de medicações, monitoramento e Análise do Sistema de Informação Hospitalar - SIHD e Variação dos Procedimentos Principais nas AIH Processadas. Grupo Técnico de Atenção Básica e Ciclos de Vida - Monitoramento das ações e indicadores da atenção básica. Acompanhamento do programa de provimento de médicos do Ministério da Saúde. Participação nas diversas instâncias bipartites. Acompanhamento do programa Auxílio Brasil, no que se refere às condicionalidades Qualis Mais: foram contemplados 427 municípios, com transferência de recursos financeiros. PAB Estadual: Os recursos financeiros para custeio das ações de Atenção Básica aos 645 municípios paulistas. Saúde do Idoso - Selo Município amigo do idoso - 270 municípios com Selo Inicial; 20 municípios com o Selo Intermediário e 5 municípios com o Selo Pleno. Selo Hospital Amigo do Idoso: 64 hospitais envolvidos - 25 - Adesão; 18 - Inicial; 12 Intermediário; 9 -Pleno. Saúde da Mulher e Criança - Projeto Alta Responsável, em conjunto com o Núcleo de Humanização, divulgação da. Nota Técnica Alta Responsável Nas Maternidades para o Estado de São Paulo de 2020. Apoio na divulgação da Deliberação CIB nº 123,de 28-09-2021, republicada em 5/10/2021, que promove a montagem das caixas e protocolos/fluxos para o atendimento às principais urgências obstétricas-hemorragia, hipertensão e SEPSE. Condução do Grupo Condutor Estadual da Rede Materna e Infantil: Adequação dos Planos de Ação da Rede Materna e Infantil com reuniões em todas as RRAS, a fim de orientar sobre a Portaria GM/MS 715 de 4/04/2022 e Portaria GM/MS n. 2.228 de 01/07/2022. Produção de Guia de Orientações para a elaboração dos Planos de Ação. Aprovação da adequação dos Planos em CIB-agosto/2022. Implantação da Linha de Cuidado da Doença Trofoblástica Gestacional-DTG, no território da Região Metropolitana de São Paulo. Acompanhamento dos Inquéritos Civis MPF:PP 1.34.001.000567/2021-75 - Violência Obstétrica e IC: 1.34.001.007057/2019-12 - Mortalidade materna. Rastreamento do Câncer de Mama e Câncer de Colo. Apoio técnico para análise e proposição dos Roteiros das Carretas em Regiões/Municípios com maiores necessidades. Acompanhamento de análises realizadas pela Fundação Oncocentro a respeito dos indicadores de qualidade dos exames citopatológicos e de mamografia. Acompanhamento e apoio técnico aos Inquéritos Civis abertos por DRS/RS. Violência Sexual e Aborto legal. Apoio técnico ao Grupo de Enfrentamento às Violências junto ao Gabinete do Secretário. Estímulo às Regiões para a implantação de Pontos de Atenção para o atendimento ao - Procedimento de Aborto Legal, serviços implantados nas Regiões de Bauru, Presidente Prudente, Araçatuba, Piracicaba e Taubaté. Apoio Técnico no Inquérito Civil sobre atendimento às vítimas de violência aguda. Em elaboração Nota Técnica com apoio das Secretarias da Segurança, MPE e Defensoria - NUDEM a ser aprovada em CIB de outubro, sobre orientações ao atendimento ao Aborto Legal. Projeto Fórum de Discussões para Assistência à Mulher nos Ciclos de Vida. Saúde Bucal - Programa Sorria SP: Os municípios do Programa Sorria SP-PS-SP permaneceram nos atendimentos de urgência em saúde bucal. O monitoramento revelou que 173 dos 411 municípios realizaram as atividades preconizadas pelo Programa, em conformidade com as Diretrizes da Política Estadual de Saúde Bucal. Conforme a Resolução SS 155 de 19/10/21, o recurso foi liberado para mais 36 municípios considerados aptos, representando a quantia de R$1.404.000,00. O Sistema de classificação de risco de Saúde Bucal, disponibilizado pela SES/SP para monitorar o PS-SP, registrou que 65.654 pacientes foram triados para rastreamento das principais afecções bucais.Destes,13.727 pacientes tiveram diagnóstico precoce e 10.281 pacientes apresentaram-se em situação de agravo em relação às principais afecções bucais - cárie, doença periodontal e câncer de boca. Programa Estadual do Câncer de Boca - Dados parciais extraídos do sistema estadual de monitoramento das lesões de boca demonstrou que 182 municípios realizaram as ações de busca ativa para diagnóstico precoce e prevenção do câncer de boca. Até o momento constam 474 de novas lesões suspeitas em monitoramento no sistema. Grupo Técnico de Regulação - Criação dos Protocolos de Regulação da SES divididos em 14 cadernos. Implementação de fluxos para recursos diversos como Terapia Renal Substitutiva, Transplante de Medula Óssea, Rede Lucy Montoro, Cirurgia Bariátrica e outros. Aprimoramento das Ferramentas existentes como CDR, Solicitações e painéis de gerenciamento diversos. Implantação da Autorregulação Regional. Fortalecimento dos DRS através de educação continuada. Implementação de nova nomenclatura do portal CROSS - SIRESP; Projeto piloto de telemedicina. Coordenação Geral do Sistema Estadual de Transplantes/Central de Transplantes - Até outubro foram realizados 1.182 transplantes de rins com doador falecido, 286 transplantes de rins com doador vivo, 433 transplantes de fígado com doador falecido, 91 transplantes de fígado com doador vivo, 113 transplantes de coração, 13 transplantes de pâncreas, 57 transplantes de Rim/pâncreas, 50 transplantes de pulmão e 4.599 transplantes de córnea. Grupo de Planejamentos e Avaliação-GPA - Programa Mais Santas Casas - estratégia de auxílio financeiro para entidades filantrópicas paulistas, ampliando de 130 para 333 entidades contempladas-Lei nº 17.461/2021. 197 entidades já assinaram o convênio no âmbito do Mais Santas Casas. Está em fase de finalização a construção do sistema de monitoramento do programa. Elaboração ou revisão de Projetos Assistenciais de equipamentos de saúde - foram conduzidos 29 planos assistenciais em parceria com os DRS e CGCSS, referentes a 10 unidades novas - Hospital Regional Rota dos Bandeirantes, Hospital Regional Alto Tietê/Suzano, Hospital de Bebedouro, Hospital de Franca, Hospital das Clínicas de Bauru, Hospital Pérola Byington, AME Cubatão, AME São Bernardo, AME Ribeirão Preto e Rede Lucy Montoro Taubaté e 19 renovações de equipamentos existentes. Mutirão de Cirurgias Eletivas - estratégia de complementação de valores da tabela SUS para incentivar da oferta de procedimentos cirúrgicos eletivos de média e alta complexidade nos estabelecimentos de saúde que integram o SUS - SP - Resolução SS 52/2022, com 79.138 procedimentos realizados até mês de agosto. Realização de credenciamento com a contratação de 17 prestadores de serviços de natureza complementar ao SUS, que ofertaram 26.056 procedimentos cirúrgicos eletivos, incluindo avaliações e exames pré e pós cirúrgicos-Resoluções SS 55/2022, 69/2022 e 98/2022. Ampliação do diagnóstico e tratamento contra o câncer - Implantação de 3 novos serviços de oncologia-UNACON em vazios assistenciais da Grande São Paulo-Hospital Estadual de Franco da Rocha, Hospital Pedreira e Hospital Geral de Itapecerica da Serra. 61 AMEs com novos protocolos para diagnóstico e tratamento mais ágeis de câncer de intestino e câncer de Pele e 5 AMEs com quimioterapia. Criação do novo Protocolo Clínico de Regulação de Acesso para Tratamento de Alta Complexidade em Oncologia-regulação hospitalar para os casos de urgência como Leucemias Agudas, e necessidade de transferência Inter hospitalar nos casos de pacientes diagnosticados com câncer em Hospitais Gerais e que não podem aguardar a alta hospitalar para início do tratamento ambulatorial. Inclusão da estruturação da regulação do Transplante de Medula Óssea-TMO, com serviços transplantadores e a Central Nacional de Transplantes. Planos de Ação Regionais de Prevenção e Controle de Câncer - após readequação dos planos regionais de atenção oncológica nas 17 RRAS - Deliberação CIB nº 80, está em andamento a estruturação do painel de monitoramento dos indicadores e dos planos. Legado UTIs COVID-19 - Conversão de 1.425 leitos exclusivos para atendimento COVID-19 em leitos permanentes de UTI, entre adultos e pediátricos, distribuídos em todo o estado. Elaboração e Implantação do Sistema de informação de Terapia Renal Substitutiva-TRS: sistema desenvolvido junto à Prodesp que objetiva monitorar os parâmetros de qualidade da TRS conforme exigido Portaria MS nº 1675/2018.

Coordenadoria de Serviços de Saúde - Ampliação das sessões de hemodiálise à beira do leito disponibilizadas para as unidades da CSS localizadas na Grande SP, de 500 para 625 procedimentos/mês; Reposição de 17.500 servidores - Processo SES-PRC-2022/47900 em fase de instrução; Contratação Emergencial de 415 funcionários através de Contratos por Tempo Determinado-CTD - Processo SES-PRC-2022/35400, tramitando na Secretaria de Planejamento e Gestão. Modernização de boa parte do parque tecnológico das Unidades vinculadas à Administração Direta. Resumo Detalhado: Aquisições por Ata de Registro de Preço R$48.382.595,21, Aquisições via abertura de Licitação R$ 67.210.794,11, Aquisições para abertura da Maternidade de Caieiras R$2.530.040,97; Ações Propostas: Reposição de 17.500 Processo SES-PRC-2022/47900 em fase de instrução; Contratação Emergencial de 415 Contratos por Tempo Determinado - Processo SES-PRC-2022/35400, tramitando na Secretaria de Planejamento e Gestão;

Coordenadoria de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde - Justificar para a Secretaria de Planejamento as metas do PPA PES 2020-2023 que foram excedidas. Participar de reuniões cujo objetivo é programar as ações tanto para o PES quanto para o PPA para o ano de 2023.Avaliar e monitorar os produtos do programa 933 - Ciência, tecnologia e inovação em saúde do PPA2020-2023 e PAS 2022, referente ao 1º semestre. Participar de reuniões sobre o programa Acolhe Saúde, conforme Resolução SS - 153, de 14/10/2021. Realizar reuniões na CCTIES para o planejamento dos alunos de baixa renda do programa Acolhe Saúde. Avaliar e monitorar os produtos do programa 933 - Ciência, tecnologia e inovação em saúde do PPA 2020-2023 e PAS 2022, referente ao 2º semestre. Avaliar as ações propostas para a programação de 2023 tanto no PAS quanto no PPA. Analisar as considerações do Conselho Estadual de Saúde na aprovação do Relatório de Gestão referente ao 1º semestre. Participar de reuniões junto ao Conselho Estadual de Saúde, mediante demanda. Os objetivos específicos: Apoiar a Coordenadoria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos em Saúde-CCTIIS. Apoiar a realização de diretrizes da recentemente elaborada Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde da SES, com destaque para a de fortalecimento do Sistema Paulista de Inovação em Saúde; Dar continuidade ao suporte técnico para a operacionalização das ações dos Núcleos de Inovação Tecnológica-NITs- dos institutos da SES, com ênfase aos processos que contribuam para a efetiva transformação dos conhecimentos e tecnologias ali desenvolvidos em soluções para as questões de saúde pública; Avançar processos cooperativos que envolvam outros agentes dos ecossistemas paulista e brasileiro de inovação, em especial mediante ampliação da prática da abordagem da inovação aberta, já testada com sucesso no âmbito de um dos institutos. HEMORREDE DO ESTADO - Conforme determinado pela Resolução SS 05, os serviços de Hemoterapia do Estado encaminham mensamente o Demonstrativo de Prestação de Serviços de Produção, nesse consta a utilização dos hemocomponentes para atendimento ao serviço privado, ou seja, não SUS. A Hemorrede confere os dados, os cálculos e tramita as documentações para que os valores referentes aos hemocomponentes utilizados pelo privado, sejam ressarcidos aos cofres públicos. A readequação das cotas para o Cadastro de doadores voluntários de Medula óssea foi recomendada pelo gestor estadual e pactuada em Assembleia CIB, publicada em 25.08.21, Deliberação CIB nº. 102/2021. Houve a necessidade de adequação dos laboratórios para a realização dos testes em tecnologia de ponta, a transição foi realizada com sucesso e finalizada em meados de julho desse ano. A Hemorrede faz a gestão dos medicamentos pró-coagulantes adquiridos pelo Ministério da Saúde, destinados a pacientes portadores de coagulopatias hereditárias nos 23 Centros Tratadores de todo o Estado, a distribuição e organização do remanejamento nos casos de urgência entre os serviços foi realizada a contento garantindo o abastecimento de todas as unidades. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS -Um dos produtos da BVS RIC, o Portal de Revistas Científicas da SES/SP, recebeu apoio de um Projeto aprovado pelo Fesima realizado em parceria com o editor da Revista do Instituto Adolfo Lutz, com duração de um ano-fev.2022-fev.2023. Várias ações foram desenvolvidas para a melhoria do Portal, visando ampliar a visibilidade e tornar as revistas aptas à submissão em indexadores relevantes, como LILACS, SciELO, DOAJ.

Coordenadoria de Assistência Farmacêutica - Manutenção do Componente Básico da Assistência Farmacêutica- CBAF - Pactuação dos valores financeiros estaduais a serem transferidos àgestão municipal, para financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Primária à Saúde de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Janeiro a dezembro. Distribuição de medicamentos pelo PDC de janeiro a setembro: mais de 620 milhões de unidades farmacêuticas de 70 medicamentos - equivalente a mais de R$ 74 milhões em recursos federais e estaduais; dispensação de 67 medicamentos nas oito unidades Farmácia Dose Certa da SES/SP: atendimento médio mensal de 11.199 prescrições e de 1.333.875 unidades farmacêuticas dispensadas. Distribuição de medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde-MS, de janeiro a setembro: mais de 59 milhões de unidades de insulinas humanas NPH e regular e insumos para aplicação; mais de 3 milhões de unidades de contraceptivos do Programa Saúde da Mulher - Aquisição de medicamentos para atendimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, mediante transferência de recursos do MS: aquisição de 55.171.147 unidades farmacêuticas, para atendimento das unidades prisionais, 1.285.589,86 milhões. Manutenção do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica-CESAF - Distribuição de 82 medicamentos para brucelose, cólera, coqueluche, doença de Chagas, doença falciforme, esquistossomose, febre maculosa, hanseníase, hepatites virais, influenza, leishmaniose, lúpus eritematoso sistêmico, malária, meningite, prevenção do vírus sincicial respiratório, toxoplasmose, tracoma e tuberculose. Os medicamentos do CESAF, adquiridos pelo MS e pela SES/SP, atendem a todos os munícipios do Estado de São Paulo com um 10.471.046 total de unidades farmacêuticas. Manutenção do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica-CEAF e Protocolos Clínicos de Tratamento Estaduais – Atendimento médio de 795.359 pacientes/mês nas 41 Farmácias de Medicamentos Especializados-FME, com a dispensação média de 42,7 milhões de unidades farmacêuticas/mês, , referentes a 309 fornecidos, para atendimento de 94 doenças crônicas - Protocolos Clínicos Nacionais e Estaduais, refletindo em uma apresentação média mensal de 1,07 milhão de LME por competência. Manutenção dos Medicamentos Oncológicos com Aquisição pelo MS. Distribuição média mensal de 201 mil unidades de 9 medicamentos adquiridos pelo MS, para atendimento médio de 8.255 pacientes por trimestre em hospitais da Rede de Atenção Oncológica de Alta Complexidade. Manutenção dos programas de entrega de medicamentos na residência dos pacientes. Atualmente, 02 FME possuem o programa de entrega de medicamentos na residência do paciente, a saber: Central de Dispensação de Medicamentos do Programa Medicamento em Casa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP-CDM-PMCHCFMSUP e o Programa MedCasa da FME Maria Zélia-MZ. O número médio mensal de pacientes contemplados pelas duas unidades foi de 125.746, de janeiro a setembro, refletindo em um número de 1.107.600 entregas na residência dos pacientes durante o mesmo período. Fornecimento De Medicamentos De Ações Judiciais E Solicitações Administrativas: Média mensal de 49.903 mil atendimentos nas 24 Farmácias de Demandas Judiciais e Administrativas, com a dispensação de medicamentos, produtos nutricionais e materiais médico-hospitalares. A partir de parcerias previamente estabelecidas com serviços de referência em dermatologia, endocrinologia, reumatologia e oftalmologia foi possível economizar um valor superior a R$ 10.178.901,12 de reais de janeiro a setembro. Esse valor foi economizado através de: indeferimento de medicamentos sem indicação para pacientes da dermatologia; indeferimento de bombas de insulina para pacientes da endocrinologia sem a devida indicação - o equivalente ao primeiro ano de tratamento com a bomba 640G; compartilhamento de doses infundidas em serviços de referência de reumatologia; compartilhamento de doses infundidas em 19 serviços de referência de oftalmologia, aplicações intravítreas de bevacizumabe. Aquisição de medicamentos de janeiro a outubr, foram adquiridos um total de 234 itens por meio de pregão eletrônico; 3.378 itens por ata de registro de preço; realizadas 2.832 notas de empenho; foram realizadas as pesquisas 2.333 itens; estabelecidos 797 novos registros de preço e 1.219 itens em processo para registro. Gestão do almoxarifado central da SES/SP. Foram realizadas 83.293 entregas no período, em produtos distribuídos pela CAF-Programas Oficiais de Assistência Farmacêutica, Demandas Judiciais e Administrativas, CCD-Alimentação e Nutrição, HIV/Aids, CCTIES-Hemorrede e CSS-Tabagismo-equivalente a mais de 412 kg de medicamentos e produtos farmacêuticos por mês, Ações de Assistência Farmacêutica para o enfrentamento da COVID-19: Monitoramento da plataforma online MEDCOVID19, bem como envio de relatório semanal para o MS para o monitoramento do abastecimento de medicamentos do KIT Intubação no Estado de São Paulo. O trabalho realizado pela CAF durante a pandemia foi premiado em 3º lugar na categoria Gestão no X Fórum Brasileiro de Assistência Farmacêutica e Farmacoeconomia - FAFF 2022 e em breve será publicado em formato de artigo científico na revista científica Jornal de Assistência Farmacêutica e Farmacoeconomia com o tema com o tema: Escassez de medicamentos do Kit Intubação e o desafio da gestão da Assistência Farmacêutica para abastecimento dos estoques de hospitais no estado mais populoso do Brasil, no auge da Pandemia da COVID-19: um relato de experiência. Outras Ações De Qualificação Da Gestão Assistência Farmacêutica Estadual: Continuidade do Plano Diretor da Assistência Farmacêutica do Estado de São Paulo, integrado ao projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde de São Paulo. Modernização e informatização da gestão: Suporte técnico para desenvolvimento e implantação do módulo do Sistema MEDEX Malote - facilitador de dispensações de medicamentos para pacientes que recebem medicamentos por intermédio de municípios de menor porte. Das 41 FME foi implantado o módulo malote em 22 unidades, as quais fazem distribuição de medicamentos para municípios; Suporte técnico para desenvolvimento dos requisitos mínimos das ferramentas eletrônicas que irão viabilizar o Portal eletrônico e aplicativo, visando facilitar o envio de documentos pelos pacientes para as FME bem como a rastreabilidade de todo o processo de solicitação de medicamentos pelos pacientes-desde a solicitação até a dispensação. Educação permanente de profissionais que atuam na assistência farmacêutica e gestores do SUS: 11 capacitações com a rede, 48 capacitações internas CAF - SES/SP. Produção técnica e informações: 18 notas técnicas; 72 comunicados a rede de AF, 37 pactuações oficializadas junto aos municípios de São Paulo; atualização das 1041 cartilhas do guia de orientação; participação em 17 consultas públicas com relevância para a SES/SP.

Coordenadoria de Recursos Humanos **-** Sistemas de Trabalho - Sistema de Gestão Integradode Recursos Humanos - Sistemas Gerenciais de RH; *Revisão* Quinquenal do Adicional de Insalubridade; Sistema para formalização dos atos de nomeação/designação; Digitalização do acervo de fichas de cargos e funções; Contratações por Tempo Determinado – CTD-L.C. 1.093/2009; Interlocução entre Coordenadoria de Recursos Humanos e Secretaria de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde – SCPDS-art. 6º do Decreto nº 66.981/2022; Lançamento de Cartilhas; Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; Programa Bolsa do Povo – Acolhe Saúde.

Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira **-** Cadastramento das propostas de recursos federais de custeio e investimento no sistema de Gerenciamento de Propostas e Objetos do Fundo Nacional de Saúde, das seguintes fontes:

Quadro Resumo

Tipo De Recurso	*Quantidade*
Emenda Individual	346
Emenda Relatoria	64
Programa	3
Emenda Bancada	13

Atividades desenvolvidas pela Comissão CATC-CGOF - Comissão de Acompanhamento e Controle do Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: Cadastramento dos convênios e respectivas prestações de contas no Sistema Eletrônico de Processos do TCE/SP; Controle e manuseiodos sistemas processuais do TCE/SP, tais como Audesp, Siscoe etc; Recebimento e controle das notificações de irregularidades apontadas pelo TCE e dirigidas a esta UGE 090196, no que concerneà apresentação de justificativas e interposição de recursos atinentes às análises dos ajustes cadastrados naquela Corte de Contas; Comunicação de processos julgados regulares ou irregulares, relativos aosConvênios celebrados na UGE 090196, para providências as necessárias; Prestação de informações, esclarecimentos e elaboração de justificativas, recursos e demais peças, a fim de atender as demandasdo TCE/SP, no âmbito dos convênios e suas respectivas prestações de contas; Pedidos de vista de processos e solicitações de prorrogação de prazo; Encaminhamento das documentações referentes aos termos conveniais e respectivas prestações de contas ao TCE e Assembleia Legislativa; Acompanhamento e análise de publicações do Diário Oficial, com posterior comunicação às unidades interessadas; Recebimento, registro e encaminhamento de notificações pessoais do Secretário, Secretário Adjunto e Chefe de Gabinete, no âmbito da UGE 090196; Auxílio a outros departamentosdesta Coordenadoria quanto às ocorrências e informações emanadas pelo TCE/SP; Auxílio ao Coordenador da CGOF no que tange aos apontamentos do TCE/SP; Assessoramento técnico específico e exclusivamente nas questões pertinentes ao TCE/SP; Controle do atendimento àsdemandas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Realização de diligências internas e externas necessárias ao cumprimento, das demandas relacionadas ao TCE/SP. A atuação da CATC decorre do previsto nas Instruções nº01/2020, sobre a obrigatoriedade de remessa, para análise do Tribunal de Contas, no âmbito estadual, de todos os contratos e atos jurídicos análogos, bem como, convênios firmados com órgãos públicos ou entidades não-governamentais. Nesse contexto, expõem-se a seguir as atividades desenvolvidas pela unidade CGOF, que estão quantificadas quando possível, quais sejam: Notificações de irregularidades apontadas pelo TCE, dirigidas a esta Secretaria, que se insere no âmbito da CGOF, incluindo Fundações e Autarquias, para apresentação de justificativas e interposição de recursos; Comunicação de processos julgados regulares ou irregulares, relativos aos Convênios, incluindo Fundações e Autarquias, para providências necessárias; Prestação de informações e esclarecimentos, bem como atendimento de solicitações e determinações do TCE; Elaboração de justificativas, recursos, dentre outras peças, a fim de atendimento ao TCE/SP; Pedidos de vista de processos e solicitações de prorrogação de prazo; Encaminhamento das documentações referentes aos termos conveniais e parcerias, ao TCE e Assembleia Legislativa; Acompanhamento Eanálise de publicações do Diário Oficial, com posterior comunicação às unidades interessadas; Recebimento, registro E encaminhamento de notificações pessoais do Secretário, Secretário Adjuntoe Chefe de Gabinete; Auxílio a outros departamentos desta Coordenadoria quanto às ocorrências e informações emanadas pelo TCE/SP; Auxílio ao Coordenador da CGOF no que tange aos apontamentos e matérias de competência do TCE/SP, demais Coordenadorias e aos 17 DepartamentosRegionais; Assessoramento técnico específico e exclusivamente nas questões pertinentes ao TCE/SP;Orientação no sentido de assegurar que os procedimentos pertinentes às demandas do TCE estejam em conformidade com as leis e normas aplicáveis; Recomendação de procedimentos internos, no âmbito específico das matérias relacionadas ao TCE, com objetivos preventivos e deacompanhamento das providências necessárias à garantia da preservação dos interesses daAdministração; Monitoramento da execução das ações, das atividades e dos prazos, atinentes àsdemandas do TCE; Interação institucional e articulação interinstitucional no que diz respeito aosassuntos e objetivos inerentes à Comissão; Identificação de dificuldades e formulação de estratégiaspara a solução de conflitos, inerentes às demandas do TCE, visando atingir as finalidades daComissão; Controle do atendimento às demandas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;Realização de diligências internas e externas necessárias ao cumprimento, exclusivamente, dasdemandas. O Grupo de Controle Orçamentário interage com todas estas Unidades, seja UnidadeOrçamentário ou Executora a fim de auxiliar no processo de execução orçamentária, atualmente conta com 3 colaboradores e tem as seguintes atribuições: levantar os dados preliminares para a elaboração do orçamento-programa; auxiliar a Coordenadoria de Planejamento em Saúde na elaboração daproposta de diretrizes orçamentárias, decorrente da orientação e das prioridades definidas peloSecretário da Saúde; interagir com as Unidades Orçamentárias da Secretaria visando aopreenchimento dos documentos referentes à elaboração do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento-Programa; consolidar as propostas das Unidades Orçamentárias daSecretaria para a elaboração da proposta orçamentária da Pasta; orientar as unidades na elaboraçãodos planos de aplicação dos recursos do orçamento aprovado; alocar os recursos extraorçamentáriose específicos; extrair e organizar dados do Sistema Integrado de Administração Financeira paraEstados e Municípios - SIAFEM/SP ; o acompanhamento da execução orçamentária; a elaboração e apresentação de relatórios de valores concedidos, executados e disponíveis; instruir os processosreferentes a suplementações, reduções e outras alterações no orçamento-programa; prestar apoiotécnico e operacional para o desenvolvimento das ações de execução orçamentária das unidades daPasta e das entidades a ela vinculadas; avaliar a execução orçamentária e financeira da Pasta, acompanhando e propondo remanejamentos internos, créditos suplementares, antecipações e contingenciamentos de quotas; orientar as unidades da Pasta nas questões pertinentes ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP e a outros sistemas relacionados à execução orçamentária e financeira; operar sistemas de informação que permitam visualizar e acompanhar a execução orçamentária e emitir relatórios para subsidiar a tomada de decisão. Neste Exercício o GCO elaborou e/ou analisou diversos expedientes totalizando a quantidade de 139. Sistemas-Desenvolvidos e gerenciados pelo gestor estadual: Sistema de controle de procedimentos e disponibilização de numeração de AIH/APAC. Disponibilização de série numérica de AIH, APAC, AIH Cirurgia Eletiva, APAC Cirurgia Eletiva, BPA_I, RAAS_AD, RAAS_PSI. Atualização do Sistema Online de disponibilização de AIH E APAC dos procedimentos, segundo as portarias publicadas pelo Ministério da Saúde. Suporte aos Departamentos Regionais de Saúde e Estabelecimentos de Saúde. Sistema de emissão de relatório de crédito- SIHD. Sistema de emissão de relatórios para pagamento de prestadores com informações Hospitalares. Sistema de gerenciamento de processamento hospitalar. Emite relatórios de Leitos - Taxa de Ocupação, agravos, altas e transplantes. Sistema de emissão de relatório de crédito-SISUS-PREVSIA. Sistema de emissão de relatórios para pagamento de prestadores com Informações Ambulatoriais. Relatório de Controle de Teto. Relatório de Produção Rejeitada de Informações Ambulatoriais. Atividades E Projetos Em Execução Pela Área - Convênios formalizados e em formalização - Emendas e Demandas Parlamentares - recursos autorizados e formalizados no exercício: 2019 a 2022. Emendas e Demandas Parlamentares - quantidades autorizadas, canceladas, concluídas e em formalização no exercício: 2019 a 2022 - Projeto em execução: Migração do sistema SANI para o sistema SemPapel *Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal* **-** Execução do Programa Meu Pet, que consiste na implantação de clínicas e consultórios veterinários de atendimento gratuito; Execução do Programa Estadual de Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos em todo o estado, através da efetivação de convênios com os beneficiários de Emendas e Demandas Parlamentares. Outras Ações: Desenvolvimento do sistema PetCadastro; Análise de demandas encaminhadas pelo Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual-SIALE, pelas Câmaras Municipais, pela Assembleia Legislativa, pelas Prefeituras Municipais; Realização de palestras, eventos e campanhas educativas voltadas à conscientização para a guarda responsável de animais de estimação e conscientização de Saúde Única. Programa Meu Pet- visando ao apoio das ações e serviços voltados à defesa dos animais

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

domésticos, consiste na construção de clínicas veterinárias equipadas com aparelhos de uso rotineiro veterinário para atendimento gratuito, vacinação e adoção responsável de cães e gatos. Depois de finalizada a construção, a clínica veterinária será entregue à gestão municipal, que ficará responsável pelo custeio para a manutenção dos serviços prestados. Execução das obras e compra de equipamentos - Araçatuba e Votuporanga. Obras em execução- Santa Bárbara d'Oeste e Ribeirão Preto. Consultórios Veterinários em contêineres- PetContêiner: Com a extensão do Programa Meu Pet, batizado de PetContêiner, que visa à implantação de consultórios veterinários de atendimento público em contêineres para assistência gratuita de cães e gatos, o Estado subsidiará o investimento para aquisição e instalação dos contêineres, bem como os equipamentos veterinários, à medida em que o custeio mensal do serviço prestado à população ficará sob responsabilidade do município aderente ao Programa. Foram implantadas 23 unidades nos municípios de Araçariguama, Areias, Capela do Alto, Casa Branca, Holambra, Ibaté, Igarapava, Iperó, Jarinu, Monte Alto, Nazaré Paulista, Pederneiras, Pedreira, Piracaia, Potim, Promissão, Santa Branca, Santa Cruz das Palmeiras, São Pedro, Serra Negra, Serrana, Socorro e Tremembé; bem como, encontram-se em instrução processual a licitação para implantação de mais 91 unidades. Programa Estadual De Identificação E Controle Da População De Cães E Gatos - está sendo efetivado através de convênios oriundos de Emendas ou Demandas Parlamentares, visando ao repasse de recursos financeiros para a realização de: castração e identificação de animais por microchipagem, custeio de atividades de Entidades Sem Fins Lucrativos voltados à defesa e saúde dos animais domésticos, aquisição de veículo para transporte de animais, aquisição de veículo castrador-castramóvel, ação de conscientização de posse responsável, construção/reforma de canil/clínica veterinária, entre outros. Outras Atividades Desenvolvidas-Sistema PetCadastro é o sistema estadual de cadastro de cães e gatos, que atualmente se encontra em desenvolvimento por esta Coordenadoria em conjunto com a PRODESP. Através deste sistema, a CDSA visa à obtenção de censo dos cães e gatos e um mapa da Saúde Animal no estado de São Paulo, o que permitirá o desenvolvimento de estratégias para possibilitar o monitoramento do aumento da população canina e felina, com vistas ao aprimoramento as políticas públicas da Coordenadoria. Atualmente, o sistema está em fase final de desenvolvimento; Alteração da Resolução do Programa Meu Pet: Foi publicada a Resolução SS nº 102, de 11/8/2022, que altera a Resolução SS nº 179, de 8/12/2021, visando à previsão legal para o repasse de recursos financeiros aos municípios para a construção da clínica veterinária do Programa Meu Pet no estado de São Paulo. Projeto Cães e Gatos nas Unidades de Conservações Estaduais Paulistas: A CDSA está colaborando com o Projeto Cães e Gatos nas Unidades de Conservações Estaduais Paulistas em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que visa subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas pautadas nos princípios da Saúde Única, no estado de São Paulo, a partir da identificação e resolução de conflitos derivados da presença de cães e gatos nas Unidades de Conservações paulistas e em suas áreas de entorno. Capacitação para o Controle e Prevenção do Tabagismo Passivo dos Animais de Estimação: O Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas-CRATOD, em parceria com a CDSA e com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo - CRMV-SP, organizou o evento de capacitação para o Controle e Prevenção do Tabagismo Passivo em Animais de Estimação; Em agosto, a CDSA ministrou uma palestra no III Seminário de Atenção à Pessoa em Situação de Acumulação, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Paulo. A situação de acumulação, na maioria das vezes, envolve a presença de animais, o que traz diversos desafios aos órgãos de saúde que cuidam da temática. Ficando, mais uma vez, comprovada a necessidade de os órgãos de controle atuarem para promover a castração, microchipagem e vacinação dos animais, além de identificar os diversos riscos inerentes ao acúmulo de animais em pequenos espaços, a ocorrência de ataques e mordeduras pelo manejo inadequado desses animais, a infestação de pulgas e carrapatos no local, entre outros agravos à saúde e segurança da pessoa com transtorno de acumulação. Nesta esteira, o Programa Estadual de Controle e Identificação da População de Cães e Gatos, atua diretamente no controle populacional destas espécies, buscando minimizar a ocorrência de situações em que haja o acúmulo de animais e, consequentemente, prevenindo os possíveis agravos que eles possam causar nas pessoas.

Coordenadoria de Controle de Doenças **-** Relação e breve descrição das atividades e projetos em execução/ações futuras. Aquisição de teste rápido antígeno para distribuição aos municípios. Registro de Preços para compra de teste rápido antígeno, o qual foi aderido pelos Munícipios e Secretarias Estaduais. Aquisição de seringas para vacinação COVID-19. Aquisição de licenças de antivírus para todos os equipamentos das regionais. Atualização automática dos pacotes antivírus nosequipamentos. Aquisição anual de novos computadores e notebooks para renovação contínua do parque de nossas regionais e nível central. Aquisição de licenças de VMWARE para virtualização deservidores do nível central. Aquisição de licenças ZOOM para suportar as atividades do Projeto Saúde. Aquisição de switches para nível central e regional. Operação Logística dos insumos de vacinação inclusive COVID-19 para todo Estado. Mobiliário do 12º Andar e 1º Andar. Carros plataforma sede e unidades NAOR. Ultrafreezers e Evaporadoras CDL. Micro-ondas e fogões para Sede e unidades NAOR/EXTINTA SUCEN. Switch para sede e unidades NAOR. Recebimento em Doação do Ministério da Saúde para NAOR Ribeirão Preto. Realização de Doação de equipamentosde informática para o Município de Matão. Realização de Doação de equipamentos de Rede Frio parao Município de Itapeva. Transferência de câmaras frias sendo beneficiário o DRS Araraquara. Transferência de fogões elétricos sendo beneficiadas todas as Unidades do IAL. Doação Município Presidente Prudente: SES-PRC-2022/75008. Arrolamento de Veículos Extinta-SUCEN: SES-EXP- 2022/78142; SES-EXP-2022/81155; SES-EXP-2022/26193. Arrolamento de bens ferroso Presidente Prudente: SES-PRC-2022/71807. 200 viagens, aproximadamente, por mês para os municípios do Estado de São Paulo, tendo como principais atendimentos: conduzir técnicos para diversas atividades,transporte de material e amostras biológicas. 120 saídas por mês para atendimento dos Técnicos do Centro de Vigilância Sanitária em fiscalização referente ao Álcool e Tabaco. Essas fiscalizações sãorealizadas diariamente, inclusive aos finais de semana e feriado. 181 saídas por mês em atendimentosaos Técnicos da Vigilância Sanitária, Epidemiológica, do Instituto Pasteur e Instituto Adolfo Lutz. Plano Estadual de Imunização Contra a COVID-19 - No âmbito do Estado de São Paulo, coube ao Gabinete do Secretário Executivo de Saúde, a CCD e ao CVE a coordenação da maior campanha devacinação da história do Brasil, a Campanha de Vacinação contra a COVID-19, que teve início em 17/1/2021, sendo, portanto, o grande destaque da gestão atual. Destaca-se, neste âmbito, a elaboraçãoe atualização do sistema de registro de doses nominais VaciVida, em parceria com a PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo. Vale ressaltar que em 17/3/2022, oEstado de São Paulo foi o primeiro a cumprir a meta do Ministério de Saúde, com 90% de sua população elegível- +5, com esquema vacinal completo. Como resultado, São Paulo é o Estado que mais vacina no Brasil e segue avançando à medida que as doses são entregues pelo Ministério da Saúde. Atualmente, o Vacinômetro registra mais de 124,5 milhões de doses aplicadas, resultando em 101,86% da população elegível - acima de 5 anos de idade - de São Paulo com pelo menos uma dose e 96% com esquema vacinal completo-fonte: Vacina Já- vacinaja.sp.gov.br - dados de 25/10/2022.

Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde **-** foram gerenciados: 115 Contratos de Gestão firmados com Organizações Sociais de Saúde-OSS, para gestão de Hospitais, Ambulatórios Médicos de Especialidades-AME, Unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, Centros Estaduais de Análises Clínicas-CEAC, Serviços Estaduais de Diagnósticos por Imagem-SEDI, a Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde-CROSS e o Centro Estadual de Abastecimento e Distribuição de Insumos de Saúde-CEADIS; 13 Convênios para gestão de Hospitais, AMEs e Unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro. 1 Convênio com Consórcio Intermunicipal de Saúde para gestão de Hospital. Ao total a CGCSS possui 129 serviços de saúde em todo o Estado de São Paulo, sendo 49 hospitais, 62 Ambulatórios Médicos de Especialidades, 10 unidades de reabilitação Lucy Montoro, 1 Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS, 1 Centro Estadual de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde - CEADIS, 3 Centros Estaduais de Análises Clínicas - CEAC, 3 Serviços Estaduais de Diagnóstico por Imagem - SEDI, totalizando 29 entidades parceiras com instrumentos jurídicos firmados. Produção das unidades sob gestão das OSS e parceiros: 49 Hospitais gerais e especializados psiquiátricos, maternidades e penitenciário; Leitos operacionais: 7.972; Saídas hospitalares em clínica médica, obstétrica, pediátrica e psiquiátrica: 319.160; Saídas hospitalares em clínica cirúrgica: 145.237; Cirurgias ambulatoriais e em regime de Hospital-Dia: 78.387; Atendimentos de urgência e emergência: 917.449; Atendimentos ambulatoriais: 2.310.840; SADT Externo: 1.244.860; Sessões de tratamentos clínicos-por exemplo, quimioterapia, radioterapia, diálise e outros: 386.373; No Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário: 49.880 pacientes-dia, 13.707 consultas médicas ambulatoriais e 15.086 atendimentos ambulatoriais não médicos; Na Unidade Recomeço Helvétia: 320 saídas hospitalares, 33.962 usuários/dia no Centro de Convivência e 10.520 moradores/dia na Moradia de Crise. 62 unidades ambulatoriais - AME: Consultas médicas: 3.677.587; Consultas não médicas: 1.490.232; Cirurgias maiores ambulatoriais: 119.250; Cirurgias menores ambulatoriais: 221.464; Odontologia: 7.511; SADT Externo: 944.664; Tratamentos Clínicos: 13.410. 10 unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro-9 ambulatórios e 1 hospital: Saídas hospitalares: 13.211; Atendimentos médicos: 43.658; Atendimentos não médicos: 314.262; Dispensações de órteses, próteses e meios de locomoção: 10.761. A CGCSS operacionalizou a instalação de novas unidades através de contrato de gestão durante os anos de 2021 e 2022, as quais se encontram em processo de implantação: AME Taubaté e AME Vale do Jurumirim; Lucy Montoro Diadema; Hospital Manoel de Abreu, Hospital Regional de Bebedouro, Centro de Referência à Saúde da Mulher - Hospital da Mulher - CRSM, Hospital das Clínicas de Bauru. Há unidades que estão em processo de convocação pública, com previsão de início de atividades em 2023: AME Ribeirão Preto; Lucy Montoro Taubaté; Hospital Regional Rota dos Bandeirantes e Hospital Regional Alto Tietê. Medidas de contingência contra a pandemia de covid-19: Diante do cenário epidemiológico da pandemia da Covid-19, a CGCSS adotou diversas medidas de contingência por parte da SES, elencadas abaixo: Ampliação dos leitos de UTI e de enfermaria para atender a demanda de pacientes suspeitos ou confirmados; Ampliação e qualificação da rede hospitalar para atendimento à Covid-19 e para apoiar hospitais no atendimento das outras patologias, não Covid 19, durante a pandemia; Manutenção da entrega de medicamentos em domicílio-MedCasa, visando evitar aglomeração durante a dispensação em farmácias estaduais; Logística, organização e distribuição sistêmica de equipamentos, EPIs, vacinas, inclusive da Covid 19, e outros insumos de saúde para serviços de saúde e municípios em todo o Estado, através do CEADIS; Ampliação dos serviços de Tomografia Computadorizada, visando complementação diagnóstica da Covid-19; Na CROSS foi desenvolvida uma ficha específica para pacientes suspeitos ou confirmados de Covid-19, totalizando 183.184 regulações. Atendimento de reabilitação pós-covid nos ames e na Rede Lucy Montoro. Emissão de 20.574 Autorização de Internação Hospitalar-AIH para tratamentos de infecção pela Covid-19 em todas as unidades de saúde da Coordenadoria. PROJETOS ESPECIAIS - Mutirões de procedimentos eletivos - O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, viabilizou um projeto especial no formato de Mutirão, para realização de procedimentos eletivos de Oftalmologia e Cirurgia Eletiva no ano de 2022, com objetivo de atender a demanda represada de procedimentos cirúrgicos mapeada pela equipe do Grupo de Regulação da Coordenadoria de Regiões de Saúde. Através desta atividade foram contratados mais de 14 mil procedimentos cirúrgicos eletivos em cirurgia geral, ginecologia, cirurgia vascular e urologia dentre os 35 hospitais e 20 AMEs, além de mais de 20 mil cirurgias oftalmológicas em 38 AMEs e 11 hospitais. Todas as ações são monitoradas, por meio do Sistema Gestão em Saúde, com agendas específicas disponibilizadas por meio do Portal CROSS. AME Oncologia - O projeto do AME Oncologia tem como objetivo otimizar e fortalecer os fluxos existentes para diagnóstico e tratamento de casos de câncer. Foram realizadas duas grandes frentes de trabalho, uma para estruturar Clínicas Adicionais de Oncologia Clínica em AME em parceria com UNACON, e outra para fortalecimento do fluxo para diagnóstico e tratamento de casos de câncer de pele e de diagnóstico de câncer colorretal. Os AME que iniciaram atuação como Clínica Adicional de Oncologia foram o AME Taubaté-em parceria com o Hospital Regional do Vale do Ribeira, o AME Itapetininga-em parceria com o Conjunto Hospitalar de Sorocaba, o AME Mogi das Cruzes-em parceria com o Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo, o AME Santo André-em parceria com o Hospital Estadual Mário Covas e o AME Dracena-em parceria com o Hospital Regional de Presidente Prudente. Os AME atuam alinhados com o hospital de referência para administração de medicação prescrita pela equipe de oncologia da unidade hospitalar, e dessa forma ampliam a capacidade do UNACON na realização de sessões de quimioterapia. Essa ação teve como objetivo aumentar a capacidade de acolhimento de casos novos pelos hospitais, reduzindo a fila de espera e o tempo para início do tratamento, e nos casos do AME Itapetininga e AME Dracena há o ganho da redução de deslocamento dos pacientes que residem em regiões próximas ao AME. No que se refere ao fluxo de diagnóstico e tratamento de tumores de pele foi estruturado fluxo prioritário na especialidade Dermatologia/Plástica Tumor de Pele já estão disponíveis para território, com ofertas a partir de julho/2022. São consultas com profissionais médicos-dermatologias ou cirurgiões plásticos, para todos os casos suspeitos de tumores de pele, em que caso o profissional entenda que o caso é suspeito - e o paciente tem condições clínicas de realizar o procedimento, o procedimento cirúrgico é realizado na própria unidade, com a remoção da lesão de pele e análise anatomopatológica do tecido. Os casos de tumor de pele de alguns tipos histológicos-não-melanoma, que forem retirados com margens livres, já são considerados como integralmente tratados quando removidos-isto é, não é necessária realização de quimioterapia após o procedimento. Os casos de tumor de pele do tipo melanoma, caso diagnosticados no AME precisarão ser encaminhados para continuidade do tratamento em serviços habilitados em Oncologia, por meio da Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer, sendo o próprio AME responsável pelo registro da solicitação no Portal CROSS. O fluxo de acesso aos exames de colonoscopia já existe nos AME, e da mesma forma que no caso do fluxo para Tumor de Pele, foi estruturado processo para acolher prioritariamente casos suspeitos de câncer colorretal, priorizando colonoscopia para esses pacientes. Destaca-se que os hospitais da CGCSS também atuam no fluxo de colonoscopia regulada, com especial atuação no que se refere ao fluxo de colonoscopia de preparo hospitalar. Caso a suspeita seja confirmada, a unidade que realizou o procedimento - caso não seja um hospital habilitado em oncologia - realiza a abertura de ficha por meio do Portal CROSS para solicitar acesso a vaga regulada nos serviços habilitados em oncologia, também por meio da Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer. Novos UNACON - Unidade de Alta Complexidade em Oncologia - Tendo em vista a grande demanda por acolhimento em oncologia no DRS I - Grande São Paulo, o Grupo Técnico que discute o acesso à rede de Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer sugeriu a implantação de 3 novos serviços de oncologia - UNACON - Unidade de Alta Complexidade em Oncologia nesta região, sendo eleitos o Hospital Estadual Franco da Rocha, o Hospital Geral de Itapecerica da Serra e o Hospital Geral de Pedreira. As duas primeiras unidades já iniciaram os atendimentos, focando em acolhimento de oncologia clínica, e em morbidades oncológicas de maior prevalência, como Mastologia/Ginecologia, Gastroenterologia e Urologia. O Hospital Geral de Pedreira está em fase de revisão dos projetos de arquitetura, para adequação do espaço para implantação do serviço. Ambos os serviços possuem acesso regulado por meio do Portal CROSS, considerando os protocolos vigentes da Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Coordenadoria Geral de Administração - Manutenção e Implantação de Unidades de Saúde - 2022 GTE /Sede - Rede Própria - A rede estadual de hospitais e ambulatórios da Secretaria de Estado da Saúde exige um contínuo processo de investimentos de ampliação do atendimento, modernização e reformas, para garantir a qualidade do atendimento à população. Através do Grupo Técnico de Edificações - GTE, esta Coordenadoria, no exercício financeiro de 2022, executou, gerenciou, acompanhou e fiscalizou 33 Processos de Obras e Projetos, cominvestimentos/desembolso no exercício. OBRAS CONCLUÍDAS NO PERÍODO - Hospital Regional deIlha Solteira- Reforma e adequação de cabine primária de energia. Hospital Heliópolis: Construção de abrigo de resíduos de saúde, reimpermeabilização de lajes, elevadores e telhados. Conjunto Hospitalar de Sorocaba: Obras de adequação para prevenção e combate a incêndio. Hospital EstadualManoel de Abreu: Reforma Geral. Polo de Atendimento de Ostomizados - Reforma e ampliação - IPGG Inst. Paulista Geriatria Gerontologia José Ermírio de Moraes - Reforma completa da cobertura. CAISM Água Funda - Recuperação de talude. Projetos concluídos no período. Hospital Geral de VilaNova Cachoeirinha- Elaboração projetos básicos e legais para reforma. Obras Em Andamento - CAISMÁgua Funda - Reforma de cobertura e troca de forros, telhados e lajes e recuperação de talude - CAISM Philippe Pinel - Construção de abrigo de resíduos sólidos e pavimentação da Portaria 3. Instituto de Infectologia Emílio Ribas: Reforma dos edifícios Anexo I, Prédio Principal Alas A e B, complementação da Fachada - Fase 2. Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua - Pariquera-Açu - Execução de obras de reforma e ampliação. Hospital Regional de Bebedouro - Fase 3: Conclusão das obras de construção do hospital. Hospital Geral de Guaianases: Fornecimento e instalação de elevadores e monta cargas. Hospital Ipiranga: Fornecimento e instalação de elevadores. Hospital Regional DR. Osíris Florindo Coelho - Ferraz de Vasconcelos: Execução de reforma para implantação de 20 leitos de UTI, no 4º andar do edifício. Hospital e Maternidade Interlagos: Instalação de dois elevadores em substituição aos existentes e construção de nova caixa e um elevador. Hospital e Maternidade Interlagos: Reforma e adequação da entrada de energia elétrica, cabine primária e novo grupo gerador. Hospital Guilherme Álvaro: Obras de reforma da Marquise, construção de Acesso, Recuperação estrutural Pavilhão V. Hospital de Promissão: Reforma e adequação de edifício para abrigar os serviços de nutrição e dietética. Centro de Reabilitação de Casa Branca: Reforma e adequação de edifício para abrigar os serviços de nutrição e dietética. AVCB Lote 1: Reforma e adequações em diversas unidades, visando a obtenção de AVCB - CEFOR Vila Mariana, Inst. Clemente Ferreira, CRT/Aids, CRATOD, CAISM Philippe Pinel. AVCB Lote 2 - Complexo Tenente Pena: Reforma e adequações visando a obtenção de AVCB e Reforma da Cobertura. AVCB Lote 3: Reforma e adequações em diversas unidades, visando a obtenção de AVCB - Hosp. Francisco Ribeiro Arantes, Complexo Hospitalar Padre Bento, Hospital Estadual de Mirandópolis. AVCB Lote 4: Reforma e adequações em diversas unidades, visando a obtenção de AVCB - CER Arnaldo Pezzuti Cavalcante, Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha. AVCB Lote 5: Reforma e adequações em diversas unidades, visando a obtenção de AVCB – CAISM Água Funda e Hospital Regional Sul. DRS XIV - São João da Boa Vista AVCB: Reforma e adequação para implantação do sistema de combate a incêndio e pânico. IPGG - Inst. Paulista Geriatria Gerontologia José Ermírio de Moraes: Reforma e ampliação para adequação da cabine primária. Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha: Construção de edifício para ampliação do hospital. Hospital Regional Circuito da Fé e Vale Histórico, em Cruzeiro: Construção de edifício para implantação da Unidade. Rede Lucy Montoro de Presidente Prudente: construção de unidade da Rede Lucy Montoro em Presidente Prudente. Projetos Em Andamento - Hospital Regional de Assis: Elaboração projetos básicos completos de Arquitetura e Engenharia para reforma e ampliação. Hospital Estadual Dr. Odilo Antunes Siqueira, de Presidente Prudente: Elaboração projetos básicos completos de Arquitetura e Engenharia, contemplando instalações. Manutenção Dos Hospitais Estaduais - A rede estadual de hospitais exige um contínuo processo de manutenção, para garantir a qualidade do atendimento à população. Os recursos para operação de manutenção predial, preditiva, preventiva, corretiva e emergencial e de assistência técnica, totalizaram valores da ordem de R$ 120 milhões em 2022. Aquisições de equipamentos: ocorreram aquisições para equipar as unidades hospitalares com previsão de abertura durante o ano corrente e no primeiro semestre de 2023. São elas: Hospital Regional Rota dos Bandeirantes, Hospital Regional de Bebedouro, AME de Ribeirão Preto e Hospital Estadual Manoel de Abreu. Além disso, houve também foco na atualização do parque tecnológico da rede assistencial do estado. Para isso foram adquiridos equipamentos para garantir a modernização e a assistência nos hospitais. Entre as aquisições se destacam: tomógrafos, ressonâncias magnéticas, mobiliários hospitalares, mamografias, hemodinâmicas, equipamentos de monitoração, equipamentos de esterilização, refrigeração hospitalar, sistemas de Imagem digital, entre outros. O investimento nas aquisições perfaz um total de R$53,9 milhões.

Coordenadoria das Demandas Estratégicas do SUS - Foram recebidas e cadastradas no sistema SCodes 15.233 novas ações judiciais, ante às 14.621 ações judiciais recebidas em 2021, 14.913 em 2020 e 19.794 em 2019. Das ações novas cadastradas em ano de 2022 - 15.233, 707 foram mandados de segurança, sendo 69% contra o diretor do DRS e 24,2% contra o Secretário de Saúde. As demandas são atendidas pelo DRS de abrangência do autor da ação judicial. Nesta data, 47.143 processos de demandas judiciais de saúde estavam em atendimento nas unidades dispensadoras-UD de produtos para cumprimento de determinações judiciais do Estado. Para atendimento das 47.143 demandas judiciais ativas, foram necessários 778,6 milhões de reais - até outubro/22, segundo dados da CGOF/SES/SP, em comparação aos valores apurados no mesmo período de 2021, que na ocasião eram 667,3 milhões de reais. Cada processo judicial pode conter mais de um item pleiteado, sendo medicamentos, material -materiais de enfermagem, equipamentos médicos etc., nutrição-dietas enterais, suplementos nutricionais e alimentos, procedimentos-procedimentos médicos, cirurgias, procedimentos hospitalares e outros itens. Os medicamentos são os itens mais judicializados, sendo responsável por praticamente 50% dos itens demandados. A maioria dos itens de medicamentos presentes nos processos judiciais não está contemplada no Programa de Assistência Farmacêutica do SUS. No ano de 2021, 86,7% das demandas de medicamentos eram de itens de medicamentos não padronizados, e 87,6% em 2022. O processo de aquisição dos itens pleiteados nas demandas judiciais é extremamente complexo, devido ao quantitativo excessivo de itens e demandas com baixo consumo. Este cenário torna o processo licitatório com alto índice de insucesso, sendo corriqueiro o desabastecimento de itens para cumprimento das demandas judiciais, que gera cobrança judicial devido ao descumprimento. Diante do exposto, o monitoramento destas cobranças judiciais foi intensificado. O aumento do descumprimento das ordens judiciais no Estado, gerou aumento das penalidades descumprimento, alçando inclusive alguns servidores nominalmente, por eventuais inquéritos sobre crime de desobediência/responsabilização. O valor das penalidades é exorbitantemente maior que o valor estimado para cumprimento destas mesmas demandas. O sistema informatizado S-CODES é a ferramenta para o trato da judicialização, e é continuadamente desenvolvido e aperfeiçoado. Foi dado continuidade para o desenvolvimento dos Dashboards gerenciais, com desenvolvimento de Interface de Clustering de demandas-Interface para consulta de pacientes e produtos e outras variáveis, visando menor dispêndio de tempo e trabalho na coleta e análise sistematizada de informações, proporcionando maior celeridade e precisão na disponibilização e análise dos dados. Este desenvolvimento foi previsto no Projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde do Estado de São Paulo. O produto do trabalho será o desenvolvimento de painéis de gerenciamento-DashBoards com integrações de sistemas da SES-Scodes, Medex, GSNet, etc. e da PGE/TJ, com finalidade de acesso de informações dos processos jurídicos e dos sistemas da SES/SP para o gerenciamento e cumprimento das demandas judiciais. Projeto está em andamento com reuniões semanais de trabalho para construção dos painéis. Atualmente já está em fase de implantação o painel de dados gerenciais da judicialização e o painel de estoque e remanejamento, que nos possibilita verificar os estoques e o quantitativo de demandas judiciais específicas no Estado para possível remanejamento entre Regionais de Saúde para cumprimento efetivo da ação judicial. A partir do ano de 2021 houve mudança de fluxo de trabalho na PGE com a criação de bancas especializadas por temas de saúde (banca de alto custo, ações coletivas-criada em 2022, oncológicos, procedimentos, serviços, residual e diabetes. Nos anos de 2021 e 2022 foram realizados treinamentos organizados pelo GCodes, com técnicos da SES, a fim de capacitar os procuradores das bancas especializadas sobre legislação pertinente do SUS para cada especialidade, políticas públicas e seu financiamento, com objetivo de aprofundar o nível de entendimento dos procuradores de como se operacionaliza as políticas públicas de acordo com a responsabilização entre os entes federativos, Estado, município e União. Este melhor entendimento das políticas públicas possibilitou a elaboração de peças processuais mais robustas pela PGE resultando em vários indeferimentos judiciais nos cursos em processos considerados estratégicos para SES, tais como os de solicitação de tecnologias de alto valor agregado não incorporados ao SUS. Foi realizado, em parceria com a CRS, o Ciclo de Encontros Temáticos sobre a Judicialização-7 encontros. Nessas reuniões estavam presencialmente os diretores dos DRS e, virtualmente, suas equipes. Em todos a procuradoria esteve presente e, em 6, palestrou e interagiu-de forma presencial ou virtual, com os DRS. A interação deu-se tanto pelo Contencioso como pela Consultoria Jurídica. Como estratégias de desjudicialização da saúde o GCodes participou ativamente nas reuniões mensais do Comitê Estadual de Saúde do Tribunal de Justiça-TJ e do Subcomitê Estadual de Saúde do TJ. O Projeto do Cejusc - Saúde, está em fase de implementação com previsão de início das atividades ainda no ano de 2022 ou início de 2023. O GCodes operacionaliza rotinas a fim de identificar e inativar demandas em que não ocorre mais retirada dos produtos por motivos médicos ou por óbitos do autor. Estas demandas requerem trato centralizado pelo GCodes devido a sua complexidade de processamento e operacionalização pois necessita de apoio operacional de tecnologia da informação - TI do GCodes. Até 31/10, foram inativadas 3.574 demandas por óbitos, sendo 2.828 de pacientes com pedidos administrativos e 746 de processos judiciais e 16.622 por falta de retirada, sendo 9.276 de pacientes com pedidos administrativos e 7346 de processos judiciais. Outras duas rotinas foram realizadas pelo GCodes, o levantamento dos descontos nos Hospitais Escolas - DESCONTO HE, regulamentada pela Resolução SS nº 83/2015, onde as entidades que prescrevem itens que não estejam na tabela do SUS, resulta-se no desconto de repasses de recursos para os respectivos hospitais; e migração dos autores de ação judicial para o programa de Assistência Farmacêutica quando ocorre incorporação do item pleiteado ao SUS. As ações judiciais com prescrições elaboradas nos hospitais escolas somaram um valor que foram descontados do valor repassado pela SES/SP a estes hospitais. Em relação aos itens que foram incorporados ao SUS, os autores das demandas foram migrados para atendimento pelos Programas de Assistência Farmacêutica e suas demandas judiciais foram inativadas no sistema SCodes.

Fundação para o Remédio Popular - Produção - até outubro foram produzidas 220.103.652 unidades farmacotécnicas-UFs na FURP. Distribuição de medicamentos - foram distribuídos 332.096.464 UFs para a SES, para Clientes Diversos e Ministério da Saúde. Farmácia Dose Certa - foram distribuídas 13.107.158 UFs nas oito unidades Farmácia Dose Certa. Treinamento - foram realizadas 2.270 horas de treinamento para os funcionários. Financeiro - Embora tenha ficado de forado projeto de extinção-Projeto de Lei nº 529 de 2020, a FURP teve seu fluxo de caixa afetado. Com a mudança de gestão ocorrida em 2021, a FURP concentrou esforços para regularizar o seu fluxo decaixa, com a melhor eficiência no uso dos recursos, reduzindo a inadimplência, melhorando os processos de compras de insumos e incentivando a retomada das vendas. Reabertura do Programa deDesligamento Incentivado – PDI. Em março foi reaberto o Programa de Desligamento Incentivado-PDI para o desligamento de funcionários, visando a adequação da estrutura da empresa às necessidades atuais. FURP em nova Secretaria - Em maio foi criada da Secretaria Extraordinária de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, a qual a FURP passou a ser vinculada. Com essa nova estrutura, será possível alinhar os protocolos de vigilância, assistência, prospecção de novas vacinas, produção de medicamentos - como o convênio firmado em outubro com o Instituto Butantan para produzir medicamentos para o SUS e parceria com outras instituições na área de pesquisa e ensino – público e privado. Certificação da FURP-CBPF - Em junho foram publicados os Certificados de Boas Práticas de Fabricação -CBPF, para todas as linhas produtivas da FURP com validade até junho de 2024.

Fundação Oncocentro de São Paulo - Treinamentos e Capacitações - A FOSP oferece cursosque objetivam capacitar os profissionais, prioritariamente enfermeiros, nas ações relacionadas ao rastreamento e detecção precoce do câncer do colo de útero e de mama. De janeiro a outubro, 560 profissionais concluíram os cursos oferecidos pela FOSP na modalidade ensino à distância. Nesse mesmo período, 57 enfermeiros foram também capacitados para atuarem como multiplicadores com aprimoramento prático na coleta do teste Papanicolau. Ainda, dois alunos com bolsa de iniciação científica são treinados na FOSP. O Registro Hospitalar de Câncer do Estado de São Paulo-RHC/SP, também possui uma frente de ensino e pesquisa. Entre os meses de janeiro e outubro, passaram pelo RHC/SP, 23 alunos do Programa de Residência Multiprofissional de diferentes áreas, tais como: medicina, enfermagem, biomedicina, biologia, saúde pública e psicologia. Diretoria Adjunta de Informação e Epidemiologia- O Registro Hospitalar de Câncer de São Paulo-RHC/SP é coordenado pela FOSP e é importante fonte de informação sobre os casos de câncer dos hospitais da rede estadual de oncologia. Implantado em 75 hospitais da Rede de Atenção Oncológica e dois hospitais voluntários, o RHC/SP no período de janeiro a outubro, registrou 58.863 casos de câncer, sendo 49.126-83,4% analíticos, pacientes em deram entrada no hospital para início do tratamento com ou sem diagnóstico, e 9.737-16,6% casos não analíticos, com tratamento prévio. Dos tumores registrados, 80,4% corresponderam aos diagnósticos realizados entre os anos de 2018 a 2021 e 11,6% para o período vigente. Diretoria Adjunta do Laboratório de Patologia - Foram realizadas 170.586 citologias cervicovaginais; 4.399 exames anatomopatológicos; 338 exames de citologia de mama-PAAF e secreção mamária; 6.444 reações de imunohistoquímica, indicadas para confirmação diagnóstica, na classificação ou na detecção de moléculas-alvo de terapias específicas, no câncer de mama; 256 exames de hibridização molecular por fluorescência-FISH para o gene HER2 nos casos com indicação seguindo o protocolo do Ministério da Saúde, para pesquisa da amplificação deste gene nos casos de câncer de mama. Também realizamos atividades de monitoramento externo de qualidade dos laboratórios de citologia cervicovaginais da rede SUS. Foram revistas 11.798 lâminas até outubro de 2022. Em relação ao mesmo período em 2021, houve incremento em 10,2% de citologias cervicovaginais-170.586 vs 154.703, redução em 23,6% de anatomopatológicos-4.399 vs 5.436, aumento de 16% de FISH HER2-256 vs 220 e redução em 2% das avaliações externas MEQ-11.798 vs 12.077 e 17% de imuno-histoquímicas-6.444 vs 7.745. A oscilação da demanda está relacionada à retomada após o cenário pandêmico. Diretoria Adjunta de Reabilitação - O Serviço de Reabilitação da FOSP, atende pacientes com câncer de cabeça e pescoço e oftalmológicos infantis, já operados e que necessitam de reabilitação como complementação de seu tratamento. No período de 1/1/ a 31/10/2022 o Serviço de Reabilitação realizou 4.072 consultas, num total de 650 pacientes. Das consultas realizadas, 56.9% dos pacientes são do sexo masculino. Neste mesmo período foram admitidos 134 pacientes novos e entregues 483 próteses faciais, oculares ou bucais. Produção Científica - Foram publicados dois artigos em revistas indexadas. Mais dois artigos enviados para publicação estão em análise. A FOSP deu início ao processo de realização de TCC de 14 alunas do curso de citotécnico oferecido pela instituição. Foi aprovado pela FAPESP, o projeto da FOSP tem

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

como objetivo principal o rastreamento de tumores de colo uterino e mama. O projeto Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Controle do Câncer no estado de São Paulo é uma parceria entre a FOSP, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Comitê de Referência em Oncologia do Estado de São Paulo, Universidades, ONG Instituto Oncoguia e da Agência Internacional para a Pesquisa em Câncer da Organização Mundial da Saúde-IARC/WHO.

Grupo de Humanização **-** por meio da Resolução SS - 45, de 3/5/2022, institui o Núcleo Gestorde Humanização e Segurança do Paciente - NGHSP, no âmbito do estado de São Paulo, instância colegiada, de caráter deliberativo, com a finalidade de gerir ações que visem à melhoria da humanização e segurança do paciente no cuidado em saúde. Redefinindo, e ampliando, as atribuições do Núcleo Técnico de Humanização. As principais estratégias e ações desenvolvidas e apoiadas pelo Núcleo Gestor de Humanização e Segurança do Paciente foram: Implementação da Política Estadual de Segurança do Paciente, por meio da organização da construção de um Plano de Ação para todo o estado, com desenvolvimento previsto para 2023. Continuidade do Programa de Apoio à Humanização nos Hospitais: Projeto Maternidades - Processo de apoio e formação em humanização no estado de São Paulo. Participando nas estratégias para o fortalecimento da Rede de Atenção à Morte Materna, Infantil e Fetal em todas as Regiões de Saúde do Estado. Participação com representantes, no Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha do Estado de São Paulo, no Comitê Estadual de Vigilância à Morte Materna, Infantil e Fetal e no Grupo de Enfrentamento à Morte Materna, Infantil e Fetal do Estado de São Paulo, estes responsáveis por definir planos de ação para efetivação e qualificação da Rede de Atenção Materna, Infantil e Fetal no Estado. Participação na continuidade das ações de atenção e cuidado desdobradas do Projeto para o Fortalecimento das Regiões de Saúde rumo à redução da Sífilis Congênita no Estado de São Paulo ocorrido em 2021, organizado pelo CRT/IST/Aids e apoio da Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS. Projeto que teve como objetivo: Consolidar uma resposta integrada em rede, nas regiões de saúde do estado de São Paulo, para a redução da Sífilis adquirida e na gestação. Apoiar a gestão dos municípios com população acima de 100 mil habitantes, para a obtenção da Certificação a Caminho da Eliminação da sífilis congênita. Contribuir para a implementação de monitoramento de parâmetros clínicos epidemiológicos relacionados à atenção à sífilis na gestação e congênita. O Núcleo Gestor de Humanização e Segurança do Paciente - NGHSP participou do Projeto de fortalecimento desta Linha de Cuidado, por meio do trabalho dos técnicos do NGHSP e Articuladores de humanização junto às equipes das maternidades envolvidas no Projeto. Assim como disponibilizou o Sistema de Registro de Atividades-SRAA, desenvolvido em parceria com a PRODESP, para registro de todos os dados obtidos pelos técnicos-estaduais e municipais envolvidos no Projeto. Participação no Projeto de cooperação técnica entre a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania e a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, projeto que visa favorecer à inclusão social da pessoa em situação de vulnerabilidade social com HIV, hepatites virais, hanseníase, tuberculose e a prevenção da sífilis congênita. Continuidade do apoio para o monitoramento dos indicadores de humanização das entidades filantrópicas conveniadas ao programa de auxílio financeiro às entidades hospitalares sem fins lucrativos-Programa Mais Santas Casas, por meio do acompanhamento realizado pelos articuladores de humanização. Participação das atividades de ensino e estágio dos residentes da Medicina Coletiva da Universidade de Campinas - UNICAMP. Continuidade no apoio às equipes técnicas dos DRS para o desenvolvimento de planos regionais de Humanização e acompanhamento do processo de regionalização/implementação das Redes Temáticas, por meio de estímulo à inclusão da metodologia e dos dispositivos da Humanização, do exercício de ações de integração entre áreas técnicas e do fortalecimento da articulação entre municípios e unidades de saúde de cada região. Apoio e Formação para implementação e acompanhamento da PEH por meio da realização de oficinas macrorregionais e visitas técnicas às unidades de saúde sob gestão do Estado. Monitoramento do sistema para aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de saúde SES-PSAT, com suporte de banco de dados da Prodesp e acompanhamento sistemático dos resultados. Acompanhamento aos Hospitais de Referência em Humanização com objetivo de oferecer apoio intensivo às unidades e disseminar a PEH para as demais unidades de saúde SES. Apoio para o monitoramento dos indicadores de humanização nos ambulatórios e hospitais geridos pela CSS e CGCSS, incluídos na gestão dos contratos, referente à elaboração e acompanhamento dos Planos Institucionais de Humanização e as atividades desenvolvidas do grupo designado na unidade para a sua execução. Continuidade do processo de formação/capacitação dos Articuladores de Humanização para acompanhamento edesenvolvimento do trabalho regional e de desenho/implementação de Planos Institucionais de Humanização nas unidades de saúde, municípios e regiões de saúde.

Ouvidoria **-** Relatório *Geral* - janeiro a outubro - Total de manifestações: 294.119 – Finalizadas - 96,6% - Classificações: Informação: 64% - Elogio: 17,4% - Reclamação: 10% - Solicitação: 8% - Sugestão: 0,5% - Denúncia: 0,1%. Projetos – Acreditação; Acolhimento; Curso de Ouvidoria em parceria com CeFor; Descentralização; Experiências Exitosas; Qualidade de registro e resposta de manifestações; Saúde Mental. Ações - Elaborar Procedimentos Operacionais Padrão-POP.Conscientizar os órgãos externos e internos sobre as atividades da Rede de Ouvidorias do SUS SES/SP. Implantar ou implementar Ouvidorias da Saúde nos municípios. Integrar ao Sistema Ouvidor SES/SP os sistemas informatizados do Ministério da Saúde, Ministério Público e Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Controladoria Geral do Estado. Parceria com Ministério da Saúde e FioCruz no Projeto de Fortalecimento das Ouvidorias do SUS.

Instituto Butantan **-** Em 2022, o Instituto Butantan completou 121 anos com inúmeras conquistas, entre as quais é possível destacar: Entrega de uma nova fábrica multipropósito de vacinas, que irá alavancar a independência do Brasil na produção de imunizantes e no combate a epidemias e pandemias; Apoio na imunização de crianças e adolescentes de 3 a 17 anos contra a Covid-19 com a entrega de 12 milhões de doses da CoronaVac ao Ministério da Saúde; Entrega de 80 milhões de doses da vacina Influenza em tempo recorde para a Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe; Exportação de mais de 1 milhão de doses da vacina Influenza para países vizinhos; Inauguração de dois centros de terapia celular contra o câncer, em parceria com a Universidade de São Paulo e o Hemocentro de Ribeirão Preto; Reabertura do Parque da Ciência, totalmente reformado e com diversas atividades, após dois anos fechado por conta da pandemia. CORONAVAC - A CoronaVac, vacina do Butantan produzida em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, teve seu uso aprovado para crianças e adolescentes a partir dos 3 anos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa. A autorização para pessoas de 6 a 17 anos veio em 20 de janeiro, enquanto a ampliação para a faixa etária de 3 a 5 anos ocorreu em 13 de julho. A ampliação da indicação de uso foi baseada, especialmente, em um estudo do Chile que mostrou efetividade da CoronaVac de 69% contra internação em Unidade de Terapia Intensiva-UTI, 64,6% contra hospitalização pela Covid-19 e 38,2% contra infecção. O Butantan forneceu 12 milhões de doses da vacina ao Programa Nacional de Imunizações-PNI, do Ministério da Saúde. DOSSIÊ CORONAVAC - O Que A Ciência Comprova E Dossiê Coronavac/Crianças E Adolescentes - Os dossiês digitais CoronaVac - O que a ciência comprova e CoronaVac - O que a ciência comprova/versão Crianças e Adolescentes reúnem estudos e publicações de revistas científicas de relevância mundial que comprovam a eficácia, eficiência e segurança da CoronaVac em todos os públicos. As pesquisas contidas no dossiê foram veiculadas em publicações internacionais como The New England Journal of Medicine, The Lancet, The Lancet Infectious Diseases, Vaccines e PLOS Neglected Tropical Disease, entre outras. São mais de 1000 páginas de estudos em cada documento. Dossiê CoronaVac: https://butantan.gov.br/noticias/instituto-butantan-lanca-dossie-sobre-acoronavac-focado-em-criancas-e-adolescentes Dossiê CoronaVac Crianças e Adolescentes: https://butantan.gov.br/noticias/institutobutantan-lanca-dossie-sobre-a-coronavac focado-em-criancas-e-adolescentes. Projeto S - O Projeto S, estudo de efetividade da CoronaVac conduzido pelo Butantan em Serrana, interior de São Paulo, completou um ano em fevereiro. No total, foram vacinadas 27 mil pessoas, representando 81,3% da população adulta e 60,9% da população urbana de Serrana. A CoronaVac preveniu 80,5% dos casos sintomáticos de Covid-19, 95% das hospitalizações e 94,5% das mortes. Resultados parciais de sorologia, divulgados em 2022, mostraram que a proteção da vacina foi mantida em 99% dos indivíduos seis meses após a segunda dose, e que a terceira dose aumenta o nível de anticorpos em até quatro vezes. Evolução Do SARS-COV-2 E Predição Da Resposta Imunológica Pesquisadores do Centro de Excelência para Descoberta de Alvos Moleculares do Instituto Butantan-CENTD desenvolveram uma sequência integrada de algoritmos computacionais para predição de imunogenicidade e várias propriedades do genoma do SARS-CoV-2. Os algoritmos permitem estudar a evolução do vírus original de Wuhan até a ômicron, assim como a sua imunogenicidade, que é a resposta do sistema imune a patógenos. Sequenciamento Genômico De Amostras Do SARS-COV-2. O sequenciamento de variantes da Covid-19 é hoje o principal recurso tecnológico usado no mundo para compreender o avanço do vírus SARS-CoV-2 e de suas novas linhagens e permitir o avanço de políticas de saúde para o combate da pandemia. Uma das plataformas mais relevantes, a Rede de Alerta das Variantes do SARS-CoV-2, coordenada pelo Instituto Butantan, representa cerca de 40% de todas as amostras do novo coronavírus sequenciadas no Brasil, de acordo com um levantamento realizado em 2022. A rede do instituto acompanha a incidência dos casos positivos de Covid-19 e identifica as variantes mais circulantes no estado de São Paulo. Centro De Desenvolvimento Científico - Pelo menos R$ 6.737.274,41 de recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-Fapesp foram direcionados às pesquisas do CDC. Dentre as pesquisas apoiadas é possível citar a identificação de mecanismos moleculares de resistência a drogas e reparação de DNA em Trypanosomatidae; interação da migalina com células imunes e controle de infecções por microrganismos patogênicos; estudo de componentes bacterianos como adjuvantes para vacinas proteicas contra Streptococcus pneumoniae; e avaliação de métodos alternativos in vitro à utilização de animais para os ensaios in vivo no estudo de venenos de serpentes: princípio dos 3R's. Soros E Vacinas - Além das 12 milhões de doses da CoronaVac fornecidas ao Programa Nacional de Imunizações-PNI, do Ministério da Saúde, para a imunização das crianças e adolescentes, o Butantan encaminhou 80 milhões de vacinas contra a gripe ao governo federal. Essa entrega ocorreu em tempo recorde, com a entrega de dois milhões de doses já em 25 de fevereiro. A agilidade na campanha de produção do imunizante foi possível porque o Butantan enviou, antes do previsto, a documentação da produção do imunizante para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa, em 18 de fevereiro. Os demais lotes foram entregues ao longo dos meses de março e abril. Disponível no Sistema Único de Saúde-SUS, a atual vacina contra a gripe é trivalente, composta por um vírus influenza da cepa B e dois da cepa A, os vírus H1N1 e H3N2-este último do subtipo Darwin, que causou os surtos fora de época no Brasil no final de 2021 devido à sua alta capacidade de transmissão. Outro grande destaque do ano foi a exportação de vacinas Influenza, pela primeira vez na sua história. Em abril, o Butantan enviou, de forma inédita, 225 mil doses da vacina contra a gripe para a Nicarágua e 700 mil doses para o Uruguai, após ter sido contemplado pelo edital de licitação da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS. Em agosto, o Butantan exportou mais um milhão de doses da vacina trivalente contra influenza ao Equador. Esta foi a primeira vez que o país comprou o imunizante contra a gripe fabricado no instituto, também por intermédio da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS. As exportações foram possíveis graças à inclusão da vacina do Butantan na lista de imunizantes pré-qualificados da Organização Mundial da Saúde-OMS, no início de 2021. Em relação aos soros, o Butantan exportou em julho 2.820 frascos de soro antiofídico e antidiftérico para países da América do Norte, América do Sul e Europa. O envio dos soros para nações estrangeiras acontece há três anos, para localidades como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, mas desta vez outros sete países entraram na lista de compradores do instituto: Colômbia, Panamá, Trinidad e Tobago, Bermudas, República Dominicana, Chile e Alemanha. Anticorpos Monoclonais - Em novembro, o Instituto Butantan e a farmacêutica Sandoz do Brasil fecharam um contrato com o Ministério da Saúde para a venda de 398 mil unidades do medicamento adalimumabe, que serão distribuídas para sete estados por meio do Sistema Único de Saúde-SUS. A primeira entrega, composta por 177 mil seringas, será feita até dezembro; as demais unidades serão entregues até maio de 2023. O adalimumabe é um fármaco de ponta recomendado para o tratamento de doenças inflamatórias crônicas autoimunes, como artrite reumatoide, espondiloartrite e psoríase, além de doenças do trato gastrointestinal, como doença de Crohn e colite. A entrega é resultado de um acordo de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo-PDP firmado no final de 2021 entre as instituições. A transferência de tecnologia da Sandoz para o Butantan permitirá que a produção do adalimumabe seja feita totalmente em território nacional, em fábrica própria do instituto, acelerando a logística de distribuição nos estabelecimentos públicos de saúde. Cerca de 30 mil pessoas poderão ser beneficiadas anualmente pelo medicamento. Nesse momento, o Butantan será responsável pelo planejamento e gestão das operações. A transferência de tecnologia levará até 10 anos, começando pela capacitação na produção do Insumo Farmacêutico Ativo-IFA, com duração de quatro anos, e seguindo para a etapa de formulação e envase – que, em conjunto com o estudo de estabilidade do IFA e do registro do produto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa, deve durar mais cinco anos. Ampliação Do Parque Industrial - Em março, o Butantan inaugurou a obra civil do Centro de Produção Multipropósito de Vacinas - CPMV, que produzirá até 100 milhões a mais de vacinas contra Covid-19, zika, raiva e hepatite A por ano, ampliando a capacidade de produção de vacinas do Brasil e ajudando o país a se preparar para futuras epidemias e pandemias. O CPMV recebeu investimento privado de R$189 milhões de empresas como Amazon, BRF, Ambev, Grupo Raia Drogasil, IFood, BASF e Comgás. A nova fábrica de imunizantes do Instituto é uma das mais inovadoras e modernas do Brasil, sendo alinhada aos conceitos da Indústria 4.0 e totalmente automatizada, com capacidade de produção em cinco diferentes plataformas vacinais e certificação Nível de Biossegurança 3, um dos mais altos do setor farmacêutico. Convênio Entre Butantan E FURP - O Instituto Butantan e a Fundação para o Remédio Popular-Furp, assinaram em outubro um convênio de transferência de tecnologia para o desenvolvimento de medicamentos que serão fornecidos ao Sistema Único de Saúde-SUS. A iniciativa faz parte do objetivo de criar uma indústria da saúde paulista, com ações conjuntas de planejamento, desenvolvimento, pesquisa, produção e comercialização de imunobiológicos, fármacos e biomedicamentos, incluindo parcerias com laboratórios privados. MONKEYPOX - O Instituto Butantan está em negociação com o National Institute of Health-NIH, dos Estados Unidos, para viabilizar estudos e, possivelmente, a produção da vacina contra o Monkeypox no Brasil. O possível acordo entre o Butantan e o NIH, agência de pesquisa médica dos Estados Unidos e braço do Departamento de Saúde e Serviços Humanos estadunidense, prevê a transferência de material biológico que permitirá ao Butantan ter condições de futuramente desenvolver a vacina no Brasil.

Instituto de Saúde **-** *Produção científica e tecnológica***:** Foram publicados 34 artigos em periódicos científicos, 16 resumos em anais de reuniões científicas, um livro e seis capítulos de livros.Foram concluídos 6 projetos de pesquisa e 21 projetos estão em andamento, com apoio de agências de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP e Fundo Especial de Saúde para Imunização em Massa- FESIMA/SES-SP, além de parcerias com diversas instituições como Ministério da Saúde, Organização Panamericana da Saúde-OPAS, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Destacamos o avanço do projeto relacionado à

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

temática da Covid-19, em parceria com a Coordenação da Atenção Básica da SES-SP e o COSEMS-SP, que tem por objetivo avaliar a resposta da Atenção Primária à Saúde frente à pandemia de Covid-19 no estado de São Paulo. Fizeram parte do inquérito 253 gestores municipais e 35 gerentes e profissionais da saúde na etapa de entrevistas em profundidade. A pesquisa identificou que em 2020/2021, adotando medidas de segurança, atividades como processos educativos sobre COVID-19 45%, acolhimento de rotina- 63,5%, busca ativa de gestantes em atraso no pré-natal - 62,9%, vacinação de rotina-84,1%, rastreio de câncer de mama e Papanicolau - 30,2% e busca ativa de pacientes em condições crônicas em atraso nas consultas - 32,5%, acolhimento/acompanhamento dos pacientes de Covid-19 pós alta da internação - 41,7%, foram realizadas pelas UBS. O projeto Linha de Cuidado para a Saúde na Adolescência e Juventude para o SUS-SP, financiado pelo PPSUS/MS, executado em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com o Centro de Saúde Escola Samuel Barnsley Pessoa, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-CEBRAP e Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, desenvolveu a linha de cuidado e efetivou a disseminação e implementação nos municípios paulistas, envolvendo 348 profissionais da saúde de cerca de 269 municípios paulistas. Outro exemplo a ser salientado é o projeto Primeira Infância para Adultos Saudáveis - PIPAS, que desenvolveu um método inovador para obtenção de indicadores de desenvolvimento infantil, inédito nos inquéritos populacionais nacionais. Um inquérito foi realizado em 13 capitais brasileiras, envolvendo cerca de 17.000 crianças de 0-5 anos, o que permitirá traçar um perfil da primeira infância, identificar impactos da pandemia no desenvolvimento infantil e traçar estratégias de intervenção em nível nacional. Além disso, a proposta foi incorporada pelo IBGE no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD contínua, por meio de um módulo específico sobre o desenvolvimento infantil. No âmbito da Tradução do Conhecimento, o Centro de Tecnologias de Saúde para o SUS está desenvolvendo uma revisão de escopo sobre modelos de apoio ao cuidador domiciliar, que servirá para apoiar o Ministério da Saúde na tomada de decisão e está realizando revisões com outros grupos de pesquisa como os do Hospital do Coração, da Subsecretaria de Serviços ao Cidadão do Governo do Estado de São Paulo e do Norwegian Institute of Public Health. O IS também elaborou os conteúdos da especialização do Programa Educacional em Vigilância e Cuidado em Saúde no enfrentamento da COVID-19 e de outras doenças virais - VigiEpidemia, da Fiocruz-MS. Difusão científica Difusão científica - foi produzido um e-book em parceria com a Coordenadoria de Recursos Humanos sobre Boas práticas da enfermagemno enfrentamento à COVID-19 na SES/SP e até o final deste ano serão lançados dois volumes do Boletim do Instituto de Saúde-BIS com os temas Experiências de Saúde e Cidadania LGBT+ e Novas tecnologias de informação e de comunicação para a educação na área da saúde. Dois livros da coleção Temas em Saúde Coletiva estão em fase de edição intitulados Ensino e Pesquisa na Atenção à Hanseníase no Estado de São Paulo: apontamentos para novas possibilidades e Negacionismo e fake news em tempos de pandemia: desafios contemporâneos em comunicação e saúde. Durante o ano foram feitas publicações nas redes sociais e no site do IS. Entretanto, considerando as determinações legais relacionadas ao período eleitoral de 2022, foram suspensas as publicações no site e nos perfis do IS em redes sociais no período de 2/7 a 30/10/2022. Recebemos em média 1,1 mil visualizações únicas de página, alcançando picos de 1,3 mil visualizações por semana. Entre as redes sociais, as publicações no Facebook e Instagram alcançaram 1,6 mil curtidas. Ainda nessas redes, o IS conta com mais de 3,4 mil seguidores, além de 4.941 amigos no perfil da instituição do Facebook, 1.816 seguidores no Instagram e cerca de 1.800 no Twitter, além de aproximadamente 3 mil inscritos no canal do IS na plataforma de vídeos Youtube. Em decorrência da pandemia e do período eleitoral não foram realizados eventos presenciais. Formação e capacitações - O Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva tem o objetivo de formar profissionais com visão crítico-analítica das políticas públicas de saúde e para uma prática profissional transformadora por meio da produção e aplicação do conhecimento científico, visando à solução de problemas ou proposição de inovações para a qualificação dos processos de atenção e gestão do sistema de saúde. No ano os 20 alunos da turma-2021-2023, tiveram seus projetos de dissertação aprovados em Exame de Qualificação por banca examinadora. O Programa foi promovido para a nota 4 na Avaliação Quadrienal da CAPES-2017-2020. Como unidade didática do Programa de Especialização do CEFOR-SES/SP, O IS oferece anualmente 20 vagas de Especialização em Saúde Coletiva para profissionais formados nas áreas da saúde e afins. As atividades presenciais foram retomadas. Em fevereiro, 17 profissionais de saúde foram formados especialistas em Saúde Coletiva; todos elaboraram um Trabalho de Conclusão de Curso-TCC a partir do projeto de pesquisa Planejamento de ações estratégicas de saúde baseadas em evidências científicas no município de Franco da Rocha. Foi elaborado um relatório contendo os resultados da pesquisa e apresentados aos Gestores e Trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde de Franco da Rocha. Em março nova turma foi iniciada, com o ingresso de 19 profissionais. Houve desistência de 4 profissionais e atualmente temos 15 alunos matriculados. A turma atual está participando do projeto de pesquisa intitulado Análise da Organização do Sistema Único de Saúde e de cuidado oferecido pelo SUS no município Francisco Morato, ainda em andamento, com término previsto para o final de fevereiro de 2023. As atividades CurSUS - Cursos de curta duração para o SUS- propõem compartilhar o conhecimento acumulado em linhas de pesquisa e estudos desenvolvidos no IS por diferentes profissionais da saúde. Em razão da pandemia, esta modalidade de formação continuou à distância, com a participação de vários municípios, o que evidencia o resultado gratificante da parceria que se fortalece a cada ano com os DRS-Departamento Regional de Saúde. A despeito dos desafios do formato, como dificuldade de acesso à internet para alguns profissionais, houve grande adesão aos 9 cursos propostos e coordenados por Pesquisadores, com 1062 participantes. De maneira geral a cada ano a oferta dos cursos traz resultados motivadores para a continuidade do Programa CurSUS. Participação em comitês e assessorias – Destacamos a participação no Comitê Estadual de Vigilância à Morte Materna, Infantil e Fetal e Grupo de Enfrentamento à Morte Materna Infantil e Fetal-SES-SP, Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT-representação gestora - Resolução SS - 47, de 29/6/2017, Grupo de Trabalho para Revisão dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes-MS, Grupo de Trabalho do Conselho Estadual de Saúde para elaboração de Cartilha sobre Doenças Raras, Projeto Observa-PICS-SES-SP, Grupo de Trabalho para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, na REBRATS, REPATS e EVIPNet além de assessorias à CONITEC, Coordenadoria de Serviços de Saúde-CSS/SES-SP, Centro de Vigilância Sanitária -CVS/SES-SP e Departamento Regional de Saúde IV-Baixada Santista.

Fundação Pró-Sangue Hemocentro - Ensino: Formação de recursos humanos na área científica: 3 mestrandos-concluídos, 1 doutorando-concluído, 2 mestrandos-em andamento e um doutorando-em andamento. Estágios e cursos: Estagiários, prestadores de serviço voluntários, pós-graduandos, pós-doutorandos e alunos de cursos de extensão/divulgação: 6 estagiários curriculares e 2 alunos externos para treinamento, sendo um estrangeiro. Atividades de capacitação de clientes, funcionários, aprimorandos e demais convidados: No período compreendido de janeiro a outubro, foram ministradas 1.101 horas de disseminação de conhecimento por profissionais da Fundação Pró-Sangue aos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP, Faculdade de Enfermagem da Universidade de São Paulo, alunos dos programas de capacitação de hospitais clientes, visitantes, congressistas participantes de congressos nacionais e internacionais nos quais os profissionais da Fundação foram palestrantes, entre outros. A Fundação Pró-Sangue tem um programa de aprimoramento médico em Hemoterapia para médicos especialistas em Hematologia. O programa dura 12 meses e é uma imersão em todas as áreas do ciclo do sangue. Neste ano estamos com 5 aprimorandos que finalizam o curso em fevereiro de 2023. Ainda, com o objetivo de agregar conhecimento aos profissionais da área, algumas outras estratégias para disseminação de conhecimentos foram disponibilizadas por meios de canais de relacionamento da Instituição, intituladas: Pró-Sangue Class, Pró-Sangue Conecta, Manual do Cliente, Pró-Sangue Book, Webinar, Lives da Pró, I Encontro de Doadores de Sangue Raros da Fundação Pró-Sangue, Manual de Transfusão da Fundação Pró-Sangue, Manual de Patient Blood Management da Fundação Pró-Sangue; além disso, a Fundação disponibiliza orientação transfusional para todos os serviços clientes, 24 horas por dia. Pesquisa: A área de pesquisa da Fundação Pró-Sangue destina-se ao desenvolvimento e realização de projetos de pesquisas voltados a aumentar cada vez mais a segurança transfusional, aprimorar a qualidade dos hemocomponentes produzidos e desenvolver e validar produtos relacionados à produção de hemocomponentes e terapia celular. As pesquisas realizadas de janeiro a outubro resultaram em 23 publicações em periódicos da especialidade, além de outras que estão em andamento. A maior parte foi publicada em periódicos internacionais, de alto índice de impacto, abordando temas relativos à hemoterapia e terapia celular. Laboratório de Terapia Celular: A inovação está presente nas atividades da Fundação por meio do Laboratório de Terapia Celular que se encontra capacitado para atuar em todas as etapas de produção e aplicação de produtos celulares com finalidade terapêutica. De janeiro a outubro foram recebidos 150 produtos de células progenitoras hematopoiéticas de medula óssea ou sangue periférico para processamento e congelamento, isolamento e expansão experimental de células Natural Killer-NK a partir de sangue de cordão umbilical e placentário e de sangue periférico com o objetivo de futuramente produzir CAR-NK cells para tratamento de doenças oncológicas hematológicas. Investimentos - Obras: Até outubro foram investidos recursos para obras de reforma realizadas nos seguintes ambientes: Reforma Do Posto De Coleta Do Prédio Dos Ambulatórios - Contempla a reforma do posto de coleta de sangue, sanitários feminino e masculino, sala da coordenação, salas de preparo de insumos e demais ambientes, com o objetivo de adequá-los as normas vigentes, incluindo a de acessibilidade e, principalmente, melhorar o atendimento aos candidatos à doação de sangue e o desenvolvimento das atividades laborais dos profissionais que atuam nesta área. Reforma Do Piso Do Estacionamento Do Posto De Coleta Do Mandaqui - Contempla a reforma do piso do estacionamento do Posto Mandaqui, visando adequá-lo para melhor utilização dos hospitais clientes, quando da retirada de hemocomponentes no Sub Estoque Mandaqui, dos doadores de sangue e dos colaboradores. 16 itens de mobiliário e 58 itens de equipamentos técnicos. Além disso, a Fundação Pró-Sangue, em atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD elaborou e implementou em todos os seus contratos e instrumentos congêneres termos aditivos para finalidade. Cabe ressaltar ainda que a entrega do Posto de Coleta PAMB e o modelo de agendamento eletrônico de coleta de sangue permitiram um maior conforto ao doador, pois tal ferramenta traz não só comodidade aos candidatos à doação como também evita aglomeração de pessoas nos postos de coleta e permite o ingresso do doador no Posto Clínicas através de leitura de QR*Code*, gerado pelo sistema de agendamentos, diretamente na catraca. A ferramenta de agendamento foi ampliada para abranger a 1ª fase da triagem clínica que passou a ser feita *on line* dando maior celeridade ao atendimento dos candidatos quando do processo de doação. Ademais, para agilizar o contato com o doador de sangue implantou o uso de *whatsapp business* para convocação de doadores de sangue e doadores de plaquetas por aférese. Ainda, para finalizar o processo de implantação do Sistema SP Sem Papel e para permitir a correta destinação dos documentos da área finalística sem gerar documentos físicos, a Fundação elaborou e, teve aprovada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP, a Tabela de Temporalidade de Documentos da Área Fim. Além disso, com o objetivo de aprimorar o processo de governança institucional, a Fundação Pró-Sangue aderiu, neste exercício, ao Programa E-Prevenção do Tribunal de Contas da União - TCU.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina Da USP - Instituto Perdizes HCFMUSP - Em Execução - Construção do Complexo Hospitalar, que contará com 120 leitos de retaguarda e o Centro Colaborador para tratamento de doenças ligadas ao uso de álcool e drogas, com 80 leitos. Adequações para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB para o Instituto Central, Prédio dos Ambulatórios e Centro de Atendimento Médico - Em Execução. A produção global assistencial - janeiro a *setembro*, com projeção até dezembro, foi: Número de leitos instalados:2.669; Número de leitos operacionais: 1.949-média mês; Internações: 46.699; Taxa de Ocupação Geral: 77,2%; Taxa de Ocupação UTI: 81,7%; Atendimento de urgência e emergência: 92.400; SalasCirúrgicas: 96; Cirurgias: 26.863. Transplantes: 626; Consultas ambulatoriais: 945.136; Exames de Imagem: 412.272; Exames de Métodos Gráficos: 177.511; Exames de Métodos Ópticos: 28180; Exames laboratoriais: 8.451.280; Exames Anátomo Patológico: 715.571; Unidades de medicamentosdistribuídos: 15.197.500. Horas de Treinamento no período de janeiro a setembro: 162680,3 horas –todos os Institutos. Colaboradores Treinados de janeiro a setembro/22: 33396-o mesmo colaboradorpode ter passado por mais de um Treinamento-Treinamentos previstos de outubro a dezembro: Treinamento de Lideranças: carga horária prevista 3hs, número de colaboradores-em média previstos: 300. Desenvolvimento Gerencial em Serviços de Saúde: carga horária prevista 60hs, n° de colaboradores inscritos: 34. *Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu* - Os serviços prestados aos pacientes, de janeiro a setembro, que necessitam de assistência no Hospital das Clínicas foram: Saídas hospitalares: 19.531- Partos realizados: 1.755 - Transplantes: 115 - Consultas de Urgência e Emergência: 256.557 - Consultas Ambulatoriais: 186.264 - Cirurgias em Centro Cirúrgico: 6.671- Cirurgias Ambulatoriais: 2.838- Exames diagnósticos: 2.279.113 - Atendimentos de outros profissionais de nível superior: 365.834 - Diagnóstico e tratamento de hemodinâmica: 2.292 - Sessões de hemodiálise: 27.106 - Tratamentos oncológicos: 11.868 - Transfusões de hemocomponentes: 10.610. Atividades/Capacitação de Servidores/Funcionários: participaram 6.227 profissionais, em 125 treinamentos/capacitações, sendo 103 modalidade presencial e 22 modalidades E.A.D., totalizando 440 horas de treinamentos/capacitações. Atividades/Humanização-foram realizados 1.897 atendimentos relacionados à Humanização de Pessoal-acolhimentos, escuta, sociale orientações. Descrição sintética das obras - Investimentos:Reforma do Estoque – Hemocentro; Reforma da Cobertura e Sala de Captação – Hemocentro; Reforma da Enfermaria Clínica Médica II HCFMB; Adequação da Sala dos NO-BREAKS – CIMED; Reforma Casa de Apoio do Transplante - Antigo FUSS; Cabine de Força do Centro de Diagnóstico por Imagem- CDI - ED-5; Reforma das Varandas das Enfermarias do HCFMB; Reforma Nova área do AVC-Acidente Vascular Cerebral; Reforma Secretaria e Recepção de Pacientes - Tomografia; Adequação das áreas de freezers - Laboratório de Biologia Aplicada - LBA; Reforma da Enfermaria de Obstetrícia e Centro Obstétrico; Reforma da Antiga Enfermaria de Neuroclínica; Equipamento Adquiridos: 02 Termodesinfectoras ; 01 monitor para uso em sala de ressonância magnética; 30 camas elétricas; 02 focos cirúrgicos de teto; 02 Lavadoras ultrassônicas. As demais licitações estão em andamento. *Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto* - Ensino - estão credenciados 73 programas de residência médica, 12 de especialização, 23 de residência multiprofissional, com um quadro de 841 médicos residentes, 103 residentes multiprofissionais e 87especialistas. Destacamos o Mestrado Profissional em Gestão de Organizações de Saúde, mantido em parceria com a FMRP-USP e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FEARP-USP, que conta, atualmente, com 46 alunos e que funciona nas dependências do HCRP, com aulas práticas e teóricas. O Hospital também concede estágios aos médicos formados, no mínimo, há dois anos na modalidade de Complementação Especializada, Estágio Obrigatório Curricular e Médico Adido. Centro Interescolar - foram iniciadasduas turmas de Técnico em Enfermagem, uma no período da manhã com 24 alunos e outra à tarde com 28 alunos totalizando 52 participantes, de janeiro a setembro, com carga horária de 1.440 horas.Pesquisa -foram aprovados 318 projetos pelo Comitê de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Ética em Pesquisa. Destaques Do Ano - O Hospital está realizando um Mutirão para entregas de aparelhos de amplificação sonora individual - AASI, Automação da Central de Material e Esterilização; Projeto de Implantação do Sistema de Transporte Pneumático, a previsão é que em dezembro, o sistema entre em funcionamento. Cirurgia para separação de siamesas; Melhora no Atendimento da sala de Coleta de Materiais; HCFMRP-USPrecebe certificação em Cirurgia da Mão**:** Serviço é referência em assistência, pesquisa e formação de novos profissionais. Cartilha de Orientações sobre Tratamento Oncológico; Certificado de qualidade Banco de Tecidos; Projeto - Saúde em Nossas Mãos**:** O projeto, que tem o objetivo de reduzir a taxa de infecções em UTIs do SUS; dois projetos foram elencados como estratégicos para o HCFMRP- USP: Modernização e Ampliação das Unidades de Terapia Intensiva e Atenção à Saúde e Pesquisa e Ensino Oncológico; Mutirão Eletivo de Procedimentos de Alta e Média Complexidade**.** Campanhas Preventivas - Campanha de vacinação dos trabalhadores da saúde contra a COVID-19; Banco de Leite Humano recebe certificado de reconhecimento; Campanha de Combate à Hanseníase - Janeiro Roxo; Campanha de Saúde Mental - Janeiro Branco; Dia Internacional da Luta contra o Câncer Infantil; Fevereiro Laranja: Mês de Prevenção à Leucemia; Campanha de Vacinação contra Influenza; Dia Mundial do Rim; Campanha Abril Verde; Dia Mundial da Planeta Terra; Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho; Dia Mundial da Higienização das Mãos; Dia 28 de maio - Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Dia Internacional de luta pela Saúde da Mulher; Dia 31 de Maio - Dia Mundial sem Tabaco; Junho Laranja - Comunidade Segura, Livre de Queimaduras; Dia Mundial de Prevenção de Quedas; Campanha Julho Amarelo; Campanha Julho Roxo; Julho Verde -Mês de prevenção e Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço; Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho; Agosto Dourado - Aleitamento Materno; Setembro Verde - Doação de Órgãos, Multiplicação de Vida; Dia Mundial da Segurança do Paciente; Setembro Dourado; Campanha de Doação de Sangue; Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho - SIPAT; Dia Mundial da Segurança do Paciente; Dia Mundial de Cuidados Paliativos; Outubro Rosa - Câncer de Mama Tem Tratamento; Novembro Azul Mês de prevenção do Câncer de Próstata. *Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marilia* **-** Captação de Recursos - Foram intensificadas as ações para captação de recursos, com visitas mensais à Câmara dos Deputados e Senado, para obtenção de verbas destinadas por meio de emendas parlamentares. Ainda neste sentido, foram protocolados diversos projetos no Ministério da Saúde objetivando o recebimento de recursos federais. Investimentos - Infraestrutura - No ano o HCFAMEMA investiu em obras nas suas diversas estruturas. Foram iniciadas as obras do Novo Hospital da Criança e da Mulher; Nova Portaria e Salade Espera para Visitantes, e a entrega das obras do Novo Espaço de Diagnósticos e Procedimentos Dr. Rubens Augusto Brazil Silvado. Ainda, para dar mais agilidade e qualidade nos processos de trabalho e logística, foram realocados os serviços da Farmácia; Agência Transfusional e Central de Kits dentro do Departamento de Atenção à Saúde em Alta Complexidade e reorganizada a recepção/internação e atendimento Fast Track na Unidade de Emergência Adulto. Equipamentos - Os principais equipamentos adquiridos e/ou recebidos foram: Campímetro; Microscópio Especular; Unidade Criogênica; Microscópio Cirúrgico; Estabilizadores, *Rack* e *No break* para mudança e *upgrade do Datacenter*; Vitreófago; Densitômetro Ósseo; Ultrassonógrafo; BERA para Triagem Auditiva; Emissões Otoacústicas; Bobina para Ressonância Magnética; Veículo; entre outros. Recursos Humanos - No período de 1/1 a 31/10/2022 foram realizados 801 treinamentos e capacitações aos colaboradores que atuam na autarquia. Foi concedida recomposição salarial de 20% aos colaboradores FUMES e houve início do pagamento dos valores retroativos referentes ao dissídio dos profissionais contratados pela FAMAR. COVID-19 - Com o arrefecimento da pandemia, gradualmente os leitos específicos para COVID-19 foram sendo desmobilizados, acompanhando a queda das taxas de ocupação. Atualmente o HCFAMEMA conta com 9 leitos de enfermaria adulto; 8 leitos de enfermaria pediátrica; 2 leitos de UTI pediátrica e 10 leitos de UTI Adulto exclusivos para atendimentos de pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19. Com essa desmobilização foi possível retomar as cirurgias e atendimentos ambulatoriais de caráter eletivos no HCFAMEMA, a partir de março. Programas e Projetos - o HCFAMEMA participou como parceiro, novamente, em vários projetos e programas do Governo do Estado: Mutirão de Cirurgias Eletivas: Iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para reduzir a demanda de cirurgias eletivas gerada pela interrupção de tais procedimentos durante o auge da pandemia da COVID-19, o HCFAMEMA, entre os meses de junho à outubro, realizou 655 cirurgias contempladas pelo Mutirão. Mutirão de Avaliação Cirúrgica: ainda com o intuito de reduzir a fila de espera por cirurgias eletivas, o HCFAMEMA apoiou com a triagem dos pacientes da demanda reprimida, realizando 1599 avaliações cirúrgicas entre 6/8 e 9/9. Programa Mulheres de Peito: atendeu mulheres de Marília e região em sua carreta que permaneceu alocada no Hemocentro do HCFAMEMA. Durante os 11 dias de atendimento ao público foram realizados 600 exames de mamografia para detecção precoce do câncer de mama. O HCFAMEMA também passou a compor 2 projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - PROADI - SUS: Saúde em Nossas Mãos: projeto do Ministério da Saúde que tem como objetivo melhorar a segurança dos pacientes com a implementação de práticas das diretrizes de prevenção de infecções relacionadas à ventilação mecânica, uso de cateteres e de sondas vesicais em UTIs de todo Brasil. A equipe do HCFAMEMA desenvolveu as ações do projeto nas Unidades de Terapia Intensiva Adulto, sendo os resultados sentidos com a redução significativa nos indicadores de Infecção de Corrente Sanguínea relacionadas ao uso de Cateter Venoso Central; de Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica; de Infecção do Trato Urinário Associada ao Uso de Cateter. Lean nas Emergências: O HCFAMEMA lançou no dia 2/6, o projeto LEAN nas Emergências. Projeto do Ministério da Saúde executado de forma colaborativa pelos hospitais Beneficência Portuguesa de São Paulo- BP, Moinhos De Vento - HMV e Sírio- Libanês - HSL, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - PROADI-SUS, tem como objetivo de aplicar os conceitos LEAN - Filosofia de gestão capaz de potencializar resultados de organizações de todos os setores, inclusive hospitais. Essa metodologia visa melhorar a gestão, racionalizando recursos, otimizando espaços e insumos. Para tanto, um time de oito integrantes - Time GASU - foi estrategicamente escolhido para acompanhar todo o projeto. O marco de partida foi a realização do curso de Gestão Avançada de Serviços de Urgência e, a partir daí, as ferramentas de gestão e organização de fluxo, como *gemba*; SIPOC; Mapa de Fluxo de Valor; *huddle*, Plano de Capacidade Plena entre outras foram implementadas na Instituição. Os atendimentos regulares foram separados dos atendimentos pontuais, sendo instituído o *Fast Track*, que direciona os pacientes de menor complexidade para área específica ao atendimento, evitando a permanência deste nos espaços destinados aos pacientes que aguardam exames, internação ou procedimentos de maior complexidade. Além das ferramentas já instituídas no processo de trabalho, já foi possível observar queda no indicador *NEDOCS* e redução da média de permanência institucional. Outros programas e projetos internos do HCFAMEMA continuaram ativos, como é o caso do Projeto Cão Terapeuta, que segue realizando ações de Intervenção Assistida por Animais nas Unidades de Atendimentos da Instituição, com as visitas de sua mascote: a *Golden Retrivier* Minnei. E novos programas e projetos foram lançados: Programa de Desenvolvimento de Líderes - LIDERA. Programa de Imersão de Líderes - PERTENCER. Programa 5S. Programa Diga Não de Combate à Violência Contra a Mulher Projeto Hemocentro Itinerante.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

No período de 2019 a 2022, a instituição e suas unidades vinculadas tiveram avanços agregados em duas grandes frentes: na ampliação da integração dos esforços das Polícias Militar, Civil e Técnico- Científica, do Centro de Operações Integradas e dos diversos setores do Gabinete do Secretário na promoção da segurança pública e defesa social; e na promoção do fortalecimento institucional e de infraestrutura, com a construção e reforma de unidades, aquisição de equipamentos e adoção de tecnologias que trouxeram a ampliação da capacidade de atendimento ao cidadão e das ações de combate à criminalidade e a elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2030, culminando na elaboração do Portfólio de Projetos da SSP. Apresentamos uma síntese das diversas atividades desenvolvidas pelos setores do Gabinete, pelas Polícias e pelo Centro de Operações Integradas, os projetos idealizados e em andamento e as ações de destaque. Dados Estatísticos - Indicadores criminais **-** o Estado de São Paulo registrou aumento no número de ocorrências criminais quando comparado ao ano anterior. A exceção foi no indicador de latrocínio, que apresentou queda, conforme tabela abaixo:

ESTADO DE SÃO PAULO				
OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS	JAN-OUT21	JAN-OUT22	Variações Abs.	Variações %
ESTUPRO	2.164	2.439	275	12,7%
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	7.543	8.188	645	8,6%
ESTUPRO (TOTAL)	9.707	10.627	920	9,5%
FURTO - OUTROS	377.485	469.488	92.003	24,4%
FURTO DE VEÍCULO	65.582	76.295	10.713	16,3%
HOMICÍDIO DOLOSO	2.295	2.405	110	4,8%
Nº VIT. HOMICÍDIO DOLOSO	2.408	2.521	113	4,7%
LATROCÍNIO	142	135	-7	-4,9%
Nº VIT. LATROCÍNIO	147	135	-12	-8,2%
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	65	84	19	29,2%
ROUBO - OUTROS	180.574	197.525	16.951	9,4%
ROUBO A BANCO	13	14	1	...
ROUBO DE CARGA	5.167	5.233	66	1,3%
ROUBO - OUTROS (TOTAL)	185.754	202.772	17.018	9,2%
ROUBO DE VEÍCULO	26.198	32.143	5.945	22,7%

Fonte: Departamento De Polícia Civil, Polícia Militar E Superintendência Da Polícia Técnico-Científica. * Soma de Roubo - Outros, Roubo de Carga e Roubo a Banco; *Homicídio Doloso inclui Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito. *Nº de Vítimas de Homicídio Doloso inclui Nº de Vítimas de Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito. *Soma de Estupro e Estupro de Vulnerável. NOTA: Até junho de 2001: delitos por local de registro. A partir de julho de 2001: delitos por local de ocorrência. Produtividade Policial **-** Como destaque positivo da produtividade policial, houve um aumento no número de prisões efetuadas, de veículos recuperados, no total de inquéritos policiais instaurados e total de pessoas presas e apreendidas, quando comparado ao ano anterior.

OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS	JAN-OUT21	JAN-OUT22	Variações Abs.	Variações %
Nº DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS	9.995	8.409	-1.586	-15,9%
Nº DE AUTOS DE APREENSÃO (art 173 ECA)	6.551	6.407	-144	-2,2%
Nº DE FLAGRANTES LAVRADOS	77.822	74.937	-2.885	-3,7%
Nº DE PRISÕES EFETUADAS	120.914	124.177	3.263	2,7%
Nº DE VEÍCULOS RECUPERADOS	31.131	34.536	3.405	10,9%
TOT. DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	298.829	302.959	4.130	1,4%
TOT. DE ENTORPECENTES APREENDIDOS KG	253.215	206.161	-47.053	-18,6%
TOT. DE PESSOAS PRESAS E APREENDIDAS	148.634	149.133	499	0,3%

Apreensão de Drogas - segue o comparativo 2022/2021 das ocorrências registradas de apreensão de drogas no Estado:

OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS	JAN-OUT21	JAN-OUT22	Variações Abs.	Variações %
MACONHA (KG)	222.710	169.756	-52.954	-23,8%
COCAÍNA (KG)	22.658	25.294	2.636	11,6%
CRACK (KG)	3.685	3.933	248	6,7%
OUTROS (KG)	4.162	7.179	3.016	72,5%

Atividades Do Gabinete - O gabinete da Sede da Secretaria da Segurança Pública promove uma série de atividades, de caráter contínuo, por meio de seus setores especializados. Destacamos as principais realizações: Assessoria para assuntos prisionais-AAP - é responsável pela gestão das transferências de presos que se encontram recolhidos em unidades carcerárias subordinadas à Secretaria da Segurança Pública -SSP para unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado, sob a Secretaria de Administração Penitenciária-SAP, pela elaboração das estatísticas prisionais do estado e gestão de assuntos relacionados às suas unidades. O núcleo de monitoramento de dados estatísticos criminais da AAP desenvolveu as seguintes atividades: Acompanhamento do quadro de ocupação: avaliação da capacidade de vagas e quantidade de presos- por gênero, dos Departamentos da Polícia Civil e Comandos da Polícia Militar; Monitoramento semanal de escolta de menores e adultos, de fugas - SSP e SAP, inclusões e transferências de presos; Distribuição semanal de vagas para presos do sexo masculino condenados em regime fechado para os departamentos da SSP; Levantamento semanal da quantidade de adolescentes recolhidos nas unidades carcerárias da SSP com encaminhamento para a Defensoria Pública; Levantamento mensal da quantidade de presos estrangeiros nas unidades prisionais da SSP; Evolução mensal da quantidade de presos recolhidos nas unidades prisionais de cada Departamento Policial; Solicitação de vagas à SAP para presos provisórios, preventivos, condenados em regime semiaberto-art. 5º Res. Conj. SAP/SSP 01-99, presos recapturados-art. 3º Res. Conj. SAP/SSP 01-99, presos de alta periculosidade -art. 4º Res. Conj. SAP/SSP 01-99 e presos por crimes contra a dignidade sexual; Solicitação de vagas para presas gestantes e lactantes junto à SAP e para enfermos junto ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário -CHSP; Solicitação de vagas junto à SAP para presos submetidos a Medida de Segurança imposta para tratamento psiquiátrico- Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico; Fornecimento de informações acerca de presos ou unidades prisionais da Polícia Civil, solicitadas por diversos órgãos, tais como: Serviço Técnico de Comunicação do Gabinete-STC, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Assessoria Parlamentar, Disque 100, Serviço de Informação ao Cidadão-SIC e por outros Estados da Federação e órgãos federais-ex.: DEPEN; Monitoramento do e-mail institucional desta Assessoria para Assuntos Prisionais, a fim de atender à demanda de solicitação de vagas de todos os Departamentos da Polícia Civil: Decap, Demacro, Deinters de 01 a 10 e Departamentos Especializados: DHPP, DOPE, DEIC, DENARC e DPPC. Aprimoramento do acompanhamento da Grade Semanal de Presos: a AAP implementou, em 2022, inovações nos procedimentos, formulários e comunicações da grade semanal de presos, gerando maior exatidão na coleta de dados para as estatísticas prisionais. Assessoria Especial de Gabinete-AEG - núcleo responsável pela análise jurídica e acompanhamento das ações interpostas face ao Secretário da Segurança Pública e ao Estado; pela articulação com a Consultoria Jurídica nas solicitações de pareceres de interesse da Pasta e pelas orientações jurídicas quanto aos assuntos da Segurança Pública. A Assessoria Especial de Gabinete: Direcionou o cumprimento de solicitações contidas em Ofícios direcionados à SSP, nas esferas municipal, estadual e federal; Participou em reuniões bimestrais do Grupo de Trabalho Imóveis, a fim de instruir o Inquérito Civil instaurado em face da SSP; Coordenou o Grupo de Trabalho do Projeto da Reestruturação da Administração Superior da

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Sede da SSP, no intuito de promover seu desenvolvimento e satisfatória conclusão; Participou de ações e projetos de interesse da Pasta, como: a adoção do teletrabalho na Secretaria; o aumento do valor do vale-refeição; a inclusão da concessão de vale-refeição aos servidores que vierem a trabalhar remotamente; o aumento das gratificações dos servidores da Administração Superior; a ampliação do espaço físico do Programa Bem-me-Quer no novo prédio doHospital Pérola-Byington; as respostas ao Ministério Público acerca de questionamentos/reclamaçõesdos cidadãos sobre o trabalho das polícias, dentre outras; Gestão e acompanhamento de processos virtuais no Sem-Papel relativos aos mais diversos temas- ex: indicações de pontos focais para pesquisas da SENASP; análise de constitucionalidade de Decretos; cessão de armamentos à SAP; minutas para resolução e despacho sobre a regulamentação da LGPD; pedido de regulamentação de Lei Estadual, respostas ao TCU, etc. Assessoria Especial de Direitos Humanos - AEDH - tem a função de assessorar o Secretário de Segurança Pública em questões ligadas à temática de direito humanos, responder ofícios do Sistema de Justiça e de outros órgãos e autoridades que buscam informações junto à SSP, representar a secretaria em conselhos, eventos, reuniões, grupos de trabalho e comissõesnas diversas esferas da federação, acompanhar ações civis públicas e inquéritos que tratam de políticas públicas voltadas à população vulnerável e garantia dos direitos humanos, tratar assuntos correlatos, redigir termos e acordos de cooperação institucionais, interagir com Ministérios do Governo Federal, etc. Até 30/11/2022, a AEDH tratou e acompanhou 259 expedientes que tramitaramno Sistema Sem Papel, respondeu a 49 Ofícios direcionados à Secretaria sobre assuntos afetos a sua atuação e promoveu 423 reuniões temáticas representando a Pasta. Assessoria Parlamentar - ASSP -este núcleo assessora o Gabinete do Secretário nas questões de natureza político institucionaladvindas de demandas de prefeituras, câmaras municipais, outros estados da federação, Congresso Nacional e Governo Federal e suas respectivas autoridades. Em 2022, a ASSP: efetuou o atendimentoa 742 ligações telefônicas para tratar de assuntos pertinentes à agenda do Secretário e atividades do departamento; promoveu o atendimento presencial a autoridades e representantes institucionais na Sede da Secretaria e deu andamento a tratativas via e-mail e expedientes de demandas que envolveram a celebração de convênios, aumento e transferência de efetivo, pedido de viaturas, de instalação de bases móveis da PM, bases comunitárias, unidades policiais, implantação de Sala Lilás ou Delegaciade Defesa da Mulher, disponibilização do serviço DDM Online, destinação de recursos para GuardasMunicipais, instalação do Corpo de Bombeiros nas regiões do Estado, instalação de unidades do IMLe IC, dentre outros; acompanhou o Secretário em 107 audiências presenciais na Sede da SSP e auxiliou nas tratativas visando firmar 62 novos convênios entre a Secretaria e órgãos diversos. Representou a Secretaria na agenda Governo na Área, oferecendo atendimento às demandas dos municípios in loco, com o posterior acompanhamento e resposta aos pedidos recebidos. Foi elaboradoum diagnóstico nos 645 municípios do Estado, proporcionando uma visão detalhada das necessidadesrelativas à segurança pública. Entre abril e junho, foram realizados 22 encontros regionais, sendo 18no interior do estado e 4 na Região Metropolitana de São Paulo, todas às segundas e sextas-feiras. Nestas ocasiões, efetivou-se a entrega e inauguração de equipamentos, visitas a escolas, hospitais, unidades de segurança e polos econômicos locais e foram promovidas palestras sobre assuntos de interesse à sociedade civil. Sistema de Atendimento Legislativo, através do qual a SSP recebe demandas relativas a indicações, requerimentos de informação e tramitação de propostas de emendasconstitucionais, projetos e anteprojetos de lei que envolvem as Polícias Civil, Militar e Técnico Científica até sua finalização. Até novembro foram processados os seguintes instrumentos Legislativos:

Instrumento	Qtd
Indicação	503
Requerimento	105
Projeto de Lei / Projeto de Lei Complementar	71
Total	679

Envidou esforços na captação de recursos financeiros junto ao Poder Legislativo para a Secretaria daSegurança Pública, que resultou no recebimento de emendas impositivas e demandas no montante deR$ 26.731.528,00. Dentre as demandas recebidas, a ASSP viabilizou a concessão de 21 Bases Comunitárias Móveis aos municípios indicados pelos deputados estaduais. Assessoria TécnicaPolicial -ATP - tem por missão assessorar o Secretário nos assuntos de cunho técnico que envolvamas atividades das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, e na execução de demandas parlamentares. Em 2022, a ATP atuou para a formalização de 578 termos de ajuste**,** com destaque para a celebração de convênios com os municípios paulistas para a execução demandas parlamentares em operações como: DEJEM, atividade delegada, DETECTA, execução de serviços de bombeiros, cessão de funcionários, instalação e manutenção de unidades policiais e municipalização de trânsito. Segue, no quadro seguinte, um resumo das realizações da ATP:

ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2022				
TIPOS DE INSTRUMENTOS			TOTAL VIGENTE	TOTAL ASSINADO 2022
CONVÊNIOS TERMOS DE COOPERAÇÃO ACORDOS DE COOPERAÇÃO COOPERAÇÃO TÉCNICA	ATIVIDADE DELEGADA	311	1835	578
	ATIVIDADE DELEGADA - SAMU	11		
	ATIVIDADE DELEGADA - AMBIENTAL	7		
	MUNICIPALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	472		
	DETECTA - ENTIDADES	13		
	DETECTA - MUNICÍPIOS	197		
	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE POLICIAL	97		
	SERVIÇOS DE BOMBEIROS	206		
	DEJEM	5		
	CONSTRUÇÃO - REFORMA - AMPLIAÇÃO	2		
	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	23		
	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	1		
	INFOCRIM	9		
	OUTROS	425		
IMÓVEIS	Regularização - Administração - Doação - Concessão - Comodato - Cessão de Uso - Devolução - outros instrumentos pertinentes a cada caso.		73	
ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	Processos que tem por objeto propostas de alteração em Leis, Decretos governamentais, Resoluções ou atos normativos que necessitem manifestações técnicas policiais.		17	
ÁREA DE SEGURANÇA	Processo de criação de áreas de segurança nas imediações de edificações específicas.		8	
PLACAS RESERVADAS	Controle, concessão e renovação de placas particulares para uso em serviços reservados, consoante Resolução SSP 90/15, junto ao DETRAN.		TOTAL DE 2.358 PLACAS	
PROCESSOS DISCIPLINARES DA POLÍCIA MILITAR - 426				
ACÓRDÃOS EM SEDE DE REPRESENTAÇÃO PELA DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE/INCOMPATIBILIDADE			TOTAL EM 2022 - 161	
CONSELHOS DE AJUSTIFICAÇÃO: INSTAURAÇÃO - PRORROGAÇÕES - ACOMPANHAMENTO DA INSTRUÇÃO - DECISÃO SSP				
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES EM FASE RECURSAL				
DEMANDAS PARLAMENTARES - TOTAL: 166			2022	
DEMANDA PARLAMENTARES GERAIS			15 (EM INSTRUÇÃO)	
EMENDAS IMPOSDITIVAS - LOA			93	

Coordenadoria de Análise e Planejamento - CAP **-** é responsável por assessorar o Secretário na definição e fixação da política de Segurança Pública, através da produção de estudos relativos à prevenção e repressão à criminalidade, e pela consolidação e publicação mensal das estatísticas criminais e atividades policiais do Estado de São Paulo, por meio do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais-Res. SSP-160/01. De janeiro a outubro, o setor: analisou 29.140 registros, dosquais 23.506 foram de Crimes Violentos de Letalidade Intencional - CVLI e 5.634 de crimes de furtos,roubos, apropriação indébita e receptação de carga - PROCARGA; estabeleceu, no período, uma média de 2.194 análises por mês, 132 análises por dia útil e 11 análises por hora; buscou aprimorar os recursos tecnológicos visando a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria, a saber: manutenção do Sistema Estatístico Criminal-SECRIM, disponível na intranet, administração do sistema Infocrim 3.0, tendo incluído 1.416 novos usuários no ano; administração da ferramenta Infocrim 2.0 para liberação de usuários de órgãos conveniados; atualização de base cartográfica utilizada nos Registro Digital de Ocorrências - RDO e Sistema Informatizado de Operações da Polícia Militar-SIOPM. Por meio de parcerias e convênios, a CAP operacionalizou junto a outros órgãos: o fornecimento mensal de boletins de óbito no trânsito para o Movimento Paulista de Segurança no Trânsito; o envio mensal de banco de dados sobre vitimização de pessoas com deficiência para a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o compartilhamento com Secretaria de Saúde, quando necessário, de dados a respeito de mortes registradas no Sistema de Polícia Judiciária - SPJ e no Sistema de Informação de Mortalidade-SIM, com a finalidade de aprimoramento dos respectivos bancos de dados; a colaboração com o Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência com compartilhamento de dados não sigilosos para estudos quantitativos; a colaboração com a Agência Internacional de Cooperação do Japão - JICA com compartilhamento de dados não sigilosos para estudos quantitativos sobre indicadores criminais e atuação das koban. Coordenadoria Estadual dos CONSEGs - possui a missão de assessorar a Secretaria da Segurança Pública no relacionamento com as comunidades e na definição da política de segurança comunitária. Promove ações de homologação, supervisão, representação coletiva e de capacitação dos Conselhos Comunitários de Segurança e seus voluntários. O CONSEG se dedicou ao grande desafio de manter e ampliar, por meio de planejamento e mobilização comunitária, o número de Conselhos Comunitários ativos no Estado de São Paulo, que no início do ano totalizavam 340 CONSEGs, chegando ao final de 2022 com 436; fortaleceu os recursos disponíveis nas áreas de tecnologia, comunicação e gestão administrativa, tais como: aprimoramentos sobre o Portal, criação de materiais gráficos, aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para produção de eventos, realização de auditoria de atas de reuniões-diagnóstico e mapeamento dos CONSEGs que necessitavam regularização, realização de palestra institucional para delegação da Guatemala, encaminhamento de circulares com orientações técnicas; no primeiro semestre, a Coordenadoria direcionou ações de comunicação visando ao aprimoramento dos agentes e usuários que acessam o Portal do CONSEG. Por meio deste contato, também, monitorou a realização de reuniões, com a produção das respectivas atas; foram comemorados os 37 anos dos CONSEGs, em Sessão Solene na Assembleia Legislativa do Estado, reunindo 350 membros dos Conselhos Comunitários, autoridades desta Secretaria, civis, militares e parlamentares. Seção de Comunicações Administrativas - SCA - este setor inclui as atividades do Protocolo-arquivo e controle de expediente da Chefia de Gabinete. Em 2022, a SSP deu continuidade ao processo de rearranjo e adequação da estrutura organizacional do Setor de Arquivo -Japurá, com a eliminação de todos os Processos e Expedientes que tiveram suas datas de temporalidade definidas nos termos do Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade - Decreto Estadual nº 48.898/2004, elaborada pelo Arquivo Público do Estado, ou seja, processos que podem ser descartados e com isso liberar espaço nas prateleiras para acomodar documentos classificados como permanentes. Além desta organização do espaço hoje ocupado pelo Arquivo, a SSP objetiva transferir todo o acervo para um local mais adequado. Este trabalho foi favorecido pela implantação do Sistema SP Sem Papel no Gabinete da Secretaria-GS, que possibilitou que os setores do Gabinete deixassem de produzir muito processos físicos. Para se ter uma ideia, do volume de 12.806 processos físicos produzidos em 2018, por exemplo, chegamos em 2022 a 1.289 documentos tramitando entre SSP e demais órgãos vinculados. Subsecretaria de Acompanhamento de Projetos Estratégicos -SAPE - Responsável por assessorar o Secretário nas questões que envolvam planos, programas e projetos estratégicos dos órgãos integrantes da Pasta, a SAPE atua em diversas frentes: Escritório de Gerenciamento de Projetos-EGP: dentre suas atribuições, neste ano o EGP desenvolveu as seguintes atividades: Plano de Metas do Governo - 2019/2022 - acompanhamento da execução das ações, ainda com eventos a concluir até o final do corrente ano, estabelecido pelo Governo do Estado, nas duas metas estabelecidas para a SSP: Meta: Dar mais segurança ao cidadão: alcance de 92% de execução da meta de aquisição de armamentos; alcance de 100% das metas para aquisição de drones, EPIS, construção de BAEPs, COPOM, instalação de DDMs Eletrônicas, DDM 24h e SOS Mulher; superação das metas estabelecidas para: aquisição de veículos para as polícias, construção de Bases Comunitárias Móveis e Operação Sufoco. Meta: Combater a Corrupção e o Crime Organizado: alcance de 100% de execução de todas as ações, sendo a mais recente conquista a conclusão da implementação do Boletim Único Eletrônico. Inquérito Policial Eletrônico - IP-e - acompanhamento junto à Polícia Civil e Prodesp da evolução do IP-e, cujos dados são apresentados na estatística da Polícia Civil, deste relatório. Metodologia de Gerenciamento de Projetos da SSP: o EGP, elaborou a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da SSP, visando padronizar os processos por meio de modelos e ferramentas. Esta metodologia propiciou maior fluidez na comunicação entre setores e órgãos que compõem a Pasta. Foram elaborados um Guia prático de gerenciamento de projetos, modelo de formulário para apresentação de projeto, de Termo de Abertura de Projeto, de Estrutura Analítica de Projeto e de cronograma com a utilização do MsProject para o devido monitoramento; Planejamento Estratégico da SSP: por meio da Subsecretaria de Acompanhamento de Projetos Estratégicos-SAPE, a SSP finalizou a análise e formatação do Portfólio Estratégico 2030, que reúne os 87 projetos estratégicos do Gabinete do Secretário e das Polícias, mantendo seu gerenciamento juntos aos responsáveis de cada iniciativa; Sistema de Governança do Plano Nacional de Segurança Pública: o EGP participa das reuniões de governança do Plano, junto ao Secretário da Segurança, convocadas pelo Ministério da Justiça, no monitoramento da execução e alinhamento do Plano Estadual da Segurança Pública. No corrente ano houve 3 reuniões. Relatório anual de gestão - coleta, junto aos setores do Gabinete, das Polícias e COI das informações relativas ao ano corrente para compilação deste Relatório Anual de Atividades da Secretaria da Segurança Pública. Núcleo de Relações Institucionais, sob supervisão do EGP, teve sob suas principais demandas: Demandas federais: gerenciamento da comunicação e alinhamento da SSP junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, nas seguintes frentes: Efetivo policial paulista mobilizado: gestão das 22 mobilizações e das atuações do efetivo junto às três secretarias do MJSP: SEGEN, SEOPI e SENASP; Projetos federais: interlocução entre a SSP e os projetos de iniciativa federal apresentados aos estados para adesão. No ano corrente, tem-se como destaque o projeto Cerco Brasil - competições desportivas e grandes eventos-plataforma córtex; Recursos e doações federais: gestão, junto ao GSPOFP/SSP, dos repasses de recursos federais ao estado de São Paulo; Pontos focais: gestão de representantes da SSP em grupos de trabalhos e comissões federais, alinhadas às diretrizes do SUSP. COPAQ: acompanhamento de reuniões semanais da Comissão de Prospecção de Inovações, Soluções Tecnológicas e Aquisições - COPAQ, capitaneada pela SENASP/MJSP onde foram apresentados, em 53 reuniões até o mês de novembro, produtos e soluções para problemas comuns na área deSegurança Pública; CONSESP: elaboração de pesquisas e/ou coleta de informações que subsidiam oSecretário da Segurança Pública nas reuniões do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública-CONSESP; SUSP: monitoramento das diretrizes normativas do Sistema Único de Segurança Pública-SUSP, para sua aplicação e cumprimento; Gestão da Representação em Conselhos: a SSP está, atualmente, representada em 65 núcleos institucionais - conselhos, comitês, grupos de trabalho, fóruns, câmaras temáticas e comissões, envolvendo a discussão e ações em diversos temas de interesse à Sociedade: segurança pública, proteção à criança e adolescente, questão feminina, assuntos indígenas, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, etc. Conselho Gestor de Leilões - a SAPE atua, também, na Coordenação dos leilões de bens móveis e imóveis - com perdimento judicial em favor da União, originados de atividades criminosas - tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, fazendo a interlocução entre a SSP/SP com o MJSP - SENAD. Foram realizados 35 leilões que totalizaram a arrecadação, no ano, de R$ 8.747.027,69. Programa de Bonificação por Resultados-PBR - a SAPE é o setor responsável pela definição de indicadores e metas, pelo gerenciamento normativo, pela apuração bimestral dos resultados, pela realização de reuniões de Nível I, II e III-Estratégico, tático e operacional, por subsidiar informações à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, por monitorar os valores pagos e policiais beneficiados e por operacionalizar a ferramenta de gestão do programa-Infocrim 3.0. Foram efetivados o pagamento de bonificações relativas a 3 bimestres, beneficiando um total de 164.918 servidores no valor global de R$ 184.711.741,06. Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo - tem como atribuições ouvir, encaminhar e acompanhar elogios, denúncias, reclamações e representações da população referentes a atos arbitrários, desonestos, indecorosos ou que violem os direitos individuais ou coletivos praticados por autoridades e agentes policiais, civis e militares. Em 2022, o ouvidor: promoveu as relações institucionais, buscando a aproximação com as polícias; representou a Ouvidoria na posse solene do Procurador Geral de Justiça de São Paulo para o seu segundo biênio 2022/2024; prestigiou a posse do novo Comandante Geral da PMESP e do novo Delegado Geral da PC, fortalecendo o bom

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

relacionamento e integração com as instituições. apresentou uma palestra em evento do CONSEG, visando transmitir o papel da instituição e ampliar a correta orientação aos agentes policiais e representantes dos CONSEGs.

OUVIDORIA DA POLÍCIA - Os dados preliminares da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo-OPESP apontam, umtotal de *4303* expedientes instaurados como denúncias - conforme naturezas descritas em tabelas abaixo. Nesse sentido, também foram recepcionados *870* elogios e *46* sugestões, realizados *5.690* atendimentos relativos a orientações e informações. A maior quantidade de demandas catalogadas por temas refere-se a: solicitação de policiamento; má qualidade no atendimento policial; infração disciplinar/transgressão disciplinar; abuso de autoridade; morte em decorrência de intervençãopolicial. Os dados dos temas acima seguem organizados em gráfico:



DENÚNCIAS RECEBIDAS NA OUVIDORIA DA POLÍCIA - ANUAL 2022 - PRÉVIA 14-12-2022

NATUREZAS	DECAP / CPC	DEMACRO / CPM	DEINTER 1 / CPE-1 - São José dos Campos	DEINTER 2 / CPI-2 - Campinas	DEINTER 3 / CPI-3 - Ribeirão Preto	DEINTER 4 / CPI-4 - Bauru	DEINTER 5 / CPI-5 - São José do Rio Preto	DEINTER 6 / CPI-6 - Santos	DEINTER 7 / CPI-7 - Sorocaba	DEINTER 8 / CPI-8 - Presidente Prudente	DEINTER 9 / CPI-9 - Piracicaba	DEINTER 10 / CPI-10 - Araçatuba	TOTAL
SOLICITAÇÃO DE POLICIAMENTO	458	152	32	36	40	13	7	42	19	3	24	2	828
MÁ QUALIDADE NO ATENDIMENTO	367	139	42	37	42	14	14	39	32	5	31	4	766
INFRAÇÃO DISCIPLINAR/TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR	171	53	30	37	25	13	8	30	35	11	19	5	437
ABUSO DE AUTORIDADE	140	37	26	16	19	8	15	21	10	13	23	4	332
MORTE EM DECORRÊNCIA DE INTERV. POLICIAL	104	47	9	12	7	6	5	30	14	6	9	2	251
COMUNICAÇÃO DE CRIME	82	35	8	10	10	6	4	22	9	0	12	1	199
SOLIC. DE INTERV. EM PONTO DE DROGAS	70	30	14	8	8	8	4	20	8	0	10	1	181
MOROSIDADE NO ANDAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	74	26	9	16	8	5	3	14	10	1	4	1	171
RECLAMAÇÃO CONTRA SUPERIOR HIERÁRQUICO	44	21	3	14	18	5	3	13	4	3	10	1	139
PREVARICAÇÃO	33	17	9	6	11	4	6	15	8	2	9	2	122
AGRESSÃO	30	17	8	8	13	10	10	6	9	4	6	0	121
AMEAÇA	39	14	8	10	10	4	3	8	5	6	9	0	116
PECULATO	32	8	7	8	9	3	8	6	6	3	7	4	101
OUTROS	62	7	8	4	1	2	3	4	4	1	3	0	99
CORRUPÇÃO PASSIVA	20	13	7	4	2	1	3	5	5	1	1	0	62
ABORDAGEM ABUSIVA	25	12	2	5	4	1	0	5	4	2	1	0	61
PRIVILÉGIO (benefício indevido em escala)	21	7	1	6	7	0	0	3	1	1	2	0	49
NEGLIGÊNCIA	8	6	2	4	2	2	1	1	5	0	4	0	35
CONCUSSÃO	9	3	0	2	4	1	1	1	3	1	1	0	26
DISCRIMINAÇÃO	14	4	1	2	2	0	1	1	0	0	0	0	25
FALTA DE RECURSOS MATERIAIS	10	5	0	2	1	1	0	5	0	1	0	0	25
TRÁFICO DE DROGAS C/ envolvimento de policiais	5	1	1	1	2	1	3	5	3	1	1	1	25
LESÃO CORPORAL	9	5	0	1	0	0	0	5	1	0	0	0	21
ASSÉDIO MORAL	9	2	0	2	3	0	0	1	2	0	1	0	20
FALTA DE RECURSOS HUMANOS	5	2	1	3	0	1	3	0	1	1	3	0	20
CRIME SEXUAL	9	2	1	1	2	0	0	0	2	0	0	0	17
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	3	2	0	0	0	1	1	1	2	1	0	0	11
HOMICÍDIO (autoria desconhecida)	3	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	8
HOMICÍDIO	4	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	7
FALSIDADE IDEOLÓGICA	1	1	0	0	0	0	0	2	1	0	1	0	6
NÃO CUMPRIMENTO DE PROTOCOLO DA PM	2	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	6
ROUBO/FURTO	1	1	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	6
FAVORECIMENTO INDEVIDO DE POLICIAMENTO PREVENTIVO	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	3
TORTURA	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	3
TOTAL	1868	672	232	258	252	111	106	310	205	67	193	29	4303

DENÚNCIAS RECEBIDAS NA OUVIDORIA DA POLÍCIA - ANUAL 2022 PRÉVIA 14-12-2022

NATUREZAS	PC	PM	PM/PC	SPTC	TOTAL
SOLICITAÇÃO DE POLICIAMENTO	3	823	2	0	828
MÁ QUALIDADE NO ATENDIMENTO	285	446	8	27	766
INFRAÇÃO DISCIPLINAR/TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR	82	342	1	12	437
ABUSO DE AUTORIDADE	40	284	8	0	332
MORTE EM DECORRÊNCIA DE INTERV. POLICIAL	21	230	0	0	251
COMUNICAÇÃO DE CRIME	157	38	4	0	199
SOLIC. DE INTERV. EM PONTO DE DROGAS	172	9	0	0	181
MOROSIDADE NO ANDAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	168	2	0	1	171
RECLAMAÇÃO CONTRA SUPERIOR HIERÁRQUICO	8	130	0	1	139
PREVARICAÇÃO	35	85	1	1	122
AGRESSÃO	12	109	0	0	121
AMEAÇA	32	81	3	0	116
PECULATO	17	82	1	1	101
OUTROS	40	50	2	7	99
CORRUPÇÃO PASSIVA	18	38	6	0	62
ABORDAGEM ABUSIVA	2	59	0	0	61
PRIVILÉGIO (benefício indevido em escala)	3	46	0	0	49
NEGLIGÊNCIA	15	19	0	1	35
CONCUSSÃO	10	15	1	0	26
DISCRIMINAÇÃO	9	16	0	0	25
FALTA DE RECURSOS MATERIAIS	7	16	0	2	25
TRÁFICO DE DROGAS C/ envolvimento de policiais	10	14	1	0	25
LESÃO CORPORAL	3	18	0	0	21
ASSÉDIO MORAL	1	19	0	0	20
FALTA DE RECURSOS HUMANOS	9	9	0	2	20
CRIME SEXUAL	3	14	0	0	17
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	7	3	1	0	11
HOMICÍDIO	1	6	0	0	7
FALSIDADE IDEOLÓGICA	0	4	0	2	6
NÃO CUMPRIMENTO DE PROTOCOLO DA PM	0	6	0	0	6
ROUBO/FURTO	3	3	0	0	6
FAVORECIMENTO INDEVIDO DE POLICIAMENTO PREVENTIVO	0	4	0	0	4
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	2	1	0	0	3
TORTURA	0	3	0	0	3
TOTAL	1175	3024	39	57	4295

HOMICÍDIO (autoria desconhecida)		8

NATUREZAS	PC	PM	PM/PC	SPTC	TOTAL
ELOGIO - Policial Civil	575	0	0	4	579
ELOGIO - Policial Militar	0	291	0	0	291
SUGESTÃO	17	27	1	1	46

Orientações e informações	5.690

Atividades Das Entidades Vinculadas - Superintendência Da Polícia Técnico-Científica **-** Os profissionais da Superintendência da Política Técnico-Científica - SPTC desenvolvem um trabalho técnico altamente especializado, essencial para os melhores resultados na Segurança Pública de São Paulo. Este trabalho inclui atividades de campo, perícias diversas, coleta e análise de mais de 3 milhões de peças de locais de crime, por ano, e a consequente disponibilização de laudos. A SPTC integra os serviços do Instituto de Criminalística-perícias e o Instituto Médico Legal-exames periciaisem vítimas de violência ou de acidentes e exames cadavéricos e laudos necroscópicos. Alinhada à sua missão institucional, a SPTC promoveu 1 concurso público, que se encontra em andamento, e visa preencher vagas de Médico Legista e Agentes Policiais do IML. Além deste concurso, a SPTC nomeou 2 novos Peritos Criminais e 10 Agentes Policiais, aprovados em processo seletivo anterior. A seleção e os cursos de formação dos profissionais da SPTC são realizados em conjunto com os daPolícia Civil-pela ACADEPOL. Formação e Capacitação - Tendo em vista os trabalhos desenvolvidos, de alta complexidade técnica e científica, a SPTC promove, além da formação básica, capacitações contínuas e ações de aprimoramento, com a participação dos profissionais em eventos, palestras e projetos. A SPTC promoveu cursos on-line e presenciais para aproximadamente 2080 participantes, envolvendo servidores do Instituto de Criminalística-IC e do Instituto Médico Legal - IML. Estes eventos abordaram 20 Estudos de Casos de Perícias Criminais, em diferentes aspectos, com troca de conhecimentos com os profissionais envolvidos. São alguns exemplos de casosestudados: Acidente de ônibus com 42 vítimas fatais em Taguaí-127 participantes; Elize Matsunaga-130 participantes. Além dos estudos de casos, foram realizados cursos/treinamentos específicos pelasnossas unidades subordinadas, como RPAs Drones-Grupo de Trabalho de Drones, Coletas deVestígios em Locais de Crime-Equipe Oeste e BlueStar Tablets-Equipe de Mogi Guaçu. Foram realizados, também, no Laboratório de Toxicologia Forense, quatro cursos do Projeto Minerva, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, capacitando peritos de São Paulo e de todo o Brasil. Atendimentos prestados:

Procedimentos		Totais
EXAMES PERICIAIS REALIZADOS	(IC)	374.265
LAUDOS PERICIAIS EXPEDIDOS	(IC)	357.143

Procedimentos		Totais
EXAMES NECROSCÓPICOS REALIZADOS	(IML)	45.600
LAUDOS NECROSCÓPICOS EXPEDIDOS	(IML)	40.205
EXAMES CLÍNICOS REALIZADOS	(IML)	345.476
LAUDOS CLÍNICOS EXPEDIDOS	(IML)	332.601
OUTROS EXAMES REALIZADOS	(IML)	28.871
OUTROS LAUDOS EXPEDIDOS	(IML)	23.495

Investimentos **-** Visando à qualidade nos serviços oferecidos em suas atividades, a SPTC investiu naaquisição de equipamentos, construção e reforma de suas instalações, conforme quadro abaixo:

Descrição	Data da aquisição, instalação ou entrega
Construção de Data Center com sala cofre	Agosto/2022
Elaboração de Projeto Básico de reforma Piracicaba	2022
Obra: reforma e adequação da EPML OESTE	Julho/2022
Reforma do Núcleo de Exames de Entorpecentes - IC	Fevereiro/2022
Projeto Executivo de reforma prédio da Alameda Cleveland	Setembro/2022
Construção do Núcleo de Perícia Criminalística e Médicos Legais - Bauru	Início da obra em 2022
Reforma e Adequação do Prédio EPC/EPML - Franca	Início da obra em 2022
Obra: reforma e ampliação IC/IML Avaré	Início da obra em 2022
Construção EPML Sul	Início da obra em 2022
Construção do Núcleo de Perícia Criminalísticas e Médico Legais de Presidente Prudente	Início da obra em 2022
Reforma e adequação BALÍSTICA	Início da obra em 2022
Construção da EPC/EPML de Santo André	Início da obra em 2022
Aquisição de Equipamento para o Núcleo de Balística – IC (SENASP)	Out/2022
Switches e Recabeamento do Prédio Sede (recursos FISP)	Set/2022
Scanner – IML	Fev/maio de 2022
Forenscope (recursos Fundesp) - IC	Nov/2022
Equipamento para o Núcleo de Química - IC	out/2022
Aquisição de Câmara Mortuária - IML	Mar/2022
Cromatografia Gasosa- Toxicologia IML	Nov/2022
Aquisição / instalação de ar condicionado atender para diversas equipes do estado	Ago/2022
Aquisição/ instalação de mesa de necropsia - IML	Fev/2022
Raio-X Digital – IML	Set/2022
Aquisição de 100 celulares para o SAEP	Jul/2022

Polícia Civil - Exercendo as funções de polícia judiciária e investigação permanente, a Polícia Civil de São Paulo vem se estruturando ao longo dos anos para melhor capacitação dos servidores e fortalecimento de sua infraestrutura com vistas à melhoria na prestação de serviços ao cidadão. Em 27/4, foi designado novo Delegado Geral, possuidor de larga experiência no serviço público, dos quais 30 anos como Delegado de Polícia. Sob sua liderança, a instituição prossegue em seu caminhono cumprimento da missão de proporcionar justiça e segurança pública de qualidade. Foram realizados 4 concursos públicos para ampliar o preenchimento de cargos vagos nas carreiras de: delegado, escrivão, investigador e médico legista-para a SPTC. Os processos seletivos são promovidos pela Academia de Polícia Dr. Coriolano Nogueira Cobra - ACADEPOL - órgão de apoio da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Dentre suas atribuições básicas está a realização de concursos públicos para cargos policiais civis de natureza efetiva e outros cargos relacionados às áreas de saúde e administrativa. A ACADEPOL promove, também, cursos de formação aos recém empossados pela Polícia Civil e, continuamente, realiza treinamentos e capacitações profissionais. Segue um quadro sobre os cursos promovidos, que totalizam a formação de 310 novos policiais e aperfeiçoamento de 9.199 servidores nas diversas carreiras da Polícia Civil. Em 2022, a Polícia Civil participou de eventos relevantes da Segurança Pública: A Polícia Civil promove uma série de atendimentos à população. O mais conhecido é o registro das ocorrências policiais junto às Delegacias de Polícia. Além destes, também foram promovidos atendimentos especializados, que narramos a seguir: NECRIM - Os Núcleos Especiais Criminais - núcleos da Polícia Civil que promovem a solução de conflitos e crimes de menor potencial ofensivo, por meio de conciliações. A Polícia Civil chegou a 54 NECRIMs instalados em todo o Estado de São Paulo. Foram realizados 12.586 atendimentos, que resultaram em 9.768 conciliações alcançadas -77,6% de efetividade.Combate à violência contra a mulher - Outro importante atendimento promovido neste ano foi o das Delegacias de Defesa da Mulher - DDM. Atualmente, no Estado de São Paulo, as Delegacias de Defesa da Mulher exercem suas atividades ininterruptamente, vinte e quatro horas por dia. Dentre os serviços prestados, indubitavelmente o pleito pelas medidas de proteção definidas na Lei 11.340/06 é um dos mais procurados pelas vítimas. Daí nota-se a importância da referida lei no cenário da segurança pública estadual. Resumo Das Estatísticas Da Delegacia De Defesa Da Mulher:

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Ocorrências Registradas - Delegacia de Defesa da Mulher Online - 2022

OCORRÊNCIAS – 2022	DECAP	DEMACRO	DEINTER 1	DEINTER 2	DEINTER 3	DEINTER 4	DEINTER 5	DEINTER 6	DEINTER 7	DEINTER 8	DEINTER 9	DEINTER 10	TOTAL
JANEIRO	1345	985	217	234	179	63	41	126	196	31	135	4	3556
FEVEREIRO	1225	921	199	231	137	75	35	97	184	29	134	13	3280
MARÇO	1448	1051	193	282	201	85	47	103	189	29	169	11	3806
ABRIL	1220	881	167	270	179	118	37	128	169	31	137	17	3354
MAIO	893	673	132	177	156	85	19	81	113	14	105	7	2455
JUNHO	1004	691	147	218	157	106	37	76	141	23	119	2	2721
JULHO	1111	909	205	240	157	117	45	93	149	21	164	22	3233
AGOSTO	1173	960	210	301	185	93	48	98	181	24	138	12	3423
SETEMBRO	1213	844	162	268	179	114	36	98	184	26	164	11	3299
OUTUBRO	1451	965	213	310	217	138	34	75	200	22	147	11	3783
NOVEMBRO	894	655	145	202	154	98	25	98	130	18	108	11	2538
TOTAL	12975	9535	1990	2733	1901	1092	404	1073	1836	268	1520	121	35448

Estatísticas Delegacia de Defesa da Mulher Online – 2022
Medidas Protetivas

MMUL - 2022	DECAP	DEMACRO	DEINTER 1	DEINTER 2	DEINTER 3	DEINTER 4	DEINTER 5	DEINTER 6	DEINTER 7	DEINTER 8	DEINTER 9	DEINTER 10	TOTAL
JANEIRO	737	505	122	144	103	48	22	74	117	21	93	3	1989
FEVEREIRO	641	472	123	148	91	45	21	62	126	22	85	10	1846
MARÇO	685	514	112	171	126	47	30	67	119	19	103	9	2002
ABRIL	476	371	82	11	71	19	55	94	16	70	11	11	1287
MAIO	224	179	37	50	43	26	6	29	47	5	39	0	685
JUNHO	260	219	38	58	52	56	13	34	56	4	49	2	841
JULHO	431	372	103	114	92	73	29	55	76	9	108	10	1472
AGOSTO	538	437	103	173	95	70	28	49	112	16	74	9	1704
SETEMBRO	513	403	89	135	74	29	45	99	95	112	8	8	1530
OUTUBRO	267	493	121	190	133	76	29	34	135	18	79	7	1573
NOVEMBRO	389	326	83	126	87	51	15	56	73	14	61	5	1286
TOTAL	5161	4291	1013	1320	967	540	284	653	892	310	710	74	16215

DEPTO	Nº DDM ATIVAS	Nº DDM - 24H	Nº ATENDIMENTOS REALIZADOS	CASOS ESCLARECIDOS	Nº MEDIDAS PROTETIVAS URGENCIA CONCEDIDAS
DECAP	9	04	32941	1054	9879
DEMACRO	19	01	32120	2165	9931
DEINTER 1	10	01	7896	916	3211
DEINTER 2	13	01	13113	303	5087
DEINTER 3	16	04	15661	853	4932
DEINTER 4	09	06	6599	77	2560
DEINTER 5	11	02	11524	110	2795
DEINTER 6	10	02	5953	2424	2133
DEINTER 7	12	02	9959	248	3957
DEINTER 8	09	04	4559	30	1677
DEINTER 9	16	04	10702	1332	4386
DEINTER 10	06	03	4237	66	1537
TOTAL	140	34	155264	9578	52085

A ampliação do atendimento ocorreu com a criação da DDM Online, facilitando o acesso da vítima para registrar as ocorrências, de forma a permitir investigações, proteção diante do ofensor e a devida responsabilização dos criminosos. Abaixo, retratamos o número de ocorrências registradas somente na DDM Online, bem como os dados relativos às Medidas Protetivas solicitadas por meio eletrônico:
Fonte: Polícia Civil

Delegacia Eletrônica**:** foi criada em 13/1/2000 pela Portaria DGP-01/2000, sendo um marco na modernização do atendimento ao cidadão que buscava encontrar os serviços da Polícia Civil do Estado de São Paulo de forma mais ágil. Desde então, vivencia vertiginoso aumento da demanda e de tipos de ocorrências passíveis de registro pela internet, gerando economia para o Governo e para o cidadão, que não mais necessita ir a uma Delegacia de Polícia para registrar determinados tipos de ocorrências. Em um crescente sem precedentes, a Delegacia Eletrônica passou de 25.742 atendimentos em 2000 para mais de 2.500.000 atendimentos-registros no período de janeiro a 31/10/2022, demonstrando sua importância, aceitação e contínua necessidade de aperfeiçoamento. Dos 2.320.281 B.O.s analisados, 973.769 foram de natureza não criminal e 1.346.512 de natureza criminal.

B.O.s analisados	Total B.O.s registrados
2.320.281	2.697.376
973.769 não criminal	
1.346.512 criminais	

Fonte: Polícia Civil

Inquérito Policial Eletrônico: A implantação de Inquérito Policial Eletrônico da Polícia Civil do Estado de São Paulo-IP-e, interligado com o sistema de peticionamento eletrônico-e-SAJ do Tribunal de Justiça, viabilizou que toda a persecução criminal fosse realizada em ambiente virtual, proporcionando andamento mais célere junto ao judiciário e ao Ministério Público, com investigações mais ágeis e a redução do acervo, uma vez que evita o acúmulo de inquéritos como ocorria quando eram físicos. Destaca-se também a ausência de papel físico, tramitando entre a Delegacia e o Fórum,interrupção das adversidades do desgaste dos autos pelo manuseio, bem como a crescente diminuição da necessidade de intervenção humana para o seu transporte. Portanto, o IP-e proporciona maior agilidade, economicidade e controle dos procedimentos, melhorando imensamente o serviço prestado.Inquérito Policial Eletrônico (IP-e) - total de procedimentos instaurados e ajuizados em 2022:

IP-E	Instaurado						Ajuizado					
	Inquerito	TC	Medida Cautelar	Ato Infracional	Flagrante	Total	Inquerito	TC	Medida Cautelar	Ato Infracional	Flagrante	Total
TOTAL 2022	242.506	90.312	109.473	28.750	82.834	553.875	231.130	84.534	105.816	27.549	81.753	530.782

Fonte: Prodesp

Divisão de Crimes Cibernéticos: Criada em 2021, esta divisão atua como braço especializado do Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC, promovendo investigações e operações de combate aos crimes realizados em meios eletrônicos. Seguem os resultados alcançados:

DCCIBER/DEIC	OPERAÇÕES	MANDADOS	INDICIAMENTOS	AP. APREENDIDOS
1ª DCCIBER	40	320	201	292
2ª DCCIBER	16	73	62	77
3ª DCCIBER	15	117	87	108
4ª DCCIBER	37	293	170	209
TOTAL	**108**	**803**	**520**	**686**

IIRGD - Instituto de identificação Ricardo Gumbleton Daunt: Responsável pelos processos de identificação do cidadão, o Instituto contribui para a promoção da cidadania, com o efetivo registo de identidades da população do Estado e no combate da criminalidade, auxiliando na identificação em investigações. Ocorreram inovações e atualizações nos sistemas de identificação e atendimentos prestados pelo IIRGD, que destacamos abaixo: Serviço de Perícia Datiloscópica-SERPD - em julho entrou em operação nova versão do Sistema LEAD - Legitimação a Distância - Estadual e Interestadual,que promove o recebimento e envio das verificações de identidade civil e registros criminais das pessoas em situação de flagrante, captura de procurados ou averiguação, identificação de cadáveres, bem como as demandas diversas dos estados conveniados - Espírito Santo, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, além de São Paulo, no módulo Interestadual. Atende também aos serviços da Seção Monodactilar/SAID - Serviço Automático de Impressões Digitais, para o envio de latentes para análise da Seção; CRRG - Controle sistêmico dos recebimentos dos Espelhos e entrega do RG ao cidadão, integrado ao DHC - Dados do Histórico da Carteira/RG; Inclusão de validade na Carteira de Identidade de forma automática, quando identificada a Naturalização Provisória; Fluxograma de todos os serviços; Criação do setor SECOF-Setor de Controle de Fraudes, que trata de situações atípicas e seu direcionamento correto; Adequação das orientações aos atendimentos em formato Wikipédia; Aprimoramentos de pesquisas no Balcão Único: Além das pesquisas já realizadas pelo Balcão Único: CIRG, CINN, CINO, EXRG e PENO, foi solicitada a implantação da pesquisa CICP resposta no Balcão da pesquisa pelo CPF, ou seja, o sistema informa quando há CPF repetido; Bloqueio sistêmico de nomes idênticos; Questionário de preenchimento obrigatório nos casos de 1° via visando a pré-identificação de adoção, transgênero; Adequação sistema para a inclusão de camposde identificação de deficiências, para os portadores de necessidades especiais; Criação da Delegaciade Polícia de Combate a Crimes de Fraude Documental e Biometria - Decreto nº 66.860, de 21/6 - inaugurada em 24/11/2022. Identificação criminal:

Laudos expedidos	Laudos positivos com identificação	Digitalizações de prontuários criminais
7.232	4.855	5.072.666

Fonte: Polícia Civil
Identificação civil:

CÉDULAS DE IDENTIDADE EMITIDAS		
1ª VIA	2ª VIA	TOTAL
945.614	3.461.867	4.407.481

Fonte: Polícia Civil

Grandes Operações da Polícia Civil: foram realizadas Operações visando o combate ao crime organizado, principalmente no que tange aos crimes contra o patrimônio-roubo/extorsão/roubo de carga. Destacam-se as operações permanentes, como por exemplo, a operação Mobile que visa reprimir a receptação de aparelhos de telefone celular, no intuito de mitigar a incidência de roubos efurtos desses equipamentos. Da mesma forma, investigações específicas visando quadrilhas especializadas em roubos de veículos e cargas são levadas a efeitos, ocasionando a prisão de diversos criminosos e desmantelamento de associações com esse fim. Não obstante, atuações contra o tráficode drogas, seja em escala de transporte de grandes cargas, seja no combate ao comércio varejista, também são efetivadas rotineiramente, com prisão de pessoas e apreensão de entorpecentes, dificultando sobremaneira o acesso da juventude a esse tipo de substância e gerando prejuízos financeiros consideráveis e consequente desestímulo aos criminosos desse ramo. Em todas essas operações, o implemento tecnológico e de inteligência tem elevado sobremaneira a eficiência da atividade policial investigativa, mantendo-se firme a apuração das infrações penais e o combate à criminalidade. Manteve-se o uso do sistema interno SAFIRA, para controle dos Informes Criminais e seus desdobramentos. Tal programa permite o acesso a todas as diligências e operações para que sejam devidamente autorizadas e comunicadas às hierarquias e Departamentos. Foram lavrados 228 registros policiais versando sobre crimes constantes da Lei de Drogas-11343/06; outros 128 registros foram confeccionados, objetivando a formalização de diligências realizadas pelas unidades subordinadas à DISE, inclusive, acerca de apreensões de drogas em que não houve prisão, além de outros 20 de naturezas diversas, perfazendo um total de 376 registros. Foram lavrados 8 Termos Circunstanciados de Ocorrências Policiais. Foram instaurados 331 Inquéritos Policiais, dos quais, 203 por auto de prisão em flagrante delito. No período, foram efetuadas 337 prisões, das quais 313 em flagrante delito, além de 24 durante cumprimento de Mandados de Prisão. Operações contra o crime organizado – Estatísticas

DEPTO	Nº OPERAÇÕES REALIZADAS	TOTAL DE PRESOS
DECAP	141	1444
DEMACRO	85	192
DEINTER 1	107	346
DEINTER 2	73	86
DEINTER 3	126	819
DEINTER 4	47	285
DEINTER 5	132	423
DEINTER 6	12	24
DEINTER 7	344	1415
DEINTER 8	66	167
DEINTER 9	174	1682
DEINTER 10	38	327
DEIC	31	84
DPPC	119	102
DENARC	59	13
DOPE	427	458
TOTAL	1981	7867

Fonte: Polícia Civil

Outras operações de destaque: DENARC: as unidades subordinadas à DISE apreenderam: Maconha - 19.582.359 gramas - 19,582 toneladas; Cocaína - 7.149.656 gramas - 7,149 toneladas; Crack - 89.368 gramas - 0,089 tonelada; Outras drogas -1.778.446 gramas - 1,778 toneladas. DECAP -Operação Caronte: Realizada no âmbito da 1ª Delegacia Seccional do DECAP, na região da Cracolândia. Atualmente na Fase VI, 6ª etapa tem a finalidade de reprimir o crime organizado, atravésde ações destinadas ao cumprimento de mandados de prisão expedidos pela Justiça, assim como mediante a prisão em flagrante de traficantes e micro-traficantes de drogas. DECAP/DEMACRO: ocorreu a Operação Sufoco, com resultados da Polícia Civil: Presos em flagrante: 2271; Mandados de Prisão Temporária cumpridos: 407; Mandados de Busca e Apreensão cumpridos: 1799. Letalidadee depuração interna: abaixo estão retratados os números que indicam a vitimização em situações de confronto e os esforços da Polícia Civil na busca pela correta atuação policial de seus agentes:

Mortes em confronto policial [2022]	*QTD*
Não policiais mortos em confrontos com a Polícia Civil	29
Policiais civis mortos, durante o serviço	1
Depuração interna [2022]	
Nº Policiais expulsos	4
Nº Policiais demitidos	13
Nº Auto de Prisão em Flagrante Delito (contra policiais)	20
Nº Inquéritos contra Policial Civil	678
Nº Conselhos de Disciplina	-
Nº Conselhos de Justificação	-
Nº Processos Administrativos Disciplinares	162
Nº Ações em curso pela Corregedoria	-

Polícia Militar - Com a função primordial de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, a Polícia Militar do Estado de São Paulo-PMESP promove, continuamente, ações visando o bem-estar,a segurança do cidadão e o combate à criminalidade. Visando a completar o efetivo de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

policiais que atenda às demandas em todo o Estado, a PMESP realizou 7 concursos públicos, com a aprovação de1.803 novos soldados e 91 2º Tenentes do Quadro Auxiliar de Oficiais, totalizando 1.894 novos militares.

CONCURSOS E NOMEAÇÕES EFETUADOS EM 2022:

CARREIRA	Nº CONCURSOS REALIZADOS	Nº DE APROVADOS	Nº DE NOMEADOS
Soldado PM – Edital DP-1/321/21[2]	1	918	918
Soldado PM – Edital DP-2/321/21[1]	1	885	-
Soldado PM – Edital DP-1/321/22[1]	1	-	-
Soldado PM – Edital DP-3/321/22[1]	1	-	-
Aluno Oficial PM – Edital DP-3/321/21[1]	1	-	-
2º Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais da PM	1	91	-
2º Tenente do Quadro de Oficiais de Saúde	1	-	-
TOTAL	7	1894	918

Notas: 1 - Concursos em andamento;
2 - Nomeados, mas ainda não empossados.

Para formar e aprimorar os seus agentes, a Polícia Militar promoveu, em 2022, cursos e treinamentos,abaixo relacionados: Curso de Recursos Humanos: voltados a especializar Oficiais e Praças, por meiode conhecimentos teóricos e práticos para o desempenho de funções de Recursos Humanos e Secretaria, dando efetivo suporte administrativos e legal junto aos servidores e à instituição. Foram formados 31 Oficiais e 103 Praças - Subtenentes e Sargentos; Estágio de Atualização Profissional- EAP - com o objetivo de atualizar e aprimorar os policiais com conhecimentos e técnicas para atuaçãoem diversas funções até o posto de Capitão PM; Cursos de formação e aperfeiçoamento das atividadesespecíficas dos policiais militares, conforme tabela a seguir:

Carreira	Nº Cursos de formação realizados	Nº Formados	Nº Cursos de aperfeiçoamento / capacitação	Nº de formados
Cursos para Oficiais:				
Bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública	01	261	-	-
Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública	-	-	01	93
Cursos para Praças:				
Curso Superior de Tecnólogo de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública I	02	1.325	-	-
Curso Superior de Tecnólogo de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública II	-	-	01	790
Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública	01	1.413	-	-
Total	04	2.999	02	883

A PMESP também participou em diversos intercâmbios, cursos técnicos específicos, palestras, missões internacionais, seminários, congressos e diversas solenidades comemorativas ou de entrega de homenagens promovidos neste ano. Atendimentos realizados pelo serviço COPOM/190 - O Centrode Operações da Polícia Militar de São Paulo coleta e reúne informações e imagens que contribuem para as ações da PM na promoção da Segurança Pública. Somente neste ano, o COPOM recebeu 15.620.201 chamadas telefônicas em todo o Estado, que geraram ocorrências registradas, permitindoo socorro e o atendimento à população.

REGIÃO	TOTAL DE CHAMADAS	Nº DE OCORRÊNCIAS GERADAS	Nº DE POLICIAIS NO ATENDIMENTO
Capital e Região Metropolitana	7.541.641	2.612.462	845
Interior	8.078.560	2.419.266	933
TOTAIS	15.620.201	5.031.728	1.778

Letalidade e depuração interna - A letalidade policial sempre foi alvo de acompanhamento pelo Comando da PMESP. Sendo uma instituição perene e fundamentada nos princípios da estrita legalidade, a PMESP está comprometida com a defesa da vida e dignidade da pessoa humana. Ao longo dos anos a instituição investiu na adoção de políticas internas que priorizaram a formação dospoliciais, com foco no preparo consciente das responsabilidades sociais, inclusão de conteúdos relacionados a Direitos Humanos nos cursos de formação, atualização de Procedimentos Operacionais Padrão-POP, utilização de novos equipamentos para uso do policial, como as câmeras operacionais portáteis - COP e armas de incapacitação neuromuscular - AIN, que resultaram na diminuição dos índices de letalidade pela PMESP.

Mortes em confronto policial - 2022

INDICADOR	QUANT.
Civis mortos em confrontos com a Polícia Militar	220
Policiais militares mortos, durante o serviço, em confronto com civis	01

Depuração interna – 2022

INDICADOR	QUANT.
Nº Policiais expulsos	148
Nº Policiais demitidos	44
Nº Auto de Prisão em Flagrante Delito	33
Nº Inquérito Policial Militar	1905
Nº Conselhos de Disciplina	169
Nº Conselhos de Justificação	9
Nº Processos Administrativos Disciplinares	79
Nº Ações em curso pela Corregedoria	181

Corpo de Bombeiros da Polícia Militar - Importante extensão dos serviços da Polícia Militar, o Corpode Bombeiros atua desde 1880, servindo à população do Estado de São Paulo em atividades de prevenção, proteção e resposta imediata a emergências de incêndios, buscas, resgates e salvamentos.Atendimentos Serviço 193 - o Corpo de Bombeiros atendeu chamadas no serviço Disque 193:

Total de chamadas recebidas: 2.515.237	Atendimentos que geraram ocorrências: 349.558

Ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros:

Tipo de Ocorrência	Total de ocorrências por região			
	Capital	Reg. Metrop.	Interior	Litoral
Incêndios	4.475	4.662	28.532	3.499
Acidentes	18.863	10.521	38.646	5.669
Afogamentos	22	51	92	1.749
Total:	23.360	15.234	67.270	10.917

Fonte: Corpo de Bombeiros

Ações de prevenção de incêndios - abaixo seguem os procedimentos e documentos emitidos pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo:

Atividade	Total por região			
	Capital	Reg. Metrop.	Interior	Litoral
Vistorias realizadas em edificações	18.147	15.936	42.712	4.956
Autos de infração aplicados	4.096	1.768	7.136	862
AVCB emitidos	12.273	10.681	25.884	2.969
CLCB emitidos	15.961	20.836	90.693	6.697

O Corpo de Bombeiros de São Paulo tem buscado a modernização com renovação da frota, aquisição de equipamentos e melhoria contínua de suas instalações. Seguem as principais aquisições:

ITEM	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R$)
VIATURA TIPO AUTO BOMBA SALVAMENTO	36	57.890.000,00
VIATURA TIPO AUTO TANQUE	18	24.300.000,00
VIATURA TIPO UNIDADE DE RESGATE	56	18.891.500,00
VIATURA TIPO ASE	04	11.420.000,00
COMPRESSOR DE AR RESPIRÁVEL	24	6.494.000,00
EMBARCAÇÕES DE MÉDIO PORTE	02	5.850.000,00
EQUIPAMENTO AUTÔNOMO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA	136	5.219.000,00
ARMÁRIOS DE AÇO	2.502	4.883.408,00
ELETRODOMÉSTICOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS	2.248	4.866.639,11
DESENCARCERADORES	100	4.555.200,00
REFORMA DO TELHADO DA EB DE SANTO AMARO	01	838.665,28
REFORMA NO TELHADO DA DIV/OP CBM	01	886.990,57
REFORMA DO TELHADO DA EB DE BAURU (10º GB)	01	581.896,35
CONSTRUÇÃO DE UM PORTICO TREINAMENTO (10º GB)	01	39.957,94
REFORMA DO TELHADO DA EB DE FERNANDÓPOLIS (13º GB)	01	620.000,00
REFORMA DO TELHADO DA EB DE CATANDUVA (13º GB)	01	31.333,90
REFORMA DA SEDE DO 15º GB E DA EB DE SANTA ROSÁLIA (SOROCABA)	01	599.773,95
REFORMA DA SEDE 2ºSGB - ITU – TROCA DE PISO	01	329.663,76
LANTERNA TÁTICA	3.900	2.464.425,00
VIATURA TIPO UNIDADE SALVAMENTO E RESGATE (URSA)	06	2.070.000,00
VIATURA TIPO GUINCHO	01	2.108.200,00
DESKTOPS (MICROCOMPUTADOR)	415	1.530.935,00
MOTOAQUÁTICAS	07	1.408.000,00
TRANSCEPTORES MÓVEIS	200	1.360.000,00
VIATURA TIPO ORGÂNICA	07	1.240.000,00
VIATURA TIPO PICK UP	06	1.240.960,00
QUADRICICLOS	22	1.113.800,00
MOTO OPERACIONAL DE BOMBEIROS	23	929.200,00
NOTEBOOK	150	733.500,00
BOTE INFLÁVEL	19	588.300,00
VIATURA TIPO AMBULÂNCIA CANIL	01	530.500,00
TABLETS	100	481.415,00

A instituição desenvolveu o Programa de Expansão do Corpo de Bombeiros, com a inauguração de 15 novas unidades e a programação para implantação de mais 5 quartéis, totalizando 20 novas instalações em municípios que não dispunham de serviços do Corpo de Bombeiros. Centro de Operações Integradas - COI - O Centro de Operações Integradas-COI/CICC é o polo agregador das ações de segurança pública e defesa civil no Estado de São Paulo. Com estrutura dotada de tecnologiae centro de inteligência, planeja, organiza e direciona a integração de órgãos do Poder Público municipal, estadual e federal no Estado de São Paulo em grandes operações de combate à criminalidade, de proteção e defesa social e em eventos diversos. Seguem as principais ações, operações e iniciativas implementadas: Operação Divisas Integradas VI Campo Seguro: realizada em maio - parceria entre os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, com o principal objetivo o combate a crimes ambientais e rurais que afetam o agronegócio de forma integrada, sistêmica e simultânea; Operação Divisas Integradas VII Cerco Total: realizada nos meses de julho e agosto - parceria entre os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Objetivo principal: combate a crimes transnacionais - tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho e outros, oriundos do Paraguai e Bolívia, de forma integrada, sistêmica e simultânea; Fortalecimento da parceria com a SEOPI/MJSP: participação do Estado de São Paulo nas operações desencadeadas pela Secretaria de Operações Integradas -SEOPI, que reforçam a premissa de que é necessária a atuação integrada de diversos órgãos das três esferas de governo para o êxito nas atividades de Segurança Pública. Operações realizadas: Albatroz, Parador 27, Narco Brasil 2022, Maria da Penha e Cerco Brasil; Reunião Webinar sobre defensivos químicos e biológicos do Agronegócio: treinamento com o foco na redução do comércio de produtos ilegais e dos efeitos prejudiciais à cadeia produtiva do agro, incentivo à fiscalização e repressão de ilegalidades, através da cooperação e parceria de entidades públicas com privadas para identificação, apreensão e destinação adequada de produtos ilegais; Operação Chuvas de Verão 2021/2022: Atuação conjunta com a Casa Militar por meio da Defesa Civil do Estado, a fim de otimizar as atividades de resposta junto às agências que integram o COI/SP, em especial frente às ocorrências no município de São Paulo; Movimento Moto Livre: Acompanhamento dos Motociclistas, Montadoras, Seguradoras, Políticos, Entidades, Empresários, Formadores de Opinião, para apoiarem as iniciativas que aumentem a segurança e o direito de rodar dos Motociclistas; Operação Direção Segura Integrada - ODSI: Foram realizadas reuniões com agentes envolvidos na Operação ODSI, para cumprimento do calendário e alinhamento operacional; Projeto M.O.S.A.I.C.O: atuação no projeto federal com vistas à desarticulação de organizações criminosas por meio de investigações criminais, especialmente investigações patrimoniais direcionadas à descapitalização das quadrilhas, à recuperação de ativos e a atuação em rede dos agentes policiais envolvidos, com encaminhamento ao Departamento de Investigações Criminais da Polícia Civil; Reunião institucional para tratativas de planejamento, coordenação e execução de medidas de segurança do evento envolvendo representantes dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Subprefeitura da Sé, Polícia Civil, CIISPR-SE e organizadora do evento; Acionamento do COI/SP para possíveis manifestações em 7/9/2022: realizado o monitoramento dos movimentos sociais, com o intuito de estabelecer consciência situacional, de maneira a proporcionar, dentro das atribuições de cada órgão, a melhor resposta; Apresentação de proposta COI para o Plano de Metas 2023/2026: possíveis demandas, planilha de planejamento e planilha orçamentaria; Reunião da Operação Sinal Verde - fase 2: A operação tem a finalidade de combate aos furtos e roubos de fios elétricos. Com duração de 30 dias, contou com a participação dos seguintes órgãos: CET, ILUME, Subprefeitura, Polícia Militar, Polícia Civil e GCM; Reestruturação do COI - SP: Elaboração de minuta do Decreto de Reestruturação do Centro de Operações Integradas de São Paulo, em fase de finalização; 6ª Reunião do Conselho Estadual de Segurança Pública: Reunião realizada no Centro de Operações Integradas, para apresentação do Relatório de gestão anual 2021, do Relatório semestral 2022, do Regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Pública e Novos repasses 2022; Acordo de Cooperação ISPCV: Tratativas para elaboração do Termo aditivo ao Acordo de Cooperação, celebrado entre o Estado de São Paulo -SSP e o Instituto São Paulo Contra a Violência-ISPCV, objetivando a continuidade dos serviços do 181-Disque Denúncia; Tratativas para elaboração de Proposta de celebração de convênio SSP e METRÔ, com o objetivo de cooperação mútua, para a manutenção da representação de colaborador da segurança do Metrô no COPOM e no COI-SP;Tratativas para elaboração de Portaria Conjunta entre SPTC e PM, a fim de disciplinar os procedimentos operacionais e administrativos sobre o fluxo de informações para acompanhamento das perícias realizadas na Capital e Grande São Paulo; CENSO IBGE 2022: Acompanhamento das tratativas e andamento da coleta do Censo Demográfico nos municípios do Estado de São Paulo. Atividade em andamento; Programa nuclear brasileiro: Participação como representante paulista no

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Comitê de Articulação nas áreas de Segurança e Logística do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro e Grupos de Trabalho referente ao assunto; Participação no Curso de Coordenação e Planejamento Interagências, visando desenvolver competência no Programa de proteção Integrada de fronteiras-PPIF, realizado pela Escola Superior de Defesa, no período de 9/5 a 3/6/2022; PROCARGA - Coordenação do Programa de Prevenção e Redução de Furtos, Roubos, Apropriação Indébita e Receptação de Carga: atividades de integração das Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal no planejamento e operacionalização do programa no Estado de São Paulo; Operação Fórmula 1: A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, por meio do COI-SP, é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das ações integradas de segurança pública, por meio dos órgãos vinculados e com a participação de outros Órgãos afins à operação; Operação Eleições 2022: como representante da SSP, o COI/SP promoveu o planejamento, coordenação e execução das ações integradas de segurança pública, por meio de seus órgãos vinculados e com a participação de outros entes cujas atividades se relacionaram às Eleições 2022. Período da Operação: entre 2/10-1º turno e 30/10-2º Turno; Operação ENEM 2022: O Centro de Operações Integradas-COI de São Paulo promoveu a atuação conjunta dos órgãos envolvidos direta ou indiretamente na garantia da segurança pública, de proteção e de defesa social. As 28 agências adotaram as medidas para garantir a realização do ENEM 2022 com segurança. Foi acompanhada a realização das provas que ocorreram em 13 e 20/11/2022. O COI, também, se prepara para atuar na aplicação do ENEM Digital-janeiro de 2023, bem como no ENEM PPL e Reaplicação.

Programas e Projetos e Ações de Destaque - Além das atividades rotineiras de cada setor einstituição ligada à Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, apresentamos, abaixo projetos, programas e ações de destaque voltadas ao aprimoramento dos servidores e à prestação de serviços de qualidade à população. Plano Estadual de Segurança Pública: o EGP, por meio da SAPE, participou no Grupo de Trabalho criado para formalização do Plano Estadual de Segurança Pública, cujo texto da minuta foi finalizado em agosto de 2022, aprovado pelo Secretário e aguarda publicação; Reestruturação Organizacional da Sede da SSP: em novembro a minuta de Decreto de reestruturação da Sede foi encaminhada para as análises jurídicas e técnicas que antecedem a assinatura do Decreto pelo Governador; Programa Bem-me-Quer: a mudança das instalações do programa, que atende mulheres e crianças vítimas de violência sexual do Hospital Pérola Byngton para o novo Hospital da Mulher, se efetivou em 13/10/22. A Assessoria Especial de Gabinete - AEG apoia e atende às demandas da Polícia Técnico-Científica relativas ao programa e facilita a interface entre a SSP, Secretaria da Saúde e Defensoria Pública objetivando seu funcionamento adequado e eficaz; Programa de Bonificação por Resultados- PBR: Programa visa o reconhecimento dos resultados alcançados pelos servidores da Segurança Pública no atingimento de metas, hoje definidas por três indicadores criminais: Roubo e furto de veículos, Roubo-outros e vítimas de letalidade violenta. A SSP buscou implementar, nos últimos anos, mudanças incrementais para aperfeiçoar o PBR, como a extensão da participação a todos os servidores da Pasta e do Corpo de Bombeiros em exercício-não somente aos policiais e a apuração dos resultados, que passou a ser bimestral, podendo os servidores concorrer seis vezes por ano à bonificação. Está em andamento o Projeto de Reformulação do PBR visando seu aprimoramento, com a implementação de novos indicadores criminais e de gestão e a inclusão de indicadores próprios para o Corpo de Bombeiros; Programa Ciência para o Desenvolvimento/FAPESP - parceria para o desenvolvimento de projeto de pesquisa envolvendo a SSP, a Fundação Getúlio Vargas - FGV e a Universidade de São Paulo - USP. Neste ano, foi formalizado-assinado o Termo de Convênio entre os partícipes para o início do plano de trabalho voltado às pesquisas na área de Segurança Pública. Como benefício à Pasta, além da produção de conhecimento na área, é destaque a participação de policiais e servidores como pesquisadores associados nos estudos a serem realizados; Grupo de Trabalho Imóveis - GTI: trimestralmente são realizadas reuniões com os responsáveis pelas reformas dos prédios da Policias Civil e Científica, para acompanhamento da evolução do processo de adequação dos prédios das polícias e da contratação de efetivo, de acordo com o demandado pelo Ministério Público Estadual. A cada três meses, são elaborados relatórios sobre as obras realizadas no período e a respeito de concursos realizados ou programados para serem deflagrados. Tais relatos são enviados à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da Capital, a fim de instruir o Inquérito Civil instaurado em face da SSP; Reforma do Auditório e das salas de reuniões: encontra-se em fase de apresentação de proposta de orçamentos das empresas que tenham interesse em participar do processo licitatório para a reforma do auditório-térreo e das salas de reuniões-10° e 13º andares do prédio sede da SSP; Implantação do teletrabalho na SSP: por determinação do Secretário Executivo da Secretaria de Orçamento e Gestão-SOG, o processo para a instituição do Projeto Piloto de Teletrabalho na Secretária de Segurança Pública, teve seu andamento suspenso, para posterior análise. Apesar de pareceres favoráveis da Consultoria Jurídica, do Núcleo de Pessoal da PGE e da própria UCRH sobre a possibilidade da efetivação do trabalho remoto em atividades da Pasta, a SSP aguarda autorização governamental; Projeto de criação do Escritório de Representação Institucional da SSP em Brasília - trata-se de desenvolvimento de plano estratégico para captação de recursos de Emendas Federais e alinhamento para melhores práticas em políticas públicas voltadas à população do Estado de São Paulo. Projeto em fase de planejamento entre o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Assessoria Parlamentar; Aperfeiçoamento do Sistema de Controle de Placas Reservadas, mantido entre a Secretaria da Segurança Pública e o DETRAN/SP. Projetos e ações de destaque da SPTC: Produção de publicações: a SSP foi representada pela Superintendência da Polícia Técnico Científica na elaboração de 3 artigos científicos relacionados à apreensão de entorpecentes: The mystery behind the apprehesions of the selective cannabinoid receptor type-2 agonist BZO-HEXOXIZID-MDA-19 as a drug of abuse na publicação da Forensic Toxicology; Detection of cocaine crystals dispersed on non-Erythroxylum herbs, na publicação Forensic Science Internacional; Lucy is back in Brazil with a new dress, na publicação Forensic Science International. Padronização e publicação, na Imprensa Oficial, da terminologia adequada sobre manchas de sangues proposta pela comissão específica do tema - CAPs; Equipe de Veterinária Forense: Implementação da Equipe de Veterinária Forense em caráter experimental. A Equipe visa revolucionar o atendimento de casos relacionados aos maus tratos animais, aprimorando os exames nessa área; Diagnóstico e suporte para perícias em crimes ambientais: Trabalho apresentado no XXVI Congresso Nacional de Criminalística, com base em levantamentos de anos anteriores, proporcionando um parâmetro sobre a distribuição dos atendimentos a locais de crimes ambientais em todo o Estado. A partir deste, criou-se um repositório de legislação ambiental, a ser continuamente atualizado, que servirá como banco de dados de fácil acesso em toda a instituição; Banco de Perfis Genéticos: Coleta de material genético de condenados-conforme previsão legal para inserção na Rede de Bancos de Perfis Genéticos, tendo a SPTC de São Paulo cerca de 1/3 de todos os perfis de locais de crime; Banco de Dados Balístico: o projeto da SPTC possibilitou a descentralização dos exames de comparação balística que agora são realizados em nove núcleos do interior, além da Capital; Centro Estadual de Controle de Acionamento Pericial: Implementação do centro para controle de acionamento de perícias de maneira direta para a capital e grande São Paulo, e de maneira remota para o interior, com utilização de sistema digital desenvolvido pela SPTC e com o objetivo de otimizar recursos humanos disponíveis e diminuir o tempo de atendimento dos locais de crime; GT de Drones: aquisição de 37 equipamentos RPA apropriados para a atividade técnico pericial, adesivagem e POPS para operação; Comissão de Levantamento Situacional: comissão criada na SPTC visando diagnóstico profissional e identificar oportunidades de melhorias; Comissão de microvestígios - CMicro: destinada a fornecer subsídios para estruturar o Instituto de Criminalística na identificação e processamento de microvestígios de interesse forense. Projetos e ações de destaque da Polícia Militar: A PMESP participou em grandes Operações de combate à criminalidade: Operação Servir e Proteger; Operação Sufoco; Operação paz e Proteção; Operação Visibilidade; Operação Saturação; Operação Direção Segura; Operação Direção Segura Integrada; Operação Hércules; Operação Cavalo de Aço; Operações: Interior Mais Seguro, Rodovia mais segura e São Paulo Mais Seguro; Operação Bloqueio e Operação Madrugada mais Segura. Dentre os diversos projetos da PMESP, segue os que foram criados ou estão em andamento:

	PROJETO	STATUS
1	Credenciamento Nacional de uma Equipe de Busca e Salvamento Urbano do Corpo de Bombeiros na Organização das Nações Unidas	Em andamento
2	Vigilância Urbana por meio do *Internet of Things* (IoT)	Em andamento
3	Implantar o uso de câmeras operacionais portáteis na PMESP	Em andamento
4	Nova Pesquisa de Clima Organizacional	Em andamento
5	Desenvolver aplicações Mobile para acionamento de serviços de emergência	Em andamento
6	Aprimoramento da rotina de Promoção de Praças	Em andamento
7	Escala de Serviço Corporativa	Em andamento
8	Desenvolvimento de funcionalidades no Sistema Copom Online	Em andamento
9	Desenvolver Módulos do COFIN de recebimento definitivo	Em andamento
10	Desenvolver Sistema Informatizado Canal de Imprensa	Em andamento
11	Expansão do Ensino à Distância	Em andamento
12	Revisar e Integrar as Matrizes Organizacionais	Em andamento
13	Implantar o Inquérito Policial Militar Eletrônico	Em andamento
14	Reformular o Cadastro de Ensino	Em andamento
15	Informatizar a etapa de avaliação da conduta social, da reputação e da idoneidade dos concursos de ingresso na Polícia Militar do Estado de São Paulo	Em andamento
16	Incorporação de Cabines do Comando de Policiamento Rodoviário e do Comando de Policiamento Ambiental pelo Centro de Operações da Polícia Militar	Em andamento
17	Aperfeiçoar o Boletim de Ocorrências Ambiental na versão *Mobile*	Implantado

Projetos e ações de destaque do Corpo de Bombeiros: Corpo de Bombeiros atuou em socorros e resgates em grandes desastres, inclusive em outros Estados, destacando as emergências em Ilhéus- BA, Petrópolis-RJ; atuou em ocorrências de vulto no Estado de São Paulo, como o deslizamento em Franco da Rocha, que vitimou 18 pessoas e o incêndio em uma edificação comercial na região central, que perdurou por mais de uma semana. Projetos concluídos: O Corpo de Bombeiros lançou sua plataforma de ensino à distância para a educação pública, em que oferece cursos para a sociedade em geral, com o foco na prevenção e redução de riscos e acidentes. Lançamento do aplicativo Bombeiros Emergência para o acionamento dos serviços emergenciais do Corpo de Bombeiros por um aplicativo de celular, sem a necessidade da ligação 193. Projetos em andamento: Transformação Digital do ViaFácil, o credenciamento de equipe de busca e salvamento urbano na ONU e o desenvolvimento de um Aplicativo de realidade aumentada para a conscientização pública do risco de afogamentos. Projetos da Assessoria Especial de Direitos Humanos - AEDH: Projetos concluídos: Expansão dos centros de atendimento técnico nas Delegacias para atendimento de pessoas com deficiência; Atendimento jurídico de policiais militares e civis em caso de intervenção policial com resultado de morte, nos termos da Lei nº 13.964/19; Elaboração de cartilhas eletrônicas de orientação da Secretaria,em parceria com Polícia Civil, Polícia Militar e Superintendência da Polícia Técnico Científica; Estabelecimento de fluxo para dinâmica de destruição de armas de fogo apreendidas e regulamentação para doação de armas de fogo aos órgãos policiais; Atendimento jurídico pela Defensoria Pública nas salas DDM 24 horas; Atualização de projetos para composição de metas dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Projetos em andamento: Cadastro Único de Pessoas Desaparecidas; Integração de dados de violência contra criança e adolescente; Parceria com Secretaria de Administração Penitenciária para regularização de documentação pessoal e fortalecimento da empregabilidade de egressos do sistema penitenciário e combate à reincidência criminosa; Projeto piloto para avaliação do depoimento especial e escuta especializada nas unidades policiais; Atendimento psicológico a mulheres vítimas de violência doméstica e estudo sobre feminicídio; Fluxo de encaminhamento de denúncias sobre ameaças sofridas por crianças e adolescentes; Piloto de implantação da recomendação CNPCP; Integração de dados Polícia Civil e Fundação Casa; Grupo de Trabalho sobre óbito de pessoas em situação de rua e compartilhamento de dados para localização de desaparecidos; Compartilhamento para formação, capacitação e pesquisas entre ACADEPOL, DEC E EDEPE; Parceria com entidade americana *The Exodus Road* para disponibilização de capacitação e ferramentas de investigação sobre tráfico de pessoas; Elaboração de Nota Técnica Conjunto com SES e órgãos do Sistema de Justiça para orientação sobre abortamento legal e segurança na cadeia de custódia; Parceria com OSC para divulgação e formação de jovens replicadores sobre temática de violência de gênero em escolas, capacitados pelas Polícias Civil e Militar. Projetos concebidos em 2022 - a implementar: Comunicação de intimação do agressor sobre decretação de Medida Protetiva em favor da mulher vítima de violência doméstica; Cadeia de custódia de vestígios - fluxo de informações ações para atendimento à mulher vítima de violência sexual; Parceria SSP e Secretaria da Saúde-SES para ampliação do atendimento integrado à vítima de violência sexual pelo interior e Região metropolitana - PC e SPTC; Parceria com IAMSPE par atendimento de policiais civis, para realização de check up de rotina e apoio à saúde mental.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos é responsável pela execução da política estadual de transportes urbanos de passageiros para as regiões metropolitanas, abrangendo os sistemas metroviário, ferroviário, de ônibus e trólebus, e demais divisões modais de interesse metropolitano, realiza o planejamento do transporte coletivo de caráter regional e elabora a execução e fiscalização de programas e obras para o seu cumprimento e controle. Também é responsável por outorgar concessões, permissões e autorizações dos serviços, sua fiscalização e fixação das respectivas tarifas nos termos da legislação vigente. Por meio de suas empresas vinculadas - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ - e, atualmente quatro Concessionárias contratadas, para construir e/ou operar o sistema metroferroviário; e, por meio da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU gerencia o sistema intermunicipal de ônibus, em 5 Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo-RMSP, Baixada Santista-RMBS, Campinas-RMC, Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN e Região Metropolitana de Sorocaba - RMS. Desde 2011, a Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ foi integrada à STM, unindo-se às diversas unidades da administração direta responsáveis pelo gerenciamento, organização, coordenação e a fiscalização dos serviços prestados.

Síntese Dos Principais Planos E Ações **-** A STM conta com plano de investimentos plurianual, elaborado e revisado anualmente, baseado nas seguintes diretrizes: inovação e modernização, ampliação da integração entre os diversos modais e continuidade de todos os projetos de expansão dos Sistemas de Transporte, bem como sua compatibilização com os recursos financeiros orçamentários. Estão contemplados no plano, intervenções para ampliar a infraestrutura do transporte sobre trilhos e sobre pneus como: a expansão das linhas do METRÔ e da CPTM, os novos serviços de monotrilho, os serviços com tecnologias de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT e *Bus Rapid Transit* BRT, estes dois últimos sob responsabilidade da EMTU. Também continua o processo de modernização dos sistemas ferroviários existentes da CPTM e da EFCJ, bem como da frota metroferroviária necessária para atender a demanda existente e projetada por meio de aquisições de material rodante. Com a gradativa normalização, o retorno da população às atividades presenciais e a redução das restrições quanto à Pandemia da COVID-19, sobre a mobilidade urbana se verificou no sistema metroferroviário que, nos dias úteis, no ano de 2022 apresentou ainda um volume menor ao verificado antes da crise sanitária, ou seja, 5,6 milhões de usuários por dia - média dos dias úteis de janeiro a outubro de 2022. Todavia, a recuperação da demanda vem se verificando mês a mês, alcançando cerca de 6,2 milhões de usuários por dia em outubro. O total de passageiros transportados no Sistema Metroferroviario foi de 1.445 milhões de janeiro até outubro, alcançado um crescimento de 36% em comparação ao mesmo período de 2021. No Sistema de Ônibus Intermunicipal gerenciado pela EMTU nas 5 Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, a média de passageiros nos dias úteis passou de 1,35 milhões-de janeiro a setembro de 2021, para 1,80 milhões-de janeiro a setembro de 2022, um aumento significativo de 33% no período. Desta forma, averiguou-se que esse índice tendeu a retomar níveis próximos àqueles de antes da pandemia uma vez que o Governo do Estado, durante todo o ano veio realizando diversas campanhas de incentivo à vacinação da população com o objetivo de reduzir o número de internações e mortes pela corona vírus. Comissão de Monitoramento de Concessões e Permissões - A CMCP tem como atribuição efetuar a gestão dos Contratos de Concessão dos serviços metroferroviários, incluindo a fiscalização dos serviços concedidos. Linha 4 - Amarela: Luz - Vila Sônia - O empreendimento Luz - Vila Sônia foi concedido para a Concessionária da Linha 4 do Metrô S.A. -Via Quatro, em 29/11/2006 contrato nº 4232521201, e projetado para uma extensão operacional de 12,8km-14,4 km construídos, com 11 estações, Pátio de Manutenção e 29 trens, além da linha precursora de ônibus de Vila Sônia ao Largo do Taboão. A implantação da Linha foi planejada em três fases: Fase 1 - Concluída em 2011, com 8,9 km operacionais, 6 estações em operação: Butantã, Pinheiros - integração com a Linha 9 da CPTM, atualmente operada pela Via Mobilidade8e9, Faria Lima, Paulista-integração com a Linha 2 do Metrô, República-integração com a Linha 3 do Metrô e Luz-integração com a Linha 1 do Metrô e com as linhas 7 e 11 da CPTM, além da entrega parcial do Pátio de Manutenção-Vila Sônia e 14 trens. Fase 2 - Concluída em maio de 2022, com o acréscimo de 4,0 km de vias operacionais e 15 trens, inaugurando as estações Fradique Coutinho, Higienópolis-Mackenzie, Oscar Freire, São Paulo-Morumbi e Vila Sônia. Também entregues o pátio e terminal de ônibus Vila Sônia e início da operação da linha de ônibus ligando a estação Vila Sônia ao município de Taboão da Serra. Fase 3 - A implantação do trecho Vila Sônia - Taboão da Serra se encontra em fase de projeto. Evolução do empreendimento - A Linha 4 - Amarela da Estação da Luz até a da Vila Sônia se encontra em operação comercial desde maio de 2022, restando das fases 1 e 2 a entrega de alguns ativos para a Concessionária que não geram interferências na operação ou na segurança do Sistema Metroviário. A linha de ônibus entre Vila Sônia e Taboão da Serra, que faz parte da fase 2 e é precursora da fase 3, está implantada e operando com 3,45 km e frota de 14 ônibus, com velocidade média de 18 km/h, com intervalo médio de 3 minutos. De janeiro a setembro foram transportados 121.934.868 passageiros, média mensal de 13.548.319 e em média 517.874 passageiros por dia útil, um acréscimo de 38,7 % na média dos dias úteis em relação à 2021, basicamente em função da entrada em operação da Estação Vila Sônia e da redução das restrições decorrentes da pandemia do coronavírus. Linha 5 - Lilás: Capão Redondo - Chácara Klabin - Em 5/4/2018, a Linha 5 - Lilás, juntamente com a Linha 17 - Ouro foram concedidas à Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A-Via Mobilidade, através do Contrato de Concessão nº 003/2018. A Concessionária iniciou a operação da Linha 5 - Lilás com 12 estações e, conforme as obras avançaram, foi assumindo a operação das estações de forma gradativa até abril de 2019, quando a última estação foi inaugurada-Campo Belo; atualmente a extensão total é de cerca de 20 km e 17 estações entre Capão Redondo e Chácara Klabin. A Linha 5 - Lilás mantém integração em diversas estações: com os sistemas de ônibus intermunicipal e municipal, gerenciados respectivamente pela EMTU e SPTrans, com terminais em Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro; com a Linha 9 - Esmeralda-atualmente concedida para a Via Mobilidade8e9 em Santo Amaro; com o Corredor ABD/Diadema-Brooklin na estação Brooklin; e com as Linhas 1 - Azul e 2 - Verde-operadas pelo Metrô, respectivamente em Santa Cruz e Chácara Klabin. Futuramente, haverá integração com a Linha 17 - Ouro-Monotrilho, na estação Campo Belo. O trecho previamente existente da Linha 5 - Lilás, da Estação Largo Treze até Capão Redondo, contava com 8,4 km, 6 estações-Capão Redondo, Campo Limpo, Vila das Belezas, Giovanni Gronchi, Santo Amaro e Largo Treze, 1 Pátio de Manutenção-Capão Redondo e operava com 8 trens. O empreendimento do trecho entre as Estações Largo Treze e Chácara Klabin foi projetado para uma extensão de 11,6 km, com 11 estações-Adolfo Pinheiro, Alto da Boa Vista, Borba Gato, Brooklin, Campo Belo, Eucaliptos, Moema, AACD-Servidor, Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin, Pátio de Manutenção adicional-Pátio Guido Caloi e mais 26 trens. De janeiro a setembro, foram transportados 106.889.031 passageiros, média mensal de 11.876.559 e em média 430.148 passageiros por dia útil, um acréscimo de 15,3% na média dos dias úteis em relação à 2021, em função da redução das restrições decorrentes da pandemia do Corona vírus. Com a intenção do Governo do Estado de São Paulo em levar a Linha 5 - Lilás até o Jd. Ângela, a Concessionária demonstrou interesse em desenvolver os estudos e projetos para a expansão, na condição de Investimentos Adicionais, nos termos do Contrato de Concessão nº 003/2018 – Linhas 5 e 17 do Metrô/SP. Em 29/12/2021 a Concessionária entregou a revisão do Projeto Funcional do trecho Capão Redondo-Jd. Ângela. Em 5/9/2022, a STM apresentou proposta de contratação do Projeto Básico pela Concessionária que está em andamento. Linha 6 - Laranja: Brasilândia-São Joaquim **-** Trecho de 15,3 km, um pátio de manutenção, 22 trens e 15 estações, com integrações nas linhas 1 - Azul, 4 - Amarela, com as linhas 7 – Rubí-operada pela CPTM e 8 – Diamante-operada pela ViaMobilidade 8e9. A linha 6 - Laranja ligará a região noroeste do município de São Paulo à região central, fazendo articulação de linhas de ônibus das regiões atendidas, passando por grandes centros educacionais, como UNIP-Universidade Paulista, PUC-Pontifícia Universidade Católica, FAAP-Fundação Armando Álvares Penteado, Mackenzie, FGV-Fundação Getúlio Vargas, FMU-Faculdades Metropolitanas Unidas. Esta linha é objeto de uma PPP - Parceria Pública Privada, firmada inicialmente entre o Governo do Estado de São Paulo e a Concessionária Move São Paulo em 18/12/2013. O Contrato na época tinha o prazo de 25 anos, sendo 6 anos para a implantação da linha e mais 19 anos para operação. A demanda prevista para o trecho Brasilândia-São Joaquim é de 633 mil passageiros/dia. Por motivos ligados exclusivamente à Concessionária Move São Paulo, através do Decreto 63.915 de 12/12/2018 foi declarada a caducidade do contrato de Concessão nº 015/18 com efeito a partir de 13/8/2019, prazo que foi posteriormente prorrogado, sendo o último o Decreto 65.045, de 6/7/2020, que levou o prazo final a 6/10/2020, período em que a Concessionária Move São Paulo levou a cabo a transferência da Concessão à nova Concessionária - Consórcio Linha Universidade S.A. - CLU, que tem como principal acionista a empresa Espanhola Acciona. Cumpridos todos os requisitos necessários à transferência pretendida, ela foi firmada por meio da assinatura com o Poder Concedente - STM de dois Termos Aditivos, que estabeleceram as condições da negociação. Por esse motivo, satisfeitas as exigências legais, técnicas e financeiras exigidas no edital de licitação, em 5/10/2020 foi emitido o Decreto 65.223/20 que revogou o Decreto de caducidade, passando, desde então o empreendimento da Linha 6- laranja a ser de responsabilidade da nova Concessionária, a Concessionária Linha Universidade S/A, com um prazo de 5 anos para a conclusão da implantação e mantidos os 19 anos de operação, conforme os termos do contrato inicial. Em 6/10/2022, o Governo anunciou a retomada das obras da Linha 6-Laranja e a eficácia dos Termos Aditivos 01 e 02 passa a produzir efeitos. O investimento total-público e privado, previsto para a implantação da Linha 6 - Laranja é de R$ 18.581.725.393,97-Data Base: abril/2022. Pelo Governo do Estado foram aportados, até out/2022, R$ 1.122.593.931,53 para pagamento de eventos de aporte e R$ 1.011.388.260,18 para pagamento das desapropriações de 391 imóveis privados. A nova Concessionária assumiu a execução da obra e desenvolve as ações previstas em cronograma, como a perfuração dos poços que darão lugar às estações, escavação de túneis, terraplanagem na área que abrigará o Pátio Morro Grande, realizando ações de prospecção e tratamento dos achados arqueológicos, dando prosseguimento aos processos de desapropriação que ainda não tiveram Carta de Adjudicação emitida pelo judiciário, tratando das questões ambientais, entre outras, também já tratando dos itens relacionados a sistemas e trens. No período a Concessionária construiu uma edificação para o alojamento provisório dos permissionários do Sacolão da Estrada do Sabão, o que permitiu, com a desocupação do imóvel, a sua demolição, para que pudesse ser dado andamento às obras da estação Vila Cardoso e está desenvolvendo o projeto para a edificação do Sacolão Definitivo, projeto este que já conta com a aprovação da Secretaria do Abastecimento da Prefeitura de São Paulo, que intermedia a questão entra a STM e a Concessionária com os permissionários. A Concessionária também executou dois poços de acesso, relativos às estações Freguesia do Ó e João Paulo I, atividades essas correspondentes aos eventos de aporte de número 9 e 11. Os serviços de escavação dos tuneis foram retomados após o acidente com a tuneladora em fevereiro. Após o deslocamento dessa primeira tuneladora, a segunda, que perfurará o trecho Norte, em rocha, terá sua montagem iniciada. À medida que prossegue o desenvolvimento da obra, a Concessionária promove as adequações de equipes, profissionais, equipamentos e canteiros conforme o passo da obra assim o exige, tendo o quadro de mão de obra já ultrapassado de 4.000 colaboradores. Projetos de Concessão e Parceria Público Privada - PPP - Linhas 8 - Diamante e 9 Esmeralda - A concessão para prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros das Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda de trens metropolitanos, administradas pela CPTM, contempla operação, conservação, manutenção, modernização das instalações existentes e construção de novas estações, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados. O edital de concessão das Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda foi publicado em 1/12/2020. O leilão de Concessão das Linhas 8 e 9 ocorreu em 20/4/2021. Em 30/6/2021 foi firmado o Contrato nº 02/2021 - Concessão da Prestação do Serviço de Transporte de Passageiros, sobre trilhos das Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda da Rede de Trens Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, com a ViaMobilidade 8e9. Linha 8 - Linha da rede de trens metropolitanos, integrada ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO, com 41,6 km e 22 estações: Júlio Prestes-JPR; Palmeiras-Barra Funda-BFU; Lapa-LAB; Domingos de Moraes-DMO; Imperatriz Leopoldina-ILE; Presidente Altino-PAL; Osasco-OSA; Comandante Sampaio -CSA; Quitaúna-QTU; General Miguel Costa-GMC; Carapicuíba-CPB; Santa Terezinha-STE; Antônio João-AJO; Barueri-BRU; Jardim Belval-JBE; Jardim Silveira-JSI; Jandira-JDI; Sagrado Coração-SCO; Engenheiro Cardoso-ECD; Itapevi-IPV; Santa Rita-SRT e Amador Bueno-ABU, um pátio de manutenção e estacionamento de trens-Pátio Presidente Altino. *Linha 9* - Linha da rede de trens metropolitanos, integrada ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO, com 32,5 km, e 18 estações: Osasco-OSA; Presidente Altino-PAL; Ceasa-CEA; VillaLobos-Jaguaré-JAG; Cidade Universitária-USP; Pinheiros-PIN; Hebraica-Rebouças-HBR; Cidade Jardim-CJD; Vila Olímpia-VOL; Berrini -BRR; Morumbi-MRB; Granja Julieta-GJT; Santo Amaro-SAM; Socorro-SOC; Jurubatuba-JUR; Autódromo-AUT; Primavera-Interlagos-INT; Grajaú-GRA e as futuras estações Mendes-Vila Natal, Varginha e João Dias. O Contrato nº 02/2021 Concessão da Prestação do Serviço de Transporte de Passageiros, sobre trilhos das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da Rede de Trens Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, com a ViaMobilidade8e9, constituindo-se de 2 fases, a saber: Fase Pré-Operacional com duração de 210 dias contados a partir da data de assinatura, abrangendo o período de treinamento, a elaboração dos planos de operação e manutenção, a obtenção de todas as licenças necessárias ao início da operação pela Concessionária. Fase Operacional com duração de 30 anos, com teve início previsto em 27/1/2022, período este em que a Concessionária realizará investimentos de adequação e modernização das estações, implantação de novo sistema de sinalização e compra de 34 novos trens. Nesse período também serão implantadas pelo Poder Concedente a extensão da linha 9-Esmeralda até Varginha. Intervenções - O Poder Concedente - CPTM, deverá apresentar um Plano de Atividades detalhado, referente as 29 INTERVENÇÕES. Compreendem as Intervenções nas estações e infraestruturas ferroviárias em implantação sob a responsabilidade do Poder Concedente. Em janeiro, foram entregues 13 Intervenções, à Concessionária ViaMobilidade 8e9 a operação comercial, sendo elas: Intervenção 04 -Estação João Dias; Intervenção 05 - Estação Mendes Natal; Intervenção 06 - Pátio Grajaú; Intervenção 07 - Via Permanente - Lote 1; Intervenção 08 - Rede Aérea - Lote 1; Intervenção 14- Viaduto Micronésia; Intervenção 15 - Viaduto Jacopo Torriti; Intervenção 20 - Linha 34.5kV; Intervenção 21 - SE Mendes; Intervenção 23 - Ampliação SE Dutra; Intervenção 27 - Novo STO-BAS - OSA; Intervenção 28 - Novo STO-OSA - GRA; Intervenção 29 - Novo STO-GRA - VAR. Em julho, foi entregue a Intervenção 5 - Estação Mendes Vila Natal, à Concessionária ViaMobilidade a operação comercial plena da Estação Mendes Vila Natal. Em agosto, foi entregue Intervenção 10- Menina Dengosa e a Intervenção 16 - Viaduto Leste - Oeste, à Concessionária ViaMobilidade a operação comercial. Empreendimentos **-** Plano de Atividades detalhado a ser apresentado pela Concessionária, referente aos 71 Empreendimentos. A Concessionária deverá promover a requalificação, ampliação, adequação e modernização das Linhas e Estações com disponibilização dos Empreendimentos, incluindo os que envolvem a aquisição de material rodante e a realocação das atividades da CPTM desenvolvidas no complexo de Presidente Altino, assumindo a responsabilidade por sua Operação, conservação e manutenção. Resumo dos Empreendimentos: Reforma de 30 estações; Ampliação de 5 estações; Reconstrução de uma estação; Readequação do Pátio Presidente Altino; Realocação de parte dos Pátios da CPTM, hoje em Presidente Altino, para

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Engº São Paulo, Brás e PET Linha 13; Travessia/Transposições em 12 empreendimentos; Via permanente; Aquisição de 36 trens; Modernização de sistemas - salas técnicas das estações e pátios, sistema de comunicação e sistema de sinalização; Obras civis para novas subestações - Licenciamento Ambiental. Parque Capivari - Campos do Jordão/SP - O Parque Capivari, localizado no município de Campos do Jordão, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte-RMVPLN, foi concedido em 2019 pelo Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, à Concessionária Eco Jordão S.A, por 30 anos-assinatura do contrato ocorreu em 4/4/2019. O contrato de concessão tem como principal objeto as obras de reurbanização da área concedida, com cerca de 40 mil m², que incluem nova infraestrutura, novo paisagismo e novos equipamentos atrativos que trarão aos turistas e jordanenses um novo Parque Capivari com mais espaço de contemplação, comércio e lazer. A Fase I das obras contemplou a readequação do Estacionamento existente na entrada do parque pela Av. Emílio Ribas -Área G, em 2019. Em meados de janeiro de 2020, com o início da Fase II, as obras contemplaram a reurbanização do parque com a construção de nova praça principal, recomposição de áreas verdes e novo paisagismo, e implantação da base do palco multiuso e arquibancada, requalificação de novos passeios de circulação na área interna, requalificação da estrutura básica do pedalinho, reforma do estacionamento existente na Praça Castro Alves-Área F, construção de área comercial temporária- em contêineres - como forma de geração de receitas da concessão até a construção dos edifícios. Em 2021, a Concessionária retomou as obras do parque, com a construção de nova Guarita do estacionamento G, o Bar do Lago e o Palco Multiuso, com cobertura e bastidores, onde serão realizados concertos do Festival de Campos do Jordão, organizado anualmente pela Fundação OSESP. Em novembro de 2021, foram desmobilizados o antigo teleférico, as áreas comerciais e a roda gigante, para dar início à construção dos novos edifícios e equipamentos obrigatórios da Concessão: um novo e moderno teleférico, um equipamento chamado trenó sobre trilhos, novas áreas comerciais e de atendimento ao visitante, a reurbanização do Morro do Elefante, e reforma das instalações da EFCJ, incluindo acessibilidade universal na estação Emílio Ribas, o que está sendo executado ao longo do ano, tendo sido o novo teleférico, principal investimento da Concessão, inaugurado em novembro. As obras mínimas da concessão seguem em andamento. O investimento total da Concessão previsto é de R$ 90,2 milhões-data base out/2022, sendo integralmente de responsabilidade da Concessionária. De janeiro a outubro, o parque recebeu 1,36 milhão de visitantes, e gerou uma receita bruta de R$ 7,35 milhões, representando um valor bem menor do que no ano de 2021, isso porque o teleférico antigo foi desmontado a partir de novembro de 2021 e suas receitas representavam, em média, 65% da receita total entre 2019 e 2021. Com a abertura do novo teleférico em novembro e outros atrativos, há expectativa que a receita aumente substancialmente. TIC Eixo Norte - Concessão Patrocinada-PPP da prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos do TIC Eixo Norte do Estado de São Paulo, compreendendo a construção e operação dos serviços do Trem Intercidades-TIC, Trem Inter metropolitano-TIM e da operação, manutenção e obras, com melhoria do desempenho e da qualidade do serviço da Linha 7 - Rubi da CPTM. A prestação dos serviços ferroviários no eixo São Paulo – Campinas deverá atender às demandas de serviços expresso e paradores de caráter metropolitano, atendendo diretamente a 11 municípios, que somam 14,9 milhões de habitantes. Passa por três Regiões Metropolitanas-RMSP, RMJ e RMC, que correspondem a 66,4% do PIB do Estado de SP. O projeto produzirá ganhos socioeconômicos, ambientais e de produtividade na macro metrópole paulista, aumentará a acessibilidade entre metrópoles e cidades polo, viabiliza a expansão da infraestrutura de transporte para passageiros e cargas, altera a matriz de transportes-rodoviário x ferroviário, contribuindo para a diminuição do uso do automóvel e gera oportunidades de negócios e de empregos no segmento ferroviário e tecnológico, além de estar alinhado com metas de redução de emissões de carbono e outras externalidades positivas. Os seguintes serviços serão os prioritários: Trem Intercidades – TIC-Serviço Expresso: São Paulo-Barra Funda - Jundiaí - Campinas, com 3 estações, 101 km e tempo de viagem de 1h04. Linha 7-Serviço Parador: São Paulo-Barra Funda - Francisco Morato, com 13 estações, 35,2 km e tempo de viagem de 50 min. Trem Intermetropolitano – TIM-Serviço Parador: Francisco Morato – Jundiaí- Campinas, com 9 estações, 65,8 km e tempo de viagem de 56 min. Desde 2019, foram realizadas diversas reuniões de negociação da faixa ferroviária sob regime de concessão federal-ANTT/Ministério da Infraestrutura, com as empresas MRS Logística e RUMO Logística e, além da continuidade das negociações da segregação-trens de carga x trens de passageiros, que é parte das diretrizes de desempenho do sistema de transporte metropolitano de São Paulo, e assim foram criados os seguintes arranjos institucionais, alguns ainda em fase de assinatura: Acordo de Cooperação Técnica entre a União-Ministério da Infraestrutura; Anuência Prévia para uso de área da RUMO Logística; Convênios com os municípios impactados x Estado SP; Termo de compromisso com DNIT; Convênio CPTM x MRS; Anuência prévia da ANTT; Termo de Compromisso MRS x STM. A Audiência Pública ocorreu em 16/8/de 2021 e a Consulta Pública foi disponibilizada entre 18/8/2021 a 15/10/2021. Atividades em andamento: finalizar a formalização dos documentos de arranjos institucionais. finalização da Estruturação Financeira definindo as garantias aos pagamentos oriundos do Tesouro; aprovação da modelagem e autorização da publicação do Edital pelo CGPPP; publicação de decreto de autorização da licitação e da aprovação do regulamento; normatização da estruturação da *clearing* na ABASP, incluindo o sistema de arrecadação do TIM, já previsto na minuta de contrato, e unificar a arrecadação do sistema trilhos na ABASP e publicação do edital de concessão. Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ - Em julho de 2020, foi protocolada, na Plataforma Digital de Parcerias, Manifestação de Interesse Privado-MIP, com a finalidade de promover os estudos de viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira necessários à estruturação de projeto de concessão da Estrada de Ferro de Campos de Jordão - EFCJ, incluindo a linha férrea, estação e ativos imobiliários. A proposta foi analisada pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão - SPOG assim como pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, tendo sido enquadrada nos requisitos do Decreto Estadual de Proposta de Parceiras-61.371/2015 e recomendado o aprofundamento dos estudos. Estando o estudo alinhado com as estratégias de ação da STM, a pasta ratificou o interesse no aprofundamento dos estudos, que foi apresentada ao Conselho Diretor do Programa de Desestatização - CDPED em 29/9/2020, que aprovaram o aprofundamento dos estudos e a constituição do Comitê de Análise Preliminar-CAP, incluindo também a Secretaria de Turismo. Da análise preliminar do CAP resultou um relatório, submetido e aprovado pelo CDPED em 29/10/2020, recomendando a formação de Grupo de Trabalho para detalhamento e aprofundamento dos estudos, considerando as ponderações realizadas. Com base no Decreto Estadual nº 61.371/2015, o Governo do Estado de São Paulo publicou o Edital de Chamamento Público nº 002/2021, veiculado no DOE em 17/6/2021, para o recebimento de estudos necessários à estruturação da Concessão, que ocorreu no dia 29/12/2021. O Grupo de Trabalho analisou os estudos e concluiu pela necessidade de complementação dos mesmos, com foco na viabilidade econômico-financeiro da concessão, considerando investimentos na infraestrutura e a demanda pela geração de novos negócios e oportunidades turísticas na Região do Vale do Paraíba sugerindo a contratação de consultoria especializada em Estudos de Demanda, Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, Modelo Operacional, Anteprojeto de Arquitetura e Engenharia, Estudo Socioambiental e Cadastral, Indicadores de Desempenho e demais elementos necessários à estruturação do projeto. Atividades em andamento atualmente: Elaboração do Termo de Referência para contratação da consultoria multidisciplinar; Elaboração de Resolução STM para formação de grupo interno e incluindo as empresas vinculadas, para atuar na gestão técnica do desenvolvimento da modelagem do projeto e na elaboração de anexos técnicos, edital, minuta de contrato para publicação. Departamento de Administração - DA - O Departamento de Administração presta, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, os serviços de administração financeira e orçamentária, de suprimentos e contratos, de administração do patrimônio, de documentação e outros de apoio administrativo, propiciando, às unidades atendidas, condições de desempenho adequado. Essas atividades são desenvolvidas através dos Centros que compõem o Departamento, como segue: Centro de Suporte Logístico – CSL - Foi realizada reforma no refeitório, localizado no 16º andar - bloco A, o qual é utilizado por colaboradores da Secretaria, visando fornecer um espaço adequado e agradável aos servidores para realização de suas refeições. Ademais, o referido espaço foi integrado a um local de descanso aos funcionários, com sofás e tv. Ainda, diante da existência de um número elevado de persianas com defeitos, entre outras avarias, este Centro realizou estudo para troca de todas as persianas desta Pasta, pois entendemos que o controle da luminosidade e da temperatura é essencial, podendo interferir diretamente no bem-estar e na produtividade dos colaboradores, o qual resultou na abertura de processo licitatório e está em fase recursal. Outrossim, visando proporcionar as condições necessárias para o cumprimento das atribuições a serem desempenhadas por esta Pasta, o Centro de Suporte Logístico, por ser o órgão setorial do Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados na Secretaria, propôs e teve êxito no aumento da frota, passando 6 para 7 veículos. Centro de Informática – CI - finalizou e entregou a nova Intranet da STM, o que contribuiu para o acesso à informação. facilitando a comunicação e centralizando as informações da Pasta em apenas um ambiente, proporcionando maior agilidade nos processos e na interação entre os funcionários. Ainda, deu-se continuidade ao plano de modernização do parque tecnológico e da infraestrutura da STM, com as seguintes aquisições: Switches gerenciados, através da ARP Prodesp nº 003/2022; Equipamentos de videoconferência, como TVs, câmeras para videoconferência, webcams, teclados, mouses, e um mini-pc, através da ARP Prodesp nº 004/2022; Notebooks, através da ARP Prodesp nº 011/2022; Desktops, através da ARP Prodesp nº 012/2022; Licenças dos Softwares Adobe Acrobat DC, Autodesk AutoCAD, Microsoft Visual Studio e Project Professional 2021, além do PTV Visum. Contratou-se ainda, junto à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP, a prestação de serviços de uso de e-mail institucional, através do pacote Microsoft 365, serviço de Hospedagem com infraestrutura para os websites da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM e da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ, e o serviço de Reestruturação da Rede da STM, que compreende a substituição da fibra óptica que interliga os andares da Pasta, a qual proporcionará uma conexão de internet e tráfego de dados com muito mais velocidade, estabilidade e segurança. Realizou-se também a entrega e a manutenção de sistemas que otimizam o trabalho do dia a dia dos funcionários da STM, dentre eles: O sistema de Protocolo de entrega de documentos para o Centro de Comunicações Administrativas - CCA; Sistema de controle de controle de Documentos a serem eliminados para o CCA; Ajuste no sistema de arquivamento de Processos para o CCA; Ajuste no sistema de controle de APs da CRI; Desenvolvimento do Sistema de Pendências para o gabinete da STM. Houve também, o apoio técnico na implantação do Sistema VoIP da STM. Centro de Orçamento e Finanças - COF - As principais atividades realizadas neste exercício foram: Realizadas 520 Notas de Empenho; Executadas quase 3.200 Ordens Bancárias, pagamentos diversos e repasses financeiros para as Empresas METRO, CPTM e EMTU; Fechamento de 13 contratos de câmbio junto ao Banco do Brasil, remessas de moeda ao exterior, para pagamento de compra de 8 trens e Sobressalentes, do Consórcio Teimoinsa-Sifang - CHINA e CAF - Espanha; Atualização e conciliação de 13 contratos junto ao Portal de contratos de serviços terceirizados do Governo de São Paulo. Centro de Comunicações Administrativas - CCA - As principais atividades desenvolvidas foram: Eliminação de aproximadamente 11.500 processos e expedientes que já cumpriram seu prazo de temporalidade; Arquivo da massa documental acumulada e processos encaminhados pelas áreas somando em média 200 caixas; Aprimoramento do sistema de protocolo, para facilitar a entrada, registro e pesquisa dos documentos; Andamento da migração de processos físicos para híbridos no sistema SP Sem Papel; Aquisição de fragmentadoras visando fragmentar o volumoso número de processos e documentos que já cumpriram seus prazos de temporalidade; Aquisição de carrinhos de transporte visando transportar pequenas quantidades de material de escritório, acessórios de informática, pequenos volumes de processos, além do recebimento de mercadorias. Centro de Recursos Humanos - CRH - o Centro de Recursos Humanos considerando os cargos vagos, realizou a promoção por mérito no quadro de servidores. Realizou a elaboração da Proposta da Bonificação por Resultado, instituída pela Lei Complementar nº 1.361/2021. Instruiu o Processo de Contratação de empresa para administração das bolsas de estágio, seguindo as novas regras estabelecidas nas Resoluções SOG nº 02/2022 e SOG nº 04/2022. Elaborou a Proposta Conjunta entre a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Secretaria do Desenvolvimento Regional e Secretaria da Fazenda e Planejamento, para criação do Auxílio Eventual Natalino. Implantou 8 Jeton's referentes aos integrantes do Grupo Setorial de Planejamento e Gestão - GSPOFP. Instruiu 3 processos de indenização por exoneração *Ex Officio*. Automatizou os processos de contagem de Licença Prêmio e Adicionais por Tempo de Serviço, e conversões em pecúnia. Realizou a revisão da contagem de tempo de serviço, anteriormente concedidas, Homologou Certidões de Tempo de Serviço junto a SPPREV, instruiu processo de aposentadoria e acompanhamento da concessão. Reorganizou o fluxo de digitalização dos prontuários funcionais e realizou a Avaliação de Desempenho dos Servidores, bem como, revisou as frequências dos anos anteriores, emitindo as fichas 100 dos anos de 2020 e 2021. Coordenadoria de Transporte Coletivo - CTC - Elaboração de 24 Informações Técnicas para subsídios: à Assessoria Parlamentar-sobre Projetos de Leis, Indicações, Requerimentos de Informações aos Deputados, Prefeitos e Vereadores; ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Justiça de São Paulo-ações judiciais/mandados de segurança; estudos técnicos de competência institucionais desta CTC; aprovação de estudos técnicos para alteração de caraterísticas operacionais de linhas das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo; relatórios de acompanhamento da demanda dos sistemas vinculados à Pasta; foram respondidas 65 Ouvidorias e 13 demandas SIC; foram abertos 1.774 processos e 291 expedientes; edição de 36 Resoluções entre outras atividades; Elaboração de 273 Despachos-de assuntos diversos; e elaboração de 19 Ofícios e 21 Memorandos. Foram aplicadas 7.733 multas por infração a legislação dos transportes metropolitanos nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo; realizadas 7 Reuniões da Comissão de Transporte Coletivo Regular de Passageiros e 10 Reuniões da Comissão de Transporte Coletivo de Passageiros, de Interesse Metropolitano, sob Regime de Fretamento com 834 registros /renovações, 208 cancelamentos e 11 multas; 16 Reuniões da Comissão de Cadastro. Destacam-se os principais processos e programas conduzidos ao longo de 2022, no cumprimento das atribuições da Coordenadoria de Transportes Coletivos - CTC: Monitoramento da Demanda: Para subsidiar a evolução da demanda de todo o sistema de transporte sob a Pasta. Atestado de Desempenho: Emitido para as empresas operadoras do sistema intermunicipal com a finalidade de compor a documentação do registro cadastral para participação em licitações de transportes, seja sob regime de fretamento ou linhas regulares, bem como para Isenção de IPVA junto à Fazenda do Estado. Estudos Técnicos: Foram realizados aproximadamente 100 estudos e análises referentes às alterações de características operacionais e criação das linhas de ônibus intermunicipais das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. Integração Tarifária: Foram recebidos, analisados e produzidos Informações Técnicas e minutas de Resolução STM referentes a propostas de integração tarifária. Modicidade: Responsável pela propositura da Política Tarifária que resultam na adoção de percentuais de reajustes da tarifa pública para os modais de transporte no âmbito da STM, bem como os estudos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões e Permissões. Participou da composição de Grupo de Trabalho instituído pela Pasta, para a realização de estudos da vantajosidade da extensão dos Contratos de Concessão dos transportes coletivos de passageiros por ônibus intermunicipais, na RMSP, nos termos das propostas formuladas pelas concessionárias de cada uma das áreas da RMSP, no âmbito da Lei Estadual nº 19.633/2019, vis-à-vis a alternativa de lançamento de nova Licitação. Edital para Nova Licitação da

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

RMSP: Foram elaborados os documentos que compõem o Edital de Licitação para a Concessão das Áreas 1 a 4 da RMSP, a partir da base documental referente ao Edital de Concorrência Internacional nº 02/2017, com as devidas adequações às determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE. A modelagem econômico-financeira foi desenvolvida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, a partir da revisão e atualização dos estudos que levaram à elaboração da modelagem realizada à época da mencionada Concorrência Internacional, com as informações atualizadas fornecidas pela EMTU/SP. A finalização dos documentos dependerá da decisão da Administração na implementação da opção de Nova Licitação, caso não venha a ser adotada a extensão dos contratos de concessão cuja vantajosidade restou demonstrada pelos estudos realizados no âmbito da Lei Estadual Nº 19.633/2019. Editais de Licitação da RMVPLN e RMS: Encontram-se em fase final de elaboração os editais de licitação dos serviços públicos de transporte de passageiros por ônibus intermunicipais, para as Regiões Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte-RMVPLN e de Sorocaba-RMS. As modelagens econômico-financeiras foram elaboradas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE no âmbito do Contrato STM Nº 001/2022. Validação das apurações da Remuneração da ABC Sistema de Transporte SPE S.A.: A CTC desenvolveu internamente os procedimentos que passaram a ser aplicados desde Março de 2021, para validar e demonstrar a receita pública auferida pela Concessionária, a apuração dos passageiros por modalidade de pagamento, bem como dos subsídios necessários apurados pela diferença entre a receita de remuneração a que a Concessionária faz jus nos termos da Cláusula 14 do Termo Aditivo Nº 13 ao Contrato Nº 020/1997 e a receita pública auferida nos termos contratuais. Comissões de Transporte: Presidiu, coordenou e documentou reuniões realizadas,, sendo: Regular: 7 reuniões realizadas, tratando de referentes a Criação/Cancelamento/Transformação de linhas, serviços complementares, viagens semi-expressas paralisação de linhas ou serviço complementar e análise de recursos de 1º grau; Fretamento: 10 reuniões realizadas, tratando de: Registros/Renovações; Cancelamento, e Multas, referentes a Fretamento Contínuo e Eventual, Próprio e de Estudantes, e Cadastro: 6 reuniões realizadas, tratando de Registro/Renovação do cadastro das empresas operadoras Concessionárias, Permissionárias, Reserva Técnica Operacional RTO e Ligado. ABASP: a CTC exerce a representação da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, como membro do Conselho de Administração, sem direito a voto, porém com poder de veto total em matérias que repercutam no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do Estado, dentre outras matérias. Comitê Gestor de Integração do Bilhete Único - BU: a CTC participa do Comitê Gestor de Integração do Bilhete Único - BU, como representante da STM. Coordenadoria de Relações Institucionais – CRI - foram realizados trabalhos nas áreas de articulação institucional, comunicação, sistemas de informação e acessibilidade, conforme suas atribuições legais. Recepção e acompanhamento às empresas nacional e multinacional, interessadas na área de transporte público, dando atendimento nos assuntos técnicos, novos negócios e investimentos. Articulação no relacionamento da STM e suas empresas vinculadas, com as demais Secretarias de Estado, apresentando propostas e ações com relação a assuntos e projetos ligados ao transporte público. Participação na organização de eventos de início de obras, vistoria e entrega de linhas e estações metroferroviárias, tais como: entrega da estação Cidade Jardim Sustentável; da primeira Locomotiva Diesel para manutenção comprada pela CPTM; das obras de acessibilidade nas estações Prefeito Saladino e Estação Capuava da Linha 10 - Turquesa da CPTM; de Restauro da Estação Jundiaí Linha 7 - Rubi, da CPTM; Inauguração do Boulevard João Carlos Martins; entrega das passarelas da estação da Luz e de acesso à ciclovia João Dias Linha 9-Esmeralda; Inauguração da Ampliação da Fábrica da ALSTOM /CPTM;, início da operação e manutenção das L8 e L9 pela Via Mobilidade - STM; inauguração do teleférico e novo Parque João Dória - Campos do Jordão - pela STM; início das obras do People Mover - Consórcio AEROGR; obras da Futura estação Anália Franco Linha 2-Verde; Visita técnica à reforma da Estação Barra Funda da CPTM, às obras da Linha 6 - Laranja do Metrô, Linha 15 - Prata do Metrô;, Inauguração da Estação Jardim Planalto - Carapicuíba. Entrega de 170 ônibus da EMTU para o ABC; início das obras do BRT ABC e visita às obras do VLT. Presença nos eventos de assinaturas tais como: Assinatura do Termo de Cessão do Uso de área entre CPTM e Prefeitura de São Roque, da Ordem de Serviço da estação Engenheiro Manoel Feio da Luz, da Ordem de Serviço de Obras da Via Elevada da Linha 15 - Prata, Assinatura de Autorizo para execução do projeto da Estação ferroviária Linha 10 - Turquesa, Assinatura de Convênio e Entrega de Equipamentos para cidades paulistas pela STM. Participação nos eventos de apresentação: retomada do Tatuzão - Linha - 6 do metrô; anúncio da Operação Integral da Estação Bruno Covas Mendes - Vila Natal da CPTM; Festival de Verão - Parque Capivari - STM; NT Expo Feira de Negócios nos Trilhos/22; chegada do Tatuzão Sul ao VSE Aquinos, Anúncio de extensão do horário de funcionamento do transporte em dias de jogos - STM, Balanço Plano de Negócios Metrô 2022, Premiação os Donos da Casa - Diretoria de Operação e Manutenção da CPTM, Estratégia de Longo Prazo 22/26 Plano de negócios 2022 - Metrô, Metas e Balanço 2022/ 30 anos CPTM. Cooperou com as campanhas: Maio Amarelo, Inverno Solidário, Julho Verde - estação Brás, Prevenção à dependência química-Metrô e Outubro Rosa. Representação da STM em Conselhos, Câmaras Temáticas, Comitês e Grupos de estudos, com a função de formular e controlar a execução das políticas públicas envolvendo áreas de transportes. A Assessoria Parlamentar, recepcionou encontros -presenciais e virtuais com deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores, sociedade civil organizada entre outros segmentos, participando ativamente junto às Comissões Permanentes na ALESP - Assuntos Metropolitanos e Municipais, de Transportes e Comunicações, Fiscalização e Controle, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, no acompanhamento das discussões de assuntos relativos ao transporte. Manifestou-se a 224 demandas, entre projetos de lei, requerimentos de informação, indicação, moção e ofícios, prestando informação ao executivo e legislativo federal, estadual e municipal. SIC - O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, manifestou-se, no período de 1/1/2022 a 18/11/2022, a 162 pedidos de informação sobre diversos assuntos relativos à STM e EFCJ. Ouvidoria - a Ouvidoria STM/EFCJ realizou 539 atendimentos aos cidadãos. Em relação às manifestações encaminhadas pelo sistema do Grupo de Relacionamento com a Sociedade - GRS, administrado pela Casa Civil, foram realizados 38 atendimentos. Coordenadoria de Planejamento e Gestão - CPG - No âmbito do planejamento estratégico de transportes, foi dado seguimento à atuação na análise de propostas de expansão da malha metroferroviária da RMSP. A avaliação das ações estratégicas da STM e suas empresas vinculadas resultaram no desenvolvimento de estudos específicos cobrindo pesquisas de transporte, viabilidade de projetos e discussão de práticas tarifárias. Foi dada continuidade às atividades do PITU2040, Plano Integrado de Transportes Urbanos contratado em novembro de 2020, com consultoria do Consórcio SYSTRA LOGIT, que visa à integração do transporte com as políticas de desenvolvimento urbano, promovendo a equidade social e a maior qualidade de vida aos habitantes da Região Metropolitana de São Paulo. Para a elaboração de cenários futuros, foi desenvolvida uma nova rede de simulação, considerando todos os eixos estruturais de transportes, inclusive corredores de ônibus municipais e metropolitanos, além dos modos ativo e individual motorizado. Essa nova rede de simulação, mais completa que a utilizada anteriormente nos estudos de política tarifária, foi calibrada a partir dos dados da operação e da nova Pesquisa Origem e Destino realizada em 2017, e deverá ser utilizada para novos estudos de simulação de transportes e análises contemplando propostas de intervenção, interfaces e impacto no equilíbrio da rede, destacando-se a implantação de novos corredores metropolitanos e linhas metroferroviárias. O modelo de simulação deverá contemplar ainda a verificação de novas políticas tarifárias e de gestão, assim como a integração com transportes compartilhados, trabalhando a questão da última milha. O desenvolvimento do modelo está acompanhado pela capacitação dos técnicos da área, possibilitando futura atualização da rede e a independência na condução de estudos e análises. Ainda no âmbito do PITU2040, foram realizadas várias reuniões participativas com órgãos de transporte, municípios, academia, sociedade civil e demais atores para o desenvolvimento, avaliação e escolha de indicadores e alternativas de infraestrutura e políticas de gestão. Quanto ao acompanhamento da implantação dos empreendimentos prioritários, foi dado seu prosseguimento, com a coleta de informações e visitas técnicas referentes às obras junto às empresas coligadas, resultando na atualização dos relatórios de acompanhamento em conjunto com as empresas vinculadas. Semestralmente foram coletados dados das realizações e dados operacionais das empresas coligadas resultando no Relatório Síntese de Realizações da STM. Integram a rotina do departamento a emissão de pareceres técnicos diversos e subsídios à STM para respostas ao TCE, ao SIC, à Assessoria Parlamentar e Coordenadoria de Relações Institucionais, dentre outros; Representação da STM no grupo de trabalho coordenado pela SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para elaboração do Plano sobre Mudanças Climáticas e Impactos das Ações de Mobilidade e representação também na Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico de São Paulo – CEZEE - SP. A CPG participa através do convênio de cooperação técnica e institucional do Comitê Diretor de Transporte Integrado - CDTI, que tem por objetivo a realização de estudos para a implementação de ações a serem desenvolvidas no âmbito das esferas administrativas do Estado e do Município de São Paulo, ficando responsável por suaSecretaria Executiva e pela coordenação técnica das quatro Câmaras Temáticas do CDTI. Representação da STM na Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Representação da STM no Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas – COMFROTA - SP. Participação em Fóruns, Seminários e Workshops de Mobilidade Urbana, bem como da iniciativa de criação do Observatóriode Mobilidade Urbana de São Paulo. Atender Requerimentos de Informações oriundas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, destinadas à STM. Acompanhar os Grupos Técnicos formados noâmbito da STM para estudos de demanda, impacto na rede de novas linhas e/ou integrações modais.Estudos e preparações de Minutas Técnicas sobre os pareceres em processos técnico/administrativosda STM.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô **-** De janeiro a outubro, a rede metroviária da cidade transportou 915 milhões de passageiros. Em outubro o Metrô De São Paulo transportou uma média de 2,848 milhões de passageiros por dia útil - linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata e, incluindo a rede concedida - linhas 4-Amarela e 5-Lilás, atingiu 3,987 milhões de passageiros por dia útil. Em 14/11/2019, a rede metroviária da cidade transportou uma média recorde de 5,501 milhões de passageiros por dia util. A queda observada na demanda de passageiros foi reflexo das ações de isolamento adotadas pelo Estado e Município devido à pandemia do Coronavírus. Três grandes empreendimentos estão em implantação simultânea neste período: Linha 2-Verde-extensão: trecho Vila Prudente - Estação Penha - Linha 15-Prata-Monotrilho: trecho São Mateus - Estação Jardim Colonial - trechos Estação Ipiranga - Vila Prudente e Jardim Colonial - Estação Jacu-Pêssego - Linha 17-Ouro -Monotrilho: trecho Estação Aeroporto de Congonhas - Estação Morumbi. Projeto Especial: Linha 1 - Azul - Nova estação São Joaquim. Ampliar a Estação São Joaquim da Linha 1-Azul para comportar o aumento de demanda com a integração à Linha 6-Laranja, contemplando adequação das plataformas, implantação do saguão de integração - ampliação do mezanino, entre as estações, em conformação de L, no mesmo nível dos mezaninos de bloqueios, construção de novas escadas fixas, implantação de 10 novas escadas rolantes, remanejamento de 5 escadas rolantes existentes, implantação de 6 novos elevadores, adequação das salas operacionais do mezanino, adequação do porão de cabos, adequação das faixas de pedestres e semaforização do entorno, ampliação da baia de veículos da Avenida Liberdade, ampliação do acesso leste, esquina com a Rua São Joaquim, adequação e complementação dos sistemas de telecomunicações, auxiliares e de alimentação elétrica nas áreas afetadas pelas obras, adequação do sistema de ventilação da estação e ventilações próximas, implantação do dispositivo de contagem eletrônica dos passageiros, paisagismo e urbanismo. Meta - Assinatura do contrato de obra civil e implantação de sistemas: jul/2023. Conclusão da integração da Estação São Joaquim da Linha 1 - Azul com a estação da Linha 6-Laranja: 2025. Evolução do projeto: Em andamento a elaboração do edital para a contratação do projeto executivo, obra civil e sistemas. Fatos relevantes: novembro/22: Conclusão da elaboração do Projeto Básico. Linha 2 - Verde: Trecho Vila Prudente-Dutra - Este empreendimento está projetado para uma extensão operacional de 14,0 km, 1 Pátio de Manutenção, 13 estações e 35 trens adicionais, e ligará a atual Estação Vila Prudente do Metrô ao município de Guarulhos e atenderá aos moradores dos bairros Jardim Anália Franco, Vila Formosa, Vila Manchester, Aricanduva, Penha e Tiquatira em São Paulo e Ponte Grande e Vila Augusta em Guarulhos. A demanda estimada para a operação comercial da Linha 2-Verde, Trecho Vila Madalena -Penha no ano de 2026 é 1.314.780 passageiros por dia útil. Quando em operação, a Linha Vila Madalena - Dutra terá uma demanda de 1.488.740 passageiros por dia útil estimada no ano de 2034. A sua implantação está dividida em duas etapas: Linha 2 - Verde Fase 1: Trecho Vila Prudente- Estação Penha: Com extensão operacional de 8,0 km, 8 estações-Orfanato, Santa Clara, Anália Franco, Vila Formosa, Santa Isabel, Guilherme Giorgi, Aricanduva e Penha e 22 trens. Nesta etapa haverá conexões com a Linha 3-Vermelha do Metrô e Linha 11-Coral da CPTM-Estação Penha e com a futura Linha 16-Violeta do Metrô-Estação Anália Franco. Metas - Trecho Vila Prudente - Estação Vila Formosa: 2026. Trecho Vila Formosa - Estação Penha: 2026. Fatos relevantes em 2022:Janeiro: Finalização dos projetos básicos para o edital dos Sistemas de Alimentação Elétrica -SAL eAuxiliares; Março: Conclusão da parede de diafragma da estação Guilherme Giorgi - Conclusão da laje de fundo do Poço da Estação Vila Formosa; Abril: Conclusão da laje de fundo do Poço da VSE Falchi Gianini - Conclusão da laje de fundo do Poço da Estação Santa Isabel; Maio: Aquisição da tuneladora-China Railway Engineering Equipament Group Co.- CREG pela contratada -previsão deentrega em maio/23; Junho: Finalizada a escavação da vala do acesso secundário da estação Orfanato Realizada a transposição do Córrego do Rincão da estação Penha - Finalizada a parede de diafragmada Vala Penha - Retomada parcial da VSE Padre João - Finalizada a escavação da seção direita-side drift do túnel de ligação da estação Santa Isabel - Finalizada a escavação da estação Anália Franco -Julho: Iniciada a escavação da Vala Penha - Concluída a valoração para contratação do fornecimentoe instalação dos Sistemas de Alimentação Elétrica, Auxiliares e de Telecomunicações - Finalizada a escavação do Poço da VSE Cestari - Finalizada a parede de diafragma da vala do Complexo Rapadura Finalizada a escavação do Poço da VSE Madrid - Iniciada a escavação do Poço da VSE Júlio Colaço Finalizada a escavação da seção esquerda-side drift do túnel de ligação da estação Santa Isabel - Agosto: Finalizada a escavação do Poço do corpo da estação Santa Clara - Aprovado o orçamento para contratação do fornecimento e instalação dos Sistemas de Alimentação Elétrica, Auxiliares e deTelecomunicações - Finalizada a escavação da parede de diafragma da estação Penha do Metrô - Iniciada a laje de fundo do Poço da estação Orfanato - Concretagem da laje de fundo da VSE Madrid Iniciada a laje de fundo do Poço da estação Santa Clara - Setembro: Iniciada a escavação do túnel de ligação da VSE Madrid - Finalizada a escavação da calota do túnel de ligação do corpo da estaçãoSanta Isabel. Linha 2 - Verde Fase 2: Trecho Penha - Estação Dutra: Com extensão operacional de 6,0 km, 5 estações - Penha de França, Tiquatira, Paulo Freire, Ponte Grande e Dutra, 1 Pátio de estacionamento e manutenção e mais 13 trens. Nesta etapa haverá conexões com as Linhas 12-Safirae 13-Jade da CPTM -Estação Tiquatira e a futura Linha 19 - Celeste do Metrô -Estação Dutra. FatosRelevantes em 2022: Outubro: Publicado no DOE o Decreto de Utilidade Pública-DUP n° 67.163 de 11/10/22 das áreas das estações, ventilações, saídas de emergência e pátio, no Município de São Paulo, para o Trecho Penha-Dutra da Linha 2 – Verde; Novembro: Publicado no DOE o Decreto de Utilidade Pública-DUP n° 67.231 de 3/11/22 das áreas das estações, ventilações, saídas de emergência no Município de Guarulhos, para o Trecho Penha-Dutra da Linha 2- Verde. Linha 2 - Verde Fase 3: Trecho Vila Madalena-Cerro Corá: Essa pequena extensão da Linha 2-Verde, tambémchamada de Fase 3 da Linha 2-Verde, possibilitará a integração com a Linha 20-Rosa, na estação Cerro Corá da Linha 20. Fatos Relevantes em 2022:Em contratação o projeto básico da extensão Vila Madalena/Cerro/ Corá da Linha 2-Verde. Em

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

contratação o cadastro individual dos imóveis, avaliação individual dos imóveis, documentação de imóveis e montagem dos processosadministrativos de desapropriação. Projeto especial: Ampliação da estação Vila Prudente da Linha 2 Verde e interligação com a estação Vila Prudente da Linha 15-Prata - Adequação das plataformas, da laje do mezanino e do sistema de ventilação da Estação Vila Prudente da Linha 2-Verde-VPT e ampliação da interligação com a Estação Vila Prudente da Linha 15-Prata-VPM, incluindo as adequações necessárias no entorno do local, para atender ao aumento da demanda de passageiros e melhorar a operação e integração entre os sistemas da Linha 2-Verde, monotrilho da Linha 15-Pratae Terminal de Ônibus. Meta - Acesso externo e viário da Rua Cavour: 2021. Etapa 1: ampliação da interligação entre as estações Vila Prudente da Linha 2-Verde e da Linha 15-Prata: 2023. Etapa 2: ampliação da Estação Vila Prudente da Linha 2-Verde, necessária para operação da extensão da Linha2 Trecho Vila Prudente-exclusive -Penha: 2023. Fatos relevantes em 2022: Fevereiro: Emissão da O.S. para início das obras da Interligação entre as estações da Linha 15 e Linha 2. Linha 4-Amarela:Fase 2 - Trecho Luz - Vila Sônia - A implantação da Linha 4, operada pela Concessionária ViaQuatro-CVQ, foi planejada em duas fases, sendo que a Fase 1 foi concluída em 2011 com 8,9 km de extensãooperacional e 6 estações e a Fase 2 que complementou a extensão operacional para 12,8 km, 11 estações, um pátio de manutenção e 29 trens. Na Fase 1 foram entregues as estações Butantã, Pinheiros-integração com a Linha 9-Esmeralda da CPTM, Faria Lima, Paulista-integração com a Linha 2-Verde, República-integração com a Linha 3-Vermelha e Luz - integração com a Linha 1- Azul e com as linhas 7-Rubi e 11-Coral da CPTM, além da entrega parcial de 1 Pátio de manutenção Vila Sônia e 14 trens. Na Fase 2 foram entregues até 2018 as estações Fradique Coutinho, Higienópolis-Mackenzie, Oscar Freire, São Paulo-Morumbi, mais 2,5km de vias operacionais e em 2019 o Pátio Vila Sônia-complementação. Sob responsabilidade da CVQ, a frota foi complementadapara 29 trens. Implantação: Implantado sistema de sinalização pela CVQ e iniciada a operação assistida da estação em dezembro/21 e operação plena com o Terminal de Ônibus Vila Sônia em 10/5/22. Evolução do empreendimento: Concluída a finalização da implantação de sistemas no trechoque entregou mais 1,5 km em túnel de via, a estação Vila Sônia e o Terminal de Ônibus Vila Sônia. Fatos relevantes em 2022: Maio: Conclusão dos testes de Software de Sinalização pela Concessionária ViaQuatro - Estação Vila Sônia - Operação da linha de ônibus precursora gratuita até Taboão da Serra pela Concessionária ViaQuatro - Operação comercial da Linha 4-Amarela completa - Luz - Vila Sônia, pela Concessionária ViaQuatro, com a Estação Vila Sônia + Terminal de ônibus. Projeto especial: Túnel de conexão complementar entre as estações Paulista - Linha 4-Amarela e Consolação - Linha 2-Verde. Com extensão de aproximadamente 90m, foi autorizado o início da implantação das obras civis e sistemas do túnel de conexão complementar de acesso entre as estações Consolação da Linha 2 - Verde e Paulista da Linha 4 - Amarela. Meta - Conclusão da implantação: 2025 - Fatos relevantes em 2022: Março: Contratação da implantação de obras civis e sistemas: publicação do Edital. Junho: Sessão Pública de abertura das propostas e documentos - Licitação para implantação das obras civis e dos sistemas. Agosto: Instrumentação Geotécnica: habilitação e seleção do Consórcio ALPHAGEOS-PCP - Contratação da implantação de obras civis e sistemas: habilitação e seleção do Consórcio Conexão Paulista/Consolação CTS. Setembro: Homologação do Consórcio Conexão Paulista/ Consolação CTS - CONSTRAN/TELAR/SPRAIL. Projeto Especial: Acesso Bela Cintra da Estação Paulista da Linha 4-Amarela - O novo Acesso Bela Cintra da Estação Paulista da Linha 4 - Amarela será uma alternativa para os passageiros ao acesso por meio da Estação Consolação da Linha 2-Verde. Os passageiros poderão acessar a Estação Paulista pelo novo acesso a partir da rua Bela Cintra, reduzindo o fluxo dos passageiros no túnel de integração existente entre essas duas estações. Meta - Implantação do Acesso Bela Cintra: 2023.- Fatos Relevantes em 2022: Agosto: Concluída a Imissão na Posse da área com remanejamento da rede hidráulica. Contratação da implantação das obras civis e dos sistemas: sessão pública de recebimento e abertura das propostas e dos documentos de habilitação. Outubro: Contratação da implantação das obras civis e dos sistemas: Publicação da habilitação e seleção da empresa INA Serviços Técnicos LTDA. Linha 5- Lilás: Trecho Capão Redondo-Chácara Klabin - O empreendimento no Trecho Capão Redondo– Chácara Klabin possui uma extensão operacional de 20,1 km, com 17 estações, dois pátios de manutenção e 34 trens . A última estação entregue do trecho foi Campo Belo-interligação futura com a Linha 17–Ouro, em operação desde abril de 2019, e no ano de 2021 foi completada a implantação das portas de plataforma em 16 estações. A Concessionária Via Mobilidade é responsável pela operação e manutenção. Fatos relevantes em 2022: Início da operação das portas de plataformas - Estação Santo Amaro: 19/03/22. Linha 15-Prata-monotrilho: Trecho Ipiranga - Jacu-Pêssego. O empreendimento está projetado para uma extensão operacional de19 km, 14 estações, 2 pátios de estacionamento e manutenção e 46 trens, utilizando o modal monotrilho. O sistema monotrilho é um transporte de média capacidade, que opera sobre pneus, em via elevada-entre 12 e 15 metros de altura, dependendo do trecho e utiliza tecnologia Driverless - sem operador de trem. Os veículos são equipados com câmeras no interior dos carros, gravação de imagens, passagem livre entre os carros e ar-condicionado. A Linha 15-Prata interliga com a Linha 2-Verde e com o Terminal de Ônibus Vila Prudente na Estação Vila Prudente, com o Terminal Sapopemba/ Teotônio Vilela na Estação Sapopemba e interliga com o Corredor Intermodal ABCD na Estação São Mateus e vai interligar com a Linha 10 - Turquesa da CPTM - na futura Estação Ipiranga do Metrô. A implantação do trecho Ipiranga - Jacu-Pêssego será realizado em três etapas: Etapa 1: Trecho Vila Prudente – Oratório, com 2,3 km de extensão operacional, duas estações, e um pátio de manutenção e estacionamento, iniciou a operação comercial em ago./2015. Contíguo à Estação Vila Prudente foi concluído e entregue à SPTrans o Terminal de Ônibus Vila Prudente. Trecho Oratório-exclusive - São Mateus, com 10,5 km de extensão operacional, oito estações, 27 trens e a Subestação Primária São Lucas, iniciou a operação comercial de cinco estações em 2018 e de três estações em 2020. Etapa 2: Trecho São Mateus-exclusive -Jardim Colonial, com 1,8 km de extensão operacional e a Estação Jardim Colonial, está em implantação. Etapa 3: Trecho Ipiranga - Vila Prudente-exclusive, está projetado uma extensão de implantação de 2,1 km e a estação Ipiranga. Será implantado como prolongamento à oeste da estação Vila Prudente. Trecho Jardim Colonial-exclusive - Jacu-Pêssego está projetado uma extensão de implantação de 3,1 km, as estações Boa Esperança e Jacu-Pêssego e mais um pátio de estacionamento -Ragueb Chohfi. Será implantado como prolongamento à leste da Estação Jardim Colonial. A demanda estimada para a operação comercial do trecho Ipiranga - Jacu-Pêssego é de 484.960 passageiros por dia útil, incluindo trecho em operação - cenário 2025. O Processo de concessão da Linha 15-Prata, cuja abertura das propostas ocorreu em março de 2019, foi anulado judicialmente em novembro de 2019. Conforme publicação no DJE de junho de 2020, os autos foram remetidos à instância superior para apreciação da apelação. O Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça-PGJ foi juntado ao processo em agosto de 2020. O Processo está em análise pelo relator desde então e sem previsão para o julgamento. Metas - Operação do Trecho Ipiranga - Vila Prudente-exclusive: 2025. Operação do Trecho Jardim Colonial-exclusive - Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi: 2025. Fornecimento de 19 trens: 2025. Evolução do empreendimento: Em andamento. Concluídos o projeto executivo civil da Estação Ipiranga. e os projetos básicos de civil e sistemas da via e do viário do Trecho Ipiranga - Vila Prudente-exclusive. Concluído o projeto executivo do alteamento do Trecho Ipiranga - Vila Prudente-exclusive. *Fatos* Relevantes em 2022: Janeiro: Emitida a OS para o fornecimento de 19 trens para o Trecho Ipiranga - Jacu-Pêssego. Fevereiro: Emitida a 1ª OS do contrato de elaboração do projeto executivo, obra civil e sistemas das estações Boa Esperança, Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi. Março: Início da operação comercial plena em shuttle no trecho São Mateus - Jd. Colonial. Abril: Inauguração da Subestação Iguatemi. Junho: Conclusão das passarelas de emergência à leste da Estação Jardim Colonial e à oeste da Estação Vila Prudente. Junho: Concretada a primeira viga-guia do trecho Jd. Colonial + 560m-exclusive - Estação Jacu-Pêssego. Julho: Liberado o viário, para o tráfego de veículos, do trecho de 560m de via a leste de Jd. Colonial. Julho: Iniciada a obra civil da via elevada do trecho 200m a oeste de Jacu-Pêssego até 180m a leste do Pátio Ragueb. Julho: Solicitada à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente a Licença Ambiental de Operação para o trecho operacional de 550m de via elevada após a Estação Jd. Colonial. Agosto: Primária Iguatemi, fornecimento permanente de energia para as estações do trecho Sapopemba a Jd. Colonial. Agosto: Iniciado os testes com os trens na extensão a leste da Estação Jd. Colonial. Agosto: Solicitada à CETESB a Licença Ambiental de Operação para a Via e Track-Switch a oeste da Estação Vila Prudente. Setembro: Publicado no DOE o aviso de licitação para execução das obras civis, fornecimento e implantação dos sistemas de alimentação elétrica e auxiliares do trecho Ipiranga - Vila Prudente. Setembro: Publicado no DOE o aviso de licitação para execução das obras civis e implantação dos sistemas necessários para adequação viária da Avenida Ragueb Chohfi. Outubro: Publicado no DOE o aviso de licitação para fornecimento e implantação de sistemas de telecomunicações das estações Ipiranga, Boa Esperança, Jacu-Pêssego, Pátio Ragueb Chohfi etrechos da Linha 15-Prata. Outubro2: Publicado no DOE o DUP n° 67.164 de 11/10/22 das áreas complementares da Av. Ragueb Chohfi. Linha 16-Violeta: Oscar Freire - Jardim Brasília - O empreendimento Linha 16-Violeta: Oscar Freire - Jardim Brasília está em estudo e uma das alternativas em estudo prevê uma extensão de 32 km, 1 Pátio de Manutenção, 23 estações e 71 trens. A Linha 16-Violeta se apresenta como alternativa ao traçado do trecho São-Joaquim-Cidade Líder, anteriormente proposto para extensão da Linha 6-Laranja, atendendo à população da zona leste de São Paulo. Em uma das alternativas em estudo, prevê conectar-se com a Linha 4-Amarela-Estação Oscar Freire e seguirá paralelamente à Linha 2-Verde. Na futura Estação Jardim Paulista integrará com a futura Linha 19-Celeste e na Estação Paraíso com as linhas 1-Azul e 2-Verde. A seguir passará por regiões importantes como Aclimação, Vila Monumento, interligação com a Linhas 10-Turquesa da CPTM, passando por Alto da Mooca e seguirá em direção à futura Estação Anália Franco, da Linha 2-Verde, passará por Vila Formosa e Vila Antonieta até Cidade Líder e sua estação terminal, no Jardim Brasília, já próximo de Artur Alvim. A demanda estimada para a operação comercial da linha é de 826 mil passageiros por dia útil estimada para o ano de 2040. Evolução do empreendimento: Em andamento. Projeto Diretriz - Documentação para contratação do Anteprojeto de Engenharia e EIA-RIMA. Fatos Relevantes - Contratação em andamento - Publicado o edital para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia, arquitetura e geologia para o desenvolvimento do anteprojeto de engenharia, estudo de impacto ambiental e projeto básico da Linha 16-Violeta: Oscar Freire-Cidade Tiradentes em 9/9/22; Entrega das propostas prevista para 24/11/22. Linha 17-Ouro-monotrilho - Trecho Washington Luís/Aeroporto de Congonhas- Morumbi - O empreendimento Trecho Washington Luís/Aeroporto de Congonhas - Morumbi utiliza tecnologia monotrilho e está projetado para uma extensão de 6,7 km operacionais, um pátio de estacionamento e manutenção-Pátio Água Espraiada, 8 estações e 14 trens. Interligará com a Linha 9 -Esmeralda da CPTM na Estação Morumbi, com a Linha 5-Lilás na Estação Campo Belo e com o Aeroporto de Congonhas na Estação Aeroporto de Congonhas. A demanda estimada para a operação comercial do trecho 1 é de 165.220 passageiros por dia útil, para o cenário de 2023. Metas-em reprogramação - Operação do Trecho Washington Luís/Aeroporto de Congonhas – Morumbi. Evolução da implantação: Obra civil e acabamento das estações e pátio em andamento. Fatos Relevantes em 2022: Março: Apresentação do trem protótipo pela contratada BYD; Abril: Licitação de fornecimento e instalação dos sistemas de alimentação elétrica e auxiliares-recontratação: recebimento e a abertura das Propostas Comerciais; Maio: Licitação de fornecimento e instalação dos sistemas de alimentação elétrica e auxiliares - recontratação: publicação da habilitação e seleção da proponente; Junho: Concluído o posicionamento de 3 escadas rolantes na Estação Campo Belo; Julho: Chegada do carrinho para checagem do gabarito dos trens-em utilização nas vias; Agosto: Portas de Plataforma-consórcio BYD: início dos testes por meio de vídeo conferência; Outubro: Quatro escadas rolantes da Estação Campo Belo entregues-aguardam posicionamento; Outubro: Sete escadas rolantes posicionadas na Estação Aeroporto de Congonhas e seis escadas rolantes a posicionar. Linha 19-Celeste: Trecho Anhangabaú - Bosque Maia-Guarulhos - O Empreendimento Trecho Estação Anhangabaú - Estação Bosque Maia está projetada para uma extensão operacional 17,6 Km, 15 estações, um pátio de estacionamento e manutenção Vila Medeiros, estacionamentos Bosque Maia, Catumbi e Bixiga, 19 Poços de ventilação e saída de emergência e duas subestações primárias. Engloba o atendimento ao Município de Guarulhos-segundo município mais populoso do Estado de São Paulo, além dos bairros de Vila Medeiros, Vila Maria e Pari, ligando-os ao Centro de São Paulo. São previstas integrações com a Linha 3-Vermelha-Estação Anhangabaú, Linha 1-Azul-Estação São Bento e Linha 2-Verde-Estação Dutra e com as Linhas 10-Turquesa -Estação Pari e 11-Coral-Estação Pari da CPTM. A demanda estimada para a operação comercial do trecho Anhangabaú - Bosque Maia-Guarulhos é de 580.470 passageiros por dia útil, para o cenário de 2029. Metas - Operar o Trecho Anhangabaú - Bosque Maia-Guarulhos: 2030. Obs.: atraso na elaboração dos projetos básicos poderá impactar a meta. Atividades em andamento - Projeto básico em desenvolvimento. Serviços de Investigações Geotécnicas/Sondagens em andamento. Fatos Relevantes em 2022: Janeiro: Emissão da ordem de serviço para elaboração do Projeto Básico-Consórcio MNEPIE. Emissão da ordem de serviço para execução do Laudo Macro. Fevereiro: Protocolo do pedido de Licença Ambiental Prévia para a Linha 19 - Celeste- Trecho Bosque Maia/Anhangabaú na CETESB, mediante apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA.Maio: Assinatura do contrato de consultoria especializada para estudo mercadológico. Julho: Licença Ambiental Prévia: CONSEMA - Audiências Públicas EIA-RIMA realizadas nos municípios de São Paulo e de Guarulhos. Setembro: Projeto Básico: conclusão da consolidação da arquitetura-tipificada, das estações Itapegica e Jd. Brasil. Projeto Básico: conclusão da consolidação da arquitetura-tipificada, do Poço de Ventilação/Saída de Emergência-VSE entre as estações Jd. Brasil e Jd. Japão. Outubro: Encaminhado Ofício Nº P 349/2022 à STM com minuta do convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de Guarulhos, objetivando a conjugação de esforços entre as partes para o projeto e serviços necessários à implantação da Linha 19-Celeste. Linha 20 - Rosa: Santa Marina - Santo André - será subterrânea, tendo como função interligar as linhas da rede metroferroviária. Conexões previstas nas estações: Linha 6-Laranja do Metrô; Linha 7-Rubi da CPTM e 8-Diamante da Via Mobilidade 8e9; Linha 2-Verde na futura estação Cerro Corá; Linha 4-Amarela da ViaQuatro; Linha 22-Marrom; Linha 19-Celeste; Linha 5-Lilás da Via Mobilidade; Linha 1-Azul do Metrô; BRT ABC da EMTU e Linha 10-Turquesa da CPTM e com o corredor ABD da EMTU.A Linha 20-Rosa contará com 31,5 km de extensão, 24 estações e 2 pátios e deverá atender 1,3 milhão de passageiros por dia útil, cenário para 2040. Atividades em andamento - Anteprojeto de Engenharia/Projeto Funcional. Prestação de serviços de Financial Advisory. Fatos Relevantes - Anteprojeto de Engenharia/Projeto Funcional: Assinatura do contrato em 30/12/20. GPO-GEOCOMPANY-GEOTEC. Realizado Caracterização das áreas de influência do empreendimento, estudo de alternativas de traçado e seleção da alternativa a ser detalhada, detalhamento da alternativa recomendada. Em elaboração. Previsão de conclusão: novembro de 2022. Investigações Geotécnicas: Assinatura do contrato em 19/04/21. Consórcio EPT-RECONVERTE. Concluídas as Investigações Geotécnicas/Sondagens, Mapeamento e Cadastramento de Redes de Utilidades Publicas. Prestação de serviços de Financial Advisory para implantação da Linha 20-Rosa: Assinatura do contrato em 29/12/21. Em conclusão: Relatórios finais emitidos de forma preliminar; em análise pelas diversas áreas do Metrô, para eventuais ajustes. Linha 22-Marrom - contará com 29 km de extensão, 19 estações e 1 pátio e deverá atender 0,6 milhão de passageiros por dia útil. Linha metropolitana, atenderá aos municípios de São Paulo, Osasco e Cotia. Fatos relevantes - Estudo Tecnológico e Modal em regime de trabalho matricial. Início: 3/2022 - Término:08/2022. Próximas entregas: Edital de Licitação de Anteprojeto de Engenharia e EIA/RIMA. Término: 2022. Em contratação Edital de Licitação de Investigação Geológico-Geotécnica para Anteprojeto de Engenharia. Término: 2022.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Modernização dos Sistemas de Sinalização e Controle nas Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha do Metrô SP. Benefícios: Possibilitar a inserção de mais trens nas linhas 1, 2 e 3 de forma a reduzir o intervalo entre trens para proporcionar mais conforto aos usuários e aumentar a oferta de lugares: aumentar a velocidade média dos trens nas linhas, reduzindo o tempo de viagem, reduzir a energia consumida pelos trens em função de controle mais efetivo de sua movimentação. Os sistemas de telecomunicações viabilizarão comunicações audiovisuais precisas em tempo real de forma que qualquer anomalia, emergência ou avisos institucionais poderão ser difundidos imediatamente aos usuários e funcionários, além de maior eficiência e segurança nas comunicações de dados para todos os sistemas. Os sistemas de Sinalização e Controle-CBTC - *Communication Based Train Control,* estão em implantação cuja assinatura do Contrato se deu em julho de 2008. O escopo deste contrato consiste em implantar: a sinalização com a tecnologia CBTC; o Sistema de transmissão digital utilizando fibras ópticas; o sistema de transmissão em tempo real de imagens das câmeras internas do trem para o CCO - Centro de Controle Operacional e das estações para o trem e painéis multimídia para informar as horas e as mensagens operacionais e institucionais. Evolução do sistema: Em fevereiro de 2016 o contrato com a Alstom foi repactuado e foi retomada a implantação dos serviços de fabricação e instalação dos equipamentos nas Linhas 1, 2 e 3. Em 2018, 2019 e 2020 a implantação destes sistemas teve continuidade com a evolução na fabricação e instalação dos equipamentos para as Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha; Novembro/19: iniciados os testes da versão final do software do sistema de sinalização-CBTC com a realização da Operação Branca- trem sem passageiros na Linha 2-Verde; Março/20: Operação das Portas de Plataforma da Estação Vila Madalena da Linha 2-Verde e Operação comercial da versão definitiva do sistema de sinalização - CBTC no trecho Vila Madalena- Vila Prudente da Linha 2-Verde. Novembro/20: portas de plataforma das estações Tucuruvi e Jabaquara na Linha 1-Azul e das estações Palmeiras-Barra Funda e Corinthians-Itaquera na Linha 3-Vermelha-Contrato Alstom estão em inspeção em fábrica. Metas: Operação com o sistema de sinalização CBTC: Linha 3-Vermelha: em reprogramação. Fatos relevantes em 2022: Linha 1: iniciada a operação comercial com CBTC aos domingos em 3/7/22. Testes do CBTC em dias úteis em andamento. PSD's: em operação desde 7/7/22-Jabaquara e Tucuruvi; Linha 3: montagem sendo finalizada. Testes estáticos em execução. PSD's: iniciadas obras de adequação civil na plataforma da estação Itaquera. Portas de Plataforma - Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha - A fabricação e a implantação das Portas de Plataforma de 36 estações-88 fachadas para as linhas 1, 2 e 3, foram contratadas com o propósito de diminuir os atrasos, reduzir o risco de suicídio, quedas de pessoas e objetos, invasão de usuários na via/túnel e incêndio causados por lixo na via, otimizar o fluxo de passageiros, partir sem ferir passageiros que ainda estão na plataforma e possibilitar velocidade maior na região da plataforma. Evolução da implantação: Em junho de 2019, assinado o contrato com o Consórcio Kobra e iniciadas as vistorias in loco, nas estações. Em fevereiro de 2020 o Contrato Consórcio Kobra foi suspenso judicialmente devido a Acórdão emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em função de recurso interposto pelas proponentes CONSÓRCIO PSD-SP - MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A. e ZHUZHOU CRRC TIMES ELETRIC CO., LTD. e CONSÓRCIO TELAR/SERVENG/DONGWOO, questionando os critérios adotados na fase de habilitação. Em abril de 2020 foi atribuído o efeito suspensivo a esta apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo que o contrato foi retomado na mesma data. Em maio de 2020: Contrato novamente suspenso judicialmente pela 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça. Em junho e setembro de 2020 recursos foram negados, mantendo a decisão de aguardo do julgamento. Em razão da suspensão do contrato com o Consórcio Kobra pelo STJ em fevereiro e maio de 2020, as metas estabelecidas estão comprometidas e deverão ser reprogramadas após a retomada das atividades-sem previsão. Metas para 2022: Portas de Plataforma da Estação Bresser-Mooca da Linha 3-Vermelha: dezembro de 2022. Portas de Plataforma da Estação Belém da Linha 3-Vermelha: dezembro. Operação comercial das outras PSDs em reprogramação. Consórcio Kobra: Cronograma do projeto em replanejamento. Materiais entregues no Brasil para montagem em 6 estações. Montagem mecânica concluída na estação Belém-testes a serem iniciados. Fabricação e inspeção em andamento. ALSTOM: Cronograma do projeto em replanejamento. Iniciadas obras de adequação civil nas plataformas da estação Corinthians-Itaquera. Ações de prevenção ao coronavírus. Em 14/3/2020 foi constituído o Comitê de Prevenção ao Coronavírus, para coordenar e monitorar as ações de controle e prevenção relacionadas à COVID-19, com representantes de todas as diretorias e da presidência do Metrô e teve continuidade em 2021. Desde então foram suspensos temporariamente treinamentos e atividades presenciais, determinado o afastamento de empregados em grupos de risco, estabelecido o atendimento remoto, o teletrabalho, o uso de equipamentos de proteção individual, higienização, medição de temperatura, ações específicas de limpeza nas estações e nos trens, além de comunicação visual e sonora com os usuários visando o incentivar distanciamento social e demais cuidados. Um sistema piloto de medição de temperatura - desenvolvido por metroviários - foi implantado pelos profissionais do Centro de Controle Operacional - CCO, utilizando recursos termográficos aplicados à manutenção do Metrô. Os equipamentos existentes foram reconfigurados para possibilitar a medição de temperatura do corpo humano. Todas as medidas implantadas pela Companhia foram baseadas em orientações técnicas de órgãos oficiais. Os equipamentos adquiridos pelo Metrô são aprovados pela Anvisa-Agência Nacional de Vigilância Sanitária e similares aos equipamentos utilizados em locais públicos. Foi implantado em 2020 um FAQ - Perguntas e Respostas sobre a COVID-19, no METROCLICK. Informativo 104 de 24/9/21, com o avanço do cronograma de vacinação contra COVID-19, para exercer atividades presenciais, é obrigatório que todos os empregados tenham o esquema vacinal completo.Informativo 106 de 19/10/21, regras para evitar a contaminação COVID-19 são atualizadas a todo momento, conforme a evolução da pandemia. Essas determinações devem ser cumpridas à risca por todos. Com a flexibilização das medidas e reabertura das atividades, 2022 registrou aumento mais expressivo da demanda, embora ainda longe de voltar ao patamar do período pré-pandemi-2019. A oferta de trens do Metrô busca compatibilizar a demanda de passageiros com as premissas de eficiência operacional, disponibilidade de controle e de frota para que todo o sistema metroviário opere com capacidade máxima ajustada à demanda nos diferentes horários do dia. Com a continuidade da pandemia da COVID - 19, a oferta de trens foi adequada à demanda de passageiros, tendo como premissa principal manter o maior distanciamento possível entre os passageiros. Em setembro, considerando o estágio atual da pandemia provocada pelo coronavírus no âmbito do Estado de São Paulo, o percentual de vacinação entre os empregados da Companhia e o estabelecido no Decreto Estadual n° 67.096 e no Decreto Municipal n° 61.791, ambos de 8/9/2022, o Metrô revoga o AP-132/2021, de 23/9/2021, que estabelecia condições e regras para a realização de treinamentos e reuniões presenciais, permitindo o retorno aos padrões e procedimentos observados anteriormente.

Companhia Paulista De Trens Metropolitanos - CPTM **-** Até outubro, as cinco linhas da CPTM, 7 - Rubi-Luz - Francisco Morato - Jundiaí, 10 - Turquesa-Luz - Rio Grande da Serra, 11 - Coral-Luz - Estudantes, 12 - Safira-Brás - Calmon Viana e 13 - Jade-Eng. Goulart- Aeroporto Guarulhos, transportaram 368,4 milhões de passageiros. Em outubro, a CPTM transportou uma média de 1,5 milhões de usuários por dia útil. Apesar da redução significativa de passageiros transportados por conta da pandemia do COVID-19, prosseguiram-se as obras de infraestrutura, contemplando sinalização, energia, além da modernização de estações, renovação da frota de trens e expansão do sistema. Extensão da Linha 9 - Esmeralda entre Grajaú e Varginha - é um dos projetos prioritários em execução pela CPTM. O empreendimento entre Grajaú - Varginha, com 4,5 Km de extensão, contará com duas novas estações, Bruno Covas-Mendes-Vila Natal e Varginha. Também, o empreendimento contará com obras de via permanente, rede aérea, construção de 4 viadutos rodoviários, 3 viadutos ferroviários, 1 terminal de ônibus, 2 passagens inferiores de pedestres, 1 passarela, 2 bicicletários, 1 novo Pátio Varginha, remodelação do Pátio Grajaú, além das implantações dos sistemas de energia, sinalização e telecomunicações. As obras civis foram contratadas em dois lotes. O lote 1, entre as estações Grajaú e Bruno Covas-Mendes-Vila Natal, possui 2,5 Km de via permanente e rede aérea. Já as obras civis do lote 2, entre as estações Mendes - Vila Natal e Varginha foram reiniciadas em janeiro/2020.A estação Bruno Covas-Mendes-Vila Natal, foi inaugurada em agosto/2021. Além da estação, foram concluídas as obras de 2,5 quilômetros de via permanente, rede aérea e sinalização, a construção de dois viadutos rodoviários, o Micronésia e Jacopo Torriti e a construção da subestação de energia Mendes, e a conclusão da ampliação da subestação Cidade Dutra. A estação Varginha será integrada futuramente a um terminal de ônibus, que está sendo implantado pela CPTM. O terminal de ônibus, que teve o contrato assinado em agosto de 2022, está em fase de desenvolvimento de projetos executivos, onde terá uma passarela de interligação com a Estação Varginha. Serão 10.000 m², com 500 metros de plataformas paraembarque e desembarque, além de itens de acessibilidade e escadas rolantes. A demanda do novo terminal é estimada em 30 mil passageiros por dia. No lote 2, iniciaram-se as obras para construção de mais dois viadutos rodoviários, sendo que o Viaduto Nathalia Pereira da Silva foi concluído em março/22 e o outro, Paulo Guilguer Reimberg, tem previsão de conclusão até meados de 2023. A Extensão da Linha 9-Esmeralda será concluída em etapas. A operação da estação Bruno Covas- Mendes-Vila Natal iniciou-se em 2021, e da futura estação Varginha está prevista para o primeiro semestre de 2023. Após a ampliação de 4,5 km entre Grajaú e Varginha, a projeção é que sejam atendidos 110 mil passageiros no novo trecho. Linha 13 - Região Central - O principal objetivo deste projeto é proporcionar a ligação direta entre o Aeroporto de Guarulhos e o Terminal Rodoviário localizado na estação Barra Funda, onde operam linhas da CPTM e do METRÔ, bem como aumentara oferta de lugares da Linha 13 - Jade. Para esse trajeto será utilizada a malha ferroviária existente das Linhas 11 - Coral e 12 - Safira, sendo necessário promover intervenções em estações, via permanente, rede aérea, sistemas de energia e sistemas de sinalização, que auxiliem a operação da Linha 13 - Jade -e seus serviços especiais, capacitando-a para operar conjuntamente às Linhas 11 e 12 da CPTM. Estão previstas as seguintes intervenções que serão desenvolvidas com recursos do BNDES e do Tesouro do Estado: Ligação Estação da Luz - Sala São Paulo - Obras concluídas em março/2022. Construção de passagem coberta com vidros para interligação da Estação da Luz com aSala São Paulo. Visando melhoria das condições de fluxo de passageiros da Estação, a plataforma central sentido leste foi adequada e foi instalada uma passarela metálica provisória na mesma plataforma sentido oeste, como saída alternativa para a Praça da Luz. Extensão Linha 13 - Estação Barra Funda. Obras em andamento. Estão sendo desenvolvidos Serviços de Engenharia Especializada para a Elaboração de Projeto Executivo, Fornecimento e Implantação do Sistemas de Rede Aérea de Tração, Sinalização/SCT, Suprimento de Energia de Tração e Via Permanente para a Extensão da Linha 13 - Jade, Trecho Luz - Barra Funda da CPTM. Túnel de Ligação com a Linha 4 do Metrô - Obras iniciadas. Estão sendo desenvolvidos serviços de engenharia para projeto e execução das obrasdo novo túnel de ligação entre a CPTM e a Linha 4 do Metrô na Estação da Luz e adequações de acesso. Sinalização da Linha 12 - Obras concluídas. Intervenções no sistema de sinalização da Linha12, o que possibilitará a redução do intervalo entre trens na linha 12 e permitirá que a linha 13 chegue até a Estação Brás e consequentemente operar até Barra Funda após a implantação da Extensão. Adequação da Estação Barra Funda - Obras em andamento. Obras para adequação do mezanino das plataformas 7, 8, 9 e 10 para receber o expresso Aeroporto e a Linha 11, com implantação de elevadorde alta capacidade e escadas rolantes, bem como adequação da acessibilidade do local e sistemas existentes. Adequação da Plataforma 5 da Estação Luz - Obras em andamento. Adequação da plataforma 5 da Estação Luz para receber o Expresso Aeroporto. Estações - Linha 7 - Rubi: Estação Luz: Implantação das obras de arquitetura e restauro na estação Luz, incluindo a instalação de elementos de comunicação visual, mobiliário e sonorização. Também foram concluídas obras de restauro do prédio da caixa d'água, o restauro do prédio administrativo, e as obras de restauro da fachada da estação – lado da Rua Mauá. Estação Jundiaí: Foram concluídas no 2º semestre a execuçãodas obras civis para restauro da cobertura, intervenções nas salas operacionais e remanejamento-RedeAérea, Elétrica e Telecom, na Estação Jundiaí. Por se tratar de uma edificação tombada, o projeto executivo integral foi submetido à análise dos órgãos de preservação, tendo aprovação do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turísticopublicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16/10/2019, e a aprovação do COMPAC - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jundiaí publicada na Imprensa Oficial do Município de Jundiaí em 4/10/2019. Acessibilidade - Nas Estações Várzea Paulista-Linha 7, Guapituba,Capuava e Prefeito Saladino-Linha 10, foram concluídas as obras de acessibilidade. Três Estações daCPTM estão iniciadas as obras para adequação de acessibilidade a saber: São Caetano do Sul, Utinga,Prefeito Saladino e Capuava na Linha 10. Iniciaram-se as obras na Estação de Engenheiro Manoel Feio e a Estação de Aracaré está finalizando o processo licitatório, ambas na Linha 12. A CPTM trabalha para adequar suas dependências às normas vigentes de acessibilidade. Das 57 Estações, 41 já possuem condições de acesso às pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade. Algumas estações estão em obras, outras em fase de projetos, para que todas tenham itens de acessibilidade normativos. Além disso, as novas estações já são projetadas para serem totalmente acessíveis. EstaçãoJoão Dias - foi inaugurada em novembro de 2021 faz parte da Linha 9-Esmeralda da CPTM, localizada entre as estações Santo Amaro e Granja Julieta, as obras foram gerenciadas pela Brooksfield Properties, empresa do Grupo Brooksfield em conjunto com a CPTM. A construção foi a cargo da Construtora Telar, por meio de um contrato firmado entre as duas empresas. Com a conclusão das obras, a estação foi doada ao Governo do Estado de São Paulo, e a CPTM passou a serresponsável pela operação e manutenção do local, que está concedida para a Via Mobilidade desde janeiro de 2022. A nova estação conta com edifício principal, passarela de acesso à plataforma central,escadas rolantes, fixas e elevadores, garantindo acessibilidade a todos. A demanda estimada é de cerca de 10,5 mil usuários por dia útil. Sistemas de Energia e Sinalização - Energia: Concluída implantação da Subestação Patriarca reformada na Linha 11; concluída implantação da nova Subestação Dom Bosco na Linha 11; concluída as reformas das Subestações de Eng. São Paulo e Brás Cubas. Concluída implantação da Linha de Distribuição 34,5 Kv no trecho de Patriarca a Dom Bosco na Linha 11; Conclusão de obras a reforma de quatro Cabines Seccionadoras na Linha 11: Brás, Vila Matilde, Jundiapeba e Estudantes, e uma na Linha 12: Eng. Goulart. Em fase final de obras para a implantação da Linha de Distribuição 34,5 Kv no Trecho de Dom Bosco a Guaianases na Linha 11; retomada das obras de implantação de Energia na Linha12; concluída implantação do Telecontrole de Energia na Linha 13; Sinalização: Concluídos os novos intertravamentos no trecho TAT - CVN na Linha 12; em andamento a implantação do Sistema de Sinalização CBTC-Communications Based Train Control, na Linha 10. Complexos de Manutenção - Com o objetivo de aumentar a capacidade de atendimento das instalações de apoio à operação, como pátios e à manutenção, como abrigos e oficinas, em 2020 foram definidas cinco ações prioritárias que foram dado andamento em 2021 conforme abaixo: Estacionamento de Trens – Mauá-Pátio Norte: Adequações para o estacionamento de trens Obras em andamento para complementação da via permanente e rede aérea, implantação de plataforma de acesso aos trens do pátio, com CFTV, iluminação, pontos de água e descarte de efluentes e construção de novo prédio administrativo, com ligação através de uma plataforma metálica com a estação Mauá.; Estacionamento de Trens - Guaianases: Obras em andamento para implantação de plataforma de acesso aos trens do pátio, com CFTV, iluminação, pontos de água e descarte de efluentes e construção de um novo prédio administrativo. Abrigo Engenheiro São Paulo: Finalização do processo licitatório. Construção de vala de assopramento do abrigo, com sistemas de assopramento, CFTV, ampliação de cobertura, adequações civis, entre outros e novo bloco administrativo. Expresso Turístico - Com saídas aos sábados, domingos e feriados da Estação da Luz para os destinos Jundiaí, Mogi das Cruzes e

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Paranapiacaba, o transporte ferroviário de turismo regional iniciou-se em abril/2009, com a primeira viagem para Jundiaí. Seguiram-se Mogi das Cruzes-junho/2009 e Paranapiacaba-agosto/2010. Desde então, até outubro/2022 foram realizadas 1.178 viagens, que atenderam cerca de 174,6 mil turistas, com ocupação média de lugares por destino: Paranapiacaba-99,10% -melhor marca do ano em janeiro/2021 com 100% dos lugares ocupados, Jundiaí - 96,85% - melhor marca do ano em janeiro/2021 com 100% dos lugares ocupados e Mogi das Cruzes - 37,70%. Cabe destacar que em virtude da pandemia do COVID-19, as viagens foram suspensas na segunda quinzena de março/2020, retornando em setembro de 2021. A partir de outubro a venda de passagens passou a ser feitas de forma on-line. *Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo -EMTU/SP* **-** A área de atuação da EMTU/SP é formada pelas cinco regiões metropolitanas existentes no Estado: Região Metropolitana de São Paulo-RMSP com 39 municípios, Região Metropolitana da Baixada Santista-RMBS com 9 municípios, Região Metropolitana de Campinas-RMC com 20 municípios, Vale do Paraíba e Litoral Norte-RMVPLN com 39 municípios e Região Metropolitana de Sorocaba-RMS com 27 municípios. Essas cinco regiões metropolitanas somam 134 municípios, totalizando 45 milhões de residentes-estimativa Fundação SEADE 2022, sendo que 42% da população paulista está concentrada em apenas 9 municípios. De janeiro a setembro, foram transportados mais de 379 milhões de passageiros, uma média de 1,80 milhões passageiros por dia útil, através de uma frota de 5.071 ônibus operados por meio de concessões. Concessões das Regiões Metropolitanas **-** ConcessãoRMSP: A Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE para proceder a atualização dos estudos econômico-financeiros visandoa licitação para a concessão das Áreas 1, 2, 3 e 4 da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP. Concessão RMC: Desde 27/8/2014, foi firmado o Contrato de Concessão EMTU/SP nº 014/2014, com o Consórcio BUS+, tendo como objeto as funções de operação de transporte coletivo intermunicipal por ônibus e demais veículos de baixa e média capacidade de todo o SISTEMA REGULAR-comum, seletivo e especial, atuais e que vierem a ser implantados, e as funções de operação, conservação e manutenção da Infraestrutura Implantada e a ser implantada na Região Metropolitana De Campinas - RMC. Concessão RMBS: Desde junho de 2015, o sistema metropolitano da RMBS está concedido para a Empresa BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPE. Concessão RMVPLN e RMS: A Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM desenvolveu os estudos para elaboração dos procedimentos licitatórios para concessão dos serviços de transporte coletivo por ônibus intermunicipal nessas duas regiões metropolitanas. Estruturação do Transporte nas RM'S - Com o objetivo de iniciar e promover o processo de assunção das novas regiões metropolitanas criadas no Estado de São Paulo, estão contemplados Estudos de Planejamento de Transporte, realização de pesquisas Origem e Destino e a implantação de Sedes Regionais, de modo a prover melhorias operacionais e sistemas que beneficiem os usuários do transporte intermunicipal. Corredor Metropolitano ABD - São Mateus - Jabaquara e Extensão Diadema - São Paulo-Morumbi -O Corredor Metropolitano São Mateus-Jabaquara-Corredor ABD foi concedido em maio de 1997 - contrato nº 020/1997 para a Empresa Metra - Sistema Metropolitano de Transportes por um períodode 25 anos. Em março de 2021, o contrato foi prorrogado até 2046 por meio do Termo Aditivo nº 13/2021 com a empresa ABC Sistema de Transporte SPE S.A. - NEXT Mobilidade, nos termos da Lei Estadual nº 16.933 de 24/1/2019, prevendo investimentos na infraestrutura de mobilidade. O corredor ABD possui 45 km de extensão, incluindo o trecho Diadema-Morumbi, sendo 33 km eletrificados-rede aérea, para uso exclusivo de trólebus e ônibus gerenciados pela EMTU. A frota total é composta de 110 veículos elétricos-96 trólebus, 14 híbridos e 149 movidos a diesel distribuídospor 12 linhas que atendem nove terminais metropolitanos, conectando o extremo leste de São Paulo às cidades de Santo André, Mauá, São Bernardo do Campo e Diadema. O Corredor possui conexão com sistema de alta capacidade nos terminais Jabaquara - Linha 1-Azul do Metrô, Santo André Oestee Leste - Linha 10-Turquesa da CPTM e São Mateus - Linha 15-Prata Monotrilho do Metrô, além deintegrar com as linhas municipais em todos os Terminais. **R**IT-ABC - Rede Integrada de Transportesdo ABC e Next Brasil Mobilidade-ABC Paulista - A Next Brasil Mobilidade foi contratada pelo Governo do Estado de São Paulo para a implantação gradativa da nova RIT-ABC - Rede Integrada de Transportes do ABC, que contempla a operação das 97 linhas remanescentes da extinta área 5 da EMTU, bem como a construção de um sistema de ônibus rápidos elétricos entre o ABC e a capital - BRT ABC e a modernização do Corredor Metropolitano ABD. BRT ABC - São Paulo - No dia 3/7/2019, o então governador e o secretário de Transportes Metropolitanos anunciaram a substituiçãoda tecnologia de monotrilho da linha 18-Bronze para Bus Rapid Transit - BRT, ligando as cidades deSão Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul e os Terminais Tamanduateí e Sacomã, na zona sudeste da capital paulista. Conforme o Termo Aditivo nº 13/2021, foi prorrogada até 2046a concessão do Corredor ABD, contemplando os investimentos para a implantação, operação e manutenção do BRT ABC, incluindo 3 terminais-São Bernardo, Tamanduateí e Sacomã, 18 estaçõesde embarque e desembarque e 17,3 km de viário na ligação entre São Bernardo do Campo-centro e São Paulo-Sacomã, utilizando frota de veículos elétricos. O sistema beneficiará cerca de 173 mil pessoas por dia e tem previsão de estar operando totalmente em 2023. No dia 24 de fevereiro, o Governo anunciou o início das obras do BRT ABC. Em agosto, a CETESB recebeu o pedido da NextMobilidade para a instalação do BRT-ABC em São Bernardo do Campo. Entre setembro e outubro ocorreram a concorrência para a fiscalização da implantação, julgamento das propostas e homologação do consórcio concorrente. Em paralelo, o Partido Solidariedade entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI, questionando os dois decretos que permitiram renovar concessão do Corredor ABD por mais 25 anos sem licitação. A ADI ainda se encontra em julgamento. Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares-Noroeste - RMC - Atualmente com 45,3 km, liga as cidades de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara d'Oeste. Trecho Nova Odessa - Americana - Santa Bárbara D´Oeste - 24,3 km - Concluído em dezembro de 2018. Da extensão total, 13,6 km são em faixas exclusivas e 10,7 km de viário compartilhado. Possui 13 Estações de Embarque e Desembarque e 4 Estações de Transferências. Trecho Hortolândia-Campinas-21,0 km. O trecho que passa por Hortolândia e Campinas foi concluído em setembro de 2021, com a entrega de 4,1 km de viário. Tem início na Avenida José João da Silva, próximo a Ponte Estaiada, passando pela ponte-700m e seguindo pela Avenida Antônio da Costa Santos até as alças de acesso à Rodovia Jornalista Francisco Aguirre de Proença - SP-101. Da extensão total, 8,4 km são em faixas exclusivas e 12,6 em viário compartilhado, incluindo o trecho da SP-101. Trecho Variante Sumaré-Hortolândia - Em fase de projeto., O trecho de 7,6 km fará ligação entre p futuro Terminal Multimodal de Sumaré - a ser construído e o Terminal Metropolitano de Hortolândia-existente. A construção ainda terá seis pontes e um viaduto sobre a linha férrea e Ribeirão Quilombo. Em 2021, iniciou-se o desenvolvimento do projeto executivo, com previsão de contratação em 2023. Nesse mesmo ano, iniciou-se o processo de licenciamento ambiental para implantação deste trecho. Em 2022, devido à queda constante de demanda dos últimos anos e do atendimento operacional por meio da Rodovia Anhanguera e da SP-101 ser considerado suficiente, não houve continuidade das atividades. Corredor Guarulhos - São Paulo. Atualmente, está em operação o trecho de 15,6 km entre os terminais Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, sendo 12 km em faixa exclusiva e 3,6 km em via compartilhada. Para completar esse trecho, faltam 2,2 km de faixa exclusiva entre as Paradas IV Centenário e Vila Augusta, e a implantação da Parada Gopoúva. Os projetos desse subtrecho serão atualizados para adequação às novas diretrizes municipais. A previsão é de que as atividades sejam remanejadas para o próximo exercício. Trecho Vila Galvão/Estação Tucuruvi do Metrô-4,5 km - Os projetos funcional, básico e executivo desse trecho, bem como as licenças ambientais, deverão ser revistos para adequação ao Plano de Mobilidade do município de São Paulo, incluindo ciclovia ao longo do traçado. Corredor Metropolitano Itapevi – São Paulo - O corredor completo terá 23,6 km de extensão e ligará as cidades de Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba, Osasco e São Paulo. Trecho Itapevi - Jandira-5 km - Concluído no 1º semestre de 2018, contempla novo viário, faixa compartilhada, 7 Estações de Embarque e Desembarque, 1 Estação de Transferência-Itapevi, viaduto sobre a Rua Ameríndia e passarela sobre a via férrea. Trecho Jandira - Terminal Carapicuíba -8,8 km Conclusão das obras viárias, com 8 Estações de Embarque e Desembarque e o Terminal Metropolitano de Carapicuíba. Trecho Terminal Carapicuíba - Osasco km 21-2,2 km - Os projetos executivos foram concluídos em 2021. Atualmente, o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso-km 21 Osasco está em operação, atendendo 46 linhas, sendo 34 metropolitanas. Em 2022, a área para a implantação do Viaduto foi desocupada às margens da ferrovia da Linha 8 da CPTM para as obras remanescentes deste trecho viário pela Prefeitura Municipal de Carapicuíba. Entretanto, as obras civis ainda aguardam a elaboração de nova concepção de projeto para a implantação do viaduto. Consequentemente, a EMTU/SP aguarda a emissão da LI do Viaduto Carapicuíba, condicionada à apresentação, por parte da contratada, da aprovação do Projeto Executivo do Viaduto pela CPTM/Via Mobilidade e da obtenção da Portaria do IPHAN para execução do acompanhamento arqueológico. Trecho Osasco Km 21 **-** Terminal Vila Yara - Osasco - -6,7 km + 0,9 km - Obra de reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar -V. Yara, em Osasco finalizado em 2020. O projeto executivo para o trecho viário foi concluído em 2021. A desapropriação de 67 lotes/imóveis para implantação do trecho e de viário complementar de 900 m na Av. dos Autonomistas aguardam liberação de recursos financeiros. Estudos ambientais que visam o Licenciamento Ambiental do viário e paradas estão em andamento. Foi encaminhada solicitação à CETESB/SP para obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI, porém sua emissão está condicionada à desapropriação das áreas necessárias para implantação e da comprovação do início do ajuizamento e imissões de posse junto ao órgão licenciador. O edital para contratação de obras está em revisão, com previsão de início em 2023. SIM/VLT Sistema Integrado Metropolitano/Veículo Leve sobre Trilhos – RMBS - O VLT da Baixada Santista é um sistema de veículo leve sobre trilhos que interliga dois municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, Santos e São Vicente, operado pelo Consórcio BR Mobilidade. É composto atualmente por uma única linha com 11,5 km de extensão de via permanente e 15 estações dotadas de sistemas de portas plataformas. Desde abril de 2015, encontra-se em operação o trecho entre o Terminal Barreiros, no município de São Vicente, e a estação Porto, em Santos. De janeiro a setembro de 2022, o VLT transportou mais de 4,7 milhões de passageiros, uma média de pouco mais de 530 mil passageiros por mês, com uma frota de 22 trens. Comparando com o mesmo período em 2021, a média mensal de usuários transportados teve um aumento de 36,25%, demonstrando que a normalização da demanda está diretamente vinculada ao retorno da população às atividades presenciais e ao término das restrições por conta da epidemia da Covid-19. Trecho Conselheiro Nébias - Valongo - em Santos-8 km - A segunda etapa de obras do Veículo Leve Sobre Trilhos-VLT foi autorizada pelo Governo do Estado em 24/9/2020. O novo trecho segue da Estação de Transferência Conselheiro Nébias até o Terminal Valongo, em vias compartilhadas com o trânsito local e terá capacidade para transportar até 35 mil passageiros por dia. Esta fase terá 8 km de extensão, 14 estações acessíveis, duas pontes, via permanente, quatro subestações de energia, sistema de rede aérea, sinalização viária e urbanização. Com o desenvolvimento das obras e a obtenção da Licença de Operação, prevê-se a entrada em operação parcial em 2023, com obras totalmente concluídas no início de 2025. Até o momento-set/22, o avanço físico encontra-se em 23,93%, com desapropriação total realizada. Trecho Barreiros - Samaritá - em São Vicente-7,5 km - Este terceiro trecho terá 7,5 km e inclui a construção de 1 Terminal, 1 Pátio de Manobras e 3 novas Estações. Os projetos funcional e básico foram concluídos e os estudos ambientais para a obtenção das licenças Prévia, de Instalação e de Operação estão em andamento. O Projeto Executivo será contratado juntamente com as obras e implantação dos demais sistemas necessários à operação do VLT. Trata-se da continuidade do escopo de implantação do empreendimento previsto no contrato da PPP. O início de obras está previsto para 2023 com término em 2025. O licenciamento ambiental está em andamento, aguardando apenas a convocação pelo CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente para realização da Audiência Pública em São Vicente. A emissão da LP está prevista para 2022, junto com a obtenção da Licença de Instalação. Quanto à Ponte dos Barreiros, teve seu Projeto Executivo - que envolveu laudos de inspeção do IPT - concluído e as obras de implantação tiveram início em 2021, com término previsto para 2023. Em decorrência das obras emergenciais executadas pela P. M. São Vicente em julho/2022, serão contratadas obras de reforço da ponte, cujo edital deverá ser publicado ainda em 2022. Operação no Terminal Vila Sônia - SP - Após o início da operação comercial da Estação Vila Sônia do Metrô, 24 linhas gerenciadas pela EMTU/SP passaram a ter ponto final no Terminal Vila Sônia. A integração se dividiu em três fases.: no dia 14/5 foram remanejadas 11 linhas, no dia 21/5 a mudança ocorreu em 5 linhas e no dia 28/5, 10 linhas mudaram seu ponto final para o novo terminal. Novo Secretário de Transportes Metropolitanos de SP - STM/SP. Cartão TOP - No dia 5/11/2021, o Governo de São Paulo anunciou o lançamento do cartão TOP, que representa uma evolução tecnológica em substituição ao cartão BOM. Sua implantação foi feita de forma gradativa, permitindo que as novas funcionalidades não interferissem nos benefícios já proporcionados aos passageiros que utilizavam o cartão de transporte atual. O plano de modernização dos meios de pagamento com as atividades do sistema TOP nos trilhos foi iniciado em setembro de 2019, e em novembro de 2021 o lançamento do cartão TOP foi anunciado como uma etapa fundamental no processo de modernização dos meios de pagamento dos transportes sobre trilhos e linhas de ônibus intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP na RMSP. O passageiro continua com o benefício do desconto na integração entre ônibus intermunicipais e trilhos, podendo o novo cartão integrar funções de pagamento de transporte, débito e crédito, ou apenas para o uso no transporte. A partir de março de 2022 o Cartão TOP já pôde ser utilizado em todas as linhas da EMTU/SP na RMSP, e desde junho em ônibus municipais de Rio Grande da Serra, no ABC Paulista. Agosto foi a vez das regiões de Arujá e Taboão da Serra. São mais de 1,2 milhões de cartões TOP emitidos, mais de 1,3 milhões de cadastros no aplicativo TOP e os Bilhetes Digitais QR Code utilizados no transporte já ultrapassam 185 milhões de unidades vendidas. Bicicletários - Na Região Metropolitana de São Paulo, os bicicletários podem ser encontrados nos terminais Jabaquara, CECAP, Vila Galvão e Luiz Bortolosso. No Grande ABC, o serviço está disponível nos terminais São Bernardo e Santo André Oeste. Na Região Metropolitana de Campinas, os terminais Americana, Hortolândia e Santa Bárbara d'Oeste oferecem o espaço. Já na Baixada Santista, o VLT conta com bicicletário na Estação Barreiros, em São Vicente, e paraciclos nas demais estações. Ao todo, são 1.082 vagas de bicicletários em dez terminais metropolitanos. Na Baixada Santista também são disponibilizados paraciclos com 40 vagas. O uso dos bicicletários e paraciclos é gratuito. Serviço Especial Conveniado -SEC - LIGADO - mais conhecido como LIGADO, foi criado pela Resolução STM nº 19 de 27/2/2009, que autoriza a EMTU estimular a inclusão social das pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida severa, implantando seu atendimento pelo sistema de transporte metropolitano. O SC configura um serviço do tipo porta a porta, gratuito, que transporta há 13 anos alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida severa nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Utilizado por entidades assistenciais ou órgãos dosgovernos estadual, municipal ou federal, mediante convênios ou contratos com a EMTU, o serviço foi viabilizado por meio de um convênio firmado com a SEDUC - Secretaria de Estado da Educação, proporcionando, em média, 137 mil em 2022 - 112 mil em 2021 atendimentos por mês às crianças e jovens regularmente matriculados em 1.100 em 2022 - 1.151 em 2021 escolas da Rede Regular de Ensino - RRE e demais instituições conveniadas ou credenciadas ao órgão. A frota atual é composta por 513 veículos, sendo 86 na RMC e 427 na RMSP, que transporta os 5.004 alunos e 466 acompanhantes. Dos 4.355 passageiros cadastrados na RMSP e 1.115 na RMC, 746 são cadeirantes. Entre novembro de 2018 a setembro de 2022, foram realizados 4.860.068 atendimentos, sendo 1.591.292 atendimentos em São Paulo e Campinas apenas em 2022. A retomada de atendimento após o pico da Covid-19 está sendo gradativamente normalizado de acordo com a demanda, chegando a

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

130.535 atendimentos em setembro de 2022 na RMSP, um aumento de 71,74% em relação à 2021. Na RMC a retomada alcançou 36.163 atendimentos em setembro de 2022, um aumento de 18,19% em relação à 2021. CAPEs - o Centro de Atendimento ao Passageiro Especial funciona desde setembro de 2000 na Região Metropolitana de São Paulo e atende pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que buscam obter a gratuidade nas linhas metropolitanas através do CIPES, conforme a legislação em vigor. São áreas preparadas para prestar o atendimento adequado a estes usuários com todos os dispositivos de acessibilidade necessários, além de dispor de profissionais treinados, incluindo médicos e assistentes sociais. Em Campinas o serviço foi implantado em janeiro de 2009 e, no Vale do Paraíba e o Litoral Norte, está em funcionamento desde maio de 2013. Através do DPE - Departamento de Atendimento ao Passageiro Especial, em 2022 foi mantido o programa de Treinamento Continuado aplicado aos profissionais de todas as Unidades Básicas de Saúde cadastradas, por meio de palestras e treinamentos com esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde responsáveis pelo primeiro atendimento às Pessoas com Deficiência - PcD. Desde o início do Programa de Isenção Tarifária, foram registrados mais de 520 mil cadastros de pessoas com deficiência na abrangência das cinco regiões metropolitanas. CIPES - Carteira de Identificação do Passageiro Especial - Benefício para garantir a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência, de uso exclusivo nas linhas de ônibus metropolitanas operada pela EMTU/SP. A CIPES pode ser obtida nas cinco regiões metropolitanas e a validade do benefício vai de acordo com a legislação, tendo cada CID - classificação internacional de doenças, um período pré-estipulado e concedido às pessoas com deficiência, cuja gravidade comprometa sua capacidade de trabalho, bem como aos menores de 16 anos com deficiência. Com a retomada gradual do atendimento dos CAPEs, foram emitidos 51.468 benefícios até o mês de outubro. Serviço Ponte ORCA Zoo - RMSP - Ponte ORCA Zoo é o transporte especial que faz parte do programa da EMTU/SP para facilitar o acesso da população ao zoológico. Esta linha é operada por 3 micro-ônibus que ligam o Terminal Metropolitano Jabaquara à Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Entre janeiro e setembro de 2022 o Orca Zoo transportou 147.211 passageiros. Treinamento de agentes de trânsito - Entre os dias 16 e 20 de maio, a EMTU/SP realizou treinamento em dez agentes de trânsito de Taboão da Serra para capacitá-los a realizar inspeção técnica veicular em ônibus e coletivos escolares do município. O curso foi dividido em dois módulos, o primeiro com dois dias teóricos, e o segundo com aulas práticas na Unidade da EMTU/SP em São Bernardo do Campo. Ações contra a Covid-19 - Testes de Covid-19: a parceria entre a EMTU/SP e a Prefeitura de Carapicuíba possibilitou a instalação de um posto de testagem gratuita para detecção de Covid-19, atendendo a população do município nos meses de fevereiro e março. Polo de vacinação: entre os dias 27/6 e 1/7, a parceria entre a EMTU/SP e a Prefeitura de Carapicuíba, transformou o Terminal de Carapicuíba em um polo temporário de vacinação contra Covid-19 e gripe-Influenza. No total, 2.238 passageiros tomaram a dose de reforço contra Covid-19 e 2.571 contra a gripe. Ainda em julho, o Terminal Carapicuíba recebeu a Campanha de Vacinação Contra a Gripe a Covid-19 - 4ª dose para 40 anos+, parceria da EMTU/SP e da Secretaria Municipal da Saúde. Foram aplicadas 1.008 doses de vacina. Operação Metropolitana - Reforço de frota e aumento de viagens - A renovação da frota de ônibus da EMTU/SP vem ocorrendo desde 2021 quando o governador prorrogou por 25 anos o contrato da Metra pela operação do Corredor ABD. Entre janeiro e setembro de 2022, a EMTU/SP realizou 242 alterações no itinerário, 294 alterações de tabela horária, 243 ajustes na frota, 79 alterações em terminal, 14 alterações de tecnologia, 57 alterações de denominação, 5 paralisações/cancelamento, 8 criações de linhas, 55 integrações e 4 transformações. A aquisição dos novos veículos está ocorrendo de forma gradual e a contextualização do cronograma dos veículos inseridos em operação são expostos a seguir. Janeiro Em 17 de janeiro as linhas de Osasco, Carapicuíba e Barueri tiveram reforço de frota e aumento de 65 viagens. Foram sete serviços metropolitanos que iniciaram a operação com acréscimo de partidas nos dias úteis, beneficiando diariamente cerca de 16 mil passageiros, operadas na área 2 de concessão da EMTU/SP pelo Consórcio Anhanguera. No dia 15, a Next Mobilidade-ABC Sistema passa a operar o sistema que era atendida pelo Grupo Baltazar, assumindo a operação de cinco empresas do sistema metropolitano gerenciado pela EMTU/SP na região do ABC. A frota de 19 linhas iniciou a circulação com veículos mais novos, adicionando conforto e segurança às viagens realizadas diariamente por cerca de 400 mil passageiros. As linhas eram operadas pela empresa Autoviação Triângulo, Empresa Urbana Santo André, Viação Imigrantes, Viação São Camilo e Viação Riacho Grande. Em 25/1, o ABC paulista recebeu mais 10 ônibus novos nas linhas intermunicipais operadas pela Next brasil. Fevereiro - Em 15/2, o ABC recebe mais 30 ônibus novos da Next Mobilidade, parte do lote de 116 veículos entregues pelo Governador em agosto de 2021. A Next Mobilidade passa a operar o sistema que era atendida pela EAOSA e Ribeirão Pires. Março - Em 10 de março as linhas 307, 392 e 831 das regiões de Carapicuíba, Cotia e Barueri receberam mais ônibus e aumento de 62 viagens aos diasúteis. Os acréscimos nos serviços operados pelo Consórcio Anhanguera beneficiam cerca de 11 mil passageiros. E no dia 19 a Next Mobilidade-ABC Sistema assume 6 linhas operadas pelas companhias Vipe-Viação Padre Eustáquio e Tucuruvi que prestavam serviços em forma de permissão, ambas do mesmo grupo empresarial. A mudança faz parte da reformulação dos transportes metropolitanos no ABC, prevista no decreto do Governador, de março de 2021, que prorrogou de forma antecipada o contrato de 1997 do Corredor ABD de ônibus e trólebus, com a Metra, até março/2026 por R$ 22,6 bilhões. Em troca, a concessionária ficou obrigada a assumir todas as linhas metropolitanas na região, renovar a frota, reformar o Corredor ABD e construir o BRT-Bus Rapid Transit, corredor que ligará São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul e São Paulo. As linhas são: 493 e 493DV1-Vipe; e 008, 047, 123 e 494 - Tucuruvi. No dia 19, o ABC recebe 14 novos ônibus comprados pela Next Mobilidade para operar em linhas metropolitanas da região. Os novos veículos possuem elevador, ar-condicionado, vidro com tratamento fotovoltaico, tomadas USB e wi-fi. Possuem ainda suspensão a ar, permitindo maior conforto aos passageiros e motoristas, além de manutenção mais fácil. Abril - Ao longo do mês de abril diversas linhas do ABC Paulista e cidades metropolitanas gerenciadas pela EMTU/SP, como Santana de Parnaíba, Mairiporã, Franco da Rocha, Guarulhos, Osasco, Arujá, Barueri, Cotia, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Embu das Artes, tiveram aumento de frota e viagens. Foram mais de 67 linhas beneficiadas. Em 24/5, a Next Mobilidade renova a frota das linhas seletivas com um lote de 10 ônibus novos. Entre os serviços seletivos estão as linhas do ABC até o Terminal Rodoviário Tietê. No total serão 15 ônibus novos nas linhas seletivas, do modelo Busscar EL BUSS FT e Chassi Mercedez-Benz 1721 L, suspensão a ar, ar-condicionado, entrada USB, acessibilidade e outros itens de conforto e segurança para os passageiros. A última compra expressiva de ônibus 0 km para estes serviços na região ocorreu em 2011. Maio - Em 3 de maio, a EMTU/SP determinou o aumento no número de ônibus e de viagens, sendo 7 nos dias úteis e uma nos sábados, na linha 6206, que opera entre os municípios de Salto e Itu. Cerca de 2 mil pessoas foram beneficiadas. No dia 12, a linha 490, que liga Taboão da Serra a Osasco, recebeu o acréscimo de 28 partidas nos dias úteis. O serviço operado pelo Consórcio Intervias atende diariamente a 1,4 mil passageiros. Nas linhas 008, 165, 171, 404 e 492, houve aumento de 36 viagens no dia 21 de maio. Os serviços operam em Ribeirão Pires, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, São Paulo, Osasco e Carapicuíba e atendem a cerca de 11 mil passageiros/dia. Junho - Em 4 de junho mais 53 partidas foram acrescidas no número de viagens intermunicipais em linhas que atendem São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires, São Paulo e Suzano. Com estas alterações cerca de 17 mil passageiros foram beneficiados em seus deslocamentos metropolitanos. Julho - No dia 2, o Governador de São Paulo entregou 170 ônibus para atender o Grande ABC. A modernização demandou R$ 70,5 milhões da Next Mobilidade, operadora do Corredor ABD. Os novos ônibus contribuirão para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos cerca de 182 mil passageiros que diariamente se deslocam pelas 96 linhas entre os municípios de Diadema, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A nova frota é composta por 70 ônibus zero quilômetro e 100 veículos seminovos, com chassi Mercedes-Benz, carroceria Caio Apache Vip e motor Euro V, tecnologia que garante eficiência energética e baixa emissão de poluentes. Os veículos possuem ar-condicionado, elevador para pessoas com mobilidade reduzida e são equipados com wi-fi e tomadas USB para recarga de eletrônicos. No dia 7, 10 ônibus zero km começaram a circular nas 79 linhas regulares intermunicipais operadas pela concessionária intervias na região de Itapecerica da Serra, onde o sistema metropolitano gerenciado pela EMTU/SP transporta diariamente 360 mil passageiros entre oito municípios. Mais cinco veículos novos estão circulando nas 167 linhas regulares operadas pelo Consórcio Anhanguera e que atendem a outros 360 mil passageiros na região de Osasco, composta por 11 municípios. No dia 30, a Next Mobilidade adquiriu mais 15 veículos novos para utilização no sistema seletivo. Agosto - Em agosto foi a vez da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte a receber aumento na frota de ônibus. As linhas beneficiadas são operadas pelas empresas Pássaro Marron e Expresso Redenção que operam nas cidades de Taubaté, São José dos Campos, Pindamonhangaba, Caçapava, Natividade da Serra, Redenção da Serra, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Cachoeira Paulista e Cruzeiro. As linhas são: 5204, 5305, 5306, 5313, 5313DV1 e 5407. Ao todo, o acréscimo de ônibus em viagens intermunicipais ocorreu em 73 linhas com acréscimo de 485 partidas. Em 2/8, a Viação Osasco recebeu 10 novos ônibus com ar-condicionado, tomadas USB, e dotados com tecnologia menos poluentes. Os veículos passaram a operar em 27/09 nas linhas 011 e 011PR-Continental - Metrô Armênia. Setembro - Em 5/9, Guarulhos Transportes recebeu 10 novos ônibus com ar-condicionado, tomadas USB e dotados com tecnologia menos poluentes. Outubro - No dia 19, a Next Mobilidade inseriu mais 5 ônibus zero quilômetros em linhas seletivas. Acessibilidade - Terminais acessíveis – Possuem a infraestrutura necessária para facilitar a movimentação dos portadores de deficiência como rampas, corrimãos e escadas rolantes que auxiliam o acesso desses passageiros às áreas interna e externa. Também estão equipados com telefones públicos rebaixados, telefones especiais para surdos-mudos e banheiros adaptados. Veículos acessíveis - A frota de 4.582 veículos de linhas regulares possui acessibilidade ou adaptação para facilitar a movimentação das pessoas com deficiência.

Região Metropolitana	*Idade média da frota(set/22)*	*Veículos comacessibilidade (set/22)*	*Total da frota (set/22)*
RMSP	7,6	3.503	3.737
RMBS	2,36	491	491
RMC	6,16	309	322
RMVPLN	7,05	176	368
RMS	10,33	103	153
Total	*6,64*	*4.582*	*5.071*

Inspeção da Frota, Fiscalização e Operação contra o Transporte Clandestino: *Inspeção da frota* – Nascinco regiões metropolitanas, de janeiro até setembro, foram inspecionados 32.357 veículos dos doissistemas-Regular e Fretamento, sendo 15.336 na RMSP, 1.910 na RMBS, 9.304 na RMC, 3.694 na RMVPLN e 2.113 na RMS. Para promover mais eficiência e segurança aos passageiros do sistema de transporte metropolitano sobre pneus, a EMTU/SP atualizou seu manual de inspeção técnica veicular, considerando 938 pontos a serem verificados, mais que o dobro da versão anterior, na qualeram inspecionados 436 itens. No período de um ano, entre abril de 2021 e abril de 2022, a EMTU/SPrealizou um total de 46 mil inspeções veiculares na frota das cinco regiões atendidas. *Fiscalização* - No período de janeiro a setembro, foram realizadas 59.038 fiscalizações, sendo 18.538 realizadas emcampo e outras 40.500 fiscalizações eletrônicas. Estas últimas tiveram um aumento de 19,54% em relação ao exercício anterior, indicando um incremento desse tipo de fiscalização durante a pandemia.Nesse mesmo período foram 13.620 abordagens em blitz realizadas, cerca de 130% a mais, resultandoem 721 apreensões de veículos, um aumento de 46,25%. Todas essas e outras ações resultaram na emissão de 7.697 multas em todos os sistemas nas cinco regiões metropolitanas. *Operação contra o transporte clandestino* - Entre janeiro deste ano, a EMTU/SP, em conjunto com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, realizou 588 operações contra o transporte coletivo de passageiros nãoautorizados nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. As fiscalizações no período resultaram em 2.115 veículos abordados para averiguação e na apreensão de 269 veículos em operação irregular de transporte de passageiros. O balanço semestral aponta um aumento de 60% emrelação ao mesmo período de 2021, quando foram apreendidos 168 veículos. Além das apreensões, as equipes de fiscalização aplicaram 1.995 autuações em casos de infração nos seis primeiros meses de 2022. Programa Conscientizar da EMTU/SP - No programa Conscientizar, técnicos da EMTU/SPtreinados pela CETESB medem a emissão de material particulado que sai do escapamento dos ônibus movidos à diesel do Sistema Regular e Fretamento. Em caso de irregularidade, o veículo deverá ser adequado ao nível de emissão permitido e passar por nova vistoria. Se o problema persistir, a empresaé multada e os veículos são impedidos de circular até a devida regularização. Durante os nove primeiros meses de 2022, foram inspecionados 7.651 ônibus do sistema metropolitano, obtendo umaaprovação de 24,37% em relação ao total da frota, e 72,74% em relação ao total de veículos inspecionados no período de janeiro a setembro. Esse resultado é otimista quando se compara ao mesmo período em 2021, obtendo um aumento na aprovação de 12,20% em relação à frota total do ano passado.

Região Metropolitana	*Veículos inspecionados*	*% de aprovação*
RMSP	3.663	17,75%
RMBS	1.006	65,25%
RMC	2.062	30,46%
RMVPLN	605	22,79%
RMS	315	15,51%
Total	*7.651*	*24,37%*

Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ **-** A centenária Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ é hoje um complexo que reúne a operação de variados equipamentos voltados ao turismo como: serviços ferroviários, parques e centro de memória ferroviária. As principais ações, projetos e programas desenvolvidos foram: Investimentos - na aquisição de ferramentas e equipamentos para a manutenção e operação das oficinas em geral e na via permanente bem como as obras de reforma do telhado do almoxarifado da Oficina de Pindamonhangaba e a reforma do prédio da sede administrativa em Pindamonhangaba. Frota - Foi dado continuidade à restauração da Automotriz A-6, realizada a reforma da Locomotiva a Vapor, permitindo a volta da operação deste grande atrativo turístico da EFCJ em Campos do Jordão, executada a reforma do CLG -auto de linha, e foram realizadas as revisões e manutenções preventivas para a garantia do funcionamento dos materiais rodantes, sendo automotrizes A1, A3, AL1, A5, A7, V1 e gôndola G2. Na Classe de Passageiros de prefixo CPE-3, foi realizada a substituição e pintura da lona do teto. E pintura do Teto da Classe de Passageiros CPE-2. As ações de manutenção e revisão das automotrizes e carros de passageiros tiveram o apoio do setor de usinagem com a confecção de peças exclusivas à particularidade da frota da EFCJ. Logística - foi realizada a manutenção e revisão geral de todos os veículos pertencentes à frota própria da Estrada de Ferro Campos do Jordão, e deu-se início a um novo contrato de locação de veículos, ao qual foi fornecido cinco novos veículos para ingressar a Frota. O Núcleo de Logística exercendo as atividades de Protocolo verificou a criação de 98 novos

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

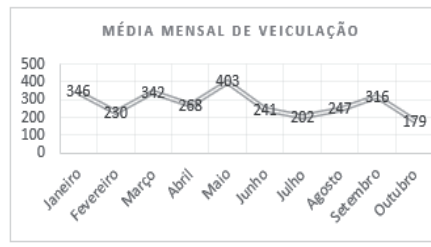
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

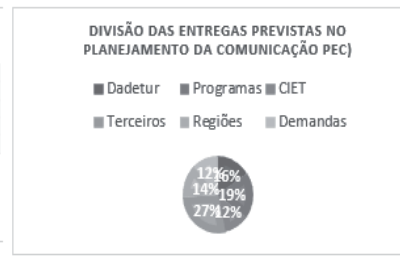
processos. No que se referem aos investimentos aplicados, 41 processos são de aquisição de materiais e 30 de contratação de serviços, mantendo assim, o registro documental de nossos investimentos de forma transparente e bem controlada em conformidade com as normas, métodos e diretrizes da Política Estadual de Arquivo. Núcleo de Compras e Contratações - O Núcleo de Compras e Contratações realizou, aquisições e contratações a saber: Contratação de nova empresa prestadora de serviço de vigilância noturna do Parque Reino das Águas Claras Oficina e escritórios administrativos de Pindamonhangaba; A contratação de Serviço de Confecção de Uniformes para os funcionários do Departamento de Manutenção; Contratação de empresa especializada em manutenção de caldeira e sistema de material rodante da Locomotiva a Vapor; Contratação de empresa de locação de veículos; Contratação de empresa para a prestação de serviço de reforma do telhado do almoxarifado da Oficina de Pindamonhangaba; Contratação de empresa para prestação de sérvio de reforma e instalações do prédio sede da EFCJ em Pindamonhangaba; contratação de empresa para executar o transporte da Locomotiva a Vapor a Campos do Jordão devolvendo o atrativo turístico da EFCJ para Campos do Jordão. Cabe ressaltar que, em fevereiro foi realizada a Concorrência objetivando a permissão de uso para exploração comercial de imóveis localizados em Campos do Jordão, importante ação para aumentar a arrecadação da Ferrovia. Quanto ao conjunto de ações visando melhorias para a infraestrutura da Estrada de Ferro, foram realizadas aquisições de tintas e materiais de pintura, de máquinas e ferramentas, de materiais de solda e de materiais elétricos. Para o próximo exercício, são planejados os processos que darão origem a licitações de grande importância para a EFCJ, como a contratação de projeto e execução das obras de reposição dos cabos da linha férrea da EFCJ, possibilitando o retorno das atividades em Pindamonhangaba. Serviços Operacionais - A EFCJ atendeu até outubro 113.634 usuários, 62,74% a mais que o mesmo período de 2021, 69.825 usuários e 80,06% a mais que 2020, 63.110 usuários. A pandemia da nova corona vírus, fez com que os equipamentos turísticos tivessem suas operações paralisadas em 20/3/2020 e retomadas em parte, de forma monitorada e reduzida, e em 16/9/2020 e plenamente em outubro de 2021. Dos roteiros atingidos pela pandemia estão o Bonde Turístico, o Bonde Turístico Urbano e o Centro de Memória em Campos do Jordão; e o Trem Turístico Piracuama, o Parque Reino das Águas Claras e o Centro de Memória em Pindamonhangaba. Em 2022, destacou-se até agora os Bondes em Campos do Jordão, que transportaram, no período de janeiro a outubro de 2022, 91.005 passageiros e o retorno à operação da Maria Fumaça em junho de 2022, que transportou entre janeiro a outubro de 2022, 11.094 passageiros. Vale destacar também que em julho de 2022 atendemos 23.660 usuários, um crescimento de 67,24% em relação a demanda de julho de 2021, que foi de 14.147 usuários e um aumento de 3,88% em relação a demanda de julho de 2019, onde transportamos 22.776 usuários. Em julho de 2020 não tivemos operação devido a pandemia. Faixa Ferroviária - As atividades de manutenção da via permanente continuam sendo realizadas continuamente, com a limpeza, roçada, poda, capina manual, substituição de dormentes, nivelamento, no trecho de serra. Também foi realizada a pintura do prédio da Subestação Retificadora em Santo Antônio do Pinhal e residências do local, e das paradas ao longo da via férrea. Parque Reino das Águas Claras - Durante a pandemia COVID 19, o Parque Reino das Águas Claras - PRAC ficou fechado ao público e, em decorrência disso, o parque sofreu degradações em função do tempo e foi alvo de vandalismo, danificando assim suas instalações. Dessa forma no presente ano foram desenvolvidas as atividades abaixo a fim de possibilitar a reabertura do parque ao público. Reforma dos Guarda Volumes, Vestiários, Banheiros e Portaria. Restauração dos brinquedos. Pintura das estátuas. Recomposição da Rede elétrica e hidráulica do Parque. Contratação de Empresa de Vigilância Patrimonial Noturna para o Balneário. Fabricação e restauração de 26 portas de madeira. Planejamento e Projetos - foi iniciada a execução do processo de contratação das obras civis de reforma da Estação Sede da Estrada de Ferro Campos do Jordão no que concerne a infraestrutura elétrica e dados, refrigeração, reparos de alvenaria e pintura e recuperação do piso em assoalho de madeira. Foi iniciada também a execução do processo para a contratação de reforma da cobertura das oficinas em Pindamonhangaba para o setor de almoxarifado. Acompanhado o processo de elaboração de projetos para a Concessão da EFCJ no que tange à: separação de documentos, visitas técnicas, disponibilização de acervo e elaboração de respostas aos questionamentos enviados pelas empresas participantes. O departamento tem dado continuidade ainda ao acompanhamento de projetos e obras e fiscalização relacionada à Concessão do Parque Capivari. Ações de Comunicação, Marketing e Turismo - Devido à pandemia da Covid-19 ter continuado no ano de 2022, o Núcleo de Comunicação, Marketing e Turismo manteve as campanhas para o uso de máscaras de proteção facial, cuidados contra a disseminação do coronavírus e mudanças realizadas pelo governo para o controle da pandemia através da afixação de cartazes nas áreas internas e externas da ferrovia, nos trens e vagões, no informativo interno da EFCJ e postagens nas redes sociais. As redes sociais on-line da Estrada de Ferro Campos do Jordão-Facebook, Instagram, Twitter e Pinterest alcançaram quase 8.000 seguidores neste ano, sendo uma importante ferramenta de comunicação e interação com os usuários, colaboradores e a sociedade em geral. Os canais também foram utilizados para a divulgação de informações de prevenção contra a Covid-19, campanhas de saúde em geral, segurança ferroviária e os serviços turísticos e ferrovias da EFCJ. Em parceria com o Fundo Social foi realizada a campanha anual Inverno Solidário, com a disponibilização de caixas nas estações da ferrovia em Pindamonhangaba, Santo Antônio do Pinhal e Campos do Jordão para arrecadação de cobertores novos.

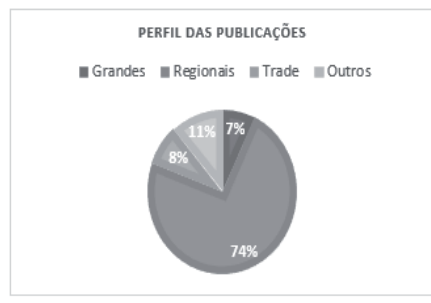
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

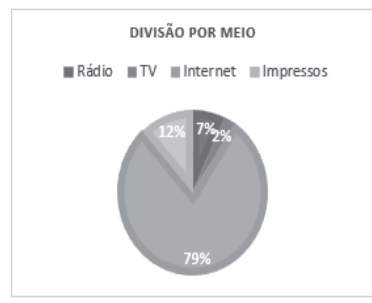
Modelo Operacional - Os eixos estratégicos são: Gestão Estratégica, Inteligência e Inovação: responsável pela produção de informações estratégicas, definição de estratégias de atuação, estímulo à processos inovadores e gestão do Plano de Turismo do Estado de São Paulo; Comunicação e Marketing: responsável pela definição da estratégia de comunicação marketing institucional da secretaria. Gestão Interna: responsável por todo o funcionamento administrativo da Secretaria. Os núcleos representam os principais projetos, tendo os seus eixos se reportando diretamente ao Gabinete: Distritos Turísticos; Portfólio de Áreas para Investimentos em Turismo; Requalificação do Centro da Cidade de São Paulo; Politurismo; Crédito, Captação de Investimentos e Financiamento Internacional; SP Internacional; Infraestrutura Turística - DADETUR; Conectividade; Feiras e Eventos. O monitoramento das ações cabe ao Secretário, ao Secretário Executivo e ao Chefe de Gabinete. Importante ressaltar que a estratégia territorial de atuação da Secretaria é focada nos oito polos de desenvolvimento regional: São Paulo Capital; Campinas e Região; Baixada Santista; Vale do Paraíba e Litoral Norte; Sertanejo; Central; Vale do Ribeira e Alto Paranapanema e Rios Grande, Paraná e Tietê.

Eixos e Núcleos - Eixo Gestão Estratégica, Inteligência E Inovação **-** Responsável pela organização e monitoramento da execução da estratégia da Secretaria, assim como a melhoria de fluxos, processos e gestão do conhecimento e informações. Organização e monitoramento da estratégia de atuação; Melhoria e implementação de ferramentas de inovação nos fluxos e processos da secretaria; Produção de informações capazes de orientar a tomada de decisão de gestores, no âmbito do Centro de Inteligência da Economia do Turismo; Monitoramento do Modelo Operacional da SETUR/SP; Gestão do relacionamento técnico dos projetos desenvolvidos com a Fundação Instituto de Administração da USP - FIA/USP e com a INVESTE São Paulo. Eixo Comunicação E Marketing - Relacionamento com a Imprensa **-** A área de relacionamento com a imprensa da Secretaria de Turismo e Viagens tem como objetivo promover as ações da pasta, do governo do Estado e os atrativos turísticos paulistas ao público geral por meio de reportagens veiculadas na imprensa. Para que isso se concretize, as principais atividades realizadas pelo departamento são: Produção e distribuição de releases- Publicação de notícias no site da Setur-SP - Acompanhamento de atividades em feiras e eventos - Cobertura de ações nos municípios, como assinaturas de acordos e inaugurações - Agendamento e acompanhamento de entrevistas de porta-vozes da Setur-SP. As atividades da área de relacionamento com a imprensa seguem o Planejamento Estratégico de Comunicação-PEC da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, que define os objetivos para a gestão 2019/2022. Dividido em três frentes de atuação - Imprensa, Publicidade e Marketing e Marketing Digital – é composto por 14 entregas que visam contribuir para o desenvolvimento do setor, a geração de negócios, de emprego e renda, além de posicionar a Secretaria como órgão de referência nacional. Em relação à imprensa, o Planejamento Estratégico de Comunicação define que o seu público-alvo são jornalistas dos mais diversos veículos e meios, que deem espaço para a divulgação das inciativas e programas da Secretaria, preferencialmente da editoria de Economia/Mercado. Definido o enfoque-objetivo e os públicos, o PEC indica também os canais e ações mais adequadas para cada tipo de mensagem. Em *Relacionamento com a Imprensa,* o espectro é amplo devido às características do produto turístico paulista, multifacetado, e os diversos meios - jornais, internet, rádio, tevê e veículos-de alcance nacional, regional ou local. O Plano Estratégico de Comunicação prevê abordar seis áreas relacionadas à Setur-SP – Dadetur - Programa da Setur-SP – CIET-Centro de Inteligência da Economia do Turismo – Terceiros - Regiões turísticas - Demandas da imprensa. Para mensurar o trabalho e os resultados obtidos, são produzidos clippings diários e relatórios mensais com dados de publicações na imprensa. De janeiro a outubro, foram 2.774 reportagens publicadas na imprensa relacionada à Setur-SP e suas atividades. Maio foi o mês com a maior quantidade de publicação, com 403 reportagens. Por outro lado, outubro teve o menor número, com 179 reportagens. No segundo semestre, por exigência da legislação eleitoral, o site da Setur ficou sem atualização, o que prejudicou a divulgação das notícias.









Melhores Práticas - Uma plataforma para disseminação de boas práticas para municípios turísticos, reunindo ideias, soluções e criando uma rede de compartilhamento de projetos de sucesso, além de manuais para execução de alguns projetos como Viva Rua SP e Estruturas Náuticas, entre outros. Campanha SP PRA TODOS - O ano iniciou com veiculação em rede nacional da campanha SP Pra Todos em parceria com o SP Visitors & Convention Bureau, por meio de chamamento público. Fóruns em parceria com ABEAR e SPVCB - Foram realizados Fóruns de discussão e debates sobre o turismo no estado, em parceria com a ABEAR e SP Convention & Visitors Bureau e principais jornais do estado - Valor, Estado E Folha De SP. Foram discutidos assuntos como infraestrutura, parques naturais, ecoturismo, eventos. Place Branding - O projeto Place Branding tem como principais objetivos neutralizar estereótipos, gerar identidade única de uma região, possibilitar condições para discursos consistentes, estabelecer narrativa para a marca, posicionar a localidade e estabelecer visão de futuro sobre o turismo, e aumentar a atratividade. Durante o projeto é uma estratégia para identificar imagens e gerenciar percepções sobre as foram desenvolvidas marcas para seis regiões definidas para o projeto do Estado de São Paulo, a fim de levantar seus principais ativos, construir os valores da marca, definir sua identidade visual, brand book e estratégia de disseminação de forma a induzir respostas afetivas dos consumidores, formando assim uma relação significativa entre pessoa e lugar, fortalecendo desta forma o turismo nas regiões: Vale do Ribeira; Polo Cuesta Paulista; Caminhos da Mogiana; Circuito das Frutas; Mantiqueira Paulista; e Litoral Norte. Parques Naturais de SP - Em 2022 foi lançada a marca dos Parques Naturais de São Paulo. Em parceria com

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

a SECOM e SIMA, uma campanha divulgou em aeroportos, tv e web, a natureza do estado que pode e deve ser aproveitada por moradores e turistas. São novos parques e muitas novas atrações que foram estruturadas visando atender melhor aos frequentadores e atrair novos. Campanha Vale do Ribeira- Veiculação de campanha, produzida previamente, divulgando os atrativos do vale do Ribeira por meio de chamamento público, foi realizada em canais fechados e cinemas das principais capitais do país. Redes Sociais - O formato do conteúdo é essencial para que a comunicação possa atingir seu objetivo. Por meio da execução de ações de comunicação, a Secretaria de Turismo relaciona-se de forma direta com o conjunto da sociedade, e pretende atuar seu relacionamento com outros públicosque possam passar a ver São Paulo como um destino a ser considerado. A comunicação digital, comocomplemento, pode contribuir para o atingimento de todos esses objetivos. Cada vez mais, estratégiasde comunicação tradicionais passam a utilizar ferramentas e tecnologias digitais para atender a esses objetivos de forma mais completa e efetiva. Para atuação nessa área é fundamental dominar o processo de construção de soluções também digitais com a utilização adequada das ferramentas e tecnologias com conteúdo capaz de informar, educar, formar ou orientar o público-alvo. Ainda sobreconteúdos, é preciso abordar os vídeos, que têm se despontado como uma fonte de consumo de informação, principalmente com relação a turismo. Desde 2017, as visualizações de vídeos sobre viagem no YouTube cresceram mais de 400%. Além disso, dos turistas que buscam sobre o tema viagem na internet, 38% afirmaram que consultaram a plataforma YouTube para essa busca, o que aconsolida como um meio de referência no setor. É necessário destacar a relevância de canais de vídeos, como a plataforma YouTube, que hoje concentra 2 bilhões de usuários no mundo, sendo o segundo site mais acessado do Brasil e do mundo, com mais de um bilhão de horas de conteúdo em vídeo consumidos diariamente. Mais do que formato de entrega de conteúdo, é preciso também trabalhar no foco da comunicação que, para redes sociais, é inspirar e converter em venda, necessitando do privado promovendo seus produtos de forma conjunta. Com a criação de perfis promocionais para o turismo do Estado, é possível abordar essa temática, trazendo prestadores de serviços e locais de visitação privados, já que a dinâmica da rede permite o compartilhamento de conteúdo a partir de marcação do perfil. Como resultado dessa estratégica, os perfis promocionais, novos até o fim do ano de 2020, atingiram resultados significativos. O Instagram São Paulo Turismo,por exemplo, aumentou em 239% o número de seguidores, em 212% o alcance e em 251% o númerode impressão dos conteúdos da página. Já o Facebook alcançou um aumento de 63% no alcance da página e 47% no número de impressões do conteúdo. Já o YouTube, com o aumento da produção devídeo, obteve um aumento expressivo de 331% nas visualizações e 240% no total de tempo assistido.Conteúdos em redes sociais - Para o ano de 2022, a estratégia de campanhas segmentadas promovendo temáticas de interesse do turismo de SP seguiu operando por apresentar melhoridentificação com o público de redes Sociais. A ação foi realizada em conjunto com os municípios com transmissões ao vivo em pontos turísticos do Estado, de forma virtual, durante o período da pandemia. Ex.: Gastronomia, artesanato, ecoturismo etc. No conteúdo audiovisual as lives foram evoluídas para webséries, com edição mais aprimorada dos conteúdos. Outra estratégia efetivada foi o incremento de conteúdo heterogêneo focado em diferenciação do público-alvo, direcionado para perfis institucionais e promocionais. O ano de 2022 ainda foi de cautela, sem uma abordagem de chamar turistas, mas sim de criar imagem e interesse em temas que o Estado de São Paulo é relevante.Quando iniciamos o retorno das atividades, foi necessário então promover ações que incentivem a retomada de forma segura, despertando o interesse das pessoas a voltarem a viajar. Construção de páginas segmentadas voltadas a entrega de conteúdo personalizado de acordo com temáticas específicas - Construção de página para o CIET - Centro de Inteligência da Economia do Turismo. Página ligado ao site Institucional contendo os materiais e estudos produzidos pelo CIET. Disponívelem: www.turismo.sp.gov.br/ciet. Construção de página para atração de investimento. A Secretaria deTurismo e Viagens, em conjunto com seus parceiros, desenvolveram um portfólio de áreas de interesse turístico com o objetivo de identificar e entregar, para investidores, locais estratégicos paraexploração da atividade. Para a entrega desse conteúdo, foi estruturado um ambiente digital onde as informações estão dispostas de forma dinâmica e funcional. www.turinvestsp.com. Construção de página para o segmento náutico. Construção de página voltada para promoção de destinos e atividadesnáuticos. A atual fase é de revisão de conteúdo e adequação do layout e deverá ser finalizada no primeiro bimestre. www.turismo.sp.gov.br/nautico. Construção de página para o projeto de Rotas Gastronômicas. Construção de página web voltada a promoção do conteúdo de rotas gastronômicas,que identifica os principais empreendedores do ramo de gastronomia e elege os mais representativos.A página conta com conteúdo em texto, imagens e vídeos contando a história de cada empreendedor. https://www.turismo.sp.gov.br/rotasgastronomicas. Construção de página para o projeto de MelhoresPráticas. Desenvolvimento de página web voltada a disponibilização de programas e modelagens para apoio aos municípios turísticos. https://www.turismo.sp.gov.br/melhorespraticas. Revisão e continuidade da estratégia de promoção internacional do destino São Paulo. Foco da comunicação - S*torytelling* -Experiência: a emoção de experimentar e vivenciar o Estado de São Paulo. Estado com natureza exuberante, receptivo, com vida cultural rica e respeito à sua população e seus visitantes. Digital -Promoção com foco em canais digitais – atuando no funil de conversão para gerarvenda em plataformas parceiras. RP - Ações de relacionamento - agenda com porta-vozes do Estado. Influenciadores - nativos digitais que possuem maior influência na sua base. Publicidade -Necessidade de veiculação de campanhas segmentadas ou de temas que sejam relevantes para o público-alvo. Ação de promoção de oportunidade nos Emirados Árabes - Evento: Expo Dubai. Açãorealizada entre os dias 24/10/22 e 31/10/22 em Dubai/Emirados Árabes. As Exposições Universais ocorrem desde 1851, de 5 em 5 anos. São grandes exposições voltadas ao público em geral em que amaior atração são os Pavilhões Temáticos e de países que possuem espaço expositivo, eventos e atrações culturais. Há ainda patrocinadores oficiais que possuem pavilhões e ativações próprias. A Expo é uma importante prioridade do Governo de Dubai para posicionamento regional e global e realiza a exposição em conjunto com o *Bureau International des Expositions* - BIE. O Estado de São Paulo esteve presente durante uma semana no evento com ações que perpassam a atração de investimentos em todas as áreas, tais como turismo, agricultura, cultura, desenvolvimento econômico e meio ambiente que, juntos, construíram uma narrativa única para o Estado, atraindo investimentos,negócios e turistas. As ações do Estado de São Paulo foram coordenadas pela InvestSP, que desenhoua ação em conjunto com as diversas Secretarias de acordo com a linha temática e captou os patrocinadores para o projeto. O turismo de São Paulo esteve presente com um estande dentro da áreaexpositiva de São Paulo, com foco na abordagem do Estado como destino turístico. O espaço no evento contou com fotos e vídeos e uma promotora que forneceu informações sobre o Estado. Obtenção de selo internacional Safe Travels, concedido WTTC, atestando as boas práticas de segurança sanitária dos destinos e criando um cenário favorável a atração de investimento. As cidadespaulistas e estabelecimentos privados do Estado foram autorizados a utilizar o selo Safe Travels, concedido pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo - WTTC na sigla em inglês, para o estado de São Paulo. A certificação atesta as boas práticas intersetoriais do Plano São Paulo quanto à higienee segurança sanitária. O Estado recebeu o selo no final de setembro de 2020 e, por ser considerado embaixador do Safe Travels, em 2022 a certificação do Estado pôde, através da Secretaria de Turismoe Viagens, ser usada pelos municípios que assumissem os mesmos compromissos. As cidades, entidades ou empresas interessadas no selo ainda podem fazer o pedido para a Secretaria de Turismoe Viagens do Estado, informando o seu site e o contato do responsável, além de confirmar a adoção dos protocolos do Plano São Paulo, validados pelo WTTC. O objetivo da ação é agregar a imagem de destino seguro para o Estado, auxiliando na promoção e atração de investimentos externos. Para agregar valor as ações da SETUR, o selo foi incorporado as comunicações institucionais, agregandovalor a imagem de São Paulo enquanto destino turístico seguro. Adventure Week - O Adventure Week é um produto comercializado e executado em parceira com a ATTA - Adventure Travel TradeAssociation, um grupo comercial privado com fins lucrativos, estabelecido e registrado sob jurisdição das Leis dos Estados Unidos da América. AdventureWeek é um evento especializado, onde a ATTA - Adventure Travel Trade Association - seleciona compradores e meios de comunicação paraexperienciar um destino e criar uma visibilidade imediata, bem como aumentar o fluxo de turistas a médio e longo prazo. Durante o ano de 2022, houve ações com a comunidade local e com o público estrangeiro, com o objetivo de estabelecer as relações entre suppliers e com buyers e formadores de opinião internacionais, procurando atrair investimentos para o turismo no Vale do Ribeira. Durante 22 a 31/10 os buyers e formadores de opinião internacionais estiveram no Vale do Ribeira conhecendotoda a potencialidade da região, que deve ser um novo produto para o público estrangeiro. Planejamento, implantação e gestão de ações de mobilização através da capacitação de gestores e empreendedores de setores ligados ao turismo, por meio de produção e disponibilização de conteúdo visando melhorar a percepção sobre produtos e serviços turísticos em regiões, estâncias e municípiosde interesse turístico. O trabalho consiste na área de capacitação para o turismo, compreendendo: a produção de conteúdo informativos, educativos e cases emblemáticos para plataformas digitais; açõesde sensibilização para os programas da SETUR-SP, com capacitação de empreendedores e gestores públicos e privados do setor turístico, podendo ser executados através de parceiros que tenham o mesmo objetivo de finalidade de fomentar o turismo do Estado de São Paulo. Como exemplo podemos citar o SEBRAE-SP - cursos e oficinas, Banco do Brasil - crédito, Caixa Econômica Federal crédito, São Paulo Convention Bureau-captação de eventos e promoção, entre outros. Produção de material audiovisual especialmente produzido de cases emblemáticos relativos ao setor turístico, paraserem utilizados em cursos, oficinas e eventos; gestão dos conteúdos produzidos visando o aumentodo seu alcance em plataformas proprietárias ou de terceiros. Dentre as ações executadas, podemos citar a implantação de conteúdos voltados a capacitar gestores públicos e privados com a produção de conteúdo; transmissão ao vivo de eventos para difusão de conteúdo técnico; produção de séries deduração variada e de programas de curta duração para difusão em redes sociais; e aumento da produção de reportagens audiovisuais informativas. É importante destacar que a ação reforça a atuação da SETUR-SP por meio de produção audiovisual, com produção de conteúdo voltado fomentar a atividade turística não apenas na capital, mas também em municípios e regiões turísticas,além de promover iniciativas relacionadas com o conceito de empreendedorismo, como cursos de capacitação, colaborando com ações de estímulo e formação profissional de novos empreendedores e prestadores de serviços na área de turismo no estado. As ações de gerenciamento foram plenamenterealizadas durante o período de trabalho. A equipe gerencial está presente diariamente na Setur pararealizar as ações de implantação do Programa. Foram realizadas diversas reuniões com as diferentesequipes da Secretaria para alinhamento e atendimento das demandas. Foram realizadas açõesregionais integradas e com abrangência estadual e internacional, como por exemplo a participação naExpoDubai e o encontro com a comissão de assuntos internacionais da ALESP e o cônsul americano,assim como, a divulgação do turismo do Estado de São Paulo junto aos jornalistas de outros estadosdo País. A participação também aconteceu em diversas ações com interlocutores, entidades regionais e representantes do trade turístico, a fim de articular medidas para valorizar as instâncias degovernança do turismo do Estado de São Paulo. As ações realizadas estão de acordo com cada Eixo do Programa: Regionalização - Elaboração de diagnóstico; estruturação e implantação de ações pontuais com municípios e regiões; articulação e mobilização para integração dos municípios. Capacitação e qualificação - Levantamento e estruturação de dados e elementos para diagnóstico e definição das ações de capacitação e qualificação; definição das ementas dos cursos; personalizaçãoe ajustes da Plataforma de Ensino Virtual. Promoção e apoio à comercialização - Levantamento de dados para a estruturação do plano de fomento e promoção; ações articuladas nas regiões com apoio dos interlocutores regionais; acompanhamento de ações da Setur/SP, como por exemplo a Expo Retomada e o evento Intercidades. Foram realizadas várias ações para a interlocução contínua com os munícipios e regiões em relação à sensibilização, articulação, mobilização e integração regional, tais como: Plano de sensibilização, articulação, mobilização e integração regional - Levantamento de informações para o plano de ação de sensibilização, articulação, mobilização e integração regional do turismo do Estado de São Paulo. Canal de interlocução - Estabelecer um canal de interlocução entre as regiões e a SETUR/SP permitindo um fluxo de informações, alimentando o banco de dados e possibilitando o ajuste e correções das ações de planejamento e implantação. Estratégia de regionalização - Através da estratégia de regionalização, como política pública de turismo, as ações envolvendo os municípios e suas respectivas regiões visam fortalecê-los regionalmente atendendo as demandas de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Gestão descentralizada do turismo - Através de ações de fomento e estímulo visando a organização dos polos regionais, a capilaridade das ações e consequentemente a gestão descentralizada do turismo. Com relação a qualificação, foram realizadas as atividades relacionadas à implantação dos cursos de qualificação. Além dos cursos previstos no plano de trabalho, serão integrados na plataforma virtual de aprendizagem, os cursos que estão sendo ministrados pelo CIET, e dessa forma a Setur poderá monitorar e acompanhar a evolução das ações de capacitação em uma plataforma. Diagnóstico - Foi realizado o levantamento de informações sobre capacitação e qualificação existentes no Estado de São Paulo, bem como a identificação de demandas específicas relacionadas à situação atual das políticas públicas de turismo estadual. Plataforma Digital de Ensino - A plataforma digital está apta para utilização. Está previsto o início do credenciamento dos participantes e do lançamento da plataforma virtual de ensino. Estruturação dos cursos - O curso inicial do programa para Gestores Públicos, será o curso de nivelamento conceitual e as informações técnicas sobre o Dadetur. Esse curso atende uma demanda da Setur e dos gestores para que possam realizar os pleitos e entender a lógica de funcionamento do Dadetur. Para o programa que atende a Cadeia Produtiva, o curso será sobre Feiras e Eventos para promoção de destinos, visando atender uma necessidade imediata para apoiar os elos da Cadeia Produtiva na participação dos diversos eventos programados. Implantação dos cursos - O primeiro curso para os gestores públicos tem como escopo o funcionamento do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR. Serão abordados os principais aspectos sobre o DADETUR, como sua estrutura, o Fundo de Melhoria das Estâncias, Convênios e Processos. A intenção é orientar os gestores municipais sobre os recursos e oferecer ferramentas e apoio para o direcionamento correto dos pleitos relacionados ao turismo. Já o primeiro curso para a cadeia produtiva será capacitar os elos da cadeia produtiva do turismo, em relação à participação planejada e organizada dos destinos nos principais eventos relacionados ao turismo. Para o lançamento da plataforma de ensino estão sendo desenvolvidos dois cursos voltados ao acesso à mercados. Tanto para os gestores públicos, como para os atores da Cadeia Produtiva do Turismo. Para os gestores públicos serão lançados o curso de Marketing para Destinos com ênfase nas ações públicas e o curso de Regionalização do Turismo. Para a cadeia produtiva serão lançados os cursos de Marketing para Destinos com ênfase mercadológica, bem como o curso de Regionalização do Turismo para os atores da Cadeia Produtiva do Turismo. Os Cursos EAD são organizados em diversos temas referentes aos principais assuntos definidos para o desenvolvimento do programa. Eixo Gestão Interna - As principais ações para estruturação da gestão interna foram desenvolvidas visando o bom funcionamento diário da Secretaria. Destacam-se os processos rotineiros de contratos e enquadramento de despesas para viabilizar a participação do estado em feiras turísticas nacionais, internacionais e de interesse para a pasta, que se traduz no andamento processual entre os departamentos Centro de Administração - CA, Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos aos Municípios Turísticos - DADETUR, Coordenadoria de Turismo - COTUR, Consultoria Jurídica - CJ e Chefia de Gabinete - CG. Acerca da instalação do órgão no endereço atual, importa destacar a realização de reformas arquitetônicas para alocação de servidores

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

e colaboradores, redistribuição de ambientes e ampliação do número de estações de trabalho, neste ano voltados ao Centro de Administração e DADETUR. Nesse sentido, está em processo a retirada de carpetes desses ambientes para instalação de pisos adequados à higienização. Com vistas ao compartilhamento de informações e capacidades, a Pasta organizou treinamento de servidores recém nomeados, assim como a realização de treinamentos específicos para instrução de apurações preliminares e gestão de contratos. Relação de Convênios derivados de Emendas Parlamentares Individuais assinados em 2022:

Nº emenda parlamentar	Município	Objeto	Estágio processual	Valor total
2022.066.34821	Sales Oliveira	Placa de SinalizaçãoTurística	Convênioassinado	R$ 51.827,77

Núcleos - Distritos Turísticos **-** A regulamentação de Distritos Turísticosno Estado possibilita a atração de investimentos em melhores condições econômicas, de governança, operacionais e estratégicas em áreas geograficamente limitadas, vocacionadas ao turismo. O modelo de Distritos possibilita governança público-privada ampliada sobre áreas específicas de desenvolvimento turístico, trazendo maior atratividade e segurança jurídica para os empreendimentos turísticos em São Paulo. Benefícios dos Distritos Turísticos para a economia do turismo de São Paulo: Melhorar a capacidade do Estado de fomentar e estimular investimentos privados em turismo, adicionando as áreas dos Distritos e suas características ao portfólio de atração de investimentos de São Paulo; Oferecer e desenvolver linhas de financiamento e crédito específicas pelas Agências de Fomento do estado, assim como incentivos tributários; Realizar levantamento e localização precisa de áreas com condição legal e interesse/potencial para desenvolvimento de empreendimentos turísticos; Possibilitar melhor articulação da governança entre empreendedores, setor público e outros atores nas áreas dos Distritos; Reduzir o tempo de instalação, aprovação e início de operação dos projetos. Melhorar a interlocução entre órgãos de controle e instâncias do Poder Público em todos os níveis em áreas de especial interesse turístico; Melhorar as condições para identificação de oportunidades de negócios de turismo em regiões com grande potencial e a formulação de projetos e estudos de viabilidade; Aplicar políticas de concessão e parceria de patrimônio do Estado para empreendimentos turísticos na área dos Distritos; Dispor de um instrumento para atração de âncoras de desenvolvimento regional a partir do turismo. Atividades e resultados: Aprovação do PL 723/2020, tornando-se a Lei 17.374/2021, aprovada em 1/6/21, por 49 votos a 10, na ALESP. Organização interna da Secretaria de Turismo e Viagens para analisar e tramitar Distritos Turísticos. Elaboração de Plano Básico de Implementação de Distrito Turístico do Tipo Natural, sendo base para o Distrito Turístico de Iguape, criado em 30/3/2022. Análise e articulação para criação do Distrito Turístico de Iguape, criado em 30/3/2022. Análise da proposta e suporte técnico ao trabalho de proposição da cidade e empreendedores de Andradina para implementação do Distrito Turístico de Andradina. Criação do Distrito Turístico de Andradina em 27/9/2022, ao cumprir os pré-requisitos e ter seu decreto assinado pelo Governador. Realização das reuniões de Conselho Gestor dos distritos Serra Azul e Olímpia, com avanços em suas organizações institucionais. Instalação do Conselho Gestor do distrito de Andradina, em sua primeira reunião ordinária. Criação do Fórum dos Distritos Turísticos, em dezembro de 2022, para criar uma instância de formulação e discussão permanente do desenvolvimento dos Distritos. Articulação com Secretaria de Logística e Transportes para permitir acesso diferenciado aos Distritos Turísticos em rodovias classe zero no Estado de São Paulo. Articulação com Secretaria da Fazenda para obtenção de isenção de ICMS na importação de equipamentos exclusivamente para parques temáticos, à semelhança de convênio do CONFAZ que foi fechado para Santa Catarina em 2020, com a mesma finalidade. Estudos iniciados para criação de Distrito Turístico no Alto da Mantiqueira. Perspectiva 2023: Apoio ao Fórum dos Distritos Turísticos e à consolidação dos Distritos Turísticos criados. Análise criteriosa e priorização da consolidação dos Distritos existentes sobre a criação de novos distritos, tendo um primeiro ciclo completo após criação, se atendidos todos os requisitos, dos distritos no Alto da Mantiqueira e a partir do Legado das Águas, no Vale do Ribeira. Portfólio De Áreas Para Investimentos Em Turismo **-** Foi publicado um portfólio de áreas a partir do dia 9/6/2021, com o objetivo inicial de conter 50 prédios ou áreas selecionadas no estado de São Paulo com clara vocação para receber investimentos nacionais e internacionais na área de hotelaria e turismo. Essas áreas selecionadas foram, inicialmente, o centro da cidade de São Paulo, o Vale do Ribeira e o Litoral Norte do estado, mas no momento abrange mais de 14 regiões turísticas do Estado. Ao total, se chegou a uma carga inicial de 65 áreas ofertadas no site turinvestsp.com, incluindo áreas que pertencem ao estado de São Paulo e outras áreas que foram identificadas de propriedade privada, e que foram referendadas pelos respectivos municípios. O site consta, ao final de 2022, com traduções em inglês e espanhol, e em sua atualização inclui mais outras 105 áreas e prédios situados em regiões diversas do estado de São Paulo. Encontra-se em constante atualização, com a inserção de áreas que chegam através da Secretaria de Turismo e Viagens ou da Invest São Paulo, sempre com a anuência das Prefeituras Municipais. O portfólio já oportunizou vários negócios e oportunidades de investimento no Estado. Requalificação Do Centro Da Cidade De São Paulo - O objetivo é contribuir para a aceleração do processo de reposicionamento e melhoria de atributos e percepção da Região Central da capital paulista para o turismo nacional e internacional. Sugerir, formular e articular novos mecanismos de incentivo no âmbito do Estado para a indução ao processo de regeneração urbana, melhorando condições de entorno e somando-sea outros esforços públicos e privados. Ação coordenada e complementar na área central de São Paulo, com focos específicos: Programa de Crédito Turístico específico para a região central de São Paulo-Sé e República, com melhores condições de carência e pagamento, buscando incentivar novosnegócios na região e *retrofits*. Estudar possível implantação de um Distrito Turístico na região, possivelmente nas regiões da República e Sé, a partir da Lei dos Distritos Turísticos. Projeto de viabilização de hotelaria na quadra 27 em prédios do Estado, a partir do conceito do Novo Hotel Esplanada. Projeto conceitual e pré-edital para viabilização do projeto do Hotel Esplanada. Projetos especiais para ampliação de oferta turística: Além dos projetos acima descritos, existem outros projetos que se voltam para, em parceria com outras Secretarias e organismos do estado, desenvolvernovos atrativos turísticos para o estado de São Paulo, como é o caso dos projetos da Aldeia de Carapicuíba e do Parque Burle Marx, em São José dos Campos, em que se está buscando o conceito e execução de uma estratégia que envolva arte, experiência e novas atrações próximas à cidade de São Paulo. Centro De Inteligência Da Economia Do Turismo **-** Os trabalhos técnicos do Centro de Inteligência da Economia do Turismo permitiram monitorar e estudar a realidade turística do Estadode São Paulo, bem como as demandas dos agentes públicos e privados envolvidos no desenvolvimento turístico do território em relação a este projeto. Com base nessa realidade, nas prioridades relacionadas à análise das informações estatísticas existentes, podemos destacar: A manutenção de informações consistentes e relevantes para a tomada de decisões, que podem ser aplicadas por agentes privados e públicos coletadas e disponibilizadas desde 2019. Coleta e organização de dados e informações sólidas que permitiram a priorização de projetos. Ampliação deum sistema que permitiu a comparação dos resultados, tanto para avaliar a evolução da atividade turística quanto para estabelecer a situação competitiva de São Paulo e suas regiões em relação aos destinos concorrentes diretos, com mais de 19 indicadores periódicos de turismo. Agregou valor aosresultados do turismo em termos de gastos diretos dos visitantes no destino, geração de notoriedade e imagem positiva, repetição da visita e recomendação a terceiros com 12 relatórios de inteligência turística e 12 boletins mensais de desempenho turístico do estado de São Paulo. As atividades realizadas pelo Centro de Inteligência da Economia do Turismo em 2022 foram fundamentais para aconsolidação da SeturSP como fonte de informação estatística para o turismo: Cálculo de macro indicadores - Em continuidade aos trabalhos realizados desde 2019, foram realizados cálculos de impacto do turismo o PIB paulista, empregos gerados pelas atividades turísticas e arrecadação de impostos para SP e crescimentos na retomada das atividades pós-covid-19. Estimativas de fluxos turísticos 2021 e 2022 - Foram realizados cálculos de impacto da Covid-19 nos fluxos turísticos do Estado de São Paulo, considerando cenários de demanda turística nas regiões paulistas. Estratégias de recuperação do turismo paulista. Foram realizados cálculos de impacto do turismo o PIB paulista,empregos gerados pelas atividades turísticas e arrecadação de impostos para SP. Boletim Turismo/ Covid-19: Foram publicadas 12 edições, com assuntos de relevância para os municípios turísticos: pesquisas, boas práticas no combate à pandemia e ações da SeturSP em todo o estado. Outras atividades - 6 pesquisas de perfil de público em eventos do estado - 12 sondagens setoriais em diversasatividades ligadas ao turismo - Treinamento de equipes locais de pesquisa em diversas regiões. Números do CIET 2019 - 2022: 20 cursos, 9 workshops, 974 alunos, 244 cidades, 110 boletins, 28 relatórios mensais, 19 painéis indicadores, 10 observatórios regionais apoiados, e 65 pesquisas. CIET:Primeiro Membro estadual da América do Sul a integrar a Organização Mundial do Turismo - Em reconhecimento às atividades desenvolvidas ao longo dos 4 anos, o CIET tornou-se o primeiro observatório de turismo estadual da América do Sul membro oficial da Organização Mundial do Turismo/Nações Unidas. O ingresso na Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável-INSTO - sigla em inglês, permite acesso a métodos inovadores de pesquisa e acervo completo da mais importante entidade de turismo no mundo. CIET na mídia - SeturSP na mídia - Desde setembrode 2019, o CIET foi citado em mais de 400 matérias em diversos veículos de imprensa, entre sites, rádio, impressos e TV, representando a SeturSP. Próximos passos: Novos estudos econômicos do setor - Balanço do turismo 2022/ Perspectivas para 2023 - Manutenção de Convênio com o SEADE:PIB, empregos e arrecadação de impostos - Contratação de relatórios de inteligência - Dados 100% doados pela iniciativa privada - Expedia, Clickbus, Airbnb, Trivago - Educação para o turismo: treinamentos de equipes de pesquisa nas prefeituras. Politurismo **-** No que concerne ao eixo de educação para o Turismo, as atividades realizadas foram: Turismo na Escola: Implementamos no segundo semestre de 2021, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, o programa de Eletivas de Turismo. Foram ofertadas 3 eletivas para crianças e adolescentes da rede pública estadual:a primeira focada em turismo de natureza, para alunos do 6° e 7° ano, a segunda focada em turismo cultural, para alunos de 8° e 9° ano, e a terceira focada em redes de turismo e empreendedorismo digital para alunos do ensino médio. O programa segue sendo um sucesso na adesão de professores ealunos às eletivas de Turismo, com mais de 180 mil alunos já capacitados. Ensino à Distância: No ano de 2022, realizamos por meio de ensino à distância e, em parceria com a Fundação Instituto de Administração-FIA/USP, o curso Gestão de Crise, com o objetivo de tentar minimizar os danos oriundos da pandemia de Covid-19 aos destinos turísticos do interior do estado de São Paulo. Emsuas duas turmas, o curso atingiu 600 alunos, com foco em gestores municipais de turismo. Bolsas de Ensino Mestrado e Doutorado: Estamos finalizando em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, um programa de concessão de bolsas de estudo de mestrado, doutorado e iniciação científica. O edital para a concessão das bolsas já está elaborado comdiversas contribuições da academia e do trade de turismo. MBA em Turismo: No segundo semestre,iniciamos as negociações com o Centro Paula Souza, para a implementação de um curso de MBA profissionalizante em Turismo, a partir do segundo semestre de 2023. HUB Politurismo Digital **-** Emparceria com consultoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, entregamos no primeiro semestre, todos os estudos para a formulação da plataforma digital Politurismo. Serviço que deve abrigar todos os projetos e programas descritos neste resumido relato, como também duas plataformas de *matchmaking*. A primeira terá o objetivo de encontrar soluções de base tecnológica para problemas do trade e dos destinos turísticos, e a segunda terá a finalidade de encontrar possibilidades de trabalho segundo as habilidades descritas nos currículos dos usuários da plataforma. O Politurismo Digital também abrigará as atividades do CIET e a plataforma de investimentos em turismo no estado de São Paulo. Crédito, Captação De Investimentos E Financiamento Internacional - Crédito Turístico Orientado **-**Resultado: 166% realizado. Articulação de R$ 3 bilhões de financiamento para o turismo, realizado R$ 5 bilhões, incluindo os investimentos para enfrentamento da crise da COVID 19. O Programa de Crédito Turístico Orientado é composto por ações desenvolvidas e intermediadas pela SETUR para viabilizar o acesso de crédito qualificado destinado a atividades turísticas desenvolvidas por empresas privadas e municípios. Este programa possui ações desenvolvidas ao longo da pandemia para a retomada das atividades econômicas, além de ações que visavam ampliar o investimento turístico no estado de São Paulo. Este programa contou com a parceria de outras instituições, como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Povo, Desenvolve SP, BNDES, ACCrédito e Sebrae. Cabe destacar que além da disponibilização das linhas de crédito para empresas e municípios, a SETUR também realizou capacitações, treinamentos e workshops com esses atores, no contexto do Projeto de Crédito Orientado. R$ 345.883 milhões para 116 projetos + R$ 230 milhões em Giro Pandemia para 695 empresas. MUNICÍPIOS: R$ 384 milhões em 32 projetos. Plataforma digital do programa criada e disponibilizada por meio do site: www.incentivoaoturismo.com.br. Conteúdos de EADs, Oficinas de elaboração de projetos e conteúdo de consultorias individuais desenvolvidos e disponibilizados na Plataforma Digital, já à disposição dos empresários e gestores públicos. Site: https://www.turismo.sp.gov.br/credito - Site Plataforma Digital: https://incentivoaoturismo.com.br/portal/inicio. Cooperação Técnica com BID-Doação dos Recursos - Resultado: 100% realizada. Cooperação técnica realizada com a efetivação da doação de USD 250.000,00. A Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento foi realizada para a fim de criar as condições para a retomada do setor turismo pós-pandemia, propondo a criação de um fundo de financiamento para projetos do setor privado do turismo e um Programa de Financiamento Internacional com estrutura de projetos de infraestruturas turísticas, marketing, posicionamento de mercado, governança e inovação no Estado de São Paulo, e para este efeito, o Banco realizou a doação de USD 250.000,00, financiando assim o Plano de Retomada, Estudos complementares para retomada, Desenho preliminar para Carta Consulta, e Estudos para novas Modelagens de Financiamento. A Cooperação Técnica foi finalizada, com Seminário realizado na Sede da Setur, no dia 30/8/2022, com a entrega dos seguintes elementos: 1 Planejamento estratégico complementar; 5 estudos estratégicos; 1 Carta Consulta; e 1 estudo sobre modelagens de crédito inovadoras para o setor turismo no estado de SP.Site:http://lab4.backsite.com.br/dispositivo/customizado_publico/ferramentas_customizadas/periodo_eleitoral/bid/bid.html#link_233. Programa Mais Turismo SP - Programa de Financiamento Internacional gerado pelo BID - Resultado: 100% realizada. Programa Mais Turismo SP desenhado e encaminhado para aprovações. Programa de Financiamento Internacional com montante de Investimentos de US$ 300 milhões de dólares. Programa Mais Turismo SP foi criado a partir do projeto de Cooperação Técnica com o BID, e objetiva a disponibilização de linhas de crédito para o financiamento de Infraestrutura turística, estruturação de produtos turísticos, marketing e posicionamento de mercado, governança do turismo e inovação para a economia do turismo no estado. Elaboração da Carta Consulta, de acordo com os limites de endividamento do estado. Carta Consulta encaminhada à SEFAZ-SP para aprovação e cadastramento no Sistema da COFIEX-Governo Federal, bem como projeto de lei para ALESP de criação do Fundo Desenvolve Turismo SP. Central do Investidor do Turismo Paulista - em seus formatos físico e virtual, foi criada em setembro de 2021, no contexto do Programa de Crédito Turístico para atendimento e orientação aos investidores, empreendedores e empresários do turismo paulista, quanto a oportunidade de investimentos e novos negócios, como também sobre as diversas linhas de crédito e financiamentos para o setor. A Central realiza atendimentos presenciais da InvestSP e da DesenvolveSP - única Secretaria no Governo do Estado que tem atendimento presencial. No primeiro ano foram 66

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

atendimentos aos empresários e gestores públicos, resultando em R$ 434 milhões em investimentos orientados. 2022: foram 75 atendimentos a empresários e gestores do turismo, orientando o investimento de R$ 353 milhões, totalizando desde sua implementação 141 atendimentos com R$ 787 milhões de investimentos orientados. Portfólio de Áreas para Investimento Turístico - Resultado: 102% realizado. 102 áreas identificadas e cadastradas - A meta era de 100 áreas identificadas e cadastradas. Proposto para 2023 mais 50 áreas captadas. É um projeto realizado em parceria com a Invest SP que cadastrou em página eletrônica mais de 100 imóveis, terrenos ou prédios com potencial turístico no estado de São Paulo em 26 municípios de 11 Regiões Turísticas distintas. Para impulsionar esta iniciativa, foi criado o site turinvestsp.com, onde foram cadastradas, inicialmente, as oportunidades de investimento localizadas no Litoral Sul, Litoral Norte, Vale do Ribeira e Centro de São Paulo. O objetivo é que este portifólio seja um canal de atração de investimentos turísticos no estado de São Paulo. Concomitante à divulgação das oportunidades de novos investimentos no estado de São Paulo, há um esforço permanente da SETUR para atrair investimentos âncoras, principalmente nos Distritos Turísticos, como forma de articular o desenvolvimento do turismo, da renda e do emprego a partir de grandes investimentos. Através do esforço realizado pela SETUR, grandes redes internacionais de hotelaria e grandes investidores internacionais voltaram a ter o estado de São Paulo no radar para implementação de novos investimentos turísticos. Desde o lançamento até final de 2021 foram 65 áreas cadastradas no Portfólio. 2022: Foram identificadas e cadastradas 37 áreas para investimento totalizando 102 áreas em 2022, em 26 municípios, em 11 regiões turísticas. Com projeção para mais 50 áreas até final de 2023. Site: https://turinvestsp.com/. Infraestrutura Turística- Dadetur- Departamento De Apoio Ao Desenvolvimento Dos Municípios Turísticos - aporta recursos em infraestrutura turística, seguindo a legislação estadual que estabelece 70 municípios classificados como Estâncias Turísticas e 140 como Municípios de Interesse Turístico-MIT. Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR aporta recursos em infraestrutura turística, seguindo a legislação estadual que estabelece 70 municípios classificados como Estâncias Turísticas e 140 como Municípios de Interesse Turístico-MIT. Repasses de recursos. No exercício, os recursos do DADETUR iniciaram o exercício descontingenciados, dispondo o departamento do montante de R$ 535.592.893 para investimentos. Deste modo os recursos foram utilizados para objetivar a formalização de novos convênios, bem como, para honrar com o pagamento de obras em andamento, conveniadas entre 2011 a 2017 e que tiveram seus restos a pagarcancelados por decreto em 2018, bem como, obras assinadas em 2018 e 2019 com empenhos parciais. Em relação aos pagamento realizados neste ano, para o pagamento de obras que foram concluídas ouque estão em andamento, a Secretaria de Turismo e Viagens, por meio do DADETUR, possibilitou orepasse de R$137,5 milhões até 31/10/2022, a Estâncias e MITs, para o pagamento de obras conveniadas entre os anos de 2014 a 2022. Atendendo assim, até 30/10/2022, 170 municípios-58 Estâncias e 112 MITs. Quanto a formalização de novos convênios, a expectativa é conveniar mais de 250 novos convênios até dezembro/2022, contemplando 209 municípios classificados como Estâncias e Municípios de Interesse Turístico - MIT, uma vez que apenas um único município não apresentou pleito para utilização dos recursos do exercício.Cenário atual dos Convênios em andamento - O departamento, passou a monitorar a partir de 2019 o cenário de execução de seus convênios em andamento. Assim apresentamos o cenário observado até outubro/2022:

SITUAÇÃO CONVÊNIOS DADETUR 2022

Andamento das Obras	Nº de Convênios	Valor Conveniado Estado
Cancelada	6	R$ 4.631.848,20
Concluída	150	R$ 231.664.162,41
Em execução	348	R$ 410.703.838,28
Em licitação	107	R$ 144.771.661,77
ENCERRADO	796	R$ 702.706.796,17
Não iniciada	35	R$ 42.466.898,16
Paralisada	64	R$ 89.987.469,50
Total Geral	1506	R$ 1.626.932.674,49

Em comparativo com a situação apresentada em dezembro de 2021, no exercício de 2022 odepartamento realizou o encerramento de 131 processos e a conclusão de 136 obras. Pleitos para Novos Convênios - Em virtude do descontingenciamento integral dos recursos do DADETUR, a Secretaria de Turismo e Viagens possui a expectativa de conveniar no exercício, mais de 250 convênios, dos quais 19 convênios já foram celebrados no primeiro semestre. No presente exercício, o Conselho de Orientação e Controle - COC, apreciou e aprovou 310 pleitos municipais de MITs e Estâncias. Foram realizadas 18 reuniões do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, para a análise e aprovações dos pleitos a serem conveniados em 2022. O Conselho, estabelecido por lei, é composto por 9 membros nomeados pelo Sr. Governador. A gestão atual é composta por: 1 de sua livre escolha: Maurren Sparano Gil; 1 indicado pela Secretaria de Planejamento e Gestão: Maciel dos Santos Rocha, posteriormente substituído por Simone Jurgenfeldt de Almeida - Secretaria de Desenvolvimento Regional; 1 indicado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento: Fernanda Kawaoka Tanaka, posteriormente substituída por Ângelo de Angelis; 1 indicado pela Secretaria de Turismo: Wagner Seian Hanashiro, posteriormente substituído por Vanilson Fickert Graziosi; 2 indicados pelo Conselho Estadual de Turismo: José Roberto de Barros Magalhães e Elenice Zaparoli; 3 indicados pela entidade representativa dos Municípios Turísticos, sendo 2 Prefeitos de Estâncias e 1 Prefeito de Município de Interesse Turístico, por meio de lista sêxtupla: Alexandre de Siqueira Braga - APRECESP - Presidente do Conselho; Edvard Alberto Colombo - APRECESP; Cândido Murilo Pinheiro Ramos - AMITESP. Parcelamentos - devolução de recursos ao Erário - O DADETUR também realiza o acompanhamento de convênios não aprovados técnica e contabilmente e que estão em processo de devolução de recursos ao Erário. Atualmente a Secretaria possui 49 convênios em tratativas para devolução de recursos por meio de parcelamento de débitos, além de 10 convênios de um único município que estão em ação judicial no Contencioso da Procuradoria Geral do Estado para cobrança por via judicial. Atualmente, apenas um município está inadimplente quanto ao pagamento do valor devido, assim 48 parcelamentos seguem adimplentes com suas dívidas. Vale ressaltar também que, no exercício, 4 parcelamentos foram concluídos e encerrados, juntos eles recolheram ao Erário nos últimos anos o montante de R$ 1.348.959,78. Outrossim, foram recolhidos ao Erário no decorrer do ano, oriundos do pagamento de parcelamento de dívidas de municípios, a importância de R$ 11.510.168,36. Em tempo, vale salientar também que, o Decreto nº 66.173 de 26/10/2021, autoriza o Secretário da Pasta a assinar parcelamentos em até 48 vezes. O Decreto também substituiu o artigo 16º do Decreto nº 64.757/2020 que autorizava o Secretário a assinar parcelamentos em até 48 vezes. E substitui a Resolução da Secretaria da Fazenda SFP - 21 de 15/4/2021 que estabelecia procedimentos para assinatura de parcelamentos. Agora, de acordo com o Decreto 66.173/2021 a celebração do termo de parcelamento fica condicionada ao prévio registro, em conta do passivo nos demonstrativos contábeis do Município, do valor total do objeto de parcelamento; declaração, firmada pelo respectivo Prefeito, sob as penas da lei, acompanhada de demonstrativos ou informações contábeis detalhadas, de que o ajuste não implica aumento da dívida consolidada líquida do Município, assim entendida a dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, cabe a Secretaria da Fazenda e Planejamento se pronunciar, em cada caso concreto quanto a viabilidade de prosseguimento no parcelamento da dívida. Obras concluídas - Durante o ano, 136 obras conveniadas foram concluídas tecnicamente nos municípios do Estado de São Paulo, classificados como Estâncias Municípios de Interesse Turístico - MITs. CONECTIVIDADE - As ações promovidas pela Secretaria de Turismo e Viagens por meio do núcleo de Conectividade e Programa Stopover têm como premissa a mitigação de gargalos e desenvolvimento de uma rede de transportes multimodal e integrada, com foco em atender as necessidades de deslocamento entre os pontos de origem e destino, por meio dos modais de transportes – aéreo, aquaviário, ferroviário e rodoviário no e para o Estado de São Paulo. A Setur - SP atua como indutora de desenvolvimento econômico e social e de qualificação e crescimento do fluxo de turistas para os Municípios e seus atrativos no Estado. Os custos dos transportes desempenharam um papel fundamental na criação de cidades ao longo da história, e a mudança daqueles custos, na época moderna, exerceu grande influência na maneira pela qual as cidades continuaram a se transformar a nosso redor. Aéreo - A partir de julho de 2019, o ICMS sobre querosene de aviação-QAV foi reduzido de 25% para 12%, tendo como meta a ampliação da oferta de 490 frequências. Em março de 2020, período pré pandemia Covid-19, as operações já estavam em 709 frequências, 45% mais que a meta. As companhias aéreas beneficiadas foram Aéreas Azul, Gol, Passaredo e Latam. Em 2020, no mesmo período, foram incrementadas novas frequências internacionais como a da cia Aérea Argentina Flybondi, com quatro frequências semanais ao Aeroporto Internacional de Guarulhos. O interior do Estado foi contemplado por meio do aumento das frequências ou o início da operação em alguns aeroportos como Araraquara, Barretos e Franca. No ano de 2020 eram esperados voos regulares em pelo menos 13 deles, os quais foram afetados pela pandemia Covid-19. No ano de 2021, com o início da imunização através da vacinação contra a Covid-19, houve uma retomada de 74,6% dos voos domésticos no Brasil até o mês de setembro, em comparação ao período pré-Covid 19, com expectativa de atingir 85% até o final do mês de dezembro. Já no ano de 2022, com a retomada econômica do Estado de São Paulo, foram 863 novos voos partindo do Estado, um crescimento de 76,12% sobre a meta de contrapartida. Programa Stopover - As ações realizadas foram: I Roadshow do Aeroporto do Vale da Fé - SP pra Todos: Ação de captação, promoção, parcerias e ativação de vendas de produtos do Vale da Fé por meio do Aeroporto de Guaratinguetá - concessionado no ano de 2021, para fomento do modal aéreo. Participaram desta rodada de negócios as Operadoras de Viagens CVC Corp, E-HTL, BWT Operadora, Diversa Turismo e Orinter, ademais da cia aérea Azul Conecta, concessionária Voa SP junto ao trade receptivo da região, tais como agências receptivas, hotéis, restaurantes e empresas de transportes, com foco no apoio a negociações que fomentem o aumento do fluxo turístico via modal. Roadshow Gol te lleva a Brasil - Ação de workshop nas cidades de Buenos Aires, Córdoba e Rosario na Argentina, para fomento e captação de fluxo turístico de negócios e lazer ao Estado de São Paulo, em parceria com a cia aérea Gol e a empresa B2LIVE. Segundo dados do Ministério do Turismo em 2019 e do Globaldata registraram que as viagens dos Argentinos ao Brasil foram, 83,4% a lazer, 9,7%por outros motivos, 6,9% negócios e convenções, dos quais, 82% no segmento de Sol e Praia, 11,6% Natureza, Ecoturismo e Aventura, e 4,8% o segmento de Cultura. O gasto médio do turista Argentino para o ano de 2023 segundo as mesmas instituições, serão de US$ 72 em turismo de negócios e US$ 42 em viagens de lazer. Webnar Aeroméxico - Fora realizado um treinamento virtual com representantes da cia aérea Aeroméxico para agências de lazer/corporativas e operadoras emissivas Mexicanas, dos produtos turísticos de lazer e negócios do Estado de São Paulo, para retomada das viagens deste público ao Estado, pois segundo o Ministério do Turismo, antes da Pandemia Covid-19, a média anual de viajantes Mexicanos para São Paulo era de 58 mil. Navios de cruzeiro: Apoio técnico para a retomada da temporada de Cruzeiros 2022 junto as Secretarias de Saúde do Estado de São Paulo e do Município de Santos, Ministério do Turismo, Clia Brasil, MSC Cruzeiros e Costa Cruzeiros. Temporada retomada em 5/3 até 18/4/2022 com quatro Navios, Costa Diadema-4.947 leitos, MSC Preziosa-4.325 leitos, MSC Seaside-5.429 leitos e MSC Splendida-4.363 leitos. Turismo Náutico: Implantação de estruturas náuticas - em água: píeres flutuantes, passarelas e sistemas de ancoragem - em terra: caminho e passeio, deck de madeira, pergolado, mirante, paisagismo e mobiliário urbano, em 13 municípios do Estado de São Paulo - Araçatuba, Avaré, Fartura, Mira Estrela, Pederneiras, Pereira Barreto, Piraju, Presidente Epitácio, Rosana, Rubinéia, Sales, Timburi e Três Fronteiras, com investimento de R$ 20 milhões ademais do lançamento do edital de licitação para contratação de serviço de implantação de estruturas náuticas em mais 3 municípios - Paranapanema, Santa Clara D´oeste e Teodoro Sampaio, com investimento de R$ 10 milhões, totalizando R$ 30 milhões em investimentos no Estado. Início da elaboração de projetos e roteiros náuticos para fomento do turismo náutico no Litoral Paulista e as margens do Rio Paraíba do Sul nos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, Itanhaém, Peruíbe, Ilha Comprida, Iguape, Cananéia, São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, aparecida, Guaratinguetá, Lorena, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Lavrinhas e Queluz, com um total de 26 projetos e investimento de R$ 4 milhões. Criação da página web Turismo Náutico Paulista com apoio do Fórum Náutico Paulista. Página web com foco na segmentação e promoção do Turismo Náutico no Estado de São Paulo, como indutor de desenvolvimento econômico e social nos municípios as margens do mar, rios, lagos e represas, através da exposição e divulgação dos atrativos em águas e terra. Ferroviário: Articulação e apoio para viabilização de implantação de Trens Turísticos junto aos municípios da Região Turística da Fé, ABPF - Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, ANPF - Associação Nacional de Preservação Ferroviária, CPTM e MRS Logística denominado Trem dos Romeiros entre estação da Luz ao município de Aparecida. Junto ao Município de Águas da Prata, ABPF, VLI Logística e o Município mineiro de Poços de Caldas, também com os municípios de Laranjal Paulista, Jumirim, Cerquilho, Boituva e Iperó, Serra Verde Express e Rumo Logística denominado Trem Turístico Raízes do Interior. Terrestre - Turismo de Proximidade: Interlocução junto as locadoras de automóveis Movida e Unidas e o Circuito Litoral Norte, para ações de promoção do Turismo de proximidade tendo como destino os municípios turísticos do Estado de São Paulo. Cicloturismo Paulista: Desenvolvimento da página web Cicloturismo Paulista, com apoio do Ciclocomite Paulista, com foco na promoção dos circuitos ciclísticos nos municípios do Estado de São Paulo e fomento do fluxo turístico através deste segmento. Fomento a ações de Market Place - Em parceria com a Secretaria de Cultura de Economia Criativa do Estado, foram realizadas ações de interlocução e motivação de negociações entre os atrativos Culturais da Capital-Sala São Paulo, Pinacoteca do Estado e MIS - Museu da Imagem e do Som/MIS Experience, junto ao Grupo CVC Corp, Rede Accor de Hotéis e as Locadoras de automóveis Movida e Unidas, para ações de promoção e marketing nos níveis Regional, Estadual e Nacional tendo como premissa o Centenário da Semana de Arte Moderna e os Duzentos Anos de Independência do Brasil. Construção de página para o segmento náutico. Construção de página voltada para promoção de destinos e atividades náuticos. A atual fase é de revisão de conteúdo e adequação do layout e deverá ser finalizada no segundo bimestre. www.turismo.sp.gov.br/nautico. FEIRAS E EVENTOS - O Estado de São Paulo participa de importantes feiras do segmento de turismo e áreas relacionadas com estande promocional, visando a divulgação dos seus destinos, circuitos e produtos turísticos. Especialmente após a retomada gradual das atividades econômicas, paralisadas devido à pandemia de COVID-19, as feiras e eventos têm sido importantes para divulgação do Estado como seguro para receber os turistas. A Secretaria de Turismo e Viagens participa ativamente das feiras e eventos nacionais e internacionais ligadas ao turismo, gastronomia, negócios, investimentos, aventura, entre outros temas, com objetivo de: Inspirar os turistas a visitar São Paulo - Fornecer subsídios aos profissionais da área, como agentes de viagens e operadores a venderem e divulgarem destinos paulistas; Difundir a marca SP Pra Todos; Divulgar São Paulo como um destino de negócios e de lazer; Divulgar São Paulo como um destino seguro e moderno; Lançar produtos e campanhas; Promover a arte, cultura, música, gastronomia, tecnologia, inclusão, diversidade dos destinos do estado; Possibilitar relações de negócios para captação de eventos e investimentos; Promover o turismo de proximidade; Tornar público os programas e ações da Secretaria de Turismo. No ano de 2022 a Secretaria de Turismo e Viagens participou/participará

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

de 32 feiras nacionais e de 09 feiras/missões internacionais, com previsão de atendimento/alcance de aproximadamente 200 mil pessoas. A seguir, o calendário de feiras e eventos nacionais e internacionais com participação da SETUR:

	Nacionais	*Local*	*Data*
1	LACTE	Sheraton WTC - São Paulo - SP	08 a 09 de março
2	Feira de Turismo AVIRRP	Centro de Eventos Taiwan - Ribeirão Preto/SP	18 e 19 de março
3	Expo Fórum Visite São Paulo – 1º semestre	Sheraton WTC - São Paulo - SP	22 de março
4	Fórum da Gastronomia Artesanal	Parque Tecnológico - São José dosCampos	23 de março
5	Feira UGART	Centro de Eventos do Barra Shopping Sul - Porto Alegre	25 e 26 de março
6	Congresso Estadual de Municípios - APM	Campos do Jordão Convention Center - SP	28 a 31 de março
7	World Travel Market Latin America - WTM	Expo Center Norte - SP	05 a 07 de abril
8	AGRISHOW	Ribeirão Preto - SP	25 a 29 de abril
9	Abav Travel SP (Expo AVIESP)	Hotel Monte Real - Águas de Lindóia - SP	28 e 29 de abril
10	Maio Náutico	Tenda de eventos - Bertioga - SP	26 a 29 de maio
11	BNT Mercosul	Centreventos Itajaí - SC	27 e 28 de maio
12	Conexidades 2022	Casa Grande Hotel - Guarujá	07 a 11 de junho
13	Marcha da Fé	Tambaú - SP	19 de junho
14	Expotel	Centro de Convenções Frei Caneca - São Paulo - SP	22 e 23 de junho
15	Prêmio Melhores do Ano - Prazeres da Mesa	Memorial da América Latina - São Paulo - SP	28 de junho
16	UNESCO Expo Creative Cities	Blue Med Convention Center - Santos - SP	18 a 23 de julho
17	LGBT+ Turismo Expo	Hotel Fairmont - Rio de Janeiro - RJ	26 de julho
18	Salão São Paulo de Turismo	Centro de Eventos São Luís - São Paulo - SP	03 a 04 de agosto
19	Winter Bierfest	Campos do Jordão - SP	05 a 07 de agosto
20	Festa do Peão de Barretos	Parque do Peão - Barretos - SP	18 a 28 de agosto
21	Conferência Internacional da Diversidade	Centro Cultural São Paulo - SP	23 a 26 de agosto
22	Equipotel	São Paulo Expo - São Paulo - SP	13 a 16 de setembro
23	Fórum Rotas Gastronômicas	São Paulo - SP (sede SETUR)	29 de setembro
24	ABAV Expo 2022	Centro de Convenções de Pernambuco - Olinda - PE	21 a 23 de setembro
25	São Paulo Boat Show	São Paulo Expo - São Paulo - SP	23 a 28 de setembro
26	Feira do Empreendedor Sebrae 2022	São Paulo Expo - São Paulo - SP	07 a 11 de outubro
27	BTM Brazil Travel Market	Centro de Eventos do Ceará – Fortaleza - CE	20 e 21 de outubro
28	Festuris Gramado	Centro de Eventos Serra Park - Gramado - RS	03 a 06 de novembro
29	Semana Mesa SP	Memorial da América Latina - São Paulo - SP	03 a 05 de novembro
30	ABETA Summit	Oca - Parque do Ibirapuera - São Paulo - SP	30 de novembro a 03 de dezembro
31	Prêmio Top Destinos	Memorial da América Latina – São Paulo - SP	07 de dezembro
32	Expo Fórum Visite São Paulo – 2º semestre	Sheraton WTC – São Paulo – SP	16 de dezembro

	Internacionais	*Local*	*Data*
1	FITUR Madrid	Espanha (Madri)	19 a 22 de janeiro
2	Anato Vitrine Turística	Colômbia (Bogotá)	22 a 25 de fevereiro
3	BTL Lisboa	Portugal (Lisboa)	16 a 20 de março
4	IMEX Frankfurt	Alemanha (Frankfurt)	31 de maio a 02 de junho
5	Brazil Experience Roadshow	Etapa América do Sul (Montevidéu, Assunção, Buenos Aires)	06 a 09 de junho
6	Brazil Experience Roadshow	Etapa Europa (Paris, Frankfurt)	13 e 15 de setembro
7	FIT América Latina	Argentina (Buenos Aires)	01 a 04 de outubro
8	Gol Road show	Argentina (Rosário, Córdoba, Buenos Aires)	08 a 10 de novembro
8	WTM London e Road show Reino Unido	Inglaterra (Londres, Manchester)	07 a 10 de novembro
9	Conferência USTOA	Estados Unidos (Austin – Texas)	28 de novembro a 02 de dezembro

Guia de Rotas Turísticas e Guias Temáticos **-** Mapeamento de Regiões Turísticas - RT, do Estado deSão Paulo e desenvolvimento de guias temáticos, assim como elaboração de um Banco de Imagens com mais de 4 mil fotos de cerca de 250 municípios paulistas. No início de 2022, o guia virtual informativo das Regiões Turísticas Litoral Norte foi lançado. Esse guia foi resultado de um trabalhoiniciado em 2020 pela Coordenadoria de Turismo, onde, graças à interlocução da Região Turística Litoral Norte de São Paulo e das próprias cidades pertencentes a ela - Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela, que enviaram informações sobre diversos atrativos turísticos. Mais de 110 atrativos foram elencados e inseridos às rotas turísticas de diversos segmentos: Bem- Estar e Espiritualidade, Gastronomia Típica, Histórica, Cultura e Arte, Natureza e Aventura, Náuticae Sol e Praia. Ao todo serão disponibilizados 19 guias até dezembro, sendo 16 deles nos idiomas português, espanhol e inglês. Os guias ficarão disponíveis na página oficinal da SETUR e divulgadosjunto às regiões participantes e agências e operadoras de viagens, além de promovidos nas redes sociais oficiais da Secretaria. Rotas Gastronômicas SP **-** O Programa Rotas Gastronômicas SP está inserido nas Rotas Turísticas, da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. O conceito de RotasTurísticas pode ser definido numa linguagem bem simples, por caminhos que se interligam graças a elementos comuns de uma região, sejam eles naturais, geográficos, culturais, sociais e econômicos, podendo ser produtos, gastronômicos ou não, comunidades, crenças, grupos de esportistas, entre outros. Tais elementos, se bem trabalhados e divulgados, promovem um aumento do fluxo turístico em suas regiões, aquecendo a economia local. No estado de São Paulo pode-se destacar: Rotas Cênicas; Rotas Peregrinas; Rotas de Cicloturismo; Rotas Náuticas, e Rotas Gastronômicas. Acreditando que a gastronomia é um forte produto que promove e aquece o turismo de regiões, estados e até países por completo, apostamos em um grande projeto de identificação e divulgação de produtos e estabelecimentos gastronômicos de diferentes regiões turísticas do Estado, lançamos o Programa Rotas Gastronômicas SP, onde, desde julho de 2021, formatamos 7 Rotas, envolvendo 19 regiões turísticas em mais de 170 cidades. Foram mapeadas 7 rotas gastronômicas e, inicialmente, elencados os 30 melhores atores da gastronomia, dentre produtores e proprietários de estabelecimentos gastronômicos. Após uma nova seleção, foram destacados os 15 mais emblemáticos de cada Rota. Aproximadamente 210 produtores/proprietários e estabelecimentos participaram do programa. Cada rota gastronômica tem um chef padrinho ou madrinha, que em muito auxilia os atores, seus produtos e criações. As 7 Rotas Gastronômicas são: Rota Gastronômica Vale do Ribeira. Lançada em outubro de 2021, engloba as Regiões Turísticas Caminhos da Mata Atlântica, Cavernas da Mata Atlântica e Lagamar - Chef Madrinha Morena Leite. Rota Gastronômica Vale do Paraíba & Mantiqueira. Lançada em novembro de 2021, engloba as Regiões Turísticas Rios do Vale, Região Turística da Fé e Mantiqueira Paulista - Chef Padrinho Ivan Achcar. Rota Gastronômica Baixada Santista & Litoral Norte.Lançada em dezembro de 2021, engloba as Regiões Turísticas Costa da Mata Atlântica e Litoral Norte de São Paulo - Chef Padrinho Edinho Engel. Rota Gastronômica das Regiões Turísticas Circuito das Frutas, Águas e Flores Paulista, Bem Viver e Roteiro dos Bandeirantes. Lançada em abril de 2022 - Chef Madrinha Carole Crema. Rota Gastronômica das Regiões Turísticas Alta Mogiana, Caminhos da Mogiana e Lagos do Rio Grande. Com o Chef Padrinho Fábio Vieira, será lançada entre novembro e dezembro de 2022. Rota Gastronômica das Regiões Turísticas Encantos da Anhanguera Central e Serra do Itaqueri. Com o Chef Padrinho Rodrigo Martins, será lançada entre novembro e dezembro. Rota Gastronômica das Regiões Turísticas Pantanal Paulista e Tietê Vivo. Com a Chef Madrinha Tanea Romão, será lançada entre novembro e dezembro. Fórum Permanente das Rotas Gastronômicas **-**Após os atores e suas produções gastronômicas terem sido identificados e elencados através do programa Rotas Gastronômicas SP, objetiva-se divulgá-los e promovê-los para o mercado. Através do programa, o reconhecimento e o sucesso que teve, deu visibilidade a muitas cidades tão pequenas, como Bilac e Águas de São Pedro, mas gigantes em termos de produção gastronômica. A meta atual é eternizá-los dentro desse contexto e criar uma gigantesca base com soluções para possíveis questões que ainda os aflijam, por isso, foi criado o Fórum Permanente das Rotas Gastronômicas. Será um espaço para os produtores, o *trade* turístico, os representantes do poder público e demais membros ouvirem a realidade dos produtores, trocar informações, partilhar casos de sucesso, dificuldades, dúvidas etc. A primeira reunião do Fórum Permanente das Rotas Gastronômicas aconteceu no dia 3 de novembro, na Sala dos Espelhos, no Memorial da América Latina, durante o evento Mesa SP, com a participação de 40 representantes das entidades que compõem o Fórum. Conselho Estadual De Turismo - Biênio 2022/2024 **-** As reuniões foram retomadas em formato presencial e a posse para o Biênio de 2022 a 2024 foi dada na reunião de setembro de 2022. Foi eleito novo Secretário Executivo do biênio, na reunião de 11/10/2022. Registre-se que o Conselho por meio das principais entidades de classe do turismo colabora na divulgação de pesquisas realizadas pela SETUR/SP. Foi criado um Grupo de Trabalho de Turismo Rodoviário com oito Entidades do Conselho e sete Operadores de Turismo Rodoviário, visando buscar instrumentos para o incremento daquele tipo de viagens com destino às cidades do Interior paulista. O trabalho gerou um relatório apresentado na reunião de abril. Atualmente o Conselho se prepara para elaborar propostas nas respectivas áreas, as quais serão debatidas em Grupos de Trabalhos que serão formados. SP Ecoaventura **-** A iniciativa é um fruto de convênio entre a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo e o SEBRAE. Voltada para gestores de empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, tem como objetivo ampliar e consolidar destinos, fortalecendo a cultura da qualidade, da gestão da segurança e da competitividade de empreendedores dos segmentos. O SEBRAE é responsável pela realização de seminários, capacitação em gestão, assessoria técnica às empresas que participam do programa através de atendimento individual e coletivo e a das auditorias visando a certificação do Sistema de Gestão da Segurança, enquanto a SETUR é responsável pelas ações de diagnóstico e promoção. Foram realizados os seminários técnicos dos Polos 5 a 8 nas cidades de Pindamonhangaba, Presidente Prudente, Botucatu e Ribeirão Preto, a capacitação em Gestão de Negócios às empresas aderidas e o início da Assessoria Técnica para implantação da Norma Técnica ISO 21101 - Sistema de Gestão da Segurança para um primeiro grupo de empresas do Programa. A SETUR por sua vez realizou a primeira pesquisa para elaboração do Diagnóstico das Empresas do Programa e a promoção das empresas e destinos no ABETA SUMMIT - Congresso Brasileiro das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, que aconteceu no período de 30 de novembro a 3 de dezembro na cidade de São Paulo. Turismo SP Em Ação **-** A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo e a FIA - Fundação Instituto de Administração realizaram workshops que integram o Programa Turismo SP em Ação - Estratégias & Oportunidades para dinamização de Polos Turísticos, em que serão debatidos gargalos das Regiões Turísticas em infraestrutura, transporte, tecnologia, promoção, sustentabilidade, financiamentos para projetos prioritários, entre outros. Participam representantes públicos e privados dos segmentos que movimentam o turismo e economia da região. A iniciativa tem por objetivo unir esforços para dinamizar o desenvolvimento de 5 Polos Turísticos do Estado, que agregam 19 Regiões Turísticas-RTs e por volta de 200 municípios. Até novembro foram realizados 6 seminários e serão mais 4 até dezembro, além de reuniões virtuais para apresentação de oportunidades e mentorias para as lideranças públicas e privadas de cada Polo. Estes seminários incialmente realizados tiveram como objetivo a apresentação de investimentos estaduais previstos no setor, além de aplicação de dinâmicas para o levantamento dos principais gargalos e oportunidades para dinamizar o turismo, ligados à infraestrutura, capacidade de elaboração de projetos e parcerias estratégicas e governança. Tudo isso com a intenção de criar, fortalecer e impulsionar o desenvolvimento dos polos turísticos. Ao final do Programa, tudo que foi discutido será condensado em um Plano de Ação dinâmico, que servirá como ferramenta para desenvolver o turismo regional de maneira ágil, consistente e integradoao contexto de cada polo e que, acima de tudo, fará sentido para a população, auxiliando a impulsionara geração de emprego e renda. Rota da Luz **-** foi criada, em 2016, com o objetivo de garantir o bem-estar e a segurança das pessoas que realizavam peregrinações para a cidade de Aparecida, a pé, pelo acostamento da Via Dutra. Seu percurso foi criado exatamente para retirar as romarias e peregrinações

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

da estrada, tornando-se uma opção segura para essa grande movimentação, principalmente, durante o mês da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, em outubro. A rota foi criada com o objetivo de uma viagem interior, de reflexão, meditação, contemplação das belezas da região, apreciação das fazendas e do meio rural. É um convite para uma interiorização, uma jornada de fé, superação, reflexão e meditação. Além de tudo isso, o participante é chamado a observar o patrimônio cultural material e imaterial das cidades e de seus habitantes, pois é uma região riquíssima em lendas, histórias, usos e costumes mais do que centenários. Assim como acontece na Via Dutra no mês de outubro e no tempo que antecede a Festa de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, os comerciantes e moradores das proximidades da rota são incentivados a acolher e oferecer alimento, água ou ajuda aos participantes da caminhada, exercitando a solidariedade, o amor fraterno e a misericórdia ensinada por Maria. Com 201 km de extensão, a Rota da Luz tem início em Mogi das Cruzes e término em Aparecida. Estima-se que o percurso seja finalizado entre 4 e 7 dias. Com a finalidade de oferecer uma estrutura receptiva com qualidade, hospitalidade e que privilegie o bem atender, a Associação dos Amigos da Rota da Luz apresentou a demanda de haver pontos de apoio, de parada e de descanso para os participantes da Rota da Luz. Na atualidade, os participantes percorrem o caminho não apenas a pé, mas também utilizando a bicicleta ou o cavalo com meio de transporte. A SETUR está em fase de elaboração de projetos para implantação de pontos de parada, para descanso e contemplação é de suma importância para incrementar a experiência de quem percorre a distância de, em média, 30 km/dia. A contratação em curso prevê a realização de estudo e redação de projeto para construção e implantação de paradouros/abrigos, mirante, ponto de venda de produtos locais, sanitário, ponto de ônibus, *bike station,* bicicletário, mobiliário-bancos e lixeiras, marco da Rota da Luz e de chegada dos peregrinos/caminhantes ao Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, totem de direcionamento e quilometragem, placa de travessia de pedestres, placa padrão para estabelecimentos privados. CADASTUR **-** é um sistema eletrônico de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do turismo. O CADASTUR é um programa do Ministério do Turismo, que conta com a parceria dos órgãos de Turismo estaduais e Distrito Federal para validar os cadastros realizados pelos prestadores do seu Estado. O sistema permite o acesso a diferentes dados sobre os Prestadores de Serviços Turísticos cadastrados, que podem ser meios de hospedagem, restaurantes, acampamentos, agências de turismo, casas de espetáculo, organizadores de eventos, guias de turismo entre outros. Durante o ano realizou as seguintes ações: Suporte técnico aos parceiros do programa de crédito turístico - Desenvolve SP, tem como base os CNAES do CADASTUR para pleito da linha FUNGETUR-Caixa Econômica Federal; Atendimento as empresas que pleiteiam o Selo do Turismo Responsável Ministério do Turismo-São Paulo lidera no país com 6.011 Selos emitidos; Atendimento telefônico e via e-mail a todos os prestadores que compõem 15 segmentos de turismo do Cadastur SP; Alinhamento/orientações com representantes municipais para o Programa de Regionalização do Ministério do Turismo; Fiscalização orientada via acordo de Cooperação Técnica Ministério do Turismo/SETUR SP realizado nos dias 26 a 29 de julho em Bertioga e Guarujá - Meios de Hospedagem - 200 estabelecimentos visitados/notificados aproximadamente; 1059 Credenciais de Guia de turismo enviadas pelos Correios. Vale ressaltar a elevação de pleitos devido a retomada das empresas que compõem os diversos setores do turismo, pós pandemia COVID-19 tendo como consequência o recorde de solicitações do CADASTUR SP, diante do programa de incentivo ao segmento de Organizadora de Eventos - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos-Perse, sendo o certificado CADASTUR requisito obrigatório. Destaca-se o motivo do aumento devido o certificado CADASTUR ser obrigatório para acesso à linha de crédito FUNGETUR - Caixa Econômica Federal via Programa De Crédito Turístico - SETUR SP, bem com administração e repasse da verba pelo banco estadual de fomento DESENVOLVE SP. Outra demanda de destaque, que é obrigatório certificado CADASTUR para os estabelecimentos que se enquadram ao programa do Ministério do Turismo Selo Turismo Responsável.

Ano	Guia de Turismo Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Total por ano
2018	1131	9551	10682
2019	2787	11039	13826
2020	3574	15163	18737
2021	4693	15164	19857
2022	5516	25010	30526

Programa de Regionalização do Turismo **-** O Programa foi lançado em abril de 2004 e trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Ministério do Turismo com os Estados, às Regiões Turísticas e os municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país, sendo um dos instrumentos responsáveis pela definição das áreas, às Regiões Turísticas, o Mapa do Turismo Brasileiro. O Ministério do Turismo, publicará anualmente uma Portaria para definir os critérios obrigatórios e prazos para os Estados, suas Regiões Turísticas e municípios, participarem do Mapa do Turismo Brasileiro, sendo que às informações e documentos, serão inseridos no SISMAPA- Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro, para análise do/a Interlocutor/a Estadual do Programa de Regionalização do Turismo e do Ministério do Turismo. O Estado de São Paulo integrou no Mapa do Turismo Brasileiro de 2022, 47 Regiões Turísticas e 349 municípios, com a possibilidade de aumento deste número de municípios no Mapa, visto que o sistema permanecerá aberto. Participação em Reuniões: 33ª Reunião Nacional dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo - Brasília/DF - dias: 29 e 30/8/2022; 1º Seminário Nacional do PRT + Integrado - Brasília/DF - dias: 22 e 23/11/2022.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - PGE é instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador do Estado. Definidas como essenciais à justiça, suas atribuições estão previstas no artigo 132 da Constituição Federal, no artigo 98 e seguintes da Constituição do Estado e na Lei Complementar 1.270, de 25/8/2015-Lei Orgânica da PGE. Competem à PGE, a representação judicial e extrajudicial do Estadoe suas autarquias, inclusive as de regime especial, exceto as universidades públicas; o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo e das entidades autárquicas;o assessoramento jurídico e técnico-legislativo ao Governador do Estado; a promoção, com exclusividade, no que diz respeito à inscrição, o controle e a cobrança da Dívida Ativa estadual, alémda realização de procedimentos administrativos, inclusive disciplinares, não regulados por lei especial. Para fins de atuação uniforme, a PGE exerce, ainda, a coordenação dos órgãos jurídicos das universidades públicas estaduais, das empresas públicas, das sociedades de economia mista sob controle do Estado e das fundações estaduais. Principais atividades desenvolvidas, por Área de atuação:

Área do Contencioso Geral: Medidas Administrativas, de Reestruturação e Reorganização da Área do Contencioso Geral - Desterritorialização da atuação nas Unidades Regionais, com a criaçãodos Núcleos do Interior. Início e finalização da especialização interna dos Núcleos por temáticas de atuação. Criação do Núcleo Residual Imobiliário. Ampliação das competências do Núcleo Ambiental. Ampliação das competências do Núcleo de Ajuizamento de Ações. Ampliação das competências doNúcleo de Regulações e Contratações Públicas. Ampliação das competências dos Grupo Especial deAtuação do Contencioso. Criação do Núcleo especializado TRT2. Regulamentação dos registros dasdesignações de audiências judiciais e das autodispensas de comparecimento, assim como de medidasacessórias a serem adotadas para fins de controle desses atos. Tratativas para projeto de estímulo à conciliação na área de saúde. Aperfeiçoamento e Integração de Sistemas - Implantação do sistema Attornatus no âmbito do Contencioso Geral, com início e conclusão da migração das bancas para o novo sistema. Conclusão da integração do sistema de controle de processos da PGE com os sistemasde tramitação de processos eletrônicos adotados pelo Tribunal Regional da 15ª Região e pelo TribunalRegional Federal da 3ª Região. Uniformização e estratégia de atuação - Seleçãode modelos institucionais no âmbito da Comissão Permanente para Elaboração e Atualizaçãode Modelos Institucionais-CPAM, incluindo os produtos Relatórios de Questão Sensível para o Contencioso Geral e planilha inteligente para a pesquisa de jurisprudência. Realização de ciclo de encontros no âmbito do fórum de discussão de Estratégias de atuação no Contencioso de Massa. Apoio administrativo - Regulamentação e implantação dos Núcleos de Apoio Técnico Administrativo-NATS, no âmbito do Contencioso, para o fornecimento de suporte nas áreas de contadoria, requisitórios judiciais, obrigação de fazer, solicitação de subsídios e tecnologia da informação. Formatação e tratativas referentes à futura implantação de um setor de cadastros unificados no âmbito do Contencioso Geral, com integração da atividade de cadastro com o Tributário Fiscal. Orientação de Atuação - Edição de 12 portarias, 1 Portaria Conjunta, 4 Comunicados, 5 Comunicados Conjuntos e 1 Orientação Normativa. Revisão de todos os atos normativos e revogação total ou parcial de normas não aplicáveis. Decisões Judiciais Relevantes - Segue breve apanhado das principais vitórias judiciais obtidas pela PGE sistematizadas por tema: Saúde Pública - Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual no qual se pretendia intervenção no funcionamento e operação do sistema estadual CROSS quanto a pacientes do Município de Itapevi - nº 1006181-36.2018.8.26.0271. Decisão favorável em sede de agravo de instrumento para reverter decisão de antecipação de tutela para a concessão do medicamento Risdiplam, de custo estimado de quatro milhões de reais por ano, não indicado para o caso dos autos - nº 3007024-96.2021.8.26.0000. Reversão em segunda instância de sentença que determinava a não observância de fila de espera para realização de cirurgia - nº 1000291- 41.2018.8.26.0587. Vitórias em reclamações perante o Supremo Tribunal Federal para fazer prevalecer a tese do Tema 793 de forma que, no tocante aos medicamentos sob a responsabilidade financeira da União, deve ser reconhecida a incompetência da Justiça Estadual - com envio os autos para a Justiça Federal, a fim de direcionar o cumprimento da ordem de acordo com a repartição de competências no Sistema Único de Saúde entre os entes da Federação - ns. 52.625. Poder de Polícia - Suspensão de liminar que determinava a anulação de ato normativo da Polícia Militar do Estado e intervia nas diretrizes de fiscalização e apreensão de veículos em todo o Estado - SL nº 2289892- 67.2021.8.26.0000. Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual no qual se pretendia intervenção na atividade Estatal de forma a obrigar a criação de equipesde monitoramento da presença de animais e equipes de apreensão de animais que sejam encontradosna Rodovia Paulo Virginio, em quantidade determinada-nº 1000692-29.2019.8.26.0159. Julgamento favorável em ação direta de inconstitucionalidade estadual na qual se questionava a constitucionalidade da Lei Estadual nº 9.470/96, que proíbe a venda, distribuição ou utilização de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e ginásios de esportes, prevalecendo entendimento no sentido da constitucionalidade formal da norma estadual e sua compatibilidade com a legislação federal sobre o tema - nº 037368-14.2021.8.26.0000. Acórdão favorável em mandado de segurança impetrado pelo Sindicato de Professores, no qual se pretendia exercício de poder de polícia exclusivodo Estado, consistente em exercer fiscalização e verificação das condições sanitárias dos prédios escolares em razão do retorno das atividades presenciais - nº 1017005-07.2020.8.26.0361. Improcedência de ação popular em face do Estado de São Paulo e da Fundação Procon/SP, pretendendo seja determinada a elaboração de cartilhas esclarecendo o direito dos consumidores e osdeveres dos fornecedores na compra e venda de máscaras de proteção contra a COVID-19, bem comoa edição de norma dispondo sobre a necessidade de constar nos rótulos das máscaras a comprovação científica sobre a efetividade do seu respectivo tipo na prevenção do contágio, disseminação do víruse tempo seguro de uso - nº 1016970-64.2021.8.26.0053. Servidores Públicos - Suspensão de decisão de primeira instância que determinava ao Estado o provimento de cargos em Hospital Estadual, inclusive mediante a realização de concursos, bem como a criação de novos cargos, a depender de necessidade apurada por órgão externo à Administração Pública, no caso o CREMESP - nº 1000044-06.2020.8.26.0356. Julgamento favorável na ação direta de inconstitucionalidade estadual ajuizada pela Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Civis da Região Sudeste e pelo Sindicato dos Policiais Civis do Estado de São Paulo da Região de Santos contra a Portaria DGP nº 19, de 7/7/2020, que disciplina o uso de redes sociais por policiais civis do Estado de São Paulo - nº 2159487-74.2020.8.26.0000. Suspensões de liminares que interferiam no andamento do concurso deingresso da Magistratura e no concurso de Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estadode São Paulo - nºs 2027853-81.2022.8.26.0000 e 2019405-22.2022.8.26.0000. Vitória em ação popular na qual se questionava a regulação estadual que estabelece a exigência de comprovante de vacinação por servidores públicos (nº 1000482-53.2022.8.26.0100). Acórdão favorável em ação civil pública movida pelo Sindicato dos Professores na qual se pretendia o pagamento, em todo o Estado,de professores cujo contrato de trabalho havia sido suspenso pela Administração no período da pandemia - nº 10221111-98.2020.8.26.0053. Decisão favorável em incidente de uniformização de demandas repetitivas-IRDR, fixando a tese de que o adicional de qualificação não tem incidência sobre adicionais temporais, incidindo somente sobre o padrão ou salário-base - incluindo-se os décimos constitucionais incorporados - do cargo exercido pelo servidor". nº 0018263- 85.2020.8.26.0000. Sentença favorável em ação civil pública ajuizada por Sindicato que questionavaos critérios para pagamento do abono - FUNDEB, previsto na Lei Complementar nº 1.363/2021, estabelecidos e utilizados pela Administração em todo o

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Estado-nº 1017510- 78.2022.8.26.0053. Sentença favorável em mandado de segurança coletivo impetrado por Partido Político em face de ato praticado pelo Secretário Estadual de Educação, objetivando reconhecer a ilegalidade da aplicação de pena ou sanção administrativa disciplinar aos servidores da educação que deixarem de apresentar carteira de vacinação, exigida pela Resolução SEDUC nº 1/2022 - que regulamentou o Decreto Estadual nº 66.421/2022 - para ingresso no local de trabalho em todo o Estado - nº 1005804-98.2022.8.26.0053. Acórdão favorável em segundo julgamento de apelação- após anulação do primeiro - para julgar improcedente mandado de segurança coletivo ajuizado por associação de servidores militares buscando o pagamento de adicional de local de exercício para seus filiados inativos - nº 0600592-55.2008.8.26.0053. Sentença de extinção do processo, sem resolução do mérito, pelo reconhecimento da coisa julgada em ação coletiva ajuizada pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em que se postulavao percebimento de diferenças decorrentes da conversão dos vencimentos em URV, sendo reconhecidaa existência de coisa julgada anterior, decorrente de improcedência na ação coletiva ajuizada pelo Sindicato - nº 0005528-07.2010.8.26.0053. Improcedência de ação popular que pretendia a nulidadeda nomeação do Diretor Técnico de Departamento, do Instituto de Criminalística nº 1049655- 27.2021.8.26.0053. Sentença de improcedência em ação coletiva, onde a Associação dos Aposentados da Fundação CESP-AAFC demandou a FESP e a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA/CTEEP, pretendendo a condenação de ambas à implementação de reajuste decorrente do acordo coletivo de trabalho 2019/2021, no valor de R$ 564,00, incorporando-o ao salário base dos beneficiários da complementação de aposentadoria e pensão, e impedindo as requeridas de realizar reajuste da mesma forma nos próximos períodos - nº 1030832-05.2021.8.26.0053. Previdenciário - Acórdão favorável em Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que manteve a constitucionalidade do artigo 5º da Lei 16.877/18, revertendo decisão que determinou que o IPESP-em extinção - continuasse a pagar a aposentadoria da Carteira de Previdência dos Advogados - nº 0001639-24.2021.8.26.0000. Políticas Públicas - acórdão favorável em ação civil pública para reverter decisão de primeira instância que determinava intervenção e alterava normas e procedimentos da Administração Pública referentes à alimentação de presos quando fora da unidade prisional para prática de atos processuais - nº 1029279-25.2018.8.26.0053. Sentença favorável em ação civil pública que visava a não implementação do Programa Aprender em Casa, impossibilitando a execução de programa estadual para ensino a distância - nº 1019628-95.2020.8.26.0053. Acórdão favorável em ação rescisória com finalidade de rescindir condenação que determinava a limitação de detentos de unidade prisional localizada no Município de Franco da Rocha, em comprometimento à gestão do sistema prisional - nº 2295647-72.2021.8.26.0000. Vitória favorável em segunda instância em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público no qual se discutia a política de gratuidade no transporte público estadual - nº 1001556-26.2021.8.26.0053. Suspensão, em sede de agravo de instrumento, de liminar que interferia na regulação de Unidade Prisional na Região de Franca - nº 1002865-07.2022.8.26.0196. Suspensão, em sede de apelação, dos efeitos de sentença proferida em ação civil pública que resulta em ingerência do Poder Judiciário nas políticas públicas na área de educação, em todo o Estado, relativa à contratação de professores para tratamento especializado de alunos - nº 1008298-08.2018.8.26.0624. Vitória em agravo interno em ação direta de inconstitucionalidade para reverter decisão que suspendia a eficácia de dispositivos da legislação que classifica os Municípios Turísticos do Estado de São Paulo - Lei 17.469/2021, alterando a política pública estabelecida para distribuição de recursos e concessão de incentivos - nº 2296671-38.2021.8.26.0000. Sentença de improcedência em ação civil pública ajuizada pelo MinistérioPúblico com pedido de interdição de Delegacia de Polícia - nº 1072889-38.2021.8.26.0053. Obtenção de liminar em face do Município de São Vicente para remoção de óbice imposto na legislação estadualpara a construção de unidade prisional na circunscrição da municipalidade - nº 1005635-52.2022.8.26.0590. Convênios - Obtenção de liminar para suspender inscrição estadual no CADIN Federal, viabilizando a obtenção de certidão de regularidade fiscal pelo Estado, bem como o recebimento de verbas federais e realização de convênios - nº 5022143-38.2021.4.03.0000. Ambiental - Suspensão de liminar que impedia o prosseguimento do projeto de concessão de bem público, visando à delegação à iniciativa privada para a realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração da área contida dentro dos limites da Unidade de Conservação do Parque Estadual Turística Alto Ribeira - PETAR - nº 12298062-28.2021.8.26.0000. Concessão - Vitória em primeira instância em ação ajuizada por Associação de Indústrias em face da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP questionando procedimento referente ao contrato de concessão entre Estado de São Paulo e a Companhia de Gás de São Paulo, com finalidade de prorrogação por mais 20 anos da concessão de gás canalizado - nº 1043377-10.2021.8.26.0053. Obtenção de efeito suspensivo em agravo para suspensão de liminar que determinava que o Estado de São Paulo e a SABESP assumissem compulsoriamente e sem a observância do regramento vigente a concessão dos serviços de saneamento na área do Município de Sertãozinho - nº 2007058-54.2022.8.26.0000. Resultado favorável em agravos de instrumento para reversão de decisões que suspendiam o projeto de concessão rodoviária do Litoral Paulista - nº 2134384-31.2021.8.26.0000 e nº 3003468-86.2021.8.26.0000. Vitória em segunda instância em mandado de segurança que buscava declaração de nulidade no procedimento para concessão do Zoológico, objeto da Concorrência Internacional nº 2/2020 - nº 1019630-31.2021.8.26.0053. Sentença favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público na qual se pretende a intervenção na sistemática de abastecimento e saneamento em todo o Estado, sem previsão de cobrança de taxa ou ônus financeiro aos usuários, sem observância do planejamento e do regramento das concessões estabelecidas pelas Administrações Estadual e Municipais - nº 1017519-11.2020.8.26.0053. Sentença de perda de objeto quanto ao pedido principal e de improcedência quanto ao pedido alternativo em ação civil pública ajuizada pelo MPF visando alteração de praça de pedágio prevista para o km 315 + 150m da SP 333 para ponto posterior ao trevo de Porto Ferrão e entroncamento com o futuro contorno da BR 153 ou, alternativamente, a instalação do sistema de cobrança por quilômetro percorrido ponto a ponto, na aludida praça de pedágio. Suspendeu, em sede de agravo, de decisão liminar, permitindo a celebração dos contratos de gestão com a FUNFARME-nº 1003807-60.2022.8.26.0189. Contratos - Reversão de liminar que permitia que empresa suspensa pela Administração da participação de licitação para averiguação de possíveis irregularidades participasse de licitação de relevante obra pública na área da saúde - nº 2001652-52.2022.8.26.0000. Vitória em agravos de instrumento no processo de recuperação judicial da concessionária SPMAR para considerar extraconcursais os créditos da ARTESP, permitindo sua recuperação em sede de execução fiscal - nº 1080871-98.2017.8.26.0100. Sentença favorável em ação de reequilíbrio econômico de contrato de concessão ajuizado pela concessionária ViaOeste na qual se pleiteia reequilíbrio do contrato de concessão em decorrência da alteração do padrão tecnológico promovida pela Resolução SLT 13/2011 - nº 1021395-42.2018.8.26.0053. Reversão de liminar, em sede de agravo de instrumento, que suspendia procedimento licitatório destinado à contratação de empresa prestadora de serviços de formação técnico-profissional para os cursos de ensino médio técnico em todo o Estado, obstando a implementação e início dos cursos - nº 2082867-50.2022.8.26.0000. Vitória em segunda instância em ação ajuizada por concessionária na qual se postula o reequilíbrio econômico-financeiro em razão da determinação da SLT de alteração do padrão tecnológico do sistema de arrecadação eletrônica de pedágio - nº 1019499-61.2018.8.26.0053. Improcedência de ações populares, em que se pretendia a declaração de nulidade na contratação direta, com dispensa de licitação, das empresas requeridas SITRAN e FISCAL para a prestação de serviços de imagens de radares de velocidade-nºs 1020279-30.2020.8.26.0053 e 1020299-21.2020.8.26.0053. Improcedência de ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa aforada pelo órgão do Ministério Público de São Paulo em face do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP, sob acusação de dispensa indevida de licitação e superfaturamento no contrato para compra de mistura medicinal de óxido nítrico balanceado com nitrogênio - nº 1029302-63.2021.8.26.0053. Extinção de ação ajuizada pela Associação dos Proprietários de Pátios, Guinchos e Depósitos de Veículos do Estado de São Paulo, em que se pretendia a concessão de liminar para determinar a suspensão da audiência pública designada pelo DETRAN/SP para o dia 19/10/2022, bem como a suspensão dos efeitos das Portarias Detran nº 420/022 e 421/2022 - nº 1061220-51.2022.8.26.0053. Trabalhista - Vitória em segunda instância em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face do Centro Paula Souza na qual se buscava intervenção na gestão de pessoal nas 296 unidades do Centro Paula Souza, bem como indenização de R$ 500.000,00 a título de danos morais coletivos - nº 1001556-26.2021.8.26.0053. Atuação em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto para adoção de práticas e medidas administrativas relativas à jornada de trabalho e intervalo mínimo, com resolução do litígio e redução da potencial litigiosidade envolvendo a questão - nº 0010683-79.2018.5.15.0113. *Área do Contencioso Tributário-Fiscal:* Medidas Administrativas de Reorganização da Área - Intensificação de Meios Administrativos de Cobrança - A desistência e o não ajuizamento de execuções fiscais de dívidas com valores inferiores a 1.200 UFESPs, nos termos da Resolução PGE nº 21/2017, induziu o incremento de meios administrativos de cobrança, com especial relevo para o protesto de certidões de Dívida Ativa. No ano, após tratativas com o Tribunal de Justiça de São Paulo,foi obtida listagem das execuções fiscais com valor inferior ao patamar legal, ainda em andamento, possibilitando a efetiva desistência dos processos e o saneamento das execuções promovidas pelo Estado. A medida propicia a racionalização dos recursos utilizados para a recuperação do crédito fiscal, inclusive aqueles relativos à mão de obra, refletindo positivamente no relatório de protestos. Saneamento das Execuções Fiscais Físicas Ajuizadas pelo Estado de São Paulo-As execuções físicasem trâmite no Poder Judiciário mereceram especial atenção da área. A Portaria SubG-CTF nº 11, de 4/7/2022, instituiu o programa de saneamento e digitalização de execuções fiscais físicas no âmbito do Contencioso Tributário-Fiscal. Esse programa está em execução para os feitos de competência da Procuradoria Regional da Grande São Paulo-PR1, da Procuradoria Regional de Taubaté - PR3 e da Procuradoria Regional de Sorocaba - PR-4, com digitalização e inclusão nos Núcleos de Fazenda Autora apenas das execuções físicas previamente saneadas. A aludida portaria prevê a expansão do programa para todas as unidades do CTF. Sistema Attornatus - Com a aquisição de software de acompanhamento processual - Attornatus - pela PGE, a área do Contencioso Tributário-Fiscal foi a primeira a ter sua atividade processual gerida integralmente pelo novo sistema. A utilização da nova ferramenta de gestão processual foi ajustada pela área fiscal considerando critérios de especializaçãodas bancas, distribuição equânime de demandas, identificação de ações estratégicas, enfrentamento da litigiosidade de massa, bem como o emprego de recursos de gestão e assertividade, como a inteligência artificial. Aperfeiçoamento dos NEPE'S - Núcleos Estaduais de Processos Eletrônicos. Foram criados os Núcleos a que se referem a Portaria SubG-CTF 7/2019, que institui o Núcleo Estadual de Processos Eletrônicos - NEPE no âmbito da SubG-CTF. Foi promovida a especialização dos NEPE's, notadamente o Núcleo de Fazenda Autora - cobrança fiscal que, acompanhando a metodologia empregada no ajuste de perdas -impairment, segmentou o acompanhamento de execuções fiscais de devedores ativos e inativos, objetivando maior celeridade e efetividade na recuperação do crédito tributário com probabilidade de realização - Portaria SubG-CTF nº 12, de 1/8/2022 e Ordem de Serviço SubG-CTF nº 04, de 12/8/2022. Foram também subdivididos os Núcleos de Fazenda autora-cobrança fiscal, para créditos tributários e não tributários, permitindo a atuação e o acompanhamento especializados de execuções fiscais considerando a origem e a naturezado crédito perseguido pelo Estado, com vistas a maior eficiência dessa atividade. Além disso, tambémem 2022, foi regulamentada e estruturada a Assistência de Recuperação de Ativos - art. 24, I, da LC1.270/2015, integrante da Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal - SubG-CTF e composta pelo Grupo de Atuação Especial para a Recuperação de Ativos - GAERFIS, Núcleo de Cobrança Estratégica e o Núcleo de Transação Tributária. O Núcleo de Cobrança Estratégica, tambémcriado em 2022, é responsável pelo acompanhamento de execuções fiscais e/ou devedores previamente selecionados pela SubG-CTF, atendendo a critérios de recuperabilidade do crédito tributário, níveis de atividade, faturamento e situação patrimonial do devedor, além de indicadores constantes de planos e metas de recuperação fiscal. Ainda em 2022 foram especializados por matériaos Núcleos de Fazenda Ré, garantindo uma atuação ainda mais qualificada da defesa do Estado em matéria fiscal - Núcleos de Fazenda Ré Grandes Ações, ICMS, IPVA, Residual - ITCMD e outras matérias, Servidores, Administrativo e Inventários. Além disso, o Núcleo de Grandes Ações foi reestruturado, garantindo maior eficiência no acompanhamento das mais relevantes teses tributárias envolvendo a Fazenda estadual paulista. A criação e especialização dos NEPE's promoveu ganhos significativos de eficiência ao acompanhamento processual da área, viabilizando a um só tempo a equalização das bancas, a uniformização de procedimentos e, acima disso, melhores resultados à atividade-fim do Procurador do Estado, podendo ser assim sintetizados: racionalização das bancas de EF's e ações antiexacionais eletrônicas propostas contra o Estado; unificação de procedimentos, traduzindo ao Judiciário uma atuação concertada e una, com melhores índices arrecadatórios;aperfeiçoamento do acompanhamento processual de ações estratégicas para o Estado, tanto no âmbito da cobrança fiscal quanto na seara da defesa estatal. Resolução Conjunta SFP/PGE 1/2022 -Objetivando o incremento da arrecadação e o combate à sonegação fiscal, foi editada a Resolução Conjunta SFP/PGE nº 01, de 3/8/2022, que prevê, dentre outros, o acesso on-line e consulta plena àsbases de dados de todos os sistemas para os Procuradores do Estado em exercício no CTF e aindaa integração dos sistemas dos órgãos signatários. O compartilhamento dessas informações entre órgãos da Administração tributária do Estado de São Paulo confere maior eficiência às atividades de recuperação, arrecadação e cobrança fiscais no âmbito de ambas as instituições signatárias. Fomentoda Transação Tributária - O instrumento da transação tributária foi tema de estudos e adequações, algumas ainda em curso. Além disso, o instituto foi objeto de fomento por meio da publicação do EDITAL PGE/TR nº 01/2022, de 1/6/2022, que veicula proposta para transação por adesão, com o objetivo de extinguir processos de cobrança de imposto sobre circulação de mercadorias e sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, com inscrição em dívida ativa até 30/4/2022, de devedor em recuperação judicial, com prazo de vigência até 10/12/2022. Ainda sobre o tema, foi publicada a Ordem de Serviço SubG-CTF nº 5, de 26 de outubrode 2022, que orienta a atuação nos processos administrativos de transação tributária, nos termos da Resolução PGE nº 27, de 20/11/2020, e da Portaria SubG-CTF nº 20, de 4/12/2020. Decisões JudiciaisRelevantes - Mandado de Segurança Coletivo nº 1014302-86.2022.8.26.0053 - sentença da 6ª VFP/SP que, acolhendo a tese fazendária, denegou a segurança pleiteada não vislumbrando ofensa aanterioridade na cobrança do DIFAL a partir de abril/2022. A sentença foi mantida por v. acórdão do E. TJSP em sede de Apelação; Arguição de Inconstitucionalidade nº 0033821-63.2021.8.26.0000 - oÓrgão Especial do TJSP deliberou pela rejeição da Arguição de Inconstitucionalidade, a qual se referia ao artigo 61, da Lei nº 13.457/09, que estabelece o voto de qualidade do presidente da Câmaraem caso de empate nos julgamentos realizados no Tribunal de Impostos e Taxas-TIT. Suspensão de Segurança nº 2062922-77.20228.26.0000 - suspendidas as liminares obtidas pelos contribuintes que determinavam o não pagamento do diferencial de alíquota do ICMS em 2022. Acolhido o argumentode que as decisões eram capazes de gerar danos à gestão fiscal e às finanças de São Paulo neste ano,diante do efeito multiplicador. A estimativa projeta R$ 1,63 bilhão a ser arrecadado de Difal entre abril e dezembro. Tema nº 1177 do STF - O Supremo Tribunal Federal entendeu que - A competênciaprivativa da União para a edição de normas gerais sobre inatividades e pensões das polícias militarese dos corpos de bombeiros militares-artigo 22, XXI,

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

da Constituição, na redação da Emenda Constitucional 103/2019 - não exclui a competência legislativa dos Estados para a fixação das alíquotas da contribuição previdenciária incidente sobre os proventos de seus próprios militares inativos e pensionistas, tendo a Lei Federal 13.954/2019, no ponto, incorrido em inconstitucionalidade. Trabalho da SubG-CTF em conjunto com a Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília para modulação dos efeitos, preservando-se a higidez dos recolhimentos da contribuição de militares, ativos ou inativos, e de seus pensionistas, efetuados nos moldes inaugurados pela Lei 13.954/2019, até 1/1/2023. Peticionamento, despacho de memoriais e encaminhamento de e-mails institucionais ao Gabinete da Presidência do STF. Contato com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do Tribunal de Justiça para divulgação do novo precedente a todas as unidades judiciárias. Contato e orientação formal da São Paulo Previdência para cessar a aplicação da Lei Federal nº 13.954/19 no Estado de São Paulo a partir de 1/1/2023. Mandado de Segurança nº 1017327-78.2020.8.26.0053 - acórdão do TJSP confirmou a sentença denegatória da segurança impedindo que a impetrante utilize saldos credores de ICMS, no importe total de R$ 497.626.784,63, para quitar valores de ICMS devidos por substituição tributária. Reclamação constitucional 54.327/SP - assegurou a aplicação da modulação do Tema 1093, para o termo a ser considerado para fins de aplicação da tese, em relação às ações em curso, seja a data da sessão do julgamento-24/02/2021 e não a da publicação da ata do julgamento - 3/3/2021. Ação Ordinária nº 1000152-80.2021.8.26.0071 - TJSP reconheceu a incidência de ICMS, afastando a aplicação da Súmula 334, do STF, no caso concreto sobre o serviço de comunicação multimídia-SCM. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2250266-75.2020.8.26.0000 - proposta pela FIESP, questionava a constitucionalidade do artigo 22, incisos I e II e § 1º, da Lei Estadual nº 17.293, de 15/10/2020. Ação julgada improcedente pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ação Popular nº 1007104-97.2022.8.26.0602 – questionava prejuízos sofridos pelo Município de Sorocaba em razão de supostas renúncias fiscais pelo Governo Estadual. A ação foi extinta sem julgamento de mérito, com condenação do autor ao pagamento de multa por litigância de má-fé em 1,5 % sobre o valor da causa, que é de R$ 1.350.000.000,00. Grupo de Autuação Especial para Recuperação Fiscal-GAERFIS. O GAERFIS é uma equipe de trabalho composta por 12 servidores públicos-9 Procuradores do Estado, 2 Executivos Públicos e 1 Oficial Administrativo, destacados para desenvolver atividades proativas contra a macrodelinquência tributária, a sonegação fiscal e a contumaz e preordenada inadimplência fraudulenta de tributos estaduais, sobretudo o ICMS, e tem - nos últimos anos - contribuído para melhorar a performance do poder público estadual no desempenho da atividade de arrecadação e recuperação do crédito tributário estadual, a partir da internalização das melhores práticas de recuperação de ativos desenvolvidas por outros órgãos públicos e pela iniciativa privada, especialmente a adoção de técnicas específicas de investigação societária e patrimonial, com o cruzamento de dados que permitem a identificação de grupos econômicos irregulares ou de fato, interposições fraudulentas de pessoas - alaranjamento e ocultação, esvaziamento e blindagem patrimoniais voltadas à perpetuação do ilícito tributário. Inúmeras estratégias de atuação proativa foram incorporadas ao longo dos anos pelo GAERFIS, destacando-se: identificação de setores sensíveis, em que a fraude fiscal e a inadimplência fraudulenta esteja mais presente, permitindo ação integrada, rápida e eficaz; mapeamento dos principais devedores do Estado para a tomada de decisões; intensificação do trabalho interinstitucional síncrono com instituições parceiras, tais como o Ministério Público e a Secretaria de Fazenda e Planejamento no combate à sonegação fiscal; permanente identificação de novas fontes - abertas e fechadas - de informações e recursos que permitam o melhor desempenho da atividade de combate a fraudes fiscais; o monitoramento permanente-full time, das ações judiciais, inclusive com o uso de recursos tecnológicos-bots, que identificam e informam ao usuário qualquer movimentação processual; despachos, apresentação de memoriais e realização de sustentações orais nos Tribunais; atualização e aperfeiçoamento constantes de seus integrantes. Foi mantida a modelagem de atuação integrada do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos-CIRA/SP, criado pela Resolução Conjunta SFP/PGE/MP nº 01/2020, com a participação efetiva da PGESP, do MPSP e da SFP, inclusive em operações de impacto e cumprimento de mandados judiciais de busca e apreensão, com destaque para as nominadas operações Noteiras, Nuvem de Fumaça e Resina Fria, além de inúmeras reuniões de trabalho para alinhamento e desenvolvimento conjunto de atividades de combate à sonegação fiscal. No corrente ano houve um significativo aumento de medidas judiciais adotadas diretamente nas execuções fiscais em face de executados originários - como a penhora de recebíveis - visando bloquear ativos futuros e induzir devedores do fisco paulista a se regularizarem com a apresentação de proposta de parcelamento ou de transação tributária. Essa estratégia foi implementada sem prejuízo das medidas excepcionais de corresponsabilização, como os incidentes de desconsideração de personalidade jurídica e as medidas cautelar fiscais - preparatórias ou incidentais, as quais no mesmo período culminaram na atribuição de responsabilização tributária ou patrimonial a 22 pessoasjurídicas e 21 pessoas naturais. Em consequência dessas atividades, no decorrer do ano foram obtidos os seguintes resultados de bloqueios judiciais e outras providências congêneres, exclusivamente nos casos sob acompanhamento do GAERFIS: R$ 24.040.291,68 em ativos financeiros via SISBAJUD; R$ 264.787.466,11, correspondente a 189 imóveis urbanos e rurais; R$ 7.700.000,00, equivalente a 77 veículos automotores; R$ 500.000,00, referente a uma embarcação; R$ 175.966.025,44, correspondente a 32 marcas; R$ 816.068,00 a título de penhora de faturamento; e R$ 52.410.483,85 em penhoras de recebíveis; R$ 35.658.487,83 em reconhecimentos judiciais de fraudes à execuções. Destaque-se, ainda, segundo levantamento realizado mediante acesso direto à conta fiscal e ao sistema da dívida ativa, a quantia de R$ 28.076.666,19 a título de recolhimento do tributo corrente e R$ 125.050.958,81 em recolhimentos de valores inscritos em dívida ativa, envolvendo os casos sob acompanhamento do GAERFIS apenas no ano de 2022. Com o mesmo recorte, apurou-se, também, que foram celebrados parcelamentos que totalizam R$ 214.237.445,70 e deferidas transações tributárias no montante equivalente a R$ 214.303.498,27. Além dos resultados acima mencionados, que traduzem a atividade típica de recuperação de ativos, destacam-se as atuações voltadas à defesa de atos praticados pela Administração Tributária que determinaram a nulidade de inscrição estadual -PCN's, impuseram regimes especiais de fiscalização-REX's e cassaram inscrições estaduais-PAC's, providências indispensáveis ao enfrentamento da fraude fiscal estruturada e da sonegação sistemática de tributos. Não menos importante foi a atuação pontual em processos de recuperação judicial e falência, além da atuação como assistente de acusação do Ministério Público estadual em processos envolvendo sonegação fiscal e crimes correlatos. Os números mencionados indicam que o investimento na atividade de recuperação de ativos, aliado às atuais modelagens jurídicas de resolução alternativa de litígios, especialmente a transação tributária, imprimem um estímulo sadio de renegociação de tributos ao mesmo tempo em que denota o desenho de uma nova política pública de compliance tributário, com potencial de reduzir significativamente o risco moral - moral hazard, ao estimular os contribuintes paulistas a adotarem um padrão sustentável de regularidade fiscal e, ao mesmo tempo, desestimular a cultura que se verificou nas últimas décadas de devedores oportunistas que preordenam a sua inadimplência - com visíveis e nefastas consequências concorrências - na expectativa de uma adesão futura a programas extraordinários de parcelamento com fortes e incondicionais descontos, implementados por pressão de segmentos da economia ou por necessidade de incremento imediato de recursos ao erário. Procuradoria da Dívida Ativa - PDA - A Procuradoria da Dívida Ativa é responsável pelo controle e gestão da dívida ativa. Sobre o estoque da dívida ativa foram realizadas as atividades abaixo descritas e foram implementadas as melhorias abaixo especificadas em 2022. Saneamento da Dívida Ativa - Realizado de forma contínua, tem a finalidade de sanear a base de dados, conferindo maior verossimilhança ao estoque da dívida ativa do Estado de São Paulo. No ano de 2022 foi baixado por prescrição o montante de R$ 1.580.679,50. Foram cancelados R$ 10.550.698.944,60. Segmentação do Estoque da Dívida Ativa - A segmentação do estoque da dívida ativa busca classificar cada débito conforme a situação do contribuinte - ex: falido, cassado, não encontrado, suspenso, ativo, inativo etc. de modo a identificar os débitos com maior possibilidade de recuperação. Para 2022, a dívida ativa foi segmentada para 1.272.208 débitos de empresas ativas no montante de R$ 142.992.710.336,06; 1.587.951 débitos das empresas nas situações de falidas, cassadas, suspensas, não encontradas e inativas, que devem a soma de R$ 219.248.625.512,97; e 3.716.123 débitos de pessoas físicas, no montante de R$ 12.003.364.962,00. Ainda para fins de segmentação do estoque, identificamos os débitos que estão suspensos, não podendo ser cobrados de forma ativa, bem como os que estão garantidos com depósitos, seguros garantias e cartas de fiança, perfazendo 62.608 débitos, no montante de R$ 24.322.534.628,97. A segmentação da dívida ativa com a nova metodologia de impairment aprovada pela Secretaria da Fazenda, que identifica devedores com débitos parcelados, suspensos, garantidos e com arrecadação, já foi aplicada, especialmente para os 500 maiores devedores do Estado, permitindo-se a certificação da aplicação de todos os fluxos de cobrança existentes para esses devedores ainda em novembro de 2022. Programas de Parcelamentos - O programa de parcelamento ordinário de ICMS foi disciplinado na Resolução Conjunta SFP/PGE nº 02/2021, que permitiu além dos parcelamentos de ICMS já existentes, o parcelamento de débitos de ICMS objeto de procedimentos criminais e os de ICMS ST e ICMS FECOEP, como programas permanentes. Até 30/11/2022 estavam parceladas 123.403 dívidas ativas nesse programa, no montante de R$ 4,2 bilhões de reais. Foram arrecadados R$ 915.661.118,11 até novembro de 2022. O programa de parcelamento de IPVA foi previsto na Resolução SF/PGE nº 02/2018 e na Resolução PGE nº 05/2022. Em 30/11 havia 20.148 débitos parcelados, no montante de R$ 22,6 milhões. Foram arrecadados R$ 45.854.509,77 até novembro de 2022. Débitos não tributários, tais quais os oriundos das Secretarias do Meio Ambiente, da Saúde, da Segurança Pública, Alesp, TCE entre outros, podem também ser parcelados em razão da publicação da Resolução PGE de nº 44/2019. Estão parceladas no sistema da dívida ativa 3.319 CDAS diversas das tributárias, no montante de R$ 140 milhões. Foram arrecadados R$ 38.036.449,56. Há a previsão de recebimento do valor de R$ 3.451.803.330,00 em parcelamentos ordinários de ICMS até 2027. Também é previsto o recebimento de R$ 16.690.022,79 no programa de parcelamento de IPVA até 2023. Há, ainda, previsão de se receber R$ 150.444.446,30 até 2026. Programas de Transação - O instituto da transação foi instituído pela Lei nº 17.293, de 15/10/2020, permitindo ao Estado transacionar débitos com a concessão de descontos e parcelamentos, observadas regras específicas. Até 30/11/2022, havia 5.497 débitos parcelados no programa de transação, no montante de R$ 1 bilhão. Há previsão para se receber R$ 506.587.130,37 no programa de transação até 2031. Programa Especial de Parcelamento-PEP DO ICMS - Os Programas de Parcelamento Especial são realizados no Sistema da Dívida Ativa, tanto para os débitos inscritos como não inscritos. O primeiro PEP do ICMS foi autorizado pelo Convênio ICMS nº 108/2012 - CONFAZ e pelo Decreto estadual nº 58.811, de 27/12/2012 e disponibilizado aos contribuintes do ICM/ICMS em 1/3/2013-www.pepdoicms.sp.gov.br, possibilitando o parcelamento de débitos inscritos e não-inscritos com descontos de juros e multa, com prazo em até 120 meses, mediante parcelas constantes. Diante do sucesso de adesões e pagamentos, o PEP do ICMS foi novamente editado em 2014-Convênio ICMS nº 24/2014 e Decreto estadual nº 60.444/2014, 2015 - Convênio ICMS nº 117/2015 e Decreto estadual nº 61.625/2015, 2017- Convênio ICMS nº 54/2017 e Decreto Estadual nº 62.709/2017 e em 2019-Convênio ICMS nº 152/2019 e Decreto Estadual nº 64.564,2019. Esse programa está sendo gerenciado pela Procuradoria Geral do Estado, com intensa integração com a equipe da Diretoria de Arrecadação/SEFAZ. Em 30/11/2022 havia 37.950 débitos parcelados no programa do PEP, no montante de R$ 1,8 bilhão parcelado. A arrecadação do PEP em 2022 foi de R$ 516.849.413,79. Em 2022 foi contabilizado como valor a receber nos programas de PEP em andamento o montante de R$ 843.145.065,01 até o ano de 2028. Controle de Garantias da Dívida Ativa - As garantias ofertadas para os débitos em dívida ativa são anotadas em sistema para o controle de suas cobranças e de seus vencimentos, bem como para que seja possível sua anotação no sistema de certidões de regularidade fiscal do contribuinte. Até 30/11/2022 havia 6.807 garantias anotadas em 50 mil dívidas ativas, no montante de R$ 44, 3 bilhões em depósitos judiciais, seguros garantias e cartas fianças. Todos os meses são analisadas as garantias que vencerão em 60 dias, notificando-se o contribuinte e comunicando-se a banca judicial, adotando-se, assim, um controle criterioso e atualizado**.** Protesto de Dívida Ativa - Foram enviados a protesto 1.797.532 débitos, no montante de R$ 13.216.111.410,58. Foram arrecadados R$ 1.769.878.765,22 provenientes de débitos protestados em 2022. Ressalta-se que, em 2022, a Central de Protestos do Estado de São Paulo recebeu a arrecadação dos débitos protestados, após o tríduo, também nas suas unidades, em razão de permissão concedida pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, aumentando a capilaridade da arrecadação do Estado de São Paulo. Desenvolvimento de Funcionalidades de Emissão de DARES no Poupatempo - Visando aumentar as possibilidades de acesso do contribuinte às formas de pagamento da dívida ativa do Estado de São Paulo, foram integrados os sistemas entre a Procuradoria do Estado de São Paulo e o Poupatempo, com a finalidade de disponibilizar a emissão de Certidões Negativas de Débitos - CND e a emissão de dares das dívidas do Estado também pelo endereço eletrônico do Poupatempo e pelos seus totens. Movimentação da Dívida Ativa em 2022 - A PGE, até 30/11, promoveu a inscrição em dívida ativa de 710.626 débitos, correspondendo ao total de R$ 29.134.284.264,59. Não foram inscritos os débitos de IPVA de 2022, razão pela qual há um número sensivelmente menor de inscrições do que o ano de 2021. Foram ajuizados 248.279 débitos, no montante de R$ 36.054.679.883,01. A arrecadação da dívida ativa processada até novembro atingiu o montante de R$ 3.453.251.237,94. Foram arrecadados R$ 2.031.144.016,73 em ICMS, R$ 1.194.509.454,28 em débitos de IPVA e R$ 317.597.766,93 em débitos não tributários. Aproveitamento de Precatórios em Dívida Ativa **-** A autoaplicabilidade do artigo 105, do ADCT da Constituição Federal, possibilitou a compensação de precatório com débitos tributários ou de outra natureza, inscritos até 25/3/2015. As Resoluções PGE nº 12/2018 e 5/2019 regulamentaram a matéria. Para viabilizar a oferta de precatórios, foi construído um módulo no Sistema da Dívida Ativa – DAS - que permite ao contribuinte ofertar seu precatório para pagamento de dívidas inscritas, com eventual liquidação após a homologação de acordo pelo Tribunal de Justiça. Até 30/11, foram alocados no sistema da dívida ativa R$ 152.376.821,72 em precatórios, dos quais R$ 126.300.970,85 estão aproveitados em certidões de dívida ativa, aguardando a autorização do TJSP para seu aproveitamento definitivo. Convalidação de Créditos do ICMS Originários de Operações Suportadas por Guerra Fiscal - Lei Complementar 160/2017 - Em 2020, com fundamento na Resolução Conjunta SF PGE de nº 1/2019, o contribuinte passou a poder pleitear o reconhecimento de créditos relativos ao ICMS decorrentes de operações para as quais tenham sido concedidos benefícios em desacordo com o previsto no artigo 155, § 2º, XII, g, da Constituição Federal e na Lei Complementar 24/75. Os créditos haviam sido glosados pelo Estado de São Paulo, mas foram posteriormente validados conforme rito previsto na Lei Complementar 160/2017, induzindo necessidade de novas verificações fiscais, mesmo para casos em litígio judicial. Com a regulamentação, o pedido do contribuinte possibilita a suspensão da dívida ativa questionada até decisão definitiva da Secretaria da Fazenda. Até 30/11, foram cancelados 75 débitos de ICMS, no montante de R$ 3.685.224.792,82.

Área da Consultoria Geral: Na Área da Consultoria Geral, várias medidas foram tomadas com o fim de orientar, sob os aspectos jurídicos, os atos dos gestores públicos, merecendo destaque: Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto da Concessão dos Serviços Públicos Lotéricos, bem como o assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto; Assessoramento jurídico prestado à Unidade de Acompanhamento de Contratos de Parceria Público-Privada - UACPPP da Secretaria de Estado da Saúde relativo à execução dos contratos de Parceria Público-Privada - PPP para construção e operação do Hospital Estadual de

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:37

Sorocaba, do Hospital Estadual de São José dos Campos e do Hospital da Mulher; Acompanhamento dos estudos e da modelagem referente ao projeto de Parceria Público-Privada-Concessão Patrocinada do Trem Intercidades-TIC- Eixo Norte, com destaque para o assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na elaboração das minutas de documentos a integrarem o possível certame licitatório; Assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na análise dadocumentação gerada em razão da realização de Chamamento Público para Procedimento de Manifestação de Interesse-PMI- relativo ao projeto de Concessão da Estrada de Ferro Campos de Jordão-EFCJ; Realização de assessoramento e consultoria jurídica diante dos procedimentos correntes junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo à vista dos Termos Aditivos firmados ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado celebrado com a COMGÁS; Assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na análise da documentação gerada em razão da realização de Chamamento Público para Procedimento de Manifestação de Interesse-PMI, relativo ao projeto de Concessão para a implantação, operação, manutenção e exploração de infraestrutura logística entre o Planalto e a Baixada Santistas - Projeto Linha Verde; Participação no Grupo de Trabalho do Projeto de Parceria Público-Privada de Geração de Energia Fotovoltaica, prestando o assessoramento jurídico cabível nas fases iniciais de estruturação do projeto; Assessoramento jurídico prestado à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente relativo à execução dos Contratos de Concessão do Caminhos do Mar, do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Löfgren, do Zoológico e do Jardim Botânico e dos Parques Urbanos Villa Lobos, Cândido Portinari e Água Branca; Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto da Permissão de Uso da Ilha Anchieta e assessoramento jurídico prestado à Fundação Florestal e à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente durante a licitação; Acompanhamento dos estudos e da modelagem referente ao projeto de Concessão do Palacete Franco de Mello, com destaque para o assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na elaboração das minutas de documentos a integrarem o possível certame licitatório; Acompanhamento dos estudos e da modelagem referente ao projeto de Concessão para implantação de Distrito de Inovação no Centro Internacional de Tecnologia e Inovação, fase II - CITI II, com destaque para o assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na elaboração das minutas de documentos a integrarem o possível certame licitatório; Assessoramento jurídico prestado à Secretaria de Turismo e Viagens relativo à execução do Contrato de Concessão do Centro de Convenções São Paulo Expo - Recinto de Exposições Sálvio Pacheco De Almeida Prado e áreas adjacentes; Apoio à Assistência de Arbitragens da Procuradoria Geral do Estado na elaboração dos atos processuais no processo arbitral envolvendo a Parceria Público-Privada da Linha 18 do Metrô de São Paulo; Assessoramento jurídico à Subsecretaria de Parcerias, à Secretaria de Logística e Transportes e à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP na condução dos acordos administrativos celebrados com concessionárias de rodovias integrantes dos grupos econômicos EcoRodovias, Grupo CCR e Arteris; Assessoramento jurídico à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo -ARTESP na conclusão do processo licitatório para concessão dos aeroportos regionais do Estado de São Paulo; Acompanhamento dos estudos e da modelagem referente ao projeto de concessão rodoviária do Lote Noroeste, com destaque para o assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na elaboração das minutas de documentos a integrarem o certame licitatório; Assessoramento jurídico à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP no acompanhamento da execução contratual da parceria público-privada do sistema rodoviário da Tamoios, com a análise de diversos aditivos contratuais e pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato; Acompanhamento dos estudos e da modelagem referente ao projeto de parceria público-privada do Rodoanel Norte, com destaque para o assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na elaboração das minutas de documentos a integrarem o certame licitatório; Assessoramento jurídico à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP na conclusão do processo licitatório para concessão das travessias litorâneas do Estado de São Paulo, posteriormente revogado; Assessoramento jurídico à Secretaria da Saúde e à Fundação para o Remédio Popular - FURP para as tratativas que resultaram na rescisão da parceria público-privada da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense IFAB; Assessoramento jurídico à Secretaria dos Transportes Metropolitanos no acompanhamento dos contratos de PPP do VLT da Baixada Santista, da Linha 4 e da Linha 6, ambas do Metrô/SP, e dos contratos de concessão das Linhas 5 e 17 do Metrô/SP e das Linhas 8 e 9 da CPTM; Realização, em parceria com a Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Orçamento e Gestão, do 1º Encontro de Recursos Humanos e Direito de Pessoal, no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento. O encontro contou com a presença de representantes dos órgãos de Recursos Humanos de todas as Secretarias e Autarquias estaduais; Assessoramento e emissão de pareceres para orientar a Secretaria da Educação em razão da edição da Lei Complementar nº 1.374, de 30/3/2022; Análise de anteprojetos de lei e propostas de edição de decreto para regulamentar temas de especial interesse para a gestão dos servidores públicos do Estado; Emissão de orientações à Secretaria da Saúde tendo em vista a sub-rogação de contratos de trabalho da Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN, extinta nos termos da Lei nº 17.293, de 15/10/2020; Emissão de orientações à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, em conjunto com a Assessoria de Empresas e Fundações, para análise e adoção de providências tendentesa sub-rogação de contratos de trabalho da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, que se encontraem processo de extinção, tendo em vista o disposto na Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020. Em acréscimo, cabe relatar que a Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral prosseguiu com o projeto de racionalização da atuação dos Procuradores do Estado, com o objetivo de agilizar a atuação e propiciar mais eficiência e segurança ao Administrador Público. Dentro desse projeto foram tomadas as seguintes medidas: Manutenção e atualização de 55 minutas padrão genéricas e específicas, pré-aprovadas pela PGE, sendo que 34 modelos dispensam a análise individualizadas pelas Consultorias Jurídicas; Atividades em curso para elaboração de 32 novas minutas adequadas à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei federal nº 14.133, de 1/4/2021; Divulgação, até 30/11/2022, de 11 orientações por meio eletrônico - e-orientações - e 1 Comunicado conjunto com a Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral, veiculando diretrizes para a atuação das Consultorias Jurídicas em temas específicos. No que diz respeito às manifestações jurídicas, até 30/11/2022, foram elaborados pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral e pelas Consultorias Jurídicas das Secretarias e Autarquias 12.708 pareceres, dos quais 400 são Pareceres Referenciais e 24 Notas Técnicas. Com relação às Assistências e Unidades vinculadas à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, podem ser destacadas as atividades que seguem. Assistência de Gestão de Imóveis - AGI. Durante o ano, prestou assessoramento e consultoria jurídicos e adoção das medidas materiais pertinentes, no que refere à matéria imobiliária-urbana e rural, merecendo destaque as seguintes análises sobre: Aplicabilidade da norma no tempo: conflito de incidência entre Resoluções da Secretaria da Cultura disciplinando o tombamento do conjunto urbano do Bairro dos Jardins na Capital; Sucessão patrimonial de empresas estatais extintas, em especial para fins de regularização dominial, o que exigiu providências de esclarecimento e reiteração junto aos diversos cartórios de registro de imóveis envolvidos; Outorgas de uso no âmbito de instrumentos colaborativos celebrados pela Administração direta e indireta; Pleitos de retificação de áreas confrontantes a terras devolutas ou em discriminação; Integralização de cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários por meio de outorga de direitos reais de uso sobre bens públicos; Natureza jurídica, requisitos e procedimento para alienação de bens públicos pertencentes às fundações integrantes da Administração indireta; Propostas de edição de decretos de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa; Pleitos de regularização de posse de terras devolutas ou em fase de discriminação; Possibilidade de titulação de domínio em favor de comunidades remanescentes de quilombos; Doação de imóveis ou renúncia à indenização por benfeitorias no contexto da municipalização do ensino fundamental; Propostas de alienações gratuitas - doações - puras e modais e onerosas de imóveis venda e compra, permuta; Regularização fundiária de núcleos urbanos-Reurb; Proposta de decreto regulamentar de lei de regularização de posse; Condutas vedadas em matéria imobiliária em razão do período eleitoral; Procedimentos de legitimações de posse de glebas em perímetros julgados devolutos - e algumas alienações posteriores por legitimados; Compensação ambiental de reserva legal mediante recebimento, por doação, de áreas inseridas em unidades de conservação de proteção integral, com fundamento no Código Florestal; Regularização e alienação de bens do Estado enquanto tramitam ações judiciais relativas a aspectos imobiliários ou ambientais: interface com o contencioso; Regularidade de uso em razão da origem da aquisição: desapropriação, loteamentos, doações. Em acréscimo, cabe relatar: A apresentação de proposta ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat para edição de resolução para regulamentação da área envoltória dos bens tombados nos bairros da Luz e Campos Elíseos, no Município de São Paulo; A realização constante de assessoramento ao Conselho do Patrimônio Imobiliário em sua atribuição de definição e orientação da política patrimonial do Estado, em especial no que concerne à gestão do patrimônio, envolvendo outorgas de uso em favor de terceiros, entes públicos ou privados, alienações, transferências de administração; Terem sido elaborados, até 30/11/2022, 245 pareceres. Procuradoria de Procedimentos Disciplinares -PPD - Edição de 990 portarias instauradoras de processos disciplinares; conclusão de 1.052 sindicâncias/processos disciplinares e realização de 2.872 audiências, com colheita de 5.720 depoimentos, até 31.10.2022. Participação de integrantes da PPD como palestrantes em cursos e eventos para aperfeiçoamento de servidores públicos do Estado: 2 palestras proferidas, com transmissão ao vivo, na Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EFAPE, para todos os Dirigentes de Ensino e respectivas equipes da Secretaria de Estado da Educação, sobre a aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta, meio consensual de solução do conflito disciplinar, introduzido na Lei nº 10.261, de 28/10/1968, pela Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021; 2 palestras proferidas à distância para os dirigentes da Coordenadoria de Recursos Humanos e dos órgãos subsetoriais de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde, versando sobre o aperfeiçoamento do sistema disciplinar, previsto na Lei nº 10.261, de 1968, realizado pela Lei Complementar nº 1.361, de 2021; Coordenação do Grupo de Trabalho Intersecretarial - Resolução Conjunta PGE/SE/SS/SAP n° 1/2022, que tem por objetivo estudar e propor a regulamentação das Práticas Autocompositivas, uma das formas consensuais de solução de conflitos disciplinares previstas na Lei nº 10.261, de 28/10/1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 1.361, de 21/10/2021; Realização, em parceria com a Controladoria Geral do Estado, do 1º Simpósio sobre Direito Sancionatório no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento, para 202 servidores, que representaram todas as Secretarias e Autarquias estaduais, cabendo aos integrantes da PPD proferir palestras sobre: assédio sexual e moral na Administração Pública; aperfeiçoamento do sistema disciplinar previsto na Lei nº 10.261, de 1968 pela Lei Complementar nº 1.361, de 2021; peculiaridades da instauração e instrução de apurações preliminares; requisitos e redação de relatórios finais de apurações preliminares. Procuradoria Administrativa - PA - Elaboração, até 30/11/2022, de 82 pareceres jurídicos sobre matéria jurídica de maior complexidade ou especial interesse da Administração Pública Direta e Indireta. Procuradoria de Assuntos Tributários - PAT - Realizou as seguintes atividades: Análise da constitucionalidade e dos efeitos na legislação estadual da Lei Complementar federal nº 192, que regulamentou o ICMS monofásico incidente sobre combustíveis e alterou a base de cálculo do ICMS incidente sobre o diesel. Sobre esse tema, houve o assessoramento jurídico do Secretário da Fazenda e Planejamento, da Procuradora Geral do Estado, a elaboração de parecer jurídico e o acompanhamento das ações judiciais perante o Supremo Tribunal Federal que trataram do assunto, especialmente a ADI 7164; Atuação junto à Câmara Técnica do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal - CONPEG na elaboração das Informações na ADPF 984, proposta pelo Presidente da República, que buscou a declaração da seletividade em razão da essencialidade dos combustíveis, com vistas à imposição da adoção da alíquota modal do ICMS para tais produtos; Acompanhamento da publicação da Lei Complementar federal nº 194, de 23/6/2022, desde a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 18/2022, com assessoramento jurídico do Secretário da Fazenda e Planejamento. Elaboração de parecer jurídico sobre os efeitos da lei, que dispôs sobre a essencialidade da energia elétrica, combustíveis, comunicações e transporte, nas alíquotas de ICMS adotadas pelo Estado de São Paulo; Assessoramento e elaboração de parecer jurídico sobre a Emenda nº 123 à Constituição Federal que, entre outros temas, dispôs sobre o regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, e seus efeitos na alíquota de ICMS adotada pelo Estado de São Paulo para o etanol hidratado combustível; Participação nas audiências da Comissão de Conciliação instaurada pelo Ministro Gilmar Mendes na ADPF 984 e ADI 7191 na busca da construção de um acordo interfederativo para a solução da controvérsia advinda com a edição das Leis Complementares federais nº 192, de 11/3/2022 e nº 194, de 2022; Elaboração em conjunto com a Subprocuradoria do Contenciosos Tributário-Fiscal da Ação Cível Originária nº 3590 visando assegurar a imediata compensação das perdas de arrecadação do ICMS em razão da adoção da essencialidade na fixação das alíquotas da energia elétrica, combustíveis e comunicação imposta pela Lei Complementar federal nº 194, de 202; Elaboração de nota técnica acerca de duas premissas tributárias constantes da minuta contratual do projeto TIC EIXO NORTE - Trem Intercidades - TIC. A primeira referente à aplicação da alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação doPatrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, previstas na Lei federal nº 12.860, de 11/9/2013, em relação às receitas incidentessobre a prestação do serviço de transporte coletivo entre regiões metropolitanas. A segunda sobre a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS - sobre os serviços de construção a serem desenvolvidos pela concessionária; Elaboração, até 30/11/2022, de 24 pareceres jurídicos sobrematéria tributária de interesse do Estado. Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Elaboração, até 30/11/2022, de 6.756 manifestações e 94 pareceresjurídicos na representação e defesa do Estado perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.Sistema da Consultoria Jurídica - Foi iniciada a fase de implantação, para área da Consultoria Geral,do sistema denominado Attornatus, que será utilizado, de forma integrada, por todas as áreas da Procuradoria Geral do Estado.

Assessoria de Precatórios Judiciais - Integrante do Gabinete do Procurador Geral, a Assessoria de Precatórios Judiciais administra o Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, instituído pelo artigo 3º do Decreto estadual nº 55.300, de 30/12/2009, por intermédio do qual é mantido o registro cadastral e de pagamentos de todos os requisitórios da Administração direta e indireta. Esse Sistema reúne informações de todos os requisitórios - precatórios e requisições de obrigações de pequeno valor e respectivos pagamentos, tanto da Administração direta quanto das entidades da Administração indireta, para fins de controle estatístico, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que realizados. Compete à Assessoria supervisionar a inclusão, no referido sistema, das informações próprias dos precatórios e requisitórios de pequeno valor da Administração direta e das entidades da Administração indireta, e promover de ofício, a requerimento do tribunal, ou mediante solicitação justificada dos credores ou de terceiros interessados, as retificações cadastrais e alterações que se fizerem necessárias, requerendo às unidades da Procuradoria Geral do Estado e Procuradorias Jurídicas das entidades da Administração indireta, a prestação de informações, sempre que necessário. Atualiza também as requisições de pagamento recebidas, calculando periodicamente

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:38

o montante da dívida pendente de pagamento, discriminando os débitos por entidade, tribunal requisitante, espécie de crédito - alimentar ou não alimentar e, dentre esses, os relativos a desapropriações e a outras espécies e classe de valor-precatórios e obrigações de pequeno valor. A Assessoria de Precatórios Judiciais realiza ainda a defesa do Estado e de suas autarquias nos pedidos de sequestro de rendas públicas, bem como nas intervenções federais propostas em face do Governador do Estado, e atua diretamente em todos os demais incidentes administrativos atinentes a precatórios, em trâmite perante as Presidências dos Tribunais. Por fim, destaca-se a incumbência dos membros da referida Assessoria, de transmitir as orientações do tema precatórios aos demais procuradores. No ano, dando seguimento à gestão do regime especial de pagamentos das EC 62/09, 94/16, 99/17, 109/21, 113 e 114/2021 que ora determinam a liquidação do passivo em estoque até 31/12/2029, foram analisados 2.616 pedidos de acordo, dos quais 2.284 foram deferidos - 2.258 para pagamento mediante deságio, 27 para compensação com a Dívida Ativa, no valor total de R$ R$ 811.101.229,73, sendo R$ 805.571.348,18 em acordos de deságio, proporcionando economia de R$ 322.228.734,65, e R$ 5.529.881,55 em compensações, em conformidade com as Resoluções PGE 13/2017, 12/2018 e 24/2018. Foram também pagos: R$ 966.552.817,49, em atendimento a requisições diretas de pagamento de OPV´s, beneficiando 120.826 credores em 128.389 requisitórios, até novembro; R$ 2.882.373.127,21 depositados em conta do TJSP, para a realização de pagamentos de precatórios.

Assessoria de Empresas e Fundações **-** A Assessoria de Empresas e Fundações - AEF, integrante do Gabinete do Procurador Geral, tem atribuições de assessoramento, representação e coordenação detalhadas na Resolução PGE 22/2015. Destacaram-se as atividades a seguir: Assessoramento Jurídico - Assessoramento ao Gabinete do Procurador Geral; orientação geral em assuntos de direito empresarial, econômico e trabalhista; interlocução da PGE com empresas estatais e fundações governamentais; assessoramento técnico-jurídico ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado- CODEC e respectiva Secretaria Executiva, à Comissão de Política Salarial - CPS e respectiva Assessoria de Política Salarial - APS, ao Departamento de Entidades Descentralizadas - DED, e aos demais órgãos e entidades do Estado que endereçam assuntos relativos às empresas estatais e fundações governamentais. Extinção e Incorporação de Empresas Estatais - Acompanhamento do processo de desmobilização, dissolução, liquidação e extinção, na forma da Lei Federal 6.404/1976, do Decreto 64.418/2019 e demais normas aplicáveis, das seguintes sociedades: DERSA Desenvolvimento Rodoviário S.A., autorizado pela Lei 17.148/2019; liquidação iniciada em outubro/2020 em curso; Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, autorizado na Lei 13.286/2008, liquidação iniciada em outubro/2021 e finalizada em março/2022; Incorporação da Imprensa Oficial pela PRODESP. Destacam-se, ainda, as atividades relativas à extinção da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, em fase de conclusão, bem como a abertura de capital e emissão de debêntures pelo Metrô. Coordenação Para Fins de Atuação Jurídica Uniforme - Nesta atribuição, foram elaborados 12 pareceres, 43 manifestações - que se adicionam aos despachos inumerados no sistema Sem Papel, notas técnicas, informativos, ofícios circulares e participação em reuniões e eventos com as chefias dos órgãos jurídicos das empresas e fundações. Representação do Estado Como Acionista - Na qualidade de representante jurídico do Estado e sob orientação do CODEC, foram realizadas 55 Assembleias Gerais, sendo 17 Ordinárias e 38 Extraordinárias. Adicionalmente, foram acompanhados procedimentos junto à Comissão de Valores Mobiliários- CVM e ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, bem como monitorada a sujeição das participações acionárias do Estado ao sistema de bloqueios judiciais BACEN.JUD.

Assessoria Jurídica do Gabinete: A Assessoria Jurídica do Gabinete - AJG integra o Gabinetedo Procurador Geral e se destina a prestar atendimento jurídico ao Governador do Estado, aos órgãosdiretamente a ele vinculados, e ao FUSSP - Fundo Social de São Paulo, sem prejuízo de assuntos quelhe sejam submetidos pelo Procurador Geral. Cumpre destacar que, desde maio de 2018, as instalações da AJG retornaram à sede do Palácio dos Bandeirantes e, por meio da Resolução PGE 16,de 23/5/2018, a chefia da Assessoria Jurídica do Gabinete passou a responder pela Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo. Destaca-se, por fim, que, no ano de 2022, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo também passou a prestar consultoria e assessoramento jurídico à Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas - Resolução PGE de 06-10-21 e à Secretaria de Orçamento e Gestão - Resolução PGE de 20-10-21. A AJG desempenhou as seguintes atividades, até 1/12/2022:

Pareceres	593
Despachos	470
Cotas	159
Informações em Mandados de Segurança	106
Informações em Habeas Corpus	10
Informações em Mandados de Injunção	2
Respostas a ofícios de órgãos de controle	23
Informações em ADPF	2

Já a Consultoria Jurídica desempenhou as seguintes atividades, até 1/12/2022:

Pareceres	314
Cotas	132
Pareceres Referenciais	6
Informações em Mandados de Segurança	14
Respostas a ofícios de órgãos de controle	13

Pela relevância, vale mencionar, também, as seguintes atividades desempenhadas por essa Assessoria: Informações na ADPF 1001 sobre as medidas adotadas para o enfrentamento da Monkeypox; Informações na ADPF 796 acerca do estado de coisas inconstitucional concernente às condições desumanas de vida da população em situação de rua no Brasil; GT Organizações Sociais -criado pela Resolução PGE nº 40, de 4/10/2022, que tem por objeto a elaboração de modelos de editais e instrumentos de parcerias para a aplicação da Lei federal nº 13.019/2014 no Estado de São Paulo; Análise de decreto para estabelecer a reserva aos negros de 40% das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da Administração direta e indireta.

Assessoria Técnico-Legislativa: À Assessoria Técnico-Legislativa - ATL competem, nos termos da Lei Complementar Estadual 1.270, de 2015-artigos 3º, IV, e 9º, II, o assessoramento jurídico do exercício das funções legislativas e normativas outorgadas constitucionalmente ao Governador do Estado e o acompanhamento das proposições legislativas. Adicionalmente, nos termos da Resolução PGE 4, de 10/2/2017, a ATL manifesta-se em processos e expedientes que versem sobre a edição de decretos regulamentares de leis estaduais, bem como em processos e expedientes instaurados para a análise da constitucionalidade de leis estaduais, elaborando parecerese, quando o caso, minutas de petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade ou informações do Governador do Estado. Além disso, elabora minuta de manifestação do Procurador Geral, nos termos do disposto no artigo 90, § 2º, da Constituição Estadual, em ações diretas de inconstitucionalidade de leis ajuizadas perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Até a presente data, visando a propiciar elementos ao Governador do Estado para sanção ou veto de proposituras, a ATL analisou 99 Autógrafos expedidos pela Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ainda na esfera opinativa, a ATL atua por meio da emissão de pronunciamentos jurídicos sobre temas relacionados com as suas competências. Nesse sentido, foram elaborados 57 Notas Técnicas, 91 Cotas e 38 Pareceres. Tais pronunciamentos foram proferidos em expedientes iniciados em Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, visando à apresentação de projetos de lei por iniciativa do Governador do Estado. Nesse sentido, entre as peças jurídicas acima quantificadas, foram analisados 14 anteprojetos. A ATL manifestou-se, ainda, sobre projetos de iniciativa parlamentar, por intermédio do Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE, atendendo a demandas da Casa Civil endereçadas ao Procurador Geral do Estado. Ainda entre as peças opinativas quantificadas acima, algumas delas abordaram minutas de decretos regulamentares - até o momento foram 58 propostas com tal finalidade. No âmbito do controle de constitucionalidade, foram elaboradas 78 minutas de manifestações do Procurador Geral do Estado em ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face de legislação municipal, perante o TJSP, nos termos do artigo 90, § 2º, da CE. A ATL ainda elaborou as minutas de 6 manifestações da Procuradora Geral do Estado em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas perante TJSP em face de legislação estadual e as correspondentes minutas de informação do Governador do Estado. Por derradeiro, no âmbito do STF, foram elaboradas 5 minutas de informações do Governador do Estado em ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face de legislação estadual.

Centro de Estudos/ESPGE: O Centro de Estudos é órgão auxiliar da Procuradoria Geral do Estado encarregado de promover o aprimoramento profissional e cultural dos Procuradores, servidores e estagiários, bem como a melhoria das condições de trabalho. A Escola Superior da PGE objetiva a especialização da advocacia estatal e a difusão de conhecimento jurídico entre profissionais de escolaridade superior, com a promoção da respectiva titulação de seus alunos. Área de Aperfeiçoamento - Ao longo do ano, foram promovidos diversos cursos e eventos, em variadas modalidades: por realização própria, nas suas dependências, presencialmente e virtualmente; pela realização de atividades em parcerias com outras instituições de ensino, nas dependências do Centro de Estudos e da Escola Superior da PGE, presencialmente e virtualmente; pela aquisição de vagas em eventos e cursos promovidos por outras entidades. Cursos - O Centro de Estudos promoveu diversas atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento aos Procuradores do Estado e Servidores, direta ou indiretamente. Foram cursos, treinamentos e encontros de área realizados em suas dependências ou em parceria com outros órgãos e instituições. Ao longo do ano, foram disponibilizadas 8.035 vagas em 184 cursos/eventos promovidos pelo Centro de Estudos, por meio do Serviço de Aperfeiçoamento e Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado - ESPGE, dentre vagas em congressos, workshops, palestras e outras atividades. Destaca-se a realização de dois grandes eventos presenciais destinados ao público interno: o 54º Curso de Atualização Jurídica - Encontro Estadual de Procuradores do Estado e o 1º Curso de Atualização Profissional de Servidores da PGE. Além disso, foram realizadas duas edições do curso de adaptação, destinado aos novos Procuradores que tomaram posse no decorrer de 2022. Especificamente no âmbito da ESPGE foram realizados 4 cursos de pós-graduação: Especialização em Direito & Economia - Trabalho de conclusão de curso com 18 alunos concluintes; Especialização em Direito do Estado - com trabalho de conclusão de curso em elaboração por 30 alunos, Especialização em Advocacia Pública - curso em andamento com 37 alunos e Especialização em Direito Digital e Inovação Tecnológica - curso em andamento com 42 alunos contemplando, no período, 127 alunos. Houve também 11 cursos de extensão que contaram com 69 alunos inscritos e aulas abertas com 841 alunos inscritos, todos profissionais da Administração Pública. Os cursos de extensão e aulas abertas da ESPGE foram realizados com turmas presenciais e virtuais, por meio do sistema de videoconferência. As aulas de todos os cursos foram oferecidas também na modalidade de aulas-abertas, possibilitando que aquele que tivesse interesse por aquele conteúdo pudesse frequentá-la independentemente de estar matriculado no curso na qual ela foi ministrada. O conjunto de tais atividades resultou a emissão de cerca de 3.277 certificados de participação até o presente momento. Programas de Ajuda Financeira - Ainda na área do Serviço de Aperfeiçoamento foram deferidos 131 novos pedidos de ajuda financeira de Procuradores e Servidores da PGE, de maneira a permitir a melhor formação destes colaboradores por meio da participação em cursos de idiomas, graduação, especializações, mestrados, doutorados, dentre outros. Por sua vez, os programas pró-livro, pró-software e pró-hardware continuam proporcionando a aquisição de material necessário ao desempenho profissional dos Procuradores. Área de Divulgação - Publicações - Entre as atribuições do Centro de Estudos está a promoção e a divulgação de pareceres jurídicos, matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial de interesse da advocacia pública e da comunidade científica, por meio das Revistas da PGE e da Escola Superior, Boletins e outras publicações específicas, como a Série Estudos, Documentos, Eventos e as eventualmente produzidas em parceria com outras Instituições. No ano de 2022, tivemos as seguintes publicações: Revista da PGE - A Revista da PGE é uma publicação que objetiva divulgar a produção científica da Procuradoria Geral do Estado, contando com artigos de integrantes da carreira. Edições publicadas: Revista PGE nº 93; Revista PGE nº 94 e Revista PGE nº 95 - temática dos 10 anos de Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Edições em andamento: nº 96 - temática Parcerias Público-Privadas. Revista da Escola da PGE - A Revista da ESPGE tem como objetivo a divulgação da produção científica de alunos e professores da ESPGE, bem como da comunidade acadêmica. Edições em andamento: Revista ESPGE 2021. Boletim do Centro de Estudos - O Boletim do Centro de Estudos reúne peças processuais, pareceres e julgados de interesse para atuação da PGE. Edições publicadas: Boletim V.45 nº 4; Boletim V.45 nº 5 e Boletim V.45 nº 6. Edições em andamento: Boletim V.46 nºs 1 a 6. Relatório do Grupo de Trabalhosobre Extinção Antecipada de Contratos de Parceria - O Grupo de Trabalho sobre Extinção Antecipada de Contratos de Parceria foi constituído a partir da Resolução PGE nº 05/20 e teve comoobjetivo analisar quais as premissas teóricas e qual a modelagem contratual mais recomendada para apuração do montante indenizatório devido às concessionárias em razão do encerramento precoce dos contratos de concessão e parcerias público-privadas celebrados pelo Estado de São Paulo. Comoresultado, foi elaborado um Relatório Final, disponibilizado eletronicamente ao público geral, e que teve sua publicação viabilizada pelo Centro de Estudos. Publicação do Prêmio Estado em Juízo 2021 O Prêmio Estado em Juízo foi instituído pelo Decreto nº 6.302, de 13/6/1975, tendo sido regulamentado pela Resolução PGE nº 21, de 4/11/2015. Os trabalhos enviados por Procuradores do Estado para concorrerem ao prêmio são submetidos a exame e julgamento por Comissão Julgadora, designada pelo Procurador Geral do Estado e composta por três juristas de reconhecido saber, não integrantes da carreira, especialmente convidados. O trabalho vencedor da edição de 2021 foi a AçãoCível Originária nº 3518, de autoria da Dra. Camila Kühl Pintarelli e do Dr. Daniel Tolentino. A açãoem questão foi proposta junto ao Supremo Tribunal Federal e versou sobre questionamento a respeitoda diminuição dos imunizantes enviados ao Estado de São Paulo durante a pandemia do COVID-19.A publicação da peça processual e demais documentos relativos ao processo foi feita pelo Centro de Estudos e está disponível gratuitamente no formato digital. Comunicações e Redes Sociais - Foi elaborado diagnóstico da forma como são veiculadas as comunicações do Centro de Estudos e da Escola da PGE, tanto por e-mails quanto nas redes sociais, e constatou-se a necessidade de adoção de medidas que a torne mais acessível para pessoas com deficiência. Por essa razão, adotou-se como padrão a inserção de textos alternativos nas imagens que são inseridas em e-mails e Instagram, de modo a permitir que seu conteúdo seja processado por ferramentas de acessibilidade. Biblioteca - Na área de Biblioteca, a par da atividade regular de organização e catalogação de obras na base de dados PHL, ocorreram pesquisas de atos normativos e materiais para auxílio do cotidiano de servidores e procuradores. Promoveu-se, também, a captação de doações de livros junto aos Procuradores do Estado, tendo sido incorporadas 20 novas obras ao Acervo. Projetos para melhoria de Estrutura-Foram realizadas alterações em alguns dos regramentos relativos ao Centro de Estudos, bem como ainda estão sendo tomadas providências para outras modificações consideradas adequadas para o melhor desempenho das atividades desenvolvidas. Atualização do Programa Pró-Hardware - Diante da constatação de que o valor máximo de reembolso previsto no Programa Pró-Hardware estava defasado e comprometia o atendimento às finalidades para as quais foi destinado, foi proposta uma

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:38

atualização do teto do programa, de modo a que ele se readequasse à nova realidade do mercado e às inovações tecnológicas. A atualização foi concluída com a publicação da Resolução PGE nº 21/22. Atualização do regramento das Diárias - A fim de viabilizar o aprimoramento dos profissionais da PGE foi elaborado projeto que reestabelecia o pagamento de diárias e reembolso de transportes para os beneficiários do programa de ajuda financeira. A atualização foi concluída com a publicação da Resolução PGE nº 37/22. Abertura de inscrições para Comissão Editorial do Centro de Estudos - Em 9/6/2022 foi encaminhado à carreira comunicado de abertura para inscrições na Comissão Editorial do Centro de Estudos. A medida é inovadora, e teve como objetivo a democratização da participação dos Procuradores em tal órgão. Conversão do Centro de Estudos em Instituto de Ciência e Tecnologia -ICT - Foi criado grupo de trabalho para análise da viabilidade de conversão do Centro de Estudos em um Instituto de Ciência e Tecnologia, previsto no Marco Legal de CT&I. Essa iniciativa tem como objetivo de viabilizar o desenvolvimento de pesquisas, que terão como objetivo aprimorar as atividades da Procuradoria Geral do Estado. O grupo de trabalho, após estudo e contato com outras instituições de pesquisa, concluiu pela viabilidade da medida, tendo apresentado relatório final. Desenvolvimento de plataforma EAD - Constatou-se no Centro de Estudos a existência de demanda por cursos no formato EAD, assíncrono, ou seja, em que as aulas não são assistidas em tempo real. Para atendimento dessa necessidade, iniciou-se os procedimentos para contratação do Moodle, uma plataforma de educação, desenvolvida em formato aberto. Atualização do Programa Pró-Software - O mercado de tecnologia da informação vem passando por uma tendência em que uma concepção de software como produto, vem dando lugar ao software como serviço. Em razão disso, mostrou-se imperiosa a atualização da redação do Programa Pró-Software, de modo a que ela possua mais clareza e esteja em consonância com as últimas tendências do mercado. Termo de Cooperação PGE-SP - SEFAZ - TCE-SP - Está em andamento a elaboração de Termo de Cooperação entre o Centro de Estudos, a Secretaria da Fazenda e Planejamento e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para desenvolvimento de cursos ofertados na modalidade EAD. Essa iniciativa promoverá um maior intercâmbio entre as instituições, contribuindo para o aperfeiçoamento de seus profissionais. Programa de Residência Jurídica - Por fim, cabe destacar a importante participação do Centro de Estudos e da Escola Superior da PGE na implementação do projeto-piloto de Programa de Residência Jurídica. O programa de Residência Jurídica, instituído pela Resolução PGE nº 23/2021, é composto por atividades acadêmicas e treinamentos práticos, com atuação dos alunos-residentes em diferentes áreas da PGE sob orientação e supervisão de procuradores do Estado. Os alunos-residentes frequentam, gratuitamente, o curso de pós-graduação lato sensu em Advocacia Pública da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado-ESPGE. A especialização contará com módulos sobre Ordem Constitucional, Atuação Judicial e Extrajudicial da Advocacia Pública, Direito Público e Políticas Públicas. O programa de Residência Jurídica teve efetivo início em 7/3/2022, com 30 alunos, após procedimento seletivo. A alocação dos alunos-residentes foi em comum acordo entre o Gabinete e as Chefias das Unidades. Cada aluno-residente tem o seu Procurador-Orientador responsável na Unidade. Durante o primeiro semestre, os alunos-residentes cursaram os módulos de Advocacia Pública e Direito Constitucional e de Advocacia pública judicial e extrajudicial, do Curso de Especialização em Advocacia Pública. No segundo semestre, os alunos-residentes cursaram o módulo denominado Advocacia Pública e o Direito Público, do Curso de Especialização em Advocacia Pública. As aulas foram ministradas por professores consagrados no meio acadêmico, vinculados às principais universidades de São Paulo. Além disso, diversos colegas ministraram aulassobre temas específicos relacionados às respectivas áreas de atuação no âmbito da PGE. Intercaladasàs aulas teóricas, foram ministradas aulas práticas conduzidas por professores assistentes, com o objetivo de promover discussões entre os alunos sobre temas relacionados à Advocacia Pública. O projeto piloto de Residência Jurídica se mostrou muito proveitoso para os alunos-residentes e para aProcuradoria Geral do Estado, havendo expressiva contribuição para o bom desenvolvimento dos trabalhos da instituição, especialmente em razão do alto nível jurídico dos alunos-residentes.

Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - Instituída pela Resolução PGE nº 44, de 20/8/2009. Está vinculada ao Gabinete do Procurador Geral e tem como atribuições traçar metas e diretrizes relativas ao planejamento, coordenação e organização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Procuradoria Geral do Estado. Destaque para as seguintesmedidas: Processo Eletrônico - A PGE celebrou contrato de prestação de serviços com a PRODESP para a implantação de uma Solução Informatizada de Controle de Processos Administrativos e Judiciais, em substituição ao Sistema de Acompanhamento Judicial - SAJ. Trata-se da solução Attornatus Procuradoria Digital, que representa o que há de mais atual em aplicações destinadas à Advocacia Pública, que está implantado na Área do Contencioso Geral e do Contencioso Tributário-Fiscal. O sistema até então utilizado pela PGE estava bastante defasado tecnologicamente, principalmente quando considerada a implantação dos processos digitais. O sistema Attornatus possui funcionalidades de Inteligência Artificial para cognição do conteúdo de peças processuais e automação na elaboração de manifestações. Essa tecnologia já funciona em vários pontos do sistema, e num projeto específico, já elabora automaticamente contestações, ofícios e recursos em ações que versem sobre o tema 1177 do STF referente à contribuição previdenciária. Com a digitalização dos processos abriu-se um enorme leque de opções tecnológicas que são de grande valia para eliminar o esforço dispendido com a obtenção de dados destinados à elaboração de manifestações mais simples, liberando os Procuradores para concentrarem-se nas defesas jurídicas e na interposição de recursos, que demandam maior detalhamento e atividade intelectual. As peças digitais podem ser lidas de forma eletrônica e interpretadas para a correta classificação e distribuição do processo. Da mesma forma, as intimações podem ter o teor previamente conhecido, para serem identificadas e organizadas conforme a manifestação requerida e os respectivos prazos processuais. Perdia-se muito tempo elaborando peças destinadas à prática de atos que precedem a citação dos réus, quando ainda não se chegou à fase de eventual constrição de bens em sede de execuções fiscais. Essas etapas do processo, apesar de muito importantes, tem cunho predominantemente administrativo. Com o sistema Attornatus elas podem ser automatizadas em grande medida, restando apenas o tratamento de situações excepcionais. Também está incluída ferramenta para a criação de painéis de Inteligência Analítica, que permitirão obter informações de forma visual e customizada, utilizando dados e informações de processos judiciais e administrativos, bem como da dívida ativa. O cruzamento dessas informações resulta em subsídios para entender melhor as condições de trabalho da PGE, os pontos de estrangulamento, e os resultados dos processos conforme o objeto e as teses. Pode-se também, tomando por base os resultados dos processos que já estão no banco de dados da PGE construir painéis de jurimetria e, a partir deles, fazer predições acerca do resultado esperado para as ações que ainda não foram julgadas, e o tempo aproximado para que isso ocorra. Ao longo do próximo ano, a solução Attornatus substituirá o sistema da Consultoria Jurídica, unificando as plataformas de atuação de todas as áreas da PGE, com ganhos enormes no intercâmbio de informações entre os órgãos. Para além do aspecto tecnológico, a adoção de um sistema comum facilita a alocação de pessoal quando há ingressos e remoções, e implica em significativa redução de custos. Finalmente, o sistema se baseia em interface Internet, compatível com a maioria dos navegadores. Funciona em equipamentos do tipo PC ou Mac, e em dispositivos móveis operando com iOS, iPadOS ou Android. Essa característica vem ao encontro das necessidades de uso do sistema em equipamentos diversos, como ocorre com usuários atuando em home office. Foram mantidas as integrações com o TJSP, o TRT2 e no curso do projeto foi possível acrescentar novas integrações abrangendo o TJMSP, o TRF3 e o TRT15, que já se encontram operacionais. Agora, o foco está voltado para a obtenção de integração com os Tribunais Superiores em Brasília. A integração permite que o usuário tenha a visão dos autos judiciais a partir do próprio sistema, sem precisar fazer acesso externo aos portais eletrônicos de cada tribunal. Com essa medida, os Procuradores obtiveram melhores condições de promover a defesa do Estado em Juízo perante esses tribunais diretamente na nova solução, sem a necessidade de utilizar os sistemas SAJ ou o PJe do CNJ, com significativo ganho em segurança e produtividade. Há ainda funcionalidades para o enriquecimento e higienização de informações cadastrais, mediante consulta a vários repositórios de dados para obter os subsídios necessários para o ajuizamento de ações, localização da parte contrária ou de bens passíveis de constrição. Sistema da Dívida Ativa - O sistema da Dívida Ativa passou por processo de aperfeiçoamento para a expansão da inscrição de débitos de novos órgãos estaduais. Houve também a introdução de novas funcionalidades para apoiar a celebração de acordos de compensação de débitos tributários com precatórios judiciais. O sistema também foi atualizado e ajustado para apoiar os processos de transação na esfera tributária. Os relatórios de acompanhamento gerencial do sistema ganharam novos ajustes e visualizações para uma melhor cognição da evolução e arrecadação da Dívida ativa. A interface para acesso seguro ao sistema pela Internet foi aperfeiçoada, e novas funções tornaram-se disponíveis àqueles usuários que estão atuando em home office. Foram expandidas as funcionalidades disponíveis por meio de acesso remoto para a atuação diária dos servidores que atuam com a Dívida Ativa. Também houve revisão e aperfeiçoamento dos serviços de integração para a troca de informações com o sistema Attornatus, para garantir que os peticionamentos originados a partir dos eventos administrativos espelhem exatamente a situação do débito, e não sejam feitos com base em lançamentos que acabaram sendo corrigidos em curto espaço de tempo. Sistema da Consultoria Jurídica - O sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos da Consultoria Jurídica já está implantado em todas as unidades e integrado ao sistema de acompanhamento de processos judiciais. Em 2022, novos órgãos passaram a utilizar essa nova aplicação para as atividades de atendimento às solicitações de informações necessárias para a defesa do Estado em juízo, e para o cumprimento de obrigações de fazer. Essa implantação elimina o trâmite de documentos em meio físico entre órgãos estaduais para essa finalidade. Isso confere maior eficiência nos processos internos e elimina custos com impressão, transporte e triagem de documentos. O sistema recebeu melhorias para ganho de produtividade na realização de tarefas que possam ser feitas em lote, inclusive com o desenvolvimento de novos relatórios para acompanhamento de documentos elaborados, atividades realizadas e processos tramitados. A base de dados do sistema está integralmente migrada da base de dados do sistema para a nova solução de alta disponibilidade Oracle Exadata adquirida pela PGE, de onde será migrada juntamente com os documentos para a solução Attornatus. Sistema de Folha de Pagamento - A PGE implantou o sistema da PRODESP para o processamento da folha de pagamentos do fundo da verba honorária. Foram realizadas adequações ao sistema para torná-lo mais aderente à necessidade da PGE, incluindo situações excepcionais e particularidades para o atendimento de decisões judiciais. Plataforma de Colaboração e Produtividade - O contrato referente à Plataforma de Colaboração e Produtividade da Microsoft precisou ser renovado por questões contratuais envolvendo a PRODESP e o fabricante. Essa solução substitui o sistema de correio eletrônico, e provê funcionalidades para chamadas de áudio e vídeo, além de reuniões e treinamentos tele presencias. Traz também espaço para armazenamento e compartilhamento de arquivos, que permite aos usuários terem os arquivos de uso frequente em qualquer local com acesso à Internet e abrir documentos da família Microsoft Office mesmo sem ter a suíte de aplicativos instalada no equipamento. Com ela, foi possível garantir a manutenção das atividades da PGE mesmo com uma parte dos Procuradores e Servidores atuando em home office. Foram ampliados os modelos de fornecimento da plataforma, para garantir aos Procuradores e Servidores da PGE que atuam em instalações de outros órgãos tenham acesso às versões desktop das aplicações do Microsoft 365. Sistema INFOCONV - O contrato celebrado com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO para o acesso integrado às informações da Secretaria da Receita Federal – RFB, possibilitou a prospecção de novos endereços e higienização de dados para o ajuizamento de execuções fiscais. Trata-se do Sistema INFOCONV que vem complementar a Solução Attornatus e o Sistema da Dívida Ativa. Essa é uma das bases de dados por meio das quais é possível obter informações do devedor, endereços, bens, sucessão empresarial etc. Os dados obtidos com a consulta aos dados da RFB podem ser inseridos em modelos do sistema, que depois serão remetidos eletronicamente ao Poder Judiciário com expressivo ganho de produtividade e celeridade no andamento do processo. Uma ação rápida do credor é de vital importância para o sucesso nos processos de cobrança. Mas o tratamento manual de informações em processos de massa como as execuções fiscais, ajuizadas aos milhares anualmente, torna muito demorado o atendimento das intimações judiciais. Em geral, esse peticionamento cumpre apenas a função de estabelecer a relação processual, com a localização da parte, ou a constrição de bens dela para a satisfação do crédito. São indispensáveis para o impulso processual, mas de baixa ou nenhuma complexidade jurídica. Aqui, a disponibilidade de uma integração com a RFB permite uma ação preventiva, higienizando a informação antes do encaminhamento do protesto ou o ajuizamento da execução, e proativa no atendimento das intimações decorrentes de citações frustradas por problemas de endereço. Substituindo-se a ação humana por softwares dotados de inteligência artificial e automação, as consultas se tornam instantâneas, assim como a elaboração das manifestações de menor complexidade. Nesse compasso, os processos serão rapidamente restituídos à responsabilidade do Poder Judiciário, a quem incumbirá apreciar e atender os requerimentos da Fazenda Pública. Aquisição de Equipamentos - Para renovar o parque tecnológico da PGE e desativar alguns equipamentos obsoletos, foram adquiridos 660 novos microcomputadores, por meio de Registro de Preços da PRODESP. Transferência da Manutenção das Aplicações para a PRODESP - A PGE celebrou contrato com a PRODESP para a manutenção, desenvolvimento e atualização tecnológica das demais aplicações da PGE que vinham sendo desenvolvidas internamente. Até aqui, essaatividade sempre foi partilhada entre um analista da PGE, que é servidor concursado, e empresas contratadas, sendo que a transferência para um contrato específico com a PRODESP trará benefíciose vantagens para a manutenção dessas aplicações. Realmente, a contratação periódica de empresa para a manutenção e desenvolvimento de sistemas acarreta problemas relacionados à retenção do conhecimento, e à adaptação de novas equipes ao modelo de negócio da Procuradoria. Atualmente, o mercado de Tecnologia da Informação enfrenta um período de alta rotatividade de profissionais. Além da concorrência nacional, as soluções de home office têm permitido a exportação de mão de obra brasileira, sem necessariamente implicar em mudança de país. A rotatividade de profissionais nas equipes de desenvolvimento e manutenção de sistemas gera um problema, porque a codificação depende do conhecimento das regras de negócio do cliente, e por vezes a tecnologia não permite fazer ajustes isolados em partes determinadas do programa. Então, leva muito tempo até que novas equipes estejam familiarizadas com as aplicações, antes de poderem prosseguir com o desenvolvimento e fazer as alterações que são demandadas com segurança. Mesmo com a documentação atualizada dos sistemas, há uma etapa bastante difícil a ser vencida antes de se poder assumir o desenvolvimento e a manutenção de forma segura. Nas contratações da PRODESP, ainda que haja utilização de profissionais vinculados a consultorias, há sempre técnicos da própria PRODESP atuando nos projetos, e servem para manter o conhecimento da necessidade do cliente, assim como do detalhamento do projeto. Modernização dos Sistemas e Aplicações da Área Restrita do sítio eletrônico da PGE - Como abordado no item anterior, a PGE tem uma série aplicações que atendem à diversas necessidades, e que foram desenvolvidos em tecnologia que hoje se encontra obsoleta. Além de serem antigos e com interfaces pouco amistosas, são sistemas independentes que não se integram entre si e tampouco com outras aplicações. A PRODESP foi contratada para fazer a atualização tecnológica desses sistemas, transferindo-os para plataformas mais atuais, de maior longevidade e com manutenção facilitada. Nesse processo, serão verificados pontos de integração que entre os vários sistemas, a fim de que sejam construídos com essa interoperabilidade, ou preparados para ela. Isso trará ganho de eficiência na atuação dos órgãos que estejam de alguma envolvidos com a finalidade de cada módulo, tais como a administração de pessoal ou o setor de finanças. Trata-se de empreitada bastante desafiadora, pois demanda que todas as aplicações sejam revisitadas, tenham levantadas e especificadas as regras de negócio, para que depois iniciar a construção propriamente dita. Módulo de Precatórios e Obrigações de Pequeno Valor - OPV - Apesarde ser uma solução bastante completa para a administração de processos administrativos e judiciais, o sistema Attornatus não possui funcionalidades para o tratamento das etapas de cadastramento, cálculo e pagamento de Obrigações de Pequeno Valor - OPVs, assim como de Precatórios Judiciais. Atualmente, para essa atividade, a PGE utiliza um sistema fornecido pela Softplan, denominado SAJ-Precatórios, que foi integrado ao Attornatus. Contudo, para que se possa obter os ganhos da nova tecnologia é preciso que essa operação também seja transferida para o sistema Attornatus. Aunificação da plataforma, também no que diz respeito aos Precatórios e Obrigações de Pequeno Valor - OPV, trará muitos benefícios, tais como a automação de andamentos judiciais derivados dessa atividade, e a possibilidade de consultar informações sem ter de navegar por sistemas distintos. Para tanto, a PRODESP iniciou o desenvolvimento de um módulo específico para o sistema Attornatus, destinado ao gerenciamento de Precatórios Judiciais e Obrigações de Pequeno Valor, que substituiráo SAJ Precatórios. Todas as funcionalidades atualmente existentes no SAJ Procuradorias serão criadas no módulo do Attornatus, assim como a integração hoje estabelecida com o TJSP.

Coordenadoria de Administração: Em contínuo aperfeiçoamento das atividades de gestão, busca-se localizar os pontos a serem otimizados e as falhas a serem sanadas. Visto isto, realiza-se estudos para elaboração e implementação de um planejamento estratégico, com mapeamento e elaboração do perfil institucional da Coordenadoria de Administração, por meio de uma estruturaçãoda modelagem, redesenho, estabelecimento de métricas e indicadores para as áreas correlatas à Coordenadoria-DSAT, DRH, DEFIN e das demais áreas administrativas das Unidades da Procuradoria. Assim, desenvolvemos: Diagnóstico e Planejamento Estratégico - Acordo de Cooperação com o Instituto Comunitas - Realizado o mapeamento entre vários institutos que prestam serviços de consultoria e planejamento estratégico, em agosto de 2022, foi realizado acordo de cooperação com o Instituto Comunitas: Parceria para o Desenvolvimento Solidário - Comunitas. O objetivo do acordo foi o de realizar um diagnóstico organizacional, a fim de entender quais são os principais obstáculos para geração de resultado dentro da Procuradoria Geral do Estado-PGE -

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:38

Diário Oficial
Estado de São Paulo
Volume 133 • Número 59 • São Paulo, quarta-feira, 12 de abril de 2023

primeira fase e viabilizar a elaboração do Planejamento Estratégico. Para o desenvolvimento das atividades, o Comunitas contratou o Instituto Publix. A Coordenadoria de Administração, além de gestora do acordo, participou ativamente das atividades sugeridas pelo Instituto Publix para a elaboração precisa do diagnóstico institucional, desde as reuniões visando à construção das pesquisas realizadas com todos os procuradores e servidores, como na organização dos grupos gestor e transversal para a validação dos produtos entregues pelo instituto. Encontro Anual de Gestão - A Coordenadoria de Administração promoveu o primeiro encontro anual de gestão, que em dois dias de trabalho, reuniu todos os procuradores gestores das unidades de execução. Na ocasião, foi apresentado o resultado das pesquisas realizadas para a elaboração do diagnóstico institucional. A partir dos problemas e desafios identificados, as pessoas foram reunidas em grupos temáticos com a finalidade de discutir e trazer propostas para as recomendações trazidas pelo Instituto Publix, para implementação a curto prazo. As temáticas discutidas foram: estruturação dos NATs e definição de atividades exclusivas dos procuradores, atuação sinérgica e propositiva da PGE e mapeamento de tarefas que exigem padronização, automatização ou revisão de processo. Pesquisas e Acompanhamentos de Contratos de Alta Complexidade - Foram realizadas pesquisas das mais diversas áreas, objetivando buscar informações e atender as demandas da PGE, especialmente para contratações de alta complexidade. Dentre as quais: assistência técnica pericial - econômica, contábil e de engenharia, para atuação em procedimento arbitral e também para procedimentos judiciais; acompanhamento do estudo atuarial e de risco do fundo da Verba Honorária; auxilio para a realização do certame e ajustes correlatos a fim de viabilizar a contratação de sistema de climatização do prédio sede da Procuradoria Judicial, sito na Rua Maria Paula, 67; pesquisa para solução do Centro de Convivência Infantil nas regionais-mediante credenciamento ou via reembolso; Gestão do Contrato da empresa BK Consultoria e Serviços LTDA; Avaliação e acompanhamento para reembolso do auxílio saúde de procuradores e servidores. Pesquisas Setoriais - levantamento de dados para apresentação de soluções, a fim de padronizar, desburocratizar, reduzir retrabalho e centralizar as atividades realizadas nas unidades da PGESP, como por exemplo: núcleo de cálculos e contadores credenciados, assistentes técnicos, centralização de atividades administrativas, fluxos de trabalhos e mutirões de digitalização e saneamento de processos, entre outros. Desenvolvimento de Ferramentas de TI - A Coordenadoria de Administração atuou no desenvolvimento de soluções visando otimizar o trabalho na PGE, entre as quais: DRH - Banco de dados integrante das atividades de DRH - folha de ponto, ficha 100, etc., com apoio da ATIC e automatização de programa para contagem de tempo; tabela com o cálculo dos dias brutos de contribuição, cálculo dos dias em que o servidor se licenciou para tratamento de Saúde, tratamento de pessoa da família e/ou licença por motivos particulares - em desenvolvimento. Estruturação Administrativa - Funcionamento da Central de Apoio ao Procurador -As atribuições do setor são: cadastro, validação e correção de processos; digitalização de expedientes novos e acervos; recebimento de mandatos; mapas de Oficial de Justiça; central de cargas; conversão de autos judiciais físicos. Foram empreendidos esforços para apoio em mutirões e saneamentos advindos da Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, entre eles: o saneamento de multas penais, digitalização e conversão de execuções fiscais. Além disso, foram realizados o cadastro e digitalização de processos da SUCEN, e a assunção das revisões com subsídios do TRT 15, passo importante para a centralização dos cadastros. Em suma, foram realizados aproximadamente 72.044 cadastros, 140 mil páginas digitalizadas e analisados, manualmente, 20.209processos de multa penal e taxa judiciária. Auxílio para criação do Núcleo de Gestão e Estratégia dePessoas e Qualidade de vida no trabalho, com a ideia de promover saúde e qualidade de vida, além de valorizar os profissionais que atuam na instituição, implementando o Programa Vida Melhor. Estudos e desenhos de propostas para reestrutura administrativa e de cargos da PGE. Infraestrutura, Orçamentos e Termos de Referência - Considerando o recebimento definitivo do edifício da Pamplona, 227, procedeu-se à elaboração de: desenho técnico do ar condicionado, com a metragem linear; novo layout para os 9º, 12º, 13º, 16º, 18º e 14º andares, sendo que neste último, foi elaboradotermo de referência e pesquisas de mercado para instalação das novas divisórias; acompanhamento esuporte para a entrega de relatório de empresa especializada sobre a situação do telhado, fachada, janelas, infiltrações e elaboração de projeto de paisagismo para a entrada do prédio; desenho técnicodos arquivos, com a quantificação da metragem de cada um deles - 1º Sub, 12º, 16º e 10º andares, projeto de layout para os banheiros, projeto de instalação do arquivo volante - do 16º para o 9º andar;termo de referência e pesquisas de mercado para reforma do telhado, conserto de infiltração do subsolo e acompanhamento e suporte para entrega de relatório da empresa CDHU sobre a situação do telhado, banheiros, elevadores, rampa de acessibilidade, alteração do material do piso da entrada,alteração do layout do 18º andar e infiltração do prédio. Procuradoria de Procedimentos Disciplinares -Elaboração de termo de referência e pesquisas de mercado para impermeabilização da laje, recebimento de AVCB e elaboração de relatório técnico das condições do SPDA; Procuradoria Judicial - Elaboração de termo de referência e pesquisas de mercado para: troca dos detectores de fumaça, concerto do motor trifásico -da escada de emergência, concerto de portão, novo layout e reforma da fachada, identificação de vazamento, eventual concerto de infiltração e elaboração de fluxograma do edifício; Procuradoria Regional da Grande São Paulo-PR1 - Visita técnica e apoio para elaboração de relatório das condições das salas que abrigam o arquivo de Guarulhos; Procuradoria Regional de Santos - PR2 - Elaboração de termo de referência e apoio para a locação desala que abrigará a nova sede, elaboração de projeto de layout para o novo prédio; Procuradoria Regional de Sorocaba - PR4 - Elaboração de termo de referência e apoio técnico para recebimento do AVCB; Procuradoria Regional da Campinas - PR5- Visita técnica e apoio para elaboração de relatóriodas condições do edifício onde está instalada a sede; Procuradoria Regional de São Carlos-PR12 - Elaboração de termo de referência e apoio técnico para recebimento do AVCB e termo de referência para projeto de climatização. Atividades Diversas- Sugestão de redesenho das unidades que compõemos Departamentos da CA, com vistas à adequação dos níveis de gradação, visando à racionalização de processos com a centralização e padronização de atividades comuns e dos resultados. Maximização e aproveitamento de recursos disponíveis, redução de unidades, integração das áreas comuns, redução de custos e otimização dos processos internos e melhoria contínua; Acompanhamento de canais de comunicação: falaservidorpge@sp.gov.br e pge-solucoesca@sp.gov.br; Apoio ao Centro de Estudos na revisão de artigos científicos e nas palestras ministradas no 1º Curso de Atualização Profissional de Servidores da PGE; Organização do evento comemorativo dos 75 anos da Procuradoria Geral do Estado, realizada em 27/06/22, no Palácio dos Bandeirantes; Reuniões para conhecer áreas de gestão da PGE/BA e AGU, utilizando ambos para benchmarking ou para acordo colaborativo no futuro; Orientação para a realização de triagem de arquivos e conferência das atividades: do GPG, PJ, PCAI, Procuradorias Regionais de Bauru -PR07 e São Carlos-PR12; Análise e aprovação do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos CADA-PGE da PCAI, Procuradoria Fiscal, Secretaria do Conselho da PGE, DSAT, Procuradorias Regionais da Grande São Paulo-PR1, Bauru-PR07 e São Carlos-PR12; Conferência das cópias de segurança em microfilme dos prontuários de RH da PCAI para a mudança física de prédio; Apoio para a elaboração dos critérios sobre triagem e eliminação de documentos que comporão a BR - Bonificação por Resultados; Elaboração de manuais e documentos sobre: Política de Governança de Dados e Informações-PGDI e Política de Proteção de Dados Pessoais-PPDP do Estado de São Paulo, Análise de medidas para adequação da PGE-SP à LGPD e PPDI, Manual dos Protocolos; Elaboração de minutas e propostas de atos normativos para: Ressarcimento do Auxílio-Saúde; criação da Comissão Setorial de Bonificação por Resultados - BR; Recebimento de mandados judiciais para servidoras da CA e Protocolo; Revisão do Auxílio-Saúde; Manual de utilização do 99 Táxi; Política de Ocupação dos prédios PGE; Manual do Auxílio Saúde; Apoio para as atividades do Fundo da Verba Honorária, como elaboração de planilhas com dados sobre os pagamentos que ultrapassaram o teto remuneratório constitucional; Elaboração de organograma institucional de todas as áreas da PGE - estrutura legal e estrutura em funcionamento - para visualização dos NATs.

Corregedoria - A Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado tem, entre suas atribuições:orientar e fiscalizar as atividades dos vários órgãos da Procuradoria Geral do Estado e dos integrantesda carreira, no exercício de suas atribuições; realizar correições periódicas nos referidos órgãos; receber reclamações e denúncias de órgãos internos e externos dos poderes públicos constituídos, assim como da população em geral relacionadas a posturas praticadas por Procurador do Estado quecaracterizem infração disciplinar; apurar eventuais infrações disciplinares praticadas por Procuradores do Estado, através de apurações preliminares, sindicâncias e processos administrativosdisciplinares. Dentro das atribuições apresentadas, a Corregedoria Geral da PGE desenvolveu as seguintes atividades durante o ano:

Autuação de novos processos	91
Processos arquivados	185
Apurações Preliminares	10
Sindicâncias Administrativas	2
Processos Administrativos Disciplinares	0
Portarias expedidas	2
Audiências realizadas	17
Oitivas realizadas	22
Relatórios finais	3
SUSPAD – suspensão de procedimento	2
Estágios Confirmatórios - Acompanhamento	150
Ofícios expedidos	11
Plano de Aulas recebidos	32
Autorizações – Resolução PGE-COR 02/2019	6
Declaração de participação em procedimento arbitral	1
Recomendação	1
Comunicado	1
Resolução	2
Reclamações via eletrônica	218

Ouvidoria – A Ouvidoria é um canal direto de comunicação entre a PGE e os usuários de seus serviços. Suas principais atribuições são receber e encaminhar queixas, reclamações e sugestões relacionadas às diversas áreas da PGE. Também participa do FOCCOSP, sendo cientificada de todas as denúncias de âmbito estadual apresentadas pelos cidadãos, bem como responde às solicitações enviadas ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão - SIC. O setor também é responsável pelo registro de sanções administrativas judicialmente impostas no sistema www.bec.sp.gov.br. As sanções são individualmente cadastradas no nome de cada um dos condenados, pessoas físicas ou jurídicas, com indicação dos respectivos CPFs/CNPJs, endereço, do teor da determinação judicial, dos dados do processo judicial, inclusive com informação da data do trânsito em julgado da sentençaou acórdão. Segue abaixo quadro de atividades desempenhadas no primeiro semestre - dados do 2 º semestre ainda não foram compilados.

Tipo de Manifestação	Quantidade
Denúncia	181
Elogio	15
Outros	390
Reclamação	2009
Informação	4127
Sugestões	1
FOCCOSP (denúncias recebidas)	732
Sanções administrativas registradas	23
SIC	177
Total	*7655*

Assessoria de Comunicação e Imprensa - Núcleo de Comunicação - NC - O Núcleo de Comunicação é responsável pela divulgação de informações e conteúdos internos, além das redes sociais, cerimonial, organização de eventos, design e registros fotográficos. O objetivo é fortalecer a imagem e sustentar a credibilidade da PGE perante seus stakeholders, modernizar a comunicação interna e externa com uma linguagem mais transparente e acessível, além de aumentar a visibilidade dos servidores, procuradores e unidades que se destacaram na PGE devido a iniciativas benéficas ao órgão e aos demais colegas, consequentemente incentivando a novos desafios, mais trabalho e promoção de novidades. Redes sociais – A PGE utiliza três redes sociais. Até o final do ano, iniciaremos o canal do Youtube e o perfil do LinkedIn da Instituição. Vale destacar que mais seis vídeos serão divulgados até o término deste ano sobre a trajetória da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares-PPD. Vejamos o resultado das redes sociais da PGE:

Redes Sociais*	Publicações	Vídeos	Número de seguidores
Facebook	177	7	12.871
Instagram	177	7	8.637
Twitter	177	7	1.283

*Total de seguidores desde o início das páginas.

Os assuntos em destaque das publicações são referentes à atuação da Instituição, conquistas jurídicas, eventos, operações em conjunto com outros órgãos, novidades, estágios, comunicados, alertas, prêmios, cursos para servidores e procuradores, nota de repúdio, destaques na mídia e datas comemorativas. Nas páginas, os seguidores também encontram conteúdos sobre leis, utilidadepública, áreas da PGE, dívida ativa, fatos históricos e termos jurídicos. Foram produzidos oito vídeos explicativos, o aniversário de 75 anos da PGE, denúncias irregularidades ou práticas de sonegação efraudes fiscais no Estado e informações sobre dívida ativa. Vale ressaltar que este Núcleo ainda ofereceu apoio ao Centro de Estudos produzindo projetos gráficos para as redes sociais do órgão superior mencionado. Comunicação interna - Conteúdos informativos ao público interno - O Núcleo de Comunicação elabora, produz diagrama e divulga materiais informativos sobre o cotidiano da PGE e de suas áreas de atuação ao público interno. São eles:

Materiais	*Divulgações*
Newsletter da PGE	6
Newsletter da Subprocuradoria da Consultoria Geral	2
Campanha de solidariedade	1
Aniversariantes do mês alocados na sede	5

Obs.: O Núcleo ainda produziu apresentações em Power Point para o Gabinete. Por meio eletrônico,o Núcleo de Comunicação disparou 102 comunicados e avisos internos. Eventos - O Núcleo de Comunicação organizou quatro eventos no Palácio dos Bandeirantes, mobilizou reuniões precursoras com os responsáveis pelos serviços e atuou fisicamente nas ocasiões: posse da Procuradora Geral doEstado, Dra. Inês Maria dos Santos Coimbra; evento comemorativo dos 75 anos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - Em parceria com a Coordenadoria de Administração; posse dos Procuradores do Estado remanescentes do 22º concurso de ingresso - Em parceria com a Coordenadoria de Administração; reunião do Colégio Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal - CONPEG. Cerimonial - A Comunicação trabalha em conjunto com a Assessoria Policial-Militar nos eventos e reuniões que a Procuradora Geral participa. Quando ela não pode comparecer e envia representante, o núcleo acompanha e faz o registro fotográfico/cerimonial do representante. Núcleo de Imprensa - NI - O Núcleo de Imprensa faz a intermediação entre os mais diversos órgãos de comunicação social-impressos, online, rádios e TVs- e a PGE. O objetivo é disponibilizar informação de qualidade aos jornalistas e, consequentemente, à população em geral. O núcleo emplacou oito pautas positivas na grande mídia. O NI atendeu a 151 pedidos de informações oriundos dos mais diversos órgãos de comunicação, bem como de outras assessorias de imprensa e de comunicação de outras entidades governamentais e não governamentais, bem como da Secretaria Especial de Comunicação - SECOM, do Governo do Estado. A PGE foi citada em 610 matérias durante o período. Deste total, 131 - 21,48% foram veiculadas em impressos; 379 - 62,13% em mídias online; 44 -7,21% em emissoras de rádios; e 56 - 9,18% em estações de televisão. Das 610 citações, 44 - 7,21% foram categorizadas como negativas, 253 - 41,48% como neutras e 313 -51,31 % de forma positiva. Foram publicados 75 comunicados e 52 matérias no site da instituição.

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
quarta-feira, 12 de abril de 2023 às 05:05:38